

LUIZ ALBERTO MONIZ BANDEIRA



de MARTÍ a FIDEL

A REVOLUÇÃO CUBANA
E A AMÉRICA LATINA

“Better to reign in Hell than serve in Heaven.”

JOHN MILTON

“Always Florida’s green peninsula — always the
priceless delta of Louisiana —
always the cotton-fields of Alabama and Texas.
Always California’s golden hills and hollows
and the silver mountains of New Mexico
— always soft-breath’d Cuba”

WALT WHITMAN

“¡Oh Cuba! ¡Oh curva de suspiro y barro!”

GARCÍA LORCA

Sumário

ABREVIATURAS

PREFÁCIO À 2ª EDIÇÃO

PRÓLOGO

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO I

A expansão territorial dos Estados Unidos e a percepção de Cuba como sua fronteira natural • Os movimentos anexionistas nos Estados Unidos e em Cuba • O destino manifesto • A luta pela independência e o papel de José Martí • A intervenção dos Estados Unidos e a guerra contra a Espanha • A ocupação de Cuba • Theodore Roosevelt, a Platt Amendment e o Canal do Panamá • O corolário da doutrina Monroe e o Big Stick

CAPÍTULO II

As intervenções dos Estados Unidos na América Central e no Caribe • A dollar diplomacy e a segunda ocupação de Cuba • Woodrow Wilson, a New Freedom e as invasões do México, Haiti e República Dominicana • A terceira ocupação de Cuba • A revolução russa • Os movimentos revolucionários na América Latina • A derrubada da ditadura de Gerardo e a ascensão do sargento Fulgencio Batista

CAPÍTULO III

Franklin Roosevelt e a Good Neighbor Policy • A abolição da Platt Amendment • Fascismo, nazismo e comunismo na América Latina • “Solidarismo” no Paraguai, “socialismo militar” na Bolívia e “esquerdismo mexicano” • Os comunistas no governo de Fulgencio Batista em Cuba • A resistência aos Estados Unidos no Brasil • O nazifascismo e os golpes

militares na Bolívia e na Argentina em 1943

CAPÍTULO IV

A ascensão de Perón na Argentina • O Tratado do Rio de Janeiro e a formação da OEA • O marxismo na América Latina • O governo de Grau San Martín-Cuba e os conflitos entre os Estados Unidos no pós-guerra • A United Fruit e o contencioso dos Estados Unidos com a Guatemala • A guerra fria e advento do macarthismo nos Estados Unidos • A Revolução de 1952, a reforma agrária e a nacionalização das minas na Bolívia • As políticas dos Estados Unidos

CAPÍTULO V

A ajuda dos Estados Unidos à Bolívia • A reforma agrária na Guatemala e as pressões contra o governo Arbenz • Os interesses da United Fruit, o departamento de Estado e a CIA • A CIA, a Operation PBSUCCESS e a derrubada do governo Arbenz • As manifestações contra Nixon no Peru e na Venezuela • Os sentimentos anti-Estados Unidos e a Operação Pan-Americana • A queda das ditaduras na América Latina e a vitória de Fidel Castro em Cuba

CAPÍTULO VI

A ajuda militar norte-americana ao governo Batista • Embaixadores Gardner e Earl Smith como procônsules • As guerrilhas de Fidel Castro e os Estados Unidos • As manobras do governo norte-americano para impedir sua ascensão ao poder • A posição dos comunistas contra a guerrilha e suas relações com Castro • A síndrome da Guatemala e a radicalização de Che Guevara

CAPÍTULO VII

A administração Eisenhower e a vitória da revolução em Cuba • O esforço de Castro e Guevara para espriar a revolução no Caribe • A ameaça à estabilidade da região • A visita de Castro aos Estados Unidos e seu pronunciamento em Buenos Aires • A lei da reforma agrária • As dissensões

no governo revolucionário • A visita de Mikoyan a Havana • As tensões com os Estados Unidos

CAPÍTULO VIII

A dependência econômica de Cuba e os Estados Unidos • Eisenhower e o programa de operações da CIA contra Castro • O corte da cota de açúcar e outras sanções econômicas • A nacionalização das refinarias de petróleo e de todos os investimentos norte-americanos em Cuba • O apoio de Kruchev • A declaração de Havana • As guerrilhas contrarrevolucionárias em Escambray

CAPÍTULO IX

Os preparativos para a invasão de Cuba e o levante militar na Guatemala • O rompimento de relações entre Cuba e Estados Unidos • A aprovação de Kennedy do plano para a invasão de Cuba • A missão de Berle Jr. e a busca de apoio na América Latina • O complô da CIA com gângsteres da máfia para assassinar Castro e a Operation Zapata • A CIA e o fiasco da Baía dos Porcos

CAPÍTULO X

A proclamação do caráter socialista da Revolução Cubana • Castro, a ruptura com os dogmas stalinistas • O projeto de industrialização de Cuba • O esforço para exportar a revolução e o espraiamento do castrismo no continente • A aliança para o progresso • Guevara e a busca de diálogo com os Estados Unidos • As doutrinas do Pentágono e os golpes militares na América Latina

CAPÍTULO XI

Os Estados Unidos e a tentativa de intervenção coletiva sob o manto da OEA • A Operation Mongoose • A adesão de Castro ao marxismo-leninismo • A manobra dos Estados Unidos com a Colômbia e a Venezuela • A VIII Reunião de Consulta em Punta del Este • O Brasil e a oposição aos Estados Unidos na OEA • A proposta para a finlandização de Cuba • A expulsão do

governo Castro da OEA

CAPÍTULO XII

A segunda declaração de Havana • A conspiração dos velhos comunistas contra Castro • A reação de Castro e a denúncia do sectarismo • O caso de Aníbal Escalante • O envolvimento do embaixador soviético • O andamento da Operation Mongoose e as operações de sabotagem em Cuba • Robert Kennedy e os complôs da CIA com os gângsteres para a eliminação de Castro

CAPÍTULO XIII

A posição de Kruchev em face de Cuba • A questão de Berlim, a base dos Estados Unidos na Turquia e a decisão de instalar mísseis em Cuba • As manobras navais dos Estados Unidos no Caribe e a ameaça de invasão de Cuba • A operação Anadyr • A posição de Castro e o acordo militar com a União Soviética • A descoberta dos mísseis soviéticos em Cuba • A reação de Kennedy e as opções dos Estados Unidos

CAPÍTULO XIV

A política interna e o desencadeamento da crise dos mísseis • A OEA e a quarentena naval • A posição do presidente Goulart e o papel do Brasil • O risco da guerra nuclear • A capitulação de Kruchev • Os entendimentos com Kennedy • A barganha com os Jupiter norte-americanos na Turquia • A intermediação de U Thant e a atitude de Castro • A missão de Mikoyan em Havana

CAPÍTULO XV

A consolidação do governo revolucionário e o isolamento de Cuba • O problema dos asilados nas embaixadas latino-americanas • O utilitarismo da diplomacia cubana • O recrudescimento das operações da CIA • O acordo com a União Soviética e o recuo na industrialização • Guevara e a economia cubana • Kennedy e a acomodação com Cuba • O assassinato de Kennedy

CAPÍTULO XVI

A acomodação de Castro com os partidos comunistas latino-americanos • As críticas de Che Guevara à União Soviética e aos países socialistas em Argel • Suas divergências com Castro • A missão no Congo • A tricontinental e a OLAS • A Bolívia e a criação de outros vietnãs • A morte de Che Guevara • As pressões da União Soviética e o complô da “microfacción” • A nova “ofensiva revolucionária”

CAPÍTULO XVII

A reconciliação de Castro com a União Soviética • O acordo União Soviética-Estados Unidos sobre Cuba • O avanço da esquerda na América Latina • Carter e a tentativa de acomodação com Cuba • A intervenção de Cuba na África e as revoluções na América Central • Reagan e o recrudescimento da Guerra Fria • Castro e a Perestroika • O fim da União Soviética • A volta ao passado e a restauração do capitalismo em Cuba

CAPÍTULO XVIII

A extinção do COMECON • Suspensão do fornecimento de petróleo pela Rússia • A grave crise energética e os apagões • Nova ameaça de invasão • A doutrina de Guerra de todo el Pueblo • Recrudescimento do embargo com as Leis Torricelli e Helms-Burton • Mudanças na Constituição de Cuba • A deterioração da economia e a abertura aos investimentos estrangeiros

CAPÍTULO XIX

A recuperação relativa da economia cubana no início do século XXI • George W. Bush e a pressão sobre Cuba • O apoio econômico e político da Venezuela • Visita de Jimmy Carter a Havana • O extremismo dos exilados em Miami • Sequestro de embarcações • Investimentos da China • O acordo com o Mercosul • A enfermidade de Fidel Castro e a sucessão

CAPÍTULO XX

A ascensão de Raúl Castro • Estabilidade política em Cuba • Reformas econômicas • Fim do igualitarismo • Relações de Cuba com a Venezuela, a China e o Brasil • Inserção de Cuba no Grupo do Rio • A eleição de Barack

Obama e a perspectiva das relações com os Estados Unidos • Os 50 anos da revolução cubana e a crise econômica global

CONCLUSÕES

ARQUIVOS

FONTES IMPRESSAS

BIBLIOGRAFIA

DOCUMENTOS REFERENTES À OPERAÇÃO MONGOOSE

ÍNDICE ONOMÁSTICO

Abreviaturas usadas nas notas

- AA-PA — Auswartiges Amt — Politiches Archive
AAAMF — Arquivo de Afonso Arinos de Melo Franco
AGV — Arquivo de Getúlio Vargas
AMINFAR — Archivo del Ministerio de las Fuerzas Armadas
AHI — Arquivo Histórico do Itamaraty
ARMRE-B — Arquivo do Ministério das Relações Exteriores — Brasília*
AN-AP51 (5) — APPAGM — Arquivo Nacional — Arquivo Particular 51
— Arquivo Particular de Pedro Aurélio de Goes Monteiro
AP47-APFCSD-SDP-AN — Arquivo Particular 47 — Arquivo Particular de
Francisco Clementino de San Tiago Dantas — Seção de Documentos
Particulares — Arquivo Nacional
ARP — Arquivo de Reis Perdigão
CPDOC/FGV — Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea —
Fundação Getulio Vargas
FRUS — Foreign Relations of the United States
JFKL — John Fitzgerald Kennedy Library
NA — National Archive
RAL — Rothschild Archive — Londres
STAPM der DDR — Bundesarchiv — Stiftung Archiv der Parteien und
Massenorganisationen der Deutsche Demokratische Republic der
Bundesarchiv

Nota

* A documentação posterior a 1960 está depositada no Arquivo do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília. A documentação anterior a esse ano, data da mudança da capital, ficou no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Prefácio à 2ª edição

Em 1997-1998, quando escrevi *De Martí a Fidel — A Revolução Cubana e a América Latina* —, a perspectiva de Cuba era bastante sombria. Os Estados Unidos viviam seu momentum imperial, após a derrocada da União Soviética e do Bloco Socialista. Nenhum país ousava contestar suas pretensões. No hemisfério ocidental, predominavam as políticas neoliberais, em meio ao processo de globalização/internacionalização da economia, estimulado pelos Estados Unidos. Cuba estava isolada na América Latina, ainda que tivesse voltado a manter relações diplomáticas com todos os outros países. Restavam apenas, como países socialistas, a China, o Vietnã e a Coreia do Norte, mas estavam longe, no Oriente.

Desde então, no entanto, a conjuntura mundial mudou, particularmente na América Latina. Em 1999, o coronel Hugo Chávez assumiu o governo da Venezuela e aproximou-se de Fidel Castro. No ano 2000, já se tornava perfeitamente visível o fiasco do Consenso de Washington (consenso entre o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos) e das políticas neoliberais que havia recomendado. Em declarações perante o Caucus on International Narcotics Control do senado norte-americano, o general Charles E. Wilhem, comandante em chefe do Comando Sul dos Estados Unidos, reconheceu que no Equador, como em outras nações situadas na sua área de responsabilidade, na América do Sul, “democracy and free market reforms are not delivering tangible results to the people”. Muitas nações estavam em piores condições econômicas do que antes da restauração da democracia, segundo afirmou, e perguntou: “Can democracy survive without an economic system that produces adequate subsistence and services for the majority of its citizens?”. Entre o final de 2001 e o começo de 2002, a

Argentina entrou em colapso, após aplicar, durante dez anos, essas políticas neoliberais, implementadas pelo presidente Carlos Menem, em suas “relações carnis” com os Estados Unidos. O professor Paul Krugman comentou, em artigo publicado pelo New York Times, que o “fracasso catastrófico” (catastrophic failure) das políticas econômicas ali aplicadas com o selo “made in Washington” representava igualmente um desastre para a política exterior dos Estados Unidos, assim como o maior revés para a proposta da ALCA¹. “Os argentinos não sabem o serviço que prestaram para a América Latina; os serviços que prestaram ao mundo ao afundar na fossa do Pacífico, que tem mais de 8.000 metros de profundidade, o símbolo da globalização neoliberal” — comentou Fidel Castro com o jornalista francês Ignacio Ramonet, e acrescentou: “Não se chega ao céu em um dia, mas podemos ter a certeza de que os argentinos deram um golpe descomunal em um símbolo, e isso tem um valor enorme.”²

O fracasso da política externa dos Estados Unidos não se evidenciou somente no colapso da Argentina. Pouco tempo depois, ainda enquanto a Argentina estava convulsionada, os Estados Unidos instigaram e apoiaram o golpe para derrubar o presidente Hugo Chávez, que legalmente levava adiante várias reformas na Venezuela. Porém, fracassou o golpe militar-empresarial, deflagrado em 11 e 12 de abril de 2002, com o respaldo do sindicato patronal Fedecámaras e da Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, que acusavam as leis de “comunistas”.³ Então, Washington não teve condições de apoiá-lo internacionalmente.

Também, vis-à-vis de Cuba, Washington sofreu uma contundente derrota. Desde 2003, o Partido Republicano e os extremistas da colônia cubana em Miami aumentaram as pressões para que George W. Bush agravasse ainda mais as medidas contra o regime de Fidel Castro, e ele criou, em 2004, a Commission for Assistance to a Free Cuba. Esta comissão previa um time-schedule de dois anos (até 2006), dentro dos quais os Estados Unidos tratariam de desestabilizar o regime em Cuba, por meio do descontentamento interno e do apoio direto da USAID às atividades da dissidência/contrarrevolução. Porém, não obstante todo o apoio dos Estados

Unidos, a dissidência não pôde fortalecer o seu movimento porque não tinha nenhuma credibilidade e valor moral junto à população.

A economia de Cuba também não se deteriorou, senão que voltou a crescer com índices sustentados, até alcançar 12% em 2006. O embargo econômico não funcionou como os Estados Unidos esperavam. Cuba continuou recebendo capitais da União Europeia e principalmente da Venezuela e da China. Empresas norte-americanas com sucursais instaladas no Brasil e em outros países também não respeitaram o embargo e continuaram seus negócios com Cuba. Porém, meses antes das eleições para o Congresso, em 2006, a Commission for Assistance to a Free Cuba, com o objetivo inter alia de influenciar os resultados em favor do Partido Republicano, divulgou outro relato, com um Plano Secreto para a transição de Cuba. E quando Fidel Castro, doente, se aposentou, houve comemorações em Washington e Miami. Parecia que as perspectivas se abriam para a mudança pretendida pelos Estados Unidos. Porém, não aconteceu o que George W. Bush e seu bando desejavam. Fidel Castro não morreu, nem o regime desmoronou. Então, o governo de Washington começou a encenar uma espécie de vaudeville, tentando “matar” Fidel Castro rapidamente, ainda que como wishful thinking, por meio de piadas e/ou declarações à imprensa das mais altas autoridades, como o fez o embaixador John Negroponte, diretor do Departamento de Inteligência dos Estados Unidos, nomeado secretário de Estado Adjunto. Porém, quantas vezes “mataram” Fidel Castro, tantas vezes Fidel Castro “ressuscitou”.

Cuba também alcançou uma vitória ao romper o isolamento internacional, no qual Washington pretendia mantê-la. Na 62^a Assembleia Geral das Nações Unidas, o projeto de resolução condenando o embargo promovido pelos Estados Unidos alcançou mais de 90% dos votos, inclusive da União Europeia e de estados-membros. Cuba também foi eleita para o novo Conselho dos Direitos Humanos, por 135 votos, ou seja, por mais de 2/3 dos membros da ONU, i.e., com o apoio de diversos países, não obstante toda a oposição dos Estados Unidos, que não se apresentaram como candidato por medo de uma derrota e ficaram de fora. O que debilitou ainda

mais a posição política e moral dos Estados Unidos foi o fiasco no Iraque, tendo como pretexto as armas de destruição em massa, que nunca foram encontradas, e o escândalo provocado pela revelação das torturas na prisão de Abu Ghraib e no campo de concentração instalado na base naval de Guantánamo. Que autoridade moral tinha Washington para criticar Cuba por causa da prisão dos dissidentes/contrarrevolucionários e acusá-la de violar os direitos humanos, quando as Forças Armadas dos Estados Unidos e a CIA mantinham, sem julgamento e por tempo indeterminado, mais de 400 prisioneiros em Guantánamo, outros milhares em Abu Ghraib (Iraque) e em prisões secretas em vários países do mundo, onde eram torturados?

Enquanto isso, o cenário na América Latina seguiu evoluindo no sentido contrário aos interesses dos Estados Unidos. As tendências políticas de esquerda, com diferentes matizes, outra vez se afirmaram em diversos países. Em 2002, o líder sindical Luiz Inácio “Lula” da Silva, dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT) e amigo de Fidel Castro, foi eleito presidente do Brasil. Em 2003, Néstor Kirchner, peronista identificado com os setores de esquerda do Partido Justicialista (PJ), assumiu a presidência da Argentina. O Brasil e a Argentina ajustaram suas políticas externas e, com o apoio dos outros sócios do MERCOSUL, Uruguai e Paraguai, impediram a implantação da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que os Estados Unidos planejavam para 2005. A frustração pela ALCA, virtualmente sepultada pela oposição do Brasil, da Argentina e de seus sócios no MERCOSUL, constituiu uma grande derrota para os Estados Unidos, que não alcançaram seus objetivos políticos e estratégicos, com um projeto de incorporação subordinada de toda a América do Sul ao seu espaço econômico.

Mas não foi apenas no Brasil, na Argentina e na Venezuela que houve mudanças à esquerda. Em 2006, o líder indígena Evo Morales, do Movimento ao Socialismo (MAS), e Michelle Bachelet, do Partido Socialista, assumiram a presidência da Bolívia e do Chile, respectivamente. No mesmo ano, 2006, Luiz Inácio “Lula” da Silva foi reeleito com mais de 60% dos votos. Chávez também, com uma maioria esmagadora, na Venezuela. Também foram eleitos Daniel Ortega e Rafael Caldera, para as presidências

da Nicarágua e do Equador. Todos eles com tradição na esquerda, uns mais radicais, outros menos, segundo as circunstâncias intrínsecas de cada país, venceram as eleições dentro do regime democrático.

Este cenário não seria possível 30 ou 40 anos antes, por causa da influência dos Estados Unidos. Os Estados Unidos nunca permitiram que um governo de esquerda, por mais democrático e moderado que fosse, se consolidasse na América Latina. Porém, o novo cenário político que se delineou no hemisfério não significa que os povos na América Latina inflectiram ainda mais para a esquerda, ou que os Estados Unidos mudaram sua política. A América Latina sempre foi a região onde as ideias marxistas e socialistas, em geral, mais se desenvolveram, com variadas interpretações e entrelaçadas, quase sempre, com as tendências nacionalistas e antiimperialistas. Nem os Estados Unidos mudaram sua política de não aceitar nenhum governo de esquerda no hemisfério, onde instigaram golpes militares e apoiaram as ditaduras de direita. O que explica o fenômeno é, sobretudo, o fato de que os Estados Unidos perdem cada vez mais influência, não só na América Latina, onde as ditaduras de direita fracassaram, como em todas as outras regiões do mundo. Conforme destacou Emmanuel Wallerstein, os Estados Unidos estão enfraquecendo como poder global desde 1970, e a resposta aos ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 somente aceleraram este processo.⁴ Como disse Madeleine Albright, que foi Secretária de Estado na administração do presidente Bill Clinton (1994-2000), “nos últimos seis anos (anos do governo de George W. Bush, entre 2001 e 2007) houve uma diminuição do respeito pelo poder americano. O mundo será multipolar”.⁵

O centro da indústria mundial está se mudando muito rápido para a Ásia Oriental. Com imenso déficit fiscal, os Estados Unidos, ao contrário das antigas potências imperialistas, deixaram de ser um exportador líquido de capital, apesar da sua economia ainda representar um terço do produto bruto mundial. A própria imagem que os Estados Unidos tentam projetar como *sole superpower* no século XXI encobre verdadeiramente o seu real declínio político.⁶ A exacerbação de sua tendência para atuar unilateralmente, como o

fez ao atacar o regime de Sadam Hussein, em 2003, demonstra exatamente o ocaso de sua influência e a perda de prestígio. Não conseguiram obter sequer o apoio de aliados importantes, como a França e a Alemanha, e o respaldo do Conselho de Segurança da ONU para a sua aventura no Iraque. Os Estados Unidos já não se podem apresentar como a grande democracia. Seus valores políticos e morais foram golpeados pela revelação das torturas em Abu Ghraib e no campo de concentração de Guantánamo. Seu poderio militar, quanto mais enorme, com uma capacidade de destruir sem paralelo na história, mais se torna inútil, porque não pode ser aplicado. Os resultados anulariam todas as vantagens econômicas e políticas. Seriam inaceitáveis. Os políticos de Washington sempre foram tentados por uma “illusion of omnipotence”, como observou Eric Hobsbawm.⁷ Porém, a continuidade do regime revolucionário em Cuba demonstrou que os Estados Unidos não podem fazer tudo o que querem, ainda que possam destruir tudo. A guerra no Iraque comprova, mais uma vez, depois da Guerra do Vietnam, que eles não têm condições de impor um controle efetivo sobre um país que resiste e, menos ainda, sobre o resto do mundo, onde os focos de contestação se propagam cada vez mais.

É dentro desse contexto que se deve compreender o fenômeno da revolução cubana, que representa a manifestação mais radical das contradições não resolvidas entre os Estados Unidos e os países da América Latina. Se, durante os anos 1960 e 1970, o governo de Washington estava disposto a impedir que surgisse outro Castro, na atualidade não pode fazê-lo.

A história nunca tem fim. É um constante vir a ser. Porém, é possível considerar que um ciclo da evolução do regime revolucionário se completou quando Fidel Castro se afastou do governo de Cuba, em 31 de julho de 2006. Por conseguinte, era necessário escrever mais três capítulos para a 2ª edição de *De Martí a Fidel*, atualizar a obra com novas informações e observações e explicar a sobrevivência do regime revolucionário em Cuba, após o derretimento da União Soviética e do Bloco Socialista, conseguindo atravessar o chamado Período Especial, os piores momentos, os mais difíceis, que enfrentou, desde sua implantação em 1959.

Luiz Alberto Moniz Bandeira
St. Leon (Alemanha), janeiro de 2009.

Notas

- . Krugman, Paul — “Crying with Argentina”. The New York Times, NY, 1.1.2002.
- .. Ramonet, 2006, p 463.
- . A Lei de Terras permitia uma reforma agrária contra o latifúndio, um dos mais graves problemas da Venezuela; a Lei da Pesca beneficiava os pescadores artesanais contra a pesca de arrastão; e a Lei de Hidrocarbonetos aumentava os impostos para os investimentos estrangeiros no setor petrolífero (que representava 80% das exportações venezuelanas e 50% das entradas do Estado) de 16, 6% para 30% e estabelecia que as atividades primárias do setor (extração, transporte etc.) só podiam ser realizadas por empresas com participação do estado, cuja porcentagem acionária deveria ser de no mínimo 51% e ter uma participação de 30%, como regalia, nos hidrocarbonetos que fossem extraídos de qualquer jazida do país.
- . Wallerstein, 2003, p. 13.
- . Caio Blinder, de Nova York. “Análise: Acordo com Coréia do Norte expõe inconsistência americana”. BBC Brasil, 13 de fevereiro, 2007 - 16h07 GMT (14h07 Brasília).
- . Wallerstein, 2003, p. 277.
- . Prefácio — Kiernan, 2005, p. xii.

Prólogo

Piero Gleijeses¹

A necessidade de afirmar a excepcionalidade dos Estados Unidos é a chave da cultura política norte-americana.

Retumba a constante arrogância de que os Estados Unidos são “a maior democracia do mundo”, uma propaganda que tem sido feita pelos norte-americanos mesmo quando os Estados Unidos se encontravam atrás da maioria das democracias ocidentais, conforme sua própria definição do que a democracia deveria ser. No final da Segunda Guerra Mundial, no Ocidente, entendia-se que o sufrágio universal era um pré-requisito da democracia política, porém, nos Estados Unidos esse direito era negado aos afro-americanos em todo o sul do país. Quando John Kennedy tomou o microfone, em 20 de janeiro de 1961 — dia de sua posse —, para falar em nome da liberdade, ele era o líder de um país onde muitos cidadãos ainda não podiam votar. Somente em 1965, quando foi aprovada a Lei de Direito do Voto, de Lyndon Johnson, os Estados Unidos tornaram-se um membro pleno da comunidade das democracias ocidentais.

Essa mesma necessidade obsessiva de afirmar a excepcionalidade dos Estados Unidos aparece nas discussões sobre a política externa norte-americana. A mensagem subjacente é clara: os Estados Unidos merecem confiança, seja no Iraque ou em qualquer outra parte, porque os Estados Unidos são justos e altruístas, e assim o tem demonstrado ao longo de mais de dois séculos de história.

Esta convicção obstinada dos norte-americanos na sua excepcionalidade é verdadeiramente excepcional. Pode-se argumentar que muitos países padecem de delírio similar, porém, o que faz dos Estados Unidos um caso único é a força do consenso que envolve o mito e a pobreza do debate interno a seu respeito. As nações insulares tendem a ter uma visão estreita, e

os Estados Unidos desenvolveram-se como uma nação insular — o Atlântico separou-os da Europa, e um oceano de racismo separou-os da América Latina. Desde seus primórdios, essa jovem nação de imigrantes, os quais não tinham o vínculo de séculos de história comum, sentiu a necessidade de autodefinir-se, enfatizando sua diferença com os que ficaram para trás, os povos da Europa. Portanto, um elemento-chave do modelo norte-americano tem sido a crença na excepcionalidade da “cidade na colina”. Na Europa Ocidental, grupos poderosos — os partidos comunistas e socialistas, por exemplo — têm desafiado a própria natureza da sociedade em seus países; sua imprensa influente, lida por milhões, os numerosos proeminentes intelectuais nos seus meios e seus representantes no parlamento têm questionado as bases dos sistemas domésticos e das políticas externas de seus países. Nos Estados Unidos, no entanto, o debate tem sido muito mais estreito — é centrado nos méritos de uma política específica, porém, muito raramente na própria natureza da sociedade norte-americana e na base de suas políticas. Aqueles poucos que quiseram ir mais fundo foram marginalizados. Os êxitos econômicos e militares dos Estados Unidos têm reforçado a crença na excepcionalidade norte-americana — o poder tem sido comparado à virtude — e a chave segue sendo a mesma: os Estados Unidos podem cometer erros, porém, suas intenções são sempre boas.

É por isso que este livro, do tão aclamado historiador brasileiro, Luiz Alberto Moniz Bandeira, é tão importante. Destrói mitos. De Martí a Fidel enfoca um dos temas mais apaixonantes da política externa norte-americana — a relação dos Estados Unidos com a Cuba de Fidel Castro — e o analisa dentro de um contexto mais amplo: a relação dos Estados Unidos com a América Latina nos 150 anos que vão desde a presidência de Thomas Jefferson, o primeiro que sonhou em apoderar-se de Cuba, até o triunfo da revolução cubana; 150 anos em que a América Latina sofreu na própria carne a prepotência e a agressividade dos Estados Unidos. Simón Bolívar já havia advertido sobre o perigo que os Estados Unidos representavam para a “Nossa América”, e José Martí reiterou-o com clareza meridiana. Em maio de 1895, poucas horas antes de morrer combatendo contra as tropas

espanholas, escreveu que seu propósito último era “impedir a tempo, com a independência de Cuba, que os Estados Unidos se estendam pelas Antilhas e caiam, com mais essa força, sobre as nossas terras da América. O quanto fiz até hoje, e farei, é para isso... Vivi no monstro [Estados Unidos] e conheço suas entranhas, e a minha funda é a de Davi.”²

Em 1898, quando a rebelião cubana entrou no seu quarto ano, os Estados Unidos intervieram na guerra, aparentemente para liberar Cuba. Depois da derrota da Espanha, Washington impôs aos cubanos a Emenda Platt, segundo a qual se concedia o direito de intervir militarmente e estabelecer bases navais no território cubano (até hoje, a Emenda Platt sobrevive na base norte-americana de Guantánamo). Mais do que qualquer outro país latinoamericano, Cuba converteu-se, nas palavras de um analista norte-americano, em “um feudo dos Estados Unidos”.³ O sonho de Martí — de independência e justiça social — tinha sido esmagado pela ambição de Washington.

Quando um grupo de homens, decididos a alcançar a reforma social e a independência nacional, finalmente tomou o poder em Cuba, em setembro de 1933, o presidente Franklyn Delano Roosevelt, o autor da mal batizada “Política da Boa Vizinhança”, negou-se a reconhecer o novo governo e instou o exército cubano a tomar o poder. Assim foi feito, e a era de Batista começou.

Somente com o triunfo da revolução, em 1959, Cuba conseguiu ser uma nação verdadeiramente independente, apesar dos obstinados esforços dos presidentes Dwight Eisenhower e John Kennedy para impedi-lo. Moniz Bandeira detalha, com fino pincel, os excessos de Washington: as ações terroristas em que foram mortos dezenas de cidadãos cubanos (as bandeiras pretas que simbolizam estas vidas ceifadas pelos Estados Unidos circundam hoje o Escritório de Interesses dos Estados Unidos, em Havana); a invasão da Baía dos Porcos; a imposição do bloqueio; a manipulação descarada da servil Organização dos Estados Americanos (OEA) contra Cuba; as tentativas de assassinar Fidel Castro. A análise de Moniz Bandeira é enriquecida pela sua profunda pesquisa nos arquivos dos Estados Unidos, do Brasil e da

República Democrática da Alemanha, e por suas conversas com líderes cubanos, incluindo Fidel Castro — motivo de profunda inveja para mim, pois em quatorze anos de pesquisas em Cuba, nunca consegui entrevistar Fidel — e Che Guevara.

A União Soviética deu a Cuba um respaldo decisivo na sua luta para resistir à investida dos Estados Unidos, porém, Cuba nunca foi um satélite soviético. Os dois elementos chaves da política externa da revolução cubana têm sido sua orgulhosa independência e o internacionalismo. Os documentos dos Estados Unidos que foram revelados mostram que, muito além da retórica oca dos governantes norte-americanos, seus serviços de inteligência destacavam — admirados e surpresos — a independência de Cuba em relação à URSS.⁴ Assim foi na década de 1960 e assim continuou sendo até o desmonte da União Soviética. Em novembro de 1975, quando Fidel enviou suas tropas a Angola para deter a invasão sulafricana — da África do Sul do Apartheid — lançada em vergonhosa aliança com os Estados Unidos para impor um governo de marionete em Luanda, o secretário de estado Henry Kissinger imediatamente o acusou de ser um peão da União Soviética, porém, vinte anos mais tarde, retratou-se em suas memórias: “Naquele momento, pensamos que [Castro] estava agindo segundo instruções dos soviéticos. Não podíamos imaginar que atuaria de forma tão provocadora tão longe do seu país, a não ser que Moscou o pressionasse como pagamento ao apoio militar e econômico. As provas hoje disponíveis indicam que foi o oposto.”⁵ O que foi, então, que motivou a audaciosa decisão de Fidel Castro? Não foram os interesses estritos de Cuba, a Realpolitik. Com sua decisão de enviar as tropas, Fidel desafiou a poderosa África do Sul, desafiou os Estados Unidos e desafiou até a União Soviética, porque sabia muito bem que Moscou se opunha. Foi o idealismo que motivou a decisão de enviar as tropas para Angola. A vitória do eixo Pretória-Washington teria significado a vitória do Apartheid, a reafirmação do domínio branco sobre os povos da África Austral. Foi um momento definidor, Fidel enviou seus soldados. Como Kissinger explica muito bem em suas memórias, “Castro era possivelmente o líder revolucionário mais

genuíno no poder daqueles tempos”.⁶

Logicamente, o sentido de missão de Fidel Castro não é única força que inspira sua política externa, porém, sim, é seu fundamento. Castro vê Cuba como um híbrido especial: um país socialista com uma sensibilidade de Terceiro Mundo em um mundo que, como ele corretamente afirma, está dominado pelo “conflito entre os privilegiados e os desfavorecidos, a humanidade contra o imperialismo,⁷ onde a principal linha divisória nunca foi entre Estados socialistas e capitalistas, senão que entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Um biógrafo de Fidel, Leycester Coltman, afirma que “Castro perdeu a grande batalha da sua vida, a batalha contra o imperialismo: no final da sua vida, os Estados Unidos eram ainda mais poderosos que em 1958.”⁸ No entanto, mesmo que os Estados Unidos sejam mais poderosos que naquele momento, é uma tergiversação fundamental da vida de Castro afirmar que ele perdeu a sua maior batalha.

Para começar, deve-se romper uma dicotomia simplista: para Castro, a batalha contra o imperialismo — a *raison d'être* da sua vida — é mais que batalha contra os Estados Unidos: é a batalha contra a miséria e a opressão no Terceiro Mundo. Nesta guerra, os batalhões de Castro incluem os médicos cubanos e outros colaboradores que têm trabalhado e estão trabalhando em algumas das regiões mais pobres do mundo, sem custo algum ou com muito pouco custo para o país anfitrião. Estes batalhões incluem também os milhares de jovens de poucos recursos, da América Latina e da África, que estão estudando medicina, com todos os gastos pagos, na Escola Latinoamericana de Medicina, perto de Havana. Nesta guerra contra o imperialismo, Castro conseguiu vitórias impactantes.

Seus soldados também conseguiram grandes vitórias, principalmente naquela que Castro chamou de “a causa mais bonita”,⁹ a luta contra o Apartheid. Em 1975, Cuba dobrou Washington e Pretória em Angola e impediu que fosse instalado em Luanda um governo marionete da África do Sul. Doze anos mais tarde, em novembro de 1987, Castro enviou para Angola as melhores unidades do exército cubano e seu armamento mais

sofisticado para tirar, de uma vez para sempre, os sulafricanos daquele país. Mais uma vez, atuou contra a vontade da URSS. Mais uma vez, alcançou seus propósitos. Empurrados pelas tropas cubanas, os sulafricanos tiveram que se retirar de Angola e aceitar a independência da Namíbia, esse imenso território encravado na costa sulocidental da África, entre Angola e a África do Sul, que a África do Sul estava controlando, desafiando a comunidade internacional, com o respaldo tácito da administração de Ronald Reagan.¹⁰ A vitória cubana teve impacto para além da Namíbia. Como disse Nelson Mandela, ela “destruiu o mito da invencibilidade do opressor branco... [e] serviu de inspiração ao povo combatente da África do Sul... [a vitória cubana] marca a virada na luta para liberar o continente e o nosso país do açoite do Apartheid”.¹¹

De Martí a Fidel representa um aporte de grande valor para aqueles que queiram entender as relações entre os Estados Unidos e Cuba. Sua análise cuidadosa revela que não há nada de excepcional na política dos Estados Unidos contra Cuba ao longo das últimas cinco décadas. Ou melhor, é uma política ordinária, coerente com os afãs imperiais e a intolerância que os Estados Unidos têm demonstrado desde os seus primórdios em relação à América Latina. O que, sim, tem sido excepcional é a política externa da revolução cubana. Eu não conheço nenhum outro país, na época moderna, onde o idealismo tenha sido um componente tão chave da sua política externa. Não conheço nenhum outro país, que não Cuba, que por um tempo relativamente longo tenha demonstrado tanta generosidade e valentia na sua política externa.

Cuba não levou nenhuma vantagem material da sua ajuda aos povos da África (ou de outros continentes). Tal como Fidel disse ao presidente angolano José Eduardo dos Santos em março de 1984, em um momento em que havia 30 mil soldados cubanos em Angola, “os angolanos sabem que [a colaboração militar] sempre foi absolutamente gratuita; não podemos nos encarregar de todos os gastos de alimentação, mas todos os salários os pagamos aqui [em Havana], e não se sabe o que tem significado, em milhões de pesos, o que temos gasto em colaboração militar... Nossos soldados não

têm cobrado nada em nenhuma parte do mundo, são internacionalistas, não são mercenários.”¹² Quem pesquisar os arquivos cubanos — como tenho feito há 13 anos — pode apreciar a generosidade desta ajuda cubana em toda a sua magnitude.

E apreciar, em todo o seu alcance, as palavras de Nelson Mandela, quando esteve em Havana, em 1991, palavras que provocaram “uma onda de censura” nos Estados Unidos.¹³ “Viemos aqui com o sentimento da grande dívida que contraímos com o povo de Cuba” - disse ele. “Que outro país tem uma história maior de altruísmo do que a que Cuba pôs em prática nas suas relações com a África?”¹⁴

A União Soviética perdeu a Guerra Fria, porém, qualquer análise justa da política externa de Castro tem que reconhecer seus êxitos impactantes e, em particular, sua influência em mudar o rumo da história da África Austral contra os maiores esforços dos Estados Unidos para impedi-la. Estes êxitos explicam porque, tal como Leycester Coltman escreve, Castro “ainda é um osso entalado na garganta dos americanos. Desafiou e ridicularizou a única superpotência do mundo, e isso eles não perdoam”.¹⁵ O desejo de revanche, e não apenas os votos de Miami, explicam porque o bloqueio — tão profundamente imoral — tem que continuar.

Notas

- . Piero Gleijeses é professor de Política Externa dos Estados Unidos na School of Advanced International Studies, na Johns Hopkins University. Tem várias obras publicadas, entre as quais *Shattered Hope: The Guatemala Revolution and the United States, 1944-1954* y *Conflicting Missions — Havana, Washington and Africa, 1959-1976*.
- . José Martí a Manuel Mercado, 18 de maio de 1985, em José Martí, *Epistolario*, 5 vols., La Habana, 1993, 5: 250.
- . Tad Szulc, *Fidel: A Critical Portrait*, Nueva York, 1987, p. 13.
- . Ver Piero Gleijeses, *Conflicting Missions: Washington, Havana, and Africa, 1959-1976*, Chapel Hill, 2002, esp. pags. 373-81.
- . Henry Kissinger, *Years of Renewal*, New York, 1999, p.816
- . *Ibid.*, p. 785.
- . “National Policy Paper — Cuba: United States Policy,” draft, 15 de julho de 1968, p.15 (citando a Castro), Freedom of Information Act.
- . Leycester Coltman, *The Real Fidel Castro*, New Haven, 2003, p. 319.
- . Fidel Castro, em “Indicaciones concretas del Comandante en Jefe que guiarán la actuación de la delegación cubana a las conversaciones en Luanda y las negociaciones en Londres (23-4-88),” p. 5, Centro de Información de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, La Habana (en adelante CIFAR).
- 0. Ver Piero Gleijeses, “Moscow’s Proxy? Cuba and Africa 1975-1988,” *Journal of Cold War Studies*, Fall 2006, pp. 96-146. Ver também os mui valiosos ensaios de Jorge Risquet e Fernando Remírez em Piero Gleijeses, Jorge Risquet y Fernando Remírez, *Cuba y Africa: Historia común de lucha y sangre*, La Habana, 2007.
- 1. Nelson Mandela, 26 de julho de 1991, Granma (Havana), 27 de julho de 1991, p. 3.
- 2. “Conversa mantida pelo Comandante em chefe Fidel Castro, primeiro secretário do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e presidente dos Conselhos de Estado e de Ministros, com José Eduardo dos Santos, presidente da MPLA — Partido do Trabalho e da República Popular de Angola, no Comitê Central do PCC, em 17 de março de 1984,” p. 27, CIFAR
- 3. Richard Cohen, “Mandela: A Mistake in Cuba,” *Washington Post*, 30 de julio de 1991, p. 15.
- 4. Mandela, 26 de julho de 1991, Granma, 27 de julho de 1991, p. 3.
- 5. Coltman, *The Real Fidel Castro*, p. 289.

Introdução

A República Democrática Alemã (RDA) fora o Estado do Leste Europeu onde a população alcançara o mais alto e o melhor padrão de vida. Era o próprio modelo do socialismo real. Erich Honecker, primeiro-secretário do Sozialistische Einheitspartei Deutschlands (SED), acreditava que o povo estava feliz e satisfeito porque tinha comida e moradia. Muitas vezes, chegava a perguntar: “Qual dos países socialistas no mundo está melhor do que nós?”¹ E acrescentava: “Vocês querem perestroika e glasnost ou prateleiras cheias de mercadorias?”² Cortava, assim, qualquer conversação sobre a necessidade de reformas. Seu argumento também consistia no fato de que, embora possuísse terras menos cultiváveis do que a União Soviética, a RDA lograra resolver o problema da alimentação, tanto que exportava carne e manteiga e seu programa de construção de moradias constituía um êxito. Entretanto, o povo não quis aquele modelo de socialismo real. A RDA não poderia subsistir sem as cercas ao longo de suas fronteiras, sem o Muro de Berlim e sem o apoio das tropas da União Soviética. E por isso desapareceu.

Cuba, ao contrário, jamais teve um padrão de vida que pudesse ser comparado ao da RDA. Desde 1960, quando os Estados Unidos lhe impuseram o bloqueio econômico, viveu em regime de racionamento, com o povo a sofrer grandes vicissitudes e carências, consumindo somente a quantidade que lhe outorgava a libreta. A situação se agravou profundamente desde o desmerengamento da União Soviética e dos demais países do Bloco Socialista, o que provocou o desaparecimento do Conselho de Ajuda Econômica (COMECON). O país sofreu uma diminuição de cerca de 60% de sua capacidade de importação. As prateleiras, diferentemente do que ocorria na extinta RDA, ficaram vazias. Não havia mercadorias e, em 1992, a escassez de combustível ameaçava paralisar o próprio Estado. No

entanto, Cuba resistiu. A maioria da população manteve-se solidária com o governo e disposta a defender o regime, em caso de intervenção estrangeira, com a esperança de que ainda viesse a superar a situação de dificuldades.

Esse contraste foi o que me levou, após escrever o livro *Do ideal socialista ao socialismo real — A reunificação da Alemanha* (São Paulo, Ensaio, 1992), a empreender esta obra, com o objetivo de explicar por que, diferentemente do que ocorrera nos países do Leste Europeu, Cuba, isolada, resistiu às maiores e mais brutais pressões, econômicas e políticas, impostas pelos Estados Unidos, e sua população continuou, em larga medida, solidária com o governo, sem que turbulências ou revoltas eclodissem, ainda que muitos fizessem críticas e defendessem mudanças no regime político.

Com muita razão, o historiador norte-americano Thomas Skidmore, diretor do Centro de Estudos Latino-Americanos da Brown University, apontou Cuba como um “classic study of this nationalist phenomenon”.³ E, a salientar que a questão consistia em saber qual a natureza dessa criatura — a Revolução Cubana —, acrescentou que o povo podia ver o caráter autoritário do regime, mas “the real appeal of this regime is nationalistic”, motivo pelo qual a invasão da Baía dos Porcos, em 1961, foi uma dádiva dos deuses para que Fidel Castro consolidasse seu poder.⁴ Para compreender esse fenômeno, entretanto, tornava-se necessário naturalmente revelar a condicionalidade essencial do processus histórico da Revolução Cubana no contexto da América Latina, cujas contradições não resolvidas com o sufocante predomínio dos Estados Unidos ela exprimiu, conforme o espírito da época (Zeitgeist), daí a popularidade e o amplo respaldo que também obteve entre os povos de todo o continente.

Isso significa que a Revolução Cubana, ainda que tivesse como vetor a politische Identitätsbildung (formação de identidade política), com os independentistas derrotando os anexionistas (favoráveis à anexação aos Estados Unidos), não constituiu um fenômeno isolado. Dadas as suas causas e consequências, ela foi um fenômeno da América Latina, cujo nacionalismo, que se manifestara em larga medida sob formas nazifascistas durante os anos 1930 e 1940, infletiu cada vez mais para a esquerda e mesmo se identificou

com o comunismo, como no caso de Cuba, em virtude da contradição entre os dois polos do poder internacional durante a Guerra Fria. A União Soviética, naquelas condições, afigurou-se como a única força capaz de contrapor-se ao predomínio dos Estados Unidos, uma vez que a vis atractiva da Alemanha nazista, como polo de poder econômico, político e militar, desaparecera com o término da Segunda Guerra Mundial.

Essa manifestação do nacionalismo, sob as formas do nazifascismo ou do comunismo, em diversos países latino-americanos, demonstrou a necessidade de reavaliar os conceitos de esquerda e direita, dado que tais tendências ideológicas importadas da Europa miscigenaram-se e modificaram-se não apenas no conteúdo mas também e até mesmo nos objetivos a que se propuseram, ao expressar, concretamente, outras condições econômicas, sociais e políticas. Qual foi a direita e qual foi a esquerda na Bolívia entre 1943 e 1945? O governo do coronel Gualberto Villarroel, que, embora acusado pelos Estados Unidos de servir aos propósitos da Alemanha nazista, iniciou as reformas sociais, incorporando os índios à política nacional, ou o Partido de la Izquierda Revolucionaria (PIR), de orientação stalinista, que participou do movimento para derrubá-lo, juntamente com a oligarquia da Bolívia? Qual foi a esquerda na Argentina em 1945 e nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial? Perón, apoiado nos sindicatos e com sua retórica modelada pelo fascismo, ou o Partido Comunista, que se aliara ao embaixador dos Estados Unidos, Spruille Braden, e à oligarquia argentina para combatê-lo? Qual foi a esquerda em Cuba? Fidel Castro ou o PSP, que no início dos anos 1940, participara do governo do sargento Fulgencio Batista e se opusera às guerrilhas até julho de 1958? Tais exemplos evidenciam que as contradições da América Latina com os Estados Unidos levaram o nacionalismo, que na Europa constituiu expressão política da direita, a manifestar-se, em países daquela região, como força de esquerda, mesmo quando usou a retórica do nazifascismo. E isso se deve ao fato de que, enquanto a permanência das palavras — esquerda e direita — tende a imprimir estabilidade ao conceito, a realidade, que o conceito pretende representar e a palavra exprimir, conforme o grande mestre do Direito

Alberto da Rocha Barros salientou, modifica-se a cada instante, está em movimento, isto é, em um constante devenir, em um contínuo fluxo em que o ser e o não ser se integram, de modo que o conceito não pode estabilizar-se, na medida em que precisa acompanhar e refletir a realidade.⁵

Por esse motivo, tratei de abordar os diversos momentos do processo revolucionário em Cuba, sobretudo a partir dos anos 1930, quando, em meio a uma revolta popular, o sargento Fulgencio Batista praticamente tomou o poder em Havana. Esse fato ocorreu no contexto de várias manifestações revolucionárias do nacionalismo na América Latina, como, entre outras, a república socialista de 12 dias implantada no Chile pelo comodoro Marmaduke Grove (1931), o governo do general Lázaro Cárdenas, no México (1934-1940), o peronismo na Argentina (1945-1956), a revolução boliviana (1952-1964) dirigida pelo MNR, e o regime reformista na Guatemala (1944-1954), derrubado pela CIA. Ao inserir a Revolução Cubana nessa perspectiva continental, meu objetivo foi demonstrar como ela, historicamente, se encadeou com aquelas experiências revolucionárias anteriores, sobretudo a da Bolívia e a da Guatemala, diante das quais os Estados Unidos tomaram atitudes e adotaram políticas diferentes. Destarte, procurei explicar como, no caso de Cuba, o nacionalismo, em meio à Guerra Fria, evoluiu para o comunismo, de modo que Fidel Castro pudesse defender a soberania nacional e preservar as mudanças econômicas e sociais que afetaram os interesses norte-americanos.

Para a realização da pesquisa, visando elaborar este estudo da Revolução Cubana, inquestionavelmente o maior acontecimento da América Latina no século XX, parti então da seguinte linha de hipóteses:

1. A Revolução Cubana não foi uma operação da União Soviética na Guerra Fria, uma consequência da confrontação Leste-Oeste, mas uma das primeiras — e a mais poderosa — manifestações do conflito Norte-Sul, principalmente das contradições não resolvidas entre os Estados Unidos e os países da América Latina.
2. A Revolução Cubana foi autóctone, teve um caráter nacional e

democrático e, embora alguns de seus líderes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, acolhessem, em pequena medida, ideias marxistas, não era inevitável que ela se desenvolvesse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo.

3. A implantação de um regime segundo o modelo dos países do Leste Europeu foi uma contingência histórica, como resultado de uma política empreendida não pela União Soviética, mas pelos Estados Unidos, que, sem respeitar os princípios da soberania nacional e da autodeterminação dos povos, não aceitaram certos atos da revolução, como a reforma agrária, e transformaram contradições de interesses nacionais em um problema do conflito Leste-Oeste.
4. Ao contrário do que se passou na RDA, onde a implantação daquele socialismo, com o apoio das tropas da União Soviética, dividiu a nação e não adquiriu legitimidade, a radicalização da Revolução Cubana na mesma direção foi uma forma de assegurar suas conquistas e defender a nação cuja soberania os Estados Unidos ameaçaram.
5. A ampla maioria da população, que ficou em Cuba e duplicou nas décadas subsequentes, entendeu que a mudança de regime não iria melhorar substancialmente sua situação, ao contrário, a agravaria, com o regresso dos exilados.

Os objetivos dessa pesquisa, para o estudo que me propus realizar, foram, entre outros, os seguintes:

1. Esclarecer como e por que uma revolução liderada por homens que, apesar de alguns professarem ideias marxistas, não pertenciam ao Partido Comunista pôde desenvolver-se na direção de um socialismo vinculado ao modelo e aos interesses da União Soviética.
2. Estudar a evolução dos conflitos entre Cuba e os Estados Unidos nos anos posteriores à vitória da revolução e como se processou a aproximação com a União Soviética.
3. Compreender por que a revolução, que mudou o modo de produção,

não mudou também suas relações internacionais, pois apenas transferiu a dependência de Cuba, em face dos Estados Unidos, para a União Soviética.

4. Explicar os fatores que levaram a população de Cuba a manter-se solidária com a revolução, apesar de todas as vicissitudes acarretadas pelo contínuo embargo econômico dos Estados Unidos e que se agravaram após o esbarrondamento do Bloco Socialista, com o qual ela passara a manter mais de 85% do seu comércio exterior.

Empreguei, como sempre, o método histórico, hegeliano, para a avaliação dos fatores econômicos, sociais e políticos que determinaram o desenvolvimento da Revolução Cubana, e adotei como procedimento de pesquisa não apenas a leitura da mais ampla bibliografia a respeito do tema, existente nos Estados Unidos, em Cuba e em outros países, mas, sobretudo, a consulta à documentação original, tanto impressa quanto inédita, depositada em vários arquivos, principalmente no Brasil. Os documentos dos Estados Unidos puderam, em larga medida, ser encontrados em várias edições do *Foreign Relations of the United States*, do Departamento de Estado, e em outras publicações feitas pelo National Security Archive, da George Washington University. Utilizei também outros documentos por mim colhidos no National Archives, em Washington, em pesquisas anteriores, sobretudo referentes à Bolívia e à Guatemala. De grande valia para mim, porque me permitiu conhecer a percepção de outros observadores que não apenas norte-americanos, foi o arquivo do Itamaraty, cuja documentação confidencial e secreta, relativa aos anos 1950 e 1960, pesquisei por mais de dois anos, com a sempre inestimável assistência de Gisele Tona Soares, minha assessora, que comigo trabalhou por mais de seis anos, e de outras colaboradoras. Também no Brasil devassei vários outros arquivos, entre os quais o acervo de Francisco Clementino San Tiago Dantas, que foi ministro das Relações Exteriores do governo João Goulart e que desempenhou importante papel na defesa do direito à autodeterminação de Cuba durante a VIII Reunião dos Chanceleres Americanos, em Punta del Leste (1962).

Infelizmente, devido ao golpe de Estado que em 1964 derrubou o governo Goulart, o Brasil rompeu relações diplomáticas com Cuba e a documentação existente no Itamaraty sofreu uma interrupção de 22 anos. Com esse esforço, procurei libertar-me da “view from Washington”, que condicionou a maioria dos historiadores, conforme Laurence Chang, da Stanford University, salientou.⁶ A presença da América Latina e, em especial, do Brasil e do México, cuja oposição, até 1964, impediu a intervenção militar em Cuba, sob a cobertura da OEA, pretendida pelos Estados Unidos, que também a buscaram para legitimar o bloqueio naval durante a crise dos mísseis, está ausente de toda a bibliografia publicada nos Estados Unidos. Escassas e superficiais são as referências. E essa lacuna minha pesquisa tratou de preencher, ao acompanhar a revolução a partir também da “view from Brasilia”.

Não me restringi, evidentemente, às riquíssimas fontes primárias e secundárias existentes nos Estados Unidos e à documentação inédita disponível no Brasil. Também pesquisei no Politsches Archiv, do Auswärtiges Amt, em Bonn, mas a documentação lá encontrada sofreu interrupção em 1963, porque, naquele ano, Fidel Castro reconheceu a República Democrática Alemã (Alemanha comunista), e a República Federal da Alemanha rompeu relações diplomáticas com Cuba. Assim, para os anos posteriores a 1963, vali-me dos Arquivos dos Partidos e Organizações de Massa do extinto Sozialistische Einheitspartei Deutschlands (SED), da extinta Alemanha Oriental, hoje depositados no Bundesarchiv, em Berlim. Infelizmente, por diversas dificuldades, não pude pesquisar os arquivos existentes em Moscou, mas, depois da glasnost e, principalmente, da extinção da União Soviética, alguns historiadores russos, bem como antigos agentes da KGB, diplomatas e militares russos publicaram, em colaboração com norte-americanos, vários livros, que constituem valiosa fonte de informação.

Em Cuba, apesar da boa vontade dos embaixadores Jorge Bolaños, atualmente vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba, que muito me estimulou a realizar este trabalho, e Oscar Orama, não houve possibilidade de

pesquisar os arquivos nem do Partido Comunista, centro das decisões do país, nem do Ministério das Relações Exteriores. Apenas Jorge Risquet, membro do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba e assessor do general Raúl Castro, forneceu-me alguns documentos, por ele selecionados, em meio a interessante e proveitosa entrevista que me concedeu em dezembro de 1995. A ele agradeço, bem como a Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional Popular, Armando Hart, ministro da Cultura, e Antonio Núñez Jiménez, que acompanhou Fidel Castro desde as lutas em Sierra Maestra, que gentilmente me concederam outras entrevistas. Agradeço também a cooperação do Dr. Gabriel F. Pérez Tarrau, professor titular do Departamento de Relações Internacionais Raúl Roa Garcia, bem como ao licenciado Pablo Saenz Fuentes, que foi meu orientando nos cursos de mestrado e doutorado na Universidade de Brasília, aos funcionários do Instituto Cubano de Amistad con los Pueblos (ICAP) e a Adys Cupull e Froilán González, que me facilitaram livros e outras publicações. Convém, no entanto, assinalar que a bibliografia cubana é muito pobre. Os livros, carregados de estereótipos ideológicos e jargões, caracterizam-se, na imensa maioria, pelo caráter propagandístico, o que reflete o grande atraso e a indignância que as ciências sociais sofreram em todos os países que adotaram os padrões políticos e culturais do stalinismo vigentes na União Soviética. Os discursos e as entrevistas de Castro com jornalistas e outras personalidades estrangeiras, que foram oficialmente publicados, constituem a maior fonte de informações. Mesmo assim foi difícil obter em Cuba seus pronunciamentos dos anos 1960, entre os quais o discurso contra Aníbal Escalante, de 1962. Obtive-os, em inglês, publicados nos Estados Unidos pela editora Pathfinder, vinculada ao Socialist Workers Party (trotskista). De qualquer modo, tentei tanto quanto possível cruzar e conferir todas as informações com as provenientes de fontes cubanas, analisando como Castro e Che Guevara, dois dos três principais chefes da revolução (de Raúl Castro há pouquíssima coisa publicada), pensavam e reagiam diante dos acontecimentos.

Muito mais não foi possível em Cuba, apesar do respaldo que tive do embaixador Luiz Augusto de Castro Neves, chefe do Departamento das

Américas do Itamaraty, e do empenho da embaixada do Brasil em Havana, especialmente do conselheiro Frederico Duque Estrada, encarregado de Negócios, que muito agradeço. Aliás, muito valioso foi o apoio que recebi dos embaixadores Sebastião do Rego Barros, secretário-geral do Itamaraty, e João Baena Soares, presidente da Fundação Alexandre de Gusmão, que me possibilitaram mais uma viagem a Cuba, para atualizar a pesquisa, em dezembro de 1995, bem como do embaixador Adolfo Westfalen, então chefe do Departamento de Comunicações Diplomáticas do Itamaraty, ao qual os arquivos estavam subordinados. Todo este trabalho, evidentemente, não seria possível sem o suporte que o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) nunca me negou.

Convém salientar, entretanto, que o conhecimento da revolução, que eu já possuía, pois a acompanhara atentamente desde seus primórdios, quando Fidel Castro ainda lutava em Sierra Maestra, foi-me de enorme valia. Conheci Castro em 1959, quando ele passou pelo Brasil, após a reunião do Comitê dos 21, realizada em Buenos Aires. Estive ao seu lado durante o discurso que ele pronunciou na Esplanada do Castelo, no Rio de Janeiro, e assisti a algumas conversas que ele manteve com os estudantes na ocasião. No ano seguinte, 1960, integrei, como jornalista do Diário de Notícias, do Rio de Janeiro, a comitiva de Jânio Quadros, que, como candidato à presidência do Brasil, fez uma viagem a Cuba. Lá, conheci Che Guevara, com quem conversei, e assisti aos encontros que Quadros manteve com ele e com Fidel Castro, bem como com outros próceres da revolução. Desde então permaneci em contato com os cubanos e, em 1962, fui convidado a visitar Havana, onde, além de assistir às entrevistas e aos discursos de Castro, tive uma conversa particular, de várias horas, com Che Guevara, no seu gabinete do Ministério da Indústria. A conversa começou à meia-noite, horário que ele costumava marcar quando queria estar mais à vontade, e varou a madrugada. Naquela oportunidade, ao falarmos sobre as controvérsias entre as Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião e dispostas à luta de guerrilha e os militantes do Partido Comunista Brasileiro, ele admitiu a possibilidade de se organizar uma espécie de Internacional com as

organizações revolucionárias, que, independentemente e contra a orientação de Moscou, estavam a emergir na América Latina sob o impacto da Revolução Cubana. Apresentou-me então a John William Cooke, representante da esquerda peronista, e com ele fiquei em contato para acompanhar, por meio da Prensa Latina, as notícias provenientes do Brasil, onde o irmão de Francisco Julião e outros militantes das Ligas Camponesas foram presos, aparentemente em treinamento de guerrilha, em uma fazenda no interior de Pernambuco. Na mesma época, conheci Luís de la Puente Uzeda, que também estava em Cuba, e Guillermo Lobatón, ambos organizadores do Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR) no Peru e mortos pelas Forças Armadas ao deflagrarem, em 1965, a guerra de guerrilha naquele país. Eles sempre me procuraram no Rio de Janeiro, até que o golpe de Estado (1964) no Brasil levou-me ao exílio no Uruguai, onde o presidente João Goulart, Leonel Brizola e tantos outros brasileiros se asilaram. Igualmente tive contato com vários outros personagens, como Pedro Abella, do Movimiento Obrero Estudiantil Campesino (MOEC) colombiano, e Ernesto Benado, do MIR chileno, o que me permitiu vivenciar a Revolução Cubana em todas as suas dimensões. Uma vez que era vinculado aos círculos políticos do presidente João Goulart e responsável pela chefia da Seção Política do Diário de Notícias, importante jornal do Rio de Janeiro, acompanhei de perto o movimento nos bastidores diplomáticos, recebendo inúmeras informações confidenciais e secretas que chegavam ao governo brasileiro. Os chanceleres Afonso Arinos de Melo Franco, meu amigo, San Tiago Dantas, com quem tive a honra de trabalhar no Jornal do Commercio, do Rio de Janeiro, e Hermes Lima, meu mestre na Faculdade de Direito e também amigo, bem como Evandro Lins e Silva, que serviram aos governos de Quadros e Goulart, manifestaram diversas vezes confiança na minha discrição.

Dou tais esclarecimentos para mostrar que minhas reflexões sobre a Revolução Cubana não se basearam apenas na pesquisa de livros e documentos, dentro de um gabinete, ou em entrevistas feitas a posteriori para reconstituição oral da história. Elas resultam igualmente de minha

vivência pessoal e apoiam-se no conhecimento direto dos fatos e personagens adquirido ao longo destes 40 anos. Infelizmente, a maior parte dos livros sobre Cuba publicados na primeira metade dos anos 1960 e por mim lidos, bem como os discursos de Castro naquela época, as entrevistas e outros documentos que eu possuía, foram destruídos pela repressão durante o regime autoritário no Brasil.

Ao concluir esta apresentação, não posso deixar de agradecer a valiosa cooperação dos meus amigos Gilberto Calcagnotto, do Institut für Iberoamerika-Kunde, de Hamburgo, e Dr. Bernhard Moltmann, da Hessische Stiftung Friedens-und Konfliktforschung, de Frankfurt, que leram os originais e deram importantes sugestões, Argemiro Ferreira, correspondente da Tribuna da Imprensa e de outros jornais nos Estados Unidos, que me deixou sempre a par das últimas revelações lá publicadas, e Isidoro Gilbert, em Buenos Aires.

A bem da verdade, é preciso salientar que todos os que comigo colaboraram agiram generosamente, sem nenhuma responsabilidade pelas ideias e opiniões por mim expressas nesta obra.

ST. LEON, 26 DE MARÇO DE 1998
Luiz Alberto Moniz Bandeira

Notas

- 1. Krenz, 1990, p. 120.
- 2. Id., p. 120.
- 3. Blight e Kornbluh, 1998, p. 76.
- 4. Id., *ibid.*, p. 76.
- 5. Rocha Barros, 1953, p. 21.
- 6. Laurence Chang, “The View from Washington and the View from Nowhere: Cuban Missile Crisis Historiography and the Epistemology of Decision Making”, in Nathan (ed.), 1992, p. 136.

Capítulo I

A EXPANSÃO TERRITORIAL DOS ESTADOS UNIDOS E A PERCEPÇÃO DE CUBA COMO SUA FRONTEIRA NATURAL • OS MOVIMENTOS ANEXIONISTAS NOS ESTADOS UNIDOS E EM CUBA • O DESTINO MANIFESTO • A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA E O PAPEL DE JOSÉ MARTÍ • A INTERVENÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E A GUERRA CONTRA A ESPANHA • A OCUPAÇÃO DE CUBA • THEODORE ROOSEVELT, A PLATT AMENDMENT E O CANAL DO PANAMÁ • O COROLÁRIO DA DOCTRINA MONROE E O BIG STICK

Quando os Estados Unidos se constituíram, em 1776, seu território estendia-se do Atlântico ao Mississippi, mas não abrangia a Flórida e o porto de Nova Orleans. Vinte anos depois, o presidente Thomas Jefferson duplicou-o. Por US\$ 15 milhões, comprou da França, então sob o domínio de Napoleão Bonaparte e necessitando de recursos para enfrentar a Grã-Bretanha, todo o território da Louisiana, com mais de 2,5 milhões de quilômetros quadrados. Com isso, os Estados Unidos não só incorporaram as ricas planícies que se tornariam um dos celeiros do mundo, como adquiriram o controle de todo o sistema hidrográfico da América do Norte e do porto de Nova Orleans, no delta do Mississippi. As contínuas levas de imigrantes e a crescente necessidade de terras para o plantio de algodão, tabaco, açúcar e outras culturas nutriam nos Estados Unidos o impulso de expansão tanto para o Oeste quanto para o Sul e para o Norte. Em 1810, seguindo a política expansionista de Thomas Jefferson, o presidente James Madison ordenou que o governo da Louisiana estendesse seu território, pacificamente, sobre a parte ocidental da península da Flórida, adjacente ao rio Mississippi. Mas os expansionistas não se satisfizeram. Durante a guerra com a Grã-Bretanha, em 1812-14, alguns deputados, como Henry Clay, do Kentucky, John C. Calhoun, da Carolina do Sul, e outros war hawks defenderam no Congresso a conquista do Canadá, bem como de toda a Flórida, ainda colônia da

Espanha. O Canadá continuou domínio da Grã-Bretanha, mas a Flórida, em 1819, a Espanha teve que ceder aos Estados Unidos, mediante tratado arrancado pelo secretário de Estado John Quincy Adams, depois que tropas norte-americanas, sob o comando do general Andrew Jackson, invadiram aquela península, a pretexto de combater os índios, e enviaram o governador espanhol, com todos os seus soldados, para Havana.

Aliás, da mesma forma que Thomas Jefferson, John Quincy Adams pretendia também a anexação de Cuba, por considerá-la parte integrante do continente, a “fronteira natural” dos Estados Unidos e indispensável para sua segurança no Golfo do México.¹ A ideia de anexação contava também com ampla receptividade naquela colônia espanhola, e o movimento para concretizá-la começara na verdade por volta de 1810, quando representantes de hacendados (fazendeiros) e proprietários de escravos cubanos entraram em negociações secretas com o cônsul norte-americano em Havana.² Elas não evoluíram, mas, diante do desmoronamento do Império espanhol nas Américas, os fazendeiros cubanos trataram de reiniciar os entendimentos em 1821, enviando um agente a Washington. Seu objetivo consistia em preservar, por meio da anexação aos Estados Unidos, o modo de produção, baseado na escravatura, contra as pressões que a Grã-Bretanha fazia sobre a Espanha para o abolir. Os entendimentos novamente não avançaram. Adams não efetivou seu propósito de incorporar Cuba à União, provavelmente para não ampliar nem agravar o litígio com a Espanha, da qual procurava obter, sem guerra, a cessão da Flórida, e pela mesma razão postergou o reconhecimento das novas repúblicas que se formavam na América Latina até março de 1823. Somente nesse ano, quando a Rússia passou a reivindicar o território ao Sul do Alasca, ao longo da costa do Pacífico, quase até o paralelo 51, e a Santa Aliança, por ela integrada com a Áustria e a Prússia, ameaçava a independência dos povos recém-libertados do domínio da Espanha, foi que os Estados Unidos decidiram firmar posição contra a reconquista de qualquer território na América. A ideia partira do ministro dos Negócios Estrangeiros da Grã-Bretanha, George Canning, e John Quincy Adams, a desconfiar de que o seu objetivo era amarrar os Estados

Unidos a um compromisso, de modo a evitar que se expandissem à custa da América espanhola, sugeriu ao presidente James Monroe que estabelecesse, ele próprio, isoladamente, a doutrina segundo a qual qualquer tentativa por parte de potências da Europa no sentido de estender seu sistema político a alguma porção do Hemisfério seria considerada perigosa para a paz e a segurança dos Estados Unidos. Na realidade, o desejo de promover a anexação de Cuba foi uma razão que levou Adams a recusar a ação conjunta proposta por Canning e sugerir a formulação da Doutrina Monroe.³

A Doutrina Monroe, enunciada na mensagem ao Congresso de 2 de dezembro de 1823, inspirava-se no isolacionismo de George Washington quando afirmava que “a Europa tinha um conjunto de interesses elementares sem relação com os nossos ou senão muito remotamente”⁴ e desenvolvia o pensamento de Thomas Jefferson — “a América tem um Hemisfério para si mesma”⁵ —, que tanto poderia significar o continente como o seu próprio país. Representava, sem dúvida, séria advertência não só à Santa Aliança, mas também à própria Grã-Bretanha, embora seu efeito imediato, quanto à defesa dos novos estados americanos, fosse puramente moral, dado que os interesses econômicos e a capacidade política e militar dos Estados Unidos não ultrapassavam a região do Caribe. De qualquer forma, a doutrina Monroe ajudou a Grã-Bretanha a frustrar os planos de recolonização da América e permitiu que os Estados Unidos continuassem a dilatar suas fronteiras em direção ao Oeste, dizimando as tribos indígenas que lá habitavam. Em 1833, missionários metodistas e presbiterianos norte-americanos, a pretexto de converter os índios, começaram a penetrar a região noroeste da América do Norte, o Oregon, ainda possessão da Grã-Bretanha, enquanto, ao Sul, outros colonos, já assentados no Texas desde 1821, criavam as condições que o levariam a desprender-se do México, constituindo, em 1835, uma república autônoma. Inevitável se tornara, portanto, que os Estados Unidos terminassem por anexar esses territórios em 1845 (Texas) e 1846 (Oregon).

Naquela época, embora ainda fossem um mercado de tipo colonial, o maior mercado de tipo colonial do mundo, isto é, um país que exportava

matérias-primas e importava produtos manufaturados, os Estados Unidos cresciam com uma rapidez que parecia assombrosa e — com a França e a Alemanha, mas sobretudo eles — destruíam o monopólio industrial da Grã-Bretanha, conforme Friedrich Engels observou.⁶ Os Estados Unidos, por volta de 1850, já ocupavam o quinto lugar no mundo como potência manufatureira,⁷ o que lhes exacerbava o ímpeto da expansão, em busca tanto de mais terras quanto de mercados e fontes de matérias-primas. A tendência para o messianismo nacional, acentuada no seu povo pela crença de ser o eleito de Deus, gerou então a ideia segundo a qual o destino manifesto dos Estados Unidos consistia em expandir suas fronteiras até o litoral do Pacífico e, passando pelo Havaí, projetar-se sobre a Ásia entorpecida. Isso implicava, obviamente, a conquista da Califórnia e da vasta área entre ela e o Texas, chamada Novo México. E a oportunidade surgiu quando, a pretexto de uma disputa em relação à fronteira do Texas, os Estados Unidos, sob o governo do presidente James K. Polk, entraram em guerra contra o México, que, uma vez derrotado, teve de ceder-lhes, ao assinar, em 1844, o Tratado de Guadalupe-Hidalgo, todo aquele território, com um total de 2,4 milhões de quilômetros quadrados, onde ricas jazidas de ouro foram descobertas. Muitos, como o secretário de Estado, James Buchanan, defenderam então a conquista de todo o México, enquanto o próprio presidente Polk oferecia à Espanha US\$ 100 milhões pela cessão de Cuba, onde José Morales Lemus, Miguel Aldana e outros dirigentes do Club de La Habana tratavam, desde 1847, de defender a transação.⁸ Os hacendados continuavam, naturalmente, a temer que a Espanha, cedendo às pressões cada vez mais fortes da Grã-Bretanha, extinguisse a escravatura na ilha. E o desejo de remover as restrições comerciais, bem como de incrementar as relações econômicas com os Estados Unidos, concorreu para alimentar e robustecer neles a ideia de tornar Cuba independente e pedir sua anexação àquele país, que já era o principal mercado tanto para as exportações de açúcar e outros produtos quanto para as importações dos bens essenciais de que necessitavam. O Texas apontara o caminho e servira como exemplo. A independência de Cuba significava, por conseguinte, separá-la da Espanha para anexá-la aos

Estados Unidos. Entretanto, na medida em que a Espanha se recusava, peremptoriamente, a vender a ilha, a cedê-la pacificamente, o respaldo ao movimento anexionista, entre os hacendados, começou a diminuir. Alertados por José Maria Saco, eles pouco a pouco perceberam que, se o principal objetivo da anexação de Cuba aos Estados Unidos era salvar a escravatura, uma guerra pela independência poderia precipitar-lhe o fim. A Espanha certamente decretaria a libertação dos negros, que, em 1848, somavam 619.333 contra 418.291 brancos e constituíam a maioria da população,⁹ de modo a contar com seu apoio para esmagar a insurreição. Assim, qualquer levante contra o domínio da Espanha só teria chance de êxito se fosse seguido de uma intervenção militar norte-americana. Mas, derrotado ou vitorioso, ele acarretaria exatamente o que os escravocratas dos Estados Unidos também queriam evitar por meio da anexação de Cuba, ou seja, o fim da escravatura.

Essa questão se configurava extremamente complexa e perigosa para os Estados Unidos, devido não apenas à probabilidade de guerra com a Espanha, envolvendo a Grã-Bretanha ou a França, como ao entrelaçamento com a sua política interna, que o crescente antagonismo entre o Sul escravocrata e o Norte abolicionista condicionava. O governo norte-americano, por tais razões, só se dispunha a recorrer à força armada, visando à anexação de Cuba, se a Espanha a cedesse a qualquer outra potência, o que seria considerado *casus belli*. O presidente Polk preferia esgotar todos os meios a fim de adquiri-la pacificamente e afastar a possibilidade de que a Grã-Bretanha dela se apossasse — e este era o seu maior temor — para ressarcir-se das dívidas da Espanha. Contudo, na medida em que o governo de Madri se negava a aceitar qualquer negociação, diversas iniciativas ocorreram para forçar a intervenção militar dos Estados Unidos, onde fazendeiros do Sul necessitavam de novas terras para explorar e se voltavam para os trópicos, sobretudo para Cuba, dado que o Compromisso de Missouri e o Compromisso de 1850 impediam que o modo de produção, alicerçado na escravatura, se estendesse na direção do Norte e do Oeste, cujo clima, ademais, não favorecia as plantations. Em 1850 e 1851, o general Narciso

López, que chefiara em 1848 uma conspiração para sublevar Cuba e pedir a anexação aos Estados Unidos, organizou duas expedições, compostas predominantemente por flibusteiros norte-americanos, para invadir a ilha e contou com o suporte de fazendeiros e políticos do Sul, entre os quais o general John A. Quintman, governador do estado do Mississippi, e o jornalista John O'Sullivan, autor da expressão destino manifesto, que justificou a expansão territorial dos Estados Unidos em meados do século XIX. As incursões fracassaram, por falta de sustentação em Cuba, e López, uma vez preso, foi garroteado publicamente em Havana ao amanhecer do dia 1º de setembro de 1851. Por outro lado, os presidentes Zachary Taylor e Millard Fillmore, embora favoráveis à anexação da ilha, evitaram envolver o governo na aventura, por medo de aguçar as tensões entre abolicionistas e escravocratas nos Estados Unidos. O próprio presidente Fillmore reconheceu que a questão de Cuba constituía a causa da divisão entre o Norte e o Sul e ameaçava destruir o Compromisso de 1850, ao reviver todas as discussões perigosas, suscitadas pelo Texas, pela Califórnia e por outros territórios adquiridos ou conquistados.¹⁰ Efetivamente, a anexação de Cuba se tornara um problema de política interna nos Estados Unidos. Ela se afigurava essencial à estabilidade do sistema escravista, ao permitir que o Sul revigorasse sua posição e ampliasse seu poder no Senado, de modo que, modificando a correlação de forças dentro da União, pudesse dominar o governo federal. E isso era precisamente o que os abolicionistas do Norte queriam evitar, opondo-se à anexação de um território onde a escravatura, a peculiar institution do Sul dos Estados Unidos, também existia.

A vitória do Partido Democrata, em 1852, alentou, no entanto, a campanha em favor da anexação de Cuba aos Estados Unidos, conduzida a partir de Nova Orleans pela Ordem da Estrela Solitária, organização secreta formada por antigos companheiros de López, e pelo movimento jovem América, sob o pretexto de que a Espanha pretendia a sua “africanização”. Eleito presidente dos Estados Unidos, Franklin Pierce, que adquiriu, em 1853, mais um pedaço do México, o território de Gadsden¹¹, pretendeu que a anexação de Cuba viesse a constituir a excepcional realização do seu

governo. Contudo, ele tinha seu próprio plano para alcançar esse objetivo. Imaginava, assim como Polk, que poderia compelir a Espanha a vender a ilha, pela qual se dispôs a pagar até US\$ 130 milhões. Embora soubesse que o tratado sobre a compra de Cuba, se fosse firmado, não passaria possivelmente no Senado, uma vez que a oposição dos antianexionistas, defensores da abolição da escravatura, dificultaria a obtenção dos 2/3 de votos necessários à sua aprovação, ele optou por tentar negociar. Por isso, como não desejava antagonizar a Espanha e criar resistências, evitou comprometer-se abertamente com as práticas dos flibusteiros, advogadas pelo general John A. Quitman, ex-governador do estado do Mississippi e presidente do Conselho da Ordem da Estrela Solitária, que organizava um contingente para a invasão da ilha. Na verdade, Pierce não queria provocar ainda mais o Norte, quando repelia o Compromisso de Missouri, com a promulgação do Kansas-Nebraska Act, permitindo a introdução de escravos nesses estados. Entretanto, segundo parecia, seu plano não descartava a utilização de força armada para efetuar a anexação de Cuba, se necessário. As instruções de 3 de abril de 1854, transmitidas a Pierre Soulé, ministro plenipotenciário em Madri e representante do espírito expansionista da Jovem América, pelo secretário de Estado, William Marcy, não escondiam o propósito de separar (to detach) Cuba do domínio de Espanha ou de qualquer outra potência da Europa por qualquer meio, inclusive a provocação de guerra.¹² Em 9 de outubro de 1854, os ministros plenipotenciários James Buchanan, James Y. Mason e Pierre Soulé, credenciados, respectivamente, junto aos governos da Grã-Bretanha, da França e da Espanha, reuniram-se em Ostend, obedecendo às instruções do governo norte-americano para discutir essa questão. Ao final da conferência, que foi transferida para Aix-la-Chapelle e durou seis dias, eles elaboraram um documento celebrizado como Manifesto de Ostend no qual afirmavam que os Estados Unidos tentariam comprar Cuba da Espanha ou, se o esforço falhasse, tratariam de tomá-la pelas armas, como, aliás, o secretário de Guerra, Jefferson Davis,¹³ já aconselhara Pierce a fazer, aproveitando o incidente com o Black Warrior, navio norte-americano apreendido em Havana e multado

em US\$ 6.000 pelas autoridades espanholas, sob acusação de violação das normas portuárias. O Manifesto de Ostend, porém, só chegou a Washington em 4 de novembro, no mesmo dia em que o Partido Democrata sofria fragorosa derrota eleitoral e perdia a maioria no Congresso, em virtude do desgaste acarretado pela revogação do Compromisso de Missouri, com a promulgação do Kansas-Nebraska Act. Era evidente, portanto, que a maior parte do povo norte-americano se opunha à anexação de Cuba, uma vez que tal iniciativa implicava o revigoramento da escravatura nos Estados Unidos.

Diante de tal manifestação, que refletia o aguçamento das tensões entre o Norte industrializado e o Sul agrícola e escravista, Pierce e Marcy se retraíram, não ousaram assumir o Manifesto de Ostend quando a imprensa o revelou, nem se arriscaram a permitir que a expedição preparada pelo general Quitman partisse dos Estados Unidos, violando a lei da neutralidade, para invadir Cuba e sustentar uma sedição, cujo plano as autoridades espanholas abortaram. Como o historiador norte-americano Philip S. Pones salientou, durante a administração Pierce,

Every device to annex Cuba had been tried — purchase, filibustering and provoking a war — and each had failed. The majority of the American people rejected the robber doctrine.¹⁴

Mas as expedições dos filibusteiros, entre as quais se notabilizaram as de William Walker, continuaram a acometer Cuba, o norte do México, a Nicarágua, bem como outros países da América Central, contando com a tolerância, se não com o apoio, do governo de Washington. Conforme o ministro Sérgio Teixeira de Macedo, representante do Brasil em Washington, já observara, em 1849 não havia “um só país civilizado onde a ideia de provocações e guerras” fosse “tão popular como nos Estados Unidos”.¹⁵ A dilatação de suas fronteiras, não apenas territoriais como econômicas e políticas, tendia a ultrapassar o Caribe e a costa do Pacífico. Sérgio Teixeira de Macedo temia que os Estados Unidos se estendessem a Venezuela, Nova Granada (Colômbia) e Equador e se tornassem limítrofes do Brasil, pois, a partir daí, seria difícil contê-los e não perder a Amazônia.¹⁶ Embora se manifestasse favorável à franquia do Amazonas à navegação, que os Estados

Unidos reclamavam, instigados pela campanha do tenente Mathew Fontaine Maury,¹⁷ receava que tal medida abrisse a porta da região à formação de colônias por norte-americanos, a uma “grande imigração deles e, por conseguinte, à manobra com que se verificou a usurpação do Texas”.¹⁸ Segundo Macedo, os norte-americanos pretendiam,

empregando contra nós ou essas manobras, com que provocam a guerra e, portanto, o direito de fazer a conquista da Ilha de Marajó, ou as outras manobras, com que se podem pôr em comoção essas províncias (do Norte), destacá-las do Império, firmar nelas repúblicas da ordem da Nicarágua, para delas obterem o quanto queiram.¹⁹

Com efeito, em 1848 o norte-americano Joshua Dodge propusera à legação do Brasil em Washington a emigração de 20.000 pessoas para Belém do Pará.²⁰ Quatro anos depois, James Gadsden, cuja interveniência levaria o presidente Pierce, em 1853, a adquirir mais um pedaço do México, pretendeu assentar seus escravos no vale do Amazonas, que o tenente Maury queria “revolucionar, republicanizar e anglo-saxonizar”, constituindo a República Amazônica, para onde os Estados Unidos transplantariam parte de sua população negra.²¹ Para os diplomatas brasileiros, os norte-americanos alimentavam, sem dúvida alguma, o propósito de conquistar aquela região, e o problema configurou-se ainda mais grave quando, em 1854, o secretário de Estado, William Marcy, instruiu William Trousdale, ministro no Rio de Janeiro, no sentido de que comunicasse ao governo imperial que o governo dos Estados Unidos estaria disposto a obter de qualquer forma a abertura do Amazonas, se sentisse alguma relutância do Brasil em atender a sua “legítima reivindicação”.²² Eram os termos do ultimato. Naquele mesmo ano, o comodoro Mathew Perry estacionara poderosa esquadra na costa do Japão e, com tal demonstração de força, compelira-o a abrir dois portos aos comerciantes norte-americanos. Mas o Brasil não cedeu.²³ O Amazonas permaneceu fechado e os Estados Unidos não puderam concretizar a ameaça de abri-lo pela força, em virtude das mesmas razões que não lhes permitiram ousar um conflito armado com a Espanha pela posse de Cuba, embora as expedições dos flibusteiros para invadi-la continuassem até, pelo menos,

1859. James Buchanan, um dos autores do Manifesto de Ostend, já era então presidente dos Estados Unidos, e, como seus antecessores, tentou também a compra de Cuba, supondo que através de August Belmont, representante da Casa Rothschild em Nova York e designado ministro plenipotenciário em Madri, poderia subornar as autoridades da Espanha, com um fundo secreto de US\$ 30 milhões, e colimar seu objetivo. O Senado não aprovou o Thirty Million Dollar Bill, e o Partido Democrata continuou a defender a aquisição de Cuba durante a campanha para a presidência dos Estados Unidos, em 1860. Mas Abraham Lincoln, que, como candidato do Partido Republicano, venceu a eleição, havia declarado que, enquanto um só escravo continuasse a trabalhar nos canaviais daquela ilha, nenhuma consideração daria à sua anexação. E rechaçou a proposta de William H. Seward, seu secretário de Estado, no sentido de promover a guerra contra a Espanha como forma de solidificar a União,²⁴ ameaçada pelas contradições entre o Norte e o Sul, e evitar a secessão.

A guerra civil dos Estados Unidos (1861-1865) possibilitou o reforço do poder central, sob a hegemonia do Norte, que, triunfante, integrou o Sul agrícola e atrasado à sua economia industrial, eliminando, com a escravidão, as relações pré-capitalistas jurídicas inibidoras do avanço das forças de produção. Mediante o estabelecimento de tarifas para a proteção do mercado interno, o que até então a influência dos fazendeiros do Sul sobre o poder central dificultava, os Estados Unidos entraram em nova fase de expansão, não apenas territorial, mas, sobretudo, econômica e política, adensada pelas contínuas levas de imigrantes, da ordem de 2,4 milhões na década de 1870 e 5,3 milhões na década de 1880.²⁵ Em 1867, eles compraram da Rússia, por US\$ 7,2 milhões, o território do Alasca, porém seus interesses se concentravam mais e mais na conquista de mercados para o escoamento do excedente de produção. Do quinto lugar como potência industrial, em 1840, os Estados Unidos, que até a Guerra de Secessão foram um país de pequenos negócios, saltaram para o quarto em 1860 e para o segundo em 1870, quando o processo de concentração e centralização da economia, impulsionado pelo crack de 1873, começou a produzir novas formas de

associação empresarial — pools, trusts, cartéis e sindicatos — com o objetivo de monopolizar mercados e fontes de matérias-primas, bem como controlar preços e exportar capitais. Em tais circunstâncias, com as forças produtivas do capitalismo desbordando os limites do Estado nacional, a América Latina, agrícola e atrasada, se configurava como a continuidade natural do seu espaço econômico. E, em 1887, o presidente Grover Cleveland propôs ao Brasil formar com os Estados Unidos um Zollverein, ou seja, uma união aduaneira, com a troca de produtos livres de todos os direitos, de modo que suas receitas se somassem e depois fossem divididas, por critério de captação.²⁶ Conquanto o imperador D. Pedro II manifestasse certa simpatia pela ideia, o ministro da Fazenda, Francisco Belisário Soares de Sousa, declarou que “não poderia aconselhar tamanha aproximação com o governo dos Estados Unidos”, pois isso se lhe afigurava “o caminho mais curto para a proclamação da República”.²⁷ Assim, a ideia da união aduaneira não evoluiu, mas o fim da monarquia não tardou. Em 15 de novembro de 1889, quando a 1ª Conferência Pan-Americana, convocada pelos Estados Unidos, se realizava em Washington, o marechal Deodoro da Fonseca e alguns outros militares desfecharam um golpe de Estado, instituindo no Brasil a república presidencialista e a federação, segundo o modelo gerado pela Revolução Americana de 1776-1783. Não havia mais discrepância de regimes políticos no continente ao término da 1ª Conferência Pan-Americana, cujo resultado mais concreto foi a instituição do Bureau Internacional das Repúblicas Americanas.

Com o movimento pan-americanista, estimulado por James G. Blaine, secretário de Estado no governo do presidente Benjamin Harrison, o que os Estados Unidos pretenderam realmente foi criar com os Estados latino-americanos uma comunidade comercial, reunindo-os, sob sua égide, em uma espécie de federação informal, de modo a alijar do continente a competição da Grã-Bretanha e de outras potências industriais da Europa. A Doutrina Monroe, sintetizada no lema “a América para os americanos”, funcionou então como justificativa ideológica, e o fato de que os Estados Unidos se tornavam a primeira potência industrial do mundo deu-lhe maior densidade

econômica e dimensão política mais ampla. Contudo, a ideia de fechar o continente em uma união aduaneira, inspirada no Zollverein, que, ao dismantelar as barreiras comerciais entre os diversos estados alemães, permitira a unificação econômica e política do país, não encontrou maior receptividade, devido, sobretudo, à oposição da Argentina e do Chile, onde a animosidade contra os Estados Unidos recresceu depois de sua interferência em favor do presidente José Balmaceda na guerra civil de 1891. E os Estados Unidos procuraram negociar, separadamente, com as repúblicas latino-americanas tratados de comércio em que se estipulassem concessões tarifárias recíprocas. O Brasil republicano, a contrariar uma orientação estabelecida pelo governo imperial desde 1842, aceitou a oferta, com a esperança de obter um monopólio virtual das vendas de açúcar ao mercado norte-americano.²⁸ O acordo, firmado em 31 de janeiro de 1891, prejudicava a incipiente indústria brasileira e sofreu severa oposição interna, que recrudescceu quando os Estados Unidos, de acordo com o McKinley Act, celebraram um convênio similar com a Espanha, favorecendo suas possessões no Caribe, em Cuba e em Porto Rico, também produtoras de açúcar. Como não exigira a cláusula de exclusividade, o Brasil perdeu assim todas as vantagens e se dispôs a denunciar o acordo. Mas não o fez, em face das represálias com que o presidente Harrison acenou, ameaçando-o inclusive com o rompimento de relações diplomáticas.²⁹ O acordo, destarte, foi mantido até 28 de agosto de 1894 e coube à administração do presidente Grover Cleveland, iniciada em março de 1893, denunciá-lo, depois de promulgado o Wilson-Gorman Act e ao constatar que, apesar das concessões tarifárias, os produtos norte-americanos não conseguiam competir com os ingleses no mercado brasileiro.

Entrementes, o marechal Floriano Peixoto substituíra, na presidência do Brasil, o marechal Deodoro da Fonseca, que renunciara em meio a uma crise militar, e os Estados Unidos respaldaram seu governo quando a guerra civil irrompeu no Rio Grande do Sul e a Marinha de Guerra se sublevou, no Rio de Janeiro, com o propósito de derrubá-lo. Houve suspeitas de que Grã-Bretanha, Portugal e outras nações da Europa instigaram a revolta da Armada, sob o comando do almirante Custódio José de Melo, com o

objetivo de restaurar a monarquia e conduzir o príncipe Leopoldo Augusto ao trono do Brasil.³⁰ Os círculos comerciais e financeiros da Grã-Bretanha, onde as reservas brasileiras continuavam extremamente deprimidas, nunca se conformaram, evidentemente, com o acordo de 31 de janeiro de 1891, que estabelecera concessões tarifárias para as manufaturas norte-americanas, e não esconderam sua insatisfação — conforme o barão de Rothschild, agente financeiro do Brasil, comunicou ao ministro da Fazenda do Brasil, do qual era representante financeiro — com as notícias, provenientes do Rio de Janeiro, sobre compra de armamentos, aumento de gastos e crescentes dissensões políticas em todo o país.³¹ Rothschild, porém, negou, posteriormente, que houvesse recomendado a seus agentes em Nova York que favorecessem os insurretos, tanto quanto possível, contra o governo do marechal Floriano Peixoto.³²

Rothschild sempre soubera, desde o início da revolta da Armada, que os Estados Unidos se dispunham a intervir no Brasil, invocando a Doutrina Monroe, se ela alcançasse êxito e restabelecesse a monarquia, com a restauração do Império ou Reino.³³ Naturalmente, segundo avaliação do seu agente em Nova York, August Belmont, se o movimento em favor da monarquia contasse com o apoio popular, os Estados Unidos ver-se-iam confrontados com um problema e teriam dificuldade de intervir, salvo se percebessem que ele recebera assistência estrangeira.³⁴ Entretanto, conforme transmitira ao barão de Rothschild, ele estava seguramente informado de que: 1) o marechal Floriano Peixoto seria mantido no poder até o fim de seu mandato; 2) seria sucedido por um civil; 3) a república seria mantida a qualquer custo.³⁵ Foi exatamente o que aconteceu. Prudente de Moraes, civil e ex-presidente da Província de São Paulo, elegeu-se presidente do Brasil em 1894. A república, nascida por meio de um *putsch* militar, foi consolidada. E, em 1895, o secretário de Estado, Richard Olney, pôde declarar que os Estados Unidos eram, praticamente, “soberanos neste continente” e que seu *fiat* tinha força de lei,³⁶ levando a Grã-Bretanha, contra a qual o presidente Grover Cleveland ameaçara utilizar todos os meios, i.e., a guerra, a aceitar a arbitragem sobre um território litigioso entre a Guiana britânica e a

Venezuela.

A presença da Espanha no Caribe, conservando ainda Cuba e Porto Rico como colônias, continuava, no entanto, a incomodar os Estados Unidos, cujo propósito de anexar aquelas ilhas nunca se desvanecera, e eles, sem dúvida alguma, encorajaram, direta ou indiretamente, as lutas pela independência que lá recomeçaram em 1895. Esperavam colher o fruto maduro depois que elas se desprendessem da Espanha. E contavam com o apoio em Cuba de amplo segmento social favorável à anexação. Durante a chamada Guerra dos Dez Anos, que Carlos Manuel Céspedes desencadeara em 1868 contra o domínio de Espanha e terminara, em 1878, com o Pacto de Zanjón, as tendências anexionistas se manifestaram, e a luta pela independência de Cuba, no mais das vezes, significara sua incorporação aos Estados Unidos, conforme proposto pelo Congresso de Guáimaro.³⁷ O general Ulisses Grant, comandante das forças do Norte durante a secessão, e eleito, em 1868, presidente dos Estados Unidos, quase envolveu seu governo naquela guerra de 10 anos, não só devido à sua própria tendência (ele pretendia inclusive conquistar a República Dominicana) e aos anseios anexionistas do país, mas ao fato de que muitos cubanos desejavam e lhe pediam a intervenção. Os Estados Unidos, que emergiram da guerra civil com feridas a cicatrizar e vários problemas ainda por vencer, não podiam, naquelas circunstâncias, atender a tais apelos, sobretudo porque o seu envolvimento com os rebeldes, visando à anexação de Cuba, implicaria um conflito armado com a Espanha. No entanto, quando a luta pela independência, em 1895, recomeçou sob o comando de Máximo Gomez, as condições internas e externas se configuravam de forma diferente. Os capitalistas norte-americanos já controlavam o comércio de exportação de Cuba por meio de um trust, a American Sugar Refining Co., que Henry O. Havemeyer formara, em 1887, com a fusão de 19 pequenas refinarias, passando a monopolizar a compra do açúcar bruto³⁸ e até 98% do produto refinado consumido no mercado norte-americano. E a Espanha, a fim de não perder as colônias no Caribe, cedera às pressões dos Estados Unidos, após muita relutância, ao firmar, em 1891, o acordo de reciprocidade comercial,

mediante o qual obteve para os açúcares que elas produziam as mesmas isenções tarifárias outorgadas ao Brasil naquele mesmo ano. Com isso, a produção açucareira de Cuba recebeu forte estímulo e passou a depender ainda mais, em ampla medida, do mercado norte-americano, tanto para o seu escoamento, dado que a fabricação de açúcar a partir da beterraba reduzia-lhe a demanda na Europa, inclusive na Espanha, quanto para a aquisição da maquinaria necessária à rápida modernização tecnológica e ao funcionamento das usinas. Em 1892, enquanto a Espanha comprava apenas 328.521 sacas de açúcar bruto de Cuba, os Estados Unidos importavam quase quatro vezes mais, ou seja, 1.154.194 sacas.³⁹ Não sem fundamento, o jornalista britânico W. T. Stoad, ao escrever para a *Review of Reviews* de outubro de 1891, declarou que o tratado de reciprocidade, efetivando a isenção de tarifas autorizada pelo McKinley Act, convertera Cuba “virtualmente em uma possessão dos Estados Unidos”.⁴⁰

O boom produzido na economia cubana pelo tratado de reciprocidade de 1891 não durou muito tempo. Afetada pelo crack de 1893, a economia cubana sofreu forte golpe e abismou-se na mais profunda crise, em 1894, com a promulgação do Wilson-Gorman Act, que submetia a pagamento de tarifas, em até 40%, os açúcares estrangeiros, importados pelos Estados Unidos, e anulava, em consequência, os acordos de reciprocidade comercial celebrados com a Espanha, o Brasil e outros países. Diante de tal situação, não havia aparentemente outra perspectiva senão a anexação de Cuba aos Estados Unidos. Por um lado, o Pacto de Zanjón se frustrara, na medida em que a Espanha se esquivara de cumprir o compromisso de conceder à ilha, conforme negociado com os autonomistas, o status de província ultramarina, com direitos políticos iguais aos vigentes no seu território europeu. Por outro, a manipulação das tarifas pelos Estados Unidos, ao isentar o açúcar e outros produtos de seu pagamento e, em seguida, abolir essa concessão, mostrava a Cuba as vantagens que teria em libertar-se do domínio colonial da Espanha e incorporar-se àquele país. Suas classes dominantes, cujos interesses se entreteciam com os dos norte-americanos e se concentravam sobretudo na produção e comercialização do açúcar, tendiam, geralmente,

para essa solução, embora alguns segmentos preferissem a fórmula da autonomia, mantendo a ilha como província ultramarina da Espanha. Os homens que deflagraram, em 1895, a luta armada contra o domínio de Madri, no entanto, queriam a mais completa independência de Cuba e repudiavam tanto o projeto de autonomia quanto a ideia de anexá-la aos Estados Unidos. O general Antonio Maceo, que se insurgira, em Baraguá, contra o Pacto de Zanjón, por julgá-lo uma “rendição desonrosa”, e voltara, em 1895, a comandar também os insurretos, declarou certa vez que se Cuba viesse a tornar-se mais uma estrela na “cintilante constelação” norte-americana, conforme o desejo manifestado pelo jovem anexionista José J. Hernández, este seria o “único caso” em que ele, provavelmente, estaria ao lado dos espanhóis.⁴¹ Por sua vez, José Martí, fundador do Partido Revolucionário Cubano e considerado apóstolo da independência de Cuba, escreveu a Manuel Mercado, em 18 de maio de 1895, um dia antes de tombar no combate de Dos Rios, que arriscava a vida pelo seu país e pelo dever de impedir que os Estados Unidos se estendessem às Antilhas, bem como “la anexión de los pueblos de nuestra América al Norte revuelto y brutal que los desprecia”.⁴² Ele, que residira 15 anos em Nova York, de onde organizara a luta armada pela independência de Cuba, podia dizer: “Vivi en el monstruo y le conozco las entrañas — y mi honda es la de Davi.”⁴³

Martí, conforme sua própria confissão, amava tanto o país de Lincoln quanto temia o país de Francis Cutting, um dos líderes da guerra contra o México em 1846. Por isso, no fim de 1894, a possibilidade de que os Estados Unidos intervissem em Cuba, onde o movimento anexionista se intensificara após a promulgação do Wilson-Gorman Act, inquietara-o, tanto quanto a Maceo, uma vez que eles poderiam transformá-la em seu protetorado. E a única forma de frustrar tal intervenção, concluíra Martí, seria iniciar a guerra pela emancipação de Cuba, que, como desejava, deveria ser independente da Espanha e dos Estados Unidos.⁴⁴

Essa guerra, travada sob a forma de guerrilhas, não podia obviamente prescindir de recursos financeiros, para a compra de petrechos bélicos, os quais só poderiam ser obtidos com facilidade nos Estados Unidos, tal qual na

guerra de 1868-1878. E Tomás Estrada Palma, ao substituir Martí como delegado do Partido Revolucionário Cubano, agenciou, na condição de representante plenipotenciário do Conselho de Governo da República em Armas, um empréstimo em Wall Street, mediante a emissão de títulos (bonds), no valor de US\$ 3 milhões, dos quais foram vendidos cerca de US\$ 2,2 milhões, a juros de 6%, a serem resgatados após a independência e a evacuação das tropas espanholas, uma vez reconhecida a soberania de Cuba pelos Estados Unidos, sem pagamento de indenização à Espanha.⁴⁵ Esse acordo, firmado em 18 de setembro de 1887, renunciou a intervenção militar norte-americana, i.e., a guerra contra a Espanha, para a qual os jornais de Nova York — *The World*, de Joseph Pulitzer, e *The Journal*, de William Randolph Hearst — criaram o clima e denunciaram as violências e atrocidades do comandante espanhol em Cuba, capitão-general Valeriano Weyler.⁴⁶ Embora os grandes capitalistas e os homens suscetíveis a que se lhes tocassem no nervo do dinheiro fossem contra essa guerra, segundo afirmou Theodore Roosevelt,⁴⁷ então secretário da Marinha, fatores econômicos, sem dúvida alguma, concorreram para a sua eclosão. As operações de guerrilhas, com o incêndio de usinas, canaviais e plantações de tabaco pertencentes a espanhóis ou a hacendados cubanos favoráveis à Espanha, prejudicavam o comércio e destruíram também volumosos investimentos norte-americanos, acarretando-lhes “tremendas perdas pecuniárias”.⁴⁸ Tal situação não só inquietava o governo McKinley, como fortalecia, dentro dele, a posição dos que, como Roosevelt, desejavam empurrar os Estados Unidos à guerra contra a Espanha, sob o pretexto de acabar a guerra pela independência de Cuba.⁴⁹

Os Estados Unidos tinham nessa ilha interesses diretos, que não eram meramente econômicos, relacionados com o açúcar e o tabaco. Seus interesses eram igualmente estratégicos. A posse de Cuba, da mesma forma que a de Porto Rico e das Ilhas Virgens, cuja cessão o presidente McKinley naquela época intentava obter da Dinamarca com o objetivo de ali estabelecer uma base naval e um depósito de carvão, era percebida como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e a defesa do canal que o

governo norte-americano, quase ⁵⁰ anos antes, projetara abrir no istmo do Panamá. Essa foi a razão, *inter alia*, que mais concorreu, talvez, para impulsionar os Estados Unidos ao confronto armado contra a Espanha, visando assenhorear-se de Cuba e não propriamente pacificá-la. A misteriosa explosão do navio de guerra norte-americano *Maine* constituiu, ao que tudo indicava, uma provocação, provavelmente articulada pelos próprios cubanos, a fim de arrastar os Estados Unidos ao conflito com a Espanha. Mas a mensagem na qual McKinley pediu autorização para intervir militarmente em Cuba só foi enviada ao Congresso em 11 de abril de 1898, dois dias depois que o governo de Madrid atendera a quase todas as suas exigências e ordenara a cessação das hostilidades, concedendo armistício aos insurretos. Esse fato levou James Ford Rhodes a dizer que a “*esplendid little war*”, dado que os Estados Unidos a venceram, facilmente, em 10 semanas, fora uma “*unnecessary war*”⁵⁰ Desnecessária, porém, essa guerra verdadeiramente não foi. Àquele tempo, setores do empresariado norte-americano começaram a voltar-se para outras regiões, em virtude da depressão de 1890-93, pois se lhes afigurava que somente mercados no exterior poderiam absorver os excedentes cada vez maiores da sua produção. Ademais, embora fossem um grande espaço econômico, suficiente até mesmo para a era do imperialismo, cujo sentido da expansão, aliás, estava geograficamente determinado, conforme Rudolph Hilferding⁵¹ observou, os Estados Unidos já se confrontavam com a perspectiva de *closing frontier*, i.e., de que a última fronteira livre no continente desaparecera e que não mais havia terra em abundância para atender à demanda de sua crescente população. Assim, conquanto o Congresso norte-americano, juntamente com a declaração de guerra, houvesse aprovado a *Teller Amendment*, pela qual os Estados Unidos renunciavam a qualquer intenção de exercer “soberania, jurisdição e controle” sobre Cuba, salvo para o fim de pacificá-la, o objetivo do governo McKinley consistiu em apoderar-se não só daquela ilha, mas de tudo que ainda restava do império espanhol, tanto no Caribe quanto no Pacífico. E alcançou-o, o que sem a guerra não seria possível. Ao firmar o Tratado de Paris, em 10 de dezembro de 1898, a Espanha, além de renunciar

definitivamente à soberania sobre Cuba, cedeu aos Estados Unidos, na condição de colônias, tanto o restante das Índias Ocidentais, inclusive Porto Rico, no Caribe, quanto Guam e o arquipélago das Filipinas, no Oceano Pacífico, onde o governo McKinley, naquele mesmo ano, adquirira também o Havaí.⁵²

Os Estados Unidos, ao assumirem o domínio sobre o espólio colonial de Espanha, revelaram o caráter imperialista de sua política, que se equiparou à de outras potências da Europa, àquela época, e assustou os povos da América Latina. Mesmo no Brasil, o único país do hemisfério onde eles contavam com alguma simpatia,⁵³ houve críticas ao desfecho da intervenção em Cuba. Rui Barbosa, o notável jurista que fora o primeiro ministro da Fazenda após a proclamação da república, opôs-se à Doutrina Monroe, considerada por ele uma falácia, e previu que, com a vitória dos Estados Unidos sobre a Espanha, a diplomacia europeia teria de encontrar um *modus vivendi* “adaptável à política imperialista da Casa Branca”.⁵⁴ Por sua vez, o ministro Assis Brasil, ao substituir Salvador de Mendonça na chefia da legação brasileira em Washington, reconheceu também que a guerra com a Espanha acentuara a orientação dos Estados Unidos para a “política de imperialismo” em substituição à colonização europeia.⁵⁵ De fato, além de esmagarem brutalmente a insurreição, que Emilio Aguinaldo iniciara, em 1899, visando à independência das Filipinas, os Estados Unidos tomaram Porto Rico como colônia, sem manifestar qualquer propósito de transformar essa ilha em estado da União, e estabeleceram o protetorado sobre Cuba, ao término da ocupação militar, em 1902. Seu objetivo foi criar condições para que ela se dispusesse a aceitar, voluntariamente, a anexação, razão pela qual, *inter alia*, a administração de Theodore Roosevelt compeliu-a a incorporar à própria Constituição uma emenda, introduzida no Army Appropriation Act de 1901 e aprovada pelo Congresso norte-americano, limitando a sua soberania. Essa emenda, inspirada por Elihu Root, secretário da Guerra, cuja redação final coubera ao Comitê do senador Orville H. Platt, não só a impedia de celebrar com outras nações tratados ou pactos de qualquer natureza, lesivos à sua independência, e contrair dívidas públicas cujos juros

e amortizações não pudessem ser pagos com a própria receita, como assegurava aos Estados Unidos direito não só de intervir nos seus assuntos internos, a pretexto de “proteger a vida, a propriedade e a liberdade individuais”, como também de comprar ou arrendar partes do seu território, para estabelecer bases navais ou depósitos de carvão.⁵⁶ Essas disposições da Platt Amendment foram ratificadas pelo Tratado Permanente, que Tomás Estrada Palma, elevado em 1902 à presidência de Cuba, nominalmente independente, teve de firmar, concedendo aos Estados Unidos quatro portos para depósito de carvão e a base de Guantánamo.

De acordo com a teoria do comandante Alfred T. Mahan, segundo a qual a grandeza de uma nação dependia do seu comércio no além-mar, o comércio dependia do poder marítimo, e o poder marítimo, de colônias, os Estados Unidos, sob a administração de Roosevelt, continuaram assim — e com maior determinação — a construir e a consolidar os alicerces do seu império, cuja soberania a guerra contra a Espanha estendera de Cuba e Porto Rico, no Caribe, até Tutuila, no arquipélago de Samoa, e Guam, ao sul do Pacífico, 15 milhas a leste das Filipinas. Seu poderio militar, sobretudo naval, deveria conseqüentemente expandir-se, por meio da instalação de bases e depósitos de carvão, para o abastecimento dos navios, em uma extensa cadeia de ilhas. Em termos estratégicos, porém, esse espraiamento do império, bem como a vastidão do próprio território continental dos Estados Unidos, separando o litoral do Atlântico do litoral do Pacífico, constituíam um problema para a defesa, na medida em que dificultavam a divisão e, quando necessário, a reunião de suas frotas, como a guerra contra a Espanha demonstrara. Naquela ocasião, o encouraçado Oregon, que estava na costa do Pacífico, demorou 68 dias para, contornando o Cabo Horn, alcançar as águas de Cuba, onde sua presença era requerida. A fim de superar tamanho inconveniente, fazia-se necessário, portanto, apressar a abertura de um canal interoceânico no istmo do Panamá, território pertencente à Colômbia, ou mesmo na Nicarágua, de modo que as frotas pudessem circular livremente e reunir-se no momento e no local em que as circunstâncias táticas e estratégicas o exigissem. Segundo o presidente Theodore Roosevelt, o

estabelecimento de “fácil e rápida” comunicação por mar entre o Atlântico e o Pacífico constituía um “imperativo” em virtude de razões tanto civis quanto militares.⁵⁷

Uma ferrovia de propriedade norte-americana já atravessara o istmo do Panamá, ligando a margem do Atlântico à do Pacífico, desde meados do século XIX. Paralelamente a esse tronco ferroviário, uma companhia francesa, com capitais privados e dirigida pelo engenheiro Ferdinand de Lesseps, o mesmo que cortara o istmo de Suez, tentara abrir, nos anos 1880, um canal entre os dois oceanos. O empreendimento fracassou, dado que os custos da obra saíram mais altos do que o previsto, e a companhia faliu, em meio a um escândalo político e financeiro. Os credores de Lesseps conseguiram salvar os equipamentos, bem como a concessão do governo colombiano, e formaram a Nova Companhia do Canal do Panamá. Os Estados Unidos, que repetidamente já haviam declarado que não permitiriam que o governo de qualquer país europeu construísse ou controlasse um canal naquela região,⁵⁸ dispuseram-se a comprar por US\$ 40 milhões os direitos e a propriedade daquela companhia supostamente ameaçados de confisco pelo presidente da Colômbia, J. M. Maroquín, a fim de evitar a intervenção da França. Entretanto, seria necessário obter o consentimento do governo colombiano. E aí as negociações sofreram um impasse. O governo colombiano exigia “tremendously high compensation”, ou seja, US\$ 650.000 por ano, durante um século,⁵⁹ enquanto o governo norte-americano desejava pagar no máximo US\$ 10 milhões à vista e uma renda anual de US\$ 250.000 pelo controle de uma faixa do território, com 6 milhas de largura, entre as cidades do Panamá e Colón. Depois de muitos esforços, o secretário de Estado, John Hay, conseguiu alcançar um acordo com Tomas Herrán, representante diplomático da Colômbia em Washington, mas, em Bogotá, o Congresso, instrumentalizado, conforme Roosevelt, pelo presidente Maroquín, que se arrependera do negócio,⁶⁰ rejeitou o tratado. Roosevelt, que estava preparado para ordenar, pura e simplesmente, a ocupação militar do istmo, a fim de construir o canal,⁶¹ se outra possibilidade não houvesse, aprovou então o plano de sublevar a

população local, fomentado pelos funcionários da companhia francesa, visando seccionar o Panamá da Colômbia. A revolta ocorreu em 3 de novembro de 1903, com a cobertura do navio de guerra norte-americano Nashville e de outros cruzadores despachados para Colón e para o litoral do Panamá, de modo a impedir que as forças da Colômbia a sufocassem. Três dias depois, os Estados Unidos reconheceram a nova e pequena República do Panamá, com a qual celebraram o tratado para a abertura do canal, quase nas mesmas condições rejeitadas pela Colômbia, ao mesmo tempo que a faziam incorporar à sua Constituição, como Cuba, a Platt Amendment, concedendo-lhes o direito de intervenção. Não sem razão, muitos anos depois, Roosevelt vangloriou-se: “I took Panama.”

De extração holandesa, Theodore Roosevelt era um típico wasp (white, anglo-saxon, protestant), cuja mentalidade estava solidamente enraizada na cultura puritana, e este constituiu, talvez, o principal fator de sua animosidade contra os povos latino-americanos, sobretudo os da América Central e do Caribe, que, além de católicos, se lhe afiguravam turbulentos, indisciplinados e anárquicos. Sobre eles, acreditava, os Estados Unidos deveriam exercer missão civilizatória. Assim, como secretário da Marinha na administração McKinley, advogou firmemente a declaração de guerra à Espanha, e quando ela eclodiu, renunciou ao cargo para comandar, com o posto de tenente-coronel, a cavalaria norte-americana de voluntários (Rough Riders) nas campanhas de Cuba. Essa atitude ajudou-o a chegar à presidência dos Estados Unidos, substituindo McKinley, quando este, em seu segundo mandato, foi assassinado, em 1901, por um anarquista. E o adágio “speak softly and carry a big stick, and you will go far”,⁶² por ele certa vez citado, orientou a sua política vis-à-vis da América Latina, a big stick policy, a política do grande porrete, com a qual os Estados Unidos se arrogavam o poder de polícia no continente. A justificar tal função e a ingerência em outros Estados latino-americanos, Theodore Roosevelt, depois do episódio em que navios de guerra da Alemanha, Grã-Bretanha e Itália, em 1902, atacaram a Venezuela, devido ao não pagamento de dívidas pelo governo de Cipriano Castro, formulou então um corolário à Doutrina Monroe, que ele

rejuvenesceu e aplicou com agressiva determinação e rigor contra os países da América Central e do Caribe, de maneira a proteger a segurança do Canal do Panamá e a consolidar no continente o imperium informal dos Estados Unidos.

Segundo o Corolário Roosevelt, formulado oficialmente na mensagem ao Congresso de 6 de dezembro de 1904, se uma nação soubesse como atuar com “reasonable efficiency and decency” em suas questões sociais e políticas, mantendo a ordem interna e pagando suas obrigações, não necessitaria temer qualquer iniciativa dos Estados Unidos. Nesse caso, Roosevelt citava a Argentina, o Brasil e o Chile como exemplos.⁶³ Contudo, crônicos desmandos ou impotência do governo, que resultassem em afrouxamento ou perda dos vínculos de sociedade civilizada, poderiam na América ou alhures requerer a intervenção de outra nação civilizada. Assim, para evitar que alguma potência da Europa tomasse a iniciativa de intervir, tal como acontecera com a Venezuela, a adoção da Doutrina Monroe pelos Estados Unidos podia forçá-los, no Hemisfério Ocidental, a assumir o poder de polícia internacional diante de casos flagrantes de desmandos ou impotência do governo.⁶⁴ Esse corolário, ao expressar o espírito imperialista da época, refletiu o acirramento da competição entre as grandes potências industriais, que fomentavam o militarismo, como campo de acumulação de capital, e concorriam violentamente nas regiões não capitalistas e pré-capitalistas, visando à conquista de fontes de matérias-primas e mercados, para investir capitais e escoar o excesso de produção. E o que mais preocupou Roosevelt, depois da questão da Venezuela, foi a possibilidade de que alguma potência europeia, como a Grã-Bretanha, ou, principalmente, a Alemanha, tentasse conquistar territórios na América, a pretexto de cobrar dívidas não pagas por algum país. Como a Doutrina Monroe não admitia tais conquistas na América, os Estados Unidos, que só consentiram o ataque à Venezuela porque obtiveram garantia de que não haveria aquisição territorial, teriam necessariamente de reagir. Por outro lado, Roosevelt entendia não ser compatível com a equidade internacional que os Estados Unidos negassem a outras potências o direito de usar a força militar como o único meio

disponível de compelir países da América a cumprir suas obrigações financeiras. Aos Estados Unidos caberia então tomar a iniciativa de intervir, exercendo, preventivamente, o poder de polícia internacional, antes que outra potência o fizesse e ameaçasse seus interesses estratégicos, mediante a conquista de algum território no Caribe ou na América Central. E, após o caso do Panamá, a primeira oportunidade para a aplicação do big stick, em função do Corolário à Doutrina Monroe, surgiu em 1905, quando os Estados Unidos intervieram em São Domingos, onde a existência de dois governos acarretou o caos e a anarquia, e assumiram o controle da alfândega, cujas receitas passaram a administrar, destinando 45% a despesas do governo dominicano, e os 55% restantes, descontados os custos operacionais da sindicância, ao ressarcimento dos credores estrangeiros, dos quais se converteram em agentes. Assim como no caso do Panamá, Roosevelt distendeu o quanto pôde a Constituição dos Estados Unidos na medida em que atuou sem prévia permissão do Congresso, considerando que podia fazer tudo aquilo que, embora não autorizado, não estava expressamente proibido.⁶⁵ E, em 1906, ordenou também a intervenção em Cuba, atendendo a apelo do presidente Tomás Estrada Palma, cujo governo, ao enfrentar a sublevação dos liberais, entrara em colapso. Essa segunda intervenção durou até janeiro de 1909,⁶⁶ quando William Howard Taft, que pessoalmente a comandara como secretário da Guerra, substituiu Theodore Roosevelt na presidência dos Estados Unidos.

Notas

1. Weinberg, 1963, pp. 65 e 67.
2. Foner, 1963, p. 9.
3. Jenks, 1970, p. 10.
4. Discurso de despedida do presidente George Washington, em 17/9/1796, apud Morris, 1964, p. 98.
5. Conell-Smith, 1966, pp. 2-3.
6. Friedrich Engels, Vorwort zur zweiten deutschen Ausgabe (1892) der “Lage der arbeitenden Klasse in England”, in Marx, K. & Engels, F. Werke Band 22, Dietz Verlag, Berlim, 1977, pp. 317-320.
7. Ribeiro, 1970, p. 487.
3. Perkins, 1963, p. 156.
2. Foner, 1963, pp. 14-16.
0. Id., ibid., p. 63.
1. O negócio foi intermediado pelo norte-americano James Gadsden, daí o nome do território, que custou US\$ 10 milhões e passou a integrar os estados do Novo México e do Arizona.
2. Fone, 1963, pp. 98-99.
3. Id., ibid., pp. 98 e 103.
4. Todos os estratagemas para anexar Cuba foram tentados — compra, flibusteiros e provocação de guerra —, e todos falharam. A maior parte do povo americano rejeitou a “doutrina do ladrão”. Foner, 1963, p. 104.
5. “Política externa dos Estados Unidos e o perigo que ela representa para o Brasil”, Ofícios, de Sérgio Teixeira de Macedo ao visconde de Olinda, Washington, 6/8/1849.
6. Id., ibid.
7. O tenente Mathew Fontaine Maury escrevera, sob o pseudônimo Inca, uma série de artigos nos quais apontava as riquezas do vale do Amazonas, cuja abertura à navegação considerava tão importante quanto a construção da rodovia que ligaria o Atlântico ao Pacífico. Esses artigos foram reunidos em livro. Vide Maury, Mathew F. *The Amazon and the Atlantic Slopes of South America*, Washington, F. Taylor, 1853. A tradução em português saiu no mesmo ano: *O Amazonas e as Costas Atlânticas da América Meridional*, Rio de Janeiro, Tip. de M. Barreto, 1853.
8. Ofícios, de Macedo a Paulino José Soares de Souza, ministro dos Negócios Estrangeiros, Washington, 14/11/1843. AHI-233/3/5.
9. Id., ibid.
0. Ofício, de Filipe J. P. Leal, ministro do Brasil em Washington, a Antônio Paulino Limpo de Abreu, ministro dos Negócios Estrangeiros, Washington, 25/11/1848. AHI-MDB 233/3/4.
1. “The Commercial Prospects of the South”, *South Literary Messenger*, vol. 17, 1851, pp. 697-698. Apud Luz, 1968, pp. 58 e 59. Carta de Instrução, de Maury a W. L. Herndon, 20/4/1850, ibid.

2. Instruções, Marcy a Trousdale, in Manning, 1932, p. 480.
3. Sobre o tema, vide Moniz Bandeira, 1973, pp. 85-97.
4. Foner, 1963, pp. 121 e 123.
5. Hicks, 1943, p. 552.
6. Mendonça, 1960, pp. 126-127.
7. Id., *ibid.*, p. 127.
8. Smith, 1991, pp. 14-19.
9. Telegrama, de Salvador de Mendonça a Justo Chermont, ministro das Relações Exteriores, Washington, 29/3/1891. Ofício, Mendonça a Chermont, Washington, 8/5/1891. AHI-233/4/10.
0. De August Belmont ao barão de Rothschild, Nova York, 4/11/1893. RAL-II/SS/AS:1893.11.04.
1. Carta do barão de Rothschild ao ministro da Fazenda do Brasil, Londres, 2/6/1893. RAL-XI/142/5.
2. Carta do barão de Rothschild ao ministro da Fazenda do Brasil, privado, Londres, 27/7/1894. *Ibid.*
3. Carta de August Belmont a M. Rothschild & Sons. Nova York, 31/10/1893. RAL-II- SS/SA: 18931031.
4. August Belmont ao barão de Rothschild, Nova York, 22/11/1893. RAL-II-SS/SA: 18931122.
5. Carta de August Belmont ao barão de Rothschild, Nova York, 1/11/1893. RAL-II-SS/SA:18931101. Outros detalhes sobre o apoio dos Estados Unidos ao governo do marechal Floriano Peixoto durante a Revolta da Armada, vide Moniz Bandeira, 1973, pp. 140-145. Vide também Smith, 1991, pp. 19-25. Bueno, Clodoaldo. “A Diplomacia da Consolidação: A Intervenção Estrangeira na Revolta Armada (1893-1894)”, *História*, São Paulo, 3:33-52, 1984, pp. 33-52.
6. Nota à Grã-Bretanha, 20/6/1895, apud Hill, 1943, p. 602. Novins & Commager, 1986, p. 396.
7. Foner, 1963, p. 202.
8. Hilferding, 1968, Band II, p. 307; Roosevelt, 1985, p. 441.
9. Foner, 1963, p. 298.
0. Id., *ibid.*, p. 341.
1. Id., *ibid.*, p. 314. Dirección Política de las FAR, 1983, p. 437.
2. Martí, 1992, tomo III, p. 604.
3. Id., *ibid.*, p. 604.
4. Id., *ibid.*, p. 64.
5. Jenks, 1970, p. 57.
6. Id., *ibid.*, p. 50.
7. Roosevelt, 1985, p. 214.
8. Jenks, 1970, pp. 43-44.
9. Roosevelt, 1985, pp. 214-215.

0. Rhodes, J. F. *The McKinley and Roosevelt Administrations*, Nova York, 1922, apud Jenkins, 1970, p. 41.
1. Hilferding, 1974, pp. 445-446.
2. Sobre a percepção russa da guerra entre a Espanha e os Estados Unidos, com referência a documentos diplomáticos da época, vide Vladímirov, 1960, pp. 162-245.
3. Ofício, do ministro Assis Brasil, chefe da legação em Washington, 28/6/1898. AHI-233/4/12.
4. Barbosa, s/d, pp. 133 e 135.
5. Ofício, de Assis Brasil ao chanceler Olynto de Magalhães, Washington, 18/1/1899. AHI-233/4/12.
6. Millet, 1968, pp. 40-42.
7. Roosevelt, 1985, p. 538.
8. Id., *ibid.*, p. 528.
9. Carta de August Belmont a M. Rothschild & Sons. Nova York, 21/1/1903. RAL-II/SS/B14-19030120.
10. Roosevelt, 1985, pp. 534-536.
11. Id., *ibid.*, p. 536.
12. “Fale suavemente, carregando um grande porrete, e irá longe.”
13. Roosevelt, 1985, p. 520.
14. Id., *ibid.*, pp. 519-524.
15. Id., *ibid.*, p. 504.
16. Sobre o tema, vide Jenks, 1970, pp. 85-103. Millet, 1968, pp. 89-112 e 243-267.

Capítulo II

AS INTERVENÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS NA AMÉRICA CENTRAL E NO CARIBE • A DOLLAR DIPLOMACY E A SEGUNDA OCUPAÇÃO DE CUBA • WOODROW WILSON, A NEW FREEDOM E AS INVASÕES DO MÉXICO, DO HAITI E DA REPÚBLICA DOMINICANA • A TERCEIRA OCUPAÇÃO DE CUBA • A REVOLUÇÃO RUSSA • OS MOVIMENTOS REVOLUCIONÁRIOS NA AMÉRICA LATINA • A DERRUBADA DA DITADURA DE GERARDO E A ASCENSÃO DO SARGENTO FULGENCIO BATISTA

O presidente William H. Taft não alterou as diretrizes da política externa traçada por seus antecessores, McKinley e Roosevelt. Manteve como principal prioridade estratégica estabelecer e garantir a absoluta supremacia dos Estados Unidos sobre a região do Caribe e a América Central, como forma de consolidar a defesa e a segurança do Canal do Panamá. Durante sua administração (1909-1913), apenas tratou de adensar a política do big stick com a dollar diplomacy. Como já ocorria em Cuba, onde no período da ocupação militar terras foram vendidas a empresas norte-americanas pelo preço de 10 cents a caballeria (13,5 hectares), os Estados Unidos valeram-se do poder de polícia, no qual se autoempossaram mediante o Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe, para promover abertamente seu comércio e seus investimentos. E, assim, as intervenções militares nos países do Caribe e da América Central só tenderam a aumentar, não obstante as reações negativas que interna e externamente acarretavam. Em 1909, antes que a retirada das tropas de Cuba completasse um ano, os Estados Unidos começaram a intrometer-se continuamente na Nicarágua. Entre 1910 e 1912, fizeram desembarcar fuzileiros navais, a fim de assegurar a vitória dos conservadores e proteger-lhes o governo, chefiado, primeiro, pelo general Juan J. Estrada e, depois, pelo civil Adolfo Díaz, com o qual o secretário de Estado, Philander C. Knock, firmara em 1911 um tratado, não só transferindo a dívida externa daquele país para as casas bancárias norte-americanas Brown Brothers e J. & Seligman, como entregando aos Estados Unidos a administração de suas aduanas.¹ Naquele mesmo ano, um

contingente militar norte-americano também interveio na República Dominicana e os representantes do Departamento de Estado impuseram a renúncia do presidente Eládio Victoria, sob a ameaça de não lhe repassar os recursos financeiros provenientes da alfândega, que os Estados Unidos controlavam, se ele continuasse no governo.

Esta política de sucessivas intervenções militares norte-americanas, em que objetivos estratégicos, com vistas à proteção das rotas de acesso ao Canal do Panamá, e interesses econômicos e financeiros entreteciam-se, contara, desde 1898, com forte oposição dentro do Congresso norte-americano e desgastou tanto interna quanto externamente a imagem e o prestígio moral dos Estados Unidos que Thomas Woodrow Wilson, eleito presidente da República pelo Partido Democrata, inaugurou com sua administração, em 1913, ao prometer repudiar o big stick e a dollar diplomacy do Partido Republicano e recompor as relações com os países da América Latina em termos honrosos e condições de igualdade, ajudando-os a libertar-se do estrangulamento por concessionários estrangeiros.² Sua política seria a New Freedom. E a nomeação de William J. Bryan para o cargo de secretário de Estado pareceu confirmar esse propósito. Bryan fora o líder do Partido Democrata que mais combatera a construção de um imperium dos Estados Unidos no Caribe e na América Central, quer pela anexação de territórios, protetorados, intervenções militares, dollar diplomacy, quer pela ampliação de seu poderio naval, sem o que uma política de força não seria possível. E um de seus primeiros atos, no âmbito das relações exteriores, consistiu em negociar com a Colômbia um novo tratado, mediante o qual os Estados Unidos manifestaram pesar e lhe pagaram US\$ 25 milhões, como indenização pelos danos morais e outros prejuízos que o governo de Theodore Roosevelt lhe causara, ao apoiar a separação da Província do Panamá. Naquela época, a iminência da guerra na Europa também induzia o presidente Wilson a buscar, dentro da Doutrina Monroe, alternativas para a política de intervenções militares, a fim de evitar que a Alemanha explorasse os ressentimentos contra os Estados Unidos, com os quais ela seriamente rivalizava, e aumentasse sua penetração na América Latina. E por isto ele propôs a formação de uma

aliança pan-americana, em que os países do continente, com base na igualdade e no respeito mútuo, garantiriam reciprocamente a integridade de suas fronteiras, não permitindo a utilização dos respectivos territórios para ataques a outros estados vizinhos. O tratado entre Argentina, Brasil e Chile, firmado em 1915 e conhecido como ABC, poderia servir como exemplo. Entretanto, a tentativa de revisar a Doutrina Monroe, convertendo-a em um pacto multilateral pan-americano, não evoluiu. Apesar da retórica, Wilson não tinha a intenção de respeitar realmente a soberania dos Estados centro-americanos e do Caribe, em detrimento do que os Estados Unidos percebiam como vital para a defesa das rotas de acesso ao Canal do Panamá. E assim a incoercível necessidade política e geopolítica de manter o predomínio sobre aquela região, aguçada pelos interesses privados de capitalistas, levou-o a retomar em sua política exterior os mesmos padrões do big stick e da dollar diplomacy, estabelecidos pelos seus antecessores do Partido Republicano.

Na manhã de 21 de abril de 1914, cerca de 1.000 fuzileiros navais e marinheiros norte-americanos invadiram o México, ocupando a cidade portuária de Vera Cruz, a pretexto de capturar um carregamento de armas alemãs, transportado pelo navio Ypiranga, da companhia Hamburg-Süd, que se destinava ao governo do general Victoriano Huerta, em luta contra as forças constitucionalistas de Venustiano Carranza, governador do estado de Coahuila. Esta intervenção desencadeou uma onda de protestos em várias cidades da América Latina e quase envolveu os Estados Unidos em uma guerra contra todo o México, só evitada, em larga medida, graças à mediação do grupo ABC (Argentina, Brasil e Chile). Alguns meses depois, o secretário de Estado, William J. Bryan, firmou com o representante da Nicarágua em Washington, Emiliano Chamorro, um tratado mediante o qual aquele país concedia aos Estados Unidos uma opção perpétua, pelo preço de US\$ 3 milhões, para a abertura de um canal interoceânico no seu território, ao mesmo tempo que lhes arrendava as ilhas Great Corn e Little Corn, bem como uma área para a construção de uma base naval no Golfo de Fonseca. O tratado, embora omitisse as estipulações sobre o protetorado nos termos da Platt Amendment, gerou fortes ressentimentos e atritos com Honduras,

Costa Rica e El Salvador, que recebiam igual enfraquecimento de sua autonomia, e o Congresso norte-americano só o aprovou em 1916, quando as tensões com a Alemanha se agravaram, por causa dos seus submarinos e dos rumores de que ela também pretendia obter aquela opção para abrir um canal interoceânico através da América Central. Nesse mesmo ano, Emiliano Chamorro elegeu-se presidente da Nicarágua, com o voto dos navios de guerra dos Estados Unidos, que, estacionados em ambas as costas daquele país, impuseram a renúncia de seu adversário, o candidato liberal Carlos Cuadra Pasos. O México, onde a revolução camponesa já se processava, e a Nicarágua não foram os únicos países a conhecer, na prática, a New Freedom. Os Estados Unidos invadiram o Haiti, em 1915, voltaram a intervir na República Dominicana em 1916, quando compraram da Dinamarca, sobretudo para fins estratégicos, as Ilhas Virgens (Antilhas Dinamarquesas), por US\$ 25 milhões, e outra vez ocuparam Cuba em 1917, ao tempo que decidiam participar da conflagração na Europa, em curso desde 1914. Tais intervenções sempre tiveram como objetivos declarados proteger investimentos norte-americanos, evitar a intromissão de potências europeias e manter a estabilidade dos governos, naturalmente daqueles pró-Estados Unidos. Wilson, da mesma forma que seus antecessores, imaginava que a missão dos Estados Unidos, como nação eleita de Deus, era levar aos seus vizinhos latino-americanos a verdade da democracia, dos governos justos, alicerçados sobre a lei e não sobre o arbítrio ou forças irregulares. Esse mesmo pensamento, alevadado pela cultura puritana, serviu para racionalizar a entrada dos Estados Unidos na guerra contra a Alemanha, acusada de incitar o México a acometê-los, oferecendo-lhe a reconquista do Texas, Novo México e Arizona, e de torpedear, a partir de submarinos, navios mercantes, com enorme perda de vidas norte-americanas.³ Ao pedir ao Congresso a declaração do estado de beligerância, Wilson alegou que os Estados Unidos lutariam

for the ultimate peace of world and for the liberation of its peoples, the German people included; for the rights of nations great and small and the privilege of men everywhere to choose their way of life and of obedience. The world must be safe for democracy. Its peace

must be planted upon the tested foundations of political liberty.⁴

Aos Estados Unidos, que emergiam como potência mundial, interessava assegurar a derrota da Alemanha e assim impedir que ela, com a poderosa arma dos submarinos, conquistasse a supremacia no Oceano Atlântico. Na mesma medida, igualmente lhe convinha libertar os povos submetidos aos impérios da Áustria-Hungria, Rússia e Turquia ou aos sistemas coloniais com que, sobretudo a Grã-Bretanha, a França e mesmo a Alemanha, na África e na Ásia, expandiram seus territórios, a partir de 1880. A retórica democrática e liberal dos Quatorze Pontos, estabelecidos por Wilson, como programa de paz, em 8 de janeiro de 1918, entremostrava as verdadeiras pretensões dos Estados Unidos, máxime, *inter alia*, a absoluta liberdade de navegação, em tempos de paz ou de guerra, e a igualdade de condições comerciais entre as nações, permitindo a paz e ajustamento das reivindicações coloniais aos interesses das populações atingidas. Esta era a forma que lhes permitiria descerrar aqueles mercados fechados, em outros continentes, para o escoamento de sua produção e capitais. Só a América Latina deveria permanecer como área de influência exclusiva e cada vez mais incontestada dos Estados Unidos, tanto que Wilson obteve, durante a Conferência de Versalhes (1919), a inclusão no Pacto da Liga das Nações do artigo XXI, determinando que nada seria considerado que pudesse “afetar a validade de acordos internacionais, tais como tratados de arbitramento ou entendimentos regionais, a exemplo da Doutrina Monroe”, que viessem a assegurar a manutenção da paz.⁵ Como o historiador norte-americano Gadd Smith observou, “absurdo” era considerar a Doutrina Monroe um entendimento regional, quando ela jamais passara de uma declaração política, unilateral, dos Estados Unidos.⁶ Mesmo assim, identificando a Doutrina Monroe com o pan-americanismo, Wilson conseguira excluir da jurisdição da Liga das Nações a América Latina, onde os capitais norte-americanos, liquidados em grande parte as posições econômicas e comerciais da Alemanha, tratavam de desalojar e substituir também os investimentos britânicos.

Com uma pujante economia, superior à da Grã-Bretanha e França, os

Estados Unidos ganharam, àquela época, a supremacia mundial e acompanharam apreensivamente a revolução socialista em curso na Rússia. Embora viessem a recuar da intervenção na Sibéria, eles já se dispunham a conter a avalanche revolucionária, que começava a alastrar-se pelos países da Europa, como a Alemanha e a Hungria, e de outros continentes. Em Washington, houve inclusive receio de que os acontecimentos na Rússia influenciassem os rumos da revolução no México.⁷ Mas Wilson reconheceu que o bolchevismo, avançando na direção do Ocidente, não podia ser detido pela força. E o Tratado de Versalhes, do qual fora um dos principais artífices, obrigou os países signatários a adotar uma legislação social, ao mesmo tempo que propunha a criação da Organização Internacional do Trabalho, estabelecida pela Conferência de Washington em 1919. Não sem razão, quando Wilson desembarcou na Europa para a Conferência de Versalhes, Leon Trotski, gracejando, comentou: “Lenin e Wilson, eis os dois príncipes apocalípticos da história contemporânea.”⁸ Segundo já divisava, “o bolchevismo e o americanismo imperialista” eram os “dois fatores da história contemporânea”.⁹

Este confronto era efetivamente inevitável a médio prazo. Conquanto politicamente se retraíssem, ao abandonar a Liga das Nações, os Estados Unidos continuaram mais e mais empenhados em promover políticas liberais, que se consubstanciavam nas palavras de ordem “Liberdade dos mares” e “Portas abertas”, condições necessárias à sua expansão e que se contrapunham a qualquer forma de nacionalismo. O bolchevismo, triunfante na Rússia, fundou a III Internacional ou Internacional Comunista (Comintern) e, uma vez abortada a revolução social na Europa, voltou-se para os povos da Ásia, África e América Latina, inflamando os ressentimentos nacionais contra a dominação econômica quer da Grã-Bretanha e da França, quer dos Estados Unidos, estigmatizados como potências imperialistas. A extrema direita, que se desenvolvera na Europa como reação ao bolchevismo, recorreu a um discurso similar. O fascismo na Itália e o nacional-socialismo na Alemanha também denunciavam o imperialismo anglo-saxão, tanto quanto o comunismo, de modo que o nacionalismo,

aviventado pela grande guerra de 1914-1918, exacerbou-se não só nas potências industriais como nos países economicamente atrasados ou emergentes.

Destarte, ainda que o nazifascismo e o comunismo na Europa tivessem esteios sociais diferentes e rivalizassem, como antípodas, tais ideologias, ao penetrar na América Latina, entremesclaram-se muitas vezes e passaram a exprimir as mesmas aspirações de independência econômica e desenvolvimento, as mesmas necessidades de mudança, em contraposição a poderosos interesses dos Estados Unidos, empenhados em manter o status quo, na medida em que pujavam os da Grã-Bretanha. Durante os anos 1920, subordinados às diretrizes da União Soviética, os partidos comunistas se organizaram na América Latina, cujas condições específicas e a Aliança Popular Revolucionária Americana (APRA), fundada em 1924 pelo peruano Victor Raúl Haya de la Torre, tentou adaptar o marxismo. E o nacionalismo, de caráter anti-imperialista e mais notadamente anti-Estados Unidos, por ser a potência dominante e opressora na região, entremeou-se com ideias socialistas, nem sempre claras e definidas, permeando movimentos revolucionários ou influenciando governos no continente. No Brasil, o capitão Joaquim Távora, um dos chefes da revolta militar de 1924, proclamava-se “ardoroso socialista”,¹⁰ e o general Olinto Mesquita de Vasconcelos, que comandou, naquele movimento revolucionário, a marcha da Divisão São Paulo, doou terras aos índios das Carrancas do Paraná, concitando-os a “varrer o capitalismo do Brasil”.¹¹ O general Isidoro Dias Lopes, comandante da sublevação em São Paulo, explicou, posteriormente, que “não éramos comunistas, mas poderíamos vir a sê-lo, porque não tínhamos o fetichismo por nenhuma forma de governo”.¹²

Naturalmente, não se podia dizer que os tenentes, como ficaram conhecidos os militares que no Brasil se insurgiram contra o governo em 1922 e em 1924, tivessem determinada ideologia, nem mesmo que fossem democratas consequentes. Alguns admiravam Benito Mussolini, cujo movimento fascista acabara de assenhorear-se do poder na Itália. Outros, a exemplo do capitão Luiz Carlos Prestes, chefe da rebelião no Rio Grande do

Sul e comandante da coluna revolucionária que a partir de 1924 atravessou o interior do Brasil até internar-se na Bolívia em 1926, aderiram posteriormente ao comunismo. Na Argentina, os militares não estavam sublevados, mas forte fração do Exército, motivada pelo nacionalismo, demonstrou certa simpatia pela União Soviética quando lutava para estatizar toda a produção de petróleo, durante os governos de Marcelo T. Alvear (1922-1928) e Hipólito Yrigoyen (1928-1930), ambos da União Cívica Radical. O coronel Enrique Mosconi, presidente da empresa estatal Yacimientos Petrolíferos Fiscales (YPF) e principal líder desse movimento, queria que a América do Sul alcançasse a “independência integral” e formasse assim um “conjunto étnico, econômico, social e político” que se contrapusesse à “influência da América do Norte” e equilibrasse a “ação até hoje preponderante da influência europeia”.¹³ Sob sua direção, a YPF firmou com a empresa soviética Luyamtorg, instalada em Buenos Aires desde 1926, um contrato para a compra de 268.750 metros quadrados de gasolina, a um custo de 11 centavos por litro, abaixo da cotação internacional, em troca de produtos agrícolas da Argentina.¹⁴ Esta iniciativa, produzindo efeitos de um dumping, afetou os lucros das companhias estrangeiras, sobretudo norte-americanas, com investimentos no país e alarmou os Estados Unidos, cujas relações com o México outra vez se encrespavam em 1927, também por causa do petróleo, então o *punctum saliens* de seus interesses em várias regiões da América Latina. A crise irrompera quando o Congresso mexicano aprovara leis contrárias às pretensões das companhias petrolíferas, sobretudo da Standard Oil, em conformidade com o disposto pela Constituição de 1917, que subordinava a propriedade privada ao interesse social e à autoridade do Estado. O presidente dos Estados Unidos, Calvin Coolidge, e o secretário de Estado, Frank B. Kellog, acusaram o México de realizar uma política ditada por Moscou e a tensão entre os dois países recresceu tanto que quase provocou o rompimento de relações diplomáticas e a eclosão de uma guerra. O presidente do México, Plutarco Elias Calles, diante da possibilidade real de uma intervenção norte-americana, chegara até mesmo a ordenar ao general Lázaro Cárdenas, comandante militar da região

petrolífera, que incendiasse os poços de produção, caso ela se concretizasse. E embora o governo mexicano sustentasse sua posição, reafirmando a prevalência das necessidades dos peones sobre os direitos já adquiridos pelas companhias petrolíferas, o conflito só não evoluiu porque o Congresso norte-americano votou unanimemente em favor de submeter a controvérsia a arbitragem. Os Estados Unidos já haviam retirado, àquela época, as tropas de Cuba (1922), da República Dominicana (1924) e da Nicarágua (1925), em face da oposição interna e da impopularidade que as sucessivas intervenções militares em países do Caribe e da América Central lhes causaram. Mantiveram, entretanto, o Haiti ocupado, e, em 1927, voltaram a invadir a Nicarágua, a fim de sufocar uma insurreição contra o governo de Adolfo Diaz, deflagrada pelo ex-vice-presidente Juan Batista Secasa e pelo general José Maria Moncada, com suposto apoio do México. O general Moncada, à revelia de Secasa, aceitou posteriormente um acordo, que o coronel Henry L. Stimson, representante pessoal do presidente Calvin Coolidge, negociou, mas as guerrilhas contra as tropas de ocupação continuaram, sob o comando de Augusto Cezar Sandino, que não era marxista e resistira aos esforços de Augustin Farabundo Martí, quando seu secretário, para convencê-lo a aderir ao comunismo.¹⁵

A profunda crise na economia mundial, a manifestar-se, em 1929, com o estrondoso colapso da bolsa de Nova York, submeteu os Estados Unidos a uma prolongada recessão e reagravou na América Latina as contradições sociais e políticas, bem como a competição entre os interesses capitalistas, nacionais e internacionais, o que o encadeamento de golpes de Estado e revoluções, no curso da década de 1930, refletiu. Em 6 de setembro de 1930, o general José P. Uriburu, respaldado, ao que tudo indicava, pelos interesses das companhias petrolíferas, derrubou o governo do presidente Hipólito Yrigoyen e não só denunciou o acordo com a empresa soviética Iuyamtorg, como encarcerou o coronel Mosconi. Menos de um mês depois, uma revolução, com apoio civil e militar, irrompeu no Brasil, sob a liderança de Getúlio Vargas, governador do Rio Grande do Sul, e em várias regiões houve esforços para radicalizá-la. Em Itaqui, cidade situada na fronteira da

Argentina, os comunistas logo organizaram um soviet que foi esmagado pelos correligionários de Vargas.¹⁶ Em São Luís do Maranhão, com a vitória da insurreição, a Junta Governativa, sob a chefia do socialista José Maria dos Reis Perdigão, pretendeu nacionalizar a companhia norte-americana Ullen Managing Co., encarregada dos serviços de água, eletricidade, esgotos e carris, após determinar sua ocupação e prender o gerente, Henry Isler, também cônsul dos Estados Unidos naquela cidade.¹⁷ E o próprio Vargas, uma vez no governo do Brasil, estimulou a formação do Partido Socialista Brasileiro, em 1932, durante a reunião do Congresso Revolucionário, do qual os militares rebeldes de 1922 e 1924, os socialistas, anarco-sindicalistas, comunistas, católicos, democratas e integralistas participaram. O manifesto de fundação, em cuja redação o major Juarez Távora, um dos insurgentes de 1924, colaborou, propunha uma “linha geral tendente ao socialismo”, subordinada, porém, à “realidade brasileira”,¹⁸ e, a mesclar princípios social-democráticos e corporativistas, não satisfez a nenhuma das correntes doutrinárias participantes do Congresso Revolucionário. E esse Partido Socialista não se consolidou, inclusive porque o próprio Vargas retrocedeu da intenção de criá-lo, advertido, provavelmente, por elementos do clero e do empresariado quanto à sua inconveniência.

Uma situação revolucionária igualmente se desenvolveu no Chile, onde a luta pelo poder, exprimindo-se em golpes militares, produziu constante turbulência política desde a primeira metade da década de 1920. Em 1930, grande parte dos capitais chilenos já emigrara para o exterior ou estava na sua quase totalidade aplicada em títulos de propriedades norte-americanas.¹⁹ O diplomata brasileiro A. Roças previra então que a “ditadura chilena, aparentemente brilhante, prestigiada pela aura fictícia de prosperidade do país”, não poderia “manter-se por muito tempo”.²⁰ Com efeito, o governo do general Carlos Ibañez del Campo, cujos recursos financeiros estavam esgotados sem que ele pudesse aumentar a capacidade de arrecadação, não resistiu à crise que, em consequência do crack de 1929, abatera a economia chilena, sustentada pela exploração do salitre e das minas de cobre, estas na imensa maioria em poder de firmas norte-americanas.

Em meados de 1933, a situação econômica e social no Chile tornara-se tão insuportável, apesar da repressão aos comunistas e do “ambiente quase inquisitorial”, que, para o embaixador brasileiro João Severiano da Fonseca Hermes, “parecia reviver os dias do fascismo na Itália”.²¹ Multidões de operários e estudantes, bem como desempregados, lançaram-se às ruas e convulsionaram a capital do Chile, ocasionando a paralisação dos transportes e o fechamento do comércio. Das janelas e do telhado da universidade, do Club de la Unión e de casas particulares tiros partiam contra a tropa de carabineiros.²² E o general Ibañez, convencido de que não poderia por meios constitucionais manter a ordem, tentou restaurar a ditadura. Como não encontrou condições, entregou o governo ao presidente do Senado, Pedro Opazo Letellier, e atravessou a fronteira da Argentina. Contudo, a crise não amainou. Pelo contrário, recrudescu. No início de setembro de 1931, as guarnições dos principais navios de guerra, estacionados na base naval de Coquimbo, amotinaram-se e prenderam os oficiais, que se recusaram a assinar uma petição ao governo exigindo a manutenção dos soldos, reduzidos pelo ministro da Fazenda, Pedro Belanquér, a divisão dos latifúndios e uma contribuição de 300 milhões de pesos por parte dos milionários para aliviar a crise.²³

A sublevação alastrou-se pelas bases navais de Quinteros e Valparaíso, ao mesmo tempo que a esquadra, fundeada em Talcahuano, também se insurgia, rumando com sete submarinos para Coquimbo, após desembarcar os oficiais.²⁴ Segundo a declaração do comitê de marinheiros, instalado a bordo do encouraçado Latorre, o movimento não era político nem comunista, mas, ao que tudo indicava, fora inspirado pelo Partido Comunista, que estava muito ativo, de acordo com as diretrizes da Internacional Comunista, cujo Bureau sul-americano funcionava em Montevideú, desde o final de 1929, sob a direção, entre outros, do militante alemão Ernst Ewert, portador de um passaporte norte-americano, com o nome de Harry Berger.²⁵ Esta revolta, que se estendeu por uma semana, foi debelada em meio à sangrenta luta, por não receber o apoio nem das forças terrestres (Exército e Corpo de Carabineiros) nem da Aviação Militar.²⁶ O governo de Juan Esteban

Montero, eleito depois da revolta da Marinha presidente do Chile, não conseguiu evitar o aguçamento da crise econômica e social, que levava mais de 130.000 desempregados a perambular pelas cidades e realimentava a crise.²⁷ Não durou mais de dois meses. Caiu em 4 de junho, como consequência de outro levante, desta vez deflagrado, sem encontrar qualquer resistência, pela Aviação Militar, sob o comando do comodoro Marmaduke Grove. A Junta Revolucionária, da qual Carlos Dávila, ex-embaixador em Washington, Eugenio Matte Hurtado e o general Arturo Puga participavam, dispôs-se a tomar várias medidas, como a cobrança de elevado imposto sobre as grandes fortunas e o estabelecimento do monopólio do comércio exterior, visando à implantação da República Socialista do Chile, “longe das influências de qualquer imperialismo, seja este dos grandes banqueiros estrangeiros ou do soviétismo russo”.²⁸ O comodoro Marmaduke Grove, que se configurou como o “verdadeiro mentor” da revolução,²⁹ foi acusado de favorecer o avanço do comunismo, embora, na opinião de Michael Löwy, ele fosse um eclético, mais próximo de “um nacionalismo socializante que do marxismo”.³⁰ De qualquer forma, 12 dias depois de proclamada a República Socialista do Chile, um movimento militar, a pretexto de conter o comunismo, derrubou a Junta Revolucionária e constituiu uma nova, provisoriamente sob a presidência de Carlos Dávila, que anunciou a intenção de manter o programa socialista, compatibilizando, porém, os interesses nacionais com o estrangeiro, e convocou uma Assembleia Constituinte. O comodoro Marmaduke Grove, a lamentar não haver armado em tempo os trabalhadores e os desempregados,³¹ foi preso e o general Arturo Puga substituiu-o no Ministério da Defesa. Estas mudanças, se, por um lado, acalmaram em parte as classes dominantes e a comunidade estrangeira — norte-americana e britânica — com negócios no Chile, reacenderam, por outro, a agitação, com os comunistas e outras facções de esquerda tentando assalto a quartéis e promovendo violentos distúrbios nas ruas de Santiago e Valparaíso. E o presidente Carlos Dávila, sem que os Estados Unidos, Grã-Bretanha e França lhe reconhecessem o governo,³² não teve alternativa senão renunciar, no dia 13 de setembro, em face de outra sublevação nas Forças

Armadas. O ex-presidente Arturo Alessandri voltou assim ao poder, após vencer as eleições realizadas pouco tempo depois, em outubro de 1932, e nas quais o comodoro Grove, um dos candidatos, obtivera o segundo lugar.

Assim como o Chile, o Peru, em meio à profunda crise econômica e social, estava sofrendo fortes abalos políticos desde 1930, quando Augusto B. Leguía, após 11 anos de ditadura, fora deposto por um golpe militar. O coronel Luís M. Sánchez Cerro assumira então o poder, possibilitando que a APRA emergisse da clandestinidade e se organizasse como partido político, antes mesmo que seu ideólogo e fundador, Victor Raúl Haya de la Torre, retornasse do exílio. A APRA corporificou, àquela época, uma corrente de esquerda, mas rejeitava a doutrina comunista ou qualquer modelo europeu de socialismo e buscava resgatar o ideal de Simón Bolívar, ao defender a união econômica e política dos Estados da América Latina, ou Indo-América, como preferia denominá-la, para a luta contra “el moderno imperialismo capitalista industrial de los EUA, que es el imperialismo que con más vigor nos subyuga”.³³ Realmente, a ascensão dos Estados Unidos como potência econômica aguçava suas contradições com os países da América, e este problema já se evidenciava também no Peru. Conforme o teórico marxista José Carlos Mariategui já em 1928 observara, a abertura do Canal do Panamá aproximara mais o Peru dos Estados Unidos que da Europa, e “la participación del capital norte-americano en la explotación del cobre e del petróleo peruano, que se convierten en dos de nuestros mayores productos, proporciona una ancha y durable base al creciente predominio yanqui”.³⁴ E, em tais circunstâncias, o relacionamento da APRA com Sánchez Cerro não pôde perdurar. Sob intensa pressão das companhias estrangeiras, petrolíferas e de mineração, bem como das embaixadas dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha, o governo logo passou a reprimir as greves, o que gerou sangrentos choques da polícia com os trabalhadores e lançou os militantes da APRA na oposição, ao lado dos comunistas. O conflito ainda mais se aprofundou, depois que Sánchez Cerro, mesmo forçado a afastar-se do governo, derrotou com 51% dos votos a candidatura de Haya de la Torre (35%) na eleição para a presidência do Peru, realizada em outubro de 1931, e

empreendeu violenta perseguição aos militantes da APRA. Em janeiro de 1932, a lei marcial foi virtualmente estabelecida no Peru e o presidente Sánchez Cerro, no mês seguinte, deportou 23 deputados da APRA, bem como o coronel Gustavo Jiménez, ex-presidente da Junta Transitória de Governo e ex-ministro da Guerra da Junta Nacional de Governo. A violência então recrudesceu. Sánchez Cerro escapou de uma tentativa de assassinato, ordenou a prisão de Haya de la Torre e, em maio de 1932, debelou, no porto de Callao, um motim de marinheiros, partidários da APRA, oito dos quais foram logo fuzilados na Ilha de San Lorenzo. Dois meses depois, outro levante armado ocorreu, na cidade de Trujillo, onde os insurretos, dentro do quartel O'Donovan, mataram cerca de 60 oficiais do Exército. A sedição, porém, falhou nas outras regiões do país e o governo, a mobilizar um grande número de tropas, conseguiu recuperar a cidade de Trujillo, após o que o Exército, excedendo-se em bestial repressão, executou mais de 1.000 militantes da APRA. Tais acontecimentos deixaram cicatrizes indeléveis na política peruana, criando insuperável antagonismo entre os militares e a APRA, que, embora se tornasse o principal partido de oposição e empreendesse, nos anos subsequentes, sucessivas sublevações, não alcançou o poder.

Em janeiro daquele mesmo ano, 1932, os comunistas também impulsionaram, em El Salvador, uma vasta insurreição camponesa, logo após um golpe de Estado, que o general Maximiliano Hernández Martínez desfechara. Seu principal líder, Agustín Farabundo Martí, era dirigente do Socorro Vermelho Internacional, inclinava-se para posições de Trotski, apesar de permanecer aparentemente vinculado à III Internacional, e participara das guerrilhas de Sandino, na Nicarágua, onde, conforme escrevera, a luta pela libertação das Américas começava e à qual esperava que outros países se juntassem para varrer “os últimos vestígios do imperialismo yankee”.³⁵ E o levante, embora originado, em grande parte, pelas fortes medidas tomadas contra a cultura, teve, supostamente, um caráter anti-Estados Unidos, cujos navios de guerra, o cruzador Rochester e os destróieres Wickes e Philips, bem como os destróieres canadenses Vancouver

e Skeena, estiveram prestes a intervir, chegando inclusive a lançar âncoras em La Libertad, para o desembarque de marines. O ditador, general Martínez, e o general Júlio Cezar Calderón dispensaram, porém, o auxílio, com receio da intervenção norte-americana, que também os assustava, embora um pouco menos do que o levante comunista.³⁶ De qualquer maneira, ela não se tornara necessária. O Exército reprimiu a insurreição com extrema violência, fuzilando entre 10.000 e 25.000 camponeses,³⁷ inclusive mulheres e crianças, nas chamadas “zonas vermelhas”, e Augustín Farabundo Martí, bem como outros dois jovens católicos, Alfonso Luna e Mário Zapata, foram fuzilados, após rito sumário de julgamento. A insurreição não durara mais do que três ou quatro dias, porém a matanza prosseguiu, e este drama, que traumatizou a nação, modelou dali por diante toda a política em El Salvador, segundo o historiador norte-americano Thomas P. Anderson.³⁸

A aplicar teoria de que o capitalismo entrara em seu terceiro período, o do surto revolucionário imediato, a Internacional Comunista orientava suas seções, os partidos comunistas a ela subordinados, no sentido de que aproveitassem a crise econômica e a instabilidade política na América Latina para instigar levantes ou cooperar com outras forças de oposição, a fim de ganhar a hegemonia do movimento revolucionário, como acontecia em Cuba. Lá, o governo do general Gerardo Machado, que, eleito em 1925, conseguira em 1929 que o Congresso lhe prorrogasse o mandato por mais seis anos, estava a enfrentar enorme resistência por parte da opinião pública, sob o impacto da “terrível crise econômica, sem precedentes na história de Cuba”.³⁹ Já em 1930, vários motins e distúrbios, com perdas de vida, ocorreram, e uma greve geral eclodira, atendendo a uma convocação da Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOO), vinculada à Internacional Sindical Vermelha. A oposição avolumara-se tanto que, em 1931, o ministro do Brasil em Havana, Francisco Clark, observou que:

Não fora (...) a vigilância invisível, mas sempre presente, do Governo norte-americano (...) já há muito teria Cuba sido presa de fratricida luta intestina, na qual se esvaeceria o rótulo mesmo de selfgovernment desta democracia de farsa, ora sob férula tirânica de um disfarçado ditador, paternalmente tolerado pelo seu grande protetor do Norte, por servir-lhe os

interesses materiais e políticos, dando todo o apoio e prestígio aos capitalistas yankees, que aqui decidem, com perfeito desprante, da vida social, econômica, financeira e fiscal desta “colônia autônoma”.⁴⁰

Segundo ele previa, o presidente Gerardo Machado não chegaria ao fim de seu mandato, que terminaria em 20 de maio de 1935, pois não era de estranhar que um movimento revolucionário, cuja eclosão estava “incubada e facilitada pela terrível miséria reinante na ilha”, viesse a ocorrer, com o “inevitável cortejo de anarquia, caos administrativo e ruína econômica, o qual provocaria uma nova intervenção norte-americana”.⁴¹ Pouco tempo depois, houve algumas tentativas insurrecionais, e entre elas uma sublevação, sob o comando do general Mário G. Menocal e do coronel Carlos Mendieta, líder da Unión Nacionalista. Todas fracassaram e o governo do general Machado, que gastava anualmente mais de US\$ 10 milhões para manter milícias mercenárias, enquanto despendia apenas US\$ 700.000 com a agricultura,⁴² intensificou a repressão, fuzilando estudantes e outros adversários, sem conseguir dominar a oposição e conter os atentados a bomba, bem como outros atos de terror.⁴³ Mas os Estados Unidos, onde o Partido Democrata, com a eleição de Franklin Delano Roosevelt para presidente, voltara ao poder, em 1933, não se dispunham a uma intervenção armada, em conformidade com a Platt Amendment, e enviaram novo embaixador, Benjamin Sumner Welles, que seria, segundo a expressão utilizada para seus antecessores pelo ministro brasileiro Francisco Clark, o “verdadeiro árbitro” da situação em Cuba.⁴⁴ Sua missão consistia em encontrar amistosamente uma saída para o impasse político, mediando um *modus vivendi* entre o presidente Machado e as forças de oposição. E ele obteve algum êxito até o momento em que uma greve geral dos transportes, a princípio parcial, generalizou-se e estendeu-se por todo o país, a ponto de assumir caráter revolucionário, embora o Partido Comunista, que a organizara juntamente com a CNOC, retrocedesse e ordenasse, sem sucesso, a volta ao trabalho, por temer a intervenção armada dos Estados Unidos e após alcançar um entendimento com o presidente Machado.⁴⁵ Este pacto, negociado pelo dirigente sindical Rubén Martínez Villena, desacreditou o

Partido Comunista e não impediu que a posição de Machado se tornasse insustentável, pois enquanto a polícia secreta, conhecida como Porra, reprimia o povo a metralha, o Exército e a Marinha, bem como o Corpo de Aviação, rebelavam-se, impondo-lhe a renúncia, reclamada igualmente pelo embaixador Sumner Welles, como única fórmula para a pacificação do país. Em tais circunstâncias, não restou a Machado, como alternativa, senão abandonar o poder, que se lhe escapara das mãos, na verdade, quando não mais contara com o apoio das Forças Armadas e o beneplácito dos Estados Unidos. E Carlos Manuel de Céspedes y Quesada foi indicado para ocupar provisoriamente a presidência de Cuba, devido à mediação de Sumner Welles, responsável também pela escolha de alguns dos seus ministros. “Como era de prever, fruto que foi da interferência estrangeira” — salientou o diplomata brasileiro Carlos Martins Ramos em memorando ao chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos do Itamaraty —, “não se pôde manter o governo”.⁴⁶ Com efeito, conforme o historiador Leland Hamilton Jenks reconheceu, Cuba, livre da influência da Espanha, havia alimentado seu zelo patriótico com o sentimento antinorte-americano e sua causa estava na atividade das grandes empresas,⁴⁷ cujos investimentos, conquanto se concentrassem nas terras e na indústria de açúcar, açambarcavam igualmente os transportes, exploração de recursos naturais, comércio de utilidades e sistema bancário.⁴⁸ Assim, ao mesmo tempo que os comunistas intentavam a formação de soviets em Mabay, Jaroni, Senado e Santa Lúcia, levando os trabalhadores a ocupar diversas usinas de açúcar de propriedade norte-americana, um “movimento uniforme e irresistível da opinião pública cubana”,⁴⁹ conduzido pelo Directorio Estudiantil Universitario, ABC Radical, Ala Izquierda Estudiantil, APRA (fundada em Cuba também por influência de Haya de la Torre) e outras organizações predominantemente estudantis e de classe média, cujas reivindicações estatizantes e nacionalistas, anti-Estados Unidos, aparentavam-nas com o socialismo, pôs termo à presidência de Carlos Manuel de Céspedes. Em 4 de setembro de 1933, cerca de três semanas após a queda de Gerardo Machado, os escalões inferiores do Exército e da Marinha insurgiram-se, liderados pelo sargento-estenoógrafo

Fulgencio Batista, que convidou os dirigentes do Directorio Estudiantil ao Campo Colúmbia e com eles decidiu formar uma Junta de Governo ou Comissão Executiva, com cinco membros e por isto celebrizada como Pentarquia, à qual, à noite do mesmo dia, Céspedes entregou a presidência da República.

O recém-empossado presidente dos Estados Unidos, Franklin Roosevelt, eleito pelo Partido Democrata, assustou-se com o rumo dos acontecimentos em Cuba, prefigurando uma revolução social. Para lá precipitou o envio de vários navios de guerra e, restabelecendo uma prática do presidente Wilson, convocou à Casa Branca os embaixadores do México e do grupo de países conhecido como ABC — Argentina, Brasil e Chile — com a finalidade de consulta. Disse-lhes então que os Estados Unidos não pretendiam, de forma alguma, intervir na ilha, apesar do direito e das obrigações decorrentes da Platt Amendment, e que os navios de guerra enviados aos portos cubanos tinham a missão de servir de asilo a norte-americanos e outros estrangeiros em perigo, caso em que, apenas para protegê-los em situações extremas, os fuzileiros poderiam vir a desembarcar.⁵⁰ Seu desejo, segundo afirmou aos embaixadores latino-americanos, era ver restabelecido em Cuba um governo capaz de manter a ordem, fosse qual fosse sua composição e ainda que seu programa importasse reformas avançadas.⁵¹ Evidentemente ele não confiava na Pentarquia, recusava-se a reconhecê-la e previa que novas perturbações viriam a ocorrer, naquele país, não obstante a aparente tranquilidade.

De fato, as perturbações não tardaram. Em 10 de setembro, a Pentarquia nomeou o professor Ramón Grau San Martín presidente provisório de Cuba, por indicação do Directorio Estudiantil Universitario, e dissolveu-se, porque entrara em crise, após um dos seus membros haver promovido, sem a aprovação dos demais, o sargento Fulgencio Batista ao posto de coronel, o mais alto na hierarquia do Exército cubano, com a função de chefe do Estado-Maior. Esta medida desencadeou um motim de oficiais superiores, cerca de 300, que se recusaram a acatar as ordens para apresentação, dentro de 24 horas, sob pena de deserção, e refugiaram-se no Hotel Nacional, onde Sumner Welles estava hospedado. O objetivo, segundo o Directorio

Estudiantil Universitario denunciou em telegrama ao presidente do Brasil, Getúlio Vargas, era perturbar a ordem e provocar o desembarque dos fuzileiros norte-americanos.⁵² Mas as condições internacionais, sobretudo, não permitiram que a intervenção militar dos Estados Unidos se efetivasse. O presidente Roosevelt lançara a Good Neighbor Policy, visando melhorar o relacionamento dos Estados Unidos com os países do continente, e estes condenaram — mais enfaticamente ainda o México e a Argentina — qualquer intervenção estrangeira em Cuba.⁵³ A própria ingerência “amistosa” de Sumner Welles para controlar a sucessão de Gerardo Machado fora inábil e repercutira negativamente na América Latina, constituindo a deposição do governo Céspedes sério revés para a política de Roosevelt. Entrementes, o presidente Ramón Grau San Martín conseguira restabelecer a ordem, pelo menos precariamente, em todo o país, “diminuindo o temor público produzido pela imensa ostentação naval yankee nos portos cubanos”, conforme as palavras do encarregado de Negócios do Brasil em Havana, Américo Galvão Bueno.⁵⁴ Mesmo assim, Roosevelt continuou a não reconhecer o governo de Cuba. O propósito era não permitir sua consolidação. O não reconhecimento, naquelas circunstâncias, constituía uma forma de intervenção, na medida em que encorajava a rebeldia dos oficiais superiores, que conspiravam no Hotel Nacional com Sumner Welles,⁵⁵ e concorria para a instabilidade política em Cuba.

Esse não era, aliás, o único problema a aluir os sustentáculos de Ramón Grau San Martín na presidência. Tendências antagônicas internas estavam a aprofundar-se e a cindir-lhe a administração. De um lado, Antonio Guiteras, no cargo de secretário de Governação, tomava medidas que feriam interesses norte-americanos e alarmavam Roosevelt. Limitara a oito horas a jornada de trabalho e confiscara duas centrais de açúcar, por causa de questão com os operários, da mesma forma que, ao reduzir em 45% as tarifas de energia, ordenara a ocupação temporária da Cuban Electric Company. Por outro lado, o sargento Batista, como coronel-chefe do Estado-Maior, impedia a efetivação do programa do Directorio Estudiantil Universitario, “de feição radical-comunista”,⁵⁶ como era percebido, e liquidava em todo o país as

manifestações dos comunistas, que não só atacavam o governo Grau San Martín, a qualificá-lo de “social-fascista”, como insistiam na formação de soviets locais, destinados a servir como base para a conquista do poder. Até mesmo a demonstração organizada pelo Partido Comunista, com autorização de Antonio Guiteras, quando as cinzas do seu fundador Júlio Antonio Mella, assassinado no México (1929), foram trasladadas para sepultamento em Havana, as tropas do Exército dissolveram. E junto ao coronel Batista, que se fortalecera ainda mais ao sufocar a revolta dos oficiais superiores, abrigados no Hotel Nacional, e substituí-los por subalternos do Exército e da Marinha, Sumner Welles insistia para que aceitasse o retorno de Carlos Manuel de Céspedes à presidência,⁵⁷ enquanto nova rebelião militar e atentados a bomba aconteciam.

De acordo com a opinião geral em Havana, Sumner Welles era o “principal responsável” pela “situação confusa” em que o país se encontrava, uma vez que “não compreendeu a susceptibilidade do patriotismo cubano” e “cometeu o erro de promover ostensivamente a volta de Céspedes à Presidência”, vivendo “em confabulações com os inimigos do governo”.⁵⁸ E o ex-ministro dos Estados Unidos na Nicarágua, Santo Domingo, Bolívia, Romênia, Bulgária e Sérvia, Horace G. Knowles, em carta ao secretário de Estado, Cordell Hull, acusou-o de “atentar revoluções”, com derramamento de sangue e perda de propriedades, e recomendou sua remoção de Cuba, reclamada também pelo Herald Tribune.⁵⁹ Realmente, a atuação de Sumner Welles fora tão desastrosa que Roosevelt logo em dezembro removeu-o, substituindo-o pelo embaixador Jefferson Caffery. Ramón Grau San Martín, no entanto, não se manteve por muito mais tempo na presidência. Convencido de que os Estados Unidos não lhe reconheceriam o governo, o coronel Batista, que como chefe do Estado-Maior das Forças Armadas detinha de fato o poder, forçou-o a renunciar em 14 de janeiro de 1934 e colocou no cargo de presidente provisório de Cuba, ocupado durante dois dias pelo engenheiro Carlos Hevia, o coronel Carlos Mendieta, chefe da União Nacionalista. Em menos de uma semana, Roosevelt reconheceu-lhe o governo e com ele negociou não só um novo Tratado de Reciprocidade,

como um novo Tratado de Relações, mediante o qual os Estados Unidos acordaram a ab-rogação da Platt Amendment, efetivando a doutrina de que nenhum Estado tinha o direito de intervir nos assuntos internos de outro, que a Conferência pan-americana de Montevideú, em fins de 1933, estabelecera, ao aprovar a Convenção de Direitos e Deveres dos Estados.

A Good Neighbor Policy de Roosevelt, propiciando a ab-rogação da Platt Amendment, não significou o fim da intromissão dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba. Apesar de que as forças de Batista, em março de 1935, reprimissem violentamente uma greve geral, organizada pela oposição, e assassinassem seu mais perigoso adversário, Antonio Guiteras, aos quais os trotskistas se juntaram no movimento Joven Cuba, o governo do coronel Mendieta não se consolidou. O diplomata brasileiro Edgard Fraga de Castro, após reportar que “a influência dos EUA provocou, facilitou ou amparou”, sucessivamente, a queda do presidente Gerardo Machado, a escolha do efêmero governo Céspedes e a derrubada do governo Grau San Martin, “o único de origem exclusivamente cubana e ao qual o Departamento de Estado, aconselhado por Sumner Welles, recusou o reconhecimento”, informou ao Itamaraty que o governo Mendieta, “impopular, conservador”, só se manteve graças ao apoio do coronel Batista, por “inspiração” do embaixador norte-americano Jefferson Caffery, até o dia em que a “mesma inspiração” o obrigou a entregar o poder a José A. Barnet, escolhido para reger as eleições presidenciais, em janeiro de 1936.⁶⁰ E Caffery, naquela situação, sentia-se ainda no “dever tutelar” de fazer declaração à imprensa “inconcebível de se conceber em um país soberano”,⁶¹ conforme Fraga de Castro observou, salientando que Cuba, um país pequeno, mas “imensa e absurdamente rico”, vivia “debaixo de um jugo econômico mais duro do que o jugo político”, submetido à “irrespondível ameaça de fechamento do mercado norte-americano para o seu açúcar, o que significaria a miséria e o caos”.⁶² “Excluídos os EUA”, Fraga de Castro aduziu, o “verdadeiro poder” em Cuba pertencia ao coronel Batista, que dispunha de 16.000 soldados, “o Exército maior, mais bem pago de toda a história deste país”, e em cujos discursos era “difícil encontrar uma linha mestra, uma inclinação clara para a

direita ou para a esquerda”, pois os conceitos emitidos poderiam ser subscritos por fascistas ou comunistas, quando não redundavam em generalidades demagógicas.⁶³ Contudo, ele, o “Cônsul” Batista, na expressão do diplomata brasileiro, jamais arriscaria “causar dano à República”, ou seja, aos Estados Unidos,⁶⁴ e por esta razão, instalado na vila militar de Colúmbia, “uma das casernas mais luxuosas do mundo”,⁶⁵ continuou a mandar e desmandar no país. Miguel Mariano Gomez foi eleito presidente em janeiro de 1936 por três partidos, com seu apoio e o beneplácito de Caffery. Mas não conseguiu permanecer muito tempo no governo. Antes de completar um ano de mandato, por contrariar interesses do Exército, teve de renunciar. O vice-presidente Frederico Laredo Brú substituiu-o.

Notas

1. Link, 1960, p. 21.
2. Id., *ibid.*, pp. 8 e 9.
3. Despachos interceptados pelo Intelligence Service e entregues ao governo norte-americano em 1º de março de 1917 revelavam que o ministro das Relações Exteriores da Alemanha, Alfred Zimmermann, propusera uma aliança com o México, para uma eventual guerra contra os Estados Unidos, oferecendo-lhe, juntamente com ajuda financeira, a devolução dos estados do Texas, Novo México e Arizona.
4. Apud Hicks, 1943, p. 688.
5. Carvalho, 1959, p. 305. Smith, 1994, pp. 30 e 31.
5. Id., *ibid.*, pp. 30 e 31.
7. Bartlett, 1984, p. 121.
3. Trotski, 1926, p. 48.
3. Id., *ibid.*, p. 47.
0. Barros, 1953, p. 21.
1. Carta do jornalista José Maria dos Reis Perdigão, assinada com o pseudônimo de João de Talma, ao jornalista Pedro Mota Lima, Porto São José, 8/9/1924, in Talma, 1926, p. 70.
2. Carta do general Isidoro Dias Lopes ao jornalista José Maria dos Reis Perdigão, Libres, 2/6/1927. ARP.
3. Mosconi, Enrique, Petróleo Argentino, apud Frondizi, 1955, p. 156.
4. Solberg, 1979, pp. 136 e 138. Rouquié, 1981, pp. 212 e 213.
5. Anderson, 1992, pp. 57-59. Wickham-Crowley, 1992, p. 246.
6. Dulles, 1973, p. 441.
7. Entrevista do jornalista Reis Perdigão ao Autor, Rio de Janeiro, 1974.
8. Apud Carone, 1975, pp. 408 e 413.
9. Ofício nº 20, reservado, de A. Roças ao chanceler Octavio Mangabeira, Santiago, 4/3/1930, Lata 50, Maço 400, AHI.
0. *Ibid.*
1. Ofício nº 47, confidencial, de Fonseca Hermes ao chanceler Afrânio de Melo Franco, Santiago, 8/5/1931. *Ibid.*
2. Telegrama nº 49, da embaixada do Brasil em Santiago, a) Fonseca Hermes, 23/24/7/1931; Ofício nº 119, de Fonseca Hermes ao chanceler Afrânio de Melo Franco, Santiago, 24/7/1931. *Ibid.*
3. Telegrama nº 69, da embaixada do Brasil em Santiago, a) Rodrigues Alves, Santiago, 2/9/1931, Lata 52, Maço 47, AHI; Ofício nº 147, confidencial, do embaixador José de Paula Rodrigues Alves ao chanceler Melo Franco, Santiago, 5/9/1931. *Ibid.*
4. Telegrama nº 72, reservado, da embaixada do Brasil em Santiago, 2/3/9/1931, 15hs30. *Ibid.*
5. Quando Arthur Ernst Ewert foi preso no Brasil, após o levante da Aliança Nacional Libertadora

- (1935), muitos documentos sobre o movimento revolucionário no Chile foram apreendidos em seu poder e estão apensados aos processos criminais, depositados no Arquivo do Superior Tribunal Militar em Brasília.
6. Ofício nº 149, confidencial, do embaixador Rodrigues Alves ao chanceler Afrânio de Melo Franco, Santiago, 16/9/1931, Lata 52, Maço 407, AHI.
 7. Ofício nº 206, reservado, de Rodrigues Alves a Melo Franco, Santiago, 11/12/1931; Ofício nº 66, reservado, de Rodrigues Alves a Melo Franco, Santiago, 12/4/1932. Ibid.
 8. Ofício nº 94, reservado, de Rodrigues Alves a Melo Franco, Santiago, 16/6/1932.
 9. Ibid.
 0. Löwy, 1982, p. 32.
 1. Telegrama nº 60, reservado, embaixada do Brasil em Santiago a Rodrigues Alves, 17-18/6/1932, 18h30; Ofício nº 95, reservado, de Rodrigues Alves a Melo Franco, Santiago, 23/6/1932, Lata 52, Maço 47, AHI. Acta taquigráfica de lo ocurrido antes y después del derrocamiento de la Junta de Gobierno que creyó la República Socialista y 12 días de duración, Anexo ao Ofício nº 10, reservado, de Rodrigues Alves a Melo Franco, Santiago, 5/7/1932. Ibid.
 2. Ofício nº 124, reservado, Rodrigues Alves a Melo Franco, 10/12/1932, Lata 50, Maço 401, AHI.
 3. Haya de la Torre, 1971, p. 57.
 4. Mariategui, 1976, p. 26.
 5. Anderson, 1992, pp. 55, 57 e 94.
 6. Ibid., pp. 168 e 169.
 7. Ibid., pp. 10, 171-175, 186.
 8. Ibid., pp. 177 e 285.
 9. Ofício nº 58, reservado, do ministro Francisco Clark ao chanceler Octavio Mangabeira, Havana, 26/5/1930; Ofício nº 92, reservado, de Clark a Mangabeira, Havana, 6/10/1930, Lata 142, Maços 2694-2695, AHI.
 0. Ofício nº 19, reservado, de Clark ao chanceler Afrânio de Melo Franco, Havana, 27/3/1931. Ibid.
 1. Ofício nº 33, reservado, de Clark a Melo Franco, Havana, 11/5/1931. Ibid.
 2. Ofício nº 66, reservado, Clark a Melo Franco, Havana, 18.8.1931. Ibid.
 3. Ofício nº 54, reservado, do ministro Américo Galvão Bueno a Melo Franco, Havana, 25/4/1933, Lata 146, Maço 2716. Ibid.
 4. Ofício nº 92, reservado, de Clark a Mangabeira, Havana, 6/10/1930; Ofício nº 95, reservado, de Clark a Melo Franco, Havana, 7/11/1930, Lata 142, Maços 2694 e 2695. Ibid.
 5. Suchlicki, 1974, pp. 122-124. Ofício nº 99, reservado, cópia, s/a a Melo Franco, Havana, 16/8/1933, Lata 142, Maço 2716. AHI.
 6. Memorando ao chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos — 6 (24h).003, a) Carlos Silveira Martins Ramos, Rio de Janeiro, 13/11/1933, Lata 146, Maço 2716. AHI.
 7. Jenks, 1970, p. 121.

8. Suchlicki, 1974, p. 121.
9. Memorando ao chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos — 6 (24h).003, a) Carlos Silveira Martins Ramos, Rio de Janeiro, 13/11/1933, Lata 146, Maço 2716. AHI.
0. Telegrama n° 121, reservado — 6 (24h).003, da embaixada do Brasil em Washington, a) Rutaldo de Lima e Silva, 6-7/9/1933, Lata 146, Maço 2716. Ibid.
1. Ibid.
2. Telegrama da legação do Brasil em Havana, a) Américo Galvão Bueno, 10-11/9/1933, 18h40; Telegrama recebido, cópia. Via All America — 6 (24h).003, Havana, 21 9th NLT Presidente Brasil Rio, a) Directorio Estudiantil Universitario. Ibid.
3. Telegrama n° 29, da legação do Brasil em Havana, a) Galvão Bueno, 10-11/9/1933, 23h; Ofício n° 317, Protásio D. Gonçalves a Melo Franco, Buenos Aires, 22.9.1933. Ibid.
4. Telegrama n° 29, legação do Brasil em Havana, a) Galvão Bueno, 10-11/9/1933, 23h. Ibid.
5. Memorando ao chefe dos Serviços Políticos e Diplomáticos, a) Carlos Silveira Martins Ramos, Rio de Janeiro, 13/11/1933. Ibid.
6. Telegrama n° 38, reservado, da legação do Brasil em Havana, a) Galvão Bueno, 13-14/10/1933, 23h50. Ibid.
7. Ofício n° 124, reservado, de Carlos Rastaing Lisboa a Melo Franco, Havana, 14/11/1933. Ibid.
8. Ibid.
9. Carta de Horace G. Knowles a Cordell Hull, 11/11/1933, in El País, Havana, 16/11/1933. Ibid.
0. Ofício n° 248, confidencial, de Edgard Fraga de Castro ao chanceler José Carlos de Macedo Soares, Havana, 22/12/1936, Lata 1099, Maços 21120-21127. Ibid.
1. Ibid.
2. Ibid.
3. Ibid.
4. Ofício n° 226, reservado, de Fraga de Castro ao chanceler Mário de Pimentel Brandão, Havana, 12/8/1937. Ibid.
5. Ofício n° 329, reservado, de José Roberto de Macedo Soares a Pimentel Brandão. Ibid.

Capítulo III

FRANKLIN ROOSEVELT E A GOOD NEIGHBOR POLICY • A ABOLIÇÃO DA PLATT AMENDMENT • FASCISMO, NAZISMO E COMUNISMO NA AMÉRICA LATINA • “SOLIDARISMO” NO PARAGUAI, “SOCIALISMO MILITAR” NA BOLÍVIA E “ESQUERDISMO MEXICANO” • OS COMUNISTAS NO GOVERNO DE FULGENCIO BATISTA EM CUBA • A RESISTÊNCIA AOS ESTADOS UNIDOS NO BRASIL • O NAZIFASCISMO E OS GOLPES MILITARES NA BOLÍVIA E NA ARGENTINA EM 1943

A renúncia dos Estados Unidos à intervenção armada em outros países constituía a essência da Good Neighbor Policy, e Roosevelt, efetivando-a, não só anuiu à abolição da Platt Amendment como retirou os fuzileiros navais que ainda ocupavam a Nicarágua e o Haiti. Não conseguiu, contudo, modificar fundamentalmente o clima de desconfiança contra os Estados Unidos existente em toda a América Latina. A Alemanha, com o triunfo eleitoral do NSDAP (Nationalsozialistische Deutsche Arbeitspartei), o Partido Nazista, e a ascensão de Adolf Hitler ao poder, em 1933, aproveitou-o, ao empreender vigoroso avanço tanto comercial quanto político e ideológico sobre os países daquela região, em muitos dos quais os ressentimentos gerados pela atuação das companhias estrangeiras, sobretudo no setor do petróleo, possibilitaram a expansão de tendências nacionalistas, de sentido estatizante ou mesmo socialista, adversas aos interesses norte-americanos. O atraso econômico e a situação social, em que a pobreza e a miséria dos trabalhadores do campo e das incipientes indústrias contrastavam com a opulência das oligarquias nacionais e das companhias estrangeiras, detentoras de vastos latifúndios, também facilitavam, ali, o desenvolvimento de ideias consideradas subversivas, porque contrárias à manutenção do status quo, assumissem elas formas fascistas, nacional-socialistas ou comunistas. O general Waldomiro Castilho de Lima, em estudo apresentado ao Conselho

Superior de Guerra do Brasil, predisse que, terminada a Guerra do Chaco entre o Paraguai e a Bolívia (1933-1935), aqueles “bugres e mestiços”, muitos dos quais desenvolveram “capacidades de comando” e “acostumaram-se às lutas sanguinolentas”, em contato com “elementos comunistas”, não mais se conformariam em voltar à situação anterior e naturalmente não mais poderiam submeter-se aos “senhores dos hervatais e dos latifúndios”, que não pisaram nos campos de batalha.¹ O presidente do Brasil, Getúlio Vargas, previu igualmente que, após a Guerra do Chaco, algum general triunfante e soldados descontentes, ao regressar a Assunção, provocariam a derrocada do poder civil, uma vez que o Paraguai não sabia o que fazer com 70.000 homens em armas nem como ocupar a tropa mobilizada.² E assim aconteceu. Ao regressar ao Paraguai, o coronel Rafael Franco, um dos heróis da guerra, chefiou uma insurreição e apossou-se do poder em 17 de fevereiro de 1936, com a adesão de vários oficiais da ativa e da reserva, de civis sem partido, do Partido Colorado e três ou quatro setores do Partido Liberal. O movimento foi influenciado em larga medida, por uma doutrina indefinida, o solidarismo, de Juan Domingo Stefanich, e o governo revolucionário, após implantar o culto dos ditadores José Gaspar de Francia e Francisco Solano López, este proclamado “Heroe Nacional sin ejemplar”, editou em 10 de março de 1936 o Decreto nº 152, no qual afirmava que o advento da Revolução Libertadora revestia

la misma índole de las transformaciones sociales e totalitarias de la Europa contemporanea, en el sentido de que la Revolución Libertadora y el Estado son ya una y idéntica cosa.³

Esta concepção era similar à do nazismo, expressa na lei de 1º de dezembro de 1933, a qual estabelecia a unidade política e ideológica entre o NSDAP, como partido único, e o Estado alemão. Não obstante, o governo do coronel Franco recebeu o apoio do Partido Comunista, pois no Paraguai, como em outros países da América Latina, a miscigenação ideológica era a regra, e, de acordo com a observação de Guido Rodríguez Alcalá, “en más de un movimiento coexistian diversas tendencias (comunismo, fascismo, liberalismo)”.⁴ Sem dúvida alguma, a chamada Revolução Libertadora, no

Paraguai, não fora nazista nem comunista, dado que lá as condições econômicas e as forças sociais se diferenciavam das existentes na Alemanha ou na antiga Rússia, onde aquelas doutrinas se corporificaram. E essa constituiu fundamentalmente a razão pela qual, ao penetrar na América Latina, a região no mundo que mais copiou as políticas da Europa continental,⁵ as ideias nazistas ou fascistas mestiçavam-se por vezes com tendências comunistas ou socialistas e adquiriam uma conotação de esquerda, na medida em que se amoldavam a outra realidade, em distintas circunstâncias, e passavam a exprimir anseios de subversão e mudança do status quo.

Uma situação análoga à do Paraguai conformou-se, outrossim, na Bolívia, após a Guerra do Chaco. Uma greve geral contra a alta dos preços e por aumento dos salários, deflagrada pela Federación Obrera del Trabajo (FDT), provocou o colapso da administração do presidente José Luís Tejada Sorzano e criou as condições para que o coronel David Toro e o tenente-coronel Germán Busch, chefe e subchefe do Estado-Maior do Exército boliviano, dessem um golpe de Estado. Uma junta de governo então constituiu-se com cinco militares e cinco civis, dos quais um era o secretário-geral da FOT, o operário gráfico Waldo Alvarez, e os outros quatro representavam o Partido Republicano Socialista e o Partido Socialista. Embora o coronel Toro anunciasse à imprensa que a “firme intenção” do Exército, do qual recebera o mandato, era “implantar um socialismo de Estado, com a ajuda de todos os partidos de esquerda”, e assegurar justiça social, acabando com os privilégios existentes no país, o ministro plenipotenciário do Brasil em La Paz, Ciro de Freitas Valle, informou ao Itamaraty ser-lhe “impossível dizer muito a respeito do regime” inaugurado.⁶ Forte influência do fascismo italiano entre os militares que integravam o novo governo evidenciava-se em várias de suas propostas, tais como, inter alia, a sindicalização obrigatória e a convocação de um parlamento corporativo, em substituição ao sistema de eleições diretas.⁷ No entanto, o governo Toro contou realmente com a participação de marxistas, a exemplo de Ricardo Anaya e Hugo Servillano, ambos do Grupo Izquierda, de

Cochabamba, bem como recebeu o apoio de organizações da esquerda radical, entre elas o POR (Partido Obrero Revolucionario), de orientação trotskista. E sua iniciativa de maior repercussão foi o confisco das propriedades da Standard Oil of Bolivia, como resultado de um processo judicial que o Estado boliviano movia contra ela desde 1935, por haver construído um pipeline clandestino, através do qual transportara, ilegalmente, petróleo para a Argentina, fornecendo-o ao Paraguai, durante a Guerra do Chaco, e cometendo fraudes fiscais. Pouco tempo depois, em julho de 1937, Germán Busch, já promovido a coronel e efetivado no cargo de chefe do Estado-Maior do Exército, derrubou o governo Toro e houve suspeitas de que ele servia aos interesses da Standard Oil.

Ao contrário do que ocorreu no Paraguai, onde um mês depois, agosto de 1937, o coronel Franco foi igualmente deposto, não houve retrocesso na Bolívia com a experiência do socialismo militar. Na verdade, o coronel Busch agira sob pressão da jovem oficialidade reformista, pertencente às loggias secretas RADEPA (Razón de la Pátria) e Santa Cruz, e seu governo, sobre o qual Tristán Marof, um dos fundadores do POR, exerceu considerável influência,⁸ não só ditou a Ley General del Trabajo, como tomou dura medida contra o “super-Estado mineiro”, representado pelos poderosos proprietários das jazidas de estanho — as famílias Patiño, Hochschild e Aramayo —, ao promulgar o decreto de 7 de junho de 1939, obrigando-os a entregar ao Estado 100% das divisas provenientes das exportações de minérios. Menos de três meses depois, em 22 de agosto daquele ano, Busch suicidou-se, segundo a versão oficial, mas as verdadeiras circunstâncias de sua morte permaneceram incógnitas.⁹ O general Carlos Quintanilla, comandante em chefe do Exército, assumiu o governo e, após convocar eleições gerais para março de 1940, começou a revelar suas verdadeiras tendências conservadoras, a derrogar os atos de Toro e Busch, e a restabelecer o poder da Rosca, assim denominada a oligarquia boliviana. Nem ele nem o general Enrique Peñaranda, que o sucedeu, em 1940, tiveram, entretanto, condições de devolver à Standard Oil suas propriedades ou mesmo pagar-lhe qualquer indenização, em face da forte oposição da

opinião pública, alimentada tanto pelas correntes marxistas quanto pelos grupos pró-Alemanha nazista, que denunciavam os “judeus imperialistas de Wall Street”. O litígio então prosseguiu e a Bolívia contou com o respaldo tanto do Brasil quanto da Argentina. Ambos os países firmaram com ela tratado de vinculação ferroviária — Santa Cruz de la Sierra–Corumbá e Santa Cruz de la Sierra–Yacuiba — e receberam enormes concessões para a exploração do petróleo, reconhecendo tacitamente a legalidade do confisco das propriedades da Standard Oil e repulsando a tentativa do Departamento de Estado de interferir nas negociações em favor daquela companhia norte-americana.

A nacionalização dos campos de petróleo na Bolívia, acompanhada pela criação de uma empresa estatal — Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB) — com a incumbência de explorá-los, estimulou provavelmente o presidente Lázaro Cárdenas a tomar, em 1938, idêntica medida contra as companhias britânicas e norte-americanas que operavam no México. Esta sua atitude, naquela conjuntura, não podia surpreender. Cárdenas, que era general, exercera o comando militar da região em que os campos de petróleo se localizavam, quando, em 1927, houve real possibilidade de que os Estados Unidos novamente invadissem o México para defender os interesses das companhias norte-americanas. Ele se ressentia da arrogância com que elas se comportavam, tratando o México como “território conquistado”. E, desde que substituía, em 1935, Plutarco Elias Calles como presidente da República, passara a favorecer abertamente as reivindicações do movimento operário, levando o governo de Washington, já em meados daquele ano, a mostrar-se “sumamente apreensivo” com a sucessão de greves, que causavam prejuízos aos capitais norte-americanos investidos no país, e também com a “revivescência da propaganda comunista”, infiltrando-se nos Estados Unidos ao longo da fronteira com o México.¹⁰ A posição do presidente Cárdenas vis-à-vis do movimento operário provocara a ruptura de suas relações com o ex-presidente Calles, que o responsabilizara por aquela situação,¹¹ e um diretor da Mexican Eagle, empresa petrolífera de capital britânico, subsidiária da Royal Dutch-Shell,

chegara a comentar então que, do ponto de vista político, o México era um país “inteiramente vermelho”.¹² Àquela mesma época, meados de 1935, o diplomata brasileiro A. Roças observou que o presidente Cárdenas, “digno pessoalmente de respeito”, era “sinônimo em política de um esquerdismo exagerado e, portanto, de alarma”.¹³ Mas o “esquerdismo mexicano” — ponderou ele mais tarde — “tem seu próprio selo, sua modalidade sui generis, de que aliás está muito orgulhoso, reivindicando para si, como de justiça, a prioridade histórica sobre os regimes análogos instituídos posteriormente na Europa e na América, como o bolchevismo, o fascismo, o hitlerismo e o New Deal”.¹⁴

Cárdenas, que não se filiava a qualquer das correntes socialistas ou comunistas, afigurou esse “esquerdismo mexicano” e evidenciou sua independência ao conceder asilo a Leon Trotski, convidando-o a permanecer no México, como seu hóspede, quando o governo social-democrata da Dinamarca o expulsara do seu território, sob pressão da União Soviética, e nenhum outro país lhe concedia visto de entrada. E tomou tal atitude não obstante a forte oposição dos stalinistas, entre os quais Vicente Lombardo Toledano, dirigente da Confederación de los Trabajadores Mejjicanos, de cujo apoio necessitava. O que o impulsionava era um profundo sentimento nacionalista, radicalizado empiricamente pelos constantes atritos entre o México e os Estados Unidos, e por isso ele rompera com o ex-presidente Calles para encarnar, segundo o diplomata brasileiro A. Roças, o espírito original da Revolução Mexicana, que tivera como bandeiras a justiça social e a reforma agrária, ambas olvidadas pelos generais vitoriosos, na medida em que, “enriquecidos com os despojos da antiga aristocracia e com as rendas do país, foram pouco a pouco aburguesando-se, evoluindo naturalmente para o conservantismo”.¹⁵ De fato, filho de camponeses pobres e a guardar fidelidade ao primitivo espírito revolucionário, Cárdenas considerou necessário expropriar, de acordo com a Constituição de 1917, grandes latifúndios pertencentes tanto a mexicanos quanto a estrangeiros, e, por volta de setembro de 1937, após dois anos apenas de governo, havia distribuído entre 134.759 peones, como dotaciones inalienáveis, quase 10 milhões de

hectares de terra, mais do que o conjunto de todos os seus antecessores, que repartiram 8,6 milhões de hectares em 18 anos, i.e., desde a vitória da revolução, em 1917, até 1935. Este formidável ímpeto dado à reforma agrária podia afetar, como nos anos 1920, os interesses das companhias petrolíferas britânicas e norte-americanas, cujos investimentos no México montavam a US\$ 500 milhões.¹⁶ O que detonou, porém, a decisão de expropriá-las, em 1938, foi uma greve por aumento de salários e outras reivindicações, envolvendo 18.000 trabalhadores e prolongando-se, intermitentemente, desde maio de 1937. Cárdenas, após submeter a uma perícia contábil a situação financeira daquelas companhias, ordenara o atendimento das demandas trabalhistas e, uma vez que elas se recusaram a obedecê-lo, ameaçando retirar os capitais do país, não lhe restou alternativa senão nacionalizar toda a indústria petrolífera, como já o fizera com as ferrovias, e criar uma empresa estatal — Petróleo Mexicano (PEMEX) — para explorá-la.

Conforme Daniel Yerzin acentuou, as companhias petrolíferas tinham sabido como fazer negócios no México pré-Cárdenas, “um mundo de extorsão, suborno e propinas, mas estavam despreparadas para lidar com a nova realidade”.¹⁷ Esta realidade era Cárdenas, “um homem com as nobres virtudes da honradez e sinceridade”, reconhecidas pelo diplomata A. Roças,¹⁸ em um país onde a política era, sem dúvida, “a mais imoral, corrupta e menos escrupulosa de toda a América Latina”,¹⁹ mas onde a opinião pública, modelada pela percepção de que os Estados Unidos se opunham ao desenvolvimento econômico do México, impunha a nacionalização das companhias petrolíferas, embora a Mexican Eagle, de capital britânico, fosse a que ali maiores concessões possuía para explorar. Esta medida, o segundo marco mais importante da Revolução Mexicana depois da reforma agrária, causou assim enorme impacto internacional. A Grã-Bretanha, reclamando a devolução das propriedades, rompeu relações com o México. Os Estados Unidos quase tomaram idêntica atitude, porém Roosevelt, comprometido com a Good Neighbor Policy, não podia deixar de reconhecer naquele país o direito soberano da desapropriação e optou por exercer pressões

econômicas, nem sempre discretas, exigindo apenas uma “justa indenização” para as companhias petrolíferas. Razões estratégicas e de segurança, ademais, aconselhavam-no também a agir com cautela, a fim de não empecer ainda mais as relações com o México, o que só poderia beneficiar as potências do Eixo e aluir o sistema de defesa continental, caso os Estados Unidos, conforme Roosevelt desejava, viessem mais uma vez a participar da guerra na Europa, cuja conflagração parecia inevitável e iminente. Com efeito, o boicote organizado pelas companhias petrolíferas, fechando ao México os mercados tradicionais, como os Estados Unidos e a Grã-Bretanha, para o escoamento do petróleo e obtenção de capitais e tecnologia, possibilitou que a Alemanha nazista se tornasse seu principal parceiro, seguida da Itália e do Japão, que se dispunha a construir um oleoduto desde os campos de produção, perto da fronteira com os Estados Unidos, até o Oceano Pacífico.²⁰ Tais fatos alarmaram naturalmente o governo de Washington. À segurança dos Estados Unidos não convinha a presença nem da Alemanha nem do Japão nos portos ou no território do México, nas proximidades de sua fronteira ou do Canal do Panamá. Assim, depois que o conflito armado, a envolver a Grã-Bretanha e a França, eclodira e se irradiara por toda a Europa, Roosevelt tratou de forçar as companhias norte-americanas a aceitar um entendimento com o México, cujas reservas de petróleo, naquelas circunstâncias, tornavam-se essenciais para a defesa dos Estados Unidos, fossem elas exploradas pela PEMEX ou pelos capitais privados.

Cárdenas, então, já não era mais presidente. Seu mandato terminara em 1940. Ele, no entanto, firmara o estilo político e marcara a personalidade internacional do México entre os Estados latino-americanos, pautando, por muitas décadas, seu comportamento vis-à-vis dos Estados Unidos. O coronel Fulgencio Batista, que, habilmente, continuava, sem as responsabilidades do poder, a dirigir os destinos de Cuba, fazendo e desfazendo os governos, a partir do Campo Colúmbia, a vila militar de Havana, tentou imitar-lhe o exemplo. Em 1938, permitiu que o Partido Comunista se legalizasse, a fim de participar das eleições para a Assembleia Constituinte, e após receber dois de seus principais dirigentes, Blas Roca, secretário-geral, e Joaquim Ordoqui,

membro do Bureau Político, declarou à imprensa que a “filosofia comunista” podia não contar com grandes massas de adeptos, porém era “indiscutível” que representava uma parte da opinião pública e não se podia excluí-la da elaboração da Carta Magna de Cuba.²¹ Ressaltou, em seguida, que a legalização do Partido Comunista não era uma “concesión”, era “el ejercicio de un deber y de un derecho”. “Democracia es esto. Ni comunista ni fascista, he dicho varias veces”, concluiu.²² O diplomata brasileiro S. Rangel de Castro, credenciado em Havana, informou então ao Itamaraty que as opiniões de Batista sempre variavam, “inclinando-se ora para a direita ora para a esquerda”, embora ele declarasse que estava no centro, mas a verdade era que nos últimos tempos suas ideias mostravam “franca tendência esquerdista” e as “influências mexicanas fizeram com que se desenterrasse o Partido Comunista, que já havia desaparecido do cenário político por força de um decreto do Executivo”.²³ Esta orientação não convinha, de modo algum, aos norte-americanos, “que aqui manobram nos bastidores e o sustentam”, segundo aquele diplomata brasileiro ponderou, a salientar — o que todos sabiam — que o “eixo da política cubana” estava em Washington e que nenhum governo até então sobrevivera “contra a vontade dos vizinhos do Norte”.²⁴ Contudo, qualquer que fosse a conveniência dos norte-americanos, Batista já admitia publicamente aspirar à presidência de Cuba, afirmando que disputaria a eleição como os outros candidatos e não subiria ao poder senão pelo voto dos seus concidadãos e com o amparo do povo. Para tanto, ele necessitava dos comunistas e estes lhe deram todo o apoio, ajudando-o, com sua torpeza, a derrotar a candidatura do ex-presidente revolucionário Ramón Grau San Martín, lançada pelo Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), cujos membros se originaram, em grande parte, do extinto Directorio Estudiantil Universitario, bem como do Partido Bolchevique Leninista (trotskista) e do Grupo Joven Cuba, fundado por Antonio Guiteras, e defendiam um programa de esquerda, com reivindicações sociais e nacionalistas. A União Revolucionária Comunista, nome sob o qual o partido comunista se legalizara, integrou a Coligação Socialista Democrática, que em 1940 elegeu Batista para a presidência de

Cuba. Seu slogan fora: “Con Batista, Contra la Reacción”.²⁵ A “evolução política do país”, aos olhos do chefe da legação do Brasil em Havana, João Carlos Muniz, pareceu então assumir “tendência socializante, sob o influxo da propaganda mexicana”.²⁶ Os militantes comunistas tinham toda a liberdade de ação e, em consequência do pacto celebrado em 1939 entre a União Soviética e a Alemanha nazista, fizeram coro com os nazifascistas, intensificando os ataques contra Roosevelt e a política norte-americana, abertamente favorável à Grã-Bretanha. “O comunismo constitui o grande perigo para Cuba” — a legação do Brasil em Havana informou ao Itamaraty, a acrescentar que, embora os comunistas não colaborassem no governo, a situação por eles desfrutada, legalmente, como partido, dava-lhes “enorme vantagem para a propaganda vermelha em todos os seus aspectos”.²⁷ Esta situação convinha, sem dúvida, a Batista, empenhado em aproveitar a oportunidade para obter maiores concessões do governo de Washington, inclusive o apoio nas negociações de um empréstimo de US\$ 50 milhões, quando se tornava evidente que os Estados Unidos entrariam na guerra contra a Alemanha e Cuba fatalmente os teria de acompanhar.²⁸ Entretanto, após a invasão da União Soviética pelas tropas da Wehrmacht, em junho de 1941, os comunistas mudaram de posição. Passaram a aclamar Roosevelt como “grande estadista” e a considerar a guerra “justa”, criando condições para que Juan Marinello, presidente da União Revolucionária Comunista, viesse em 1942 a participar do gabinete de Batista, como ministro sem pasta, juntamente com um jovem militante chamado Carlos Rafael Rodríguez.²⁹ Como se esperava, devido às exigências dos Estados Unidos, o governo cubano fechou todos os consulados da Alemanha e da Itália, responsáveis pela propaganda do nazifascismo, conquanto fosse quase impossível impedir a difusão do nacionalismo, fundado nos ideais da hispanidad, que a Falange Espanhola Tradicionalista fomentava através da legação de Espanha, então sob a ditadura do general Francisco Franco, e do seu consulado-geral em Havana, por constituir a colônia espanhola, com mais de 500.000 pessoas, significativa parcela da população cubana.³⁰ De qualquer forma, dentro de cinco dias após o bombardeio da base norte-americana em Pearl Harbor, em

7 de dezembro de 1941, Cuba e mais sete países da América Central e do Caribe — El Salvador, Guatemala, Honduras, Costa Rica, Panamá, República Dominicana e Haiti — declararam guerra ao Japão e, em seguida, à Alemanha e à Itália, solidarizando-se com os Estados Unidos. O México, em seguida, acompanhou-os.

Resistência e mesmo dificuldades e problemas os Estados Unidos encontraram nos países do Cone Sul. O presidente Getúlio Vargas, que sufocara uma insurreição comunista em 1935 e se tornara ditador em 1937, ao implantar o Estado Novo, um regime formalmente do tipo corporativo, continuou a defender a neutralidade do Brasil, apesar do estremecimento das relações com a Alemanha, provocado pela proibição das atividades do NSDAP nas colônias alemãs do sul do país,³¹ bem como pela acusação de que sua embaixada favorecera, em 1938, a tentativa de putsch dos integralistas (versão brasileira dos fascistas italianos e nazistas alemães). Em 11 de junho de 1940, ao evidenciar-se, três dias antes da queda de Paris, o colapso total da França ante as tropas de Hitler, Vargas, a bordo do encouraçado Minas Gerais, pronunciou para as Forças Armadas um discurso de cunho nacionalista e socializante, com o qual marcara a posição do Brasil, distanciando-o dos Estados Unidos, ao declarar que a época dos “liberalismos imprevidentes” passara e o que se assistia era a “exacerbação dos nacionalismos, as nações fortes impondo-se pela organização baseada no sentimento da Pátria e sustentando-se pela convicção da própria superioridade”.³² Segundo ele, a “economia equilibrada” não mais comportava “o monopólio do conforto e dos benefícios da civilização por classes privilegiadas”, daí por que o Estado devia assumir a “obrigação de organizar as forças produtoras”, não para garantir lucros pessoais ou ilimitados a grupos cuja prosperidade se baseava na exploração da maioria, e sim para o engrandecimento da coletividade.³³ A democracia econômica deveria substituir a democracia política, pois lugar não mais havia para “regimes fundados em privilégios e distinções”, acentuou.³⁴

Este discurso, que até os comunistas brasileiros, presos ou no exílio, aplaudiram por se lhes afigurar um “grande golpe na política de submissão

ao imperialismo norte-americano”³⁵ e estar ainda a União Soviética pactuada com a Alemanha nazista, foi percebido como “germanófilo” e, entreluzindo a ameaça de alinhamento do Brasil com as potências do Eixo, consternou Roosevelt.³⁶ Era, sem dúvida, o que Vargas pretendia. Na verdade, ele estava consciente de que o Brasil, não só por depender dos Estados Unidos para o escoamento da produção de café, até então sustentáculo de sua economia, como pela sua posição estratégica no Atlântico Sul, teria fatalmente de os acompanhar, quando Roosevelt, uma vez reeleito e vencidas as tendências isolacionistas, encontrasse o pretexto para entrar na guerra, “como uma cruzada, com o lema de que é a América que irá libertar a Europa do jugo alemão”.³⁷ Porém, como Cárdenas no México, Vargas percebia que a política dos Estados Unidos sempre fora contrária à industrialização do Brasil, razão pela qual tratara de explorar ao máximo aquelas circunstâncias, a fim de forçá-los a atender às suas necessidades econômicas e interesses militares. E teve êxito. No dia seguinte ao discurso a bordo do encouraçado Minas Gerais, ele recebeu a notícia de que Roosevelt estava disposto a conceder o crédito para que uma empresa do Estado brasileiro instalasse no seu território um grande complexo siderúrgico, evitando assim que a Krupp, da Alemanha, assumisse o empreendimento, uma vez que a United States Steel e outras empresas privadas norte-americanas não o queriam fazer. Ainda assim, de modo a assegurar que o governo norte-americano cumprisse a promessa, Vargas, no dia 29 de junho, reafirmou o que dissera no Minas Gerais, ressaltando que “motivo de espécie alguma”, de ordem moral ou material, aconselhava o Brasil a tomar partido de qualquer dos povos em guerra e que sua solidariedade com os Estados americanos, para a defesa comum em face de ameaças ou intromissões estranhas, não o obrigava a intervir em lutas “fora do continente”.³⁸ Acrescentou então que a solidariedade interamericana, para ser duradoura, devia basear-se no “mútuo respeito das soberanias nacionais” e na “liberdade de organização política de cada povo”, segundo suas próprias “tendências, necessidades e interesses”.³⁹

Evidentemente, os Estados Unidos necessitavam não apenas da solidariedade como da cooperação efetiva do Brasil, dada a importância de

sua posição estratégica na América do Sul, e seria difícil obtê-la se a Krupp investisse na implantação da siderúrgica, fortalecendo os setores nazifascistas, sobretudo na cúpula das Forças Armadas, dentro do governo Vargas. O alastramento do conflito armado com a Alemanha ao continente americano tornar-se-ia inevitável, uma vez que os nazistas, já ocupando o norte da África, poderiam atravessar o Oceano Atlântico, se o Brasil não permitisse que os Estados Unidos instalassem bases militares ao longo do seu litoral e reagisse militarmente a qualquer tentativa de ocupação pela força, conforme planejado no Pentágono.⁴⁰ O general Lehmann Miller, chefe da missão militar americana, chegara a ameaçar o ministro da Guerra de Vargas, general Eurico Dutra, com essa medida extrema, e ouviu a resposta, em clima de exaltação, que os soldados norte-americanos seriam recebidos a bala se desembarcassem em território brasileiro sem autorização. A Roosevelt tal cenário em nenhuma hipótese convinha, e ele, como no caso do México, optou pela negociação. Por volta de 27 de agosto de 1941, o governo norte-americano assegurou então o crédito de US\$ 20 milhões para que uma empresa estatal (Companhia Siderúrgica Nacional), criada pelo governo Vargas, construísse em Volta Redonda (Estado do Rio de Janeiro) o maior complexo siderúrgico da América Latina, assentando os alicerces da industrialização do Brasil.

Cerca de três meses e meio depois, quando os aviões japoneses bombardearam Pearl Harbor, Vargas telegrafou a Roosevelt, manifestando a solidariedade do Brasil aos Estados Unidos, e imaginou que assim afastara o “perigo de entrada na guerra”.⁴¹ Apesar da insistência de Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, para que o Brasil rompesse relações com as potências do Eixo, Vargas resistiu o quanto pôde, sabendo que os países da América Central e do Caribe, ao tomar tal atitude, não o fizeram “espontaneamente” e sim “coagidos” pela pressão norte-americana.⁴² Esta recalcitrância de Vargas resultava não só de inclinações pessoais, porquanto estava “apreensivo” com o fato de os norte-americanos quererem arrastar o Brasil a uma guerra que lhe parecia inútil, como de outros fatores relacionados com a política interna e externa do seu governo. De um lado, o

ministro da Guerra, general Eurico Dutra, e outros oficiais do alto comando do Exército simpatizavam com o nazifascismo e ameaçavam renunciar aos seus postos, opondo-se ao rompimento de relações com as potências do Eixo, sob a alegação de que os Estados Unidos ainda não haviam cumprido a promessa de enviar material bélico e as Forças Armadas brasileiras não estavam aparelhadas para defender o território nacional em caso de ataque decorrente de seu envolvimento na guerra. Por outro lado, da mesma forma que o Chile, a Argentina contrapunha-se aos Estados Unidos e Vargas não queria constrangê-la ou que o Brasil dela se afastasse, uma vez que considerava a amizade entre os dois países “parte integrante de um programa de governo”.⁴³ E tanto isto era verdade que, em 21 de novembro de 1941, i.e., menos de três semanas antes da investida do Japão contra Pearl Harbor, os chanceleres Oswaldo Aranha (Brasil) e Enrique Ruiz-Guiñazú (Argentina) firmaram em Buenos Aires um tratado no qual os dois países manifestavam o propósito de estabelecer em forma progressiva um “regime de livre-intercâmbio” que lhes permitisse “chegar a uma união aduaneira”, aberta à adesão dos países limítrofes.⁴⁴ A Vargas, contudo, não restou alternativa senão ceder ao apelo pessoal de Roosevelt, adensada pelo compromisso de atender às suas demandas (prioridade para a fabricação dos equipamentos da siderúrgica e fornecimento imediato do material bélico) e pelas ameaças indiretas do embaixador Sumner Welles, então como subsecretário do Departamento de Estado, dizendo-lhe que os Estados Unidos cortariam todos os recursos da Argentina e provocariam a queda de seu governo, se ela não os acompanhasse na guerra.⁴⁵ Destarte, após mostrar aos chefes militares e ao seu ministério as vantagens ou as consequências que da atitude do Brasil adviriam e vencer as resistências dos chefes militares, Vargas autorizou o chanceler Oswaldo Aranha a encerrar a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, a realizar-se no Rio de Janeiro (15 a 28 de janeiro de 1942), anunciando o rompimento das relações do Brasil com as potências do Eixo.⁴⁶ A partir de então, submarinos da Alemanha e da Itália começaram a atacar navios brasileiros e, entre fevereiro e agosto de 1942, afundaram cerca de 20, o que compeliu o governo Vargas, diante do clamor público, a

abandonar a neutralidade e formalizar o estado de beligerância contra aqueles dois países.⁴⁷

Esta decisão separou o Brasil, politicamente, da Argentina. A Argentina tinha outras razões, e ainda mais fortes, para obstinar-se na posição de não cortar relações com as potências do Eixo e manter-se neutra em face da conflagração mundial. A maior parte de suas exportações destinava-se aos países da Europa, principalmente à Grã-Bretanha, também interessada em não envolvê-la na guerra, a fim de que pudesse continuar a receber os suprimentos de carne e cereais, que lhe eram indispensáveis, sem o risco de que submarinos alemães ou italianos torpedeassem os navios de bandeira argentina. Tal fato possibilitou ao governo de Buenos Aires resistir aos Estados Unidos, dispostos não só a recusar-lhe qualquer auxílio como a aplicar-lhe sanções econômicas e financeiras.⁴⁸ Os policymakers do Departamento de Estado imaginavam que, negando armamentos à Argentina e cedendo-os em grande quantidade ao Brasil, sob a forma de land-lease, poderiam induzir as Forças Armadas daquele país a pressionar o presidente Ramón S. Castillo (ou a dar um golpe de Estado) no sentido de modificar radicalmente sua política exterior.⁴⁹ Só não avaliaram, ao tentar impor sua verdade com intolerante zelo puritano, que, naquelas circunstâncias, tamanha pressão, longe de alcançar o resultado que pretendiam, só fazia reforçar ainda mais as tendências nacionalistas na Argentina. O presidente Ramón S. Castillo mostrou-se até mesmo inclinado a unir francamente a Argentina às potências do Eixo, em caso extremo, para enfrentar um ultimato dos Estados Unidos.⁵⁰ E as Forças Armadas, sob influências contraditórias e a recearem o crescente fortalecimento militar do Brasil, terminaram por desfechar um golpe de Estado, em 4 de junho de 1943, mas não para modificar a política exterior da Argentina, conforme as expectativas dos Estados Unidos.⁵¹ O general Arturo Rawson, que assumira a presidência do país e oferecia a esperança de promover uma política favorável aos Aliados,⁵² não se manteve no posto mais do que dois dias. O general Pedro Pablo Ramírez, apoiado pelo GOU (Grupo de Oficiales Unidos), a corrente do Exército nacionalista e favorável à manutenção da neutralidade, e pela

Marinha, substituiu-o e não se sustentou muito tempo no governo. Em 24 de fevereiro de 1944, foi forçado a renunciar ao romper as relações da Argentina com as potências do Eixo, cedendo à pressão dos Estados Unidos, após fracassar na tentativa de obter armamentos da Alemanha.

Com a destituição do general Ramírez a evidenciar a predominância do GOU dentro do Exército, o general Edelmiro J. Farrell assumiu a chefia do governo, enquanto o coronel Juan Domingo Perón passava a concentrar em suas próprias mãos maior soma de poderes, ao acumular, juntamente com a Secretaria do Trabalho e Previdência, o Ministério da Guerra e a vice-presidência da República. Estes acontecimentos reagravaram as relações da Argentina com os Estados Unidos. Já a recusar o reconhecimento diplomático à Junta Militar formada em La Paz pelo major Gualberto Villarroel, com o apoio do Movimiento Nacionalista Revolucionario (MNR), desde dezembro de 1943, o Departamento de Estado negou-o igualmente ao governo do general Farrell. E não somente arguiu a Argentina de cumplicidade com o golpe de Estado na Bolívia como acusou os governos militares de ambos os países de inspiração nazifascista. De fato, já em julho de 1943, o Departamento de Estado soubera, através do serviço secreto norte-americano, e informara o Brasil dos entendimentos de Victor Paz Estenssoro, líder do MNR, e do general Ángel Rodríguez com os militares argentinos em Buenos Aires, visando à deposição do presidente Enrique Peñaranda, que alinhara a Bolívia com os Estados Unidos, e ao estabelecimento de um governo nacionalista naquele país. Verdade também era que tanto no GOU, cujos membros ascendiam dentro do governo argentino, quanto na sua congênere boliviana, RADEPA, sociedade militar secreta à qual o major Villarroel pertencia, bem como no MNR, havia elementos francamente simpáticos às experiências autoritárias da Itália e da Alemanha. Nenhuma daquelas organizações, porém, era monolítica e orientada por uma ideologia claramente definida. O GOU teve inicialmente como propósito evitar que a corrupção no governo do presidente Ramón S. Castillo contaminasse o Exército, enfraquecendo-lhe a disciplina e facilitando o advento do comunismo. Nunca foi uma poderosa rede nazista, que operava na Argentina

para favorecer a conquista do continente pelas forças da Alemanha,⁵³ e o golpe de Estado, em 4 de junho de 1943, não só não obedeceu a qualquer planejamento como surpreendeu e assustou a embaixada alemã em Buenos Aires.⁵⁴ Seus objetivos imediatos foram impedir a vitória, através da fraude, tanto da candidatura do senador Robustiano Patrón Costas à presidência da República, cujo primeiro gesto, conforme se propalava, consistiria em romper as relações da Argentina com as potências do Eixo, quanto da União Democrática, uma coligação abertamente favorável aos Aliados e da qual comunistas e socialistas, bem como liberais e conservadores participavam. E o coronel Juan Domingo Perón, como secretário do Trabalho e Previdência, conquistou o apoio do movimento operário, na medida em que, ao invés de reprimi-lo, tratou de satisfazer suas reivindicações e obrigar o cumprimento das leis trabalhistas já existentes ou decretadas pelo governo militar, entendendo que, para obstaculizar o avanço do comunismo, necessário se tornava suprimir as causas, tais como a injustiça social e os privilégios, que o capitalismo engendrava.⁵⁵

Também na Bolívia, a “fascist situation”, referida por Stanley G. Payne,⁵⁶ não se configurou. A RADEPA surgiu entre oficiais aprisionados no Paraguai durante a Guerra do Chaco e suas atividades se intensificaram após o fim do socialismo militar dos coronéis Toro e Busch. O fato de que, para a articulação do golpe de Estado, essa loggia militar procurou, embora sem êxito, o apoio do PIR (Partido de la Izquierda Revolucionaria), de tendência stalinista e manifestamente simpático à União Soviética,⁵⁷ demonstrava a inexistência de preconceitos ideológicos. O MNR, do mesmo modo, não possuía filiação doutrinária definida. Com raízes no socialismo militar, fora fundado em 1940 por Victor Paz Estenssoro, com a participação tanto de socialistas moderados quanto de simpatizantes do fascismo, e destacara-se ao defender os trabalhadores, cujas greves nos distritos mineiros de Cataví, Potosí, Oruro e Llallagua o governo Peñaranda reprimira, em fins de 1942, com extrema violência. E foi o governo Villarroel, formado por membros da RADEPA e do MNR, que estabeleceu a legislação social, protegendo inclusive os líderes sindicais contra a repressão, decretou a abolição da

pongueaje indígena (servidão pessoal do camponês ao patrão) e deu importantes passos para a reforma agrária e a integração econômica, social e política dos índios na sociedade boliviana. Assim, conquanto pudessem tender para o corporativismo ou mostrar alguma simpatia pelo Eixo, os regimes implantados na Bolívia, uma “nação proletária”, segundo a conceituação de Paz Estenssoro,⁵⁸ assim como na Argentina e no Brasil, países ainda predominantemente agrícolas, não revestiram um Estado em contrarrevolução permanente, que constituiu a essência do nazifascismo na Itália e na Alemanha, cujas políticas se ajustavam aos interesses dos monopólios industriais e do capital financeiro. Pelo contrário, na Bolívia, assim como na Argentina e no Brasil, o nacionalismo autoritário, estatizante, configurou um processo revolucionário, ao permitir a consolidação ou o avanço de conquistas sociais, juntamente com o esforço de desenvolvimento econômico, contra o predomínio estrangeiro, máxime dos Estados Unidos, cujas relações com a América Latina se assentavam em padrões neocoloniais, ou seja, na troca de produtos industriais por matérias-primas. Esse fenômeno se deveu, entre outros fatores, a que, salvo raras exceções, as organizações soi-disant de esquerda, aferradas ao modelo da revolução russa e aos esquemas doutrinários do bolchevismo, não compreenderam as especificidades da América Latina e os partidos comunistas, depois que as tropas da Alemanha invadiram a União Soviética, alinharam-se com as oligarquias nacionais, apoiando as políticas dos Estados Unidos. O Foreign Office, entretanto, percebeu que os golpes de Estado na Argentina e à Bolívia não representavam clara ameaça de introdução das doutrinas econômicas e políticas do fascismo e do nazismo, mas a reemergência, em forma aguda, do nacionalismo, que era “endêmico” e, às vezes, “epidêmico” em todos ou quase todos os países da América Latina.⁵⁹ Segundo os diplomatas britânicos, quando o Departamento de Estado e outros setores da administração norte-americana referiam-se à Argentina e à Bolívia com os qualificativos de nazi e fascista, o que talvez eles temessem, realmente, não era a ação da Alemanha e da Itália, e sim o julgamento de todos os países da América Latina contra a influência dos Estados Unidos.⁶⁰

Notas

1. “Situação Atual do Brasil como Potência Militar Sul-Americana” — Estudos apresentados ao Conselho Superior de Guerra pelo general Waldomiro Castilho de Lima, Inspetor do 1º Grupo de Regiões Militares, reservado, s/d (provavelmente 1934-1935). AP-AP51 (5) — APPAGM — AN.
2. Carta de Getúlio Vargas a Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 24/12/1934. CPDOC-GV 34.12.24/1.
3. Apud Rodríguez Alcalá, 1987, p. 85.
4. Id., *ibid.*, p. 115.
5. Payne, 1995, p. 340.
5. Ofício nº 57, confidencial, de Ciro de Freitas Valle ao chanceler José Carlos de Macedo Soares, La Paz, 21/5/1936, Lata 1242, Maços 27841 a 27855, AHI. Klein, 1969, p. 230.
7. Id., *ibid.*, p. 235. González, 1961, pp. 95-96.
3. Alexander, 1973, p. 320.
3. Klein, 1969, p. 320.
0. Ofício nº 48, de A. Roças ao chanceler Macedo Soares, México D.F., 8/7/1935, Lata 1099, Maços 21120-21127, AHI.
1. *Ibid.*
2. Yergin, 1993, p. 272.
3. Ofício nº 48, de A. Roças ao chanceler Macedo Soares, México D.F., 8/7/1935, Lata 1099, Maços 21120-21127, AHI.
4. Ofício nº 110, reservado, de A. Roças ao chanceler Mário Pimentel Brandão, México D.F., 11/9/1937. *Ibid.*
5. *Ibid.*
6. *Ibid.*
7. Yezin, 1993, p. 272.
8. Ofício nº 110, reservado, de A. Roças ao chanceler Pimentel Brandão, México D.F., 11/9/1937, Lata 1099, Maços 2110-21127, AHI.
9. Ofício nº 48, de A. Roças ao chanceler Macedo Soares, México D.F., 8/7/1935; Lata 1099, Maços 21120-21127. *Ibid.*
0. Yergin, 1993, p. 275.
1. El Mundo, Havana, 17/9/1938, anexo ao Ofício nº 395. De S. Rangel de Castro ao chanceler Oswaldo Aranha, Havana, 20/10/1938, Lata 137888, Maços 31923-31927.

2. Ibid.
3. Ofício nº 141, reservado, de Rangel de Castro a Oswaldo Aranha, Havana, 30/4/1939, Lata 1099, Maços 21120-21127. Ibid.
4. Ibid.
5. R.A. Martinez, “The Latin American Significance of the Cuban Upsurge”, International Press Correspondence, vol. 19, nº 18, abril de 1939. Apud Herman (ed.), 1973, p. 17.
6. Ofício nº 152, confidencial, João Carlos Muniz a Aranha, Havana, 12/8/1941, Lata 1378, Maços 31923-31927. Ibid.
7. Ofício nº 10, reservado, de Rangel de Castro a Aranha, Havana, 24/1/1941. Ibid.
8. Ibid.
9. Suchlicki, 1974, p. 137.
0. Ofício nº 152, confidencial, de João Carlos Muniz a Aranha, Havana, 18/8/1941; Ofício nº 158, confidencial, de Muniz a Aranha, Havana, 18/8/1941, Lata 1378, Maços 31923 e 31927, AHI.
1. Esse partido chegou a contar com 3.000 membros, entre os imigrantes alemães, e teve suas atividades proibidas, como todos os demais partidos no Brasil, em consequência do golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, quando Vargas implantou o Estado Novo. Mas o embaixador alemão, Karl Ritter, protestou, alegando que o NSDAP era o Partido do Reich alemão e que deveria ser considerado “de modo diferente do que um partido parlamentar de outros Estados”. Na Alemanha, ele era constitucionalmente parte integrante das organizações do Estado e lhe eram confiadas determinadas tarefas, entre as quais a “educação política dos cidadãos do Reich”, dentro e fora da Alemanha. A proibição, segundo ele, atingia, pois, um “órgão da administração do Estado alemão e significa, portanto, uma ofensa ao Estado alemão e ao governo alemão”. Nota J.Nr. B 5, do embaixador Karl Ritter ao chanceler Oswaldo Aranha, Rio de Janeiro, 10/5/1938 (tradução), Lata 1285, Maços 29506 e 29507, AHI.
2. Vargas, vol. VII, p. 327.
3. Id., *ibid.*, p. 327.
4. Id., *ibid.*, p. 327.
5. “Repercussões do discurso do dia 11” — Relatório do capitão Felisberto Batista Teixeira, delegado especial, doc. 93, vol. 33, AGV.
6. Vargas, 1995, p. 319.
7. Carta de Carlos Martins, embaixador do Brasil em Washington, a Getúlio Vargas, Washington, 18/6/1940. doc. 97, vol. 33. AGV.
8. Vargas, vol. VII, p. 343.
9. Id., *ibid.*, p. 343.
0. Relatório sobre o estado dos projetos de defesa do hemisfério, pelo general de brigada Lehman Miller, chefe da missão militar americana no Brasil, 8/8/1941, doc. 5. vol. 36, AGV. Mais detalhes in Moniz Bandeira, 1973, pp. 275-280.
1. Vargas, 1995, p. 441.
2. Id., *ibid.*, p. 452.
3. Id., *ibid.*, p. 454.

4. Preâmbulo do Tratado sobre Livre-Intercâmbio, Buenos Aires, 21/11/1941. MRE-B, DAI, República Argentina, ficha n° 58.
5. Vargas, 1995, pp. 454 e 458.
6. A fim de não romper a unidade continental, a III Reunião de Consulta apenas aprovou a recomendação do rompimento de relações com as potências do Eixo. Sobre o tema, vide Moniz Bandeira, 1995, pp. 40 e 43.
7. A declaração de guerra à Alemanha e à Itália, sem incluir o Japão, que não atacara nenhum de seus navios, visou a demonstrar que o Brasil só tomara essa decisão porque sofrera uma agressão direta daqueles dois países e não por solidariedade aos Estados Unidos.
8. Vargas, 1995, p. 458.
9. Potash, 1984, pp. 245-248.
0. Id., *ibid.*
1. Id., *ibid.*, pp. 244, 245, 316-321. Ofício n° 404/920.(22) (41), embaixador Carlos Martins a Aranha, Washington, 8/6/1943, Lata 1616, Maços 3488-3490, AHI.
2. Telegrama DPD/134/601. 3(41), confidencial, embaixada do Brasil em Montevideú, a) Batista Lusardo, 7/6/1943, 14h30, Lata 1616, Maços 34.889-34.890, AHI.
3. Rouquié, 1982, p. 22.
4. Potash, 1984, pp. 276-278.
5. Matsushita, 1987, pp. 264 a 265. Puigrós, 1972, pp. 129, 132-144.
6. Payne, 1995, p. 334.
7. Klein, 1969, p. 368.
8. Payne, 1995, p. 334.
9. Minuta de P. Maison, 14/1/1944, file AS130, PRO-FO 371 376698. Minuta do lorde Halifax, telegrama do Foreign Office para a embaixada britânica em Washington, 15/1/1944, 12:25pm, file 294, PRO-FO 371 376988.
0. Inclose Minute — Conversation with Mr. Boham and C.B. Jerram, 22/12/1943, anexada à carta de J. V. Perowne, 27/12/1943. *Ibid.*

Capítulo IV

A ASCENSÃO DE PERÓN NA ARGENTINA • O TRATADO DO RIO DE JANEIRO E A FORMAÇÃO DA OEA • O MARXISMO NA AMÉRICA LATINA • O GOVERNO DE GRAU SAN MARTIN-CUBA E OS CONFLITOS ENTRE OS ESTADOS UNIDOS NO PÓS-GUERRA • A UNITED FRUIT E O CONTENCIOSO DOS ESTADOS UNIDOS COM A GUATEMALA • A GUERRA FRIA E ADVENTO DO MACARTHISMO NOS ESTADOS UNIDOS • A REVOLUÇÃO DE 1952, A REFORMA AGRÁRIA E A NACIONALIZAÇÃO DAS MINAS NA BOLÍVIA • AS POLÍTICAS DOS ESTADOS UNIDOS

Em julho de 1946, uma sangrenta revolta derrubou o governo da Bolívia, formado pela aliança MNR-RADEPA, e o coronel Gualberto Villarroel, que o chefiava, foi enforcado em um poste de iluminação, diante do palácio presidencial. A sublevação fora financiada pelas empresas de mineração (Patiño, Hochschild e Aramayo), e a ela o PIR, de tendência stalinista, aderiu, como se estivesse participando da luta contra o nazifascismo. A política dos Estados Unidos na Argentina sofreu, porém, dura derrota na Argentina. O coronel Juan Domingo Perón, destituído de todos os cargos e preso por ordem do presidente Farrell, reassumiu a plenitude dos poderes, não por meio de um golpe militar, mas como resultado de ampla mobilização de massa, que assumiu características de insurreição operária. No dia 17 de outubro de 1945, os milhares de trabalhadores arregimentados pelo coronel Domingo Mercante, juntamente com alguns líderes sindicais e a atriz Eva Duarte,¹ saíram dos subúrbios e de outras localidades próximas a La Plata e avançaram para o centro de Buenos Aires. Fábricas, lojas e até serviços de trem começaram espontaneamente a paralisar suas atividades e a liberar seus empregados, que assim encorparam as multidões por onde elas evoluíam até concentrar-se em frente à Casa Rosada e adjacências. A Marinha e o Exército, diante daquela massa de pelo menos 300.000 pessoas, tiveram de ceder e libertar Perón. Este, representando, naquele momento, o líder capaz

de conciliar a classe trabalhadora com as Forças Armadas e evitar a guerra civil, assumiu, de fato, o poder. E alguns meses depois elegeu-se presidente da República, com 56% dos votos, ao término de uma campanha cujo slogan fora “Braden o Perón”, devido à franca e inepta intervenção de Spruille Braden como embaixador dos Estados Unidos em Buenos Aires e, em seguida, como secretário de Estado assistente, na política interna da Argentina.²

A vitória de Perón, com o movimento de 17 de outubro, refletiu imediatamente no Brasil. Com receio de que um eixo nacionalista se formasse no Cone Sul, unindo a Argentina e o Brasil, o embaixador dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, Adolf Berle Jr., insuflou abertamente a deposição de Getúlio Vargas, com o qual Roosevelt mantivera boas relações durante a Segunda Guerra Mundial. E um golpe militar então ocorreu, em 29 de outubro, doze dias após o regresso triunfal de Perón ao governo da Argentina, não com o objetivo de assegurar no Brasil a restauração da democracia política, àquele tempo já em curso, e sim de evitar a sua ampliação social, devido à crescente participação da classe trabalhadora no movimento queremista (“Queremos Getúlio”), promovido pelos líderes sindicais trabalhistas e comunistas, em favor da “Constituinte com Vargas”. O apelo em favor da redemocratização servira para mobilizar a oposição e envolver estudantes, intelectuais, profissionais liberais, quer democratas, quer socialistas e comunistas, tanto no Brasil quanto na Argentina. Mas Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do PCB, compreendera que o nacionalismo, nas condições do Brasil e da Argentina, assumia um caráter progressista, apesar das similitudes formais com o nazifascismo, e não só apoiou Vargas como defendeu Perón, divergindo publicamente de Rodolfo Ghioldi, secretário-geral do PCA, que se alinhara com a oligarquia argentina e com a política de Spruille Braden em Buenos Aires.

Na medida em que os Estados Unidos, terminada a Segunda Guerra Mundial, tratavam de induzir os demais países à adoção de políticas liberais, que consistiam, inter alia, na livre circulação de capitais e mercadorias, multilateralidade comercial e conversibilidade das moedas, pelas quais sempre

se bateram, obviamente não podiam admitir a continuidade ou o estabelecimento de governos nacionalistas na América Latina. Após o fiasco da política de Braden, buscaram uma acomodação com a Argentina, tanto por causa dos interesses comerciais e financeiros, que se sentiam prejudicados e desejavam voltar a competir, sem restrições, no mercado daquele país, quanto por motivos estratégicos, em face do agravamento das tensões internacionais e do perigo de guerra com a União Soviética, com a qual o embaixador norte-americano, George S. Messersmith, designado para servir em Buenos Aires, temera que Perón chegasse a um estreito entendimento, desintegrando o sistema interamericano.³

Entretanto, se bem que verbalmente condenassem as políticas de esfera de influência e de equilíbrio de poder, apelando para uma era de paz apoiada na segurança coletiva da ONU, os Estados Unidos não estavam dispostos a renunciar à hegemonia na América Latina. Assim como fizeram em 1919, no Pacto da Liga das Nações, eles cuidaram de evitar que a ONU viesse a exercer diretamente qualquer papel no Hemisfério Ocidental. O artigo 52 da Carta de São Francisco legitimou a “existência de acordos ou organismos regionais capazes de tratar das questões relativas à manutenção da paz e da segurança internacionais” e o artigo 53 previu que eles fossem utilizados pelo Conselho de Segurança para empreender ação coercitiva sob sua autoridade. A perseverarem, destarte, na Doutrina Monroe, os Estados Unidos reservaram-se o direito de tratar unilateralmente os negócios no Hemisfério Ocidental, sem o risco de defrontar-se com o veto do Conselho de Segurança da ONU, e empreenderam a modernização do sistema interamericano. Em 1947, concluíram com todos os países da América Latina, inclusive a Argentina, o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR) ou Tratado do Rio de Janeiro, não só considerando qualquer ataque ao território de um estado americano como um ataque a todos os demais, que por sua vez se comprometiam a resolver suas disputas entre si antes de recorrer à ONU, como demarcando a zona de segurança do Hemisfério entre o Polo Norte até o extremo sul da Patagônia. No ano seguinte, 1948, a IX Conferência Interamericana reuniu-se em Bogotá, em meio a violentos distúrbios

provocados pelo assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán, e recriou a União Pan-Americana sob o nome de Organização dos Estados Americanos.

Àquele tempo, em face das crescentes tensões com a União Soviética, os Estados Unidos, dividindo ideologicamente o mundo, dispunham-se a prestar colaboração econômica, política e, sobretudo, militar aos “povos livres”, i.e., a qualquer governo anticomunista ameaçado por insurreição, invasão estrangeira ou mesmo pressões diplomáticas, conforme a doutrina do presidente Harry Truman, enunciada em março de 1947. Empenhados na política de containment do comunismo, não apenas começaram a conceder considerável ajuda econômica à Alemanha e a outros países da Europa, por meio do European Recovery Programme ou Plano Marshall,⁴ como criaram a Central Intelligence Agency (CIA), encarregando-a das operações encobertas e paramilitares, em apoio a sua política internacional. Mas a preocupação dos Estados Unidos na América Latina não era propriamente defender a ordem democrática e as liberdades políticas, e sim assegurar um clima favorável aos seus negócios e investimentos privados, bem como o acesso às fontes de matérias-primas, sobretudo petróleo. E a modalidade de suas relações com os países do continente não se distinguiu da modalidade que caracterizou as relações dos grandes impérios com suas colônias. E, assim como a União Soviética não tolerava eleições livres nos países do Leste Europeu sob seu domínio, porque os anticomunistas poderiam vencê-las, os Estados Unidos (conquanto Roosevelt, por volta de 1944, começasse a induzir os países nas Américas Central e do Sul a restabelecer o regime democrático) passaram a fomentar golpes de Estado e sustentar, igualmente, ditaduras, de forma a conservar sua hegemonia na região, impedindo que eleições livres levassem ali forças nacionalistas e anti-norte-americanas, percebidas como comunistas, ao poder. Aliás, a América Latina talvez fosse a região do mundo, fora da União Soviética, na qual o marxismo, a modelar correntes de pensamento, mais se enraizara, em variadas interpretações, ou indo-americanas, como da APRA, ou europeístas. Como Sheldon B. Liss salientou, a retórica marxista muitas vezes penetrara a Revolução Mexicana, o Batllismo uruguaio, o Aprismo peruano e as

revoluções nacionais orientadas para o capitalismo e ocorridas, durante o século XX, na Bolívia, na Guatemala e na Venezuela.⁵ A partir de meados da década de 1930, porém, a variante stalinista tornara-se hegemônica, o que não implicou a existência de fortes partidos comunistas, com capacidade e condições de subverter o sistema capitalista, apesar da crescente hostilidade aos Estados Unidos. De fato, após a Segunda Guerra Mundial, os ressentimentos contra a sufocante preponderância econômica dos Estados Unidos espalharam-se na América Latina, particularmente nos países da América Central e do Caribe, onde conflitos sociais internos ou litígios comerciais que atingissem interesses norte-americanos começaram a assumir conotação ideológica. Naquele contexto do conflito Leste-Oeste, os *policy makers* de Washington, com uma *Weltanschauung* maniqueísta emanada da cultura puritana, tenderam ainda mais a simplificar os fenômenos e a perceber a inspiração comunista ou a influência da União Soviética em qualquer tentativa de reformar estruturas sociais ou relações econômicas contrárias aos interesses da comunidade norte-americana de homens de negócios. E o “combate à subversão comunista” bem como a “luta contra o imperialismo ianque” passaram a constituir as duas vertentes da Guerra Fria na América Latina.

Em Cuba, o Partido Comunista, que desde 1944 tomara o nome de Partido Socialista Popular, perdera credibilidade perante o povo, devido à sua política oportunista e à participação no governo Batista (1940-1944). O Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), após eleger Ramón Grau San Martín, em 1944, para substituir o coronel Batista na presidência da República, perdera o ímpeto reformista dos anos 1930 e, envolvido pela corrupção, desgastara-se no exercício do poder. Eduardo Chibás, liderando uma dissidência, fundou, em março de 1947, o Partido del Pueblo Cubano, autodenominado Ortodoxo, por considerar-se verdadeiramente revolucionário, fiel representante e intérprete dos ideais de José Martí, e empolgou vários setores da população, principalmente os estudantes da Universidade de Havana, com as bandeiras da honestidade e do nacionalismo. Naquelas circunstâncias e pela sua própria composição, o

governo Grau não podia ignorar a opinião pública, e a discórdia com os Estados Unidos reacendeu-se, ao demandar o aumento da cota de açúcar a ser exportado para o mercado norte-americano,⁶ antes de firmar qualquer tratado de comércio, amizade e navegação, conforme o Departamento de Estado pretendia. Contrariamente, a tendência no Departamento de Estado era condicionar a concessão de qualquer cota extra ao atendimento de reclamações pecuniárias, apresentadas por empresas norte-americanas, bem como a um tratamento “fair and equitable” para as usinas de propriedade norte-americana, existentes em Cuba, de acordo com a Seção 202, um dispositivo a ser incluído no Sugar Act, cuja renovação o congresso norte-americano então examinava.⁷ Ao recomendar tal medida, Ellis O. Briggs, diretor do Office of American Republics Affairs no Departamento de Estado, observou que os problemas de Cuba consistiam na “corrupção” do governo e na sua “subserviência” ao Partido Comunista local, cujo objetivo era, segundo ele, a “liquidação” dos investimentos norte-americanos, calculados em US\$ 750 milhões.⁸ Alguns meses depois, porém, ponderou que, além de envolver “fatores econômicos tremendamente importantes”, as relações com Cuba eram de “primeira importância política”.⁹ E advertiu o subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, William L. Clayton, de que, se o Departamento de Estado não cumprisse o compromisso de recomendar a melhoria da posição daquele país na distribuição das cotas de açúcar, o governo Grau provavelmente os denunciaria perante o Hemisfério, o que prejudicaria as relações gerais dos Estados Unidos com a América Latina.¹⁰ Segundo Briggs, a menos que Cuba obtivesse uma “equitativa participação” no mercado norte-americano, a “flash flood prosperity” poderia rapidamente converter-se em infortúnio, lançando a ilha em um caos político, e, quando ela se incendiasse, os Estados Unidos “teriam de entrar e apagar o fogo”, e “isto, que foi no passado um negócio caro, poderia ser ainda mais custoso no futuro”.¹¹ Sua previsão era de que

A proposal unfair to Cuba (or even one generally regarded by Cubans as unfair) would be a bonanza for the Communists, not only in Cuba where they are already very strong but elsewhere in the Hemisphere. The prospect of a Communist Cuba 90 miles from our

doorstep is one which I want no part in promoting.¹²

O alarme de Ellis O. Briggs com a possibilidade de que o comunismo viesse a instalar-se a 90 milhas da porta de entrada dos Estados Unidos não decorria da ação do Partido Socialista Popular (comunista), que se enfraquecera desde os anos 1930, nem do fato de que várias outras organizações de esquerda, como a Acción Revolucionaria Guiteras (ARG), Movimiento Socialista Revolucionario (MSR) e Unión Insurreccional Revolucionaria (UIR) atuavam abertamente em Havana e alguns dos seus membros participavam do governo Grau. Na verdade, conforme a advertência de Briggs evidenciara, seria a própria política norte-americana, se recusasse a Cuba um tratamento justo e favorável às suas exportações de açúcar, que promoveria ali o advento do comunismo, ao incrementar no povo daquele país os ressentimentos contra os Estados Unidos. O governo Grau já ameaçava, inclusive, não participar das conferências interamericanas, programadas para o Rio de Janeiro (1947) e Bogotá (1948),¹³ assim como tomar medidas de represália contra a importação de produtos dos Estados Unidos e suas atividades comerciais na ilha, se não fosse removida do Sugar Act a Seção 202,¹⁴ autorizando o secretário da Agricultura a reduzir a cota de açúcar do país que discriminasse cidadãos norte-americanos e não atendesse às suas reclamações pecuniárias.¹⁵ Mas o governo norte-americano, evidentemente, não recuou. Alegava a existência de reclamações por parte de cidadãos norte-americanos, pendentes havia mais de 30 anos, no montante de US\$ 9 milhões e pretendia evitar que o governo cubano tentasse reduzir a produção de açúcar a um nível normal à custa das usinas norte-americanas.¹⁶ Apesar da emergente onda de nacionalismo na ilha, onde o slogan “Cubanidad” já se espalhava,¹⁷ o Congresso norte-americano aprovou o Sugar Act de 1948, dando ao secretário de Agricultura dos Estados Unidos poderes para recusar ou retirar qualquer aumento na participação do consumo interno de açúcar ao país que não estivesse a conceder tratamento “fair and equitable” aos nacionais dos Estados Unidos, conforme o parecer do secretário de Estado.¹⁸ Esta cláusula, consubstanciada na Seção 202, era formalmente justa e

racional. Mas, na prática, sujeitava Cuba a uma série de pressões e mesmo a chantagens de pessoas ou firmas norte-americanas que desejassem obter privilégios econômicos e vantagens financeiras, ao instituir constante processo de barganha em que os Estados Unidos se reservavam o poder de decisão sobre o destino de sua economia.¹⁹ O presidente Grau não teve alternativa senão aceitar aquela situação.

Uma situação de conflito com os Estados Unidos igualmente se desenvolvia na Guatemala, onde o professor Juan José Arévalo, um civil que não tinha qualquer vinculação com ditaduras militares e, rejeitando o marxismo clássico,²⁰ pregava uma doutrina vaga por ele denominada “socialismo espiritual”,²¹ fora eleito presidente da República, pelo Partido de Acción Revolucionaria, em 1944, após um levante popular contra a ditadura de Jorge Ubico (1931-1944). Seu governo promulgara, em 1º de maio de 1947, o novo Código do Trabalho, aprovado pelo Congresso, garantindo aos trabalhadores direitos que lhes foram negados no passado pelas ditaduras militares, conforme o historiador norte-americano Richard H. Immerman salientou.²² Este Código do Trabalho, no dizer de Piero Gleijeses, outro historiador norte-americano, seria um “moderate document” em um país mais adiantado.²³ Na Guatemala, porém, afigurou-se radical. Alguns dos dispositivos, sobre limite para a contratação de estrangeiros, jornada de trabalho, limitando-a a 48 horas, organização de sindicatos e direito de greve, relativos a estabelecimentos rurais com mais de 500 trabalhadores ou mais de 1.000 empregados, afetaram os interesses da United Fruit Company e da Companhia Agrícola de Guatemala, proprietárias de vastas plantações onde empregavam centenas de trabalhadores, bem como da International Railways of Central America (IRCA), que se sentiram discriminadas. Para elas, esse Código foi “the symbol of its persecution”.²⁴ E o Departamento de Estado endossou-lhes a queixa, manifestando preocupação com o fato ao governo da Guatemala.²⁵ Este contestou, com o argumento de que, além das companhias norte-americanas, havia cerca de sete fazendas (fincas), com mais de 500 trabalhadores rurais, cujos proprietários não eram companhias norte-americanas.²⁶ O Departamento de Estado, a defender a posição da United

Fruit, cuja direção considerava até mesmo a possibilidade de sair da Guatemala,²⁷ não se conformou e prosseguiu com as pressões sobre o presidente Arévalo, que prometeu estudar o problema e propor ao Congresso modificações.²⁸ Internamente, entretanto, o Código do Trabalho tornara-se uma “questão política quente”, segundo o encarregado de Negócios da embaixada dos Estados Unidos, Milton K. Wells percebera,²⁹ e não era fácil revisá-lo dentro de um regime democrático, em que o antagonismo popular com aquelas poderosas companhias norte-americanas e as lideranças sindicais condicionava o comportamento do governo.

Em março de 1948, acompanhado por um aventureiro norte-americano de nome John Rendon, o general Frederico Ponce, que exercera provisoriamente a presidência da Guatemala por cinco meses, após a queda do ditador Ubico, solicitou ao Departamento de Estado apoio para derrubar o governo Arévalo, acusando-o de estar sob a “influência de Moscou” e ameaçar a segurança do Hemisfério Ocidental.³⁰ Não teve êxito. O Departamento de Estado recusou a ajuda, alegando que isso violaria os compromissos de não intervenção nos assuntos internos de outro Estado, assumidos na Carta da OEA, mas, a arguir que o presidente Arévalo não só desconsiderava as “good traditional relations” com os Estados Unidos, por prestar “cooperação e assistência” aos elementos pró-comunistas na Guatemala, como favorecia tentativas de invasão da Nicarágua e da República Dominicana,³¹ intensificou as pressões, a ponto de ameaçá-lo com sanções econômicas e diplomáticas, compelindo-o, em 1949, a solicitar a demissão coletiva dos seus ministros.³² Tais pressões, alardeadas pelo próprio embaixador norte-americano, Richard C. Patterson, anticomunista fanático³³ e que tentara subornar Arévalo com mulheres e dinheiro,³⁴ não alcançaram, contudo, o verdadeiro objetivo, ou seja, o afastamento do tenente-coronel Jacob Arbenz, que permaneceu como ministro da Defesa Nacional, e alimentaram o clima de hostilidade aos Estados Unidos. Conforme a politóloga norte-americana Martha L. Cottam ressaltou, o Departamento de Estado, que se surpreendera com a revolução contra o ditador Ubico, em 1944, não reconhecera a importância do nacionalismo na Guatemala, e seus

policy makers, como sempre, orientaram-se pela simplificação de sua arena política: virtualmente, qualquer um que apelasse para reformas, fosse da esquerda, centro ou direita, era estigmatizado como comunista.³⁵ Com efeito, apesar de que o Partido Comunista não houvesse desempenhado nenhum papel proeminente na queda da ditadura de Ubico³⁶ e permanecesse na ilegalidade até 1949, quando se registrou com o nome de Partido Guatemalteco do Trabalho, a imprensa nos Estados Unidos e suas agências de notícias, alimentadas evidentemente pela CIA, empenharam-se em difundir a imagem da Guatemala como cabeça de ponte da União Soviética, que pretendia utilizá-la para penetração no continente e, devido à sua localização estratégica, ameaçar o Canal do Panamá. Entretanto, respondendo ao Itamaraty sobre um ofício da embaixada do Brasil em Londres a respeito do “Comunismo nas Américas do Sul e Central”,³⁷ o ministro Carlos da Silveira Martins Ramos, chefe da legação do Brasil naquele país, ressaltou que:

Em Guatemala não há comunismo. Há comunistas, como em todas as partes do mundo, mas em número insignificante, se comparamos com os que existem no Brasil, Chile, Cuba e até nos EUA, (...). Os comunistas guatemaltecos contam-se pelos dedos. São, a bem dizer, quatro gatos, sem nenhuma expressão política nem intelectual no país ou no estrangeiro.³⁸

O ministro Carlos da Silveira Martins Ramos, após demonstrar que a importância estratégica da Guatemala, “país pobre e desarmado”, era muito relativa, pois ela e o Canal do Panamá mediavam quatro países — El Salvador, Honduras, Nicarágua e Costa Rica —, ponderou que a animosidade existente na Guatemala contra os Estados Unidos não era “nem maior nem menor” do que a que prevalecia “em todos os países hispano-americanos e até mesmo em certos meios brasileiros”, pois da antiga política do big stick, “da qual os países centro-americanos e o México foram sempre as primeiras vítimas”, perduravam ainda alguns resíduos que só o tempo dissiparia.³⁹ Parte dessa “animosidade” resultava da “conduta arrogante de certas companhias norte-americanas, tais como a Standard Oil e a United Fruit Company, no trato com os governos e os nacionais dos países latino-

americanos e do sistema de corrupção posto em prática para a obtenção de seus propósitos monopolistas”,⁴⁰ conforme o ministro Martins Ramos observou, acrescentando que

(...) ainda em Honduras, a United Fruit manda e desmanda a seu bel-prazer e em Guatemala resiste ou procura resistir por todos os meios à legislação social do Governo em favor das classes pobres. Convém ainda salientar que essa legislação é menos adiantada do que a que prevalece no Uruguai, Brasil, Chile e EUA. Basta dizer que em um país de vida caríssima, como é Guatemala, e cuja moeda equivale ao dólar, ainda se pagam salários ao trabalhador rural de 15 e 20 centavos por dia!!!⁴¹

As informações transmitidas à embaixada do Brasil em Londres configuravam uma campanha “injusta e mentirosa”,⁴² pois também constavam de um documento, o “Intelligence Digest”, de 7 de junho de 1950, entregue pelo monsenhor Victor Hugo Righi, encarregado dos Negócios da Santa Sé naquele país, ao ministro Martins Ramos, que as julgara não apenas “suspeitas, mas merecedoras de pouca atenção”.⁴³ Na realidade, o que estava em curso era uma guerra psicológica, orquestrada pela CIA, em um clima de pânico e histeria que se formou nos Estados Unidos quando a Coreia do Norte invadiu a Coreia do Sul, em 1950, depois que a União Soviética explodira sua primeira bomba atômica e a revolução comunista, sob a liderança de Mao Zedong, triunfara na China, em 1949. Como o senador J. William Fulbright assinalou, o comunismo despertou o puritanismo latente nos norte-americanos como nenhum outro movimento em sua história e levou-os a ver “princípios” onde só havia “interesses” e “conspiração” onde só havia “desgraça”, transformando conflitos em “cruzadas”, e converter a moralidade em “engano e hipocrisia”.⁴⁴ Esse “espírito puritano de cruzada” — o senador Fulbright aduziu — “teve muito a ver com alguns dos acontecimentos mais lamentáveis e trágicos da história norte-americana”.⁴⁵ E o senador Joseph McCarthy encarnou-o, àquele tempo, quando exacerbou o anticomunismo a ponto de considerar suspeito quem invocasse perante a Comissão de Atividades Antiamericanas da Câmara o Bill of Right, contido na Fifth Amendment da Constituição norte-americana, garantindo ao cidadão o direito de recusar-se a servir de

testemunha contra si próprio.⁴⁶ Nem o secretário de Estado, George C. Marshall, nem os funcionários do Departamento de Estado escaparam àquelas perseguições, que geraram uma atmosfera de medo e de terror dentro dos Estados Unidos, ameaçando as bases de sua própria democracia. O presidente Harry Truman reconheceu como “uma das tragédias” do seu tempo o fato de que o programa de segurança dos Estados Unidos tenha sido “wickedly used by demagogues and sensationalist newspapers in attempt to frighten and mislead the American people”.⁴⁷ Só não disse que por trás deles os interesses do complexo industrial-militar⁴⁸ necessitavam do “perigo vermelho” para assegurar seus lucros.

Por mais que Truman, internamente, resistisse ao macarthismo, o “espírito puritano de cruzada” continuou a orientar a política exterior dos Estados Unidos, e a repressão às “atividades antiamericanas” estendeu-se a toda a América Latina, para a qual, em 1950, o embaixador George F. Kennan,⁴⁹ artífice da política de containment da União Soviética, formulou as diretrizes, advogando medidas rigorosas e o apoio a ditaduras, a fim de impedir a propagação do “virus of Communism”.⁵⁰ Naquele ambiente com a Guatemala, onde, após o misterioso assassinato do coronel Francisco Xavier Arana,⁵¹ candidato moderado à sucessão de Arévalo, o tenente-coronel Jacob Arbenz fora eleito, em 1951, para a presidência da República, as relações dos Estados Unidos só podiam deteriorar-se ainda mais, embora seu propósito não fosse implantar qualquer forma de socialismo, e sim modernizar o país, convertendo sua economia predominantemente feudal em uma economia capitalista.⁵²

Em 1952, porém, enquanto o coronel Batista estabelecia em Cuba uma ditadura, depois de derrubar com um golpe militar o governo de Carlos Prío Socarrás, sucessor de Grau San Martín, uma revolução mais profunda e radical do que a ocorrida na Guatemala, a partir de 1944, processava-se na Bolívia. Lá, o líder do MNR, Victor Paz Estenssoro, que fora ministro da Fazenda no governo Villarroel, asilara-se na Argentina desde a sua derrubada (1946) e vencera in absentia a eleição para a presidência da República, em 1951, levando o presidente Mamerto Urriolagoitia a renunciar e entregar o

poder a uma Junta Militar, presidida pelo general Hugo Ballivián, a fim de impedir que ele assumisse o cargo. Como consequência, apesar de derrota na guerra civil de 1949, os trabalhadores nas minas de estanho e outros setores da população, sobretudo da classe média baixa, novamente se insurgiram em 9 de abril de 1952, atendendo à convocação de Hernán Sues Suazo, que fora candidato a vice-presidente na chapa de Estenssoro e Juan Lechín, secretário-geral da Federación Sindical de los Trabajadores Mineros de Bolívia (FSTMB). Nos centros mineiros e em várias cidades da Bolívia, os trabalhadores assaltaram os quartéis, tomaram as armas e, ao marchar sobre La Paz, já derrubada a Junta Militar, destroçaram as unidades do Exército, a dinamite e metralha, e todo o aparato repressivo do Estado, juntamente com a ordem política, esbarrocou após três dias de combates, com mais de 200 mortos e 5.000 feridos.⁵³ O Partido Comunista Boliviano, recém-fundado em janeiro de 1950 por uma dissidência do Partido de la Izquierda Revolucionaria (PIR), não desempenhou qualquer papel relevante em tais acontecimentos.⁵⁴ O PIR, por participar do governo que desde 1946 estava em permanente conflito com os mineiros, perdera as suas bases. Aos líderes sindicais vinculados ao MNR, em aliança com os dirigentes do Partido Obrero Revolucionário (POR) (trotskista), coube a responsabilidade pela insurreição de 1952. E, com os trabalhadores armados, a FSTMB e a Central Obrera Boliviana (COB), logo organizada sob a liderança de Juan Lechín, tornaram-se importantes fatores de poder, sustentando o governo de Victor Paz Estenssoro, do qual demandaram um conjunto de medidas radicais, como a nacionalização das minas, sem indenização, a liquidação do Exército e sua substituição por milícias populares, bem como ampla reforma agrária, com extinção do latifúndio e de todas as formas de servidão rural.

Conquanto a nacionalização das minas de estanho constasse do programa de todos os partidos, inclusive dos mais conservadores, a forma de executá-la, sem indenização, e as demais medidas reivindicadas pelos líderes sindicais entremostravam nítida inspiração marxista, de tendência trotskista, à qual — supunha-se — Juan Lechín, ministro de Minas e Petróleo, Germán Butrón, ministro do Trabalho, e Ñuflo Chávez, ministro dos Assuntos Camponeses,

representantes da COB no governo boliviano, estariam afiliados.⁵⁵ Estenssoro, pela sua condição no poder, tinha necessariamente de implementá-las, mas a economia da Bolívia, dependente do mercado norte-americano para as exportações de cobre e estanho, bem como a situação internacional, impunham cautela e moderação. A revolução deflagrada em 9 de abril assustara os países vizinhos. Ela transcendera o caráter de uma simples sublevação, como soía acontecer na América Latina, e alguns governos recearam que o seu exemplo frutificasse.⁵⁶ Suspeitou-se de que o acontecido na Bolívia fosse um “movimento matriz”, que se reproduziria no Peru e, depois, em outros países americanos.⁵⁷ Evidentemente, enfrentando a oposição da APRA, cujo líder, Haya de la Torre, continuava asilado na embaixada da Colômbia em Lima havia vários anos, sem obter salvo-conduto,⁵⁸ a ascensão do MNR e a expansão da esquerda na Bolívia não podiam deixar de assustar o general Manuel Odria, ditador do Peru.⁵⁹ O Brasil, por sua vez, tinha “interesses vitais”⁶⁰ a defender naquele país e temeu que a influência de Perón sobre Estenssoro, bem como o “ultranacionalismo dos grupos governantes” e os “desígnios das facções comunistas” estorvassem a execução das Notas Reversais sobre o aproveitamento do petróleo boliviano, que firmara com o governo Urriolagoitia.⁶¹ A avaliação, no Itamaraty, era de que “o triunfo do MNR não teria sido alcançado sem o apoio moral e material que já antes das eleições de maio de 1951 o governo do general Juan Perón vinha prestando aos movimentistas”.⁶² Afigurava-se-lhe que o governo Estenssoro estava “composto por elementos heterogêneos da direita e da extrema esquerda”,⁶³ repartidos entre tendências doutrinárias diferentes — o justicialismo peronista e o comunismo.⁶⁴ Havia também clara percepção de que a adoção de uma política hostil ou de isolamento poderia prejudicar os interesses brasileiros, uma vez que a consequência seria o “fortalecimento popular do partido no poder e sua integração com o peronismo ou talvez a implantação de um regime declaradamente comunista”,⁶⁵ do qual a Bolívia tornar-se-ia um “foco de perigosa irradiação”.⁶⁶ O Brasil, na opinião do seu embaixador em La Paz, Hugo Bethlem, nada ganharia, portanto, em retardar por seis meses o

reconhecimento do governo Estenssoro,⁶⁷ uma vez que se ele, ou melhor, o MNR, perdesse o controle da situação, aquele país, “em pleno coração da América”, poderia ser “presa irremediável do comunismo internacional”.⁶⁸ Esta ameaça não provinha do Partido Comunista Boliviano, mas da COR, criada nos moldes da CGT argentina e controlada em larga medida pelos trotskistas, militantes do POR e liderados por Guillermo Lora.⁶⁹

A posição no Departamento de Estado foi igualmente de cautela, a fim de evitar a radicalização na Bolívia, onde um “sentimento antiamericano” existia em alguns membros do governo Estenssoro; segundo observação do embaixador brasileiro em La Paz, Hugo Bethlem, a política econômica dos Estados Unidos em relação àquele país parecia “ser, em grande parte, a culpada desta animosidade”.⁷⁰ O embaixador dos Estados Unidos em Santiago do Chile, em conversa com o embaixador do Brasil, Ciro de Freitas Valle, reconheceu que seu país tinha culpa da revolução na Bolívia, pois o Departamento de Estado “desgraçadamente” não possuía autoridade alguma sobre as agências encarregadas das questões econômicas e comerciais.⁷¹ De fato, a Reconstruction Finance Corporation, que comprava o estanho para a Guerra da Coreia, decidira fixar seu preço em US\$ 1,12, em vez de US\$ 1,53, conforme o governo de La Paz desejava, e a paralisação dos entendimentos provocou severa recessão econômica, com o que a alta do custo de vida e o descontentamento popular recresceram na Bolívia.⁷² O presidente do Chile, Rafael González Videla, compreendia a gravidade do problema, que também afetava seu país, e endereçou um apelo pessoal ao presidente Harry Truman, insinuando a possibilidade de que a indiferença ante a pretensão da Bolívia gerasse “graves acontecimentos” no Hemisfério.⁷³ Washington continuou insensível e não reagiu. Posteriormente, no entanto, o próprio secretário de Estado norte-americano, Dean Acheson, admitiu, em memorando ao presidente Truman, que o fracasso da Junta Militar em negociar com os Estados Unidos o contrato do estanho contribuía para a perda do seu prestígio e já não havia dúvida de que a insurreição de 9 de abril “constituted in large extent a spontaneous expression of public sentiment”.⁷⁴ Sua percepção dos acontecimentos naquele país e da

composição do governo Estenssoro também coincidia com a da embaixada brasileira em La Paz, e que fora transmitida pelo Itamaraty ao presidente Getúlio Vargas. Para Dean Acheson, enquanto o presidente Paz Estenssoro, o vice-presidente Siles Suazo, e o ministro das Relações Exteriores, Walter Guevara Arce, pareciam elementos moderados, Juan Lechín, ministro de Minas e Petróleo, “an extremely controversial figure of Syrian origin”,⁷⁵ e Germán Butrón, ministro do Trabalho, eram “at least, extreme radicals”, que não hesitavam em usar métodos violentos, como no levante de 1949, em Cataví, quando dois engenheiros norte-americanos foram mortos.⁷⁶ Segundo ele, pouca dúvida havia de que essas duas forças contraditórias estavam a lutar pelo poder e que Paz Estenssoro, por ser o mais hábil no grupo, deveria vencer. Em face de tais circunstâncias, a conclusão do Departamento de Estado era de que continuar recusando o conhecimento ao governo de La Paz constituiria um fator de agitação na Bolívia e, além de não evitar a nacionalização das minas de estanho, poderia, na realidade, produzir efeito contrário, i.e., fortalecer os elementos radicais e empurrá-lo ainda mais na direção de Perón. Naturalmente, o programa de nacionalização imediata das minas, apresentado por Lechín, deixava Dean Acheson “extremamente preocupado” não porque tivesse muita simpatia pelos interesses de Patiño e Hochschild, seus proprietários — e que, no seu julgamento, eram os grandes responsáveis por aquela difícil situação —, mas pelo efeito perturbador que qualquer ato confiscatório teria sobre os investimentos privados na América Latina, entre os quais os interesses norte-americanos no cobre do Chile e no petróleo da Venezuela, bem como pelas complicações legais que os Estados Unidos teriam para comprar estanho de companhias confiscadas.⁷⁷

O embaixador dos Estados Unidos em La Paz, Edward J. Sparks, fez ver ao governo Estenssoro que os acionistas das grandes empresas no mercado mundial reagiriam junto às cortes de justiça dos países compradores de estanho, como os Estados Unidos, embargando os negócios e impedindo a Bolívia de receber as divisas de que necessitava para sua subsistência.⁷⁸ Esta era realmente uma das dificuldades reais com que o governo Estenssoro se defrontava para promover a nacionalização das minas, sem indenização e sob

o controle operário, como Lechín, a COB e a ala esquerda do MNR, aliada ao POR e ao PCB pretendiam. Contudo, a pressão popular foi tão poderosa, que o governo criou uma empresa semiestatal, a Corporación Minera de Bolívia (COMIBOL), encarregada de administrar todas as minas de propriedade do Estado, e em 31 de outubro de 1952 nacionalizou as três grandes companhias, pertencentes à tão odiada Rosca, as famílias Patiño, Hochschild e Aramayo,⁷⁹ que enriqueceram com a exploração dos minérios bolivianos mas aplicaram sua riqueza no exterior.⁸⁰ O governo norte-americano, segundo seu embaixador em La Paz, considerou a nacionalização das minas um atributo da soberania boliviana, mas afirmou que defenderia os interesses dos acionistas norte-americanos, cuja indenização constituía uma questão de princípios, a fim de evitar precedentes com respeito aos investimentos dos Estados Unidos em outras partes do mundo.⁸¹ E Paz Estenssoro, entre a dependência da Bolívia em relação ao mercado mundial e a pressão interna das forças de esquerda, atuou com extraordinário realismo. Em janeiro de 1953, após o desbaratamento de um complô promovido pela ala direita do MNR, com a participação de alguns remanescentes do Exército, procurou conter a pressão da esquerda, que se fortalecera. Em discurso, durante uma demonstração de apoio ao governo organizada pela COB, demonstrou que, para consolidar a nacionalização das minas, era necessário comercializar o estanho e, acentuando que a Bolívia não era uma ilha e não podia escapar à realidade de estar situada no continente americano (já a enfrentar embargos no Chile e no Peru, de cujos portos suas exportações dependiam, e insegura quanto à posição do Brasil), respondeu indiretamente ao líder trotskista Edwin Möller:

É possível dizer que podemos fazer um túnel para sair além dos mares e vender nosso estanho. É uma frase bonita que arranca aplausos mas a realidade é outra, porque necessitamos de dólares para a nossa subsistência.⁸²

E acrescentou:

Somos um Governo cuja ação está em harmonia com a etapa histórica que vive o povo boliviano e precisamente por esta harmonia é que não se pode ainda realizar uma revolução

Paz Estenssoro não deu qualquer indício de que pretendia nacionalizar outras minas de estanho, entre as quais havia várias companhias médias de propriedade norte-americana, e prometeu indenizar os acionistas da companhia de Patiño, Hochschild e Aramayo. Com isto, apesar de que as negociações com os Estados Unidos continuassem difíceis, a Bolívia firmou um contrato para a venda de estanho à Grã-Bretanha, comprometendo-se, de acordo com as informações veiculadas na época, a fornecer-lhe por três anos 50% de sua produção, a um preço de US\$ 1,17, do qual cinco cents por libra fina para pagamento da indenização a Antenor Patiño, presidente da Consolidated Smelting Co., cuja fundição estava instalada em Liverpool.⁸⁴

Não obstante a moderação de Paz Estenssoro e a sua afirmativa de que na Bolívia ainda não se podia realizar uma revolução social, com o que buscou evitar uma identificação com o comunismo, seu governo teve de submeter-se, internamente, às diretrizes da COB e da FSTMB, cujos representantes na COMIBOL obtiveram o poder de veto sobre suas decisões, instituindo a co-gestão, chamada de co-gobierno, nas minas de estanho. Entrementes, anulado o Exército, os camponeses, a partir de suas tradicionais comunas, começaram a organizar sindicatos, com o apoio da COB, e a formar milícias, da mesma forma que os mineiros, compelindo Estenssoro, em janeiro de 1953, a formar a Comissão de Reforma Agrária, presidida pelo vice-presidente, Siles Suazo, e integrada não apenas por funcionários do MNR, como por militantes do POR e do PCB. E, em 2 de agosto daquele ano, Paz Estenssoro promulgou o Decreto-lei nº 03464, que reconhecia e garantia, “como formas de propriedade agrícola”, unicamente “el solar campesino”, a pequena e a média propriedade, a propriedade da comunidade indígena, a propriedade agrária cooperativa e a empresa agrícola capitalista. Ao mesmo tempo, aboliu o colonato, assim como qualquer outra forma de prestação de serviços pessoais gratuitos ou compensatórios, e incorporou os trabalhadores rurais ao regime jurídico e social da nação, com todos os direitos reconhecidos por lei, estabelecendo o sistema de salário, como norma de

remuneração, para todos os contratos individuais ou coletivos.⁸⁵ A partir daí, os latifúndios foram repartidos e as terras concedidas, através dos sindicatos e comunidades, aos trabalhadores rurais, que em larga maioria eram índios, de origem quíchua e aimara,⁸⁶ com a condição de não poderem vendê-las a título individual. Mas o dispositivo determinando o pagamento de indenização jamais foi cumprido.

Radical mudança ocorreu na estrutura agrária do país, com profundas implicações sociais e políticas. Os grandes fazendeiros e seus intermediários cholos desapareceram. Mas a concessão dos títulos de propriedade das terras repartidas converteu os camponeses, índios na sua imensa maioria, em uma força relativamente conservadora que Paz Estenssoro passou a manipular, contrapondo-a aos mineiros e aos sindicatos urbanos, a fim de resistir às pressões das correntes mais radicais da COB.⁸⁷ A localização geográfica e as condições econômicas da Bolívia não permitiam, aliás, que a revolução de 1952, naquela conjuntura internacional, descambasse ainda mais para a esquerda. A nacionalização das três grandes companhias de mineração acarretara difíceis negociações com a Grã-Bretanha e, sobretudo, os Estados Unidos, que condicionavam qualquer compra de estanho à indenização dos acionistas norte-americanos. Com vários carregamentos de estanho, vendidos antes da nacionalização das minas, embargados nos portos do Pacífico e sem divisas para importar os gêneros alimentícios, o governo Paz Estenssoro tentara obter trigo, carne e gorduras da Argentina mediante um convênio que não se efetivara. E os esforços para a venda de estanho aos países do Bloco Socialista, a partir do restabelecimento de relações da Bolívia com a União Soviética e da ida a La Paz de uma missão comercial da Tchecoslováquia, não produziram resultados.⁸⁸ Não restou, portanto, a Paz Estenssoro alternativa senão solicitar os bons ofícios do Brasil junto ao Departamento de Estado⁸⁹ e ajustar-se com os Estados Unidos, onde o general Dwight Eisenhower, eleito pelo Partido Republicano, assumira em 1953 a presidência da República e mantivera relativa moderação em face da Bolívia, apesar das intensas pressões para forçar o pagamento das indenizações a Patiño, Hochschild e Aramayo.

Esse entendimento ocorreu, em larga medida, graças à recomendação de Milton Eisenhower, irmão do presidente dos Estados Unidos e que fora por ele encarregado de percorrer os países da América Latina em viagem de observação.⁹⁰ Realmente, Milton Eisenhower levou a Washington a imagem de que o governo boliviano, embora de esquerda, não era comunista e estava bem-intencionado não devendo o Departamento de Estado confundir “each move in Latin America toward socialization with Marxism, land reform with Communists, or even anti-Yankee with pro-Sovietism”.⁹¹ O fazimento de tal distinção nunca foi usual nos Estados Unidos, muito menos àquela época, em que a campanha anticomunista do senador Joseph McCarthy exacerbava o fanatismo puritano e a *Weltanschauung* maniqueísta e intolerante. O próprio secretário do presidente Eisenhower, John Foster Dulles, tratava de conduzir a política exterior norte-americana, visando à destruição da União Soviética, com ardente zelo missionário — “righteous faith” e “sense of mission” — e entrevia na América Latina uma aliança prática entre os movimentos fascista, com epicentro na Argentina, e comunista, com o objetivo de destruir a influência dos Estados Unidos nas Américas Central e do Sul.⁹² Por isso, pareceu estranha a atitude do governo norte-americano, ao decidir, no segundo semestre de 1953, não apenas comprar da Bolívia estoques de estanho de que não estava a necessitar como doar-lhe gêneros alimentícios e outros produtos essenciais, bem como assistência técnica, no valor de US\$ 5 milhões⁹³ Seu objetivo, no entanto, consistiu em evitar que a economia daquele país se deteriorasse ainda mais, devido, sobretudo, à queda do preço do estanho no mercado mundial provocada pela suspensão da política de stockpile e pelo armistício na Guerra da Coreia (1953), e permitisse que as forças mais radicais — a ala esquerda do MNR, aliada aos comunistas trotskistas e stalinistas — assumissem, em meio ao caos, o monopólio do poder.

Notas

1. “It is Evita who has saved him in the hour of defeat.” Fraser, Nicholas & Navarro, Marisa. Evita — The Real Life of Eva Perón, André Deutsch Ltd., Londres, 1997, p. 58. Segundo Rodolfo Puigrós, Evita teve um “papel de protagonista” na insurreição operária de 17 de outubro. “En Evita se dió la síntesis de la espontaneidad y la autoconciencia. Fue la gran mediadora entre la masa y el líder.” Puigrós, 1972, pp. 169 e 170.
2. Sobre o tema, vide mais detalhes in Moniz Bandeira, 1995, pp. 52-62.
3. Informe, Top Secret, George S. Messersmith ao secretário de Estado, Buenos Aires, 10/12/1946, NA — file 711.35/1-2447.
4. Esse programa de ajuda econômica à Europa tornou-se conhecido como Plano Marshall, por ter sido concebido sob a gestão de George Marshall, então secretário de Estado dos Estados Unidos.
5. Liss, 1984, p. 276.
5. O mercado interno de açúcar nos Estados Unidos era regulado por um sistema de cotas para os produtores domésticos e estrangeiros. A administração Roosevelt, por meio do Tratado de Reciprocidade firmado em 1934, concedera a Cuba um tratamento preferencial, garantindo-lhe, embora de modo flexível, a alocação de seu produto a preços mais altos do que aqueles correntes no mercado. O benefício para Cuba fora, entretanto, diminuto. Enquanto os Estados Unidos fizeram apenas pequenas reduções tarifárias para as exportações cubanas de açúcar cru, tabaco e outros produtos agrícolas, Cuba fez amplas concessões, facilitando as importações de mercadorias norte-americanas. Sobre o tema vide O=Connor, 1970, pp. 25-29.
7. Memorandum of Telephone Conversation, by the Chief of the Foods Section of the Division of International Resources (Mulliken), Washington, February 12, 1947, NA 837.61351/2-1247. Memorandum of Conversation, by the Assistant Chief of the Division of Caribbean Affairs (Walker), confidential, participants: Guillermo Belt, Ambassador of Cuba, Assistant Secretary of State Spruille Braden, Ellis O. Briggs, Director of the Office of American Republic Affairs, and William W. Walker, Department of State, Washington, March 5, 1947; Memorandum by the Director of the Office of American Republic Affairs, Ellis O. Briggs, confidential, Washington, March 29, 1947. Memorandum of Conversation, by the Assistant Chief of the Division of Caribbean Affairs (Walker), restricted, participants: Under Secretary Clayton, Ambassador Belt of Cuba, Sergio Clark, Cuba Minister of Communication and Chairman of Cuban Delegation to Geneva Conference on Trade and Employment, Washington, April 3, 1947, FRUS 1947, vol. VIII, The American Republics, 1972, pp. 604 e 616.
8. Memorandum by the Director of the Office of American Republic Affairs (Briggs), confidential, Washington, March 29, 1947, *ibid.*
9. Memorandum by the Director of the Office of American Republic Affairs (Briggs) to the Under Secretary of State for Economic Affairs (Clayton), Washington, June 17, 1947. *Ibid.*
0. *Ibid.*
1. 11. *Ibid.*
2. *Ibid.*

3. Conferência Inter-Americana para Manutenção da Paz e da Segurança do Continente, marcada para 15/8-29/1947, no hotel Quitandinha, Rio de Janeiro, para conclusão do Tratado Inter-Americano de Assistência Recíproca; e IX Conferência Internacional dos Estados Americanos, a ocorrer em Bogotá, entre 30/3 e 2/5/1948, quando foi criada a Organização dos Estados Americanos, em substituição à União Pan-Americana.
4. Memorandum by the Secretary of State, George C. Marshall, to President Harry Truman, secret, Washington, June 26, 1947; Memorandum of Conversation, by Duncan A. Mackay, of the Division of Caribbean Affairs, restricted, participants: Guillermo Belt, Ambassador of Cuba, Norman Armour, Assistant Secretary of State, James Wright, Department of State, William W. Walker, Department of State, and Duncan Mackay, Department of State. FRUS. vol. VIII, 1972, pp. 616-618.
5. Ibid. Statement Released to the Press by the White House, November 28, 1947. Ibid.
6. Memorandum by the Secretary of State to President Truman, secret, 26 June, 1947. Ibid.
7. Ibid. The Ambassador in Cuba (R. Henry Norweb) to the Secretary of State, restricted, nº 4177. Habana, July 18, 1947. Ibid., pp. 620-622.
8. O=Connor, 1970, pp. 25-29.
9. Os procedimentos de distribuição das cotas eram renovados periodicamente pelo Congresso, com o Sugar Act, e obedeciam a considerações políticas, tais como as necessidades dos produtores domésticos (Havaí e Filipinas), bem como as prioridades diplomáticas e os interesses dos senadores, envolvendo ainda complicadas negociações entre o Departamento de Estado e o Departamento da Agricultura, sob a supervisão da Casa Branca.
10. Immerman, 1982, pp. 45 e 46.
1. Ofício nº 203, confidencial, ministro Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, Guatemala, 19/8/1949, 900.1(00) Política Internacional — Universo — DE (14) a (31) — 1946-1964. AHMRE-B, Report of the Subcommittee to investigate Communist Aggression in Latin America do The Select Committee on Communist Aggression — House of Representatives — Eighty-Third Congress, Second Session, under authority of H. Res. 346 and H. Res. 348, U.S. Government Printing Office, Washington, 1954, p. 3.
2. Immerman, 1982, p. 54.
3. Gleijeses, 1992, p. 41.
4. Id., ibid., pp. 94 e 95.
5. Memorandum, The Department of State to the Guatemalan Embassy, Washington, May 28, 1947, FRUS, vol. VIII, The American Republics, 1947, pp. 705 e 706.
6. Telegram 205, The Secretary of State (George C. Marshall) to the Embassy in Guatemala, restricted, Washington, July 24, 1947 — 8 p.m., ibid., p. 706.
7. Memorandum of Conversation, by the Chief of the Division of Central America and Panama Affairs (Robert Newbegin), confidential, present: Minister for Foreign Affairs (Guatemala), Ambassador Edwin J. Kyle, Andrew E. Donovan, First Secretary of US Embassy, and Robert Newbegin, Guatemala, July 30, 1947, ibid., p. 708.
8. Memorandum of Conversation, by Ambassador in Guatemala (Edwin J. Kyle), confidential, Annex to Despatch 2594, Guatemala, August 8, 1947, ibid., pp. 710-712. Despatch nº 2641,

- The Ambassador in Guatemala (Kyle) to the Secretary of State, restricted, Guatemala, September 22, 1947, *ibid.*, pp. 712-714. Despatch n° 2733, The Chargé in Guatemala (Milton K. Wells) to the Secretary of State, restricted, Guatemala, November 26, 1947. *Ibid.*, p. 716.
9. Despatch n° 2770, confidential, The Chargé in Guatemala (Milton K. Wells) to the Secretary of State, Guatemala, December 19, 1947. *Ibid.*, pp. 717-718.
 0. Smith, 1994, pp. 73-74.
 1. Arévalo foi um dos principais incentivadores da chamada Legião do Caribe (nome cunhado por jornalistas norte-americanos), que agrupava líderes políticos de vários países, então exilados, com o objetivo de promover movimentos contra as ditaduras instaladas naquela região. Vide Gleijeses, 1992, pp. 107-116.
 2. Ofício n° 201, confidencial, do ministro Carlos da Silveira Martins Ramos ao chanceler Raul Fernandes, Guatemala, 11/8/1949; Ofício n° 205, confidencial, do ministro Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, Guatemala, 19/8/1949. 900.1(00) Política Internacional — Universo — DE (14) a (31) 1946/64. AHMRE-B.
 3. “Richard Patterson, the new American ambassador in Guatemala City, was an hysterical, paranoid anti-Communist.” Smith, 1994, p. 75.
 4. Blasier, 1989, p. 59.
 5. Cortam, 1994, pp. 37 e 38.
 6. Report of the SubCommittee to Investigate Communist Aggression in Latin America to the Select Committee on Communist Aggression — House of Representatives — Eighty-Third Congress, Second Session, under authority of H. Res. 346 and H. Res. 348, U.S. Government Printing Office, Washington, 1954, p. 3.
 7. Ofício n° 167, secreto, da embaixada do Brasil em Londres ao chanceler Raul Fernandes, Londres, 23/7/1950. MD Secretos — A-K — Ofícios Recebidos — 1950-1957. AMRE-B.
 8. Ofício n° 221, secreto, do ministro Carlos da Silveira Martins Ramos ao chanceler Raul Fernandes, Guatemala, 26/8/1950.
 9. *Ibid.*
 0. *Ibid.*
 1. *Ibid.*
 2. *Ibid.*
 3. Ofício n° 267, secreto, do ministro Carlos da Silveira Martins Ramos a Raul Fernandes, Guatemala, 11/10/1950. *Ibid.*
 4. Fulbright, 1966, pp. 309 e 310.
 5. *Id.*, *ibid.*, p. 311.
 6. Truman, 1956, pp. 269 e 270.
 7. *Id.*, *ibid.*, p. 284.
 8. Cook, 1964, pp. 128-130.
 9. Raymond, 1965, pp. 121-123.
 0. Apud Smith, 1994, pp. 69-72.

1. Segundo os indícios, ele foi morto ao tentar resistir a uma ordem de prisão. Vide Gleijeses, 1992, pp. 64-71. De acordo com outra versão, as forças da direita assassinaram-no com o objetivo de provocar uma rebelião militar, ao perceberem que ele não teria possibilidade de derrotar Arbenz na eleição para presidente da Guatemala. Immerman, 1982, p. 60.
2. Immerman, 1982, p. 63.
3. Relatório Especial — Revolução e Conquista do Poder pelo MNR, de 9 a 11 de abril de 1952, encaminhado pelo Ofício nº 33 a) embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 17/4/1952. Ofícios — Bolívia 1947-1953. AMRE-B.
4. A outra facção do PIR, com o apoio da maioria remanescente, decidiu no segundo semestre de 1952, após a revolução liderada pelo MNR, fundar outro Partido Comunista e apoiar a ala esquerda do governo Estenssoro. Ofício nº 214, do embaixador Hugo Bethlem ao chanceler João Neves da Fontoura, La Paz, 2/10/1952. Ibid.
5. Vários documentos diplomáticos da época apontavam Germán Butrón, ministro do Trabalho, como militante do POR. Relatório Especial — Revolução e Conquista do Poder pelo MNR, de 9 a 11 de abril de 1952, encaminhado pelo Ofício nº 33, a) embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 17/4/1952; Ofício nº 57 — Terceiro Relatório Especial, confidencial, a) embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 22/5/1952. Ibid. Ofício nº 224, do embaixador Hugo Bethlem ao chanceler João Neves da Fontoura, La Paz, 9/10/1952. Ibid. Carta-Telegrama nº 70, confidencial, embaixada do Brasil em La Paz, a) Hugo Bethlem, 16-23/11/1952, La Paz — CTs-Telegrama Recebido — 1947-1956. Ibid. Lechín, muitas vezes acusado de ser comunista, parecia ter igualmente vinculações com o POR, embora o negasse. Ñuflo Chávez, ministro dos Assuntos Camponeses, foi militante trotskista. Possivelmente tais informações eram verdadeiras. Sobre a influência trotskista na COB e no governo revolucionário da Bolívia vide Alexander, 1973, pp. 132-136.
6. Segundo Relatório Especial, confidencial, encaminhado pelo Ofício nº 41, a) embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 8/5/1952. Bolívia — 1947-1953. Ofícios. AMRE-B.
7. Telegrama nº 101, confidencial-urgente, embaixada do Brasil em Santiago do Chile, 14/5/1952, 13h. Ibid.
8. Na noite de 3 para 4 de janeiro de 1949, a embaixada da Colômbia em Lima acolhera na sua sede Haya de la Torre, responsável por uma rebelião ocorrida em outubro de 1948, no porto de Callao, contra o governo de Bustamente y Rivero; o governo peruano lhe negava o salvo-conduto, alegando que ele era fugitivo da Justiça, que o processava por delitos contra a propriedade do Estado e de particulares, bem como contra a vida de pessoas. A Corte de Haya, para a qual a Colômbia apelou, manifestou-se a favor do asilo, mas o governo peruano não respeitou a decisão. Haya de la Torre permaneceu confinado na embaixada colombiana mais de seis anos.
9. Memorando para o presidente da República, s/a, Rio de Janeiro, 29/4/1952. Revoluções — Bolívia — 1949-1967. AMRE-B.
10. Telegrama nº 105, confidencial, do MRE para a embaixada do Brasil em Washington, 17/4/1952, 20h. Ibid.
11. Informação para o presidente da República. s/d, s/a, ibid. Relatório Especial — Revolução e

- Conquista do Poder pelo MNR, de 9 a 11 de abril de 1952, encaminhado pelo Ofício nº 33, a) embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 17/4/1952. Ofícios — Bolívia 1947-1953. Ibid.
2. Memorando para o chefe (interino) do Departamento Político e Cultural, a) Galba Santos, 2º Secretário, 19/4/1952. Revoluções — Bolívia — 1949-1967. Ibid.
 3. Telegrama nº 105, confidencial, MRE para a embaixada do Brasil em Washington, 17/4/1952, 20h. Ibid.
 4. Memorando para o presidente da República, secreto, s/a, mas certamente do ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 29/4/1952. Ibid.
 5. Telegrama nº 105, confidencial, MRE para a embaixada do Brasil em Washington, 17/4/1952, 20h. Ibid.
 6. Memorando para o presidente da República, secreto, s/a, mas certamente do ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 29/4/1952. Ibid.
 7. Segundo Relatório Especial, confidencial, encaminhado pelo Ofício nº 41, embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 8/5/1953. Ofícios. Ibid.
 8. Carta-Telegrama nº 70, confidencial, da embaixada do Brasil em La Paz, a) Hugo Bethlem, 16-23/9/1952. CTs-Telegramas Recebidos — 1947-1956. Ibid.
 9. Ibid. Vide sobre o tema, Alexander, 1973, pp. 128-137.
 10. Segundo Relatório Especial, confidencial, encaminhado pelo Ofício nº 41, a) embaixador Hugo Bethlem, La Paz, 8/5/1952. Bolívia — 1947-1953. Ofícios. AMRE-B.
 11. Telegrama nº 64, confidencial, da embaixada do Brasil em Santiago do Chile, a) C. de Freitas Valle, 18-19/4/1952, 18h45. 601.3 (3) Revoluções — Bolívia 1949-1967. Ibid.
 12. Memorando para o chefe (interino) do Departamento Político e Cultural, secreto, a) Galba Santos, 2º Secretário, 19/4/1952. Ibid.
 13. Ibid.
 14. Secret Security Information — Memorandum for the President, Subject: Diplomatic relations with Bolivia, a) Dean Acheson, Department of State, Washington, May 22, 1952. NA-611.24/5-2752 A/20.
 15. Ibid.
 16. Ibid.
 17. Ibid.
 18. Ofício nº 224, de Bethlem ao chanceler João Neves da Fontoura, La Paz, 9/10/1952- Bolívia — 1947-1953 — Ofícios. AMRE-B.
 19. Antenor Patiño, Maurício Hochschild e Carlos Victor Aramayo eram então os proprietários dessas companhias.
 20. Patiño possuía a sexta fortuna do mundo, calculada então em cerca de US\$ 500 milhões, e tinha apenas US\$ 10 milhões investidos em imóveis na Bolívia.
 1. Ofício nº 35, confidencial, de Bethlem a Neves da Fontoura, La Paz, 10/1/1953, 601 3 (31) — Revoluções-Bolívia-1949-1967. AMRE-B.
 2. Ibid.

3. Ibid.
4. Ofício nº 35, confidencial, de Bethlem ao chanceler Neves da Fontoura, La Paz, 10/1/1953. Ibid. Carta-Telegrama nº 36, confidencial, da embaixada em La Paz, a) Luiz Almeida Cunha, 5-23/2/1953. La Paz — CTs-Telegramas Recebidos — 1947-1956. Ibid. Antenor Patiño, homem de negócios e presidente da Consolidated Smelting Co., que controlava as usinas de estanho instaladas na Grã-Bretanha e tinha interesse em mantê-las em funcionamento, deixando para mais tarde discutir a indenização de suas minas de estanho.
5. Ruiz González, 1961, pp. 158-164.
6. A Bolívia possuía àquela época uma população da ordem de 3,5 milhões de habitantes, dos quais cerca de 52% eram índios, 33% cholos (mestiços) e 15% brancos. Os índios, na maioria, eram mineiros ou camponeses, enquanto os cholos formavam o proletariado urbano. Os brancos constituíam as classes média e alta.
7. Klein, 1967, p. 287. “Situação Interna da Bolívia sob os aspectos político, econômico e financeiro”, confidencial, anexo ao Ofício nº 7, de Bethlem ao chanceler Vicente Rao, La Paz, 12 de janeiro de 1954, 962.X — X Conferência Inter-Americana (Caracas). AMRE-B.
8. Ibid.
9. Ibid.
0. Ibid.
1. Apud Blasier, 1976, p. 133. Cottam, 1994, pp. 51 a 52. Wilkie, 1969, p. 8.
2. “Personalidade e ideias do secretário de Estado, Sr. John Foster Dulles”, a) secretário Lauro Escorel de Moraes, anexo ao Ofício nº 143/603.2(22), confidencial, do embaixador Walter Moreira Sales ao chanceler João Neves da Fontoura, Washington, 9/2/1953. Ofícios Recebidos — Confidencial — Washington — 1953. Ibid.
3. Ofício nº 351, confidencial, de Bethlem a Vicente Rao, La Paz, 9/10/1953. Bolívia — 1947/1953 — Ofícios. Ibid.

Capítulo V

A AJUDA DOS ESTADOS UNIDOS À BOLÍVIA • A REFORMA AGRÁRIA NA GUATEMALA E AS PRESSÕES CONTRA O GOVERNO ARBENZ • OS INTERESSES DA UNITED FRUIT, O DEPARTAMENTO DE ESTADO E A CIA • A CIA, A OPERATION PBSUCCESS E A DERRUBADA DO GOVERNO ARBENZ • AS MANIFESTAÇÕES CONTRA NIXON NO PERU E NA VENEZUELA • OS SENTIMENTOS ANTI-ESTADOS UNIDOS E A OPERAÇÃO PAN AMERICANA • A QUEDA DAS DITADURAS NA AMÉRICA LATINA E A VITÓRIA DE FIDEL CASTRO EM CUBA

A sustentação do governo Paz Estenssoro, mediante a concessão de substancial ajuda econômica e financeira, constituía realmente a única forma de obstar a instalação em La Paz de um regime comunista, politicamente hostil aos Estados Unidos, que já se defrontavam com o problema da Guatemala e receavam perder o controle sobre toda a América Latina. O uso da força para conter as correntes mais radicais da esquerda na Bolívia era praticamente inconcebível. Apenas o Corpo de Carabineiros e alguns Grupos de Honor, formados por civis e sob o controle da ala direita do MNR, poderiam a ela contrapor-se, sem maiores condições de êxito, uma vez que o Exército regular fora desmantelado com a revolução de 1952 e Paz Estenssoro começara a reorganizá-lo, silenciosa e cautelosamente, com fins mais técnicos do que de combate. E uma intervenção militar na Bolívia, quer promovida diretamente por países vizinhos, como Peru e Chile, quer organizada pela CIA, recrutando exilados, também afigurava-se muito difícil. As milícias operárias e camponesas, sob o comando da COB e dos partidos de esquerda, constituíam a maioria da força armada, o que possibilitaria a resistência e uma guerra provavelmente prolongada, com consequências imprevisíveis e profundas repercussões internacionais. A opção dos Estados Unidos pela estratégia do compromisso com Paz Estenssoro só foi viável, no entanto, porque nem a reforma agrária nem a nacionalização das minas

atingiram gravemente seus investimentos e a promessa de indenizar os acionistas das companhias pertencentes a Patiño, Hochschild e Aramayo, bem como entendimentos com grupos norte-americanos para a prospecção e exploração de petróleo, enxofre (Glen McCarthy) e minerais radioativos (Comissão de Energia Atômica dos Estados Unidos), na Bolívia, aliviaram a pressão dos interesses econômicos sobre a administração Eisenhower. Assim, ao mesmo tempo que as conquistas democráticas da revolução de 1952 — a nacionalização das minas e a reforma agrária, com a incorporação dos índios à sociedade e a extinção das relações de servidão no campo — consolidavam-se, as forças de esquerda não tiveram condições de avançar, se bem que fosse improvável que elas pudessem implantar na Bolívia, país extremamente atrasado, dependente e sem saída para o mar, algum tipo de socialismo e viessem a contar com o respaldo da União Soviética, onde as diretrizes de Joseph Stalin, morto em março de 1953, ainda prevaleciam, opondo-se a quaisquer tendências que a elas não se sujeitassem e fossem percebidas como afins do trotskismo. De qualquer modo, a atitude dos Estados Unidos, contrastando com a recusa da Tchecoslováquia em comprar o estanho boliviano, contribuía decisivamente para neutralizar a ação não só dos comunistas, como de todas as correntes nacionalistas e anti-imperialistas em torno ou dentro do governo de La Paz.¹

À mesma época, entretanto, as pressões intensificaram-se contra a Guatemala, onde o Decreto nº 900, de 17 de junho de 1952, deflagrara a reforma agrária, a terceira e a mais profunda mudança empreendida desde a revolução de 1944, complementando o Código do Trabalho, promulgado em 1947, e a criação do Instituto Guatemalteco de Seguro Social. De vários pontos de vista, esse decreto era moderado. Somente terras não cultivadas seriam expropriadas e divididas, afetando, entre as 341.191 propriedades privadas agrícolas existentes na Guatemala, apenas 1.710, que detinham mais da metade das terras cultiváveis, ou seja, os latifúndios com mais de 223 acres.² As primeiras terras distribuídas foram as pertencentes ao Estado, expropriadas dos alemães durante a Segunda Guerra Mundial pela ditadura de Ubico, e que totalizavam 740.000 acres.³ A administração Eisenhower, no

entanto, continuou a recusar ao governo Arbenz o fornecimento não só de armas, a ponto de empenhar-se, inclusive, para impedir que ele as adquirisse na Europa Ocidental, como de equipamentos para a construção do trecho da Inter-American Highway no seu território, além de tomar várias outras atitudes, qualificadas pelo politólogo norte-americano Gaddis Smith como “calculated diplomatic iniquities”,⁴ entre as quais manter sob controle as exportações para a Guatemala (exceto para os bens necessitados pela United Fruit Company)⁵ e não conceder à Aviateca (companhia de aviação guatemalteca) permissão de voo para os Estados Unidos. A acusação era de que havia “infiltration of Communist” e “dangerous foreign influence” no governo Arbenz, que, aliás, nem sequer estabelecera relações diplomáticas com qualquer país do Bloco Soviético, conforme replicou Gillermo Toriello ao embaixador John Moors Cabot, então secretário de Estado assistente para a América Latina, acrescentando estar convencido de que, enquanto o governo Arbenz executasse o programa de reformas, a campanha anticomunista contra a Guatemala prosseguiria, mesmo se todos os comunistas lá fossem, de alguma forma, eliminados.⁶ O alarme dos vizinhos sobre o comunismo no seu país — salientou — era, na realidade, o alarme dos ricos latifundiários em face da reforma agrária,⁷ que estava a beneficiar mais de 100.000 famílias camponesas, ou cerca de 500.000, cabendo a cada qual aproximadamente 10,5 acres.⁸ Os ricos latifundiários, porém, eram, sobretudo, empresas norte-americanas, como a United Fruit Company, da qual o governo guatemalteco não só já desapropriara 3/4 de suas terras no lado do Pacífico,⁹ como interviera na International Railways of Central America (IRCA), de sua propriedade, e ameaçava nacionalizar a Electric Light and Power Company, subsidiária da American and Foreign Power Co. (Bond and Share),¹⁰ responsável por 80% da energia elétrica consumida no país e com um péssimo serviço, pois em 1944 usava os mesmos equipamentos de 1920.¹¹ Estas três companhias concentravam os investimentos norte-americanos na Guatemala, da ordem de US\$ 93 milhões, em 1944.¹² E elas tinham íntimos contatos com o governo Eisenhower. Ambos os irmãos Dulles — tanto John Foster, secretário de Estado, quanto

Allen, diretor da CIA — foram vinculados à United Fruit, através de sua associação com a firma de advocacia Sullivan & Cromwell e seu cliente J. Henry Schroder Banking Co., que assessorava financeiramente a IRCA.¹³ A venda da IRCA à United Fruit fora, aliás, intermediada por John Foster Dulles, tendo a CIA utilizado fundos do Schroder Bank, de cuja diretoria Allen Dulles participara. Com tais ligações e outras, através do secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, John Moors Cabot, que também possuía interesses na United Fruit,¹⁴ a administração Eisenhower tinha poderosos motivos para agir contra o governo Arbenz, e a ameaça comunista constituía, sem dúvida alguma, a melhor justificativa. O cientista político norte-americano Cole Blasier, em sua importante obra *The Hovering Giant*, mesmo reconhecendo que a United Fruit e outros interesses exerceram “immense pressures” sobre o Congresso contra o governo Arbenz, procurou isentar os irmãos Dulles, dizendo que nada encontrou nos arquivos ou em suas reputações que pudesse refletir sobre sua integridade financeira e que, sem dúvida, eles eram por demais sábios para não arriscar suas reputações e o veredicto da história em proveito dos lucros daquela companhia.¹⁵ Mas se a United Fruit Company fez imensas pressões sobre o Congresso, por que não faria sobre os irmãos Dulles, com os quais tinha antigas ligações pessoais e profissionais? Só o fato de existirem tais ligações já seria bastante para colocá-los sob as maiores suspeitas, não obstante todo o seu empenho na política de contenção do comunismo. O próprio Cole Blasier, aliás, salientou que Arbenz fora eleito presidente da Guatemala, conduzia o governo dentro da moldura política estabelecida e promovia reformas econômicas e sociais que eram antes de tudo capitalistas, não socialistas, e foram as pressões dos Estados Unidos que o fizeram cada vez mais dependente das forças antinorte-americanas, inclusive comunistas.¹⁶

Conquanto o Congresso guatemalteco observasse um minuto de silêncio em homenagem à memória de Stalin, morto no dia 5 de março de 1953, e o embaixador norte-americano John Peurifoy, após ouvir o presidente Jacob Arbenz dizer que, se tivesse de escolher, preferiria que a Guatemala vivesse sob o domínio comunista do que vê-la 50 anos com a United Fruit,¹⁷

informasse ao secretário de Estado estar convencido de que, se ele não era comunista, caminhava com os comunistas, a força da esquerda naquele país era, de fato, menor do que na Bolívia. Como Cole Blasier reconheceu, diferentemente de outros países da América Latina, o comunismo tinha raízes fracas na Guatemala e nunca houve evidência convincente de que os comunistas dominassem o governo Arbenz, que somente importou armas dos países do Bloco Soviético em última instância, depois que as pressões dos Estados Unidos impediram seu acesso às fontes de suprimento no Ocidente.¹⁸ A esquerda possuía maioria no Congresso, através dos partidos Ação Revolucionária (25 deputados), Revolução Guatemalteca (15) e Renovação Nacional (7),¹⁹ mas o PGT (comunista), cujo número de inscritos saltara de 5.032, quando do seu registro, em 1949, para 11.000, em 1953,²⁰ só possuía quatro deputados, e seu secretário-geral, José Manuel Fortuny, por não contar com o eleitorado da capital, perdera a eleição, em 1950, para o líder da oposição, José Adan Serrano. Além do mais, o Exército, que não fora dissolvido, como na Bolívia, continuava como fator de poder, e os comunistas nada fizeram para infiltrá-lo.²¹ Àquela mesma época, ao contrário do que o embaixador Peurifoy e outros diplomatas norte-americanos afirmavam, o encarregado de Negócios do Brasil na Guatemala, ministro Raul Bopp, reportava ao Itamataty que na Guatemala não havia ambiente para uma “política doutrinária marxista ou qualquer outra baseada em princípios complexos”.²² Da mesma forma que seu antecessor, o ministro Carlos da Silveira Martins Ramos, em 1950, ele percebera que os comunistas se assenhorearam habilmente das “causas mais populares do país”, como a reivindicação de Belize, a nacionalização da International Railways of Central America e a garantia dos princípios da revolução de 1944, de modo que não era fácil distingui-los, pois tanto os comunistas como os simpatizantes daquelas causas por eles exploradas coincidiam “em seus pontos de vista e em relação aos Estados Unidos, isto é, de animosidade antiamericana”.²³

Segundo o ministro Raul Bopp, havia “animosidade contra as inversões estrangeiras em geral” na Guatemala, e a influência do governo fazia-se sentir, indiretamente, através dos sindicatos e do Legislativo, mas não se podia

afirmar que fosse “resultado da predicação comunista”.²⁴ “Mesmo que este país (Guatemala) tivesse seu polo magnético inclinado para a direita, em vez de sua tendência esquerdista, continuaria a ser contrário às inversões do capital norte-americano” — acrescentou.²⁵ Esta “animosidade antiamericana” tinha antigos, profundos e sólidos motivos, permanentemente renovados pelo que Raul Bopp denominou de “imperialismo fruteiro”.²⁶ A United Fruit Company, com efeito, ocupara economicamente a Guatemala. Em troca de um serviço regular de condução postal, ela obtivera, em 1901, enormes extensões de terras, nas duas margens do Rio Motagua, onde abriu as primeiras estradas, fez plantações e realizou obras de saneamento, permitindo a formação de pequenos núcleos de população, constituídos na maioria de jamaicanos, com hospitais e escolas. E a região foi cortada por uma estrada de ferro. Mas, após consolidar sua posição à margem do Caribe, a United Fruit estendeu suas pretensões ao litoral do Pacífico. Em troca da obrigação de construir ali um porto, ela, organizando uma filial, sob o nome de Companhia Agrícola de Guatemala, conseguiu ainda maiores concessões de terras e tornou-se a maior proprietária de latifúndios do país, com privilégios que somente expirariam em 1981, sendo que as concessões outorgadas a outra subsidiária sua, a International Railways of Central America (IRCA), estendiam-se até o ano 2009.²⁷ Esta ferrovia, como o único meio de transporte terrestre, cobrava tarifas exorbitantes para todo serviço que não era de interesse direto do cartel. Um vagão de bananas custava para a United Fruit apenas US\$ 75, mas para qualquer empresa o frete subia para US\$ 575.²⁸ Grave também era o fato de que, controlando os litorais do Caribe e do Pacífico, a United Fruit fechava o acesso ao mar e isolara a economia da Guatemala, arruinando as firmas concorrentes e liquidando o pequeno comércio de navegação costeira, sem cumprir suas obrigações contratuais. No início dos anos 1950, os portos ainda permaneciam em condições primitivas, e as obras exigidas nos contratos nunca foram iniciadas. A empresa não modernizara o cais de San José nem o de Champerico, no Pacífico, obrigação da qual fora redimida, em 1936, pelo ditador Ubico; não implantara os 100 quilômetros de ferrovia que ligariam El Rancho à capital,

conforme comprometera-se, ao receber a concessão para explorar as docas de Barrios, construídas pelo governo guatemalteco em 1895.²⁹ Como o ministro Bopp ressaltou, “todos os ramos do monopólio bananeiro, que engrossou raízes nos regimes autocráticos, extraíram do país, em poucas décadas, várias vezes o valor de suas inversões”, sendo “insignificantes”, em comparação com seus lucros, as “parcelas de benefícios” lá deixadas.³⁰ De acordo com informações da firma de peritos contadores Dun Bradstreet Inc., a United Fruit, com 67 subsidiárias, estendia seus tentáculos pelos países do Caribe e, a monopolizar não apenas os transportes marítimos e ferroviários mas também os serviços elétricos, telefônicos e o comércio de frutas, fibras, café e madeiras, obtivera, em 1950, um lucro da ordem de US\$ 66,2 milhões.³¹ Seu poder era tamanho que, pouco antes da revolução de 1944, ela induzira o ditador Ubico a promulgar o Decreto n° 2295, autorizando os proprietários agrícolas a eliminar, sumariamente, as pessoas que fossem encontradas sem licença dentro de suas propriedades.³²

Em face de tal situação, o ministro Raul Bopp, em ofícios e relatórios ao Itamaraty, considerou “plenamente justificadas” as medidas do governo revolucionário, visando “libertar o país de uma economia feudal”, dominada pelas “empresas monopolísticas estrangeiras, que por mais de um século contaram com o apoio das sucessivas administrações ditatoriais”.³³ Mas observou que pela “brecha nacionalista” passaram os “germes da raia soviética, habilmente cultivados na atmosfera oficial” e “algumas vezes a ação nacionalista, proclamada nos começos do Governo Arbenz, com ânimo de levantar o país do estado de degradação econômica, foi tomando, com a colaboração dos comunistas, feições completamente diferentes”.³⁴ De fato, Arbenz nada conhecia de marxismo quando o governo Arévalo começou, mas com o tempo seu nacionalismo assumiu contornos mais nítidos e ele se radicalizou, sob a influência de José Manuel Fortuny e outros amigos comunistas que dele se acercaram.³⁵ E era natural que isto ocorresse. O Departamento de Estado, sob pressão da United Fruit, voltara-se contra a Guatemala, desde 1947, quando o presidente Arévalo promulgara o Código do Trabalho, instituindo o salário mínimo, o direito de greve e de

organização sindical, bem como regulamentando o trabalho de menores e mulheres e criando a Justiça do Trabalho. As correntes de oposição, saudosas dos privilégios desfrutados no regime anterior, ficaram à margem do processo social, sistematicamente agressivas ao governo, alimentando apenas o propósito de derrubá-lo, tanto que, entre 1945 e 1951, nada menos que 32 conspirações foram abortadas.³⁶ Seu anticomunismo, na opinião de Raul Bopp, desenvolvia-se em “vasto campo de propaganda, com uma fraseologia exasperada”, a “nada de prático” conduzia e, pelo contrário, arrastava ainda mais o governo “para as correntes de esquerda”,³⁷ pois os comunistas, “aparentemente identificados com as causas mais populares, tomaram a dianteira, colhendo os resultados das primeiras etapas revolucionárias de 1944”.³⁸ Com efeito, enquanto os outros três partidos, que apoiavam o governo, fracionavam-se em alas antagônicas e faziam até mesmo pacto com a oposição, o PGT, coeso, continuou a respaldar Arbenz firmemente, depois que ele assumiu a presidência da Guatemala, em 1951, e seus dirigentes, como José Manuel Fortuny, secretário-geral do PGT, Carlos Manuel Pellecer, deputado, e Victor Manuel Gutierrez, presidente da Confederação Geral dos Trabalhadores da Guatemala (CGTG), dele se acercaram, formando uma espécie de “pequeno gabinete”.³⁹ Este fato não significava, sem dúvida alguma, que a Guatemala, com uma economia assentada fundamentalmente na monocultura do café e destinando 85% de suas exportações ao mercado norte-americano,⁴⁰ estivesse na iminência de tornar-se comunista. Nem era este o objetivo do PGT, cujo programa a curto prazo visava ao desenvolvimento do capitalismo na Guatemala, embora independente do domínio estrangeiro.⁴¹ Mas, conforme o ministro Bopp ressaltara, “os interesses estrangeiros, atingidos pelo esquema nacionalista do governo”, promoviam uma “campanha tendenciosa”, apresentando-o “aos olhos do mundo como cabeça-de-ponte dos soviets no continente”, situação da qual, certamente, estava bastante longe, “apesar da tolerância” de Arbenz com os “predicadores de esquerda”.⁴²

Esta campanha recrudesceu no curso de 1953. Em 12 de março daquele ano, pouco depois de inaugurada a administração Eisenhower, Spruille

Braden, ex-embaixador em Buenos Aires, notabilizado por sua desastrada intromissão na política interna da Argentina, e ex-secretário de Estado assistente para Assuntos Americanos, defendeu, publicamente, a necessidade de intervenção armada na Guatemala, com o argumento de que o combate ao comunismo não constituía intromissão nos assuntos internos de outro Estado.⁴³ Para Eisenhower e John Foster Dulles, o problema não era remover Arbenz, mas como fazê-lo, a fim de evitar que “drástica medida emanada de Washington”, como o ministro Bopp previra, servisse de “pretexto para desencadear uma torrente de propaganda anti-ianque na América Latina, minando as relações continentais”.⁴⁴ Por isso, com o propósito de eludir o artigo 15 da Carta da OEA, contrário a que um Estado ou grupo de Estado interviesse, direta ou indiretamente, nos assuntos internos de outro,⁴⁵ o governo norte-americano optou por uma ação encoberta na Guatemala, animado pelo êxito da CIA no Irã, ao derrubar do poder, com a Operation Ajax, o líder nacionalista Mohammed Mossadegh (agosto de 1953), que nacionalizara a Anglo-Iranian Oil Company. Em agosto de 1953, ao mesmo tempo que decidia ajudar o governo Paz Estenssoro, na Bolívia, Eisenhower autorizou a CIA, cujo diretor era Allen Dulles, irmão de John Foster Dulles, a preparar secretamente a Operation PBSUCCESS, mediante a organização de uma força rebelde, composta por mercenários,⁴⁶ para invadir a Guatemala a partir de uma base em Honduras, enquanto o Departamento de Estado encarregava-se de obter prévia aprovação coletiva dos demais Estados americanos a qualquer iniciativa contra o governo daquele país na X Conferência Interamericana, a realizar-se entre 1º e 28 de março de 1954, em Caracas, onde o general Marcos Pérez Jiménez exercia uma das piores ditaduras da América Latina. Os policy makers em Washington julgavam necessário criar um clima internacional favorável à intervenção contra Arbenz.⁴⁷ Entrementes, em outubro de 1953, a Grã-Bretanha, por pressão, ao que tudo indicou, dos Estados Unidos, interveio militarmente na Guiana, ainda sob domínio colonial, e, a declarar estado de emergência, suspendeu a Constituição e destituiu os ministros que subiram ao poder, nas eleições de abril, com a vitória do Partido Popular Progressista, liderado por Cheddi

Jagan, acusado de seguir orientação comunista.⁴⁸

Com a Guatemala, como Estado formalmente soberano, o tratamento não poderia ser o mesmo, pois devia conformar-se com os compromissos interamericanos assumidos pelos Estados Unidos ao firmar a Carta da OEA. De acordo com a proposta de John Foster Dulles, a Declaração de Caracas, aprovada pela X Conferência Interamericana, estendeu ao campo ideológico a Doutrina Monroe, ao estabelecer que o domínio ou o controle das instituições políticas de qualquer dos Estados americanos pelo movimento comunista internacional, “estendendo a este continente o sistema político de uma potência extracontinental”, constituiria ameaça à soberania e independência política dos Estados americanos, pondo em perigo a paz da América, e “exigiria uma Reunião de Consulta para considerar as medidas adequadas, de conformidade com os tratados existentes”.⁴⁹ O objetivo dos Estados Unidos só não foi plenamente alcançado porque a conferência transformou a autorização para uma ação individual, conforme John Foster Dulles pretendia, em convocação de nova consulta, ao aceitar a emenda da Colômbia ao texto Declaração, introduzindo, entre “exigiria” e “medidas adequadas, de conformidade com os tratados existentes”, a expressão “Reunião de Consulta para considerar”.⁵⁰ Mas, de qualquer modo, o governo norte-americano estava disposto a agir, individualmente, e a CIA continuava, em Honduras, o treinamento da força invasora, sob a chefia do coronel Carlos Castillo Armas, um oficial guatemalteco treinado na U.S. Army Command and Staff School, em Fort Leavenworth (Kansas). Para garantir o sucesso de tal operação, era necessário, naturalmente, impedir que qualquer tipo de armamento ou munição chegasse à Guatemala. Este embargo, que os Estados Unidos desde 1949 sustentavam e envolvia os países da Europa Ocidental,⁵¹ visava, de um lado, dificultar a resistência a uma intervenção armada e, do outro, estimular o descontentamento com o governo Arbenz, dentro do Exército, que assim restava completamente desaparelhado, com armamentos obsoletos e absoluta escassez de munição. Na verdade, o Exército só dispunha de 12 canhões antiaéreos de 75 milímetros, com projéteis armazenados havia cinco anos, e a força aérea

estava reduzida a algumas unidades antiquadas, com pelo menos 15 anos de uso, o que tornava praticamente impossível a defesa do território nacional contra qualquer ataque externo, apadrinhado ou promovido pelos Estados Unidos, cuja intenção era convocar uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, se contasse com os votos necessários, para propor a intervenção coletiva na Guatemala, sob a égide da OEA, apoiada no Tratado do Rio de Janeiro.⁵²

A Declaração de Caracas permitia, juridicamente, que a sanção militar fosse aplicada contra Arbenz, na moldura dos compromissos interamericanos, e possibilitava aos Estados Unidos camuflar a questão da United Fruit, que lhes tirava a autoridade moral. Com efeito, Arbenz, sem alternativa, respaldara-se mais e mais no Partido Comunista, com o qual realmente simpatizava, conquanto a ele não se filiasse, para preservar sua independência,⁵³ e, a assumir uma atitude “beligerante”, anunciara em “termos inequívocos” sua cooperação com o governo na mensagem enviada ao Congresso em 1º de março, mesmo dia em que a X Conferência Interamericana se instalava em Caracas.⁵⁴ Os temores dos Estados Unidos já “não eram injustificados”, conforme o jovem médico argentino Ernesto Guevara, que morava então na Guatemala, reconheceu.⁵⁵ Isto não significava que Arbenz e o PGT pretendessem estabelecer na Guatemala um Estado comunista em futuro próximo. Ambos consideravam-na um país semifeudal, no qual o desenvolvimento capitalista, a começar pela reforma agrária, deveria criar as condições materiais para ulterior implantação do socialismo.⁵⁶ Mas a paranoia anticomunista levou os Estados Unidos, preocupados com o fortalecimento militar do governo Arbenz e a possibilidade de que grupos políticos ou células comunistas estivessem a estocar fuzis e outros petrechos bélicos,⁵⁷ a acelerar os preparativos para derrubá-lo, quando o cargueiro sueco S.S. Alfhem chegou a Puerto Barrios, em 15 de maio de 1954, com 2.000 toneladas de armas tchecas (cerca de 2.000 fuzis, metralhadoras e outras armas), embarcadas em Stettin, na Polônia, para a Guatemala.⁵⁸

O envio de armas da Tchecoslováquia, país do Bloco Soviético, adensou o anúncio formal feito por Arbenz de que o partido comunista participava do

seu governo e deu aos Estados Unidos o pretexto que eles buscavam, na guerra psicológica, para divorciar completamente a questão da United Fruit da intervenção militar na Guatemala, quer sob o manto da OEA, quer como covert action organizada pela CIA.⁵⁹ O Departamento de Estado passou a argumentar, especiosamente, que a ação contra o governo da Guatemala constituía não uma intervenção nos assuntos internos de outro Estado, mas, antes, um intento de vencer a ameaça externa ao Hemisfério inteiro, representada pelo comunismo internacional, que já estava interferindo nos assuntos internos da Guatemala.⁶⁰ E aí os acontecimentos precipitaram-se. Os Estados Unidos, de acordo com a diretriz de Eisenhower, trataram de “internacionalizar ao máximo” suas medidas contra Arbenz, procurando o apoio de alguns países da América Central que se sentissem ameaçados de agressão,⁶¹ e anunciaram que, como medida compensatória, estavam a transportar, em aviões Globemaster, cerca de 50 toneladas de armas leves e metralhadoras para a Nicarágua, então sob a ditadura de Anastasio Somoza.⁶² Seu propósito era convocar para 7 de julho, no Rio de Janeiro, a Reunião de Consulta, com o objetivo de deliberar sobre a “penetração comunista” na Guatemala, se assegurassem pelo menos os 14 votos, necessários à aprovação das sanções contra o governo Arbenz, entre as quais a autorização para deter e revistar navios suspeitos de transportar armas para a Guatemala.⁶³ Mas os esforços do Departamento de Estado, junto aos países da Europa Ocidental, no sentido de interceptar qualquer outro carregamento de armas para a Guatemala, fracassaram. A Holanda protestou quando as autoridades norte-americanas revistaram o cargueiro Wulfbrook, em San Juan de Puerto Rico, e a Grã-Bretanha recusou-se a permitir qualquer inspeção em seus navios.

O receio de não obter a maioria de 2/3 na Reunião de Consulta da OEA, para adoção de sanções coletivas contra a Guatemala, dada a resistência da Argentina, Uruguai, México e Chile,⁶⁴ bem como de que o governo Arbenz viesse a receber mais carregamentos de armas e tivesse condições de oferecer maior resistência a uma intervenção militar, levou provavelmente o governo norte-americano a se decidir por deflagrar a operação que a CIA organizava e na qual já investira cerca de US\$ 20 milhões.⁶⁵ No dia 18 de junho de 1954,

o coronel Carlos Castillo Armas e seu pequeno exército atravessaram a fronteira com Honduras e, após avançarem 10 quilômetros dentro da Guatemala, acamparam em Esquipulas, à espera de que o governo Arbenz esboroasse, enquanto, partindo da Nicarágua e pilotados por norte-americanos, alguns aviões B-26s (ou C-46) e P-47 Thunderbolt, que já haviam bombardeado, ao amanhecer, Puerto Barrios e o porto de San José, na costa do Pacífico, fizeram voos rasantes sobre Guatemala City, disparando rajadas de metralhadoras, lançando panfletos e até mesmo uma ou duas bombas. O objetivo, com a guerra psicológica, era provocar o levante do Exército. O governo Arbenz apelou, sem êxito, para o Conselho de Segurança da ONU. Apesar da resistência da França e da Grã-Bretanha, bem como do veto da União Soviética, os Estados Unidos, cuja delegação o embaixador Henry Cabot Lodge chefiava, conseguiram, com o apoio do Brasil e da Colômbia, bloquear a queixa, argumentando que ela deveria ser dirigida, primeiramente, à entidade regional, de acordo com o artigo 20 da Carta da OEA.⁶⁶ Assim, preservando a Doutrina Monroe, afastaram a América Latina da órbita do Conselho de Segurança da ONU. No entanto, nenhum levantamento popular ocorreu na Guatemala, como o Departamento de Estado e a CIA esperavam, e sem que a tropa de Castillo Armas avançasse, e governo Arbenz não cairia. Ante a iminência de que a operação fracassasse, Eisenhower, apesar da oposição de Henry Holland, substituto de John Moors Cabot como secretário de Estado assistente para Assuntos Latino-Americanos, aquiesceu ao pedido de Allen Dulles para fornecer à Força Aérea da Nicarágua, através da CIA, mais aviões P-47, que no dia 25 de junho bombardearam a capital da Guatemala.⁶⁷ Dois dias depois, com o Exército já a prevaricar e a entender-se com o embaixador norte-americano John Peurifoy, o articulador político da operação, Arbenz ocupou os microfones das emissoras locais para anunciar sua renúncia à presidência, entregando o poder ao coronel Carlos Enríque Díaz, chefe das Forças Armadas. Este, por não corresponder aos desígnios de Peurifoy, permaneceu apenas dois dias no governo. No dia 29, foi substituído pelo coronel Elfego Monzón, que, após certa relutância concordou em negociar a

entrega do poder ao coronel Carlos Castillo Armas, o homem de confiança da CIA.

John Foster Dulles, secretário de Estado, e seu irmão Allen Dulles, diretor da CIA, consideraram a queda de Arbenz uma “vitória do Mundo Livre”. Mas não foi o que se afigurou a grande parte da América Latina.⁶⁸ O regime vigente na Guatemala, desde a revolução de 1944, fora, na realidade, uma democracia constitucional, representativa e pluralista. Os partidos de oposição, como o Partido União Anticomunista (PUA), inscrito no Registro Cívico, atuavam legalmente, gozavam de plena garantia dos direitos eleitorais e tinham representantes na Assembleia Nacional. Os jornais contrários ao governo também funcionavam livremente, sem que notícia houvesse, desde 1944, de que um fora fechado ou da prisão ou expatriação de qualquer jornalista.⁶⁹ O que veio na esteira da operação planejada, organizada e dirigida pela CIA, em nome do “Mundo Livre”, foi, entretanto, uma ditadura. Como seus primeiros atos, a junta militar, chefiada pelo coronel Monzón, dissolveu a Assembleia Nacional, proscreeu o PGT e cassou o direito de voto dos analfabetos, com o que afastou do processo eleitoral cerca de 70% da população do país, quase todos índios, e, em 8 de julho, colocou na presidência da Guatemala o coronel Carlos Castillo Armas.⁷⁰ Este, logo em seguida, suspendeu garantias constitucionais, mandou prender cerca de 4.000 pessoas, instalou uma comissão para a defesa contra o comunismo, retomou 800.000 acres de terra distribuídos aos camponeses, devolveu as propriedades à United Fruit e extinguiu os direitos dos trabalhadores e dos sindicatos, revogando o Código do Trabalho de 1947. Enfrentar o descontentamento da população, com 14.000 pessoas desempregadas, constituiu seu problema.⁷¹

O repúdio à intervenção na Guatemala, através da CIA, não foi menor do que às invasões diretamente efetuadas pelos marines nos tempos do big stick. A provocar amplas críticas e desconfiança em toda a América Latina, esse episódio desgastou enormemente a imagem e o prestígio dos Estados Unidos, contra os quais a animosidade se aprofundou, nos meses e anos subsequentes, em virtude de outros acontecimentos. No dia 24 de agosto de

1954, cerca de dois meses após a derrubada de Arbenz, Getúlio Vargas, que exercia pela segunda vez a presidência do Brasil e, não obstante apoiar os Estados Unidos na questão com a Guatemala, executava internamente uma política econômica nacionalista, desfechou um tiro no coração, em meio a uma crise militar, responsabilizando os grupos internacionais pela “campanha subterrânea” contra sua administração. O impacto político da denúncia, amplificado emocionalmente pela tragédia do suicídio, lançou as multidões às ruas do Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Salvador e outras cidades brasileiras, onde, por mais de dois dias, foram depredados não apenas rádios, jornais e sedes dos partidos de oposição, mas também casas comerciais, bancos e quaisquer outros estabelecimentos, como postos de gasolina, que indicassem vinculação com capitais norte-americanos. No ano seguinte, em 19 de setembro de 1955, um levante militar derrubou Perón, que apoiara Arbenz, e pareceu a Ernesto Guevara, já residente no México, que a queda do governo na Argentina seguia os passos da Guatemala “con una fidelidad extraña” e que “el unánime júbilo de EUA” e os católicos, somado às declarações da nova junta, davam “una idea de lo que será esta nueva liberación”.⁷² O jovem médico Ernesto Guevara não era adepto de Perón, até mesmo odiava-o,⁷³ e não tinha qualquer outra filiação partidária, mas sua deposição deixara-o profundamente amargurado, porque, não obstante as concessões que ele, Perón, fizera aos capitais norte-americanos, no setor do petróleo, a Argentina fora “el paladino de todos los que piensan que el enemigo está en el Norte”.⁷⁴

Esta predisposição contra os Estados Unidos generalizava-se, àquela época, não só entre os jovens como em amplas camadas das classes médias e dos trabalhadores. Também as elites políticas, sobretudo no Brasil, não escondiam a contrariedade com o fato de os Estados Unidos, depois da Segunda Guerra Mundial, destinarem milhares de dólares para a Europa e esquecerem a América Latina, para a qual só se voltavam, como no caso da Guatemala, com a preocupação de reprimir o comunismo, sem se cuidar de suprimir as causas — o atraso econômico e a pobreza — que permitiam seu aparecimento. O comportamento do governo Truman gerou, realmente, essa

insatisfação. Ele se recusou a estender o Plano Marshall à América Latina, sob a alegação de que a sua execução, por si só, traria benefícios imediatos e diretos a todos os países “south of border”, mediante a intensificação do intercâmbio, dando a entender ou prometendo que compraria diretamente da América Latina os produtos primários a serem doados à Europa. Não cumpriu a promessa. Apenas uma percentagem ínfima foi adquirida na América Latina.⁷⁵ O tema do desenvolvimento econômico esteve, pois, presente em todas as reivindicações da América Latina, constando não só da Declaração de Washington, de 1951, como até da anódina Declaração do Panamá, de 1956. O Brasil, particularmente, manifestara, ao tempo do segundo governo Vargas (1951-1954), seu inconformismo com o tratamento que os Estados Unidos dispensavam ao continente, ao negar-lhe qualquer tipo de auxílio. Mesmo durante uma administração contrária à política nacionalista de Vargas, como a que se instalou, em 1954, com a ascensão do vice-presidente João Café Filho, apoiado pelas correntes liberais da oposição, esse ressentimento se manifestou. O embaixador do Brasil em Washington, João Carlos Muniz, deplorou que o governo Eisenhower, apesar das declarações formais de John Foster Dulles, não desse a devida importância à América Latina, o que, segundo ele, decorria da influência de certas doutrinas geopolíticas, que abandonavam a noção de Hemisfério e, passando a considerar os Estados Unidos como integrados no heartland euro-asiático, substituíam o continentalismo pelo globalismo.⁷⁶ Por isso, recomendou ao Itamaraty que tomasse a iniciativa de organizar uma “corrente de opinião em defesa dos interesses do Hemisfério como um todo”, pois a política externa norte-americana tendia, de modo geral, à paralisia nos pontos de menor resistência da política interna e ficava “circunscrita a tentativas espasmódicas — nem sempre vitoriosas — de reagir aos cometimentos inspirados pelo Kremlin”.⁷⁷ Sua sugestão era no sentido de que o Brasil assumisse a “posição de porta-voz da América Latina perante os Estados Unidos e de moderadores no cenário internacional”⁷⁸ e salientou, em outro ofício, a circunstância de que, “dentre os bilhões de dólares reservados à assistência gratuita aos países amigos”, a cota destinada ao continente

permanecia abaixo de 1%, proporção esta “não susceptível de melhorar as relações interamericanas”.⁷⁹ O chefe do Departamento Político e Cultural do Itamaraty, embaixador Henrique de Souza Gomes, manifestou-se cético quanto ao resultado de uma ação conjunta dos países latino-americanos, visando atrair para seus interesses, sobretudo de ordem econômica, “a atenção e o desvelo” do governo norte-americano, que efetivamente colocara a América Latina na última escala de prioridades, abaixo da Europa, Ásia e África, para a concessão de qualquer espécie de auxílio.⁸⁰ E as opiniões foram, de modo geral, controvertidas, havendo alguns responsáveis pela formulação política exterior do Brasil que desaconselharam qualquer ação juntamente com os demais países latino-americanos, porque, entre outras razões, “dificilmente conseguir-se-ia evitar que semelhante movimento tomasse o aspecto de coalizão contra os EUA”.⁸¹

De qualquer forma, a ideia não floresceu. O governo Café Filho, entre 11 e 21 de novembro de 1955, caiu. Derrubado foi pelos militares nacionalistas e legalistas, ao manobrar para impedir que Juscelino Kubitschek, eleito pelas mesmas forças que sustentaram Vargas, assumisse a presidência da República,⁸² E a latente contradição de interesses entre o Brasil e os Estados Unidos novamente se aguçou. Kubitschek tinha um Programa de Metas, que consistia em acelerar o processo de industrialização do Brasil, de modo a promover 50 anos de progresso em cinco de governo, conforme proclamava. Os Estados Unidos recusaram-se a cooperar com a sua execução, e Kubitschek, levado a estreitar seus contatos com grupos financeiros japoneses e europeus,⁸³ exortou Eisenhower, durante o Encontro dos Presidentes, na capital do Panamá, em 12 de junho de 1957, a rever sua política em relação à América Latina, colaborando com o seu desenvolvimento, como forma de evitar o comunismo. Eisenhower, preocupado apenas com medidas de repressão ao comunismo, sob o aspecto policial e militar, perguntou-lhe então se ele cria que alguma nação sul-americana pudesse, em breve, transformar-se em um Estado comunista. Sua resposta foi franca: “Acredito, se os EUA persistirem em apoiar e prestigiar as ditaduras de direita e o militarismo”.⁸⁴ Kubitschek pretendeu certamente

assustar Eisenhower, que se mostrara desinformado da real situação da América Latina.⁸⁵ Decerto, havia ebulição revolucionária em alguns países, embora nada evidenciasse a possibilidade de que os comunistas tivessem condições ou força para a tomada do poder, salvo na Bolívia, onde, segundo o embaixador brasileiro Álvaro Teixeira Soares, apenas a ajuda norte-americana constituía um dos obstáculos que os impediam de promover uma “explosão em cadeia”, aproveitando a grave crise econômica e financeira daquele país.⁸⁶ No Peru, mesmo tendo conseguido vencer um levante popular, em dezembro de 1955, o general Manuel A. Odría não pôde continuar no poder e teve de passar a presidência a Manuel Prado y Ugarteche, escolhido em uma eleição realizada em 1956 e da qual a APRA e outras correntes políticas, consideradas extremistas, foram proibidas de participar. O regime militar imposto à Colômbia desde 1953 pelo general Gustavo Rojas-Pinilla foi também derrubado, em maio de 1957, por outro golpe de Estado, com apoio civil. Em Cuba, onde desembarcara em dezembro de 1956 com alguns companheiros, entre os quais o médico argentino Ernesto Guevara, o advogado Fidel Castro Ruz, que pertencera ao Partido Ortodoxo e promovera um assalto ao quartel de Moncada em 26 de julho de 1953, conduzia exitosamente uma guerra de guerrilhas contra a ditadura de Batista. E, em janeiro de 1958, uma insurreição popular derrocou, na Venezuela, a ditadura do general Marcos Pérez Jiménez.

O que sobressaltou, porém, os Estados Unidos foi a violência das demonstrações de massa contra seu vice-presidente Richard Nixon, quando ele realizava, em maio de 1958, uma visita de cortesia a alguns países da América Latina, a começar pela Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Peru e Venezuela. Mal recebido em toda parte, inclusive Buenos Aires e Montevideú, ele se defrontou, ao chegar a Lima, com forte e ampla reação popular de hostilidade. Os estudantes, que o recepcionaram com cusparadas e ameaças de agressão, feriram-no com uma pedra, impedindo-o de entrar na Universidade de São Marcos, por considerarem sua presença indesejável.⁸⁷ Estas manifestações antinorte-americanas, desencadeadas com a passagem de Nixon, atingiram o clímax na Venezuela. Assumiram o caráter de motim.

Generalizaram-se. Operários uniram-se aos estudantes e ocuparam o Aeroporto de Maiquetía e o Panteón Nacional, onde hastearam uma bandeira negra, em sinal de protesto, não permitindo que Nixon prestasse a homenagem a Bolívar. O carro em que Nixon viajava, acompanhado por sua esposa, foi apedrejado pela massa enfurecida. Uma pedrada feriu-lhe ligeiramente o rosto. Nixon, impedido de realizar qualquer visita, refugiou-se na sede da embaixada americana, onde passou quase todo o tempo de sua permanência (22 horas) em Caracas.⁸⁸ E o governo norte-americano teve de despachar para Caracas, além de vasos de guerra estacionados na base naval de Guantánamo,⁸⁹ tropas aerotransportadas (quatro companhias), a fim de protegê-lo e resgatá-lo, o que alarmou o governo venezuelano e gerou fortes críticas não só na América Latina como nos Estados Unidos. Esses acontecimentos, de acordo com avaliação do secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, William Snow, decorreram de vários fatores combinados, entre os quais as relações passadas e presentes dos Estados Unidos com as ditaduras nos países da região e a outorga de asilo político a ditadores como Pérez Jiménez, da Venezuela.⁹⁰ O Departamento Político do Itamaraty, em sua análise, chegou também à conclusão de que as violentas manifestações contra Nixon tinham como “causas remotas”, inter alia, a própria ditadura do general Pérez Jiménez, cujos “pesados tributos” a Venezuela ainda estava a pagar, e “a política, evidentemente, errada, do Departamento de Estado em relação aos países latino-americanos”.⁹¹ Por sua vez, Kubitschek, que “vinha observando a crescente deterioração do prestígio dos Estados Unidos na América Latina” e não se surpreendera com os acontecimentos de Lima e Caracas, aproveitou a oportunidade e escreveu uma carta a Eisenhower, na qual, ao expressar sua solidariedade em face dos agravos sofridos por Nixon, advertiu-o para a necessidade de rever “fundamentalmente a política de entendimentos deste Hemisfério”, procedendo a “um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos, em todas as suas implicações”.⁹²

Com esta carta, da qual o Itamaraty só tomou conhecimento depois de remetida,⁹³ Kubitschek deflagrou a Operação Pan-Americana, retomando —

provavelmente sem saber — a proposta do embaixador João Carlos Muniz, formulada em 1955, no sentido de que o Brasil organizasse com os países da América Latina um movimento a fim de atrair a atenção dos Estados Unidos para seus interesses econômicos. Ele estava convencido de que aos Estados latino-americanos devia caber um papel mais atuante na política internacional, ao mesmo tempo que se mostrava consciente do fato de que eles não estariam em condições de prestar “ajuda eficaz” à causa do Ocidente, nos problemas da paz e segurança internacional, sem que suas crises e desajustamentos, “decorrentes de um estado crônico, ou semicrônico de subdesenvolvimento econômico”,⁹⁴ fossem resolvidos. Esse subdesenvolvimento crônico, segundo ele afirmava, contribuía para o enfraquecimento orgânico de todo o sistema pan-americano, naquele estágio de indecisão da Guerra Fria, cujos primeiros reflexos, aliás, já se faziam sentir no continente, na medida em que gerava o clima propício “às infiltrações ideológicas e pressões de grupos organizados para explorar e inflamar um sentimento antiamericano”.⁹⁵ Urgia, portanto, a revisão da política pan-americana, e Kubitschek dispunha-se a convocar uma reunião de chefes de Estado, com o objetivo de debater a matéria, mas não antes de conhecer a reação de Eisenhower, que sem tardar lhe escreveu outra carta e lhe mandou por intermédio do secretário de Estado assistente, Roy Rubottom.

A resposta foi aparentemente receptiva. Eisenhower manifestou a intenção de avançar os entendimentos, para o que sugeriu uma visita de John Foster Dulles ao Brasil. Na verdade, porém, ele prestou um lip service à sugestão de reformular a política de entendimentos no Hemisfério. Ao ressaltar, na “vasta gama de assuntos a serem discutidos e analisados”, apenas o “problema de uma execução mais completa”⁹⁶ da Declaração de Solidariedade da X Conferência Interamericana, realizada em Caracas, em 1954, Eisenhower, concretamente, contrapôs à proposta de Kubitschek a cobrança de medidas repressivas contra o comunismo por ela recomendadas. Com efeito, conforme a conversação com Kubitschek demonstrou, para o governo norte-americano os problemas da América Latina eram de natureza puramente policial, do qual o que acontecera com Nixon fora um “exemplo frisante”.⁹⁷

De acordo com a opinião de Roy Rubottom, os povos de Lima e Caracas não participaram das manifestações contra Nixon, mas apenas os comunistas, que as promoveram. Kubitschek redarguiu então que, se o povo do Peru e da Venezuela estivessem satisfeitos com os Estados Unidos, o apelo teria caído no vazio. E acrescentou que, “no entanto, o que se vira fora justamente o contrário: uma enorme massa popular deixara-se levar por uma reduzida minoria comunista. E por que isto acontecera? Justamente porque o apelo dessa minoria encontrara as massas psicologicamente indispostas em relação aos Estados Unidos”.⁹⁸ Conquanto Kubitschek viesse a mobilizar a opinião pública e a receber o apoio de outros chefes de Estado latino-americanos, entre os quais Arturo Frondizi, eleito presidente da Argentina pela União Cívica Radical Intransigente (UCRI) e com os votos dos peronistas, os Estados Unidos não se manifestaram propensos a fazer concessões substanciais, e John Foster Dulles, cuja visita de três dias ao Brasil começara em 4 de agosto de 1958, apegou-se, como Rubottom, à questão do comunismo, pretendendo negociar um convênio entre os Estados Unidos e os países latino-americanos, como recomendara a Declaração de Caracas, para extirpar os focos de fermentação ideológica. Um acordo afigurou-se difícil, e, ao fim das conversações, o resultado mais importante foi o entendimento para a instalação do Comitê dos 21, com representantes de todos os Estados americanos e o objetivo de implementar a Operação Pan-Americana, bem como a fundação de um banco, destinado a financiar projetos de desenvolvimento na América Latina.⁹⁹

O governo brasileiro tinha clara consciência de que o subdesenvolvimento de qualquer região não preocupava os Estados Unidos, salvo quando um real perigo comunista nela despontava. Era o caso do sudeste da Ásia, para onde, àquela época, o governo norte-americano voltara suas atenções, destinando-lhe maiores recursos, como antes fizera com a Europa, ao lançar, em 1947, o Plano Marshall, com o objetivo de debelar qualquer ameaça revolucionária e a influência da União Soviética. No caso da América Latina, longe do eixo de confrontação Leste-Oeste, os Estados Unidos negavam-se a dar qualquer apoio governamental, insistindo na política de free enterprise e de redução da

intervenção do Estado na economia, com o argumento de que suficiente disponibilidade de capital privado existia e de que se tornava necessário sua maior utilização. No entanto, Kubitschek e seu círculo íntimo de amigos, bem como as correntes nacionalistas de sua administração, estavam convencidos de que, em face da progressiva deterioração dos termos de intercâmbio — queda de preço das matérias-primas contra o aumento dos custos dos produtos manufaturados —, tornara-se “extremamente difícil para um país subdesenvolvido acelerar seu processo de crescimento através dos métodos clássicos da livre-empresa”, e de que a indiferença dos países industrializados do Ocidente diante dos problemas da América Latina contribuía “fortemente para aumentar a descrença nas formas democráticas de governo e estimular o recurso a soluções socializantes”.¹⁰⁰ Entrementes, a imagem da União Soviética começava a assumir contornos mais positivos, depois que o primeiro-ministro Nikita Khruchev, em 1956, denunciara os crimes de Stalin e admitira a teoria de que os outros povos poderiam chegar ao socialismo pela via pacífica. O lançamento do primeiro míssil balístico intercontinental (ICBM) e do primeiro satélite espacial, o Sputnik, que ela em 1957 promovera, concorreu para robustecê-la, pois evidenciou sua capacidade de bombardear os Estados Unidos com bombas atômicas teleguiadas, ao demonstrar o alto nível alcançado pelo seu progresso científico e tecnológico.

A percepção, amplamente disseminada não só no Brasil como em toda a América Latina, era de que as economias planificadas do chamado Bloco Socialista, graças à compressão dos níveis de consumo e ao maior volume de investimentos, sob rígido controle estatal, estavam a crescer em ritmo mais acelerado do que as economias de mercado, e que o PIB na União Soviética aumentava mais rapidamente que nos Estados Unidos.¹⁰¹ Por outro lado, a assistência da União Soviética, inclusive indireta, através de outros países do Bloco Socialista, a países subdesenvolvidos, passara de zero, em 1954, para um total de aproximadamente US\$ 1,6 bilhão, ao fim de 1957, seu comércio saltando de US\$ 840 milhões para US\$ 1,7 bilhão no mesmo período.¹⁰² Estes dados, Kubitschek apresentou em conferência para a Escola Superior

de Guerra, em 26 de novembro de 1958, quando afirmou que a Operação Pan-Americana representava, “precisamente, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas neste Hemisfério, uma advertência pública e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina”, que poderia aproximar-se dos países comunistas, se os Estados Unidos não alterassem sua política.¹⁰³ Conforme se lhe antolhava, o tipo de auxílio soviético, além do seu crescente volume, era de molde a atrair a simpatia dos países subdesenvolvidos, pois se caracterizava, em geral, pela concessão de vultosos empréstimos, a juros baixos, amortizáveis em mercadorias do país devedor, o que contornava o problema de divisas e oferecia, muitas vezes, a possibilidade de escoamento para produtos agrícolas de difícil colocação no mercado internacional.¹⁰⁴

Àquela época, fins de 1958, a América Latina parecia infletir para a esquerda, confirmando a previsão de Kubitschek. Rómulo Betancourt, líder da Acción Democrática (AD), cuja orientação se assemelhava à da APRA de Haya de la Torre, venceu a eleição para a presidência da Venezuela, que já exercera entre 1945 e 1948, ano em que um golpe de Estado, desfechado pelo então tenente-coronel Marcos Pérez Jiménez e articulado, segundo se supôs, pelo adido militar norte-americano, com respaldo das companhias de petróleo, derrubou seu sucessor Rómulo Gallegos, pouco depois de empossado no cargo no momento em que ele visitava os Estados Unidos, a convite de Truman.¹⁰⁵ A candidatura de Betancourt, com reivindicações econômicas e sociais, seduziu mais a classe média, temerosa da aliança do contra-almirante Wolfgang Larrazábal, presidente da Junta Militar, com os comunistas, do que a de Rafael Caldera, do Partido Social Cristão (COPEI), de caráter conservador. Se bem que a AD desde 1945 se opusesse frontalmente ao Partido Comunista¹⁰⁶ e este apoiasse a candidatura de Larrazábal naquele pleito, mesmo assim Betancourt, devido à sua tradição de homem de esquerda e aos esforços reformistas do seu primeiro governo, foi “visto com grande receio pelas classes conservadoras e com profunda desconfiança pelas Forças Armadas”,¹⁰⁷ e chegou-se a temer outro golpe de Estado na Venezuela para impedir sua posse.¹⁰⁸ O maior sobressalto

sobreveio, entretanto, quando, não podendo conter o avanço do Exército Rebelde, chefiado por Fidel Castro, Ernesto Guevara, já conhecido como Chef,¹⁰⁹ e outros membros do Movimiento 26 de Julio (M-26-7), data evocativa do assalto ao quartel de Moncada (1953), Batista fugiu de Cuba, nas primeiras horas da madrugada de 1º de janeiro de 1959, juntamente com sua família, amigos e um saco de dinheiro.¹¹⁰ E o New York Times, logo no dia seguinte, 2 de janeiro, publicou um editorial, advertindo os norte-americanos para que não se iludissem a si próprios, pois a política seguida pelo Departamento de Estado, Pentágono, embaixada americana em Havana e larga parte da comunidade de negócios norte-americana criara tal antagonismo que tornaria “the situation diplomatically difficult”, em face do esmagador sentimento antiamericano que lá havia, tal como na Argentina e na Venezuela.¹¹¹

Notas

1. Ofício nº 351, confidencial, de Bethlem a Vicente Rao, La Paz, 9/10/1953. Ibid.
2. Glejeses, 1992, p. 152. Immerman, 1982, pp. 65 e 66.
3. Id., ibid., p. 65.
4. Smith, 1994, p. 174.
5. Id., ibid., p. 174. Department of State — Memorandum of Conversation, confidential — security information, March 25, 1953, subject: relations with Guatemala, participants: ARA (John Moors Cabot), Ambassador Guillermo Torielto (Guatemala), ARA Board, DRA, ARA. NA — 611. 14/3 — 2553 CS/H.
6. Ibid.
7. Ibid.
8. Immerman, 1982, pp. 65 e 66.
9. Um ano depois da reforma agrária, o governo Arbenz havia distribuído 296.000 hectares de propriedade nacional (antiga propriedade alemã confiscada durante a Segunda Guerra Mundial) e 151.000 hectares da propriedade privada, mediante indenização paga com Bonos de la Reforma Agraria, beneficiando mais de 110.000 camponeses. Alguns scholars calcularam em 138.000 o número de camponeses beneficiados. Glejeses, 1992, p. 156. Dos 119.680 hectares, 19 ares e 39 centiares de propriedade da United Fruit Co. foram expropriados 83.929 hectares, 24 ares e 74 ares não cultivados, mediante indenização em Bonos de la Reforma Agraria. Em março de 1953, Arbenz expropriou 234.000 acres de terras não cultivadas pertencentes à United Fruit Company em Tiquisate e, em fevereiro de 1954, mais 173.000 em Bananera. O valor dessas terras foi calculado em US\$ 1.185.000, conforme declarado pela própria United Fruit para efeito de pagamento dos impostos. Imediatamente, porém, ela alegou que o valor era de US\$ 19.355.000, o que foi, sem qualquer hesitação e exame, endossado pelo Departamento de Estado. Glejeses, 1992, p. 164.
10. Office Memorandum — secret-security information — MID — Leddy to ARA — Cabot, Subject: relations with Guatemala — May 21, 1953. NA — 611.14/5-2153.
11. Glejeses, 1992, p. 87.
12. Id., ibid., p. 86.
13. Immerman, 1982, pp. 124 e 125. “Many observers thought it likely that Dulles recommended intervention not because of any real Communist threat but because the United Fruit Company seemed on the verge of losing its holdings in Guatemala. Dulle’s law firm had represented United Fruits. His brother Allen, who direct the intervention, had been on its board!” Smith, 1987, p. 46. Vide também Anderson, 1997, p. 122.
14. O número de elementos no governo Eisenhower ligados à United Fruit era muito grande. Vide Immerman, 1982, pp. 124-126.
15. Blasier, 1989, pp. 164-167.
16. Id., ibid., pp. 204 e 233.

17. Office Memorandum — secret-security information — MID — Leddy to ARA — Cabot, Subject: relations with Guatemala — May 21, 1953. NA — 611.14/5-2153. Incoming Telegram n° 154, CN 6383, secret, Peurifoy to Secretary of State, Guatemala City, December 17, 1953, 7 p.m. NA — 611.14/12-1754.
18. Blasier, 1989, pp. 57 e 203.
19. Os nomes dos partidos revolucionários mudaram no governo Arbenz.
20. Ofício n° 157, confidencial, do embaixador Raul Bopp ao chanceler Vicente Rao, Guatemala, 31/8/1953. Guatemala — 1947-1958. AMRE-B.
21. Gleijeses, 1992, pp. 202-203.
22. Ofício n° 157, confidencial, do embaixador Raul Bopp ao chanceler Vicente Rao, Guatemala, 31/8/1953. Guatemala — 1947-1958. AMRE-B.
23. Ibid.
24. Ibid.
25. Ibid.
26. Ofício n° 255, confidencial, do ministro Raul Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 4/12/1953. 952.X-Y — Conferência Inter-Americana — Caracas — 1954. Relatórios — A a H. Ibid. “Situação Política de Guatemala”, Relatório confidencial da embaixada do Brasil na Guatemala, a) ministro Raul Bopp, encarregado de Negócios, Guatemala, 20/12/1953. Ibid.
27. Ofício n° 255, confidencial, de Raul Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 4/12/1953. Ibid.
28. Ibid.
29. Department of State — Memorandum of Conversation, confidential — security information, participants Ambassador Guillermo Toriello (Guatemala), ARA — Cabot, MID — Fisher, March 25, 1953, NA 611.14/3-2553. No relatório da embaixada do Brasil, o ministro Raul Bopp informou que o frete pago pela United Fruit era de US\$ 90, enquanto das empresas guatemaltecas a importância cobrada era de US\$ 550. O Banco Internacional de Reconstrução e Fomento comprovava serem as tarifas da IRCA as mais elevadas do mundo, sendo o frete ferroviário para o transporte de mercadorias de Puerto Barrios à capital (320 quilômetros) mais caro do que de Liverpool ou Nova York para qualquer porto da Guatemala. Ofício n° 255, confidencial, de Raul Bopp a Vicente Rito, Guatemala, 4/12/1953. 952.X-Y Conferência Inter-Americana — Caracas — 1954 — Relatórios — A a H. AMRE-B.
30. Ibid.
31. Ibid.
32. “Situação Política de Guatemala”, Relatório confidencial da embaixada do Brasil na Guatemala, a) ministro Raul Bopp, encarregado de Negócios, Guatemala, 20/12/1953. Ibid.
33. Ibid., Ofício n° 255, confidencial, de Raul Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 4/12/1953. Ibid.
34. Ibid.
35. Gleijeses, 1992, pp. 140 e 141.
36. Ofício n° 255, confidencial, de Raul Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 4/12/1953. 952.X-Y Conferência Inter-Americana — Caracas — 1954 — Relatórios — A a H. AMRE-B.
37. “Situação Política de Guatemala”, Relatório confidencial da embaixada do Brasil na

- Guatemala, a) ministro Raul Bopp, encarregado de Negócios, Guatemala, 20/12/1953. Ibid.
38. Ofício nº 255, confidencial, de Raul Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 4/12/1953. Ibid.
 39. Ibid.
 40. Ibid.
 41. Gleijeses, 1992, pp. 193-196.
 42. Ofício nº 157, confidencial, de Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 31/8/1953. Guatemala — 1947-1958 — Ofícios. Ibid.
 43. “Guatemala e suas Relações Internacionais”, Relatório confidencial, III Parte, a) ministro Raul Bopp, encarregado de Negócios, Guatemala, 10/1/1954. 952. X-Y — Conferência Inter-Americana — Caracas — 1954 — Relatórios — A a H. Ibid.
 44. Ofício nº 255, confidencial, Raul Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 4/12/1953.
 45. O artigo 15 da Carta da OEA estabelecia: “Nenhum Estado ou grupo de Estados tem o direito de intervir, direta ou indiretamente, seja qual for o motivo, nos assuntos internos ou externos de qualquer outro. Esse princípio exclui não somente a força armada, mas também qualquer outra forma de interferência ou tendência atentatória à personalidade do Estado e dos elementos políticos, econômicos e culturais que o constituem.”
 46. Immerman, 1982, pp. 133-143. Gleijeses, 1992, pp. 243-248. Cottam, 1994, p. 42.
 47. Immerman, 1982, p. 143.
 48. “Asseverou-me ele que os Estados Unidos haviam feito sentir à Grã-Bretanha, quando a crise se esboçava, que reassumiriam militarmente seus direitos sobre as bases arrendadas de Atkinson (aérea) e New Amsterdam (naval), no caso de o governo britânico não tomar atitude decisiva. Daí o desembarque antecipado das tropas britânicas.” “Crise Política da Guiana Britânica”, Relatório confidencial ao chefe da Divisão Política, 27/10/1953, a) Braulino Botelho Barbosa, cônsul. 600 (00) Situação Política Interna — DE (60) a (630) — 1953-67 — 6303-6313. “Quando do retorno a Boa Vista, viajou em minha companhia (...) William Madox, cônsul-geral dos Estados Unidos em Trinidad, que, por coincidência [grifado no original], como me disse, encontrava-se na Guiana; recusou-se polidamente a fazer comentários sobre a situação da colônia. Adiantou-me, todavia, que os Estados Unidos recusariam ou já haviam mesmo recusado o trânsito por território norte-americano dos srs. (Cheddi) Jagan e (Forbes) Burnham, que se destinariam a Londres.” Ibid.
 49. Resolução XCIII, Declaração de Solidariedade para a Preservação da Integridade Política dos Estados Americanos contra a Intervenção do Comunismo Internacional, aprovada na X Conferência Inter-Americana, Caracas, de 1º a 28 de março de 1954, in OEA — II Conferência Inter-Americana Extraordinária — Coletânea de Documentos preparada para a Imprensa, 1º volume, Rio de Janeiro, outubro de 1965, pp. 8-11. A Resolução foi aprovada com 17 votos a favor, 1 contra (Guatemala) e 2 abstenções (México e Argentina).
 50. Smith, 1994, p. 81.
 51. Outgoing Telegram, secret, Walter Bedel Smith to U.S. Embassy Lisbon, Madrid, Paris, Rome, Bern, Brussels, The Hague, Stockholm, London. HICOG Bonn, USPOLAD Trieste, 05339 — April 14, 1954. NA — 414.118/4-1454 — CJC.
 52. “Situação Política de Guatemala”, Relatório confidencial da Embaixada do Brasil na

- Guatemala, a) ministro Raul Bopp, encarregado de Negócios, Guatemala, 20/12/1953. 952. X-Y — Conferência Inter-Americana — Caracas — 1954 — Relatórios — A a H. AMRE-B.
53. Arbenz não se filiou ao PGT até 1957. Gleijeses, 1992, p. 147.
54. Carta de Ernesto Guevara de la Sierna (Che) a Tita Infante, Marzo 1954, in Cupull & González, 1995, p. 52.
55. Id., *ibid.*, pp. 52-54.
56. Gleijeses, 1992, p. 147.
57. Outgoing Telegram, secret, Walter Bedel Smith to U.S. Embassy Lisbon, Madrid, Paris, Rome, Bern, Brussels, The Hague, Stockholm, London. HICOG Bonn, USPOLAD Trieste, 05339 — April 14, 1954. NA — 414.118/4-1454 — CJC. Memorandum, secret, ARA — Henry Holland to Secretary of State, subject: Action to Prevent Delivery of Czech Arms to Guatemala, May 18, 1954. NA — 414.498/5-1854. Circular Telegram, secret, a) Dulles, May 20, 1954. NA — 414.608/5-2054 CJC.
58. A CIA soubera que um carregamento de armas tchecas, despachadas através da Polônia, estava a caminho da Guatemala no cargueiro sueco S.S. Alfhem, pertencente à firma Angbats, Bohulanska & Kusten, empresa com sede em Uddevalla, e fretado com fundos suecos pela firma inglesa E. E. Dean, com fundos tchecos, transferidos por Alfred Christensen por meio do Bank of London. Perdeu, porém, a pista do navio, que rumou primeiro para Dakar e depois para Curaçao, até chegar a Puerto Barrios, na costa ocidental da Guatemala. Incoming Telegram nº 5185, control 8218, confidential, Londres, a) Aldrich to Secretary of State, May 18, 1954, 3:58 p.m. NA — 414.498/5-1854 LWC. Sobre o tema, vide Wise & Ross, 1965, pp. 183-184.
59. “OAS action against Communism in Guatemala”, top secret, Meeting May 29, 1954, participants: Ambassador Dreier, AR — Mr. Attwood, OSA — Mr. Burrows, MID — Mr. Leddy, MID — Mr. Fisher, MID. NA — 714/5-2954 Top Secret File.
60. Outgoing Telegram, secret, Dulles to American Embassy — La Paz, June 5, 1954, NA — 363/6-454 CJC.
61. Memorandum of Conversation with the President — May 22, 1954, top secret, a) John Foster Dulles. NA — 714.56/5-2254 A/MES.
62. Wise & Ross, 1965, p. 184.
63. “OAS action against Communism in Guatemala”, top secret, Meeting May 29, 1954, participants: Ambassador Dreier, AR — Mr. Atwood, OSA — Mr. Burrows, MID — Mr. Leddy, MID — Mr. Fisher, MID. NA — 714/5-2954 Top Secret File. Outgoing Telegram, secret, Dulles to American Embassy — La Paz, June 5, 1954, NA — 363/6-454 CJC.
64. O pedido da Reunião de Consulta foi subscrito por Estados Unidos, Brasil, Nicarágua, Peru, Cuba, Honduras, Panamá, Haiti, República Dominicana e Costa Rica. Argentina, Chile, Uruguai e México recusaram-se terminantemente a firmá-lo.
65. Powers, 1979, p. 108. Segundo Gleijeses, o desencadeamento da Operação PBSUCCESS já estava previsto para junho, e não foi a chegada dos armamentos que o precipitou. Gleijeses, 1992, pp. 296 e 297.
66. Smith, 1994, pp. 83-87. Memorandum of Conversation, confidential, subject: Guatemala

Situation; participants: Hector David Castro, Ambassador of El Salvador, Assistant Secretary Henry F. Holland, John W. Fisher, Salvador Desk Officer, June 21, 1954. NA — 71.00/6-2154.

67. Id., *ibid.*, p. 109. Henry Holland arguiu que a requisição de mais aviões era ilegal e excessiva, mas, quando Eisenhower concordou em cedê-los, estabeleceu-se que seria simulada uma venda dos aviões à Nicarágua, que os pagaria com dinheiro da CIA, responsável também pelo fornecimento dos pilotos. Sobre o tema, vide também Wise & Ross, 1965, p. 187.
68. O embaixador Carlos Silveira Martins Ramos, que fora encarregado de Negócios do Brasil na Guatemala telegrafou a Arbenz, manifestando seus sentimentos de simpatia e os mais ardentes desejos pelo triunfo “da causa da liberdade, da democracia e da dignidade continental que a Guatemala em sua titânica luta contra as forças da tirania e do imperialismo magnificamente simboliza”. Foreign Service Despatch n° 1020, subject: Former Brazilian Minister sends Telegram of Support to President Arbenz, U.S. Embassy, Guatemala, a) William L. Krieg, July 7, 1954. NA — 714.001/6-2354 LWC.
69. Ofício n° 197 confidencial, Bopp a Vicente Rao, Guatemala, 7/10/1953, Guatemala — 1947-1958 — Ofícios. AMRE-B.
70. Em 26 de junho de 1957, Castillo Armas foi assassinado por um membro da guarda palaciana. O crime jamais foi definitivamente esclarecido.
71. Carta-Telegrama n° 173, confidencial, da embaixada em Guatemala, a) Francisco D=Alamo Lousada. MDB — A a W — Cts. Rec. E Ex. 1954. AMRE-B. A versão oficial dos Estados Unidos, difundida na época, está relatada in Report of the SubCommittee to investigate Communist Agression in Latin America to the Select Committee on Communist Agression — House of Representatives — Eight-Third Congress — Second Session — Under authority of H. Res. 346 and H. Res. 348 — United States Printing Office, Washington, 1954.
72. Carta de Guevara a Tita Infante, México, 24 de setembro de 1955, in Cupull & González, 1994, pp. 76-78.
73. Carta de Guevara à sua mãe, 24 de setembro de 1955, apud Anderson, 1997, p. 182.
74. Id., *ibid.*, p. 182.
75. Documento n° II/2, confidencial — Desenvolvimento Econômico, Memorando preparado pelo secretário Ronaldo Costa, da Delegação do Brasil — Conferência Econômica Inter-Americana, Washington, 13/5/1957.
76. Ofício n° 2/920.(22)(20), confidencial, do embaixador João Carlos Muniz ao chanceler Raul Fernandes, Washington, 3/1/1955. 900.1(22) — Política Internacional — 1944-EUA. AMRE-B. Memorando, confidencial, Dpo/2/900.1(22), a) Vasco Mariz, chefe substituto da Divisão Política, 19/1/1955. *Ibid.*
77. Ofício n° 2/920.(22)(20), confidencial, embaixador João Carlos Muniz ao chanceler Raul Fernandes, Washington, 3/1/1955. *Ibid.*
78. *Ibid.*
79. Ofício n° 37/920.(22) (20), confidencial, de Muniz a Raul Fernandes, Washington, 12/1/1955. *Ibid.*
80. Memorando, confidencial, DPC/900.1(22), ao secretário-geral, a) Henrique de Souza Gomes,

chefe do Departamento Político e Cultural, 24/1/1955. Ibid.

81. Secretário-geral — “Notas para o Senhor embaixador”, a) J. B. Pinheiro. Ibid.
82. A crise que culminou com a queda do governo de José Café Filho, o vice-presidente que substituíra Vargas após seu suicídio, ocorreu entre 11 e 21 de novembro de 1955. Café Filho, supostamente enfermo, afastou-se e o presidente da Câmara Federal, deputado Carlos Luz, o seguinte na linha de sucessão, assumiu interinamente a presidência da República e tentou demitir o general Henrique Teixeira Lott do cargo de ministro da Guerra, a pretexto de um incidente militar. O Exército levantou-se na madrugada de 11 de novembro e derrubou-o, compelindo o Congresso a aprovar o seu impeachment. O presidente do Senado assumiu a presidência, e quando Café Filho pretendeu voltar, no dia 21, o Exército impediu-o e o Congresso legalizou seu afastamento, ao votar também o seu impeachment. Nereu Ramos exerceu o governo até a posse de Kubitschek, na data prevista, 31 de janeiro de 1956.
83. Kubitschek, vol. III, 1978, p. 58.
84. Id., *ibid.*, p. 64.
85. Id., *ibid.*, p. 63.
86. Ofício nº 80, confidencial, do embaixador Álvaro Teixeira Soares ao chanceler José Carlos de Macedo, La Paz, 12/3/1956. 600.1(00) Comunismo — DE (24) a (32) — 1940-67 — 6408-6412.
87. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 9/5/1958, p. 1. Memorandum from the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Snow) to the Secretary of State, Washington, May 9, 1958, subject: Vice President Nixon=s Trip to South America. Department of State, Central Files, 003.1100-NI/5-958, in FRUS, 1958-1960, vol. V, American Republics, pp. 224 e 225.
88. Memorandum of a Telephone Conversation Among the Minister-Counselor of the Embassy in Venezuela (Burrows), the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) in Caracas, and the Director of the Office of South American Affairs (Sanders) in Washington, May 13, 1958, 2 p.m.; subject: Attack on Vice President Nixon and His Party. Department of State, Central Files, 033.1100-NI-1358. Ibid. Memorandum nº Dpo/181, confidencial, Raymundo Nonato L. de Castro, 2º secretário, chefe da Divisão Política, 17/6/1958, 600(45) Situação Política Interna — Venezuela — 1951/62 — 6279. AMRE-B.
89. Memorandum of a Telephone Conversation Among Captain Bettinger and Admiral Miller of the Department of the Navy and the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Snow), Washington, May 13, 1958, 10:55 p.m. Department of State, Central Files, 033.1100-NI/5-858 in FRUS, vol. 5 American Republica, pp. 233-235.
90. Memorandum from the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Snow) to the Secretary of State Subject: Vice-President=s trip to South America. Department of State, Presidential Cabinet Meetings: Lot 68 D 350, CP-7 Eisenhower Cabinet Material-1958. Ibid., pp. 236-238.
91. Memorando, Dpo/181, confidencial, Raymundo Nonato L. de Castro, 2º secretário, chefe da Divisão Política, 17/6/1958, 600(45) Situação Política Interna — Venezuela — 1951/62 —

6279 AMRE-B.

92. Carta de Kubitschek a Eisenhower, Rio de Janeiro, 28/5/1958, in Kubitschek, 1978, vol. III, pp. 210-212.
93. Por não ter sido consultado, o ministro das Relações Exteriores, José Carlos de Macedo Soares, solicitou demissão do cargo e Kubitschek aceitou.
94. Pro-Memória, confidencial s/d e s/a, 960.3. Pan-Americanismo — A-B. MRE-B.
95. Ibid.
96. Carta de Eisenhower a Kubitschek, in Kubitschek, 1978, vol. III, pp. 219 e 220.
97. Id., *ibid.*, p. 221.
98. Id., *ibid.*, p. 221.
99. O banco, fundado em consequência de tais entendimentos, foi o banco Inter-Americano de Desenvolvimento (BID). O Comitê dos 21 aprovou sua criação em dezembro de 1958.
100. Instruções à delegação do Brasil ao Comitê dos 21 — Setor Econômico, minuta, s/d. 960.3 — Pan-Americanismo — A — B. AMRE-B.
101. Ibid.
102. Ibid.
103. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27/11/1958 e 28/11/1958.
104. Ibid. Para mais detalhes sobre o tema, vide Moniz Bandeira, L. A., 1973, pp. 380-390.
105. “No hay duda que la caída del Presidente Rómulo Gallegos, como de tantos otros presidentes constitucionales y democráticos latino-americanos fue planificada por el Departamento de Estado norte-americano. Cincuenta comerciantes norte-americanos, en Caracas, pidieron la intervención del gobierno de su país en Venezuela en Memorandum enviado a Washington.” Portillo, 1983, p. 130.
106. Sobre a Acción Democrática e a orientação política de Rómulo Betancourt, vide o interessante ensaio de Steven Ellner, “Populism in Venezuela, 1935-1948: Betancourt and the Acción Democrática” in Connif, 1988, pp. 135-149.
107. Telegrama n° 130, recebido, confidencial, embaixada em Caracas, a) Melillo Moreira de Mello, 5-6/12/1958, 16h, 00600 (45) Situação Política Internacional — Venezuela — 1951/62 — 6279. AMRE-B.
108. Telegrama n° 134, recebido, confidencial, embaixada em Caracas, a) Mellilo Moreira de Mello, 9-10/12/1958, 17h15. Ofício n° 322, confidencial, de Mellilo Moreira de Mello, encarregado de Negócios, ao chanceler Francisco Negrão de Lima, Caracas, 18/12/1958. Ibid.
109. Che é um tratamento de origem guarani muito usado na Argentina, no Uruguai e no Rio Grande do Sul (Brasil) e que significa “meu caro”, “querido”.
110. “No dia 31 de dezembro Batista subiu no avião com a família, os amigos íntimos e largou o resto. Que se arrumassem. Levou o saco de dinheiro! O secretário da Presidência passou a manhã desse dia no Banco Central tirando o dinheiro.” Leitão da Cunha, 1994, p. 199. Vasco Leitão da Cunha era embaixador do Brasil em Havana quando Batista caiu e Fidel Castro tomou o poder.

.11. New York Times, Nova York, 2/1/1959.

Capítulo VI

A AJUDA MILITAR NORTE-AMERICANA AO GOVERNO BATISTA • EMBAIXADORES GARDNER E EARL SMITH COMO PROCÔNSULES • AS GUERRILHAS DE FIDEL CASTRO E OS ESTADOS UNIDOS • AS MANOBRAS DO GOVERNO NORTE-AMERICANO PARA IMPEDIR SUA ASCENSÃO AO PODER • A POSIÇÃO DOS COMUNISTAS CONTRA A GUERRILHA E SUAS RELAÇÕES COM CASTRO • A SÍNDROME DA GUATEMALA E A RADICALIZAÇÃO DE CHE GUEVARA

O embaixador brasileiro Vasco Leitão da Cunha, que servia em Cuba quando Batista caiu, comentou certa vez que “o embaixador americano em Havana sempre foi uma sorte de procônsul romano”.¹ A situação não se modificara desde os anos 1930, mesmo abolida a Platt Amendment. Quando alguém falava do “embaixador”, referia-se evidentemente ao embaixador dos Estados Unidos. Os outros eram apenas embaixadores mais seu respectivo nome.² Com tal posição, Arthur Gardner e Earl E. T. Smith tornaram-se amigos de Batista, ao tempo que foram embaixadores dos Estados Unidos em Havana, durante os anos 1950. Gardner era rico homem de negócios, sem qualquer experiência diplomática, tendo apenas como credencial suas ligações com o Partido Republicano, o que levou certamente Eisenhower a designá-lo, em 1954, para aquele posto. Acompanhado por sua esposa, ele jogava canastra com Batista, várias vezes na semana,³ e presenteou-o com sete tanques Sherman, em cerimônia pública, enquanto Fidel Castro, a quem só se referia como “agitador de massas”,⁴ comandava as guerrilhas a partir de Sierra Maestra. Estes, naturalmente, não foram os únicos armamentos que os Estados Unidos então forneceram à ditadura de Batista. Entre 1955 e 1957, foram entregues sete blindados, uma bateria de obuseiros leves para uso em montanhas, 4.000 foguetes, 40 metralhadoras pesadas, 3.000 fuzis semiautomáticos M-1, 15.000 granadas de mão, 5.000 morteiros e 100.000

balas calibre 50, de alta potência, para metralhadoras.⁵ Afinal, com o objetivo de manter as aparências e não desmerecer a assistência militar, Batista, que voltara ao poder, em 1952, mediante um golpe de Estado, restaurara a Constituição de 1940, sob a qual continuava a exercer a ditadura, e promovera, depois, uma eleição fraudulenta, para confirmá-lo na presidência de Cuba.

Earl E. T. Smith substituiu Gardner, em meados de 1957, quando o Departamento de Estado decidiu prestar mais atenção a Cuba, ao verificar que Batista não conseguia debelar as guerrilhas, que, pelo contrário, intensificavam suas operações. Smith era um homem de negócios, corretor de investimentos, membro de Nova York Stock Exchange e, igualmente, não possuía qualquer experiência diplomática. Nem falava qualquer palavra de espanhol. Seus vínculos políticos com o Partido Republicano, bem como com o senador John F. Kennedy, do Partido Democrata e de quem sua esposa, Florence, fora amante,⁶ valeram-lhe certamente a nomeação.⁷ Talvez o Departamento de Estado esperasse que ele assumisse atitude de maior neutralidade, diferente da que Gardner adotara, em face de uma situação que estava a configurar uma guerra civil.⁸ Em 31 de julho, alguns dias depois de apresentar suas credenciais, Smith visitou Santiago de Cuba e testemunhou a polícia espancar dezenas de mulheres que, vestidas de preto, aproveitaram sua presença na cidade para manifestar-se contra a ditadura e o assassinato de Frank Pais e Raúl Pujol,⁹ dirigentes do M-26-7 na Província de Oriente. Smith, interpelado pela imprensa, não teve alternativa senão censurar aquela cena de brutalidade, provocando fortes protestos do governo Batista, que o acusou de interferir nos assuntos internos de Cuba e, no dia seguinte, suspendeu as garantias constitucionais.¹⁰

Pouco mais de um mês depois, em 5 de setembro, Smith defrontou-se com um acontecimento ainda mais grave. Um levante da Marinha, parte de ampla conspiração militar, ocorreu na base naval de Cienfuegos, e, como fora mal coordenado, Batista esmagou-o, com o emprego dos carros blindados e aviões B-26, fornecidos pelos Estados Unidos, de acordo com o Military Defense Assistance Program, através do qual cerca de 70% dos oficiais da

Força Aérea Cubana receberam treinamento. Em seguida, suspendeu outra vez as garantias constitucionais, que restaurara para atender às exigências do governo norte-americano. A evidência de que ele, ao usar aqueles armamentos para a manutenção da ordem interna, sem o consentimento dos Estados Unidos, estava a violar a proibição contida nos acordos militares para a defesa do Hemisfério, sob cujo manto Cuba os recebera, colocou o Departamento de Estado em uma situação bastante difícil,¹¹ uma vez que os Estados Unidos, nos anos de 1957 e 1958, haviam concedido a Batista ajuda militar no montante de US\$ 2 milhões a US\$ 3 milhões.¹² Conquanto a insurreição comandada por Fidel Castro estivesse atingindo o auge, supunha-se que aquela ajuda se destinasse à defesa do Hemisfério, i.e., para conter inimigos externos e não para que Batista reprimisse seus adversários. Assim, questionado pela imprensa norte-americana e pela Comissão de Relações Exteriores do Senado, onde as críticas se avultavam, John Foster Dulles decidiu que alguma sanção tinha de ser imposta, e, em 14 de março de 1958, anunciou o embargo ao envio de armamentos para Cuba, suspendendo o embarque de 1.950 rifles Garand.¹³ Esta medida, mais com objetivo de propaganda e de projetar a imagem da neutralidade, não alterou a correlação de forças entre o governo e as guerrilhas de Castro. Ainda que pudesse ter algum efeito psicológico, ao afetar o moral do Exército de Batista,¹⁴ não convenceu nem o povo nem os guerrilheiros de que os Estados Unidos se distanciavam do regime. A missão militar dos Estados Unidos continuou em Havana, treinando as tropas do governo, e uma delegação da Força Aérea norte-americana ainda condecorou, com a Legião do Mérito, o coronel Carlos Tabernilla, que ordenara o bombardeio da base naval de Cienfuegos pelos aviões B-26. Estes aviões não pararam de se abastecer de combustível na base norte-americana de Guantánamo, nem de lançar as bombas fornecidas pelos Estados Unidos sobre as áreas onde as guerrilhas operavam.¹⁵ Na verdade, a basic policy dos Estados Unidos não mudara, conforme Smith privadamente transmitira a Batista, de acordo com instruções do Departamento de Estado, que autorizou o embarque de outros armamentos, inclusive bombas de napalm, requisitados anteriormente pelo

governo cubano.¹⁶ De qualquer forma, Smith, que cedo se convencera de que Castro, sempre por ele referido como “outlaw” e “bandit leader”,¹⁷ era instrumento dos comunistas, e de que não convinha aos interesses dos Estados Unidos que ele tomasse o poder, não concordou com o embargo. Apoiou Batista, com o argumento de que ele utilizara os armamentos que lhe foram entregues pelos Estados Unidos para defender o governo contra o comunismo.¹⁸ Não apresentou qualquer prova, inclusive porque o PSP (comunista) ainda não havia aderido às guerrilhas e até mesmo se dispunha a sabotar a greve geral que o M-26-7 preparava para deflagrar no mês de abril. Suas discrepâncias com as políticas elaboradas em Washington não se restringiram a essa questão.

Na realidade, desde que Castro iniciara a guerra de guerrilhas a partir de Sierra Maestra, as agências do governo norte-americano não mantiveram uma posição consequente, monolítica e uniforme, dado que diferentes percepções formaram-se tanto dentro da CIA quanto do Departamento de Estado. Daí o inconformismo do embaixador Smith com o fato de que, enquanto ele afirmava que os comunistas controlavam o movimento de Castro, a CIA informava, corretamente, não existirem provas de tais vinculações.¹⁹ Essas diferenças não se restringiram às percepções. Elas também determinaram linhas de política aparentemente contraditórias. Segundo o jornalista Tad Szulc, desde novembro de 1957 até meados de 1958, a CIA destinou a alguns membros proeminentes do M-26-7 em Santiago nada menos que US\$ 50.000.²⁰ Estes recursos foram entregues por um alto funcionário da CIA, Robert D. Wiecha, nomeado sob o disfarce de cônsul-geral dos Estados Unidos em Santiago, onde permaneceu de setembro de 1957 a junho de 1959. A CIA naturalmente colocou diversos agentes, a maior parte sob a cobertura da embaixada dos Estados Unidos em Havana e no Consulado-Geral de Santiago de Cuba, na Província de Oriente, a fim de que estabelecessem contatos tanto com o governo quanto com a oposição e desenvolvessem uma rede de informantes, razão pela qual alguns tentaram penetrar no M-26-7 e no quartel-general de Castro, na Sierra Maestra. Aparentemente, várias caixas de rádio foram enviadas desde Nova York para

os guerrilheiros, através do Consulado-Geral em Santiago de Cuba, possibilitando que eles montassem a Rádio Rebelde, inaugurada em 24 de fevereiro de 1958.²¹ De acordo com Yuri Paporov, agente da KGB e vinculado, àquele tempo, ao Instituto Cultural União Soviética-México, o dinheiro que Castro recebera de Prío Socarrás, em torno US\$ 100.000,²² após o encontro que tiveram, na fronteira do Texas com o México (1956), proviera também da CIA, e com ele, além de armamentos, foi comprado o Granma, para levar a Cuba os guerrilheiros. Como o historiador norte-americano, Robert E. Quirk, também biógrafo de Castro, salientou, Prío Socarrás, asilado nos Estados Unidos, parecia ter “an inexhaustible store of money”²³ para pôr à disposição dos revolucionários, mas poderia não ser oriundo da CIA, dado que ele, como todos os presidentes de Cuba, tinham comissão na fixação do preço do açúcar e com isto acumularam grandes fortunas.²⁴ Batista, reiteradas vezes, solicitou, através do embaixador Earl Smith, que o governo norte-americano coibisse suas atividades conspirativas como condição para o restabelecimento das garantias constitucionais, conforme o Departamento de Estado reclamava.²⁵ John Foster Dulles irritou-se, mandando Smith dizer-lhe que os Estados Unidos não tinham intenção de entrar em barganha com o governo cubano, mas o fato foi que o Ministério da Justiça norte-americano submeteu Prío Socarrás a investigação com o objetivo de levá-lo ao Federal Grand Jury na Flórida,²⁶ sob a acusação de violar a lei de neutralidade, ao contrabandear armas para os guerrilheiros em Sierra Maestra e em Sierra do Escambray.²⁷ Motivo, portanto, não havia, aparentemente, para que a CIA estivesse a fornecer elevados recursos, através de Prío Socarrás, ao M-26-7, não obstante tratasse de estabelecer contato com seus militantes, tanto em Santiago quanto em Havana, assim como com o próprio Fidel Castro e os guerrilheiros em Sierra Maestra, o que sem dúvida ocorreu, como o próprio Smith confirmou, ao acusar o agente nº 2, adido à embaixada em Havana, de ajudar os rebeldes da base naval de Cienfuegos, quando eles foram submetidos à corte marcial.²⁸

Contudo, quaisquer que fossem as razões que levaram a CIA a ajudar o M-26-7, se realmente o fez, o fato foi que ela cooperou, mais ainda, com o

governo Batista, fundando o Buró de Represión a las Actividades Comunistas (BRAC),²⁹ responsável pela tortura de presos políticos ou meramente suspeitos de atividades revolucionárias. E os Estados Unidos, de uma forma ou de outra, identificaram-se tanto com o governo Batista, cada vez mais detestado, que o antiamericanismo recrudescceu e tudo indicou que o governo norte-americano enfrentaria sérios problemas, se os guerrilheiros de Sierra Maestra chegassem a assumir o poder. Em meados de 1958, Castro declarou a Célia Sanchez, militante do M-26-7, que, ao ver a casa de um camponês chamado Mário destruída por foguetes procedentes dos Estados Unidos e lançados pelos aviões de Batista, jurara que os norte-americanos haveriam de pagar “bien caro” o que estavam a fazer. “Cuando esta guerra se acabe, empezará para mí una guerra mucho más larga y grande, la que voy a echar contra ellos. Me doy cuenta que ese va a ser mi destino”,³⁰ escreveu.

Pouco tempo depois, no dia 22 de junho de 1958, Raúl Castro, irmão de Fidel, emitiu a Ordem Militar nº 30 e deflagrou a Operación Antiaerea, para a captura de todos os cidadãos norte-americanos que estivessem na região sob seu controle. Poucos dias depois, em 27 de junho, guerrilheiros do M-26-7, sob seu comando, invadiram a propriedade da Moa Bay Mining Company, subsidiária da Freeport Sulphur,³¹ e não apenas confiscaram alimentos, suprimentos médicos e equipamentos, caminhões e jipes, como sequestraram doze empregados — 10 norte-americanos e dois canadenses —, na condição de reféns. Também atacaram as minas da Nicaro Nickel Company, onde o governo norte-americano possuía investimentos superiores a US\$ 100 milhões,³² bem como a usina de açúcar da United Fruit, onde se apropriaram de equipamentos e capturaram 25 gerentes e funcionários norte-americanos. No dia seguinte, 24 marinheiros e fuzileiros navais norte-americanos, que voltavam da praia, em um ônibus, para a base de Guantánamo, após um dia de folga, desapareceram e, em poucos dias, o número de reféns em poder de Raúl Castro subira para 50.³³ O objetivo fora protestar contra o fato de que a base de Guantánamo continuava a abastecer os aviões do governo, provendo-os não só de combustível, mas também de bombas de napalm, que estavam a atingir suas unidades, na Segunda Frente, e

toda a população camponesa na zona de guerra de Sierra Cristal.³⁴ Os sequestros ocorreram não por motivos ideológicos, porque os guerrilheiros fossem de esquerda ou simpatizassem com o comunismo, mas porque os bombardeios, evidenciando o suporte dado a Batista pelos militares norte-americanos da base naval de Guantánamo, estavam a acentuar o sentimento anti-Estados Unidos no M-26-7 e Raúl Castro resolveu aprisionar os norte-americanos para que eles, espalhados nas montanhas, servissem como escudo protetor, pois sabia que Batista não ousaria arriscar suas vidas.³⁵ Essa fora a Operación Antiaerea. O chefe do Estado-Maior Conjunto, general Nathan F. Twining, recomendou ao secretário de Defesa, Neil H. McElroy, que as restrições à assistência militar ao governo cubano fossem removidas e que exigisse o resgate dos sequestrados dentro de 72 horas.³⁶ Talvez os Estados Unidos não tenham intervindo militarmente, como o senador Homer Capehart, de Indiana, reclamara, porque, de um lado, funcionários do Departamento de Estado recearam que um ato de força levasse os rebeldes a executar os sequestrados e, de outro, porque uma crise mais grave irrompera no Líbano, para onde tiveram de enviar tropas, mas o navio de transporte militar Kleinsmith foi despachado com a missão de evacuar os cidadãos norte-americanos das minas de Nicaro, enquanto o porta-aviões Franklin D. Roosevelt patrulhava o litoral da Província de Oriente, a fim de garantir a operação, se necessário.³⁷ Entrementes Fidel Castro, ao receber a notícia, surpreendeu-se com o que ocorrera e, enfurecido, censurou Raúl por tomar iniciativas sem consultar ninguém, dando a impressão de que “completa anarquia” reinava no seio das forças rebeldes,³⁸ e determinou a imediata libertação de todos os reféns.

O sequestro dos norte-americanos, como reféns, envolveu ainda mais em um círculo vicioso de dificuldades crescentes o M-26-7 e os Estados Unidos, onde a reforma agrária, decretada então por Fidel Castro, em Sierra Maestra, com a Lei Revolucionária nº 1, aumentou a apreensão, ainda que fosse moderada e não referisse a divisão das grandes propriedades rurais.³⁹ No curso de 1958, o Departamento de Estado entendera, entretanto, que a melhor opção para os Estados Unidos seria a renúncia de Batista e a

formação de um governo transitório, com elementos “moderados” e “responsáveis”, i.e., pró-Estados Unidos, que bloqueariam o caminho do poder a Castro ou pelo menos reduziriam seu papel na política de Cuba.⁴⁰ Esta seria a “terceira força”, concebida por William Wieland, diretor da Divisão para os Assuntos do Caribe e do México, que buscou um caminho intermédio (middle way) entre Batista e Castro, o que foi certamente um “American dream”, segundo a expressão de Georgie Anne Geyer.⁴¹ Alguns dos policy makers realmente criam na possibilidade de uma junta, formada pelos grupos de oposição, sob a direção do coronel Ramón Barquín, que chefiara em 1956 uma conspiração contra Batista e fora preso na Ilha de los Pinos. Eles estavam convencidos de que o povo não daria suporte a nenhum nome identificado com Batista e que sua partida de Cuba permitiria equacionar a questão. Smith, que com o posto de embaixador dos Estados Unidos se imaginava, depois de Batista, o segundo personagem mais importante em Cuba, “symbol of both power and friendship”, nas suas próprias palavras,⁴² só tardiamente percebera que o governo, apodrecido pela corrupção e desmoralizado pelo derramamento de sangue, desintegrava-se por dentro e sua posição deteriorava-se.⁴³ Mesmo assim, não obstante reconhecer que o povo cubano queria uma mudança,⁴⁴ defendeu a fórmula em que Batista renunciaria, mas, deixasse ou não o país, indicaria para o governo provisório pessoa a ele vinculada, alguém que não passasse de um títere, a quem os Estados Unidos sustentariam.⁴⁵ A eleição, que Batista convocara para 3 de novembro, possibilitaria tal solução. Ela já estava “amanhada”, e a intenção do governo, segundo informação de “boa fonte” chegada à embaixada do Brasil em Havana, seria dar a vitória ao candidato da “oposição legal”, Carlos Márquez-Sterling, chefe do Partido do Povo Livre, a fim de possibilitar uma saída política para a grave situação do país.⁴⁶ Talvez este fosse o desejo do Departamento de Estado, que buscava avidamente uma “terceira força” para substituir Batista e contrapor-se a Castro. E o que aconteceu, realmente, foi um “arremedo” de eleição.⁴⁷ Mas quem ganhou foi o candidato de Batista, Andrés Rivero Agüero, devido não só à fraude e à repressão como à circunstância de que Castro, percebendo tal eleição como

uma farsa, decidira boicotá-la e apelara para que o povo se abstinhasse de votar. E Smith concluiu que Batista não cumprira o compromisso de assegurar “eleições livres e abertas”, aceitáveis para o povo.⁴⁸ Como Márquez-Sterling, o candidato derrotado, declarou, foi Castro o vencedor.⁴⁹

Àquele tempo, após derrotar a ofensiva do Exército de Batista, comandada, em meados de 1958, pelo general Eulógio A. Cantillo, Fidel Castro já se tornara o principal líder da oposição, reconhecido por todas as organizações que mantinham focos de guerrilhas, como o Directorio Revolucionario (DR), que se reuniram em Caracas e firmaram um pacto, nomeando-o comandante em chefe das forças insurretas. O governo norte-americano queria evitar sua ascensão ao poder em Cuba, mas não o podia hostilizar abertamente. Uma boa parte da opinião pública norte-americana simpatizava com o movimento que ele liderava e não cria na acusação de que Castro era comunista ou anti-Estados Unidos, devido, sobretudo, à utilização abusiva de tal expediente por elementos inescrupulosos, ao tempo do macarthismo, no início da década. Mas o embaixador Earl Smith, refletindo o pensamento da comunidade empresarial norte-americana estabelecida em Cuba, continuou a acusar o movimento guerrilheiro de inspiração comunista e propôs que, sendo já tarde para auxiliar Batista, os Estados Unidos tentassem persuadi-lo a passar o poder a Rivero Agüero, para formar um governo de união nacional e convocar uma Assembleia constituinte ou dar completo e real apoio, inclusive armamentos, a uma junta civil-militar, a fim de enfraquecer a posição de Castro.⁵⁰ Na sua opinião, se os Estados Unidos aderissem estritamente à política de não intervenção em Cuba, mais tarde teriam de intervir, por motivos humanitários, pois ao triunfo de Castro um banho de sangue, pior do que o ocorrido após a queda de Machado, seguir-se-ia e só os comunistas lucrariam com o caos resultante.⁵¹ Roy Rubottom, secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, acentuou, pessoalmente, a Smith que os Estados Unidos eram sinceramente simpáticos a Rivero Agüero em todos os esforços construtivos que ele pudesse realizar para trazer a paz a Cuba.⁵²

Alguns dias depois, o Departamento de Estado enviou a Smith o

Telegrama nº 292, com instruções no sentido de que o apoio ao presidente eleito, Rivero Agüero, dependeria de algumas condições, entre as quais, a mais importante, sua habilidade em obter aceitação entre os mais amplos segmentos do povo cubano, inclusive a oposição não violenta, a Igreja e as Forças Armadas.⁵³ Também deveria informar que os Estados Unidos não mais entregariam armamentos e duvidavam de que se pudesse alcançar qualquer solução enquanto Batista permanecesse no país.⁵⁴ Smith não só não cumpriu as instruções, por considerar que elas provocariam o caos no governo cubano, como as violou. Quando, no final de novembro de 1958, o Congresso declarou encerrado o processo eleitoral e proibiu qualquer recurso contra o resultado, ele telegrafou a Batista e a Rivero Agüero, congratulando-os pela vitória nas eleições, nas quais mais de 80% da população abstiveram-se de participar, não obstante a obrigatoriedade do voto.⁵⁵ Rivero Agüero, porém, não se dispunha também a buscar uma solução pacífica para o impasse com a oposição, conforme sugerido pelo Departamento de Estado, antes de reduzir a ameaça dos rebeldes, para o que necessitava de mais poder de fogo na Província de Oriente.⁵⁶ Mas entre novembro e princípio de dezembro, o Exército de Batista começara a decompor-se, e as colunas guerrilheiras intensificaram os ataques, rompendo sistematicamente as vias de comunicação e fechando ou danificando várias estradas, inclusive a ferrovia, até cortarem a ilha ao meio, entre Havana e os povoados a leste de Santa Clara.⁵⁷ Como a colheita da cana começara, e o sucesso dos rebeldes ameaçava a safra, cujo volume, devido à situação, seria inferior a quatro milhões de toneladas,⁵⁸ as empresas norte-americanas, entre as quais a United Sugar Company, a maior usina de açúcar e que teve seu suprimento de água cortado, reclamaram a intervenção do governo norte-americano.⁵⁹ A administração Eisenhower, ao perceber o caráter fortemente anti-Estados Unidos da rebelião, decidira bloquear a assunção de Fidel Castro ao poder. Mas, para isso, tornava-se necessário o afastamento de Batista. Esta diretriz da administração Eisenhower decorria das avaliações feitas pela CIA e pelo Departamento de Estado, refletindo, em larga medida, os interesses da comunidade empresarial norte-americana, com negócios naquele país. Não

havia, portanto, tempo a perder. Smith, a insistir ainda com o Departamento de Estado para que autorizasse o envio de mais suprimentos militares a Batista, foi chamado a Washington. Lá, transmitiu a opinião da comunidade empresarial norte-americana em Cuba, favorável à formação de uma junta civil-militar, a fim de impedir o triunfo de Castro, bem como recomendou que Batista fosse persuadido a passar, tão cedo quanto possível, o governo a Conte Agüero, a quem os Estados Unidos deveriam dar todo o apoio.⁶⁰

Entretanto, sem que ele soubesse,⁶¹ o governo norte-americano enviara a Havana, na sua ausência, um emissário particular, William D. Pawley, que fora embaixador no Peru e no Brasil durante a administração Truman. Era amigo pessoal de Eisenhower, com o qual teve várias conversas antes de viajar para Cuba, e também homem de negócios, fundador da Cubana de Aviación, estando naturalmente empenhado em defender seus investimentos na ilha. Não devia apresentar-se como enviado oficial do governo norte-americano, mas, para dar peso à sua missão, que era induzir Batista a sair de Cuba e promover, com o suporte da CIA, a formação de uma junta provisória de governo,⁶² ele teve de insinuar que fora de parte do presidente dos Estados Unidos. A audiência ocorreu em 9 de dezembro, e Pawley, segundo admitiu, não teve sucesso. No dia seguinte, 10 de dezembro, Daniel M. Braddock, encarregado de Negócios da embaixada americana, durante a ausência de Smith, transmitiu ao primeiro-ministro Gonzalo Güell, a título de opinião pessoal, as instruções contidas no Telegrama nº 292, mostrando que o Departamento de Estado considerava Batista o principal “stumbling block” à paz na ilha e que ele devia partir.⁶³ Não sabia, entretanto, da missão de Pawley, que apenas mantivera contato com James A. Noel, chefe da estação da CIA em Havana, a quem apontara os nomes, aceitáveis pelos Estados Unidos, para compor a junta provisória de governo. A lista incluía, entre outros, o coronel Barquín, o major Enrique Borbonet, também preso na Ilha de los Pinos, o general Martin Diaz Tamayo e José Pepín Bosch, proprietário da fábrica de rum Bacardi, todos adversários de Batista, mas deveria contar com sua aprovação.⁶⁴ O propósito do governo norte-americano, ao promover tal manobra, consistia em esvaziar a razão da luta armada que

Castro comandava, forçá-lo a baixar as armas, uma vez que Batista não estaria mais à frente do governo, ou admitir que estava simplesmente a disputar o poder, o que permitiria aos Estados Unidos dar pleno suporte, inclusive militar, ao novo governo cubano.⁶⁵

No dia 17 de dezembro, ao regressar a Havana, o embaixador Earl Smith cumpriu, relutantemente, a instrução de dizer a Batista que o Departamento de Estado, convencido de que ele perdera efetivamente o controle da situação, queria sua renúncia. Entrementes, a CIA continuava secretamente a promover manobras para evitar que Castro assumisse o poder, apesar de que, no dia 10 de dezembro, o Departamento de Estado reafirmasse a política de não interferência nos assuntos internos de Cuba. Este comunicado oficial não passou de mero lip service. Os Estados Unidos continuavam, na verdade, a interferir na política interna de Cuba, cuja situação se deteriorara a tal ponto que, segundo o Departamento de Estado, ameaçava seriamente a segurança não só dos cidadãos como dos investimentos norte-americanos, calculados em US\$ 1 bilhão, causando enormes prejuízos às suas companhias. O turismo decaíra a tal ponto que a Associação Cubana de Hotéis, que tinha como sócios, inclusive, o Havana Hilton e o Riviera, apelou para que o governo lhe fornecesse subsídios. Os serviços de água, telefone e eletricidade, controlados por companhias norte-americanas, sofriam graves interrupções, devido ao boicote praticado pelos rebeldes. A destruição das pontes, por outro lado, afetava o abastecimento de gasolina e demais derivados do petróleo. As vendas da Esso caíram, entre novembro de 1957 e novembro de 1958, 80% na Província de Oriente e 35% em Camagüey.⁶⁶ A destruição de propriedades norte-americanas tornara-se também frequente. E as companhias norte-americanas, das quais os guerrilheiros passaram a exigir contribuições financeiras, tiveram, em nove meses de 1958, prejuízos superiores a US\$ 2,25 milhões.⁶⁷ A United Fruit Company, da qual os rebeldes em agosto queimaram 10.000 sacas de açúcar, teve de pagar uma taxa de US\$ 186.000. Naquele ano, a maior perda deveu-se à destruição do açúcar,⁶⁸ cuja indústria os guerrilheiros de Castro sabotavam — com apoio de Prío Socarrás —, visando a provocar a queda de

Batista.

Estes e muitos outros ataques às companhias norte-americanas realimentaram naturalmente a hostilidade da administração Eisenhower e da comunidade dos homens de negócios dos Estados Unidos aos guerrilheiros do M-26-7. Não lhes importava se eles eram ou não comunistas. Eram iguais ou piores. O diretor da CIA, Allen Dulles, enfatizou junto ao Conselho de Segurança Nacional que os comunistas aparentemente haviam infiltrado o M-26-7 e que, se Castro tomasse o poder, com toda a probabilidade, eles participariam do seu governo.⁶⁹ E, no dia 30 de dezembro, Nathan F. Twining, presidente do Joint Chiefs of Staff (Estado-Maior Conjunto), recomendou o levantamento do embargo de armas para o governo cubano em sua “struggle against communism”.⁷⁰ Nada mais, porém, podia mudar a situação. As operações de guerrilha espalharam-se, como metástase, e as colunas do Exército Rebelde, ocupando várias cidades em Las Villas, cercaram Santa Clara, sob o comando de Che Guevara e Camilo Cienfuegos, enquanto Fidel Castro, à frente da Coluna nº 1 (José Martí), avançava contra Santiago, capital da Província de Oriente. Cuba fora cortada em dois pelas forças de Che Guevara. E a Batista, sem o respaldo dos Estados Unidos, só restou renunciar, como o fez no réveillon de 1959, cerca de duas horas da madrugada de 1º de janeiro. O general Eulógio Cantillo, por ele designado chefe das Forças Armadas, pretendeu então constituir uma junta civil-militar, para negociar a paz com Fidel Castro e reduzir-lhe naturalmente a força e a importância. Fracassou. Carlos Manuel Piedra, o mais antigo juiz da Corte de Justiça, convidado (por indicação de Batista) para assumir provisoriamente a presidência do país, recusou-se, terminantemente, a negociar com Castro, por considerá-lo “fora da lei”.⁷¹ Os outros juízes aceitaram o encargo. Mas os Estados Unidos, com uma total falta de compreensão de como a dinâmica da revolução se desenvolvera, continuou com esperança em um golpe do Exército.⁷² E a CIA, que articulava, em novembro, com Justo Carrillo e os rebeldes de um grupo denominado Montecristi, a formação de uma junta civil-militar, sob a chefia do coronel Ramón Barquín,⁷³ buscou outras opções, de modo a descobrir uma “terceira

força”, compatível com os interesses dos Estados Unidos e que pudesse contrapor aos rebeldes de Sierra Maestra. Não teve êxito.⁷⁴

Castro, lançando a palavra de ordem “Revolución Si, Golpe Militar No!”, rechaçou a formação da junta militar, bem como a intervenção da embaixada americana, e ordenou que as colunas comandadas por Che Guevara e Camilo Cienfuegos seguissem para Havana e ocupassem o Campo Colúmbia e a fortaleza La Cabana.⁷⁵ Ao mesmo tempo, convocou a greve geral e proclamou Manuel Urrutia, obscuro juiz da Província de Oriente,⁷⁶ presidente provisório de Cuba, investido em nome do poder revolucionário. O coronel Ramón Barquín, que Justo Carrillo, no dia em que Batista fugira, libertara da Isla de Pinos, com suborno de US\$ 100.000 pago pela CIA,⁷⁷ ao chegar a Havana assumiu o controle do Exército e designou os comandantes das tropas em La Cabana e no Campo Colúmbia. O embaixador Smith ainda tentou levá-lo a formar forte junta civil-militar e constituir o governo em nome dos rebeldes. Este esforço igualmente malogrou. Barquín e os outros oficiais não tiveram meios para conservar as posições. Renderam os comandos, sem resistência, às forças de Guevara e Camilo Cienfuegos. Na realidade, quando Batista, durante o réveillon, resignara e, secretamente, fugira para a República Dominicana, tornando 1959 um ano realmente novo, não só o governo caíra. O Estado cubano igualmente se descompusera.

A entrada em Havana de centenas de guerrilheiros barbudos — grande parte de guajiros (trabalhadores do campo), sujos, uniformes rasgados — gerou esperanças e apreensões. Os norte-americanos assustaram-se diante da presença de tantos homens armados na cidade, alojando-se nos hotéis de turistas ou em casas particulares. Preocupado, o comandante da frota dos Estados Unidos no Atlântico ordenou que três destróieres e dois submarinos se deslocassem para o litoral de Cuba, para evacuar cidadãos norte-americanos, se necessário fosse. Não foi. Não houve desembarque. Os guerrilheiros não o permitiram. Smith, que confiara na autorização prometida por Barquín, não encontrou na capital ninguém para protestar. Dias depois, antes que fosse considerado persona non grata, teve bom senso

e atendeu ao pedido do Departamento de Estado, depois de alguma relutância, para renunciar ao posto de embaixador, mas recriminou seus funcionários por não haverem sustentado Batista, o que teria favorecido a vitória de Castro,⁷⁸ cujo movimento estaria controlado ou, pelo menos, penetrado pelos comunistas. Os círculos mais conservadores dos Estados Unidos compartilharam de sua opinião. Tal increpação, porém, não tinha fundamento. Alguns funcionários do Departamento de Estado, mais responsáveis e com maior capacidade política, perceberam, naturalmente, que a continuidade do apoio a Batista, na medida em que a guerra civil, sob a forma de guerrilhas, recrudescia e afetava as atividades agrícolas, prejudicava não só interesses econômicos como a própria imagem dos Estados Unidos, por comprometer-se com um governo corrupto, brutal e ilegítimo. E o exército de Batista desintegrou-se, inter alia, porque seus soldados não viram sentido na luta, e não por causa do embargo imposto tardiamente pelos Estados Unidos, pois Cuba continuara a receber armamentos, muitos dos quais procedentes de Israel, através da Nicarágua e de outros países.

A acusação de que os comunistas controlavam ou, no mínimo, haviam penetrado o Exército Rebelde igualmente não era verdadeira, se bem que seus principais comandantes — Fidel e Raúl Castro, Che Guevara bem como Camilo Cienfuegos se identificassem com a esquerda. Os comunistas repudiaram como “aventureirismo” e “putschismo” o ataque ao quartel de Moncada, realizado em 26 de julho de 1953, sob o comando de Castro, acusando-o de servir como “deseado pretexto” para que Batista com “salvaje alegría y desbocada furia” desatasse a onda de perseguições e restrições que atingira o movimento operário e o PSP, cujo jornal Hoy fora fechado na ocasião.⁷⁹ O PSP considerava-se, como todos os partidos comunistas obedientes às diretrizes de Moscou, o único partido da classe trabalhadora, o único partido anti-imperialista, o único que não se inclinava ante Washington e que levantava “sin vacilaciones ni dudas la bandera de la plena independencia nacional, la liberación de Cuba de la opresión extranjera”.⁸⁰ Suas diretrizes, que antepunham a “esos métodos burgueses e pequeño burgueses (assalto ao quartel de Moncada) resueltamente los métodos

proletários de la lucha de masas, movilización de masas, la propaganda de masas, la unión de masas”,⁸¹ não contemplavam a ação armada, mas a convocação de “elecciones libres y inmediatas”, das quais os comunistas participariam, com um “programa de solución democrática de la crisis”, visando à formação “de un gobierno patriótico de Frente Democrática Nacional”.⁸² O socialismo não constava dos seus objetivos a curto ou médio prazo, e, a partir de 1956, enquanto Fidel Castro se preparava para deflagrar a guerrilha em Cuba, o PSP passara a defender a “via pacífica” para a sua implantação, conforme Nikita Kruchev enfatizara durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), quando denunciara os crimes de Stalin. Por esta razão, os comunistas, organizados no PSP, não só não aderiram como opuseram-se à deflagração da guerra de guerrilhas, cujo foco se instalara em Sierra Maestra, como sabotaram outras atividades do M-26-7, inclusive a greve geral, que Fidel Castro convocara em abril de 1958. O próprio Che Guevara narrou que o PSP somente se unira ao M-26-7 em algumas ações concretas, “pero existían recelos mutuos que impedían a la acción común y fundamentalmente el partido de los trabajadores con suficiente claridad el papel de la guerrilla, ni el papel personal de Fidel en nuestra lucha revolucionaria”.⁸³ Com efeito, até meados de 1958 os comunistas continuaram a insistir que Batista só poderia ser derrubado por um levante popular por eles liderado.⁸⁴ Uma delegação do PSP que foi a Moscou naquele ano inclusive acusou Fidel Castro de ser agente da embaixada americana.⁸⁵ E sua direção só decidiu participar da luta armada,⁸⁶ quando a perspectiva de vitória descortinara-se, ao fracassar, entre maio e julho de 1958, a ofensiva do Exército cubano, comandada pelo general Eulógio Cantillo, e após a celebração do Pacto de Caracas. Guevara foi, provavelmente, o único comandante do Exército Rebelde a autorizar então a incorporação de militantes comunistas à sua coluna.⁸⁷

Sem dúvida alguma, os dirigentes do PSP não consideravam os comandantes do Exército Rebelde companheiros, comunistas, mas pequeno-burgueses, radicais, que poderiam ser utilizados. Após a vitória da revolução, o PSP realizou uma reunião plenária, onde alguns militantes defenderam o

slogan “Este es nuestro Gobierno”. Francisco Calderío Blas Roca, que era seu secretário-geral, opôs-se a que o governo formado em janeiro de 1959 fosse considerado “nuestro gobierno” e decidiu-se então dizer “Esta es nuestra revolución, este no es nuestro gobierno”, adotando-se como palavra de ordem “Defender la revolución y hacerla avanzar”.⁸⁸ Este fato demonstrara que os comunistas não se identificavam com Castro, que, naquele momento, já constituía o mais importante e decisivo fator real de poder, uma vez que dispunha da única força realmente organizada, armada e vitoriosa, como comandante em chefe do Exército Rebelde. Fora ele, como representante do poder revolucionário, que investira provisoriamente Manuel Urrutia como presidente de Cuba e nomeara outro jurista, José Miró Cardona, para o cargo de primeiro-ministro. Não havia dualidade de poderes, como Blas Roca tentou justificar, posteriormente, a decisão do PSP, evocando o exemplo da revolução na Rússia, entre março e novembro de 1917, após a queda do czar. Aliás, o próprio Blas Roca, em entrevista concedida ao jornal Granma, de Cuba, contou que certa vez Mao Zedong lhe perguntara se cria que Castro poderia chegar a ser comunista e ele respondera que não, pois estava convencido de que “Fidel es un comunista de primera. No va a llegar a ser, es”.⁸⁹ Mao Zedong, descrente, começara a rir. Recordara, certamente, o exemplo de Chiang Kai-Shek, com quem o Partido Comunista da China se aliara e depois romperá, passando a combatê-lo, e insistira para que o PSP não se dissolvesse, mantivesse sua independência e apenas fizesse uma frente única ocasional.⁹⁰

A incredulidade de Mao Zedong foi, sem dúvida alguma, real. Naquela época, entre 1959 e 1960, a resposta de Blas Roca, provavelmente, foi outra, diversa da que ele narrou.⁹¹ Mesmo depois que Castro assumira o poder, o PSP ainda considerava a aliança com ele como manobra tática, parecida com o apoio que dera a Batista entre os anos 1930 e 1940.⁹² E Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, qualificou Castro como “aventureiro pequeno-burguês”, em entrevista coletiva à imprensa, pouco tempo depois de vitoriosa a revolução em Cuba. Esta era a opinião generalizada entre os dirigentes comunistas, atrelados às diretrizes do

stalinismo, que só reconheciam como comunistas os que se filiavam ao partido, faziam trabalho organizado e submetiam-se rigorosamente à sua disciplina. Outros, ainda que se declarassem marxistas-leninistas, mas não militassem em uma das células do partido, eram vistos com suspeição, como provocadores ou espiões, acusados de divisionistas, trotskistas etc. E Castro, embora fosse um homem de esquerda, não merecia a confiança dos comunistas⁹³ e tinha todas as credenciais para enquadrar-se em uma daquelas categorias. Iniciara suas atividades políticas, na Universidade de Havana, unindo-se à Unión Insurreccional Revolucionaria (UIR), por volta de 1946.⁹⁴ Esta organização radical, à qual se imputaram atos de terrorismo, fora fundada por Emílio Tró Rivera,⁹⁵ egresso do Partido Bolchevique-Leninista (trotskista), que se cindira quando alguns dos seus líderes, como Charles Simeon, Eusebio Mujal e Sandalio Junco,⁹⁶ este último dirigente da Federación Obrera de la Habana, aderiram ao movimento Joven Cuba, de Antonio Guiteras, e colaboraram na formação do Partido Revolucionário Cubano (Autêntico), ainda nos anos 1930. Sua influência política determinou certamente o caráter radical e revolucionário, próximo do trotskismo, que sempre caracterizou as ações e as ideias de Castro. Fosse ele militante do Partido Comunista, não se uniria, como fez em 1947, à expedição para invadir a República Dominicana e derrubar o ditador Leónidas Trujillo, organizada pelo escritor Juan Bosch e pelo milionário Juan Rodríguez, com os líderes do Movimiento Socialista Revolucionario (MSR),⁹⁷ Rolando Mesferrer e Manolo Castro,⁹⁸ e o apoio financeiro de altos funcionários do governo Grau San Martín. Tampouco teria participado, em 1948, dos tumultos que o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán, líder popular da ala esquerda do Partido Liberal, desencadeara em Bogotá, para onde Castro viajara com uma delegação de jovens cubanos, patrocinada provavelmente pelo governo Perón, com o objetivo de criar uma associação estudantil anti-imperialista, no momento em que a IX Conferência Interamericana, que fundou a OEA, lá se realizava. Desde aquela época, quando ele participou ativamente do Bogotazo, os comunistas, criticando seu “aventureirismo” e seu “putschismo”, jamais esconderam que “não

confiavam nele e continuariam mantendo esta mesma posição até as vésperas da vitória revolucionária dez anos depois”, como um dos seus biógrafos, o jornalista norte-americano Tad Szulc, salientou.⁹⁹ Camilo Cienfuegos, outro dos principais comandantes do Exército Rebelde, jamais escondeu sua oposição ao PSP, havendo proibido seus militantes de distribuir o jornal comunista Hoy, no Campo Colúmbia, onde estabelecera seu quartel-general. Indícios havia de que ele fora simpatizante do trotskismo na adolescência, se não, efetivamente, membro do Partido Obrero Revolucionário.¹⁰⁰ Apenas Raúl Castro filiara-se em 1953 à Juventude Socialista, do PSP, da qual fora afastado, poucos meses depois, por causa de seu envolvimento no assalto ao quartel de Moncada, de cujo plano, aliás, Fidel, seu irmão, só na véspera lhe informara.¹⁰¹

O M-26-7 não tinha ou mantinha, assim, qualquer vinculação com os comunistas, sendo considerado como de tendência populista ou social-democrata, continuador da ortodoxia de Eduardo Chibás. Realmente, ele nasceu dentro do Partido Ortodoxo, do qual era o “heredero directo”,¹⁰² conforme expressão do próprio Che Guevara, e ao qual Castro se filiara, pois tinha de “optar entre ser um militante comunista disciplinado ou estabelecer uma organização revolucionária que pudesse agir sob as condições vigentes em Cuba”.¹⁰³ Entretanto, sem dúvida alguma, ele tendia para o socialismo e, ingenuamente, o que não faria se fosse um militante comunista, solicitou armas para a campanha de guerrilhas contra Batista à embaixada Soviética¹⁰⁴ no México, quando lá vivia, entre 1955 e 1956. Nesta ocasião, o agente da KGB¹⁰⁵ Nikolai Sergeevich Leonov, que já encontrara, dois anos antes (1953), Raúl Castro no Festival Mundial da Juventude (comunista), na Bulgária, teve contato com ele e, conquanto se impressionasse com seu carisma, considerou o pensamento político de Castro “imaturo e incoerente”.¹⁰⁶ Esse mesmo agente conheceu também Che Guevara, cuja simpatia pelo socialismo claramente manifestava, desde que vivera na Guatemala.¹⁰⁷ Lá ele se aproximara do PGT, mas não se filiara, recusando-se inclusive a fazê-lo, por motivos éticos, apesar de sua precaríssima situação financeira, quando o ministro da Saúde Pública lhe

disse que essa era a condição para conceder-lhe um emprego de médico.¹⁰⁸ Conquanto acreditasse que mais cedo ou mais tarde entraria no partido, o que impedia sua adesão era o fato de que tinha “ganas bárbaras” de viajar através da Europa e não poderia fazê-lo “sometido a uma disciplina rígida”.¹⁰⁹ Assim, se não entrara no PGT, tampouco se filiara “secretamente” ao PSP, em 1957, como Aleksandr Fursenko e Timothy Naftali levemente afirmaram sem apresentar qualquer evidência e contrariando a lógica e os fatos.¹¹⁰ A CIA, ao investigar a biografia e analisar a personalidade de Guevara, em começo de 1958, julgou-o uma “quite romantic figure”, do tipo que entraria em combate contra moinhos de vento, e qualificou-o como “Latino-nationalist”, que, a despeito de sua inegável hostilidade aos Estados Unidos e de abraçar a linha comunista com relação à Guatemala e Hungria, não lhe parecia que fosse um homem de organização, um comunista, no sentido de “dedicated Party member and revolutionary and conspirator”.¹¹¹ De acordo com sua avaliação, ele era um aventureiro, não um político ou revolucionário profissional; alguém que estava buscando algo que lhe desse significado à vida. Em outro relatório biográfico, datado de abril de 1958, a CIA, a considerá-lo um “Latino populist”, observou que seu pensamento não só não seguia qualquer modelo econômico e sociológico rígido, como estava realmente longe da ortodoxia marxista,¹¹² indicando que ele era familiarizado com os livros de Curzio Malaparte e Arthur Koestler, autores fortemente antitotalitários.¹¹³ Outra informação por ela captada, embora apontasse Guevara como certamente marxista e grande admirador da União Soviética, observava que ele não poderia ser obediente à linha do partido comunista — “party-time” — dado que elogiava um “deviationist” como Josip Broz Tito,¹¹⁴ governante da Iugoslávia, modelo que, conforme se lhe afigurava no início dos anos 1960, Cuba deveria adotar. Com efeito, ao falar a um programa de televisão em Havana, poucos meses depois de vitoriosa a revolução, Che Guevara, que já era apontado como “agente do comunismo internacional” e reconhecido como “personalidade fundamental” no cenário político de Cuba, de cujas atitudes poderia depender a “orientação do Governo revolucionário”,¹¹⁵ negou que fosse filiado ao PSP, do qual só três

membros ocupavam postos de comando no Exército, e mesmo assim, não em virtude de sua ideologia, mas por suas ações na luta armada contra Batista.¹¹⁶ Guevara disse realmente a verdade. Não pertencera sequer ao Partido Comunista da Argentina, de cujo sectarismo, ainda quando estudante em Buenos Aires, sempre se mostrara crítico, além de cético quanto ao seu papel na política do seu país.¹¹⁷ O que, naquela época, ele expressava com a mais forte emoção política era profunda hostilidade aos Estados Unidos, desconcertando tanto os nacionalistas quanto os comunistas por não se alinhar com uma ou com outra corrente.¹¹⁸

O embaixador do Brasil em Havana, Vasco Leitão da Cunha, ficou impressionado “com a sua correção”, como “um homem sério”, que lhe causara a “melhor das impressões” quando o encontrara pela primeira vez, logo após a vitória da revolução.¹¹⁹ Considerou-o “um idealista, capaz de morrer por um ideal”, e chamou-o de “magnífico, homem de palavra”.¹²⁰ Correção e seriedade, de fato, constituíram algumas das características fundamentais do caráter de Guevara; daí por que a invasão da Guatemala, organizada pela CIA, e a subsequente derrubada de Arbenz, acontecimentos que ele vivenciou, influíram, decisivamente, para radicalizar-lhe o pensamento político e aumentar-lhe ainda mais a ojeriza aos Estados Unidos. Esta ojeriza, tanto nele quanto em Castro, tinha fundadas razões. Fidel era filho de um galego, Ángel Castro, que lutara em Cuba contra os Estados Unidos, durante a guerra de 1898, e para lá voltara depois que o Exército espanhol o desmobilizara. Essa circunstância certamente influenciou na sua formação. A percepção de que Cuba deixara de pertencer à Espanha mas não adquirira real independência alicerçou em Castro conceitos e preconceitos contra os Estados Unidos, adensados pelo pensamento de José Martí, que se dispunha a enfrentá-los apenas com uma funda, do modo como Davi combatera Golias, uma vez que vivera “en el monstruo” e lhe conhecia “las entrañas”¹²¹ A promiscuidade dos embaixadores Gardner e Smith com o governo Batista, brutal e corrupto, e a ajuda militar dos Estados Unidos por ele utilizada contra a campanha de guerrilhas alimentaram suspicácias e ressentimentos, tanto nele como em Che Guevara, cuja concepção política se

enriquecera e se radicalizara com o conhecimento de outros países da América Latina, como Argentina, Bolívia e Guatemala, onde vivera ou apenas passara algum tempo.

Embora a família Guevara fosse antiperonista, a ostensiva intromissão do embaixador Spruille Braden na política interna da Argentina marcou, certamente, a formação política de Che, nos seus 18 anos, em 1946. Alguns anos mais tarde, 1953, chegara à Bolívia, quando lá as reformas sociais estavam em andamento, e ainda viu o cenário das lutas, os impactos de bala e até os restos de um homem morto durante a revolução e que fora encontrado em um telhado, para onde seu tronco voara, em consequência da explosão dos cartuchos de dinamite amarrados à sua cintura. “(...) Es un país que ha dado un ejemplo importante en América”, escreveu a sua amiga Tita Infante, observando: “En fin se ha luchado sin asco. (...) Dos o tres mil muertos (nadie sabe exactamente cuántos) quedaran en el campo”.¹²² Segundo Ricardo Rojo, que com ele estivera em La Paz, Guevara ainda não era marxista.¹²³ Mas alguma formação teórica, sem dúvida, possuía, como revelou ao criticar o governo Paz Estenssoro, pois entendia que uma revolução que não chegasse às suas consequências estaria perdida.¹²⁴ A decisão da Bolívia de indenizar as minas nacionalizadas indignou-o. Ele considerou um erro confundir os processos de um estado nacional em armas com os de uma empresa nacional que mudava de donos, dado que tal medida apenas entorpeceria os sentidos dos mineiros, diminuindo as reservas materiais e morais de uma revolução que precisaria delas em grande escala justamente naquele momento histórico.¹²⁵ Impressionou-o, porém, o povo armado, com a formação de milícias operárias e camponesas. E este ensinamento ele pretendeu transmitir, sem êxito, aos comunistas na Guatemala, onde a derrubada de Arbenz se lhe afigurou frustrante, porque o Exército prevaricara. “En Guatemala era necesario pelear e casi nadie peleó. Era necesario resistir y casi nadie quiso hacerlo”, escreveu, e, em carta à mãe, contou que uma missão militar norte-americana entrevistara-se com Arbenz, ameaçando-o com o bombardeio da Guatemala, até reduzi-la a ruínas, e com a declaração de guerra por parte de Honduras e Nicarágua, que os Estados

Unidos acompanhariam, por existirem pactos de ajuda mútua com aqueles países,¹²⁶ firmados, aliás, a menos de dois meses da invasão de Castillo Armas, respaldada pela CIA. “Los militares se cagaron hasta las patas y pusieron un ultimatum a Arbenz”, que “no ha sabido estar a la altura de las circunstancias”, ainda comentou,¹²⁷ sustentando o conceito de que a traição continuava sendo “patrimonio del ejército” e que os acontecimentos na Guatemala confirmaram mais uma vez o aforismo de que “el verdadero principio de la democracia” consistia na sua liquidação.¹²⁸ Che Guevara, a defender o princípio de que o povo em armas “es una arma invencible”, não se conformou com o fato de que Arbenz, tendo podido armar o povo, não quis e não resistiu.¹²⁹

A derrubada de Arbenz marcou profundamente a formação revolucionária de Che. Como ele próprio reconheceu, “la experiencia de Guatemala (dejando de lado la médica) fue amplíssima” e lhe ensinara “toda la falácia de que es capaz el yanqui y su maravillosa maquinaria de propaganda”.¹³⁰ Naturalmente, ele tirou as lições e tratou de não repetir os erros em Cuba. O Exército regular desintegrara-se, como na Bolívia em 1952, e, poucos meses depois de vitoriosa a revolução, Guevara começou a organizar as milícias populares, manifestando o propósito de fazer os operários desfilarem armados, ao lado do Exército Rebelde, nas comemorações do 1º de Maio de 1959.¹³¹ A ideia era organizar milícias e fornecer armamentos àqueles setores da população, entre os quais os guajiros (homens do campo) e outros trabalhadores, que as iniciativas do governo revolucionário, principalmente a reforma agrária, viessem a beneficiar, de modo que eles não apenas pudessem defendê-las, em caso de intervenção estrangeira ou qualquer tentativa interna de contrarrevolução, como equilibrar a força do Exército Rebelde, como substituto das Forças Armadas. Arsenais foram instalados nas fábricas, nos campos de plantação e nas escolas. Os operários começaram a receber treinamento militar obrigatório, sem que tivessem direito a remuneração por horas extras. Os guajiros, assim como os estudantes, e os militantes mais firmes e mais abnegados encarregaram-se de formar batalhões, para qualquer emergência, em defesa da revolução. Isto fora o que Leon Trotski fizera, logo

após a instalação do poder soviético, em 1918, quando era comissário da Guerra e organizava o Exército Vermelho. Seguramente, Che Guevara jamais lera seus escritos militares,¹³² com tais ensinamentos da revolução e da guerra civil na Rússia,¹³³ conquanto suas ideias e suas ações se aparentassem muito mais com as defendidas pela oposição de esquerda, que Trotski representara na luta contra Stalin, do que com as políticas dos comunistas, fiéis à orientação de Moscou. Mas, sem dúvida, a Bolívia e a Guatemala foram os laboratórios, cujos ensaios revolucionários escaurmentaram-no. Che Guevara, a amargar a facilidade com que o putsch contra Arbenz triunfara, sempre disse que “Cuba no será otra Guatemala”, o que repetiria, várias vezes, durante conversa com Jânio Quadros, quando este visitou Havana (abril de 1960), ainda como candidato à presidência do Brasil.¹³⁴ Tanto ele quanto Castro previam e, até certo ponto, desejavam o enfrentamento com os Estados Unidos, que se lhes afigurava inevitável, na medida em que o governo revolucionário, ao ampliar a reforma agrária, atingisse suas empresas, como a United Fruit, proprietárias de grandes latifúndios nos quais mais de 40% das terras permaneciam ociosas.¹³⁵ Assim acontecera na Guatemala, e esta síndrome condicionou suas atitudes, o que tornou a Revolução Cubana, mais do que um acontecimento nacional, um fenômeno latino-americano, ao refletir as contradições não solucionadas entre os Estados Unidos e o resto do Hemisfério. Daí seu impacto e a imensa popularidade que alcançou. Efetivamente, as condições econômicas, sociais e políticas, específicas de Cuba, embora similares às de outros países do Caribe e da América Central, possibilitaram, naquela conjuntura, o sucesso das guerrilhas, a partir do foco instalado em Sierra Maestra. Mas foram as experiências da Bolívia e da Guatemala que constituíram o parâmetro e inspiraram a forma pela qual Castro e Che Guevara trataram de consolidar a revolução em Cuba.

Notas

1. Leitão da Cunha, 1994, p. 197.
2. Id., *ibid.*, p. 197.
3. Smith, E. E. T., 1962, p. 20; Quirk, 1993, p. 139.
4. Szule, 1987, 30 ed., p. 481.
5. Id., *ibid.*, p. 482.
6. Ela foi uma das mais importantes mulheres na vida de Kennedy. Beschloss, 1991, p. 100.
7. Tanto Smith quanto Gardner contribuíram financeiramente para a campanha eleitoral de Eisenhower. Smith, 1987, p. 18.
8. Bonsat, 1972, p. 17.
9. Frank Pais e Raúl Pujol foram enterrados na tarde de 31 de julho de 1957, dia da chegada de Smith a Santiago.
10. O episódio foi relatado pelo próprio Smith. Vide Smith, E. E. T., 1962, pp. 18-22. Vide também Patterson, 1995, pp. 94-96.
11. Em 7 de março de 1952, os Estados Unidos firmaram com Cuba, ainda sob a presidência de Prío Socarrás, o Bilateral Military Assistance Agreement, para o fornecimento de armas, munições e treinamento, de conformidade com duas leis norte-americanas: a Lei de Assistência Mútua (Mutual and Defense Act), de 1949, e a Lei de Segurança Mútua (Mutual Security Act), de 1951. Estas leis não permitiam o uso de tais petrechos bélicos senão para fins de defesa do Hemisfério contra o inimigo externo. Três dias depois, em 10 de março, Batista deu o golpe de Estado e derrubou Prío Socarrás.
12. Patterson, 1995, p. 59.
13. Smith, E.E.T., 1962, p. 84.
14. Id., *ibid.*, p. 100.
15. Patterson, 1995, p. 61.
16. Quirk, 1993, p. 170. Através da Nicarágua e da República Dominicana, o governo Batista continuou a adquirir armas provenientes de Israel.
17. Smith, E.E.T., 1962, p. 33.
18. Smith, 1987, pp. 16 e 17.
19. “There is no advantage to the United States in sending an Ambassador to a country if the CIA representatives there act on their own and take an opposite position.” Smith, E.E.T., 1962, p. 231.
20. “A totalidade da operação clandestina permanece classificada como top secret pelo Governo dos Estados Unidos; assim sendo, os motivos que levaram ao financiamento do Movimento não podem ser adequadamente explicados. Podemos supor, entretanto, que a CIA pretendia resguardar seus interesses em Cuba e conquistar a benevolência de alguns membros do Movimento e até mesmo do próprio Fidel Castro, para contingências futuras.” Szulc, 30 ed., 1987, pp. 500-504. Vide também Anderson, 1997, pp. 203 e 204.
21. Patterson, 1995, pp. 63 e 64. Geyer, 1993, p. 189.

22. Hinckle & Turner, 1992, Prologue, p. lxii. “ Whatever Prío’s motivations were, Castro came away from the meeting with at least US\$ 50.000 — and with more handed over later — according to those involved in arranging the encounter.” Anderson, 1997, p. 203. Segundo Thomas G. Patterson, Prío dera a Castro US\$ 50.000, mas depois alegara que o montante fora de US\$ 250.000. Patterson, 1995, p. 33.
23. Quirk, 1993, p. 33.
24. “Os presidentes de Cuba, com exceção de Estrada Palma, eram corruptos. O presidente da República tinha comissão na fixação do preço do açúcar! Não é possível um chefe de Estado ter comissão, mas isso era aceito. Os senadores governistas tinham uma participação, digamos, de 30% e os opositoristas, de 10%.” Leitão da Cunha, 1994, p. 198.
25. Telegrama 251, confidential, from the Ambassador in Cuba (Smith) to the Secretary of State, Habana, November 2, 1957 — 4 p.m. NA — 737.00/11-257, Foreign Relations of the United States, 1955-1957, vol. VI, American Republics, pp. 862 e 863.
26. Telegram 262, secret, from Secretary of State (Dulles) to the Embassy in Cuba, Washington, November 14, 1957 — 3:37 p.m. NA — 737.00/11-1457; Telegram 273, secret, from the Secretary of State to the Embassy in Cuba, Washington, November, 18, 1957 — 3 p.m. NA — 737.00/11-1857; Despatch nº 463, confidential, from the Ambassador in Cuba (Smith) to the Department of State, Habana, December, 7, 1957, NA — 737.00/12-757; Memorandum from the Directory of the Office of Middle American Affairs (Wieland) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs, Rubottom Files: Lot 59 D 573, Cuba, *ibid.*, pp. 863-876.
27. Smith, E.E.T., 1962, p. 65. Prío Socarrás foi pronunciado em meados de 1958 e logo solto sob fiança.
28. Smith, E.E.T., 1962, pp. 30-32.
29. *Id.*, *ibid.*, p. 124.
30. Bilhete de Fidel Castro a Célia Sanchez, Sierra Maestra, junio 5, 1958. In Núñez Jiménez, 1973, p. 17.
31. Smith, E.E.T., 1962, pp. 18 e 23.
32. *Id.*, *ibid.*, p. 18.
33. Os números dos sequestrados apresentam pequenas diferenças nos diversos autores. Segundo Patterson, foram aprisionados pela Coluna de Raúl Castro 28 marinheiros e fuzileiros navais. Patterson, 1995, p. 161.
34. Quirk, 1993, pp. 186 e 187. Szulc, 1987, pp. 526-528. Llerena, 1978, pp. 242-247. Szulc, 1987, pp. 526 e 527.
35. Patterson, 1995, p. 165.
36. Memorandum of Joint Chiefs of Staff to the Secretary of Defense (McElroy). Subject: Cuba. Washington, July 11, 1958. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, p. 145.
37. Smith, E.E.T., 1962, pp. 149 e 150.
38. Patterson, 1995, p. 168. De Fidel Castro a Raúl Castro, Sierra Maestra, 7 de julho de 1958. *Apud* Franki, 1976, pp. 388 e 389.

39. A Lei Revolucionária nº 1 outorgava aos arrendatários, locatários e mesmo aos posseiros as terras alheias, mas por eles cultivadas. Essa medida não atingia 58% da área cultivada de Cuba, de propriedade particular, mas favorecia 64% dos agricultores.
40. Id., *ibid.*, pp. 20 e 21.
41. Geyer, 1993, p. 190.
42. Smith, E.E.T., 1962, p. 23. Bonsal, 1972, p. 19.
43. Smith, E.E.T., 1962, p. 159.
44. Smith, 1987, p. 21.
45. Telegrama nº 142, secreto, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 26-29/10/1958., 20h. 6 00 (24h) Situação política — 1958-1961. AHMRE-B.
46. Telegrama nº 147, secreto, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 30-31/10/1958, 17h45, *ibid.*
48. Smith, E.E.T., 1962, pp. 155 e 156, Bonsal, 1972, p. 22.
49. Patterson, 1995, p. 196.
50. Telegram nº 570 from the Embassy (Earl Smith) in Cuba to the Department of State, Habana, December 2, 1958 — 6 p.m. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 276 e 277.
51. *Ibid.*, pp. 226 e 227.
52. Memorandum of a Conversation, Department of State. Subject: The Situation in Cuba and the Possibility that the New President-elect will endeavor to form a Government of Reconciliation. Washington, November 22, 1958. *Ibid.*, pp. 262-264.
53. Telegram nº 292 from the Department of State (John Foster Dulles) to the Embassy in Cuba, Washington, November 26, 1958 — 11:45 a.m. *Ibid.*, p. 270. Vide também Smith, 1987, p. 35.
54. Telegram nº 292 from the Department of State (John Foster Dulles) to the Embassy in Cuba, Washington, November 26, 1958 — 11:45 a.m. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, p. 270.
55. Franki, 1976, p. 544.
56. Memorandum of a Conversation between the Ambassador in Cuba (Smith) and President-Elect Rivero Agüero. Subject: Further Discussion with President-Elect Rivero Agüero concerning his Plans for the New Administration. Havana, November 25, 1958. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 262-269.
57. Guevara, 1967, pp. 202 e 203.
58. Smith, E.E.T., 1962, p. 169.
59. Cape Times, Pretória, 7/1/1959. Quirk, 1993, p. 202.
60. Smith, E.E.T., 1962, pp. 162 e 163.
61. Só em Washington, no dia 10 de dezembro, ele foi informado da missão de Pawley, cujo nome não foi mencionado pelo subsecretário de Estado, Robert Murphy, que estava acompanhado pelo secretário de Estado assistente, Roy Rubottom, e por William Wieland, encarregado dos Assuntos do Caribe e das ligações da CIA com o Departamento de Estado. Smith, E.E.T., 1962, pp. 165 e 166.

62. Memorandum for the Record. Subject: First Meeting of General Maxwell Taylor=s Board of Inquiry on Cuban Operations. Washington, April 22, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 318-324.
63. Quirk, 1993, pp. 202 e 203. Smith, 1987, pp. 15 e 16. Bonsal, 1972, pp. 22 e 23.
64. Smith, E.E.T., 1962, pp. 165-168.
65. Id., *ibid.*, p. 166.
66. Patterson, 1995, p. 203.
67. Memorandum from the Director of the Office of Middle American Affairs (Wieland) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom). Subject: Property Losses Suffered by U.S. Firms in Cuba from the Rebel Activities. Washington, October 10, 1958. FRUS, vol. VI, 1958-1960. Cuba, pp. 240 e 241. Patterson, 1995, pp. 178 e 179.
68. Memorandum from the Director of the Office of Middle American Affairs (Wieland) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom). Subject: Property Losses Suffered by U.S. Firms in Cuba from the Rebel Activities. Washington, October 10, 1958. FRUS, vol. VI, 1958-1960. Cuba, pp. 240 e 241.
69. Apud Cottam, 1994, p. 45; Quirk, 1993, p. 206.
70. Id., *ibid.*, p. 206.
71. Quirk, 1993, p. 206.
72. Geyer, 1993, p. 191.
73. Memorandum for the Record. Subject: First Meeting of General Maxwell Taylor=s Board of Inquiry on Cuban Operations. Washington, April 22, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 318-324.
74. Sobre o tema, vide Patterson, 1995, pp. 216-225.
75. Franki, 1976, pp. 544-546.
76. Manuel Urrutia Lleó, com 56 anos, destacara-se quando em maio de 1957 absolvera militantes do M-26-7, com o argumento de que rebelião contra ditadura não era crime.
77. Patterson, 1995, p. 223. Anderson, 1997, p. 364.
78. Smith, E.E.T., 1962, pp. 115-121. Smith, 1987, p. 36.
79. A. Díaz, “Balance de la actividad de la Dirección Nacional del Partido hasta la fecha...”, *Fundamentos*, La Habana, maio de 1954, pp. 111-113, 137, in Löwy, 1982, p. 250.
80. Id., *ibid.*, p. 245.
81. Id., *ibid.*, p. 246.
82. Id., *ibid.*, p. 246.
83. Che Guevara, “Um año de lucha armada”, *Verde Olivo*, 5/1/1964, in Che Guevara, 1991, vol. 1, pp. 357 e 358.
84. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 466.
85. Depoimento de Oleg T. Daroussenkoy, que foi diretor para Assuntos Cubanos no Departamento Internacional do PCUS, embaixador no México e assistente especial de Che Guevara no Ministério da Indústria, in Blight & Kornbluh, 1998, p. 36.

86. Bonsal, 1972, p. 21. Leitão da Cunha, 1994, p. 198. Anderson, 1997, p. 334.
87. Id., *ibid.*, pp. 338 e 339. Quirk, 1993, p. 197.
88. “Conversando com Blas Roca”, entrevista concedida por Blas Roca, que fora secretário-geral do PSP, ao completar 70 anos, in *Granma*, La Habana, 22/7/1978, pp. 2- 4.
89. *Ibid.*, p. 3.
90. *Ibid.*, p. 3.
91. Evidentemente, em 1978 Blas Roca não iria contar que sua resposta fora outra, quando Fidel Castro já declarara que sempre fora marxista-leninista e tornara-se o líder máximo do Partido Comunista de Cuba, por ele reorganizado em 1965.
92. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 467.
93. Bericht 483/61, Botschaf der Bundes Republik Deutschland (Spreiti) an das Auswärtige Amt, Habana, den 18. Juli, 1961. Referat 306 — Band 182 — AA.
94. Quirk, 1993, p. 23. Alexander, 1973, p. 223. Patterson, 1995, p. 30.
95. Emilio Tró Rivera lutara na guerra civil da Espanha, ao lado dos anarquistas, bem como na Segunda Guerra Mundial, no Exército dos Estados Unidos, participando da campanha de Guadalcanal. O presidente Grau San Martin nomeou-o diretor da Academia Nacional de Polícia no seu segundo período de governo (1944-1948).
96. Sandalio Junco foi secretário Internacional da Confederación Nacional Obrera de Cuba (CNOOC), esteve na União Soviética e, por alinhar-se à oposição de Esquerda liderada por Leon Trotski, foi expulso do PC em 1932. Tornou-se então dirigente da Federación Obrera de Cuba e mantinha contatos com Andrés Nin e Joaquín Marurín, líderes do Partido Obrero de Unificación Marxista (POUM), também reputado como trotskista e que desempenhara importante papel na Catalunha, Espanha, durante a guerra civil, quando alguns dos seus dirigentes foram fuzilados pelos comunistas stalinistas. Junco também foi assassinado por um comunista, Joaquín Ordoqui, durante uma concentração do Partido Autêntico, em 1942.
97. O MSR era rival da UIR, e considerava-se que ambas as organizações, devido à sua prática de violência, eram compostas por gângsteres.
98. Rolando Masferrer fora veterano da guerra civil na Espanha, onde lutara ao lado dos comunistas, dos quais se afastou, fundando o Movimiento Socialista Revolucionario. Aderiu posteriormente a Batista e fugiu em seu iate particular para Miami, no dia 1º de janeiro de 1959, quando soube da vitória da revolução. Manolo Castro não era parente de Fidel.
99. Szulc, 1987, p. 208.
100. Alexander, 1973, p. 230. Camilo Cienfuegos desapareceu em um desastre de avião, ainda em 1959, quando fora prender o major Hubert Matos, que se insurgira contra o governo revolucionário.
101. Szulc, 1987, p. 249.
102. Che Guevara, “Notas para el Estudio de la Ideología de la Revolución Cubana”, *Verde Olivo*, 8/10/1960, in Che Guevara, 1991, vol. II. pp. 92-101.
103. Szulc, 1987, pp. 166 e 167. Sobre a evolução ideológica de Castro e suas relações com os comunistas, a biografia escrita por Tad Szulc é bastante esclarecedora.

- .04. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 466. Patterson, 1995, p. 33.
- .05. A sigla significa Komitet Gosudarstvennoi Bezopasnosti, o serviço secreto da União Soviética, que fora conhecido, anteriormente, por outros nomes, como Cheka, GPU e NKVD.
- .06. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 446.
- .07. “Ernesto Che Guevara was a convinced Marxist, but he was just as clearly not under discipline. Far from being Moscow’s man in Castro camp, Guevara was never trusted by Moscow and came to be regarded as something of a bête noire, or, even worse, a Trotskyite.” Smith, 1987, p. 44.
- .08. Rojo, 1968, pp. 40 e 41. Anderson, 1997, p. 138. Taibo II, 1996, pp. 69 e 72. Massari, 1997, pp. 71 e 72.
- .09. Cupull & González, 1994, p. 61. Anderson, 1997, p. 165.
- .10. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 14, 21 e 47.
- .11. Information Report — Biographic and Personality Information concerning Che (Ernesto Guevara), Henchman of Fidel Castro — 00-B-3,098,099, prepared and disseminated by CIA, Feb. 13, 1958. In Ratner & Smith, 1997, pp. 20-26.
- .12. Report n° CS-3/350,670. I Biographical Data on Ernesto Guevara Sierna, Cuban Revolutionary Leader, April 2, 1958. Ibid., pp. 28-300.
- .13. Arthur Koestler, que rompera com o Partido Comunista, é autor de *Darkness at Noon*, romance em que criticou duramente os processos de Moscou, montados por Stalin contra Trotski e outros antigos líderes da revolução comunista na Rússia. Curzio Malaparte, que fora socialista e também fascista, escreveu *O golpe de Estado, A pele e Kaputt*.
- .14. Guevara, Ernesto “Che”. CIA 00-B-3,155,060, April 6, 1960, Cuba. In Ratner & Smith, 1997, p. 50.
- .15. Carta-telegrama n° 15, da embaixada do Brasil em Havana, a) Marcos Coimbra, 29/4-18/5/1959, Dpo/600.(24). Cuba — Antecedentes n° 82435. AHM-RE-B.
- .16. Ibid.
- .17. Anderson, 1997, p. 50.
- .18. Id., *ibid.*, pp. 52 e 53.
- .19. Leitão da Cunha, 1994, p. 201.
- .20. Id., *ibid.*, p. 209.
- .21. Martí, 1992, tomo III, p. 604.
- .22. Cupull & González, 1994, p. 47.
- .23. Rojo, 1968, p. 15.
- .24. Id., *ibid.*, pp. 15-17. Gambini, 1968, pp. 79 e 80.
- .25. Rojo, 1968, p. 16.
- .26. Cupull & González, 1994, pp. 58 e 59.
- .27. Id., *ibid.*, p. 59.
- .28. Massari, 1997, p. 71. Anderson, 1997, p. 150. Che aduziu que, se o aforismo não existia, ele o estava criando.

- .29. Massari, 1997, p. 71.
- .30. Cupull y González, 1994, pp. 60 e 61.
- .31. Carta-telegrama n° 15, da embaixada do Brasil em Havana, a) Marcos Coimbra, 29/4-18/5/1959, Dpo/600.(24). Cuba-Antecedentes n° 82435. AHM-RE-B.
- .32. “Para decir la verdad, en diciembre de 1964, el Che no ha leído prácticamente nada de las múltiples obras de Trotski. Sus fuentes de información son, en substancia, la historiografía soviética. Ediciones oficiales de las obras de Trotski no había habido nunca en Cuba. La publicación de la Revolución Permanente incluso había estado impedida por la fuerza alguns años antes, em 1961, y el mismo Guevara habia expresado su condena pública ante aquel episodio de intolerancia y vandalismo político.” Massari, 1997, p. 114.
- .33. Trotski, 1967, pp. 48 e 49.
- .34. O Autor, na época, assistiu ao diálogo de Che Guevara, então presidente do Banco de Cuba, com Jânio Quadros, ao qual o embaixador do Brasil em Havana, Vasco Leitão da Cunha, o escritor Rubem Braga e outros estiveram presentes. Posteriormente, o Autor encontrou Guevara outras vezes e manteve com ele longa conversação de quatro horas, em julho de 1962, no Ministério da Indústria.
- .35. Discurso de Raúl Rosa na ONU, 18/7/1960, in Castro et al., 1981, p. 173.

Capítulo VII

A ADMINISTRAÇÃO EISENHOWER E A VITÓRIA DA REVOLUÇÃO EM CUBA • O ESFORÇO DE CASTRO E GUEVARA PARA ESPRAIAR A REVOLUÇÃO NO CARIBE • A AMEAÇA À ESTABILIDADE DA REGIÃO • A VISITA DE CASTRO AOS ESTADOS UNIDOS E SEU PRONUNCIAMENTO EM BUENOS AIRES • A LEI DA REFORMA AGRÁRIA • AS DISSENSÕES NO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO • A VISITA DE MIKOYAN A HAVANA • AS TENSÕES COM OS ESTADOS UNIDOS

A administração Eisenhower recebera a vitória da revolução em Cuba nervosamente, com desconforto e suspicácia, depois que se empenhara para evitar aquele desfecho. Entretanto, os vexames por que o vice-presidente Richard Nixon passara no Peru e na Venezuela, bem como as observações de Milton Eisenhower, irmão do presidente, de que os Estados Unidos deveriam tratar de desfazer a imagem de sempre apoiarem as ditaduras,¹ recomendavam moderação. Assim, em 7 de janeiro de 1959, uma semana depois da fuga de Batista, os Estados Unidos reconheceram o governo cubano, sob a presidência de Manuel Urrutia, que decretara a restauração da Constituição de 1940. Foram, depois da Venezuela, o segundo país a fazê-lo e tiveram como objetivo demonstrar boa vontade, conforme a nota do Departamento de Estado expressara. No dia seguinte, 8 de janeiro, Fidel Castro entrou, triunfante, em Havana. E a administração Eisenhower, pela primeira vez, teve o cuidado de não nomear para a embaixada em Cuba homens de negócios, credores da campanha eleitoral, sem qualquer experiência diplomática, como Gardner e Smith. Para substituir Smith, designou o diplomata de carreira Philip W. Bonsal, que falava fluentemente espanhol e possuía vasto conhecimento da América Latina. Além de que já vivera duas vezes em Cuba, de cujos assuntos fora responsável no Departamento de Estado, ele servira como embaixador na Colômbia quando

ocorrera, em 1953, o sangrento golpe de Estado conduzido pelo general Gustavo Rojas-Pinilla, assim como na Bolívia, onde implementara o programa de cooperação com o governo Paz Estenssoro. Da mesma forma que outros funcionários do Departamento de Estado, Bonsal supunha que o mercado norte-americano continuaria vantajoso para as exportações de açúcar e que essa dependência de Cuba constituiria um fator de moderação do governo cubano, do qual, oficialmente, Fidel Castro não participava, conquanto representasse, à frente do Exército Rebelde, a verdadeira fonte do poder revolucionário. Este fato, juntamente com a indefinição das linhas políticas, preocupou o Departamento de Estado, dado que algumas das atitudes de Castro, desatentando no governo Urrutia a autoridade por ele próprio formalmente investida, revelavam seu “temperamento autoritário” e sua “falta de adaptação” à nova situação de Cuba.² A exigência de que a missão militar norte-americana abandonasse o país, um dos primeiros atos do governo revolucionário, aumentou-lhe a inquietação. Obviamente, não seria fácil manipular um homem que assim procedia. E uma potência como os Estados Unidos não se dispunha a tolerar um governo com ampla autonomia em um país situado a 90 milhas do seu litoral.

Entrementes, os julgamentos e as execuções na fortaleza de La Cabaña, sob o comando de Che Guevara, de aproximadamente 550 militares e policiais, acusados de torturar, violar ou assassinar cerca de 20.000 pessoas, durante os últimos dois anos do governo Batista, começaram a provocar nos Estados Unidos fortes críticas, sobretudo à “forma sumária e escandalosa” com que se realizavam.³ O próprio Batista naturalmente reputou como “calúnia ignominiosa” tal acusação, formulada pelos revolucionários vitoriosos.⁴ De qualquer modo, se bem que algum exagero pudesse existir naquele número, o fato é que, realmente, centenas ou milhares de opositores sofreram toda espécie de violência por parte da polícia de Batista, sendo comum o costume de torturar, castrar a vítima e, após dar o tiro de misericórdia, incendiar o corpo e jogá-lo no mar ou enterrá-lo em terreno baldio, para que não fosse identificado.⁵ Não foram raros os casos de fuzilamento em massa. E a queixa de Castro era de que protestos semelhantes não foram levantados àquele

tempo, nos Estados Unidos, que, pelo contrário, colaboraram sob todas as formas com o governo Batista. Sem dúvida alguma, muitas das críticas mais acobertavam oposição ao caráter revolucionário do regime instalado em Cuba do que qualquer consideração pelos direitos humanos. E Castro, percebendo que o confronto com os Estados Unidos, mais cedo ou mais tarde, ocorreria, tratou de buscar a solidariedade de outros países, dando à revolução, que liderava, um caráter internacional latino-americano. Ao diplomata norte-americano, Wayne S. Smith, que então servia em Havana, pareceu claramente que ele desejara certa unidade continental, de modo a embaraçar a reação dos Estados Unidos, uma vez que Cuba teria melhores condições de resistir-lhes como líder de uma aliança de Estados revolucionários do que se permanecesse isolada.⁶ O tempo constituía para Castro o fator essencial, porque a sobrevivência do seu regime dependia de que a revolução se alastrasse igualmente na América Latina, a começar pelo Caribe e América Central, o que tornava necessário impulsar os movimentos de insurgência em outros países, tais como República Dominicana, Haiti e Nicarágua, onde havia ditaduras. Outros regimes revolucionários teriam de emergir rapidamente, antes que os Estados Unidos reagissem.

Em 23 de janeiro de 1959, Castro viajou a Caracas, a pretexto de agradecer o apoio que o governo provisório do almirante Wolfgang Larrazábal prestara às guerrilhas contra o governo Batista, no curso de 1958, e assistir à posse de Rómulo Betancourt na presidência da República. Lá, ele foi recebido com aplausos frenéticos pela multidão, que o comparava a Simón Bolívar, o Libertador, considerando-o “Herói da América”.⁷ E, com a perspectiva de que mais cedo ou mais tarde haveria de enfrentar os Estados Unidos, imaginou a possibilidade de uma aliança entre Cuba e Venezuela, cujo governo Rómulo Betancourt, que tinha tradição na esquerda, estava a assumir. Seu propósito não se concretizou. Segundo Betancourt posteriormente revelaria, Castro solicitou-lhe um empréstimo de US\$ 300 milhões, sob a forma de petróleo, a fim de que Cuba se libertasse da dependência em relação aos Estados Unidos. Ele recusou o acordo, sob a alegação de que a Venezuela só poderia fornecer petróleo se Castro

necessitasse, mediante pagamento a preço de mercado.⁸ Entretanto, na época, notícias circularam de que Raúl Roa, ministro de Estado de Cuba, e Betancourt, como presidente de Acción Democrática, haviam firmado, juntamente com José Figueres, que fora presidente da Costa Rica, a Declaração de Caracas, contra as ditaduras ainda existentes no Hemisfério, ajudando os exilados que quisessem organizar a luta armada para derrubá-las.⁹ O governo norte-americano inquietou-se diante de tal perspectiva, que desestabilizaria quase toda a região da América Central e do Caribe, dado que Caracas, da mesma forma que Havana, convertera-se no abrigo de exilados e no centro das atividades antiditatoriais. Allen Dulles, diretor da CIA, encaminhou então ao secretário de Estado em exercício, Christian Herter, um memorando, no qual informava que Castro não apenas defendia a formação de um bloco neutralista na América Latina como estava a conspirar com grupos, dominados pelos comunistas, contra os governos da Nicarágua e da República Dominicana.¹⁰ De acordo com a informação de Allen Dulles, forças esquerdistas moderadas, sob a liderança de Betancourt e de Figueres, opunham-se a que Castro dominasse o movimento e organizavam elas próprias ações de insurgência contra as ditaduras naqueles países. Allen Dulles advertiu o Departamento de Estado de que a intervenção da OEA poderia ser requisitada e, por envolver os Estados Unidos, como seu mais poderoso membro, adquirir facilmente um estigma ideológico, difícil de evitar, acentuando a percepção de que eles eram os “sustentáculos de ditaduras” na América Latina, o que estava alienando o apoio dos esquerdistas moderados, em favor dos que desejavam colocar o Caribe sob o domínio de Castro.¹¹ O Departamento de Estado, a seguir tal orientação,¹² manteve uma atitude discreta e procurou arrefecer a reação dos congressistas em face dos pronunciamentos de Castro contra os Estados Unidos, ao mesmo tempo que procurou desencorajar habilmente a ação de Betancourt e Figueres,¹³ com o qual Castro romperá, quando ele, em Havana, declarara que em Porto Rico havia liberdade e que nas eleições para o governo ganharia Luís Muñoz Marín, que defendia a fórmula de Estado livre associado aos Estados Unidos.¹⁴

Contudo, o propósito de Castro de fomentar a luta armada contra as ditaduras remanescentes na região, alastrando a revolução a outros países, alarmou a administração norte-americana, ao perceber na sua política, que gerava um “estado de Guerra Fria”¹⁵ na América Central e no Caribe, grave ameaça à estabilidade da região, onde os Estados Unidos, além de enormes interesses econômicos, possuíam concessões militares, tais como quartéis, bases, áreas de treinamento, centros de pesquisa e estações para acompanhamento de foguetes, consideradas necessárias à defesa e segurança do Hemisfério. O acesso a essas concessões, nos diversos países, variava da virtual soberania “in perpetuity” na zona do Canal do Panamá ao acordo com a República Dominicana para a manutenção por 10 anos de uma base de acompanhamento de foguetes. Os responsáveis pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos, porém, previam que os comunistas, se bem que por si só não representassem sério perigo à existência de tais acordos, poderiam explorar os fortes sentimentos nacionalistas, adversos aos norte-americanos, que recresciam em toda a região, com o objetivo de modificar as suas condições. Em Cuba, o futuro status da base naval norte-americana, na Baía de Guantánamo, afigurava-se-lhes toldado pela emergência do governo revolucionário e pelas fricções com os Estados Unidos, os quais Castro, um “nacionalista com demonstrada habilidade de levantar a opinião pública”, e alguns dos seus mais altos colaboradores antagonizavam, devido ao apoio tanto de “extremados nacionalistas” quanto do PSP, que melhorara sua posição após a vitória da revolução.¹⁶ Apesar de tais tendências, os responsáveis pelos serviços de inteligência criam que certas considerações, e.g., a dependência econômica de Cuba, sobretudo para a colocação do açúcar, e, em geral, a administração das realidades de um país com íntimas vinculações comerciais, políticas e históricas com os Estados Unidos, pesariam significativamente para evitar sérios abalos nas suas relações.¹⁷ Não obstante, segundo imaginavam, Castro provavelmente ostentaria considerável independência e extravagância em sua política externa, atacando os Estados Unidos para efeito de sua política doméstica, ao mesmo tempo que, deixando de pressionar pela cessação ou maior limitação do uso da base

naval de Guantánamo, passaria a exigir o aumento da renda anual paga pelos Estados Unidos, da ordem de US\$ 2.000 em ouro (recalculada àquela época para US\$ 3.403), revisão das normas de emprego, que discriminavam os cubanos (a maioria dos 3.000 trabalhadores lá contratados) e outras modificações no acordo de arrendamento.¹⁸

De qualquer forma, a ameaça configurou-se em Cuba, e, em consequência, potenciais dificuldades para a posição dos Estados Unidos delinear-se, outrossim, na República Dominicana, onde os acordos dependiam de que o ditador Rafael Leónidas Trujillo, com 67 anos de idade, conservasse o poder, bem como no Haiti, onde qualquer sucessor de François Duvalier provavelmente demandaria uma revisão bastante crítica dos acordos existentes.¹⁹ Os interesses tanto econômicos quanto militares dos Estados Unidos dependiam, por conseguinte, da preservação de um status quo que os revolucionários cubanos queriam destruir. Com efeito, Che Guevara, em discurso, dissera que o futuro de Cuba estava intimamente ligado ao dos demais países subdesenvolvidos da América Latina e que a revolução não se limitaria ao seu território, porque tinha tocado a consciência dos povos e posto os tiranos da América Latina em guarda. A luta de guerrilhas, dado o sucesso da que ocorrera em Cuba, parecia-lhe o método mais eficiente e apropriado. E, em 2 de fevereiro, cerca de um mês após a derrubada de Batista, Daniel Braddock, encarregado de Negócios na embaixada dos Estados Unidos em Havana, enviou ao Departamento de Estado um despacho, com distribuição para a CIA, Pentágono e embaixadas norte-americanas em Ciudad Trujillo (República Dominicana) e Manágua (Nicarágua), informando que Che Guevara, com o respaldo de Castro, impulsionava a ideia de recrutar exilados de outras nacionalidades, a fim de organizar expedições armadas, segundo o modelo do Granma, e deflagrar guerrilhas em países como República Dominicana, Haiti, Nicarágua e Paraguai, que ainda estavam sob ditaduras. Não obstante o planejamento de várias “aventuras” parecesse ainda estar em estágio “preliminar e irrealista”, o prognóstico de Braddock era de que, devido à experiência dos principais líderes cubanos e ao apoio que seu próprio movimento recebera de fora,

“Cuba se transformaria em epicentro revolucionário, causando preocupações e dificuldades a vários governos, inclusive o norte-americano”.²⁰

O fato de que a revolução em Cuba estava a converter-se em fator de instabilidade para toda a região e a intervenção nas filiais da International Telephone & Telegraph Corporation (ITT) e da American & Foreign Power (Bond & Share), para promover a redução das tarifas telefônicas e de energia elétrica, constituíram, provavelmente, as principais razões que levaram o Conselho de Segurança Nacional dos Estados Unidos a discutir a eliminação de Castro em 10 de março de 1959,²¹ cinco dias depois que ele concedera audiência ao novo embaixador norte-americano, Philip W. Bonsal, já na condição de primeiro-ministro, cargo que assumira em meados de fevereiro, com o afastamento de José Miró Cardona.²² O Departamento de Estado convocou os chefes de missão nos países do Caribe e da América Central, inclusive Venezuela e Colômbia, para uma reunião, entre 9 e 11 de abril, em São Salvador, com o objetivo de discutir medidas que dissuassem as expedições revolucionárias e restaurassem o senso de segurança nos países ameaçados de ataque.²³ Na ocasião, o embaixador Philip Bonsal apresentou relatório sobre a expansão do comunismo em Cuba, as mudanças nas suas políticas interna e externa, reorientadas por linhas reformista, nacionalista e, de algum modo, socialista e neutralista, e o suporte às expedições organizadas contra os governos do Panamá, Nicarágua, República Dominicana e Haiti.²⁴ Houve consenso de que as ações dos Estados Unidos deveriam ser dirigidas no sentido de coibir tais tendências,²⁵ e, entre as medidas para preservar o princípio de não intervenção na área, deveriam compelir Fidel Castro a dar garantias públicas de que seu governo não interviria nos assuntos internos de outros Estados americanos e a empreender ações contra os “flibusteiros revolucionários” agrupados em Cuba.²⁶ Os embaixadores norte-americanos, durante o encontro, concluíram que se impunha a implementação de um programa para conter o “comunismo e outras formas de antiamericanismo” na região, sobretudo em face da situação de Cuba, que afetava os interesses dos Estados Unidos, particularmente devido à indicação de que ela pretendia tornar-se neutra no

conflito Leste-Oeste.

Talvez em consequência desta reunião, cujas recomendações, ao voltar a Havana, Bonsal certamente cumprira, um comandante do Exército Rebelde, no dia 18 de abril, deteve mais de 100 nicaraguenses em um acampamento na Província de Pinar del Río e confiscou suas armas, declarando que Castro proibira quaisquer incursões armadas contra outros países. Mas, naquele mesmo dia, Ruben Mirá anunciou em Havana que, dentro de um mês, grupos por ele liderados desembarcariam no Panamá, onde alguns dias depois, no litoral, as autoridades capturaram três guerrilheiros armados, dois dos quais eram cubanos.²⁷ E, de fato, dissidentes de diversos países continuaram, em Cuba, a organizar expedições, com o respaldo de Che Guevara e Raúl Castro, e elas não cessaram, o que entremostrava a existência de profundas contradições dentro do governo revolucionário e certa indecisão de Castro quanto às diretrizes a seguir. Ele então já aceitara um convite da American Society of Newspaper Editors (sociedade de editores de jornais) para visitar os Estados Unidos na segunda quinzena de abril e lançar a Operação Verdade. Dos Estados Unidos, onde conversou com Nixon e sua recusa em pedir empréstimo ou sequer falar sobre o assunto surpreendeu os altos funcionários do governo norte-americano, viajou a Montreal, no Canadá, e de lá seguiu para Buenos Aires, a fim de participar da reunião do Comitê dos 21, encarregado de estruturar a Operação Pan-Americana. Seu discurso, refletindo “melhor do que os demais, dada a crueza que ressaltava de suas palavras, a tragédia da América Latina”, causou na conferência “verdadeiro impacto”, conforme as palavras do presidente Kubitschek, cujas demandas, consubstanciadas na Operação Pan-Americana, Castro reforçara, diante da má vontade do governo Eisenhower,²⁸ ao reclamar dos Estados Unidos uma ajuda financeira à América Latina no valor de US\$ 30 milhões, com o objetivo, ao que tudo indicava, de “desmascaramento” de sua política.²⁹ Kubitschek, após conversar com ele em Brasília e ter “a oportunidade de conhecer, em profundidade, seu pensamento”, concluiu que Castro era “um idealista amargurado, que sofrera na carne as consequências do apoio dado pelos Estados Unidos às ditaduras na América

Latina”, uma vez que Cuba fora marcada por “longa tradição de tirania” e seu povo, havendo suportado “o garrote do regime de Batista, não conseguia separar a trágica realidade da situação interna do apoio irrestrito de Washington ao opressor do país”.³⁰

As calorosas manifestações de simpatia com que o povo recebera Castro, quer em Buenos Aires, quer no Rio de Janeiro, onde ele falara em praça pública, contrastaram com o escorraçamento de Nixon no ano anterior, o que provavelmente deleitou Kubitschek, pois o sentido anti-Estados Unidos da revolução em Cuba e seus pronunciamentos estavam a confirmar os postulados da Operação Pan-Americana. Sem dúvida, este não fora propriamente o propósito de Castro, que, ao viajar para Buenos Aires e participar da reunião do Comitê dos 21, pretendia, sobretudo, projetar sua liderança sobre toda a América Latina e assinalar o distanciamento de Cuba em relação aos Estados Unidos. Entrementes, outros fatos demonstraram que ele, instado ou não por Che Guevara e Raúl Castro, não se dispunha a permanecer apenas no nível da retórica e da diplomacia. Mas, ao regressar da viagem à América do Sul, em pronunciamento à multidão, disse que Cuba se convertera “en el modelo, en la esperanza de todos los pueblos de América Latina” e advertiu, claramente, que a revolução não renunciaria “jamás a sus principios democráticos, a sus principios humanos”, mas nunca renunciaria “tampoco a su propósito de que exista en Cuba justicia social.”³¹ Ao longo do discurso, durante o qual tratou de definir a ideologia da revolução, Castro, após salientar que no mundo se discutiam duas concepções, a que oferecia aos povos democracia e matava-os de fome e a que oferecia pão, mas lhes suprimia as liberdades, afirmou:

La ideología de nuestra Revolución es bien clara; no solo ofrecemos a los hombres libertades sino que le ofrecemos pan. No solo le ofrecemos a los hombres pan, sino que le ofrecemos también libertades. Nuestra posición ideológica es clara y terminante. Nuestro respeto para todas las ideas, para todas las creencias, porque no tememos a ninguna idea, porque tenemos confianza en nuestro propio destino y porque tenemos la concepción también de que la democracia no admite flexión.³²

Em seguida, fazendo profissão de fé democrática, declarou que a revolução

não perseguiria nenhuma ideia, não temia nenhuma ideia e respeitaria o direito de todos de opinar e expor suas ideias, o direito de falar tanto dos mais reacionários quanto dos mais radicais, “tanto da extrema direita como da extrema esquerda”, e proclamou que:

Nosotros no nos vamos poner a la derecha, no nos vamos poner a la izquierda, ni nos vamos poner en el centro, que nuestra Revolución no es centrista. Nosotros nos vamos poner un poco más adelante que la derecha y que la izquierda. Ni a la derecha ni a la izquierda, un paso más allá de la derecha y de la izquierda.³³

Fidel Castro negou peremptoriamente qualquer comprometimento ideológico, pois não via razão para que os homens nascessem “manietados a ideas determinadas”, e, rechaçando a acusação de que a revolução era comunista ou estava infiltrada pelo comunismo, reiterou:

Nuestra Revolución no es comunista, (...) nuestros ideales se apartan de la doctrina comunista, la Revolución cubana no es capitalista ni comunista, es una revolución propia, tiene una ideología propia, tiene razones cubanas, es enteramente cubana y enteramente americana.³⁴

Castro não mentiu e motivo não havia para dizer que não fosse sincero. Ao mesmo tempo que reafirmou o compromisso com a justiça social, repulsando a democracia formal, que oferecia aos povos liberdade mas não lhes assegurava o pão, ele igualmente repeliu a solução totalitária, configurada pelo modelo soviético do socialismo, onde se garantia o pão e negava-se a liberdade. O que aparentemente Castro buscava, evitando a bipolaridade ideológica própria da Guerra Fria e pretendendo colocar-se além da esquerda e da direita, era uma terceira via, talvez social-democrática, porém seguramente cubana e americana. Este discurso, se não tranquilizou os círculos mais conservadores dos Estados Unidos, contou com a simpatia de vários setores da opinião pública e repercutiu favoravelmente em toda a América Latina.

Entretanto, Castro estava decidido a aprofundar a revolução, mesmo que inelutavelmente entrasse em rota de colisão com os interesses norte-americanos e provocasse, como previa,³⁵ a reação aos Estados Unidos,

inclusive a intervenção militar. E, a beneficiar entre 200.000 a 250.000 camponeses sem terra,³⁶ assinou no dia 17 de maio uma segunda Lei de Reforma Agrária,³⁷ que aboliu o latifúndio e limitou a propriedade de terras a 400 hectares por indivíduo, apenas permitindo que as propriedades rurais, destinadas às plantações de cana-de-açúcar, arroz e criação de gado, possuísem até 1.335 hectares, mas transformando-as em cooperativas sob o controle do Estado. A fim de não caracterizar o confisco, o governo revolucionário estabeleceu, porém, o pagamento de indenização, mediante a emissão de bônus, a juros de 4,5% ao ano e amortizáveis em 20 anos,³⁸ e criou o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), com amplos e indefinidos poderes para administrar todas as questões relacionadas com a terra e a agricultura. Essa lei não era mais radical do que a decretada pelo governo Estenssoro, que promoveu a reforma agrária na Bolívia e também fixara a indenização em bônus, amortizáveis no prazo máximo de 25 anos. Porém, como o embaixador Bonsal ressaltou, foi a primeira das medidas revolucionárias que afetou seriamente múltiplos interesses norte-americanos em Cuba,³⁹ atingindo propriedades de muitas empresas, entre as quais a United Fruit Sugar Company, Guantánamo Sugar Company e várias outras. E, em 11 de junho, ele encaminhou ao governo revolucionário, de acordo com as instruções do Departamento de Estado, nota diplomática, na qual manifestava simpatia pela reforma agrária e reconhecia o direito de expropriação das terras pelo Estado cubano, para propósitos públicos, mas mostrava a necessidade de que houvesse pronta, adequada e efetiva compensação, lamentando o fato de que os investidores norte-americanos, cujos interesses foram afetados, não tiveram oportunidade de manifestar suas opiniões sobre tão relevante problema.⁴⁰ Na realidade, tanto o Departamento de Estado quanto o próprio Bonsal imaginaram que a intimidade — que sempre existira entre Cuba e os Estados Unidos — e a profundidade de seus vínculos econômicos, caracterizados pela dependência do mercado norte-americano para o escoamento do açúcar, moderassem o ímpeto do governo revolucionário. Não avaliaram que exatamente aquela intimidade existente entre os dois países e a profundidade de seus vínculos econômicos, que

agrilhoavam Cuba em uma posição de dependência, constituíam fatores negativos contra os quais o governo revolucionário se insurgia. Com efeito, Castro nunca vira razões para consultar ou apenas ouvir as opiniões da embaixada americana e, esquivando-se de receber Bonsal, quis evidenciar sua independência, a mostrar que a situação em Cuba mudara, com a vitória da revolução. Os norte-americanos, por mais bem-intencionados ou honestos que fossem, não se aperceberam de que a pretensão de tutelar, com ou sem caráter paternalista, os latino-americanos magoava e ofendia seus sentimentos, sobretudo naqueles países que, como Cuba, sofreram várias intervenções militares. A Platt Amendment e, depois de sua abolição, a constante interferência dos Estados Unidos nos assuntos internos de Cuba, que jamais conseguira desfrutar de plena soberania, marcaram assim o comportamento de Castro, ao qual a ponderação de Bonsal sobre a necessidade de ouvir os investidores norte-americanos, apesar de sua sincera vontade de cooperação, afigurou-se uma “proconsular atitude”.⁴¹

Conquanto não discriminasse nacionalidades e prejudicasse igualmente interesses cubanos, a Lei de Reforma Agrária de 17 de maio afigurou-se tanto ao Departamento de Estado quanto ao próprio Bonsal como pouco mais do que cobertura para o confisco das terras e certos eles estavam, uma vez que os bônus para indenização a longo prazo jamais foram emitidos.⁴² Destarte, a Lei de Reforma Agrária, tanto na política interna quanto nas relações exteriores de Cuba, constituiu o turning point a partir do qual o retorno não mais seria possível para o governo revolucionário de Fidel Castro. Che Guevara considerou que sua aplicação forneceria a base para a industrialização, diversificação do comércio exterior do país e elevação do nível de vida do povo, “para alcanzar este gran objetivo estratégico que es la liberación de la economía nacional”. Membros do gabinete, porém, não a aceitaram. O ministro das Relações Exteriores, Roberto Agramonte, renunciou na mesma noite em que Bonsal entregou a nota diplomática ao governo revolucionário e foi substituído por um antigo membro do Partido Ortodoxo, Raúl Roa. Outros acompanharam-no. Àquela época, junho de 1959, os Estados Unidos suspenderam licenças de exportação de

equipamentos de combate, armas e munições para a zona do Caribe, especialmente Cuba, de cujo território, entre abril e junho de 1959, as expedições, lá organizadas, começaram a partir, com o objetivo de derrubar os governos do Panamá, República Dominicana, Nicarágua e Haiti. Elas resultaram, entretanto, no mais completo fiasco, ao acarretar o massacre ou a captura dos rebeldes treinados nos campos de Pinar del Río, e engravesceram as tensões no Caribe.⁴³ Castro naturalmente tinha motivos para pretender a derrubada de Trujillo, que não apenas ajudara militarmente Batista na campanha contra as guerrilhas de Sierra Maestra e lhe dera asilo na República Dominicana,⁴⁴ como também organizava contingentes de exilados para invadir Cuba.⁴⁵ Também contra Anastasio (Tacho) Somoza II, na Nicarágua, razões não faltavam. Entretanto, a posição moral e política do governo revolucionário tornou-se, internacionalmente, bastante vulnerável, na medida em que ele desrespeitara o princípio de não intervenção nos assuntos internos de outros Estados, enquanto exigia dos Estados Unidos respeito à sua soberania nacional, como o fizera na resposta à nota diplomática encaminhada por Bonsal, por causa da Lei de Reforma Agrária. O próprio Bonsal salientou que Castro ordenara as mais grosseiras intervenções em outros países, em completo desafio aos compromissos internacionais que ele invocava para proteger sua própria revolução contra interferências estrangeiras.⁴⁶ Alguns senadores, nos Estados Unidos, manifestaram então forte interesse no estabelecimento de uma força militar regional, i.e., uma força de polícia, subordinada à OEA, para ser utilizada em casos de conflitos entre Estados americanos ou resistir à agressão de potências fora do Hemisfério, mas o Departamento de Estado deveria induzir outros países a apresentar a proposta, pois a reação na América Latina era preponderantemente negativa.⁴⁷ E o governo norte-americano, ao mesmo tempo que impulsionou a convocação da 5ª Reunião de Consulta dos Chanceleres da OEA, a realizar-se entre 12 e 18 agosto de 1959, em Santiago do Chile, com o objetivo de sustentar o princípio de não intervenção e examinar a situação no Caribe, acionou o Comitê Interamericano de Paz para que tomasse medidas impedindo que o governo de um país tentasse derrubar

o de outro. Seu temor era de que os grupos engajados em atividades revolucionárias contra as ditaduras da República Dominicana, Haiti e Nicarágua, e aos quais as autoridades cubanas ajudavam “under the table”, viessem a estabelecer outros governos pró-comunistas na região.⁴⁸ E o fato de que o Panamá, cuja importância estratégica afigurava-se vital para a segurança dos Estados Unidos por causa do canal interoceânico, fora o primeiro país invadido causou enorme estranheza, sobretudo porque o governo de Ernesto de la Guardia tinha caráter democrático.⁴⁹

Apesar de que as ditaduras de Trujillo, Duvalier e Somoza fossem execradas, e a popularidade e o prestígio de Castro estivessem a atingir o auge em quase toda a América Latina, a situação de Cuba, externa e internamente, começou desde então a complicar-se. Tendências distintas e contraditórias dividiam o governo revolucionário, pois os grupos que moveram oposição a Batista, como Che Guevara salientou, eram “muy variados e disímiles, aunque la mayoría tenía el denominador común de su disposición de tomar para sí el poder (léase fondos públicos)”.⁵⁰ Tinham, na maioria, “carácter gangsteril y arribista”⁵¹ e desapareceram, politicamente, após a vitória da revolução. E as principais organizações, que colaboraram na formação do governo revolucionário, não só divergiam entre si, em seus objetivos, como também não eram monolíticas. O PSP, o mais disciplinado e coeso, sustentou o programa de Castro, embora sua perspectiva política não fosse radicalizar a revolução, e tratou de assegurar postos no aparelho do Estado. O Directorio Revolucionario seguira o caminho da insurreição, mas, formado sobretudo por estudantes das classes médias, manteve sua própria linha política, e muitos dos seus militantes não aspiravam a mudanças econômicas e sociais. E mesmo o M-26-7 não era homogêneo. Dividia-se, basicamente, em duas tendências — a da Sierra, representada pelos guerrilheiros do Exército Rebelde, que se dispunham a promover a revolução social e anti-imperialista, sob o comando de Castro, e a do Llano, atuante nas cidades e na qual um grupo, além das divergências táticas, manifestava certa oposição ao seu caudilhismo, contra o predomínio da “fracción militarista”, e defendia a entrega do poder aos civis, uma vez

vitoriosa a revolução.⁵² Foi inevitável, portanto, que tais tendências cada vez mais se apartassem e colidissem, após a queda de Batista. Assim, ao mesmo tempo que as relações de Cuba com os Estados Unidos se encrespavam, suas contradições sociais e políticas internamente se aguçaram, na medida em que a revolução, da qual todos os segmentos sociais participaram, assumiu um caráter de classe, favorecendo apenas os interesses dos trabalhadores do campo e das cidades. Elementos do próprio governo cubano não mais escondiam sua insatisfação com os rumos que Castro imprimia à revolução e passaram a coadjuvar a denúncias, levantadas nos círculos mais conservadores dos Estados Unidos, de que os comunistas estavam a envolvê-lo. No dia 29 de junho, o major-aviador Pedro Luís Díaz Lanz, que ajudara o Exército Rebelde na luta contra Batista e após a vitória assumira o comando da Força Aérea de Cuba, foi o primeiro a dissentir, publicamente, fugindo em seguida para os Estados Unidos, onde em 14 de julho prestou depoimento, em sessão secreta, perante o Subcomitê de Segurança Internacional do Senado, presidido pelo senador James Eastland, do Mississippi. Ao mesmo tempo, a Marinha de Guerra norte-americana liberou uma declaração do almirante Arleigh A. Burke, chefe das operações navais, na qual ele advertia sobre o perigo de que os comunistas se assenhoreassem do poder em Cuba. Evidentemente, a atmosfera em Washington era de crescente impaciência e estarecimento, como o próprio Bonsal descreveu, reconhecendo que a ideia de instruir a CIA para que fornecesse armas, munição e treinamento aos adversários de Castro, exilados nos Estados Unidos e em outros países, já vicejava na mente de vários políticos norte-americanos, entre os quais o vice-presidente Richard Nixon.⁵³ No entanto, o governo Eisenhower, oficialmente, nada decidiu, em larga medida por causa das ponderações de Bonsal, favorável à manutenção do diálogo. Aguardou a evolução dos acontecimentos em Havana, onde as contradições se aguçavam, inclusive dentro do governo revolucionário, cujos setores moderados e anticomunistas começavam a reagir e a endurecer a oposição à ala esquerdista, com a qual Castro mais se identificava.

Sem dúvida alguma, as companhias norte-americanas, tais como ITT,

American & Foreign Power, United Fruit Sugar Company e outras, prejudicadas por várias iniciativas revolucionárias, sobretudo a reforma agrária, não só agiam nos Estados Unidos, a instigarem a reação contra Castro, como em Cuba tratavam de articular internamente a oposição, que se expandia e afluía. O próprio Urrutia, até então mero “rubber-stamp President”,⁵⁴ não apenas recalcitrava em assinar as leis e outras medidas revolucionárias elaboradas pelo gabinete, como passara a manifestar-se publicamente contra o comunismo. E, alguns dias depois da defecção de Pedro Luís Díaz Lanz, cuja atitude publicamente condenou, disse pela televisão que os comunistas estavam a infligir um “mal terrível” ao país.⁵⁵ Os comunistas, filiados ao PSP, não podiam, na verdade, infligir nenhum mal ao país simplesmente porque não tinham força suficiente no governo, no qual ocupavam postos subalternos. Os comunistas aos quais Urrutia se referia eram, por conseguinte, Che Guevara e Raúl Castro, os dois comandantes que, depois de Castro, mais poder e influência tinham sobre os rumos da revolução.⁵⁶ Assim, talvez imaginando que dispusesse de bastante respaldo na opinião pública e tivesse condições de impor outro rumo ao governo, Urrutia aparentemente buscou o confronto. E Castro, para quem o anticomunismo configurava pretexto e disfarce da contrarrevolução, decidiu deflagrar a crise, de modo a definir a situação. No dia 17 de julho, 24 horas depois da divulgação pela imprensa de que renunciara ao cargo de primeiro-ministro, ele próprio compareceu à televisão e, além de rechaçar a imputação de comunista como “calúnia de todos eses intereses que no quieren perder su tierra y no quieren perder sus privilégios”,⁵⁷ declarou que a atitude de Urrutia, a quem acusou de negar a assinatura a leis revolucionárias, beirava a traição, ao associar-se à campanha anticomunista, atizada por Díaz Lanz, para agradar governos estrangeiros, o que honroso não lhe parecia.⁵⁸ Seu discurso causou imenso impacto. Urrutia, com a multidão nas ruas de Havana a reclamar seu afastamento, renunciou. O gabinete, já reunido, substituiu-o por Oswaldo Dorticós, competente advogado, de rica família, que na mocidade se aproximara da esquerda. E Castro esperou até 26 de julho para reassumir o cargo de primeiro-ministro, perante cerca de um milhão de pessoas, que se

concentraram na Praça Cívica celebrando o aniversário do assalto ao quartel de Moncada.

A luta interna, porém, não cessou. Em outubro, depois que Castro nomeara seu irmão Raúl para o cargo de ministro das Forças Armadas Revolucionárias, o major Hubert Matos Benítez, comandante do Exército Rebelde e governador militar da Província de Camagüey, enviou-lhe uma carta, renunciando aos seus postos por considerar impossível discutir com ele o problema do comunismo e acusando-o de destruir e enterrar a revolução. Essa atitude não fora inopinada. Sua discordância com as diretrizes do governo revolucionário manifestava-se havia muitos meses. E, aparentemente, Hubert Matos persuadiu-se de que, em torno ou por trás de Fidel, uma conspiração pró-comunista desenvolvia-se, com Raúl Castro a dirigi-la.⁵⁹ Se este foi de fato seu pensamento, Matos mostrou-se extremamente ingênuo, segundo a opinião de Bonsal, para quem se afigurava “inconceivable” que Raúl Castro ou mesmo Che Guevara, o único entre os adeptos de Fidel que dele não dependia para ativar a revolução, houvessem agasalhado a ideia de derrubá-lo.⁶⁰ Mesmo a CIA e outras organizações de inteligência dos Estados Unidos, conquanto constatassem que os militantes comunistas penetraram na burocracia, no Exército e nos sindicatos e que seu número, da ordem de 8.000 a 12.000 ao fim do governo Batista, crescera para 17.000, depois da revolução, reconheciam que eles não controlavam Castro, continuariam a apoiar seu programa e nada fariam que lhe fizesse crer que pretendiam usurpar-lhe a posição de liderança.⁶¹ Mas, se até então o governo norte-americano estivera dividido quanto à extensão da influência comunista em Cuba, dúvida não havia de que o espraiamento do castrismo ameaçava os interesses dos Estados Unidos na América Latina.

De qualquer forma, fosse Matos extremamente ingênuo ou não, sua carta pareceu indicar que realmente uma conspiração estava em curso, mas orientada não pelos comunistas, sob a direção de Raúl, e sim pelos que se opunham, como ele, Hubert Matos, à radicalização do processo revolucionário ou, em outras palavras, ao castrismo. Mais 20 oficiais, segundo constou, dispunham-se a solidarizar-se com ele, o que foi percebido

como “evidente acto de sedición”.⁶² De acordo com a versão de Fidel Castro, Hubert Matos organizara uma sublevação em Camagüey e estivera a ponto de provocar um combate sangrento, o que só não ocorrera porque a reação fora imediata.⁶³ No mesmo dia, 20 de outubro, em que soube de sua atitude, Castro, pelo telefone, ordenou que um batalhão, incumbido de atividades econômicas naquela província, ocupasse as estações de rádio e para lá viajou, a fim de mobilizar a massa de camponeses e frustrar qualquer rebelião.⁶⁴ Camilo Cienfuegos, que com ele viajara para assumir o comando da Província de Camagüey, adiantou-se, porém, e Matos foi desarmado, juntamente com outros oficiais, sem resistência. Negou que pretendesse rebelar-se. Porém, coincidentemente ou não, Díaz Lanz, na tarde do dia 21, após a chegada de Camilo Cienfuegos a Camagüey e a prisão de Matos, sobrevoou algumas vezes Havana, em um avião C-47, acompanhado por um bombardeiro B-25, e despejou milhares de panfletos, incitando o povo contra Castro e os comunistas, após o que retornou à Flórida, de onde saíra, sem que o fogo das baterias antiaéreas o atingisse. Três pessoas morreram e quarenta ficaram feridas, em consequência, segundo algumas versões,⁶⁵ de fragmentos dos projéteis que de terra foram disparados. O governo revolucionário, porém, acusou Díaz Lanz de haver lançado bombas e descargas de metralhadora sobre Havana e responsabilizou os Estados Unidos. Conquanto o governo de Washington insistisse na sua inocência, alegando a impossibilidade de fiscalizar pequenos aeroportos na Flórida, e Bonsal não pudesse supor que qualquer de suas agências se envolvesse, àquela altura, com semelhante operação,⁶⁶ concebível não se afigurava que Díaz Lanz tivesse condições e ousasse empreender aquele voo se não contasse com a conivência da CIA ou, pelos menos, de outras autoridades ou de empresas norte-americanas. Essa manobra de guerra psicológica não era original. Em 1954, algumas semanas antes da invasão da Guatemala pela tropa de Castillo Armas, a CIA fizera um C-47 despejar panfletos contra Arbenz na capital daquele país, e os voos continuaram nos dias subsequentes.⁶⁷ De qualquer forma, houvesse ou não a CIA facilitado a Díaz Lanz o C-47, avião do mesmo tipo utilizado por ela seis anos antes para

lançar panfletos na Guatemala contra Arbenz, o episódio, naturalmente, concorreu para destruir qualquer possibilidade, se ainda havia alguma, de entendimento de Cuba com os Estados Unidos, e o secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericano, Roy Rubottom, advertiu o secretário de Estado de que as atividades na Flórida dos grupos anti-Castro, “apparently well-financed”, e aqueles voos clandestinos eram altamente prejudiciais às relações entre os dois países e aos esforços para aliviar as tensões na área do Caribe.⁶⁸ Mas outro fato, concomitantemente, agravou ainda mais as relações entre os dois países. Os Estados Unidos, em meados de outubro, reforçaram o embargo à venda de armas a Cuba⁶⁹ e, como também trataram de assegurar a cooperação de seus aliados na Europa, exerceram pressão sobre a Grã-Bretanha, inclusive publicamente, para que não lhe fornecesse alguns aviões a jato, já encomendados. Para aumentar as tensões, gerando os mais controvertidos e estapafúrdios rumores, o pequeno avião em que Camilo Cienfuegos, após a prisão de Matos, voltava de Camagüey desapareceu misteriosamente e jamais foi encontrado.

Em face de tais acontecimentos, Castro acelerou os preparativos para o confronto com os Estados Unidos, que ele, como Che Guevara, sabia inevitável. Embora a prisão de Matos assegurasse a unidade do Exército Rebelde, ele anunciou em 26 de outubro a criação das Milícias Nacionais Revolucionárias, o “povo armado”, conforme desejo de Che Guevara, inspirado no exemplo da Bolívia,⁷⁰ e seus contingentes, que chegaram a somar cerca de 250.000, suplantaram os do Exército Rebelde. Este reordenamento das Forças Armadas obedeceu a motivos tanto militares quanto políticos. Castro sabia que Cuba não tinha condições de repelir um ataque direto dos Estados Unidos, mas com a formação das milícias populares podia torná-lo o mais caro possível, uma vez que a elas caberia preparar a resistência civil e os meios para continuar a luta através de guerrilhas. E mais: para combater e reprimir as ações contrarrevolucionárias, as milícias eram mais adequadas, posto que suas unidades, espalhadas por toda a ilha, podiam manter-se continuamente em estado de alerta. A transformar-se em força regular e permanente, o Exército Rebelde então

ficaria como reserva móvel, a ser utilizado apenas quando e onde necessário se tornasse, e perderia a força política, uma vez que a existência das milícias o neutralizaria, afastando qualquer possibilidade de que algum comandante dissidente, a exemplo de Hubert Matos, tentasse um golpe de Estado. Desse modo, Castro contrabalançou os fatores de poder, sobre o quais assentou e robusteceu a organização do Estado cubano, cujos órgãos de segurança passariam ainda a contar com a eficaz colaboração dos Comitês de Defesa da Revolução (CDR), instalados nos bairros residenciais e locais de trabalho. O “pueblo”, segundo as próprias palavras de Castro, era “la garantía definitiva de la Revolución”.⁷¹ E o passo subsequente à oficialização das Milícias Nacionais Revolucionárias consistiu na reforma do gabinete. Os elementos mais moderados, remanescentes desde a queda de Urrutia, demitiram-se. Che Guevara substituiu Felipe Pazos na presidência do Banco Nacional de Cuba, e Osmani Cienfuegos, irmão de Camilo, ocupou o Ministério de Obras Públicas, no lugar de Manuel Ray, indicando nitidamente a radicalização do processo revolucionário.

Àquela época, o embaixador do Brasil em Havana, Vasco Leitão da Cunha, informou ao Itamaraty que Fidel Castro estava decidido a enfrentar os Estados Unidos.⁷² Realmente, com este propósito, além de institucionalizar as milícias, adrede organizadas, e soldar a unidade do governo revolucionário, ele orientou sua política exterior na busca de um entendimento com os países do Bloco Socialista e, em particular, a União Soviética, com a qual Cuba ainda não reatara as relações diplomáticas (rompidas por Batista em 1952), se bem que o major Ramiro Valdés, chefe do serviço de inteligência do Exército Rebelde, já estivesse desde junho em contato secreto com o seu embaixador no México e o residente da KGB. No mês de outubro, antes mesmo do episódio de Hubert Matos e da incursão aérea de Díaz Lanz sobre Havana,⁷³ já Raúl Castro viajara para a Tchecoslováquia, com o objetivo de adquirir armamentos, e Fidel recebera a visita de um agente da KGB, Alexander Ivanovich Alexeiev (Shitov),⁷⁴ a quem encarregou de transmitir a Anastás I. Mikoyan, vice-primeiro-ministro da União Soviética, o convite para visitar Havana e levar a exposição da

indústria soviética, inaugurada no México.⁷⁵ O reatamento de relações diplomáticas com a União Soviética e o reconhecimento da República Popular da China, a fim de viabilizar acordos de longo alcance com o Bloco Socialista, constituiriam as principais iniciativas de Cuba no curso de 1960, conforme a CIA e os demais serviços de inteligência do governo norte-americano previram, em dezembro de 1959, quando avaliaram que Fidel Castro tinha chance de continuar no poder ao longo do próximo ano, a menos que fosse assassinado, o que poderia acontecer “any time”, produzindo imediato e drástico efeito sobre a estabilidade política de Cuba, pois Che Guevara e Raúl Castro assumiriam o poder e o país entraria em um período de violentos levantes e terrorismo.⁷⁶ Sem dúvida alguma, com a prisão de Hubert Matos e o fracasso da última tentativa de alterar, a partir de dentro do regime, o curso do próprio processo revolucionário, a CIA cogitou a eliminação de Castro, sugerida por J. C. King, chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental, em memorando aprovado por Allen Dulles, que, se não tinha em mente a “rápida” consecução de tal objetivo, pretendia, pelo menos, capacitar os dirigentes responsáveis da oposição a obter um ponto de apoio dentro de Cuba.⁷⁷ Se Eisenhower foi informado ou não, nunca se esclareceu; porém, em 23 fevereiro de 1960, ao visitar o Brasil e ver em frente à sede da União Nacional dos Estudantes, no Rio de Janeiro, uma enorme faixa com os dizeres “We like Fidel Castro”, ele dissimuladamente comentou para Kubitschek: “Eu também gosto dele. Ele é que não gosta de mim”.⁷⁸

Já então Anastás Mikoyan chegara a Havana, para inaugurar a exposição industrial, e firmara com Raúl Roa, no dia 13 de fevereiro, o acordo de comércio mediante o qual a União Soviética, além de outorgar a Cuba um crédito de US\$ 100 milhões para a aquisição de produtos soviéticos, comprometia-se a comprar 425.000 toneladas de açúcar, no curso de 1960, e cinco milhões de toneladas, no próximo quinquênio, ao preço de 2,78 cents por libra, ligeiramente abaixo da cotação no mercado mundial.⁷⁹ Pagaria 20% em divisas e o resto com produtos, entre os quais petróleo. Não era um negócio muito impressionante nem na magnitude nem nos preços, e

Bonsal não o considerou séria ameaça à substância do relacionamento comercial entre Cuba e os Estados Unidos, inclusive porque a União Soviética já estava mantendo relações comerciais com o Brasil, Argentina e Uruguai.⁸⁰ O jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, ressaltou, em editorial, que os termos em que os Estados Unidos compravam o açúcar cubano eram bem mais interessantes do que os propostos pela União Soviética e ponderou que não haveria crítica possível a esse entendimento se ele não fosse apresentado em termos de propaganda soviética.⁸¹ Com efeito, apesar do caráter econômico *prima facie*, este fato revestiu-se de profunda significação política, porque pela primeira vez a União Soviética obtinha realmente um *pied-à-terre* no Hemisfério. E o alarme em Washington ainda mais aumentou, dado que Castro não apenas favorecia abertamente o neutralismo em face do conflito Leste-Oeste, como também articulava a realização em Havana de uma conferência dos países subdesenvolvidos, com visível sentido anti-Estados Unidos, e à qual o Itamaraty se opôs por julgar, como outras chancelarias, que seu objetivo era fraturar o sistema interamericano.⁸² No Departamento de Estado, Henry C. Ramsey, membro da equipe de planejamento de Eisenhower, recomendou que os Estados Unidos se aproximassem de Cuba com “great humility”, pois nunca na sua história nacional eles experimentaram tanto rancor, demandas de expropriação ou ameaças soviéticas no Hemisfério.⁸³ Ele reconheceu que, em geral, o Departamento de Estado agira com louvável moderação ao lidar com Castro, que se lhe afigurava mais um anarcossindicalista, segundo o modelo espanhol, do que um comunista.⁸⁴ Mas a falta de comunicação reduzia-o a uma semiparalisia e fazia Ramsey recear que o Congresso e os interesses antagônicos da comunidade de negócios pudessem empurrá-lo a ações punitivas e intemperadas ou que a opinião pública se juntasse a tais pressões na crença de que Castro e seus adeptos eram comunistas.⁸⁵ Ele julgava que, se o esquerdismo da Revolução Cubana era uma “indigenous variety” do tradicional esquerdismo latino-americano (segundo sua opinião, havia certa similitude entre o castrismo e a revolução boliviana de 1952), a possibilidade de manter Cuba fora da órbita soviética era obviamente melhor do que ela ser

governada por manifestos comunistas.⁸⁶ Por isso, não perpetuar o vacuum nas relações entre Cuba e os Estados Unidos afigurava-se-lhe o mais importante.

Nem todos em Washington pensavam com tal clarividência. Conforme o próprio Ramsey previra, vários senadores, como George A. Smathers, autor de um projeto para reduzir a participação do açúcar cubano no mercado norte-americano, intensificaram as pressões em favor de medidas mais duras, acusando os funcionários mais jovens do Departamento de Estado de assumir uma posição mais tolerante vis-à-vis do regime de Castro, que, na sua opinião, era completamente anti-Estados Unidos e estava fortemente infiltrado pelos comunistas,⁸⁷ Eisenhower, com a experiência das violentas manifestações contra Nixon no Peru e na Venezuela, em 1958, agira até então com mais cautela, de modo a não fomentar o antiamericanismo na América Latina, onde ele próprio percebera, durante sua viagem, o “great prestige” que Castro conquistara.⁸⁸ Porém, após a visita de Mikoyan a Havana, ele não mais se dispôs a tolerar por muito tempo o governo Castro, nem que a União Soviética conseguisse outro ponto de apoio na América Latina. Na verdade, Eisenhower não tinha controle sobre os acontecimentos, e as atividades contrarrevolucionárias em Cuba recrudesceram. No dia 4 de março de 1960, o navio La Coubre, que transportava armas e munição da Bélgica, explodiu misteriosamente no porto de Havana, ocasionando inúmeras vítimas, 75 mortos e 200 feridos.⁸⁹ Castro incriminou publicamente o governo norte-americano. Conquanto Bonsal negasse o envolvimento dos Estados Unidos no episódio, era difícil crer que a explosão não resultasse de sabotagem da CIA, quando, coincidentemente, aviões que saíam de bases na Flórida continuavam a lançar bombas incendiárias sobre os canaviais cubanos. Não era casual, também, o fato de que os grupos contrarrevolucionários começaram a constituir-se, àquela época, início de 1960.⁹⁰ De qualquer forma, a ambiguidade com que Eisenhower conduzira a política dos Estados Unidos vis-à-vis de Cuba esgotara-se. Sob crescente pressão interna, do Congresso, das Forças Armadas e da opinião pública, instigada através da mídia pelos interesses econômicos que a revolução

prejudicara, o governo norte-americano partiu para o confronto.

Entretanto, ao mesmo tempo, Eisenhower novamente transigiu com a Bolívia, onde violentas manifestações contra os Estados Unidos ocorreram em março de 1959 e perigo havia de que a instabilidade política, exacerbada pelos problemas econômicos, levasse ao surgimento de um governo mais radical e antinorte-americano, porquanto exigências draconianas do Fundo Monetário Internacional, tais como congelamento dos salários, reforma monetária e desvalorização da moeda, demissão do excesso de operários nas minas e redução dos benefícios sociais, que acompanharam a substancial ajuda econômica prestada ao regime do MNR, aumentaram a carestia e o desemprego. Como a União Soviética oferecera àquele país instalações para as minas de estanho, bem como equipamentos e técnicos na exploração de petróleo, a administração Eisenhower, de modo a evitar que sua influência se expandisse na América do Sul e o sentimento antinorte-americano gerasse outro governo comunista na América Latina, modificou sua estratégia e ofereceu créditos diretos à COMIBOL e à Yacimientos Petrolíferos Fiscales Bolivianos, ambas pertencentes ao Estado e constituídas a partir da nacionalização de empresas privadas, inclusive norte-americanas, como a Standard Oil of Bolívia. Com isto, os Estados Unidos escoraram os governos de Hernán Siles Suazo (1956-1960) e Paz Estenssoro (1952-1956 e 1960-1964), que aceitara disputar um segundo mandato, em 1960, pressionado pela missão norte-americana, a fim de impedir que a presidência da Bolívia caísse em mãos de Juan Lechín, considerado incapaz de resistir à influência comunista.⁹¹ E também por instância dos Estados Unidos, o Exército, que o MNR resolvera restabelecer em 1953, apesar da oposição de Lechín, e que até então fora suplantado pelas milícias populares, cujos efetivos somavam 70.000 homens,⁹² começou a expandir-se, a partir de 1960, em tamanho e importância, sendo seus oficiais enviados para treinamento pelos norte-americanos na Zona do Canal do Panamá.⁹³

Notas

1. “Everywhere Vice President Nixon went in South America, and everywhere I went in Central America this year, the charge arose that while the United States reassures freedom and democracy for itself, it is indifferent about these in Latin America — indeed, that we support Latin American dictators. I have previously mentioned this as a serious misunderstanding. It is just that. But I now wish to recommend a change in policy which may seem slight, but I think it is important.” Report to the President by Dr. Milton S. Eisenhower on United States-Latin American Relations, 27/12/1958. Anexo ao Ofício verbal, 13/900.1(22), da embaixada do Brasil em Washington ao chanceler Francisco Negrão de Lima, 6/1/1959. No relatório, considerado pela embaixada do Brasil “um anticlímax, modesto e mofino”, Milton Eisenhower reiterou conclusões do relatório que submetera em 1953 e, reconhecendo que a América Latina era “uma região em fermento”, recomendou que os Estados Unidos reexaminassem “suas atitudes e políticas”.
2. Ofício verbal, 86/600.(24), embaixada do Brasil em Washington ao Itamaraty, 24/2/1959. Antecedentes nº 82416. AMRE-B.
3. Ibid. “Os julgamentos revolucionários cubanos, então, não se pareceram em nada com os verdadeiros banhos de sangue que se seguiram às revoluções sociais do México, da Rússia e da China no século XX — ou com as vinganças que ocorreram em Cuba pós-Machado, na França, e em outras nações ocupadas pelos nazistas após a libertação na Segunda Guerra Mundial, ou na Venezuela, logo após a deposição do ditador Pérez Jiménez, em 1958, e na República Dominicana após o assassinato do ditador Trujillo, em 1961.” Szulc, 1987, p. 567.
4. El Caribe, Ciudad Trujillo, República Dominicana, 16.1959, anexo ao Ofício nº 20, embaixada do Brasil em Ciudad Trujillo, a) de F. Hermógenes de Paula ao chanceler Francisco Negrão de Lima, 16/1/1959. Ibid.
5. Medeiros Lima, “Batista na Escola Nazista”, in Última Hora, Rio de Janeiro, 4/11/1959.
5. Smith, 1987, pp. 49 e 50.
7. Fontoura, Walter. “O Caribe em Polvorosa”, in Última Hora, Rio de Janeiro, 14/7/1959. O repórter presenciara sua visita a Caracas.
3. Quirk, 1993, p. 226.
3. Memorando, Dpo/105/960, confidencial, a) Sérgio Vivácqua, chefe-substituto da Divisão Política, Rio de Janeiro, 1/4/1959. 960-Relações Inter-Americanas — 1942-1963. AMRE-B.
0. Memorandum from the Director of Central Intelligence (Allen W. Dulles) to the Acting Secretary of State, secret, subject: The Political Situation in the Caribbean Area, s/d provavelmente escrito em meados de março. FRUS, vol. V, American Republics, pp. 372 e 373.
1. Ibid.
2. A atitude do Itamaraty, à mesma época, refletira também esse tipo de preocupação, e a orientação, formulada pelo embaixador João Augusto de Oliveira Castro, chefe do Departamento Político e Cultural, foi “contrariar ou evitar excessos liberalistas”, sem, entretanto, expor-se “a uma identificação com aqueles regimes ditatoriais, o que seria de grande inconveniência, pela repercussão tanto interna quanto continental”. Memorando para

- o Sr. Secretário-Geral, secreto, DPC/12, Índice: OPA — Memorando do Dr. A. F. Schmidt, Rio de Janeiro, 25/2/1959, a) João Augusto de Araújo Castro, chefe do Departamento Político e Cultural. Secretos — Correspondência expedida, memorando, notas, ofícios, exposições de motivos — 1958-60. AMRE-B.
3. Memorando, Dpo/105/960, confidencial, a) Sérgio Vivácqua, chefe-substituto da Divisão Política, Rio de Janeiro, 1/4/1959. 960-Relações Inter-Americanas — 1942-1963. Ibid.
 4. Guerra, 1987, pp. 228-230.
 5. Memorando, Dpo/105/960, confidencial, a) Sérgio Vivácqua, chefe-substituto da Divisão Política, Rio de Janeiro, 1/4/1959. 960-Relações Inter-Americanas — 1942-1963. AMRE-B.
 6. Special National Intelligence Estimate (SNIE 100-3-59). “Threats to the Stability of the US Military Facilities Position in the Caribbean Area and in Brazil.” Washington, March 10, 1959. FRUS, vol. V, American Republics, p. 366.
 7. Ibid., pp. 366 e 367.
 8. Ibid., p. 367.
 9. Ibid., pp. 363 e 367.
 10. Anderson, 1997, pp. 393-396.
 1. A Constituição de 1940, cujo restabelecimento Urrutia decretara, foi modificada, de modo a permitir que alguém com menos de 35 anos exercesse cargo de governo. Castro tinha então 32 anos.
 2. Anderson, 1997, p. 407. Szulc, 1987, p. 564. Beschloss, 1991, p. 102.
 3. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Secretary of State, Washington, April 24, 1959. Subject. Caribbean Chiefs of Mission Meeting. 1959. Department of State, Central Files. 120.1416/7-2259. Secret. In FRUS, 1958-1960 — vol. V, American Republics, pp. 381-383.
 4. Cerca de 500 exilados do Haiti estavam recebendo treinamento em guerrilhas na Província de Oriente, segundo constava. Memorando, Dpo/105/960, confidencial, a) Sérgio Vivácqua, chefe-substituto da Divisão Política, Rio de Janeiro, 1/4/1959. 960-Relações Inter-Americanas — 1942-1963. AMRE-B.
 5. Ibid.
 6. Ibid.
 7. Anderson, 1997, p. 418. Szulc, 1987, pp. 577 e 578.
 8. “Estabeleceu-se o longo período de dezesseis meses para que os delegados das nações do continente se reunissem de novo — tempo mais do que suficiente para que fosse executado o plano, já tramado em Washington, de desfazer no espírito dos latino-americanos aquela preocupação por seu bem-estar e, sobretudo, aquele absurdo anseio por desenvolvimento. Assim, diante do desafio de Cuba, o Departamento de Estado adotou em relação à OPA — não de maneira clara, mas sorrateiramente, lançando mão de recursos protelatórios — a política que era ditada pelos grupos financeiros de Wall Street.” Kubitschek, vol. III, 1978, p. 281.
 9. Id., *ibid.*, p. 280.
 0. Id., *ibid.*, p. 280.

1. El Mundo, Havana, 9/5/1959.
2. Ibid.
3. Ibid.
4. Ibid.
5. Bonsal, 1972, p. 67.
6. Cerca de 1,5% dos proprietários de terra, cubanos ou não cubanos, possuíam 46% da área nacional, e 70% possuíam apenas 12% da área nacional. Em Camagüey, aproximadamente entre cinco e seis companhias açucareiras controlavam 20% da área total da região. Che Guevara, vol. II, 1991, p. 60. Segundo informações oficiais do governo cubano, somente 114 latifundiários ocupavam 20% de todas as áreas cultiváveis de Cuba, e de todas as pessoas dedicadas à agricultura apenas 30% eram proprietárias do solo, enquanto o restante, cerca de 100.000, carecia de propriedade e figurava na categoria de arrendatários, subarrendatários, parceiros e meeiros. Cotayo, 1991, p. 27. Sobre o tema vide também Mesa-Lago, 1994, p. 19.
7. A primeira Lei de Reforma Agrária de 1958 foi assinada ainda em Sierra Maestra, e publicada em 4 de janeiro de 1959, após a vitória da revolução.
8. Miranda Bravo, 1996, pp. 29-30.
9. Welch Jr., 1985, p. 37. Bonsal, 1972, p. 71.
10. Id., *ibid.*, p. 73.
11. Id., *ibid.*, p. 74. Fidel Castro, no informe apresentado ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, como primeiro-secretário do Comitê central, acusou Bonsal de assumir “de inmediato las habituales actitudes de próconsul, que caracterizaban a estos funcionarios yanquis en Cuba, a fin de presionar, frenar y domesticar la Revolución”. Informe Central — I, II y III Congreso del Partido Comunista de Cuba, Editora Política, Havana, 1990, p. 31.
12. Welch Jr., 1985, p. 37.
13. “Situation in the Caribbean” — Background paper prepared by the Officer in Charge of U.S. OAS Delegation (Redington), MFM B-2/52. Confidential. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, pp. 322-333.
14. Batista fugiu na madrugada de 1º de janeiro para a República Dominicana, aparentemente sem prévio conhecimento de Trujillo. Na fase das negociações para a sua renúncia, de modo a facilitar uma transição pacífica, os Estados Unidos, a princípio, haviam aventado a hipótese que ele fosse viver na mansão que possuía em Daytona Beach. Depois, diante da vitória de Castro, recuaram. Assim, quando teve afinal de fugir, Batista viajou para a República Dominicana, mas lá a situação se lhe afigurava bastante insegura. Para aliviar as tensões no Caribe, o governo norte-americano, em meados de 1959, fez gestões junto ao governo português para que ele fosse viver na Ilha da Madeira. O governo português, com receio da repercussão mundial, recusou, mas, devido à interveniência do Brasil, solicitada pelo Departamento de Estado, admitiu, desde que os Estados Unidos pedissem por escrito, a fim de caracterizar a quem Portugal estava atendendo. Telegrama nº 138, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Lisboa, a) Martim Francisco Lafayette de Andrada, 11-12/8/1959, 19h; Telegrama nº 71, secreto, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Santiago, 12/8/1959, 16h30; Telegrama nº 74, secreto, da Secretaria de Estado para a embaixada do Brasil em Santiago,

- 13/8/1959, 21h. MDB-A-W — Cts Recebidos e Expedidos, 1959. AMRE-B. Message from Eric Wendelin, Counselor for Political Affairs, U.S. Embassy in Rio de Janeiro, to Jorge Carvalho e Silva, Acting Chief of Political Division, Itamaraty, August 19, 1959; “Asilo ao General Batista — Posição do Governo Português” — Memorando, secreto, 10/8/1959, s/a. Diversos no Interior — Secretos — Recebido — 1958-1960. Ibid.
5. “Situation in the Caribbean” — Background paper prepared by the Officer in Charge of U.S. OAS Delegation Matters Redington, Washington, August 7, 1959, MFM B-2/52. Confidential. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, pp. 322-333.
 6. Bonsal, 1972, p. 78.
 7. “OAS Patrol or Police Force” — Position paper prepared by Officer in Charge of Inter-American Security and Military Assistance (Spencer), MFM D-2/3, Washington, August 7, 1959. Confidential. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, pp. 319-322.
 8. “Situation in the Caribbean” — Background paper prepared by the Officer in Charge of U.S. OAS Delegation Matters Redington, Washington, August 7, 1959, MFM B-2/52. Confidential. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, pp. 322-333.
 9. Ibid., p. 324.
 0. Che Guevara, “Un año de lucha armada”, Verde Olivo, 5/1/1964, in Che Guevara, 1991, vol. I, p. 357.
 1. Id., *ibid.*, p. 357
 2. Id., *ibid.*, pp. 357-360. Che Guevara, “El Partido Marxista-Leninista”, prólogo ao livro El Partido Marxista-Leninista, in Che Guevara, 1991, vol. II, pp. 198-208.
 3. Bonsal, 1972, pp. 93-94.
 4. “The Situation in the Caribbean through 1959” — Special National Intelligence Estimate (SNIE 80-59), Washington, June 30, 1959. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, p. 397.
 5. Szulc, 1987, p. 593.
 6. Che Guevara, certa vez, lembrou uma anedota contada por Jesús Silva Herzog, economista mexicano que foi autor da Lei de Expropiación del Petróleo. Um inglês teria comentado com o embaixador norte-americano no México, Josephus Daniels, que se dizia que o México era um país comunista. Daniels retrucou que não conhecia no México nenhum comunista além do pintor Diego Rivera e perguntou-lhe: “Mas que é um comunista?” O inglês sentou-se, meditou, ensaiou uma definição, não se satisfez e, finalmente, desesperado, respondeu: “Senhor, um comunista é qualquer pessoa que nos choca.” E Che acrescentou: “Ustedes pueden ver como las situaciones históricas se repiten: yo estoy seguro de que todos nosotros chocamos bastante a la otra gente. Parece que tengo el honor junto con Raúl de ser los más chocantes.” Che Guevara, conferência inaugural del programa de TV, Universidad Popular, 20/3/1960, in Che Guevara, vol. II, 1991, p. 69.
 7. Núñez Jiménez, 1982, pp. 207-209.
 8. Telegrama n° 96, da embaixada do Brasil em Havana (Marcos Coimbra) 18/7/1959. MDB — A-W Cts Rec. e Exp. 1959. AMRE-B.
 9. Bonsal, 1972, p. 102.

0. Id., *ibid.*, p. 102.
1. “The Situation in the Caribbean through 1959” — Special National Intelligence Estimate (SNIE 80-59), Washington, June 30, 1959. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, pp. 393, 396 e 397.
2. Núñez Jiménez, 1982, p. 348. Arboleya, 1997, pp. 57-64.
3. Castro, in “Un Encuentro com Fidel” (entrevista realizada por Gianni Miná), pp. 50-51. Telegram n° 876, from the Embassy in Cuba (Bonsal) to the Department of State, Havana, October 21, 1959-noon; Telegram n° 886, Bonsal to Department of State, Havana, October 21, 1959 — 6 p.m. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 629-630.
4. Id., *ibid.*, p. 51.
5. Bonsal, 1972, pp. 104 e 105.
6. Id., *ibid.*, p. 105.
7. Gleijeses, 1992, pp. 309-311.
8. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Secretary of State. Subject: Control of Air Incursions over Cuba and other Exile Activity against Cuban Government. Washington, October 23, 1959. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 633.
9. Circular Telegram 482, from the Department of State to Certain Diplomatic Missions, Washington, October 14, 1959. FRUS, vol. V, 1958-1960, The American Republics, pp. 408 e 409.
10. “Bolívia es un país que ha dado un ejemplo realmente importante a América... el gobierno está apoyado por el pueblo armado de modo que no hay posibilidades de lo liquide un movimiento armado desde afuera y solo puede sucumbir por suas luchas internas.” Ernesto Guevara a Tita Infante, Lima, 3 de septiembre de 1953. Apud Cupull & González, 1955, pp. 42-45.
1. Apud Núñez Jiménez, 1982, p. 399.
2. Telegrama n° 151, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 11-12/11/1959. MDB — A-W — Cts Rec. e Exp. AHMRE-B.
3. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 467.
4. Id., *ibid.*, p. 467.
5. Conforme Núñez Jiménez, quem estabeleceu o contato inicial com Alexeiev, que solicitara o visto na embaixada de Cuba na Suíça e se apresentara em Havana como correspondente da Agência Tass, foi Camilo Cienfuegos, que lhe transmitiu seu desejo de ter uma entrevista com Castro. Núñez Jiménez, 1982, pp. 318-321. Jon Lee Anderson contou outra versão, segundo a qual Alexeiev, após entrevistar-se com dirigentes comunistas, como Carlos Rafael Rodríguez, procurou a atriz Violeta Casais e pediu-lhe para conseguir uma audiência com Che Guevara, que comunicou a Fidel Castro seu desejo de entrevistá-lo, mas não para publicação. Essa versão foi baseada em depoimento do próprio Alexeiev. Anderson, 1997, pp. 437-443.
6. “The Situation in the Caribbean through 1960” — Special National Intelligence Estimate (SNIE 80/1-59), Washington, December 19, 1959. FRUS, vol. V, 1958-1960, American Republics, pp. 409-418.

7. U.S. Senate — Alleged Assassination Plots involving Foreign Leaders — (Report n° 94-465) Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with respect to intelligence activities together with additional, supplemental and separate views. November 20 (legislative day, November 18), 1975. U.S. Government Printing Office, Washington, 1975, pp. 92, 93, 109, 111 e 274.
8. Kubitschek, vol. III, 1978, p. 329.
9. Smith, 1987, p. 56. Bonsal, 1972, p. 131.
0. Id., *ibid.*, p. 130.
1. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 19/2/1960.
2. Telegrama 2-22100, expedido, secreto, do MRE à embaixada em Washington, 4/1/1960. Secretos — Cts Q-W. Rec. E Exp., 1960-61. AMRE-B. Ofício n° 44, embaixador Álvaro Teixeira Soares ao chanceler Horácio Lafer, Bogotá, 3/3/1960. Bogotá-Ofícios — 1960-1964. *Ibid.*
3. Memorandum from Henry C. Ramsey of the Policy Planning Staff to the Assistant Secretary of State for Policy Planning (Gerard C. Smith), Washington, February 18, 1960, Subject: Possibilities of Salvaging Cuba. FRUS, vol. VI, 1958-1960. Cuba, pp. 794-800.
4. *Ibid.*, pp. 795 e 796.
5. *Ibid.*, pp. 795 e 796.
6. *Ibid.*, p. 796.
7. Memorandum of a Conversation, Department of State, Washington, March 18, 1960. Subject: Cuba; Dominican Republic. Participants: The Secretary, Senator George A. Smathers, R.R. Rubottom, Jr., Assistant Secretary. *Ibid.*, pp. 864 e 865.
8. Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, March 17, 1960, 2:30 p.m. Project Clean-Up, *ibid.*, pp. 861-863.
9. Segundo os informes cubanos, sabotadores penetraram no navio e colocaram explosivos detonantes por um dispositivo de pressão, que funcionaria quando a carga fosse removida em seu lugar de destino. Escalante Fon, 1993, p. 59.
0. Arboleya, 1997, p. 82.
1. Wilkie, 1969, p. 8.
2. Pericás, 1997, p. 191.
3. Whitehead, 1969, pp. 23-25.

Capítulo VIII

A DEPENDÊNCIA ECONÔMICA DE CUBA E OS ESTADOS UNIDOS • EISENHOWER E O PROGRAMA DE OPERAÇÕES DA CIA CONTRA CASTRO • O CORTE DA COTA DE AÇÚCAR E OUTRAS SANÇÕES ECONÔMICAS • A NACIONALIZAÇÃO DAS REFINARIAS DE PETRÓLEO E DE TODOS OS INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS EM CUBA • O APOIO DE KRUCHEV • A DECLARAÇÃO DE HAVANA • AS GUERRILHAS CONTRARREVOLUCIONÁRIAS EM ESCAMBRAY

Ao contrário de como agira no caso da Bolívia, a administração Eisenhower exigiu que o governo revolucionário de Fidel Castro indenizasse em moeda corrente as propriedades de empresas norte-americanas, afetadas pela reforma agrária, e jamais demonstrou qualquer consideração pelos problemas financeiros de Cuba. Poderia ter oferecido assistência econômica, como fizera, já em 1953, com o governo Paz Estenssoro, ao invés de esperar que Castro a solicitasse, o que jamais aconteceu. Também não tomou qualquer medida para impedir que aviões clandestinos, respaldados ou não pela CIA, partissem de campos de aviação na Flórida e lançassem bombas para incendiar os canaviais de Cuba. Estas incursões, cada vez mais numerosas entre janeiro e fevereiro de 1960, preocupou seriamente a própria embaixada dos Estados Unidos em Havana, pois, ao inflamar os ressentimentos, criavam uma situação perigosa, que poderia gerar represálias contra propriedades e cidadãos norte-americanos.¹ E a administração Eisenhower não ofereceu qualquer assistência no patrulhamento aéreo daquela região, até o fim da colheita da cana em Cuba, para tolher a continuidade de tais voos, aliviar a tensão e provar sua boa-fé, conforme o encarregado de Negócios em Cuba, Daniel M. Braddock, sugerira.² No Departamento de Estado, alguns funcionários percebiam que os ataques aéreos contra os canaviais cubanos fortaleciam a posição de Castro (três bombas caíram no mar, em Havana, não

longe de uma de suas residências) e justificavam a tese de que Cuba necessitava de armas para sua defesa.³ Entretanto, a administração Eisenhower, a engravescer ainda mais as desconfianças, empenhou-se no sentido de evitar que os países da Europa Ocidental vendessem armas ao governo Castro, compelindo-o a buscá-las no Bloco Socialista, o que o Comitê de Relações Exteriores do Senado pretendeu que o Departamento de Estado tentasse também frustrar, advertindo a União Soviética que o fornecimento de material bélico a Cuba seria percebido como ruptura dos esforços para o relaxamento das tensões mundiais.⁴ O Acordo Roa-Mikoyan, mesmo que seus termos não fossem altamente vantajosos, permitia pelo menos que Cuba adquirisse aviões MiGs 17,⁵ porquanto a Grã-Bretanha, sob pressão dos Estados Unidos, não lhe entregara os aparelhos encomendados desde o tempo de Batista,⁶ e reduzisse sua dependência em relação ao mercado norte-americano para as suas exportações de açúcar, um dos objetivos de Castro.

Esta dependência sempre fora deveras asfixiante e com ela Castro nunca se conformara. As exportações totais de Cuba, para as quais o açúcar contribuía com mais de 80%, representavam cerca de 30% do seu Produto Interno Bruto, o que era uma proporção bastante elevada, e o mercado norte-americano absorvera, antes da vitória da revolução, nada menos que 65,6% (1955), 62% (1956), 54,4% (1957) e 63,3% (1958).⁷ As importações oriundas dos Estados Unidos eram também elevadas e, no mesmo período, representaram 66,8% (1955), 68,3% (1956), 64,6% (1957) e 59,3% (1958).⁸ Assim, portanto, a economia de Cuba subordinava-se de tal sorte ao mercado norte-americano que desapareceria, reduzindo-se a zero e mesmo, se possível, a menos que zero a renda per capita do seu povo, da ordem de US\$ 402 àquela época, se as exportações para os Estados Unidos cessassem inteiramente, sem compensações em outras áreas. Por outro lado, as relações comerciais de Cuba com a América Latina eram bastante inexpressivas. As vendas aos países da região constituíram apenas 3,4% (1955), 4,5% (1956), 4,6% (1957) e 4,6% (1958) do total de suas exportações, enquanto as importações foram ligeiramente superiores, da ordem de 9,2%, 8,9%, 8,3% e

12,5%, naqueles mesmos anos.⁹ Àquele tempo, embora numerosos países, sem incluir os da Europa Oriental, tivessem condições, isoladamente ou em grupo, de suprir os bens e serviços de que Cuba necessitava, poucos poderiam aumentar significativamente suas importações de açúcar, de modo a equilibrar a balança comercial. Com exceção da Grã-Bretanha, a maior parte produzia açúcar além de suas necessidades de consumo e distribuía as importações por um número mais ou menos constante de tradicionais exportadores, sendo que os países europeus adquiriam, direta ou indiretamente, grande quantidade de colônias africanas ou insulares. Tratava-se, por conseguinte, de um mercado de certa forma vinculado por acordos regionais, monetários e de vários outros tipos a fornecedores tradicionais, bem como saturado, devido ao aumento da produção não só do açúcar de cana, pelos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, como também do açúcar de beterraba pelas nações industriais. Por sua vez, a União Soviética, cuja produção de açúcar saltara de 3,7 milhões de toneladas, em 1955, para 5,4 milhões em 1958, fora exportadora líquida desta commodity tanto em 1958 quanto no primeiro semestre de 1959, tendo saldos de exportação, respectivamente, da ordem de 14.658 toneladas e 98.238 toneladas.¹⁰ Só motivos políticos, portanto, induziam a União Soviética a interessar-se pelo açúcar de Cuba, mas para sustentar sua economia, sem permitir a queda ou a depressão, que acarretaria o desemprego generalizado, ela teria de comprar quantidades cujo valor equivalesse às importações dos Estados Unidos, em torno de US\$ 448 milhões, e fornecer-lhe bens e serviços no montante de aproximadamente US\$ 500 milhões por ano. Tais cifras afiguravam-se aparentemente suportáveis. O esforço para sustentar Cuba, com o fornecimento de bens e serviços e mais 10% de custos operacionais, em virtude da distância e outros fatores, atingiria a soma de US\$ 550 milhões, o que representaria apenas 0,2% (dois décimos de 1%) do Produto Interno Bruto da União Soviética, estimado, na época, em US\$ 260 bilhões,¹¹ sacrifício com que poderia arcar, se lhe antolhasse politicamente vantajoso, uma vez que, entre 1955 e 1957, propiciara a assistência aos países subdesenvolvidos no valor de US\$ 1,2 bilhão, sem contar a que destinava à

China e ao resto do Bloco Socialista.¹²

Com base em tais cálculos, o embaixador Miguel A. Ozório de Almeida, chefe do Secretariado Técnico de Análise e Planejamento do Itamaraty, avaliou que a cessação do comércio com os Estados Unidos deveria, *coeteris paribus*, destruir os fundamentos da economia cubana, reduzindo-a a níveis abaixo dos mínimos compatíveis com a subsistência de sua população, mas, ressaltando que um boicote dos países latino-americanos pouco a afetaria, ponderou que a União Soviética dispunha de meios e recursos para sustentá-la nos níveis tradicionais.¹³ A CIA e os demais serviços de inteligência do governo norte-americano provavelmente fizeram iguais estimativas. E o próprio subsecretário de Estado, Douglas C. Dillon, reconheceu que as medidas econômicas contra o governo Castro não surtiriam efeito a curto prazo, pois ele seria capaz de neutralizar as sanções dos Estados Unidos recebendo da União Soviética tudo aquilo de que necessitava.¹⁴ Mas, sem dúvida, os diversos formuladores da política exterior norte-americana não acreditaram que a União Soviética aceitaria assumir, econômica e politicamente, os riscos de respaldar Cuba, caso os Estados Unidos suspendessem as importações do açúcar. A consolidação do conceito de coexistência pacífica interessava a Kruchev, depois da reunião com Eisenhower em Camp David (fim de 1959) e da *détente* em torno do status de Berlim. Os *policy makers* norte-americanos avaliavam, com justa razão, que a União Soviética, que até então se movimentara com certa cautela nas suas relações com Cuba, não desejava que os comunistas lá assumissem abertamente o poder, embora eles estivessem mais envolvidos na remodelação do país do que na Guatemala em 1954,¹⁵ e sim criar o máximo de dificuldades para os Estados Unidos.¹⁶ Caso, entretanto, aqueles dois países estabelecessem laços de tal natureza que materialmente prejudicassem os interesses dos Estados Unidos estes estariam preparados para diminuir ou suspender a cooperação econômica e financeira e tomar outras medidas políticas e militares que considerassem necessárias, de conformidade com a Declaração de Caracas e o Tratado do Rio de Janeiro.¹⁷

O almirante Arleigh A. Burke, chefe de operações navais da Marinha dos

Estados Unidos, já fizera o plano para a evacuação dos 10.000 norte-americanos residentes na ilha, e recomendou que os Estados Unidos, através da OEA, buscassem mover uma ação coletiva contra o regime de Fidel Castro, juntamente com o apoio às operações contrarrevolucionárias, e se preparassem para medidas militares, se as outras iniciativas falhassem.¹⁸ O subsecretário de Estado para Assuntos Políticos, Livingston T. Merchant, explicou-lhe, porém, que a urgência por ele reclamada para resolver o caso de Cuba defrontava-se com sérias dificuldades, que inibiam os Estados Unidos de tomar medidas militares contra o governo revolucionário de Havana, tanto unilateralmente quanto através da OEA. Castro e suas reformas desfrutavam de considerável apoio dentro do país. E, a menos que os Estados Unidos ocupassem indefinidamente Cuba, nenhum governo imposto por intervenção militar poderia subsistir após a retirada das tropas norte-americanas. Até então o Departamento de Estado não encontrara um líder que fosse uma alternativa para Fidel Castro, aceitável para o povo cubano e compatível com a política norte-americana para a América Latina.¹⁹ Por outro lado, Castro gozava de enorme popularidade na América Latina, onde nenhum político ousaria abertamente combatê-lo, conforme Allen Dulles, diretor da CIA, salientou,²⁰ e a predisposição era colocar-se ao lado do país mais fraco contra o mais poderoso, no caso os Estados Unidos.²¹ Ademais, a CIA e os demais serviços de inteligência norte-americanos consideravam que ainda não se podia demonstrar que Fidel Castro e seu governo estivessem sob o domínio ou o controle do movimento comunista internacional.²² De acordo com suas estimativas, àquela época Fidel Castro, como a figura dominante no regime revolucionário de Havana, não estava disposto a aceitar diretrizes de nenhuma fonte estrangeira e não tinha intenção nem de compartilhar o poder nem de abandonar seu anunciado objetivo de desenvolver uma “terceira força” neutralista, associando Cuba aos países da América Latina, Ásia e África.²³ A CIA, juntamente com os demais serviços de inteligência, ponderara igualmente que a “fanatic determination” com que ele dirigia o curso da revolução e o preponderante suporte popular de que gozava não permitiam que os comunistas cubanos o

forçassem a seguir em um sentido contrário ao de sua escolha. E consideraram “extremely unlikely” que o PSP, com pequeno apoio popular, tivesse condições de desenvolver em pouco tempo suficiente força para tentar a captura do poder.²⁴ Naturalmente, avaliaram, a União Soviética tudo faria para respaldar o regime de Castro, mas não hesitaria em descartá-lo, antes de envolver-se ela própria em uma confrontação militar com os Estados Unidos.²⁵

Mesmo assim, o almirante Burke, bem como os demais chefes do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (Joint Chiefs of Staff), mostravam-se extremamente preocupados e perturbados com a situação de Cuba, inclusive por causa de Guantánamo, vínculo principal na cadeia de bases do Caribe e cuja missão era proteger aquela rota marítima e as proximidades do Canal do Panamá. E tanto urgiam medidas drásticas, que propuseram até mesmo o bloqueio da ilha, cuja implementação o CINCLANT (Comando-em-Chefe do Atlântico) promoveria em 24 horas, havendo o almirante Burke argumentado que o ato de beligerância não se tornava necessário.²⁶ O governo norte-americano entendia, contudo, que o objetivo primário de sua política consistia em acelerar a criação de um efetivo “patriotic movement friendly to United States” dentro de Cuba e entre os exilados, a fim de conter as tendências do regime revolucionário de Fidel Castro, pois a deterioração das condições econômicas do país, em consequência do corte da cota de açúcar e de outras sanções, precipitaria sua queda. Certamente, seria necessário algum tempo — assim os policy makers julgavam — até que os cubanos compreendessem que a deterioração de sua vida econômica e política decorria dos “excessos” de Castro, “inclusive suas conexões com o comunismo internacional”.²⁷ Esta mesma suposição levou o congressista Harris McDowel a declarar que se o povo de Cuba compreendesse que devia vender seu açúcar ou sua economia seria destruída, ele próprio encontraria meios de desfazer-se daqueles que o desencaminhavam e fomentavam a inimizade.²⁸ Na opinião do secretário de Estado, Christian Herter, o Sugar Act era mais importante, desde que constituía uma arma contra Cuba. E aqueles que criticavam o Departamento de Estado por não adotar sanções

econômicas contra o regime de Fidel Castro concluíram que nenhuma outra medida seria tão eficaz quanto o corte da cota de açúcar e o desestímulo ao turismo, já a evaporar-se.²⁹ Ela seria o “major element” no programa para a sua derrubada, de acordo com as palavras de Bonsal.³⁰ A imagem de país dependente, que os Estados Unidos tinham de Cuba, associada à de inimigo, após a reforma agrária e, sobretudo, o Acordo Roa-Mikoyan, modelou assim sua reação.

Como a intenção do governo Eisenhower já era então destruir “in one way or another” o regime revolucionário de Fidel Castro, que em janeiro de 1960 expropriara 70.000 acres, dos quais 35.000 da United Fruit Company, pertencentes a empresas norte-americanas na Província do Oriente,³¹ o Departamento de Estado, em 22 de fevereiro, rejeitou a proposta de negociação, apresentada pelo chanceler Raúl Roa, dada a exigência de que os Estados Unidos não tomassem, entretantes, qualquer medida unilateral que prejudicasse a economia de Cuba, quer através do Congresso, quer através do Executivo.³² Argumentou que o Congresso norte-americano constituía um poder independente e que o governo revolucionário de Fidel Castro também procedera unilateralmente contra os legítimos direitos de propriedade de cidadãos norte-americanos em Cuba. Na verdade, além de que uma corrente, liderada pelo vice-presidente Richard Nixon, opunha-se a qualquer negociação com Cuba, o governo norte-americano não pretendia renunciar assim ao seu melhor elemento de barganha.³³ E, no dia 17 de março de 1960, pouco mais de um mês após a assinatura do Acordo Roa-Mikoyan, Eisenhower aprovou o Program of Covert Action Against Castro Regime,³⁴ autorizando Allen Dulles, diretor da CIA, e Richard Bissel, diretor de Planos, a recrutar e treinar refugiados cubanos, inicialmente cerca de 300, para futuras operações de guerrilha em Cuba,³⁵ bem como solicitou ao Congresso autorização para alterar a cota de açúcar que atribuída lhe fora. Conforme sua declaração melhor plano não havia para resolver aquela situação.³⁶ O propósito do programa, para o qual foi consignado um orçamento no total de US\$ 4,4 milhões,³⁷ consistia em promover a substituição do governo instalado em Havana por um mais aceitável pelos

Estados Unidos, sem que parecesse, entretanto, uma intervenção ou intento de restabelecer o status quo anterior à vitória de Castro, razão pela qual o slogan deveria ser “restaurar a revolução” que ele “traíra”.³⁸

Ao mesmo tempo, as sanções começaram, visando acentuar o enfraquecimento da estrutura econômica e social de Cuba e engendrar, internamente, o máximo de desconforto e descontentamento, de modo que a população responsabilizasse Castro pelo descalabro da situação.³⁹ O secretário do Tesouro, Robert Anderson, aconselhou a Standard Oil (Esso), a Texas Company (Texaco) e a Anglo-Dutch (Shell), cujo cartel controlava em Cuba a indústria do petróleo, a não refinarem o petróleo fornecido pela União Soviética,⁴⁰ por ser tal decisão consistente com a política dos Estados Unidos, e o Departamento de Estado tratou de pressionar os armadores gregos Aristóteles Onassis e Stavros Niachos a não fornecerem os navios-tanques para seu transporte,⁴¹ enquanto estimulava a remoção de todo o pessoal que ocupava postos de importância nas companhias norte-americanas estabelecidas na ilha. Bonsal assustou-se quando soube de tal decisão, entendendo que o governo norte-americano estava a assumir a responsabilidade por tão sério desafio à Revolução Cubana, pois Castro e seus amigos da União Soviética poderiam aceitá-lo e o efeito seria diverso do esperado.⁴² Com efeito, as sanções econômicas só poderiam produzir resultados opostos aos almejados pela administração Eisenhower. Elas alimentariam ainda mais os ressentimentos contra os Estados Unidos, fortaleceriam a autoridade moral e política de Castro não só ao nível doméstico como em toda a América Latina e empurrariam Cuba irreversivelmente para a vis atractiva da União Soviética. O súbito agravamento das tensões internacionais favoreceu esta aproximação. No dia 1º de maio de 1960, com um míssil terra-ar (SAM), a União Soviética abatera sobre seu território o avião norte-americano U-2, utilizado pela CIA para espionagem. Kruchev só divulgou o feito no dia 5, véspera da reunião de cúpula, que se realizaria em Paris, para discutir o status de Berlim, dando continuidade às conversações de Camp David.

Eisenhower, a princípio, negou a responsabilidade dos Estados Unidos,

mas, constrangido, teve de reconhecê-la, depois, quando o piloto Gary Francis Powers, aprisionado após saltar de paraquedas, foi exibido na televisão. Kruchev, como não obtivesse as desculpas exigidas, cancelou então o encontro de Paris. Ele aproveitara o pretexto para cancelá-lo, porque possivelmente previra que não arrancaria de Eisenhower maiores concessões na questão de Berlim e da Alemanha. Um entendimento com Cuba dar-lhe-ia, entretanto, enorme poder de barganha e de pressão sobre os Estados Unidos. Não fora em vão que, já em 12 de fevereiro, ao falar no Parlamento de Nova Delhi, proclamara que a simpatia da União Soviética sempre fora para com os países que, como Cuba, defendiam sua independência nacional e econômica através de árdua luta, e acrescentara que ela lhes daria todo o apoio no combate ao subdesenvolvimento.⁴³ Este discurso, dado seu apoio moral e político à Revolução Cubana, alcançara enorme repercussão em Washington, e Mikoyan, que se encontrava, àquela mesma época, em Havana, prometera a Castro maior e mais efetiva cooperação do que a constante no acordo comercial, ao conhecer sua intenção de resistir aos Estados Unidos. Melhor momento para anunciar o restabelecimento de plenas relações diplomáticas entre a União Soviética e Cuba não havia do que depois que Kruchev cancelara a reunião de cúpula com Eisenhower. E foi o que aconteceu em 8 de maio, sendo feito em seguida um convite para que ele visitasse Havana.

Com esse respaldo internacional, ademais do apoio interno e da popularidade na América Latina, Castro sentiu-se com força suficiente para impulsionar a revolução, em aberto desafio aos Estados Unidos. Em 16 de junho, o Ministério das Relações Exteriores de Cuba convocou urgentemente o embaixador Bonsal para comunicar-lhe que dois diplomatas norte-americanos, Edwin L. Sweet e William G. Friedman, haviam sido capturados, em reunião com elementos contrarrevolucionários, pelas forças do serviço secreto cubano (G-2) e, declarados *personae non grata*, teriam poucas horas para abandonar o território nacional.⁴⁴

E, entre os dias 29 de junho e 1º de julho, o governo revolucionário interveio nas instalações industriais da Texaco, Esso e Shell, a fim de fazê-las refinar o óleo, ao que elas se recusavam, descumprindo a Ley de Minerales-

Combustíveis, de 9 de maio de 1938⁴⁵ — óleo que a União Soviética começara a enviar em quantidade suficiente para atender ao consumo de Cuba, i.e., mais do que os 50% antes ajustados, juntamente com os técnicos especializados no seu processamento. No dia 4 de julho, o navio soviético Chervovci aportou na ilha, transportando 70.000 barris de petróleo.⁴⁶ Era o segundo carregamento que lá chegava desde 17 de abril. E mais 17, a caminho, chegaram a Cuba nos dias subsequentes, transportando cerca de 1,3 milhão de barris.⁴⁷ O abastecimento de gasolina e derivados de petróleo fora assim assegurado. Destarte, como Bonsal previra, Castro frustrou o golpe que o governo norte-americano pretendeu desfechar ao recomendar que a Texaco, Esso e Shell não recebessem o petróleo soviético. Mas, em 6 de julho de 1960, conquanto os Estados Unidos estivessem a necessitar de açúcar, Eisenhower, sob crescente pressão interna e de acordo com o dispositivo do Sugar Act, determinou o corte de 700.000 toneladas da cota de 3,1 milhões de toneladas atribuída a Cuba, o que significou, praticamente, a cessação de suas exportações para os Estados Unidos, para onde ela já havia embarcado 2,3 milhões de toneladas.⁴⁸

Esta decisão não fora propriamente uma represália à intervenção nas refinarias de petróleo. Tampouco fora mais uma consequência do orgulho ferido de uma grande potência do que uma reação fria e sensata, conforme Pierre Kalfon,⁴⁹ um dos biógrafos de Che Guevara, interpretou, com certa razão. Fria ela foi. Sensata, não. O escritor norte-americano Ernest Hemingway rezara para que Eisenhower não tomasse tal decisão, pois significaria dar Cuba como presente à União Soviética.⁵⁰ De qualquer forma, prevista desde que Eisenhower, em março, solicitara autorização ao Congresso para modificar as cotas de açúcar, a decisão de cancelar a importação das 700.000 toneladas, no valor de US\$ 90 milhões, visou realmente a provocar o colapso econômico de Cuba, desestabilizar o regime revolucionário e criar as condições para o êxito da invasão, quando esta fosse desfechada, e dos grupos paramilitares, já em ação na Serra de Escambray. Contudo, tais medidas de coerção econômica, adotadas pelos Estados Unidos, não podiam intimidar homens com a coragem pessoal e política de

Fidel Castro e Che Guevara, que enfrentaram todos os perigos, arriscando a vida na luta armada, para promover a revolução. O próprio Castro advertira publicamente que, se Cuba perdesse parte de sua cota de açúcar, os Estados Unidos perderiam parte dos investimentos que lá fizeram. Se Cuba perdesse toda a sua cota, eles perderiam o total dos seus investimentos, estimado em US\$ 800.000 milhões.⁵¹ “Nosotros responderemos a las medidas; no estamos tan indefensos ni mucho menos”, avisou.⁵² Com efeito, o presidente Oswaldo Dorticós, no mesmo dia em que Eisenhower suspendeu a importação do açúcar, sancionou a Lei nº 851, autorizando o governo revolucionário, quando julgasse conveniente à defesa do interesse nacional, a expropriação de bens ou empresas pertencentes a pessoas físicas ou jurídicas dos Estados Unidos.⁵³ Com este decreto, o governo revolucionário armou-se para a escalada na guerra econômica com os Estados Unidos. E uma cunhada de Raúl Roa, ministro das Relações Exteriores de Cuba, informou a um diplomata norte-americano que Castro estava satisfeito com o curso dos acontecimentos, uma vez que o governo norte-americano reagira conforme ele esperava e, ao cortar a importação da cota básica de açúcar e não apenas a distribuição do déficit, podia ser acusado de agressão econômica contra Cuba.⁵⁴ Talvez por isto não aplicou, imediatamente, a Lei nº 851, promovendo a nacionalização das empresas norte-americanas, como advertira que faria se Eisenhower cortasse a cota de açúcar. Aguardou que as diversas iniciativas diplomáticas se desdobrassem, tanto ao nível da OEA quanto do Conselho de Segurança da ONU.

O fato de que a Lei nº 851 fora sancionada no mesmo dia em que Eisenhower cortara a importação das 700.000 toneladas de açúcar demonstrou que Castro, como ele próprio anunciara, antevira a atitude do governo norte-americano e possivelmente a desejava — não na forma tão drástica como fora tomada —, porquanto, com o Acordo Roa-Mikoyan, Cuba vendera toda sua cota, inclusive 550.000 toneladas à China,⁵⁵ e ainda recebera pedidos estimados entre 800.000 a um milhão de toneladas.⁵⁶ Seu propósito era diversificar a produção do país, assim como seus mercados externos, e industrializá-lo, de modo a promover sua independência

econômica em relação aos Estados Unidos, refletida no refrão “sem açúcar não há país”, e afirmar sua soberania política. Este era o mesmo objetivo de Che Guevara, declaradamente marxista e considerado por funcionários norte-americanos como o real poder em Cuba, o “actual ruler of this country”, nas palavras de Bonsal, embora Fidel Castro fosse o símbolo místico e o homem que dominava as massas, sem o qual não seria possível governar por muito tempo.⁵⁷ A cota de açúcar afigurava-se-lhe uma forma de “escravização econômica”, mediante a qual, conforme também a percepção de Castro, os Estados Unidos forçavam Cuba a manter a monocultura da cana, ao invés de diversificar sua produção, e tornavam o mercado cativo para as exportações norte-americanas. Castro, porém, não pretendia certamente chegar ao extremo de romper todos os vínculos comerciais com os Estados Unidos. E Kruchev, que duvidava de sua confiabilidade,⁵⁸ tampouco almejava que a União Soviética viesse a substituir os Estados Unidos no papel de principal parceiro comercial de Cuba. Mas, naquelas circunstâncias, não a podia abandonar, sobretudo quando enfrentava o cisma da China, com Mao Zedong a combater a política de coexistência pacífica e acusando-o de cumplicidade com o imperialismo. Ademais, em virtude da importância geopolítica de Cuba, o conflito entre Castro e os Estados Unidos convertera-se em carta estrategicamente valiosa com que a União Soviética poderia jogar na Guerra Fria. E Kruchev, superando as hesitações iniciais, recolheu-a e tratou de utilizá-la. Seis dias após Eisenhower haver suspenso a importação das 700.000 toneladas restantes da sua cota de açúcar, atribuída a Cuba, ele não só anunciou que a União Soviética as compraria como respaldou o governo revolucionário de Castro com todo o peso do seu poderio nuclear, contra qualquer intervenção armada dos Estados Unidos. Os Estados Unidos — advertiu — não deviam esquecer que já não estavam tão longe, como antes, a uma distância inacessível da União Soviética, cuja artilharia, “figurativamente falando”, poderia com mísseis balísticos apoiar o povo de Cuba, se necessário, caso as “forças agressivas” do Pentágono ousassem empreender qualquer ação militar contra aquele país.⁵⁹

Castro, persuadido de que os Estados Unidos, após as medidas econômicas, partiriam para a intervenção armada,⁶⁰ agradeceu, publicamente, a solidariedade que Kruchev “espontaneamente” oferecera e procurou transformá-la em compromisso formal de defesa de Cuba, embora informações obtidas pela embaixada dos Estados Unidos em Havana indicassem que ele não ficara satisfeito com aquela ameaça, uma vez que ela comprometia a luta pela independência econômica e política do país.⁶¹ O próprio Che Guevara, que exultara com a proteção dada a Cuba pela “maior potência militar do mundo, a apontar mísseis balísticos para o imperialismo”, declarou que Cuba lutaria até o último homem contra qualquer tentativa da União Soviética de transformá-la em seu satélite.⁶² De fato, nem ele nem Castro obedeciam às diretrizes da União Soviética nem tinham qualquer compromisso com os partidos comunistas, cujos dirigentes os consideravam “um grupo inexperiente”, influenciado por um “marxismo amador, ou melhor ainda, cubanismo”.⁶³ No entanto, eles não podiam dispensar o respaldo da União Soviética, como os embaixadores da Argentina e do Brasil, Julio Amoedo e Vasco Leitão da Cunha pretenderam, contando com o apoio dos países latino-americanos.⁶⁴ De qualquer modo, ainda que formulada em termos hipotéticos e ambíguos, a ameaça de Kruchev causara forte impacto internacional e respaldara o regime de Fidel Castro contra a possibilidade de uma intervenção armada diretamente empreendida pelos Estados Unidos. Ninguém, decerto, imaginou que a União Soviética se dispusesse a deflagrar a guerra atômica para defender Cuba, mas houve grande receio de que ela praticasse uma retaliação, ocupando provavelmente Berlim Ocidental, ou mesmo o Irã, se os Estados Unidos concretizassem qualquer ação militar contra aquele país. Esta perspectiva assustou o Departamento de Estado, que aproveitou o envolvimento cada vez maior da União Soviética nos assuntos do Hemisfério para desviar as atenções da ofensiva econômica contra o regime de Fidel Castro, configurada no corte da cota de açúcar. Sua linha de ação consistiu, de um lado, em evitar que o Conselho de Segurança da ONU aceitasse na agenda as acusações de Cuba contra os Estados Unidos, sob a alegação — a mesma usada no caso da Guatemala — de que ela deveria

dirigir-se em primeira instância à OEA, e, a convocar, de outro, uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, para tratar da intervenção de uma potência extracontinental, configurada com o pronunciamento de Kruchev, nos assuntos do Hemisfério.⁶⁵

A atitude da União Soviética, fornecendo o petróleo de que Cuba necessitava, bem como os técnicos para manter o funcionamento das refinarias, e comprando o restante da cota de açúcar cortada por Eisenhower, frustrara os dois golpes de maior impacto econômico contra o regime de Fidel Castro. A ameaça de usar mísseis para defendê-lo, feita simbolicamente por Kruchev, abafou, porém, as repercussões negativas que aquelas agressões econômicas teriam e evitou fortes protestos das repúblicas latino-americanas, ao possibilitar que os Estados Unidos desviassem as atenções para a alegada intervenção de uma potência extracontinental nos assuntos do Hemisfério. O embaixador Bonsal, crítico das sanções econômicas, comentou, ironicamente, que a declaração de Kruchev fora “providencial”⁶⁶ para o governo norte-americano. Entretanto, este aspecto — observou — não alterava o fato essencial de que 1960 entraria na história como o ano em que as companhias de petróleo perderam suas propriedades, além do mercado, e a União Soviética, com a compra de 1,7 milhão de toneladas longas, e a China, com 500.000, expandiram suas importações de açúcar cubano para um total próximo de 2 milhões de toneladas longas — enquanto os Estados Unidos cortavam quase um milhão de toneladas, abrindo um vacuum para a penetração daqueles países comunistas.⁶⁷ De fato, as importações de açúcar cubano pela União Soviética e pela China, bem como pelos demais países do Bloco Socialista, foram muito superiores às compras dos Estados Unidos na primeira metade do ano, e às perdas resultantes do corte do resto da cota pela administração Eisenhower.⁶⁸ Bonsal, convencido de que a União Soviética tinha condições de atender a todas as necessidades do país, advertiu então que nenhuma das pressões econômicas faria o governo cubano ajoelhar-se e que, se ele fosse por elas derrubado, o que o sucedesse seria fraco tanto internamente quanto no resto da América Latina. Na sua opinião, pois, importante era que não se pudesse atribuir a nenhuma

daquelas sanções a sua queda, que se lhe afigurava inevitável, devido à própria desorganização e incompetência. “Castro and his followers would be the latest martyrs to American imperialism” , Bonsal ponderou, salientando que a atmosfera de resistência e desafio criada pelas sanções econômicas estava a exacerbar os sentimentos nacionalistas e servindo como justificativa para drásticas ações que visavam a reduzir e destruir os direitos de propriedade privada.⁶⁹ Nem todos em Washington pensavam com a mesma lucidez de Bonsal. O secretário de Defesa, Thomas Gates, considerou desafortunado que o governo de Castro, com a ajuda da União Soviética, sobrevivesse aos golpes do petróleo e do corte das importações de açúcar, sem que os Estados Unidos aplicassem outras sanções, permitidas pelo Export Control Act de 1949 e pelo Defense Production Act de 1950.⁷⁰ O secretário de Estado, Christian Herter, ponderou-lhe que o melhor seria esperar a Reunião de Consulta, já convocada para San José da Costa Rica, entre 16 e 21 de agosto de 1960, para que os Estados Unidos mobilizassem o apoio de outros países da América Latina.

Àquela altura, Eisenhower afastara também as ofertas de mediação, tanto da Argentina, feita pelo embaixador Julio Amoedo, quanto do México, cujo presidente, Adolfo López Mateos, propusera uma iniciativa conjunta com o Brasil e o Canadá, uma vez que não queria caracterizar o problema de Cuba como um conflito bilateral com os Estados Unidos, mas dar-lhe dimensão continental,⁷¹ de modo a receber apoio dos demais Estados americanos, invocando a Declaração de Caracas e o Tratado do Rio de Janeiro, para uma ação coletiva contra o regime de Fidel Castro. Essa estratégia não convencia várias autoridades em Washington, dada a simpatia que a Revolução Cubana despertava entre os povos da América Latina. O secretário do Tesouro, Robert B. Anderson, que recomendara às companhias de petróleo não refinarem o óleo bruto russo, expressara dúvida, já no fim de junho, quanto à possibilidade de que os chefes de governo da América Latina se alinhassem com os Estados Unidos e não considerava justo fazer tal pedido a homens como Alberto Lleras Camargo, presidente da Colômbia, que tinha crescentes dificuldades em controlar o próprio povo.⁷² O secretário de Estado

assistente, Thomas Mann, manifestara também o desejo de que os Estados Unidos não esperassem que a OEA tomasse qualquer medida contra Cuba.⁷³ Mas, como o próprio almirante Arleigh Burke reconheceria, a ação unilateral dos Estados Unidos teria sérias e pouco favoráveis reações na América Latina.⁷⁴ Ademais, poderia engendrar a retaliação da União Soviética, provavelmente contra Berlim Ocidental, sem que eles tivessem moral para reagir. Estas e outras ponderações, como a avaliação feita por Allen Dulles de que, se uma intervenção estrangeira suprimisse a revolução em Cuba, o resultado seria apenas temporário e ela outra vez eclodiria,⁷⁵ contribuíram para soffrear os Estados Unidos. Porém, ao renunciar à intervenção unilateral, o governo de Washington esperava contar com o apoio dos demais países latino-americanos para enfrentar o que consideravam ameaça à segurança do Hemisfério. A Reunião de Consulta, marcada para a segunda quinzena de agosto de 1960, em San José da Costa Rica, afigurava-se necessária para a criação de um clima internacional que permitisse aos Estados Unidos adotarem abertamente sanções econômicas e, se possível, outras medidas de coerção contra Cuba, embora a CIA já estivesse a introduzir na ilha grupos paramilitares para promover guerrilhas e atos de sabotagem, visando à desestabilização do governo revolucionário.

Fácil naturalmente não era a aprovação pela OEA de sanções coletivas, quer econômicas, quer políticas e militares, contra o governo de Fidel Castro no marco da Declaração de Caracas e do Tratado do Rio de Janeiro. A Revolução Cubana despertava ainda enorme simpatia entre os povos da América Latina, na medida, sobretudo, em que ela exprimia seu profundo inconformismo com a política dos Estados Unidos para a região, conforme, aliás, o próprio Kubitschek, como presidente do Brasil, já manifestara, ao propor, em meados de 1958, a Operação Pan-Americana. Por este motivo, ele deu instruções ao chanceler Horácio Lafer para que, na Reunião de Consulta em San José da Costa Rica, lembrasse a carta que enviara a Eisenhower, após as demonstrações de hostilidade a Nixon no Peru e na Venezuela, com a advertência de que situações políticas como a de Cuba poderiam surgir, como resultado da “falta de ação democrática construtiva

nas Américas”.⁷⁶ De acordo com suas recomendações, o Brasil devia observar “atitude de extrema cautela” no tocante ao problema de Cuba. Seu interesse, ele salientou, coincidia com o dos Estados Unidos na parte fundamental, isto é, quanto aos objetivos comuns de evitar que Cuba caísse na órbita soviética e preservar as normas essenciais do sistema interamericano. No que se referia à maneira de atuar para atingir tais objetivos, porém, o Brasil devia “conservar a mais completa independência e falar uma linguagem clara, amiga, franca e firme, tanto aos norte-americanos quanto aos cubanos”.⁷⁷ Kubitschek arrogou-se a autoridade para assim proceder, porquanto, desde 1958, “vinha advertindo os Estados Unidos sobre o risco de alastramento da Guerra Fria a este Continente e apontando os remédios adequados”. E, a ressaltar que a ajuda dos Estados Unidos aos países da América Latina não constituía favor, porque correspondia ao interesse mútuo, admoestou que o Departamento de Estado devia compreender que “a Revolução Cubana, apesar de seus desmandos”, contava “ainda com a simpatia das populações subdesenvolvidas do Continente” e lhes oferecia “a miragem da solução rápida dos graves problemas econômicos e sociais” que as afligiam.⁷⁸ Kubitschek ponderou, outrossim, que o “emprego da maneira forte e da ameaça” não teria efeito senão “jogar Fidel Castro nos braços de Moscou, sem enfraquecer-lhe o poder interno”, uma vez que ele contava “com as forças armadas e o apoio da maioria dos seus compatriotas”.⁷⁹ A instrução para o chanceler Horácio Lafer foi no sentido de que o Brasil, na Reunião de Consulta, não devia colocar-se “na vanguarda de qualquer posição tendente a condenar Cuba”, mas dizer-lhe que, embora compreendesse suas reivindicações e respeitasse sua soberania, não lhe era possível crer que uma aliança com Moscou correspondesse ao melhor interesse de sua causa. Kubitschek, no entanto, separou a questão da “ingerência do Governo soviético” nos negócios do Continente do “problema das divergências bilaterais” entre Cuba e os Estados Unidos, para o qual o Brasil não pouparia esforços no sentido de “encontrar-se uma solução satisfatória e honrosa (...), dentro do mais absoluto respeito à soberania cubana e ao princípio de não intervenção”, desde que ela mantivesse “atitude inequivocamente ocidental”.

Daí por que o Brasil, em San José da Costa Rica, votou a favor da resolução que condenava “energicamente a intervenção ou ameaça de intervenção, mesmo condicional, de uma potência extracontinental em assuntos das repúblicas americanas” e repelia a “pretensão das potências sino-soviéticas de utilizar a situação econômica, social e política de qualquer Estado americano”, porquanto tais iniciativas poderiam “romper a unidade continental e pôr em perigo a paz e a segurança do Continente”.⁸⁰

Aprovada por 19 votos a 0 (a delegação do México absteve-se, e a de Cuba, chefiada pelo chanceler Raúl Roa, retirou-se), na VII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, que ocorreu logo após a condenação da República Dominicana na VI Reunião de Consulta,⁸¹ a Declaração de San José da Costa Rica nem correspondeu às esperanças da administração Eisenhower nem agradou ao governo de Fidel Castro. As atitudes já assumidas pelos Estados Unidos contra Cuba, nos casos de petróleo e do corte das exportações de açúcar, enfraqueceram sua posição. As acusações formuladas pelo secretário de Estado, Herter, sobre os vínculos do governo revolucionário de Castro com o comunismo não impressionaram. A maioria dos delegados continuou a perceber a questão de Cuba como um conflito bilateral com os Estados Unidos.⁸² E Herter, sem conseguir a condenação expressa de Cuba, cujo nome não foi mencionado, como ele pretendia, na Declaração, teve ainda de aceitar um parágrafo reafirmando o “princípio de não intervenção de um Estado americano nos assuntos internos ou externos dos demais Estados americanos” e reiterando que nenhum Estado americano podia “intervir em outro Estado americano com o propósito de impor-lhe suas ideologias ou princípios políticos, econômicos ou sociais”.⁸³ Só assim a maioria dos países latino-americanos subscreveu a Declaração de Costa Rica. E, após a Reunião, o chanceler brasileiro, Horácio Lafer, comunicou a Kubitschek que cumprira suas instruções e que todos os esforços foram feitos para que Cuba, respeitada sua soberania e autodeterminação, confiasse “seu destino político à indissolúvel solidariedade pan-americana, avessa às investidas do comunismo internacional”, que queria “utilizar-se de uma revolução genuína para impulsar a Guerra Fria na América”.⁸⁴ No entanto o

"repúdio incisivo a qualquer ingerência soviética em assuntos das Repúblicas Americanas" não impediu que Herter percebesse "Leftist influence" nas atitudes do Brasil, consideradas "soft", e a tentativa de forçar Cuba a tomar a mesma posição e a confiar na "indissolúvel solidariedade pan-americana" levou Raúl Roa a qualificar Lafer, no mínimo, como "leva-e-traz" de Roy Rubottom, secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos.⁸⁵ Muita ingenuidade, sem dúvida, era crer que Fidel Castro, depois da experiência de Arbenz na Guatemala, pudesse confiar na "indissolúvel solidariedade pan-americana" ou crer que os Estados Unidos respeitariam o princípio de não intervenção nos "assuntos internos ou externos" de outro Estado americano, reafirmado na Declaração de Costa Rica. Efetivamente, os Estados Unidos não se dispunham a respeitar tais compromissos. Enquanto a Reunião de Consulta transcorria, Eisenhower, em 19 de agosto, aprovava a alocação de mais US\$ 13 milhões a fim de que a CIA pudesse expandir rapidamente o Project Clean-Up, cujo total a Western Hemisphere Division (WH) da CIA já estimava em US\$ 25 milhões, para o ano fiscal de 1960/1961,⁸⁶ sustentando as operações de guerrilhas nas regiões de Pinar del Río, Escambray e Sierra Maestra, junto com a infiltração de sabotadores e guerra psicológica, através de estação da Radio Swan, instalada em uma ilha quase desabitada, a 97 milhas da costa de Honduras.⁸⁷ E Castro, a sufocar por volta daquele mesmo dia um levante da Marinha,⁸⁸ sabia seguramente que os grupos contrarrevolucionários, tentando instalar focos de guerrilha naquelas regiões, dispunham de abastecimento e de armas em quantidade,⁸⁹ fornecidos pela CIA, que organizava outras forças paramilitares a fim de introduzi-las em Cuba com a missão de atacar o governo revolucionário. Até mesmo a embaixada do Brasil em Havana recebera informe de que um contingente de exilados, sob o comando do ex-coronel Ramón Barquín, preparava-se, em campo de treinamento nos Estados Unidos, para invadir aquele país, com apoio de aviação, caso a OEA não tomasse medidas eficientes contra o regime revolucionário lá instalado.⁹⁰

Sem atentar para as discrepâncias entre os Estados Unidos e a maioria dos países latino-americanos, que a Declaração de San José entremostrara, a

reação de Castro ao resultado da VII Reunião de Consulta foi de desafio. Perante a multidão, no dia 6 de setembro, ele atacou duramente o documento e seus signatários e, rechaçando a afirmativa de que a União Soviética e a China estavam a utilizar a situação política, econômica e social de um Estado americano para quebrar a unidade continental e pôr em perigo a paz e a segurança do Hemisfério, acentuou: “El único culpable de que esta revolución esté teniendo lugar en Cuba es el imperialismo yankee”.⁹¹ Em seguida, praticando uma espécie de democracia direta, submeteu à aprovação da massa a Declaração de Havana, em que aceitava e agradecia “el apoyo de los cohetes de la URSS, si su territorio fuera invadido por las fuerzas militares de los EUA”.⁹² O objetivo de Castro fora consolidar a ameaça, feita figurativamente por Kruchev, e comprometer a União Soviética na defesa de Cuba. Se fosse militante comunista, subordinado à disciplina de Moscou, não agiria certamente assim. Cuba, para Kruchev e os demais dirigentes do PCUS, não valia uma guerra nuclear. Mas o alinhamento de Castro com a União Soviética, a ponto de inserir Cuba no conflito Leste-Oeste, constituiu a forma pela qual ele pretendeu salvar a revolução. Com nítido fundo religioso, sua divisa — “Patria o Muerte” — expressava o dilema em que ele se colocara, disposto a ir às últimas consequências no conflito com os Estados Unidos, ainda que ao preço de provocar uma conflagração mundial. E, diante de tais circunstâncias, alternativa não lhe restara senão radicalizar a revolução e intensificar os esforços para espaiá-la por outros países, apelando para os povos da América Latina contra os governantes, que acatavam os mandatos de Washington, e antepondo ao “hipócrita pan-americanismo” o “latino-americanismo libertador” de José Martí e Benito Juárez.⁹³ Este foi o sentido da Declaração de Havana como resposta revolucionária à Declaração de San José.

Na verdade, Castro nem aguardara o resultado da Reunião de Consulta para radicalizar ainda mais a revolução. No dia 4 de agosto, agradecendo e declinando a oferta de bons ofícios feita pelo embaixador do Brasil, Vasco Leitão da Cunha, e outro colega, confiara-lhes que pretendia nacionalizar nas próximas 24 horas todas as propriedades norte-americanas existentes no

país.⁹⁴ E cumpriu o aviso. No dia imediato, Começou a aplicar a Lei nº 1, de 6 de julho de 1960. Perante a multidão em delírio, anunciou a nacionalização de 36 usinas de açúcar, entre elas a emblemática United Fruit Company, as duas refinarias de petróleo — Esso e Texaco — e as companhias de telefone e energia elétrica, todas pertencentes a capitais norte-americanos.⁹⁵ O que precipitou esta decisão foi a iniciativa da administração Eisenhower de encorajar as empresas norte-americanas a abandonar as atividades em Cuba, retirando capitais e pessoal técnico, como a Cuban-American Sugar Company, proprietária de três usinas de açúcar (duas das quais eram as maiores do país), já fizera e a United Fruit Company estava prestes a acompanhá-la.⁹⁶ E, como resposta a cada medida econômica contra Cuba, o processo de expropriação prosseguiu com a nacionalização dos bancos norte-americanos, em 17 de setembro, até culminar, em 13 de outubro de 1960, com a sanção das leis nº 890 e 891, que autorizaram o governo revolucionário a expropriar empresas açucareiras, destilarias, fábricas de bebida, e todos os demais setores industriais, bem como a nacionalização do sistema bancário.⁹⁷ Entre 5 de agosto e 13 de outubro, foram, pois, estatizadas cerca de 382 empresas privadas, tanto nacionais como estrangeiras,⁹⁸ com o objetivo não só de impedir que elas boicotassem as atividades tanto na agricultura quanto na indústria e no comércio, como de responder à ofensiva econômica dos Estados Unidos. Assim, quando, em 19 de outubro, Eisenhower recorreu ao Export Control Act e embargou parcialmente a exportação de mercadorias (exceto medicinais e alimentos) para Cuba, como primeiro passo para o bloqueio econômico, Che Guevara, como presidente do Banco Nacional, já vendera as reservas de ouro depositadas no Fort Knox, Kentucky, e transferira o dinheiro para os bancos do Canadá e da Suíça, a fim de evitar o confisco. E o governo revolucionário, controlando já todo o sistema de produção e comercialização do país, nacionalizou, em 24 de outubro, as duas últimas propriedades norte-americanas, as minas de Moa e Nicaro. Os Estados Unidos então perderam quase US\$ 1 bilhão em investimentos,⁹⁹ soma bem maior que os prejuízos sofridos com as revoluções na Rússia e na China¹⁰⁰ e equivalente a 10% do

total dos seus investimentos nas Américas, segundo Guevara.¹⁰¹ A Bonsal, um dos mais lúcidos diplomatas norte-americanos, não passou despercebido que tais nacionalizações fortaleceram materialmente a revolução, sob várias formas, inclusive ao afastar um grande número de cubanos e norte-americanos, identificados com a empresa privada e os procedimentos democráticos, de importantes posições, ocupadas dali por diante pelos mais ardentes revolucionários.¹⁰² Com efeito, a radical estatização da economia destruiu a presença dos Estados Unidos em Cuba e eliminou praticamente os suportes internos da contrarrevolução. E esta rápida transferência da propriedade privada para o controle do Estado arruinou o sistema capitalista e erodiu os mecanismos automáticos do mercado, com o que a lei da oferta e da demanda deixou de determinar, em parte, a produção e a distribuição de bens e serviços.¹⁰³ Castro e Che Guevara provavelmente nunca haviam lido Rosa Luxemburg, mas, como ela, perceberam que ou a locomotiva da revolução subiria a encosta histórica (*geschichtlicher Anstieg*) de um só impulso, a todo vapor, ou rolaria para baixo, ao ponto de partida, atraída pela força de gravitação arrastando com a força do seu peso todos os que tentassem detê-la.¹⁰⁴

Nem as medidas de coerção econômica nem as pressões políticas e diplomáticas conseguiram vergar Fidel Castro e forçá-lo a reverter o curso da revolução. Ao contrário, elas contribuíram decisivamente para aumentar seu poder pessoal e robustecer-lhe a determinação de desafiar o poder econômico e a autoridade política e diplomática dos Estados Unidos, como o historiador norte-americano Richard Welch Jr. reconheceu,¹⁰⁵ criando para Eisenhower uma situação realmente bastante difícil dentro dos Estados Unidos. Ao governo norte-americano não convinha combater frontalmente a revolução, devido à popularidade de que ela ainda desfrutava tanto em Cuba como no resto da América Latina. O expediente utilizado para nutrir e orientar a oposição a Fidel Castro foi acusá-lo de trair os objetivos que inspiraram o movimento contra Batista. Deste modo, o governo norte-americano também procurou justificar, internamente, o fato de não haver tomado medidas mais eficazes para impedir sua ascensão ao poder. Mesmo

assim, John F. Kennedy, candidato do Partido Democrata à sucessão de Eisenhower, atacou-o por permitir que o comunismo se instalasse em Cuba, evocando as advertências dos embaixadores Arthur Gardner e Earl E. T. Smith, mas esquecendo que ele próprio antes elogiara Castro, como “part of the legacy” de Simón Bolívar e criticara a administração Eisenhower por não lhe dar “warmer welcome”, após haver de modo “so uncritically” respaldado Batista, que “murdered 20.000 cubans in seven years”.¹⁰⁶ Claramente, Kennedy manifestou o propósito de ajudar e assistir “the forces fighting for freedom in exile and in the mountains of Cuba”.¹⁰⁷ O vice-presidente Richard Nixon, candidato do Partido Republicano à presidência dos Estados Unidos, teve de defender a administração Eisenhower, sem que pudesse revelar o andamento do Project Clean-Up contra Cuba, do qual era o verdadeiro pai, conquanto, sem dúvida, Castro estivesse completa e correntemente informado de que a CIA recrutava, financiava, treinava e armava seus inimigos para atuarem contra a revolução.¹⁰⁸ Em 9 de setembro de 1960, ele, em discurso, demonstrara saber da existência, na Guatemala, de “concentraciones de mercenarios, de equipo bélico y de barcos de transporte”, com o objetivo de invadir Cuba.¹⁰⁹ E, ao retornar de Nova York, onde participara da Assembleia-Geral da ONU e confraternizara, pessoalmente, com Kruchev, começou a criar os Comitês de Defesa da Revolução (CDR), instituindo poderoso sistema de vigilância interna, com agentes em cada rua, bairro, distrito e locais de trabalho, encarregados de manter o governo alerta para quaisquer atividades real ou supostamente contrarrevolucionárias. No primeiro semestre de 1961, de acordo com dados oficiais, foram organizados cerca de 100.000.¹¹⁰ E com tal sistema de informações, orientado pelo G-2, serviço secreto, as milícias facilmente dizimaram os pequenos grupos de guerrilha que a CIA treinava e introduziu em Cuba. Em 2 de outubro, cerca de 26 homens armados desembarcaram na costa norte da Província de Oriente. Não tiveram muita sorte. Capturados quase todos — entre eles havia três norte-americanos¹¹¹ —, foram julgados em corte marcial e condenados à morte. Embora a embaixada dos Estados Unidos nada pudesse fazer, porquanto sua interferência em favor dos três

norte-americanos que as autoridades cubanas acusavam, não sem fundamento, de atividades notoriamente patrocinadas e financiadas pela CIA só os prejudicaria ainda mais, Bonsal escreveu uma carta pessoal ao presidente Dorticós, apelando para seus sentimentos humanitários e pedindo a postergação da sentença.¹¹² A carta ficou sem resposta. E os três norte-americanos, juntamente com outros sete de nacionalidade cubana, foram executados.

Àquele tempo, cerca de 1.000 guerrilheiros, de acordo com a informação de Allen Dulles, atuavam ainda na Serra de Escambray,¹¹³ onde podiam mais facilmente receber armas e munição, despejadas de avião, do que nas montanhas de Oriente, dado que aquela região estava mais próxima das bases aéreas, que a CIA instalara nos países da América Central para as operações de apoio logístico. As forças contrarrevolucionárias — como Frente Revolucionário Democrático e Unidad Cubana de Liberación — careciam de unidade, no entanto, e não contavam com suficiente respaldo interno, uma vez que as medidas sociais do governo revolucionário melhoraram as condições de vida das camadas mais baixas da população, evitando que elas fossem afetadas pela deterioração da economia, e consolidaram sua base popular, principalmente no campo, apesar do crescente descontentamento das classes médias e da oposição do empresariado. A dificuldade em oferecer ao povo cubano uma alternativa atraente para o governo Fidel Castro também representou sério problema e este fato, em larga medida, determinou a evasão dos dissidentes para os Estados Unidos, o que contribuiu para esvaziar, internamente, a oposição. Não foi difícil assim para o Exército Rebelde e as milícias revolucionárias reprimir os focos de resistência armada. A “operación contra bandidos”, como Fidel Castro denominou o combate às guerrilhas nas montanhas de Escambray e Sierra Maestra, aniquilou os principais grupos contrarrevolucionários dentro de Cuba e apreendeu enorme quantidade de armas e munição.¹¹⁴ O insucesso de tais tentativas levou Daniel M. Braddock, encarregado de Negócios dos Estados Unidos em Havana, na ausência de Bonsal,¹¹⁵ a inferir, em dezembro 1960, que o regime de Fidel Castro provavelmente não cairia sem considerável derramamento de

sangue e que, uma vez consolidado com pleno suporte sino-soviético, muito difícil seria derrubá-lo sem intervenção estrangeira direta e de grande vulto.¹¹⁶ A esta mesma conclusão a CIA chegou, ao verificar que os pequenos grupos de guerrilhas, introduzidos clandestinamente em Cuba, mostravam-se impotentes para provocar um levante geral contra o governo Castro. Em 8 de dezembro, o Special Group, ou Comitê 5412, formado pelos diversos órgãos de inteligência do governo norte-americano,¹¹⁷ discutiu os planos para derrubar o governo Castro e, sem abandonar a infiltração de grupos de guerrilha, ainda resistindo nas montanhas de Escambray, e os atos de sabotagem, aprovou o novo conceito tático, que consistia em promover a invasão de Cuba, desembarcando no seu litoral cerca de 600 a 750 homens equipados com extraordinário poder de fogo, o que não apenas seria precedido como acompanhado de ataques aéreos, a partir de bases na Nicarágua, contra instalações militares, navios e aviões de guerra.¹¹⁸ O objetivo era conquistar uma área e mantê-la sob domínio, com o suporte logístico dos Estados Unidos, de modo a atrair os dissidentes e desencadear um levante geral em toda a ilha, estimulando a revolta de amplos segmentos do Exército Rebelde e das milícias revolucionárias.¹¹⁹ A expectativa da CIA era de que essa cabeça-de-ponte possibilitasse a aglutinação dos que estavam prontos para resistir a Castro, mas hesitavam até que tivessem alguma segurança de sucesso, e servisse para estabelecimento de um governo provisório, ao qual os Estados Unidos dariam aberta assistência militar, após reconhecê-lo, junto possivelmente com outros países do Hemisfério. Ela esperava que o caminho assim fosse pavimentado para a intervenção direta das tropas norte-americanas, a pretexto da pacificação de Cuba, o que resultaria na derrubada imediata do governo Castro.

Notas

1. Telegram from the U.S. Embassy in Cuba to Department of State, a) Daniel M. Braddock, Havana, February 1, 1960 — 7 p.m. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 778 e 779.
2. Ibid.
3. Memorandum from the Deputy Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Mallory) to the Acting Secretary of State, Washington, February 24, 1960. Ibid., pp. 808 e 809.
4. Ibid. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs= Special Assistant (Hill) to the Assistant Secretary of State (Rubottom), Washington, February 20, 1960. Subject: Priority Actions Arising from Discussions with Senate Foreign Relations Committee. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 801-803.
5. De acordo com informações prestadas por oficiais cubanos ao Serviço de Informações e Contrainformações do governo (SFICI) brasileiro, o empréstimo de US\$ 100.000 concedido pela União Soviética a Cuba consistiria em 10% a 15% em divisas e o restante em crédito para a aquisição de equipamentos, inclusive militar, como aviões MiG 17, o que implicaria o envio de pilotos soviéticos para treinamento dos cubanos. Relatório da entrevista realizada com os oficiais cubanos (capitão Aquiles Chinea Álvarez e primeiro-tenente Felipe Anastasio Rodríguez de la Torre) em 24 de maio de 1960, anexo ao Ofício nº 505-Gab/3598/60, secreto, a) Humberto de Souza Mello, coronel-chefe do Conselho de Segurança Nacional, ao ministro das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 9/6/1960. Diversos no Interior — Secretos — Recebidos — 1958-1962. AMRE-B.
6. Joseph Reap, porta-voz do Departamento de Estado, comunicou publicamente à Grã-Bretanha que não constituía segredo algum a oposição dos Estados Unidos à exportação de armamentos para a venda do Caribe. Bonsal, 1972, pp. 98 e 99. Vide também Cotayo, 1992, p. 33.
7. Memorando para o chefe da Divisão Política — Problema Cubano — STAP/12, a) Miguel A. Ozório de Almeida, chefe do Secretariado Técnico de Análise e Planejamento, 12/7/1960. AP47 Caixa 40 — Pacote 3 — APFCSD-AN.
8. Ibid.
9. Ibid.
10. Ibid.
11. Ibid.
12. Ibid.
13. Ibid.
14. Memorandum of a Discussion at the 436th Meeting of the National Security Council, Washington, March 10, 1960. Top Secret. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 832-836.
15. “The Situation in Cuba”, National Intelligence Estimate (NIE 85-2-60), Washington, June 14, 1960. Secret. Ibid., pp. 947-949.
16. Letter from Secretary of State Herter to Foreign Secretary of Great-Britain, Lloyd Selwyn, Washington, February 21, 1960. Ibid., pp. 805 e 806. Memorandum of a Conference,

Department of State, Washington, June 27, 1960. Subject: Questions Concerning the Program of Economic Pressures against Castro. Ibid., pp. 958-966. “Communist Influence in Cuba”, Special National Intelligence Estimate, SNIE 85-60, Washington, March 22, 1960. Ibid., pp. 869-871.

17. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Acting Secretary of State, Washington, May 11, 1960. Subject: U.S. Sugar Legislation Required for Economic Action Against Cuba. Ibid., pp. 911-917.
18. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to Secretary of State, Washington, March 9, 1960. Subject: National Security Council Discussion. Ibid., pp. 828-830.
19. Letter from the Under Secretary of State for Political Affairs (Merchant) to the Chief of Naval Operations (Burke), Washington, March 10, 1960. Ibid., pp. 837-841.
20. Memorandum of a Discussion at the 439th Meeting of the National Security Council, Washington, April 1, 1960. Ibid., pp. 876 e 877.
21. Telegram from the Embassy in Cuba to the Department of State, a) Braddock, Havana, March 14, 1960 — 5 p.m. Ibid., pp. 847 e 848.
22. “Communist Influence in Cuba”, Special National Intelligence Estimate, SNIE 85-60, Washington, March 22, 1960. Ibid., pp. 869-871.
23. Ibid., pp. 869-871.
24. Ibid., pp. 869-871.
25. Ibid., pp. 871.
26. Memorandum of Discussion at the Department of State — Joint Chiefs of Staff Meeting, Pentagon, Washington, March 11, 1960, 11:30 a.m. Ibid., pp. 841-845.
27. Letter from the Under Secretary of State for Political Affairs (Merchant) to the Chief of Naval Operations (Burke), Washington, March 10, 1960. Ibid., pp. 837-841.
28. Apud Cottam, 1994, p. 48.
29. Memorandum of Discussion at the 445th Meeting of the National Security Council, Washington, May 24, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 925-927.
30. Bonsal, 1972, p. 151.
31. Franklin, 1997, p. 24.
32. Miranda Bravo, 1996, pp. 34 e 35. Telegrama nº 149, da embaixada do Brasil em Washington, a) Carlos Alfredo Bernardes, 24/2/1960. Doc. 6.18-600.(24h) — Situação Política — Cuba — Antecedentes nº 82435. AMRE-B.
33. Ibid.
34. Esse programa, com as modificações que posteriormente sofreria, passou a denominar-se Operation Trinidad e, em seguida, Operation Zapata.
35. A Program of Covert Action Against the Castro Regime, Paper Prepared by the 5412 Committee, Washington, March 16, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 850 e 851. Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, March 17, 1960, 11 a.m.; Memorandum of a Conference with the President, White House,

Washington, March 17, 1960. Ibid., pp. 859-863. O plano então aprovado previa o treinamento inicial de 25 refugiados cubanos, pela CIA, na U.S. Warfare School, na Zona do Canal do Panamá, de modo que eles se tornassem instrutores de mais 70, que seriam infiltrados em Cuba para promover operações de guerrilha e sabotagem, em conexão com a resistência interna. Powers, 1981, pp. 130, 140 e 141. Entretanto, antes mesmo da autorização de Eisenhower, havia denúncias de que refugiados cubanos já se submetiam a treinamento militar, sob o patrocínio da United Fruit Company, em terrenos de sua propriedade, em Honduras. Telegrama nº 23, Dpo/600.(24c), confidencial, MRE à embaixada do Brasil em Havana, Rio de Janeiro, 21/3/1960. Havana — Cts — Telegramas — Expedidos — 1960-1964. AHMRE-B.

36. Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, March 17, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 859-863.
37. Dos US\$ 4,4 milhões, US\$ 950.000 seriam destinados à ação política, US\$ 1,7 milhão para propaganda, US\$ 1,5 milhão para as ações paramilitares, e US\$ 250.000 para a coleta de inteligência. “The Inspector General=s Survey of the Cuban Operation” (General Lyman G. Kirkpatrick). National Security Archive at George Washington University. Website: <http://www.seas.gwu.edu/nsarchive>.
38. A Program of Covert Action Against the Castro Regime, Paper Prepared by the 5412 Committee, Washington, March 16, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 850 e 851. Memorandum of a Conference with the President, White House, Washington, March 17, 1960. Ibid., pp. 859-863.
39. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Acting Secretary of State, Washington, May 11, 1960. Subject: U.S. Sugar Legislation Required for Economic Action Against Cuba. Secret. Ibid., pp. 911-917.
40. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Secretary of State, Washington, June 2, 1960. Subject: Action of U.S. Oil Companies (and Shell) in response to the Cuban Demand to Process Russian Oil. Ibid., pp. 934 e 935. Letter from Ambassador in Cuba (Bonsal) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom), Havana, June 6, 1960. Ibid., pp. 935 e 936. Letter from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Ambassador in Cuba (Bonsal), Washington, June 13, 1960. Ibid., pp. 946 e 947. Memorandum from the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Secretary of State, Washington, June 27, 1960. Subject: U. S. Policies toward Cuba. Ibid., pp. 955-957.
41. Memorandum of Discussion at the 450th Meeting of the National Security Council, Washington, July 7, 1960. Ibid., pp. 980-991.
42. Bonsal, 1972, p. 150.
43. Bilhete verbal nº 183, 900.1(00), embaixada do Brasil em Washington para o Itamaraty, 15/2/1960. Antecedentes nº 82435. AMRE-B. Lévesque, 1.978, pp. 14 e 15.
44. Escalante Fon, 1993, p. 64.
45. O artigo 44, parágrafo 3º, da Lei estabelecia que as empresas seriam obrigadas a refinar petróleo do Estado, quando o governo necessitasse, devendo ratear entre si as quantidades que a demanda impusesse. Entrevista de Castro ao Canal 2, em 25 de junho de 1960, in

- Castro et al., 1981, p. 100.
46. Cotayo, 1992, p. 45.
 47. Entrevista de Fidel Castro ante as câmeras da TV Revolución, em 8 de julho de 1960, in Castro et al., 1981, p. 132.
 48. Notes on the Secretary of State=s Staff Meeting, Department of State, Washington, July 5, 1960, 9:15 a.m.; Memorandum of a Discussion, White House, Washington, July 6, 1960, 11 a.m. Subject: Meeting with the President on Cuban Sugar, 11:00 a.m., Wednesday, July 6, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 976, 979.
 49. Kalfon, 1997, p. 317.
 50. Apud Bonsal, 1972, p. 151.
 51. Entrevista de Castro ao Canal 2, em 25 de junho de 1960, in Castro et al., 1981, pp. 103 e 204. “Según los datos del Departamento de Comercio de Estados Unidos, las inversiones norte-americanas en Cuba para 1954 arrojaban en sus estimados preliminares, y sin incluir la Nicaro Nickel, US\$ 713 millones de pesos, distribuidos en esta forma: agricultura, US\$ 272 millones; petróleo, US\$ 27 millones; industria, US\$ 55 millones; servicios públicos, US\$ 303 millones; comercio, US\$ 35 millones; y otras industrias, US\$ 21 millones.” Id., *ibid.*, p. 103.
 52. Id., *ibid.*, p. 104.
 53. Miranda Bravo, 1996, pp. 31, 103-107.
 54. Telegram n° 124, Bonsal to Department of State, Havana, July 9, 1960 — noon. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, p. 995.
 55. Ofício n° 94, reservado, legação do Brasil na Tchecoslováquia, ao chanceler Horácio Lafer, Praga, 23/7/1960. Antecedentes n° 82435. AMRE-B.
 56. Guevara, “Soberania política e independencia económica”, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 61 e 62.
 57. Memorandum from Richard G. Cushing, of the Office of the Public Affairs Advisor, Bureau of Inter-American Affairs, to the Deputy Director of the United States Information Agency (Washburn). Washington, April, 5, 1960. Subject: Reactions on Visit to Habana. Letter from Bonsal to Rubottom, Havana, July 13, 1960. *Ibid.* Taibo II, 1997, p. 390. Em seu número de 8 de agosto de 1960, a revista Time apresentou na capa o retrato de Che Guevara com o título “O cérebro de Castro”. No artigo, o autor apontou Fidel como o “coração e a alma” de Cuba, Raúl Castro como o “punho que sustenta a adaga da revolução” e Che Guevara como o “cérebro” responsável pelo giro para a esquerda da Revolução Cubana. Apud Kalfon, 1997, p. 319.
 58. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 468.
 59. Trecho do discurso in FRUS, vol. VI, 1958-1959, Cuba, p. 996. Vide também Lévesque, 1978, p. 17.
 60. Telegrama n° 140, urgente, da embaixada do Brasil em Havana para o Itamaraty, a) Vasco Leitão da Cunha, 14-15/7/1960, 13h. Antecedentes n° 82435. AMRE-B.
 61. Bonsal, 1972, p. 157. Memorandum of Discussion at the 451st Meeting of the National Security Council, Washington, July 15, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1014-

62. Ibid.
63. Telegrama nº 226, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Marcos Coimbra), 16-17/8/1960. 600. (24h) — Situação Política — Cuba — Confidencial — 1945 — 1960 — 6.218. AHMRE-B.
64. Telegrama nº 144, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana para o Itamaraty, a) Vasco Leitão da Cunha, 15-16/7/1960; Telegrama nº 172, secreto, da embaixada do Brasil em Havana ao Itamaraty, a) Leitão da Cunha, 25-27/7/1960. MDB — Secretos A-K Cts. Rec. E Exp. 1960/61. Ibid.
65. Telegram from the Department of State (Dillon) to the Missions at the United Nations, Washington, July 8, 1960 — 7:32 p.m.; Letter from President Eisenhower to Prime Minister Macmillan (Great-Britain), Newport. Rhode Island, July 11, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 993 e 994, 1000-1005.
66. Letter from the Ambassador in Cuba (Bonsal) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom), Havana, August 2, 1960. Ibid., pp. 1040-1045.
67. Ibid., p. 1042.
68. Mesa-Lago, 1994, pp. 21 e 22.
69. Letter from the Ambassador in Cuba (Bonsal) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom), Havana, August 2, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, p. 1043. Essas mesmas reflexões constam em suas memórias. Vide Bonsal, 1972, pp. 158-160.
70. Letter from the Secretary of Defense (Gates) to the Secretary of State, Washington, July 26, 1960. Ibid., pp. 1034 e 1035.
71. Memorandum from the Assistant Secretary for Inter-American Affairs (Rubottom) to the Secretary of State, Washington, July 25, 1960. Subject: Proposal for Good Offices between United States and Cuba. Ibid., pp. 1027-1030. Memorandum of a Conversation between Secretary of State Herter in Washington and Secretary of State for External Affairs Green in Ottawa, July 28, 1960. Ibid., pp. 1037-1039.
72. Memorandum of a Conference, Department of State, Washington, June 27, 1960. Subject: Questions concerning the Program of Economic Pressures against Castro. Ibid., pp. 958-966.
73. Ibid., p. 966.
74. Telegrama nº 415, secreto, da embaixada do Brasil em Washington para o Itamaraty, a) Walther Moreira Salles, 27/7/1960. Secretos — Q — W — Cts. Rec. e Exp. 1960-1961. AMRE-B.
75. Memorandum of a Discussion at the 455th Meeting of the National Security Council, Washington, August 12, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1055-1057.
76. Telegrama DPo/960, para exclusivo conhecimento do ministro Horácio Lafer, secreto-urgentíssimo, 26/8/1960, a) Ramos Alencar. Secretos — Consulados — Diversos no Interior e Exterior — Telegramas Rec. e Rec. — 1960-1961. AMRE-B.
77. Carta de Kubitschek ao chanceler Horácio Lafer, transmitida por telegrama à delegação do Brasil em San José, secreto, urgente, a) Fernando Ramos de Alencar. Ibid.

78. Ibid.
79. Ibid.
80. Ata Final da VII Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores, San José da Costa Rica, 1960, in Organização dos Estados Americanos — Coletânea de Documentos preparada para a Imprensa — Segunda Conferência Inter-Americana Extraordinária — Rio de Janeiro, 17/11/1965, 1º vol.
81. Na realidade, duas Reuniões de Consulta ocorreram, entre 16 e 28 de agosto, em San José da Costa Rica. A VI, convocada pela Venezuela para examinar a denúncia contra a República Dominicana, e a VII, pedida pelo Peru por causa da ameaça de mísseis feita por Kruchev e que os Estados Unidos consideraram intervenção extracontinental nos assuntos do Hemisfério. A VI Reunião aprovou uma resolução recomendando a ruptura de relações com o governo Trujillo.
82. Bonsal, 1972, pp. 162 e 163. Welch, Jr., 1985, pp. 56-58.
83. Ata Final da VII Reunião de Consulta dos ministros das Relações Exteriores, San José da Costa Rica, 1960, in Organização dos Estados Americanos — Coletânea de Documentos preparada para a Imprensa — Segunda Conferência Inter-Americana Extraordinária — Rio de Janeiro, 17/11/1965, 1º vol.
84. Carta do chanceler Horácio Lafer ao presidente Kubitschek, transmitida por telegrama secreto-urgente ao embaixador Fernando Ramos de Alencar, secretário-geral do Itamaraty, delegação do Brasil à VII Reunião dos Chanceleres Americanos — San José da Costa Rica, em 28-29/8/1960. Secretos — Consulados — Diversos no Interior e Exterior — Telegramas Recebidos e Expedidos — 1960-1961. AMRE-B.
85. Telegrama nº 256, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 22/9/1960, 14hs15. MDB — Secretos — A-K — Cts. — Rec. e Exp. 1960-1961. Ibid.
86. “The Inspector General’s Survey of the Cuban Operation (General Lyman B. Kirkpatrick)”. National Security Archives at the George Washington University. Website: <http://www.seas.gwu.edu/nsaarchive>.
87. Quirk, 1993, p. 330.
88. Telegrama nº 236, secreto-urgente, da Embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 19-20/8/1960, 19h. MDB — Secretos — A-K — Cts. — Rec. e Exp. 1960-1961. AMRE-B.
89. Ibid.
90. Telegrama nº 203, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, 10-11/8/1960, 19h. Ibid.
91. Discurso de Fidel Castro diante da Assembleia Geral, realizada na Plaza Cívica, em 6 de setembro de 1960, in Castro et al., 1981, p. 198.
92. Declaração de Havana, id., ibid., pp. 208-212.
93. Id., ibid., p. 209.
94. Telegrama s/n, da embaixada do Brasil em Havana, a) Vasco Leitão da Cunha, para o ministro Horácio Lafer, secreto-urgente, 5/8/1960. MDB — Secretos A-K — Cts. Rec. E Exp. 1960/6

1. Secretos — Consulados — Diversos no Interior e Exterior — Telegramas Rec. e Rec. — 1960-1961. AMRE-B.
95. A nacionalização foi efetuada mediante a Resolução nº 1 do Poder Executivo, datada de 6 de agosto de 1960. Este documento relaciona apenas 26 empresas norte-americanas. Vide Miranda Bravo, 1996, Apêndice 2, pp. 108-113.
96. Letter from the Ambassador in Cuba (Bonsal) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Rubottom), Havana, August 2, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1040-1045.
97. A Lei nº 891 estabeleceu um sistema compensatório, mediante a emissão de bônus pagáveis em 15 anos, e excluiu dessa medida os bancos canadenses, para os quais adotou o procedimento de compra dos ativos.
98. Faya & Rodríguez, 1996, p. 108.
99. Os investimentos norte-americanos, em 1959, totalizavam cerca de US\$ 850 milhões. Hansen, 1994, p. 22.
100. Welch Jr., 1985, pp. 61 e 62.
101. Text of speech by Major Ernesto Guevara, president of the National Bank of Cuba and head of the Cuban Revolutionary Government Economic Delegation, Peking, Nov. 21, 1960. Report from FBIS (Foreign Broadcast Information Service), Ratner & Smith, 1997, pp. 57-60.
102. Bonsal, 1972, p. 161.
103. Mesa-Lago, 1994, p. 20.
104. Luxemburg, Band 4, 1990, p. 340.
105. Welch Jr., 1985, p. 63.
106. Kennedy, John F. Strategy of Peace, Nova York, Harper and Row, 1960, pp. 167 e 168, apud Bonsal, 1972, p. 171. Apud Beschloss, 1991, p. 101.
107. The Joint Appearances of Senator John F. Kennedy and Vice-President Richard M. Nixon , p. 342, apud Bonsal, 1972, p. 172.
108. Id., *ibid.*, p. 164.
109. Discurso no encerramento do congresso de distintas associações de trabalhadores em 9 de setembro de 1960, in Castro et al., 1981, pp. 293-304.
110. Bericht Nr. 74/62, Betr.: Politischer Jahresbericht, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Habana, den 27. Januar 1962. Referat 306, Band 182 — AA.
111. Os três norte-americanos foram Anthony Zarba, Robert Otis Fuller e Allen Dale Thompson. Memorandum of a Conference with President, White House, Washington, October 17, 1960, 8:05-8:33 a.m. FRUS, vol. VI, 1958-1960, pp. 1.089 e 1.090.
112. Bonsal, 1972, pp. 169-170.
113. Memorandum for Discussion at the 464th Meeting of National Security, Washington, October 20, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1095-1100.
114. Escalante Fon, 1993, pp. 71-73.
115. Bonsal encontrava-se nos Estados Unidos, chamado para consultas.

16. Despatch from the Embassy in Cuba (Daniel M. Bradocck, Chargé d=Affaires) to the Department of State, n° 1280, Havana, December 6, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1149-1163.
17. Desde 1948, um comitê secreto, reunindo os responsáveis pelos diversos órgãos de inteligência e segurança do governo norte-americano, tinha a responsabilidade de controlar as operações encobertas.
18. Aguilar, 1981, p. 7.
19. Memorandum from the Chief of WH/4/PM, Central Intelligence Agency (Colonel Jack Hawkins), to the Chief of WH/4 of the Directorate for Plans (J. D. Esterline), Washington, January 4, 1961. FRUS, vol. X, Cuba, 1961-1962, pp. 10-16.

Capítulo IX

OS PREPARATIVOS PARA A INVASÃO DE CUBA E O LEVANTE MILITAR NA GUATEMALA • O ROMPIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE CUBA E ESTADOS UNIDOS • A APROVAÇÃO DE KENNEDY AO PLANO PARA A INVASÃO DE CUBA • A MISSÃO DE BERLE JR. E A BUSCA DE APOIO NA AMÉRICA LATINA • O COMPLÔ DA CIA COM GÂNGSTERES DA MÁFIA PARA ASSASSINAR CASTRO E A OPERATION ZAPATA • A CIA E O FIASCO DA BAÍA DOS PORCOS

Em meados de outubro de 1960, ao aproximar-se o dia da eleição para a presidência dos Estados Unidos, a invasão de Cuba, a partir de bases na Guatemala, parecia iminente para Fidel Castro,¹ e o próprio staff de Kennedy temera que ela ocorresse, como forma de assegurar a vitória de Nixon.² O delegado de Cuba na ONU, Mario Garcia Incháustegui, com o apoio do embaixador da União Soviética, Valerian Zorin, tratara de incluir na agenda da Assembleia-Geral a denúncia de tais preparativos. E, enquanto o embaixador Luís Coronada Lira, representante da Guatemala, negava sua existência, o embaixador James J. Wadsworth, chefe da Delegação dos Estados Unidos, qualificou como “monstruous distortions” as acusações de Cuba e opôs-se ao requerimento, alegando, como sempre, que o foro mais adequado para discutir a questão seria a OEA.³ A Assembleia-Geral, em 1º de novembro, rejeitou por 45 votos contra 29 e, em 3 de novembro, a administração Eisenhower aprovou um orçamento suplementar de US\$ 28,2 milhões para o Project Clean-Up.⁴ Entretanto, dez dias depois (13 de novembro), as bases militares de Zacapa e Puerto Barrios, na Guatemala, insurgiram-se contra o governo do presidente Miguel Ydígoras Fuentes, por permitir que a CIA instalasse no seu território campos de aviação e de treinamento, com o objetivo de preparar a invasão de Cuba. O levante, que esperava receber o apoio de metade das Forças Armadas, fracassou. A CIA colaborou para o seu esmagamento, fornecendo os bombardeiros B-26,

pilotados por exilados cubanos que ela treinara para o ataque a Cuba.⁵ Alguns dos mais jovens oficiais — Marco Antonio Yon Sosa, Luís Augusto Turcios Lima e Luís Trejo Esquivel — combateram até que a munição se esgotasse e depois escaparam através da fronteira com Honduras, de onde posteriormente voltariam para deflagrar guerrilhas.⁶ Imediatamente, o governo norte-americano ordenou que aparelhos de sua Força Aérea começassem a patrulhar o Golfo de Honduras, a fim de impedir eventual auxílio de Cuba aos militares rebelados,⁷ e deslocou navios de guerra para as costas da Nicarágua e da Guatemala, em 17 de novembro, com o objetivo de defender, sem dúvida alguma, os campos de aviação e treinamento da CIA contra qualquer ataque. Thomas Mann, secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, convidou em seguida os embaixadores dos países representados na OEA e explicou que a presença de navios norte-americanos em águas da Guatemala e da Nicarágua devia-se ao intuito do governo cubano de intervir diretamente em auxílio dos movimentos sediciosos ocorridos naqueles países, enviando cinco ou seis aviões, com milicianos e armamentos, e isto só não se efetivou devido ao patrulhamento que as unidades aéreas do porta-aviões Shangri-La já estavam a realizar.⁸ Segundo ele, Cuba estaria gastando, clandestinamente, mais de US\$ 100.000 mensais naquela zona e, embora ainda não dispusessem de provas definitivas para acusá-la, os Estados Unidos estavam dispostos a agir com base no Tratado do Rio de Janeiro, para o que convocariam a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos.⁹ O embaixador do Brasil na Guatemala, Martim Francisco Lafayette de Andrada, porém, informou ao Itamaraty que o governo de Havana dera “apenas apoio psicológico por meio de programas radiofônicos”, e, conquanto não pudesse afirmar que tivesse fornecido armas aos rebeldes, conforme o governo Ydígoras Fuentes afirmara, indícios havia de que a embaixada cubana fornecera fundos a “agitadores”.¹⁰

Entrementes, em 18 de novembro de 1960, John F. Kennedy, recém-eleito presidente dos Estados Unidos, foi oficialmente informado por Allen Dulles e Richard Bissell de que a CIA treinava forças paramilitares na Guatemala com o propósito de promover um ataque anfíbio contra Cuba, bem como, em

suas linhas gerais, do plano para assassinar Fidel Castro,¹¹ que provavelmente já lhe chegara também ao conhecimento por intermédio de Sam Giancana, um dos chefes da Máfia e encarregado de executá-lo, a quem fora apresentado por sua amante Judith Campbell Exner.¹² Entretanto, o projeto da invasão ainda se encontrava fluido e em uma fase bastante rudimentar. E Kennedy, por julgar que para combater com maior eficácia o comunismo e evitar sua expansão na América Latina os Estados Unidos deviam apoiar líderes políticos como Rómulo Betancourt (Venezuela), José Figueres (Costa Rica) e Jânio Quadros (Brasil), favoráveis a reformas sociais dentro da democracia, recomendou que a luta contra o regime de Fidel Castro não assumisse um caráter reacionário, visando ao restabelecimento do status quo pré-1959. Ele não podia desconsiderar a enorme popularidade da Revolução Cubana e endossou a tese de que Castro a traía, ao conduzi-la para o comunismo, como justificativa para a atitude dos Estados Unidos. De acordo com tal diretriz, o staff de Kennedy, a fim de evitar a identificação do Project Clean-Up com os Batisteros, defendeu a inclusão de dissidentes de centro-esquerda no futuro governo provisório e mostrou a Bissell e Howard Hunt, encarregados das operações políticas da CIA, a necessidade de dar um papel proeminente a Manuel Ray, ex-ministro de Obras Públicas nos primeiros tempos do Governo Castro e chefe do Movimiento Revolucionario del Pueblo (MRP), exatamente pelas restrições que se lhe faziam, ao afigurar-se ele como representante do “fidelismo sem Fidel Castro”,¹³ propondo-se a “preservar as conquistas positivas da revolução, libertando-a todavia da influência comunista”.¹⁴ A embaixada dos Estados Unidos tentara localizá-lo em Havana, onde vivera clandestinamente, para dizer-lhe que o governo norte-americano o apoiaria, “com o devido respeito a seus conhecidos ideais revolucionários e nacionalistas, que incluem vários princípios do socialismo”.¹⁵ Manuel Ray conseguiu chegar finalmente a Miami, onde alcançou um entendimento com a CIA.¹⁶ Mas a embaixada dos Estados Unidos em Havana já se defrontava com enormes dificuldades para realizar os objetivos de inteligência — coletar informações tanto econômicas quanto políticas e militares — e respaldar as atividades da contrarrevolução, como

“symbol of U.S. resistance to Castro”,¹⁷ devido à vigilância, que reduzira seus contatos com a oposição, e às restrições impostas aos adidos militares, impedindo seu acesso às áreas sensíveis e aos estabelecimentos militares.¹⁸ E esta razão, inter alia, levou o encarregado de Negócios norte-americano, Daniel Braddock, a propor ao Departamento de Estado o rompimento das relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba, por considerar sua manutenção, quando não mais havia cidadãos norte-americanos e interesses a proteger, incompatível com as pressões internas e externas necessárias à derrubada do governo revolucionário.¹⁹

Apesar de que hesitasse, talvez devido à sua posição de lame duck, Eisenhower não teve alternativa senão tomar tal iniciativa, depois que Fidel Castro, ao celebrar em 2 de janeiro de 1961 o segundo aniversário da revolução, acusou a embaixada dos Estados Unidos em Havana de constituir um centro de subversão e espionagem e exigiu a redução de seus funcionários, da ordem de algumas dezenas, para apenas 11, número equivalente ao que a embaixada de Cuba mantinha em Washington. Esta medida realmente se justificava, dado que muitos dos funcionários na embaixada americana eram agentes da CIA,²⁰ cuja agência, lá instalada, teve de ser transferida para Miami, ou colaboravam de algum modo com as forças contrarrevolucionárias, dando-lhes instruções sobre a maneira de proceder e fornecendo-lhes meios materiais para a perpetração de atentados e atos de sabotagem, como os ocorridos no centro de Havana, do que o governo revolucionário alegava possuir provas documentais.²¹ E Fidel Castro queria liquidar, urgentemente, os focos contrarrevolucionários remanescentes na região de Escambray, onde a insatisfação em face da maneira inadequada como a reforma agrária fora ali implementada — e não como reação ao comunismo — permitira que eles ganhassem certo suporte entre os próprios camponeses, contando com o apoio logístico da CIA.²² De acordo com as informações recebidas pela embaixada brasileira em Havana, o número de insurgentes naquela região variava entre 500 e 1.500 homens, e para combatê-los, Fidel Castro, entre janeiro e fevereiro de 1961, despachou milhares de milicianos, estimados em 50.000,²³ de todas as partes do país.²⁴

Àquela época, o complô da CIA com a Máfia para assassinar Fidel Castro já estava em andamento, havendo o coronel Sheffield Edwards, chefe de Segurança daquele órgão de inteligência, entregue ao gângster John Rosselli, em fevereiro, pílulas de toxina botulínica, que seriam contrabandeadas para Cuba. E Kennedy, que assumira a presidência dos Estados Unidos alguns dias depois do rompimento de relações com Cuba, aprovou, em linhas gerais, a operação militar contra o regime de Fidel Castro, embora manifestasse algumas dúvidas, e solicitou a avaliação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.²⁵ Mas, segundo algumas fontes, ele decidira que a participação dos Estados Unidos na invasão de Cuba limitar-se-ia a recrutar, financiar, equipar, treinar e instruir os adversários de Castro,²⁶ motivo pelo qual determinou a revisão do plano elaborado pela CIA, autorizando apenas a formação de uma pequena junta de líderes anti-Castro, com forte equilíbrio de centro-esquerda e apoiada por um amplo Conselho Revolucionário a fim de dar às tropas estacionadas na Guatemala senso de comando.²⁷ Se bem que todos os conselheiros de Kennedy, com exceção do senador J. William Fulbright,²⁸ aceitassem o plano, na medida em que o objetivo comum era a derrubada de Castro, divergências havia, porém, quanto à forma e ao timing para sua execução. Os diretores da CIA insistiam na urgência de desencadear o quanto antes possível a operação. Alegavam que o governo da Guatemala estava sofrendo fortes pressões para que os cubanos fossem removidos de seu território e que não viam como mantê-los nos campos de treinamento de Retalhuleu além de 31 de março. Havia vários meses que muitos lá estavam, vivendo sob as mais austeras e restritivas condições, e seu moral caíria se não entrassem em ação. O outro argumento, endossado também pelas autoridades do Pentágono, era de que o tempo trabalhava em favor de Castro, pois, embora a situação econômica de Cuba rapidamente se deteriorasse, o governo revolucionário estava a receber do Bloco Soviético 30.000 toneladas ou mais de armamentos, inclusive aviões MiGs, para os quais 100 pilotos cubanos treinavam na Tchecoslováquia, e apertava o controle policial sobre o país.²⁹

Arthur Schlesinger Jr., assessor especial de Kennedy, ponderou,

entretanto, que se estava dando mais atenção aos aspectos militares que aos aspectos políticos, cujos riscos não foram devidamente avaliados. Que aconteceria quando Castro produzisse uma dupla de prisioneiros que testemunhassem ter sido armados, treinados e instruídos pelos norte-americanos? — perguntou.³⁰ Schlesinger observou então que se lhe afigurava muito perigoso apressar a operação apenas porque a CIA tinha em suas mãos um punhado de homens e não sabia o que fazer com eles. Inegavelmente, ele reconheceu, não convinha trazê-los de volta para os Estados Unidos, para que contassem por toda parte o que estiveram a fazer, mas não se podia permitir que este problema governasse a política norte-americana.³¹ Por sua vez, apesar do entusiasmo pelo plano, o Departamento de Defesa considerou o “tremendous impact” que uma ação unilateral contra Cuba teria sobre o prestígio dos Estados Unidos em todo o Caribe e na América Latina, bem como no resto do Ocidente, e recomendou a busca de um respaldo internacional ou através de OEA ou de alguns países selecionados.³² Esta mesma cautela o Departamento de Estado manifestou. O próprio embaixador Adolf Berle Jr., a quem Kennedy encarregara no Departamento de Estado a direção da política para a América Latina, admitiu que a ideia de um bloqueio naval, por ele acalentada, como arma contra o regime de Castro, criaria mais problemas do que resolveria, uma vez que seria considerado ato de guerra e violaria os tratados internacionais, inclusive o do Rio de Janeiro, dos quais os Estados Unidos eram signatários, além de provocar sérios conflitos não só com a União Soviética como também com os próprios países do Ocidente, que não aceitariam a captura e a revista de seus navios.³³ Esta ideia foi abandonada, no Departamento de Estado, como impraticável e claramente ilegal. Por outro lado, salientando não julgar provável que um levante popular ocorresse rapidamente em Cuba, de modo a impossibilitar que Castro mobilizasse as milícias contra a invasão, Thomas Mann, secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, ponderou que a intervenção militar aberta dos Estados Unidos, caso fosse requerida, violaria o artigo 2, § 4, e o artigo 51, da Carta da ONU, bem como os artigos 18 e 25 da Carta da OEA e o artigo 1º do Tratado do Rio

de Janeiro, os quais proscravam o uso da força armada, salvo em caso de legítima defesa contra um ataque armado. Castro poderia invocar o artigo 3, § 1º, do Tratado do Rio de Janeiro, para pedir a assistência dos outros Estados latino-americanos, a fim de repelir a agressão, e apelar, de acordo com o Capítulo 7 da Carta da ONU, para que o Conselho de Segurança interviesse, visando à restauração da segurança e da paz internacional. Se isto ocorresse, todo o sistema de tratados e alianças, montado pelos Estados Unidos, desmoralizar-se-ia e sofreria um colapso. Nulas eram as chances de apresentar a intervenção militar em Cuba como um *fait accompli*, e a ela os povos da América Latina opor-se-iam, possibilitando que os comunistas e castristas organizassem e dirigissem manifestações com o objetivo de derrubar os governos favoráveis aos Estados Unidos, o que seria catastrófico para sua posição de liderança no Hemisfério.³⁴ O Departamento de Estado entendia ser necessário lastreá-la com o mínimo de legalidade, buscando o apoio da OEA, e Thomas Mann recomendou que o embaixador Berle Jr. viajasse ao Brasil, país onde ele servira em 1945 e publicamente encorajara o golpe militar contra o governo Vargas, a fim de conversar confidencial e efetivamente com o presidente Jânio Quadros, que, como Kennedy, acabara de assumir o governo, e ter clara ideia de seus pontos de vista.

Berle Jr. chegou ao Rio de Janeiro em fins de fevereiro. No dia 27, conversou com o chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, dando-lhe a impressão de que “o Governo norte-americano não queria apresentar cruamente como barganha a concessão de auxílio econômico (ao Brasil) contra apoio à sua política em face de Cuba”, questão esta que tinha para Kennedy, como para ele, absoluta prioridade sobre qualquer outra, segundo declarou.³⁵ A alternativa política insinuada por Berle Jr., singelamente, consistiu em que o Brasil ou participasse da intervenção em Cuba, através da OEA, mediante Reunião de Consulta ou medida semelhante, considerando-a instrumento de penetração comunista, nos termos da Declaração de Caracas de 1954, ou deixasse os Estados Unidos com as mãos livres para agir, diretamente ou, talvez, por meio da Venezuela, Colômbia, Nicarágua e El Salvador, caso não desejasse cooperar.³⁶ Em seguida, Berle Jr. viajou para

Brasília, onde, antes de abordar a questão de Cuba, anunciou a Jânio Quadros, que lá o recebeu, o propósito dos Estados Unidos de conceder ao Brasil um crédito de US\$ 100 milhões. Sem dúvida, pretendeu, desse modo, comprar-lhe o apoio. Quadros, no entanto, manifestou dúvida sobre se deveria aceitá-lo ou não, uma vez que não resolveria os problemas brasileiros.³⁷ E, embora parecesse concordar completamente com a análise de Berle Jr. sobre a situação de Cuba, argumentou que não podia empreender qualquer manobra audaciosa no exterior enquanto não controlasse melhor a crise econômica e social com que o Brasil se defrontava, acentuando que se tomasse qualquer iniciativa, como a proposta pelos Estados Unidos, o resultado seria uma explosão interna.³⁸ Quadros, evidentemente, condicionou a solidariedade do Brasil à solução dos seus problemas econômicos e financeiros, e enfatizou as dificuldades políticas para revigorar seu poder de barganha. Convencera-se do pouco alcance político e da inconsequência prática da Operação Pan-Americana, na medida em que o Brasil, ao alinhar-se prévia e incondicionalmente com o Bloco Ocidental, que nem de jure nem de facto integrava, pois, como todos os demais países da América Latina, não era membro da OTAN, perdia sua capacidade de negociação e apresentava-se como simples postulante de recursos. Daí por que empreendeu a denominada política externa independente, praticando uma espécie de neutralismo potencial, sinalizando a possibilidade de evoluir para o neutralismo positivo, tal como assumido pelo Egito, Índia e outros países da África e da Ásia, caso os Estados Unidos não cooperassem com o seu desenvolvimento econômico, como contrapartida à solidariedade no confronto com a União Soviética. Com tal postura, ele ultrapassou a Operação Pan-Americana, que assumiu maior dimensão política, e Arturo Frondizi, presidente da Argentina, acompanhou-o.

A visita de Berle Jr. ao Brasil demonstrou que o apoio dos principais membros da OEA a uma efetiva ação militar contra Cuba continuava tão ou mais difícil do que em agosto de 1960, durante a VII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, em San José da Costa Rica. Ao Brasil, como a outros Estados latino-americanos, a permanência de uma Cuba

revolucionária até que convinha, porquanto forçava os Estados Unidos a prestar mais atenção aos seus problemas econômicos, como já acontecera com a aprovação pelo Congresso norte-americano, em 8 de setembro de 1960, da extensão de US\$ 500 milhões em assistência econômica à América Latina (Public Law 735), solicitada por Eisenhower, conforme compromisso assumido na Ata de Bogotá, decorrente da Operação Pan-Americana. Essa lei foi que valeu como ponto de partida para que Kennedy, em 31 de março de 1961, lançasse a Aliança para o Progresso, em substituição à Operação Pan-Americana,³⁹ pretendendo revestir sua política de um caráter reformista, compatível com as mais nobres tradições democráticas e revolucionárias dos Estados Unidos. Por outro lado, Fidel Castro alcançara, internamente, significativa vitória, ao eliminar, praticamente, quase todos os focos de guerrilha implantados com a ajuda da CIA. A operação, intensificada a partir de janeiro e denominada Limpia de Escambray, obtivera completo êxito. Cerca de 39 rebeldes morreram e 381 foram presos, segundo informação do governo cubano, cujas forças ainda capturaram muitos carregamentos de armas e víveres, lançados pelos aviões da CIA.⁴⁰ Em 4 de março, primeiro aniversário da explosão do La Coubre, Fidel Castro pôde anunciar o aniquilamento da maior parte dos bandos de guerrilha,⁴¹ anulando-os como ponta-de-lança da invasão e impedindo que a CIA convertesse Escambray em uma região segura para o estabelecimento de um governo contrarrevolucionário, que pudesse pedir a assistência militar dos Estados Unidos. Esse acontecimento causou nervosismo e inquietação entre os que planejavam a invasão de Cuba, para a qual o número de exilados cubanos treinados pela CIA já ascendera a cerca de 1.500 e ela não podia dispersá-los. A desmobilização de tantos homens — os diretores da CIA arguíam para convencer Kennedy a não suspendê-la — implicaria riscos políticos, podendo provocar explosões em três ou quatro países da América Central e constituir um duro golpe para o prestígio dos Estados Unidos, que seria acusado de inabilidade em tomar “decisive action” contra o regime de Castro.⁴²

Por outro lado, havia necessidade inadiável de compensar o colapso dos

focos de guerrilha nas montanhas de Escambray com novo fator de estímulo e dar às forças contrarrevolucionárias o mínimo de coesão para conduzir a luta contra Castro. As diversas organizações mostravam, porém, profundas divergências, conquanto tendessem à polarização em torno de Manuel Antonio (Tony) Varona, ex-primeiro-ministro do governo Prío Socarrás e líder da Frente Democrática Revolucionária (FDR), apoiado não apenas pela cúpula da CIA como pelos industriais e comerciantes cubanos no exílio, e Manuel Ray, que sofria fortes restrições por ter demorado a romper com Castro e ser considerado socialista⁴³ mas contava com a simpatia do staff de Kennedy, favorável a uma solução de centro-esquerda para combater o comunismo. Não obstante tais dificuldades, os dirigentes das 10 organizações anticastristas existentes em Miami, após longas e demoradas reuniões, alcançaram um acordo em torno de um programa mínimo, determinando, inter alia, a devolução das propriedades nacionalizadas, salvo algumas empresas de serviço público, e a dissolução das milícias,⁴⁴ e elegeram os 15 membros para o Conselho Revolucionário, que, sob a chefia José Miró Cardona, deveria transformar-se, posteriormente, em governo em armas, tão logo as forças treinadas e apetrechadas pela CIA invadissem Cuba e instalassem a cabeça de ponte,⁴⁵ porquanto as autoridades norte-americanas opuseram-se à constituição de um governo no exílio, com sede nos Estados Unidos.⁴⁶

Kennedy não queria comprometer a imagem dos Estados Unidos e relutou em aprovar o desencadeamento da operação, ao sopesar os riscos políticos que correria, sobretudo quando desejava melhorar as relações com a União Soviética e negociava uma reunião de cúpula com Kruchev para tratar da proibição dos testes nucleares e da situação do Laos e de Berlim. Na realidade, ele não queria que se interpretasse a ação paramilitar contra o governo Castro, a ser empreendida pelos exilados cubanos, como um ataque direto dos Estados Unidos contra Cuba por temer que a União Soviética retaliasse na Alemanha, ocupando Berlim Ocidental. Por isto, não gostou do plano, tal como concebido por Bissell, na medida em que não mantinha suficientemente invisível a mão do governo norte-americano. Em vez de um

desembarque durante a alvorada, quando os navios de transporte claramente apareceriam e poderiam ser vistos, Kennedy preferia que a operação parecesse resultante de um movimento interno, deflagrado pelas guerrilhas. Não desejava que a invasão fosse muito espetacular, muito barulhenta e por isto opôs-se a que o desembarque das forças anticomunistas, previsto por Bissell para ocorrer nas proximidades da cidade de Trinidad, fosse transferido para um local mais ermo. E, feita a modificação para a Baía dos Porcos,⁴⁷ ele resolveu, na reunião de 29 de março, levar adiante o plano, já denominado Operation Zapata, embora se reservasse o direito de cancelá-lo até 24 horas antes do desembarque da Força Expedicionária Cubana, treinada e armada pela CIA, e desse instruções no sentido de que seus chefes fossem informados de que as Forças Armadas norte-americanas não teriam autorização, em nenhuma hipótese, para participar da invasão, cuja data foi adiada de 5 para 10 de abril. O subsecretário de Estado, Chester A. Bowles, quando soube dos preparativos para a invasão, ficou, porém, horrorizado.⁴⁸ E tentou evitar, no dia seguinte à reunião, o que chamou de “Cuban adventure”, convicto de que os interesses nacionais dos Estados Unidos seriam pobremente servidos por uma operação encoberta daquele tipo, quando o presidente Kennedy apelava com base nos mais altos princípios morais e políticos para a opinião pública mundial, posto que estava persuadido de que se não podiam divorciar completamente os meios dos fins, mesmo dentro do contexto da Guerra Fria.⁴⁹ Insistiu em que os Estados Unidos estariam violando deliberadamente as obrigações assumidas na Ata de Bogotá, que criara a OEA, e dariam um golpe no sistema interamericano e na rede de tratados e alianças, tecida em torno do mundo em seu próprio benefício. E, recalando os argumentos levantados por outros especialistas e diplomatas no Departamento de Estado, apelou para que o secretário de Estado, Dean Rusk, interviesse e comunicasse, pessoal e privadamente, seus pontos de vista a Kennedy.⁵⁰

Rusk opôs-se efetivamente ao plano, na reunião seguinte, em 4 de abril. O senador J. William Fulbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, também. E, através de memorando apresentado a Kennedy,

Arthur Schlesinger Jr., assistente especial da presidência, condenou a invasão, tal como planejada pela CIA, por entender, entre outras razões, que o prolongamento da luta e o comprometimento do prestígio norte-americano, especialmente se Washington reconhecesse e suprisse o governo provisório instalado na cabeça-de-praia, fariam crescer a pressão para que os Estados Unidos se envolvessem intensa e abertamente, de modo a garantir o sucesso da operação, até o ponto de despachar marines, caso não ocorresse o levante interno e as defecções nas milícias revolucionárias.⁵¹ Cuba tornar-se-ia a Hungria dos Estados Unidos — ele acentuou, aludindo à intervenção das tropas soviéticas para esmagar a revolta que levara um dissidente comunista, Imre Nagy, ao governo de Budapeste, em 1956 —, e uma onda de protestos se levantaria não só atrás da Cortina de Ferro como na Europa Ocidental, África, Ásia e América Latina. E o governo de Washington sofreria enorme prejuízo moral e político, na medida em que sua pretensão de ter um bom comportamento internacional era maior que a de Moscou. Se autorizasse o envolvimento na operação, estaria a admitir que violara os compromissos básicos do Hemisfério e da ONU. Se justificasse a violação, arguindo interesse maior, colocar-se-ia no mesmo nível de Moscou. E, se negasse o envolvimento, ninguém acreditaria e repetir-se-ia o episódio do U-2 (avião de espionagem da CIA abatido sobre o território da União Soviética, em 1960), que deixara o governo Eisenhower em uma situação constrangedora, quando o piloto norte-americano Francis Powel, capturado, foi apresentado vivo em Moscou. Além do mais, reforçando argumentos do senador Fulbright, Schlesinger salientou que os Estados Unidos teriam de arcar, perante o mundo, com as responsabilidades pela confusão em Cuba pós-Castro, uma vez que partilhava das dúvidas do próprio Kennedy quanto à competência dos líderes exilados.⁵² Ele não confiava na capacidade dos homens que compunham o Conselho Revolucionário, cujos pronunciamentos e manifestos revelavam incompreensão dos problemas econômicos e sociais com que Cuba pós-Castro defrontar-se-ia. Sua abordagem afigurava-se-lhe extremamente legalista, pois eles cuidavam apenas de assegurar as liberdades aos profissionais e aos homens de negócios,

sem tratar de reassegurar às classes baixas que as conquistas realizadas durante o governo Castro não seriam revertidas.⁵³ Se o Governo pós-Castro começasse por devotar sua primeira atenção aos donos de propriedades confiscadas e investimentos estrangeiros, se o povo simples fosse expulso das praias e dos hotéis, se a antiga ordem econômica e social fosse restabelecida, todos estes fatos serviriam como provas de que o motivo da derrubada de Castro consistira em tornar Cuba segura para o capitalismo norte americano.⁵⁴

Os aspectos políticos, ainda que se entrançassem com os militares, não interessavam nem aos diretores da CIA nem aos militares do Estado-Maior Conjunto, na medida em que o desiderato da operação consistia efetivamente em provocar a intervenção direta das Forças Armadas norte-americanas, ainda que Kennedy não a admitisse, e a consequente ocupação de Cuba, tivessem elas ou não de enfrentar, depois, prolongada guerra de guerrilhas, movida pelos adeptos de Castro.⁵⁵ Este foi o intuito da administração Eisenhower, pelo menos desde que constatou a ineficácia dos bandos de guerrilheiros, infiltrados pela CIA, para desencadear um levante que provocasse a derrubada de Castro, e o conceito do Project Clean-Up evoluiu de operações de guerrilhas para o da invasão de Cuba por um contingente de 1.500 homens, de modo a deflagrar uma guerra civil e justificar a intervenção das Forças Armadas norte-americanas. Esta era a rationale da Phase II do Project Clean-Up, conforme Richard Bissell e Allen Dulles imaginaram e o próprio Eisenhower aprovara.⁵⁶ Contudo, Kennedy, provavelmente avaliando os problemas políticos levantados no Departamento de Estado, bem como por Schlesinger, indicou sua preferência por uma operação que infiltrasse a força em unidades de 200 a 250 homens e promovesse um levante como se fosse internamente gerado. O coronel Jack Hawkins, chefe de Operações Paramilitares da CIA, ponderou que o desembarque de pequenos grupos serviria apenas para alertar Castro, que os eliminaria um por um. E foi isto que realmente acontecera com os focos de guerrilhas implantados nas montanhas de Escambray e em outras regiões de Cuba. De qualquer forma, Kennedy insistiu em que a operação se

configurasse como um levante interno, instando para que apresentassem alternativas para a “full-fledged invasion”, apoiada por aviões norte-americanos, navios e suprimentos, e não descartou, aparentemente, a possibilidade de que viesse a suspendê-la. No caso de seu cancelamento, o problema continuaria a ser o destino dos 1.500 exilados alojados nos campos de treinamento da Guatemala e da Nicarágua. Ademais, se a expedição fosse, mesmo momentaneamente, suspensa, o prestígio e o poder de Castro aumentariam, conforme Schlesinger reconheceu, ponderando, entretanto, que os riscos políticos seriam menores do que se a operação fracassasse. De qualquer forma, os preparativos para a invasão prosseguiram, fixando-se 17 de abril como o Dia D, não obstante as dúvidas de Kennedy, apenas decidido a não permitir que as Forças Armadas norte-americanas se engajassem diretamente na operação.

Dias depois, Schlesinger voltou a encaminhar-lhe outro memorando, no qual, evocando a posição do senador Fulbright, adensou com aspectos diferentes os mesmos argumentos contrários à operação contra Cuba. Segundo observou, muitos não entendiam até então que um pequeno país, com apenas sete milhões de habitantes, pudesse ameaçar uma potência como os Estados Unidos a ponto de levá-la a instigar uma guerra civil com o objetivo de derrubar o governo Castro. À maioria dos povos, acentuou, a alegada ameaça aos Estados Unidos (a própria CIA avaliara que Cuba não apresentava ameaça direta aos Estados Unidos nem tentaria uma invasão aberta de outro país latino-americano⁵⁷) não parecia justificar tão flagrante violação dos princípios que Kennedy se propunha a defender, e se lhes afiguraria que o ataque a Cuba visara não defender a segurança nacional, mas proteger as propriedades e os investimentos norte-americanos. Schlesinger imaginou o cenário em que manifestações de protesto em toda parte ocorreriam, embaixadas dos Estados Unidos seriam atacadas, o antiamericanismo espalhar-se-ia não só na Ásia, África e América Latina, mas também nos países da Europa Ocidental, e Brigadas Internacionais, denominadas José Martí ou mesmo Abraham Lincoln, organizar-se-iam, como acontecera durante a guerra civil na Espanha.⁵⁸ A par da lucidez com

que percebeu os problemas políticos, que poderiam advir da invasão de Cuba, sua preocupação, marcada pelo vezo puritano, era, contudo, ressaltar a imagem dos Estados Unidos, como nação liberal e madura, oposta ao colonialismo e ao imperialismo e dedicada à justiça, à paz e à liberdade, e proteger o caráter e a reputação de Kennedy, razão pela qual a mentira, se necessária fosse, deveria ser dita não por ele mas por funcionários subalternos.⁵⁹ A hipocrisia, como a forma pela qual o vício prestava homenagem à virtude, deveria pautar, puritanamente, a ação dos Estados Unidos. Assim, de acordo com as diretrizes de Kennedy, o chefe do Estado-Maior Conjunto, general Lyman L. Lemnitzer, já dera instruções ao comandante em chefe da esquadra no Atlântico, almirante Robert L. Dennison, para que tomasse as precauções necessárias no sentido de assegurar que o apoio naval dos Estados Unidos à Força Expedicionária Cubana não se tornasse evidente, possibilitando ao governo uma “plausible denial”,⁶⁰ i.e., negar convincentemente sua responsabilidade pela invasão. E a fim de resguardar ainda mais as aparências, a polícia norte-americana, em 8 de abril, prendera, sob a acusação de violar o Neutrality Act de 1939 dos Estados Unidos, o ex-senador cubano Rolando Masferrer (que nos anos 1940 fora dirigente do Movimiento Socialista Revolucionario e posteriormente aderira a Batista), quando ele organizava em Miami forças paramilitares para invadir Cuba, das quais 27 homens foram liquidados em outubro de 1960 por 2.000 milicianos de Fidel Castro.⁶¹ Schlesinger aplaudiu esse feito do governo norte-americano como manobra diversionista.

Em 11 de abril, McGeorge Bundy, assistente especial do presidente para Assuntos de Segurança Nacional, sugeriu a Kennedy admitir, durante conferência de imprensa a realizar-se no dia seguinte, que planos houve de contingência elaborados em outra administração, para que as Forças Armadas dos Estados Unidos, se chamadas, atendessem aos que lutavam do lado da liberdade, em caso de guerra civil em Cuba, porém ele mandara arquivá-los e não os empregaria em tais circunstâncias. A seguir esta orientação, no dia seguinte, 12 de abril, perturbado com as notícias de que a União Soviética lançara ao espaço o cosmonauta Yuri Gagarin, o primeiro

homem a sair da órbita da terra, e de que as guerrilhas comunistas do Pathet Lao forçaram a ampla retirada do Exército Real, financiado pelos Estados Unidos, Kennedy declarou à imprensa que as Forças Armadas norte-americanas, sob quaisquer condições, não interviriam em Cuba e que seu governo faria o possível para assegurar que nenhum cidadão norte-americano se envolvesse em ações dentro daquele país.⁶² No dia 30 de março, a embaixada do Brasil em Havana já sabia que a invasão estava em andamento, e era inconcebível que o governo Castro, com agentes infiltrados entre os exilados, não tivesse as mesmas ou até maiores informações. O conselheiro Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios,⁶³ observou que as forças paramilitares organizadas pela CIA não atingiriam 4.000 homens, de acordo com os cálculos do próprio governo cubano, e que, se eram “treinadas e armadíssimas”, conforme se anunciava, não se devia esquecer que Fidel Castro dispunha de cerca de 250.000 milicianos “igualmente treinados e armados”, o que lhe garantia, ainda que se admitisse um grande número de deserções e sabotagens, uma superioridade numérica arrasadora.⁶⁴ Os líderes anticastristas “mais responsáveis” em Havana admitiam, reservadamente, que o momento ainda não lhes era favorável e que seria necessário “provocar maior desgaste do atual regime e minar o ânimo dos que pretendiam defendê-lo, o que se poderia lograr com a invasão do medo e da insegurança, com a continuação das sabotagens e atentados e, eventualmente, a eclosão de pequenos levantes”.⁶⁵ Mesmo assim, o conselheiro Carlos Jacyntho de Barros salientou, os recursos do governo cubano eram “de tal monta que o triunfo de uma invasão apenas seria garantido se fosse ela seguida de uma intervenção dos Estados Unidos na ilha, a ser solicitada pelos grupos anticastristas que aqui se estabelecessem”.⁶⁶

Kennedy não era nem néscio nem ingênuo para supor que realmente as Forças Armadas não teriam de intervir em Cuba caso os contingentes anticastristas conseguissem estabelecer a cabeça-de-praia e defendê-la por mais de 24 horas, de modo a permitir que o Conselho Revolucionário Cubano lá se instalasse. Como o historiador cubano Jesus Arboleya ressaltou, era “prácticamente imposible que el Presidente y su equipo de asesores no

comprendieron la lógica del plan”.⁶⁷ Com efeito, Schlesinger alertou Kennedy, claramente, no sentido de que, se o desembarque falhasse em provocar o levante atrás das linhas e as defecções nas milícias (e a evidência de que isto ocorreria, ele salientou, não era conclusiva) não acontecessem, a lógica da situação compelia os Estados Unidos, passo a passo, até o ponto de despachar os marines.⁶⁸ E dúvida não havia de que Kennedy compreendesse, ainda mais esclarecido pelo almirante Arleigh Burke, que se a operação não tivesse chance de triunfar, existiria risco de envolvimento direto dos Estados Unidos, razão pela qual o Estado-Maior Conjunto chegara a determinar que aparelhos “unmarked”, isto é, sem as insígnias norte-americanas, do porta-aviões Essex, da esquadra no Atlântico, estivessem preparados para entrar em combate.⁶⁹ Claro estava que os invasores não poderiam sobreviver sem apoio externo, o que conduziria, inexoravelmente, à intervenção armada dos Estados Unidos, em virtude de sua enorme inferioridade numérica. O governo norte-americano sabia que os efetivos das milícias revolucionárias com que o governo Castro contava estariam entre 200.000 e 300.000 homens, fora os do Exército Rebelde, da ordem de 32.000 soldados, conquanto o Pentágono avaliasse que sua capacidade militar fosse baixa, salvo para operações de guerrilhas.⁷⁰ Sabia também que, de aproximadamente 65.000 refugiados cubanos na área de Miami, 3.000 eram homens, dos quais apenas 750 dispunham-se a alistar-se para o serviço militar como voluntários.⁷¹ E o próprio general David W. Gray, chefe da Divisão de Atividades Subsidiárias, Planejamento e Política do Estado-Maior Conjunto, observara que o potencial militar de Cuba era muito grande para uma força de 750 homens, ainda que os 200.000 milicianos apenas soubessem apertar o gatilho de submetralhadoras.⁷² Mesmo que o número de alistados pela CIA duplicasse para 1.500, como aconteceu, a ponderação do general Gray continuaria válida, e por esta razão ele julgara inevitável e favorecera a intervenção direta dos Estados Unidos, provavelmente depois do reconhecimento do governo provisório.⁷³ Na realidade, apesar de revisado pela CIA, conforme Kennedy determinara, o escopo original do plano, tal como elaborado ao tempo de Eisenhower, fora,

sem qualquer sombra de dúvida, mantido, ou seja, a Força Expedicionária Cubana, denominada também Brigada 2506, ao desembarcar em Playa Girón (Blue Beach) e em Playa Larga (Red Beach), distantes 50 quilômetros uma da outra, na entrada da Baía dos Porcos, deflagraria uma guerra de desgaste, possibilitando que os Estados Unidos, “after a decent interval”, reconhecessem o Conselho Revolucionário lá instalado e transformado em governo provisório,⁷⁴ a pedido do qual dariam extensivo apoio logístico e interviriam, ou através da OEA ou unilateralmente, se necessário. Esta intervenção teria como pretexto exigir eleições livres em Cuba, o que justificaria “strong measures” (em outras palavras, guerra) contra Castro, se ele não aceitasse sua realização.⁷⁵ Assim, depois que Kennedy não aceitara que o desembarque ocorresse nas cercanias da pequena cidade de Trinidad, fora escolhida aquela região, a Ciénega Oriental de la Zapata, separada do mar por uma escassa faixa de terra firme, de difícil acesso, cercada por pântanos e atoleiros intransitáveis, à qual somente se podia chegar através de três caminhos muito estreitos, construídos, aliás, após a vitória da revolução,⁷⁶ e lá a Brigada 2506 deveria ter capacidade para proteger o pretense governo provisório, chefiado por Miró Cardona,⁷⁷ e sustentar-se a si própria no mínimo por três ou quatro dias.⁷⁸ Era efetivamente uma região difícil de tomar, mas fácil de defender por cerca de 1.400 a 1.500 homens, uma vez que, além da existência de aeroporto para facilitar suas comunicações aéreas com o exterior, a Baía dos Porcos tinha profundidade e permitiria que a esquadra norte-americana lhes desse o necessário apoio logístico. Neste particular, como Fidel Castro reconheceu, “trabajaron bien los estrategas del Pentágono”.⁷⁹

A invasão deveria naturalmente contar com a surpresa como fator essencial para seu sucesso,⁸⁰ o qual, conforme enfatizado durante as discussões, também dependeria inteiramente de um levante geral em Cuba,⁸¹ onde a CIA já introduzira inúmeros contrarrevolucionários e intensificara os atos de propaganda, sabotagem, pequenas ações de guerrilha e terrorismo urbano, inclusive o assassinato de Castro,⁸² que constituía, inicialmente, parte integrante da operação, conforme Schlesinger confirmou.⁸³ Esse fato deveria

ocorrer antes ou durante a invasão da ilha, de modo a provocar confusão e levar o Exército Rebelde, bem como as milícias, sem liderança, ao colapso.⁸⁴ O historiador norte-americano Michael R. Beschloss levantou a hipótese de que Kennedy talvez houvesse adiado a aprovação final para a invasão, à espera da notícia da morte de Castro.⁸⁵ A CIA fizera-o crer — o senador George Smathers revelou a Beschloss em 1988 — que Castro não estaria mais vivo quando a Brigada 2506 desembarcasse nas praias da Baía dos Porcos.⁸⁶ “Someone was supposed to have knocked him off and there was supposed to be absolute pandemonium”, Smathers acrescentou.⁸⁷ Mas, em março, John Rosselli informara que seu elemento de contato em Havana perdera o acesso a Castro, as pílulas de toxina botulínica evidentemente não foram usadas e a tentativa de matá-lo a tiros, quando no Palácio dos Esportes, em 9 de abril, não se consumara, apesar de prometida por um agente, cujo codinome era NOTLOX.⁸⁸ De qualquer forma, os atos de terrorismo prosseguiram. No dia 14 de abril, bombas destruíram, em Havana, duas grandes lojas de departamentos — La Época e El Encanto — e importante engenho de açúcar na Província de Pinar del Río. A surpresa não mais constituía, porém, um fator a favorecer a invasão, uma vez que a notícia já vazara na própria imprensa dos Estados Unidos e não passava de um segredo aberto entre os exilados cubanos, dos quais a indiscrição constituía forte característica. No dia 8 de abril, a agência da KGB em Nova York informara ao Kremlin que ela ocorreria no dia 10 (o Dia D fora postergado na véspera para 17) e adiantara detalhes do plano, conforme revelados por Manuel Antonio Varona naquela cidade.⁸⁹ Até em Bogotá, e certamente em outras capitais da América Latina, sabia-se, na primeira semana de abril, que os Estados Unidos esperavam “acontecimentos excepcionais em Cuba, tanto de ordem interna como externa”.⁹⁰ E, no dia 12, o embaixador Vasco Leitão da Cunha, como secretário-geral do Itamaraty, determinou que o encarregado de Negócios do Brasil em Havana, Carlos Jacyntho de Barros, ficasse “de prontidão”,⁹¹ indicando conhecimento de que algum fato importante estava para ocorrer. Não podia haver dúvida, portanto, de que o governo cubano já estava alertado, do que, aliás, alguns diretores da CIA,

como Richard M. Helms, chefe de operações da Diretoria de Planejamento, e James Angleton suspeitavam,⁹² embora Bissell tranquilizasse Kennedy no sentido de que Fidel Castro não demonstrara, através de pronunciamento, conhecer a operação.

Assim, os ataques táticos desfechados por oito aviões B-26 na manhã de sábado, dia 15 de abril (Dia D-2), contra os aeroportos de Santiago de Cuba, San Antonio de los Baños, Cienfuegos e Havana, visando a destruir a força aérea do governo revolucionário, não atingiram plenamente seu objetivo. Os campos de aviação estavam protegidos com canhões antiaéreos, e não mais do que 40% dos aviões de guerra, absolutamente dispersos, foram destruídos.⁹³ O governo cubano tomou o bombardeio como advertência de que o momento da invasão se aproximava.⁹⁴ Sem dúvida, os ataques aéreos, da mesma forma que as embarcações enviadas na direção de Santa Fé, Província de Havana, como manobras diversionistas, constituíram, conforme expressão do encarregado de Negócios do Brasil, conselheiro Carlos Jacyntho de Barros, “excelente aviso”.⁹⁵ E o governo cubano, que já desencadeara a repressão interna desde, aproximadamente, 13 de abril,⁹⁶ teve condições de prender, nos dois dias que precederam o desembarque da Brigada 2506, cerca de 100.000 a 150.000⁹⁷ (40.000 apenas em Havana e nas adjacências) suspeitos de simpatizar ou apoiar a contrarrevolução, muitos dos quais nem sequer sabiam o motivo, e concentrou-os em campos de esporte, como o Palacio de los Deportes, no parque de beisebol, antigas fortalezas coloniais, teatros e outros locais previamente preparados.⁹⁸ Os principais dirigentes da contrarrevolução — dezenas — foram fuzilados naqueles dias ou pouco depois.⁹⁹ E, assim, a oposição clandestina ao governo Castro foi destruída.¹⁰⁰ O esquema de operações incumbido de apoiar a invasão desmantelou-se totalmente e não pôde funcionar, o que teve “transcendental importância” para a ulterior evolução dos acontecimentos, segundo Jesús Aboleja.¹⁰¹ O governo cubano não se surpreendeu, obviamente, com o desembarque dos contrarrevolucionários no dia 17 de abril, embora até então pudesse não saber com precisão que ele ocorreria em Playa Larga (Red Beach) e Playa Girón (Blue Beach), ao sul da Baía dos

Porcos.¹⁰² Mas Fidel Castro já planejara as tarefas de defesa que as milícias e o Exército Rebelde executariam e, sem que as manobras diversionistas em Pinar del Río e Baracoa o enganassem, despregou as forças para a Baía dos Porcos, onde a infantaria de milicianos, ainda que à custa de pesadas baixas, logrou conter o avanço inicial dos invasores, dando tempo a que as companhias de tanques e de artilharia pesada chegassem à região e dispersassem a Força Expedicionária.¹⁰³ As forças de Castro, embora taticamente surpresas, reagiram com rapidez e vigor, conforme a comissão de inquérito, presidida posteriormente pelo general Maxwell D. Taylor, do Estado-Maior Conjunto, reconheceria.¹⁰⁴ E os nove aviões B-26, T-33s e Sea Furies, de que o governo cubano ainda dispunha, conquanto velhos e maltratados, investiram (pilotados, segundo certas fontes, por tchecos¹⁰⁵) contra as forças invasoras, despejando bombas e foguetes sobre os navios que as transportavam, sem permitir que elas tivessem a supremacia aérea e cortando-lhes as possibilidades de retirada por mar.¹⁰⁶ Na manhã de 17 de abril, cerca de 10 horas depois que o San Marcos descarregara o primeiro contingente de anticastristas em Playa Larga (Red Beach), na parte central da baía, e, depois, em Playa Girón (Blue Beach), o Rio Escondido e o Houston, trazendo outros contingentes e a maior reserva de munição, foram afundados, enquanto o Santa Bárbara J já estava danificado por foguetes e o Blagar sofria forte ataque.¹⁰⁷ E os 172 paraquedistas despejados por cinco C-46 e um C-54, ao norte de Playa Larga (Red Beach), às 7:30, caíram em meio às forças revolucionárias e foram provavelmente dizimados.¹⁰⁸

Em suas memórias, Bissell, conquanto não se mostrasse convicto de que a Brigada 2506 conseguiria derrubar o governo Castro, avaliou que o fracasso da invasão de Cuba se deveu, em larga medida, à decisão de Kennedy de mudar o local, Trinidad — onde defecções nas forças de Castro poderiam ocorrer, devido à vizinhança da cidade, e a opção pelas guerrilhas nas montanhas de Escambray seria viável —, para a Baía dos Porcos, bem como à redução em 80% dos ataques aéreos.¹⁰⁹ Ele ainda lamentou que não houvesse recomendado o cancelamento da Operation Zapata quando se lhe afigurara claramente que ela não teria êxito.¹¹⁰ Na verdade, nem os chefes

militares do Estado-Maior Conjunto nem o secretário de Defesa, McNamara, revelaram ao presidente que preferiam Trinidad à Baía dos Porcos.¹¹¹ Mas o fracasso configurou-se no momento em que Kennedy não cedeu às pressões para ordenar que aviões da Força Aérea norte-americana dessem cobertura à invasão, o que conduziria à intervenção direta dos Estados Unidos em Cuba, e suspendeu o segundo bombardeio, por exigências políticas dominantes, ou seja, a situação criada na ONU, a repercussão na América Latina e, last but not least, a reação da União Soviética.¹¹² Talvez, de acordo com a hipótese de Michael R. Beschloss, ele decidira proibir o vital apoio aéreo dos Estados Unidos aos invasores ao constatar que a tentativa de assassinar Castro fracassara.¹¹³ Com isto, Bissell não contou. Conforme admitiu em entrevista ao historiador Piero Gleijeses, ele esperava que Kennedy se comovesse e ordenasse a intervenção armada, caso a cabeça de ponte se firmasse e o Conselho Revolucionário Cubano, ameaçado de esmagamento, solicitasse a ajuda dos Estados Unidos.¹¹⁴ Realmente, Dulles, Bissell e outros diretores da CIA, responsáveis pelo plano, bem como os chefes militares do Pentágono, a começar pelo almirante Arleigh A. Burke, chefe das Operações Navais, não acreditaram que Kennedy cumpriria o compromisso de não utilizar as Forças Armadas dos Estados Unidos para invadir Cuba, posto que a sua participação constituía a essência do plano, e supuseram que suas declarações à imprensa visavam apenas a desinformar. Eles imaginaram que, ante a eventualidade de um possível aniquilamento da Força Expedicionária Cubana, Kennedy modificaria sua decisão, e os Estados Unidos, a fim de salvá-la e garantir a vitória, interviriam em Cuba, em concertação com outros países da OEA, de preferência, ou unilateralmente, se necessário.¹¹⁵ O apoio dos principais países da OEA, porém, já estava descartado. Os Estados Unidos teriam apenas como opção reconhecer o Conselho Revolucionário Cubano como governo provisório e arcar sozinhos com a responsabilidade de abastecê-lo e sustentá-lo, militarmente, ao entrarem na segunda fase da operação, se a cabeça-de-praia conseguisse se sustentar por algum tempo. O Departamento de Defesa decerto produzira um plano de contingência para a invasão de Cuba naquelas circunstâncias. Mas a rapidez com que Castro

aniquilou a Força Expedicionária Cubana frustrou a implantação da cabeça de ponte e impediu decisivamente a escalada da invasão, com o subsequente emprego das Forças Armadas norte-americanas, sem o qual, como a comissão de inquérito presidida pelo general Maxwell D. Taylor, confirmou, ela não poderia sobreviver.¹¹⁶ Falha de comunicação entre a CIA e o Presidente sobre o desdobramento da operação, executada sua primeira fase, não houve conseqüentemente, como o notável historiador Piero Gleijeses supôs.¹¹⁷ Se bem que em dado momento vacilasse e desse a ordem, que falhou, para que seis aviões “unmarked”, partindo do porta-aviões Essex, estacionado offshore, sobrevoassem Girón e protegessem as forças invasoras, Kennedy, cuja atitude em face da operação fora sempre ambígua, recalcitou e não permitiu, finalmente, que o envolvimento aberto da Força Aérea norte-americana fizesse inevitável a intervenção direta dos Estados Unidos em Cuba, devido, sobretudo, ao receio de que a União Soviética aproveitasse o momento para invadir Berlim Ocidental, o que poderia tornar incontrolláveis os acontecimentos. Valerian A. Zorin, chefiando a missão da União Soviética, anunciara na ONU que Cuba tinha muitos amigos no mundo, inclusive seu país, prontos para ajudá-la. E, no dia seguinte ao desembarque da Brigada 2506 em Playa Girón e Playa Larga, 18 de abril, Kruchev, manifestando a esperança de que o governo norte-americano não permitisse que a “chama da guerra”, por ele atizada com a intervenção em Cuba, viesse a transformar-se em uma “conflagração incomparável”, advertiu Kennedy, em carta entregue à embaixada americana em Moscou, de que a União Soviética prestaria ao governo Castro toda a ajuda necessária para repelir o ataque.¹¹⁸ Kennedy imediatamente lhe respondeu e, reiterando que os Estados Unidos não interviriam militarmente contra o governo Castro, embora não escondessem sua admiração pelos “patriotas” que desejavam restabelecer o sistema democrático no seu país, manifestou a confiança em que o governo soviético não usaria a situação de Cuba como pretexto para inflamar outras áreas do mundo.¹¹⁹

Na verdade, porém, a invasão de Cuba não tinha condições de sucesso, sob nenhum aspecto, salvo se executada diretamente pelas Forças Armadas

norte-americanas, e a Operation Zapata, tal como foi concebida e executada, não passou de uma ópera-bufo. De acordo com a informação do Coronel Jack Hawkins, chefe de Operações Paramilitares da CIA, transmitida antes da invasão, a Brigada 2506 estava bem organizada e mais fortemente armada e mais bem equipada, em alguns aspectos, do que as unidades de infantaria dos Estados Unidos, havendo os homens recebido treinamento intensivo, inclusive de tiro ao alvo, superior ao normalmente dado às tropas norte-americanas.¹²⁰ Ao mesmo tempo, de modo a não identificar sua procedência, o governo norte-americano supriu aquela força invasora com aviões obsoletos (B-26), iguais aos que Castro possuía, e navios decrépitos,¹²¹ que a transportaram para Cuba, não de Retalhuleu, na Guatemala, mas de Puerto Cabezas, na Nicarágua, onde a CIA operava um aeroporto e um cais, guarnecidos pelas “melhores tropas” do ditador Anastasio Somoza.¹²² De nada adiantou, no entanto, a manobra de despistamento. A encenação dos dois bombardeiros B-26 pintados com as cores de Cuba e que voaram diretamente da Nicarágua para Miami e Key West, na Flórida, onde pousaram e os pilotos pediram asilo, como se houvessem participado de uma rebelião, revestiu-se de extremo ridículo. Logo desmascarada pela própria imprensa norte-americana, ela evidenciou que os ataques aos aeroportos de Cuba foram engendrados desde outro país, com cumplicidade dos Estados Unidos. Este fato colocou Adlai Stevenson, chefe da missão norte-americana na ONU, em uma posição bastante constrangedora, deixando-o “greatly disturbed”, pois ele jurara que os aviões pertenciam ao governo cubano e os pilotos eram desertores.¹²³ Mais ainda, gerou uma atmosfera crescentemente hostil aos Estados Unidos, no momento em que a Assembleia-Geral se preparava para discutir a acusação apresentada pelo ministro das Relações Exteriores de Cuba, Raúl Roa.¹²⁴ Como o Cuban Study Group do governo norte-americano reconheceu, uma operação paramilitar da magnitude da Operation Zapata não podia ser preparada e conduzida de tal maneira que se pudesse desmentir, especiosamente, o apoio ou mesmo a conexão com os Estados Unidos.¹²⁵

Não sem provas, ao anunciar, no dia 19 de abril, menos de 72 horas

depois do assalto anfíbio em Playa Girón e Playa Larga, a vitória contra o que denominou de “fuerzas mercenarias”, Castro acusou os Estados Unidos pela agressão, “dramáticamente comprobada en la mañana de hoy, al derribar baterias antiaéreas un avión militar norte-americano, que bombardeaba la población civil y a nuestras fuerzas de infantería en la zona del Central Austrália”.¹²⁶ O governo cubano resgatara o cadáver do piloto norte-americano Leo Francisco Baker, com toda a documentação e o plano de voo. De fato, a CIA perdera cinco pilotos cubanos, seis co-pilotos, dois pilotos norte-americanos e um copiloto e não sabia quantos aviões foram abatidos. No total, seis pilotos norte-americanos, contratados da Guarda Nacional de Alabama, por falta de cubanos, morreram na invasão da Baía dos Porcos,¹²⁷ sendo abatidos nove aviões,¹²⁸ segundo informação do governo cubano, dos onze B-26 de que a força invasora dispusera na base de Puerto Cabezas.¹²⁹ A Força Expedicionária da CIA não teve então condições de resistir, dentro de um pantanal, carente de água potável e esquadrihado incessantemente pelos milicianos, longe das montanhas de Escambray, onde poderiam refugiar-se. Assim, dos 1.400 cubanos anticastristas que a constituíram, 100 morreram, segundo a contagem do governo cubano,¹³⁰ cinco conseguiram escapar e asilaram-se na embaixada do Brasil e apenas 14 foram resgatados, restando ainda alguns desaparecidos. Segundo, porém, os membros do Conselho Revolucionário Cubano, o número de combatentes treinados e mobilizados pela CIA alcançara o total de 2.400, dos quais cerca de 1.200 nem conseguiram desembarcar e retornaram às suas bases.¹³¹ De qualquer forma, 1.189 invasores, bem como Manuel Artime, chefe do Movimento de Recuperação Revolucionária, e todo o alto comando da Brigada 2506, entregaram-se em massa às forças de Fidel Castro. Como Che Guevara ironicamente diria, aquele fora “el único ejército del mundo que se rindió completo, casi sin bajas”.¹³² E, ao submeter a investigação os “valerosos” contrarrevolucionários cubanos, qualificados como “mercenários” (recebiam o pagamento de US\$ 175 por mês, com um adicional de US\$ 25 por filho¹³³), o governo Castro constatou que entre eles havia 100 latifundiários, 24 grandes proprietários, 67 proprietários de casas e apartamentos, 112

comerciantes, 35 magnatas industriais, 194 ex-militares e esbirros de Batista, 112 lumpens e outros, que lutavam para recuperar 914.859 acres de terra, 9.666 casas, 70 fábricas, 5 minas, 2 bancos e 10 engenhos de açúcar.¹³⁴

Estes dados, demonstrando a composição social da Brigada 2506, explicavam por que o levante geral, que a CIA buscava insuflar, não ocorreria, nem 10.000 insurgentes, como Miró Cardona previra,¹³⁵ juntaram-se imediatamente às forças invasoras, limitando-se a resistência interna aos bandos de guerrilha, infiltrados na Província de Oriente e nas cercanias de Cienfuegos e de Pinar del Río. A contrarrevolução tinha efetivamente um caráter de classe. Os 100.000 cubanos que abandonaram a ilha desde a ascensão de Castro ao poder, conforme Kennedy ressaltara na carta a Kruchev para demonstrar que Castro traía os objetivos originais do seu movimento,¹³⁶ pertenciam, em larga maioria, às classes possuidoras ou médias, aquelas camadas da sociedade que a revolução afetara ao radicalizar-se na dinâmica do conflito com os Estados Unidos. A revolução só poderia consolidar-se através de uma ditadura, porque a realização das mudanças imediata e incondicionalmente necessárias aos camponeses e aos trabalhadores dos campos, os guajiros, provocou a resistência das grandes empresas norte-americanas e da burguesia nacional. Sem ela, impossível seria romper essa resistência e derrotar os esforços contrarrevolucionários, mormente quando alimentados por uma potência como os Estados Unidos. Assim, neste processo, o governo Castro convertera-se efetivamente em uma ditadura, mas uma ditadura que favorecia os camponeses e os trabalhadores das cidades e dos campos, ou seja, a grande maioria do povo cubano. Já em abril de 1960, Allen Dulles informara ao Conselho de Segurança Nacional que a desilusão com Castro ocorrera principalmente entre as “classes educadas” da população e não havia muita evidência de qualquer mudança no sentimento das outras classes.¹³⁷ Esta mudança, segundo sua opinião, somente ocorreria após longo período de tempo, provavelmente como resultado das dificuldades econômicas.¹³⁸ Em setembro do mesmo ano, funcionários da CIA envolvidos com a operação calcularam que Castro ainda contava com 75% de apoio,¹³⁹ e, em 8 de dezembro, quatro meses antes da

invasão, uma estimativa da comunidade de inteligência dos Estados Unidos confirmara que, embora o apoio a Castro houvesse declinado desde o alto nível que alcançara no início de 1959, ele ainda retinha amplo suporte popular entre as classes mais baixas, particularmente no campo, e nenhuma outra figura emergira com estatura para desafiá-lo.¹⁴⁰ E, menos de um mês depois, em 3 de janeiro, quando Cuba exigira dos Estados Unidos a redução do pessoal na sua embaixada em Havana, Allen Dulles pessoalmente reiterou a Eisenhower que, embora o “white collar people” fosse contra, a larga maioria dos camponeses e trabalhadores apoiava Castro.¹⁴¹ Este quadro não se alterou nos dois meses subsequentes. Em 3 de março de 1961, cerca de 45 dias antes da invasão, a estimativa da CIA era de que apenas 25% da população se opunham ao regime revolucionário e que apenas 2.500 a 3.000 pessoas estavam engajadas ativamente na oposição.¹⁴²

Em face de tais dados, a perspectiva de uma revolta geral contra Castro não tinha qualquer consistência, e, no curso do inquérito conduzido após o fiasco da Baía dos Porcos pelo general Maxwell Taylor, do Estado-Maior Conjunto, evidenciou-se que a própria CIA, de fato, não esperava que ela imediatamente ocorresse, alegando que os invasores deveriam conseguir manter a cabeça-de-praia por algum tempo, ou seja, cerca de uma semana, e ainda assim, apoiados por ataques aéreos.¹⁴³ Na verdade, Castro destruíra internamente as bases sociais da contrarrevolução, na medida em que as classes altas desapareceram, como efetiva força econômica e política, conquanto as classes médias, afetadas pela deterioração dos padrões de vida e pelo recrudescimento da repressão, ainda provessem algum tipo de oposição organizada. Pouco podiam fazer, no entanto, quando as classes baixas mostravam-se, de modo geral, favoráveis ao regime revolucionário, como um relatório conjunto do serviço de inteligência do Departamento de Estado e da CIA reconheceu, depois da invasão. Os camponeses e os trabalhadores das cidades e dos campos realmente estavam solidários com o governo Castro, com o qual se identificavam, em virtude de benefícios reais que ele em dois anos lhes propiciara. Além da reforma agrária, que beneficiara mais de 100.000 famílias, o governo revolucionário promovera a reforma urbana,

reduzindo os aluguéis pela metade e possibilitando também aos moradores adquirir a propriedade das casas e apartamentos onde moravam, e estava a empreender a construção de milhares de casas, a baixo custo, para as camadas mais pobres da população. Ao mesmo tempo, deflagrara uma campanha de educação, já quase a eliminar, em pouco tempo, o analfabetismo, que em 1959 afetava mais de 30% da população, e tornara públicas, abertas a todos, as praias de Cuba, antes propriedade privada dos hotéis e dos magnatas. Por fim, o crônico desemprego, em que aproximadamente 600.000 cubanos, em uma população de cerca de 6,5 milhões, viviam, estancara ou diminuía, enquanto a distribuição de renda tornava-se mais igualitária, favorecendo especialmente as zonas rurais.¹⁴⁴

Não sem fundamento, o encarregado de Negócios do Brasil, Carlos Jacyntho de Barros, previra que os extremismos de direita e esquerda caracterizariam a política de Cuba por muito tempo, se os exilados assumissem o poder com o auxílio dos Estados Unidos, pois se “alguma coisa de perene” a revolução oferecera à história daquele país, fora, por certo, a “popularização irreversível dos princípios de reforma econômica e social”, que alguns setores insistiam “imprudentemente” em desconhecer.¹⁴⁵ Por esta mesma razão, Schlesinger advertiu Kennedy, uma semana antes da invasão da Baía dos Porcos, de que, se o regime pós-Castro começasse a devotar sua primeira atenção aos donos de propriedades confiscadas e aos investimentos estrangeiros; se chutasse outra vez a gente humilde das praias e dos hotéis; se tentasse fazer retroagir o relógio econômico e social — “tais coisas documentariam vitoriosamente a afirmação da União Soviética de que o motivo dos Estados Unidos para derrubar Castro fora tornar Cuba outra vez segura para o capitalismo norte-americano”.¹⁴⁶ Felizmente, na opinião do embaixador Philip Bonsal, a aventura fracassou, porque, se o empreendimento triunfasse devido à presença de forças norte-americanas, o governo cubano pós-Castro teria sido totalmente inviável; ele teria requerido o constante suporte dos Estados Unidos, e isto não conquistaria o respeito do povo cubano; os heróis daquele povo seriam os que resistiram aos norte-americanos, com as armas na mão, ainda que sem sucesso. O cenário com

que Castro contara — Bonsal observou — haveria sido criado e os Estados Unidos atolar-se-iam em prolongada guerra de guerrilhas dentro de Cuba.¹⁴⁷ Opinião semelhante o embaixador Ellis O. Briggs manifestou, ao ponderar que o fracasso da operação na Baía dos Porcos constituiu trágica experiência para os cubanos nela envolvidos, porém foi uma sorte para os Estados Unidos, ainda que humilhante, porque, de outro modo, ela seria selada com uma indefinida ocupação da ilha pelas forças norte-americanas.¹⁴⁸ Henry Raymond, correspondente da United Press International em Havana, previu igualmente que se os Estados Unidos consumassem a invasão, seu prestígio na América Latina ficaria em ruínas.¹⁴⁹ E quando um ano depois Kennedy lamentou a derrota, Clayton Fritchey, da equipe do embaixador Adlai Stevenson, disse: “Senhor Presidente, poderia ter sido pior.” “Como?” — Kennedy perguntou. E ele respondeu: “Se tivéssemos vencido”.¹⁵⁰

Com efeito, a invasão da Baía dos Porcos, como Piero Gleijeses salientou, não foi um empreendimento em que os Estados Unidos cooperaram com a resistência cubana contra o regime instalado em Cuba por Fidel Castro. Os cubanos nela envolvidos foram empregados da CIA — Gleijeses salientou —, como os guatemaltecos que antes participaram da operação contra o governo Arbenz. Os que se amotinaram foram presos e confinados nas selvas, ao norte da Guatemala. Os planos foram feitos pelos Estados Unidos, que selecionaram os líderes, mantendo-os sob prisão domiciliar e incomunicáveis na base militar de Opa-Locka (Flórida) até o dia da invasão. O inspetor-geral da CIA, general Lyman Kirkpatrick, após investigar as causas do fiasco na Baía dos Porcos, nos seis meses subsequentes, escreveu um duro relatório, só revelado em 1998, e assinalou, entre vários outros desacertos, que, conquanto o número dos funcionários norte-americanos encarregados do Cuban Project na CIA saltasse de 40, em janeiro de 1960, para 588, em 16 de abril de 1961, poucos falavam espanhol, e os líderes rebeldes, integrantes do Conselho Revolucionário, foram tratados como “puppets”.¹⁵¹ Este mesmo general, em artigo posteriormente publicado, escreveu que, se havia resistência a Fidel Castro, esta se encontrava em Miami, e que todas as informações de fontes aliadas indicavam claramente que ele tinha o comando

da ilha e contava com o respaldo da maioria da população, que lá permanecera.¹⁵² “So when we are talking about the Bay of Pigs”, Gleijeses definiu com precisão, “we are talking about U. S. Aggression against Cuba, just like we were talking about Guatemala before”.¹⁵³

Kennedy não teve alternativa senão assumir publicamente a responsabilidade pelo humilhante mas venturoso fiasco, com o qual a CIA, em vez dos US\$ 4,4 milhões previstos no orçamento inicial, gastara mais de US\$ 46 milhões, no ano fiscal de 1960/61.¹⁵⁴ Sem ter mais como negar o envolvimento dos Estados Unidos, cujo mito da invencibilidade na Baía dos Porcos chafurdara, declarou aos repórteres: “There is an old saying that the victory has a hundred fathers, and defeat is an orphan. I am the responsible officer of this government”.¹⁵⁵ Sim. Ele fora o responsável pela invasão de um país com o qual os Estados Unidos não estavam, oficialmente, em guerra, uma invasão organizada na surdina, in silentio noctis, com todo o requinte da perfídia, bem como pelos atos de sabotagem e terrorismo, que produziram em Cuba centenas de vítimas inocentes. Mas, ao que tudo indicou, entendeu que o preço do cancelamento seria maior do que o que teria de pagar com o fracasso da invasão e simplesmente preferiu desembaraçar-se daquele contingente de exilados que formaram a Brigada 2506, lançando-o às praias de Cuba, para onde eles queriam ir,¹⁵⁶ a ser acusado de covardia e de nada ter feito contra Castro. De qualquer modo, se os princípios jurídicos e morais efetivamente prevalecessem nos Estados Unidos, Kennedy, como presidente, seria passível de impeachment por haver violado as próprias leis norte-americanas, entre as quais o Neutrality Act, desrespeitando os tratados internacionais, como a Carta da ONU, a Carta da OEA e o Tratado do Rio de Janeiro, dos quais os Estados Unidos eram signatários.

Notas

1. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 65-68.
2. Beschloss, 1991, p. 101. Hinckle & Turner, 1992, pp. 36-38.
3. Circular Telegram from the Department of State (Herter) to Certain Diplomatic Missions in the American Republics, Washington, October 28, 1960 — 8:53 p.m. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1102 e 1103. Airgram from the Embassy in Cuba (Braddock) to Department of State, Havana, November 1, 1960. Ibid., pp. 1112 e 1113.
4. “The Inspector General=s Survey of the Cuban Operation” (General Lyman Kirkpatrick). National Security Archive at George Washington University. Website: <http://www.seas.gwu.edu/nsarchive>.
5. Gleijeses, Píero. “Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs”, in *Journal of Latin American Studies*, n° 27, Cambridge University Press, 1995, pp. 1-42.
6. Debray, 1977, pp. 276-278.
7. Telegrama n° 71, da embaixada do Brasil em Guatemala (Martim Francisco Lafayette de Andrada), para o Itamaraty, confidencial-urgente, 15-16/11/1960, 19h. 600 (24b) Situação Política — Guatemala — 1955-1967 — 6213. AHMRE-B.
8. Carta-telegrama n° 72, da delegação do Brasil junto à OEA (Fernando Lobo) para o Itamaraty, Washington, 25/11-10/12/1960. Ibid.
9. Ibid.
10. Telegrama n° 78, da embaixada do Brasil na Guatemala (Lafayette de Andrada) ao Itamaraty, 25-26/11/1960. Ibid.
11. Richard Bissell, ao testemunhar perante o Comitê do Senado norte-americano, em 1975, declarou que não cria haver informado Kennedy sobre o plano em andamento, visando ao assassinato de Castro, mas possivelmente Allen Dulles fizera-o. U.S. Senate — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders — An Interim Report of Select Committee to Study Governmental Operations with respect to Intelligence Activities. November 20 (legislative day, November 18) — U.S. Government Printing Office, Washington, 1975, pp. 120 e 121.
12. Hinckle & Turner, 1992, pp. 136-139. Hersh, 1997, pp. 303-312. Franklin, 1997, p. 31.
13. Despatch n° 1280 from Embassy in Cuba (Daniel M. Braddock, Charge d=Affaires) to the Department of State, Havana, December 6, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1149-1163. Hinckle & Turner, 1992, p. 81. Quirk, 1993, p. 360. Ofício n° 51/600. (24h), confidencial, Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/3/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 653. AMRE-B.
14. Carta-telegrama n° 135, da embaixada do Brasil em Havana (Vasco Leitão da Cunha) para o Itamaraty, secreto, 24/11/1960. MDB-Secretos A-K — Cts. Rec. e Exp. 1960-1961. Ibid.
15. Ibid.
16. No dia 5 de fevereiro de 1961, John Kennedy recebeu Manuel Ray, visando a promover um acordo entre as diversas facções contrarrevolucionárias. Telegrama n° 21, da embaixada do

Brasil em Havana (Marco Antônio de Salvo Coimbra) para o Itamaraty, secreto-urgente, 7-8/2/1961. MDB-Secretos A-K. Cts. Rec. E Exp. — 1960-1961. AHMRE-B. Em março, como resultado da interferência direta de Kennedy, Ray foi incluído no novo Conselho Revolucionário Cubano, que substituiu a Frente Revolucionária Cubana (FRC). Powers, 1979, pp. 142 e 425.

17. Despatch n° 1398 from the Embassy in Cuba (Braddock) to the Department of State, Havana, December 16, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1178-1184.
18. Ibid., p. 1179.
19. Ibid., p. 1180.
20. Segundo Quirk, somente 61 pessoas na embaixada e nas repartições consulares tinham **status** diplomático. Nem todos eram espiões, embora a CIA mantivesse forte presença desde os meados de 1958. De qualquer forma, cinco dos nove membros da seção política da embaixada norte-americana em Cuba, inclusive James A. Noel, chefe da missão, eram agentes da CIA. Também cinco attachés militares pertenciam aos serviços de inteligência. Eisenhower passara a dar a esses agentes status diplomático, a fim de evitar que fossem presos sob a acusação de espionagem. Quirk, 1993, p. 355.
21. Relatório para o senhor ministro de Estado das Relações Exteriores — Política Exterior de Cuba, secreto, 23/1/1961, a) Vasco Leitão da Cunha, anexo ao Ofício Dpo/2/1900.l (24h), da Secretaria de Estado à embaixada do Brasil em Havana, Rio de Janeiro, 25.1:1961. 900.1 (00) — Política Internacional — De a (10) a (98) — 1951-1966. AHMRE-B.
22. Carta-telegrama n° 18, secreta, recebida, da embaixada do Brasil (Carlos Jacyntho de Barros) em Havana para o Itamaraty, 23/2-2/3/1961. 600.(24h) — Situação Política — Cuba — Confidencial — 1961 (6.219). Ibid.
23. Ibid.
24. Ofício n° 51/600. (24h), confidencial, Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/3/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.53. Ibid. Escalante Fon, 1993, pp. 99 e 100.
25. McNamara, 1996, p. 26. Memorandum of the Meeting with President Kennedy, Washington, February 8, 1961. Ibid., pp. 90-91.
26. Bonsal, 1972, p. 183.
27. Ibid., p. 91.
28. Apenas o senador J. William Fulbright, presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, opôs-se ao plano para a invasão de Cuba, quando consultado pelo presidente Kennedy. Fulbright, 1982, pp. 67 e 68.
29. Memorandum from the Chief of WH/4/PM, CIA (Hawkins) to the Chief of WH/4 of the Directorate for Plans (Esterline), Washington, January 4, 1961. Subject: Policy Decision Required for Conduct of Strike Against Government of Cuba; Staff Study prepared in the Department of Defense — Evaluation of Possible Military Courses of Action in Cuba, Washington, January 16, 1961; Memorandum of Conference with President Kennedy, Washington, January 25, 1961, 10:15 a. m. Memorandum from the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, JCSM-44-61, Washington, January 27, 1961. Subject: U.S.

- Plan of Action in Cuba. Top Secret. FRUS, vol. X, 1961-1963, pp. 10-16, 36-40, 54-55 e 57-58.
30. "What happens then when Castro produces a couple of prisoners who testify that they were armed, trained and briefed by American? Do we continue to deny this? Or change our original story?" Memorandum from the President's Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy, Washington, March 15, 1961. *Ibid.*, pp. 156 e 157.
 31. *Ibid.*, p. 157.
 32. Staff Study prepared in the Department of Defense — Evaluation of Possible Military Courses of Action in Cuba, Washington, January 16, 1961. *Ibid.*, p. 38.
 33. Memorandum for the Record, Washington, February 7, 1961. *Ibid.*, p. 82.
 34. Memorandum from the Assistant Secretary of State (Mann) to Secretary of State Rusk, Washington, February 15, 1961. Subject: The March 1960 Plan. *Ibid.*, pp. 95-99.
 35. Memorando, de Afonso Arinos de Melo Franco a Jânio Quadros, Rio de Janeiro, 28/2/1961. AAAMF.
 36. *Ibid.* Trecho do memorando e outros detalhes do encontro in Melo Franco, 1968, pp. 83-86.
 37. Incoming Telegram n° 1130, from Embassy (John Moors Cabot) to Secretary of State, Rio de Janeiro, confidential, March 3, 1961. JFKL.
 38. *Ibid.* O propalado incidente entre Quadros e Berle Jr. não ocorreu. Nem Quadros repeliu sua proposta "com polidez, mas com firmeza", como ele próprio propalou, nem se despediu "sem lhe apertar a mão", depois de responder-lhe "tão secamente que ele nem pôde prosseguir". Essas versões, de autoria do próprio Quadros para efeito de política interna, são falsas. Mais detalhes vide Melo Franco, 1968, pp. 85 e 86; Moniz Bandeira, 1973, pp. 406-408. Moniz Bandeira, 1979, pp. 12-17.
 39. Kennedy pensou, inicialmente, em manter o nome de Operação Pan-Americana, que Kubitschek lançara, mas decidiu mudá-lo para Aliança para o Progresso, a fim de não antagonizar-se com Jânio Quadros, que assumira a presidência do Brasil a criticar Kubitschek, e não causar ciúmes à Argentina, entre outros motivos, deixando com os Estados Unidos a iniciativa do programa de assistência econômica à América Latina. Campos, 1994, p. 419.
 40. Escalante Fon, 1993, p. 100. Ofício n° 51/600. (24h), confidential, Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/3/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 653. AMRE-B.
 41. Cerca de cinco grupos de guerrilhas, com uma força estimada em 660 homens, operavam a 25 milhas do local da invasão. Outro bando, com 90 homens, atuava 30 milhas a oeste, enquanto dois outros agiam 40 milhas ao norte. Memorandum from the Joint Chiefs of Staff (L.L. Lermitzer, Chairman of Joint Chiefs of Staff) to Secretary of Defense Robert McNamara, Washington, February 3, 1961, Subject: Military Evaluation of the Cuban Plan, Attachment — Memorandum for the Secretary of Defense, Annex "B", FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, p. 75.
 42. Memorandum from the Chairman of the Task Force of Latin America (Berle) to Secretary of State, Subject: Cuba. Washington, February 14, 1961; Paper prepared in the Central Intelligence Agency, Cuba, Washington, February 17, 1961; Paper prepared in the Central

- Intelligence Agency, Revised Cuban Operation, Washington, March 15, 1961. *Ibid.*, pp. 44, 99-107 e 145-148.
43. Ofício nº 51/600. (24h), confidencial, Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/3/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AMRE-B. Welch J., 1985, pp. 80 e 82. Bonsal, 1972, pp. 179-181. Smith, 1987, pp. 71 e 72.
 44. Memorandum from the Assistant Deputy Director (Plans) for Covert Operations (C. Tracy Barnes) to Director of Central Intelligence (Dulles), Attachment. Washington, March 21, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 163 e 164.
 45. Smith, 1987, p. 71. Ofício nº 51/600. (24h), confidencial, Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/3/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AMRE-B.
 46. *Ibid.*
 47. Assim chamada porque nos pântanos de Zapata, em torno da baía, havia porcos selvagens (cochinos cimarrones) que frequentemente atacavam as pessoas. Durante séculos, cabanas de pescadores apareceram em Playa Larga e Play Girón, que deve seu nome ao capitão francês Gilbert Girón, derrotado pelos espanhóis, que depois o decapitaram para exibir sua cabeça como evidência da vitória. Os norte-americanos não sabiam que a península de Zapata era o local favorito de Fidel Castro para suas pescarias e fora muito beneficiada após a vitória da revolução.
 48. Higgins, 1989, p. 107.
 49. Memorandum from the Under Secretary of State (Bowles) to Secretary of State (Rusk), Washington, March 31, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 178 a 181.
 50. *Ibid.*, pp. 180 e 181.
 51. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy, Washington, April 5, 1961. *Ibid.*, pp. 187-189.
 52. *Ibid.*, p. 188.
 53. *Ibid.*, p. 202.
 54. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Washington, April 10, 1981. Subject: Cuba. *Ibid.*, pp. 196-203.
 55. Blight & Kornbluh, 1998, pp. 90-93.
 56. *Id.*, *ibid.*, p. 91.
 57. Paper prepared in the Central Intelligence Agency, Cuba, Washington, February 17, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 99-107.
 58. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Washington, April 10, 1981. Subject: Cuba. *Ibid.*, pp. 196-203.
 59. *Ibid.*, p. 200.
 60. Memorandum from the Chairman of Joint Chiefs of Staff (Lemnitzer) to the Commander in Chief, Atlantic (Dennison), CM-197-61. Subject: “Bumpy Road”. Washington, April 7, 1961. *Ibid.*, p. 192 e 193.

61. Paper prepared in the Central Intelligence Agency, Cuba, Washington, February 17, 1961. Appendix A. Ibid., pp. 105-107.
62. Welch Jr., 1985, p. 77.
63. O embaixador Vasco Leitão da Cunha voltara ao Brasil para assumir a secretaria-geral do Ministério das Relações Exteriores.
64. Ofício nº 51/600. (24h), confidencial, Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/3/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555-6.563. AMRE-B.
65. Ibid.
66. Ibid.
67. Arboleya, 1997, p. 86.
68. Memorandum from the President's Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Washington, April 5, 1961. Subject: Cuba. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 186-189.
69. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 95 e 96.
70. Staff Study prepared in the Department of Defense, Evaluation of Military Course of Action in Cuba, Washington, January 16, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 36-40.
71. Ibid., p. 37. Memorandum for files. Subject: Meeting 4:10 p.m., Washington, January, 1961. Ibid., p. 41.
72. Memorandum from the Assistant to the Deputy Director (Plans) for Covert Operations (C. Tracy Barnes) to the Chief of WH/4 of Directorate for Plans (J. D. Esterline), Central Intelligence Agency, Subject: Meeting with General Gray — Washington, January 18, 1961. Ibid., pp. 42 e 43.
73. Ibid., p. 42.
74. Paper prepared in Central Intelligence Agency, Revised Cuban Operation, Washington, March 15, 1961, FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 145-148.
75. Entrevista de Bissell a Piero Gleijeses. Vide Gleijeses, Piero. "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs", Journal of Latin American Studies, nº 27, Cambridge University Press, 1995, pp. 1-42.
76. Ofício nº 80, confidencial, Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 9 de maio de 1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AHMRE-B. Discurso do primeiro-ministro do governo revolucionário, comandante Fidel Castro Ruz, pronunciado em 19/4/1962, em ato de homenagem aos caídos em Playa Girón, in Historia de una Agresión (Declaraciones y documentos del juicio seguido a la brigada mercenaria organizada por los imperialistas yanquis que invadió Cuba el 17 de abril de 1961), La Habana, Ediciones Venceremos, 1962, p. 10.
77. Os ministros já haviam sido escolhidos pela CIA; entre eles figuravam Manuel Antonio Varona, Defesa; Manuel Ray, Interior; e Justo Carrillo, Finanças. Paper prepared in the Central Intelligence Agency. Cuban Operation. Washington, April 12, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 213-216.
78. Memorandum from the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, JCSM-149-

61. Washington, March 10, 1961. Ibid., pp. 135-137.
79. Discurso do primeiro-ministro do governo revolucionário, comandante Fidel Castro Ruz, pronunciado em 19/4/1962, em ato de homenagem aos caídos em Playa Girón, in *Historia de una Agresión (Declaraciones y documentos del juicio seguido a la brigada mercenaria organizada por los imperialistas yanquis que invadió Cuba el 17 de abril de 1961)*, Ediciones Venceremos, La Habana, 1962, p. 10.
80. Memorandum from the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, JCSM-146-61. Subject: Evaluation of the Volunteer Task Force Attachment. Washington, March 10, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 119-134.
81. Memorandum from the Chief of WH/4/PM, Central Intelligence Agency (Hawkins) to the Chief of the Directorate for Plans (Esterline), Subject: Policy Decisions required for Conduct of Strike Operations against Government of Cuba. Washington, January 4, 1961. Ibid., pp. 10-16.
82. Memorandum for the Record. Subject: Cuban Meeting on January 1961 Washington, January 28, 1961; Paper prepared in the Central Intelligence Agency Cuba. Washington, February 17, 1961. Ibid., pp. 63-64, e 99-107. Arboleya, 1997, p. 97.
83. Depoimento de Arthur Schlesinger in Blight & Kornbluh, 1998, p. 86.
84. Id., *ibid.*, p. 86.
85. Beschloss, 1991, p. 137.
86. Id., *ibid.*, p. 139.
87. Id., *ibid.*, p. 139.
88. Blight & Kornbluh, 1998, pp. 84 e 85.
89. Fursenko & Naftali, 1997, p. 91.
90. Telegrama nº 80, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Bogotá (Álvaro Teixeira Soares) ao Itamaraty, 5-6/4/1961. MDB — Secretos — A-K — Cts. Rec. E Exp. — 1960-1961. AHMRE-B.
91. Telegrama nº 40, secreto, do Itamaraty (Vasco Leitão da Cunha) para a embaixada do Brasil em Havana, 12/4/1961. Ibid.
92. Powers, 1979, pp. 136-139.
93. Geyer, 1953, pp. 271 e 272.
94. Discurso do primeiro-ministro do governo revolucionário, comandante Fidel Castro Ruz, pronunciado em 19/4/1962, em ato de homenagem aos caídos em Playa Girón, in *Historia de una Agresión (Declaraciones y documentos del juicio seguido a la brigada mercenaria organizada por los imperialistas yanquis que invadió Cuba el 17 de abril de 1961)*, Ediciones Venceremos, La Habana, 1962, p. 16.
95. Ofício nº 80, confidencial, Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 9 de maio de 1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AHMRE-B.
96. Operation Zapata, 1984, p. xii.
97. Blight & Kornbluh, 1998, p. 175. Powers, 1979, p. 138. Powers relatou outros fatos que

- evidenciaram que Fidel Castro sabia mais da operação da CIA do que se podia imaginar. Berich Nr. 74/62, Betr.: Politischer Jahresbericht, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Habana, den 27. Januar 1962. Referat 306, Band 182 — AA-PA.
98. Anlage zum Bericht Nr. 483 der Botschaft der Bundesrepublik Deutschland (Karl von Spreti) na das Auswärtige Amt, Habana, den 18. Juli 1961. Referat 306, Band 182 -Ibid.
99. Castañeda, 1997, p. 250.
100. Smith, 1987, p. 72.
101. Arboleya, 1997, p. 97.
102. A basear-se nas informações transmitidas a Moscou pelos dirigentes do PSP, Fursenko e Naftali concluíram que Fidel Castro não sabia onde o ataque ocorreria. Fursenko & Naftali, 1997, p. 93. Entretanto, Kennedy, em entrevista à imprensa logo depois do fracasso da invasão, declarou que alguém conhecia o plano secreto e informou a Castro sobre a hora e o local de desembarque. Newsweek, May 1, 1961, “Historia de una Agresión”, p. 204. Aliás, Robert McNamara, secretário de Defesa, atribuiu o fracasso da invasão, inter alia, ao fato de que Castro tinha agentes infiltrados na Brigada 2506 e, informado, pôde deslocar para a área mais forças e em maior quantidade do que era esperado. McNamara, 1996, p. 26. Também a embaixada da República Federal em Havana recebera a informação de que Castro tinha agentes infiltrados entre os invasores, que o avisaram sobre o início da operação. Anlage zum Bericht Nr. 483 der Botschaft der Bundesrepublik Deutschland (Spreti) an das Auswärtige Amt, Habana, den 18. Juli 1961. Referat 306, Band 182 — AA-PA.
103. Escalante Fon, 1993, p. 109. Ofício nº 80, confidencial, de Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 9 de maio de 1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AHMRE-B.
104. Memorandum nº 1 — Narrative of the Anti-Castro Cuban Operation Zapata, 13 June 1961, in Operation Zapata, 1984, p. 22. Esse memorando, contendo a narrativa da Operation Zapata, foi preparado pelo Taylor Committee, um grupo de inquérito presidido pelo general Maxwell D. Taylor, a quem Kennedy encarregara de investigar as causas do insucesso da invasão de Cuba.
105. Carta-relatório, confidencial, de Mário Guimarães ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Nova York, 24/7/1961, anexo ao Ofício nº 466, confidencial, de Mário Guimarães ao chanceler Francisco Clementino San Tiago Dantas, Nova Délhi, 9/12/1961. 600.1(00) — Comunismo — de (24c) a (24h) — de 1940 a 1967 — 6403-6407.
106. Ofício nº 80, confidencial, de Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 9/5/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AHMRE-B.
107. Memorandum nº 1 — Narrative of the Anti-Castro Cuban Operacion Zapata, 13 June 1961, in Operation Zapata, 1984, pp. 3-35.
108. Id., *ibid.*, p. 24.
109. Bissell, 1996, p. 183.
110. Id., *ibid.*, pp. 171 e 172.

11. Higgins, 1989, p. 113.
12. Memorandum from de Deputy Director of the Central Intelligence Agency (C. P. Cabell) to General Maxwell Taylor. Subject: Cuban Operation. Washington, May 9, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 235-237.
13. Beschloss, 1991, p. 139.
14. Gleijeses, Piero, "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs", *Journal of Latin American Studies*, n° 27, Cambridge University Press, 1995, pp. 1-42. Blight & Kornbluh, 1998, p. 93.
15. Memorandum for the Record. Subject: Meeting on Cuba. Washington, February 7, 1961. *Ibid.*, pp. 81-88. Welch Jr., 1985, p. 79. Gleijeses, Piero, "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs", *Journal of Latin American Studies*, n° 27, Cambridge University Press, 1995, pp. 1-42. Blight & Kornbluh, 1998, pp. 93-96.
16. Operation Zapata, 1981, p. 30. Arboleya, 1997, p. 97.
17. Gleijeses, Piero, "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs", *Journal of Latin American Studies*, n° 27, Cambridge University Press, 1995, pp. 2-36.
18. Telegram n° 2550, from the Embassy in Soviet Union to the Department of State, Moscow, April 18, 1961, 2 p.m. FRUS, 1961-1963, vol. VI, Kennedy-Khrushchev, pp. 7 e 8.
19. Letter from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, April 18, 1961. *Ibid.*, pp. 9 e 10.
20. Memorandum prepared in the Central Intelligence Agency (J.D. Esterline for Colonel J.C. King) to General Maxwell D. Taylor, Washington, April 26, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 221 e 222.
21. Bonsal, 1972, p. 183.
22. Memorandum from the Joint Chiefs of Staff to Secretary of Defense McNamara, JCSM-146-61, Subject: Evaluation of the CIA Cuban Volunteer Task Force, Ecllosure AT — Evaluation of Air Element CIA Task Force, Washington, March 10, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 122-127.
23. Telegram n° 2892 from the Mission to The United Nations to the Department of State (For Secretary and Dulles from Stevenson), New York, April 16, 1961, 6 p.m. *Ibid.*, p. 105.
24. *Ibid.*, p. 230.
25. Memorandum n° 3, Conclusions of the Cuban Study Group, 13 June 1961, in Operation Zapata, 1984, pp. 41-43.
26. Al Pueblo de Cuba, Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, La Habana, 19/4/1961. Al Pueblo de Cuba, Fidel Castro Ruz, La Habana, 19/4/1961. In Castro et al., 1981, pp. 482 e 483.
27. Vide Wyden, 1979, pp. 235-243. Gleijeses, Piero, "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs, *Journal of Latin American Studies*, n° 27, Cambridge University Press, pp. 41 e 42.
28. Al Pueblo de Cuba, Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, La Habana, 19/4/1961. In Castro et al., 1981, p. 482.

29. Ofício nº 80, confidencial, de Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 9/5/1961. 601.3 (00) — Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AHMRE-B.
30. Ibid.
31. Memorandum of Conversation. Subject: Meeting with Representatives of the Cuban Revolutionary Council. Washington, May 19, 1961, 4 p.m. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 548-551.
32. Discurso en la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social de la OEA, Punta del Leste, 8/8/1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 430.
33. Memorandum of Conversation. Subject: Meeting with Representatives of the Cuban Revolutionary Council. Washington, May 19, 1961, 4 p.m. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, p. 550.
34. Historia de una Agresión, p. 416. Franklin, 1997, p. 41. Arboleya, 1997, p. 89.
35. Paper prepared in the Central Intelligence Agency. Cuban Operation. Washington, April 12, 1961; Memorandum from President's Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Subject: Conversation with Dr. Miró Cardona, Washington, April 14, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 213-216 e 225-226.
36. Letter from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, April 18, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 9-10.
37. Memorandum of Discussion at the 442nd Meeting of the National Security Council, Washington, April 14, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 893-897.
38. Ibid., p. 896.
39. Gleijeses, Piero, "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs", Journal of Latin American Studies, nº 27, Cambridge University Press, 1995, pp. 29-30.
40. Special National Intelligence Estimate — SNIE. 85-3-60 — Prospects for the Castro Regime. Washington, December 8, 1960. FRUS, vol. VI, 1958-1960, Cuba, pp. 1168-1171.
41. Gleijeses, Piero, "Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs", Journal of Latin American Studies, nº 27, Cambridge University Press, 1995, p. 30.
42. Memorandum for the Record, Washington, April 26, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 365-370.
43. Ibid., p. 367. Memorandum for the Record. Subject: Second Meeting of the Green Study Group, Washington, April, 24, 1961. Ibid., pp. 334-356.
44. Mesa-Lago, 1994, pp. 24-25.
45. Ofício nº 51/600.(24h), confidencial, de Carlos Jacyntho de Barros, encarregado de Negócios, ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 30/12/1961. Revoluções — 1943-1967. 6.555 a 6.563. AHMRE-B.
46. Memorandum from the President's Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Subject: Cuba: Political, Diplomatic and Economic Problems. Washington, April 10, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 196-203.
47. Bonsal, 1972, p. 184.

- .48. Apud Bonsal, 1972, p. 185.
- .49. Wyden, 1979, p. 183.
- .50. Id., *ibid.*, p. 183.
- .51. “The Inspector General=s Survey of the Cuban Operation” (General Lyman Kirkpatrick). National Security Archive at George Washington University. Website: <http://www.seas.gwu.edu/nsarchive>. Esse relatório do general Lyman Kirkpatrick, inspetor-geral da CIA, foi escrito em outubro de 1961, com duras críticas ao trabalho da CIA, e somente liberado 36 anos depois, em virtude de requerimento formulado pelo diretor do National Security Archive na George Washington University, com base no Freedom of Information Act, em fevereiro de 1998. Kirkpatrick e seus inspetores entrevistaram cerca de 300 pessoas da CIA que trabalharam no Cuban Project. Considerado ofensivo aos funcionários daquele órgão de inteligência, John McCone, que substituiu Allen Dulles, ordenou que todas as cópias fossem destruídas, exceto uma, que permaneceu fechada no seu cofre. Peter Wyden escreveu: “His (Kirkpatrick) report, never declassified and probably buried forever, was devastating.” Wyden, 1979, p. 322. Provavelmente foi esse o documento perdido a que H. R. Haldeman, chefe do staff do presidente Nixon, referiu-se em uma conversa que com ele manteve em 17 de maio de 1973, dizendo que a CIA ou alguém o fizera desaparecer para impedir o esforço de descobrir o que realmente acontecera na Baía dos Porcos. Kutler, 1997, p. 528.
- .52. Apud Wyden, 1979, p. 322.
- .53. Blight & Kornbluh, 1998, p. 72.
- .54. “The Inspector General=s Survey of the Cuban Operation” (general Lyman Kirkpatrick). National Security Archive at George Washington University. Website: <http://www.seas.gwu.edu/nsarchive>. Segundo a embaixada do Brasil em Washington, os gastos chegaram a US\$ 200 milhões. Telegrama nº 70, do Itamaraty para a Embaixada do Brasil em Washington, 16/6/1961, 6560 — 601.3 (24h) — Revolução — 1943 a 1967. AHMRE-B.
- .55. Quirk, 1993, p. 374.
- .56. Higgins, 1989, p. 117. Hersh, 1997, p. 210.

Capítulo X

A PROCLAMAÇÃO DO CARÁTER SOCIALISTA DA REVOLUÇÃO CUBANA • CASTRO, A RUPTURA COM OS DOGMAS STALINISTAS • O PROJETO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE CUBA • O ESFORÇO PARA EXPORTAR A REVOLUÇÃO E O ESPRAIAMENTO DO CASTRISMO NO CONTINENTE • A ALIANÇA PARA O PROGRESSO • GUEVARA E A BUSCA DE DIÁLOGO COM OS ESTADOS UNIDOS • AS DOCTRINAS DO PENTÁGONO E OS GOLPES MILITARES NA AMÉRICA LATINA

No dia 16 de abril de 1961, após o bombardeio dos aeroportos de San Antonio de los Baños, Santiago e Havana pelos aviões da CIA, Fidel Castro, depois de compará-lo, com justo motivo, ao ataque pérfido e traiçoeiro do Japão a Pearl Harbor, em 1941, declarou que os Estados Unidos não perdoavam Cuba porque ela realizava diante de seu nariz uma revolução socialista. “Esta es la revolución socialista y democrática de los humildes, con los humildes y para los humildes”, acrescentou.¹ Com efeito, Castro destruíra a iniciativa privada e a economia de mercado, bases do capitalismo, na medida em que estatizara, ao longo de apenas 18 meses de revolução, mais de 75% da indústria do país,² inclusive a produção e o comércio do açúcar, os recursos minerais, o sistema bancário, o comércio interno e o comércio exterior, os meios de transporte e de comunicação, bem como os serviços públicos. Esse fato possibilitou que a Junta Central de Planejamento (JUCEPLAN), criada no segundo semestre de 1959 e subordinada ao Conselho de Ministros, passasse a controlar e a dirigir a economia de Cuba, centralizando as decisões, segundo o modelo stalinista de planificação econômica. Mas, ao proclamar, naquele dia, o caráter socialista da Revolução Cubana, o que até então publicamente não fizera, o intuito de Castro foi constranger a União Soviética a defendê-la contra a iminente invasão organizada pelos Estados Unidos e que o bombardeio dos aeroportos

preunciara. Ele temeu que Kruchev, na linha da coexistência pacífica e em entendimentos com Kennedy para uma reunião de cúpula, sacrificasse Cuba em prol de melhores relações com os Estados Unidos, trocando-a por Berlim.³ E jogou com o conflito político e ideológico que então eclodira entre Moscou e Pequim e dividira o Bloco Socialista. Se Kruchev, de um modo ou de outro, não socorresse Cuba, estaria a justificar as críticas de Mao Zedong à linha da coexistência pacífica e as acusações de que a União Soviética capitulara diante dos Estados Unidos, o que a levaria a perder a direção do movimento comunista mundial, já bastante enfraquecido por várias dissensões desde que Kruchev denunciara os crimes de Stalin e o culto de sua personalidade durante o XX Congresso do PCUS, em 1956. Naturalmente, depois do programa de desestalinização e liberalização, que Lavrenti Beria, chefe do combinado MVD-MGB,⁴ pretendia após a morte de Stalin executar, Kruchev não poderia deixar de seguir caminho parecido, porquanto a União Soviética necessitava urgentemente de profundas reformas econômicas e políticas. Mas ao fazê-lo, com o relatório apresentado ao XX Congresso do PCUS, dera o primeiro grande golpe contra o monolitismo ideológico que até então caracterizara o movimento comunista mundial e inviabilizara, praticamente, o sucesso de qualquer dissidência.

O segundo golpe coube a Castro desfechar, quando proclamou o caráter socialista da Revolução Cubana. Tal afirmação contrariou todos os dogmas que Joseph Stalin e seus epígonos, como Kruchev, Mao Zedong e outros, cristalizaram, sob o rótulo de marxismo-leninismo. A Revolução Cubana, que Castro qualificara como socialista, fora realizada não por um partido supostamente operário, constituído sob as normas do chamado centralismo-democrático e rotulado de comunista, mas pelo M-26-7, uma organização composta, sobretudo, por elementos das classes médias, que, no curso da guerra de guerrilhas, passaram a incorporar ao Exército Rebelde camponeses e trabalhadores rurais, os guajiros, em benefício dos quais realizaram a reforma agrária. Os dirigentes comunistas, que visitavam Havana, consideravam a revolução em Cuba estranha ao modelo por eles reconhecido, dado lá não existir um operariado industrial, e julgavam Fidel

Castro e seus companheiros um “grupo inexperiente, com formações ideológicas diversas e pouco definidas”, orientados pelo que qualificaram como “marxismo amador, ou melhor ainda, como cubanismo”.⁵ Teoricamente, de conformidade com a ortodoxia stalinista, Cuba não tinha condições materiais senão para uma revolução agrária e democrática, mediante a instalação de um “governo patriótico”, de união com a burguesia progressista, que se propusesse a impulsionar o processo de industrialização e, libertando o país do domínio imperialista, promover o desenvolvimento econômico e a emancipação nacional. Os dirigentes do M-26-7, mormente os comandantes do Exército Rebelde, também convinham em que a principal tarefa da revolução consistia na realização da reforma agrária, que começara em Sierra Maestra, com o objetivo de criar condições para que Cuba se industrializasse, diversificasse seu comércio exterior e, elevando o nível de vida do povo, libertasse sua economia do predomínio norte-americano. Che Guevara, ao assumir o Departamento de Indústria do INRA, anunciara, no primeiro ano da revolução, o propósito de fomentar a industrialização, com medidas aduaneiras, para proteger a produção nacional de manufaturas, e a expansão de um mercado interno, a ele incorporando as massas camponesas, os guajiros, mediante a elevação do seu poder aquisitivo.⁶ Na primeira etapa, a meta não era criar indústrias de exportação, mas substitutivos de importações, devendo Cuba, mesmo sem possuir jazidas de ferro, obter financiamento da União Soviética para aumentar sua produção de aço, da ordem de 70.000 toneladas em 1959, para 350.000 e, em fases sucessivas, para 500.000 e 1.500.000 toneladas, dentro de alguns anos.⁷ Guevara entendia que, sem uma poderosa indústria siderúrgica, não seria possível a emancipação econômica e chegou a predizer que, dentro de 10 anos, Cuba figuraria entre os 10 maiores produtores de aço da América Latina.⁸ Seu projeto visava a capacitá-la com uma indústria pesada para que pudesse desenvolver, além da produção de açúcar, outras indústrias, como níquel, construção naval, automotriz e têxtil.⁹

Com a decisão de não redistribuir imediatamente a totalidade dos latifúndios expropriados pela reforma agrária e de criar, ao lado de

cooperativas, as Granjas del Pueblo, dedicadas, principalmente, à pecuária e ao cultivo do arroz, o governo revolucionário estabeleceu, porém, as premissas sociais de um forte setor estatal, percebido como base para qualquer transformação econômica com sentido socialista. Este passo foi acentuado e acelerado na medida em que as contradições com os Estados Unidos se intensificaram, como consequência, sobretudo, das sanções econômicas que a administração Eisenhower começara a impor, a partir do primeiro acordo comercial entre Cuba e a União Soviética, em fevereiro de 1960. O governo revolucionário, no entanto, não podia erradicar (sem toda uma série de etapas intermediárias de desenvolvimento) os alicerces do capitalismo, ainda que promovesse radical redistribuição da propriedade territorial, favorecendo o campesinato. Com isto, sua economia assumiu um caráter misto, em forma híbrida de capitalismo de Estado, a partir do que Fidel Castro e Che Guevara trataram de impulsionar o processo autônomo de industrialização acelerada, com vistas à completa socialização de Cuba. Em tais circunstâncias, se qualquer país dentro do Bloco Soviético, inclusive a Albânia, o mais atrasado de todos, fosse considerado socialista, motivo não havia para recusar esse qualificativo à revolução em Cuba. Mas ao usá-lo, Fidel Castro, além de constranger politicamente a União Soviética, reduzindo-lhe, no contexto do conflito com a China, a liberdade de negociar com os Estados Unidos a invasão de Cuba em troca da anexação de Berlim Ocidental à República Democrática Alemã (Alemanha comunista), não só demoliu o dogma stalinista que atribuía sua direção ao partido comunista, pressuposto como vanguarda da classe operária, como reabilitou também a teoria da revolução permanente, defendida por Leon Trotski. Segundo esta teoria, a “solução verdadeira e completa das tarefas democráticas e nacionais-libertadoras” só seria concebível por meio da ditadura do proletariado, que assumiria a direção da nação oprimida e, antes de tudo, de suas massas camponesas.¹⁰ Trotski igualmente considerava que a construção do socialismo só seria concebível quando baseada na luta de classes em escala nacional e internacional, e, dada a dominação decisiva das relações capitalistas na arena mundial, essa luta não podia deixar de produzir

erupções violentas, tanto no interior do país, sob a forma de guerra civil, quanto no exterior, sob a forma de guerra revolucionária. A revolução socialista não poderia completar-se dentro da moldura do Estado nacional, daí seu caráter permanente, quer se tratasse de um país atrasado, como Cuba, que apenas acabara de empreender a reforma agrária, aspirando à industrialização, quer se tratasse de um país capitalista desenvolvido, que já experimentara longo período de democracia.

Trotsky prognosticara que em um país atrasado e semifeudal, como a Rússia, a revolução democrática, entendida como agrária e industrial, só seria possível sob a forma de ditadura do proletariado, apoiada pelos camponeses, e ela também teria de colocar na ordem do dia, inevitavelmente, as tarefas socialistas, imprimindo ao mesmo tempo formidável impulso à revolução socialista internacional, sem a qual o Poder Soviético não poderia subsistir.¹¹ Diretrizes fortemente aparentadas com estas Castro e Che Guevara implementaram, tanto ao nível da teoria quanto da prática, no curso da revolução em Cuba. E, como os dirigentes bolcheviques, incorreram no mesmo erro de atribuir validade universal à forma insurrecional que acarretara a queda de Batista, transformando a necessidade em virtude. Um ano após a vitória da revolução, Che Guevara publicou um manual intitulado *A guerra de guerrilhas*,¹² no qual, ao indicar a contribuição de Cuba aos movimentos revolucionários na América Latina, contestava, implicitamente, a doutrina que privilegiava a via pacífica para o socialismo, sustentada por Kruchev durante o XX Congresso do PCUS e desde então professada por todos os partidos comunistas, apesar de dissidências ocorrerem, com o apoio da China. De acordo com seu pensamento, nem sempre havia necessidade de esperar que todas as condições para a revolução amadurecessem, porquanto um foco insurrecional (guerrilhas) poderia criá-las e as forças populares poderiam ganhar uma guerra contra o Exército, na medida em que o campo seria, fundamentalmente, o terreno da luta armada na América subdesenvolvida.¹³ As condições por ele referidas eram aquelas em que, se as massas já não queriam a continuidade do status quo, as classes dominantes já não podiam sustentá-lo ao modo antigo. Esta situação realmente ocorrera em

Cuba, quando a luta armada, que Castro e seus companheiros desencadearam a partir de Sierra Maestra, espalhou-se e, a prejudicar as atividades produtivas e os interesses das companhias norte-americanas, sobretudo às vésperas da colheita da cana-de-açúcar, sustentáculo de toda a economia cubana, o Departamento de Estado retirou o suporte dado a Batista e pressionou-o para que ele, já socialmente isolado, abandonasse o governo e fugisse. Certamente, o foco de guerrilha, como método para criar as condições que possibilitassem a vitória de uma insurreição, não seria viável em países que, como o Brasil, já haviam alcançado certo nível de urbanização e industrialização, conforme o próprio Guevara reconheceu,¹⁴ ou mesmo em outras regiões da América Latina, ainda que subdesenvolvidas, quando os Estados Unidos já estavam alertados pelo rumo que a revolução em Cuba tomara.

Contudo, Fidel Castro e Guevara não apenas difundiram o método das guerrilhas — a via cubana da insurreição — para que servisse de exemplo e modelo, como trataram de impulsionar materialmente sua aplicação em todos os países da América. De um lado, eles necessitavam que a revolução se alastrasse, como um incêndio, a outras partes do Hemisfério, de modo a aliviar as pressões que os Estados Unidos exerciam sobre Cuba. De outro, fizeram-no, porque, imbuídos de espírito messiânico, criam que, assim como Simón Bolívar, José de San Martín e José Martí lutaram, no século XIX, contra o domínio colonial de Espanha, eles, Castro e Guevara, estavam predestinados à missão de libertar a América Latina do jugo imperialista exercido pelos Estados Unidos. O próprio Fidel Castro manifestou o propósito de “continuar haciendo de la nación el ejemplo que puede convertir a la cordillera de los Andes en la Sierra Maestra del continente americano”.¹⁵ E não escondeu que, se os Estados Unidos se supunham no direito de promover a contrarrevolução em Cuba e a reação na América Latina, Cuba também se sentia no direito de alentar a revolução continental.¹⁶ Neste esforço, Castro e Guevara opuseram-se frontalmente à orientação oficial de Moscou, à qual os partidos comunistas, defendendo a aliança com a burguesia progressista e o caminho pacífico para o socialismo, obedeciam, e

compeliram-nos à radicalização ou levaram-nos à cisão. A maioria resistiu. Os partidos de esquerda não comunistas, com raízes na social-democracia ou no nacionalismo populista, foram, entretanto, os que mais forte impacto receberam das doutrinas de Castro e Guevara e geraram na América Latina tendências revolucionárias mais radicais do que o comunismo orientado por Moscou.

Na Venezuela, devido, principalmente, a fatores internos, para os quais, no entanto, a Revolução Cubana servira como parâmetro, a Acción Democrática, partido do presidente Rómulo Betancourt, cindiu-se, em abril de 1960. Uma forte facção, sob a liderança de Domingo Alberto Rangel, constituiu-se no Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), inspirado diretamente por Sívio Frondizi,¹⁷ que fundara (1956) na Argentina uma pequena organização com o mesmo nome, reivindicando a teoria da revolução permanente, não obstante rechaçar a etiqueta de trotskista. Coube ao MIR deflagrar a luta armada e formar, com o Partido Comunista, que induziu à radicalização, as Fuerzas Armadas de Liberación Nacional (FALN), responsáveis não apenas por audaciosas operações de guerrilha, frequentes desordens e atos de terrorismo, em Caracas e em outras cidades, como pelas rebeliões nas bases navais de Carúpano (4-6/5/1962) e Puerto Cabello (2-4/6/1962), em que 400 homens morreram e mais de 1.000 ficaram feridos.¹⁸ Na Colômbia, após o triunfo da Revolução Cubana, o número de organizações revolucionárias aumentou. Até dentro do Partido Liberal, um grupo de 17 deputados constituiu o Movimiento de Recuperación Liberal, sob a liderança de Felipe Salazar Santos, e apresentou moção à Câmara de Representantes, solidarizando-se “con el pueblo y el Gobierno de Cuba, con la obra revolucionaria en busca de sua independencia nacional y con el gran conductor americano, Fidel Castro”.¹⁹ E a violência, que se tornara crônica na Colômbia havia mais de 10 anos, e custara a vida de mais de 200.000 pessoas, recrudescceu desde que o presidente Alberto Lleras Camargo tomara a iniciativa de propor a convocação da Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos a fim de votar sanções contra Cuba. Constava então que o governo de Havana fornecera aos castristas e comunistas cerca de US\$

60.000, somente no primeiro semestre de 1961, e enviara técnicos em guerrilhas a Sumapaiz, Quindio e Valle, para orientar algumas organizações, a exemplo do Movimiento Obrero, Estudiantil y Campesino (MOEC) e outros, que mantiveram, durante algum tempo, certas regiões como “repúblicas independentes”, sobretudo a de Marquetalia, comandada pelo famoso Tiro Fijo e destruída durante o governo do presidente Guillermo León Valencia (1962-1966). O próprio Guevara, acusando os partidos de esquerda (comunista) da Colômbia de tentarem frear a luta armada em favor do processo eleitoral, declarou, em discurso perante os membros do Departamento de Segurança do Estado, em Cuba, que o MOEC surgira “bajo la influencia absoluta de la revolución cubana” e compunha-se de tendências anárquicas de direita, às vezes matizadas com ideias anticomunistas, mas que refletiam o germe de uma decisão de luta.²⁰

Guevara e Castro não discriminavam as tendências políticas de esquerda que se dispusessem a partir para a insurreição e mudar o status quo, e este fato já os diferenciava dos comunistas, com formação stalinista e obedientes às diretrizes de Moscou. Esta era uma das razões pelas quais, inter alia, a Revolução Cubana contava com ampla simpatia na América Latina e teve condições de influir sobre as mais diversas tendências de esquerda, nacionalistas, anti-imperialistas ou meramente anti-Estados Unidos. Em países como Equador, Chile e Uruguai, foram os militantes, sobretudo jovens, dos partidos socialistas, vinculados à Internacional Socialista, os que mais decididamente defenderam a Revolução Cubana e as posições teóricas sustentadas pelos seus dirigentes. No Peru, o Ejército de Liberación Nacional, comandado por Héctor Béjar, surgira a partir de uma dissidência do Partido Comunista do Peru, mas uma dissidência da APRA, denominada, a princípio, APRA-Rebelde e, depois, Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), o mesmo nome adotado na Venezuela e na Argentina, recebeu igualmente o respaldo de Guevara (cuja primeira esposa, Hilda Gadea, a ela pertencia) e começou também a preparar-se para a luta armada, sob a liderança de Luís de la Puente Uzeda e Guillermo Lobatón.²¹ E na Argentina, país para o qual sempre tivera suas atenções voltadas, Che

Guevara procurou uma aliança com a esquerda justicialista, havendo Castro, inclusive, convidado Perón a visitar Cuba e ali residir.²² Perón não respondeu. John William Cooke, principal expoente do peronismo revolucionário, que em 1957 já defendia uma “política insurrecional de masas aplicada a las nuevas condiciones”, passou, porém, a morar em Havana e acercou-se de Guevara, com o qual colaborou na preparação de guerrilhas, a serem desencadeadas na Argentina, inicialmente sob a direção do jornalista Jorge Ricardo Massetti.²³ No Brasil, o governo cubano sustentou as Ligas Camponesas, organizadas na segunda metade dos anos 1950 pelo advogado Francisco Julião, do Partido Socialista Brasileiro, e forneceu-lhe todos os recursos para a preparação da luta armada no Nordeste, provavelmente a parte da América Latina mais golpeada pela pobreza, segundo Chester Bowles,²⁴ subsecretário de Estado norte-americano, e que se afigurava a Guevara como “la zona insurrecta por excelencia, (...) donde la explotación ha llegado a tal extremo que los campesinos no aguantan más”.²⁵ A Organização Revolucionária Marxista-Política Operária, formada por militantes oriundos da Juventude Socialista e de outras correntes influenciadas pelo trotskismo e contrárias à orientação oficial do Partido Comunista Brasileiro, já dividido por uma facção favorável à linha de Mao Zedong, reforçou as tendências pró-Castro, defendendo o caráter socialista da revolução no Brasil, embora se opusesse, em princípio, ao método de guerrilha, por ser o Brasil um país industrializado e ter um governo democrático, exercido pelo presidente João Goulart.

O estímulo não apenas ideológico mas sobretudo material dado pelo governo cubano à deflagração da luta armada em toda a América Latina provocou, naturalmente, severas reações em todas as áreas, uma vez que, ao interferir na política interna de outros países, o próprio governo de Fidel Castro violava os princípios de respeito à autodeterminação dos povos e de não intervenção, evocados exatamente para condenar e impedir a intervenção dos Estados Unidos em Cuba. Mesmo os partidos comunistas, ainda que apoiassem a Revolução Cubana, não esconderam irritação e desagrado diante da política de Castro e Guevara, a fomentar cisões,

insuflando a luta armada, através de atos e palavras, em oposição às suas diretrizes mais moderadas, que não aspiravam ao socialismo e somente visavam a uma ampla aliança com todas as forças consideradas progressistas, para resistir aos Estados Unidos. O Partido Comunista da Argentina aplaudira rapidamente a Revolução Cubana e enviara técnicos para suprir as carências que a emigração provocara, mas alguns dos seus dirigentes intermediários, com peso nos aparatos de informação, desempenharam duplo papel em Havana, onde procuraram influir na situação interna, domesticando os revolucionários cubanos, de acordo com os interesses e os pontos de vista de Moscou.²⁶

A União Soviética, que sempre tratara de manter a coesão do movimento comunista e só mantivera relações com partidos ideologicamente sólidos, acompanhou o comportamento de Castro e Guevara com fortes reservas, devido ao seu caráter, considerado divisionista. O clima criado pelo processo de desestalinização foi, entretanto, o que inicialmente permitiu a Kruchev, após alguma hesitação, apoiar a Revolução Cubana, se bem que não a liderança de Castro, de cuja confiabilidade havia dúvidas em Moscou.²⁷ Kruchev, cerca de duas semanas antes da invasão da Baía dos Porcos, mandara dizer a Kennedy, através de Llewellyn Thompson, embaixador dos Estados Unidos em Moscou, que Castro não era comunista.²⁸ O mesmo voltou a repetir-lhe, pessoalmente, durante reunião de cúpula em Viena (4 de junho de 1961),²⁹ criticando os Estados Unidos por acusarem todo movimento nacionalista de ser fomentado por forças estrangeiras, antes de analisar as razões pelas quais os povos buscavam derrubar seus opressores. “Castro não é comunista, mas a política dos Estados Unidos poderá fazê-lo” — afirmou.³⁰ E acrescentou: “A política norte-americana é o grão no moinho dos comunistas, porque suas ações provam que eles estão certos”.³¹ Castro não era comunista, no sentido stalinista da palavra, ou seja, não estava subordinado à disciplina de um partido, mas para os Estados Unidos afigurava-se muito pior, na medida em que o governo revolucionário em Cuba desafiava-os, como potência hegemônica, a desestabilizar todo o sistema interamericano — tanto ao nível econômico e social quanto político e

militar — montado no Hemisfério.

As condições de subdesenvolvimento existentes em todos os países da América Latina exigiam, sem dúvida, profundas mudanças e favoreciam a propagação das tendências fortemente nacionalistas e socialistas, com as quais a Revolução Cubana se identificara, na medida em que colidira com os interesses dos Estados Unidos. O próprio Arthur Schlesinger Jr., assistente especial de Kennedy, concluía, após viagem à Argentina, Brasil, Peru, Bolívia, Panamá e Venezuela, que o processo de modernização no subcontinente demandava “drastic revision of the semi-feudal agrarian structure of society” e que essa necessidade se configurava tão premente que, se as classes possuidoras impedissem a revolução das classes médias, a revolução operária e camponesa (i.e., comunista ou peronista) tornar-se-ia inevitável.³² Se destruíssem Rómulo Betancourt, elas garantiriam a vitória de um Castro ou de um Perón. Schlesinger assustou-se com o fato de que uma parte dos jovens intelectuais tendia a considerar partidos como a Acción Democrática, na Venezuela, ou a APRA, no Peru, cansados, superados e irrelevantes, ao passo que para a velha geração — da mesma forma que a oligarquia naqueles países — eles se afiguravam como “parties of red revolution”.³³ E constatou que o nível de expectativa no Hemisfério continuava alto — estimulado pelo conspícuo incremento do consumo e pela expansão das ideias revolucionárias de Castro —, ao mesmo tempo que, em consequência do declínio do padrão de vida, muitos começavam a ver o comunismo como saída para seus ressentimentos e a técnica mais rápida e segura para a modernização social. Segundo a opinião de Schlesinger, enquanto a estrutura econômica atrasada persistisse, com a oligarquia rural dominando mais ou menos a maioria dos governos, sobretudo nas nações dos Andes — Chile, Peru, Equador e Colômbia —, metade da população, mantida na pobreza e no analfabetismo, estaria excluída da sociedade nacional, o que impossibilitaria a industrialização, o desenvolvimento econômico e a mobilidade social.³⁴ Schlesinger criticou então o governo norte-americano por comprometer-se, sob a influência “maligna” do Fundo Monetário Internacional, com o ponto de vista de que a primeira demanda

da América Latina não era o desenvolvimento econômico, mas a estabilização monetária, a fim de atrair investimentos estrangeiros. E salientou que as consequências para a Argentina, Chile e Bolívia “drastic inflationary programs, which induced economic stagnation, lowered living standards and finally brought about an entirely predictable pro-Communist reaction”, enquanto o Brasil, que desafiara o Fundo Monetário Internacional, conseguira, juntamente com alta inflação, genuíno crescimento econômico.³⁵

O propósito de fomentar reformas capitalistas antes que revoluções populares ocorressem, tal como Schlesinger expressara na sua apreciação sobre os países da América Latina, constituía aparentemente a essência da Aliança para o Progresso, que, conforme Kennedy reconheceu, publicamente e em conversa particular com o ex-presidente Kubitschek, representava um desdobramento da Operação Pan-Americana.³⁶ Entretanto, havia diferenças no seu caráter e transfondo político. A Operação Pan-Americana tivera como propósito compelir os Estados Unidos a cooperar com o desenvolvimento econômico da América Latina, como via para a superação do atraso social. A Aliança para o Progresso apresentava uma feição mais assistencialista, preocupando-se menos com o apoio ao desenvolvimento das forças produtivas do que com a melhoria das condições de vida da população: habitação, higiene, saneamento básico etc. E, se visava, de um lado, a encorajar reformas econômicas, pretendia, por outro, criar condições para seduzir os Estados latino-americanos e obter o apoio da OEA a uma ação coletiva contra o regime de Fidel Castro.

Kennedy recebera a fragorosa derrota da Brigada 2506 como um desprestígio para os Estados Unidos. Logo no primeiro momento, em 20 de abril, solicitara ao Departamento de Defesa a elaboração de um plano para a derrubada de Castro por meio da aplicação direta das Forças Armadas norte-americanas.³⁷ A decisão era puni-lo pela “humilhação” que ele infligira aos Estados Unidos nas suas próprias portas.³⁸ Robert Kennedy, irmão do presidente e procurador-geral, já sugerira, no momento em o que fiasco de Playa Girón se configurou, que os Estados Unidos alardeassem um ataque à Base Naval de Guantánamo por um ou dois MiGs soviéticos recebidos pelo

governo Castro, a fim de justificar a intervenção direta em Cuba.³⁹ O Estado-Maior Conjunto também recomendou, poucos dias depois, a criação de um incidente que, apresentado como um ato de guerra, legitimasse a aplicação das forças norte-americanas para derrubar o governo Castro.⁴⁰ E a provocação quase se efetivou. O serviço secreto cubano, conforme Che Guevara revelaria, desmontou, posteriormente, uma trama para assassinar Raúl Castro, durante as comemorações do 26 de Julho, e disparar, em seguida, morteiros contra a Base Naval de Guantánamo.⁴¹ Entretanto, embora estivesse decidido a promover a intervenção direta dos Estados Unidos para acabar com o governo Castro, Kennedy, a defrontar-se com “crescente oposição”,⁴² necessitava agir com cautela, cuidadosamente, em virtude dos efeitos internacionais que a ação unilateral contra Cuba produziria.⁴³ O episódio da Baía dos Porcos tivera repercussão extremamente negativa, não só na América Latina como na Europa Ocidental, onde muitos jornalistas e líderes políticos não podiam crer que o governo norte-americano fosse “quite so incompetent, irresponsible and stupid”, como Schlesinger informou a Kennedy.⁴⁴ O que quase unanimemente se lamentou — aduziu — foi mais a decisão de invadir Cuba do que o fracasso da invasão.⁴⁵ Em memorando ao grupo de trabalho encarregado da questão de Cuba, Schlesinger também observou que Castro continuava a ser percebido, na maior parte do mundo, como, essencialmente, um nacionalista de esquerda, sem dúvida agressivo e emocional, mas devotado à autoafirmação nacional e propulsado para o comunismo unicamente graças à vista curta e às políticas imperialistas dos Estados Unidos.⁴⁶ E salientou que uma pesquisa de opinião, promovida pelo Instituto Gallup, indicara que, mesmo nos Estados Unidos, 65% contra 24% da população eram contra a intervenção armada em Cuba, e apenas 44% contra 41% favoreciam a ajuda indireta às forças anti-Castro.⁴⁷

Além de não contar com o apoio da opinião pública na América Latina, nem na Europa Ocidental, nem mesmo dentro dos Estados Unidos, uma ação unilateral dos Estados Unidos para derrubar o governo Castro poderia acarretar consequências ainda mais graves no contexto internacional. Por

que os Estados Unidos não podiam viver com Cuba, como a União Soviética vivia com a Turquia e a Finlândia? — esta pergunta feita a Arthur Schlesinger na Europa Ocidental⁴⁸ indicava que, se ordenasse uma intervenção armada, unilateral, para derrubar o governo Castro, Kennedy não teria moral nem contaria com qualquer respaldo para se opor a uma represália da União Soviética na Europa Ocidental ou na Ásia. Em parecer preparado para o Conselho de Segurança Nacional, após a invasão da Baía dos Porcos, uma Força-Tarefa Interdepartamental, composta pelos representantes dos Departamentos de Estado, Defesa e Justiça, bem como da CIA e USIA (United States Information Agency), concluíra que não havia meio seguro de derrubar Castro fora da intervenção armada dos Estados Unidos, mas a União Soviética, conquanto não fosse provável que ela diretamente o respaldasse, poderia usar o fato como pretexto e atacar o sistema norte-americano na Europa ou mesmo invadir o Irã, o que provocaria um retrocesso nas negociações internacionais e converteria os tradicionais pontos de confrontação como Berlim ou Quemoy e Matsu, mais explosivos e perigosos.⁴⁹

Esta avaliação era bastante correta. O embaixador da União Soviética em Washington, Mikhail Menshikov, ao declarar-se persuadido de que os Estados Unidos procuravam apoio do Hemisfério para a ação armada contra o governo cubano, deixou clara a posição do seu país em conversa com o encarregado de Negócios do Brasil, ministro Carlos Alfredo Bernardes: caso a intervenção ocorresse por meio de voluntários ou emigrados, indiretamente, a União Soviética promoveria idêntica operação em país da órbita norte-americana; se a intervenção fosse direta, com emprego de forças dos Estados Unidos, a União Soviética procederia da mesma forma, possivelmente contra a Grécia, Irã ou Turquia, o que poderia deflagrar a terceira guerra mundial.⁵⁰ Menshikov adiantou ainda que a União Soviética levantaria ainda, naquele ano, a situação de Berlim. E esta perspectiva o governo norte-americano, que a percebia com clareza, não podia desvincular do caso de Cuba, dado que a União Soviética podia alegar idêntica ameaça à sua segurança para invadir a parte ocidental daquela cidade, situada como

um enclave dentro do território da Alemanha comunista, denominada República Democrática Alemã. Daí por que o Board of Inquiry (Cuban Study Group), presidido pelo general Maxwell D. Taylor, embora favorável a um “positive course of action” contra Castro, reconheceu o perigo de que o governo norte-americano tratasse do problema de Cuba fora do contexto mundial da Guerra Fria.⁵¹ A questão de Berlim, aliás, continuou a preocupar Kennedy, mesmo depois que, autorizada pelo Pacto de Varsóvia, a República Democrática Alemã erguera um muro, em 13 de agosto de 1961, separando o lado oriental, sob controle comunista, do lado ocidental daquela cidade. Embora julgasse que “It is not a very nice solution... but a hell of a lot better than a war”,⁵² este perigo, na realidade, não desaparecera. Conforme revelou em conversação com o ex-presidente Kubitschek, Kennedy estava convencido de que a União Soviética assinaria, até o fim do ano, o Tratado de Paz com a República Democrática Alemã, mas os Estados Unidos não permitiriam o fechamento dos acessos a Berlim Ocidental, e que, se não se alcançasse um acordo com a União Soviética, “there will be trouble”.⁵³

Em face de tal cenário, igualmente previsto pelo grupo de trabalho, que representantes do Departamento de Estado, Departamento de Defesa, CIA e USIA integravam, a recomendação ao Conselho de Segurança Nacional foi no sentido de que os Estados Unidos estimulassem a criação de uma força de segurança com os países do Caribe e induzissem os demais Estados latino-americanos a romper relações diplomáticas, consulares e comerciais com Cuba, reconhecendo que o regime vigente de Castro violava os princípios básicos da OEA e os conceitos assentados nas Declarações de Caracas, Santiago e San José.⁵⁴ Tais medidas, nos marcos do Tratado do Rio de Janeiro, criariam as condições para ulterior intervenção em Cuba, sob a cobertura da OEA. O grande problema consistia em obter o apoio dos maiores países da América Latina, particularmente o Brasil.⁵⁵ O Departamento de Estado não tinha dúvida de que obteria quorum para convocar uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, mas somente queria realizá-la quando houvesse nítido consenso sobre as medidas a tomar, entre as quais o rompimento de relações diplomáticas com Cuba.⁵⁶

Ele receava que um grupo forte de países, entre os quais o Brasil e o México, pudesse forçar uma resolução em termos ambíguos, com ênfase em uma solução pacífica, o que dificultaria ainda mais a ação militar contra o governo Castro, porquanto os policy makers, embora julgassem esta a única solução possível para o problema, desaconselhavam-na se ela não resultasse de uma decisão majoritária da OEA.⁵⁷

A posição do Brasil afigurava-se decisiva tanto a Berle Jr. quanto ao próprio Kennedy,⁵⁸ que a julgava, de certa forma, antagônica à dos Estados Unidos e isto, na sua opinião, fortalecia Castro.⁵⁹ Segundo disse pessoalmente a Clemente Mariani, ministro da Fazenda do Brasil, os Estados Unidos estariam decididos a não recorrer à intervenção direta em Cuba, e apenas duas hipóteses lhe restavam: 1) manter o status quo, permitindo que Cuba continuasse a disseminar o comunismo e a pôr em risco a estabilidade de vários governos no Caribe e mesmo na América do Sul, como a Bolívia; 2) ou promover uma ação conjunta do Hemisfério com o intuito de isolar o governo Castro e impedir a propagação do comunismo na América Latina.⁶⁰ Este dilema, a respeito do qual Kennedy desejava conhecer a opinião do governo Quadros, constituiu uma forma de pressão, que recresceu sobre o Brasil, nos meses subsequentes, como um problema, inclusive, de política interna.

Como, entretanto, a tentativa de convocar uma Reunião de Consulta da OEA para tratar do problema de Cuba, feita pelo Departamento de Estado, tivera “fria recepção”, Kennedy, a pretexto de adiantar e esclarecer os planos da Aliança para o Progresso antes da conferência do Conselho Interamericano de Desenvolvimento Econômico e Social (CIES), que trataria de sua estruturação e implantação, enviou Adlai Stevenson., representante dos Estados Unidos na ONU, a 10 países da América Latina, com o objetivo de sondar também as possibilidades de uma ação coletiva para defender o Hemisfério contra “a penetração comunista e a subversão”, incluindo a “agressão indireta” através do governo Castro.⁶¹ Stevenson, conquanto reiterasse que os Estados Unidos não pretendiam intervir diretamente em Cuba, procurou conhecer o ponto de vista do governo brasileiro sobre os

problemas continentais e saber dos seus “planos ou formulações tendentes a proteger o continente do comunismo e da intervenção de potências extracontinentais”.⁶² O então chanceler Afonso Arinos de Melo Franco lembrou-lhe, a esse respeito, que os Estados Unidos precisavam sempre considerar que a questão de Cuba, se unia a opinião pública norte-americana, desunia a opinião pública latino-americana, e por isto mesmo eles deveriam agir com “extrema cautela” e evitar decisões precipitadas.⁶³ Por sua vez, o presidente Quadros, com quem igualmente Stevenson teve uma audiência, declarou que o Brasil estaria disposto a participar de uma conferência de alto nível para tratar da conjuntura continental, mas ponderou que a questão de Cuba deveria ser congelada, uma vez que, naquele momento, sua discussão, fora do âmbito bilateral, só serviria para aumentar o clima de tensão existente na América Latina.⁶⁴

A conferência do CIES realizou-se em Punta del Leste, a partir de 5 de agosto de 1961, e, ao inaugurá-la, o secretário do Tesouro norte-americano, Douglas Dillon, anunciou que os Estados Unidos, no primeiro ano da administração Kennedy, alocariam pelo menos US\$ 1 bilhão para assistência ao desenvolvimento da América Latina,⁶⁵ ao qual destinariam um total de US\$ 20 bilhões no próximo decênio. Che Guevara, a quem coube, como ministro da Indústria, a chefia da delegação cubana, aproveitou então a oportunidade para criticar a Aliança para o Progresso. Seu discurso foi bastante mordaz. Após salientar que “una reforma agraria, antifeudal e antimperialista (...) fue transformandose por imperio de sua evolución interna y de agresiones externas en una revolución socialista”, com o que responsabilizou, implicitamente, os Estados Unidos pelo rumo da Revolução Cubana, ressaltou que, embora os Estados Unidos só houvessem aprovado até então o montante de US\$ 500 milhões, Dillon estava a prometer uma ajuda de US\$ 20 bilhões no curso dos próximos 10 anos, o que equivalia a 2/3 do que Fidel Castro preconizara, na conferência de Buenos Aires (1959) como sendo necessário ao desenvolvimento da América Latina.⁶⁶ Mas a estrutura do primeiro empréstimo feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, da ordem de US\$ 120 milhões, quase configurava uma

“condición colonial”, conforme qualificou, pois US\$ 40 milhões correspondiam a financiamento de habitação, aquedutos, esgotos etc. “Me dá la impresión de que se está pensando en hacer la letrina como una cosa fundamental” — Guevara comentou, sarcasticamente, acrescentando:

Eso mejora las condiciones sociales del pobre indio, del pobre negro, del pobre individuo que yace en una condición sub-humana: “vamos hacerle letrina y entonces, después que le hagamos letrinas, y después que su educación le haya permitido mantenerla limpia, entonces podrá gozar de los beneficios de la producción”. (...) Para los señores técnicos, planificar es planificar la letrina. Lo demás, quién sabe cuándo se hará.⁶⁷

O que Guevara estranhou foi o fato de que, na análise dos técnicos responsáveis pela elaboração do programa da Aliança para o Progresso, o tema da industrialização não figurava, enquanto em Cuba, segundo ele, o governo revolucionário estava a construir 250 fábricas.⁶⁸ De acordo com a opinião do embaixador brasileiro Roberto Campos, que participou da conferência do CIES em Punta del Este, Guevara, “uma figura de trato agradável, com roupa de combate, botas, uma boina preta e, fiel ao estilo castrista, compulsivo fumador de charutos”, surpreendeu-o como “bom debatedor e razoavelmente familiarizado com a processualística parlamentar, coisa implausível ante o seu background de médico e revolucionário”, mas estendeu-se “liricamente” sobre as perspectivas do desenvolvimento industrial de Cuba.⁶⁹ De fato, Guevara prognosticou que Cuba já obtivera dos países socialistas financiamento da ordem de US\$ 350 milhões, o qual ainda atingiria US\$ 500 milhões, e cresceria a uma taxa de 12% no próximo quadriênio, transformando-se em um dos países mais industrializados da América Latina, com o primeiro lugar na produção per capita de aço, cimento, energia elétrica, tratores, raíom, calçados, tecidos, refino de petróleo, superado apenas pela Venezuela, e o segundo lugar, no mundo, na produção de níquel metálico etc.⁷⁰ Cuba, segundo ainda previu, alcançaria autossuficiência na produção de alimentos, inclusive proteínas e arroz, bem como de algodão e fibras duras, gerando excedentes exportáveis de frutas tropicais etc., o que contribuiria para aumentar seu comércio exterior.⁷¹ Por outro lado, Che Guevara, a perceber a Aliança para o Progresso como um

“intento de buscar solución dentro de los marcos del imperialismo económico”, pressagiou seu fracasso, duvidando mesmo de que o governo Kennedy, devido aos entraves políticos e administrativos existentes nos Estados Unidos, pudesse efetivamente destinar à América Latina, conforme Douglas Dillon prometera, o montante de US\$ 20 bilhões.⁷² Ademais, acrescentou, tais recursos, como ficou explícito, iriam fundamentalmente fomentar a livre-empresa, ou seja, “los monopolios imperialistas asentados en cada uno de los países de América”.⁷³ Também não lhe passou despercebido que havia “peligro flotando en el ambiente”, pois os Estados Unidos estavam buscando votos afirmativos para, depois da conferência econômica, que ali se realizava, reunir os chanceleres americanos, a fim de tratar da questão de Cuba.⁷⁴ Cuba revolucionária, como Che Guevara proclamou, era “la gallina de los huevos de oro”, porque enquanto ela existisse os Estados Unidos dariam dinheiro aos países da América Latina.

Apesar do seu estilo sardônico, a linguagem de Guevara, segundo o embaixador Roberto Campos, foi menos “agressiva do que hiperbólica”,⁷⁵ afigurando-se moderada e até mesmo conciliatória,⁷⁶ ao declarar que não desejava o fracasso da Aliança para o Progresso⁷⁷ e reconhecer aspectos positivos na Carta de Punta del Este, aprovada pelo CIES, conquanto se recusasse a subscrevê-la, em nome de Cuba, por não concordar com seus princípios.⁷⁸ Esta sua atitude animou um membro da delegação da Argentina, Horácio Rodríguez Larreta, assessor do chanceler Adolfo Mugica, e o embaixador brasileiro Edmundo Barbosa da Silva, ao término da conferência, a ensejarem um encontro seu com Richard Goodwin, assistente especial do presidente Kennedy.⁷⁹ O encontro ocorreu na casa do chefe da delegação do Brasil junto à Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), cerca das duas da madrugada de 17 para 18 de agosto, e Che Guevara, após afirmar, sem jactância, que a revolução socialista em Cuba, da mesma forma que o seu afastamento da esfera de influência dos Estados Unidos, tinha caráter irreversível, reconheceu que ela enfrentava dificuldades econômicas e políticas, entre as quais a queda das reservas monetárias, a carência de bens de consumo para atender às necessidades populares, a falta de peças

sobressalentes para as fábricas “herdadas”, a ação dos sabotadores e das guerrilhas contrarrevolucionárias, bem como a hostilidade da pequena burguesia e da Igreja católica.⁸⁰ Durante a conversação, que entremeou com vários gracejos e demonstrações do seu senso de humor, reconhecido por Goodwin, ele agradeceu a invasão da Baía dos Porcos, porque deu a Cuba uma grande vitória política e transformou um pequeno país agredido em um igual, e prometeu, rindo, que o governo Castro não atacaria a base de Guantánamo. Entretanto, falando seriamente, adiantou que o governo revolucionário se dispunha a indenizar as propriedades confiscadas — indústrias e bancos — com recursos das exportações; não pretendia cercar Cuba com uma cortina de ferro, adotar as mesmas medidas agressivas aplicadas no Leste Europeu, nem estabelecer qualquer aliança política com o Bloco Socialista, apesar de suas naturais simpatias; e convocaria eleições livres, após institucionalizar o partido único. Também indicou, obliquamente e não sem certa relutância por causa das testemunhas, a possibilidade de discutir a questão do apoio de Cuba às atividades subversivas em outros países.⁸¹

A atitude moderada e conciliadora de Guevara, tanto no discurso, durante a conferência, quanto na conversação privada com Richard Goodwin, bem como o fato de insistir sobre a necessidade de um diálogo com o governo norte-americano,⁸² revelaram ao embaixador Edmundo Barbosa da Silva que o governo Castro não só enfrentava sérias dificuldades internas, tanto econômicas quanto políticas, que lhe ameaçavam a estabilidade,⁸³ como temia uma ação coletiva continental e receava que o conflito Leste-Oeste assumisse tal magnitude que levasse a União Soviética a barganhar Cuba com os Estados Unidos, trocando-a por Berlim. Impressão semelhante, Richard Goodwin transmitiu a Kennedy. Da conversação se lhe antolhou que Cuba estava a suportar severas tensões econômicas e que, se Che Guevara tomara aquela atitude, sendo inegavelmente o mais convencido da tendência comunista “dentro do Governo Castro”, outros líderes cubanos provavelmente haveria ainda mais ansiosos para uma acomodação com os Estados Unidos.⁸⁴ Guevara, ao regressar a Cuba, menosprezou o significado

do encontro, que qualificou como “corto, cortés, frio, como corresponde a dos funcionarios de países oficialmente enemigos”, acentuando que nem ele nem Goodwin estavam autorizados para qualquer tipo de conversação.⁸⁵ Era natural que assim procedesse. Em Cuba, não poderia ter outra atitude nem externar-se diferentemente, por causa do efeito que isso produziria na política interna, arrefecendo a combatividade do povo e ele cria, além do mais, que qualquer encontro com os Estados Unidos prejudicaria a causa da revolução na América Latina.⁸⁶ Qualquer que fosse, no entanto, o intuito de Guevara, quer para convencer o Brasil e a Argentina de que Cuba não pretendia ingressar no Bloco Socialista e assim dificultar os esforços dos Estados Unidos para promover uma intervenção coletiva, através da OEA, quer para atender à pressão da União Soviética — o fato foi que o encontro tivera alta significação, uma vez que, ao transmitir o recado de que Cuba desejava negociar um *modus vivendi* com os Estados Unidos, ele refletiu realmente uma disposição manifestada pelo governo Castro logo depois de obter a vitória militar e política que o fiasco da Baía dos Porcos configurou. Em nota entregue ao corpo diplomático acreditado em Havana, o presidente Oswaldo Dorticós e Fidel Castro, como primeiro-ministro, manifestaram inequivocamente sua disposição de sustentar quantas discussões fossem necessárias para encontrar solução para a tensão existente entre os Estados Unidos e Cuba e que possibilitassem “una forma de convivencia pacífica, relaciones diplomáticas y aún amistosas”, se o governo norte-americano assim o desejasse, mas também de combater até a última gota de sangue, se fossem atacados.⁸⁷

Cerca de dois meses antes (maio de 1961) da Conferência de Punta del Este, ao chegar ao Rio de Janeiro, Carlos Olivares, vice-ministro das Relações Exteriores de Cuba, visitara o chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, na sua residência, e adiantara-lhe que o propósito de sua missão, em “caráter secreto”, era realizar consultas no mais alto nível com os governos do Brasil, México e Equador e solicitar-lhes os bons ofícios⁸⁸ no sentido de encontrar uma solução que, sem “desprestígio da soberania e da autodeterminação e sem invasão dos assuntos internos de Cuba, pudesse restaurar a confiança

entre seu país e os Estados Unidos e restabelecer a tranquilidade continental”.⁸⁹ Na oportunidade, ele reiterou que Cuba “estava disposta a resolver seu caso com os Estados Unidos em conversações bilaterais, com a agenda aberta e a salvaguarda da sua soberania”, afirmando “categoricamente” que seu país não desejava ser comunista e que o “enfeudamento econômico ao Bloco Soviético” provinha exclusivamente do “isolamento forçado pelos Estados Unidos”.⁹⁰ O governo norte-americano rechaçou qualquer gestão conciliatória, pois passara a apresentar o litígio Cuba-Estados Unidos como um problema do continente e não apenas uma questão bilateral.⁹¹ Mas o que Olivares dissera ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco fora o que Guevara implicitamente confirmara durante a Conferência do CIES, em agosto. Ao fundamentar seu voto, contrário à Declaração de Punta del Este, ele declarara, publicamente, que o governo de Cuba, sem que estivesse a mendigar qualquer tipo de aproximação ou de trégua, dispunha-se a dirimir suas dificuldades com o governo dos Estados Unidos com a única condição de que não houvesse condições prévias.⁹² E, durante a conversação com Richard Goodwin, não apenas insistira sobre a necessidade do diálogo entre Havana e Washington como, a demonstrar o desejo de restabelecer o comércio com os Estados Unidos, através do qual indenizaria as propriedades confiscadas, permitira tanto ao embaixador Edmundo Barbosa da Silva quanto a Richard Goodwin perceberem que a União Soviética não lhes fornecia os artigos nem na quantidade nem da qualidade de que Cuba necessitava.⁹³ Segundo a versão transmitida a Buenos Aires pelo diplomata Rodríguez Larreta, Guevara declarara que Cuba não fizera a revolução para ser “satélite” da União Soviética e acentuara que se tornava necessário restabelecer seu relacionamento com os Estados Unidos, um plano de passos sucessivos,⁹⁴ de modo que ela saísse da situação de dependência. Ele, aliás, demonstrara, abertamente, na Conferência de Punta del Este, que Cuba não pretendia substituir a dependência em relação aos Estados Unidos por outra dependência, em relação à União Soviética, de cujo sucesso industrial ele próprio já se mostrava bastante crítico.⁹⁵ No seu discurso inaugural, Che Guevara dissera, com muita lucidez:

El pueblo que compra manda. El pueblo que vende sirve. Hay que equilibrar el comercio para asegurar la libertad: El pueblo que quiere morir vende a un solo pueblo. Y el que quiere salvarse vende a más de uno. (...) Cuando un pueblo fuerte da de comer a otro se hace servir de él. Cuando un pueblo fuerte quiere dar batalla a otro, compele a la alianza y al servio a los que necesitan de él. El pueblo que quiere ser libre, sea libre en negocios.⁹⁶

Ao contrário do que os anticomunistas em Havana e Miami sempre supuseram, Che Guevara não foi o homem que, influenciando Castro, patrocinou a submissão de Cuba à União Soviética, conquanto tenha sido praticamente o arquiteto das relações entre os dois países.⁹⁷ Ao fazê-lo, seu objetivo, como também de Castro, foi libertar Cuba da monocultura da cana, através da industrialização, pôr fim à absoluta predominância que os Estados Unidos sobre ela adquiriram, na medida em que constituíam o principal mercado para o escoamento de sua produção de açúcar. Embora tivesse formação teórica marxista,⁹⁸ Guevara sempre fora independente de qualquer linha partidária e não lhe agradava nem convinha a Cuba o domínio efetivo que a União Soviética passara a exercer sobre sua economia, comprando-lhe, por interesse político e a um preço inferior ao do mercado norte-americano, o açúcar de que não necessitava e fornecendo-lhe petróleo, a longa distância e a um custo mais elevado.⁹⁹ Na verdade, a predominância da União Soviética em Cuba já se tornava incômoda. Seu embaixador em Havana, Sergei M. Kudryavtsev, passara a desfrutar, nos meios oficiais, de uma situação única de prestígio, que aos quinquagenários recordava a dos embaixadores norte-americanos durante a vigência da Platt Amendment.¹⁰⁰ Agia como procônsul, aconselhando moderação ao governo Castro, cujos excessos, bem como a desorganização e a desordem administrativa, criticava abertamente nas conversas com outros diplomatas.¹⁰¹ A União Soviética, que acolhera Fidel Castro no seu conflito com os Estados Unidos, como um trunfo na Guerra Fria, preocupava-se com a possibilidade de que ele se tornasse um embaraço para sua política. A ela certamente não convinha substituir os Estados Unidos e arcar com todas as responsabilidades pela sustentação econômica e financeira de Cuba, razão pela qual várias vezes instou o governo Castro a esgotar as opções de diálogo com a administração Kennedy. Durante a visita

a Moscou, em outubro de 1960, Guevara começara também a sentir as dificuldades, lá existentes, para atender à demanda de Cuba, quando Kruchev só aprovara a compra de 1,2 bilhão de toneladas de açúcar, em vez dos 3 milhões, conforme ele solicitara, e insistira em que a responsabilidade pela absorção do restante — 2,8 milhões de toneladas — fosse repartida entre os demais membros do Bloco Socialista. Por isto, certamente, o embaixador brasileiro Vasco Leitão da Cunha, em relatório secreto, com data de 23 de janeiro de 1961, apresentado ao Itamaraty ao deixar a chefia do posto em Havana, informara que Che Guevara, ao regressar da viagem a Moscou e a Pequim, “achou-se na posição ideal para poder enfrentar publicamente Fidel Castro, recomendando uma política internacional de moderação e uma política interna realista, de disciplina e profundidade”.¹⁰² De acordo com Leitão da Cunha, “apesar de contrariado com as expressões públicas de Che”, Fidel Castro não teve alternativa “senão adotar aquela linha, abrindo verbalmente um crédito de confiança ao novo Governo dos Estados Unidos (Kennedy) e moderando seus habituais arroubos oratórios”.¹⁰³ Não sem fortes motivos, portanto, Guevara, em Punta del Este, propusera publicamente, e durante a conversação com Goodwin, o restabelecimento do comércio entre Cuba e Estados Unidos, ainda que isto implicasse o pagamento das propriedades confiscadas e algum custo político.

O propósito de conversar sobre os bons ofícios que a Argentina oferecera para mediar o conflito entre Cuba e os Estados Unidos foi que levou Che Guevara a viajar secretamente para Buenos Aires, algumas horas depois do encontro com Goodwin, no dia 18 de agosto, com o objetivo de conversar com o presidente Arturo Frondizi. A entrevista ocorreu em Olivos, organizada por Jorge Carlos Carretoni, assessor do Conselho Federal de Investimentos da Argentina. E, na ocasião, Frondizi expressou a necessidade de um entendimento continental com os Estados Unidos e de evitar a exclusão ou o isolamento de Cuba, mas Guevara construiu um cenário “explosivo”, em que toda a América Latina transformar-se-ia em “um Vietnã”, sustentando que só através da luta armada seria possível libertá-la do imperialismo.¹⁰⁴ Não obstante, declarou que Cuba queria permanecer dentro

do sistema interamericano e dispunha-se a um entendimento com os Estados Unidos, como dissera anteriormente a Richard Goodwin.¹⁰⁵ Assegurou que Cuba não entraria para o Pacto de Varsóvia e adotaria um modelo de Estado socialista independente dos soviéticos. Sobre este particular Guevara não escondeu sua preocupação com o retardamento da industrialização de Cuba e persistência da monocultura da cana ao comprometer-se Fidel Castro com o fornecimento de grandes quantidades de açúcar à União Soviética.¹⁰⁶ E, quando Frondizi perguntou-lhe se ele havia estudado muito o marxismo, respondeu: “No. Tengo lecturas de marxismo, pero nunca he hecho un estudio en profundidad sobre el tema.” Durante a conversação, que durou 70 minutos, Guevara, sereno e afável, demonstrou grande humildade e, reconhecendo a gravidade da situação internacional de Cuba, deixou entreaberta a porta para a mediação entre os governos de Washington e Havana.¹⁰⁷ Às 14:00, ele voltou para Montevideú, após comer um “bife”, oferecido pela esposa de Frondizi. Mas o segredo de sua passagem por Buenos Aires logo transpirou e Frondizi defrontou-se com grave crise militar e a ameaça de um golpe de Estado.

Quatro dias depois, em 22 de agosto, Jânio Quadros, presidente do Brasil, publicamente, recebeu Guevara, o único delegado à Conferência dos CIES que se recusara a assinar a Ata da Aliança para o Progresso, e condecorou-o com a Ordem do Cruzeiro do Sul. Este gesto, embora visasse exprimir inconformismo do Brasil vis-à-vis dos Estados Unidos, assumiu, naquelas circunstâncias, o caráter de provocação e irritou muitos oficiais superiores das Forças Armadas, levando-os a devolver suas comendas, como manifestação de protesto. Em represália, Carlos Lacerda, governador do Estado da Guanabara,¹⁰⁸ entregou as chaves da cidade ao líder contrarrevolucionário cubano Manuel Antonio Varona, apadrinhado pela CIA. E, na noite de 24 de agosto de 1961, compareceu à televisão para denunciar que Quadros tramava um golpe de Estado, o que o levou a renunciar à presidência da República na manhã seguinte, a fim de criar um impasse institucional e coagir o Congresso a outorgar-lhe os poderes legislativos, uma vez que os ministros militares, da ala conservadora das

Forças Armadas, haveriam de preferir seu retorno ao cargo a permitir que o vice-presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro e conhecido por suas vinculações com a esquerda, assumisse o governo. Assim aconteceu, conforme ele previra. A manobra, porém, fracassou, porque o Congresso considerou sua renúncia um *fait accompli* e o governador Leonel Brizola levantou o Rio Grande do Sul, recebendo apoio do III Exército, o que dividiu as Forças Armadas e assegurou a investidura de Goulart na presidência mediante uma fórmula de compromisso, consubstanciada na adoção do regime parlamentarista. Naquela ocasião, quando o Brasil arrostava, pela primeira vez desde 1930, a ameaça real de uma guerra civil, Fidel Castro pronunciou então um discurso no qual, publicamente, recomendou às “forças populares, de esquerda, progressistas” o desencadeamento de guerrilhas, tomando a “experiência de Cuba, na qual um punhado de homens pôde fazer frente aos exércitos profissionais”.¹⁰⁹

Esta atitude, gerando protesto do Itamaraty,¹¹⁰ causou o mais profundo desagrado nos círculos políticos brasileiros e na opinião pública, inclusive na esquerda, não apenas por configurar uma ingerência nos assuntos internos do Brasil como também por fortalecer as forças de direita, que tanto se opunham à investidura de Goulart na presidência quanto pressionavam pela mudança da política de defesa da soberania de Cuba. Che Guevara, entretanto, considerou o discurso de Castro muito normal, porque esse tipo de opinião era a que um revolucionário devia dar “en momentos de tanto peligro y de tanta necesidad de decisión como éste”.¹¹¹ Observou que a investidura de Goulart no governo “no fue realmente un triunfo de las fuerzas populares”, mas “simplesmente una transacción”, em que o grupo que tinha o poder, as armas, a decisão de empregá-las e, além do mais, a clareza do que fazer, cedera parte de suas prerrogativas para tratar de tomá-las em outro momento, quando outro choque ocorreria.¹¹² Porém, o presidente Arturo Frondizi, prevendo, em setembro de 1961, que os militares dariam golpes de Estado na Argentina e, depois, no Brasil, países que defendiam a soberania de Cuba, comentou com Afonso Arinos de Melo Franco, já então nomeado por Goulart chefe da delegação brasileira à

Assembleia Geral da ONU, que Fidel Castro não percebera que, com sua “demagogia provocadora”, levaria os países do continente à ditadura.¹¹³

Frondizi tinha razão. Se bem que a Aliança para o Progresso, conforme Kennedy estabelecera, tivesse como um dos pressupostos não reconhecer governos que emanassem de atos de força — golpes de Estado ou revoluções — e não obedecessem às normas do regime democrático representativo, como eleições livres e periódicas, foi durante sua administração que os Estados Unidos mais incentivaram as Forças Armadas da América Latina a participar da política interna em seus respectivos países. A Junta Interamericana de Defesa já aprovara, em dezembro de 1960, a Resolução XLVII, instituindo a doutrina da civic action, segundo a qual as Forças Armadas na América Latina, consideradas como o grupo profissional mais estável e modernizador, deveriam ter maior participação “no desenvolvimento econômico e social das nações”, a fim de empreender as reformas necessárias e evitar o espraiamento da revolução social, que Cuba direta ou indiretamente encorajava. Daí o papel de polícia atribuído aos militares latino-americanos pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, como consequência da mutação na estratégia de segurança do Hemisfério, cuja essência consistiu em substituir o “inimigo extracontinental”, como primeira hipótese de guerra, pelo “inimigo interno”. As Forças Armadas latino-americanas, dentro do marco continental, não mais executariam, portanto, a tarefa clássica de “defesa externa”, mas exerceriam a função de forças de segurança interna, com a missão de erradicar as causas que poderiam gerar a subversão e a comunização do Hemisfério. E a Junta Interamericana de Defesa, convertendo-se, sob orientação do Pentágono, em uma verdadeira Internacional Militar, tratou de implementar a estratégia de counter-insurgence, que seria tanto terapêutica quanto profilática, a fim de remover todos os obstáculos à eliminação do regime revolucionário em Cuba, acusado de servir como “base para comunizar a América Latina”.

Esta nova dimensão militar da política de segurança continental, que Kennedy impulsionara, representou, pois, a outra vertente da Aliança para o Progresso. Assim, a tendência dos militares para intervir, desde então, no

processo político das repúblicas latino-americanas não decorreu apenas de fatores endógenos, a elas inerentes. Constituiu, na realidade, muito mais um fenômeno de política internacional continental do que de política brasileira, argentina, equatoriana etc. Tanto isto é certo que as manifestações das Forças Armadas, a princípio, ocorreram, geralmente, em países como Brasil, Equador e Argentina, cujos governos se recusavam a romper relações com Cuba, e visaram a ditar decisões diplomáticas de conformidade com as diretrizes da política exterior dos Estados Unidos.¹¹⁴ A renúncia de Quadros, em 25 de agosto de 1961, e a subsequente tentativa de golpe militar contra a ascensão de Goulart ao governo, configuraram não apenas um fenômeno interno do Brasil, mas a primeira manifestação mais espetacular de uma crise continental, que começava a estremecer os regimes democráticos na América Latina, onde o conflito entre Cuba e os Estados Unidos, exprimindo e aguçando suas próprias contradições sociais, tornara-se, igualmente, um problema de política nacional.

Notas

1. Discurso pronunciado por Fidel Castro no dia 16 de abril, por ocasião do sepultamento das vítimas do bombardeio do aeroporto de Havana, in Castro et al., 1981, pp. 454-476.
2. Matos, 1961, p. 123.
3. Fursenko & Naftali, 1997, p. 89.
4. Ministério dos Assuntos Internos e Ministério para a Segurança do Estado. Sobre a atuação de Beria como reformador, vide Knight, 1997, pp. 234-246, Moniz Bandeira, 1992, pp. 76-78.
5. Telegrama nº 226, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Marcos Antônio de Salvo Coimbra), 16-17/8/1960. 600. (24h) — Situação Política — Cuba — Confidencial — 1945-1960 — 6.218. AHMRE-B.
6. Guevara, 1991, vol. II, p. 19.
7. Id., 1977, vol. VI, p. 178.
8. Campos, 1994, p. 422.
9. Id., *ibid.*, p. 182.
10. Trotski, 1979, p. 137.
11. Id., 1947, p. 558.
12. Che Guevara, 1991, pp. 26-149. Esse livro foi publicado no Brasil, em 1961, pelas Edições Futuro, do Rio de Janeiro, em tradução feita por Maurício Graboys, dirigente do Partido Comunista do Brasil (linha chinesa).
13. Che Guevara, 1991, p. 31.
14. Artigo publicado em Verde Olivo, Havana, 9/4/1961, cf. Moniz Bandeira, 1962, p. 175.
15. Apud Ofício nº 203, confidencial, embaixador Álvaro Teixeira Soares ao chanceler Horácio Lafer, Bogotá, 26/7/1960, Bogotá — Ofícios — 1960-1964. AHMRE-B.
16. Discurso de Fidel Castro por motivo de la recepción de las milicias en la Habana, em 20 de enero de 1961, in Castro et al., 1981, p. 350.
17. Sílvio Frondizi, autor de vários livros de história e sociologia, era irmão do presidente Arturo Frondizi. Como advogado, defendeu os guerrilheiros encarcerados pelo regime militar argentino (1966-1973) e foi assassinado em 1974 por um grupo terrorista de extrema direita, a Triple A.
18. “Der Kommunismus in Venezuela”. Em Überblick von LR Dr. Munz, Juni 1962. Referat 306, Band 291. AA. Bericht Nr. 592/62, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Caracas, 3/7/1962. *Ibid.*
19. Ofício nº 203, confidencial, do embaixador Teixeira Soares ao chanceler Horácio Lafer, Bogotá, 26/7/1960; Ofício nº 204, confidencial, Teixeira Soares a Lafer, Bogotá, 27/7/1960. Bogotá — Ofícios — 1960-1964. AHMRE-B.
20. Guevara, “La influencia de la revolución cubana en la América Latina”, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 469-492.
21. Luís de la Puente Uzeda e Guillermo Lobatón caíram em combate em 1965 e o foco de guerrilhas, que tentaram implantar, foi liquidado pelo Exército.

22. Goldar, 1985, p. 14. Anderson, 1997, pp. 539 e 552. Kalfon, 1997, pp. 385 e 386.
23. Goldar, 1985, p. 16. John William Cooke, que fora dirigente da Juventude Peronista e representante pessoal de Perón, fundou em 1962, com a aprovação de Guevara, a Acción Revolucionaria Peronista.
24. Memorandum from the Under Secretary of State (Bowles) to Secretary of State (Rusk), Subject: Montevideo Conference. Washington, July 25, 1961. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 44-45.
25. Guevara, “Discurso ante los miembros del Departamento de Seguridad del Estado”, 18/5/1962, in Guevara, vol. II, 1991, p. 481.
26. Gilbert, 1994, p. 60.
27. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 468.
28. Telegram n° 2362, from Embassy (Thompson) in the Soviet Union to Department of State, Moscow, April 1, 1961, 5 p.m. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 182-183.
29. Fullbright, 1982, pp. 128-129.
30. Memorandum of Conversation between President Kennedy and Premier Nikita Khrushchev, at Viena Summit, June 3, 1961. In *The Cuban Missile Crisis — 1962 — A National Security Archive Documents Reader* (edited by Laurence Chang & Peter Kornbluh), Nova York, The New Press, 1992, pp. 11-14.
31. Ibid.
32. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy, Washington, March 10, 1961. Attachment: Report to the President on Latin American Mission — February 12 — March 3, 1961, Arthur Schlesinger Jr., FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 10-18.
33. Ibid., p. 13.
34. Ibid., p. 11.
35. Ibid., pp. 14-15.
36. Memorando DOr/104/1650.(20), confidencial, a) 2º Secretário Frederic Carlos Carnaúba, chefe da Divisão de Organismos Econômicos Internacionais e Assuntos Específicos, 17/3/1961. 650(20) Assuntos Econômicos — América Latina, 1957-1963 — 8059; Telegrama n° 641, da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Fernando Leckie Lobo), 15-16/9/1961. Telegramas — Secretos — Rec. Q-W. AMRE-B.
37. Memorandum from the Secretary of Defense McNamara to the Chairman of the Joint Chiefs of Staff (Lemnitzer), Washington, April 20, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 396-307.
38. Notes on the 479th Meeting of the National Security Council — Notes on Cuban Crisis, Washington, April 27, 1961. Ibid., p. 397.
39. Memorandum from the Attorney General (Kennedy) to President Kennedy, Washington, April 19, 1961. Ibid., pp. 302-304.
40. Memorandum from the Joint Chiefs of Staff (Earle G. Wheeler) to Secretary of Defense McNamara. JCSM-278-61. Subject: Cuba. Washington, April 26, 1961. Appendix A —

Analysis of Courses of Action. Ibid., pp. 371-376.

41. Discurso en la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social da OEA, 8 de agosto de 1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 429.
42. Telegrama n° 301, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 2/5/1961. Secretos — Q-W — Cts. Rec. E Exp. — 1960-1961. AHMRE-B.
43. Ibid.
44. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Subject: Reactions to Cuba in Western Europe. Washington, May 3, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962. Cuba, pp. 423-428.
45. Ibid., p. 425.
46. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to the Political Warfare SubCommittee of the Cuban Task Force. Washington, May 8, 1961. Ibid., pp. 490-492.
47. Ibid., p. 492.
48. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to President Kennedy. Subject: Reactions to Cuba in Western Europe. Washington, May 3, 1961. Ibid., p. 425.
49. Paper prepared for the National Security Council by an Interagency Task Force — Cuba and Communism in the Hemisphere, Washington, May 4, 1961. Ibid., pp. 459-475.
50. Telegrama n° 310, secreto, Dpo/920.(22) (24h), da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 4/5/1961, 12h30. Secretos — Q-W — Cts. Rec. e Exp. — 1960-1961. Ibid.
51. Memorandum n° 4 — Recommendations of the Cuban Study Group, Recommendation — Narrative and Memoranda of Taylor Committee, in Operation Zapata, 1984, p. 53.
52. Apontamento do secretário Kenneth O=Donnel, apud Dennis, 1988, p. 32.
53. Telegrama n° 641, secreto, da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Fernando Leckie Lobo), 15-16/9/1961. Secretos — Q-W — Cts. Rec. e Exp. 1960-1961. AHMRE-B.
54. Paper prepared for the National Security Council by an Interagency Task Force — Cuba and Communism in the Hemisphere, Washington, May 4, 1961. Ibid., p. 471.
55. Ibid., p. 470.
56. Telegrama n° 301, secreto-urgente, Dpo/920.(22) (24), da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 2/5/1961, 11h45; Telegrama n° 357, secreto-urgente, Dpo/601.3 (24h), da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 18-19/5/1961. Secretos — Q-W — Cts. Rec. e Expedidos — 1960-1961. AHMRE-B.
57. Telegrama n° 301, secreto-urgente, Dpo/920.(22) (24), da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 2/5/1961, 11h45. Ibid.
58. Telegrama n° 370, secreto, Dpo/601 3 (24h) da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 22/5/1961, 11h30. Ibid.
59. Telegrama n° 343, secreto-urgente, Dpo/812. (42) (22), da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 16/5/1961. Ibid.
60. Ibid.

61. Telegrama n° 409, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 3/8/1961. 650 (20) Assuntos Econômicos — América Latina — 1957 — 1963 — 8059. Ibid. Report from the Representative to the United Nations (Stevenson) to President Kennedy — Report to the President on South American Mission, June 4-22, 1961. Washington, June 27, 1961. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 30-32.
62. Telegrama n° 295, secreto, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Washington, 15/6/1961. Secretos — Q-W — Cts. Rec. e Exp. AHMRE-B.
63. Ibid.
64. Ibid.
65. A soma seria de US\$ 1,3 bilhão, assim distribuídos: US\$ 350 milhões por uma nova lei de auxílio exterior (AID), ainda em discussão no Congresso, US\$ 300 milhões ou US\$ 400 milhões através do Eximbank, US\$ 300 milhões pelo programa Food for Peace e US\$ 250 milhões, do Fundo de Bogotá, através do BID. Tais parcelas incluíam as quantias já concedidas pelo Eximbank e pelo Food for Peace a países do continente, entre os quais o Brasil, ao qual deviam também caber US\$ 100 milhões, através do AID. Telegrama n° 562, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 1-2/8/1961. 650 (20) Assuntos Econômicos — América Latina — 1957-1963 — 8059. Ibid.
66. Discurso en la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social da OEA, 8 de agosto de 1961, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 420-458.
67. Id., ibid., p. 435.
68. Id., ibid., p. 435.
69. Campos, 1994, pp. 419-422.
70. Discurso en la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social da OEA, 8 de agosto de 1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 445.
71. Discurso en la Conferencia del CIES, fundamentando la oposición de Cuba a firmar la Carta de Punta del Este, 16/8/1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 446.
72. Id., ibid., p. 465.
73. Id., ibid., p. 465.
74. Id., ibid., pp. 464-465.
75. Campos, 1994, p. 421.
76. Telegrama n° 707, confidencial, expedido, Gabinete-Rio para o Gabinete em Brasília, 19/8/1961. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — 1961. AHMRE-B.
77. Discurso en la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social da OEA, 8 de agosto de 1961, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 437-438.
78. Discurso en la Conferencia del CIES, fundamentando la oposición de Cuba a firmar la Carta de Punta del Este, 16/8/1961. Id., ibid., pp. 459-468.
79. “É até hoje obscuro quem tomou a iniciativa da conversa que Goodwin descreve como >casual=. Segundo o assessor de Kennedy, a primeira demonstração de interesse partiu de Che Guevara, que, vendo Goodwin fumar charutos compulsivamente, teria dito a um dos delegados argentinos: ‘Aposto que ele não ousaria fumar charutos cubanos...’”, Campos,

1994, p. 424.

80. Telegrama n° 707, confidencial, expedido, do Gabinete-Rio para o Gabinete em Brasília, 19/8/1961. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — 1961. AHMRE-B. Este telegrama retransmitiu para o presidente Jânio Quadros as informações prestadas pelo embaixador Edmundo Barbosa da Silva sobre a reunião informal de Che Guevara com Richard Goodwin. Seu conteúdo coincide com o relato feito por Richard Goodwin ao presidente Kennedy. Vide Memorandum from the President=s Assistant Special Counsel (Goodwin) to President Kennedy. Subject: Conversation with comandante Ernesto Guevara of Cuba. Washington, August 22, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 642 e 645. Também reproduzido (fac-símile) in Ratner & Smith, pp. 76-80. Goodwin, posteriormente, relatou a conversação ao embaixador do Brasil em Washington, Roberto Campos, que também a retransmitiu ao Itamaraty. Ofício n° 1191/920 (22) (24b), secreto, do embaixador Roberto Campos ao chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Washington, 23/10/1961. Ofícios — Q-W — 1960-1962. AHMRE-B. Para a versão baseada no memorando de Goodwin, vide Anderson, 1997, pp. 518-520. Castañeda, 1997, pp. 258-251. Referência mais curta in Taibo II, 1997, p. 430. Versão não muito exata in Kalfon, 1997, pp. 356- 357.
81. Memorandum from the President=s Assistant Special Counsel (Goodwin) to President Kennedy. Subject: Conversation with Comandante Ernesto Guevara of Cuba. Washington, August 22, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, p. 644.
82. Telegrama n° 707, confidencial, expedido, Gabinete-Rio para o Gabinete em Brasília, 19.8.1961. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — 1961. AHMRE-B.
83. Ibid.
84. Memorandum from the President=s Assistant Special Counsel (Goodwin) to President Kennedy. Washington, August 22, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 640-641.
85. Apud Castañeda, 1997, p. 259. Vide também Taibo II, 1997, p. 430.
86. Castañeda, 1997, p. 259.
87. “A los distinguidos miembros del Honorable Cuerpo Diplomático acreditado en el País”, Note an das Diplomatische Korp — Anlage — Bericht 303/61, Botschaf der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Habana, den 2. Mai 1961. Referat 306, Band 182. AA.
88. Telegrama n° 362-21345, Dpo/920.(22) (24h), secreto-urgente, do Itamaraty à embaixada do Brasil em Washington, 17/6/1961. Secretos — Q-W — Cts. Rec. e Exp. — 1960-1961. AHMRE-B.
89. Telegrama n° R-8, secreto-urgente, do Gabinete-Rio ao Gabinete em Brasília (para transmitir ao presidente da República), 23/5/1961. Secreto — Consulados — Diversos no Interior e Exterior — Tel. Rec. e Exp. — 1960-1961. Ibid.
90. Ibid.
91. Telegrama n° 362-21345, Dpo/920.(22) (24h), secreto-urgente, do Itamaraty — embaixada do Brasil em Washington, 17/6/1961. Secretos — Q-W — Cts. Rec. e Exp. — 1960-1961. Ibid.
92. Discurso en la Conferencia del CIES, fundamentando la oposición de Cuba a afirmar la Carta

de Punta del Este, 16/8/1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 464.

93. Telegrama n° 707, confidencial, expedido, do Gabinete-Rio para o Gabinete em Brasília, 19/8/1961. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — 1961. AHM RE-B. Ofício n° 1191/920 (22) (24h), secreto, do embaixador Roberto Campos ao chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas, Washington, 23/10/1961. Ofícios — Q-W — 1960-1962. Ibid. Memorandum from the President's Assistant Special Counsel (Goodwin) to President Kennedy, Washington, August 22, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 640-641.
94. O plano consistia nos seguintes pontos: compromisso dos Estados Unidos de respeitar a existência da Revolução Cubana (suspendendo a ajuda aos exilados cubanos), qualquer que fosse sua ideologia; comprometimento de Cuba de não exportar sua revolução a outros países da América Latina; indenização das propriedades confiscadas durante a revolução; recomendação da cota de açúcar para Cuba no mercado norte-americano; fim dos sequestros de aviões e devolução dos terroristas. De acordo ainda com a informação de Larreta, Goodwin assegurou que comunicaria a proposta a Kennedy, ponderando, porém, que os mecanismos constitucionais nos Estados Unidos eram lentos. Guevara retrucou que, em Cuba, eram menos democráticos, mas o assunto requeria muitas consultas, e acrescentou: “Ahora tengo que convencerlo a Fidel Castro.” Apud Lanús, 1984, p. 207. As versões transmitidas pelos três participantes, o argentino (Rodríguez Larreta), o brasileiro (Barbosa da Silva), e o norte-americano (Goodwin), foram em linhas gerais coincidentes.
95. Anderson, 1997, p. 479.
96. Discurso en la Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social da OEA, 8 de agosto de 1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 420.
97. Anderson, 1997, pp. 492 e 494.
98. Na conversação com Goodwin, Guevara confirmou que os dirigentes da Revolução Cubana não tinham formação teórica marxista, sendo ele, Guevara, o único que possuía maiores leituras nesse campo. Telegrama n° 707, confidencial, expedido, do Gabinete-Rio para o Gabinete em Brasília, 19/8/1961. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — 1961. AHMRE-B.
99. “Relatório para o Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores — Política Exterior de Cuba”, secreto, a) Vasco Leitão da Cunha, anexo ao Ofício Dpo/2/900.1 (24h), secreto, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para a embaixada do Brasil em Havana, Rio de Janeiro, 25/1/1961. 900.1 (00) — Política Internacional — De (10) a (98) — 1955-1966. Ibid.
100. Ibid.
101. Ibid.
102. Ibid.
103. Ibid.
104. Esse relato se baseia nas informações obtidas pelo diplomata argentino Juan Archibaldo Lanús, que realizou intenso, sério e criterioso trabalho de pesquisa documental, bem como entrevistas com personagens em Buenos Aires, para escrever uma excelente obra, fundamental para a compreensão da política exterior da Argentina, no pós-Segunda Guerra

Mundial, sobretudo nos anos 1960 e 1970. Vide, Lanús, 1984, pp. 250-251 e 276-277.

- .05. Id., *ibid.*, p. 251.
- .06. Id., *ibid.*, pp. 251 e 277.
- .07. Id., *ibid.*, p. 251.
- .08. Com a transferência da capital federal para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro transformou-se em Estado da Guanabara. Só em 1977 foi feita a fusão com o estado do Rio de Janeiro.
- .09. “Política do Brasil em relação a Cuba”, secreto, Informação da Divisão Política do Itamaraty, 1/9/1961. 600(24h) Situação Política — 1958-1961 *Ibid.*
- .10. Telegrama nº 127-42240, confidencial, da Secretaria de Estado (Itamaraty) à embaixada do Brasil em Havana, 6/7/1961. Havana — Cts. — Telegramas Expedidos. — 1960-1964. *Ibid.*
- .11. Guevara, “La Influencia de la Revolución cubana en la América Latina”, in Guevara, vol. II, pp. 481 e 482.
- .12. Id., *ibid.*, pp. 482 e 483.
- .13. Melo Franco, 1968, p. 185.
- .14. Sobre o tema, vide Moniz Bandeira, 1995, pp. 152-200.

Capítulo XI

OS ESTADOS UNIDOS E A TENTATIVA DE INTERVENÇÃO COLETIVA SOB O MANTO DA OEA
• A OPERATION MONGOOSE • A ADESÃO DE CASTRO AO MARXISMO-LENINISMO • A
MANOBRA DOS ESTADOS UNIDOS COM A COLÔMBIA E A VENEZUELA • A VIII REUNIÃO DE
CONSULTA EM PUNTA DEL ESTE • O BRASIL E A OPOSIÇÃO AOS ESTADOS UNIDOS NA OEA
• A PROPOSTA PARA A FINLANDIZAÇÃO DE CUBA • A EXPULSÃO DO GOVERNO CASTRO
DA OEA

Imediatamente após o fiasco da Baía dos Porcos, em 23 de abril, o Departamento de Estado instruíra todos os embaixadores norte-americanos para que levassem o problema de Cuba aos governos na América Latina, junto aos quais estavam credenciados, apresentando-o como “intrusion of extra-continental power”, que ameaçava a paz e a segurança do Hemisfério e exigia medidas de defesa, inclusive dos países vizinhos ameaçados e possível autodefesa dos Estados Unidos.¹ O propósito dos Estados Unidos, a fim de que pudesse tomar, coletiva ou unilateralmente, medidas contra o regime de Fidel Castro, fora estabelecer distinção entre “intervenção nos assuntos de outros Estados” e “defesa contra crescente área de dominação por uma potência extra-Hemisfério”. As medidas explicitamente propostas aos demais Estados americanos foram, inter alia, rompimento de relações diplomáticas, criação de uma força de segurança no Caribe e denúncia de Castro como um agente do comunismo internacional. Todo o esforço do Departamento de Estado visou demonstrar a incompatibilidade entre o sistema interamericano e o neutralismo em face da ameaça comunista e criar condições para convocar uma Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, com base nos artigos 6º e 9º do Tratado do Rio de Janeiro,² transformando Cuba de nação agredida em nação agressora. O problema consistiu, porém, na oposição dos maiores e mais importantes países da América Latina, como

Chile, México, Argentina e, sobretudo, o Brasil, onde o elevado e forte sentimento antinorte-americano reforçava as simpatias por Fidel Castro como aquele que ousara desafiar os Estados Unidos.

A posição do Brasil dificultava enormemente a estratégia dos Estados Unidos, via OEA, para destruir o regime revolucionário em Cuba. E Kennedy demonstrou sua preocupação ao receber as credenciais de Roberto Campos, designado embaixador em Washington, perguntando-lhe se o governo parlamentarista, instituído após a renúncia de Quadros, alteraria a política vis-à-vis de Cuba. E como a resposta fosse negativa, pois o Brasil continuaria a defender os princípios de não intervenção, ele expressou seu desapontamento diante do que descreveu como quatro incompreensões básicas de vários países latino-americanos em relação a Cuba: 1) o conflito não era bilateral e sim continental, pois se Cuba era apenas uma “humilhação” para os Estados Unidos, constituía um perigo para o resto da América Latina, econômica, social e militarmente vulnerável ao comunismo; 2) a disputa não resultava das reformas sociais de Fidel Castro, em si mesmas aceitáveis, ou das expropriações de investimentos, “assunto facilmente negociável”; 3) os países da América Latina subestimavam a gravidade da infiltração ideológica que Cuba promovia através dos meios estudantis, sindicais e militares e que poderia sabotar o sucesso da Aliança para o Progresso; 4) a reconciliação com Castro seria impossível, por estar ele “inteiramente subjugado pela ideologia” marxista, revelando “menos independência que alguns dos satélites soviéticos e muito menos que Nkrumah e Sekou Toure”, líderes africanos, defensores do neutralismo.³ A argumentação de Kennedy fora, obviamente, especiosa. Pautara-se pela tática de transformar uma questão bilateral nas relações entre Cuba e os Estados Unidos em problema de todo o continente, a fim de deslegitimizar o caráter nacionalista da revolução e contar com o apoio coletivo às sanções contra o governo Castro, entre as quais a intervenção armada, que não lhe convinha empreender, unilateralmente, devido às suas implicações internacionais e ao impacto que teria sobre a credibilidade da política exterior dos Estados Unidos e da própria Aliança para o Progresso. A alegação de que a pressão

interna, sobretudo no Congresso, aumentava, reclamando alguma demonstração de solidariedade da América Latina, constituiu, por sua vez, uma forma velada de ameaça. O que Kennedy queria saber era se o Brasil modificara sua posição no caso de Cuba, cujo direito à autodeterminação o governo Quadros defendera, opondo-se a qualquer intervenção que violasse o princípio da soberania nacional. Goulart, entretanto, tinha menos condições do que Quadros para modificar os rumos da política exterior, não apenas em virtude dos interesses nacionais do Brasil, condicionados pelas necessidades objetivas do seu desenvolvimento, como também em virtude dos próprios compromissos políticos e ideológicos, que ele, pessoalmente, tinha com a classe de trabalhadores e as correntes nacionalistas, sustentáculos eleitorais do Partido Trabalhista Brasileiro. E Roberto Campos, com toda a franqueza, respondeu a Kennedy não haver clima no Brasil para o apoio a qualquer ação coletiva contra Cuba, nem sob a forma de intervenção militar nem sequer moderadamente, sob forma de Reunião de Consulta, rompimento de relações ou bloqueio.⁴ Qualquer tentativa dessa espécie — acrescentou — poderia gerar enorme tensão interna não só no Brasil como em vários países da América Latina, transformando em conflito interno um conflito que era até então extrínseco. Ademais, Roberto Campos ponderou, o Brasil cria que o isolamento de Cuba destruiria as alternativas e tenderia a acelerar o processo de sovietação, tornando-o irreversível.⁵

Kennedy, porém, estava obstinado na ideia da revanche. Ainda que houvesse decidido não empreender, naquele momento, uma intervenção direta em Cuba, o governo norte-americano reservara-se o direito de efetivá-la, quando lhe conviesse, a pretexto de defender outro país por ela supostamente agredido.⁶ E, desde o fiasco da Baía dos Porcos, os Estados Unidos aplicaram pressões internas e externas contra os Estados latino-americanos no sentido de forçá-los a romper relações diplomáticas e comerciais com Cuba, isolando o regime revolucionário de Fidel Castro e criando as condições para a intervenção coletiva, sob o manto da OEA.⁷ E, entre outras iniciativas, trataram de encorajar a criação de uma força de segurança no Caribe.⁸ Destarte, de acordo com as diretrizes do Pentágono, os

ministros da Defesa de seis repúblicas centro-americanas, convocados por Nicarágua e Honduras, reuniram-se sigilosamente na capital da Guatemala, em outubro de 1961, a fim de recomendar a formalização de um pacto anticomunista, com a criação de uma junta regional de defesa ou a transformação da Organização dos Estados Centro-Americanos (ODECA) em algo semelhante à OTAN.⁹ Os Estados Unidos procuravam, naturalmente, forjar os meios para a intervenção em Cuba, ou através da OEA ou unilateralmente, hipótese ainda não totalmente descartada e para a qual os preparativos continuaram. Disto Castro estava informado e Carlos Olivares, ministro (interino) das Relações Exteriores de Cuba, informou ao corpo diplomático em Havana a existência de 29 locais, no território dos Estados Unidos e em países da América Central, onde cidadãos cubanos e de outras nacionalidades recebiam treinamento militar, ministrado por oficiais norte-americanos.¹⁰ Além do mais, desde havia alguns meses, as Forças Armadas norte-americanas alistavam nas suas fileiras exilados cubanos, o que provavelmente indicava a possibilidade de formar com eles e outros latino-americanos contingentes para a invasão de Cuba e/ou forças especiais de contrainsurreição (CI ou Green Berets) com treinamento em táticas militares e paramilitares, destinadas a combater guerrilhas em qualquer outro país do Hemisfério¹¹

As informações veiculadas pelo governo cubano tinham fundamento. O representante da Nicarágua na OEA confirmou, confidencialmente, para o diplomata brasileiro Aluysio Bittencourt, a existência de preparativos militares na localidade de Puerto Cabezas, e um membro do Conselho Revolucionário de Cuba informou-o, “com alarde e certamente muito exagero”, que os Estados Unidos já dispunham de “100.000 homens treinados em guerrilhas”, em Tampa (Flórida), para uma nova invasão de Cuba.¹² O governo Castro estava, no entanto, consciente de que os grupos contrarrevolucionários, que agitavam Miami, não tinham condições de organizar, com seus próprios recursos, qualquer ação importante contra o governo cubano. Estavam perplexos e desanimados. Alguns dos seus líderes voltaram-se para o desempenho de suas profissões, certos de que nada mais

podiam fazer contra Castro. O chamado Conselho Revolucionário Cubano, dividido, não conseguia outrossim superar suas dificuldades internas e vivia em permanente crise. A CIA não encontrava um nome com ressonância para presidir um possível governo cubano no exílio, tal como fora cogitado. E em Cuba, a rede contrarrevolucionária que lá operava fora completamente desmantelada após a invasão da Baía dos Porcos. Seus chefes ou foram presos ou asilaram-se em massa, enquanto outros elementos simplesmente fugiram do país, através de vários caminhos. A CIA perdera o contato com grande parte de seus agentes. Em dezembro de 1961, dos 27 ou 28 agentes que ela tinha em Cuba, apenas 12 continuavam as suas comunicações, que mesmo assim não eram frequentes, e dos quais 7 foram logo capturados.¹³ Por outro lado, a penetração dos órgãos de segurança do governo revolucionários nos possíveis focos de resistência e oposição aumentou a tal ponto que inviabilizou, em larga medida, os atos de sabotagem e terrorismo. As explosões de bombas, que abalavam Havana todas as noites, e os incêndios, que destruíam plantações e edifícios, onde órgãos do governo funcionavam, já não mais ocorriam. O moral dos exilados em Miami estava tão deteriorado que muitas das organizações contrarrevolucionárias tendiam a dissolver-se.

O alistamento de exilados cubanos pelas Forças Armadas norte-americanas, sob a forma de voluntariado e usando os mecanismos do Sistema de Serviço Seletivo para contornar as barreiras legais,¹⁴ era, porém, o que realmente chamava a atenção de Fidel Castro. Desde agosto, oficiais do Exército norte-americano, em Miami, estavam a entrevistar centenas de refugiados, o que antes era feito pelos spooks da CIA, e selecionavam rigorosamente os candidatos a treinamento avançado na tática de guerrilhas, técnica de “comandos” e paraquedismo, ministrado no Fort Jackson (Carolina do Sul).¹⁵ O objetivo consistia na formação de contingentes, com os refugiados anticastristas, que participariam em um ataque contra o governo Castro, lançado ou diretamente pelos Estados Unidos ou, quiçá, pela Nicarágua, conjuntamente com a Guatemala. O governador de Nova York, Nelson Rockefeller, insistira com Kennedy na ideia da invasão de

Cuba.¹⁶ Fidel Castro temia que ela ocorresse. Sabia que as possibilidades de receber maior apoio da União Soviética cada vez mais diminuía. Sob o aspecto econômico, a compra de mais de um milhão de toneladas de açúcar, para um país que tinha excedente deste produto, tornava-se por demais onerosa, como Guevara percebera em suas negociações. Sob o aspecto militar, a União Soviética jamais deixara dúvida de que não acorreria em defesa de Cuba e que apenas retaliaria em regiões mais próximas de suas fronteiras, na Ásia e na Europa. Castro, porém, preparara-se para tal eventualidade. Os progressos que Cuba alcançara na proteção antiaérea foram extraordinários. Na segunda metade de 1959, o governo Castro começara, na Ilha de los Pinos, a construção de um hospital subterrâneo, à prova de ataques aéreos e de tal maneira encravado na montanha, que um avião ou helicóptero não conseguia localizá-lo. Tinha capacidade para 100 leitos, sala de operações, e um manancial existente na própria rocha assegurava-lhe água e energia elétrica.¹⁷ A Ilha de los Pinos, onde 35.000 homens viviam em permanente estado de alerta, convertera-se em uma verdadeira fortaleza, com vários subterrâneos e túneis escavados nas montanhas. Este sistema de defesa, o governo cubano, cujo Ministério das Forças Armadas Revolucionárias passara a controlar todo o estoque de esparadrapo, penicilina e soro, estendera a outras províncias do país, visando à instalação tanto de hospitais quanto de depósitos de armas, combustíveis e alimentos, com grande probabilidade de que também existissem hangares subterrâneos. Armas e munição armazenavam-se também em uma mina abandonada, em Sierra Maestra, onde o governo cubano estava construindo campos de treinamento militar, onde jovens da América Latina aprendiam táticas de guerrilha.¹⁸ Só na Província de Havana, segundo diversas informações, havia, no mínimo, cinco abrigos antiaéreos, servindo como depósitos de armas e alimentos, e um deles, construído debaixo do Jardim Zoológico, guardava material bélico procedente da Europa Oriental.¹⁹

Diante da possibilidade de uma intervenção direta dos Estados Unidos, à qual não poderia resistir por muito tempo, o governo cubano também fizera planos para destruir todas as instalações úteis e edifícios maiores, existentes

nas grandes cidades, a fim de que os invasores não encontrassem mais que ruínas ao longo de todo o território nacional. E o fato de haver tantos depósitos de armas e abrigos subterrâneos igualmente em zonas de montanha sugeria que, após abandonarem as cidades destruídas, as forças leais a Fidel Castro acorreriam para as serras, a fim de retomar a luta de guerrilhas. Conforme a observação do encarregado de Negócios do Brasil, Carlos Jacyntho de Barros, o governo Castro estava preparado para as contingências de uma grande guerra, de sorte que qualquer ataque contra Cuba teria de contar não apenas com o seu considerável parque de armamentos, inclusive aviões MiGs, importados da União Soviética e de outros países do Bloco Socialista, mas também com a “resistência de legiões de fanáticos”.²⁰ E, na sua opinião, o aparato defensivo montado pelo governo cubano era de molde não apenas a tornar “suicida” qualquer tentativa de invasão pelos próprios exilados cubanos, como também a afastar a hipótese de uma intervenção direta dos Estados Unidos, a qual poderia alijar Castro do poder, só que à custa de grande derramamento de sangue.²¹ Idêntica avaliação fora feita pela Força-Tarefa Interdepartamental, que o governo norte-americano constituíra para estudar o caso de Cuba, em relatório preparado para o Conselho de Segurança Nacional. De acordo com as suas conclusões, só uma intervenção direta das Forças Armadas norte-americanas poderia derrubar o regime de Castro, mas deveria ser considerada a possibilidade de prolongada luta de guerrilhas e de substancial perda de vidas cubanas e americanas, além de claramente negativa reação mundial.²² Em suma:

The cost eliminating Castro by military intervention would be substantial at the present time and present circumstances. These costs might include significant loss of life and other military and civilian casualties, and would severely endanger the U.S. position of leadership in the Free World. It is our judgment that these costs outweigh the advantages of intervention.²³

O Pentágono, considerando que o principal suporte do governo revolucionário provinha dos trabalhadores urbanos, mas, sobretudo, dos guarijos, aos quais dera uma vida melhor e um senso de importância de que

nunca desfrutaram, avaliou igualmente que muitos se uniriam a Castro nas montanhas, a fim de continuar a luta, se ele conseguisse estabelecer ali um santuário.²⁴ Conforme sua previsão, se a população de Cuba não apoiasse a derrubada de Castro, focos de guerrilha estabelecer-se-iam, provavelmente, nas serras dos Organos, Rosario, Trinidad, Maestra e Cristal — e contariam com seu apoio.²⁵ Esta e outras razões, entre as quais, obviamente, a possibilidade real de que a União Soviética retaliasse na Europa e na Ásia, induziram o governo norte-americano a insistir no caminho da intervenção coletiva, sob o manto da OEA. Neste caso, os Estados Unidos empregariam, como seus soldados, os próprios exilados cubanos e recrutas de outras nacionalidades, já em treinamento, e contariam com forças de outros países do Hemisfério, o que evitaria que muitos norte-americanos perdessem a vida. Mas, para tanto, era necessário criar o clima na América Latina, compelindo mais países do Hemisfério a romper relações diplomáticas, consulares e comerciais com Cuba, o que até então oito já haviam feito,²⁶ e convocar uma Reunião de Consulta que viesse a deliberar sobre as medidas necessárias à liquidação do governo Castro, objetivo da Operation Mongoose, proposta por Richard Goodwin e cuja implementação Kennedy autorizara em 3 de novembro. Os agentes da CIA, infiltrados naqueles países, trataram de instrumentalizar tanto as forças da direita quanto da própria esquerda e não recusaram qualquer meio ilícito ou criminoso para atingir aqueles fins. As black operations, com o objetivo de levar os países latino-americanos a romper relações diplomáticas com Cuba ou declarar seus diplomatas como *personae non grata*, constituíam algumas de suas atividades.²⁷ Em Lima, a CIA promovera uma incursão de exilados cubanos contra a embaixada de Cuba e, introduzindo entre documentos autênticos diversos papéis forjados pela Technical Service Division, levava o Peru a romper relações com o governo Castro.²⁸ Episódio semelhante ocorrera também em Buenos Aires. Em setembro de 1961, a Frente Democrática Cubana divulgara grande quantidade de documentos, atribuídos a Carlos Olivares, subsecretário Político e ministro (interino) das Relações Exteriores, e supostamente subtraídos da embaixada de Cuba, com instruções para atos de sabotagem

nas Forças Armadas, imprensa, indústria etc. da Argentina. Richard Goodwin, falaciosamente, declarou ao embaixador brasileiro Roberto Campos que o governo norte-americano abster-se-ia de influenciar em qualquer sentido o governo argentino, mas confessou que acolheria com “agrado” sua “decisão voluntária” de romper relações com Cuba, pois reforçaria a tese norte-americana de que o problema é continental e não bilateral; facilitaria a tomada de decisões coletivas; e permitiria a eliminação de focos de infiltração castrista na Argentina, particularmente através da fronteira com a Bolívia.²⁹ Na verdade, a Chancelaria argentina conduziu o caso com cuidado, apesar das pressões, e Frondizi só não rompeu relações diplomáticas com o governo Castro porque, finalmente, as autoridades navais, com base no laudo dos peritos, comprovaram que os documentos eram apócrifos,³⁰ ou seja, constituíam mais uma black operation da CIA.

A Venezuela, entretanto, rompeu relações com o governo Castro, em 11 de novembro, apesar das gestões feitas pelo Brasil para evitar tal decisão,³¹ pois considerava perigoso o isolamento de Cuba. Betancourt respondeu que as relações entre Cuba e Venezuela haviam chegado a tal ponto de deterioração, que não mais era possível evitar o rompimento.³² Já não tinha condições de manter o precário equilíbrio entre o grupo dos partidários do ex-ditador Marcos Pérez Jiménez e as correntes de extrema-esquerda castrista, representada pelo MIR, e comunista, que se tornaram na Venezuela grave problema interno, na medida em que se insurgiam contra o governo, com inquestionável estímulo político e suporte material de Cuba.³³ Contudo, como Julio Portillo salientou, “era evidente que los sectores económicos de Venezuela, que ayudan a fijar en forma determinante la política exterior del país, sirvieron aquí de portavoces de los clamores norteamericanos”³⁴ e concorreram, juntamente com as pressões do Departamento de Estado, para a atitude de Betancourt. O rompimento da Venezuela com o governo Castro, naquelas circunstâncias, fortaleceu a iniciativa da Colômbia, que, em 14 de novembro, um mês após haver o Peru solicitado a reunião do Órgão de Consulta da OEA, apresentou novo pedido de convocação dos ministros das Relações Exteriores do continente para examinar a questão de Cuba sob o

prisma do Tratado do Rio de Janeiro. Seu propósito, segundo a fórmula sugerida pelo presidente Alberto Lleras Camargo, consistia em uma primeira Reunião de Consulta assinalar os atos de agressão que Cuba real ou supostamente praticara, exigindo que o governo Castro rompesse seus vínculos com a União Soviética, para, em seguida, adotar as medidas punitivas, caso ele não atendesse às determinações da OEA. Esta artimanha, articulada pelos Estados Unidos com a Colômbia, Venezuela e Peru, possibilitaria intervir coletivamente contra o governo Castro, sob o patrocínio da OEA, uma vez que Betancourt considerava que uma ação unilateral destruiria o sistema interamericano e Kennedy lhe assegurara que os Estados Unidos não pretendiam empreendê-la.³⁵ Mas a enérgica oposição do Brasil, agindo sobre a Argentina, o Uruguai e o Chile, ameaçava frustrar a manobra, se conseguisse protelar a convocação do Órgão de Consulta.³⁶ De qualquer forma, o que interessava ao Departamento de Estado era realizar o mais breve possível a Reunião de Chanceleres, não lhe importando que alguns países significativos, como o Brasil e o México, ficassem de fora, uma vez que lhe bastaria contar com a maioria de 2/3, formada pelos países do Caribe e da América Central e por algum país grande, conforme o secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, Robert Woodward, e DeLesseps Morrison, representante permanente dos Estados Unidos na ONU, declararam.³⁷ Sua esperança era a Argentina. Lá, os militares, estimulados pelos serviços de inteligência dos Estados Unidos, conforme o próprio Frondizi suspeitava e disse a Kennedy, pressionavam o governo para que tomasse atitude mais enfática contra Cuba.³⁸ Se ele capitulasse, os Estados Unidos, ao contar com a maioria mecânica, poriam em andamento o Órgão de Consulta, com o objetivo de rever e consideravelmente ampliar, na prática, o Tratado do Rio de Janeiro, sem ter de recorrer ao expediente normal de convocar a Conferência e celebrar protocolo adicional, o que lhe permitiria chegar à aplicação de medidas punitivas contra Cuba.

O Brasil recusou-se, terminantemente, a aceitar uma resolução genérica e vaga, pela qual se decidiria convocar uma Reunião de Consulta, sem a imediata indicação de seus fundamentos, não só por motivos jurídicos como

também porque, daquele modo, todos os Estados americanos estariam a respaldar uma reunião cujos objetivos particulares seriam, posteriormente, decididos pelo voto da maioria simples.³⁹ No entanto, o próprio Fidel Castro complicou ainda mais a posição dos países latino-americanos que não só resistiam como se opunham à convocação imediata do Órgão de Consulta. No dia 2 de dezembro, ao inaugurar a Universidade Popular, ele declarou, publicamente, que era marxista-leninista e continuaria a sê-lo até o último dia de sua vida.⁴⁰ Ele foi sincero no discurso. Disse que, nos tempos de estudante, havia lido O Capital, até a página 370, o Manifesto Comunista e algumas outras obras de Karl Marx e Friedrich Engels, bem como de Lenin, e que, quando saíra da Universidade, já estava “grandemente influído”, embora não pudesse dizer que “era un marxista-leninista, ni mucho menos...”.⁴¹ Manifestou dúvidas sobre algumas interpretações do marxismo, que precisavam ser revistas, e confessou que tivera preconceitos contra os comunistas, “influído por la propaganda del imperialismo”.⁴² Seu pronunciamento, às vésperas da reunião do Conselho da OEA, causou, naquelas circunstâncias, o maior impacto, inviabilizou as gestões diplomáticas que o Brasil fazia juntamente com a Argentina e o Chile, para conter o propósito intervencionista dos Estados Unidos, e constituiu poderoso argumento para aqueles que se opunham à sua política “afirmativa e independente”.⁴³ Difundiou-se, como intriga, que Castro confessara haver mantido secreta sua orientação marxista porque a revelação prematura afastaria a colaboração das forças conservadoras, necessárias, em certa etapa, à vitória do movimento revolucionário, e que condenara o neutralismo por estar, a seu ver, “a serviço do imperialismo, coisa que nem os soviéticos jamais disseram”.⁴⁴ Nos Estados Unidos, as autoridades e a imprensa rejubilaram-se com a sua confissão “tão clara quão aparentemente desnecessária e inoportuna”, às vésperas da reunião do Conselho da OEA, o que a revestia de “cunho provocativo”, conforme o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, comentou.⁴⁵

Afonso Arinos de Melo Franco, como chefe da delegação do Brasil à Assembleia-Geral da ONU, receou que tal declaração viesse a fortalecer a

“onda reacionária”, oposta à “acertada política até agora mantida pelo Brasil, sob o pretexto de que prosseguir-la seria fornecer apoio a elementos que fatalmente nos virão destruir”.⁴⁶ Também o fato de que Castro, conforme noticiado, ressaltara a importância histórica da guerrilha como método para a conquista do poder a ser utilizado em outros países da América Latina, serviu para que vários países condenassem o princípio de não intervenção, defendido pelo Brasil ao opor-se à intervenção militar contra o regime revolucionário de Fidel Castro. Segundo Afonso Arinos de Melo Franco, a solidariedade com Cuba tinha “dois aspectos negativos” do ponto de vista da política internacional, significava aceitar o “intervencionismo cubano”; e, do ponto de vista dos princípios democráticos, contradizia a tradição do continente.⁴⁷ Este argumento os círculos diplomáticos em Washington já haviam invocado contra o Brasil, alegando que a defesa intransigente do princípio de não intervenção beneficiava unilateralmente Cuba, uma vez que não salvaguardava a inviolabilidade de muitos países contra a “infiltração castrista”, como o contrabando de armas para a Venezuela e o incitamento a greves e sabotagens (em grande parte, provocação alentada por agentes da CIA, a exemplo do que ocorrera na Argentina) em outros países.⁴⁸

O motivo pelo qual Castro escolheu aquela ocasião para fazer tal tipo de pronunciamento não ficou, todavia, claro. Segundo algumas fontes, o intuito fora aglutinar, sob sua liderança, os comunistas, militantes do PSP, unificando-os com as demais correntes políticas participantes do governo — o M-26-7 e o Directorio Revolucionario — sob o rótulo de Organizações Revolucionárias Integradas (ORI), embrião do Partido Unido da Revolução Socialista (PURS).⁴⁹ Esta integração Castro julgava necessária ao fortalecimento da estrutura política do Estado cubano, organizando-a nos moldes dos demais países do Bloco Socialista e daí sua seródia profissão de fé marxista-leninista, com a qual também pretendia reforçar a vinculação de Cuba com o Bloco Socialista, a fim de obter maior auxílio econômico e militar. Castro, provavelmente, não confiava nem nos esforços do Brasil, México, Chile e Argentina, nem na resistência dos governos latino-americanos às pressões dos Estados Unidos, e por isto a impressão corrente

na ONU era de que ele aderira, publicamente, ao marxismo-leninismo como forma de colocar o problema de Cuba com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria, “no esforço desesperado de tornar irrecusável a proteção soviética contra uma intervenção militar norte-americana, cada dia mais provável e, segundo muitas opiniões, iminente”.⁵⁰ Não que ele tivesse fé ilimitada no que a União Soviética poderia fazer. A proteção da União Soviética, onde sua profissão de fé marxista-leninista nem sequer fora noticiada, era difícil, devido à distância e ao fato de que ela não se dispunha, efetivamente, a desencadear a guerra atômica para defender o governo Castro. O que ela faria, de acordo com informação do representante da Bulgária na ONU, seria, sentindo-se com as mãos livres na Ásia, invadir o Irã, o Laos e a Coreia, e a conquista de tais países compensaria, largamente, a perda de Cuba.⁵¹

O que Castro desejava, porém, não era apenas o apoio político, mas a ampliação da ajuda econômica, tanto mais necessária quando a escassez de artigos de consumo e gêneros alimentícios tendia a agravar-se no curso de 1962. E, conforme os círculos diplomáticos em Havana também avaliaram, ele confessara adesão ao marxismo-leninismo com o objetivo de obrigar a União Soviética a ampliar sua ajuda ao governo revolucionário, que não poderia dela exigir um compromisso à outrance enquanto o regime existente em Cuba não passasse de uma revolução em marcha. Sua declaração, recebida em Moscou sem o mínimo de entusiasmo, fora, entretanto, sugerida pelos velhos dirigentes comunistas, Blas Roca, Carlos Rafael Rodríguez, Aníbal Escalante e Lázaro Peña, cuja preponderância crescia cada vez mais dentro do governo cubano, em detrimento da influência dos revolucionários oriundos do M-26-7,⁵² depois que eles voltaram do XXI Congresso do PCUS, em Moscou, a fim de que Fidel Castro compatibilizasse sua posição ideológica com a função de secretário-geral do PURS, a ser organizado a partir das ORI, e igualmente se ajustasse ao princípio da direção coletiva, abolindo o culto da personalidade.⁵³ Esta versão, longe de contradizer as outras, complementava-as. Blas Roca, Aníbal Escalante e outros velhos comunistas do PSP, que assistiram ao XXI Congresso do PCUS, disseram-lhe

que Kruchev e os demais dirigentes da União Soviética não poderiam considerar Cuba socialista, o que seria, para eles, uma aberração doutrinária, e prestar-lhe maior ajuda econômica e militar, se o governo lá existente não se enquadrasse nos dogmas do marxismo-leninismo, em sua vertente stalinista, i.e., se nele um partido comunista, autoproclamado vanguarda da classe operária, não desempenhasse o papel dirigente, sob uma direção coletiva, dado que o culto da personalidade fora condenado no XX Congresso do PCUS (1956). Não se tratava de um recado de Kruchev, que não desejaria comprometer ainda mais a União Soviética na defesa de Cuba, à qual sempre dera um apoio cauteloso. Poucos dias antes do discurso em que Castro se proclamou marxista-leninista, um jornalista do New York Times, Cyrus Lee Sulzberger, perguntara-lhe se ele considerava Cuba socialista e ele respondera: “Até o ponto que sabemos, Castro não é membro do Partido Comunista”.⁵⁴ Com efeito, de conformidade com a ortodoxia stalinista, só um partido comunista poderia realizar uma revolução socialista, e como este não fora o caso de Cuba, tornava-se difícil para os dirigentes reconhecer como tal a transformação que lá se operava. Este impedimento Blas Roca, Escalante e outros velhos militantes do PSP perceberam, em Moscou, e transmitiram sua opinião, quando voltaram a Cuba, vislumbrando, como experimentados stalinistas, uma oportunidade de empolgar o novo partido, o governo e o Estado cubano.⁵⁵ Alternativa, portanto, não restaria a Castro, se quisesse maior auxílio econômico e militar da União Soviética, proclamar-se também marxista-leninista, antes de tornar-se primeiro-secretário do PURS, para o qual dera o primeiro passo com a criação das ORI.⁵⁶

Quaisquer que fossem as razões que determinaram essa adesão pública de Fidel Castro ao marxismo-leninismo, o fato foi que ela prejudicou Cuba, de algum modo, perante a América Latina, conforme avaliação dos órgãos de inteligência norte-americana,⁵⁷ embora não alterasse a situação no Conselho da OEA.

México, Brasil, Chile, Bolívia e Equador, escorados em princípios jurídicos, não modificaram sua posição ante as fortes pressões dos Estados Unidos, que não permitiram o adiamento da reunião e, no dia 4 de

dezembro, conseguiram aprovar, por 14 votos contra 2 e 4 abstenções, maioria pouco significativa e precária, a proposta da Colômbia para convocar, com base nos artigos 6º e 11º do Tratado do Rio de Janeiro,⁵⁸ o Órgão de Consulta. O chanceler brasileiro Francisco de San Tiago Dantas, consciente de que os Estados Unidos contavam com a maioria de 2/3 para aprovar e tornar obrigatórias suas decisões, porquanto 13 países (o Equador poderia ser o 14º) já haviam rompido relações diplomáticas com Cuba, avisou então ao embaixador norte-americano, Lincoln Gordon, que compareceria à reunião, mas retirar-se-ia se ela se transformasse em um dictate dos Estados Unidos.⁵⁹ Ele entendia que países como o Brasil, a Argentina, o Chile e o México, os mais expressivos da América Latina, não podiam ir a uma reunião apenas para assistir a uma deliberação já tomada e a ela se vincular por uma norma jurídica, sem qualquer possibilidade de rediscuti-la.

No final de dezembro, San Tiago Dantas convocou vários chefes do Itamaraty para formar uma Comissão de Planejamento sobre Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta e com eles discutiu durante dois dias a posição que o Brasil deveria assumir diante daquela situação. Como notável jurista que era, tratou, primeiramente, de demonstrar a diferença entre aspiração e compromisso dentro do sistema interamericano. A democracia representativa, com eleições livres e periódicas, era uma aspiração, conforme o artigo 5º da Carta da OEA e a Declaração de Santiago, emitida na V Reunião de Chanceleres (12 e 18 de agosto de 1959) e endossada pelo governo Castro, ao passo que os princípios de não intervenção e autodeterminação constituíam compromissos, não apenas de obrigatoriedade regional, pois pertenciam ao direito internacional público mundial. Um país, segundo expôs, não poderia deixar de cumprir compromissos, mas poderia evadir as aspirações e adotar um padrão antidemocrático de economia e de Estado, sem que por isto devesse ser condenado ao isolamento diplomático, através do rompimento de relações diplomáticas (o que para o Brasil era, particularmente, injustificável, sobretudo quando acabara de reatar relações com a União Soviética) ou sofrer uma intervenção militar e ter seu governo

derrubado pela força. Se o remédio fosse derrubar pela força o governo de um país latino-americano que se tornasse ou se declarasse comunista, com risco para a unidade democrática do Hemisfério, não haveria diferença entre aspiração e compromisso. E, a reforçar este argumento jurídico, aspectos políticos havia: o uso da força armada retiraria a autoridade moral do sistema interamericano, que se converteria automaticamente em uma área de satélites, impossibilitando que se pensasse seriamente no seu desenvolvimento.

Havia consenso no Itamaraty de que a questão de Cuba começara como um problema bilateral nas suas relações com os Estados Unidos, que sempre reagiram a que se encontrasse uma solução construtiva e procuraram dar-lhe um tratamento continental. Conforme o embaixador Mário Gibson Barbosa salientou, na Comissão de Planejamento sobre Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta, ele se tornou um problema continental “menos por culpa de Cuba do que por influência dos Estados Unidos”, cujo governo, embora dele as “agressões houvessem partido”, sempre tivera uma “atitude de intransigência” e fora “mais intratável” do que o de Cuba.⁶⁰ Com isto, o problema tornara-se extra-Hemisfério e a posição adotada por Fidel Castro como que se ajustara à interpretação norte-americana dos acontecimentos, havendo seu discurso de 1º de dezembro afastado, irreparavelmente, a solução nos termos bilaterais em que ele se colocava. Entretanto, o embaixador Gibson Barbosa ponderou, era muito difícil convencer o homem da rua de que o problema não era com os Estados Unidos e sim com o Hemisfério. Se os Estados Unidos conseguissem um entendimento com Cuba, o problema no Hemisfério desapareceria. Esta hipótese naturalmente estava afastada. O embaixador João Augusto de Araújo Castro, na mesma reunião da Comissão de Planejamento, observou que a opinião pública nos Estados Unidos fora envenenada pelo próprio Departamento de Estado, que caíra “prisioneiro dos grupos de pressão que ele mesmo ajudou a criar”.⁶¹ Ele entendia que o Brasil não mais devia fazer qualquer outro esforço, nem mesmo sondagens, para reaproximar Cuba dos Estados Unidos e declarar, simplesmente, que votaria contra o plano da Colômbia, sem assumir qualquer responsabilidade pela solução do problema ou pelo futuro do

sistema interamericano, que lhe parecia liquidado.⁶² Ele não cria que os Estados Unidos assumissem qualquer compromisso de não invadir Cuba, possibilidade esta que tanto San Tiago Dantas quanto o presidente Goulart esperavam que se concretizasse a curto prazo e comunicaram a Carlos Olivares, vice-ministro das Relações Exteriores daquele país.⁶³ Araújo Castro, entretanto, não estava longe de pensar que Cuba era “realmente um perigo” e defendeu o ponto de vista de que o Brasil deveria usar palavras “um tanto duras” contra Fidel Castro, caracterizando seu regime como comunista, e cumprir as resoluções do Órgão de Consulta, ainda que votasse contra e condenasse o emprego da violência contra Cuba, pois o contrário significaria sua saída do Tratado do Rio de Janeiro.⁶⁴

San Tiago Dantas ponderou, na ocasião, que distinguia entre o fato de ir o Brasil a uma Consulta em que, ao deliberar-se, seu voto fosse vencido, e ir a uma Consulta pré-fabricada, como a que fora convocada a pedido da Colômbia, por inspiração dos Estados Unidos. O Tratado do Rio de Janeiro só admitia a regra de 2/3 para o caso de agressão desencadeada ou iminente. O simples fato de já haver uma resolução pronta, para ser executada dentro de 30 dias, constituía uma prova de que se estava “usando mal” o Tratado do Rio de Janeiro.⁶⁵ De fato, o projeto da Colômbia, uma “tentativa engenhosa” de redefinir as obrigações dos Estados americanos em face da manutenção do sistema interamericano e caracterizar as ameaças, tinha como “principal defeito”, conforme o embaixador Roberto Campos reconheceu, dar “tratamento apriorístico” ao problema de Cuba, constituindo, de certa forma, um ultimato, porquanto automaticamente acarretaria sanções contra Cuba, caso ela o rejeitasse, i.e., não repudiasse os vínculos com os países do que os Estados Unidos denominavam Bloco Sino-Soviético.⁶⁶ E, para San Tiago Dantas, a ideia de que o aparecimento de um Estado socialista na América Latina devesse envolver uma ação militar ou bloqueio a fim de descartá-lo era insustentável, inclusive praticamente, em face da composição interna da opinião pública de todos os países americanos. Não havia, portanto, fundamento jurídico e condições políticas para a condenação e imposição de sanções contra Cuba, cuja neutralização se afigurava como a

melhor solução para resolver o problema de um enclave socialista em um Hemisfério de países democráticos. Se o mundo socialista admitia um enclave democrático, como a Finlândia, ao preço da neutralização, por que o mundo democrático não poderia admitir a existência de um enclave socialista também protegido pela neutralização, que tanto Cuba quanto a União Soviética certamente aceitariam? — San Tiago Dantas perguntou.

O embaixador Carlos Alfredo Bernardes, secretário-geral do Itamaraty, após conversações com Carlos Olivares, acreditava que Cuba aceitaria rigorosa limitação de armamentos, se os Estados Unidos se comprometessem a não invadi-la, e daí a ideia de neutralização, que San Tiago Dantas considerava com maior possibilidade de definir juridicamente do que o ultimato para que ela rompesse os vínculos com a União Soviética.⁶⁷ O conceito de neutralização, se definido com bastante rigor, poderia significar o mesmo que a ruptura dos vínculos militares com o Bloco Soviético e a renúncia a qualquer tentativa de subverter outros países da América Latina, segundo a opinião do embaixador Lincoln Gordon.⁶⁸ Em Washington, entretanto, a sugestão do Brasil, transmitida diretamente pelo embaixador Henrique Valle, não encontrou receptividade. As autoridades do Departamento de Estado argumentavam que a ideologia comunista, inerente ao regime implantado em Cuba, era “expansionista e subversiva”, o que tornaria impraticável dar-lhe roupagem jurídica, como no caso da Finlândia. Receavam ainda que, uma vez admitida a coexistência com Cuba, onde a penúria de importações ameaçava o regime, Castro pedisse o restabelecimento do comércio com os Estados Unidos, colocando-os numa situação embaraçosa.⁶⁹ O fato de que as missões diplomáticas da União Soviética e dos países socialistas apoiaram a fórmula brasileira de possível neutralização de Cuba, longe de tranquilizar o Departamento de Estado pela garantia de aprovação, por parte do Bloco Soviético, da limitação e mesmo “esterilização da capacidade expansionista da revolução castrista”, contribuiu ainda mais para aumentar sua reação à proposta de San Tiago Dantas.⁷⁰ O governo norte-americano continuou a opor-se a qualquer solução que significasse o reconhecimento formal do direito de coexistência de um

regime comunista no continente, havendo o secretário de Estado, Dean Rusk, declarado, em conversação com o embaixador Oscar Camilión, subsecretário das Relações Exteriores da Argentina, que qualquer indício de contemporização e compromisso por parte dos Estados Unidos, no caso de Cuba, teria péssimo efeito sobre as negociações em curso, a respeito da situação de Berlim.⁷¹ Sua repulsa baseou-se também na alegação de que, se Kennedy não apresentasse ao povo norte-americano e ao Congresso uma fórmula adequada de lidar com o problema de Cuba, isto poderia ter um efeito erosivo sobre sua capacidade de trabalhar com a OEA, bem como dificultaria a opinião pública entender por que os Estados Unidos se preocupavam e atuavam contra a penetração comunista em outras partes do mundo, quando nada faziam para impedi-la no próprio Hemisfério.⁷²

Curioso era que Governo norte-americano, alegando pressões do Congresso e da opinião pública interna,⁷³ exigia que os governos de outros Estados latino-americanos apoiassem as medidas enérgicas contra Cuba, sem considerar que neles o Congresso e forte opinião pública também pressionavam contra sua adoção. Este fato, o Brasil não podia desconsiderar, em virtude da “impressionante (...) pressão das esquerdas” e da “mobilização da opinião pública, quer no Parlamento, quer na imprensa, em torno da questão cubana”, como o embaixador João Augusto de Araújo Castro salientara, na reunião da Comissão de Planejamento dos Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta.⁷⁴ No Chile, situação não muito diferente se configurava. O presidente Jorge Alessandri, homem de formação conservadora, não hesitaria em alinhar o Chile, incondicionalmente, aos Estados Unidos, se pudesse agir em função de suas tendências pessoais. Entretanto, percebia claramente que pelo menos a parte politizada da opinião pública estava dividida com relação ao problema de Cuba e que ele, como presidente da República, devia sopesar todos os interesses em jogo, todas as perspectivas e todos os aspectos que uma decisão poderia acarretar para o futuro do país, sem esquecer as repercussões de caráter interno que dela resultassem, a fim de não criar novas dificuldades para a convivência nacional.⁷⁵ Daí seu apoio à fórmula da neutralização ou finlandização de

Cuba, que o embaixador Carlos Martinez Sotomayor, então chanceler do Chile, considerou a mais sensata e o mais positivo contributo para a solução do problema,⁷⁶ de modo a compatibilizar os princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos com as necessidades de segurança e defesa do Hemisfério.

Essa fórmula, não obstante a oposição dos Estados Unidos, San Tiago Dantas levou para a VIII Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos, realizada entre 23 e 31 de janeiro de 1962, em Punta del Este, dado que nenhum outro país, salvo o Uruguai, quisera sediá-la, com receio das repercussões internas. Suas diretrizes, de acordo com as Instruções aprovadas pelo Conselho de Ministros, consistiam, fundamentalmente, em votar contra medidas contrárias ao princípio de não intervenção, inclusive sanções militares, econômicas ou diplomáticas, que, sem produzir quaisquer resultados práticos, só serviriam para agitar a opinião pública, radicalizar ainda mais a política interna do Brasil e de outros países, bem como enfraquecer o sistema interamericano. Entretanto, embora reconhecesse a “incompatibilidade das declarações e atitudes do Governo de Cuba com os princípios e objetivos do sistema americano”, o governo parlamentarista de João Goulart, tendo o deputado Tancredo Neves como primeiro-ministro, daria seu apoio à constituição de uma Comissão Especial destinada a definir as obrigações e limites que Cuba deveria respeitar, a fim de que a presença de um governo socialista no Hemisfério não se tornasse “permanente ameaça às instituições e governos de outros Estados”.⁷⁷ Em outras palavras, a neutralização de Cuba requeria que ela assumisse, conforme a definição de San Tiago Dantas, as seguintes “obrigações negativas”: 1) compromisso de não contrair alianças militares com quaisquer potências ou grupo de potências; 2) limitação de armamentos, mediante o estabelecimento de certas garantias, como o compromisso de não intervenção pelos Estados Unidos; 3) abstenção de propaganda política e ideológica e de qualquer atividade no exterior que pudesse ser considerada subversiva ou contrária às instituições e governos de outros Estados.⁷⁸ Caso esta fórmula não obtivesse a maioria, o Brasil, firmando posição de respeito aos princípios de não intervenção e de

autodeterminação, bem como ao sistema democrático-representativo, procuraria conciliar sua posição com a dos demais Estados americanos, desde que isso não consistisse na aprovação de sanções ou de medidas que importassem, ulteriormente, na aplicação inevitável de sanções.⁷⁹

No discurso perante a Comissão Plenária da OEA, em Punta del Este, San Tiago Dantas ressaltou que o Tratado do Rio de Janeiro não implicava uma aliança ou bloco militar, tanto que seu mecanismo de defesa comum se baseava na ocorrência de um fato concreto e específico de ataque armado ou, nos termos do artigo 6º, de uma agressão equivalente que pudesse afetar a inviolabilidade ou a integridade do território, a soberania ou a independência política de qualquer Estado americano, agressão que se equiparava a qualquer outro fato ou situação que pudesse pôr em perigo a paz na América. Sem que ocorresse um fato específico, imputável a qualquer agente e capaz de produzir o correspondente evento de dano ou de perigo, não havia como invocar as normas do Tratado do Rio de Janeiro.⁸⁰ O abandono dos princípios democráticos, que constituíam aspiração comum dos povos americanos, por um governo do Hemisfério não caracterizava caso previsto em qualquer tratado, para aplicação de medidas coercitivas ou sanções. Assim, no dia em que a OEA considerasse a intervenção armada como instrumento não para rechaçar uma agressão materializada em fatos determinados, mas para eliminar um regime político contrário aos princípios democráticos, nos quais a Carta de Bogotá se baseava, o sistema interamericano estaria destruído. Ao salientar este aspecto político, San Tiago Dantas declarou então que a Guerra Fria, ao invés de uma simples etapa, parecia constituir uma forma permanente de convivência, e sustentou que o caso de Cuba era “inseparável, em sua significação e em seu tratamento, do grande problema do antagonismo entre o Ocidente e o Oriente e da luta pela democracia contra o comunismo internacional”, razão pela qual o Brasil propunha a neutralização daquele país, mediante a assunção pelo governo Castro de certas obrigações negativas ou limitações. A adoção de medidas que conduzissem Cuba a um isolamento sem alternativas implicaria abandoná-la à vis atractiva do Bloco Soviético, em torno do qual

inevitavelmente ela passaria a gravitar.⁸¹

A solução proposta por San Tiago Dantas tinha fundamentação jurídica e encontrou apoio imediato do México, Bolívia e Equador, merecendo a simpatia do Chile e Argentina.⁸² Os Estados Unidos, porém, mantiveram-se intransigentes na linha das sanções e, obviamente, repulsavam a fórmula da neutralização, por envolver negociações das quais Cuba, como parte interessada, teria de participar, o que o secretário de Estado, Dean Rusk não aceitava, porquanto ele próprio afirmara ser impossível negociar com o comunismo dentro do Hemisfério ocidental e insinuara, ameaçadoramente, que a vitória dos Estados Unidos na VIII Reunião de Consulta era condição sine qua non da Aliança para o Progresso.⁸³ Ameaças e promessas não faltaram e, como instrumento de pressão sobre os chamados “países relutantes” da América Latina, Rusk informou que Kennedy estava a pedir maior apoio do Congresso para a OEA, o que incluía mais recursos da Aliança para o Progresso, acordo para redução de tarifas e exportação de commodities, mercado comum etc.⁸⁴ Na verdade — a publicação Hanson’s Latin American Letter comentou — a delegação norte-americana estava implorando para ser objeto de chantagem e, em vez de fazê-la, o Brasil manteve-se firme em matéria de princípios.⁸⁵ Embora reconhecesse a incompatibilidade entre o regime de Cuba e o sistema interamericano, San Tiago Dantas, da mesma forma que o chanceler Miguel Angel Cárcano, da Argentina, fundamentou sua posição na intangibilidade da norma jurídica, ao entender que a Reunião dos Chanceleres, como Órgão de Consulta, não podia arrogar-se a condição de juiz, árbitro e perito do caráter democrático deste ou daquele regime nem tinha faculdade para excluir qualquer dos seus membros, afrontando o princípio da soberania nacional e estabelecendo perigoso precedente para as demais nações do Hemisfério, na medida em que abria o caminho para a intervenção estrangeira, sob o signo do consentimento coletivo.⁸⁶ Aos Estados Unidos, naquelas circunstâncias, nenhuma norma jurídica importava e, sem dúvida alguma, eles contavam, desde o início da Reunião de Consulta, com os 13 votos — faltando-lhes apenas um décimo quarto — necessários à aprovação de sanções econômicas

e diplomáticas, bem como outras medidas contra Cuba, mesmo que não encontrassem respaldo legal nos tratados existentes. Não lhes convinha, contudo, obter a vitória somente com o apoio de inexpressiva maioria, composta pelos pequenos países da América Central e do Caribe, governados por oligarquias que a Aliança para o Progresso se propunha a derrubar, contra a opinião de 2/3 da América Latina, representados, sobretudo, pelo Brasil, México e Argentina, além da Bolívia, Equador e Haiti. Este desfecho configuraria a divisão do sistema interamericano e um triunfo político e moral de Fidel Castro. A posição do Brasil, em concertação com o México, foi então fundamental para segurar a Argentina, cujo presidente, Arturo Frondizi, sofria fortes pressões militares a fim de que apoiasse as medidas drásticas contra Cuba,⁸⁷ e forçar o recuo dos Estados Unidos, onde os mais importantes jornais, graças em larga medida à ação do embaixador Roberto Campos,⁸⁸ já estavam trabalhando a opinião pública para sua aceitação.⁸⁹ O próprio Kennedy, em entrevista à imprensa, manteve-se deliberadamente vago, ao declarar apenas que esperava da reunião em Punta del Este uma eficaz manifestação da preocupação sentida pelo povo da América Latina e dos Estados Unidos no tocante à intrusão do comunismo na família da OEA, bem como a condenação do comunismo e do totalitarismo.⁹⁰ E, segundo as informações procedentes de Washington, Rusk abandonaria a exigência de sanções em favor de uma fórmula que incluísse: a) declaração de incompatibilidade do castrismo com o sistema interamericano; b) exclusão de Cuba da Junta Interamericana de Defesa e, possivelmente, de outros órgãos da OEA; c) embargo coletivo à venda de armas a Cuba; d) reforço do mecanismo de vigilância, através, provavelmente, da ressurreição do Comitê de Emergência para a Defesa Política, criado na Reunião de Ministros de 1942.⁹¹

Com efeito, Dean Rusk, no discurso perante a Comissão Plenária da VIII Reunião de Consulta, não mais defendeu sanções econômicas ou militares nem o rompimento de relações diplomáticas com Cuba, que o chamado Grupo dos Sete, liderado pelo Brasil e pelo México, não aceitava, nem o ultimato para que o governo Castro rompesse os vínculos com o chamado

Bloco Sino-Soviético.⁹² Sugeriu, no entanto, que os países do continente interrompessem o comércio com Cuba, sobretudo o tráfico de armas, e apenas recomendou sua exclusão da OEA, bem como, imediatamente, da Junta Interamericana de Defesa.⁹³ Esta sua atitude, determinada pelo governo Kennedy, afigurou-se corajosa, porque, a fim de preservar certo grau de unidade com as repúblicas latino-americanas de maior expressão política e democrática, tais como Brasil, México e Argentina, contrariou o setor reacionário do Congresso norte-americano e a área mais intransigente do Pentágono.⁹⁴ Os Estados Unidos admitiram, implicitamente, a inépcia do Tratado do Rio de Janeiro para o caso de Cuba e procuraram fixar objetivos mais flexíveis. Rusk tratou de convencer os pequenos países da América Central e do Caribe, cujos governos ditatoriais, bem parecidos com o de Batista, eram os que mais defendiam a ação militar contra Cuba, bem como a Venezuela e a Colômbia, a adotar posições moderadas, como a exclusão de Cuba da OEA. Difícil, porém, foi encontrar uma fórmula jurídica que, sem arranhar os instrumentos legais do sistema interamericano, satisfizesse os interesses dos Estados Unidos, cujo problema era atender à opinião pública interna e não, propriamente, resguardar sua segurança e a dos demais países do Hemisfério.

Rusk, a rever a posição dos Estados Unidos, apresentou um projeto, que declarava a incompatibilidade de um governo marxista-leninista com o sistema interamericano e determinava a expulsão ou suspensão de Cuba dos órgãos da OEA. San Tiago Dantas redarguiu que o Brasil tinha motivos de ordem jurídica para não votar a favor da expulsão ou suspensão de Estado membro da OEA, conforme a Argentina sugerira como alternativa para as sanções econômicas, diplomáticas e militares, pois a Carta de Bogotá não continha qualquer disposição que autorizasse aquela medida. Além do mais, julgava que o isolamento conduziria Cuba a maior integração no Bloco Soviético. Repetiu mais uma vez que o caso também não comportava a aplicação do Tratado do Rio de Janeiro, por não haver ocorrido ataque armado ou equivalente, e que o Brasil, cuja política era favorável à coexistência entre Estados com regimes e ideologias diferentes, não

coonestaria uma decisão meramente política.⁹⁵ A insistir, Dean Rusk então revelou que as delegações do México, Argentina e Chile receberam autorização de seus respectivos governos para aceitar a fórmula dos Estados Unidos, mas desde que o Brasil a ela também anuísse, porquanto receavam problemas internos com a opinião pública se adotassem uma posição diferente.⁹⁶ Segundo adiantou, havia pressão geral para contar com o voto do Brasil nessa questão — a exclusão de Cuba da OEA — que se tornara a “chave” da Reunião de Consulta.⁹⁷ San Tiago Dantas, pacientemente, explicou mais uma vez que, de acordo com a percepção do Brasil, o caso de Cuba não pertencia unicamente ao Hemisfério e constituía um episódio do conflito mundial entre a democracia e o comunismo. Este conflito não se resolveria através da luta armada e sim através da convivência entre Estados submetidos a diferentes regimes, que competiriam no plano social e político até que o antagonismo fosse superado com a vitória da democracia e a reforma da estrutura social. Daí por que o Brasil, ao condenar a exclusão e o isolamento de Cuba e defender a sua neutralização, não podia concordar com a policy decision preconizada pelos Estados Unidos, independentemente dos aspectos jurídicos, que tornavam ainda mais difícil sua aceitação.⁹⁸ San Tiago Dantas salientou, em seguida, que a política externa, ao admitir a competição entre a democracia e o comunismo, adaptava-se à situação interna do Brasil, onde a opinião pública e o próprio governo estavam divididos entre tendências de esquerda e de direita, cuja radicalização deveria ser evitada.⁹⁹ Diante de tais argumentos, Rusk mostrou-se pessimista sobre a possibilidade de um entendimento em torno da policy decision pretendida pelos Estados Unidos, e San Tiago Dantas, conquanto atendesse ao seu pedido de consultar o presidente Goulart, adiantou desde logo que assumia pessoalmente a responsabilidade pela decisão e atitude que a delegação do Brasil viesse a tomar.¹⁰⁰

O texto submetido ao plenário por Dean Rusk constou de quatro parágrafos: 1) declaração da incompatibilidade do marxismo-leninismo com os princípios do sistema interamericano; 2) declaração da incompatibilidade do governo revolucionário cubano, por ser marxista-leninista, com esse

sistema; 3) proclamação de que tal incompatibilidade excluía o governo cubano do referido sistema; 4) recomendação ao Conselho da OEA e aos seus órgãos e agências das providências necessárias ao cumprimento da Resolução. O Brasil aprovou os dois primeiros parágrafos e absteve-se nos dois seguintes, da mesma forma que o México, Argentina, Chile, Equador e Bolívia. A única expulsão decidida na Reunião de Consulta, mas sem o patrocínio do Brasil, foi a da Junta Interamericana de Defesa, de cujas reuniões Cuba já não participava desde março de 1961, sendo o projeto de criação de um Comitê de Segurança, junto àquele organismo militar, substituído por um outro, que previa apenas o estabelecimento de um simples Comitê Consultivo, ao qual os governos poderiam recorrer em matéria de segurança política. A Resolução, que determinava a exclusão do governo revolucionário cubano da OEA, não de Cuba, sutileza capciosa para justificar a aplicação da medida, só foi aprovada, entretanto, por 14 votos (o Uruguai deu o décimo terceiro, e o Haiti, o décimo quarto, depois que Rusk e DeLesseps S. Morrison prometeram financiamento de US\$ 5 milhões para a construção de um aeroporto em Port-au-Prince¹⁰¹), com seis abstenções (Brasil, México, Argentina, Chile, Bolívia e Equador) e um contra (Cuba).¹⁰² Fidel Castro, na véspera da votação, enviara um apelo a Goulart, através do embaixador em Havana, Luís Bastian Pinto, para que o Brasil se opusesse a qualquer proposta de exclusão de Cuba da OEA, pois esta decisão, longe de facilitar a solução do problema, criaria o ambiente político e a condição jurídica para “preparar futura agressão” dos Estados Unidos.¹⁰³

A abstenção do Brasil e dos demais “países relutantes” não agradou, entretanto, aos Estados Unidos. Rusk lamentou aquela situação, em que os Estados Unidos, apesar de todos os esforços para produzir uma fórmula que lhes permitisse obter 18 votos, se não 20, obtiveram apenas 14, devido à objeção dos mais importantes países da América Latina.¹⁰⁴ Para ele, o fato de que o México, Brasil, Argentina, Chile, Equador e Bolívia se abstiveram, ao votar a Resolução como um todo, foi um “disappointment”,¹⁰⁵ embora parecesse mais lógico que aqueles países votassem contra ela, em virtude de sua flagrante ilegalidade. O senador norte-americano Wayne Morse, do

Partido Democrata, declarou francamente ao New York Times que o Brasil prestara um “desserviço ao mundo livre” ao esquivar-se de tomar uma posição firme contra Cuba, sendo este o motivo pelo qual não comparecera à recepção que San Tiago Dantas oferecera em Punta del Leste.¹⁰⁶ O Washington Post responsabilizou a atitude “rígida” do Brasil, com o apoio do México, Chile e outros países, pelo impasse na Reunião de Consulta e registrou a impaciência da delegação norte-americana com o que chamou de “bizantinismos jurídicos”, enquanto o Herald Tribune considerou o resultado de Punta del Leste uma derrota dos Estados Unidos.¹⁰⁷ Realmente, a resistência do Brasil foi decisiva para o desfecho da VIII Reunião de Consulta, que, na opinião do embaixador Mário Gibson Barbosa, então chefe-de-gabinete de San Tiago Dantas, “foi uma luta só: cansativa, desagradável, estéril”.¹⁰⁸ Ela tanto influiu para que os Estados Unidos recuassem das exigências de sanções econômicas e diplomáticas, ultimato para o rompimento dos vínculos com o Bloco Soviético etc., conforme proposto pelos países centro-americanos, bem como pela Colômbia, Peru e Venezuela, quanto possibilitou que México, Argentina, Chile, Bolívia e Equador resistissem às pressões, inclusive do próprio Kennedy,¹⁰⁹ e também se abstivessem na votação, como forma de demonstrar seu desacordo com as medidas contra Cuba. O que o governo norte-americano pretendia obter, a princípio, era uma decisão que justificasse e lhe permitisse agir militarmente contra o regime de Castro, sob a cobertura coletiva da OEA. E isto ele não conseguiu, apesar de todas as pressões, promessas e ameaças, sobretudo porque, na medida em que transformara a Revolução Cubana em um problema de política continental, convertera-a igualmente em um problema de política interna nos países da América Latina, e ela passara a representar o forte ressentimento contra os Estados Unidos existente em ampla maioria de suas populações. As violentas manifestações contra Betancourt nas ruas de Caracas, por causa da posição assumida pela Venezuela na Reunião de Punta del Leste, demonstram-no.

Notas

1. Circular Telegram n° 1661 from the Department of State (Rusk) to all Post in Latin America, Washington, April 23, 1961, 3:58 p.m. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 325-326.
2. O artigo 6° do Tratado do Rio de Janeiro dizia: “Se a inviolabilidade, a integridade, a soberania ou a independência política de qualquer Estado americano for atingida por uma agressão que não seja um ataque armado, ou por um conflito extracontinental ou intracontinental, ou por qualquer outro fato ou situação que possa pôr em perigo a paz da América, o Órgão de Consulta reunir-se-á imediatamente a fim de acordar as medidas que, em caso de agressão, devam ser tomadas em auxílio do agredido, ou, em qualquer caso, convenha tomar para a defesa comum e para a manutenção da paz e da segurança no continente.” O artigo 9° dispunha: “Além de outros atos que, em reunião de consulta, possam ser caracterizados como de agressão, serão considerados como tais; a) o ataque armado, não provocado, por um Estado contra o território, a população ou as forças terrestres, navais ou aéreas de outro Estado; b) A invasão, pela força armada de um Estado, do território de um Estado americano, pela travessia das fronteiras demarcadas de conformidade com um tratado, sentença judicial ou laudo arbitral, ou, na falta de fronteiras assim demarcadas, a invasão que afete uma região que esteja sob jurisdição efetiva de outro Estado.”
3. Telegrama n° 725, secreto, DPo/DC/921.1(42) (22), da embaixada do Brasil em Washington (Roberto de Oliveira Campos), 19/10/1961, 22h. Secretos — Q-W — Telegramas — Cts. Rec. e Exp. — 1960-1961. AHMRE-B.
4. Ibid.
5. Ibid.
6. Memorandum from the President=s Special Assistant for National Security Affairs (Bundy) to President Kennedy — Action at the National Security Council, Friday, May 5. Washington, May 5, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 476-479.
7. Paper prepared for National Security Council by an Interagency TaskForce on Cuba — Cuban and Communism in the Hemisphere, Washington, May 4, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 459-475. Circular Telegram n° 1755 from the Department of State (Chestes Bowles) to All Posts in Latin America, Washington, May 8, 1961. Ibid., pp. 511-513.
8. Ibid., p. 478.
9. Telegrama n° 158, secreto, da embaixada do Brasil em Caracas, 12/10/1961. 600.1(00) Comunismo (00) (44)1948/66. AHMRE-B.
10. Ofício n° 173/600.(24h), confidencial, de Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Francisco de San Tiago Dantas, Havana, 12/10/1961 600.(24h) — Situação Política — Cuba — Confidencial — 1961 — 6.219. Ibid.
11. Ibid.
12. Telegrama n° 385, secreto-urgentíssimo, da delegação do Brasil junto à OEA — Washington (Aluysio Guedes Regis Bittencourt), 13-14/11/1961, 19h30. 600(24h) Situação Política — 1958-1961. Ibid.
13. Memorandum for the File. Subject: Discussion with Attorney General Robert Kennedy, 2:45

- p. M., 27 December 1961. Washington, December 27, 1961 — 2:45 p.m. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 700-701.
14. Memorandum from Secretary of Defense Robert S. McNamara to President Kennedy. Subject: Service of Volunteers in U.S. Armed Forces. Washington, June 8, 1961. *Ibid.*, pp. 571 e 562.
 15. Carta-telegrama nº 149, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA — Washington (Aluysio Bittencourt), 28/11-7/12/1961. 600.(24h) — Situação Política — Cuba — 1961. AHMRE.
 16. Notas da reunião realizada no gabinete do ministro de Estado para tratar de assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta. 26/11/1961. Minuta. AP47 — APFCSD — cx. 39, pac. 3. AN.
 17. Ofício nº 173/600.(24h), confidencial, Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Francisco de San Tiago Dantas, Havana, Situação Política — Cuba — Confidencial — 1961 — 6.219. AHMRE-B.
 18. Memorandum from the Chairman of the Joint Chiefs of Staff (Lemnitzer) to Secretary of Defense (McNamara) — CM-224-61. Subject: Cuba. Washington, June 8, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 567-570.
 19. Ofício nº 173/600.(24h), confidencial, de Carlos Jacyntho de Barros ao chanceler Francisco de San Tiago Dantas, Havana, 12/10/1961. 600.(24h) — Situação Política — Cuba — Confidencial — 1961 — 6.219. AMRE-B.
 20. *Ibid.*
 21. *Ibid.*
 22. Paper prepared for the National Security Council by an Interagency Task Force on Cuba — Cuba and Communism in the Hemisphere, Washington, May 4, 1961. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 459-475.
 23. *Ibid.*, p. 466.
 24. Memorandum from Secretary of Defense Robert S. McNamara to President Kennedy. Subject: Service of Volunteers in U.S. Armed Forces. Washington, June 8, 1961. *Ibid.*, pp. 571 e 562.
 25. *Ibid.*, p. 562.
 26. Memorandum for the Record. Subject: Debrief of National Security Council Meeting, 5 May, 1961. *Ibid.*, pp. 484-488.
 27. Paper prepared in the Central Intelligence Agency. Types of Covert Action against the Castro Regime. Washington, November 8, 1961. *Ibid.*, pp. 675-677.
 28. Agee, 1975, pp., 122 e 123.
 29. Telegrama nº 707, secreto, Dpo/920.(41)(24), da embaixada do Brasil em Washington (Roberto de Oliveira Campos), 14-16/10/1961, 29h. Secretos — Q-W — Telegrama-CTs — Rec. e Exp. — 1960-1961. AMRE-B.
 30. Cópia dos documentos in 600.(24h) — Situação Política, Cuba, 1961. *Ibid.* Telegrama nº 231, secreto, recebido, Dpo/920(41)(24h), da embaixada do Brasil em Bogotá (Álvaro Teixeira Soares). 20-21/10/1961. MDB-Secretos — CTs. — Rec. e Exp. — A-K — 1960-1961. *Ibid.* Sobre o assunto vide Hinclke & Turner, 1992, pp. 143-145.
 31. Telegrama nº 148, secreto, Dpo 600.(24h). Do Itamaraty para a embaixada do Brasil em

- Havana, 5/11/1961. MDB -Secretos — A-K — CTs. — Rec. e Exp. — 1960-1961; Telegrama n° 172, secreto, DAC/600.(24h), do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Caracas, 6/11/1961. 600.(24h) Situação Política — 1958-1961; Telegrama n° 129, secreto-urgente, DAC/600.(24h), da embaixada do Brasil em Caracas (Antônio Correa do Lago), 6/11/1961. MDB-Secretos — A-K — CTs. — Rec. e Exp.— 1960-1961.
32. Telegrama n° 133, urgente-secreto, DAC/DEA/ 600.(24h), da embaixada do Brasil em Caracas (Antônio Correa do Lago), 8/11/1961. MDB-Secretos — A-K — CTs. — Rec. e Exp. — 1960-1961. Ibid.
 33. Telegrama n° 126, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Caracas (Antônio Correa do Lago), 4/11/1961; Telegrama n° 132, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Caracas (Correa do Lago), 7/11/1961. 600.(24h) — Situação Política — 1958-1961. Ibid.
 34. Portillo, 1981, p. 41.
 35. Memorandum of Conversation. Subject: Conference between President Kennedy and Venezuelan President Betancourt — Cuban Problem — OAS Foreign Ministers Meeting. Caracas, Dec. 16, 1961, 5:15 p.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 271-274.
 36. Memorandum from the Acting Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Coerr) to Under Secretary of State for Economic Affairs (Ball). Problem: To determine U.S. action the Colombian Proposal regarding Cuba in the OAS. Washington, November 4, 1961. Memorandum from the Representative to the Council of the Organization of the American States (Morrison) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Woodward). FRUS, vol. XII, 1961-1962. American Republics, pp. 263, 264 e 265.
 37. Telegrama n° 399, secreto, DEA/600.(24h), da delegação do Brasil junto à OEA (Aluysio Guedes Regis Bittencourt) — Washington, 17-18/11/1961, 13h; Telegrama n° 775, confidencial, DEA/600.(24h), da delegação do Brasil junto à OEA (Aluysio Bittencourt), Washington, 17-18/11/1961 — 10h. 600.(24h) — Situação Política — 1958-1961. AHMRE-B.
 38. Telegram from the Department of State (Rusk) to the Embassy in Argentina, Washington, Dec. 26, 1961 — 1:14 p.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 278- 281.
 39. Telegrama n° 185, secreto, expedido do Itamaraty para a delegação do Brasil junto à OEA, 1/12/1961, 22h30. 600.(24h) — Situação Política — 1958-1961 AHMRE-B.
 40. “I shall be a Marxist-Leninist to the end of my life” — Text of a televised speech given December 2, 1961, in Castro, 1992, pp. 11-46. Segundo Fursenko & Naftali, a primeira vez que Castro admitiu ser marxista foi durante uma recepção na embaixada Soviética, por ocasião do 43º aniversário da revolução russa, ele também admitiu que introduzira Raúl nas obras de Marx. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 70-71. Realmente, na juventude, Castro fora filiado à União Insurreccional Revolucionaria (UIR), fundada por um trotskista; daí sua iniciação no marxismo. Nunca, porém, foi filiado a nenhum partido comunista, obediente à orientação de Moscou.
 41. Texto de declaraciones hechas por el Primer Ministro Fidel Castro en su discurso del día 1º de diciembre de 1961, con relación a sua orientación marxista-leninista. AP47 — APFCSD — AN. Vide íntegra do discurso “I shall be a Marxist-Leninist to the End of my Life” — Texto

of a televised speech given December 2, 1961, in Castro, 1992, pp. 27, 36 e 34.

42. Ibid., p. 33. Texto de declaraciones hechas por el Primer Ministro Fidel Castro en su discurso del día 1º de diciembre de 1961, com relación a su orientación marxista-leninista. AP47 — APFCSD.
43. Telegrama nº 245, DNU/DAC/600.(24h), da delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembleia-Geral da ONU — Nova York (Afonso Arinos de Melo Franco), 3/4.12.1961. 600. (24h) — Situação Política — 1958-1961. AHMRE-B.
44. Ibid.
45. Carta-telegrama nº 452, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington. 7-12/12/1961. 600.(24h) Situação Política — Cuba — 1961 — 6219. Ibid.
46. Telegrama nº 245, DNU/DAC/600.(24h), da delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembleia-Geral da ONU — Nova York (Afonso Arinos de Melo Franco), 3-4/12/1961. 600. (24h) — Situação Política — 1958-1961. Ibid.
47. Ibid.
48. Telegrama nº 775, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto de Oliveira Campos), 17-18/11/1961- 10h. 600.(24h) — Situação Política — Cuba — 1961. Ibid.
49. Carta-telegrama nº 452, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto de Oliveira Campos), 7/12.12.1961. 600.(24h) Situação Política — Cuba — 1961 — 6219. Ibid.
50. Telegrama nº 245, da Delegação do Brasil junto à XVI Sessão da Assembleia-Geral da ONU — Nova York (Afonso Arinos de Melo Franco), 3-4/12/1961. 600. (24h) — Situação Política — 1958-1961. Ibid.
51. Telegrama nº 250, confidencial, da delegação do Brasil à XVI Sessão da Assembleia-Geral da ONU — Nova York (Afonso Arinos de Melo Franco), 5-6/12/1961. 600.(24h) Situação Política — 1958-1961. Ibid.
52. Telegrama nº 7, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Luiz Leivas Bastian Pinto), 3-4/1/1962- 14h. 600.(24h) Situação Política — Cuba — janeiro a março de 1962 — 6220. Ibid.
53. Bericht Nr. 74/62, Betr.: Politischer Jahresbericht, Botschaft der Bundesrepublik Deutschland an das Auswärtige Amt, Habana, den 27. Januar 1962. Referat 306, Band 182 — AA-PA.
54. Apud Lévesque, 1978, p. 31.
55. Id., *ibid.*, p. 31.
56. Quirk, 1993, pp. 390-397. Ofício nº 143/600.(24h) confidencial, embaixador Luiz Bastian Pinto para o chanceler San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. AHMRE-B.
57. Special National Intelligence Estimate. SNIE 80-62 — The Threat to US Security Interests in the Caribbean Area. Washington, January 17, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 706-709.
58. O artigo 11 dispunha: “As consultas a que se refere o presente Tratado serão realizadas mediante a Reunião de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas que

- tenham ratificado o Tratado, ou na forma ou pelo órgão que futuramente forem ajustados.”
59. Tais reflexões foram feitas durante a reunião da Comissão de Planejamento sobre Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta, em 26 e 27 de dezembro de 1961. Notas da Reunião realizada no gabinete do ministro de Estado para tratar de assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta. 26/11/1961. Minuta. AP47 — caixa 39, pacote 3. APFCSD-SDP-AN.
 60. Reunião da Comissão de Planejamento sobre Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta — 27/12/1961. Ibid.
 61. Ibid.
 62. Ibid.
 63. Telegrama nº 23, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Luiz Leivas Bastian Pinto), 9-10/1/1962 — 19h15. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
 64. Reunião da Comissão de Planejamento sobre Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta — 27/12/1961. AP47 — caixa 39, pacote 3. APFCSD- SDP -AN.
 65. Ibid.
 66. Ofício nº 1400/920(00) (22), confidencial-urgente, de Roberto de Oliveira Campos a San Tiago Dantas, Washington, 27/12/1961. 600. (24h) Situação Política — Cuba — 1961 — 6219. AHMRE-B.
 67. Telegrama nº 1570 from the Embassy in Brazil (Lincoln Gordon) to the Department of State, Rio de Janeiro, January 7, 1962 — 11 a.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 285-286.
 68. Ibid., p. 286.
 69. Telegrama nº 25, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 16/1/1962 — 13h. 600.(24) — Situação Política — Cuba — janeiro a março de 1962 — 6220. AHMRE-B.
 70. Telegrama nº 29, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 17-18/1/1962 — 17h30. 600.(24) — Situação Política — Cuba — janeiro a março de 1962 — 6220. Ibid.
 71. Ibid. Telegrama nº 7, do Itamaraty para a delegação do Brasil junto à VIII Reunião de Consulta — Punta del Este, confidencial, 19/1/1962 — 20h. 600.(24) — Situação Política — Cuba — de janeiro a março de 1962 — 6220. Ibid.
 72. Memorandum of Conversation. Subject: Redrafts of Argentine Resolutions for 8th MFM. Washington, January 18, 1962 — 4:13 p.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 292-294.
 73. Telegrama nº 10, confidencial-urgente, expedido, do Itamaraty (retransmitindo telegrama da embaixada do Brasil em Washington) para a delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta — Punta del Este, 20/1/1962. 600.(24h) — Situação Política — outubro 1962. AHMRE-B.
 74. Reunião da Comissão de Planejamento sobre Assuntos ligados à VIII Reunião de Consulta — 27/12/1961. AP47 — caixa 39, pacote 3. APFCSD- SDP-NA.
 75. Discurso do presidente Jorge Alessandri, em 31 de dezembro de 1961, apud Ofício nº 81/812(22) (32), confidencial, Fernando Ramos de Alencar a San Tiago Dantas, Santiago,

21/2/1962. Ofício Recebidos — Santiago — 1960-1963. AHMRE-B.

76. Ofício nº 457/921.1 (32) (20), confidencial, de Ramos de Alencar a San Tiago Dantas, Santiago, 13/11/1961; Ofício nº= 14/9200. (42) (00), confidencial, Ramos de Alencar a San Tiago Dantas, Santiago, 3/2/1962. Ofícios Recebidos — Santiago — 1960-1963. Ibid. Entrevista do embaixador Carlos Martinez Sotomayor ao Autor, Brasília, 20/1/1993.
77. Instruções confidenciais do Conselho de Ministros à delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores. AP47 — caixa 39, pacote 3. APFCSD-SDP-AN.
78. Ibid.
79. Ibid.
80. Discurso pronunciado pelo ministro San Tiago Dantas, na Comissão Geral, em 24/1/1962, in Ministério das Relações Exteriores — O Brasil em Punta del Este (Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas), Seção de Publicações, 1962, pp. 45-49. Reproduzido também in Dantas, San Tiago. Política Externa Independente, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962, pp. 116 a 128.
81. Id., *ibid.*, pp. 116-128.
82. Telegrama nº 10, secreto, recebido, da delegação do Brasil junto à VIII Reunião de Consulta — Punta del Este (San Tiago Dantas), 24/1/1962 — 19h. 600.(24h) — Situação Política — outubro 1962. AHMRE-B.
83. The Economist, London, 3/2/1962. O Globo, Rio de Janeiro, 23/1/1962. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 24/1/1962. Apud Ministério das Relações Exteriores — O Brasil em Punta del Este (Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas), Seção de Publicações, 1962, pp. 167-171, 223-225 e 227-229.
84. Telegram Sect. 8, from the Secretary of State (Rusk) to the Department of State, Punta del Este, January 23, 1962 — 5 p.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 296-298.
85. Hanson's Latin American Letter nº 881, in O Brasil em Punta del Este (Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas), Seção de Publicações, 1962, pp. 174-280.
86. Discurso pronunciado pelo ministro San Tiago Dantas na Câmara dos Deputados, Brasília, 7/2/1962, in O Brasil em Punta del Este (Oitava Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas), Seção de Publicações, 1962, pp. 73-106.
87. Mais detalhes sobre o tema e a reação militar, que culminou com a deposição de Frondizi, em virtude do voto da Argentina em Punta del Este, vide Moniz Bandeira, 1995, pp. 152-167.
88. A ação do embaixador Roberto Campos para esclarecer a imprensa norte-americana e modificar as reações da opinião pública e do Congresso foi considerada “brilhante” pelo chanceler San Tiago Dantas. Telegrama nº 10, secreto, recebido, da delegação do Brasil junto à VIII Reunião de Consulta — (San Tiago Dantas), 24/1/1962 — 19h. 600 (24h) — Situação Política — outubro 1962. AHMRE-B.
89. Telegrama nº 51, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 25/1/1962 — 11h30. 600 (24h) outubro 1962. Ibid.

90. Ibid.
91. Ibid.
92. Telegrama nº 12, secreto-urgente, da delegação do Brasil junto à VIII Reunião de Consulta — Punta del Leste, 25/1/1962. 600 (24h) Situação Política — outubro 1962. Ibid.
93. Ibid.
94. Ibid.
95. Telegrama nº 20, secreto, recebido, da delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta — Punta del Este (San Tiago Dantas) 30-31/1/1962. 600 (24h) Situação Política — outubro 1962. Ibid.
96. Telegrama nº 27, secreto, recebido, da delegação do Brasil à VIII Reunião de Consulta — Punta del Leste (San Tiago Dantas), 31/1-5/2/1962 — 20h. 600 (24h) Situação Política — outubro 1962. Ibid.
97. Ibid.
98. Ibid.
99. Ibid.
100. Ibid.
101. Na véspera da votação, circulou como uma bomba a notícia de que o Haiti, um dos sete países que recalcitravam, mudara de posição e votaria pela expulsão de Cuba. Ao mesmo tempo, os jornais publicaram a concessão de um empréstimo ao governo haitiano. O embaixador Mário Gibson Barbosa transmitiu a informação a San Tiago Dantas: “Telefone ao chanceler do Haiti e diga-lhe que desejo visitá-lo já, se possível”, San Tiago Dantas ordenou. E quando o embaixador Gibson Barbosa ponderou que de nada adiantaria procurá-lo e que a visita só agravaria o constrangimento dele, Dantas retrucou: “Quem você pensa que eu sou? Vou levar-lhe minha solidariedade, neste momento de humilhação que está sofrendo.” Barbosa, 1992, p. 76. Hinckle & Turner, 1992, pp. 140-145.
102. Sobre a VIII Reunião de Consulta vide Quintaneiro, 1988, pp. 66-81, Moniz Bandeira, 1995, pp. 152-171. Id., 1989, pp. 106-108. Id., pp. 420-423.
103. Telegrama nº 60, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Luís Bastian Pinto), 29-30/1/1962 — 21h. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — de janeiro a março de 1962 — 6220. AHMRE-B. Telegrama nº 30, secreto, expedido, do Itamaraty para a delegação do Brasil em Punta del Este, transmitindo telegrama nº 64, da embaixada do Brasil em Havana (Luís Leivas Bastian Pinto). 30/1/1962. Diversos — Exterior — Telegramas — Rec. e Exp. —1962. Ibid.
104. Telegrama Sect. 41, from the Secretary of State Rusk to the Department of State, Punta del Este, January 30, 1962 — 4 a.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 304-305.
105. Telegram Sect. 47, from Secretary of State Rusk to the Department of State, Punta del Este, January 31, 1962 — 5 a.m. Ibid., pp. 307-308.
106. Telegrama nº 58, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 27-29/1/1962 — 12h30. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — de janeiro a março de

1962 — 6220. AHMRE-B.

.07. Ibid.

.08. Barbosa, 1992, p. 75.

.09. Telegram n° 389, from the Department of State (Ball) to the Embassy in Ecuador, with message of President Kennedy to President (Carlos) Arosemena, Washington, January 24, 1962 — 8:10 p.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 298-299.

Capítulo XII

A SEGUNDA DECLARAÇÃO DE HAVANA • A CONSPIRAÇÃO DOS VELHOS COMUNISTAS CONTRA CASTRO • A REAÇÃO DE CASTRO E A DENÚNCIA DO SECTARISMO • O CASO DE ANÍBAL ESCALANTE • O ENVOLVIMENTO DO EMBAIXADOR SOVIÉTICO • O ANDAMENTO DA OPERATION MONGOOSE E AS OPERAÇÕES DE SABOTAGEM EM CUBA • ROBERT KENNEDY E OS COMPLÔS DA CIA COM OS GÂNGSTERES PARA A ELIMINAÇÃO DE CASTRO

A resposta de Fidel Castro ao resultado da VIII Reunião de Consulta, realizada em Punta del Este, constituiu exaltado, vigoroso e radical apelo à revolução, dirigido diretamente às massas da América Latina. “El deber de todo revolucionario es hacer la revolución. Se sabe que en América y en el mundo la revolución vencerá, pero no es propio de revolucionarios sentarse en la puerta de su casa para ver pasar el cadáver del imperialismo”¹ — este texto consubstanciava toda a essência voluntarista da Segunda Declaração de Havana, lançada perante enorme multidão, em ato público (5 de fevereiro de 1962) que contou com a presença de várias personalidades de outros países, entre as quais Lázaro Cárdenas, ex-presidente do México, senador Salvador Allende, líder do Partido Socialista do Chile, Francisco Julião, membro do Partido Socialista Brasileiro e líder das Ligas Camponesas, e Vivian Trias, secretário-geral do Partido Socialista do Uruguai. O embaixador do Brasil em Havana, Luís Bastian Pinto, informou então ao Itamaraty que, pela primeira vez, o governo revolucionário de Fidel Castro, sem falar em comunismo ou marxismo-leninismo, colocara o problema de Cuba, clara e definitivamente, no quadro do conflito Leste-Oeste, fazendo surgir, também pela primeira vez no continente, “não mais uma central de propaganda preparada alhures, mas, sim, um centro gerador de ideologia marxista plenamente adaptado às condições regionais e históricas da América Latina”.² Conforme sua observação, os partidos comunistas foram “colocados em posição secundária

de agências distribuidoras de ideologia formulada em Havana”, que passou a orientar a maneira pela qual a luta revolucionária deveria ser conduzida no continente.³ E suas diretrizes colidiam frontalmente com as emanadas de Moscou, apesar de que velhos comunistas, como Juan Marinello, “considerado unanimemente um dos maiores prosadores vivos de língua espanhola”, e Carlos Rafael Rodríguez, “o mais genial cientista político do partido”, houvessem, aparentemente, colaborado com Fidel Castro, seu verdadeiro autor, na redação, tentando suavizar o radicalismo.⁴ Ao contrário da Primeira Declaração de Havana, emitida logo após a Reunião de Consulta de San José da Costa Rica, a Segunda Declaração já não colocava a existência e a continuidade da Revolução Cubana sob o amparo dos mísseis balísticos soviéticos, com que Kruchev então ameaçara os Estados Unidos, mas na sua internacionalização e espraiamento pelo resto da América Latina. Evidentemente, caso outro grande país latino-americano trilhasse o mesmo caminho da revolução anti-imperialista e socialista, os Estados Unidos, diante da necessidade de redistribuir suas forças para manter a ordem em outras partes, teriam de aliviar a pressão sobre Cuba, que não estaria mais isolada e passaria a contar com um aliado no Hemisfério. Ao que tudo indicava, o país que Castro tinha em mente, àquela época, seria o Brasil — conforme o embaixador Bastian Pinto supôs —, tanto assim que, em plena crise desencadeada com a renúncia de Quadros à Presidência, ele não tivera a “menor discricção em chamar o povo brasileiro à revolução”, fornecendo até os “ingredientes da fórmula cubana”: movimento a partir do campo, a desenvolver-se sob a forma de guerrilhas, contra as quais os exércitos regulares eram “impotentes”.⁵

A Segunda Declaração de Havana, conquanto emitida como resposta à Reunião de Punta del Leste, fora elaborada, previamente, e seu conteúdo refletiu a linha política que Castro e Che Guevara trataram de implementar desde o triunfo da revolução em Cuba. “(..) No es justo ni es correcto entretener a los pueblos con la vana y acomodaticia ilusión de arrancar, por vías legales que no existen ni existirán, a las clases dominantes, atrincheradas en todas las posiciones del Estado, monopolizadoras de la instrucción,

dueñas de todos los vehículos de divulgación e poseedoras de infinitos recursos financieros, un poder que los monopolios y las oligarquias defenderán a sangre y fuego con la fuerza de sus policías y de sus ejércitos”.⁶ Este incitamento à insurreiçãõ armada, ademais da chinoiserie de que o campesinato e não o proletariado urbano constituía a principal força da revolução, deixou os dirigentes dos velhos partidos comunistas perplexos ao contrariar o principal fundamento da coexistência pacífica, a conclusão do XX Congresso do PCUS (1956), confirmada pela Declaração dos Partidos Comunistas e Operários (Moscou-1957), segundo a qual “nas condições atuais apareceu a possibilidade de que diferentes países se passem ao socialismo sem insurreiçãõ armada ou guerra civil”. A antinomia entre a luta armada e a via pacífica para o socialismo, mediante a conquista de sólida maioria no Parlamento, não constituía a única divergência da Segunda Declaração de Havana com as diretrizes do PCUS e os partidos comunistas, que obedeciam à sua orientação. A afirmativa de que, “en las actuales condiciones históricas de América Latina, la burguesía nacional no puede encabezar la lucha antifeudal e anti-imperialista”, e de que a experiência demonstrava que essa classe, “aún cuando sus intereses son contradictorios con los del imperialismo yanqui, ha sido incapaz de enfrentarse a éste, paralizada por el miedo a la revolución social y asustada por el clamor de las masas”,⁷ entremostrava nitidamente a influência do pensamento de Trotski e negava toda a linha política, seguida então por todos os partidos comunistas da América Latina.

Não sem razão, o embaixador Bastian Pinto, ao salientar as “originalidades doutrinárias” da Segunda Declaração de Havana, percebeu nelas, “quicá, o gérmen de um comunismo latino-americano doutrinariamente distinto do de Moscou”.⁸ Com efeito, tais idiosincrasias do marxismo-fidelismo não agradaram nem aos dirigentes da União Soviética nem aos partidos comunistas, entre os quais o PSP de Cuba, uma vez que lhes sopeava a hegemonia e tirava o controle sobre o movimento de esquerda na América Latina. Àquela época, no mesmo dia, 4 de fevereiro, em que uma Assembleia Popular, convocada pelo governo cubano, referendava a Segunda

Declaração, San Tiago Dantas informou a Dean Rusk, em Washington, que Fidel Castro, a quem Kruchev, conforme sabia, desprezava, estava em luta com os comandantes, cuja força crescera no aparelho do Estado e do partido, e corria o risco de ser por eles descartado.⁹ Isto não significava que Cuba pudesse voltar ao status quo ante, mas que poderia adotar algum modelo equivalente ao da Iugoslávia.¹⁰ Na realidade, Fidel Castro nunca tivera confiança nos velhos comunistas, contra os quais — ele próprio admitiu — alimentava preconceitos. Por outro lado, os comunistas, conforme o próprio Blas Roca reconheceu, levaram tempo para perceber as perspectivas que a revolução lhes abria e entraram, tarde e debilmente, como força política, na luta contra Batista.¹¹ O estreitamento das relações de Castro com os velhos comunistas somente ocorreu após a vitória da revolução, dado que o PSP era a única das forças que possuía quadros capacitados e uma estrutura de organização sólida, coesa e disciplinada (o que o M-26-7 não tinha) capaz de sustentar a constituição e o funcionamento do governo revolucionário. A reação dos Estados Unidos, nos meses subsequentes, concorreu para sedimentar essa aliança. A Castro, ainda que sempre conservasse a posição de líder máximo, alternativa não restou senão depender mais e mais dos velhos comunistas, na medida em que Cuba passara a respaldar-se, internacionalmente, na União Soviética. E a importância do PSP assim exacerbou-se, tornando-o a principal força política e, juntamente com o Exército Rebelde, um dos dois pilares do regime.

Este processo acelerou-se após a invasão da Baía dos Porcos, cuja mais trágica consequência, na opinião de Fursenko e Naftali, foi a ascensão de Aníbal Escalante e do serviço secreto cubano, dominado pela KGB.¹² Mesmo assim, os comunistas cubanos, conscientes de que representavam a minoria, cuidaram de que seu crescente predomínio se exercesse através da ideia de uma fusão do PSP com as outras forças — o M-26-7, e o Directorio Revolucionario 13 de Marzo —, que contribuíram para a derrubada de Batista, como primeira etapa para a formação de um partido único, organizado de acordo com as normas do marxismo-leninismo. Castro e Guevara impulsionaram, naturalmente, este processo, que começara a

efetivar-se em 1961, retardado que foi pelos problemas econômicos e pelas ameaças de invasão. O conflito, porém, irrompeu quando os dirigentes do PSP, ao voltarem a Havana após o 21º Congresso do PCUS, intensificaram os esforços para dominar o aparelho do partido em construção e da organização do Estado, crendo ou não que Castro renunciaria ao culto da personalidade e aceitaria, efetivamente, a direção coletiva, conforme sugerido, como condição para que a União Soviética fornecesse a Cuba maior ajuda econômica e militar. Segundo Guevara, eles cometeram o mesmo erro dos que, na época da luta armada, opuseram-se ao “aparente caudillismo”, ao confundir “los grandes méritos del dirigente, los grandes méritos del líder de la revolución y sus inegables dotes de mando con el individuo cuya única preocupación era asegurarse el apoyo incondicional de los suyos y establecer un sistema de caudillaje”.¹³

O que esteve em curso foi exatamente um golpe sorrateiro,¹⁴ executado com o objetivo, se não de descartar Fidel Castro, conforme San Tiago Dantas admitira na conversa com Rusk, pelo menos de subordiná-lo às decisões e interesses de Moscou, colocando-o como simples catspaw ou porta-voz dos velhos comunistas, que se tornariam os verdadeiros dirigentes de Cuba. Alguns já se atreviam a fazer as primeiras críticas à sua atuação presente e passada. E o golpe pareceu que se encaminhava para um desfecho, quando, em 13 de fevereiro de 1962, depois que voltara da Reunião de Punta del Leste, o dirigente comunista Carlos Rafael Rodríguez, professor de economia e “um dos homens mais eficientes”¹⁵ do regime revolucionário, substituiu Fidel Castro como presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), órgão que controlava toda a agricultura e vários outros setores da economia cubana. Conquanto este e outros fatos indicassem a disposição do governo cubano de combater firmemente a desorganização administrativa e o declínio da produção, a fim de enfrentar o agravamento da crise econômica, o afastamento de Castro do cargo por ele até então zelosamente reservado para si próprio gerou intensos rumores sobre seus atritos com os comunistas, que então tentavam, inclusive, apossar-se do controle sobre as Forças Armadas, cujo comandante em chefe era Raúl Castro.¹⁶ Na verdade, porém, a

designação de Carlos Rafael Rodríguez para a presidência do INRA partira do próprio Castro. Os dois mantinham excelentes relações pessoais, desde Sierra Maestra, e Castro respeitava a capacidade intelectual de Carlos Rafael Rodríguez. E um dos motivos pelos quais o designou presidente do INRA, naquelas circunstâncias, foi provavelmente isolar os demais dirigentes do PSP, contra os quais pretendia investir. O principal deles era Aníbal Escalante, homem de confiança da União Soviética e que, com o apoio do embaixador em Havana, Sergei Kudryavtsev, e dos serviços de segurança, pensou que poderia substituir Castro.¹⁷ Na função de secretário de Organização das ORI, ele intentava construir seu próprio poder, mediante o controle de todas as nomeações para a direção do partido, nos distritos e nas províncias, indicando militantes do PSP, que passavam a acumular também os cargos administrativos. A fusão das forças revolucionárias tornou-se meramente nominal. Na prática, o PSP, apenas mudando de nome, absorvia as outras duas organizações — o M-26-7 e o Directorio Revolucionario —, tornando-se a coluna vertebral de um sistema político que terminaria por converter Fidel Castro em mero fantoche. Todos os cargos de importância, não só nas ORI como no Estado, foram atribuídos, sistematicamente, a velhos militantes comunistas. As ORI perderam sua função de motor ideológico — e de controle do aparato produtivo —, tornando-se um aparato administrativo, conforme Guevara salientou.¹⁸ E penetraram até no Exército, onde Escalante colocou seus comissários políticos ao lado de cada chefe de unidade.¹⁹ Segundo Castro revelou a um diplomata estrangeiro, os comissários políticos, que funcionavam junto às Forças Armadas, começaram a ler as diretrizes e lições de comissários soviéticos e passaram a aplicá-las, rigorosamente, “com resultados desastrosos”, entre os quais o avultado afastamento de revolucionários, que, embora tendo lutado em Sierra Maestra, não rezavam pela cartilha do marxismo-leninismo.²⁰

Caso esta política prosseguisse, o Exército, a única força que Castro organizara e a que melhor respondia pela sua continuidade no poder, estaria, dentro de pouco tempo, pervertida e completamente minada pela atividade dos militantes comunistas. Ao perceber a ameaça que a excessiva influência

conquistada e exercida pelos comunistas com requintes de sectarismo representava para a revolução, Fidel chamou Raúl Castro e Guevara, com os quais acertou a melhor forma de enfrentar o problema, dado que não podia prescindir do apoio do PSP, sobretudo em face das repercussões que o conflito poderia ter sobre as relações com a União Soviética.²¹ Mas a luta interna atingiu o ápice durante a elaboração da lista com nomes que integrariam o Diretório Nacional das ORI/PURS, ou seja, o que seria a direção coletiva do novo partido. Segundo algumas versões, Castro teve de ampliá-la para 25 nomes, de modo a diluir ainda mais o papel dos comunistas.²² Ainda assim, dos 25 nomes anunciados no dia 9 de março, 10 eram de velhos comunistas, todos dirigentes do PSP, que não desempenharam papel de maior importância na guerra contra Batista, e apenas dois pertenciam ao Directorio Estudiantil 13 de Marzo, cujos membros lutaram nas montanhas de Escambray. Os 13 restantes provieram do M-26-7, sendo que três, pelo menos, tinham forte tendência comunista, o que teoricamente permitiria à facção ortodoxa, oriunda do PSP, assumir a completa hegemonia das ORI. Fidel Castro, que já não poupava críticas a Escalante nem escondia dos amigos seu desconforto com a atuação de Kudryavtsev, a quem chamava de “hijo de puta, peor que Bonsal”,²³ esperou, porém, a oportunidade para agir. Esta ocorreu em 13 de março, quatro dias depois de anunciada a composição do Diretório Nacional das ORI. Castro compareceu a um ato na Universidade de Havana, e quando notou que o mestre de cerimônias, durante leitura do testamento político de José Antonio Echeverría, cuja memória se reverenciava naquele dia, suprimira algumas linhas em que havia referência às bênçãos de Deus, não se conteve. Embora sem designá-los, criticou, publicamente, os velhos comunistas por aquele ato de falsificação extremamente pobre, que demonstrava uma concepção de trapaça, míope, sectária e estúpida. “Podia tal covardia ser chamada de conceito dialético da história? Podia tal maneira de pensar ser chamada marxismo? Podia tal fraude ser chamada socialismo?”, perguntou.²⁴ E aduziu que, como “resultado desta falta de visão, deste conceito sectário, estúpido e pervertido”, que negava a história e negava o marxismo, acabariam todos por

negar os valores da história e suas próprias raízes”.²⁵ Conquanto fosse claro que se referia aos velhos dirigentes do PSP, cuja formação stalinista admitia até mesmo a falsificação da história como prática usual, Castro não nomeou quem dera instruções ao mestre de cerimônias para suprimir as três linhas do testamento de Echeverría nem esclareceu a quem ele se referia, “tão covarde, tão moralmente desgraçado”, capaz de pôr “antolhos” na nova geração para que ela não lesse o texto completo de um “companheiro de revolução”.²⁶ Mas disse haver muitos que se imaginavam “melhores revolucionários do que qualquer outro” e que pensavam que a revolução era feita por meio de gritos: “Para a esquerda! Para a esquerda!”.²⁷ Neste ponto, ele criticou o slogan — “Somos socialistas, pa'lante (para adélante), pa'lante y a quién no le gusta que tome purgante! — que passara a ser entoado. “Como ousam eles? Quem aqui foi forçado a aceitar o socialismo?” — perguntou mais uma vez, sem apontar quem eram “eles”, e convocou o povo, ao final, à guerra contra o “sectarismo”, que conduzia ao “privilégio” e ao “pântano”.²⁸

Os ataques de Castro aos velhos comunistas continuaram, nos dias seguintes, sob a forma de contundentes críticas ao sectarismo e ao dogmatismo daqueles funcionários — os *apparatchiks* — que criaram o caos e usurparam o poder dos autênticos revolucionários. Ao mesmo tempo, Castro, após afastar Escalante no dia 20 de março, procedeu à organização do Secretariado das ORI, composto por ele próprio e Raúl Castro, como primeiro e segundo secretários, Ernesto Che Guevara, Oswaldo Dorticós, Blas Roca e Emílio Aragonés, conforme anunciado pela imprensa no dia 25 de março. A ausência do nome de Aníbal Escalante, até então secretário de Organização, indicou que ocorrera uma reviravolta e, em 26 de março, Castro compareceu a um programa de televisão e, publicamente, lancetou o abscesso. Não lhe convinha atacar, diretamente, todo o PSP. Atacou Aníbal Escalante, secretário de Organização das ORI, que, conforme as palavras de Castro, criara seu próprio “*apparatus*”, uma “monstruosidade contrarrevolucionária”, para assumir o poder no partido e no governo. Aníbal Escalante, “trabalhando no seu posto de secretário de Organização, daria instruções a todas as células revolucionárias e a todo o *apparatus* como

se elas fossem do Diretório Nacional”, Fidel Castro denunciou, explicando que estava a converter certos métodos em um sistema, de sorte que só poderia ocupar um posto na administração, quer em uma fazenda estatal, quer em uma cooperativa, quem fosse “velho militante”. “Em todas as províncias o Secretário-Geral do PSP foi feito Secretário-Geral das ORI; em todos os núcleos, o Secretário-Geral do PSP foi feito Secretário-Geral das ORI; em toda municipalidade, o Secretário-Geral do PSP foi feito Secretário-Geral”, Castro relatou, perguntando: “E isto é o que se pode chamar de integração?”²⁹ Conforme expôs, os “velhos militantes” do PSP tornaram-se parte da administração, como chefes de pessoal, diretores etc., e mais tarde formaram o núcleo das ORI, do qual fazia parte a Comissão de Diretores. “Os membros dos núcleos eram velhos militantes e todos eram diretores”, Castro prosseguiu.³⁰ Destarte, os velhos militantes comunistas, dominando todos os núcleos das ORI, passaram a controlar todos os níveis da administração civil e tinham de decidir sobre qualquer problema que ocorresse em um ministério, pois o ministro não tinha autonomia para tomar nenhuma atitude. Se, em qualquer lugar de Cuba, uma gata tivesse uma ninhada — Castro exemplificou —, alguém teria de consultar as ORI sobre o que fazer com os gatinhos.³¹ Aquele que desejasse alcançar uma posição de influência no país tinha de ser membro da “seita marxista-leninista” e os militares, que a ela não pertenciam, eram considerados de “baixo nível político” e não podiam estar à frente das tropas. “Como podiam eles ser removidos dos seus comandos por serem considerados de ‘baixo nível político’ e substituídos por algum bacharel capaz de recitar de memória o catecismo marxista, mesmo que não o aplique?”, indagou.³² A atacar então os que, alegando seus anos de militância, caíam no sectarismo, salientou que, enquanto eles eram somente alguns poucos mil, a massa de trabalhadores, que estava a abraçar o marxismo-leninismo, era integrada por milhões. E, como advertência indireta aos velhos comunistas, acrescentou:

É bom recordar certos fatos, como o de que nós fizemos uma guerra, dirigimo-la e a ganhamos (...); enquanto um senhor chamado Pompa (alusão aos comunistas) estava debaixo da cama. (...) Achavam que haviam tirado a revolução em uma rifa. (...) O poder da

revolução não se pode furtar tão facilmente, dessa forma (...) isso é um intento de escamoteação ridículo e imbecil.³³

Castro também comentou que até *La Historia me Absolverá* fora considerado um “documento reacionário” e citou que um obscuro funcionário das ORI em Bayamo, Fidel Pompa, a quem ele atribuía a “mentalidade de nazi Gauleiter”,³⁴ não só chamara o capitão Emílio Aragonés, um dos guerrilheiros de Sierra Maestra, de “sujo homem gordo” como contestara o direito de Sérgio del Valle, Guillermo García e Haydée Santamaría, também antigos combatentes, pertencerem ao Diretório Nacional das ORI. Pompa não conhecia os méritos de Haydée Santamaría, Guillermo García e Sérgio del Valle “simplesmente porque, quando aquela gente estava lutando, ele estava escondido embaixo de uma cama”, Castro arrematou,³⁵ negando que em Cuba houvesse o culto da personalidade, tanto que ele travara uma guerra, conduzira-a e vencera-a sem ter estrelas de general sobre os ombros ou medalhas penduradas no peito, e sua primeira lei fora no sentido de proibir o erguimento de estátuas. Em Cuba não iria ocorrer o mesmo que na União Soviética e ele não destruiria os líderes da revolução que tivessem prestígio. Quanto mais líderes com prestígio a revolução tivesse, melhor seria.³⁶

Aníbal Escalante, cuja influência começara a eclipsar a de Guevara e Raúl Castro, afoitara-se de fato e agira temerariamente, mas não o fizera sem o beneplácito e o apoio de toda a direção do PSP, bem como do embaixador soviético, Sergei Kudryavtsev. Não agira sectariamente por sua própria conta e sim, como todo integrante da velha guarda stalinista, da qual era um dos quatro nomes mais importantes em Cuba, em fiel cumprimento da linha do Partido e das ordens de sua direção, obediente às diretrizes do Departamento Internacional do PCUS. A prática de apoderar-se da máquina burocrática do partido, como forma de surrupiar o poder, tinha suas origens no stalinismo e com ela todos os velhos militantes comunistas foram coniventes, de conformidade com o PCUS, adverso à política expressa na Segunda Declaração de Havana, que não só se afastava de sua doutrina como abalava a hegemonia da União Soviética sobre o movimento comunista mundial,

reforçando a linha chinesa. Tanto isto era certo, que, se Escalante não estivesse a atuar, de conformidade com a orientação do PSP e de Moscou, não poderia viajar para Praga,³⁷ como o fez, uma hora antes do discurso de Castro. Entretanto, ao condenar os excessos “mandonistas” do Partido, Castro escolheu Escalante como bode expiatório, símbolo do sectarismo, a fim de não atacar o PSP como um todo, o que afetaria, naturalmente, seu relacionamento com a União Soviética e os partidos comunistas de outros países. Assim, como satisfação ao trabalho do PSP, do qual Castro não podia prescindir, Blas Roca foi o único dos velhos comunistas que permaneceu no Secretariado das ORI, ainda que restrito à função de diretor do jornal Hoy. Esta posição não impediu que seu irmão, Leónidas Calderio, fosse destituído, “por motivo de saúde”, da Secretaria-Geral das ORI da Província de Matanzas, da mesma maneira que os secretários-gerais de mais três províncias de Cuba, bem como outros apparatchiks, entre os quais Ladislao González Carvajal, da Província de Oriente, e Wilfredo Castro (não era parente de Fidel), responsável pelo setor do “trabalho voluntário” das ORI, na Província de Havana, e acusado de “oportunista, covarde e abusador”.³⁸ O expurgo alcançou todos os níveis e escalões das ORI e do governo cubano, e entre os antigos dirigentes comunistas, Carlos Rafael Rodríguez, “por ser o menos ortodoxo” e pela “relevante folha de serviços” prestados ao governo revolucionário, na planificação, negociações comerciais com os países do Leste Europeu e reforma universitária, foi “o único que manteve seu prestígio”.³⁹

Dessa forma, Castro consolidou seu poder político, que nos últimos meses estava a passar para os membros do antigo Partido Comunista,⁴⁰ e retomou o comando do governo de Cuba, juntamente com Raúl Castro e Che Guevara. Este último — o embaixador Luís Bastian Pinto informou ao Itamaraty — gozava de enorme prestígio junto a Fidel Castro, que o ouvia em “todas as questões de importância”, e era, “no trio dirigente, o mais ponderado”, pois havia tempo estava a aconselhar “atitudes menos hostis em relação aos Estados Unidos, na esperança de criar condições para um eventual reatamento de relações comerciais com aquele país”.⁴¹ Segundo Bastian Pinto

salientou, “o mesmo trio de pessoas que, juntas, comandaram a campanha contra Batista” voltara, de forma inequívoca, a preponderar em Cuba, e Fidel Castro voltara a ser, em larga medida, o Estado, no sentido de que, naquele momento, como em 1959, toda questão de importância, que não era por ele esclarecida, tornava-se objeto de dúvida e insegurança. Mas — Bastian Pinto acrescentou — “enquanto o ano de 1959 foi apenas fidelista — o Estado era Fidel⁴² — o de 1962 será marxista-fidelista, como já ficara evidenciado na Segunda Declaração de Havana”.⁴³ E uma das consequências dessa volta ao “forte individualismo do primeiro período da revolução” seria o atraso no programa da planificação econômica, pois muitos projetos poderiam ser paralisados “à espera da opinião de Fidel”.

Os chefes comunistas, com exceção de Escalante, aceitaram a situação. Não tinham alternativa. A posição do PCUS, o Pravda, de Moscou, publicou no dia 11 de abril longo editorial, sob o título “A Coesão das Forças da Revolução Cubana”, no qual endossou, formalmente, a atitude de Castro e prestigiou-o, ao chamá-lo de camarada pela primeira vez em documento escrito. Seu objetivo, no entanto, foi reafirmar a posição do antigo PSP, sempre ressaltando-o entre as organizações que promoveram a luta contra Batista e referindo-o como “el partido de los comunistas cubanos, que ofrendó las vidas de muchos de sus mejores hijos por la revolución”.⁴⁴ Sem desejar comprometer-se mais a fundo no conflito de poder em Cuba, o governo soviético jogou a “carta de Fidel Castro”, por ser a melhor que possuía, ao aceitar a *capitis diminutio*, imposta aos velhos comunistas, e aprovar o sacrifício de Escalante, que a ela estava a servir, em coordenação com o embaixador Kudryavtsev. Mas, como velada advertência, fez-lhe sentir a conveniência de não exceder-se no expurgo, a ponto de anular o papel dos velhos comunistas, posto que “el empleo de revolucionarios probados en los puestos responsables es de gran importancia en el periodo del tempestuoso desarrollo de la revolución, de aguda lucha ideológica”.⁴⁵

Até então, Kruchev apoiara Castro cautelosamente, pois não lhe interessava desencadear uma guerra mundial para defender Cuba, importante peça no xadrez político, mas não a ponto de justificar o sacrifício de outras,

mais relevantes. À União Soviética não convinha assumir completamente o encargo de sustentar a economia de Cuba, cuja política de estimular a luta armada na América Latina, reforçando a linha chinesa, constituía também séria razão para as suas reservas. Castro dispunha-se a apoiar a política internacional da União Soviética, orientada para a coexistência pacífica, mas reivindicava mãos livres na América Latina. Pretendia que Cuba entrasse na comunidade dos países socialistas, mas recusava-se a aceitar seus cânones e regras. Esta atitude de independência quiçá embaraçasse mais os dirigentes da União Soviética do que a recalcitrância da Albânia no culto da personalidade de Stalin. Porém, devido à sua posição geopolítica e ao conflito com os Estados Unidos, Cuba revestiu-se de fundamental importância no contexto da Guerra Fria para que a União Soviética pudesse descartá-la e daí seu esforço no sentido de superar a crise nas relações entre os dois países gerada pela defenestração de Escalante. E, além do editorial do Pravda, o governo soviético tomou imediatamente a iniciativa de retirar Kudryavtsev da embaixada em Havana, exigida, ao que tudo indicou, pelo próprio Castro, que recomendou, para substituí-lo, o nome de Aleksandr Alekseev, o agente da KGB, com o qual mantinha excelentes relações de amizade.⁴⁶ Tanto, porém, o governo soviético apoiara a atuação de Kudryavtsev em Havana, onde ele favorecera a atuação dos velhos comunistas e irritara Castro com seus conselhos e sugestões, que, ao regressar a Moscou, ele logo foi colocado como segundo chefe do Departamento das Américas do Ministério das Relações Exteriores.⁴⁷

O conflito entre Castro e os velhos comunistas e as tensões com a União Soviética coincidiram com o agravamento da crise de abastecimento e o reinício dos atos de terrorismo e sabotagem. Em março, os incêndios dos canaviais recomeçaram em várias províncias de Cuba. Em abril, dois incêndios destruíram, respectivamente, um edifício em Havana e um depósito de adubos químicos, com o resultado de 100 feridos e um morto.⁴⁸ Muitos cubanos que apoiavam o governo revolucionário, conquanto não fossem marxistas-leninistas, logo atribuíram à CIA a responsabilidade pelo recrudescimento daquelas atividades criminosas, pois supunham que aos

Estados Unidos, empenhados em derrubar Fidel Castro, não convinha que ele se afastasse demasiadamente dos velhos comunistas e da União Soviética, o que lhe poderia dar novos elementos para sua consolidação no poder.⁴⁹ A suspeita era correta. A CIA efetivamente começara a implementar a Operation Mongoose, que Kennedy autorizara desde novembro de 1961, designando o general Edward G. Lansdale, especialista em contrainsurreição, com experiência nas Filipinas e no Vietnã, para chefiar as covert actions e spoiling action, sob a supervisão do procurador geral, seu irmão, Robert Kennedy. A fim de planejá-las e executá-las, a CIA organizara então a Task Force W (W em homenagem ao flibusteiro norte-americano William Walker, responsável por vários ataques a Cuba e a países da América Central no século XIX), empregando um total aproximado de 400 pessoas, sob a chefia de William Harvey, da Diretoria de Planos, e a orientação do Special Group Augmented (SGA), no qual Robert Kennedy teve ativa participação.⁵⁰ Este homem, cuja função no governo norte-americano era zelar pela aplicação das leis, assumiu com ardor a incumbência de acompanhar a sua transgressão, mediante uma sequência de crimes e ilícitos penais, enfim, de atos e operações que violaram desde os próprios estatutos da CIA, cujas atividades eram proibidas no território dos Estados Unidos, ao Neutrality Act e o Código Penal, bem como outras leis, regulamentos e tratados internacionais. E a Operation Mongoose, desde então, tornou-se isoladamente o maior programa de ações clandestinas, sem qualquer precedente, dentro da CIA.

A estação da CIA em Miami, instalada em um dos prédios da Universidade e denominada JM/WAVE, que também serviu como depósito de armas, expandiu de tal forma suas atividades, que chegou a ter 600 funcionários e a envolver cerca de 3.000 agentes contratados,⁵² passando a dispor, inclusive, de uma frota de seis navios e 12 embarcações menores, bem como de uma força aérea, com helicópteros e aviões anfíbios, que conduziam os contrarrevolucionários, a partir da Flórida, para as incursões contra Cuba. E o início de suas operações foi programado para março, como de fato aconteceu, devendo as atividades clandestinas recrescerem, entre abril e julho, de sorte que, no curso de agosto e setembro, os atos de resistência e

operações de guerrilha começassem e a sublevação generalizada pudesse eclodir nas primeiras semanas de outubro, possibilitando o estabelecimento de novo governo ao final do mês.⁵² O uso aberto das Forças Armadas norte-americanas afigurava-se a Lansdale uma decisão vital, a ser tomada o mais cedo possível, definindo as contingências em que os Estados Unidos estariam prontos para empregá-las em apoio à revolta.⁵³

Lansdale criticara a Operation Zapata por entender que a CIA se afoitara no empreendimento de ações paramilitares, sabotagens etc., sem criar o clima político que permitisse ao povo cubano aceitá-las.⁵⁴ Por esta razão, em relatório entregue a Kennedy, ele salientara que Castro, cujo poder e prestígio a invasão da Baía dos Porcos, internamente, solidificara ainda mais, “had arouse considerable affection for himself personally with the Cuban population”.⁵⁵ Conforme sua opinião, se os Estados Unidos quisessem solapar as bases do governo cubano, deveriam adotar um curso muito diferente daquele adotado nas operações de hostilidade até então dirigidas contra ele. Ao contrário de operações concebidas e executadas pelos agentes da CIA, Lansdale propôs então o que tornava necessário a máxima utilização dos recursos nativos, internos e externos, ou seja, maior aproveitamento dos exilados cubanos, por entender que a derrubada do governo Castro devia partir de dentro e não de esforços realizados fora de Cuba, embora reconhecesse que o sucesso final da operação demandaria decisiva intervenção militar dos Estados Unidos.⁵⁶ O conceito da insurreição interna como elemento que deflagraria e justificaria a invasão de Cuba pelas tropas norte-americanas, diretamente ou sob o manto da OEA, continuou a pautar a Operation Mongoose. E a VIII Reunião de Consulta inseriu-se neste contexto, dado que o propósito dos Estados Unidos era também compelir os países latino-americanos a tomar medidas similares, que contribuíssem para provocar uma situação interna caótica em Cuba, circunstância em que poderiam intervir, diretamente ou através da OEA, em apoio à revolta contra o governo Castro.⁵⁷ Essa tarefa, conforme recomendação de Lansdale, o Departamento de Estado deveria desenvolver, ao nível diplomático, usando todas as suas possibilidades políticas⁵⁸ e, juntamente com os Departamentos

do Comércio, Tesouro e Agricultura, conceber um plano de guerra econômica em que os Estados Unidos pudessem aplicar plenamente sua capacidade “to frustrate the Communist economic program for Cuba”.⁵⁹

A Operation Mongoose, ao contrário da Operation Zapata, partiu da constatação, feita pela comunidade de inteligência dos Estados Unidos, de que Fidel Castro contava com “sufficient popular support and repressive capabilities” para dominar qualquer ameaça interna, em futuro previsível, que a massa da população aceitava o regime revolucionário e grande parte dela apoiava-o com entusiasmo, pois as condições de vida nas áreas rurais, especialmente nos centros de produção de açúcar, melhoraram substancialmente, sobretudo em termos de saneamento e habitação, benefícios tangíveis e que alimentavam a esperança de muitos outros.⁶⁰ Apesar da escassez e do alto grau de desorganização, que poderiam aumentar, não era provável que a economia se deteriorasse, a ponto de produzir a queda de Castro, tendo em vista a assistência do Bloco Soviético, cujos créditos propiciados a Cuba já atingiam o montante de US\$ 357 milhões.⁶¹ Pelo contrário, a situação tendia a melhorar dentro de um ano, quando o novo tipo de organização comunista se consolidasse, adquirisse maior experiência administrativa e o comércio exterior se ajustasse aos novos canais.⁶²

O objetivo da Operation Mongoose, da qual Kennedy queria resultados imediatos, consistiu, portanto, em reverter tais expectativas. E, como um ato de guerra econômica, o governo norte-americano, apoiado nas resoluções da VIII Reunião de Consulta, decretou em 3 de fevereiro o embargo total do comércio com Cuba, suspendendo as compras que os Estados Unidos ainda lá faziam, de modo a privar Castro de quaisquer divisas em dólar, no que tentou ainda envolver em tais esforços os países da Europa Ocidental, membros da OTAN. À guerra econômica conjugou-se a guerra psicológica, com o estabelecimento de 60 estações de rádio, em países da América Latina, e três na Flórida,⁶³ destinadas à propaganda anticastrista e à difusão de rumores falsos, bem como de métodos para danificar instalações industriais e outros estabelecimentos do governo cubano. Estes atos de sabotagem e de

terrorismo recrudesceram nos meses de maio e junho, quando duas incursões paramilitares para destruir material bélico e incendiar canaviais ocorreram, apoiadas por aviões anfíbios, cujas bases estavam instaladas na Guatemala.⁶⁴ O governo revolucionário, sem dúvida alguma, tinha informação de que os Estados Unidos, provavelmente, não intentariam uma invasão em grande escala, a curto prazo, mas começariam a efetuar pequenos desembarques e incursões do tipo que os Aliados empreenderam durante a Segunda Guerra Mundial, no intuito de destruir indústrias e instalações essenciais à economia do país, mantendo as autoridades cubanas e a população em permanente estado de alerta e preparativos de defesa, o que, em última análise, resultaria também na desorganização das atividades produtivas.⁶⁵

Naquela época, a embaixada do Brasil em Havana informou ao Itamaraty que a destruição de refinarias e atentados contra as principais figuras do governo cubano constituíam os primeiros objetivos da contrarrevolução, da qual o governo norte-americano participava, inclusive pedindo aos opositoristas em Cuba que selecionassem pessoal para ser treinado nos Estados Unidos em práticas de sabotagem.⁶⁶ “Por absurdo que pareça, eu mesmo fui sondado sobre a possibilidade de garantir, previamente, asilo aos que participassem da campanha de sabotagem”, o embaixador Bastian Pinto comunicou ao Itamaraty.⁶⁷ Antes de sua chegada a Havana, já haviam sido encontradas, nas dependências da embaixada do Brasil, uma metralhadora Thompson, tipo portátil; quatro granadas de mão; um fuzil automático M-1; três pistolas 45, e munição de vários tipos.⁶⁸ Estas armas foram lá introduzidas por um grupo de asilados, com a finalidade de que ao encarregado de Negócios, Carlos Jacyntho de Barros, não foi possível precisar.⁶⁹ Também na embaixada do Equador, três pistolas e três espingardas foram encontradas, quando o Brasil assumiu a gestão dos seus negócios.⁷⁰ O afluxo de asilados às embaixadas do Brasil, México e Uruguai, dado que a Argentina e o Equador, por pressão dos militares, romperam relações diplomáticas com Cuba depois da Reunião de Punta del Leste, convertera-se em gravíssimo problema, porque aquelas pessoas, “em sua

grande maioria”, como o embaixador Bastian Pinto verificou, “não são perseguidos políticos, mas apenas indivíduos valendo-se dos privilégios de asilo e especialmente do direito que têm os asilados de obter residência nos Estados Unidos”.⁷¹ Este direito não era assegurado a quem saísse pelas vias normais — e, àquele tempo, cerca de 1.500 a 1.800 cubanos abandonavam, semanalmente, o país pelas vias normais⁷² —, além de sua concessão demorar em torno de três meses, o que era um modo de induzir os cubanos que desejassem emigrar a solicitar asilo, pois aos Estados Unidos isto não só convinha como propaganda contra Cuba, como criava os mais sérios problemas para os quatro países latino-americanos cujas embaixadas ainda funcionavam em Havana.⁷³

Em meados de 1962, insuflada, possivelmente, pelos agentes da CIA, conforme o cronograma da Operation Mongoose, a população de alguns bairros da cidade de Cárdenas, na Província de Matanzas, lançou-se às ruas, protestando contra a escassez de gêneros alimentícios, que, em certas zonas do interior do país, era mais grave do que em Havana. O presidente Oswaldo Dorticós para lá se dirigiu e, precedido de um extemporâneo desfile de tanques e peças de artilharia, interpretado como indicativo de que o governo revolucionário não toleraria qualquer demonstração coletiva de oposição, pronunciou duro discurso, no qual denunciou a “estrategia del imperialismo y de la contrarrevolución” de gerar, primeiro, dificuldades e escassez, “mediante el bloqueo y la agresión económica”, e assim criar as condições materiais que lhes propiciassem “después un trabajo eficaz”.⁷⁴ Suas palavras indicavam que o governo revolucionário, se podia não ter informações completas, percebia que uma operação para desestabilizá-lo — objetivo da Operation Mongoose — estava em andamento e ele se dispunha a reprimi-la, não dando trégua nem descanso “a las bandas minoritarias contrarrevolucionarios en el campo”, e não permitir “los parasitos contrarrevolucionarios en las ciudades (...) una sola provocación”.⁷⁵ Com efeito, como consequência dos acontecimentos de Cárdenas, foram presas cerca de 200 pessoas naquela cidade, o que revelava a proporção dos protestos.⁷⁶ Àquele tempo, meados de 1962, o serviço secreto do governo

cubano (G-2) conseguiu deter os principais agentes da CIA e chefes da resistência, o que modificou substancialmente a composição social da frente interna da contrarrevolução.⁷⁷ Este fato igualmente determinou que a Operation Mongoose deslocasse sua ênfase da construção da resistência, mediante atos de sabotagem, incursões paramilitares, para esforços que visavam à desorganização da economia, como contaminação das exportações de açúcar,⁷⁸ falsificação de dinheiro e das cadernetas de racionamento.⁷⁹ Robert Kennedy estava particularmente empenhado na destruição das minas de cobre de Matahambre, no oeste de Cuba. O que ele queria era “boom-and-bang”.⁸⁰

A situação era, realmente, grave e, embora as autoridades se esforçassem para manter o racionamento em Havana em níveis toleráveis, a escassez de comida, no interior do país, podia fazer reproduzir, a qualquer momento, atos de protesto coletivo, como o ocorrido na cidade de Cárdenas.⁸¹ O descontentamento aumentara, devido, em larga medida, não só à repressão policial como à ausência de novas mensagens que entusiasmassem o povo e desvanecessem o clima de frustração gerado pelo agravamento da crise econômica. Este era um dos objetivos da Operation Mongoose. Segundo o depoimento de Juan Falcón Zammar, recrutado pela CIA e capturado pelo G-2, a única coisa que os norte-americanos pretendiam era que os elementos da oposição em Cuba fizessem mais e mais sabotagens, explodissem bombas, semeassem o alarme, levassem a cabo planos terroristas, a fim de que a agitação se apoderasse do país e o governo revolucionário tivesse de executar violenta repressão, ao custo de muito derramamento de sangue, de modo que pudessem utilizar tais fatos para a propaganda contra o regime revolucionário.⁸²

Entre janeiro e agosto de 1962, sob o signo da Operation Mongoose, os contrarrevolucionários recrutados pela CIA realizaram 5.780 ações encobertas, das quais 716 foram sabotagens contra grandes objetivos econômicos, o que acarretou a destruição de milhões de arrobas de cana e armazéns de mercadorias, assassinatos, ataques a navios mercantes, bombardeio de hotéis no litoral etc.⁸³ De acordo com as informações do

governo cubano, àquela época cerca de 41 bandos de contrarrevolucionários, com cerca de 500 homens, promoviam operações de guerrilha na província de Las Villas e mais 30 atuavam no resto do país.⁸⁴ Segundo a embaixada do Brasil, 24 pequenos grupos de guerrilheiros, que contavam com cerca de 160 homens e operavam, sobretudo, nas montanhas de Escambray, não tinham condições de resistir a uma ofensiva séria do governo revolucionário, muito menos de transformar-se em um movimento capaz de desestabilizá-lo, sem ininterrupta ajuda dos Estados Unidos em víveres e armamentos.⁸⁵ Naquela região, entre janeiro e março de 1962, as milícias de Castro travaram 98 combates, mataram cerca de 150 contrarrevolucionários e capturaram algumas centenas.⁸⁶ A embaixada do Brasil em Havana já sabia que os líderes da oposição clandestina, cujas correntes careciam de unidade, contemplavam, entretanto, a possibilidade de realizar atentados contra as principais figuras do regime e embaixadores dos países socialistas, enquanto continuavam a esperar as decisões de Washington.⁸⁷

Essa informação tinha fundamento. Kennedy e seus assessores, os homens que se propuseram a renovar a política nos Estados Unidos e reivindicavam o idealismo de Camelot, a corte do Rei Artur, não hesitaram em estender a New Frontier até o extremo da amoralidade, em que o objetivo de destruir o governo Castro justificava a prática de todos os crimes, confundindo o próprio governo norte-americano com alguma família da Máfia. Limite não houve para imaginação no planejamento dos ardis mais sórdidos e desonestos e, conforme Samuel Halpern, que servira como agente de alto nível da CIA na Operation Mongoose, “gente dos escalões superiores não se envolveria em tais atividades, com as ideias mais idiotas, se não soubesse que o Presidente e seu irmão estavam tão envolvidos”.⁸⁸ A Operation Mongoose configurou uma guerra não declarada em que toda a cúpula do governo norte-americano — e não apenas a CIA — recorreu aos expedientes mais sujos e ignominiosos, sem hesitar diante de qualquer crime, inclusive o homicídio, com o objetivo de estabelecer o caos em Cuba, gerar uma revolta interna e possibilitar a intervenção armada dos Estados Unidos para derrubar

o governo Castro. O assassinato de Fidel Castro constituiu uma das opções então contempladas e Kennedy já sabia, provavelmente desde 1960, que a CIA estava a tramá-lo com a Máfia, pois um dos seus chefes, Sam Giancana,⁸⁹ fora-lhe apresentado por sua amante (de ambos) Judith Campbell Exner⁹⁰ e ajudara-o durante a campanha presidencial nas eleições primárias em West Virginia e Chicago, juntamente com outros gângsteres, entre os quais Joseph Frischetti e Meyer Lansky, a pedido de Frank Sinatra.⁹¹ A primeira tentativa de matar Castro ocorrera em julho daquele ano, e, aparentemente, a ideia partira do coronel J. C. King, chefe da Divisão do Hemisfério Ocidental da CIA, de onde o assistente do diretor de Planejamento, C. Tracy Barnes, com sua ordem, telegrafara à agência em Havana para informar que a “possível remoção dos três principais líderes” de Cuba, ou seja, Fidel, Raúl Castro e Che Guevara, estava recebendo séria consideração no quartel-general, em Langley, e autorizara-a a entrar em contato com um cubano que se propusera a “arranjar” um acidente que envolvesse Raúl Castro.⁹² Em agosto, a repartição de Serviços Médicos da CIA recebera também instruções para contaminar com um veneno letal (toxina botulínica) uma caixa que continha os charutos favoritos de Castro e que possivelmente lhe seria entregue quando de seu comparecimento à Assembleia-Geral da ONU.⁹³

Naquela mesma época, agosto de 1960, Richard Bissell, diretor de Planos da CIA, solicitara ao coronel Sheffield Edwards, diretor de Segurança, que encontrasse alguém para promover a eliminação de Castro e tratou de estabelecer um contato com a Máfia, a partir do pressuposto de que ela, prejudicada enormemente pela proibição do jogo e fechamento dos cassinos em Cuba, podia interessar-se por executar essa operação sensível, contando com recursos e os meios de comunicação da CIA.⁹⁴ O detetive particular Robert Maheu intermediou então os entendimentos com dois chefes da Máfia, Sam Giancana e seu lugar-tenente John Rosselli, cujo verdadeiro nome era Filippo Sacco, e ambos dispuseram-se a colaborar, mas recusaram qualquer remuneração, embora a CIA haja oferecido o montante de US\$ 150.000 aos que executassem o serviço.⁹⁵ Entrementes, a Technical Services Division (TSD) da CIA continuou a pesquisar, sob a supervisão do assessor

científico Sidney Gootlieb, qual o melhor veneno que poderia ser utilizado para a eliminação de Castro e, após experiências com macacos, entregou ao coronel Sheffield Edward cápsulas ou pílulas com determinada toxina (botulínica), a fim de que, através de Rosselli, fossem enviadas a um homem da entourage de Castro, Juan Orta Córdova, seu secretário particular.⁹⁶ Manuel (Tony) Varona, um dos líderes da contrarrevolução e predileto da CIA, bem como Santos Trafficante, chefe da Máfia em Miami, e Meyer Lansky, líder do sindicato do narcotráfico na Flórida, participaram da operação, e as pílulas foram remetidas para Cuba na segunda semana de abril de 1961, a fim de que o assassinato de Castro coincidissem com a invasão da Baía dos Porcos, isto, é na véspera do ataque anfíbio ou durante o seu desenrolar.⁹⁷ Os dois planos obviamente se interligavam.⁹⁸

Àquela mesma época, pouco antes da invasão da Baía dos Porcos, Kennedy, em conversa com o senador George Smathers, da Flórida, perguntou-lhe qual seria a reação da América Latina se Castro fosse assassinado e concordou com a desaprovação da ideia, porque o crédito recairia sobre os Estados Unidos.⁹⁹ Tudo indicava, por esta e outras informações, que Kennedy estava a par da operação mas tratara de ouvir outra opinião, e, como fora contrária, com ela concordou, para não revelar o seu ânimo. Por outro lado, tanto Giancana quanto Rosselli, Santos Trafficante e Meyer Lansky dispuseram-se naturalmente a colaborar com a CIA, recusando qualquer remuneração, não só porque quisessem retomar os cassinos e o jogo em Cuba, mas porque esperavam também que o governo norte-americano tivesse tolerância e benevolência com as suas atividades ilegais. Bissell admitira, perante o comitê do senador Frank Church, que em 1975 investigara as atividades da CIA, e que, na primavera de 1961, ou seja, entre março e abril, o coronel Edwards tentara persuadir o Departamento de Justiça, via comunicações ao FBI, a não perseguir Maheu, Giancana e Rosselli, porque isso poderia não apenas expor uma operação de inteligência das mais sensíveis, relacionada com a invasão de Cuba, como arriscar o desfecho de futuros planos.¹⁰⁰ A implementar a gestão, J. Edgard Hoover, em 22 de maio de 1961, enviara a Robert Kennedy um sumário das informações

prestadas por Edwards ao FBI sobre o complô com a Máfia para assassinar Fidel Castro, e escrevera à margem do memorando: “I hope this will be followed up vigorously”.¹⁰¹ Essa segunda tentativa de assassinato, feita em abril de 1961, fracassou, da mesma forma que a realizada em 1960, porque o funcionário do governo cubano, subornado pelo sindicato do jogo para cumprir a missão, perdera o acesso a Castro.¹⁰²

Cerca de um ano depois, em março de 1962, J. Edgard Hoover, diretor do FBI, avisou a Kennedy que a sua agência estava informada das ligações telefônicas feitas para a Casa Branca por sua amante Judith Campbell, da residência de Sam Giancana, em Chicago, e havia perigo de que ele pudesse falar, caso fosse perseguido pelo governo norte-americano, provocando um escândalo. Judith Campbell, que também fora amante de Frank Sinatra, levava várias vezes mensagens de Kennedy para Giancana, contendo “intelligence material” relacionado com a eliminação de Castro, conforme posteriormente ela revelaria.¹⁰³ Porém, como consequência da conversa com J. Edgard Hoover, Kennedy, que o confirmara na presidência do FBI, da mesma forma que Allen Dulles, na direção da CIA, por temer a revelação dos seus segredos,¹⁰⁴ parou de atender às chamadas da mulher, o que pôs fim ao romance, e deixou de usá-la como emissária particular de suas mensagens para Giancana.¹⁰⁵ No dia seguinte à audiência com Kennedy, Hoover encaminhou ao coronel Edwards um memorando indagando se a CIA teria ou não alguma objeção a que o Departamento de Justiça iniciasse um processo criminal contra Maheu por ele ter instalado clandestinamente um aparelho de escuta telefônica num hotel de Las Vegas. A CIA naturalmente objetou, devido ao risco de expor “as mais sensíveis informações relativas à abortada invasão de Cuba” e acarretar os mais prejudiciais embaraços ao governo norte-americano. Ademais, a utilização dos gângsteres para eliminar Fidel, Raúl Castro e Che Guevara continuava nos planos da CIA.

No começo de abril, por ordem de Richard Helms, que substituíra Bissell como diretor de Planos, William Harvey, chefe da Task Force W, pediu ao coronel Sheffield Edwards que o colocasse em contato com Rosselli. A ele fora designada, desde o início de 1961, a tarefa de capacitar a CIA para a

Executive Action, incluída sob o criptograma ZR/RIFLE,¹⁰⁶ visando a inutilizar líderes estrangeiros, inclusive por meio do assassinato, como “última instância”, e seu encontro com Rosselli, a quem entregou quatro pílulas com veneno para matar não apenas Fidel como também Raúl Castro e Che Guevara, ocorreu em 21 de abril de 1962.¹⁰⁷ Tony Varona, que possuía os contatos com os cubanos incumbidos de cumprir a missão, pediu armas e equipamentos que a estação da CIA em Miami (JM/WAVE) lhe forneceu, e, como das vezes anteriores, nada aconteceu. Poucos dias depois, em 7 de maio, o coronel Sheffield Edwards foi convocado ao gabinete do procurador-geral, Robert Kennedy, a quem reportou, primeiro verbalmente e depois através de memorando,¹⁰⁸ os entendimentos que mantivera com Giancana e Rosselli por intermédio de Robert Maheu. Esta audiência, assistida pelo conselheiro-geral da CIA, Laurence Houston, em 7 de maio de 1962, teve como objetivo relatar-lhe os entendimentos da CIA com o crime organizado, visando à eliminação de Castro, porém Edwards informou-o, falsamente, de que a operação terminara. Robert Kennedy estava colérico porque nada lhe fora dito a respeito de Giancana. Não condenou a imoralidade do plano para assassinar Castro, cuja ideia lhe era simpática, nem proibiu a continuidade do conluio com os gângsteres, apenas advertiu que queria tomar conhecimento prévio de outros eventuais contatos e ordenando à CIA que não desse tais passos sem antes consultar o Departamento de Justiça.¹⁰⁹

Os complôs da CIA para eliminar Castro e os outros dois top leaders da revolução — Raúl Castro e Che Guevara — não se restringiram às articulações com os gângsteres do sindicato do jogo e do narcotráfico. O inquérito conduzido pelo comitê do senador Frank Church, em 1975, encontrou evidências de que ela se envolvera pelo menos em oito tentativas para assassiná-lo, das 24 alegadas por Fidel Castro, conforme lista por ele entregue ao senador George McGovern.¹¹⁰ No contexto da Operation Mongoose, a CIA, além de pílulas e charutos envenenados, inventou, produziu e forneceu aos dissidentes cubanos, dispostos a perpetrar o crime, os mais poderosos rifles, canetas com a ponta também envenenada, pós com

bactérias mortíferas e vários petrechos que desafiavam a imaginação.¹¹¹ Os planos mais sinistros a Task Force W da CIA igualmente concebeu com o objetivo de arruinar Cuba, provocar o caos econômico, social e político e criar as condições para a intervenção armada dos Estados Unidos e a derrubada do governo Castro. A Task 33, recomendada pelo general Lansdale, implicava o uso de guerra química, mediante o espargimento de gases não letais que adoecessem os trabalhadores cubanos durante a safra da cana-de-açúcar, a fim de afastá-los do campo e incapacitá-los para a colheita, que começava em 15 de janeiro de 1962.¹¹² Outra tarefa consistiu também na utilização dos gângsteres para que penetrassem no mercado negro em Cuba e realizassem operações de sabotagem econômica.¹¹³ O general Lansdale entendeu também que devia ser considerado com imaginação e arrojo o esforço para encontrar um nome, na alta cúpula do governo cubano, “digno de receber ao menos US\$ 1 milhão para romper com Castro e fraturar por dentro o regime revolucionário.”¹¹⁴

E, como parte do Cuba Project (Operation Mongoose), o Pentágono elaborou, sob o codinome Operation Northwoods, uma série de subterfúgios para que os Estados Unidos interviessem diretamente em Cuba. Um deles foi a criação de um

Incident which will demonstrate convincingly that a Cuban aircraft has attacked and shot down a chartered civil airliner en rout from the United States to Jamaica, Guatemala, Panama or Venezuela.

Caberia à CIA, por meio de rádio, acionar a explosão do aparelho, em rota dos Estados Unidos para a Jamaica, a Guatemala, o Panamá ou a Venezuela, transportando um

group of college students off a holiday or any grouping of persons with common interest to support chartering a non scheduled flight.¹¹⁵

O general Lyman L. Lemnitzer, chefe do Estado-maior Conjunto das Forças Armadas americanas, também considerou a possibilidade de fazer explodir, em Cabo Canaveral, o foguete, matando John Glenn, e manufaturar “various

pieces of evidence which would prove electronic interference on the part of the Cubans.”¹¹⁶ Assim, enquanto a Nasa se preparava para lançar ao espaço o primeiro astronauta americano, o Estado-Maior Conjunto do Pentágono cuidava de usar a possível morte de John Glenn para deflagrar a guerra contra Cuba.¹¹⁷ Entre vários outros pretextos, o Pentágono também sugeriu a encenação de um ataque à base naval de Guantánamo,¹¹⁸ por alguns cubanos “friendly”, fantasiados com fardamento do Exército Rebelde, “razão propagandista” que Hitler usara para invadir a Polônia. Também foi sugerida a explosão de um navio norte-americano em Guantánamo, para atribuir a culpa ao governo de Fidel Castro, reproduzindo assim o afundamento do Maine, que em 1898 servira como justificativa para os Estados Unidos declararem guerra à Espanha e intervirem em Cuba. A Operation Northwoods, aprovada pelo general Lemnitzer e por todos os membros do Estado-maior das Forças Armadas americanas, conforme James Bamford avaliou, foi o “...most corrupt plane ever created by the U.S. government”.¹¹⁹ Em nome do anticomunismo, os chefes militares pretenderam desencadear “a secret and bloody war of terrorism” contra o seu próprio país, os Estados Unidos, a fim de enganar a opinião pública americana e induzi-la a apoiar uma “ill-conceived” guerra que pretendiam desfechar contra Cuba.¹²⁰ Em entrevista a Aaron Brown, durante a reportagem “How to Start a War: the Bizarre Tale of Operation Mongoose”, apresentada no dia 29 de janeiro de 1998 pelo programa Nightline, da rede ABC, nos Estados Unidos, o general (reformado) Alexander Haig, que participara da Operation Mongoose e fora secretário de Estado na administração de Reagan, declarou:

Sinto ter de dizer, mas éramos uma democracia e penso que, quando presidentes se iludem, pensando que podem arriscar vidas e conduzir tais operações arrogantes sem nada dizer ao povo americano, escondendo os fatos da população, é um comportamento disparatado.¹²¹

Kennedy descartou o plano, declarando ao general Lemnitzer que não havia virtualmente possibilidade de que os Estados Unidos viessem a usar abertamente a força militar contra Cuba.¹²² Talvez por essa razão Robert S. MacNamara, então secretário de Defesa, escreveu cinicamente nas suas

memórias que o governo de Kennedy não tivera a intenção de invadir a ilha, como se imaginou em Havana e em Moscou, no verão de 1962, apesar de todos os planos de contingência elaborados pelo Pentágono.¹²³

Muitas dessas ideias torpes não passaram da fase de planejamento e preparação. Outras progrediram mas fracassaram em função de diversos fatores, entre os quais a eficiência crescente do serviço secreto cubano, assistido pela KGB. Inúmeras iniciativas consumaram-se, porém, e produziram milhares de vítimas entre a população de Cuba, que sofreu as piores consequências da guerra não declarada contra o governo Castro. Os índices de higiene baixaram a níveis perigosos, por falta de utensílios adequados nos cafés e restaurantes populares, onde não havia número suficiente de copos de vidro e louças, sendo escasso o sabão para lavá-los. O resultado imediato foi a proliferação de hepatite e outras enfermidades, como gastroenterite, febre tifoide, varicela, gripe, disenteria e, com menos intensidade, difteria. As enfermidades estomacais e intestinais, vitimando muitas crianças, decorriam também da péssima qualidade da alimentação, grande parte oriunda dos países do Bloco Socialista. Os enlatados da China chegavam estragados, sem que qualquer fiscalização impedisse sua venda aos consumidores.¹²⁴ A galinha exportada pela Bulgária era “um verdadeiro veneno”, enquanto “somente um avestruz” seria capaz de digerir a “duríssima ervilha” da União Soviética, na opinião do encarregado de Negócios do Brasil, José Maria Diniz Ruiz de Gamboa.¹²⁵ De acordo com os médicos — e poucos eram os que ainda restavam em Cuba —, o regime de alimentação do povo, devido ao aguçamento do bloqueio econômico e à escassez de divisas, carecia dos mais elementares princípios nutritivos, daí também o grande número de nascituros, muitos dos quais morriam por insuficiência de incubadoras. A carência de equipamentos e remédios, pois os fornecidos pelos países do Bloco Socialista eram insuficientes e de péssima qualidade, engravesca ainda mais a situação. Além de não apresentar a variedade que existia no Ocidente, os antibióticos injetáveis, importados do Leste Europeu, produziam reações locais e generalizadas, e os anestésicos de uso endovenoso não ofereciam garantias. Por outro lado, os soros,

antibiótico, e outros produtos não estavam a produzir os efeitos desejados e os laboratórios farmacêuticos, operados pelo governo, ressentiam-se da mais completa desorganização administrativa e técnica. Os estoques de remédios existentes nas farmácias eram tão escassos quanto os médicos, uma vez que até rolos de esparadrapo, anticoagulantes, tintura de iodo etc. ou não existiam ou eram de difícil obtenção, assim como utensílios médicos. O país estava praticamente desarmado para enfrentar uma grave epidemia ou as necessidades que ocorreriam no caso de uma guerra prolongada, conquanto grande parte das carências também se devesse ao fato de que as Forças Armadas tratavam de estocar medicamentos e utensílios médicos.¹²⁶

Notas

1. Segunda Declaración de la Habana, in *Proyección Internacional de la Revolución Cubana*, Edición del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba, s/d, pp. 21-58.
2. Telegrama n° 71, confidencial — urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 5-6/2/1962 — 22h30. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — janeiro a março de 1962 — 6220. AHMRE-B. Telegrama n° 74, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 7-8/2/1962 — 11h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
3. Ibid.
4. Ofício n° 71/600. (24h), confidencial, de Luís Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 23/2/1962; Ofício n° 143/600 (24h), confidencial, Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos. 1962-1964. Ibid.
5. Ibid.
6. Segunda Declaración de la Habana, in *Proyección Internacional de la Revolución Cubana*, Edición del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba, s/d, p. 54.
7. Ibid., p. 53.
8. Ofício n° 71/600. (24h), confidencial, Luís Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 23/2/1962. Havana — Ofícios Recebidos. AHMRE-B.
9. Memorandum of Conversation. Subject: Cuban Situation. Washington, April 4, 1962 — 6 p.m. FRUS, vol. XII, 1961-1963, American Republics, pp. 309-311.
10. Ibid.
11. Ofício n° 211/600.1 (44), confidencial, da embaixada do Brasil em Havana para o Itamaraty, Havana, 25/7/1962. MDB — Havana — Ofícios — Recebidos — 1962-1964. AHMRE-B.
12. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 99-100.
13. “El partido marxista-leninista”, in Guevara, vol. II, 1991, p. 204.
14. Esta também é a interpretação de Tad Szulc na sua biografia de Castro. Szulc, 1987, pp. 672-674.
15. Ofício n° 65/600.(24h), confidencial, Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 21/2/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. AHMRE-B.
16. Telegrama n° 97, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 25-26/2/1962. Cts. — Telegramas Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
17. Franqui, 1988, pp. 189, 213 e 376.
18. “El partido marxista-leninista”, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 204-205.
19. Ofício n° 143/600. (24h), confidencial, de Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. AHMRE-B.
20. Ibid.
21. Ibid.
22. Ibid.

23. Quirk, 1993, p. 403. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 468.
24. “The Revolution must be a School of Unfettered Thought.” Text of speech by Fidel Castro at the University of Havana, March 13, 1962, commemorating the anniversary of the 1957 student attack on the palace of dictator Batista, in which student leader José Antonio Echeverría and others were killed. In Castro, 1992, pp. 41-46.
25. Id., *ibid.*, p. 42.
26. Id., *ibid.*, p. 43.
27. Id., *ibid.*, pp. 44-46.
28. Id., *ibid.*, p. 45.
29. “Against Bureaucracy and Sectarianism”. In Castro, 1992, pp. 46-76.
30. Id., *ibid.*, p. 70.
31. Id., *ibid.*, p. 68.
32. Id., *ibid.*, p. 65.
33. Id., *ibid.*, p. 61. Apud Ofício n° 143/600. (24h), confidencial, Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. AHMRE-B.
34. “Against Bureaucracy and Sectarianism”, in Castro, 1992, p. 61.
35. Id., *ibid.*, pp. 61-62.
36. Id., *ibid.*, pp. 66-67.
37. Escalante expôs perante o Comitê Central do Partido Comunista da Tchecoslováquia os motivos de sua atuação em Cuba e depois foi para Moscou, a chamado do PCUS. Carta-telegrama n° 67, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 31/5-18/6/1962. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — de abril a setembro de 1962 — 6221. *Ibid.*
38. Ofício n° 143/600. (24h), confidencial, Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. *Ibid.*
39. *Ibid.*
40. Telegrama n° 135, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 2/4/1962 — 20h15. 600. (24h) — Situação Política — Cuba — abril a setembro de 1962 — 6221. *Ibid.*
41. *Ibid.*
42. Símbolo dessa fase inicial foi a Resolução n° 6, de 9 de julho de 1959, do Instituto Nacional de Reforma Agrária (na época, o mais poderoso e rico órgão do governo cubano), conferindo ao seu presidente, Fidel Castro, amplos poderes para, entre outras coisas, abrir e operar livremente qualquer conta em qualquer banco, em todas as moedas, emitir e negociar toda a classe de letras, vales e cheques, poderes esses dos quais ele fazia uso de forma tão abundante quanto descontrolada. *Ibid.*
43. *Ibid.*
44. “La Cohesión de las Fuerzas de la Revolución Cubana”, transcrito in Hoy, La Habana, 12/4/1962. Anexo ao Ofício n° 142/600. (24h), confidencial, de Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. *Ibid.*

45. Ibid.
46. Andrew & Gordiewsky, 1991, p. 468.
47. Telegrama nº 266, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz Ruiz de Gamboa), 7.8.1962. 600 (20) Situação Política — América Latina — 1962-1965. AHMRE-B.
48. Ofício nº 143/600. (24h), confidencial, de Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 5/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
49. Ibid.
50. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots involving Foreign Leaders — An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities — November 20, 1975, Government Printing Office, 1975, p. 140.
51. Powers, 1981, pp. 171, 175 e 176.
52. Program Review by the Chief of Operations — Operation Mongoose (Lansdale) — The Cuba Project, Washington, February 20, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 745-747.
53. Ibid., p. 747.
54. Memorandum for the Record (J. S. Earman — Executive Officer), Washington, December 14, 1961. Ibid., pp. 696-699.
55. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots involving Foreign Leaders — An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities — November 20, 1975, Government Printing Office, 1975, p. 140. Hinkle & Turner, 1992, p. 121.
56. Guidelines for Operation Mongoose, Washington, March 14, 1962; Program Review by the Chief of Operations — Operation Mongoose (Lansdale) — The Cuba Project, Washington, January 18, 1962; Memorandum from the Chief of Operations — Operation Mongoose (Lansdale), Washington, January 26, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 771-772, 710-718 e 731.
57. Memorandum from the Officer in Charge of Cuban Affairs (Hurwitch) to the Deputy Under Secretary of State for Political Affairs. Subject: Cuba Project. Washington, February 26, 1962. Attachment — Use of US Military Force, Cuba Project-Appendix: Contingency Situations under which the use of US Military Force would be needed. Ibid., pp. 757-762.
58. Memorandum from the Chief of Operations — Operation Mongoose (Lansdale) — Memorandum for General Taylor et al. Memorandum from the Officer in Charge of Cuban Affairs (Hurwitch) to the Chief of Operations — Operation Mongoose (Lansdale). Subject: Diplomatic, Political and Economic Action with Respect to Cuba, Washington, January 16, 1962 — Attachment; Memorandum from the Officer in Charge of Cuban Affairs (Hurwitch) to the Chief of Operations (Lansdale). Subject: Status Report on Cuba Project, Washington, February 16, 1962. Ibid., pp. 691-695, 703-705, e 743-744.
59. Memorandum from the Chief of Operations — Operation Mongoose (Lansdale) — Memorandum for General Taylor et al., Washington, December 7, 1961. Ibid., pp. 691-695.
60. Memorandum from the Chairman of the Board of National Estimates (Sherman Kent) to Director of Central Intelligence Agency Dulles. Subject: The Situation and Prospects in Cuba. Washington, November 3, 1961. Ibid., pp. 668-672.

61. Ibid., pp. 668 e 669.
62. Ibid., p. 669.
63. Paper prepared in the Central Intelligence Agency — Types of Covert Actions against the Castro Regime, Washington, November 8, 1961. Ibid., pp. 675-677. Vide também Escalante Fon, 1993, p. 137.
64. Telegrama n° 210, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 29/5-1/6.1962 — 16h45. Telegramas Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
65. Carta-telegrama n° 34, secreto, da embaixada do Brasil em Havana, 8-27/3/1962. Cts. — Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
66. Telegrama n° 210, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 29/5-1/6/1962 — 16h45. Telegramas Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
67. Ibid.
68. Telegrama n° 276, secreto, da embaixada do Brasil em Havana (Carlos Jacyntho de Barros), 10/10/1961 — 18h30. MDB — Secretos — A-K — Cts. Rec. e Exp. — 1960-1961. Ibid.
69. Ibid.
70. Telegrama n° 250, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz Ruiz de Gamboa), 10/7/1962 — 16h45. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
71. Telegrama n° 192, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 15-16/5/1962 — 11h15. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
72. Calculava-se que um total de 220.000 pessoas já haviam abandonado Cuba, dirigindo-se a maioria para os Estados Unidos. Ofício n° 107, confidencial, de Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 29/3/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
73. Na embaixada do Equador, que ficara a cargo do Brasil depois do rompimento de suas relações com Cuba, asilara-se, havia meses, o dono do jogo no antigo Cassino Capri, Evaristo Garcia Vidal, “verdadeiro gangster”, que levou para o asilo todos os seus croupiers e um bom grupo de guarda-costas. Ali o jogo, bancado por ele, campeou todas as noites, das 22h até as 4h da manhã, e a entrada era franca: as pessoas entravam e saíam à vontade da embaixada e podiam jogar tanto em pesos quanto em dólares. Depois que o Brasil assumiu o encargo da embaixada e pediu reforço da guarda dos milicianos, a entrada franca de jogadores terminou, mas o jogo bancado continuou, pois entre os mais de 200 asilados havia jogadores suficientes. Ofício n° 153, confidencial, de Bastian Pinto a San Tiago Dantas, Havana, 18/5/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
74. Discurso do presidente Oswaldo Dorticós en Cárdenas, in Hoy, La Habana, 17/6/1962. Anexo ao Ofício n° 181, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana, 22/6/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
75. Discurso de Dorticós. Ibid.
76. Anexo ao Ofício n° 181, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana, 22/6/1962. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
77. Arboleya, 1997, p. 118.
78. Em agosto de 1962, o navio de carga britânico S.S. Streatham Hill, fretado pela União

Soviética, para onde transportava 80.000 sacas de açúcar, aportou em San Juan, Porto Rico, para reparos. Mais de 14.000 sacas de açúcar foram desembarcadas para facilitar o serviço, e os agentes da CIA aproveitaram para contaminá-las com uma substância química impalatável. Quando Kennedy soube, ordenou que o açúcar contaminado não deixasse Porto Rico, e a União Soviética nunca recebeu essa parte do carregamento. Franklin, 1997, p. 53.

79. Powers, 1981, p. 175.
80. Id., *ibid.*, p. 175.
81. Carta-telegrama nº 207, confidencial, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Washington, 10/7/1966. Washington — Telegramas — Cartas-telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962. AHMRE-B.
82. Escalante Fon, 1993, pp. 145-146.
83. Id., *ibid.*, p. 144.
84. Id., *ibid.*, p. 150.
85. Carta-telegrama nº 207, confidencial, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Washington — Telegramas — Cartas-telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962. AHMRE-B.
86. Escalante Fon, 1993, p. 151.
87. Carta-telegrama nº 207, confidencial, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Washington. 10/7/1966. Washington — Telegramas — Cartas-telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962. AHMRE-B.
88. “How to Start a War: The Bizarre Tale of Operation Mongoose”, reportagem apresentada no programa de televisão Nightline, da rede ABC, nos Estados Unidos, por Aaron Brown, no dia 29/1/1998. Cf. Ferreira, Argemiro, “Documentos secretos revelam mais truques sujos planejados nos Estados Unidos para derrubar Fidel”, *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5/1/1998.
89. Sam Giancana foi assassinado em 20 de junho de 1975, possivelmente para não depor perante a Comissão do senador Frank Church, que investigava as atividades de inteligência e os complôs da CIA para assassinar líderes estrangeiros.
90. Judith Campbell Exner, de Beverly Hills, fora apresentada a Kennedy por Frank Sinatra, em fevereiro de 1960. Beschloss, 1991, pp. 140-142. Hinckle & Turner, 1992, pp. 136-139. Franklin, 1997, p. 31.
91. Hersh, 1997, pp. 303-312. Thompson, 1992, p. 141.
92. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders — An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities — November 20, 1975, Government Printing Office, 1975, pp. 72 e 73.
93. Powers, 1981, p. 186.
94. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders — An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities — November 20, 1975, Government Printing Office, 1975, pp. 74-77.

Memorandum for the Record. Subject: Arthur James Balleti et al. Unauthorized Publication or Use of Communications. Washington, May 14, 1962. Memorandum prepared by Sheffield, CIA Director of Security, at Attorney General Robert Kennedy=s request. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 807-809.

95. Ibid., p. 808. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders — An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities — November 20, 1975, Government Printing Office, 1975, p. 75.
96. Ibid., pp. 79-83. Hersh, 1997, pp. 203-207.
97. Hinckle & Turner, 1992, pp. 76-81.
98. Hersh, 1997, pp. 205-206.
99. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders, pp. 123 e 124.
100. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders, p. 126.
101. Ibid., pp. 127-128.
102. Ibid., p. 80.
103. Thompson, 1992, p. 141.
104. Nos arquivos do FBI e, presumivelmente, da CIA existiam documentos que evidenciavam as ligações amorosas de Kennedy, em 1942, com Inga Arvad Fejos, suspeita de ser espiã nazista. Esse material fora colhido pela inteligência da Marinha, e tanto Kennedy quanto seu pai temiam que ele pudesse ser revelado, destruindo-lhe a carreira. Beschloss, 1991, p. 103.
105. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders, pp. 129-130. Franklin, 1997, pp. 50-51. Hinckle & Turner, 1992, pp. 138-139. Em janeiro de 1997, Judith Campbell publicou artigo na revista Vanity Fair no qual confirmou haver sido intermediária entre Kennedy e Giancana sobre os planos para matar Castro.
106. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders, p. 83.
107. Ibid., p. 84.
108. Memorandum for the Record. Subject: Arthur James Balleti et al. — Unauthorized Publication for Use of Communications. Washington, May 14, 1962. Memorandum prepared by Sheffield, CIA Director of Security, at Attorney General Robert Kennedy=s request. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 807-809.
109. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots Involving Foreign Leaders, pp. 132-135.
110. Dos 24 casos que Castro indicara na lista entregue ao senador George McGovern, a CIA negou 15, ou seja, confirmou o envolvimento em 7, na resposta ao Comitê do senador Frank Church. Ibid., p. 71.
111. Ibid., p. 71.
112. Ibid., p. 148.
113. Operation Mongoose Priority Operations Schedule — 21 May-30 June, 1962, Washington, May 17, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 810-820.
114. Program Review by the Chief of Operations, Operation Mongoose (Lansdale) — The Cuba Project, Washington, January 18, 1962. Ibid., pp. 710-718.
115. Top Secret Special Handling Noform, Memorandum for the Secretary of Defense,

13/3/1962, Subject: Justification for US Military Intervention in Cuba (TS), L.L. Lemnitzer, Chairman, Joint Chief of Staff. 1 Enclosure — Memo for the Chief of Operations, Cuba Project. National Security Archives — <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/news20010430/doc1.pdf>.

16. Bamford, 2002, p. 84.
17. Id., *ibid.*, p. 84.
18. O serviço secreto cubano já desmontara uma trama para assassinar Raúl Castro durante as comemorações do 26 de julho de 1961 e, em seguida, disparar monteiros contra a base naval de Guantánamo. Discurso de Che Guevara na Conferencia del Consejo Interamericano Económico y Social da OEA, 8/8/1961, in Guevara, vol. II, 1991, p. 429.
19. Bamford, 2002, p. 83.
20. Id., *ibid.*, p. 83.
21. “How to Start a War: The Bizarre Tale of Operation Mongoose”, reportagem apresentada no programa Nightline, da rede ABC, nos Estados Unidos, por Aaron Brown, no dia 29/1/1998. Cf. Argemiro Ferreira, “Documentos secretos revelam mais truques sujos planejados nos Estados Unidos para derrubar Fidel”, *Tribuna da Imprensa*, Rio de Janeiro, 5/1/1998.
22. Bamford, 2002, p. 87.
23. McNamara, 1996, p. 339.
24. Ofício nº 210, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa, encarregado de Negócios ao chanceler Afonso Arinos de Melo Franco, Havana, 23/7/1962. MDB — Havana — Ofícios — Recebidos — 1962-1964. AHMRE-B.
25. *Ibid.*
26. *Ibid.*

Capítulo XIII

A POSIÇÃO DE KRUCHEV EM FACE DE CUBA • A QUESTÃO DE BERLIM, A BASE DOS ESTADOS UNIDOS NA TURQUIA E A DECISÃO DE INSTALAR MÍSSEIS EM CUBA • AS MANOBRAS NAVAIS DOS ESTADOS UNIDOS NO CARIBE E A AMEAÇA DE INVASÃO DE CUBA • A OPERAÇÃO ANADYR • A POSIÇÃO DE CASTRO E O ACORDO MILITAR COM A UNIÃO SOVIÉTICA • A DESCOBERTA DOS MÍSSEIS SOVIÉTICOS EM CUBA • A REAÇÃO DE KENNEDY E AS OPÇÕES DOS ESTADOS UNIDOS

A enfrentar a guerra não declarada que a Operation Mongoose configurava, Castro não podia prescindir da União Soviética, apesar de ter consciência de que ela não só apoiara como impelira os velhos comunistas a tentar a conquista do poder, através de um golpe branco e frio, visando ao controle do aparato político e administrativo do Estado cubano, conforme Escalante e, decerto, os demais militantes do PSP pretenderam. Por outro lado, Kruchev, não obstante a preocupação com a tendência de Castro para reduzir os partidos comunistas a dóceis instrumentos de sua política insurrecional para a América Latina, não podia perder Cuba, que se convertera em valioso trunfo na Guerra Fria, devido à sua importância estratégica. A enérgica reação de Castro à tentativa de Escalante e dos velhos comunistas de apossarem-se do poder em Cuba assustou assim os dirigentes soviéticos, que até então tiveram um comportamento dúplice, e eles logo procuraram eximir-se da responsabilidade pela atuação de Escalante. Esse acontecimento, paradoxalmente, foi que convenceu, inter alia, a maioria do Presidium do Comitê Central do PCUS a tomar a decisão de reconhecer o caráter socialista da Revolução Cubana e autorizar o Pravda a fazê-lo, pela primeira vez, no artigo publicado em 11 de abril, endossando a expulsão de Escalante,¹ e a aprovar, no dia seguinte,¹ o fornecimento de 180 mísseis SA-2, solicitados havia muito tempo por Fidel Castro, juntamente com uma bateria

de mísseis para a defesa do litoral, assessores militares e um regimento do Exército soviético.

A substituição de Kudryavtsev por Alekseev como embaixador constituiu outra tentativa de descomprometer-se com a conspiração que estivera em curso. E tais atitudes certamente não foram gratuitas. Fortes razões e interesses estratégicos determinaram a busca de uma acomodação com o próprio Castro, pois, à época em que o conflito com Escalante e os velhos comunistas aflorou, Kruchev provavelmente já excogitava a instalação em Cuba de mísseis balísticos, com ogivas nucleares, e por esta razão tratou de reconhecer o caráter socialista do regime lá implantado, para atender a Castro. As duas iniciativas necessariamente se inter-relacionavam, inseridas no contexto global do conflito Leste-Oeste, configurado, como seu front mais sensível, na situação anormal de Berlim, que Kruchev, premido pelos dirigentes da República Democrática Alemã, queria resolver ainda em 1962. Entretanto, segundo os indícios, a decisão definitiva de transferir mísseis nucleares de alcance médio e intermédio para Cuba, o que lhe permitiria eficazmente dar um ultimato para resolver a questão da Alemanha e expulsar as potências ocidentais de Berlim,² ele só tomou em abril, depois que os Estados Unidos tornaram plenamente operacionais as cinco bases para o lançamento de 15 Jupiter IRBM, instaladas na Turquia, reiniciaram os testes atômicos no Pacífico, o que muito o irritou, e ampliaram seu engajamento na Indochina. Esta iniciativa de Kennedy concorreu para provocar a reação de Kruchev,³ e foi em torno do dia 27 daquele mês que chegou a Alekseev a convocação para ir a Moscou, onde ele recebeu a notícia de que seria nomeado embaixador da União Soviética em Havana. E Kruchev, na ocasião, perguntou-lhe como Castro reagiria a uma proposta para a instalação em Cuba de mísseis balísticos.⁴

Tal ideia aparentemente se cristalizara nos últimos dias de abril, quando o marechal Rodion Malinovsky, ministro da Defesa, conversando com Kruchev, que gozava férias na Crimeia, apontou na direção da Turquia, além do mar Negro, e comentou que ali os Estados Unidos haviam instalado mísseis nucleares com capacidade de destruir todas as cidades ao sul da União

Soviética.⁵ “Eles nos cercaram por todos os lados” — acrescentou —, “por que não temos nós a possibilidade e o direito de fazer o mesmo?”⁶ Esta possibilidade somente Cuba, naturalmente, lhe oferecia. E, se concretizada, significaria para a União Soviética, ainda distante de alcançar a paridade nuclear com os Estados Unidos, uma superioridade estratégica que Kennedy publicamente proclamara em outubro de 1961,⁷ bem como a multiplicação de sua capacidade de resposta a qualquer ataque, além de melhor correlação de forças em favor do Bloco Socialista. Devido ao fato de que a União Soviética não possuía mais do que 44 ICBM, contra 229 dos Estados Unidos, a instalação em Cuba dos 44 R-14 transformá-los-ia de mísseis de alcance intermédio em mísseis estratégicos, duplicando ou mesmo triplicando o número de ogivas nucleares capazes de alcançar os Estados Unidos, o que equivalia à fórmula “IRBM + Cuba = ICBM”.⁸ Com um só golpe, Kruchev corrigiria o desequilíbrio estratégico, ao colocar os alvos nos Estados Unidos, 1.400 milhas distantes de Cuba, dentro do alcance de 36 R-12s, e o resto do país, a leste das Montanhas Rochosas, sob a ameaça de 24 R-14s, com 2.800 milhas de alcance.⁹

Kruchev, nas suas memórias, alegou, no entanto, que estava preocupado com a situação de Cuba, certo de que os Estados Unidos não aceitariam a ideia de ter um país socialista às suas portas e, mais dia menos dia, acabariam por invadi-la, pois, como os próprios norte-americanos diziam, *might makes right*.¹⁰ Segundo sua versão, foi sobre esse pano de fundo que a ideia de instalar mísseis nucleares no território cubano desenvolveu-se e foi confiada ao marechal Malinovski para seu planejamento. Naturalmente, a destruição do regime revolucionário de Castro pelos Estados Unidos constituiria um golpe contra o comunismo e enfraqueceria politicamente a posição da União Soviética no Terceiro Mundo, dando munição para os ataques da China à política de coexistência pacífica. Anatoli Dobrynin, embaixador da União Soviética em Washington, duvidou, porém, que a alegação de Kruchev fosse sincera e confirmou que o intento de instalar em Cuba mísseis ar-ar de médio alcance, capazes de atingir as principais cidades norte-americanas até a fronteira do Canadá, constituiu parte da ampla estratégia visando a alcançar

maior paridade com os Estados Unidos, o que seria útil não só na disputa de Berlim como em outras questões.¹¹ Também por isso mesmo, Cuba tornara-se extremamente importante para a União Soviética, que precisava preservá-la, impedindo a invasão que os Estados Unidos preparavam, como escopo da Operation Mongoose, tanto que o Estado-Maior Conjunto já planejava as medidas essenciais e preliminares, de modo a assegurar às Forças Armadas a capacidade para a intervenção decisiva¹² e a prolongada ocupação daquele país, que a comunidade de inteligência julgava necessária.¹³ Seu desejo era realizá-la, de forma que, em poucos dias, as tropas norte-americanas superassem a resistência frontal e consolidassem o controle dos Estados Unidos sobre os principais centros de governos e as vias de transporte e de comunicação.¹⁴ Como Kruchev previu, “quando não restasse pedra sobre pedra da Cuba de Fidel Castro e um novo Batista estivesse instalado no poder para falar em nome da ilha, haveria tempo para discutir quem tinha razão”.¹⁵ Exitus acta probat.

A instalação pela União Soviética de bases para o lançamento de mísseis, com ogivas nucleares, decerto aumentaria a capacidade de dissuasão de Cuba contra qualquer ataque dos Estados Unidos. Mas poderia igualmente servir como pretexto e justificar a intervenção, tanto assim que, desde os meados de 1961, funcionários do governo norte-americano, como Richard Goodwin, já haviam começado a insinuar terem indícios positivos de que a União Soviética as construía (o que ainda não era verdade) e o Estado Maior-Conjunto exibira, em sessão secreta da Comissão de Diplomacia do Senado, uma série de fotos, tomadas por aviões U-2, que indicariam a sua existência. Naquela época, conforme o encarregado de Negócios do Brasil, Carlos Alfredo Bernardes, acertadamente supôs, tratava-se do início de uma campanha de preparação psicológica para justificar a ação coletiva ou mesmo unilateral, que os Estados Unidos pretendiam executar contra Cuba depois da Conferência do CIES em Montevideú.¹⁶ De qualquer forma, a Kruchev afigurou-se que, se não transferisse para Cuba mísseis de médio e intermédio alcance, com ogivas nucleares, sua perda seria inevitável e tiraria à União Soviética a possibilidade de compensar o missile gap que favorecia os Estados

Unidos, além de dar à China poderoso argumento para atacá-la, uma vez que, como os Estados Unidos sabiam,¹⁷ seu país, a uma distância de 11.000 km, não tinha condições de impedir a invasão e não se arriscaria a desencadear a guerra atômica a fim de salvar o regime de Castro.

A questão da Alemanha constituiu outro fator que, de acordo com Tom Henry Kissinger, condicionou, fundamentalmente, o comportamento de Kruchev. Já por duas vezes, em 1958 e em 1961, ele dera aos Estados Unidos, Grã-Bretanha e França um ultimato para que se retirassem de Berlim Ocidental, dentro de determinado prazo, e não tivera êxito. E Kennedy afirmara, em carta datada de 2 de dezembro de 1961, que as forças ocidentais estavam em Berlim Ocidental e lá permaneceriam enquanto o povo da cidade o desejasse, o que para Kruchev soou como ultimato.¹⁸ Ele entendia a insistência dos Estados Unidos como expressão do desejo de preservar para a OTAN uma cabeça de ponte e uma base militar contra a União Soviética dentro da República Democrática Alemã, com a qual, em outra carta a Kennedy, ameaçou assinar — “one way or another” — um tratado de paz, o que forçaria, conseqüentemente, as potências ocidentais a retirar suas tropas de Berlim.¹⁹ Naquelas circunstâncias, ao perceber, então, as tensões no relacionamento entre Konrad Adenauer, chefe do governo da República Federal da Alemanha, e Kennedy, que tendia a aceitar um *modus vivendi* com a República Democrática Alemã (comunista), Kruchev viu que tinha condições de provocar a maior crise dentro da Aliança Atlântica e tentou alcançar com um só golpe a saída para o impasse de Berlim, uma vez que, se tivesse sucesso na instalação dos mísseis nucleares em Cuba, o poder de barganha da União Soviética tornar-se-ia esmagador.²⁰

Cuba e Berlim, àquela altura, constituíram dois versos da mesma questão. E estes problemas, entrelaçando-se, determinaram naturalmente a decisão de Kruchev, que tratou de implementá-la com urgência quando os Estados Unidos intensificaram as operações navais, no Mar do Caribe, realizando entre 9 e 24 de abril o exercício *Lantphibex 1-62*, a partir da Carolina do Norte, e mais duas manobras, nas primeiras semanas de maio, denominadas *Quick Kick*, com o emprego de 79 navios, 300 aviões e mais de 40.000

homens, e Whip Lash, esta sob a supervisão do general Lansdale.²¹ A perda de Cuba, que se tornara valioso ativo soviético naquele cenário de confrontação bipolar, implicaria sério golpe na capacidade de negociação de Moscou, além de prejudicar-lhe a imagem, ao afigurar-se como triunfo de Washington, cuja política consistia em negar a legitimidade do comunismo e promover seu roll-back.

Os historiadores soviéticos Vladislav Zubok e Constantine Pleshakov negaram que a intenção de Kruchev fosse usar Cuba para melhorar a posição estratégica da União Soviética na balança internacional dos poderes.²² Antes, pelo contrário, fora a nova capacidade estratégica que o fizera conduzir uma operação além-mar para salvar a Revolução Cubana, o que nem Joseph V. Stalin e Vyacheslav M. Molotov fariam, a menos que ela estivesse diretamente vinculada ao aumento do poder soviético.²³ Com efeito, enquanto outros líderes soviéticos julgavam Fidel Castro, Che Guevara e seus companheiros como qualquer coisa, exceto marxistas, e não vislumbravam a menor chance de uma revolução socialista em uma ilha semicolonial, com pequena economia baseada na monocultura da cana-de-açúcar, Kruchev viu-os como heróis, que reviviam a revolução russa e ousavam desafiar a mais poderosa potência imperialista, e procurou dar-lhes toda a assistência, o que Stalin nunca teria feito.²⁴ Mas, ao tratar de instalar mísseis balísticos em Cuba, Kruchev, inegavelmente, tentou fazer os Estados Unidos engolir “o mesmo remédio” que, uma década antes, eles administravam à União Soviética, cercando-a de bases de mísseis na sua retaguarda.²⁵

Quaisquer que fossem, entretanto, os propósitos, em 29 de maio, uma delegação soviética de alto nível, chefiada por Sharaf Rashidov, membro suplente do Bureau Político do PCUS, e composta pelo marechal Sergei Biryuzov, comandante das forças de mísseis estratégicos, e Alekseev, que assumiria a embaixada da União Soviética, chegou a Havana, com o propósito de submeter a Fidel Castro a proposta de Kruchev. O argumento apresentado consistiu em que somente a instalação em Cuba de mísseis balísticos de médio e intermédio alcance, portadores de ogivas nucleares,

podia evitar a intervenção militar dos Estados Unidos. Castro sabia que os Estados Unidos só não consumariam a invasão de Cuba se tivessem a certeza de que ela acarretaria uma guerra com a União Soviética. E esta garantia, os emissários de Kruchev — Rashidov, Biryuzov e Alekseev — deram-lhe a entender, não poderia basear-se em palavras ou promessas, mas apoiar-se em fatos e, em tais circunstâncias, a proposta de instalação dos mísseis nucleares, que eles traziam pronta, constituía a melhor maneira de configurá-la. Castro, conquanto não duvidasse do interesse de Kruchev em proteger Cuba, tinha, contudo, consciência de que na decisão de lá instalar mísseis balísticos havia o propósito de melhorar a correlação de forças e a posição defensiva da União Soviética.²⁶ E, conforme explicação posterior, entendeu que Cuba, ao esperar que a União Soviética a defendesse, deveria também correr o risco por ela,²⁷ razão pela qual, como um dever de reciprocidade, aquiesceu, relutantemente, com a proposta de construção das bases para o lançamento de mísseis balísticos, ainda que este fato não lhe agradasse, por uma questão de imagem da Revolução Cubana.²⁸ Castro, conforme esclareceu, não desejava que os povos da América Latina e do mundo pensassem que Cuba não podia defender-se a si própria, e por isso — disse a Rashidov, Biryuzov e Alekseev — preferia interpretar a magnânima oferta de Kruchev não como uma tentativa desesperada de impedir um ataque dos Estados Unidos, mas como um gesto para melhorar a posição do campo socialista na arena internacional.²⁹

Com o objetivo de dar continuidade a essas negociações, Raúl Castro, na condição de ministro das Forças Armadas, viajou para a União Soviética, em 2 de julho, e lá permaneceu cerca de 13 dias, a elaborar com o ministro da Defesa, Rodion Malinovski, e outros chefes militares soviéticos o projeto de Acordo Militar. E, cumprindo expressa instrução de Castro, repetiu para Kruchev a mesma pergunta, já formulada a Rashidov em Havana, sobre qual seria a reação da União Soviética se os Estados Unidos descobrissem os mísseis antes de terminada sua instalação.³⁰ Nem em Havana nem em Moscou os dirigentes soviéticos deram uma resposta concreta. Apenas Kruchev declarou que não havia motivo para preocupação e que, se algum

problema surgisse, a União Soviética despacharia para o Caribe a esquadra do Mar Báltico, a fim de dar uma demonstração de força.³¹ Mas esta era uma questão inquietante para Castro, seguramente por não crer que uma operação daquele porte pudesse conservar-se em sigilo por muito tempo e por não confiar nem na vontade nem na determinação da União Soviética de enfrentar uma prova de força com os Estados Unidos. Decerto, uma operação militar, que implicava o deslocamento de mísseis nucleares, bem como de variadas armas e tropas, devia ocorrer, secretamente, mas Castro defendia a posição de que a União Soviética celebrasse com Cuba um compromisso público, um pacto de assistência mútua, no uso pleno de sua soberania e de acordo com a Carta da ONU, de modo a evitar que os Estados Unidos, se descobrissem a instalação dos mísseis balísticos ainda em andamento, pudessem explorar o fato, enganosamente, e apresentar uma iniciativa de legítima defesa como um ato de perfídia, uma solerte ameaça ao povo norte-americano, a 90 milhas de suas fronteiras.³²

O projeto da União Soviética tinha realmente uma amplitude muito grande para que se pudesse conservar secreta, por muitos meses, sua implementação. Além do fornecimento dos 140 mísseis de defesa aérea (SAM) e outros armamentos e forças, decidido anteriormente, o governo soviético aprovou, em junho de 1962, a instalação de cinco regimentos — três com R-12 e dois com R-14 —, com 60 mísseis e 40 rampas terrestres para o lançamento de mísseis balísticos, como parte de um agrupamento completo de forças soviéticas, o qual incluía quatro regimentos motorizados, dois batalhões de tanques, com os mais modernos T-55, mais de 250 carros blindados, os mais modernos aviões de caça MiGs-21, 42 bombardeiros IL-28, foguetes Luna, com cargas nucleares táticas, 12 unidades de SA-2 (com 144 rampas) e mais de 40.000 soldados.³³ O plano da União Soviética incluía ainda a construção de uma base de submarinos, onde 11, dos quais 7 portadores de foguetes (SLBMs) com ogivas de 1 megaton, estariam estacionados, o que modificaria completamente a correlação mundial de forças.³⁴ Este projeto foi apresentado, em Moscou, a Raúl Castro, que acertou as bases do Acordo Militar com o marechal Malinovski por volta de 7 de julho, quando então

Kruchev ordenou o início da Operação Anadyr, código com que o governo Soviético denominou o envio de mísseis balísticos e tropas para Cuba. Fidel, porém, não gostou do texto do Acordo Militar elaborado pelos soviéticos, e que Raúl Castro levava para Cuba, por considerá-lo muito vago, pouco político e conter alguns aspectos que “no eran suficientemente cuidadosos con la soberanía del país”,³⁵ e ele próprio tratou de escrever um substitutivo.³⁶ Seu empenho foi enfatizar, no preâmbulo do Acordo, o caráter de defesa mútua e evitar que a instalação de mísseis no seu território parecesse um simples gesto de generosidade da União Soviética, a pedido de Cuba, visando apenas proteger-lhe a soberania e a liberdade contra a ameaça dos Estados Unidos. Os soviéticos aceitaram as modificações sem problema, uma vez que seu interesse era primordialmente instalar em Cuba os mísseis balísticos, para o que logo tomaram a iniciativa, no dia 12 de julho, quando pela primeira vez um avião do tipo TU-114 voou para Havana, levando a bordo o Grupo Operacional do Agrupamento de Tropas Soviéticas.

No final de agosto, Fidel não enviou Raúl Castro a Moscou e sim Che Guevara, acompanhado de Emílio Aragonés, velho militante do M-26-7, para levar o substitutivo do Acordo Militar. Kruchev recebeu-os no dia 30, aceitou também as emendas e o título “Acordo entre os Governos da República de Cuba e o Governo da União Soviética sobre Cooperação Militar e para a Defesa do Território Nacional de Cuba em Caso de Agressão”, mas recusou a proposta de Guevara para torná-lo público e não o assinou, alegando que o faria quando dentro alguns meses, provavelmente novembro, visitasse Havana e comparecesse à Assembleia-Geral da ONU,³⁷ onde, ao que tudo indicava, anunciaria a assinatura do Tratado de Paz com a República Democrática Alemã. Ao contrário de Castro, que, conforme Guevara transmitira-lhe, queria que a transferência de mísseis balísticos para Cuba resultasse de um pacto de defesa mútua, celebrado abertamente com a União Soviética, a fim de preservar o aspecto ético e não parecer um ardil, Kruchev insistiu em manter secreta toda a operação. Segundo declarou, só pretendia divulgá-lo depois das eleições para o Congresso norte-americano, porque não desejava colocar Kennedy em dificuldades e prejudicar a posição

do Partido Democrata, razão pela qual indicara o mês de novembro para a visita a Havana.

Enquanto a Operação Anadyr³⁸ começava a desenvolver-se, com 85 navios mercantes e cargueiros fazendo 150 viagens entre Cuba e a União Soviética,³⁹ o Pentágono, de conformidade com a Operation Mongoose, não só produzia como continuava a atualizar os planos de contingência para a invasão da ilha,⁴⁰ embora Robert McNamara, ex-secretário de Defesa da administração Kennedy, negasse posteriormente que os Estados Unidos tivessem, àquela época, tal intenção,⁴¹ no que foi contestado, de forma categórica, por Pierre Salinger, secretário de Imprensa de Kennedy, em artigo publicado no *International Herald Tribune*, em 6 de fevereiro de 1989.⁴² Era evidente que Kennedy hesitava, pois preferia que a derrubada de Castro parecesse como resultado de uma revolta interna, sem uso aberto das Forças Armadas norte-americanas, conquanto se reconhecesse que o êxito final da Operation Mongoose requeria decisiva intervenção dos Estados Unidos, para substituir o regime comunista por um governo que lhe fosse aceitável.⁴³ O próprio general Lansdale, aliás, informou, em 25 de julho, ao Special Group Augmented que o Estado-Maior Conjunto tinha a responsabilidade de planejar e empreender as ações preliminares para que os Estados Unidos tivessem capacidade decisiva de intervir em Cuba, sendo os planos continuamente revisados dentro do Ministério da Defesa, à espera de que fosse factível sua execução.⁴⁴ E, no dia 2 de agosto, solicitou ao general William H. Craig, do Departamento de Defesa, que preparasse um estudo sobre as reações e os custos implicados caso fosse requerida a “sustained occupation” de Cuba.⁴⁵ As pressões dentro dos Estados Unidos para que Kennedy decidisse empregar as Forças Armadas norte-americanas contra Cuba tornaram-se então crescentemente intensas,⁴⁶ sobretudo por parte da CIA e do Departamento de Defesa, impacientes com a demora da insurreição popular que a Operation Mongoose buscava desencadear contra o regime revolucionário. O pessoal da CIA, encarregado de implementar a segunda fase do Course B da Operation Mongoose, bem como o general Maxwell Taylor não criam que por si só, através de pressões econômicas, psicológicas,

diplomáticas e atos de sabotagem, ela produzisse a queda de Castro, razão pela qual advogavam que o uso da força militar dos Estados Unidos fosse antecipado, a fim de assegurar seu sucesso.⁴⁷ Àquele tempo, as Forças Armadas norte-americanas realizaram, durante duas semanas, outro exercício, denominado Operation Quick Strike, envolvendo contingentes de 65.000 homens e 10.000 veículos, inclusive 8.000 soldados e 6.000 toneladas de carga aerotransportados do Fort Carson, Colorado, para as Carolinas.⁴⁸

John McCone, que substituíra Allen Dulles na direção da CIA, não escondeu sua ansiedade para que Kennedy adotasse medidas drásticas contra Cuba. E este sentido de urgência recresceu, no começo de agosto, quando ele recebeu diversos relatórios, inclusive de Philippe L. Thiraud de Vosjoli, agente do serviço secreto francês, sobre a instalação em Cuba de mísseis procedentes da União Soviética, cujos navios, em grande número, estavam chegando a Havana e, estranhamente, ao pequeno porto de Mariel.⁴⁹ No dia 10 de agosto, durante a reunião do Special Group Augmented, quando, ao discutir as diretrizes para a segunda fase do Course B da Operation Mongoose, a questão do assassinato de Fidel, bem como de Raúl Castro e Che Guevara, foi levantada por McNamara,⁵⁰ McCone, considerando a questão inapropriada, mostrou maior preocupação com o fato de que Cuba se convertera em um ativo de tal importância que a União Soviética não admitiria perdê-la e que o levante, que a Operation Mongoose se propunha a provocar, poderia resultar em um banho de sangue, como acontecera na Hungria em 1957. Ele estava convencido de que os Estados Unidos, mais dia menos dia, teriam de intervir em Cuba, mas deveriam fazê-lo o quanto antes, pois previa que a União Soviética, além de fornecer-lhe ajuda econômica, técnica e armamentos convencionais, trataria de instalar no seu território mísseis balísticos de médio alcance, tendo como justificativa as bases de Jupiter, estabelecidas pelos Estados Unidos, na Turquia e na Itália.⁵¹ Informes de que 20 navios soviéticos com carregamento de material bélico chegaram a Cuba desde o fim de julho e mais cinco haviam deixado os portos do Mar Negro, bem como sobre a chegada de 4.000 a 6.000 soviéticos,

aparentemente técnicos militares, pareceram confirmar seus temores. A velocidade e a magnitude do influxo de pessoal e equipamento da União Soviética em um país fora do Bloco Socialista não tinham precedente e indicavam que alguma coisa não usual estava a acontecer naquela ilha, levando inclusive o governo cubano a evacuar as famílias residentes perto de Mariel, porto na Província de Pinar del Rio. A CIA suspeitou de que as atividades na Província de Matanzas podiam indicar a fase inicial de construção de um sistema de defesa aérea, equipado com mísseis terra-ar (SAM), além de um sistema de contramedidas eletrônicas — ECM — que poderia visar ao sistema espacial, missilístico ou outros sistemas eletrônicos operacionais, no Cabo Canaveral ou em outras instalações dos Estados Unidos.⁵²

De acordo com a avaliação de William K. Harvey, chefe da Task Force W, e Abbot Smith, diretor do Board of National Estimates da CIA, em 17 de agosto, a União Soviética poderia usar Cuba como base militar para ameaçar os Estados Unidos, mas o principal objetivo do estabelecimento, por exemplo, de mísseis balísticos de médio alcance seria deter uma intervenção norte-americana.⁵³ E McCone mais uma vez tentou persuadir Kennedy a usar, o quanto antes, a força militar norte-americana contra o governo Castro. Em 21 de agosto, o alto escalão do governo norte-americano — Rusk e Alexis Johnson (Departamento de Estado), McNamara (Departamento de Defesa), generais Taylor e Lemnitzer (Estado-Maior Conjunto) e McGeorge Bundy — reuniu-se para examinar a situação de Cuba em face das descobertas feitas pela CIA e avaliar os vários cursos de ação que McCone propusera para impedir o estabelecimento de mísseis de médio alcance (MRBM) em Cuba. McGeorge Bundy, assessor especial do presidente para Assuntos de Segurança Nacional, demonstrou a dificuldade da situação, dado o inter-relacionamento do caso de Cuba com outros problemas, tais como Berlim.⁵⁴ O bloqueio de Cuba, como fora sugerido, acarretaria automaticamente o bloqueio de Berlim. Uma ação drástica contra as instalações soviéticas em Cuba provocaria ações similares contra as numerosas bases norte-americanas, particularmente na Turquia e no sul da

Itália. Daí, explicou McGeorge Bundy, a relutância em comprometer forças norte-americanas, pois seu emprego em operações desse tipo levaria a União Soviética a retaliar em outras partes do mundo.⁵⁵ Robert Kennedy, sugerindo, inclusive, que se fizesse uma autoprovação contra a Base Naval de Guantánamo,⁵⁶ a fim de justificar a ação armada dos Estados Unidos, foi o único a defender McCone, que, no dia seguinte, disse ao presidente, sem rodeios, que a União Soviética estava a construir em Cuba bases para o lançamento de mísseis e que difícil era diferenciar mísseis terra-ar de mísseis ofensivos terra-terra de médio alcance. Apesar da preocupação com tal fato e de admitir a possibilidade de atacá-las, Kennedy não cedeu em levantar as restrições ao emprego aberto das Forças Armadas norte-americanas contra o governo Castro, porque isso precipitaria a crise de Berlim. Apenas determinou vários estudos e medidas, entre os quais o exame pelo Departamento de Defesa das ações que poderiam ser tomadas para retirar da Turquia os foguetes Jupiter, cujo valor McCone contestou,⁵⁸ e fê-lo em memorando, assinado, no dia seguinte, por McGeorge Bundy.⁵⁹

Os aspectos políticos e não apenas militares do problema de Cuba determinavam a ansiedade de McCone. Ele entendia que Cuba era a chave da América Latina e que, se tivesse sucesso, toda a América Latina cairia nas mãos dos comunistas. Por isso, urgiam da Casa Branca instruções para o instantâneo comprometimento de suficientes forças armadas para “ocupar Cuba, destruir o regime, libertar o povo e estabelecer um governo que pacificamente se integrasse na comunidade dos Estados americanos”.⁶⁰ Entretanto, neste esforço para forçar a intervenção armada em Cuba, McCone não agiu lealmente com Kennedy. Ligado ao Partido Republicano, muito próximo da ala direita, ele tratou de mover a pressão a partir de fora da administração, passando aos senadores e à imprensa informes sobre as instalações militares que a União Soviética construía em Cuba.⁶¹ Assim, ao mesmo tempo que a Operation Mongoose prosseguia, com exilados cubanos, treinados e armados pela CIA, bombardeando hotéis no litoral de Havana, a partir de barcos a motor procedentes da Flórida,⁶² a campanha anticubana reacendeu-se, com ímpeto e fúria, nos Estados Unidos, onde a

CIA tomava conhecimento de que um avião U-2 detectara na região ocidental de Cuba, no dia 29 de agosto, oito bases de mísseis SA-2 já em fase operacional, indicando extraordinário progresso na sua capacitação defensiva, que incluía, provavelmente, a instalação de mais 16 outras bases de mísseis SA-2.⁶³

McCone, ao receber esta notícia em Paris, concluiu que o desenvolvimento de um sistema de defesa costeira, com mísseis terra-ar, só se explicaria se fosse para encobrir e proteger a introdução de mísseis balísticos terra-terra, e demandou a expansão do programa de voos de reconhecimento. E, conquanto Kennedy, visivelmente perturbado e a gaguejar, respondesse à imprensa, em 29 de agosto, que não era favorável à invasão de Cuba e que a considerava um erro,⁶⁴ as tensões atingiram uma gravidade que não se registrava desde a invasão da Baía dos Porcos. No dia 31 de agosto, após um “duvidoso” (expressão do embaixador brasileiro Bastian Pinto) ataque a um avião de reconhecimento norte-americano,⁶⁵ incidente cuja repetição Kennedy procurou evitar,⁶⁶ ainda que o porta-voz da Casa Branca atribuisse a culpa ao governo Castro, o senador Kenneth Keating, de Nova York, pronunciou um discurso, possivelmente com informações fornecidas pela CIA e pelo embaixador da República Federal da Alemanha, Karl von Spreti,⁶⁷ denunciando a instalação de mísseis soviéticos naquele país e exigindo ação imediata. Este discurso levou Kennedy a declarar, publicamente, que evidência não havia da presença em Cuba de qualquer tropa de combate organizada, suprida por país do Bloco Socialista, nem de bases militares da União Soviética, nem de violação do tratado de 1934 sobre a Base Naval de Guantánamo, nem da instalação de mísseis balísticos com capacidade ofensiva, tais como os mísseis terra-terra, pois, de outro modo, problemas de extrema gravidade levantar-se-iam.⁶⁸ Este pronunciamento foi interpretado como advertência à União Soviética, não obstante a garantia dada por Kruchev, através de alguns emissários, do agente da KGB, residente nos Estados Unidos, Georgi Nikitovich Bolshakov, e inclusive do embaixador Anatoli Drobrynin,⁶⁹ de que não colocaria em Cuba armamentos ofensivos, bem como congelaria a questão de Berlim até

novembro, ou seja, até as eleições para o Congresso norte-americano, a fim de não prejudicar o Partido Democrata.

Após o pronunciamento do presidente, o secretário de Estado, Dean Rusk, reuniu os embaixadores latino-americanos e procurou minimizar o perigo que os equipamentos cedidos pela União Soviética a Cuba poderiam representar para os Estados Unidos e para os países do Hemisfério, afirmando que eles tinham caráter defensivo, com características de armas antiaéreas e de defesa naval, como foguetes, com alcance de apenas 15 a 25 milhas.⁷⁰ Se qualquer interferência da União Soviética, como o envio de contingentes militares ou construção de bases, viesse a ocorrer — ele acentuou — os Estados Unidos tomariam as “medidas necessárias”.⁷¹ A propósito de uma pergunta do embaixador brasileiro, Roberto Campos, sobre os “maximum limits of tolerance”,⁷² Rusk esclareceu que, conquanto o dever de cada país fosse para com a sua própria segurança, a existência de instrumentos de defesa coletiva no Hemisfério e, particularmente, do Tratado do Rio de Janeiro impunha aos Estados Unidos consultar os demais Estados americanos, sem excluir, entretanto, a “hipótese extrema” da intervenção unilateral, caso a ação coletiva não fosse possível. Na ocasião, Dean Rusk explicou, sobretudo aos inquietos embaixadores centro-americanos, que os Estados Unidos, na formulação da política para o caso de Cuba, tinham de considerar, obviamente, seu envolvimento mundial, inclusive a presença de um milhão de soldados norte-americanos em países fora do continente, a situação de Berlim e as repercussões de qualquer medida sobre o sistema interamericano, o que lhes dificultava dramatizar o desembarque de técnicos soviéticos em Havana.⁷³ Seu esforço foi no sentido de reduzir a importância dos acontecimentos em Cuba, mas, aparentemente, ele não conseguiu tranquilizar alguns embaixadores latino-americanos, sobretudo os da América Central, e daí sua proposta para uma reunião informal dos chanceleres americanos por ocasião da abertura da Assembleia-Geral da ONU.

Àquele tempo, Che Guevara, após assinar em Moscou, em 1º de setembro, o texto definitivo do Acordo Militar, retornou a Havana, onde,

pouco tempo depois, em recepção na embaixada do Brasil, declarou que a ajuda da União Soviética se revestia de “importância histórica”, diante da qual os Estados Unidos não teriam alternativa senão capitular.⁷⁴ Mas enquanto Kruchev, no dia 7, autorizava o envio de seis bombas atômicas e mísseis nucleares táticos Luna para Cuba, Kennedy requereu ao Congresso a convocação de 150.000 homens do corpo de reserva, alegando o agravamento da situação mundial, especialmente o problema de Berlim, e o almirante Robert Dennison recomendou ao Estado-Maior Conjunto que destinasse, nos próximos dias, 113 aviões de transporte para a invasão de Cuba. Ao que tudo indicou, porém, Kennedy não tencionava tomar imediatamente tal iniciativa e apenas ordenara a convocação dos 150.000 reservistas como resposta à intensa pressão do Congresso e da imprensa, alarmados pela assistência militar que a União Soviética estava a fornecer ao governo cubano. No dia 14, ele se reuniu com McNamara e o Estado-Maior Conjunto para discutir um possível ataque aéreo contra Cuba e ficou perplexo com as estimativas de perdas que os Estados Unidos teriam, se sustentassem um ataque contra as bases de mísseis SA-2 já instaladas pela União Soviética na ilha.⁷⁵ Com efeito, essa assistência militar inviabilizava cada dia mais qualquer projeto de derrubar o governo Castro mediante uma insurreição interna ou mesmo uma intervenção norte-americana, dadas as suas implicações internacionais, ao envolver a possibilidade de um choque direto com o pessoal do Bloco Soviético estacionado em Cuba. De qualquer forma, o governo cubano, que jamais descartara a hipótese da invasão, já importara, até julho de 1962, cerca de US\$ 350 milhões em munição e armamentos, entre os quais aviões de combate MiGs supersônicos, tanques, 30 lanchas contratorpedeiras e canhões para a defesa do litoral, transformando suas Forças Armadas, inquestionavelmente, nas melhores, mais treinadas e mais preparadas de toda a América Latina, com um contingente de aproximadamente 300.000 milicianos (com o potencial de 500.000) e 40.000 efetivos regulares, dos quais 35.000 no antigo Exército Rebelde.⁷⁶ Descontentamento, sem dúvida alguma, havia, devido à péssima situação econômica do país, onde a falta de alimentos e de bens de consumo

persistia, mas os protestos isolados e os pequenos grupos esparsos de guerrilheiros não ofereciam qualquer ameaça ao governo revolucionário, cujo serviço de inteligência militar, de boa qualidade, desbaratara, no final de agosto, uma conspiração (da qual ele tinha conhecimento desde o começo) nas Forças Armadas, ao prender um reduzido número de oficiais do Exército e da Marinha, que pretendiam levantar-se em armas contra o regime,⁷⁷ e fuzilar alguns deles.⁷⁸

O avigoramento do poderio militar de Cuba, que se tornara imensamente superior ao que ela possuía ao tempo da invasão da Playa Gyrón, e a inquestionável consolidação política do governo revolucionário, apesar de todas as dificuldades econômicas, tornaram a posição de Kennedy bastante desconfortável. De todos os lados, as pressões para que agisse prontamente contra Castro intensificaram-se, na medida em que o movimento de navios soviéticos na direção de Cuba assumiu proporções cada vez maiores durante o mês de setembro. A Operation Mongoose até então não produzira os resultados que Kennedy esperava, ou seja, a remoção de Castro e Guevara do poder, fosse por meio de revolta interna ou de assassinato, “without noise”, i.e., sem que a mão dos Estados Unidos aparecesse. Mas os Estados Unidos não tinham autoridade moral e política para se insurgir contra a ajuda da União Soviética a Cuba, quando se empenhavam em dar grande assistência econômica e militar à Tailândia, ao Irã, à Turquia e à Grécia. A Agência TASS, no dia 11 de setembro, advertiu que qualquer ataque a Cuba ou a navios da União Soviética na direção de Cuba significaria a guerra. Com efeito, a invasão da ilha, para a qual o Pentágono sempre atualizava os contingency plans, ou o bloqueio naval, compelia a União Soviética a responder, com medida equivalente, contra o Irã, Turquia ou, principalmente, Berlim, que os Estados Unidos consideravam *casus belli*. Kruchev deixara esta disposição bastante clara, ao reiterar as advertências feitas pela Agência TASS e pelo delegado da União Soviética na ONU, em carta a Kennedy, datada de 28 de setembro e na qual, ao lembrar a situação anormal de Berlim, declarou, explicitamente, que as resoluções adotadas pelo Congresso norte-americano, autorizando a invasão de Cuba e impondo

restrições aos países que com ela comerciassem ou lhe fornecessem navios para transporte, indicavam que os Estados Unidos estavam “evidently ready to assume responsibility for unleashing thermonuclear war”.⁷⁹ E acrescentou que, se as resoluções realmente fossem executadas, isto significaria o começo da guerra, pois nenhum país poderia concordar com tal interpretação de direitos, com tais arbitrariedades.⁸⁰

A opinião de que a guerra com União Soviética era inevitável, aliás, tomara corpo em Washington, onde alguns setores pretendiam que se considerasse Cuba como *casus belli*, convencidos de que a capacidade de retaliação dos Estados Unidos excedia de muito a capacidade ofensiva da União Soviética e de que, em caso de guerra atômica, a sua destruição seria total, ainda que as perdas norte-americanas fossem espantosas.⁸¹ Este poderia ser, quiçá, o pensamento de alguns chefes militares do Pentágono ou de McCone, pois argumentavam que o estabelecimento de tão dispendioso mecanismo de defesa não podia esgotar-se em si mesmo e que seu objetivo, por conseguinte, era possibilitar a instalação de uma base ofensiva ou introdução de suficiente número de especialistas e militares de modo a arrancar Cuba de Castro e transformá-la em “true Soviet controlled satellite”.⁸² Esta, no entanto, não era certamente a percepção de Kennedy, cuja administração, oficialmente, continuou a minimizar a importância dos armamentos fornecidos a Cuba, embora, por motivos táticos, tomasse medidas, como a convocação da reunião informal dos chanceleres americanos, “tendentes a dar uma satisfação ao Congresso, aos reacionários da extrema direita e uma parte da opinião pública norte-americana”, que não queriam compreender ou fingiam não entender o sentido exato da “inércia estratégica” de Kennedy, conforme o embaixador do Brasil junto à OEA, Ilmar Penna Marinho, observou.⁸³ Aliás, de acordo com a informação do embaixador Penna Marinho, Guatemala, Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador, Panamá, República Dominicana, Peru e Colômbia constituíam, entre os Estados americanos, a “extrema direita, reacionária, agressiva”, que defendia também a necessidade de uma intervenção militar em Cuba “com o fito de liquidar Castro e impedir a infiltração comunista no Hemisfério”.⁸⁴

A reunião informal dos ministros das Relações Exteriores dos Estados americanos instalou-se, em Washington, e Rusk explicou que Cuba não era apenas um problema continental e que o agravamento da situação no Caribe coincidia com maior pressão da União Soviética em outras partes do mundo, como Berlim e Vietnã, bem como na questão do desarmamento, mas os Estados Unidos, com uma superioridade nuclear indiscutível, poderiam destruí-la ainda que ela procedesse a um ataque de surpresa.⁸⁵ Na ocasião, voltou a reiterar que os armamentos levados para Cuba eram defensivos e adiantou que os Estados Unidos estavam a estudar a possibilidade de fechar seus portos a todos os navios do país sob cuja bandeira fossem transportadas armas para Cuba, a todos os armadores cujos navios fizessem o transporte entre a União Soviética e aquele país, bem como aos navios que lá fizessem escala e depois se dirigissem ao Bloco Socialista.⁸⁶ Os debates prolongaram-se por quatro sessões, que ocuparam dois dias, de manhã à noite, e as manifestações foram marcadas pela descomedida exaltação dos países da América Central, acompanhadas pela Colômbia, Peru e Argentina, cujo delegado, Miguel Aleman, “extremou-se em vitupérios contra Cuba, comprometendo toda a política internacional do seu país para auferir, ao que parece, vantagens financeiras imediatas”.⁸⁷ Paraguai e Venezuela mantiveram uma atitude moderada, enquanto o Brasil, insistindo no direito de autodeterminação e no princípio da não intervenção, assumiu o comando da resistência contra a “manipulação política do tema da defesa anticomunista”, acompanhado pelo Chile, Bolívia, México e Uruguai.⁸⁸ Como o Brasil recusara-se a subscrever qualquer declaração, por tratar-se de reunião informal, o Departamento de Estado, então, publicou diretamente um texto final com as conclusões, sem submetê-lo antes a cada delegado, conforme Rusk prometera, e no qual constatou-se que muitos parágrafos não correspondiam ao que fora discutido.⁸⁹ Afonso Arinos de Melo Franco, que representara o Brasil, contou posteriormente que muitas de suas sugestões, acolhidas pelo plenário, “se viram atenuadas e mesmo alteradas pela química redacional do Departamento de Estado” e a nota, “publicada pelos matutinos e espalhada pelas agências telegráficas, foi acomodada a certos pontos de

vista dos Estados Unidos, nem sempre vitoriosos na reunião”.⁹⁰ Este fato lhe permitiu comprovar o “entrosamento entre os órgãos políticos dos Estados Unidos e os formidáveis meios de comunicação existentes no país, supostamente independentes do governo”.⁹¹

Entrementes, os Estados Unidos, cujo Congresso, em 26 de setembro, aprovara uma resolução autorizando a intervenção em Cuba estabeleceram, em caráter sistemático, estreita vigilância naval e aérea em torno da ilha, onde os navios soviéticos, nos últimos dias de setembro, desembarcaram, através dos portos de Bahia Honda, Mariel e Casilda, os primeiros foguetes R-12 (SS-4s, conforme designação da OTAN), com alcance de 1.100 milhas náuticas e podendo carregar ogivas de 1 megaton. As primeiras 45 ogivas nucleares de 1 megaton, para os mísseis R-12, e 12 de 2 quilotons, para os foguetes táticos Luna, bem como seis bombas de 12 quilotons, para os bombardeiros IL-28, e 36 ogivas de 12 quilotons, para os mísseis FRK, chegaram a Mariel, transportadas pelo navio Indigirka, em 4 de outubro, quando os soviéticos completaram a instalação do primeiro projétil em El Cacho.⁹² A Operação Anadyr envolvia, além da instalação de mísseis antiaéreos SAM-75, blindados, lanchas lançadoras de foguetes, aviões de bombardeios IL-28 e a transferência para aquele país de contingentes de soldados. O pessoal militar da União Soviética desembarcado em Cuba, conforme observou a embaixada do Brasil, no começo de outubro, já ultrapassava então o número de 4.200 a 4.500, admitido pelos Estados Unidos,⁹³ e, sempre em roupas civis, esportivas, e sem armas, estava alojado em acampamentos de lona, em áreas ao redor de Havana, Trinidad, Caibarien e Banes, cujos moradores foram evacuados.⁹⁴

O propósito de Kruchev, conforme o subsecretário de Relações Exteriores da Noruega informara ao embaixador do Brasil, Francisco Lousada, consistia em desencadear “ação violenta” contra o governo de Washington em torno do problema de Berlim, agitando o caso de Cuba e podendo passar da simples ameaça à efetivação do tratado de paz com a República Democrática Alemã, de modo a criar para os Estados Unidos, pelo acúmulo de problemas, uma situação aflitiva e forçá-los ao máximo de concessões.⁹⁵ Esta informação,

da qual a Chancelaria da Noruega estava bem inteirada, esclarecia naturalmente a razão pela qual Kruchev só se dispunha a anunciar o Acordo Militar com Cuba em novembro, quando visitasse Havana e, antes ou depois, falasse na Assembleia-Geral da ONU, após as eleições para o Congresso norte-americano, ocasião em que, sem as pressões da política interna, Kennedy, que ele julgava um “Presidente fraco”,⁹⁶ teria condições de ceder ao ultimato e tragar os mísseis balísticos de alcance médio e intermédio lá instalados. Esta versão o historiador norte-americano John Lewis Gaddis contestou, entendendo que Kruchev, de um lado, para salvar a revolução de Fidel e do outro para compensar o desequilíbrio estratégico, colocara os mísseis em Cuba porque vira a agressividade de Kennedy e não porque o julgara um presidente passivo.⁹⁷

De qualquer forma, na medida em que não queria promover o showdown antes de 6 de novembro, pois a campanha eleitoral para a renovação do Congresso norte-americano não permitiria a Kennedy fazer concessões, Kruchev só podia, portanto, conduzir a Operação Anadyr secretamente, a fim de colocar os Estados Unidos diante de um *fait accompli*. Castro discordou, insistindo em concluir publicamente o Acordo Militar e resguardar seus aspectos éticos e políticos, conforme tanto Raúl Castro quanto Che Guevara transmitiram a Kruchev. Sob este aspecto, integrantes da administração Kennedy reconheceram que, se a União Soviética houvesse tratado, abertamente, a instalação de IRBM e MRBM em Cuba, seria muito difícil para os Estados Unidos contestar esse direito, quando eles já tinham colocado seus próprios Thor e Jupiter na Grã-Bretanha, Itália e Turquia.⁹⁸ Kruchev e os dirigentes soviéticos julgaram, no entanto, que, sem que a Operação Anadyr estivesse completada, a inferioridade do poder nuclear não permitiria à União Soviética desafiar vitoriosamente os Estados Unidos, dado que possuía poucos mísseis intercontinentais ou estratégicos — não mais que 50, 60 ou 70⁹⁹ — capazes de alcançar o território norte-americano. Esta prova de força só seria possível depois que ela tivesse 42 mísseis de médio e intermédio alcance, montados em Cuba, podendo atingir a maior parte dos Estados Unidos. A partir daquela ilha, os MRBM, com alcance de 1.100

milhas náuticas, tinham capacidade de chegar à Filadélfia, e a Cleveland ou mesmo a Oklahoma City, no Oeste. E os IRBM poderiam alcançar todos os alvos nos Estados Unidos, salvo ao noroeste, na costa do Pacífico. Todos esses alvos os ICBM, disparados da União Soviética, tinham condições de atingir, mas os MRBM e IRBM, lançados a partir de Cuba, permitiriam golpes contra o número maior e aumentariam o peso e a força de um ataque aos Estados Unidos, no caso de uma guerra nuclear.¹⁰⁰ Em outras palavras, o estabelecimento de mísseis de médio e intermédio alcance em Cuba melhoraria substancialmente a posição militar da União Soviética vis-à-vis dos Estados Unidos e daria a Kruchev condições de colocar Kennedy em xeque na questão de Berlim, bem como no Laos e em outras regiões do mundo.

Este plano, no entanto, começou a falhar no momento em que, entre 18 de setembro e 2 de outubro, a CIA recebeu de agentes e refugiados alguns informes sobre grandes caminhões 6x6, ZIL-157, com muitas rodas e sob escolta de milicianos,¹⁰¹ que, combinados, continham elementos suficientes para criar a suspeita de que algo fora do comum estava ocorrendo a oeste de Havana e que tais atividades possivelmente se relacionavam com a instalação de mísseis de médio alcance — (MRBM).¹⁰² Estes informes, contudo, não apresentavam bastante credibilidade para garantir sua utilização nos relatórios de inteligência. Daí por que, em 14 de outubro, quando as condições do tempo se mostraram favoráveis, o avião U-2, pilotado pelo major Richard D. Heyser, da Força Aérea, fez um voo de reconhecimento sobre a região ocidental de Cuba e, durante seis minutos, tirou 928 fotografias, que evidenciaram pela primeira vez a existência de três bases, em construção, de mísseis balísticos de médio alcance (MRBM), da família SS-4, considerados ofensivos, na Serra do Rosário, perto de San Cristóbal, Província de Pinar del Rio.¹⁰³ No dia seguinte, aviões U-2, pilotados por oficiais do Comando Aéreo Estratégico, descobriram na mesma localidade uma quarta base de MRBM e duas de mísseis de intermédio alcance (IRBM), em Guanajay. As fotos, analisadas pelo National Photographic Interpretation Center da CIA (NPIC) e comparadas com os documentos fornecidos aos Estados Unidos pelo coronel Oleg Penkovski, do GRU (Inteligência Militar Soviética),

confirmaram a presença daqueles foguetes e também revelaram a existência de 21 engradados com bombardeiros de médio alcance IL-28 (Beagle, conforme a designação da OTAN). E, na mesma noite de 15 de outubro, o general Marshal S. Carter, diretor-adjunto da CIA, comunicou esses resultados das missões de reconhecimento a McGeorge Bundy, que julgou conveniente só transmiti-los a Kennedy na manhã do dia seguinte.

A reação dos Estados Unidos tornara-se inevitável. Kennedy já advertira que não toleraria a instalação de armamentos ofensivos em Cuba e sua inação desmoralizaria a credibilidade do sistema de defesa ocidental. Mas, devido à possibilidade de um choque direto com o pessoal soviético, que, segundo a CIA, já atingira o total de 10.000 homens, quando, na verdade, já somava cerca de 43.000,¹⁰⁴ a descoberta dos mísseis dificultava a invasão de Cuba, prevista para ocorrer em outubro, de acordo com o cronograma da Operation Mongoose. Em 2 de outubro, as Forças Armadas norte-americanas já haviam recebido ordens para começar os preparativos, embora McNamara informasse aos chefes do Estado-Maior Conjunto que Kennedy, jogando com diversas cartas, não queria a ação armada dentro dos próximos três meses, se bem que não estivesse seguro de como poderia controlar os acontecimentos. De fato, os chefes do Estado-Maior Conjunto prepararam-se para a ação armada, com o empreendimento simultâneo de ataques aéreos e anfíbios na área de Havana, de acordo com o CINCLANT's Contingency Operation Plan 314, ou OPLAN 314.¹⁰⁵ A Força Aérea Tática, designada para executar o ataque aéreo, foi posta sob o controle operacional do CINCSTRIKE (Commander-in-Chief, Strike Command) e o almirante Robert Denninson, comandante da esquadra no Atlântico (CINCLANT), notificou aos seus subordinados que estivessem prontos para executar um ataque aéreo sobre Cuba, ao longo das linhas do CINCLANT's OPLAN 312.¹⁰⁶ Em 6 de outubro, as forças destinadas a executar o OPLAN 314 e o OPLAN 316 intensificaram o estado de prontidão. E, no dia 15, no maior exercício de ataque anfíbio, denominado PHIBRIGLEX-62, a esquadra do Atlântico começara a realizar operações nas praias das Ilhas Vieques e Porto Rico, empregando 20.000 marinheiros e 4.000 marines, com o objetivo de

destruir o tirano imaginário Ortsac (Castro escrito ao revés).¹⁰⁷ Raymond L. Garthoff, na época alto funcionário do Departamento de Estado e envolvido no processo de deliberações sobre a crise dos mísseis, reconheceu, posteriormente, que havia planos de contingência para a invasão de Cuba, mas negou que os Estados Unidos tivessem a intenção de realizá-la.¹⁰⁸ James G. Hershberg, do Woodrow Wilson Center, assinalou também que os Estados Unidos, significante e urgentemente, aumentaram os preparativos militares, antes de detectar a instalação dos mísseis terra-terra da URSS, e que a “maximum readiness” (prontidão máxima) fora marcada para 20 de outubro, duas semanas antes das eleições para o Congresso, quando uma bem-sucedida ação armada contra Cuba poderia render a Kennedy substanciais ganhos políticos.¹⁰⁹

Na verdade, o governo norte-americano podia ainda não haver decidido efetuar a invasão, mas a simples feitura de planos de contingência denunciava essa intenção, cuja concretização aguardava apenas a oportunidade real ou fabricada, como um autoataque a Guantánamo, conforme Robert Kennedy e outros sugeriram. De qualquer modo, a confirmação da existência em Cuba de mísseis de médio e longo alcances, cuja quantidade exata não era conhecida e que poderiam atingir os Estados Unidos se estivessem em condições operacionais, mudou completamente a situação. Conforme o embaixador Chester A. Bowles, assessor para Assuntos da Ásia, África e América Latina do Departamento de Estado, previra em conversa com o embaixador soviético Anatoli Dobrynin, no dia 13 de outubro, uma ação militar dos Estados Unidos contra Cuba, como resposta à União Soviética, poderia, àquela altura, produzir uma cadeia global de acontecimentos cujas consequências seriam catastróficas.¹¹⁰ Se alguns mísseis já estivessem em condições operacionais, eles poderiam ocasionar a destruição de várias cidades norte-americanas e a morte de milhões de habitantes.¹¹¹

Diante da extrema gravidade com que a crise se configurava, Kennedy constituiu um Comitê Executivo do Conselho de Segurança Nacional, celebrizado como Ex Comm, cujo objetivo consistiu em avaliar as diversas opções dos Estados Unidos para enfrentá-la e assessorar suas decisões. A

primeira reunião iniciou-se às 11:50 do dia 16, e logo depois que Arthur C. Lundahl, diretor do National Photographic Interpretation Center da CIA, confirmou, pessoalmente, a existência dos mísseis, Dean Rusk observou que os Estados Unidos estavam diante de uma situação que podia conduzir a uma guerra geral e tinham a obrigação de fazer o que deviam, mas de forma que desse a todos a chance de recuar.¹¹² A questão para ele era saber se os Estados Unidos deviam efetivar um ataque de surpresa, não anunciado, ou elevar a crise a um ponto em que ambos os lados considerassem o que ceder. Uma ação unilateral dos Estados Unidos envolveria, iminentemente, 42 aliados e aumentaria os riscos de confrontação em muitos lugares. Assim, conquanto admitisse um rápido ataque a Cuba como um dos caminhos a seguir, ele sugeriu que se convocasse o Órgão de Consulta da OEA, nos termos do Tratado do Rio de Janeiro, bem como se ouvisse alguma palavra do próprio Castro, através, talvez, do embaixador do Canadá.¹¹³ No curso dos debates, porém, quatro opções afiguraram-se: 1) um ataque aéreo que varresse todas as três bases de mísseis; 2) um ataque aéreo geral, que incluía surtidas contra os aeroportos e as bases de SAM ou quaisquer instalações conectadas com mísseis; 3) bloqueio de Cuba, combinado com amplo ataque, aéreo, o que requereria dias de preparação; 4) invasão de Cuba.¹¹⁴ Estas alternativas obviamente apresentavam sérios riscos. McNamara ponderou que qualquer ataque aéreo devia acontecer antes que os mísseis estivessem em condições operacionais, embora não acreditasse que os Estados Unidos tivessem condições de destruí-los todos antes que pudessem ser disparados, o que, se ocorresse, levaria o caos à costa leste dos Estados Unidos ou qualquer área num raio de 600 a 1.000 milhas de Cuba.¹¹⁵ Manifestou também receio de que os MiGs-21, cuja localização não conhecia, pudessem estar carregados com bombas atômicas, e revelou que os Estados Unidos tinham sério problema de defesa aérea, o que poderia permitir à Força Aérea cubana penetrar no seu território, voando baixo sobre as águas, e atacar o litoral, com ou sem armas nucleares. Destarte, alto seria o preço a pagar em vidas norte-americanas pelos danos causados a Cuba — McNamara ressaltou.¹¹⁶ Na verdade, as bases aéreas do Strategic Air Command (SAC) eram

facilmente vulneráveis a mísseis balísticos disparados a partir de Cuba, uma vez que a rede de radar canadense e norte-americana estava orientada para o Ártico e não para o Sul (Linha Dew), e o sistema onidirecional, que permitiria detectá-los, se bem que com curta antecipação, ainda não estava funcionando.¹¹⁷ Os Estados Unidos desconheciam o número exato de mísseis existentes em Cuba. Só 33 mísseis SS-4 foram identificados, embora houvesse possibilidade de que existissem muito mais, inclusive mísseis SS-5.¹¹⁸ E dificuldades também havia em localizar todas as bases de mísseis — o que poderia levar semanas, conforme o general Carter explicou — para uma completa cobertura da ilha, além da necessidade da ação política, dos contatos a serem estabelecidos, particularmente com Kruchev, conforme McNamara sugeriu.

Apesar de tais ponderações, o Pentágono encarregou-se de analisar as possibilidades de um rápido ataque aéreo contra Cuba, acompanhado por uma invasão, ao mesmo tempo que o Departamento de Estado incumbiu-se de estudar como o governo norte-americano poderia pronta e efetivamente agir contra os mísseis balísticos em Cuba sem surpreender os aliados no Hemisfério e na Europa. Kennedy, cuja “general dissatisfaction” com o andamento da Operation Mongoose, durante a tarde, Robert Kennedy transmitira a Richard Helms, diretor de Planos da CIA e ao general Lansdale, bem como a outros membros do Estado-Maior Conjunto,¹¹⁹ parecia favorecer a opção pelo ataque aéreo, embora cada vez menos adverso à ideia de que as forças norte-americanas invadissem abertamente Cuba. Mas os problemas que tais opções implicavam eram imensos, como os debates nas subsequentes reuniões do Ex Comm revelaram. Rusk previu a possibilidade de que os comunistas reagissem na América Latina e que, pelo menos em seis países, como Guatemala, Bolívia, Chile e, possivelmente, México, os governos viessem a ser derrubados se não tomassem previamente medidas de segurança. Os chefes militares do Estado-Maior Conjunto, cuja opinião McNamara e o general Taylor transmitiram, fizeram, por outro lado, forte recomendação contra o ataque aéreo limitado, acreditando que ele não destruiria toda a capacidade de retaliação, o que só se conseguiria, talvez,

mediante 700 a 1.000 surtidas por dia contra todas as bases, campos de aviação, instalações de radar, rampas de SAM e possíveis sítios de estoque atômico, seguidas por ampla invasão da ilha.¹²⁰ Esta invasão implicaria mobilizar entre 90.000 e 150.000 homens, mas esta ação militar — McNamara aduziu — acarretaria da União Soviética uma resposta do mesmo tipo, em algum lugar do mundo.¹²¹

No mesmo sentido, através de carta a Kennedy, o embaixador Adlai Stevenson, delegado permanente dos Estados Unidos na ONU, manifestou-se. Era óbvio que um ataque dos Estados Unidos a Cuba resultaria em represálias da União Soviética — na Turquia, em Berlim ou em qualquer outra parte —, e os Estados Unidos — Stevenson advertiu — deviam estar preparados para uma reação generalizada, pois, se possuíam bases de mísseis na Turquia e em outros lugares, a União Soviética seguramente tinha o direito de instalar uma base em Cuba.¹²² Além do mais, desencadear uma guerra atômica ou arriscar-se a desencadeá-la com certeza dividiria a opinião mundial, na melhor das hipóteses, e os julgamentos da história raramente coincidiram com o mau humor do momento. Se a guerra atômica sobreviesse como consequência do ataque a Cuba, os países da América Latina poderiam dividir-se e alguns diriam que não foram consultados, do mesmo modo que agudas diferenças ocorreriam com os aliados da Europa Ocidental, que já viviam havia muito tempo sob a ameaça dos mesmos IRBM que a União Soviética instalara nos seus satélites.¹²³ Stevenson ressaltou então que, embora a segurança nacional viesse em primeiro lugar, os meios adotados tinham tão incalculáveis consequências que ele sentia a necessidade de deixar claro “that the existence of nuclear missile bases anywhere is negotiable before we start anything”.¹²⁴ A sugerir, assim, que Kennedy trocasse com Kruchev as bases em Cuba por outras que os Estados Unidos possuíssem perto da União Soviética, Stevenson concluiu a carta afirmando que “blackmail and intimidation never, negotiation and sanity always”.¹²⁵

No dia 18, enquanto o Ex Comm discutia as alternativas, considerando qual seria a melhor opção — bombardear Cuba, invadi-la ou bloqueá-la, a fim de impedir a chegada de mais navios soviéticos com armamentos —,

Kennedy recebeu o ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Andrei Gromyko, que fora aos Estados Unidos participar da Assembleia-Geral da ONU. A conversa, entremeada por momentos de acidez e súbitas interrupções, foi talvez a mais difícil que Gromyko teve com qualquer dos nove presidentes com os quais tratou ao longo dos 49 anos de serviço, segundo sua própria opinião,¹²⁶ e girou basicamente em torno de Cuba. Gromyko, de acordo com instruções do governo soviético, advertiu-o de que impedir o comércio de Cuba com outros países e outras ações agressivas, como as de pirataria organizada (alusão aos ataques feitos por exilados cubanos a navios soviéticos), sob a égide dos Estados Unidos, poderiam acarretar grande desgraça para a humanidade.¹²⁷ “Que base os líderes norte-americanos têm para supor que os cubanos devem decidir seus assuntos domésticos de acordo com o julgamento de Washington?” — Gromyko perguntou, enfatizando que Cuba pertencia ao povo cubano, e nem os Estados Unidos nem outro qualquer país tinham o direito de interferir em seus assuntos internos. A alegação de que Cuba constituía uma ameaça à sua segurança não tinha fundamento. Para comprovar sua falsidade, bastava comparar a dimensão dos recursos dos dois países: um, gigantesco; o outro, diminuto. Gromyko acusou os Estados Unidos de agravar as tensões mundiais ao tomar atitudes como a convocação dos 150.000 reservistas, que seriam de nenhuma significância se a situação piorasse ainda mais.¹²⁸ Kennedy mostrou-se bastante nervoso, contradizendo-se a si próprio, pois, ao mesmo tempo que fazia ameaças, dizia não ter intenções agressivas contra Cuba. “Minha administração não tem planos de atacar Cuba e Kruchev podia estar certo de que nenhuma ameaça existia” — disse, Kennedy, aí, reconheceu que a invasão da Baía dos Porcos “was a mistake”.¹²⁹ E censurou a União Soviética por enviar a Cuba, desde julho, grande quantidade de material bélico, sem que Kruchev nada lhe houvesse comunicado. Em nenhum momento ele se referiu à presença de mísseis balísticos em Cuba, da qual tinha conhecimento, e Gromyko, não se sentindo obrigado a mencioná-los, cometeu então o erro de falar sobre o caráter dos armamentos e dizer, genericamente, que eram defensivos, armadilha da qual Castro se precatará,

pois entendia que uma arma era ofensiva ou defensiva conforme a intenção de uso.¹³⁰ Neste sentido, Gromyko, a quem Kennedy, quando ele saiu, chamou de “that lying bastard”, não mentiu, porquanto a União Soviética não transferira mísseis e ogivas nucleares para Cuba com o propósito de atacar os Estados Unidos.

Os debates, entretantes, prosseguiram nas reuniões do Ex Comm, e Kennedy, embora negasse na conversa com Gromyko que houvesse qualquer ameaça contra Cuba, continuou agarrado à ideia de um ataque aéreo. Seu irmão, Robert, a apoiá-lo, insistiu também na invasão e sugeriu outra vez que, a fim de torná-la internacionalmente aceitável, fosse encenada uma autoprovocação envolvendo a Base Naval de Guantánamo, como o afundamento de um navio, algo parecido com o caso do Maine, que servira como pretexto para os Estados Unidos declararem guerra à Espanha em 1898. McNamara, a presumir, porém, que as ogivas nucleares já estavam em Cuba e que, em tais condições, um ataque aéreo seria loucura, apresentou a proposta do bloqueio como uma opção. O subsecretário de Estado, George Ball, defendeu também a proposta do bloqueio, embora a considerasse insatisfatória, persuadido das imensas desvantagens que um ataque aéreo acarretaria para os Estados Unidos. Em documento muito incisivo, arguiu que a instalação de mísseis balísticos em Cuba não modificaria apreciavelmente a capacidade ofensiva da União Soviética, dado que ela possuía, no seu território, muitos IRBM apontados para os Estados Unidos. E salientou que um ataque de surpresa contra Cuba, longe de estabelecer a força moral dos Estados Unidos, alienaria o apoio de grande parte do mundo civilizado, que os condenaria como “hyprocrites”, por se comportarem de modo completamente contrário às suas “sagradas tradições” e a tudo pelo que eles se bateram ao longo da história nacional.¹³¹ Ball lembrou então:

We tried Japanese as war criminals because of the sneak attack on Pearl Harbor. We condemned the Soviet action in Hungary. We took a strong moral line against the use of force by French and British at Suez when they felt their vital interests were threatened. We have taken a strong line in the United Nations and in other world councils against the dangers of a surprise attack with nuclear weapons. (...) We cannot launch a surprise attack against Cuba without destroying our moral position and alienating our friends and allies.¹³²

O receio de que os Estados Unidos viessem a sofrer condenação por um ataque traiçoeiro contra Cuba, procedendo do mesmo modo que o Japão ao bombardear de surpresa, com ferocidade devastadora, as bases norte-americanas no Havaí, Guam, Midway, Wake, Filipinas e Pearl Harbor, influiu no curso dos debates dentro do Ex Comm. Charles E. Bohlen, embaixador dos Estados Unidos na França, opôs-se a qualquer ação militar contra Cuba, particularmente um ataque aéreo sem aviso, declarando que tal atitude dividiria os aliados e seria objeto de críticas em todo o mundo. Também McCone, conquanto considerasse que a situação não podia ser tolerada, entendia que os Estados Unidos não deviam agir sem aviso e daí viverem para todo o sempre com o estigma de Pearl Harbor.¹³³ Se muitos norte-americanos contrários à negociação lembravam a conferência de Munich, quando a Grã-Bretanha cedeu às exigências de Adolf Hitler, a referência a Pearl Harbor contribuiu em larga medida para conter os que desejavam o bombardeio de Cuba sem qualquer aviso, pois o ataque pérfido do Japão às bases norte-americanas do Pacífico, em 7 de dezembro de 1941, provocara tal choque que levara o presidente Franklin D. Roosevelt, na época, a declarar que aquela data “will live in infamy”, lembrada por um “unprovoked and dastardly attack”. Não sem razão, Robert Kennedy, capaz de aceitar e propor, às ocultas, os ardis mais ignominiosos e sinistros no curso da Operation Mongoose, com o objetivo de eliminar Fidel Castro, receou a opinião pública norte-americana e disse a Kennedy que o bombardeio de surpresa não estava “in our traditions”.¹³⁴ Os Estados Unidos deviam pelos menos preservar, ainda que aparentemente, a coerência moral, como condição de imagem e prestígio político. A luta contra o comunismo através do mundo, segundo afirmou, era mais do que pela sobrevivência física e não podia destruir, daquele modo, a essência dos seus ideais.¹³⁵ Por isso, segundo constou, Robert Kennedy passara ainda uma nota para seu irmão, dizendo: “I know now Tojo felt when he was planning Pearl Harbor”.¹³⁷ E o professor norte-americano Robert Smith Thompson, considerando sua nota curiosa, admitiu que talvez ele quisesse indicar que os Estados Unidos “was plotting its own day of infamy”.¹³⁸

Obviamente, não foram apenas os aspectos éticos que concorreram para moderar os ímpetos agressivos dos “falcões”. Estimativas feitas pela comunidade de inteligência indicaram que o potencial dos mísseis com ogivas nucleares instalados em Cuba representava metade da capacidade de ICBM existentes na União Soviética e as fotografias mostraram que estavam todos apontados para certas cidades dos Estados Unidos, o que acarretaria a morte de 80 milhões de norte-americanos em poucos minutos, se fossem disparados.¹³⁹ Mesmo convencido de que os ataques aéreos seriam “successful”, o general Walter Sweeney, comandante do Tactical Air Command, ressaltou que os Estados Unidos não conheciam, provavelmente, mais do que 60% do total dos mísseis existentes na ilha e o general Taylor aduziu que o melhor que poderia oferecer seria a destruição de 90% daqueles que estavam localizados.¹⁴⁰ Tanto para o general Sweeney quanto para o general Taylor e McNamara, os ataques iniciais deveriam prosseguir nos dias subsequentes e culminar com a invasão de Cuba.

Para efetivá-la, McNamara demonstrou que os Estados Unidos, naquelas circunstâncias em que o poderio militar de Castro se robustecera, necessitariam empregar 250.000 efetivos das três armas, fora a reserva, reunir mais de 100 navios mercantes e algumas centenas de aviões de guerra, e proceder, previamente, a pelo menos 2.000 surtidas aéreas, o que requereria sete dias de preparativos.¹⁴¹ Os representantes da CIA, por outro lado, estimaram que entre oito e doze mísseis em Cuba já estariam em condições operacionais e avaliaram que a probabilidade de ter a União Soviética efetivo poder nuclear na ilha implicava a possibilidade de seu uso, no caso de ação militar dos Estados Unidos. Qualquer base de lançamento que o bombardeio não atingisse poderia disparar mísseis contra os Estados Unidos. Esta possibilidade configurou-se bem real, pois o número de mísseis em condições operacionais era superior ao calculado pela CIA. Na verdade, em 19 de outubro, pelo menos cinco já estavam em condições operacionais. Esse número subiu para 20 no dia seguinte, e os três regimentos de R-12 (36 mísseis) ficaram prontos para combate quatro dias depois.¹⁴² Além do mais, àquela época, cerca de 43.000 efetivos soviéticos encontravam-se em Cuba

— e não apenas entre 8.000 e 10.000, conforme estimativa da CIA, aceita por McNamara —, que ainda dispunha de 270.000 bem armados, podendo chegar a 400.000 com os grupos irregulares de milícias e defesa civil, bem como as tropas do Ministério do Interior etc.¹⁴³ O bombardeio de Cuba, acompanhado por uma invasão, resultaria, sem dúvida alguma, em uma guerra de grandes proporções, inclusive porque, ao contrário do que os norte-americanos supunham, a União Soviética estava realmente disposta a responder em qualquer outra parte do mundo, provavelmente Turquia e Berlim, cidade esta cuja ocupação suas tropas poderiam consumir em um par de horas. Neste ponto, como o próprio presidente declarou, os Estados Unidos disparariam suas armas atômicas contra a União Soviética.¹⁴⁴ Daí por que a preocupação com a possibilidade da guerra nuclear também constituiu, juntamente com a lembrança de Pearl Harbor, uma das razões pelas quais Robert Kennedy se opôs ao ataque aéreo de surpresa contra Cuba.¹⁴⁵

O risco de que tal iniciativa conduzisse à guerra nuclear global, como Robert Kennedy temia, era imenso e os Estados Unidos não podiam assumi-lo sem avisar seus aliados da OTAN, dado possuírem bases militares espalhadas em vários países da Europa, bem como os Estados da América Latina. Um ataque maciço e de surpresa contra Cuba ou apenas contra as bases de mísseis certamente causaria forte choque, que poderia ser fatal para a Aliança Atlântica, e certeza não havia, nem na CIA nem no Pentágono, de que o bombardeio pudesse destruir todo o potencial de retaliação lá existente. Um só foguete que restasse poderia ser disparado contra os Estados Unidos e desencadear a guerra atômica. Este perigo ele não quis enfrentar. Kennedy e seus assessores não podiam ignorar o problema em todas as suas dimensões éticas e os custos políticos, mas foram, sobretudo, as considerações militares que afastaram a hipótese do ataque total e permitiram a formação de um consenso em torno de uma “resposta graduada”, ou seja, decretação do bloqueio naval, juntamente com o qual os Estados Unidos intimariam a União Soviética para que desmantelasse e retirasse os armamentos de Cuba antes de qualquer ataque armado contra as instalações militares naquela ilha, como prelúdio da invasão. Esta alternativa não

agradou a grande parte do Pentágono. O general Curtis LeMay, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, argumentou enfaticamente a favor do maciço ataque aéreo, que ele considerava essencial. A esta altura, Kennedy, já cético, fez-lhe ver que os dirigentes do Kremlin não deixariam que os Estados Unidos lhes tomassem os mísseis e matassem uma porção de soldados soviéticos sem que nada fizessem. “If they don’t take action in Cuba, they certainly will in Berlin”, ele aduziu.¹⁴⁶ A alternativa do bloqueio então prevaleceu, sustentada por McNamara, e contou ainda com o apoio do embaixador da Grã-Bretanha em Washington, David Ormsby-Gore, a quem Kennedy privadamente consultara, por tratar-se de um amigo de família e pessoa de sua confiança. E Kennedy, na verdade, lamentou que essa fosse a melhor opção, pois duvidava que viesse a ter outra vez “an equally good excuse to invade Cuba”.¹⁴⁷ A decretação do bloqueio envolvia, porém, aspectos legais, uma vez que exigia a declaração de guerra, a menos que fosse aprovada pela OEA, de conformidade com o artigo 52 do Capítulo VIII da Carta da ONU, que permitia aos organismos regionais manejar questões relativas à segurança e à manutenção da paz internacional. Neste caso, o uso da força poderia ser sancionado pelo Órgão de Consulta da OEA, de acordo com os artigos 6º e 8º do Tratado do Rio de Janeiro. Tornava-se necessário, portanto, convocá-lo e esta tarefa coube ao secretário de Estado, Dean Rusk, que teve de empreender os contatos diplomáticos com todos os aliados e os 21 países da América Latina entre meia-noite de sábado, 20 de outubro, e segunda-feira, quando, à noite, Kennedy anunciaria sua decisão de estabelecer o bloqueio a Cuba, do tipo visit-and-search e denominado eufemisticamente de “quarentena”, por motivos políticos, a fim de não dar conotação bélica, de estado de guerra, e evitar comparações com o bloqueio de Berlim em 1948. Haveria, assim, espaço e tempo para que os Estados Unidos pudessem negociar com a União Soviética, oferecendo, como fora aventado durante as reuniões do Ex Comm, o desmantelamento das bases de Jupiter na Turquia, em troca da retirada dos mísseis de Cuba.

Notas

1. Lévesque, 1978, pp. 36-37.
2. White, 1996, pp. 75-77.
3. Bernstein, Barton J. "Reconsidering the Missile Crisis: Dealing with the Problems of the American Jupiters in Turkey", in Nathan (ed.), 1992, pp. 57-58. White, 1996, pp. 82-83.
4. Fursenko & Naftali, 1997, p. 179.
5. Thompson, 1992, pp. 143-144. Lechuga, 1995, p. 8.
6. Id., *ibid.*, p. 144.
7. Lechuga, 1995, p. 59.
8. Gaddis, 1997, pp. 264 e 268.
9. Gribkov & Smith, 1994, p. 13.
10. Kruchev, 1990, p. 216.
11. Dobrynin, 1995, p. 76.
12. Guidelines for Operation Mongoose, Washington, March 14, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1963, Cuba, pp. 771-772.
13. Memorandum of the Chairman of the Board of National Estimates (Kent) to Director of Central Intelligence McCone. Subject: Probable Reactions to US Military Intervention in Cuba. Washington, April 10, 1962. *Ibid.*, pp. 783-785.
14. *Ibid.*, p. 783.
15. Kruchev, 1991, p. 216.
16. Telegrama nº 528, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Carlos Alfredo Bernardes), 19/7/1961 — 16hs30. Secretos — Q-W — Cts. — Telegramas — Rec. e Exp. — 1960-1961. AHMRE-B.
17. Memorandum from the Chairman of the Board of National Estimates (Kent) to Director of Central Intelligence McCone. Subject: Probable Reactions to a US Military Intervention in Cuba. Washington, April 10, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 783-785.
18. Letter from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, December 2, 1961; Letter from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, December 13, 1961. FRUS, vol. VI — Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 65-78.
19. Letter from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, March 10, 1962. *Ibid.*, pp. 118-126.
20. Kissinger, 1994, p. 591.
21. Hershberg, James G. "Before the Missiles of October: Did Kennedy Plan a Military Strike Against Cuba?", in Nathan, 1992, p. 250. Thompson, 1992, p. 146. O ex-secretário de Defesa da administração Kennedy, Robert McNamara, negou posteriormente que os Estados Unidos tivessem a intenção de invadir Cuba àquela época, mas os planos de contingência elaborados pelo Pentágono, no contexto da Operation Mongoose, contradizem-no. Intenção havia, embora a decisão ainda não houvesse. McNamara, 1996, p. 339.
22. Zubok & Pleshakov, 1996, p. 260.

23. Id., *ibid.*, p. 260.
24. Id., *ibid.*, pp. 208-209.
25. Id., *ibid.*, p. 260.
26. Entrevista a Fidel Castro por Maria Shriver de la NBC in *Misiles en el Caribe*, La Habana, Editora Política, 1993, p. 49.
27. *Ibid.*, pp. 5 a 7.
28. *Ibid.*, p. 7.
29. Fursenko & Naftali, 1997, p. 187.
30. Entrevista de Jorge Risquét Valdés, membro do Comitê Central do PC de Cuba e assessor de Raúl Castro, ao Autor. Havana, dezembro de 1995.
32. *Ibid.*
33. Entrevista de Jorge Risquét Valdés, membro do Comitê Central do PC de Cuba e assessor de Raúl Castro, ao Autor. Havana, dezembro de 1995. Fursenko & Naftali, 1997, p. 189. May & Zelikow, 1997, pp. 676-677.
34. Id., *ibid.*, p. 677.
35. Entrevista a Fidel Castro por Maria Shriver de la NBC in *Misiles en el Caribe*, La Habana, Editora Política, 1993, p. 15.
36. Draft Agreement between Cuba and the USSR on Military Cooperation and Mutual Defense, August 1962 (Translation from Spanish) in *The Cuban Missile Crisis 1962 — A National Security Archive Documents Reader*. Edited by Laurence Chang & Peter Kornbluh. Nova York, The New York Press, 1992, pp. 54-56.
37. Memorandum for the Files. Subject: Conversation with Ambassador Dobrynin — #2. Washington, September 6, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 1045-1047.
38. O codinome Anadyr proveio de um rio na Sibéria e foi escolhido com o objetivo de desinformação.
39. Gribkov & Smith, 1994, p. 29. Lechuga, 1995, p. 61.
40. Memorandum from the Department of Defense Operations Officer for Operation Mongoose (Harris) to the Chief of Operations, Mongoose Operations (Lansdale). Subject: End of Phase I. Washington, July 23, 1962. FRUS. vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 864-872.
41. McNamara, 1996, p. 339.
42. “I have a lot of respect for Mr. McNamara. But his insistence that the United States never intended to invade Cuba, either before or during the crisis, flies in the face of the facts.” “Kennedy and Cuba: The pressure to invade was fierce”, in *International Herald Tribune*, February 6, 1989, apud Lechuga, 1995, pp. 52-53.
43. Guidelines for Operation Mongoose, Washington, March 14, 1962; Memorandum from the Chief of Operation, Operation Mongoose (Lansdale) to the Special Group (Augmented) Subject: Contingency Plan, Washington, July 31, 1962; Attachment: United States Contingency Plan No. 2, Cuba (S). FRUS. vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 771-772 e 886-892.
44. Memorandum from General Lansdale for Special Group (Augmented). Subject: Review of Operation Mongoose. July 25, 1962. In *The Cuban Missile Crisis 1962 — A National*

Security Archive Documents Reader. Edited by Laurence Chang & Peter Kornbluh. Nova York, The New York Press, 1992, pp. 40-47. Esse memorando também está reproduzido in FRUS. vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 878-884.

45. Memorandum from the Department of Defense Operations Officer for Operation Mongoose (Craig) to the Special Group (Augmented). Subject: Consequences of US Military Intervention in Cuba. Washington, August 8, 1962. Ibid., pp. 917-920.
46. Memorandum from the Deputy Director of the Office of Caribbean and Mexican Affairs (Hurwitch) to the Assistant Secretary of State for Inter-American Affairs (Martin). Subject: Future Courses of Action with respect to Cuba. Washington, July 18, 1962. Ibid., pp. 846-850.
47. Memorandum from the Chief of Operation Mongoose (Lansdale) to the Special Group (Augmented). Subject: Stepped Up Course B. Washington, August 8, 1962. Ibid., pp. 899 a 900.
48. Gribkov & Smith, 1994, p. 122.
49. Thompson, 1992, pp. 161 e 162.
50. U.S. Senate — Alleged Assassinations Plots involving Foreign Leaders — An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities — November 20, 1975, Government Printing Office, 1975, pp. 105, 161-167. Em memorando escrito no dia seguinte, o general Lansdale usou a expressão “including liquidation of leader”, mas foi persuadido pelo seu assistente, William K. Harvey, a retirá-la, devido à “inadmissibility and stupidity” de usar tais palavras por escrito. Ibid., pp. 105, 161-167.
51. Central Intelligence Agency, DCI Files: Job 91-00741 R, Box 1, Mongoose Papers. Apud FRUS, vol. X, 1962-1963, Cuba, pp. 923-924.
52. Memorandum from the President=s Special Assistant (Schlesinger) to the President=s Special Assistant for National Security Affairs (Bundy), Washington, August 22, 1962. Attachment: Current Intelligence Memorandum — OCI No. 3047/62. Subject: Recent Military Aid to Cuba. Ibid., pp. 950-953.
53. Memorandum from the Central Intelligence Agency Operations Officer for Operation Mongoose (Harvey) and Acting Chairman of the Board (Smith) to the Chief of Operations, Operation Mongoose (Lansdale). Subject: Operation Mongoose — The Soviet Stake in Cuba. Washington, August 17, 1962. Ibid. pp. 941-943.
54. Memorandum for the file. Discussion in Secretary Rusk=s Office at 12 o=clock 21 August 1962 (John McCone). Washington, August 21, 1962. Ibid., pp. 947-949.
55. Ibid., p. 948.
56. Ibid., p. 949.
57. Memorandum of Meeting with President Kennedy (John A. McCone). Attended by Secretaries Rusk, McNamara, Gilpatric, General Taylor, Messrs. Bundy and McCone. Subject: Cuba, Washington, August 23, 1962. Ibid., pp. 953-955.
58. Ibid., p. 954.
59. National Security Action Memorandum n° 181 to Secretary of State, Secretary of Defense,

Attorney General, Acting Director CIA, General Taylor, The White House, Washington, August 23, 1962. In *The Cuban Missile Crisis 1962 — A National Security Archive Documents Reader*. Edited by Laurence Chang & Peter Kornbluh. Nova York, The New York Press, 1992, pp. 61-62.

60. Memorandum of Meeting with President Kennedy (John A. McCone). Attended by Secretaries Rusk, McNamara, Gilpatric, General Taylor, Messrs. Bundy and McCone. Subject: Cuba, Washington, August 23, 1962. *Ibid.*, p. 955.
61. White, 1996, pp. 98 e 99.
62. Antes da meia-noite de 24 de agosto de 1966, dois barcos a motor bombardearam o Hotel Icar, no subúrbio de Miramar, frequentado por Fidel Castro, que estava presente na hora mas não sofreu ferimento. No dia 26, depois da meia-noite, outros barcos atacaram o Hotel Sierra Maestra.
63. Memorandum from the Deputy Director for Intelligence (Cline) to Acting Director of Central Intelligence Carter, Subject: Recent Soviet Military Activities in Cuba. Washington, September 3, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 1.033-1.034.
64. Textualmente ele declarou: “I’m not for invading Cuba at this time. No, I don’t — the words do not have some secondary meaning. I think it would be a mistake to invade Cuba, because I think it would lead to — that it should be very — an action like that, which could be very casually suggested, could lead to very serious consequences for many people.” Apud Thompson, 1992, p. 164.
65. Telegrama n° 292, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 5/9/1962 — 13h. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — abril a setembro de 1962 — 6221. AHMRE-B.
66. Memorandum from the President’s Deputy Special Assistant for National Security Affairs (Carl Kaysen) to President Kennedy, Washington, September 1, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, pp. 1023-1024.
67. White, 1996, pp. 98-108.
68. Telegrama n° 633, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 6/9/1962 — 20h. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — abril a setembro de 1962 — 6221. AHMRE-B.
69. Memorandum for the file. Subject: Conversation with Ambassador Dobrynin -#2. Washington, September 6, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 1045-1047.
70. Telegrama n° 633, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 6/9/1962 — 20h. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — abril a setembro de 1962 — 6221; Telegrama n° 436, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA — Washington (Ilmar Penna Marinho), 6/6.9.1962. OEA — Telegramas recebidos e expedidos — 1962. AHMRE-B.
71. *Ibid.*
72. Memorandum of Conversation. Subject: Cuban Developments; Possible Informal Meeting of Foreign Ministers. Washington, September 5, 1962, 4 p.m. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 1039 a 1042.

73. Telegrama n° 633, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 6/9/1962 — 20h. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — abril a setembro de 1962 — 6221; Telegrama n° 436, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA — Washington (Ilmar Penna Marinho), 6/9/1962. OEA — Telegramas recebidos e expedidos — 1962. AHMRE-B.
74. Department of State — The Director of Intelligence and Research — To the Secretary, from INR — Allan Evans — Intelligence Note: Che Guevara Interview shows Bitterness — November 30, 1962. In Ratner & Smith, 1997, pp. 96-97.
75. Hershberg, James G. — “Before The Missiles of October: Did Kennedy Plan a Military Strike Against Cuba?”, in Nathan, 1992, p. 253.
76. Ofício n° 239, secreto, Bastian Pinto ao embaixador Carlos Alfredo Bernardes, ministro de Estado (Interino) das Relações Exteriores, Havana, 15/9/1962. 600 (24h) — Situação Política — outubro de 1962. AHMRE-B.
77. Telegrama n° 314, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz Ruiz de Gamboa), 25/9/1962 — 19h. 600 (24h) Situação Política — Cuba — abril a setembro de 1962 — 6221. Ibid.
78. Telegrama n° 333, secreto, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Ruiz de Gamboa), 12-14/10/1962— 11h. Ibid.
79. Message from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, September 28, 1962. FRUS, vol. VI, 1961-1963, Kennedy-Khrushchev Exchanges, pp. 152-161.
80. Ibid., p. 159.
81. Telegrama n° 497, secreto, do embaixador Manuel Pio Correia ao chanceler Afonso Arinos, México, 13/9/1962. Ofícios — Secreto — M-P — 1960-1962. AHMRE-B.
82. Memorandum of Discussion with the President=s Special Assistant for National Security Affairs (Bundy), Washington, October 5, 1962, 5:15 p.m., John A. McCone. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 11-13.
83. Telegrama n° 469, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA —Washington (Ilmar Penna Marinho), 28/9/1962 — 15h30. 961 — Organização dos Estados Americanos — 1961-1963. Ibid.
84. Telegrama n° 457, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA — Washington (Ilmar Penna Marinho), 22-23/11/1962. 600 (24h) Situação Política — Cuba — abril-setembro de 1962 — 6221. Ibid.
85. Telegrama n° 478, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA — Washington (Penna Marinho), 2/10/1962 — 20h. OEA — Telegramas Rec. e Exp. — 1962. Ibid.
86. Telegrama n° 478, confidencial, da delegação do Brasil junto à OEA —Washington (Penna Marinho), 2/10/1962 — 20h. OEA —Telegramas Rec. e Exp. — 1962. Ibid.
87. Telegrama n° 38, da delegação do Brasil junto à XVII Sessão da Assembleia-Geral da ONU — Nova York (Afonso Arinos de Melo Franco), 5/10/1962. 600.(24h) Situação Política — outubro de 1962. Ibid.
88. Ibid.

89. Ibid.
90. Melo Franco, 1968, p. 246.
91. Id., *ibid.*, p. 246.
92. Fursenko & Naftali, 1997, p. 217. Entrevista de Jorge Risquét ao Autor, Havana, dezembro de 1995.
93. Cable, Conf. DCI 1-2; Info: S/C 3-4, Carter to McCone, 17 Sept. 1962, in *The Secret Cuban Missile Crisis Documents*, Central Intelligence Agency, Brassey=s (US), 1994, p. 81. Memorandum from the Director of Intelligence and Research (Hilsman) to the Under Secretary of State (Ball). Subject: Summary of Recent Soviet Military Assistance of Cuba. Washington 2, 1962. FRUS. vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 7-8.
94. Telegrama nº 323, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz Ruiz de Gamboa), 3/10/1962 — 23h30. 600. (24h) Situação Política — outubro de 1962. AHMRE-B.
95. Carta-telegrama nº 107, confidencial, da embaixada do Brasil em Oslo (Francisco d=Alamo Lousada), 1-15/10/1962. 600 (00) — Situação Política Interna — de (80e) a (83) — 1946-1967 — 6337 — 6342. *Ibid.*
96. Zubok & Pleshakov, 1996, p. 236.
97. Gaddis, 1997, pp. 260-261.
98. Id., *ibid.*, p. 266.
99. Entrevista a Fidel Castro por Maria Shriver de la NBC in *Misiles en el Caribe*, Havana, Editora Política, 1993, p. 60.
100. Special National Intelligence Estimate — SNIE 85-3-62. The Military Build in Cuba. Washington, September 19, 1962. FRUS, vol. X, 1961-1962, Cuba, pp. 1070-1080.
101. CIA — Information Report. Subject: Possible Missile Site in Havana, 27 Sep 62; CIA — Information Report. Subject: Soviet and Rebel Army Convoy, 1 Oct 62. In *Central Intelligence Agency — The Secret Cuban Missile Crisis Document*, Brassey=s (US), McLean, Virginia, 1994, pp. 38-40.
102. Entrevista de Jorge Risquét ao Autor, Havana, dezembro de 1995. Memorando: “U-2 Overflights of Cuba, 29 August through 14 October 1962”, 27 February 1963, in *The Secret Cuban Missile Crisis Documents*, Central Intelligence Agency, Brassey=s (US), McLean, Virginia, 1994, pp. 127-137.
103. Central Intelligence Agency — Memorandum: Probable Soviet MRBM in Cuba, 16 October, 1962. *Ibid.*, pp. 127-137.
104. McNamara, 1996, p. 340.
105. Gribkov & Smith, 1994, p. 123.
106. Plano de contingência. Young, 1990, pp. 66, 67, 70 e 71.
107. Garthoff, 1989, p. 60. Em 27 de setembro, o general Curtis LeMay, chefe do Estado-Maior da Força Aérea, recebera o plano proposto para o bombardeio de Cuba (OPLAN 312), que deveria preceder o assalto anfíbio das tropas norte-americanas e o lançamento dos paraquedistas. A proposta foi aprovada com o plano para completar os preparativos até 20

- de outubro. Franklin, 1997, pp. 55 e 108. Garthoff, 1989, pp. 50-51.
- .09. Hershberg, James G. "Before the Missiles of October: Did Kennedy Plan a Military Strike Against Cuba?", in Nathan, 1992, pp. 259-265.
 - .10. Memorandum from the Ambassador at Large (Bowles) to President Kennedy. Report of Conversation with Ambassador Dobrynin on Saturday, October 13th, Regarding Cuba and Other Subjects. Washington, October 13, 1962. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 26-29.
 - .11. Hershberg, James G. "Before the Missiles of October: Did Kennedy Plan a Military Strike Against Cuba?", in Nathan, 1992, p. 261.
 - .12. May & Zelikow, 1997, p. 55.
 - .13. Id., *ibid.*, p. 54.
 - .14. Id., *ibid.*, p. 66.
 - .15. Id., *ibid.*, p. 57.
 - .16. Id., *ibid.*, p. 60.
 - .17. Telegrama nº 795, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 26/10/1962 — 12h. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — outubro de 1962 — 6222. AHMRE-B.
 - .18. Garthoff, 1989, p. 207. Somavam 44 os mísseis existentes em Cuba.
 - .19. Memorandum for the Record. Subject: Mongoose Meeting with Attorney General. Washington, October 16, 1962. Richard Helms. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 43-45.
 - .20. May & Zelikow, 1997, pp. 84-86.
 - .21. Id., *ibid.*, p. 87.
 - .22. Letter from Representative to the United Nations (Stevenson) to President Kennedy, Washington, October 17, 1962. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, pp. 101-102.
 - .23. *Ibid.*, p. 101.
 - .24. *Ibid.*, p. 102. O grifo é de Stevenson.
 - .25. *Ibid.*, p. 102.
 - .26. Gromyko, 1989, p. 179.
 - .27. A versão da conversa apresentada por Gromyko em suas memórias, embora mais resumida, coincide com a reproduzida no memorando preparado na Casa Branca. Gromyko, 1989, pp. 176-178. Memorandum of Conversation. Subject: Cuba. Washington, October 18, 1962, 5 p.m. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 110-114.
 - .28. *Ibid.*, p. 112.
 - .29. *Ibid.*, p. 113. Gromyko, 1989, p. 177.
 - .30. Entrevista a Fidel Castro por Maria Shriver de la NBC in *Misiles en el Caribe*, La Habana, Editora Política, 1993, p. 18.
 - .31. Draft Agreement between Cuba and the USSR on Military Cooperation and Mutual Defense,

August 1962 (Translation from Spanish) in *The Cuban Missile Crisis 1962 — A National Security Archive Documents Reader*. Edited by Laurence Chang & Peter Kornbluh. Nova York, The New York Press, 1992, pp. 121-122.

- .32. Ibid., pp. 121-122.
- .33. Memorandum for discussion. Subject: The Cuban Situation. Washington, October 17, 1962. John A. McCone. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, pp. 103-104.
- .34. May & Zelikow, 1997, p. 189.
- .35. Kennedy, 1969, pp. 38-39.
- .36. Alusão ao general japonês Hideki Tojo, que planejou o ataque a Pearl Harbor, desfechado em 7 de dezembro de 1941.
- .37. Thompson, 1992, p. 188.
- .38. Id., *ibid.*, p. 188.
- .39. Kennedy, 1969, pp. 35-36.
- .40. May & Zelikow, 1997, pp. 205-206.
- .41. May & Zelikow, 1997, pp. 205-206.
- .42. Entrevista de Jorge Risquét ao Autor, Havana, dezembro de 1995. McNamara, 1996, p. 340. *Ibid.*
- .43. Id., *ibid.*, p. 340. May & Zelikow, 1997, p. 262.
- .44. Id., *ibid.*, p. 264.
- .45. Notes on Meeting with President Kennedy, Washington, October 21, 1962, Robert McNamara. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 138-140.
- .46. Kennedy, 1969, p. 36.
- .47. May & Zelikow, 1997, p. 207.

Capítulo XIV

A POLÍTICA INTERNA E O DESENCADEAMENTO DA CRISE DOS MÍSSEIS • A OEA E A QUARENTENA NAVAL • A POSIÇÃO DO PRESIDENTE GOULART E O PAPEL DO BRASIL • O RISCO DA GUERRA NUCLEAR • A CAPITULAÇÃO DE KRUCHEV • OS ENTENDIMENTOS COM KENNEDY • A BARGANHA COM OS JUPITER NORTE-AMERICANOS NA TURQUIA • A INTERMEDIACÃO DE U THANT E A ATITUDE DE CASTRO • A MISSÃO DE MIKOYAN EM HAVANA

Kennedy, durante reunião do Ex Comm, declarara, com franqueza, que a presença de aviões soviéticos em Cuba particularmente não o preocupava. Ele estava preparado para viver com a ameaça representada pelos bombardeiros soviéticos. Em seu ponto de vista, a existência de 50 aviões em Cuba não afetava o equilíbrio de poder entre os Estados Unidos e a União Soviética. Contudo, de acordo com a avaliação da CIA, a presença de mísseis estratégicos em Cuba teria um impacto diferente através da América Latina, onde o efeito, se os Estados Unidos não reagissem, seria como se realmente o equilíbrio do poder houvesse mudado, gerando o sentimento de inevitabilidade do avanço da União Soviética.¹ De fato, conquanto os MRBM instalados em Cuba pudessem destruir várias cidades nos Estados Unidos, poucas pessoas no Ex Comm consideravam seriamente que eles alterariam o equilíbrio estratégico entre os Estados Unidos e a União Soviética, que possuía submarinos com capacidade de lançar foguetes contra Nova York, Washington e outras cidades norte-americanas. Àquela época, o arsenal norte-americano dispunha de 3.000 ogivas nucleares e cerca de 300 veículos lançadores, contando com 156 mísseis intercontinentais, 144 SLBM, instalados nos submarinos Polaris, e 1.399 bombardeiros estratégicos, enquanto a União Soviética possuía apenas 250 ogivas nucleares (incluindo as que estavam em Cuba) e não mais que 44 mísseis intercontinentais e 155

bombardeiros de longo alcance.² Também no governo norte-americano ninguém tinha dúvida de que o principal objetivo da instalação de MRBM e IRBM em Cuba não fora apenas dissuadir os Estados Unidos de atacá-la, mas corrigir a inferioridade estratégica, revelada pela disparidade de forças.³ Solução diplomática para a crise havia, pois, secretamente, Kennedy podia haver negociado com Kruchev a retirada dos mísseis de Cuba em troca do desmantelamento das bases na Turquia e na Itália, como fora sugerido, inclusive por McNamara, durante as reuniões do Ex Comm, e por ele próprio na conversação com o embaixador da Grã-Bretanha. Ele, contudo, colocou o mundo à beira do holocausto com o objetivo de obter ganhos na política interna dos Estados Unidos, para que o Partido Democrata fizesse a maioria do Congresso nas eleições de novembro, e compensar a humilhação que sofrera com a derrota na Baía dos Porcos, quando sua própria atitude vis-à-vis aos preparativos da CIA concorrera para criar aquela situação. Na realidade, Kennedy não fez gestão diplomática para evitar a crise, que ele deflagrou como um ato de propaganda eleitoral, a fim de superá-la negociando a partir de uma posição de força. A política interna — John Kenneth Galbraith, embaixador dos Estados Unidos na Índia àquela época, reconheceu — foi o fator mais importante na decisão de impor o bloqueio naval a Cuba.⁴ Destarte, Kennedy não interrompeu a campanha em prol do Partido Democrata, da qual continuara a participar no interior dos Estados Unidos enquanto o Ex Comm se reunia, quando voltou a Washington, para fazer, segunda-feira à noite, dia 22 de abril, grave pronunciamento à nação. Este seria mais um ato no desdobramento da campanha eleitoral. E o governo de Moscou ordenou ao general Issa Pliyev, comandante das tropas soviéticas em Cuba, que as colocasse em estado de alerta, para enfrentar um possível ataque dos Estados Unidos, contra o qual dera autorização (posteriormente revogada) para o uso de armas nucleares táticas, mas não os mísseis balísticos, os R-12, com alcance de 1.100 milhas náuticas.⁵ E Castro, às 17:40, deu às Forças Armadas Revolucionárias a ordem de alarme de combate, colocando cerca de 350.000 homens no máximo grau de alerta e de tensão, como sinal de iminência do mais grave perigo. Mas não houve

prisões de supostos ou verdadeiros inimigos da revolução, como ocorrera às vésperas da invasão de Playa Girón, e a esmagadora maioria do povo manteve-se serena e firme ao lado de Fidel, ou por causa dos benefícios econômicos e sociais que recebera ou por um sentimento de orgulho nacional.⁶

Kennedy apareceu na televisão “com a fisionomia cansada, olheiras profundas, voz grave e ar de grande decisão”, conforme Afonso Arinos de Melo Franco, que o viu e em suas memórias descreveu.⁷ Relatou, em breves palavras, como recebera as informações de que a União Soviética instalara mísseis balísticos em Cuba, apesar de suas advertências, e, após acusar especiosamente Gromyko de haver-lhe feito declarações falsas sobre o caráter do armamento, advertiu que a frota dos Estados Unidos não mais permitiria, sem inspeção, a passagem de navios soviéticos rumo àquela ilha.⁸ Anunciou então que os Estados Unidos estavam a convocar imediata reunião do Órgão de Consulta da OEA e do Conselho de Segurança da ONU, que deveriam aprovar e homologar a quarentena, visando apenas impedir a chegada de novas armas a Cuba. E, enquanto instituía a Defense Condition (DEFCON) 3, o grau máximo do estado de alerta para todas as Forças Armadas, enviou no mesmo dia a Kruchev uma carta, na qual, ameaçadoramente, declarava que os Estados Unidos estavam determinados a remover do Hemisfério aquela ameaça, representada pelos mísseis soviéticos em Cuba, e que a quarentena era o “minimum necessary” para a consecução de tal objetivo.⁹ A resposta de Kruchev, muito comedida, não indicou qual seria a reação da União Soviética. Apenas adiantou que as medidas do governo norte-americano constituíam ameaça à paz e à segurança das nações, acusando os Estados Unidos não só de interferirem indisfarçavelmente nos assuntos domésticos de Cuba, da União Soviética e de outros Estados como de violarem a Carta da ONU e as normas do direito internacional, que não permitiam estabelecer controles sobre navios em águas internacionais.¹⁰

Com o propósito de dar à quarentena aparente legitimidade, o governo norte-americano já então tomara a iniciativa de convocar o Órgão de Consulta da OEA. Na tarde do dia 21, Rusk convidara os embaixadores

latino-americanos a comparecer ao Departamento de Estado e comunicarlhes a decisão dos Estados Unidos, pedindo-lhes que seus respectivos governos a endossassem. Obviamente, depois que expulsara Cuba da OEA, o governo americano contaria com os 2/3, ou seja, os 14 votos necessários à aprovação da medida, mas lhe convinha obtê-la por maioria. E Kennedy previa que o Brasil, bem como o Chile, o México e, provavelmente, o Equador, votassem contra.¹¹ Por isso, Rusk solicitara ao embaixador Roberto Campos, especialmente, que interviesse junto ao presidente Goulart para recomendar-lhe que o Brasil, onde a opinião pública e mesmo do governo, segundo ele sabia, estava dividida, desse o consentimento necessário para que a OEA aprovasse por unanimidade a quarentena, por tratar-se de uma “questão vital” para os Estados Unidos.¹² Com efeito, a atender ao apelo e às ponderações de Campos, Goulart deu instruções ao embaixador do Brasil na OEA, Ilmar Penna Marinho, no sentido de que aprovasse o bloqueio, admitindo a inspeção de navios apenas para verificar o transporte de armamentos com poder ofensivo, mas subordinasse qualquer outra ação de caráter militar à investigação preliminar por uma comissão da ONU, de modo que as provas apresentadas não pudessem sofrer qualquer contestação.¹³ Qualquer outra resolução, fora daquelas linhas básicas, deveria ser-lhe previamente submetida. O texto do Anteprojeto de Resolução apresentado pelos Estados Unidos era, porém, capcioso. O primeiro parágrafo pedia “o desmantelamento e a retirada imediata de Cuba de todos os mísseis e de qualquer outra arma com capacidade ofensiva”. O segundo parágrafo recomendava que os Estados-membros da OEA — em outras palavras, os Estados Unidos — adotassem, “individualmente e coletivamente, inclusive o emprego da força armada” que pudessem julgar necessária para que Cuba não continuasse a receber das “potências sino-soviéticas material militar e os abastecimentos correspondentes”.¹⁴ Desta forma, o Brasil não podia aprovar o Anteprojeto de Resolução, pois implicava conceder aos Estados Unidos carta branca, como o embaixador Roberto Campos salientou,¹⁵ para intervir militarmente em Cuba, ao seu juízo individual, o que contrariava a orientação de Goulart, favorável a uma inspeção preliminar

por uma Comissão da ONU, antes de qualquer outra medida a adotar, além da quarentena. Os embaixadores Penna Marinho e Roberto Campos foram então ao Departamento de Estado, onde demandaram o desmembramento do segundo parágrafo em dois, uma vez que a aceitação do bloqueio era unânime, mas a redação do texto era tão ampla que justificaria atos tais como bombardeio ou invasão, medidas tão graves que, no entender do Brasil, não podiam ser tomadas antes que Cuba e a União Soviética, sob pressão internacional, tivessem a oportunidade de interromper a construção das bases de mísseis.¹⁶ O Secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, Edwin M. Martin, respondeu, alegando que tempo não havia para ulteriores negociações com vistas à unanimidade do texto, pois os Estados Unidos necessitavam de uma solução ainda naquele dia, preferivelmente antes das 16:00, quando o Conselho de Segurança da ONU reunir-se-ia, e não podiam ficar na dependência de novas decisões daqueles dois organismos internacionais. Apesar desta recusa, Penna Marinho, de acordo com instruções de Goulart, votou favoravelmente ao bloqueio. Mas, na segunda parte do parágrafo, absteve-se, tornando clara a posição contrária a medidas de bombardeio ou invasão de Cuba, no que o México e a Bolívia o acompanharam. O embaixador Penna Marinho explicou que o Brasil subordinava qualquer outra medida a “prévia comprovação, por observadores da ONU, do arsenal soviético na ilha”, mas aprovou o conjunto da Resolução, endossada unanimemente pelo Órgão de Consulta. Com esta decisão, alcançada às 15:00 de 23 de outubro, Kennedy assinou, quatro horas depois, a “proclamation of interdiction”, que cerceava a liberdade dos mares e violava vários artigos da Carta da ONU, e McNamara informou-o de que todos os navios estariam em posição para efetivar o bloqueio às 10:00 do dia seguinte. Mas os navios soviéticos Aleksandrovsk, transportando 24 ogivas nucleares para os IRBM e as remanescentes 44 ogivas nucleares para os mísseis FKR, e Leninskii Komsomol, com o carregamento dos IL-28, conseguiram chegar ao porto de La Isabela, em Cuba.

Nem Kennedy nem Kruchev, porém, estavam dispostos a desencadear a

guerra atômica. Nos dias seguintes, deram sinais de que se preparavam para negociar. Kruchev não aceitou as sugestões nem do embaixador soviético em Washington, Anatoli Dobrynin, nem do vice-ministro das Relações Exteriores, Vassili Kuznetsov, no sentido de adotar represálias, fechando às potências ocidentais, primeiramente, as rotas terrestres de acesso a Berlim Ocidental.¹⁷ “Nós estamos aqui tentando sair desta avanyura (jogo temerário) e você nos quer empurrar em uma outra”, Kruchev respondeu a Kuznetsov.¹⁸ E, no dia 24, determinou que os navios Almeteevsk, Nicolaeev, Dubna e Divinogorsk, que transportavam mísseis R-14 para Cuba, continuassem na rota mas reduzissem a velocidade, a fim de não alcançar a linha da quarentena, onde a colisão com as forças norte-americanas ocorreria, e que os demais regressassem à União Soviética. Também o Poltava e o Kimovsk, com carregamento bélico, não desafiaram a quarentena e tomaram outra direção. Kennedy, por sua vez, permitiu que um navio de passageiros da República Democrática Alemã e um petroleiro da Romênia passassem sem abordagem e revista, ao mesmo tempo que buscou canais para negociar secretamente a solução da crise. Seu irmão, Robert, pensou novamente em utilizar o duplê de jornalista e agente do GRU (serviço de inteligência militar da União Soviética) e mandar a Kruchev já mensagem de que havia possibilidade de trocar as bases na Turquia pelo desmantelamento e retirada dos mísseis de Cuba, e procurou o embaixador soviético, Anatoli Dobrynin, para conversação. Por sua vez, Dean Rusk, dado que o Brasil se manifestara disposto a intermediar uma solução junto a Cuba, sugeriu a Kennedy, no dia 26, um contato direto com Castro, através do seu embaixador em Havana, Luís Bastian Pinto.¹⁹ Este, na conversação com Castro, deveria salientar que Kruchev já determinara o retorno dos navios soviéticos, desertando e ameaçando trair Cuba, e que Kennedy, conforme publicamente declarara, estava disposto a negociar com ele qualquer problema, exceto seus vínculos políticos e militares com a União Soviética e a “aggressive attitude” para levar a revolução a outros países da América Latina.²⁰ Se Castro tentasse racionalizar a presença dos mísseis em Cuba, por temer uma intervenção militar, Bastian Pinto asseguraria que, uma vez

removidas as bases soviéticas, a OEA não aceitaria a invasão do seu território e os Estados Unidos não arriscariam a solidariedade do Hemisfério, invadindo Cuba “clearly committed to a peaceful course”.²¹ A iniciativa da gestão junto a Castro, porém, deveria ser conduzida em completo segredo, com a maior discrição, e fazendo crer que partia unicamente de Goulart. Kennedy, embora duvidasse de que ela pudesse produzir algum resultado, autorizou Rusk a expedir as instruções para o embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, que, ao recebê-las, procurou o primeiro-ministro Hermes Lima em sua residência, na noite do dia 26, a fim de que ele se comunicasse sobre o assunto com o presidente da República.²²

Goulart, que, como os demais chefes de Estado latino-americanos, recebera, no dia 22, uma carta de Kennedy com a solicitação do apoio à quarentena naval, já lhe respondera, aproveitando a oportunidade para fazer, com “franqueza e sinceridade”, algumas observações tanto sobre a posição do Brasil quanto sobre os rumos que as decisões da OEA estavam a tomar. Estas observações, na verdade, constituíram críticas diretas à forma como Kennedy conduzira a questão dos mísseis soviéticos e à manipulação da OEA pelos Estados Unidos. Goulart, após reiterar a defesa do princípio de autodeterminação dos povos, “em sua máxima amplitude”, e declarar que repugnava à consciência do povo brasileiro qualquer forma de Intervenção em um Estado americano, inspirada na alegação de incompatibilidade com seu regime político, para impor o sistema representativo por meios coercitivos externos, manifestou a “apreensão e a insatisfação” com o modo pelo qual os Estados Unidos pleitearam e alcançaram a decisão da OEA sobre a quarentena, “sem que se tivesse preliminarmente realizado ou, pelo menos, deliberado uma investigação in loco, e sem que se tivesse tentado, através de uma negociação”, como o Brasil propusera na reunião de Punta del Este, “o desarmamento de Cuba com a garantia recíproca de não invasão”.²³ “Receio que nos tenhamos abeirado sem necessidade de um risco que o povo brasileiro teme tanto como o norte-americano: da guerra nuclear” — Goulart ponderou, manifestando a esperança de que não fossem usadas contra Cuba medidas militares, “capazes de agravar o risco já desmedido da presente

situação”.²⁴ Aí ele expressou também seus “receios sobre o futuro imediato da OEA”, cujas decisões perdiam autoridade na medida em que eram tomadas por “maioria mecânica, com injustificável precipitação”, e com a tendência para transformá-la em um “bloco ideológico intransigente”, em que os “regimes de exceção de caráter reacionário” encontravam, entretanto, o “tratamento mais benigno”.²⁵ E, ao finalizar a carta, criticou a “aplicação abusiva” da Resolução II, de Punta del Este, que não outorgava à OEA o direito de “encomendar investigações sobre a situação interna de nenhum país”, bem como a criação do Colégio Interamericano de Defesa, inaugurado no dia 12 de outubro, por julgar que seus efeitos poderiam ser negativos, se, a título de segurança interna, passasse a estudar “questões da competência privativa dos Estados”, sobre os quais convinha que os militares recebessem formação e orientação puramente nacionais.²⁶

Goulart, que, apesar das divergências, já demonstrara vontade de cooperação, ao instruir o embaixador Penna Marinho para que votasse na reunião da OEA a favor da quarentena, aquiesceu, naturalmente, à proposta, mas, ao invés de incumbir ao embaixador Bastian Pinto o desempenho da missão, preferiu enviar a Havana um emissário e escolheu o general Albino Silva, chefe da Casa Militar. Naquele dia, porém, o Itamaraty já instruíra o embaixador Bastian Pinto para realizar gestão imediata junto a Fidel Castro e fazer-lhe um apelo no sentido de que suspendesse a construção das plataformas de lançamento de mísseis, pois o governo brasileiro estava seguramente informado de que o governo norte-americano se preparava para usar a força armada contra Cuba dentro de 48 horas, e a interrupção das obras afigurava-se-lhe como a única maneira de impedir a abertura das hostilidades.²⁷ Ao receber esta comunicação através de Bastian Pinto, Castro escreveu uma carta a Kruchev,²⁸ advertindo-o de que, segundo os informes em seu poder, a agressão era quase iminente, dentro das próximas 24 ou 72 horas, e que ele previa duas possibilidades: a primeira, e a mais provável, o ataque aéreo contra determinados objetivos, com o fim de destruí-los; a segunda, menos provável, ainda que possível, a invasão.²⁹ Se esta segunda variante ocorresse e os norte-americanos invadissem Cuba, com o objetivo de

ocupá-la, a União Soviética, conforme Castro aconselhou, não devia permitir “jamás las circunstancias en las cuales los imperialistas pudieran descargar contra ella el primer golpe”.³⁰ E acrescentou:

Le digo esto porque creo que la agresividad de los imperialistas se hace sumamente peligrosa y si ellos llegan a realizar un hecho tan brutal y violador de la lei y la moral universal, como invadir Cuba, ese sería el momento de eliminar para siempre semejante peligro, en acto de la más legítima defensa, por pura y terrible que fuese la solución, porque no habría outra.³¹

Castro, objetivamente, sugeriu que a União Soviética empreendesse um ataque preventivo contra os Estados Unidos, caso a invasão de Cuba se efetivasse. Conquanto Castro, posteriormente, negasse que fosse esta a intenção,³² assim Kruchev interpretou suas palavras e naturalmente se surpreendeu.³³ A inferioridade militar da União Soviética, coisa que Castro, como posteriormente reconheceu, não sabia,³⁴ era enorme e mesmo que ela desfechasse o primeiro ataque e destruísse 60% do poderio nuclear dos Estados Unidos, o que restasse ainda poderia devastá-la totalmente, conforme o embaixador Roberto Campos informara a Goulart.³⁵ Qualquer que fosse o nível de superioridade que teoricamente se pudesse calcular, no entanto, o risco de uma guerra nuclear estava fora das proporções do objetivo a ser ganho, como Henry Kissinger salientou. Mesmo um risco de 5% era intolerável, quando a penalidade envolvia a completa destruição de uma sociedade — certamente, da civilização.³⁶ Assim, diante dessa perspectiva, o secretário-geral da ONU, U Thant, fez um apelo aos Estados Unidos e à União Soviética, em nome de 40 países, para que se abstivessem, por duas ou três semanas, de qualquer ato que pudesse agravar a situação, suspendendo, voluntariamente, tanto o envio de armas quanto a quarentena, a fim de que as partes pudessem encontrar uma solução pacífica para o problema.³⁷ Kennedy respondeu no mesmo dia 25, dizendo que os Estados Unidos tudo fariam para evitar uma confrontação, na medida em que os navios soviéticos permanecessem longe da linha de interceptação. Dentro do Ex Comm, em Washington, McCone, McGeorge Bundy e Douglas Dillon, secretário do Tesouro, opuseram-se, porém, ao levantamento prematuro do

bloqueio e houve quem defendesse seu endurecimento, estendendo-o ao petróleo e seus derivados, com o intuito de provocar a queda de Castro. McCone, mais radical, entendia que somente o ataque aéreo, acompanhado, se necessário, pela invasão, resolveria o problema. Kennedy tinha consciência de que a quarentena por si só não seria o bastante para compelir a União Soviética a recuar, mas, evidentemente, sabia, como dissera a Harold Macmillan, que se os Estados Unidos invadissem Cuba haveria “the problem of course of these missiles being fired, or a general missile firing, and we certainly will have the problem of Berlin being seized”.³⁸ De fato, além de que a invasão custaria a vida a milhares de soldados, os mísseis já instalados em Cuba tinham condições de atingir Nova York, Washington e outros centros industriais dos Estados Unidos, onde os norte-americanos, como Kruchev observou, veriam pela primeira vez o fogo “chovendo sobre suas cabeças”.³⁹ Este fogo causaria uma devastação como os Estados Unidos jamais sofreram em todas as guerras anteriores combinadas das quais participaram. E, ainda que certamente saíssem vitoriosos, pagariam altíssimo custo em vidas e propriedades, mesmo que o conflito nuclear se limitasse a Cuba. Este não era o cenário que Kennedy desejava. Seu desígnio era fazer a maioria do Congresso, assegurar sua reeleição em 1964 e possivelmente tornar Robert Kennedy seu sucessor em 1968. Por isto, ponderou que o objetivo imediato não era a remoção de Castro, mas a remoção dos mísseis estratégicos instalados em Cuba, o que só seria possível por meio da ação armada ou da via diplomática, de cujo sucesso duvidava.⁴⁰ A ação armada implicava, porém, o risco de que os mísseis fossem disparados, como ele próprio reconhecera,⁴¹ iniciando uma guerra nuclear que, na verdade, não queria deflagrar. A CIA, inclusive, já constara, desde o dia 26, que 24 plataformas de lançamento de MRBM, em Cuba, estavam em plenas condições operacionais, havendo possivelmente outras não localizadas, capazes de revidar o ataque e atingir o território dos Estados Unidos.⁴² A perspectiva de que algumas poucas explosões nucleares ocorressem no seu solo inibiu então o governo norte-americano de tomar qualquer iniciativa que pudesse provocá-las. E a única alternativa foi, portanto, aceitar a sugestão do

embaixador Adlai Stevenson, que viera de Nova York para participar da reunião do Ex Comm, no dia 26, e oferecer à União Soviética, em troca da retirada dos mísseis estratégicos, a promessa de que os Estados Unidos não invadiriam Cuba.

Kruchev, que, como Kissinger comentou, era melhor em começar as crises do que em saber como concluí-las,⁴³ estava, por sua vez, disposto a recuar. No dia 25, reunira o Presidium do PCUS a fim de tomar decisões, de modo que pudesse ordenar aos quatro navios em alto-mar que regressassem e apresentar a Kennedy uma proposta para a superação da crise. E foi o que fez, no dia 26, através de uma carta, que Dean Rusk qualificou como “longa, vaga e perturbada”,⁴⁴ e na qual, aceitando o apelo de U Thant, declarou que se o presidente e o governo norte-americano assegurassem que os Estados Unidos não participariam de ataque contra Cuba e refreariam outras ações deste tipo, ele faria a frota regressar, e, ao desaparecer a ameaça, a questão dos armamentos também desapareceria.⁴⁵ Kennedy, na manhã do dia 27, já se preparava para responder à carta de Kruchev, quando recebeu a notícia, transmitida pela Rádio Moscou, de que Kruchev lhe enviara outra mensagem, colocando também como contrapartida para a remoção dos mísseis de Cuba a retirada dos Jupiter (cerca de 30) da Turquia, sob a supervisão da ONU.⁴⁶ Conquanto não houvesse dado qualquer ordem neste sentido, antes da crise.⁴⁷ Kennedy efetivamente, excogitara, como parte das negociações com Kruchev, a remoção dos mísseis norte-americanos da Turquia, considerados desnecessários desde que os Estados Unidos instalaram mísseis nos submarinos Polaris. Tal possibilidade fora sugerida, publicamente, não apenas pelo jornalista Walter Lippmann, com amplo acesso à Casa Branca, no *Washington Post*, como pelo primeiro-ministro da Áustria, Bruno Kreisky, e certamente a informação também chegara a Moscou através de vias informais, ou seja, do conselheiro da embaixada Soviética e da rezidentura (agência) da KGB em Washington, Aleksandr Fomin,⁴⁸ cujo nome real era Aleksandr Feklisov, relacionado com o jornalista John Scali, da ABC,⁴⁹ e de Georgi Bolshakov, do GRU. Embora os círculos liberais fossem favoráveis à retirada dos Jupiter da Turquia, este, no entanto,

era um tema que o governo norte-americano não podia tratar, publicamente, porquanto, além de envolver negociações com aquele país, abalaria a confiança da OTAN, cujo Conselho deveria formalizar a decisão, e possivelmente teria repercussão negativa para a posição de Kennedy dentro dos Estados Unidos. A barganha embaciaria o triunfo às vésperas das eleições. Kennedy ficou, assim, bastante aturdido. E McGeorge Bundy sugeriu-lhe responder à primeira carta, na qual Kruchev apenas demandara o compromisso de não invadir Cuba. Mas os integrantes do Ex Comm imaginaram a possibilidade de que a segunda carta decorreria de uma imposição dos setores mais duros de Moscou e a notícia posterior de que um SA-75 (SAM-2) abatera sobre Cuba, na região de Banes, um avião U-2, pilotado pelo major Rudolf Anderson Jr., um dos dois aviadores que tiraram as primeiras fotos da instalação dos mísseis, gerou a impressão de que Kruchev estava a perder o controle sobre os acontecimentos, impressão esta fortalecida pelo fato de que as baterias antiaéreas de Castro igualmente abriram fogo contra quatro aparelhos norte-americanos que sobrevoaram, em voos rasantes, as instalações de San Cristóbal e Sagua la Grande, atingindo um deles, sem, entretanto, derrubá-lo.

Diante de tais acontecimentos, o general Taylor defendeu o bombardeio das bases de mísseis terra-ar existentes em Cuba, porém Kennedy, conquanto reconhecesse ser este o único meio de assegurar a continuidade da vigilância sem o risco de perder outros aviões,⁵⁰ optou por não proceder a nenhuma retaliação. Sua decisão, conforme McGeorge Bundy sugerira e não Robert Kennedy, como ele próprio escreveu,⁵¹ foi no sentido de responder à primeira carta de Kruchev, o que fez prontamente, comprometendo-se a revogar logo as medidas de quarentena e dando garantias contra a invasão de Cuba, certo de que as outras nações do Hemisfério estavam preparadas para proceder do mesmo modo.⁵² Entretanto, convencido de que, àquela altura, não encerraria a crise sem equacionar a questão dos Jupiter, encarregou seu irmão, Robert, de contatar o embaixador soviético, Dobrynin, entregar-lhe a carta, que também seria transmitida por telegrama para a embaixada dos Estados Unidos em Moscou, e dizer-lhe que o governo norte-americano

estava disposto a considerar favoravelmente a questão da Turquia e remover de lá aqueles mísseis, mas o assunto tinha de ser conduzido com o máximo de discrição e sigilo. A maior parte dos integrantes do Ex Comm não soube da negociação. Ali o presidente contava com potenciais inimigos, como o vice-presidente Lyndon Johnson, McCone e, talvez, o general Maxwell Taylor, entre outros, capazes de permitir que a informação vazasse para a imprensa e destruísse sua carreira.⁵³ Assim, por volta de 19:45, Robert Kennedy recebeu Dobrynin em seu gabinete. Explicou-lhe que seu irmão, o presidente, temia uma escalada como consequência da derrubada do U-2, naquele dia, e estava sob forte pressão para que ordenasse a retaliação, mas resistia, a fim de evitar uma cadeia de reações difíceis de conter, e estava preparado para discutir qualquer proposta da União Soviética, desde que a construção das bases fosse urgentemente paralisada.⁵⁴ Em seguida, transmitiu a substância da carta e, indagado por Dobrynin sobre os mísseis na Turquia, informou que o presidente os removeria dentro de quatro ou cinco meses, mas que não podia anunciar o fato publicamente, pois isso cindiria a OTAN, e mesmo dentro do governo norte-americano apenas quatro ou cinco pessoas tinham conhecimento desse assunto.⁵⁵ Então, ainda de acordo com as instruções do presidente, pediu uma resposta o mais breve possível, salientando que não se tratava de um ultimato, porém da necessidade de encerrar o mais cedo possível aquele impasse, dado que os acontecimentos rapidamente se desenvolviam. Por fim, recomendou que Kruchev não escrevesse cartas, que teriam de ser traduzidas no Departamento de Estado, mas se comunicasse diretamente com Kennedy, para o que forneceu alguns números do seu telefone direto.⁵⁶ Segundo Kruchev, a mensagem foi um misto de “ameaça e súplica”, e Kennedy prometia ainda remover os mísseis da Itália.⁵⁷ Entretanto, por temer que Kruchev não aceitasse fazer, secretamente, a barganha dos Jupiter da Turquia pelos mísseis de Cuba, dado que o aparente recuo nesta exigência e a concordância com a inspeção internacional afiguravam-se iam como demonstração de fraqueza, Kennedy tratou de encontrar outra via que lhe permitisse também superar honrosamente aquela ameaça de guerra atômica. Procurou o professor

Andrew Cordier, da Universidade de Columbia e pediu-lhe que sugerisse a Sithu U Thant, secretário-geral da ONU de quem Cordier fora adjunto, solicitar às superpotências que retirassem seus mísseis de Cuba e da Turquia,⁵⁸ sob controle internacional, de modo que ele pudesse atender publicamente àquela condição sem parecer que cedera diante de Kruchev. Somente ele, seu irmão Robert Kennedy e Dean Rusk souberam de tal gestão.⁵⁹

U Thant estava a intermediar uma solução pacífica para o conflito, em estreito contato com o embaixador Adlai Stevenson, e Kruchev já aquiescera inclusive à proposta de suspender o envio de armas para Cuba. Porém, o apelo público à União Soviética e aos Estados Unidos para que desmontassem, respectivamente, suas bases em Cuba e na Turquia, bem como na Itália, conforme Kennedy pretendia para justificar, abertamente, a aceitação do swap, não se tornou necessário. Desde que o general Stepan Grechko, no comando da defesa aérea de Cuba, ordenara o disparo do SA-75, derrubando em Cuba o avião norte-americano U-2, Kruchev claramente se alarmou. Mal informado sobre quem instigara aquela reação e nervoso com a militância de Fidel Castro, que lhe pareceu pretender transformar o conflito em uma guerra global, receou perder o controle sobre os acontecimentos. Sob grande pressão, os soldados podiam não esperar ordens de Moscou e disparar mísseis de curto alcance com ogivas nucleares, caso os Estados Unidos atacassem Cuba.⁶⁰ Daí por que ele, Kruchev, tratou imediatamente de responder à mensagem de Kennedy, aceitando suas condições.⁶¹ Escreveu-lhe uma carta, na qual anunciou que ordenara não apenas a descontinuidade da construção das bases em Cuba, como igualmente o desmantelamento e o retorno à União Soviética dos armamentos considerados ofensivos.⁶² Ao mesmo tempo, admoestando-o a não dar passos que causassem irritação, advertiu-o de que a violação do espaço aéreo cubano poderia acarretar consequências perigosas e informou-o de que o vice-ministro das Relações Exteriores da União Soviética, Vassili V. Kuznetsov, viajaria a Nova York a fim de colaborar com U Thant nos esforços para a superação da crise.⁶³ Em outra carta, de caráter privado e

estritamente secreto, Kruchev referiu-se à retirada dos mísseis norte-americanos da Turquia e, dizendo compreender a delicadeza e a complexidade da questão, bem como os motivos pelos quais Kennedy não a queria tratar em público, concordou em que os entendimentos prosseguissem, confidencialmente, através de Robert Kennedy e Dobrynin em Washington.⁶⁴ Com isto, perdeu a oportunidade de fazer uma negociação aberta, intermediada por U Thant, conforme Kennedy chegara a sugerir ao professor Andrew Cordier, o que lhe resguardaria o prestígio, sem causar a impressão de que tivera de proceder a humilhante recuo diante dos Estados Unidos. Assim, a negociação não alcançou o objetivo, que era terminar a crise com um equitativo *quid pro quo*, evitando que ela resultasse em humilhante e inglória capitulação da União Soviética.⁶⁵

Cuba estava disposta a negociar qualquer solução, inclusive o desarmamento, a desnuclearização e a neutralização, desde que não fosse entregue de mãos atadas aos Estados Unidos, conforme o presidente Oswaldo Dorticós disse em Havana ao embaixador da Iugoslávia,⁶⁶ cujo presidente Josip Broz Tito também oferecera seus bons ofícios para intermediar o conflito. Kruchev, porém, formulou sua proposta e negociou com Kennedy à completa revelia de Fidel Castro. Escreveu-lhe apenas uma carta, no dia 28, comunicando que a mensagem enviada ao presidente dos Estados Unidos permitia acertar a questão em seu favor, defender Cuba da invasão e evitar o desencadeamento da guerra. Na carta, Kruchev, ao dizer-lhe que compreendia sua indignação “diante das ações agressivas dos Estados Unidos e das violações das normas mais elementares do direito internacional”, recomendou-lhe paciência, firmeza e aconselhou-o a não se deixar levar pelos sentimentos, enfatizando que o que estava em vigor não era “tanto o direito quanto a insensatez dos militaristas do Pentágono”.⁶⁷ “Não se deixe levar pelas provocações, porque os militaristas desenfreados do Pentágono, agora, pelo visto, quando se divisa a eliminação do conflito, que é em seu favor, criando a garantia contra a invasão de Cuba, querem fazer frustrar o acordo”, Kruchev escreveu.⁶⁸ O fato de que Kruchev decidira retirar os mísseis sem consultar Castro confirmou, no entanto, que os mísseis

foram colocados em Cuba não para sua defesa e sim por motivos políticos e estratégicos.⁶⁹

Fidel Castro, que se dispusera a fazer concessões e respondera favoravelmente à proposta de U Thant, convidando-o a ir a Havana,⁷⁰ enfureceu-se, no entanto, com o fato de saber pelo rádio que os chefes de governo das duas superpotências diretamente estabeleceram um acordo, passando por cima de sua cabeça, e entendeu que Kruchev manejava a crise muito mal: primeiro, ao anunciar como condição a retirada dos Jupiter da Turquia; em seguida, recuando. E não escondeu o inconformismo com a decisão de Kruchev de desmontar e remover os armamentos julgados por Kennedy ofensivos sem consultá-lo, ainda mais quando poderia aproveitar a oportunidade para resolver todo o problema das relações de Cuba com os Estados Unidos, de acordo com cinco pontos, que ele então levantou, a fim de dificultar a posição de Kruchev e fazer-se ouvir nas negociações: 1) suspensão do bloqueio econômico e de todas as medidas de pressão comercial, que os Estados Unidos impunham a todas as partes do mundo contra Cuba; 2) suspensão de todas as atividades subversivas, como lançamento e desembarque de armas e explosivos por via aérea ou marítima, organização de “invasiones mercenarias”, infiltração de espiões e sabotadores, bem como de todas as ações fomentadas a partir dos Estados Unidos e de “algunos países cómplices”; 3) cessação dos “ataques piratas” realizados desde bases existentes nos Estados Unidos e em Porto Rico; 4) cessação das violações do espaço aéreo e marítimo de Cuba por aviões e navios de guerra norte-americanos; 5) retirada da Base Naval de Guantánamo e devolução do território cubano ocupado pelos Estados Unidos.⁷¹ Kruchev, entretanto, justificou-se, alegando que o próprio Castro o alarmara ao informar-lhe, no dia 27, que esperava seguramente o ataque dos Estados Unidos a Cuba dentro de 24 ou 72 horas, e que ele não podia aceitar sua sugestão de assestar o primeiro golpe contra o território inimigo porque isto significaria o início da guerra mundial termonuclear, na qual, sem dúvida, o povo cubano, embora lutasse valentemente, também heroicamente pereceria.⁷² “Lutamos contra o imperialismo não para morrer”

— Kruchev asseverou, aludindo ao refrão “Patria o Muerte”, repetido por Fidel Castro —, senão para aproveitar todas as possibilidades, para perder menos nesta luta e ganhar mais para vencer e lograr a vitória final do comunismo”.⁷³ Castro respondeu a Kruchev negando haver sugerido que “la União Soviética fuese agresora, porque eso seria más que incorrecto, seria inmoral e indigno”. Contudo, outra interpretação não cabia, posto que, segundo sua própria confirmação, ele considerava que os Estados Unidos seriam o agressor desde o instante em que atacassem Cuba, e a União Soviética, neste caso, devia responder com um “golpe aniquilador”, porque lá também contingentes de suas Forças Armadas se encontravam.⁷⁴

De qualquer forma, em virtude do acerto de Kruchev com Kennedy, mesmo sem consultar Fidel Castro, os acontecimentos afoitaram-se desde a noite de 26 de outubro, quando o embaixador Lincoln Gordon solicitara a intermediação do Brasil ao primeiro-ministro Hermes Lima. Quando o general Albino Silva, emissário de Goulart, chegou a Havana, no dia 29, levando um plano igual ao de U Thant, que visava a assegurar a integridade e a soberania de Cuba,⁷⁵ o perigo maior do conflito já estava a passar, não obstante a persistência de tensões entre os Estados Unidos e União Soviética. Haviam apenas cessado os voos rasantes dos aviões norte-americanos sobre a ilha. Castro, logo em seguida, visitou a embaixada do Brasil e conferenciou por mais de uma hora com o general Albino Silva, mas, ao exprimir sua satisfação com o interesse de Goulart em cooperar na busca de uma saída honrosa para a crise, colocou, como ponto básico dos entendimentos, a evacuação da Base Naval de Guantánamo pelos Estados Unidos, o que, segundo ele, demonstraria sinceridade na decisão de conferir a Cuba “real garantia contra a agressão”, e recusou o plano de inspeção unilateral da ONU, por entender que ela deveria igualmente realizar-se nos territórios onde havia franca ameaça à integridade e soberania do seu país.⁷⁶

Esta atitude Castro manteve nas conversações com U Thant, que chegara a Havana em 30 de outubro, um dia depois do general Albino Silva, gerando um impasse e o temor de que a crise recrudescesse.⁷⁷ Mostrou-se extremamente amargo com a União Soviética, particularmente porque

Kruchev não o consultara antes de responder à carta de Kennedy, no dia 28.⁷⁸ E não aceitou, conforme os Estados Unidos propuseram, nem que representantes da ONU nem que seus aviões de reconhecimento, com tripulantes dos Estados Unidos, União Soviética e Cuba, verificassem o desmonte das plataformas de lançamento de projéteis, embora Kruchev houvesse aceito que a Cruz Vermelha inspecionasse o transporte de armamentos nos navios soviéticos durante as próximas três semanas. “Que derecho tienen los Estados Unidos para pedir esto?”, Castro perguntou e U Thant concordou com ele em que tal exigência não constituía um direito e que a inspeção só podia ser realizada com a aprovação e aceitação do governo cubano.⁷⁹ Castro declarou, enfaticamente, que não aceitaria nada que não se ajustasse à condição de Cuba como Estado soberano e que a inspeção constituía outra tentativa de humilhá-la. Esta demanda visava convalidar a pretensão de violar o direito do governo cubano de atuar dentro de suas fronteiras com inteira liberdade, conforme Castro reiterou, afirmando que os Estados Unidos não tinham o direito de invadir e não se podia negociar “con la simple promesa de no cometer un delito”.⁸⁰ Após a conversa, U Thant realizou algumas consultas com o embaixador do Brasil e o general Albino Silva, e no dia seguinte, 31 de outubro, voltou a conferenciar com Castro. Nesta ocasião, Castro mostrou-se mais calmo, e U Thant disse-lhe, claramente, que ele e seus colegas fizeram saber aos Estados Unidos que o bloqueio era ilegal, assim como o reconhecimento aéreo, e que nenhum Estado podia admitir um bloqueio, fosse ele militar ou mesmo econômico, e que isto era usar a imposição da força de uma grande potência contra um pequeno país.⁸¹ Também revelou que muitos delegados na ONU entendiam, igualmente, que grande parte do problema decorria das eleições nos Estados Unidos e que seria aconselhável deixar que elas se realizassem, no dia 6, para que se pudesse chegar a um resultado em melhores condições.⁸² Segundo U Thant, nos Estados Unidos havia três forças, ou seja, o Pentágono, a CIA e o Departamento de Estado, mas o Pentágono e a CIA tinham mais poder que o Departamento de Estado e o futuro do mundo se lhe afigurava muito sombrio se tal situação continuasse.⁸³ Ele revelou a

Castro que ameaçara renunciar ao cargo de secretário-geral da ONU se ela não tivesse condições de deter a agressão de uma grande potência contra um pequeno país, pois isto significaria o fim daquela entidade.⁸⁴ E, a declarar que compreendia perfeitamente a reação de Castro, pois sentiria o mesmo se seu país, a Birmânia, por uma grande potência fosse ameaçado, pediu-lhe para não fazer nenhum pronunciamento que pudesse complicar as negociações e confidenciou-lhe que muitas delegações entendiam que todo aquele problema com Cuba e a União Soviética fora motivado pela disputa interna nas eleições dos Estados Unidos.⁸⁵

Castro manifestou-se disposto a contribuir para encontrar solução definitiva para a crise, mas obstinou-se na recusa de qualquer fórmula que implicasse algum tipo de status especial para Cuba ou que resultasse em *capitis diminutio* para o Estado cubano. Aliás, as notícias veiculadas pelas rádios nos Estados Unidos de que U Thant fora a Cuba com uma equipe para verificar a retirada dos armamentos soviéticos irritaram-no e ele nem sequer aquiesceu ao pedido para permitir que dois representantes do secretário-geral da ONU permanecessem em Havana, a fim de manter contato direto com ele e com o presidente Dorticós, porque eles poderiam afigurar-se ao povo como uma espécie de funcionários de inspeção.⁸⁶

U Thant compreendeu assim que ele se opunha a todo tipo de inspeção e verificação de qualquer atividade dentro do seu país, de conformidade com os direitos de um Estado soberano. E recomendou-lhe que, quando falasse ao povo, como estava previsto, no dia 1º de novembro, nada dissesse que pudesse criar mais problemas e fricções.⁸⁷ Ao regressar a Nova York, U Thant informou então a Adlai Stevenson que encontrara Castro em “impossible and intractable mood”, furioso com Kruchev por comprometer-se em permitir a verificação e disposto a lutar até o último homem para defender a integridade de Cuba, cujo futuro só dispunha discutir com base nos cinco pontos por ele anunciados, e não admitindo nenhum tipo de inspeção dentro do seu território.⁸⁸ E salientou que a situação econômica em Havana, onde nem carne nem outros mantimentos não havia, era incrivelmente ruim e que a continuação do bloqueio simplesmente faria os cubanos mais

desesperados e mais suscetíveis à influência de Castro.⁸⁹

Castro atendeu ao apelo de U Thant e comportou-se com habilidade e moderação, embora com franqueza, ao falar pela rádio e televisão no dia seguinte, 1º de novembro. Criticou os Estados Unidos por levarem o mundo à beira da guerra para exigir que a União Soviética retirasse os mísseis de Cuba, enquanto se negavam a devolver o território de Guantánamo, onde tinham a base naval. Reconheceu que, no curso da crise, discrepâncias entre os governos soviético e cubano apareceram, porém que não gostaria de discutir aqueles problemas ali, a fim de que os inimigos não tirassem proveito. E, para acalmar o povo, que pelas ruas gritava “Nikita, Mariquita, lo que se da no si quita”, declarou que entre Cuba e União Soviética brechas não haveria, procurando justificar a decisão tomada por Kruchev de remover os MRBM e IRBM sem consultá-lo com a alegação de que estas armas estratégicas não pertenciam a Cuba, como, por exemplo, os tanques etc., não pertenciam a Cuba. Afirmou que respeitava essa decisão e ressaltou que a União Soviética, vários meses antes, cancelara a dívida que Cuba tinha com ela por motivo da compra de armamentos.⁹⁰ Não obstante o tom conciliador do pronunciamento, sua indignação com a União Soviética era tão grande, que Kruchev imediatamente despachou Anastás Mikoyan para Havana a fim de acertar as agudas dificuldades que surgiram no relacionamento de Cuba com a União Soviética.

A insistência de Castro nos cinco pontos, sob fortes aplausos da China, e sua obstinada recusa em permitir qualquer forma de inspeção estavam, na realidade, embaraçando o entendimento de Kruchev com Kennedy. E as dificuldades aumentaram mais ainda quando Mikoyan, ao passar pelo aeroporto de Nova York, recebeu do embaixador Adlai Stevenson a relação dos armamentos considerados ofensivos pelo governo norte-americano, com a exigência da remoção não só do IRBM e MRBM, mas também dos bombardeiros Ilyushin-28 (IL-28), conforme o analista de inteligência do Departamento de Estado, Raymond L. Garthoff, sugerira, apoiado na declaração que Kennedy fizera em 4 de setembro.⁹¹ Esses aparelhos, obsoletos, foram entregues a Cuba pela União Soviética para o

patrulhamento do litoral, mas o governo norte-americano considerou-os ofensivos porque tinham o alcance de 750 milhas náuticas e podiam carregar bombas nucleares. Ao que tudo indicava, os Estados Unidos trataram de complicar a situação, como Kruchev disse em carta a Kennedy,⁹² com o objetivo, provavelmente, de não dar reais garantias contra a invasão de Cuba. O próprio Castro e Dorticós chamaram a atenção de U Thant, no dia 31 de outubro, para as notícias, publicadas na imprensa, de que funcionários do governo norte-americano já davam a entender que não invadiriam Cuba, naquele momento, porque a União Soviética desmanchara as plataformas de mísseis, mas poderiam fazê-lo, mais adiante, amparados na OEA e no Tratado do Rio de Janeiro.⁹³

Mesmo depois do entendimento entre Kennedy e Kruchev, o Estado-Maior Conjunto continuara apressadamente a preparar a invasão de Cuba, ignorando que as forças soviéticas baseadas em Cuba, da ordem de 42.000 homens, dispunham de armas nucleares táticas, pelo menos 90 ogivas, e seu comandante, general Issa Pliyev, recebera ordem de usá-las.⁹⁴ E, em reunião do Ex Comm, Dean Rusk declarou que, se Castro não permitisse a “permanent presence” da ONU em Cuba, os Estados Unidos não poderiam comprometer-se a não invadi-la e os reconhecimentos aéreos prosseguiriam.⁹⁵ No mesmo dia, Kennedy entregou a McNamara um memorando, mostrando-se insatisfeito com os “plans X”, ou seja, o CINCLANT OPLAN 316, para a eventualidade da invasão de Cuba, por lhe parecerem muito reduzidos.⁹⁶ E, em 7 de novembro, o Conselho de Planejamento Político do Departamento de Estado submeteu ao Ex Comm um documento, propondo “a maximal U.S. strategy (...) directed at the elimination (...) of the Castro regime”.⁹⁷ Embora Kennedy estivesse a buscar, através dos contatos de seu irmão Robert com Dobrynin, alguma forma de entendimento sobre a retirada dos IL-28, prometendo como contrapartida levantar imediatamente a quarentena,⁹⁸ e Kruchev lhe comunicasse em 14 de novembro que se dispunha a fazê-lo, afirmando que para a União Soviética não constituía nenhuma dificuldade, os Estados Unidos nem haviam levantado a quarentena nem seus aviões deixaram de violar o espaço aéreo de

Cuba.⁹⁹ Fortes setores dentro do governo norte-americano preferiam alimentar a crise. Em 16 de novembro, uma vez que o impasse continuava, o Estado-Maior Conjunto recomendou ao presidente intensificar a vigilância aérea, retirar qualquer segurança contra a invasão de Cuba, agravar o bloqueio, estendendo-o também aos suprimentos de petróleo e seus derivados, e proceder, se necessário, à ação militar, como um ataque aéreo, a fim de compelir a União Soviética a remover aqueles bombardeiros da ilha.¹⁰⁰ O general Maxwell Taylor, presidente do Estado-Maior Conjunto, sugeriu igualmente que qualquer garantia a ser dada não afetasse o Tratado do Rio de Janeiro e fosse vinculada simultaneamente à “good behavior” por parte de Castro e à aceitação pelo seu governo de continuada vigilância aérea.¹⁰¹ Tais exigências evidenciavam que o Pentágono não desejava qualquer acordo, e Roger Hilsman, analista do Bureau of Intelligence and Research do Departamento de Estado, concluiu, àquela época, que era melhor para os Estados Unidos manter o impasse do que qualquer entendimento, o qual implicaria, substancialmente, dar a Cuba salvaguarda contra a invasão e afigurar-se-ia aos governos latino-americanos como o reconhecimento da legitimidade do regime de Castro e aceitação do comunismo no Hemisfério.¹⁰²

Castro tinha suas razões para não confiar nas intenções dos Estados Unidos e, com seu sentido de honra e de orgulho, não ceder a uma política de força. Era evidente que não podia aceitar a presença em Cuba de um posto permanente de verificação da ONU, sem equidade e sem reciprocidade, i.e., se o mesmo não fosse feito nos demais territórios do Caribe, inclusive pertencentes aos Estados Unidos, como U Thant propusera. Os Estados Unidos declararam que não aceitariam inspeção no seu território se não fosse feita inspeção igualmente na União Soviética.¹⁰³ Assim, para facilitar um acordo e resguardar a soberania de Cuba, o Brasil apresentou à Assembleia-Geral da ONU, em 15 de novembro, um projeto de resolução, visando tornar toda a América Latina zona desnuclearizada, com a garantia de integridade territorial de todos os países da região.¹⁰⁴ O governo Castro deu instruções ao seu delegado na ONU, o embaixador Carlos Lechuga, para

apoiá-lo e apresentar emendas, incluindo também Porto Rico e a Zona do Canal do Panamá, onde os Estados Unidos possuíam instalações militares, com a retirada de todas as bases militares das grandes potências, entre as quais a de Guantánamo.¹⁰⁵ Esta posição era coerente com a sua linha política, mas obviamente os Estados Unidos não aceitariam tais emendas. E a manutenção do impasse e o agravamento das tensões convinham exatamente aos militaristas e aos setores mais à direita do governo norte-americano, que tratavam de encontrar algum pretexto para intervir na ilha.

No mesmo dia em que o general Maxwell Taylor, em nome dos demais chefes militares, tratara de induzir Kennedy a medidas mais drásticas, Castro escreveu carta a U Thant, na qual, salientando que funcionários do governo norte-americano proclamavam que os Estados Unidos não assumiram o compromisso de não invadir Cuba porque a inspeção do seu território não fora permitida, comunicou que ordenara às baterias antiaéreas abrirem fogo contra qualquer avião de guerra que violasse o espaço aéreo do país.¹⁰⁶ Embora tratasse de restringir os voos rasantes, Kennedy alegou junto a Kruchev que a vigilância aérea era a única forma de proceder à verificação, dado que o governo cubano recusara todas as outras propostas feitas por U Thant. E, referindo-se à ameaça de Castro, advertiu que, se ela se consumasse, os Estados Unidos fariam a retaliação.¹⁰⁷ Naquelas circunstâncias, a derrubada de algum outro avião norte-americano sobre Cuba reacenderia inevitavelmente a crise, dando pretexto para a invasão, e por isto a ordem de Castro não apenas surpreendeu como alarmou Mikoyan, que até então não conseguira convencê-lo a permitir alguma forma de verificação, quer feita por uma delegação da ONU quer fosse feita por cinco países da América com os quais Cuba mantinha relações diplomáticas ou por 10 países neutros. O não atendimento de tal exigência, sem dúvida abusiva, servia naturalmente como pretexto para que o governo norte-americano não suspendesse a quarentena e não assinasse, conforme Kruchev propusera a Kennedy, um termo de compromisso, registrado na ONU, comprometendo-se a não invadir Cuba e a garantir a estrita observância de sua soberania.¹⁰⁸ Esta era a percepção do vice-ministro das Relações

Exteriores da União Soviética e incumbido das negociações na ONU, Vassili V. Kuznetsov, que considerava ociosa a insistência dos Estados Unidos na inspeção, uma vez que, embora se declarassem satisfeitos com a remoção dos armamentos considerados ofensivos, estavam a colocar obstáculos um após o outro.¹⁰⁹ E ele tinha razão. Alto funcionário do Departamento de Estado explicou ao embaixador brasileiro, Roberto Campos, que abandonar as exigências de controle internacional sobre o desmantelamento das bases em Cuba seria extremamente difícil para os Estados Unidos, por motivos de política interna, porquanto, não satisfeito esse requisito, a resistência política ao compromisso de não invasão, já enorme, aumentaria.¹¹⁰ Entretanto, caso impossível fosse montar um sistema de inspeção internacional, em virtude da intransigência de Castro, seria possível para os Estados Unidos manter as linhas gerais dos entendimentos Kennedy-Kruchev se a União Soviética permitisse a verificação em alto-mar dos mísseis retirados de Cuba.¹¹¹

E foi esta — a verificação em alto-mar — a solução encontrada. Kennedy indicara que abandonaria a exigência de verificação on-site, devido à recusa de Castro, desde que se acertasse a devolução dos bombardeiros IL-28. Mas aí o impasse perdurou, dado que, ao contrário dos mísseis, os IL-28 foram doados a Cuba, e Kruchev decidira também retirá-los, submetendo-se à pressão de Kennedy, sem que Castro fosse previamente informado.¹¹² Mikoyan defrontou-se com enorme dificuldade para alcançar um entendimento com Castro e os líderes cubanos, cuja intransigência, dificultando a superação da crise e a posição conciliadora de Kruchev, visou a demonstrar independência em face da União Soviética, como pareceu a Bastian Pinto, embaixador do Brasil em Havana.¹¹³ Desde o início, demonstrando ostensiva frieza ante sua presença,¹¹⁴ eles criticaram duramente o fato de não terem sido consultados nem informados pelo governo soviético, ao deflagrar-se a crise, e apontaram como erro crasso a proposta de trocar as instalações missilísticas em Cuba, que era um país socialista, pelas bases de Jupiter na Turquia.¹¹⁵ O melhor, segundo Castro, teria sido exigir a devolução do território ocupado pela Base Naval de Guantánamo, o que demonstraria que a instalação dos mísseis visara

realmente à defesa de Cuba e não a corrigir o desequilíbrio estratégico entre a União Soviética e os Estados Unidos. Castro e seus companheiros opuseram-se também à retirada total pela União Soviética das tropas motomecanizadas, dos IL-28 e dos lançadores de foguetes KOMAR, bem como a qualquer inspeção unilateral.¹¹⁶ Guevara, por sua vez, reforçou a observação de Castro, segundo a qual os Estados Unidos quiseram destruí-los fisicamente, mas a União Soviética, com a carta de Kruchev, aceitando, em 27 de outubro, a retirada dos mísseis, destruiu-os juridicamente. E criticou a “debilidade” do comportamento do governo soviético, que reconhecera como ato legítimo, conforme sua opinião, a violação, pelos Estados Unidos, do direito internacional.¹¹⁷ Mikoyan, por sua vez, retrucou, com dureza idêntica, esclarecendo que a União Soviética preocupara-se em salvar a paz, mas também criara condições para que os Estados Unidos garantissem a integridade de Cuba. O governo soviético — acrescentou — não fez concessões e sim pensou, no final da primeira semana, que a invasão de Cuba era iminente, como o próprio Castro informara.¹¹⁸ Mikoyan também deixou claro que a União Soviética não admitia que Cuba interferisse em sua política internacional e criticou severamente a posição de Castro, rechaçando publicamente a inspeção internacional, o que, a seu ver, complicara ainda mais a crise e agravara o perigo de guerra. As discussões daí evoluíram para a estratégia geral e Mikoyan manifestou a inconformidade do governo soviético com a linha da Declaração de Havana, que estava em franco desacordo com a doutrina da coexistência pacífica e não apenas privava Cuba do apoio de outros países latino-americanos, como prejudicava, no continente, os próprios partidos comunistas, cujas queixas chegavam a Moscou.¹¹⁹

Kennedy percebeu as dificuldades de Mikoyan em Havana, onde as conversações com Castro, várias e espaçadas, arrastavam-se, havia mais de duas semanas, sem qualquer conclusão. E, preocupado em não perder o controle da situação, pediu a Robert Kennedy que cobrasse de Dobrynin urgente resposta, antes de sua entrevista à imprensa, anunciada para o dia 20, à mensagem que, no dia 12, enviara a Kruchev, verbalmente, propondo que

ele aquiescesse à retirada dos IL-28 para possibilitar o levantamento imediato da quarentena. Robert Kennedy cumpriu as instruções do presidente, no dia 18, durante uma recepção oferecida em honra dos artistas do Balé Bolshoi, em sua residência. No mesmo dia, John McCloy, adjunto de Adlai Stevenson na ONU, manteve longa conversa com o embaixador Kuznetsov, fazendo-lhe ver que a remoção dos bombardeiros não podia ser indefinidamente adiada, ainda mais quando o presidente havia declarado que o levantamento da quarentena dependia de verificação da ONU e garantia adequada contra a reintrodução de novos armamentos, condições estas que ele estava disposto a relevar, em favor de um rápido entendimento.¹²⁰ Segundo adiantou, Kennedy estava enfrentando a oposição de “extremist groups” e encarecia que o governo de Moscou fizesse essa concessão, a fim de que ele pudesse anunciá-la no dia 20, ao dirigir-se à nação, fazendo seu primeiro pronunciamento desde 2 novembro, quando informara, pelo rádio e televisão, que a União Soviética já estava a desmantelar as bases de mísseis em Cuba.¹²¹ Àquela altura, Castro, ainda que timbrasse em mostrar-se independente e mesmo arrogante,¹²² não pôde mais resistir à pressão de Mikoyan, quando este o informou que Kruchev decidira, inapelavelmente, atender a mais essa exigência dos Estados Unidos e retirar os IL-28 dentro de 30 dias. Apenas teve, desta vez, a oportunidade de salvar a face.¹²³ No mesmo dia, 19 de novembro, antecipando-se à comunicação de Kruchev a Kennedy, escreveu a U Thant uma carta, na qual, acusando o governo norte-americano de exigir a retirada do IL-28 simplesmente como “pretexto para mantener la tensión, prolongar la crisis y sostener una política de fuerza”, declarou que o governo cubano não criaria obstáculos, se a União Soviética considerasse conveniente à boa marcha das negociações a remoção daqueles aparelhos.¹²⁴ No dia seguinte, ao receber a mensagem com que Kruchev fazia mais esta concessão,¹²⁵ Kennedy, antes de conceder a entrevista e anunciar o fim da quarentena, pediu ao antigo embaixador em Moscou, Llewellyn Thompson, que transmitisse a Dobrynin que já ordenara o rebaixamento do estado de alerta, estabelecido no começo da crise, e a desmobilização dos esquadrões aéreos de reserva. E enviou a Kruchev curta mensagem, assegurando-lhe que,

conquanto não se pudesse persuadir Castro a aceitar conveniente forma de inspeção ou verificação, não havia necessidade de temer qualquer invasão de Cuba, enquanto as questões seguissem aquele presente curso favorável.¹²⁶ Isto significava que a promessa de não intervir militarmente contra o regime de Fidel Castro não ia além das salvaguardas que qualquer outro país da América Latina tinha, sob as leis internacionais, ou seja, sob a Carta da OEA e o Tratado do Rio de Janeiro.

Destarte, Kennedy, com a ambiguidade que caracterizou seu comportamento, evadiu-se de assinar, em documento apropriado e registrado na ONU, conforme Kruchev solicitara, o compromisso formal de que os Estados Unidos não invadiriam Cuba. Usando como pretexto o fato de que Castro não permitira a inspeção on-site, saiu interna e externamente fortalecido da crise. O Partido Democrata, embora perdesse quatro cadeiras na Câmara de Deputados, ganhara mais senadores, entre os quais Edward M. Kennedy, o irmão mais jovem do presidente, cujo antigo rival Richard Nixon também perdera a eleição para o governo da Califórnia, fato ironicamente referido por Kruchev em carta de 14 de novembro.¹²⁷ No plano internacional, Kennedy afigurou-se como vitorioso, ao forçar o recuo de Kruchev, no mais grave confronto entre os Estados Unidos e a União Soviética desde que a Guerra Fria se instalara, na segunda metade dos anos 1940. O triunfo, porém, foi mais aparente que real. A crise dos mísseis abalou a confiança dos aliados europeus da OTAN nos Estados Unidos. Apesar de que apoiaram a atitude de Kennedy contra Cuba, a França e a Alemanha, sobretudo, perceberam que os Estados Unidos não se dispunham a consultar seus aliados da Europa, antes de tomar qualquer iniciativa, e tampouco arriscariam sua própria existência para proteger a Europa. Por isso, Charles de Gaulle, presidente da França, tratou de rever as relações da Europa Ocidental com os Estados Unidos, cogitando retirá-la da Guerra Fria, e buscou estabelecer com Konrad Adenauer, chefe do governo, um tratado de amizade e melhorar as relações com os países do Pacto de Varsóvia. Mais grave também foi o fato de que, ao fazer, secretamente, a barganha dos Jupiter pelos mísseis de Cuba, Kennedy, mesmo sem uma carta formal, não

apenas comprometeu a confiabilidade dos Estados Unidos, como colocou seu destino político — e o do irmão Robert — na dependência da discrição de Kruchev e dos demais dirigentes soviéticos.¹²⁸ Embora não tivesse dado nenhuma garantia real de que não invadiria Cuba, Kennedy jamais ousou dizê-lo publicamente, com receio de que Kruchev revelasse a barganha secreta com os mísseis da Turquia.¹²⁹

De qualquer forma, os entendimentos entre Kennedy e Kruchev, ainda que fizessem Cuba sentir-se bastante vulnerável, retirando-lhe até mesmo os barcos de patrulha contra os ataques terroristas a partir do mar,¹³⁰ constituíram fator importante para o avanço das negociações sobre o desarmamento, que a situação financeira das duas superpotências já tornava imperativo, situando-se as divergências mais no plano da confiança, ou seja, na questão do controle e da verificação, conforme a questão dos mísseis soviéticos em Cuba realçara. A União Soviética, que tivera gastos estimados em US\$ 1 milhão por dia, nos últimos quatro meses, com a Operação Anadyr, atingindo seus custos o total avaliado pela CIA em US\$ 1 bilhão, enfrentava, porém, uma situação muito pior.¹³¹ Sua economia já estava combalida, e ela só podia manter a corrida armamentista à custa de extremo sacrifício de sua população e dos demais países do Bloco Socialista. Por esta razão, Kruchev tinha, provavelmente, mais interesse no desarmamento, pois um acordo com os Estados Unidos possibilitaria a redução dos preços da carne, manteiga e outros gêneros, bem como a abolição das taxas sobre o rendimento do trabalho, duas vezes adiada devido às despesas militares, e o lançamento no mercado dos bens de consumo pelos quais a população da União Soviética ansiava.¹³² Ao que tudo indicou, portanto, ao perceber o fracasso da tentativa de instalar MRBM e IRBM em Cuba para melhorar a paridade estratégica da União Soviética em relação aos Estados Unidos e forçar uma solução do problema de Berlim, Kruchev procurou acomodar a situação com Kennedy, em favor do desarmamento, mediante sucessivas concessões, como a retirada dos mísseis e depois dos IL-28, à custa de Castro e do seu próprio prestígio no movimento comunista mundial. Mas os Estados Unidos, em abril de 1963, removeram os 15 mísseis Jupiter da

Turquia e os 30 da Itália e, em 5 de agosto, firmaram com a União Soviética e a Grã-Bretanha o Tratado de Limitação dos Testes Nucleares.

Notas

1. May & Zelikow, 1997, pp. 196-230.
2. Segundo Garthoff, os Estados Unidos possuíam 172 ICBM (intercontinentais), enquanto a União Soviética tinha entre 24 e 44. Também possuíam 1.450 bombardeiros estratégicos contra apenas cerca de 250 da União Soviética, que não dispunha de nenhum SLBM. Garthoff, 1989, p. 208.
3. Id., *ibid.*, pp. 45-46.
4. Lechuga, 1995, p. 70.
5. Gribkov & Smith, 1995, pp. 43, 62-63. Fursenko & Naftali, 1997, p. 242.
6. Quirk, 1994, p. 434.
7. Relato de Afonso Arinos de Melo Franco, que, em Nova York, como chefe da delegação do Brasil na ONU, assistiu ao pronunciamento de Kennedy na televisão. Melo Franco, 1968, p. 254.
8. Rad-TV Address of the President to the Nation from the White House — October 22, 1962, in *The Cuban Missile Crisis 1962 — National Security Archive Documents Reader*, ed. By Chang & Kornbluh, pp. 150-154.
9. Letter from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, October 22, 1962. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 165-166.
10. Telegram nº 1042 from the Embassy in the Soviet Union to the Department of State, Moscow, October 23, 1962 — 5 p.m. *Ibid.*, pp. 166 e 167.
11. May & Zelikow, 1997, p. 146.
12. Campos, 1994, pp. 494-495.
13. Íntegra das instruções de próprio punho de Goulart in Lima, 1974, p. 269.
14. Texto integral do Anteprojeto de Resolução in Moniz Bandeira, 1977, p. 80, nº 17.
15. Telegrama nº 774, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 22/10/1962 — 01h. Washington — Telegramas — CTs. — Rec. e Exp. — 1962. AHMRE-B.
16. Telegrama nº 777, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 23/10/1962 — 19hs00. Washington — Telegramas — CTs. — Rec. e Exp. — 1962. *Ibid.*
17. Zubok & Pleshakov, 1996, p. 260.
18. Id., *ibid.*, pp. 260-261.
19. May & Zelikow, 1997, pp. 458-459.
20. Beschloss, 1991, p. 509.
21. May & Zelikow, 1997, p. 459. Telegram nº 1055 from the Department of State to the Embassy in Brazil (Rusk), Washington, October 26, 1962 — 2 p.m. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 228-229. Quirk, 1994, p. 438.
22. Lima, 1974, p. 268. Hermes Lima, em suas memórias, publicadas em 1974, não deu, infelizmente, maiores detalhes de sua conversação com Gordon, mantendo o segredo e o compromisso da discrição.

23. Carta do presidente João Goulart ao presidente John Kennedy, Brasília, 24/10/1962. AP47 — APFCSD — SDP — AN.
24. Ibid.
25. Ibid.
26. Ibid. Outros detalhes sobre a questão da OEA vide Moniz Bandeira, 1975, pp. 188 a 192.
27. Telegrama nº 169, secreto-urgentíssimo, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Havana, 26/10/1962. Telegramas — Expedidos — Havana — 1962. AHMRE-B.
28. Entrevista de Jorge Risquét ao Autor, Havana, dezembro de 1995. Fursenko & Naftali, 1997, p. 272. Esses autores falam em carta de Goulart a Castro, mas na verdade foi um telegrama do Ministério das Relações Exteriores para o embaixador Bastian Pinto, instruindo-o para que transmitisse a informação ao governo cubano e solicitasse o desmantelamento das bases.
29. Carta de Fidel Castro a Nikita S. Kruchev, La Habana, 26/10/1962. In Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 45-46. Essa publicação, sem autor, contém os documentos liberados pelo governo cubano.
30. Carta de Fidel Castro a Nikita S. Kruchev, La Habana, 26/10/1962. in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, p. 45.
31. Ibid., p. 45.
32. Entrevista a Fidel Castro por Maria Shriver de la NBC in Misiles en el Caribe, Editora Política, La Habana, 1993, pp. 51-53.
33. Kruchev, 1990, pp. 224-225.
34. Entrevista a Fidel Castro por Maria Shriver de la NBC in Misiles en el Caribe, La Habana, Editora Política, 1993, pp. 59-61.
35. Campos, 1994, p. 495.
36. Kissinger, 1994, p. 586.
37. Íntegra da mensagem de U Thant, lida por Kennedy para o primeiro-ministro da Grã-Bretanha, Harold Macmillan, in May & Zelikow, 1997, pp. 387-388.
38. Id., ibid., p. 385.
39. Kruchev, 1991, pp. 222-223.
40. May & Zelikow, 1997, p. 476.
41. Id., ibid., p. 476.
42. Central Intelligence Agency Memorandum, “The Crisis USSR/Cuba, 27 Oct. 1962, prepared for the Executive Committee of National Security Council; Supplement 8 to Joint Evaluation of Soviet Missile Threat in Cuba, 28 Oct. 1962, prepared by Guided Missile and Astronautics Intelligence Committee — Joint Atomic Energy Intelligence Committee — National Photographic Interpretation Center”. In The Secret Cuban Missile Crisis Documents, Central Intelligence Agency, Brassey=s (US), 1994, pp. 327-329 e 337-340.
43. Kissinger, 1994, p. 520.
44. Telegrama nº 801, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 29/10/1962 — 13h30. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — outubro de 1962 — 6222. AHMRE-B.

45. Telegram nº 1101 from the Embassy in the Soviet Union to the Department of State, Moscow, October 26, 1962, 7 p.m. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 172-177.
46. Letter from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, October 27, 1962. Ibid., pp. 178-181.
47. Bernstein, Barton J. “Reconsidering the Missile Crisis: Dealing with the Problem of the American Jupiters in Turkey”, in Nathan (ed.), 1992, pp. 56 a 64. Chang, Laurence, “The View from Washington and the View from Nowhere: Cuban Missile Crisis Historiography and the Epistemology of Decision Making”, in Nathan (ed.), 1992, p. 134.
48. Segundo Fursenko & Naftali, o verdadeiro nome de Aleksandr Fomm era Aleksandr Flekisov, dublê de jornalista e agente do KGB, residente em Washington. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 248, 264 e 265.
49. Memorandum from ABC Correspondent John Scali to the Director of the Bureau of Intelligence and Research (Hilsman), Washington, undated. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, p. 227.
50. May & Zelikow, 1997, pp. 571-572.
51. Kennedy, 1969, pp. 101-102. Nash, 1997, p. 136.
52. Telegram nº 1050 from the Department of State to the Embassy in Soviet Union, Washington, October 27, 1962 — 8:05 p.m. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 81 e 182. Texto também transcrito in May & Zelikow, 1997, pp. 603-604.
53. Thompson, 1992, pp. 329-330.
54. May & Zelikow, 1997, p. 525.
55. Kennedy, 1969, pp. 107-109. Dobrynin, 1995, pp. 89-91. Nash, 1997, pp. 141-142.
56. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 281-282.
57. Kruchev, 1991,. p. 224.
58. Fursenko & Naftali, 1997, p. 281.
59. Nash, 1997, pp. 144-146. Gaddis, 1997, p. 271.
60. Gribkov & Smith, 1994, pp. 66, 67 e 71.
61. Id., *ibid.*, p. 67.
62. Letter from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, October 28, 1962. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 183-187.
63. Ibid., pp. 186-187.
64. Letter from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, October 28, 1962. Ibid., pp. 189-190. Kennedy cumpriu o compromisso e retirou os mísseis não só da Turquia como da Itália.
65. Nash, 1997, p. 143. Dobrynin, 1995, p. 82.
66. Telegrama nº 347, secreto, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 26/27.10.1962 — 18hs00.600 (24h), Situação Política — outubro 1962. AHMRE-B.
67. Carta de Nikita S. Kruchev a Fidel Castro, Moscou, 28/10/1962, in Pueblo Invencible, La

Habana, Editorial José Martí, 1991, p. 66.

68. Ibid., p. 66.
69. Duncan, 1985, p. 42.
70. Telegrama nº 352, secreto-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 27-28/10/1962 — 19h15. CTs. — Telegramas — Recibidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
71. Declaración del Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, Fidel Castro, La Habatta, 28/10/1962. in Pueblo Invencible, Editorial José Martí, La Habana, 1991, p. 65. Telegrama nº 155, confidencial, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Moscou, 6/11/1962. — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962 — 6223. Ibid.
72. Carta de Nikita S. Kruchev a Fidel Castro, 30/10/1962, in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 69-72.
73. Ibid., p. 70.
74. Carta de Fidel Castro a Nikita S. Kruchev, La Habana, 31/10/1962, in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 73-75.
75. May & Zelikow, 1997, p. 638.
76. Telegrama nº 359, secreto-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 30/10/1962. CTs. — Telegramas — Recibidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
77. Telegrama nº 813, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 31/10/1962 — 19h. Washington — Telegramas — Cts. — Rec. e Exp. — 1962. Ibid.
78. Telegrama nº 1585, from New York (Adlai Stevenson) to Secretary of State, November 1, 1962 — 1:00a.m., in The Cuban Missile Crisis 1962, A National Security Archive Documents Reader, pp. 249-251.
79. Conversaciones sostenidas por Fidel Castro, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, y U Thant, Secretario Interno de la Organización de Naciones Unidas, Palacio Presidencial, La Habana, 30/10/1962 — 3:10, in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 76-89.
80. Ibid., p. 88.
81. Conversaciones sostenidas por Fidel Castro, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, y U Thant, Secretario Interno de la Organización de Naciones Unidas, Palacio Presidencial, La Habana, 31/10/1962 — 3:10. Ibid., p. 91.
82. Ibid., p. 95.
83. Ibid., p. 91.
84. Ibid., p. 92.
85. Ibid., p. 95.
86. Memorandum of Telephone Conversation between Secretary of State (Rusk) and the Permanent Representative to the United Nations (Stevenson). October 31, 1962. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 323-325. Conversaciones sostenidas por Fidel Castro, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, y U Thant, secretario de la

Organización de Naciones Unidas, Palacio Presidencial, La Habana, 31/10/1962 — 3:10, in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, p. 96.

87. Ibid., pp. 95-96.
88. Telegram n° 1585, from New York (Adlai Stevenson) to Secretary of State, November 1, 1962 — 1:00 a.m., in The Cuban Missile Crisis 1962, A National Security Archive Documents Reader, pp. 249-251.
89. Ibid., pp. 250-251. Memorandum of Telephone Conversation between Secretary of State (Rusk) and the Permanent Representative to the United Nations (Stevenson). October 31, 1962. FRUS, vol. XI, October 1962- December 1963, Cuba, p. 324.
90. Fragmentos de la comparecencia de Fidel Castro, Primer Ministro del Gobierno Revolucionario de Cuba, ante la radio y la televisión cubanas, La Habana, 1° de noviembre de 1962, in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 102-108.
91. FState Department Memorandum, “Considerations in Defining Weapons Which Must Be Removed from Cuba”, October 29, 1962, in The Cuban Missile Crisis 1962 — National Security Archive Documents Reader, ed. By Chang & Kornbluh, pp. 247-248.
92. FLetter from Chairman Khrushchev of President Kennedy, Moscow, undated (transmitted to the Soviet Embassy in Washington on November 4). FRUS, vol. VI, Kennedy-Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 199-200.
93. FConversaciones sostenidas por Fidel Castro, Primer Ministro del Gobierno.
94. FFursenko & Naftali, 1997, pp. 268-269. McNamara, 1995, p. 341.
95. F“Sumary Record of NSC Executive Committee Meeting” (Bromley Smith), November 5, 1962, in The Cuban Missile Crisis 1962 — National Security Archive Documents Reader, ed. by Chang & Kornbluh, pp. 262-263.
96. FMemorandum from President Kennedy to Secretary of Defense McNamara, Washington, November 5, 1962. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, p. 381 .Thompson, 1992, p. 346.
97. FApud The Cuban Missile Crisis 1962 — National Security Archive Documents Reader, ed. by Chang & Kornbluh, p. 236.
98. FPresident Kennedy=s oral message to Premier Khrushchev, regarding the IL-28 aircraft, November 12, 1962, in “Sumary Record of NSC Executive Committee Meeting” (Bromley Smith), November 5, 1962. Ibid., p. 273.
99. FMessage from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, November 14, 1962. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 209-212.
100. General Maxwell Taylor, “Chairman=s Talking Paper for Meeting with the President” (sintetized version), November 16, 1962, in the Cuban Missile Crisis 1962 — National Security Archive Documents Reader, ed. by Chang & Kornbluh, pp. 280-282.
101. Ibid., pp. 281-282.
102. State Department Bureau of Intelligence and Research Memorandum, “Negotiations on Cuba: The Advantages of Stalemate” (Roger Hilsman), November 17, 1962. Ibid., pp. 284-287.

- .03. Message from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, November 15, 1962. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 212-215. Telegram from the Mission to the United States to the Department of State (Stevenson), Nova York, November 19, 1962 — 1 a.m. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 482-487.
- .04. Esse projeto de resolução foi que gerou o Tratado de Tlatelolco.
- .05. Telegrama n° 384, confidencial-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 14/11/1962 — 12h15. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B. Lechuga, 1995, pp. 146-148.
- .06. Carta de Fidel Castro a U Thant, La Habana, 15/11/1962, in Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 109-111.
- .07. Message from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, November 15, 1962. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 212-215.
- .08. Message from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, undated (transmitted to the Soviet Embassy in Washington on November 11 and was given to Robert Kennedy in the following day). Ibid., pp. 204-208.
- .09. Telegram from the Mission to the United Nations to the Department of State (Stevenson), Nova York, November 19, 1962 — 1 a.m., FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 482-487. Telegrama n° 144, secreto, da delegação do Brasil junto à Assembleia-Geral da ONU — Nova York (Afonso Arinos de Melo Franco), 9/11/1962 — 19h30. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962. AHMRE-B.
- .10. Carta-Telegrama n° 370, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 10/11/1962. Washington — Telegramas — Cts. — Rec. e Exp. — 1962. Ibid.
- .11. Ibid.
- .12. Lechuga, 1995, p. 153.
- .13. Telegrama n° 385, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 14/11/1962 — 15h15. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962 — 6228. AHMRE-B.
- .14. Telegrama n° 389, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 16-17/11/1962. Telegramas — Recebidos — Havana, 1962-1964. Ibid.
- .15. Telegrama n° 385, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 14/11/1962 — 15h15. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962 — 6228. Ibid.
- .16. Entrevista de Jorge Risqué ao Autor, Havana, dezembro de 1995.
- .17. Castañeda, 1997, pp. 287-288.
- .18. Telegrama n° 385, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 14/11/1962 — 15h15. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962 — 6228. AHMRE-B.
- .19. Ibid.
- .20. Telegram from the Mission to the United Nations to the Department of State (Stevenson),

Nova York, November 19, 1962 — 1 a.m., FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 482-487.

21. Fursenko e Naftali, 1997, pp. 307 e 308.
22. Telegrama n° 389, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 16-17/11/1962. Telegramas — Recebidos — Havana, 1962-1964. AHMRE-B.
23. Telegrama n° 212, confidencial, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Moscou, 26/11/1962. Moscou — CTs. — Telegramas — Expedidos — 1962-1963. Ibid.
24. Carta de Fidel Castro a U Thant, La Habana, 19/1/1962. In Pueblo Invencible, La Habana, Editorial José Martí, 1991, pp. 112-113.
25. Message from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, November 20, 1962. FRUS, vol. VI, Kennedy — Khrushchev Exchanges, 1961-1963, pp. 215-222.
26. Message from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, November 21, 1962. Ibid., p. 223.
27. Message from Chairman Khrushchev to President Kennedy, Moscow, November 14, 1962. Ibid., pp. 209-212.
28. Os Jupiter foram retirados da Turquia em abril de 1963, mas os submarinos Polaris passaram a estacionar no Mediterrâneo.
29. Beschloss, 1991, p. 566.
30. Brenner, Philip, “Thirteen Months: Cuba=s Perspective on the Missile Crisis”, in Nathan (ed.), 1992, 204.
31. Telegrama n° 800, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 28/10/1962 — 14h — Washington — Telegramas — Cts. Rec. e Exp. — 1962. AHMRE-B. “Análise da Crise Cubana”, confidencial, anexo ao Ofício n° 994, confidencial, Roberto Campos ao chanceler Hermes Lima, Washington, 1° de novembro de 1962. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962. Ibid. Zubok & Pleshakov, 1996, p. 259.
32. Telegrama n° 260, confidencial, da embaixada do Brasil em Moscou (Vasco Leitão da Cunha), 23/11/1962 — 17h15. Moscou CTs. — Telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962-1963-1964. Ibid.

Capítulo XV

A CONSOLIDAÇÃO DO GOVERNO REVOLUCIONÁRIO E O ISOLAMENTO DE CUBA • O PROBLEMA DOS ASILADOS NAS EMBAIXADAS LATINO-AMERICANAS • O UTILITARISMO DA DIPLOMACIA CUBANA • O RECRUDESCIMENTO DAS OPERAÇÕES DA CIA • O ACORDO COM A UNIÃO SOVIÉTICA E O RECUO NA INDUSTRIALIZAÇÃO • GUEVARA E A ECONOMIA CUBANA • KENNEDY E A ACOMODAÇÃO COM CUBA • O ASSASSINATO DE KENNEDY

A crise dos mísseis revelou a solidez do governo revolucionário de Fidel Castro, dentro do qual divergências não transpareceram. A mobilização ocorreu com rapidez e sem a exibição e a desordem de abril de 1961, quando a invasão da Baía dos Porcos ocorreu. Também, não obstante o intenso movimento militar, as atividades culturais, esportivas etc., continuaram normalmente. E quase não houve prisões de suspeitos e atos de sabotagem.¹ E, uma vez superada a crise, Castro concluiu com os Estados Unidos, rapidamente, as negociações para a troca dos 1.113 prisioneiros, capturados durante a invasão da Baía dos Porcos, por US\$ 53 milhões em produtos farmacêuticos, suprimentos médicos, alimentos e defensivos agrícolas.² Kennedy, ao recebê-los em Miami, não falou de renovar a tentativa de invasão, como alguns líderes contrarrevolucionários desejavam, e limitou-se apenas a reiterar sua convicção de que Cuba voltaria a ser “livre”, indicando que esperava a ocorrência de movimentos sediciosos dentro de Cuba, os quais contariam com o apoio moral, se não material, dos Estados Unidos.³ No entanto, Castro, surpreendentemente, não só autorizou e facilitou a partida para os Estados Unidos de cerca de 1.000 parentes dos invasores, como libertou numerosos presos políticos, inclusive alguns condenados a longas penas.⁴ Seu propósito, segundo os rumores, era conceder uma anistia parcial e libertar, proximamente, 20 ou mais prisioneiros políticos de nacionalidade norte-americana. Segundo rumores correntes em Havana,

Castro, diante das divergências com Moscou, convencera-se de que deveria reexaminar sua posição internacional e talvez mesmo formular uma política que lhe permitisse maior campo de manobra, colocando-se em uma “quarta posição” independente, o que, no entanto, difícil se afigurava, devido à absoluta necessidade da ajuda econômica da União Soviética e à crescente frieza dos neutros em relação a Cuba.⁵

A mobilização geral de Cuba, durante a crise dos mísseis, causou, entretanto, grandes prejuízos à produção, apesar dos esforços do governo revolucionário para reduzir seus efeitos. A pressão dos Estados Unidos, a recusa dos estivadores de vários portos a trabalhar em navios que aportavam em Cuba e a quarentena, durante 30 dias, fizeram diminuir progressivamente a navegação e, causando enormes prejuízos ao seu comércio exterior, tornaram o país ainda mais dependente da ajuda soviética.⁶ Como consequência de tais pressões, eram cada vez mais escassos os navios de bandeira não comunista que chegavam a Cuba. O Japão, que adquiria tradicionalmente meio milhão de toneladas de açúcar e pagava em dólares, suspendeu suas compras, porque os importadores e armadores japoneses temiam represália dos Estados Unidos.⁷ Por motivos semelhantes, a Espanha suspendeu sua linha aérea e marítima para Cuba.⁸ As empresas de aviação Pan-American, KLM e Mexicana igualmente suspenderam seus voos desde outubro. E até sobre as antigas colônias britânicas a pressão norte-americana fez-se sentir: o governo da Jamaica recusou-se a estabelecer relações diplomáticas com Cuba, apesar de que lá residissem já cerca de 30.000 jamaicanos, e o governo de Trinidad negou permissão para a aterrissagem do avião especial que devia levar a delegação ao Congresso da FAO no Rio de Janeiro.⁹ “A sensação de isolamento aqui é cada vez maior” — o embaixador Bastian Pinto informou ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, acrescentando que, além dos cargueiros que iam da Europa comunista, os voos irregulares de aviões cubanos para o México e para Praga eram as únicas ligações de Cuba com o resto do mundo.¹⁰ Em janeiro de 1963, o avião soviético TU-114 inaugurou a linha semanal Havana-Moscou, realizando voos diretos, a fim de evitar as escalas no Canadá ou em outros

países ocidentais, cada vez mais precárias, devido à crescente pressão dos Estados Unidos, que levara inclusive o governo da Guiné a negar-lhe autorização para pousar em Conakry.¹¹

Entretanto, o governo Castro concorreu, em janeiro de 1963, para isolar Cuba ainda mais da Europa Ocidental, ao reconhecer a República Democrática Alemã, concordando em que suas respectivas missões comerciais, em Havana e em Berlim Oriental, passassem ao nível de embaixadas. Esta decisão não constituiu surpresa e, decerto, resultou da crise dos mísseis. Durante aqueles dias, o governo comunista de Walter Ulbricht determinara que os navios da Alemanha Oriental, integrante do Pacto de Varsóvia, intensificassem os transportes para abastecer Cuba, ao passo que Konrad Adenauer, embora receasse uma reação contra Berlim Ocidental ou mesmo a guerra nuclear, apoiara a atitude de Kennedy e advogara até mesmo medidas drásticas, como o bombardeio das plataformas de mísseis ou a invasão da ilha. Na verdade, o apoio da República Democrática Alemã, com a possibilidade de estabelecer uma linha de navegação entre Rostock e Havana, tornava-se cada vez mais importante para o governo Castro. Mas o seu reconhecimento diplomático, coisa que até então nem mesmo os países neutralistas haviam ousado, pois sabiam das desvantagens econômicas, compeliu a República Federal da Alemanha a romper relações com Cuba, aplicando a Hallstein Doktrin,¹² por não admitir que a zona de ocupação soviética, ou seja, a Alemanha Oriental, sob domínio comunista, fosse tratada como Estado, do ponto de vista do Direito Internacional. E com isto Castro perdeu a melhor alternativa para a continuidade do seu comércio com os países do Ocidente, pois a República Federal da Alemanha era o principal parceiro comercial de Cuba na Europa Ocidental, se bem que as transações entre os dois países estivessem a decrescer desde 1960. Este rompimento conveio naturalmente aos Estados Unidos, cuja estratégia consistia em ampliar o bloqueio econômico, de modo a tornar a manutenção de Cuba cada vez mais onerosa para a União Soviética,¹³ forçada a carregar às costas “seu turbulento e espontâneo satélite latino-americano”, segundo a expressão do embaixador brasileiro em Moscou, Vasco Leitão da Cunha, ao

custo de US\$ 1 milhão por dia, “pagos com crescente relutância” pelos membros do Bloco Socialista.¹⁴

O crescente isolamento de Cuba e as facilidades que os Estados Unidos ofereciam a quem de lá fugisse, não pelas vias normais, agravaram o problema dos asilados, e a situação nas poucas embaixadas de países latino-americanos ainda existentes em Havana tornou-se dramática. Na embaixada do Uruguai, quase 300 asilados, “a maioria da pior espécie”, amontoavam-se.¹⁵ Na embaixada do Brasil, o asilado Pedro Fernandes, que a invadira, em um ônibus, com mulher e filhos, foi assassinado por companheiros com golpes violentíssimos na cabeça. Segundo o embaixador Bastian Pinto, ele era de condição humilde, semianalfabeto e sem ligações políticas, e entrara na embaixada, “como tantos outros, por espírito de aventura e talvez julgando que era o meio mais fácil e barato de ir para os Estados Unidos”, tanto que o motorista do ônibus abandonara depois o asilo, embora lá deixando a mulher e os próprios filhos.¹⁶ Como consequência desse crime de “características horripilantes”, o governo cubano solicitou à embaixada do Brasil que autorizasse uma vistoria, a fim de retirar as armas que os asilados sabidamente possuíam. Bastian Pinto, embora reconhecesse que a situação daquela chancelaria era de “completa anarquia” e esperasse a qualquer momento a ocorrência de outro crime, viu-se impossibilitado de autorizar a busca, com receio de que os asilados e seus amigos, espalhados na cidade, consumassem as ameaças de morte que faziam a todos os funcionários da embaixada.¹⁷ Ele informou ao Itamaraty que não tinha, porém, a menor condição de realizar com os próprios funcionários a vistoria e que, “nos últimos tempos, fracassaram seus ingentes esforços para manter um mínimo de disciplina entre 70 asilados, muitos dos quais são da pior espécie”, estando entre eles os autores do “horripilante assassinato, certamente capazes de qualquer outro crime”.¹⁸ Bastian Pinto, após assinalar que os asilados estavam convencidos de que tinham a seu favor a opinião pública mundial e de que tudo podiam fazer sob a proteção do asilo, solicitou ao Itamaraty que enviasse policiais brasileiros para a segurança interna da embaixada, e afirmou: “...Por absurdo que possa parecer todos corremos neste momento grave perigo de vida”.¹⁹

O problema dos asilados tornou-se realmente cada vez mais dramático e tão grave que já provocara o assassinato de um conselheiro da embaixada do México, três mortos na embaixada do Equador, dois na do Uruguai e dois na do Brasil.²⁰ A Chancelaria cubana, entretanto, relutava em expedir salvo-condutos, com receio de provocar nova avalanche de invasões às embaixadas, como ocorrido, a partir de 1961, e que deixaram a sede da embaixada brasileira semidestruída, levando o Itamaraty a gastar mais de US\$ 20.000, sem contar as despesas com a missão do embaixador Antônio Cândido da Câmara Canto, que fora tratar da questão dos asilados, e o envio de fuzileiros navais e aviões especiais da Força Aérea Brasileira.²¹ “Se em 1960 as embaixadas latino-americanas pululavam de sabotadores-terroristas, em 1961 transformaram-se em agências de viagens para os que ambicionavam deixar o país, sem passar pelas complicadas exigências burocráticas” — assim o diplomata brasileiro José Maria Ruiz de Gamboa, encarregado de Negócios do Brasil em Havana, expôs o problema ao Itamaraty, acrescentando que maridos cansados das esposas procuraram asilo, sedutor de conhecida dama penetrara na Chancelaria argentina para melhor escapar ao marido enfurecido e jogadores profissionais, uma vez proibido o jogo, buscaram a embaixada do Equador, atendendo a sugestão do próprio Castro, feita em discurso.²² Isto não significava que entre os asilados, àquela época, muitos não fossem articuladores de golpes de Estado, militares que passavam informações à oposição, guerrilheiros, terroristas responsáveis por atentados contra os principais líderes, agentes da CIA, clandestinamente desembarcados, ou líderes de protestos coletivos. Mas a possibilidade de asilo e a facilidade em obtê-lo representaram um estímulo à oposição, tanto que “muitos descontentes com o regime levavam na mão direita uma bomba, na outra o endereço de uma embaixada”.²³ Assim, ao perceber os abusos, o governo revolucionário prevaleceu-se da posição vulnerável das missões asilantes para, por sua vez, descumprir também as convenções de Havana e Montevideú, que regulavam o direito de asilo, retardando ao máximo a concessão dos salvo-condutos. No caso dos médicos, o governo revolucionário negou-se a fornecê-los, por motivos de

supremo interesse nacional, uma vez que a carência atingira ponto crítico. Também houve casos em que salvo-condutos, firmados pelo chanceler Raúl Roa e entregues à embaixada do Brasil, foram cancelados horas depois.²⁴

Na verdade, o governo cubano jamais concedera salvo-condutos com facilidade e em duas oportunidades chegara a irritar o governo brasileiro. Na primeira vez, em 1961, foi necessária a interferência de Che Guevara, que, “como todo bom argentino, avaliava perfeitamente a importância do Brasil, muito melhor que seus colegas cubanos”,²⁵ para que Fidel Castro solucionasse o problema, acedendo em dar salvo-condutos para 127 asilados na sua embaixada em Havana. A outra vez ocorreu em 1963, quando o presidente João Goulart teve de mandar a Havana o embaixador Câmara Canto, após o assassinato de dois asilados na embaixada brasileira, cuja situação se tornara incontrolável devido ao amontoado de pessoas. “Não se pense que o mal de que padece a Chancelaria cubana é apenas uma certa burocracia desprovida de considerações políticas” — o encarregado de Negócios do Brasil, José Maria Ruiz de Gamboa, ponderou, acrescentando:

O pequeno interesse com que muitas vezes somos acolhidos decorre do fato fundamental de que as relações de Cuba com outros países que não os da órbita socialista são imaginadas em termos de relações de troca. (...) Desde o dia em que Fidel Castro imaginou a estranhíssima operação de negociar os prisioneiros da invasão de 1961 por tratores americanos, o princípio do “toma lá, dá cá” passou a ter aplicação generalizada nas relações do Governo de Cuba com os países do Ocidente.²⁶

Essa “diplomacia cubana de troca imediata”, segundo o diplomata brasileiro, decorria do caráter do povo, “imediatista, avesso a divagações mentais”, que vivia o dia a dia “sem meditar muito nas consequências futuras de seus atos”, o que o fazia, “com uma frequência surpreendente, na categoria das pessoas irresponsáveis”.²⁷ Não era de estranhar, portanto, que a diplomacia dos cubanos viesse marcada pelo “signo do utilitarismo mais primitivo e pela falta de perspectivas políticas”, sobretudo quando percebiam as relações com o Ocidente como circunstanciais, passíveis de serem cortadas em função do agravamento da situação mundial. Além do mais, “com exceção do comandante Guevara, que, sendo argentino, infelizmente para nós não é o

Chanceler de Cuba” — o conselheiro Gamboa ressaltou —, todos os demais líderes cubanos careciam de uma perspectiva de geografia política que os habilitasse a avaliar melhor a importância de países como o Brasil.²⁸ E isto se devia ao fato de que, como os cubanos, até a vitória da revolução, faziam quase todos os contatos exteriores com os Estados Unidos, sua geografia nunca fora capaz de distinguir separadamente os valores e as potencialidades de cada país fora da área imediata do Caribe. Mas, se antes da revolução a geografia dos cubanos era “limitada”, após o advento de Castro tornou-se “completamente absurda”, na opinião do conselheiro Ruiz de Gamboa, pois eles passaram a imaginar Cuba “como o centro do mundo, o ‘farol’ que ilumina a América, o grande fulcro do movimento revolucionário de países subdesenvolvidos”.²⁹ E eles passaram a sofrer de “cubanocentrismo”.

Esses comentários refletiram as enormes dificuldades com que a embaixada do Brasil, sobrecarregada com grande número de asilados, defrontava-se para a obtenção de salvo-condutos, que o governo cubano só concedera, sem maiores dificuldades, uma única vez, porque estava interessado em que o governo brasileiro aprovasse a reexportação de café para Cuba através da União Soviética. Mas, de modo geral, a situação continuou a configurar-se por demais complicada para as cinco embaixadas latino-americanas remanescentes em Havana recusarem o asilo. A última conspiração de maior importância, como parte da Operation Mongoose, fora desbaratada em agosto de 1962, mas um atentado contra a vida de Fidel Castro ainda ocorreu em março de 1963,³⁰ e, apesar do poderio do regime e da maior estabilidade alcançada pela situação internacional de Cuba, após a crise dos mísseis, as manifestações de inconformismo persistiram e os pelotões de fuzilamento não cessaram, havendo todos os meses várias execuções, tanto em Havana, na fortaleza La Cabaña, como no interior, onde os guerrilheiros capturados eram mortos praticamente in loco, após julgamento sumaríssimo.³¹ O número de cubanos condenados anualmente a longos períodos de prisão atingia seguramente alguns milhares. Segundo as estimativas da embaixada do Brasil em Havana, os presos políticos em Cuba atingiam um total de 20.000 a 30.000 pessoas, sendo que vários cumpriam

penas de 20 e 30 anos. Este elevado grau de repressão, sem qualquer dúvida, constituiu uma consequência da política norte-americana, que, no curso da Operation Mongoose, procurou agravar ao extremo o inconformismo e criar, de todas as formas, as condições para um levante interno, que justificasse a intervenção militar em Cuba, e continuou a fomentar os raids terroristas contra seu território, como o bombardeio de fábricas, a partir de lanchas canhoneiras manejadas pela organização Alpha 66, e os frequentes desembarques de pequenos grupos revolucionários para levar material de sabotagem e estabelecer estações de rádio.³²

Tais operações, embora no primeiro semestre de 1963 não fossem autorizadas pela administração Kennedy, contaram com o suporte da CIA e do FBI, bem como dos governos da Nicarágua e Costa Rica, onde os líderes contrarrevolucionários Manuel Artime e Manuel Ray possuíam bases. Entretanto, os Estados Unidos, ainda que desativassem, desde dezembro de 1962, a Operation Mongoose e não pretendessem, ao menos momentaneamente, invadir Cuba, não desistiram de destruir o regime revolucionário lá instalado, e o agravamento do bloqueio econômico passou a ter uma dupla finalidade, ou seja, enfraquecê-lo, se não o derrubasse, e impedir, pelo menos, que tivesse qualquer possibilidade de sucesso, e tornar sua sustentação ainda mais cara para a União Soviética, sobrecarregando-lhe a economia, já bastante comprometida pela corrida armamentista. O objetivo da administração Kennedy não mudou. Ela continuava disposta a intensificar os esforços para provocar a queda do governo Castro, ainda em 1963, compelindo os quatro países latino-americanos — Brasil, México, Uruguai e Bolívia —, que ainda mantinham relações com Cuba, a rompê-las; dar continuidade, por este e outros meios, ao processo de desmoralização de Castro na América Latina; interromper todas as linhas de transporte e comunicações ainda remanescentes; incentivar as forças anticastristas e intensificar o bloqueio econômico, a fim de tornar ainda mais caro o auxílio soviético.³³ A ideia da intervenção coletiva, sob a égide da OEA, voltou, nesse ínterim, a crescer dentro da administração Kennedy, que julgava o acordo com a União Soviética insatisfatório e cogitava a possibilidade de invocar a

Resolução do Órgão de Consulta, aprovada em 23 de outubro, se outras medidas contra o governo Castro se tornassem necessárias. Membros do Congresso e do próprio governo norte-americano voltaram a fazer pronunciamentos ostensivos, através da imprensa, a respeito do problema de Cuba, sob a alegação de que os Estados Unidos não podiam indefinidamente tolerar, naquele país, a presença de tropas soviéticas, da ordem de 17.000 homens, segundo Kennedy informara, negando, contudo, a chegada de novas armas ofensivas.³⁴ O próprio Dean Rusk confirmara, publicamente, que os Estados Unidos haviam iniciado consultas aos demais países latino-americanos visando reequacionar e dar um sentido multilateral e coletivo à sua ação contra Cuba.³⁵ A Argentina, que não só mandara dois destróieres — Rosales e Espora — para participar da quarentena, durante a crise dos mísseis, como autorizara o envio de uma esquadrilha de três aviões, com a missão de patrulha, busca e salvamento, já se dispusera a formar, com a assistência dos Estados Unidos, uma brigada, que poderia participar de eventual ação contra Cuba, contribuindo para dar-lhe um caráter coletivo e continental, ainda que seu valor fosse meramente político e simbólico, ou mesmo intervir em qualquer outro país, inclusive o Brasil.³⁶ E Dean Rusk, posteriormente, voltou a afirmar que os Estados Unidos não podiam considerar nem a permanência de tropas soviéticas em Cuba como “situação normal” nem que aquela ilha fosse utilizada como base de treinamento de guerrilheiros e de infiltração comunista na América Latina.³⁷

Kennedy, em uma entrevista à imprensa, dissera, no entanto, que os Estados Unidos não deviam considerar a ameaça comunista baseada principalmente em Cuba, pois um “comunismo local”, não relacionado com aquela ilha, existia e aproveitava-se das dificuldades do povo, como no Nordeste brasileiro.³⁸ Acrescentou que, mesmo se os Estados Unidos conseguissem acabar com a infiltração, através de Cuba, ainda teriam de defrontar-se (deal with) com os movimentos comunistas locais.³⁹ Esta fora a primeira vez que Kennedy reconheceria a existência de comunismos sem ligações com Moscou, mas a grande preocupação dos Estados Unidos era com o fato de que Cuba estava a encorajar; treinando guerrilheiros e dando

todo o respaldo à deflagração de movimentos revolucionários nos mais diversos países da América Latina, com base nas diretrizes da Segunda Declaração de Havana. Kennedy manifestara-a a Vassili V. Kuznetsov, vice-ministro das Relações Exteriores da União Soviética e encarregado das negociações sobre a retirada dos mísseis de Cuba, referindo-se a discursos em que Castro e Che Guevara convocavam os povos da América Latina à luta armada, na crença de que um grupo de guerrilheiros catalisaria o processo revolucionário e que isto poderia ser feito em qualquer país.⁴⁰ Kuznetsov respondeu-lhe então que Cuba tinha mais razões para temor e preocupação do que os Estados Unidos, dado que, desde a vitória da revolução, em 1959, estava a sofrer pressões subversivas, mas o governo Castro já manifestara claramente a vontade de negociar todas as questões com Washington. Ele salientou então que as conversações em Nova York foram entre os Estados Unidos e a União Soviética, porém, o fato de que estavam a tratar de um terceiro país tornara mais difícil o problema.⁴¹

Efetivamente, Cuba não participara dos entendimentos que as duas superpotências mantiveram, durante e após a crise dos mísseis, e não assumira, por conseguinte, qualquer obrigação, como, por exemplo, a de não fomentar as atividades insurrecionais na América Latina, o que não deixava também de constituir uma intervenção nos assuntos internos de outros países. Kennedy, através do embaixador dos Estados Unidos em Moscou, Foy Kohler, mandou mensagem a Kruchev, reclamando contra o fato de que Cuba estava a ameaçar o governo de Rómulo Betancourt, ao fomentar as atividades de guerrilhas na Venezuela.⁴² Esta prática, coerente com os postulados da Segunda Declaração de Havana, criava também sérios problemas para o governo soviético, ao dividir os partidos comunistas, que mantiveram a hegemonia sobre o movimento de esquerda desde os anos 1930 e sempre serviram à União Soviética como instrumento de sua política exterior. O conflito entre o “comunismo local”, que Kennedy referira e que tendia a identificar-se com o castrismo, e o comunismo ortodoxo, submisso à União Soviética, evidenciou-se nitidamente no Brasil. Em fins de 1962, um avião da VARIG, que transportava a delegação de Cuba a uma reunião da

FAO no Rio de Janeiro, caiu misteriosamente no Peru, e com um dos passageiros três cartas foram encontradas sobre os preparativos insurrecionais das Ligas Camponesas, cuja organização clandestina — o Movimento Revolucionário Tiradentes — já contava com campos de treinamento e enfrentava uma séria luta interna entre o seu chefe, Clodomir Moraes, e outros dirigentes, Tarzan de Castro e Carlos Montarroyos.⁴³ A revelação, aproveitada no Brasil pelas forças da direita, repercutiu como escândalo. E Luiz Carlos Prestes, secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro e homem de confiança do PCUS, viajou a Cuba, em março de 1963, após conferenciar com Kruchev, em Moscou, a fim de reclamar com Fidel Castro do apoio dado pelo governo cubano à preparação de guerrilhas, no Brasil, por elementos das Ligas Camponesas, dizendo-lhe que tais métodos, preconizados na Segunda Declaração de Havana, estavam dividindo e prejudicando a esquerda naquele país.⁴⁴ Ao contrário de Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas e que, em Havana, sustentara, à mesma época, que existiam no Brasil as condições necessárias à revolução armada, Prestes declarou aos cubanos que tentar ali esse caminho seria “criminoso”.⁴⁵ E explicou que, apesar de algumas contradições, a democracia no Brasil funcionava, não havia presos políticos e era possível atrair a burguesia para a formação de uma frente única, que conquistasse o poder pela via evolutiva, não tendo o Partido Comunista razão, portanto, para hostilizar o governo Goulart, cuja política exterior seguia as diretrizes de convivência pacífica com países de regimes diferentes.⁴⁶

O apoio de Castro e Che Guevara ao que Kennedy chamou de “comunismo local”, ou seja, às correntes de esquerda, como as Ligas Camponesas no Brasil, independentes da União Soviética ou da China, tendeu a aumentar ainda mais, devido aos profundos ressentimentos com a atitude de Kruchev, não consultando o governo cubano, ao decidir a retirada dos mísseis e dos bombardeiros IL-28. Não fosse a extrema dependência econômica de Cuba em relação à União Soviética, o governo cubano alinharia-se ostensivamente com a China. A irritação de Castro com Moscou era tão grande, que ele teria até admitido, diante das dificuldades com que Cuba se

defrontava, não haver jogado todas as suas cartas, pois sempre lhe restaria jogar a “carta americana”.⁴⁷ O embaixador do Brasil em Moscou, Vasco Leitão da Cunha, que antes servira em Havana, quando a revolução triunfara, e recebera esta informação de um amigo comum seu e de Castro em Paris,⁴⁸ comentou:

Conhecendo-o como o conheço, não me surpreenderia semelhante manobra, mas receio que falte aos norte-americanos a flexibilidade necessária para tratar com o atrevido caudilho. Será que somente a secular experiência britânica consegue transformar em parceiros os Nehrus, Nkhromas e Makarios?⁴⁹

Kennedy não tivera a flexibilidade necessária para transformar Castro em parceiro. Continuou a alimentar a esperança de que um levante interno ocorresse em Cuba, eventualidade em que tropas norte-americanas, conforme ordenara ao Pentágono, deveriam estar prontas para rapidamente intervir e sustentá-lo.⁵⁰ Mas demonstrou suficiente bom senso ao conter os chefes de governo da América Central, favoráveis à convocação de uma nova Reunião de Consulta da OEA e à ação militar contra o regime de Fidel Castro.⁵¹ Em reunião com eles, em San José da Costa Rica, explicou-lhes que a questão de Cuba se tornara parte integrante da Guerra Fria, não sendo mais concebível a sua invasão, não só pelas repercussões desfavoráveis para os Estados Unidos no continente, como também pelos problemas que acarretaria ao Ocidente em outras partes do mundo e pelos riscos de eclosão de nova crise, cujo desfecho poderia ser a guerra termonuclear global.⁵² Opôs-se, outrossim, à formação de um governo cubano no exílio, pelas complicações que tal iniciativa traria na ONU e na OEA, onde se chocaria com a posição não intervencionista do Brasil e do México.⁵³ E reiterou, em carta a Kruchev, que não tinha nem intenção nem desejo de invadir Cuba e que estava a tomar medidas, inclusive junto ao governo britânico, no sentido de impedir não somente que a Flórida como as ilhas Bahamas servissem como base, no Caribe, para raids contra os navios soviéticos, atribuídos aos exilados anticastristas, mas, na verdade, organizados e conduzidos pela CIA.⁵⁴

Àquela época, McGeorge Bundy, assessor especial para Assuntos de Segurança Nacional, escrevera um memorando, intitulado “A Sketch of the Cuba Alternatives”,⁵⁵ e reiterara sua sugestão, entre três alternativas para lidar com a questão de Cuba, feita em 4 de janeiro daquele ano, no sentido de que o governo norte-americano explorasse a possibilidade de desenvolver gradualmente uma forma de acomodação com Castro, induzindo-o a seguir um caminho semelhante ao de Tito, na Iugoslávia.⁵⁶ Esta hipótese foi afastada na reunião do Conselho de Segurança Nacional. O secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, Edwin M. Martin, não viu possibilidade de afastar Castro da União Soviética e disse que não havia possibilidade de financiar Cuba, no período de transição, até que ele comprovasse, com ações, o rompimento com o governo de Moscou.⁵⁷ O Congresso, por exemplo, nunca aprovaria a cota de açúcar para Cuba suficientemente cedo, a tempo de evitar o colapso de sua economia. E a possibilidade de persuadir Castro a deixar o país factível não se afigurava, porque ele era “a true revolutionary who could not be induced to give up his revolution”.⁵⁸ O incoercível antagonismo dos Estados Unidos, cujo propósito consistia em isolar Cuba do Ocidente e esperar que o peso das dificuldades internas, gerando descontentamento, terminasse por derrubar o regime revolucionário, não ofereceu a Castro, portanto, outra perspectiva senão recompor suas relações com Moscou, não obstante todos os ressentimentos e desconfianças. E, em fins de abril, ele visitou, pela primeira vez, a União Soviética, a convite de Kruchev, tendo como objetivos obter a liberação de uma parte da cota de açúcar, a fim de lançá-la no mercado livre mundial e aproveitar os excelentes preços do momento e cobrar a instalação das fábricas prometidas, das quais até então só três, de escassa importância, haviam chegado a Cuba.⁵⁹ Esta viagem teve profundo impacto sobre os rumos da Revolução Cubana. Kruchev recebeu Castro calorosamente, prestou-lhe todas as honrarias durante sua permanência na União Soviética, que se prolongou por mais de um mês, de 27 de abril a 5 de junho de 1963, condecorou-o com a Ordem de Lenin e a Medalha da Estrela de Ouro, concedeu-lhe o título de Herói da União Soviética, mas a reconciliação teve

seu preço. O comunicado conjunto, que ele subscreveu juntamente com Kruchev, endossou a doutrina da coexistência pacífica, considerando a luta pela paz a mais importante tarefa da humanidade, e acentuou, embora sem criticar explicitamente a China e a Albânia, que qualquer violação da unidade do movimento comunista enfraqueceria a frente de luta contra o imperialismo. Os dois governantes igualmente declararam resoluta adesão ao princípio de não interferência nos assuntos internos de outros Estados e, embora não mencionassem a questão da luta armada na América Latina, reconheceram que as formas e os métodos a serem usados na luta pelo socialismo em cada país deveriam ser estabelecidos pelo próprio povo.

Tais concessões, indicando um recuo em relação às teses da Segunda Declaração de Havana, representaram um grande trunfo para Kruchev, na contenda ideológica com a China, e comprometeram Castro, politicamente, com a União Soviética, embora ele não obtivesse a anuência para a celebração de um acordo de segurança mútua ou a admissão de Cuba no Pacto de Varsóvia. As decisões econômicas, entretanto, foram mais significativas para os destinos de Cuba e sua inserção no Bloco Soviético.⁶⁰ Em consequência dos entendimentos com o governo soviético, para enfrentar as dificuldades econômicas com que Cuba se defrontava, Castro foi compelido a abandonar o projeto de rápida industrialização, acalentado por Guevara, e, reorientando suas diretrizes, voltar à ênfase na produção da cana-de-açúcar. Os técnicos soviéticos convenceram-no de que a concentração de esforços na agricultura (não apenas na cana-de-açúcar) permitiria elevar mais rapidamente o padrão de vida da população. A implementação desta política evidentemente induziria Cuba a estabelecer com a União Soviética um relacionamento econômico do mesmo tipo neocolonial mantido com os Estados Unidos até 1960, e possibilitaria pelo menos tornar mais efetiva a ajuda que a União Soviética lhe prestava, uma vez que condições de reduzi-la, em futuro imediato, não se vislumbravam. “O processo de russificação de Fidel Castro produziu extraordinário resultado” — assim pareceu ao encarregado de Negócios do Brasil, José Maria Ruiz de Gamboa, ao ouvir o relato de sua viagem, que ele fez pela televisão, quando regressou a Havana.⁶¹ Kruchev,

aparentemente, convencera-o de que Cuba, cujo déficit comercial com a União Soviética já oscilava entre US\$ 150 milhões e US\$ 200 milhões,⁶² devia reerguer-se como potência açucareira, a fim de que tivesse condições de sustentar seu desenvolvimento, com base nos esforços e nos recursos locais. E não apenas aumentara o preço do açúcar e autorizara Castro a deslocar uma parte da cota comprometida com a União Soviética para a venda no mercado mundial, em troca de divisas, o que configurava uma ajuda de emergência com o objetivo de permitir à economia cubana sair do inquietante estancamento, como prometera fornecer milhares de máquinas alçadoras, de modo a mecanizar completamente o corte e o transporte da cana, dentro de dois anos, compensando assim o déficit de 170.000 trabalhadores, registrado nos canaviais.⁶³ Em síntese, Kruchev traçara as perspectivas para o futuro de Cuba e indicara-lhe o lugar que ela deveria ocupar no mundo comunista, permanecendo como produtora de açúcar, o que fora até então como colônia informal dos Estados Unidos.

Dentro deste contexto, Castro, incomodado com o fato de cair na dependência da União Soviética, tentou jogar a “carta americana”, o que a Kruchev também convinha e era consistente com a política de coexistência pacífica. Dissera em Moscou e repetira em Havana que sua posição sempre fora no sentido de normalizar as relações com os Estados Unidos, embora estes nunca quisessem negociar, e manifestara-se disposto não só a negociar a indenização das empresas norte-americanas expropriadas, como a seguir uma política de paz “para com todos os países da América Latina”.⁶⁴ Esta disposição de alcançar um entendimento com os Estados Unidos, que Castro já manifestara em entrevista a Lisa Howard, da cadeia de televisão norte-americana ABC, levada ao ar em 10 de maio de 1963,⁶⁵ gerou distintas reações dentro do governo norte-americano, sobretudo porque reiterada quando o acordo com Kruchev fortalecera sua posição. De fato, a comunidade de informações, nos Estados Unidos, sabia que, após o entendimento com a União Soviética, a situação em Cuba tendia a consolidar-se e que nem a oposição interna nem as dificuldades econômicas causariam o colapso do regime revolucionário de Castro.⁶⁶ Suas forças

terrestres tinham condições de controlar a resistência interna e repelir ataques externos de pequena escala, mas, no caso de invasão por tropas dos Estados Unidos, passariam a operações de guerrilhas. De acordo com as mesmas estimativas, a maior vulnerabilidade do regime revolucionário em Cuba consistia no fato de depender da pessoa de Castro, cuja morte poderia acarretar alguma forma de desordem interna ou levar a luta pelo poder a uma aberta guerra civil. Qualquer sucessor, porém, seria mais dependente do Bloco Soviético do que Castro, porque certamente não teria a mesma competência para conquistar a lealdade de substancial número de cubanos.⁶⁷ Mesmo assim, embora o Special Group, em 3 de junho, julgasse útil o esforço de explorar várias possibilidades de estabelecer canais de comunicação com Fidel Castro,⁶⁸ Kennedy, em 19 de junho, aprovou um novo programa de sabotagens contra os maiores segmentos da economia cubana (centrais elétricas, refinarias e depósitos de petróleo, ferrovias e transporte rodoviário, bem como fábricas e outros centros de produção), elaborado pela CIA e recomendado pelo Standing Group (substituto do Special Group Augmented e do Ex Comm) do Conselho de Segurança Nacional, com o propósito de alimentar o espírito de resistência e o descontentamento contra o regime revolucionário.⁶⁹

Um forte setor da administração Kennedy preferia prosseguir com tal política de hostilidades, mesmo sem vislumbrar, a curto ou a médio prazo, qualquer perspectiva, de provocar um levante em Cuba, a buscar um modus vivendi com Fidel Castro. O Bureau de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado entendeu que, depois de sua visita à União Soviética, qualquer possibilidade de que ele viesse adotar uma atitude mais independente e neutralista desaparecera, apesar de que ele indicasse, algumas vezes vagamente, outras de maneira mais clara e através de vários canais, que estava interessado em uma acomodação com os Estados Unidos, tanto por motivos econômicos quanto políticos.⁷⁰ Conforme sua opinião, nenhum acordo com Cuba seria aceitável, porque daria a Castro e à União Soviética uma oportunidade de apresentá-lo como uma vitória sobre os Estados Unidos e transformar seu regime em showcase do comunismo no

Hemisfério. Além de vários outros inconvenientes, como a redistribuição da cota de açúcar e a atitude dos partidos de direita em outros países, que acusariam o governo norte-americano de render-se à pressão da União Soviética, essa acomodação, sem que Cuba rompesse os laços políticos com Moscou, estabeleceria um precedente para que outros regimes revolucionários se estabelecessem no Hemisfério, o que poderia significar a morte do sistema interamericano, e não apenas encorajaria como aumentaria o poder dos comunistas na América Latina.⁷¹ McCone também julgou que um entendimento com Castro, depois de sua viagem à União Soviética, estava fora de questão e torná-lo-ia respeitável aos olhos da América Latina, sem reduzir as suas ambições e pressões no continente. Mas Dean Rusk notou nos pronunciamentos de Castro um tom conciliatório, desde que voltara da União Soviética, e não se mostrou entusiasmado com o novo programa de covert actions, elaborado pela CIA.⁷² Não obstante a posição contrária do Bureau de Assuntos Interamericanos do Departamento de Estado, ele sentiu que ainda havia oportunidade de acomodação com o governo revolucionário de Havana, razão pela qual McCone e outros funcionários da CIA e do Departamento de Estado, em reunião com ele, convieram em que se devia continuar a explorar o que Castro tinha em mente, através, inclusive, do advogado James Donovan, que estava negociando a libertação dos cidadãos norte-americanos presos em Cuba.⁷³

O governo soviético queria, realmente, que Castro tanto normalizasse as relações de Cuba com os Estados Unidos quanto renunciasse ao projeto de industrialização, ao menos nos termos ambiciosos que ele e Che Guevara pretendiam, e resgatasse a produção da cana-de-açúcar, que decaía de 6,7 milhões de toneladas métricas, em 1961, para 4,8, em 1962, e 3,8, em 1963,⁷⁴ como força motriz do desenvolvimento. Os economistas soviéticos estavam assustados com o desperdício de recursos observado em Cuba, cujos gastos com a defesa e com a sustentação do movimento insurrecional em vários países da América Latina absorveram 13,3% do seu orçamento de 1962, enquanto seu déficit comercial acumulado de 1962-1963 superou o montante de 500 milhões de pesos (ao par com o dólar, àquela época), 92%

dos quais com a União Soviética.⁷⁵ Só em 1962, o déficit do balanço, que fora de US\$ 14 milhões em 1961, saltara para US\$ 172 milhões, revelando impietosamente a inviabilidade do Plano Quadrienal (1962-1965), formulado pelo economista Regino Boti, presidente da JUCEPLAN, e que visava promover a rápida industrialização de Cuba, mediante a substituição de importações, inclusive nos setores de produtos químicos, metalúrgico e mesmo automobilístico.⁷⁶ A normalização do relacionamento com os Estados Unidos e a retomada da produção de açúcar aproveitando os altos preços do mercado mundial, afiguravam-se, por conseguinte, a melhor forma de aliviar esse crescente déficit comercial que os países do Leste Europeu não tinham condições de suportar. O próprio Mikoyan, quando esteve em Havana durante a crise dos mísseis, disse a Guevara: “Ustedes nacieron como héroes antes de que madurara la situación en América Latina, pero el campo socialista aún no tiene plena capacidad de ayudarles”.⁷⁷ A percepção desta dificuldade constituiu, inter alia, um dos principais motivos pelos quais o governo norte-americano recusara e continuava a rechaçar qualquer possibilidade de acomodação com o regime de Fidel Castro, consciente de que o embargo econômico comercial não apenas obstaculizava seu sucesso, como engravescia os problemas econômicos e financeiros da União Soviética, ao encarecer-lhe o auxílio que prestava a Cuba.

A União Soviética e os demais membros do Bloco Socialista, deveras, não tinham capacidade de atender prontamente às demandas de Cuba, de sorte que o fornecimento de certas instalações industriais demoraria pelo menos alguns anos, o que, na realidade, acentuava ainda mais os efeitos do embargo norte-americano. Àquela época, Che Guevara começara a dar-se conta também do atraso tecnológico dos países socialistas. O Caterpillar norte-americano era “melhor que qualquer trator soviético, porque na competição capitalista dois quilômetros a mais contam, um sistema hidráulico um pouco melhor conta, quatro cavalos de força a mais contam”, certa vez comentara.⁷⁸ Guevara também comentou que lhe parecera manifestação de anticomunismo quando um dos seus companheiros lhe disse que a fábrica de engarrafamento produzida na Alemanha Oriental era “una porqueria”, mas

“la triste realidad es que la fábrica alemana era muy mala (...). La fábrica norteamericana (...) era mejor, más adelantada, más técnica, con mayor productividad. (...) Entonces nosotros hemos comprado esa fabriquitay realmente es una mala inversión”.⁷⁹ Os equipamentos que chegavam do Bloco Socialista eram realmente de má qualidade, as fábricas obsoletas, o que tornaria difícil a competição dos produtos cubanos no mercado internacional.⁸⁰ Outros equipamentos solicitados não chegavam, ou porque a União Soviética não queria fornecê-los ou simplesmente porque ela não tinha condições de produzi-los. Um dos seus assessores, o economista equatoriano Raúl Maldonado, disse a Paco Ignacio Taibo II, um dos biógrafos de Guevara, que começara a demonstrar certo desespero pela qualidade dos produtos e as máquinas recebidas da Europa Oriental e temia que o mesmo viesse a acontecer em Cuba.⁸¹ À decepção com a qualidade dos produtos e o atraso tecnológico dos equipamentos somou-se o desacordo com o modelo de socialismo implantado na União Soviética e nos países do Leste Europeu. E, em carta a Anna Loisa Strong, ele censurou o fato de Cuba copiar “mecanicamente experiencias de países hermanos”, e isto pareceu-lhe “un error, no muy grave, no de los más graves, pero un error que frenó el desarrollo libre de nuestras fuerzas y contribuyó a uno de los fenómenos que más deben combatirse en una revolución socialista: el burocratismo”.⁸²

Esta observação, a refletir o grande debate que então se fazia dentro do governo cubano, constituiu uma crítica a Carlos Rafael Rodríguez, presidente do INRA, ao comandante Alberto Mora, ministro do Comércio Exterior, e, em geral, aos velhos militantes do PSP, favoráveis ao chamado cálculo econômico, ou seja, a um sistema de autogestão financeira das empresas, trasladando as teses lançadas através do Pravda, em outubro de 1962, pelo economista soviético Yevsei Liberman, que propusera uma firme contabilidade, o aumento dos incentivos ao trabalho, mais resoluta liberação de preços e maior descentralização da economia, ou seja, a restauração, em certa medida, das leis do mercado. Contra eles, Guevara, entendendo que a socialização dos meios de produção modificava o funcionamento da lei do valor,⁸³ defendeu a instituição de um sistema de financiamento orçamentário

da indústria, centralizado pelo Estado, como a forma mais eficiente de queimar a etapa de transição para chegar ao comunismo, aproveitando os avanços existentes na contabilidade geral das empresas capitalistas, em um país pequeno, como Cuba, com boas comunicações, não somente terrestres e aéreas, mas também telefônicas e radiofônicas, o que permitia um controle contínuo e cotidiano.⁸⁴ A centralização, para Guevara, cujo pensamento econômico pautou-se, durante todo aquele tempo, pelo anseio de desenvolver Cuba através da industrialização, significava ter uma quantidade de decisões a níveis hierárquicos superiores, uma vez que possibilitaria não apenas o aproveitamento mais racional dos recursos nacionais, como também maior racionalização de todo o aparelho administrativo do Estado, forçando a criação de unidades maiores dentro de limites adequados, que poupassem força de trabalho e aumentassem a produtividade dos trabalhadores.⁸⁵ Este sistema único de normas tornava todo o ministério — e isto ele executava no Ministério da Indústria — e todos os ministérios uma grande empresa, o que permitiria simplificar o controle dos investimentos.⁸⁶ Assim, conforme Guevara, criar-se-ia no operário “la idea general de cooperación entre todos, la idea de pertenecer a un gran conjunto que es el de la población del país”, a impulsionar “el desarrollo de su conciencia del deber social”.⁸⁷ Por outro lado, o sistema baseado no cálculo econômico — termos que, como Che Guevara ironicamente qualificou, eram “una mala traducción de vocábulos rusos” e que podiam expressar-se melhor em espanhol, como autofinanciamento ou autogestão financeira das empresas — implicava o estabelecimento de estímulos materiais, nos quais as tendências para o burocratismo se entranhavam. Esse sistema de autogestão das empresas, fomentando a concorrência, como fora introduzido na União Soviética, conduzia ao capitalismo do início do século, em que elas seriam regidas não pelos interesses sociais, mas pela rentabilidade, ou a um socialismo distorcido, marcado pela competição e não pela solidariedade. “A mi el socialismo económico sin la moral comunista no me interesa”, Guevara afirmou, aduzindo que “luchamos contra la miseria pero también contra la alienación”, pois “uno de los objetivos fundamentales del marxismo es lograr

que desaparezca no solo el beneficio sino el interés, el factor interés individual”.⁸⁸

Guevara pretendeu encontrar uma alternativa, um novo caminho, que aproveitasse as experiências dos países socialistas mais adiantados mas levasse em conta as originalidades do processo revolucionário em Cuba, bem como as especificidades da formação social capitalista e os condicionamentos externos, configurados, sobretudo, pela proximidade dos Estados Unidos e o antagonismo daí resultante. Embora aparentemente defendesse a centralização de todo o aparelho produtivo pelo Estado, ele era inimigo frontal do burocratismo, que considerava o outro verso do espírito mercantilista, assim como de todos os entraves administrativos.⁸⁹ Estas concepções econômicas subordinavam-se ao objetivo maior de criar uma nova sociedade e um novo homem, com relações de novo tipo, fundamentadas na consciência e na ética da solidariedade. Guevara cria que as condições subjetivas, como ideias, consciência e vontade, podiam influir sobre a base material, i.e., sobre a estrutura da sociedade e possibilitar o avanço para o comunismo. Porém, Carlos Rafael Rodríguez e, em geral, os antigos militantes do PSP, pró-soviéticos, entendiam não ser possível saltar do capitalismo para o comunismo sem que as condições objetivas amadurecessem, com o desenvolvimento das forças produtivas. E esta posição contou com o apoio do marxista francês Charles Bettelheim e do agrônomo René Dumont, ao advertirem que as formas de propriedade, i.e., as relações de produção não podiam atingir um nível mais alto do que o permitido pelo desenvolvimento das forças produtivas. Quem apoiou Guevara no debate foi exatamente o reconhecido trotskista belga Ernest Mandel, dirigente da IV Internacional, que rebateu ponto por ponto as posições de Bettelheim ao rechaçar a lei do valor na fase de transição para o socialismo.⁹⁰

Entretanto, quer permitisse ou não o desenvolvimento das forças produtivas, a coletivização em Cuba prosseguiu. Uma vez superada a crise dos mísseis, o programa revolucionário, em dezembro de 1962, adquirira novo ímpeto, com a nacionalização total do comércio de roupas, calçados e

ferragens, atingindo centenas de pequenos comerciantes, vários dos quais reagiram com violência à ocupação dos seus negócios, ocasionando conflitos com mortes.⁹¹ O combate aos últimos especuladores constituía a justificativa para a adoção de tais medidas pelo governo Castro, que assim impulsionou o grau de socialização em Cuba muito além do que existia em vários países do Bloco Soviético, afirmando que elas beneficiariam o povo, ao acabar com os últimos especuladores. Em meados de 1963, conforme o presidente Oswaldo Dorticós anunciou, a socialização naquele país, além de abarcar a totalidade do comércio exterior, já abrangia mais de 90% da produção industrial e 50% das áreas em cultivo e das pequenas empresas.⁹² E, em 13 de outubro de 1963, o governo Castro ampliou ainda mais esse percentual, ao promulgar outra Lei de Reforma Agrária, confiscando as terras com mais de cinco caballerias (67 hectares) e, em consequência, eliminando os agricultores médios, proprietários de 67 a 400 hectares, ou seja, de 56% da superfície cultivável, que tendiam a criar o mercado negro e a apoiar a contrarrevolução.⁹³ Destarte, ao fim daquele ano, a socialização da economia cubana já atingia 2/3 das terras cultiváveis, e a proporção era ainda maior nos demais setores da economia. Isto significava que apenas 30% da agricultura e 25% do comércio varejista (em sua maioria vendedores ambulantes) continuavam em mãos particulares, enquanto o Estado passara a controlar, virtualmente, todo o resto da economia. Este processo de coletivização, que permitiu ao Estado, na condição de proprietário de 70% das terras aradas, promover maior especialização de certas fincas na produção açucareira, realizou-se com extraordinária velocidade (cinco anos) e alcance, sem, entretanto, os conflitos sangrentos ocorridos em outros países socialistas, como Carmelo Mesa-Lago acentuou, não obstante o fato de que alguns grupos de camponeses lutarem nas montanhas entre 1963 e 1965.⁹⁴ Nunca, porém, a economia, sob crescente pressão dos Estados Unidos, avizinhara-se tanto do caos como naquele ano, e muitos elementos, tanto no governo quanto nas ORI, começaram a responsabilizar Guevara, cujas relações com os partidos comunistas da América Latina e com a União Soviética tornavam-se cada vez mais tensas.

Àquela época, os rumores de que ele era trotskista e favorável à posição da China contra a União Soviética começaram a espalhar-se. Tal imputação não carecia totalmente de sentido. Se bem que Guevara, quando mais jovem, houvesse referido, algumas vezes, o nome de Stalin, com ingênua admiração, sua formação marxista carecia de qualquer caráter dogmático ou sectário, tanto que, antes mesmo de eclodir a questão com Aníbal Escalante, ele, já em maio de 1961, proibira no Ministério da Indústria as investigações sobre as tendências ideológicas dos funcionários.⁹⁵ E suas concepções sobre a Revolução Cubana revelavam realmente um parentesco muito próximo com as de Trotski, na medida em que ele rejeitava a teoria das etapas consecutivas, que a revolução em um país atrasado e agrícola, como Cuba, deveria percorrer, e tratava de imprimir-lhe um caráter permanente, na passagem das medidas meramente democráticas e burguesas para o socialismo e o comunismo. Com tal perspectiva, ele pretendeu promover aceleradamente a industrialização de Cuba, tal como Trotski advogara, na União Soviética, à custa dos camponeses ricos, os kulak, o que implicara a coletivização forçada da agricultura, aliás, efetuada, ironicamente, por Stalin, nos anos 1930. E, da mesma forma que Trotski, ele entendeu que a construção do socialismo e do comunismo em Cuba só poderia prosseguir e manter-se se a revolução abrisse outros fronts no Terceiro Mundo, razão pela qual, dentro do governo cubano, foi quem mais tratou de apoiar, em diversos países, quaisquer movimentos nacionalistas e anti-imperialistas, fossem ou não comunistas, dispostos a insurgir-se contra a ordem econômica e política vigente. Com vistas à revolução na Argentina, aproximou-se da ala esquerda do peronismo, representada por John William Cook, e convidou o próprio Perón a residir em Cuba,⁹⁶ bem como estabeleceu estreita amizade com Ahmed Ben Bella, presidente da Argélia, para onde, já em outubro de 1963, o governo Castro enviou dois aviões, transportando 150 militares cubanos,⁹⁷ que colaborariam no combate aos movimentos contrarrevolucionários, apoiados pelo rei Hassan, de Marrocos. A falta de apoio da União Soviética e dos demais países do Bloco Socialista, por outro lado, chocava os revolucionários cubanos, recém-convertidos ao marxismo-leninismo e ainda

acreditando no chamado internacionalismo proletário. “La situación exige ayuda efectiva, concreta, de todo el campo socialista”, Flávio Bravo Pardo, chefe de operações das Forças Armadas Revolucionarias, escreveu a Raúl Castro, acrescentando:

Desgraciadamente, nuestros amigos aquí no reciben esa ayuda. Hay promesas y mas promesas pero los hierros no liegan, mientras, Hassan tiene un Bon de T-54, algunos T-34 e MiGs 17 y otras armas soviéticas. Se dará el fenómeno de que tendremos que pelear contra armas soviéticas! Alguns compañeros militares no solo están inquietos por la demora sino hasta indignados.⁹⁸

Este oficial cubano, Flávio Bravo Pardo, comentou que, “de los otros países socialistas, ni hablar, según compañeros de aquí, se han portado como ruines mercaderos que quieren cobrar en dólares (y a más altos precios que los yanquis) la ‘ayuda’ que necesita este pueblo”.⁹⁹ Tais informações, aparentemente, não abalaram a lealdade de Raúl Castro à União Soviética, mas Guevara assumiu mais e mais uma posição crítica no curso dos meses subsequentes, e Castro, sentindo o desconforto em face daquela situação de dependência, não fechou as portas a um modus vivendi com os Estados Unidos e, ao participar de uma recepção na embaixada do Brasil, em 7 de setembro, pelo transcurso de sua data nacional. Criticou a política agressiva da administração Kennedy contra Cuba, mas não foi verdade que fizera ameaças pessoais aos governantes norte-americanos, conforme o jornalista Daniel Harker difundiu através da Associated Press, ao atribuir-lhe a declaração de que “United States leaders think that if they assist in terrorist plans do eliminate Cuban leaders, they themselves will be not safe”.¹⁰⁰ Esta frase foi desmentida, em telegrama ao Itamaraty, pelo embaixador brasileiro, Bastian Pinto, que assistira à sua conversação com os jornalistas.¹⁰¹ Entretanto, três dias depois, o Cuban Coordinating Committee do governo norte-americano reuniu-se para rever os planos de contingência e conveio, unanimemente, em que havia forte possibilidade de que Castro retaliasse contra a erupção de atividades encobertas contra Cuba.¹⁰² Naquela época, Castro estava preocupado com os “ataques piratas”, e o governo cubano concentrara forças no litoral, próximo de Havana, à espera de novas

incursões de contrarrevolucionários, em escala maior que a dos últimos meses, enquanto navios e aviões norte-americanos exibiam-se diante de Havana, defronte da qual o navio hidrográfico Oxford, da Marinha dos Estados Unidos, permanecia fundeado, embora fora das águas territoriais, havia mais de um ano.¹⁰³ De fato, a ilha estava novamente cercada pela esquadra norte-americana e o governo revolucionário sabia da concentração, na Nicarágua, de tropas e de exilados que dispunham, inclusive, de bombardeiros.¹⁰⁴ O chamado Plano Somoza estava em curso. O ex-presidente da Nicarágua, Luís Somoza, articulava com o proeminente líder contrarrevolucionário Manuel Artime uma operação contra Cuba, a partir da Nicarágua, de sorte que, se Castro tomasse medidas retaliatórias, os Estados Unidos seriam forçados a intervir em favor daquele país, estabelecendo-se a confrontação.¹⁰⁵ A presença da esquadra norte-americana ao redor de Cuba visou, aparentemente, a fiscalizar e impedir o envio de armamentos para outros países, como Venezuela, Peru, Equador e Colômbia, onde os movimentos insurrecionais e as operações de guerrilha contavam com o respaldo de Cuba. O próprio Kennedy, ao responder a Kruchev, que reclamara contra os ataques a Cuba e aos navios da União Soviética,¹⁰⁶ alegou, através de mensagem oral, que o governo cubano estava criando dificuldades no Caribe, na medida em que recrutava latino-americanos, treinava-os em táticas de guerrilha e devolvia-os aos seus países, para que se engajassem em atividades subversivas, bem como oferecia-lhes recursos, tanto que José Maria Roura e Alejandro Román, do Partido Comunista do Equador, foram capturados, quando regressavam, com US\$ 30.000, que confessaram haver recebido de Cuba e da China.¹⁰⁷ Nem o patrulhamento dos Estados Unidos nem a presença de sua esquadra ao redor da ilha impediram, entretanto, que a Alpha 66 e outras organizações contrarrevolucionárias realizassem cerca de 137 ações contra o seu litoral e atacassem embarcações não apenas cubanas como soviéticas que navegavam no Caribe.¹⁰⁸ Em menos de dois meses, de julho a setembro, seis ataques aéreos e navais ocorreram contra o território cubano, onde os desembarques de pequenos grupos, levando armas e equipamentos para estabelecer

depósitos e emissoras de rádio, continuavam sustentando os alzados, cujas operações de guerrilha, principalmente nas montanhas de Escambray, só foram definitivamente debeladas em 1965.¹⁰⁹

O governo norte-americano adotara vis-à-vis de Cuba uma atitude dúplice e um programa de múltiplas vias, que abarcava desde o assassinato até a normalização do relacionamento com Fidel Castro.¹¹⁰ Seu objetivo consistia, substancialmente, em remover Castro do governo cubano ou, caso não o conseguisse, tentar divorciá-lo do Bloco Sino-Soviético através do estabelecimento de contatos e vias de comunicação, iniciativas contraditórias que aparentemente colidiam.¹¹¹ Deste modo, porém, foi que a administração Kennedy, após perder a oportunidade de neutralizar Cuba quando o Brasil propôs na VIII Reunião de Consulta em Punta del Este, pretendeu tardiamente equacionar o problema do governo Castro, caso não pudesse derrubá-lo.

Após o governo norte-americano congelar os fundos bancários de Cuba e exercer maior pressão para dificultar-lhe a navegação e o comércio marítimo, o Special Group, em 3 de outubro, aprovou o empreendimento contra aquele país de mais nove operações encobertas, muitas das quais envolviam atos de sabotagem. No dia 24 de outubro de 1963, aprovou mais 13, que visavam destruir uma instalação de energia elétrica, refinarias de petróleo e usinas de açúcar. E, a apresentar-se como representante pessoal de Robert Kennedy, Desmond Fitzgerald, que substituíra William Harvey como chefe da Cuban Task Force W, da CIA, encontrou-se quatro dias depois, em Paris, com o major Rolando Cubela Secades, ligado ao governo cubano, como antigo dirigente do Directorio Revolucionario, e recrutado pela CIA desde 1961,¹¹² a fim de tramar um golpe de Estado em Havana, bem como o assassinato de Fidel Castro, operação esta conhecida pelo criptônimo de AM/LASH.¹¹³ Esta possibilidade, quer através da Máfia quer através de qualquer outro agente, Robert Kennedy, obviamente com o conhecimento do presidente, continuava a contemplar, tanto assim que propusera o estudo de medidas de contingência para as diversas situações que surgissem em Cuba, inclusive decorrentes da morte de Castro, ao examinar, em abril, o

memorando — “A Sketch of the Cuban Alternatives” — apresentado por McGeorge Bundy ao Standing Group do Conselho de Segurança Nacional.¹¹⁴

Ao mesmo tempo, autorizado pelos irmãos Kennedy, o embaixador William Attwood, que saíra da Guiné para atuar como adjunto de Stevenson na ONU, começara, a partir de setembro, a explorar a possibilidade de uma acomodação com Fidel Castro que possibilitasse a neutralização de Cuba mediante a retirada dos militares soviéticos ainda restantes, o fim de suas atividades subversivas na América Latina e a adoção de uma política de não alinhamento.¹¹⁵ Através da jornalista Lisa Howard, da cadeia de televisão ABC, ele estabeleceu contato com Carlos Lechuga Hevia, embaixador de Cuba na ONU, com quem iniciou as conversações em 23 de setembro,¹¹⁶ bem como, depois, com René Vallejo, então ajudante pessoal de Fidel Castro, que propôs, inclusive, mandar um avião ao México a fim de levá-lo secretamente a Havana. E Kennedy, ao autorizar a continuidade dos contatos, manifestou o desejo de saber até que ponto Castro se dispunha a afastar a influência externa do comunismo e fazer cessar a campanha de subversão no resto do Hemisfério. A implementação de tais diretrizes, conforme McGeorge Bundy, por instrução do presidente, pediu a Attwood que transmitisse a Castro, podia não ser suficiente para produzir a mudança na política dos Estados Unidos, sendo necessário que ele desse indicação de que estava pronto para mover-se naquela direção, sem o que o presidente Kennedy não via qual o resultado de uma visita a Cuba.¹¹⁷

O que Kennedy desejava era remover, de um modo ou de outro, o problema de Cuba antes das eleições presidenciais, a ocorrerem em novembro de 1964, a fim de evitar sua exploração pelo Partido Republicano, e tanto isto era certo que, em abril de 1963, seu irmão propusera a elaboração de um programa com o objetivo expresso de derrubar Castro em 18 meses, isto é, até outubro de 1964, um mês antes da eleição para a presidência dos Estados Unidos.¹¹⁸ Se Castro fosse eliminado dentro daquele prazo, e se instalasse em Cuba um governo aceitável para os Estados Unidos, ele poderia apresentar-se ao eleitorado norte-americano como o grande

vencedor, que cumprira a promessa de conter o avanço do comunismo na América Latina. O mesmo também poderia fazer se, não conseguindo derrubar o governo revolucionário em Cuba, alcançasse um termo de entendimento mediante o qual Castro se afastasse da União Soviética, como Tito na Iugoslávia, ainda que preservando o caráter socialista do regime. De qualquer forma, era necessário explorar todos os canais de comunicação com ele, e por sugestão de William Attwood e Benjamin Bradlee, editor do Post, através de McGeorge Bundy, Kennedy recebeu na Casa Branca o jornalista francês Jean Daniel, editor internacional de L'Express, que passava por Washington, a caminho de Cuba, e solicitou-lhe que, ao entrevistar Castro, sondasse-o sobre as perspectivas de normalização do seu relacionamento com os Estados Unidos e depois lhe informasse os resultados.¹¹⁹

Tais gestões não puderam avançar. No dia 22 de novembro de 1963, enquanto em Cuba Fidel Castro almoçava com Jean Daniel, retomando a conversação (que se iniciara em 19 de novembro) sobre a possibilidade de reabrir o diálogo com os Estados Unidos, Desmond Fitzgerald, responsável pelas operações clandestinas, entregava a Rolando Cubela Secades, em Paris, uma caneta com um dardo envenenado para que fosse disparado contra ele. Entretanto, coincidentemente, foi Kennedy que, naquele dia, tombou em Dallas, assassinado.¹²⁰ Segundo o jornalista Tad Szulc, o projeto AM/LASH fora tão sigilosamente mantido pela CIA, que nem mesmo Kennedy soubera de sua existência.¹²¹ E tanto Dean Rusk quanto McGeorge Bundy, ao prestarem, posteriormente, depoimento perante o Senado norte-americano, julgaram difícil que Kennedy autorizasse o uso de um estratagema para assassinar Fidel Castro, enquanto Attwood realizava gestões com o objetivo de normalizar as relações de Cuba com os Estados Unidos. Difícil, na verdade, não era. Pelo contrário. Não declarara o próprio Kennedy, quando a CIA articulava o golpe contra Leónidas Trujillo, na República Dominicana (1961), que os Estados Unidos, “as a matter of general policy, could not condone assassination”?¹²² Não autorizara o golpe de Estado contra Ngo Dinh Diem, presidente do Vietnã do Sul, assassinado em 2 de novembro, três semanas antes de sua própria morte, porque ele começara a estorvar os

planos dos Estados Unidos e entrara em negociações secretas com o Vietnã do Norte?¹²³ Por que não haveria de autorizar o assassinato de Castro? Se soubera e encorajara os entendimentos da CIA com Sam Giancana, John Rosseli e outros chefes da Máfia, por que não haveria de autorizar o complô com Rolando Cubela, que era um funcionário do governo cubano, seu representante na UNESCO e com acesso a Fidel Castro?¹²⁴ Além do mais, muito provavelmente Desmond Fitzgerald não se apresentaria a Rolando Cubela como representante pessoal de Robert Kennedy, se este não o tivesse autorizado, o que significava o conhecimento do presidente. E tanto Kennedy não via incompatibilidade entre a via das negociações e o complô para matar Castro, que as incursões contra Cuba, a partir da Flórida, continuaram no mês de novembro, quando o governo cubano apresentou na televisão três invasores, que confessaram serem pagos, armados e dirigidos pela CIA, e as inundações, provocadas por um ciclone, permitiram a descoberta de grandes depósitos de armas no litoral.¹²⁵ Assim, não obstante Castro haver revelado ao embaixador Luís Bastian Pinto que Kennedy, nas suas últimas semanas de vida, já demonstrara mudança de atitude em relação a Cuba, talvez porque reconhecesse que ela se tornara muito mais forte, política e economicamente, tanto ao nível interno quanto externo, o fato era que o ambiente de extrema tensão, lá, permanecera, em face dos frequentes desembarques de contrarrevolucionários, levando o governo a anunciar numerosos fuzilamentos de “agentes da CIA”.¹²⁶

Logo após a morte de Kennedy, a CIA elaborou um memorando com as informações de que Lee Harvey Oswald, o criminoso, estivera no México, entre 23 de setembro e 2 de outubro, e visitara o vice-cônsul Kostikov,¹²⁷ conhecido agente da KGB, especialista em sabotagem, e previu que ele seria assassinado, a fim de que nada pudesse revelar às autoridades norte-americanas, se estivesse realmente envolvido em uma conspiração estrangeira. Com efeito, dois dias depois, 24 de novembro, ele foi executado por Jack Ruby, proprietário de um cassino em Dallas e vinculado ao crime organizado de Chicago,¹²⁸ dentro da própria agência de polícia, sob o olhar impassível dos detetives que o seguravam. Todas as circunstâncias indicavam que Lee

Harvey Oswald, também com íntimas conexões com o crime organizado, fora produzido para que afigurasse um agente de Fidel Castro, o que provocaria o clamor da opinião pública, compelindo os Estados Unidos a retaliar, invadindo Cuba, sonho acalentado pela Máfia e pelos Cuba Project plotters da CIA e do Pentágono.¹²⁹ Ele era, pelo passado, a pessoa mais apropriada para representar o papel do terrorista no complô contra Kennedy.¹³⁰ Casara-se com uma russa, Marina Prusakova e residira alguns anos em Minsk (URSS), proclamava-se abertamente a favor de Fidel Castro e não apenas distribuía material de propaganda do Fair Play for Cuba Committee,¹³¹ como insistira, no México, em obter visto (embora este lhe fosse várias vezes negado) para visitar Havana, ao regressar à União Soviética.¹³² A revelação de tais fatos adensou a suposição de que o assassinato de Kennedy resultara de uma conspiração estrangeira, mais precisamente, dirigida a partir de Cuba.

O próprio Lyndon Baines Johnson, que, como vice-presidente, assumira o governo, também suspeitou do envolvimento de Castro desde o primeiro instante, tanto que, quando soube, alguns anos depois, que a CIA tramara com a Máfia, por instrução de Robert Kennedy para assassinar Castro, declarou: “Kennedy was trying to get Castro, but Castro got him first”.¹³³ Por esta razão, aliás, ele designou o presidente do Supremo Tribunal, Earl Warren, para presidir uma comissão responsável pelas investigações, evitando que as especulações sobre as supostas conexões estrangeiras de Lee Oswald excitassem a opinião pública e, desencadeando uma onda de indignação, gerassem pressões para induzi-lo a atacar Cuba ou a União Soviética.¹³⁴ Nicholas Katzenbach, que estava substituindo Robert Kennedy como procurador-geral, recomendou a William Moyers, assistente especial do presidente e encarregado dos contatos com a imprensa, que suprimisse todas as especulações sobre os motivos do assassinato de Kennedy, dado que o governo norte-americano tinha bases para refutar tanto aquelas que o atribuíam a uma conspiração comunista, como as que o imputavam a uma conspiração da direita para acusar os comunistas, conforme a imprensa do Leste Europeu difundia.¹³⁵ Realmente, um relatório elaborado pela KGB, por

ordem de Kruchev, concluía que o assassinato de Kennedy resultara de uma conspiração da Máfia e dos grupos mais conservadores dos Estados Unidos, com a participação dos capitalistas Sid Richardson, Clint Murchinson e Harold Lafayette Hunt, visando a fortalecer os elementos agressivos e reacionários da política norte-americana.¹³⁶

A campanha anticomunista e contra Cuba intensificou-se, realmente, tanto na imprensa quanto no Congresso, e tentativas de incriminar Castro, com histórias forjadas, não faltaram nos dias subsequentes. Várias autoridades do governo cubano manifestaram ao embaixador do Brasil, Bastian Pinto, preocupação com as consequências do assassinato de Kennedy e reconheceram, unanimemente, que qualquer outro presidente norte-americano teria sido pior para Cuba.¹³⁷ O próprio Castro, que, ao saber do atentado, dissera ao jornalista Jean Daniel, com quem conversava, que “esta es una mala noticia”, pronunciou um discurso no qual acusou as agências de notícias de procurarem ligar a União Soviética e Cuba ao crime e afirmou que os “reacionários”, nos Estados Unidos, estavam tentando criar “um estado de histeria antissoviética e anticubana”.¹³⁸ Rumores outrossim correram sobre nova crise nas relações entre o Estados Unidos e a União Soviética, cuja embaixada em Washington recebeu cartas ameaçadoras.¹³⁹ E Dean Rusk, ansioso e preocupado, discutiu com o presidente Lyndon Johnson as repercussões internacionais do crime, que tornavam a situação mais e mais alarmante.¹⁴⁰ Todavia, se bem que suspeitasse do envolvimento de Castro,¹⁴¹ Johnson demonstrou bom senso e tratou de evitar qualquer manifestação de histeria que levasse à invasão de Cuba e provocasse o conflito dos Estados Unidos com a União Soviética, se porventura esta fora a intenção (e provavelmente fora) por trás do assassinato de Kennedy. Ele arguiu, em conversa com Charles Halleck, líder do Partido Republicano na Câmara dos Deputados, que se o povo norte-americano concluísse que Kruchev ou Castro era responsável pelo crime, iria exigir uma retaliação nuclear contra a União Soviética, o que poderia resultar na morte de 39 milhões de norte-americanos.¹⁴² E, referindo-se às pressões que Kennedy continuara a sofrer mesmo após a crise dos mísseis para ordenar a invasão de Cuba, disse ao

senador William K. Fulbright: “No, I’m not getting into any Bay of Pigs deal!”

O FBI concluiu, finalmente, que tanto Lee Oswald quanto Jack Ruby agiram isoladamente e que não houvera nenhuma conspiração, quer doméstica, quer internacional. Este resultado, que a Comissão Warren endossou, jamais convenceu Johnson, que continuou a indagar qual o motivo de Lee Oswald para matar Kennedy, nem Kruchev, para quem a versão oficial afigurou-se falsa.¹⁴³ Se o povo norte-americano houvesse sabido, nas últimas semanas de 1963, que a CIA cooperara com a Máfia no esforço de assassinar Fidel Castro e o esquema poderia ter culminado na morte do presidente — Michael Beschloss comentou —, haveria demandas para que ela fosse despedaçada em mil partes e espalhada pela janela.¹⁴⁴ Esta informação a CIA conseguiu ocultar da Comissão Warren. Entretanto, Johnson, conquanto àquela época ainda não tivesse igualmente conhecimento do conluio da CIA com a Máfia e com Rolando Cubela (AM/LASH) para eliminar Fidel Castro, não se deixou dominar, qualquer que fosse o motivo, pelo compulsivo anseio de revanche que a humilhante derrota da Brigada 2506 em Playa Girón produzira nos irmãos Kennedy e jamais deu completa atenção ao chamado problema cubano. Em 7 de abril de 1964, ordenou à CIA que cessasse as operações de sabotagem e não mais participasse dos raids contra Cuba, bem como cancelou um plano elaborado durante a administração Kennedy para uma segunda invasão, a ocorrer entre março e junho de 1964.¹⁴⁵ Não o fez, decerto, porque se preocupasse com a integridade territorial de Cuba ou tivesse qualquer apreço pelo governo Castro, e sim porque odiava Robert Kennedy e sabia que ele era o mentor daquele projeto. “Cuba had been a Bobby Kennedy project and anything with Bobby’s fingerprints on it Lyndon Baines Johnson wouldn’t touch”, os jornalistas Warren Hinckle e William Turner comentaram.¹⁴⁶ A CIA afastou-se então do complô com Rolando Cubela (AM/LASH), que prosseguira através de 1964, quando percebeu que não contava com a sanção do novo presidente, mas secretamente colocou-o em contato com Manuel Artime, que lhe forneceu o fuzil para matar Fidel Castro, mas a tentativa nem sequer

se efetuou.¹⁴⁷ E as ações autônomas de sabotagem e terrorismo, deflagradas a partir de bases na Nicarágua, na República Dominicana e nas Bahamas contra o litoral de Cuba ou navios do Bloco Socialista decresceram de 128, ainda em 1964, para apenas 12, em 1968,¹⁴⁸ na medida em que não contaram com o patrocínio oficial da administração Johnson, a chafurdar cada vez mais na guerra do Vietnã.

O cerco econômico, comercial e diplomático contra Cuba, porém, intensificou-se, não obstante a oposição da Grã-Bretanha e de outros países da Europa Ocidental, que se recusavam a apoiar a política dos Estados Unidos. Em 1º de abril de 1964, um golpe militar, articulado pela CIA (Operation Brother Sam), derrubou João Goulart, presidente do Brasil, o que deixou Johnson bastante feliz; Thomas Mann, secretário de Estado assistente para Assuntos Interamericanos, considerou o acontecimento mais importante no Hemisfério nos últimos três anos.¹⁴⁹ O novo chefe do governo brasileiro, marechal Humberto Castelo Branco, alinhando o país com os Estados Unidos, rompeu relações diplomáticas com Cuba, em 13 de maio de 1964. E, pouco tempo depois, entre 21 a 26 de julho, a IX Reunião de Consulta da OEA, em Washington, aprovou, por 15 votos contra 4, uma resolução determinando, de acordo com os artigos 6º e 8º do Tratado do Rio de Janeiro, que todos os governos dos estados americanos não mais mantivessem relações diplomáticas nem consulares e suspendessem todo o seu intercâmbio comercial, direto ou indireto, com o governo de Fidel Castro, por causa da descoberta, na praia de Bacama, Estado de Falcón (Venezuela), em 11 de novembro de 1963, de um carregamento de três toneladas de armas, enviado para os guerrilheiros das Forças Armadas de Libertação Nacional (FALN).¹⁵⁰ Em consequência, o Chile, em 12 de agosto, a Bolívia, no dia 21, e o Uruguai, em 8 de setembro, fecharam suas representações diplomáticas em Havana. Entre os países latino-americanos, só o México continuou a manter relações diplomáticas com Cuba. E este completo isolamento não deu ao governo revolucionário alternativa senão depender mais e mais da União Soviética, com a qual Castro firmara em janeiro um acordo comercial, que sepultou definitivamente a possibilidade de

promover a rápida industrialização do país, considerada por Che Guevara necessária à emancipação da economia nacional, objetivo estratégico da Revolução Cubana. A União Soviética comprometeu-se a comprar, a um preço fixo de seis cents por libra inglesa, 2,1 milhões de toneladas longas do açúcar cubano em 1965, 3 milhões em 1966, 4 milhões em 1967, e 5 milhões a partir de 1968 até 1970. O valor acordado, embora inferior à cotação corrente, fora mais alto do que os preços alcançados nas décadas anteriores e assegurava a Cuba uma receita, por seis anos, protegendo suas exportações para a União Soviética contra as flutuações do preço no mercado mundial até 1970, quando a safra deveria bater o recorde de 10 milhões de toneladas, segundo a previsão de Fidel Castro. Este acordo, a ratificar os entendimentos de abril de 1963, definiu o destino de Cuba, dentro da divisão internacional do trabalho do Bloco Socialista, na condição de monoprodutora de açúcar e importadora de bens de consumo, como sempre fora, transferindo apenas sua condição de dependência dos Estados Unidos para a União Soviética, que fez excelente negócio, pois teria de gastar duas vezes mais a fim de obter a mesma quantidade daquele produto, a partir da beterraba.¹⁵¹ Entretanto, Kruchev não conseguiu manter-se por muito mais tempo no poder. Politicamente debilitado pelo desfecho da crise dos mísseis, em que aceitou todas as exigências e condições dos Estados Unidos, desde a retirada dos mísseis e dos aviões IL-28 à inspeção dos navios soviéticos por aviões norte-americanos, e acusado de aventureirismo pelo modo como conduziu toda a questão de Cuba, ele foi substituído por Aleksei N. Kosygin, e Leonid I. Brejnev assumiu a primeira secretaria do PCUS, em outubro de 1964.

Notas

1. Telegrama n° 386, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 15-16/11/1962 — 12h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
2. Circular Telegram n° 1135 to All Latin American Posts (Rusk), Washington, December 22, 1962 — 1:23 p.m., FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 635-636.
3. Telegrama n° 26, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (George Álvares Maciel), 9/1/1963 — 14h30. Washington — CTs. — Telegramas — janeiro a junho de 1963. AHMRE-B.
4. Telegrama n° 422, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 26-27/12/1962 — 18h00. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
5. Telegrama n° 243, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Moscou, 27/12/1962. Moscou — CTs. — Telegramas — Expedidos — 1962-1963. Ibid.
6. Telegrama n° 382, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 12-13/11/1962 — 18hs15. 600 (24h) — Situação Política — Cuba — novembro a dezembro de 1962 — 6223. Ibid.
7. Telegrama n° 409, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 11/12/1962 — 11h30. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
8. Ibid.
9. Ibid.
10. Ibid.
11. Telegrama n° 6, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 8-9/1/1963 — 18h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
12. Aufzeichnung, Bonn, den 14. Jan. 1963. Referat IB 2 — Band 354. AA. A Hallstein Doktrin considerava que a República Federal da Alemanha era o Estado que tinha o direito de representar sozinho o povo alemão, razão pela qual determinava o rompimento de relações com o país que reconhecesse a existência da República Democrática Alemã (Alemanha Oriental), mediante o estabelecimento de relações diplomáticas. Essa doutrina foi formulada por Walter Hallstein, secretário do Ministério dos Negócios Estrangeiros daquele país durante o governo Adenauer (1949-1963).
13. Telegrama n° 223, confidencial, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Moscou, 4/12/1962. Moscou — CTs. — Telegramas — Expedidos — 1962-1963. AHMRE-B.
14. Telegrama n° 260, confidencial, da embaixada do Brasil em Moscou (Leitão da Cunha), 23/11/1962 — 17h15. Moscou — CTs. — Telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962-1963-1964. Ibid.
15. Telegrama n° 3, secreto, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 5/6/1/1963. CTs. — Telegramas — Recebidos e Expedidos — Secreto — Havana — Lima — 1962-1963. Ibid.
16. Telegrama n° 13, confidencial-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 16/1/1963 — 17h; Telegrama n° 14, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 16/1/1963 — 17h30; Telegrama n° 16, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 17-18/1/1963 — 18h. Telegramas —

Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.

17. Telegrama nº 21, reservado-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto) 19-20/1/1963 — 15h30. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
18. Ibid.
19. Ibid.
20. Ofício nº 149, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa, encarregado de Negócios do Brasil em Cuba, ao chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 18/6/1963. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
21. Ofício nº 152, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa ao chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 24/6/1963. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
22. Ofício nº 149, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa ao chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 18/6/1963. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
23. Ibid.
24. Ofício nº 175, confidencial, José Maria Ruiz de Gamboa para o chanceler Evandro Lins e Silva, Havana, 12/7/1963. MDB — Havana — Ofícios Recebidos — 1962-1964. Ibid.
25. Ibid.
26. Ibid.
27. Ibid.
28. Ibid.
29. Ibid.
30. Ibid.
31. Ibid.
32. Telegrama nº 201, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 21/8/1963 — 12h15. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964.
33. Telegrama nº 26, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (George Álvares Maciel), 9/1/1963 — 14h30. Washington — CTs. — Telegramas — janeiro a junho de 1963. Ibid.
34. Carta-Telegrama nº 14, do Itamaraty para a embaixada do Brasil em Moscou, 30/1/1963. Moscou — CTs. — Telegramas — Expedidos — 1962-1963. Ibid.
35. Telegrama nº 93, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (George Álvares Maciel), 4/2/1963 — 20h. Washington — CTs. — Telegramas — Janeiro — Junho — 1963. Ibid.
36. Ibid.
37. Telegrama nº 181, confidencial, da embaixada do Brasil em Washington (Roberto Campos), 12/3/1963 — 23h35. Washington — CTs — Telegramas — Janeiro — Junho — 1963. Ibid.
38. Telegrama nº 134, secreto, da embaixada do Brasil em Washington (George Álvares Maciel), 15/2/1963 — 13h. T-W — Secretos — CTs. — Telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962-1963. Ibid.
39. Ibid.

40. Memorandum of Conversation. Subject: Cuba. Washington, January 9, 1963 — 5 p.m. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 658-662.
41. Ibid., p. 662.
42. Telegram n° 1933 from the Department of State (Rusk) to the Embassy in the Soviet Union, Washington, March 13, 1963 — 4:24 p.m.; Telegram n° 2421 from the Embassy in the Soviet Union (Kohler) to the Department of State, Moscow, March 27, 1963 — 8 p.m. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963. Cuba, pp. 735-737.
43. Telegrama n° 173, secreto, da embaixada do Brasil em Lima (Raul Bopp), 16-17/12/1962. MDB — H-L Ofícios — Secreto — 1960-1962. AHMRE-B.
44. Telegrama n° 78, secreto, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz Ruiz de Gamboa), 6-7/3/1963 — 19h. 500.1 — Comunismo — 1960-1966. Ibid.
45. Ibid. Vide também Jackson, 1969, p. 21.
46. Telegrama n° 78, secreto, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz Ruiz de Gamboa), 6-7/3/1963 — 19h. 500.1 — Comunismo — 1960-1966. AHMRE-B.
47. Ofício n° 65, secreto, Vasco Leitão da Cunha, embaixador do Brasil em Moscou, ao chanceler Hermes Lima, Moscou, 11/3/1963. Ofícios — Recebidos — Secretos — A-Q — 1963. Ibid.
48. No ofício ao Itamaraty, o embaixador Leitão da Cunha não revelou o nome do informante, referindo-o como um amigo comum seu e de Castro. Provavelmente, esse amigo fora Rolando Cubela, líder do Directorio Revolucionario e que fora nomeado representante de Cuba na UNESCO, onde estabeleceu contato com a CIA e participou de um dos complôs para assassinar Fidel Castro.
49. Ibid. Jawaharlal Nehru, Kwame Nkrumah e o arcebispo Makarios III eram líderes nacionalistas e neutralistas da Índia, de Gana e de Chipre.
50. Memorandum for the Record — CM-351-63. Subject: Meeting of the Joint Chiefs of Staff with the President on 28 February, 1963, Washington, February 28, 1963 (Maxwell D. Taylor). FRUS, vol. XI, October 1962- December 1963, Cuba, pp. 711-712.
51. Telegrama n° 3, confidencial, da embaixada do Brasil em San José (Odete de Carvalho e Souza), 20-22/3/1963 — 11h. Santiago — Sofia — CTs. — Telegramas. — 1963. AHMRE-B.
52. Telegrama n° 110, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Ruiz de Gamboa), 16-17/4/1963 — 16h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
53. Ibid.
54. Message from President Kennedy to Chairman Khrushchev, Washington, April 11, 1963. FRUS, vol. VI, Kennedy-Khrushchev Exchanges. pp. 265-268. Breuer, 1997, p. 212.
55. Memorandum from the President's Special Assistant for National Security Affairs (Bundy) to the Standing Group of National Security Council. The Cuban Problem. Washington, April 21, 1963, FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 774-778.
56. Ibid, pp. 777-778.
57. Summary Record of the 2nd Meeting of the Standing Group of the National Security Council, Washington, April 23, 1963 — 5 p.m. Ibid., pp. 780-781.
58. Ibid., p. 780.

59. Telegrama nº 143, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Diniz de Gamboa), 19/5/1963 — 10h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
60. Fursenko & Naftali, 1997, p. 330.
61. Telegrama nº 165, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Ruiz de Gamboa), 6-7/6/1963. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
62. Telegrama nº 168, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Ruiz de Gamboa), 12-13/6/1963. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
63. Telegrama nº 168, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Ruiz de Gamboa), 12-13/6/1963. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
64. Ibid. Telegrama nº 126, confidencial, da embaixada do Brasil em Moscou (Dario de Castro Alves), 24/5/1963. Moscou — CTs. — Telegramas — Recebidos e Expedidos — 1962-1963-1964. Ibid.
65. Entre março e junho de 1963, uma repórter da televisão norte-americana, Lisa Howard, logrou uma entrevista com Castro em que ele pareceu assinalar sua anuência a um entendimento com Kennedy. A resposta de Washington não tardou e foi, evidentemente, negativa. Castañeda, 1997, pp. 298-299. Quirk, 1993, pp. 457-459.
66. National Intelligence Estimate — NIE 85 — 63. Situation and Prospects in Cuba, Washington, June 14, 1963. FRUS, vol. XI. October 1962-December 1963, Cuba, pp. 834-836.
67. Ibid., p. 835.
68. Memorandum of Special Group Meeting, 6/6/1963. Apud U.S. Senate — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, p. 173.
69. Paper prepared by the Central Intelligence Agency for Standing Group of the National Security Council. Subject: Proposed Covert Policy and Integrated Program of Action towards Cuba. Washington, June, 8, 1963. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 828-834. U.S. Senate — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, pp. 139-148.
70. Paper prepared by the Bureau of Inter-American Affairs of the Department of State — Future Relations with Castro, Washington, June 20, 1963. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 838-842.
71. Ibid., pp. 840-841.
72. Memorandum for the Record. Subject: Meeting with Secretary Rusk — 21 June, 1963 — em Cuba. Washington, June 24, 1963. Ibid., pp. 844-845.
73. Memorandum for the Record. Subject: Meeting in the Office of the Secretary of State for Discussion of Proposed Covert Policy and Integrated Program of Action towards Cuba. Washington, June 22, 1963. Ibid., pp. 842-844.
74. Fonte: International Sugar Council (1963:II), apud Hagelberg, G. B., “Cuba=s Sugar Policy” in Winstein, 1979, p. 32.
75. Mesa-Lago, 1994, pp. 33 e 39.
76. Brundenius, 1981, p. 70.

77. “Memorandum de conversación: Anastás Mikoyan con Oswaldo Dorticós, Ernesto Guevara e Carlos Rafael Rodríguez”, 5/11/1962 (Ultrassecreto), citado em Cold War International History Project, Cold Was Crises, Boletim nº 5, primavera, 1995. Woodrow Wilson International Center for Scholar, Washington, DC, p. 105, apud Castañeda, 1997, p. 287.
78. Taibo II, 1996, p. 452.
79. Apud Kalfon, 1997, p. 375.
80. Anderson, 1997, p. 565.
81. Taibo II, 1996, pp. 475-476.
82. Id., *ibid.*, pp. 477-478.
83. “Sobre la concepción del valor”, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 230-237.
84. “Consideraciones sobre los costos de producción como basa del análisis económico de las empresa sujetas a sistema presupuestario”. Id., *ibid.*, pp. 209-218.
85. “Sobre el sistema presupuestario de financiamiento”. Id., *ibid.*, pp. 251-285.
86. Id., *ibid.*, pp. 282-283.
87. Id., *ibid.*, p. 283.
88. Apud Kalfon, 1997, p. 398.
89. Sáúchez, Germán. “Che: su otra imagen”, in Centro de Estudios sobre América (recopilación) — Pensar al Che, tomo I, pp. 93-102.
90. Kalfon, 1997, p. 406.
91. Telegrama nº 408, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana, (Bastian Pinto), 10/12/1962 — 17h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
92. Carta-telegrama nº 55, da embaixada do Brasil em Havana (José Maria Ruiz de Gamboa), 18/6-2/7/1963. Telegramas Recebidos — Havana — 1962-1964. *Ibid.*
93. Gilly, 1964, pp. 20-25.
94. Mesa-Lago, 1994, p. 27.
95. Massari, 1997, p. 120. Anderson, 1997, p. 541.
96. Kalfon, 1997, pp. 399-398. Anderson, 1957, pp. 539-540.
97. Telegrama nº 259, secreto-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 29-30/10/1963 — 21h. CTs. — Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
98. Carta de Flávio Bravo Pardo, Jefe de Operaciones de las Fuerzas Armadas Revolucionarias, a Raúl Castro, Urgente — Muy Secreto, Argel, 21/11/1963. AMINFAR.
99. *Ibid.*
100. O artigo foi publicado no New Orleans Times — Picayune, September 9, 1963. O primeiro parágrafo dizia: “Prime Minister Castro said Saturday night U.S. leaders would be in danger if they helped in any attempt to do away leaders of Cuba.” U.S. Senate — The Investigation of the Assassination of President John F. Kennedy: Performance of the Intelligence Agencies, Book V, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, April 23, 1976, pp. 15, 37-38. Hinckle & Turner, 1992, pp. 215-216. Geyer, 1993, p. 299.

- .01. Telegrama nº 217, confidencial-urgentíssimo, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 12-13/9/1963 — 18h30. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
- .02. U.S. Senate — The Investigation of the Assassination of President John F. Kennedy: Performance of the Intelligence Agencies, Book V, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, April 23, 1976, p. 15.
- .03. Telegrama nº 210, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 4/9/1963 — 13h. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
- .04. Ibid.
- .05. Telegrama nº 235, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 30/9/1963 — 15h45. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B. Memorandum from the Chief, Special Affairs Staff, Central Intelligence Agency (Fitzgerald) to the President=s Special Assistant for National Security Affairs (Bundy). Subject: Luís Somoza=s Involvement in Cuban Exile Operations. Washington, August 9, 1963. FRUS, vol. XI, October 1962 — December 1963, Cuba, pp. 853-855.
- .06. Memorandum of Conversation. Subject: U.S. Actions in Cuba. Washington, September 10, 1963. Ibid., pp. 861-862.
- .07. Memorandum of Conversation. Subject: Cuba. Washington, September 13, 1963. Attachment: Oral Statement. Ibid., pp. 866-868.
- .08. Arboleya, 1997, p. 140.
- .09. Telegrama nº 235, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 30/9/1963 — 15h45. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B. Alarcón Rodríguez, 1997, pp. 85-86.
- .10. Arboleya, 1997, pp. 139-142.
- .11. Garthoff, 1989, pp. 137-138.
- .12. Garthoff, 1989, p. 138.
- .13. U.S. Senate — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, pp. 174-180. Powers, 1979, pp. 191-194. Hersh, 1997, pp. 440, 447-448.
- .14. Summary Record of the 2nd Meeting of the Sating Group of the National Security Council, Washington, April 23, 1963, 5 p.m. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 780-782.
- .15. Memorandum by William Attwood, Washington, September 18, 1963; Memorandum for the Record. Subject: Minutes of the Special Meeting of the Special Group, 5 November, 1963. Washington, November 5, 1963; Memorandum from William Attwood to Gordon Chase of the National Security Council Staff, Nova York, November 8, 1963. Ibid., pp. 868 a 870, 878 e 879.
- .16. Mais detalhes vide Lechuga, 1995, pp. 1.197-211.
- .17. Memorandum for the Record (McGeorge Bundy), Washington, November 12, 1963. FRUS, vol. XI, October 1962-December 1963, Cuba, pp. 888-889.

18. Summary Record of the 2nd Meeting of the Sating Group of the National Security Council, Washington, April 23, 1963, 5 p.m. Ibid. pp. 780-782.
19. U.S. Senate — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, pp. 173 e 176.
20. Ibid., pp. 173, 174 e 176.
21. Ibid., pp. 174-176.
22. U.S. Senate — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, p. 205.
23. Ibid., pp. 217-223 e 261-262. Hersh, 1997, p. 412.
24. Rolando Cubela era um médico que chefiara o contingente guerrilheiro do Directorio Revolucionario nas montanhas da região central de Cuba durante a campanha contra Batista. Ele desfrutava da confiança do governo cubano e fora nomeado representante especial de Cuba junto à UNESCO, em Paris. Lá, a CIA o contactou. A conspiração prosseguiu mesmo após a morte de Kennedy. Szulc, 1987, pp. 59-60.
25. Telegrama nº 267, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 4-5/11/1963 — 12h30. Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. AHMRE-B.
26. Telegrama nº 273, confidencial-urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 12-13/11/1963. Telegramas— Recebidos — Havana — 1962-1964; Telegrama nº 295, secreto — urgente, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 8-9/12/1963. CTs. — Telegramas — Recebidos — Havana — 1962-1964. Ibid.
27. U.S. Senate — The Investigation of the Assassination of President John F. Kennedy: Performance of the Intelligence Agencies, Book V, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities, April 23, 1976, pp. 91-92.
28. Hersh, 1997, pp. 450-451. Hinckle & Turner, 1992, p. 246.
29. Id., *ibid.*, p. 239.
30. Sam Giancana explicou que Oswald nunca fora simpatizante de Castro, porém “CIA all the way”, um fuzileiro naval treinado para falar russo e infiltrar-se na União Soviética. Hinckle & Turner, 1992, pp. 271-272.
31. Movimento em favor de Cuba existente nos Estados Unidos, sustentado em grande parte pelos militantes do Socialist Works Party (trotskista) e também pelo Partido Comunista, com apoio financeiro, ao que tudo indicava, do governo de Havana.
32. Hinckle & Turner, 1992, p. 241. Dobrynin, 1995, pp. 112.
33. Ele disse que ficara chocado ao saber “that we were running a damn Murder, Incorporated, in the Caribbean” e guardara a informação para usar contra Robert Kennedy se algum dia fosse necessário. Beschloss, 1997, p. 562. Powers, 1979, p. 199.
34. Id., *ibid.*, p. 31.
35. Id., *ibid.*, p. 466. Hinckle & Turner, 1992, p. 263.
36. Dobrynin, 1995, p. 115. Fursenko & Naftali, 1997, pp. 348-349.
37. Telegrama nº 290, confidencial, da embaixada do Brasil em Havana (Bastian Pinto), 27-28/11/1963. 601111.4 (00) — Chefes de Estado — Universo — de (00) a (23) — de 1940 a 1967. AHMRE-B.

- .38. Ibid.
- .39. Dobrynin, 1995, p. 111-112.
- .40. Id., ibid., p. 112. Beschloss, 1997, p. 69.
- .41. Johnson também aventou certa vez a hipótese de que o atentado contra Kennedy fora um ato de vingança, por causa do assassinato do presidente Ngo Dinh Diem, em meio a um golpe de Estado, organizado pela CIA, no Vietnã do Sul, três semanas antes. Powers, 1979, p. 152.
- .42. Id., ibid., p. 64.
- .43. Beschloss, 1997, p. 561. Fursenko & Naftali, 1997, p. 350.
- .44. Beschloss, 1997, p. 687.
- .45. Powers, 1979, p. 181. Hinckle & Turner, 1992, p. 15. Franklin, 1997, p. 73.
- .46. Hinckle & Turner, 1992, p. 285.
- .47. Powers, 1979, p. 192. Só em 1º de março de 1966 Cubela foi preso, juntamente com Ramón Guin, acusado de conspirar com a CIA. O serviço secreto cubano tomou conhecimento do plano de assassinato, e quando ele chegou a Havana, Castro mandou chamá-lo e perguntou-lhe: “Tens alguma coisa em especial para contar-me?” Cubela respondeu negativamente e foi preso quando saía do Palácio. Durante seu julgamento, confessou que planejara matar Fidel Castro com um fuzil de mira telescópica e, posteriormente, ocupar alto posto no regime contrarrevolucionário. Foi condenado a 15 anos de prisão, uma sentença relativamente branda para os padrões da justiça revolucionária.
- .48. Arboleya, 1997, p. 144.
- .49. Beschloss, 1997, pp. 303 e 306.
- .50. Os engradados continham 81 rifles automáticos FAL, calibre 7.62, fabricados na Bélgica; 31 metralhadoras Uzi; 5 morteiros 60mm; 20 bazucas, calibre 3.5; 9 canhões sem recuo de 57mm; e 57 cargas de demolição, junto com enorme quantidade de munição para todos os armamentos. O Comitê Especial da OEA, composto pelos representantes da Argentina, da Costa Rica, dos Estados Unidos e do Uruguai, comprovou que as armas eram originárias da Fabrique National d=Armes de Guerre S.A., de Liège, na Bélgica, vendidas ao governo cubano em 1959. Riefe, 1991, p. 44. Castañeda, 1997, pp. 302-303.
- .51. Kalfon, 1997, p. 408.

Capítulo XVI

A ACOMODAÇÃO DE CASTRO COM OS PARTIDOS COMUNISTAS LATINO-AMERICANOS • AS CRÍTICAS DE CHE GUEVARA À UNIÃO SOVIÉTICA E AOS PAÍSES SOCIALISTAS EM ARGEL • SUAS DIVERGÊNCIAS COM CASTRO • A MISSÃO NO CONGO • A TRICONTINENTAL E A OLAS • A BOLÍVIA E A CRIAÇÃO DE OUTROS VIETNÃS • A MORTE DE CHE GUEVARA • AS PRESSÕES DA UNIÃO SOVIÉTICA E O COMPLÔ DA “MICROFACCIÓN” • A NOVA “OFENSIVA REVOLUCIONÁRIA”

Desde a visita de Castro a Moscou em abril de 1963, as relações de Cuba com a União Soviética desenvolveram-se com relativa tranquilidade, apesar das numerosas diferenças ideológicas e em questões de política internacional.¹ A União Soviética, em posição defensiva diante da China e dos Estados Unidos, depois da crise dos mísseis, nada pôde fazer, senão aceitar a independência com que Castro e Guevara implementavam uma política própria, próxima da linha chinesa, ao fomentar a luta armada e os chamados movimentos de libertação nacional, não só na América Latina como na África. Cuba, porém, já lhe custava compromissos de crédito no valor de US\$ 300 milhões, mais cerca de US\$ 750 milhões de déficit no seu balanço de pagamentos, não lhe interessando, portanto, que outros regimes revolucionários se instalassem na América Latina.² Assim, os dirigentes do Kremlin, a fim de isolar a China, instaram Castro a reunir-se com os partidos comunistas latino-americanos, que sempre funcionaram como cadeia de transmissão das diretrizes de política exterior da União Soviética, e alcançar um termo de compromisso que acomodasse o apoio à luta armada com a doutrina da coexistência e da via pacífica para o socialismo. A reunião ocorreu em Havana, entre novembro e dezembro de 1964, após a queda de Kruchev, e seu resultado foi profícuo tanto para a União Soviética como para Cuba. Castro obteve, de um lado, uma adesão mais explícita e consistente

dos partidos comunistas ortodoxos, mas, por outro, comprometeu-se, a partir daí, a entregar-lhes a coordenação dos movimentos de inspiração castrista, emergentes em vários países da América Latina, com o objetivo de formar amplas frentes políticas e de amplitude continental. A reunião, demonstrando que, ideologicamente, tanto a União Soviética podia influenciar Cuba quanto Cuba tinha condições de modificar a atitude da União Soviética, em face do cisma dentro do chamado campo socialista, terminou então com a emissão de comunicado, de caráter conciliatório, que, embora admitisse a luta armada em seis países (Venezuela, Colômbia, Guatemala, Honduras, Paraguai e Haiti), reconhecia a possibilidade do caminho pacífico no resto da América Latina e condenava enfaticamente as “polêmicas públicas e atividades fracionistas”, em clara alusão às dissidências que a China se empenhava em promover nos partidos comunistas.

Che Guevara estranhamente não participou da reunião, cujo objetivo, *inter alia*, foi conter Cuba, de um lado, e consolidar, do outro, uma frente única dos partidos comunistas latino-americanos contra a China, antes da conferência comunista internacional, a realizar-se em Moscou, em 1º de março de 1965. Ele, decerto, discordava daquele tipo de entendimento, que implicava o sacrifício de princípios doutrinários. Suas relações com os partidos comunistas latino-americanos, em virtude das divergências sobre a luta armada e do seu apoio a outras correntes revolucionárias não comunistas, tornaram-se extremamente tensas no curso de 1963 e 1964. A tentativa de implantar um foco de guerrilha em Salta, norte da Argentina, sob o comando do jornalista Jorge Massetti e com recrutas trotskistas,³ bem como a aliança com John William Cooke e a esquerda do peronismo antagonizaram-no com Vitório Codovilla e Rodolfo Ghioldi, dirigentes do Partido Comunista naquele país. Guevara também já se afastava das atividades tanto administrativas quanto políticas em Cuba. No início do ano, tivera de frear o esforço de industrialização, anunciando um plano de investimentos (US\$ 180 milhões) inferior 18% ao do ano anterior. devido ao imenso déficit no balanço de pagamento com a União Soviética.⁴ Em julho,

perdera o controle sobre a indústria do açúcar, o maior e mais importante segmento da economia cubana, para a qual Castro criou um ministério autônomo, e sua influência sobre a condução da economia, concomitantemente, diminuiu com a substituição de Regino Boti no Ministério da Economia pelo presidente Oswaldo Dorticós, que também assumira a direção da JUCEPLAN. E em novembro, às vésperas dos preparativos para a reunião dos partidos comunistas da América Latina, Guevara partira para Moscou, onde assistiu ao desfile do dia 7, comemorativo do 47º aniversário da revolução russa, na Praça Vermelha. Fora seu primeiro contato com os dirigentes do Kremlin depois da crise dos mísseis, mas sua percepção do socialismo real, tal como existente no Bloco Soviético, já se revelava profundamente crítica. Ele concluía que os países da Europa Ocidental, apesar do que se dissesse, estavam a avançar em ritmo superior ao dos países da chamada democracia popular.⁵ E constatara que a fraqueza do soi-disant campo socialista decorria não apenas do magro potencial econômico, mas também da perversão do regime na União Soviética e nos países do Leste Europeu.⁶ No entender de Che Guevara, o pensamento na União Soviética, governada por uma gerontocracia, esclerosara-se, perdera o vigor intelectual e cultural.⁷ “La investigación marxista avanza en un camino peligroso”, Guevara certa vez observou, acrescentando: “Al dogmatismo intransigente da época de Stalin le ha sucedido un pragmatismo inconsistente. Y lo trágico es que lo mismo ocurre en todos los aspectos de los pueblos socialistas”.⁸ Guevara considerava também muito difícil a situação em Cuba, apesar da aparente pausa do sectarismo e a crise do Caribe.⁹ E, a contrastar com o otimismo de Castro, tinha uma visão bastante sombria da situação internacional e, em especial, da América Latina, onde, no dia em que embarcara para Moscou, um golpe de Estado derrubara o presidente Victor Paz Estenssoro e instalara uma junta militar, sob a presidência do general René Barrientos, homem vinculado à CIA desde 1960. Ele não via alternativa a não ser a luta armada para a libertação dos povos do Terceiro Mundo, mas se dava conta de que a União Soviética, não podendo dar a Cuba, um país pequeno, uma ajuda suficiente,

não teria condições de sustentar um país como o Brasil, se ali uma revolução socialista ocorresse.¹⁰

Em Moscou, onde demonstrou alguns desacordos com os soviéticos, Guevara soube que o apontavam como trotskista.¹¹ “Yo he expresado opiniones que pueden estar más cerca del lado chino (...) y también lo de trotskismo surge mezclado”, comentou e, aludindo sarcasticamente ao hábito de baeta amarela e verde que os réus da Inquisição vestiam pela cabeça, à moda de saco, nos autos-de-fé, aduziu que “dicen que los chinos son fraccionalistas y trotskistas y a mi también me meten el sambenito”.¹² Segundo Kiva Maidanik, especialista em América Latina no PCUS, os dirigentes do Kremlin, sobretudo Brejnev, não simpatizavam com Che Guevara, não por ser ele favorável à linha chinesa, mas por seu suposto trotskismo, e molestavam-se com o “elemento antiburocrático vibrante” no seu pensamento.¹³ Como resultado de sua segunda viagem à União Soviética, de acordo com Paco Ignacio Taibo II, Guevara começou a modificar suas ideias sobre Trotski e o trotskismo, por entender que não se podiam destruir opiniões a pauladas, pois isso matava o desenvolvimento da inteligência, e que estava “claro que del pensamiento de Trotski se pueden sacar una série de cosas”.¹⁴ Que coisas, não disse. Mas o fato era que realmente as concepções de Guevara, quanto à permanência da revolução, seu caráter socialista e internacional, mesmo nos países atrasados e coloniais e semicoloniais, assemelhavam-se mais com as teorias de Trotski do que com as difundidas pelos partidos comunistas, que, modelados pelo stalinismo, defendiam a colaboração com a chamada burguesia progressista e o caminho pacífico para o socialismo, conforme as diretrizes da União Soviética, empenhada em soffrear a corrida armamentista e expandir suas relações comerciais, de modo a melhorar os níveis de vida do seu povo, e não em propagar qualquer tipo de revolução, quer na Europa, quer no Terceiro Mundo. Segundo D. Bruce Jackson, do Washington Center of Foreign Policy Research, da Johns Hopkins University, o segundo homem no movimento revolucionário de Castro, Che Guevara, foi, ao menos parcialmente, influenciado pelas ideias trotskistas e reivindicado como amigo

pelos trotskistas em Cuba e no resto da América Latina.¹⁵ Mas, enquanto ele tendeu para o trotskismo, com a crença de que só seria possível promover e sustentar a construção do socialismo em Cuba mediante a abertura de novas frentes revolucionárias no Terceiro Mundo, Castro, concentrando-se nos problemas do país, orientou-se cada vez mais na direção da União Soviética.¹⁶

Àquela época, fins de 1964, Guevara, embora reconhecesse, por um lado, que fora um erro menosprezar a agricultura, rechaçava, por outro, a reconcentração dos esforços na produção de açúcar, tal como a União Soviética induzira Castro, e não se resignava com o abandono dos projetos industriais, entre os quais a instalação do complexo siderúrgico, nem com o fato de que a Cuba se reservasse o destino de país monoprodutor e especializado. Muito provável era que, desiludido, já então estivesse a amadurecer a ideia de abandonar o Ministério da Indústria para dirigir a luta revolucionária em outro país,¹⁷ talvez a Argentina, onde Jorge Ricardo Massetti, o comandante Segundo, a quem ele encarregara de instalar um foco de guerrilha, desaparecera, liquidado pelas forças de repressão. Tanto isto é certo que, depois de retornar da União Soviética, permaneceu menos de um mês em Cuba, onde, aparentemente, não participou da conferência dos 22 partidos comunistas latino-americanos e, na Província de Oriente, fez um discurso, exaltando a luta armada, ao ressaltar que Cuba demonstrara “como se hacer una revolución al lado, en las fauces del imperialismo yanqui, y, no solo hacer, declarar socialista la revolución, y no declararla de palabras, declararla expropiando a los explotadores”.¹⁸ Menos de 10 dias depois, em 9 de dezembro, ele voltou a viajar, desta vez para Nova York, como chefe da delegação cubana à 19ª Assembleia-Geral da ONU, evidenciando que, não obstante as concessões à União Soviética e aos partidos comunistas ortodoxos, Castro continuava solidário com a sua linha de pensamento, favorável a uma política revolucionária, mais agressiva, nos países do Terceiro Mundo. Lá, no dia 11 dezembro, Che Guevara perante o plenário, fez um pronunciamento, no qual declarou, peremptoriamente, que, “como marxistas, hemos mantenido que la coexistencia pacífica entre naciones no engloba la coexistencia pacífica entre exploradores y explotados, entre

opresores y oprimidos”.¹⁹ E não apenas mostrou sua preocupação com as lutas no Vietnã, no Laos e no Congo, mostrando sua indignação com o massacre realizado em Stanleyville pelas tropas da Bélgica,²⁰ como, ao responder ao representante da Nicarágua, revelou a intenção de prosseguir na luta, em qualquer parte do continente, dizendo:

He nacido en la Argentina; no es secreto para nadie. Soy cubano y también soy argentino y, si no se ofenden las ilustrísimas señorías de Latinoamérica, me siento tan patriota de Latinoamérica, de cualquier país de Latinoamérica, como el que más e, en momento que fuera necesario, estaría dispuesto a entregar mi vida por la liberación de cualquiera de los países de Latinoamérica, sin pedirle nada a nadie, sin exigir nada, sin explotar a nadie.²¹

Após a intervenção no plenário da 19^a Assembleia-Geral da ONU, onde também contestou o embaixador norte-americano, Adlai Stevenson, reiterando que “no pertenecía al Partido Comunista hasta ahora que estoy en Cuba”,²² Guevara não regressou a Cuba. Em 17 de dezembro, seguiu para a Argélia, onde mantinha relações de amizade e estreito entendimento com o presidente Ahmed Ben Bella, e, entre os últimos dias de dezembro de 1964 e os primeiros dias de fevereiro de 1965, visitou vários outros países da África, a fim de conversar com diversos líderes do movimento de libertação nacional, entre os quais Gamal Abdel Nasser, da República Árabe Unida (Egito e Síria), Kwame Nkrumah, de Gana, Alphonse Massemba-Débat, do Congo-Brazzaville, e Agostinho Neto, de Angola, a quem prometeu instrutores militares de Cuba para os guerrilheiros do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) na Província de Cabinda. Seu propósito, ao que tudo indicou, foi avaliar a possibilidade de unir todos os movimentos de libertação nacional em uma frente comum de luta contra o colonialismo, o imperialismo e o neocolonialismo, de modo a intensificar o processo revolucionário no Terceiro Mundo e romper em favor da esquerda o impasse internacional configurado pela Guerra Fria. Guevara já então entendia que o melhor caminho para Cuba seria alinhar-se com os países neutralistas, igualmente subdesenvolvidos, que podiam defender-se das grandes potências mediante pactos de ajuda mútua e adotar uma via para o socialismo independente da União Soviética, cujos interesses de grande

potência e não objetivos revolucionários orientavam sua política internacional. Ele próprio, aliás, confessou a Charles Bettelheim que se iludira e se equivocara a respeito da União Soviética, confiando demasiadamente nas promessas dos seus dirigentes.²³ E o fato de que ela cobrava de Cuba preços elevados nas vendas de máquinas e equipamentos irritava-o profundamente, na medida em que ele próprio entendia que a construção do socialismo e do comunismo implicava a abolição das relações mercantis, monetárias, baseadas na lei do valor. Che Guevara, na essência, era radicalmente contra o uso e o desenvolvimento de leis, métodos e categorias econômicas capitalistas na construção do socialismo, conforme Castro, ao evocar sua memória, várias vezes salientou.²⁴

Este mesmo critério ele adotou, ao avaliar as relações internacionais do Bloco Socialista com os países subdesenvolvidos e com os movimentos de libertação nacional. Daí o profundo desencanto com o comportamento da União Soviética, que Che Guevara manifestou, publicamente, no discurso pronunciado em 24 de fevereiro de 1965, durante o Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática, em Argel. Após afirmar que “no puede existir socialismo si en las conciencias no se opera un cambio que provoque un nueva actitud fraternal frente a la humanidad, tanto de índole individual, en la sociedade en que se construye o está construyendo el socialismo, quanto mundial en relación a todos los pueblos que sufren la opresión imperialista”,²⁵ ele observou que não mais se devia falar em desenvolver um comercio de benefício mútuo, baseado nos preços que a lei do valor e as relações internacionais de troca desigual impunham aos países atrasados. E, perguntando “¿Cómo puede significar ‘beneficio mutuo’ vender a precios de mercado mundial las materias primas que cuestan sudor y sufrimientos sin limites a los países atrasados y comprar a precios de mercado mundial las máquinas producidas en las grandes fábricas automatizadas del presente?”, criticou duramente o comportamento da União Soviética e dos demais países do Bloco Socialista:

Si establecemos ese tipo de relación entre los dos grupos de naciones, debemos convenir en que los países socialistas son, en cierta manera, cómplices de la explotación imperial. Se puede

arguir que el monto del intercâmbio con los países subdesarrollados constituye una parte insignificante del comércio exterior de estos países. Es una gran verdad, pero no elimina el carácter inmoral del cambio. Los países socialistas tienen el deber moral de liquidar su complicidad tácita con los países explotadores del Occidente.²⁶

Guevara, a ressaltar ainda que o princípio do internacionalismo proletário devia pautar o fornecimento de armas aos povos que lutavam contra um poder político opressor, julgou um “absurdo” que um país socialista quisesse averiguar a possibilidade de pagamento de um povo que lutava pela libertação ou necessitava dessas armas para defender sua liberdade. “Las armas no pueden ser mercancía en nuestros mundos, debe entregarse sin costo alguno y en las cantidades necesarias y posibles a los pueblos que las demanden, para disparar contra el enemigo común”.²⁷

Este discurso, cuja íntegra a imprensa cubana não publicou, a fim de não comprometer o governo cubano com o seu conteúdo, causou forte impacto nos círculos dirigentes dos países socialistas. “Nunca — comentou K. S. Karol — um dirigente comunista no poder dirigiu-se aos soviéticos em tais termos sem que seu país rompesse com a União Soviética ou logo fosse excomungado”.²⁸ A embaixada da União Soviética em Havana, naturalmente, protestou contra a atitude antissoviética que ele tomara em Argel, enquanto a revista China, de propaganda das posições de Pequim no exterior, deu inusitado destaque ao seu pronunciamento no Seminário Econômico de Solidariedade Afro-Asiática. Diante de tais circunstâncias, Guevara, depois do discurso de Argel, não mais teria, obviamente, condições de permanecer no governo revolucionário, dado que Cuba caíra na mais completa dependência em relação à União Soviética, tendo de ajustar-se às suas diretrizes econômicas e políticas. Ademais, ele estava convencido, àquela altura, de que espriar a outros países a luta anti-imperialista era o modo mais eficaz de ajudar a própria Revolução Cubana. Tanto assim pensava que, ao sair da Argélia e passar pelo Cairo, revelou a Nasser, com quem voltara a encontrar-se, a disposição de combater no Congo.²⁹

Castro não discordava essencialmente de Guevara. Pelo contrário. Desde a crise dos mísseis, fazia, entre amigos, críticas duríssimas à União Soviética.

Não as escondera, aliás, de Werner Jarowinski, chefe da delegação da República Democrática Alemã, que visitara Havana entre 21 de outubro e 1º de novembro de 1964, e diante dele demonstrara pouca confiança na ajuda dos países socialistas, especialmente da União Soviética.³⁰ Esta atitude cética, Jarowinski informou ao seu governo, aumentara ainda mais porque, após a queda de Kruchev, o novo governo de Moscou nem mencionara Cuba, embora ele reconhecesse o grande significado da ajuda da União Soviética. Castro também expressara aborrecimento com certas práticas de alguns países socialistas diante de Cuba, e, além de referir a Polônia e a Romênia, cujo comportamento julgava incompreensível, criticou a Tchecoslováquia pelo fato de fornecer armas velhas, da Segunda Guerra Mundial.³¹ Os pontos de vista de Castro também convergiam com os de Guevara no caso da luta armada e do espraiamento da revolução. Ele, porém, era pragmático,³² e, como cubano e responsável pelo governo, não podia contrapor-se frontalmente à União Soviética, da qual sua sustentação no poder e a continuidade da revolução dependiam. Por isso, quando Guevara regressou a Havana, em 15 de março de 1965, os dois tiveram forte atrito, a respeito do qual informes chegaram à embaixada da República Democrática Alemã em Havana.³³ Castro admoestou-o, energicamente, acusando-o de indisciplina e irresponsabilidade, por comprometer as relações de Cuba com a União Soviética.³⁴ Raúl Castro participou da discussão. Ele, que sempre defendera o alinhamento de Cuba com a União Soviética, ouvira, pessoalmente, o protesto dos dirigentes soviéticos em Moscou, de onde acabara de chegar e para onde deveria regressar, no dia 18 de março, a fim de participar, juntamente com Osmany Cienfuegos, da conferência internacional comunista, cuja finalidade fora a condenação da China. E seus ressentimentos pessoais contra Che Guevara, a quem já acusava de ser pró-China e trotskista, explodiram.³⁵ Guevara deu razão a Castro, admitindo que não tinha o direito e fazer aquele discurso em nome de Cuba, porém era o seu modo de pensar e não podia modificá-lo. Que não esperassem nem uma autocrítica pública nem desculpas, em particular, aos soviéticos. E, com seu humor argentino, disse que o melhor seria que se autocastigasse e fosse

cortar cana. “El Che havia perdido la batalla y nadie, ni siquiera Fidel Castro, lo podia salvar”, Castañeda concluiu, ao ressaltar que Raúl Castro, por convicção, e Fidel, por realismo, compreenderam que não mais podiam sustentar a incongruência de pretender o apoio da União Soviética e prolongar a indefinição diante do seu conflito com a China.³⁶ Se Castro devia aceitar, inevitavelmente, as pressões soviéticas, a presença de Che Guevara convertia-se em um obstáculo, máxime no posto de ministro da Indústria, Gambini, por sua vez, observou.³⁷ As razões de Estado prevaleceram.

Na opinião do jornalista norte-americano Tad Szulc, Guevara “foi o último espírito totalmente independente na estrutura de poder cada vez mais rígida construída ao redor de Fidel Castro”,³⁸ com quem ele tivera divergências fundamentais, inclusive em questões relativas ao desenvolvimento econômico. Seu amigo Ricardo Rojo confirmou essa observação, ao salientar que Guevara estivera a um passo de tornar-se um novo Trotski, mas compreendera que não podia nem devia prejudicar a estatura de Fidel Castro como governante, e que no instante em que suas divergências com ele conduzissem a um choque aberto, era quando mais devia fortalecê-lo.³⁹ Castañeda, por sua vez, assinalou que Che Guevara, embora nem pudesse capitular diante das teses que Castro, de um modo ou de outro, impulsionava ou avalizava, nem quisesse — nem pudesse — romper com ele, “nunca contempló la eventualidad de jugar el papel de Trotski, o más bién, del anti-Trotski, es decir, el dirigente marginado que se defiende cuando todavía dispone de armas para hacerlo”.⁴⁰ Daí ele dizer enigmaticamente a alguns amigos em Paris, em 1965, que não queria “con Fidel, con la União Soviética, ni matrimonio ni divorcio”.⁴¹ Esta frase Castañeda considerou a síntese da ambivalência impossível, pois revelava a coexistência de sentimentos e posturas incompatíveis entre si e insuportáveis para Che Guevara. Por isso não podia permanecer em Cuba, despojado de seus cargos, porque acarretaria enorme prejuízo internacional para a revolução. Trotski, “pai espiritual” dos comunistas chineses e com o qual, segundo Daniel James, Guevara tinha “secretas afinidades”,⁴² também pensara assim. Em 1923, quando suas divergências com Stalin, Zinoviev e

Kameniev, o triunvirato, aguçavam-se, ele, desiludido com os rumos dos acontecimentos na Rússia, solicitou que o mandassem para a Alemanha, como “soldado da revolução”, a fim de ajudar o Partido Comunista a organizar a insurreição.⁴³ Não aceitaram seu pedido. Se ele fosse para a Alemanha e saísse vitorioso, seria o líder incontestado de duas revoluções, lá e na Rússia, o que significaria o fim de Stalin e de sua camarilha.⁴⁴ Guevara, porém, não estava a disputar o poder em Cuba. Ele era alguém, Castro reconheceu, que “não tinha a menor ambição pessoal” e “pensava apenas no dever e no sacrifício, com a mais absoluta pureza e o mais absoluto altruísmo”.⁴⁵ Fidel Castro tampouco se assemelhava a Stalin e Daniel James observou que ele fora provavelmente o primeiro e o único homem cuja superioridade Guevara reconheceria e sob o qual aceitara desempenhar um papel secundário, ao que talvez seu inconsciente resistiria.⁴⁶

De fato, em um dos seus mais famosos trabalhos — *El Socialismo y el Hombre en Cuba* — escrito durante sua viagem pela África e enviado a Carlos Quijano para publicação no semanário uruguaio *Marcha*,⁴⁷ Guevara ressaltou que a massa em Cuba seguia sem vacilar seus dirigentes, mas fundamentalmente a Fidel Castro, que ganhara essa confiança devido à interpretação cabal dos seus desejos, de suas aspirações e à sua luta sincera, visando ao cumprimento das promessas feitas. “Fidel y la masa comienzan a vibrar en un diálogo de intensidad creciente hasta alcanzar el clímax en un final abrupto, coronado por nuestro grito de lucha y victoria”, Guevara descreveu, acrescentando que “esa estrecha unidad dialéctica existente entre el individuo y la masa” era difícil de entender para quem não vivesse a “experiência da revolução”.⁴⁸ Nesse mesmo texto, porém, ele voltara a criticar a política econômica adotada na União Soviética e que os velhos comunistas, como Carlos Rafael Rodríguez pretendiam adotar em Cuba, ao dizer que:

Persiguiendo la quimera de realizar el socialismo con la ayuda de las armas melladas que nos legara el capitalismo (la mercancía como célula económica, la rentabilidad, el interés material individual como palanca etc.), se puede llegar a un callejón sin salida.⁴⁹

Guevara acreditava que a sociedade comunista não podia ser organizada aplicando-se leis geradas pelo capitalismo. Outrossim, para construir essa sociedade, era necessário, simultaneamente com a base material, “hacer al hombre nuevo” e mobilizar as massas com instrumento de índole moral, sem esquecer a correta utilização do estímulo material, sobretudo de natureza social. E, atacando, implicitamente, os comunistas soviéticos, Guevara não só afirmou que o escolasticismo freara o desenvolvimento da filosofia marxista e impedira o tratamento sistemático do período de construção do socialismo como criticou a política cultural da União Soviética, instituída desde o tempo de Stalin, por condenar todas as formas de arte posteriores à primeira metade do século XIX, em favor das “formas congeladas del realismo socialista”, (...) “poniendole camisa de fuerza a la expresión artística del hombre que nace y se construye hoy”.⁵⁰ Ele estava, porém, convencido de que “Cuba es la vanguardia de América y debe hacer sacrificios porque ocupa el lugar de avanzada”, entendendo que, “en una revolución verdadera, a la que se le da todo, de la cual no se espera ninguna retribución material, la tarea del revolucionario de vanguardia es a la vez magnífica y angustiosa”.⁵¹ “El revolucionario verdadero está guiado por grandes sentimientos de amor. Es imposible pensar en un revolucionario sin esta cualidad”, arrematou.

Che Guevara encarnou o mais perfeito personagem da filosofia existencial de Sören Kierkegaard. Viveu o momento estético, em que buscou, como poeta, boêmio e vagabundo, o prazer no imediato, em suas jornadas através da América Latina, durante os anos de 1952 e 1953.⁵² Mas esta existência, levada, hedonisticamente, em uma incessante busca de sensação, redundou em fracasso e em tédio, até que um homem, com a face mergulhada nas sombras, revelou-lhe seu destino e ele percebeu que seria sacrificado a uma “autêntica revolução”, a grande niveladora da vontade individual, “pronunciando o exemplar mea culpa”.⁵³ O real dissolveu-se no possível. O tempo fluiu. Já não lhe restava esperança. Defrontou-se apenas com o nada e o desespero. E do gozo passou ao dever, da estética à ética, e este momento, negação do primeiro, caracterizou-se pela aceitação do conceito do pecado. Aí, porém, a alternativa de Abraão sobreveio: matar seu próprio filho ou

desobedecer à ordem de Deus. A salvação estava na fé, este paradoxo em que o indivíduo se situava por cima do geral (da ética), como Kierkegaard definiu, e sempre de tal maneira que o movimento se repetia e, como consequência, o indivíduo, depois de estar no geral, isolava-se no sucessivo como indivíduo por cima do geral. O “herói trágico” de Kierkegaard renunciou a si mesmo para expressar o geral; o “cavaleiro da fé” renunciou ao geral para converter-se em indivíduo, em que a vida religiosa subordinava a si a ética mas reabilitava a dúvida, a incerteza e a angústia diante da possibilidade de remissão dos pecados. Nada melhor podia refletir esta trajetória existencial de Che Guevara, da fase estética à da ética e à da fé, do que o texto por ele próprio escrito, quando viajava pela Índia, em 2 de julho de 1959:

En mi se ha desarrollado mucho el sentido de lo colectivo contrapuesto al individual; sigo siendo el mismo solitario de otro tiempo en busca de mi camino, sin ayuda personal, pero ahora poseo el concepto de mi deber histórico. No tengo casa, ni mujer, ni hijos, ni padres, ni hermanos; mis amigos son amigos mientras piensen políticamente como yo y sin embargo estoy contento, me siento algo en la vida, no solo una fuerza interior poderosa, que siempre la sentí, sino también una capacidad de comprensión de los otros y un total sentido fatalista de mi misión, que me quita todo el miedo.⁵⁴

Guevara possivelmente não lera os Evangelhos, mas São Marcos narrou que, certa vez, quando alguém disse a Jesus, o Cristo, que seus irmãos e sua mãe o buscavam fora da casa, onde ele se reunia com os discípulos, sua resposta foi: “Quem é minha mãe? Quem são meus irmãos?” E, olhando os que os que estavam sentados ao redor, falou: “Eis aqui minha mãe e meus irmãos. Porque qualquer que fizer a vontade de Deus, este é meu irmão, minha irmã e minha mãe”.⁵⁵ Em outra ocasião, segundo São Lucas, ele disse que não podia ser seu discípulo aquele que a ele fosse e não renunciasse ao pai e à mãe, à mulher e aos filhos, aos irmãos e às irmãs ou mesmo à própria vida.⁵⁶ Che Guevara assim procedeu, não para seguir o Cristo,⁵⁷ mas para tornar-se o Messias da luta armada, à qual, dando ele próprio o exemplo do sacrifício, mais uma vez se lançou, com a esperança de salvar a sociedade e criar o “hombre nuevo”, “el hombre del siglo XXI”, redimido da necessidade de vender-se como mercadoria.⁵⁸ “Muchos me dirán aventurero, y lo soy, solo

que de un tipo diferente y de los que ponen el pellejo para demostrar sus verdades”,⁵⁹ escreveu aos seus pais, despedindo-se, antes de partir para a África. Com a pura e austera moralidade dos cristãos primitivos, que sempre lhe caracterizou o comportamento, renunciou a todos os seus cargos em Cuba em carta a Fidel Castro, na qual revelou, gentilmente, que a única falta de alguma gravidade por ele cometida fora não haver compreendido com “suficiente celeridad” suas “cualidades de conductor y de revolucionario”.⁶⁰ Não informou, no entanto, à sua família, em Buenos Aires, que partiria para a África a fim de treinar os guerrilheiros do Exército de Libertação do Congo, missão na qual, contra a opinião de Castro, ele se inserira,⁶¹ provavelmente por não desejar permanecer em Havana enquanto esperava criar as condições para lutar na América do Sul, mais especificamente na Argentina.⁶² Em uma outra carta, datada de 16 de março e da qual fora portador seu amigo Gustavo Roca, apenas comunicara a Célia, sua mãe, que se dispunha a abandonar a cúpula revolucionária e que, após trabalhar três dias no corte de cana, iria para uma fábrica, por cinco anos, a fim de estudar por dentro o funcionamento de uma das tantas indústrias que dirigira do alto.⁶³ Advertiu-a também de que não viajasse, por nenhum motivo, para Cuba. Célia, já muito enferma, inquietou-se. E, “sin usar lenguaje diplomático”, escreveu-lhe:

Si por cualquier razón los caminos te han cerrado en Cuba, hay en Argelia un señor Ben Bella que te agradecería que le organizaras la economía allá o que le asesoraras en ella, o un señor Nkrumah, en Ghana, a quien le pasaría lo mismo. Sí, siempre serías un extranjero. Parece ser tu destino permanente.⁶⁴

Célia de la Sierna percebeu, claramente, a situação do filho, e sua angústia aumentou ainda mais quando seu desaparecimento, desde 22 de março de 1965, começou a gerar os mais diversos e contraditórios rumores, inclusive de que Fidel e Raúl Castro o assassinaram. Muitos foram veiculados, em Havana, pelo próprio governo cubano, através do rádio, em manobra de desinformação. Especulou-se que ele estaria enfermo, bem como no Vietnã ou na República Dominicana, invadida pelos Estados Unidos, em 28 de abril

de 1965, com o objetivo de sufocar o levante que o coronel Francisco Caamaño Deno comandara, visando devolver o governo ao ex-presidente Juan Bosch, eleito em 1963 e deposto seis meses depois por um golpe de Estado, sob a acusação de nutrir simpatia por Fidel Castro, ter ideias comunistas ou algo equivalente. Talvez Castro houvesse realmente dito ao embaixador soviético, Aleksandr Alekseev, que Che Guevara fora para a África, mas o fato foi que nem o embaixador da República Democrática Alemã nem os dos demais Estados socialistas souberam do seu paradeiro.⁶⁵ E Célia de la Sierna faleceu, em 19 de maio, imaginando que seu filho morreria na República Dominicana. Já Che Guevara, com o codinome Tatu, encontrava-se, àquela época, no antigo Congo belga,⁶⁶ para onde partira no dia 1º de abril, 15 dias depois de regressar a Havana. Ali, porém, a missão fracassou. Sem considerar os obstáculos e avaliar devidamente a correlação de forças, a equipe de Manuel Piñero (Barbaroja), vice-ministro do Interior de Cuba e responsável pela Sección de Liberación, elaborara “planos fantásticos”, que, conforme as palavras de Guevara, “nos fazem correr o risco de cair no descrédito internacional, podendo-me deixar em uma situação muito difícil”.⁶⁷ Assim, sem que Laurent Kabila e outros dirigentes do Movimento de Libertação Nacional do Congo aceitassem sua presença nas operações, talvez por ser branco ou pelo receio de um escândalo internacional, e convencido de “que, em nome do internacionalismo proletário, cometemos erros que podem ser muito custosos”, e de que “não podemos libertar sozinhos um país que não quer lutar”,⁶⁸ Guevara teve de abandonar a África, embora achasse que não podia mais aparecer em Cuba. No dia 3 de outubro, Castro, por entender que devia explicar a ausência de Guevara e acabar com as especulações, leu sua carta de despedida ante as câmeras de televisão, ao apresentar o Comitê Central do novo Partido Comunista, que sucederia o PURS.⁶⁹ “Esta carta sólo debía ser leída después de mi muerte. No es divertido que te entierren vivo”, Che Guevara comentou, ao saber da notícia, e aduziu: “Intencionalmente o no intencionalmente, me desapareció del ámbito internacional”.⁷⁰ O capitão Dariel Alarcón Ramírez, que com ele se encontrava, ouviu-o então dizer, com

sarcasmo: “Las cosas están tomando otro curso, pues se están violando los acuerdos hechos entre amigos que parecen desaparecer, y entre sombras asoma el culto a la personalidad, Stalin parece que no ha muerto”.⁷¹ O desencanto igualmente transpareceu no seu diário: “Tinha a impressão de que, depois de minha carta de despedida a Fidel, os companheiros estavam a me ver como homem de outras latitudes, um pouco distante dos problemas concretos de Cuba”, Guevara escreveu, percebendo que os companheiros passaram a vê-lo, novamente, como estrangeiro.⁷² Constrangido de regressar a Havana, uma vez que a divulgação da carta de renúncia impedia moralmente sua inserção em Cuba, passou então algum tempo, até fevereiro de 1966, em Dar Es-Salam (Tanzânia) e, depois, de março a julho, em Praga (Tchecoslováquia). Não lhe restou alternativa, contudo, senão atender ao insistente chamamento de Castro e regressar, secretamente, a Cuba, onde passou alguns meses nas montanhas de San Andrés, em Pinar del Río, a treinar o pessoal que levaria para instalar um foco insurrecional na Bolívia.

Quaisquer que tenham sido as razões pessoais ou políticas que induziram Castro a revelar a carta de Guevara, naquelas circunstâncias, rompimento entre os dois não houve e suas divergências, inclusive, foram mais de forma que de conteúdo,⁷³ pois ambos coincidiam quanto à necessidade de impulsionar a revolução no Terceiro Mundo. Castro não se submetera ao acordo de refrear a luta armada, estabelecido em novembro-dezembro de 1964, sob inspiração de Moscou, com os partidos comunistas ortodoxos, e convocara a Havana cerca de 430 representantes tanto da esquerda legal ou clandestina (exceto os maoístas) dos três continentes, como dos movimentos nacionalistas mais radicais, para participar da Conferência Tricontinental, instalada em 13 de janeiro de 1966, com o objetivo de criar uma Internacional revolucionária no Terceiro Mundo, a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). A esquerda, porém, sofrera vários reveses entre 1964 e 1965. Em 1964, Goulart, no Brasil, fora derrubado por um golpe de Estado; os militares, com o general René Barrientos, voltaram ao poder na Bolívia; Salvador Allende, candidato do Partido Socialista e apoiado pelos comunistas, perdera a eleição

para a presidência do Chile; na Colômbia, as Forças Armadas cercaram e investiram contra a zona sublevada da Marquetalia; e, na Argentina, aniquilaram o foco de guerrilha que Jorge Ricardo Massetti tentara implantar, com o respaldo de Guevara. Em 1965, os Estados Unidos invadiram a República Dominicana e ampliaram a intervenção na guerra do Vietnã; o general Houari Chedid Boumedienne depusera Ben Bella da presidência da Argélia; no Peru, Luís de la Puente Uzeda, dirigente do Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), tombara, ao tentar a instalação de um foco de guerrilha. Em 1966, os insucessos continuaram. Em janeiro, no mesmo mês em que a Conferência Tricontinental se realizava em Havana, Guillermo Lobatón, companheiro de Luís de la Puente Uzeda, foi abatido no Peru e, em fevereiro, outro importante guerrilheiro, o padre Camilo Torres, morreu na Colômbia. Em março, o governo da Guatemala liquidou 26 chefes guerrilheiros; em junho, Fabrício Ojeda, deputado e jornalista, que se juntara à luta armada, foi capturado e morto na Venezuela, onde, perto de Tucacas, no Estado de Falcón, cerca de 14 guerrilheiros, procedentes de Cuba, desembarcaram em julho de 1966.⁷⁴ As derrotas não esmoreceram a militância internacional de Castro e talvez até mesmo contribuíram para que ele, entrando outra vez em conflito com a União Soviética e os partidos comunistas ortodoxos, insistisse na linha da Segunda Declaração de Havana, ao promover em Cuba o treinamento de aproximadamente 2.000 a 3.000 guerrilheiros latino-americanos, entre 1962 e 1967, e não houvesse cessado de fazê-lo, pelo menos até 1970, conquanto o fornecimento de armas e dinheiro fosse limitado.⁷⁵ Seu desígnio sempre fora propagar a revolução a outros países da América Latina, bem como a outros países do Terceiro Mundo, especialmente na África, com o envio das chamadas “missões internacionalistas”.

A ida de Guevara para o Congo, estância apenas transitória, e depois para a Bolívia inseriu-se dentro de tal projeto. Os desentendimentos com Castro não a causaram. Apenas precipitaram, provavelmente, sua decisão de abandonar Cuba. Che Guevara, antes mesmo de embarcar na expedição do Granma, ainda no México, dissera a Castro: “Yo lo único que quiero

después que triunfe la revolución y quiera irme a luchar a Argentina es que no se limite esa posibilidad, que razones de Estado no impidan eso”.⁷⁶ E ele, como argentino, sem a responsabilidade pelo Estado e pela nação, poderia estender e aprofundar a revolução armada através da América do Sul. A escolha da Bolívia, sob certos aspectos, constituiu gravíssimo erro. Juan Lechín, que, ao romper, com o MNR, fundara o Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional (PRIN), disse a Fidel Castro que a guerrilha de Che Guevara não iria dar certo, “porque na Bolívia havia ocorrido uma reforma agrária e os camponeses já não mais procuravam o que procuraram durante séculos: a terra. Com a reforma agrária, este setor estava satisfeito”.⁷⁷ De fato, este fora um dos principais marcos da revolução de 1952, e desde então os camponeses tornaram-se uma força conservadora, empregada pelo governo do MNR para conter a esquerda, ao mesmo tempo que os Estados Unidos destinaram à Bolívia maciça assistência econômica e, mediante acordos firmados em 1956, encorajaram, dentro do Military Aid Program (MAP), a reorganização do Exército, que Estenssoro recriara, a fim de contrabalançar as milícias populares, formadas sobretudo pela COB, sob a direção de Lechín. Esta reorganização culminara, a partir de 1960, com a ajuda militar dos Estados Unidos, cujo montante, durante a década, equivalera a 10% do orçamento nacional daquele país.⁷⁸ Kennedy considerara a Bolívia como uma espécie de modelo, dando apoio pessoal e oficial a Estenssoro, por considerá-lo um líder compatível com o espírito da Aliança para o Progresso, ao realizar reformas sociais sem se deixar atrair pelos comunistas ou envolver-se com a União Soviética, apesar de que esta lhe oferecesse crédito de US\$ 150 milhões para a companhia estatal de petróleo — YPMFB.⁷⁹ Mas os frequentes conflitos trabalhistas nas minas de estanho sempre constituíram um fator de preocupação e, em 1963, o embaixador norte-americano repetidamente urgiu do governo boliviano que enviasse tropas para ocupar as minas e quebrar o poder dos sindicatos.⁸⁰

Àquela época, sob pressão dos Estados Unidos, Paz Estenssoro decidiu candidatar-se a mais um mandato presidencial, com o objetivo de impedir a eleição de Lechín, em 1964, o que acarretaria não apenas a perda do poder

pelo MNR como o corte da ajuda norte-americana.⁸¹ Ele venceu o pleito, como candidato único, tendo como vice-presidente o general René Barrientos. Mas, desde então, as perturbações da ordem recresceram e às guerrilhas, que eclodiram na região do Alto Paraguai, antes mesmo de empossado, em 6 de agosto, o novo governo, outros fatores de agitação logo se somaram nas cidades.⁸² Em todas as principais cidades, as arruaças multiplicaram-se, universitários e estudantes secundários engrossando a massa de manifestantes, que contavam também com a simpatia de mineiros e do operariado urbano. Em Oruro, Cochabamba, Santa Cruz, Sucre e Potosí, manifestantes entraram em choque com a polícia e as milícias camponesas, acarretando considerável número de feridos e alguns mortos. O consulado dos Estados Unidos em Cochabamba e os escritórios do USIS, lá e em Santa Cruz de la Sierra, foram depredados. Em meio a tal turbulência, os militares bolivianos, vinculados intimamente à missão militar norte-americana e influenciados pelas doutrinas da contrainsurreição e Civic Action, que os induzia a participar da política interna, deram o golpe de Estado e derrubaram Estenssoro, cujo governo contava com o suporte do Departamento de Estado,⁸³ levando ao poder os generais René Barrientos Ortuño, da Aeronáutica, e Alfredo Ovando Candia, do Exército.

Estes acontecimentos, entre outros fatores, provavelmente convenceram Che Guevara e os dirigentes cubanos responsáveis pelos serviços de inteligência de que a Bolívia reunia as condições para deflagrar o processo revolucionário continental, mediante o estabelecimento de um foco insurrecional, que depois se irradiaria pelos países da vizinhança. Essa escolha fora feita em março de 1964, antes mesmo, por conseguinte, do rompimento de relações da Bolívia com Cuba (20 de agosto) e da queda de Paz Estenssoro (novembro). Tanto isso é certo que, naquele ano, o próprio Guevara enviara para La Paz,⁸⁴ com a missão de montar uma rede de espionagem e uma estrutura clandestina de apoio à guerrilha,⁸⁵ uma argentina-alemã, Haydée Tamara Bunke Binder, aliás Laura Gutierrez Bauer, conhecida como Tânia, que fora ou continuava a ser (encoberta) colaboradora (Inoffizieller Mitarbeiterin) do STASI (Staatssicherheitsdienst),

Serviço de Segurança do Estado da Alemanha Oriental, onde ela vivera até 1961.⁸⁶ Decerto, ele estava consciente, como reconheceria já em 1962, de que lá o governo realizara uma reforma agrária, se bem que muito mediatizada, pois as terras do clero não foram confiscadas, e as cooperativas fossem “de tipo tradicional, basadas en las anteriores experiencias del comunismo primitivo”. A Bolívia afigurava-se-lhe como “un país en cual la lucha no se manifiesta tan arduamente porque (...) ya no se trata de la lucha directa de las masas oprimidas contra el imperialismo, sino contra una burguesia nacional la cual ha hecho una serie de concesiones (...) derrotando a los latifundistas criollos, de modo que no está tan agudizada la lucha de clases”.⁸⁷ O golpe contra Estenssoro, se bem que destruiu a Federação Sindical dos Trabalhadores Mineiros da Bolívia (FSTBM), não modificou a situação no campo. Barrientos, que falava fluentemente o quíchua, firmou um pacto com os camponeses, ao assumir a Presidência, prometendo respeitar todas as suas conquistas. Não obstante, a eleição da Bolívia, país mediterrâneo, sem saída para o mar, deveu-se à sua localização central e estratégica, que oferecia vantagens para o projeto de Guevara, muito mais ambicioso do que derrubar o governo militar de La Paz. Situada na heartland da América do Sul, ela constituía uma zona nodal, tendo fronteiras com cinco países — Argentina, Brasil, Paraguai, Chile e Peru — por onde a luta armada espriar-se-ia, cumprindo a profecia de Fidel Castro de transformar os Andes na Sierra Maestra da América Latina.

A localização geográfica da Bolívia esteve envolvida desde o começo na estratégia de Che Guevara — o general cubano Harry Villegas (Pombo), que com ele servira desde Sierra Maestra e conseguira escapar da Bolívia em 1967, revelou.⁸⁸ A própria eleição de Ñancahuazu, no sudeste da Bolívia, remota e distante dos centros mineiros e das guarnições militares, como zona de operações decorreu do fato de que seu principal objetivo consistia, certamente, em estabelecer uma escola de quadros, centro de treinamento em combate real. Mário Monje, dirigente do Partido Comunista Boliviano, confirmou-o, de certa forma, ao confessar que indicara aquela região, em lugar do Alto Beni, não obstante considerá-la uma ratoeira, porque

pretendera aproximar Che Guevara o máximo possível da Argentina e evitar que a luta insurrecional, à qual se opunha, irrompesse na Bolívia,⁸⁹ apesar de que lá, desde 1965, bandos armados já operassem nas regiões lindeiras com a Argentina e o Peru, formados, provavelmente, por militantes do Movimiento Nacionalista Revolucionario (Estenssoro), Partido Revolucionario de la Izquierda Nacional (Lechín), Partido Obrero Revolucionario (trotskista) e Partido Comunista Marxista-Leninista (linha chinesa).⁹⁰ O próprio Castro admitiu que a Bolívia, não tendo saída para o mar, necessitava das “vitórias revolucionárias de seus vizinhos” para evitar a exposição a um “bloqueio cruel, mais do que qualquer outro” e por isso Che Guevara encarou a sua iniciativa naquele país como “parte de um movimento revolucionário de libertação que logo se estenderia a outros países da América do Sul.”⁹¹ Mas, ao considerar os 20 países da América Latina uma só nação, que se fragmentara, Guevara menosprezou o grau de nacionalismo neles existente, mesmo entre os comunistas.

O fato de que 17 oficiais do Exército cubano (cinco tenentes, sete capitães e cinco comandantes, último grau de uma hierarquia militar que ainda não se alinhara com a da União Soviética), muitos deles veteranos de Sierra Maestra,⁹² três dirigentes políticos peruanos, 15 membros do Partido Comunista Boliviano e nove do Partido Comunista Marxista-Leninista (pró-China) acompanhavam Guevara em Ñancahuazu, evidenciou que não se tratava de mero grupo de guerrilheiros. Tratava-se de um estado-maior, em busca de um lugar propício para o adestramento militar dos dirigentes de futuros focos, a eclodirem em outros lugares da Bolívia, Alto Beni e Sucre, sob a liderança de Roberto (Coco) e Guido (Inti) Peredo, no Peru, chefiados pelo peruano Juan Pablo Chang (Chino), e na Argentina, para onde Guevara pretendia seguir,⁹³ bem como no Brasil, sob o comando do capitão Carlos Lamarca, e no Uruguai, com Raúl Sendic, alastrando por toda a América do Sul a luta armada, que, entretantes, continuava na Venezuela e na Colômbia.⁹⁴ Só o Chile, por não oferecer ainda condições para a deflagração de guerrilhas, seria mantido como reserva estratégica, servindo como santuário, na retaguarda, para evacuação de feridos e recebimento de

recursos médicos e outros, através de suas duas mil milhas de fronteira marítima.⁹⁵ Conforme o capitão Dariel Alarcón Ramírez, veterano de Sierra Maestra e que o acompanhara tanto ao Congo como à Bolívia confirmou, Che Guevara esperava realmente que até dezembro de 1967 a luta armada irrompesse simultaneamente na Bolívia, Argentina, Peru, Uruguai e Brasil,⁹⁶ onde, ao passar por São Paulo, ele se encontrara, segundo constou, com dois dirigentes do Partido Comunista Brasileiro, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, favoráveis à luta armada, por volta dos primeiros dias de novembro de 1966, na residência do arquiteto brasileiro Farid Helou.⁹⁷ Coincidentemente, no Brasil, as operações de guerrilha urbana logo começaram, desencadeadas por várias organizações de esquerda, e intensificaram-se ao longo de 1967. Entretanto, a tentativa, realizada por grupos ligados ao ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, de abrir focos de luta armada ao norte do Mato Grosso, na fronteira com a Bolívia, ao sul do Maranhão, na zona do Araguaia, e na Serra do Caparaó (Vale do Rio Doce), nordeste de Minas Gerais, fracassou. No início de abril de 1967, o Exército brasileiro cercou o acampamento de Caparaó⁹⁸ e prendeu os ex-sargentos e alguns civis que lá se encontravam.

Àquela época, o governo Barrientos, embora nada soubesse sobre Guevara, já detectara em Ñancahuazu a presença de guerrilheiros, que empreenderam em 23 de março uma emboscada contra uma unidade do Exército, mas os oficiais norte-americanos do Military Advisory Group (MILGIP) mostravam-se céticos, supondo que ele forjava tais informes, veiculados desde 1966, para obter maior assistência dos Estados Unidos.⁹⁹ Pouco tempo depois, no dia 16 de abril, o jornal oficial do governo cubano, Granma, publicou, com a firma do comandante (apesar de que ele renunciara também a esse posto) Ernesto Guevara, a Mensaje a los Pueblos del mundo a través de la Tricontinental, na qual proclamou que “crear dos, tres.... muchos Vietnam es la consigna”, desvelando a estratégia revolucionária, que tratava de implementar, como forma de romper, revolucionariamente, o impasse internacional configurado pela Guerra Fria. Neste documento, escrito provavelmente em setembro ou outubro de 1966, antes de partir de Cuba

para a Bolívia,¹⁰⁰ ele declarou que “el imperialismo norteamericano es culpable de agresión; sus crímenes son inmensos y repartidos por todo el orbe”, mas, reiterando as críticas à União Soviética e aos demais países do Bloco socialista, verberou:

(...) También son culpables los que en el momento de definición vacilaron en hacer de Vietnam parte inviolable del territorio socialista, corriendo sí, los riesgos de una guerra de alcance mundial, pero también obligando a una decisión a los imperialistas norteamericanos. Y son culpables los que mantienen una guerra de denuestos y zancadillas comenzada hace ya buen tiempo por los representantes de las dos más grandes potencias del campo socialista.¹⁰¹

O que Che Guevara propôs na Mensaje a los Pueblos del mundo a través de la Tricontinental foi a revolução internacional, permanente, sintetizada no apelo para “crear dos, tres... muchos Vietnam”, naquele momento em que os Estados Unidos pagavam alto preço, tanto interna quanto externamente, pelo seu envolvimento cada vez maior na guerra da Indochina. Nenhum marxista e dirigente revolucionário, com influência internacional, traduziu com tanta nitidez, como ele, a essência da doutrina de Trotski, após Stalin consolidar sua hegemonia sobre a União Soviética e o movimento comunista. Não sem motivo, seu biógrafo argentino Hugo Gambini comentou que Che Guevara estava “obsesionado por la idea de la revolución permanente, esa que no se detiene en un solo país, sino que busca expandirse (eran las ideas de Leon Trotski)”.¹⁰² Estas ideias, ele refletiu, inequivocamente, ao prescrever que “atacar dura e ininterrumpidamente (el dominio imperialista de los EUA) en cada punto de confrontación debe ser la táctica general de los pueblos”.¹⁰³ Daí por que, a ressaltar que ou se fazia a “revolución socialista” ou ela seria “caricatura de revolución”, insistiu na necessidade de “llevar la guerra hasta donde el enemigo la lleve (...); hacerla total”, e desenvolver “ejércitos proletarios internacionales (...) de tal modo que morir bajo las enseñas del Vietnam, de Venezuela, de Colombia, de Bolívia y de Brasil (...) sea igualmente apetecible para un americano, un asiático, africano y, aún, un europeo”.¹⁰⁴

Castro já previra o surgimento de um “futuro Vietnã” e a “futura agressão imperialista” na América Latina, ao falar para os estudantes da Universidade

de Havana, no dia 13 de março. No seu discurso, condenou o comportamento dos partidos comunistas ortodoxos, sobretudo do venezuelano, que, discriminando o Movimiento de la Izquierda Revolucionaria (MIR), queria dirigir a guerrilha a partir da cidade, enquanto negociava a paz com o governo, e censurou a atitude da União Soviética por manter relações diplomáticas e comerciais com as ditaduras militares implantadas na América Latina.¹⁰⁵ “Aqueles que não são combatentes revolucionários não podem ser chamados comunistas”, Castro disse, ressaltando que Cuba mantinha sua política de “absoluta independência”, sua “própria linha” e jamais seria “satélite de ninguém”.¹⁰⁶ No dia seguinte, 14 de março, Guevara registrou no diário da Bolívia: “Oímos partes del discurso en que Fidel castiga con toda crudeza a los comunistas venezuelanos e con dureza a la actitud de la Unión Soviética con respecto a los títeres americanos.”¹⁰⁷ Esse discurso, proclamando que o movimento comunista internacional não podia ser uma “igreja”, uma “seita religiosa” ou uma “loja maçônica”, uma “sociedade de mútua admiração com todas as espécies de reformistas e pseudorrevolucionários”, revelou o grau que o desentendimento entre Castro e os partidos ortodoxos atingira e as suas desavenças com a União Soviética. E a publicação da Mensaje a los Pueblos del mundo a través de la Tricontinental no órgão oficial do governo cubano, a indicar o endosso de Fidel Castro, um mês depois do discurso, irritou ainda mais os dirigentes do PCUS, onde a corrente contrária a Cuba passara a preponderar no Departamento Internacional, após a derrubada de Kruchev.¹⁰⁸

O fato de que Cuba enviara Che Guevara para deflagrar a luta na Bolívia, sem consultá-los ou informá-los, já agastara Kosygin e Brejnev, que souberam do feito por outras fontes, provavelmente Mário Monje, dirigente do PC boliviano, em novembro/dezembro de 1966, quando de sua viagem à Bulgária,¹⁰⁹ e/ou o embaixador soviético, Aleksandr Alekseev. E este motivo, inter alia, levou Kosygin, entre 26 e 27 de julho, após uma reunião de cúpula com Johnson, especialmente sobre os problemas do Vietnã e do Oriente Médio, a visitar Havana, onde foi mal recebido e Castro nem sequer o

esperou no aeroporto. As conversações entre os dois foram conflituosas e terminaram em um clima de ruptura.¹¹⁰ E poucos dias depois, entre 31 de julho e 10 de agosto, Havana recebeu 27 delegações, das quais só três dominadas pelos partidos comunistas,¹¹¹ com dezenas de representantes das mais diversas correntes de esquerda do continente,¹¹² para a conferência, que criaria a Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), uma espécie de nova Internacional, com característica regional, menos homogênea e menos disciplinada do que as outras e cujo objetivo seria coordenar politicamente a criação de “dos, tres... muchos Vietnam” na América Latina, da mesma forma que a Organização de Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAL) deveria fazê-lo em todo o Terceiro Mundo. As relações de Castro com a União Soviética e os partidos comunistas ortodoxos, obedientes à sua orientação, deterioravam-se de tal forma que Che Guevara, após escutar a Rádio Havana no dia do encerramento da conferência, 10 de agosto, comentou no seu diário:

Largo discurso de Fidel en que arremete contra los partidos tradicionales y, sobre todo, contra el venezolano; parece que la bronca entre bastidores fue grande.¹¹³

Castro, que durante o tempo de Kruchev, nunca fora um aliado passivo da União Soviética, conforme W. Raymond Duncan salientou, provou-o ser menos ainda desde que Brejnev e Kosygin assumiram o poder em Moscou.¹¹⁴ Entretanto a OLAS, cuja reunião elegera Che Guevara como presidente de honra, nasceu morta. A União Soviética não se dispunha a permitir a criação de um novo movimento revolucionário, em substituição aos velhos partidos comunistas e fora do seu controle. O Partido Comunista da Tchecoslováquia, em meados de 1967, qualificou as posições de Castro como aventureiras. Na selva da Bolívia, Che Guevara, ao saber, em setembro, que o diário de Budapeste, porta-voz do Partido dos Trabalhadores (comunista), na Hungria, criticara-o, apontando-o como “figura patética y, al parecer, irresponsable”, ao mesmo tempo que elogiara o Partido Comunista do Chile por tomar atitudes práticas, comentou no seu diário: “Como me gustaria llegar al poder, nada más que para desenmascarar cobardes y lacayos

de toda ralea y refregarles en los hocicos sus cochinas”.¹¹⁵ Àquela época, a guerrilha em Ñancahuazu já se defrontava com uma situação bastante difícil. Ela não contara com a cooperação do Partido Comunista Boliviano, cuja direção se opunha à luta armada e, ademais, obedecia à orientação de Moscou. Guevara recusara-se a entregar a direção política e militar da guerrilha ao seu primeiro-secretário, Mário Monje, que sempre se opusera à luta armada.¹¹⁶ Não só não confiava nele como desprezava a incapacidade revolucionária dos velhos comunistas sobretudo por se tratar de um projeto com dimensão estratégica, continental. Além do mais, Guevara entendia que, após a experiência do Congo, não devia cair na armadilha de subordinar-se a dirigentes políticos, que não tinham a intenção de combater. Estava convencido de que o grupo de guerrilha não podia constituir, conforme a teoria leninista, mero braço armado de um partido legal, com sua atividade reduzida à propaganda armada, como o Partido Comunista da Venezuela pretendia e a possibilitar a organização do exército popular nas cidades. Pelo contrário, a partir de um foco, tal como em Cuba ocorrera, ela deveria tornar-se uma coluna móvel, reproduzindo-se a si mesma em células, continuamente, até tornar-se uma vasta insurreição, de acordo com a teoria que Régis Debray expusera no ensaio *Revolução na Revolução?*,¹¹⁷ escrito com a colaboração de Fidel Castro e publicado em janeiro de 1967. Seu modelo fora a Revolução Cubana, em que o foco de guerrilha se expandira desde Sierra Maestra, de onde Castro conduzira as operações militares e dirigira a ação política, e desdobrara-se em vários outros, produzindo a metástase, que culminou com o colapso da ditadura de Batista.

Ao contrário do que acontecera em Cuba, porém, a guerrilha de Che Guevara estava isolada do contexto social e político da Bolívia e assim permanecera, apesar de que, desde maio, os trabalhadores nas minas de estanho, liderados por Lechín, presidente da FSTMB, estivessem em conflito aberto com o governo Barrientos, que, além de retirar os subsídios à alimentação, elevando os preços, reduzira os salários pagos pela COMIBOL em 40% e 50%.¹¹⁸ Houvesse Guevara operado com os mineiros, entre os quais o descontentamento recrescera e sangrentos choques com as tropas do

Exército eclodiram, forte respaldo, certamente, encontraria para a luta armada, embora a guerrilha, se irrompesse perto das minas, no Altiplano, talvez se defrontasse com um perigo maior, por não contar, sobretudo, com a proteção das florestas. Mas separado pela Cordilheira dos Andes e por mais de 1.000 quilômetros, a sudeste, sem uma rede clandestina de sustentação, não pudera sequer fortalecer-se com o ódio e a revolta que as Forças Armadas bolivianas despertaram, quando, na madrugada de 24 de junho, após os festejos da noite de São João, invadiram os campos do complexo estanífero de Catavi e Siglo XX e massacraram dezenas de mineiros indefesos e bêbados, matando 87 pessoas, inclusive mulheres e crianças, e ferindo centenas,¹¹⁹ porque constara que eles realizariam uma assembleia, naquele dia, com o objetivo de apoiar a guerrilha, enviando-lhe não apenas armas, munições e remédios, como também voluntários.¹²⁰

Os mineiros insurgiram-se outra vez, em setembro, contra as reformas econômicas impostas pelo governo Barrientos e foram reprimidos, com o apoio prestado pelos Estados Unidos, através do Military Assistance Program (MAP), às unidades do Exército e da Força Aérea da Bolívia,¹²¹ sem que a guerrilha pudesse receber qualquer reforço. Por outro lado, desde o fim de maio, Guevara ressentia-se da “falta completa de incorporación campesina”, fato que constantemente anotou no seu diário.¹²² E isto ocorreu porque ele, como Luiz Bernardo Pericás ressaltou, preferira trabalhar com “noções geopolíticas ambiciosas” e considerara “fator secundário” a questão da etnia e dos interesses materiais dos camponeses da região.¹²³ Por fim, a precipitação do conflito, convertendo em foco de luta armada o que em princípio devia ser apenas uma academia militar de guerrilha em escala sul-americana, constituíra o que Pierre Kalfon chamou de “malentendido trágico”,¹²⁴ ao desencadear, prematuramente, a repressão, com toda a assistência da CIA e do Pentágono. O governo Barrientos, com a prisão do escritor francês Régis Debray, confirmara a presença de Guevara na Bolívia e recebera o auxílio do Green Beret Mobile Training Team, destacamento de contrainsurreição do Pentágono, que passara a treinar, sob o comando do major Ralph “Pappy” Shelton, o 2º Batalhão de Rangers.

Diante de tais condições, a guerrilha, a enfrentar 1.500 soldados, treinados por assessores norte-americanos, não teve, evidentemente, condições de êxito. No dia 31 de agosto, o grupo da retaguarda, composto por 10 guerrilheiros e comandado pelo oficial cubano Juan Vitalio Acuña Nuñez (Joaquín), caiu em uma emboscada, na qual a argentina-alemã Tânia também tombou morta. E, em 8 de outubro, os rangers da Companhia B capturaram Guevara, que, ferido, foi covardemente executado, no dia 9, por ordem do governo de La Paz.¹²⁵ “(...) A vida de Che teve a virtude de impressionar mesmo o pior dos inimigos ideológicos, fazendo com que o admirassem”, Castro observou, ao reconhecer pela televisão, no dia 15 de outubro, que ele realmente morrera.¹²⁶ Entretanto, embora o PCUS enviasse condolências ao governo de Havana, o Pravda, uma semana depois, publicou um artigo em que Rodolfo Ghioldi, importante dirigente do Partido Comunista da Argentina, ao afirmar que “no puede haber revolución en la revolución”, aludiu ao ensaio de Debray, criticando diretamente Guevara e comparando a política de Castro à de Mao Zedong, por aprovar a luta insurrecional na América Latina e reviver a tese de Trotski sobre a impossibilidade de construir o comunismo em um só país.¹²⁷ O artigo foi inspirado pelo dirigente soviético Boris Ponomoriov e refletiu o pensamento dos demais partidos comunistas (ortodoxos) da América Latina, inclusive o do Uruguai, que, sob a direção de Rodnei Arismendi, manteve uma atitude dúbia, com um pé em Moscou e o outro em Havana, embora não se envolvesse nas operações de guerrilha urbana lá empreendidas pelos Tupamaros, uma facção oriunda do Partido Socialista.¹²⁸

As relações entre Cuba e a União Soviética atingiram então o seu nível mais baixo. Castro praticamente ignorou o cinquentenário da Revolução Russa, ao recusar-se a ir a Moscou e enviar uma representação de menor nível hierárquico, chefiada por José E. Machado Ventura, ministro da Saúde. Nem Kosygin nem Brejnev tinham, porém, a mesma tolerância e a mesma simpatia de Kruchev, que vira nos jovens revolucionários cubanos certa semelhança com os bolcheviques russos após a revolução de 1917. Indignados com a impertinência de Castro, eles decidiram discipliná-lo com silenciosas sanções,

recusando-lhe fornecer o combustível de que Cuba, dependente em cerca de 98% dos suprimentos soviéticos, cada vez mais necessitava para o funcionamento de sua economia. Em 1967, a União Soviética reduziu em 3% o fornecimento de petróleo¹²⁹ e, ao invés do aumento de 8% que Castro demandara para atender ao esforço de alcançar a safra de 10 milhões de toneladas em 1970, os dirigentes soviéticos somente admitiram conceder 2%.¹³⁰ Esta medida aguçou as dificuldades de Cuba, já a se manifestarem desde o fim de 1966, e Castro, em começo de 1968, não só denunciou publicamente a União Soviética e voltou a atacar os partidos ortodoxos, durante um congresso cultural em Havana, como investiu outra vez contra a velha guarda comunista de Cuba, os antigos dirigentes do PSP. Em janeiro, o serviço de segurança (G-2) prendeu Aníbal Escalante, que, depois de viver algum tempo em Moscou, recebera autorização para regressar a Cuba, e mais 42 militantes, inclusive dois membros do Comitê Central, acusados de formarem a “microfacci3n”, e de conspirarem contra o governo revolucionário, implicando indiretamente a União Soviética, com cujas diretrizes, contrárias a que Cuba exportasse a revolução, eles certamente estavam solidários. O serviço de segurança e inteligência do Ministério do Interior, sob a chefia de Manuel Piñero, detectara que agentes da KGB haviam conversado com Escalante e com outros integrantes de “microfacci3n”, aos quais um diplomata Soviético confidenciara que o governo de Moscou estava a considerar a suspensão do fornecimento de petróleo a Cuba.¹³¹ As acusações deviam ter algum fundamento.

Os dirigentes do PCUS julgavam intolerável que Castro exigisse maciça ajuda econômica da União Soviética e insistisse em independência ideológica e autonomia na política exterior. Os velhos comunistas cubanos, a começar por Escalante, stalinistas e leais a Moscou, partilhavam, decerto, dos mesmos sentimentos, saudosos da velha militância. Um deles, Octavio Fernandez, integrante da “microfacci3n” manteve contatos com o conselheiro Dieter Kulitzka e outros diplomatas da embaixada da República Democrática Alemã e queixou-se de que “os velhos funcionários comunistas foram afastados, isolados e não tinham influência nos acontecimentos importantes”.¹³² Mas

estes velhos funcionários atuavam como se o PSP, com sua própria disciplina, ainda existisse e faziam reuniões em que tanto chamavam Guevara de trotskista quanto apontavam Castro como antissoviético e falso comunista. Continuavam a criticar a prisão de seus velhos companheiros Joaquín Ordoqui e Edith García Buchaca, em 1964, quando Marcos Rodríguez, vinculado à direção do antigo PSP, foi julgado e fuzilado, sob a acusação de traição e de trabalhar para a CIA.¹³³ E, ao que tudo indicou, Escalante realmente sugerira aos dirigentes de Moscou que utilizassem a pressão econômica, se não para derrubar Castro, pelo menos para forçar sua submissão às diretrizes do PCUS e a mudança da orientação política de Cuba, favorável à luta armada na América Latina.¹³⁴

Após o julgamento, em que Escalante recebeu uma sentença de 15 anos de prisão, e os demais, penas menores, Castro, em março, empreendeu o que chamou de “ofensiva revolucionária”, mediante a estatização de todo o setor comercial do varejo, cerca de 25% ainda em iniciativa privada, atingindo 58.012 negócios, desde oficinas mecânicas de automóvel até pequenas lojas, restaurantes, bares e vendedores ambulantes de sanduíches e sorvetes, além da maior parte dos 2% a 5% da indústria que restaram em mãos privadas e todo o transporte.¹³⁵ Esta medida, à qual Carlos Rafael Rodríguez e metade do Bureau Político se opuseram, abertamente, porque o Estado não tinha como manter toda uma força de trabalho, que ficaria sem meios de subsistência, foi totalmente imposta por Fidel Castro¹³⁶ e visou, segundo justificativa oficial, a erradicar as compras ilícitas que os pequenos comerciantes faziam aos agricultores privados, reduzindo as vendas ao Estado e fomentando o mercado negro, embora alguns estudiosos afirmassem que ela teve como propósito eliminar a concorrência que os negócios particulares, com mais êxito, faziam ao Estado. Posteriormente, na instalação do I Congresso do Partido Comunista de Cuba, Castro explicou que “tal medida no era necesariamente una cuestión de principios en la construcción del socialismo”, mas o resultado da situação específica de Cuba, em condições de duro bloqueio econômico (não se referiu às pressões econômicas da União Soviética), “a lo que se sumaba la acción política

negativa de una capa de capitalistas urbanos, que obstruían el proceso”.¹³⁷ Apenas as parcelas pertencentes aos camponeses, abarcando 30% das terras, e uma reduzida parte dos transportes, que os proprietários diretamente exploravam, permaneceram como únicas formas de propriedade privada. Conforme Carlos Franqui ressaltou, Cuba passou a ser o país comunista com a mais alta percentagem de propriedade estatal, em torno de 90%.¹³⁸

A “ofensiva revolucionária” não se limitou à economia. Também liquidou o que ainda havia em Cuba de liberdade de expressão. O governo revolucionário, que já antes da morte de Che Guevara restringira o conceito de liberdade para a palavra dos intelectuais, fechou o recém-inaugurado Museu de Arte Contemporânea, que já contava com numerosas obras doadas por artistas de todo o mundo, e acabou com a crítica ao realismo socialista e a independência da arte e da cultura “pequeno-burguesa”.¹³⁹ E Castro proclamou que “dentro da revolução, tudo; fora da revolução, nada”. Aparentemente, ele já preparava o caminho para reaproximar-se da União Soviética, da qual, em última instância, dependia sua sustentação no poder, sobretudo em face da grave crise econômica com que Cuba se defrontava, a pior, segundo Tad Szulc, desde a vitória da revolução, a apresentar desafios maiores e mais complexos do que a invasão da Baía dos Porcos e a crise dos mísseis, porque envolveram a própria essência do governo revolucionário.¹⁴⁰ Com efeito, a mudança de comportamento de Castro, buscando maior estreitamento com a União Soviética e os demais países do Bloco Soviético, acentuou-se a partir do lançamento da “ofensiva revolucionária”.¹⁴¹ E a oportunidade para que ele demonstrasse claramente esse propósito, sem humilhar-se, apareceu em 20 de agosto de 1968. quando as tropas do Pacto de Varsóvia invadiram a Tchecoslováquia, onde Alexander Dubcek ensaiava a liberalização do comunismo, conhecida como Primavera de Praga. Castro, no dia 23, apareceu diante das câmeras de televisão e fez verdadeiro malabarismo ideológico, simultaneamente crítico e aprobatório, para justificar a atitude da União Soviética. Ainda que reconhecesse a violação dos princípios de autodeterminação e respeito à soberania nacional, assim como reiterasse as críticas de Guevara às políticas

adotadas nos países socialistas, justificou a intervenção militar na Tchecoslováquia, por considerá-la um imperativo, a fim de evitar o restabelecimento do capitalismo naquele país. Quem desfechara em março a “ofensiva revolucionária”, elevando a cerca de 90% a estatização da economia nacional, não podia, conseqüentemente, ser favorável às reformas liberais que Dubcek empreendia na Tchecoslováquia. Castro, neste particular, foi coerente. Justificar a invasão daquele país pelas tropas do Pacto de Varsóvia, quando até então se valera dos princípios de autodeterminação e respeito à soberania dos povos para denunciar os Estados Unidos por causa do episódio da Baía dos Porcos e por pretenderem intervir militarmente em Cuba, constituiu seu grande contrassenso. Habilmente, porém, Castro, mais provocativo do que conciliador, perguntou se a Doutrina Brejnev, segundo a qual a comunidade dos países socialistas não permitiria que nenhum dos seus membros se desgarrasse, aplicava-se ao Vietnã, à Coreia e a Cuba: “As divisões do Pacto de Varsóvia serão enviadas ao Vietnã se os imperialistas ianques aumentarem sua agressão contra aquele país e o povo do Vietnã requerer sua ajuda? As divisões do Pacto de Varsóvia serão enviadas para a República Democrática da Coreia se os imperialistas ianques atacarem aquele país? As tropas do Pacto de Varsóvia serão enviadas para Cuba se os imperialistas ianques atacarem nosso país e nosso país as requerer?”¹⁴² Castro, reconhecendo como “necessidade amarga” a intervenção na Tchecoslováquia, declarou não condenar os países socialistas que tomaram tal decisão, mas, como revolucionário e a partir de uma posição de princípio, tinha o direito de exigir que eles adotassem uma posição coerente, com respeito a outras questões que afetassem o movimento revolucionário.¹⁴³ Em um momento em que vários partidos comunistas, como o da França e o da Itália, condenaram a intervenção, o pronunciamento de Castro reconfortou os dirigentes do Kremlin, apesar das críticas que ele insistira em fazer a algumas práticas adotadas nos países socialistas, inclusive na União Soviética.

Notas

1. Erisman, 1985, p. 27.
2. Duncan, 1985, pp. 56-57.
3. Castañeda, 1997, p. 305. Anderson, 1997, p. 596.
4. Taibo II, 1997, p. 482.
5. Id., *ibid.*, p. 497.
6. Cormier, 1997, p. 325.
7. Id., *ibid.*, p. 325.
8. Apud Kalfon, 1997, p. 419.
9. Castañeda, 1997, p. 306.
10. Cormier, 1997, p. 325.
11. Taibo II, 1997, p. 497. Anderson, 1997, p. 596. Castañeda, 1997, pp. 359-360.
12. Taibo II, 1997, p. 497. Kalfon, 1997, p. 421.
13. Gilbert, 1994, p. 60.
14. Taibo II, 1997, pp. 497-498.
15. Jackson, 1969, p. 11. Embora, quando mais jovem, demonstrasse muitas vezes admiração por Stalin, Che Guevara contou a Luís Simón, universitário que passara algum tempo com ele na serra, durante 1948, que fora trotskista na Argentina. Castañeda, 1997.
16. Liss, 1984, pp. 259-260.
17. Gambini, 1968, p. 419.
18. El 30 de Noviembre de 1956, discurso en homenaje a la fecha al inaugurarse un combinado industrial en Santiago de Cuba, el 30 de noviembre de 1964, in Guevara, 1991, vol. 11, pp. 638-651.
19. En la XIX Asamblea General de las Naciones Unidas: Discurso y contrarréplica, in Guevara, 1991, vol. II, pp. 541-571.
20. Em 30 de junho de 1960, o Congo belga (Léopoldville) obteve sua independência, e Patrice Lumumba, nacionalista, assumiu o governo. Pouco tempo depois, o Exército amotinou-se e a Bélgica interveio, permitindo que um fantoche, Moise Tshombe, proclamasse, por sua conta, a independência de Katanga, região ao sul do país, onde a União Mineira, representante dos mais poderosos interesses belgas, estava instalada. As tropas da ONU, que lá intervieram, protegeram os interesses separatistas, que os Estados Unidos favoreciam. Em setembro de 1960, Mobutu, um antigo sargento elevado a coronel, prendeu Lumumba, o que levou alguns de seus ministros a formar um governo leal em Stanleyville, ao norte do país. Golpeado e torturado, Lumumba foi entregue, em 1961, a Tshombe, que mandou executá-lo, com a cumplicidade da CIA. Desde então a luta não cessou. Em 1963, Pierre Mulele, antigo ministro de Lumumba, iniciou uma guerra revolucionária em Kwilu, a oeste, e Gastóns Soumialot, em 1964, assumiu o controle desse país e organizou em Stanleyville a República Popular do Congo. Tshombe, nomeado primeiro-ministro por obra de Mobutu, lançou seus homens contra Stanleyville, contando com o apoio de aviões norte-americanos,

pilotados por exilados cubanos, que a CIA treinara.

21. En la XIX Asamblea General de las Naciones Unidas: Discurso y contrarréplica, in Guevara, 1991, vol. II, p. 562.
22. Ibid., p. 569.
23. Castañeda, 1997, p. 327.
24. Castro, 1994, pp. 161 e 176.
25. Discurso del 24 de febrero de 1965, Seminario Econômico de Solidaridad Afroasiática, in Guevara, vol. II, 1992, pp. 572-583.
26. Id., ibid., p. 574.
27. Id., ibid., pp. 580 e 581.
28. Karol, K. S. “Les guerilleros au pouvoir”, p. 298, apud Kalfon, 1997, p. 436.
29. Kalfon, 1997, p. 438.
30. Entwurf — Bericht über die Reise der Delegation unter Leitng des Genossen Dr. Jarowski nach Kuba vom 21.10 — 1/11/1964. Internationale Verbindungen — Büro Hermann Axen — IV A — 2/20/262 — SAPM-DDR — Bundesarchiv.
31. Ibid.
32. “Fidel era — es — un pragmático de moral jesuíta, un fidelista para el cual su fin, que es el poder, justifica cualquier medio.” Franqui, 1988, p. 43.
33. “Brief an den Stellvertreter des Ministers für Auswärtig Angelegenheiten, Georg Stibi, von Johne, Botschafter der DDR in der Republik Kuba”, Vertrauliche Dienstsache, n° 102, Havana, den 12. Juli 1965. Bureau Herman Axen — Dy 30 IV A 2/20 — 287 — SAPM der DDR — Bundesarchiv.
34. Franqui, 1988, p. 330.
35. Castañeda, 1997, pp. 359-360.
36. Id., ibid., p. 361.
37. Gambini, 1968, p. 440.
38. Szulc, 1986, p. 703.
39. Rojo, 1968, p. 153.
40. Castañeda, 1997, p. 358.
41. Franqui, 1988, p. 329. Vide também Castañeda, 1997, p. 306.
42. James, 1997, p. 283.
43. Deutscher, 1968, pp. 124, 125 e 156.
44. Id., ibid., p. 124.
45. Castro, 1994, p. 118.
46. James, 1997, p. 283.
47. “El Socialismo y el Hombre en Cuba”, Marcha, Montevideo, 12/3/1965, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 367-384.
48. Id., ibid., pp. 369-370.

49. Id., *ibid.*, p. 372.
50. Id., *ibid.*, p. 379.
51. Id., *ibid.*, p. 381.
52. Essa fase foi a que ele descreveu em seus primeiros diários, publicados em inglês, sob o título *The Motorcycle Diaries — A Journey Around South Africa*, Londres, Fourth Estate, 1995.
53. Guevara, 1995, p. 152.
54. Apud Massari, 1997, p. 342. Vide também Castañeda, 1997, p. 210.
55. *Evangelium nach San Markus*, III, 31-35. *Die Heilige Schrift des Alten und Neuen Testaments*, Paul Pattloch Verlag, Aschaffenburg, 1965.
56. *Evangelium nach Lukas*, 14, 26. *Ibid.*
57. “O que poucos sabem (...) é que a imagem do Cristo e de seu sacrifício sempre permearam a vida de Che. Quando tinha apenas 28 anos, o jovem Guevara, em carta à mãe, escreveu: >Lançaste ao mundo um pequeno profeta ambulante que anuncia a vinda do juízo final com a voz estentórea.= Não é de estranhar, pois, que no dia de seu aniversário, 14 de junho de 1952, o rapaz que viria a ser uma das maiores figuras políticas do século XX anotasse em suas observações de viagem que aquele era o >dia de San Guevara’.” Pericás, 1997, pp. 208-209. Sobre o “dia de San Guevara”, vide Guevara, 1995, pp. 134-138.
58. “El Socialismo y el Hombre en Cuba”, in Guevara, vol. II, pp. 368-384.
59. Carta a sus padres, s/d (provavelmente fins de março de 1965), *id.*, *ibid.*, p. 639.
60. Carta a Fidel Castro, Año de la Agricultura, s/d (provavelmente fins de março de 1965), *id.*, *ibid.*, pp. 697-698.
61. Alarcón Ramírez, 1997, p. 108.
 62. Un Encuentro con Fidel, entrevista realizada por Gianni Miná, La Habana, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1987, p. 324. Alarcón Ramirez, 1997, pp. 103, 104 e 109.
63. Rojo, 1968, p. 146.
64. Carta de Célia a Che Guevara, Buenos Aires, 14 de abril de 1965. Vide íntegra in Rojo, 1968, p. 146-149; Gambini, 1968, pp. 446-448 Taibo II et al., 1995, pp. 75-78.
65. Brief an den Stellvertreter des Ministers für Auswärtig Angelegenheiten, Georg Stibi, von Johne, Botschafter der DDR in der Republik Kuba, Vertrauliche Dienstsache Nr. 102, Havana, den 12. Juli 1965. Bureau Herman Axen — Dy 30 IV A 2/20 — 287 — SAPM der DDR — Bundesarchiv.
66. O Congo belga, Leopoldville, passou a chamar-se Congo-Kinshasa a partir de 1966, e Zaire de 1966 até 1997, quando tomou o nome de República Democrática do Congo. Suas fronteiras atuais foram fixadas durante a Conferência de Berlim, em 1885, pelas potências ocidentais.
67. Carta de Che Guevara a Fidel Castro, s/d, in Taibo et al., 1995, p. 204.
68. *Ibid.*, pp. 203-206.
69. “En un momento determinado resultó inevitable publicar la carta, pues ya era muy perjudicial toda aquella campaña sin una respuesta, y no quedó más alternativa que publicar la carta. (...) Pues ya después que se conoció la carta, pues era una necesidad ineludible publicarla, a

él, con ese carácter particular, le custava mucho la idea de regresar a Cuba después de haberse despedido. Pero al fin lo persuado de que regrese, que es lo más conveniente para todos los fines prácticos de lo que él quería hacer.” Un Encuentro con Fidel, entrevista realizada por Gianni Miná, La Habana, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1987, p. 327.

70. Essa frase, reproduzida pelo capitão Dariel Alarcón Ramírez (Benigno) para Pierre Kalfon, parece confirmada não só pela reação de Guevara, manifestada no diário do Congo, como pelo fato de que, embora houvesse escrito uma carta de despedida para sua mãe, ele não a remetera. Enviara outra, na qual lhe comunicava que deixaria os cargos mas iria cortar cana e depois trabalhar por cinco anos (tempo em que imaginava permanecer na África) em uma fábrica.
71. Alarcón Ramírez, 1997, p. 117. Kalfon, 1997, p. 490.
72. Taibo II et al., 1995, p. 262.
73. Tem razão o diplomata norte-americano Henry Butterfield Ryan ao escrever: “The most common maintains that he (Guevara) disagreed with Castro over the economy, but they had generally come together on the major points.” Ryan, 1998, p. 34.
74. Debray, 1977, p. 237. Debray, 1978, pp. 69-70.
75. Wickham-Crowley, 1992, pp. 86-87.
76. Un Encuentro con Fidel, entrevista realizada por Gianni Miná, La Habana, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1987, p. 324.
77. Pericás, 1997, pp. 170-71.
78. Wickham-Crowley, 1992, p. 69.
79. Blasier, 1985, p. 141.
80. Whitehead, 1969, p. 24.
81. Wilkie, 1969, p. 8. Malloy & Gamarra, 1988, p. 7.
82. Ofício nº 457, secreto, de Ivan Batalha, encarregado de Negócios, ao chanceler Vasco Leitão da Cunha, La Paz, 30/10/1964. — Situação Política — Bolívia — 1960-1966. AHMRE-B.
83. Blasier, 1985, pp. 144-145. Malloy & Gamarra, 1988, p. 7.
84. Lawrezki, 1974.
85. Anderson, 1997, pp. 549-551. James, 1997, pp. 318-321. Castañeda, 1997, pp. 436-438.
86. Seu pai, Erich Bunke, comunista alemão, e sua esposa, Nadia Binder, polonesa, fugiram para Buenos Aires, onde Tamara Bunke nasceu em 19 de novembro de 1937. Depois da Segunda Guerra Mundial, em 1952, a família transferiu-se para a República Democrática Alemã (Alemanha comunista), onde Tamara passou a viver até que foi para Cuba. Pesquisas realizadas pelo uruguaio José A. Friedl Zapata não deixam dúvida de que ela trabalhara no STASI. Aliás, toda pessoa que lidava como intérprete e entrava em contato com estrangeiros tinha de ser necessariamente colaboradora do STASI. Vide Zapata, 1997, pp. 30-39. Daniel, 1997, pp. 318-321. Markus Wolf, ex-chefe do STASI, declarou em suas memórias que ela fora para Cuba como intérprete de uma delegação de jovens da RDA, e lá permanecera sem autorização; apaixonara-se por Che e o acompanhara em sua última rebelião. Essa

- informação confirma, indiretamente, que ela trabalhara para o STASI. Wolf, 1997, p. 384. Na edição brasileira, traduzida da versão inglesa, na qual ele contou com a colaboração de Anne McElvoy, e publicada pela Record, Wolf refere-se mais a Tamara Bunke do que na edição alemã, publicada também em 1997. Wolf, 1997, pp. 395-396.
87. “La Influencia de la Revolución Cubana en America Latina”, discurso ante los miembros del Departamento de Seguridad del Estado, el 18 de mayo de 1962, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 469-492.
 88. *At the Side of Che Guevara, Interviews with Harry Villegas (Pombo)*, Pathfinder Press, 1997, p. 20.
 89. Apud Castañeda, 1997, pp. 416-417.
 90. Telegrama nº 267, secreto, da embaixada do Brasil em La Paz (João Frank da Costa), 29/9-4/10/1965. — Situação Política — Bolívia — 1960 a 1966. AHMRE-B,
 91. Prefácio ao *Diario en Bolivia*, 1968, in Castro, 1994, pp. 97-98.
 92. Quatro eram membros do Comitê Central do Partido Comunista de Cuba, dois eram vice-ministros e dois, altos funcionários do governo cubano.
 93. Informações do capitão Dariel Alarcón Ramirez, apud Pericás, 1997, p. 88. Tais informações foram confirmadas pelo general cubano Harry Villegas (Pombo), que também acompanhou Guevara. Vide *At the Side of Che Guevara, Interviews with Harry Villegas (Pombo)*, Pathfinder Press, 1997, pp. 20-21. Massari, 1997, p. 305.
 94. Alarcón Ramírez, 1997, p. 121.
 95. Id., *ibid.*, p. 119. Informação de Dariel Alarcón Ramírez também transmitida, oralmente, a Luiz Bernardo Pericás. Pericás, 1997, p. 88.
 96. Id., *ibid.*, p. 88.
 97. Essa informação chegou ao conhecimento do Autor em 1967. Segundo também constou, Guevara foi a Montevideu e encontrou-se com o ex-governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, lá exilado. Brizola nunca revelou esse fato. Jorge Risquét, assessor de Raúl Castro e um dos responsáveis pelas operações de Cuba no Congo, confirmou ao Autor, em entrevista que lhe concedeu em Havana, em 15 de dezembro de 1965, que Che Guevara fora a Montevideu, porém ele não sabia se houvera o encontro com Brizola.
 98. A Serra do Caparaó, nas imediações do Vale do Rio Doce, fora estudada pelos cubanos para a implantação, com elementos das Ligas Camponesas, de um possível foco de guerrilha, desde 1963. A organização Política Operária (POLOP), cujos militantes controlavam as Ligas Camponesas daquela região, não o permitiu, por se opor à deflagração de guerrilhas enquanto o regime democrático funcionasse no Brasil. Após a queda de Goulart, a POLOP tentou abrir ali o foco, em 1964, com sargentos e marinheiros rebeldes e expulsos das Forças Armadas pelo governo militar, mas o plano foi abortado pelo serviço secreto da Marinha. Alguns desses sargentos, ligados à POLOP, juntaram-se depois a Brizola e decidiram retomar o plano, novamente abortado em abril de 1967.
 99. Wilkie, 1969, p. 36. Ryan, 1998. p. 44.
 100. “(...) Veintiún años después de la rendición del Japón”, Guevara escreveu. A rendição, encerrando a Segunda Guerra Mundial, ocorreu em setembro de 1945.

- .01. “Mensaje a los Pueblos del mundo a través de la Tricontinental”, in Guevara, vol. II, 1991, pp. 584-598.
- .02. Gambini, 1968, p. 463.
- .03. “Mensaje a los Pueblos del mundo a través de la Tricontinental”, in Guevara, vol. 11, 1991, pp. 588 e 596.
- .04. Id., *ibid.*, p. 596.
- .05. Castro, 1992, p. 106.
- .06. Id., *ibid.*, pp. 102 e 106.
- .07. El Diario del Che en Bolivia in America Latina, nº 1, Montevideu, julio 1968, p. 196. Esta edição contém as páginas do Diário que não chegaram ao poder do Instituto del Libro, de Havana, para a primeira edição cubana, mas foram posteriormente publicadas pelo jornal Presencia, de La Paz, e incluídas em outras publicações. Todavia, não foram incluídas na edição das Obras Escolhidas, de Ernesto Che Guevara, publicadas em 1991 pela Editorial de Ciencias Sociales, de Havana.
- .08. Gilbert, 1994, p. 59.
- .09. Kalfon, 1997, pp. 530-535. Castañeda, 1997, p. 457.
- .10. Id., *ibid.*, pp. 456-457. Franqui, 1988, p. 208. Ryan, 1998, p. 62.
- .11. As três delegações foram as do Uruguai, da Costa Rica e de El Salvador.
- .12. Houve discriminações. Foi proibida, por exemplo, a participação do Partido Comunista Marxista-Leninista (linha chinesa) e do Partido Obrero Revolucionario (trotskista), ambos da Bolívia. Castro atacara, durante a conferência da Tricontinental, os trotskistas, porque os militantes da facção liderada pelo argentino Juan Posadas (Homero Cristali), predominante àquela época na América Latina, acusaram-no de haver assassinado Guevara quando este estava desaparecido. Castro não fez distinção, talvez por ignorar suas divisões, mas continuou a receber o apoio dos trotskistas norte-americanos, membros do Socialist Workers Party, e dos europeus.
- .13. Diario en Bolivia, in Guevara, vol. I, 1991, p. 592.
- .14. Duncan, 1985, p. 51.
- .15. Diario en Bolivia, in Guevara, 1991, p. 610.
- .16. Alarcón Ramírez, 1997, p. 129.
- .17. Sobre o tema, vide Debray, 1977, pp. 222-267.
- .18. Malloy & Gamarra, 1988, pp. 11-12.
- .19. Ryan, 1997, p. 98.
- .20. “It was another bloody page in the history of the relationship of the miners and the military, and helped lock in the image of the military as an institution more adept at beating on Bolivian than defending them from any foreign foes. The sad is that the Bolivian military has lost every war it has fought, and prior to defeating Che Guevara in October 1967, its only victories were over Bolivian.” Malloy & Gamarra, 1988, p. 13. Pericás, 1997, pp. 107-109.
- .21. United States Southern Command Military Assistance Plan Regional (Latin America), FY 1967-1972. Bolivia, vol. I, Narrative F — Past Accomplishment, p. 5, apud Ryan, 1998, p.

- .22. *Diario en Bolivia*, in Guevara, 1991, p. 557.
- .23. Pericás, 1997, p. 140.
- .24. “Mientras permaneció en Praga encargó a (José Maria) Martínez Tamayo (Papi) una nueva misión en Bolivia. (...) No le pide que asuma la base de retaguardia de una guerrilla argentina como la de Massetti, hace tres años, sino que examine la posibilidad distinta de instalar un centro clandestino de guerrilleros para toda la región. Ese es el proyecto. Hay que prestarle cierta atención pues el malentendido trágico, en Bolivia, nacera la confusión, la precipitación al convertir en combate armado lo que en principio debía ser solo una academia militar de la guerrilla a escala subcontinental.” Kalfon, 1997, p. 508.
- .25. “O revolucionário (...) recusou-se a ser interrogado sobre os detalhes de sua operação na Bolívia ou qualquer de suas atividades guerrilheiras anteriores em outros lugares.” Marchetti & Marks, 1974, p. 117. Segundo o diplomata norte-americano Henry Butterfield Ryan, que realizou extensa pesquisa sobre a presença de Guevara na Bolívia, a CIA esteve envolvida na sua captura, mas seu quartel-general em Langley só soube de sua execução depois que ela ocorrera, e só no dia 11, Richard Helms, diretor de Planos da CIA, informou à Casa Branca. Ryan, 1998, p. 161.
- .26. Castro, 1994, p. 69.
- .27. Lévesque, 1978, p. 134. Gilbert, 1994, p. 60. Kalfon, 1997, p. 601. Quando Sergio Insunza disse a Pablo Neruda, poeta e proeminente membro do Partido Comunista do Chile, que estava sentido com o assassinato de Guevara, ele retrucou, malevolamente: “¿Pero qué te pasa? ¡Si a los que tenemos que admirar y respetar son a los Recabarren (Luís Emílio Recabarren, um dos fundadores do PCCh), no a estos jóvenes ilusos que andan haciendo locuras!” Apud Kalfon, 1997, pp. 599-600.
- .28. Essa facção tomou o nome de Movimiento de Liberación Nacional, mas seus militantes celebrizaram-se como Tupamaros. O nome Tupamaro provém do líder inca Tupac Amaru, que fizera um levante contra os espanhóis.
- .29. Mesa-Lago, 1994.
- .30. Memorandum for (sanitized); Subject: Briefing of the New York Times (Richard Goodwin), 22 July 1968, in Ratner & Smith, 1997, pp. 202-213. Quirk, 1993, pp. 587-589. Lévesque, 1978, pp. 134-135. Franqui, 1988, pp. 208-209.
- .31. Quirk, 1993, pp. 589-590.
- .32. Kontakte der Botschaft zur den Beschuldigten der sogenannten Mikrofraktion, Berlin, den 8/2/1968, Kulitzka (Botschafttrat). Erklärung zur der Veröffentlichung des Zentralorgans der KP Kubas — Granma — betreffend “Mikrofraktion und ihre Kontakte Ausländern, 30/1/1968. Büro Hermann. Axen — Internationale — Verbindungen — IV — A.2/20/267. SATPM-DDR-Bundesarchiv.
- .33. Eranqui, 1988, p. 214. A primeira vez que Castro investiu contra a direção do PSP foi em 1962, quando denunciou o sectarismo de Escalante. A segunda foi em 1964, quando o governo revolucionário prendeu Joaquín Ordoqui e Marcos Rodríguez, este condenado e fuzilado sob acusação de haver trabalhado para a CIA. Ambos eram ligados à direção do

antigo PSP.

- .34. Szulc, 1986, pp. 721-723.
- .35. Mesa-Lago, 1994, p. 61. Eckstein, 1994, p. 34. Szulc, 1986, p. 718.
- .36. Alarcón Ramírez, 1997, pp. 188.
- .37. Informe Central — I, II y III Congreso del Partido Comunista de Cuba, La Habana, Editorial Política, 1990, p. 47.
- .38. Franqui, 1988, p. 210.
- .39. Zu einigen Erschrinungen der Entwicklung der Literatur und Kunst in Kuba, 24/6/1969. Vertrauliche Dienstsache — Büro Hermann. Axen — Internationale Verbindungen — IV — A.2/20/287. SATPM-DDR-Bundesarchiv.
- .40. Szulc, 1986, pp. 716-717.
- .41. Brief, Dr. Naumann, Botschafter der DDR in Kuba, an Dr. Wolfgang Kiesewetter, Stellvertreter des Ministers für Auswärtige Angelegenheiten, Havana, 18/12/1968. Büro Hermann. Axen — Internationale Verbindungen — IV — A.2/20/279. SATPM-DDR-Bundesarchiv.
- .42. Castro, 1992, pp. 122-123.

Capítulo XVII

A RECONCILIAÇÃO DE CASTRO COM A UNIÃO SOVIÉTICA • O ACORDO UNIÃO SOVIÉTICA-ESTADOS UNIDOS SOBRE CUBA • O AVANÇO DA ESQUERDA NA AMÉRICA LATINA • CARTER E A TENTATIVA DE ACOMODAÇÃO COM CUBA • A INTERVENÇÃO DE CUBA NA ÁFRICA E AS REVOLUÇÕES NA AMÉRICA CENTRAL • REAGAN E O RECRUDESCIMENTO DA GUERRA FRIA • CASTRO E A PERESTROIKA • O FIM DA UNIÃO SOVIÉTICA • A VOLTA AO PASSADO E A RESTAURAÇÃO DO CAPITALISMO EM CUBA

Diante da aguda escassez de petróleo que Cuba enfrentava — e que perdeu até fins de 1968 —, e sem poder jogar a “carta americana”, Castro não teve alternativa senão capitular diante da União Soviética e o fez, com inteligência, sem perder a desenvoltura, se bem que sua atitude causasse consternação e espanto, sobretudo entre os países não alinhados, devido a suas violentas diatribes contra a Iugoslávia. Contudo, não foi apenas a situação econômica do país, agravada pelas pressões de Moscou, que determinou sua mudança de atitude. A derrota das guerrilhas na América Latina, sobretudo na Venezuela, na Colômbia e na Guatemala, e o fracasso do plano de Che Guevara na Bolívia, bem como o crescente isolamento internacional de Cuba concorreram para que Castro tratasse de reconciliar-se com a União Soviética e com os demais países do Bloco Socialista.¹ A delegação da República Democrática Alemã, que visitou Havana em outubro e novembro de 1968, já encontrou um clima mais favorável,² e a União Soviética, em fevereiro de 1969, concluiu as negociações comerciais com Cuba, o que aliviou os problemas imediatos de sua economia. Em junho, Carlos Rafael Rodríguez chefiou a delegação cubana à Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários, realizada em Moscou, e no seu discurso revelou que Cuba ainda não abandonara completamente as posições que deram origem às dificuldades com a União Soviética. Mas os

dois países trataram de acomodar as divergências ideológicas e suas relações diplomáticas melhoraram consideravelmente. O governo de Moscou deu seguidas demonstrações de amizade. Enviou sete navios de guerra a Havana, a fim de que participassem das celebrações do 26 de julho, data do ataque ao quartel de Moncada em 1953, e como forma de reiterar a preocupação com a segurança de Cuba, à qual fornecera, gratuitamente, armamentos no valor de US\$ 1,5 bilhão durante os anos 1960, conforme Castro reconheceria.³ Em novembro de 1969, 650 técnicos soviéticos, inclusive o embaixador Aleksandr A. Soldatov, participaram da colheita da cana com um dia de trabalho voluntário. E naquele mesmo mês o general Andrei A. Grechko, ministro da Defesa da União Soviética, visitou Havana, provavelmente com a missão de propor a Castro a construção de uma base de submarinos na Baía de Cienfuegos, a fim de que a União Soviética, já a adquirir paridade estratégica com os Estados Unidos, pudesse ampliar sua presença naval no Oceano Atlântico, eliminando as limitações impostas pelo entendimento entre Kruchev e Kennedy por ocasião da crise dos mísseis, em 1962.

O acerto com Castro possibilitou que a União Soviética cobrasse dos Estados Unidos a formalização do compromisso de não intervir em Cuba no curso dos entendimentos que as duas superpotências aprofundavam, visando à distensão mundial. Conquanto uma das primeiras iniciativas de Nixon, ao assumir, em 1969, o governo norte-americano, fosse ordenar que a CIA intensificasse as covert actions contra o regime revolucionário de Fidel Castro, Henry Kissinger, assessor para a Segurança Nacional do presidente, e Yuli M. Vorontsov, encarregado de Negócios da União Soviética em Washington, anunciaram, em 4 de agosto de 1970, um acordo mútuo mediante o qual Cuba se comprometeu a não atacar os países vizinhos e os Estados Unidos reafirmaram o compromisso de não invadi-la. Fotografias feitas por aviões norte-americanos U-2, em 16 de setembro de 1970 revelaram, porém, a construção de uma base de submarinos em Cay Alcatraz, na Baía de Cienfuegos, onde uma flotilha soviética acabara de aportar, no dia 9, integrada por um submarino, um rebocador e dois navios, que transportavam barcaças especiais, usadas para apoiar submarinos-nucleares.

Essa descoberta gerou uma crise nas negociações entre Nixon e Brejnev. O Pentágono preparou planos de contingência para minar o porto de Cienfuegos e impor o bloqueio a Cuba, entre outras opções. Mas Nixon e Kissinger não estavam interessados em provocar uma confrontação direta com a União Soviética⁴ e a crise não evoluiu, sendo logo superada com a decisão de paralisar as obras. Em 13 de outubro, a Agência Tass negou que o governo soviético pretendesse construir uma base de submarinos em Cuba e confirmou sua adesão ao ajuste de 1962. E em fim de outubro, Kissinger e Dobrynin trocaram notas nas quais o presidente Nixon reafirmou o acordo de 1962, prometendo que os Estados Unidos não invadiriam Cuba, e a União Soviética comprometeu-se mais uma vez a não basear naquela ilha mísseis considerados ofensivos.⁵

Apesar de que Fidel Castro se comprometesse a não mais exportar revolução, de modo que Nixon reiterasse a promessa feita por Kennedy a Kruchev, os Estados Unidos, no entanto, estavam a enfrentar crescentes dificuldades, na América Latina, não por causa de guerrilhas e sim devido ao advento, nos meios militares, de fortes tendências para o nacionalismo de esquerda e o antiamericano. Em 1968, o general Juan Velasco Alvarado dera um golpe de Estado no Peru e implantara um regime revolucionário, de caráter socializante. A Bolívia estava a seguir o mesmo caminho, a partir de 1970, quando o general Juan José Torres, um dos três responsáveis pela ordem de executar Guevara, assumiu o governo de La Paz. Salvador Allende, candidato da Unidad Popular (Partido Socialista, Partido Comunista e outras correntes de esquerda), vencera em 1970 a eleição para a presidência do Chile e se dispunha a experimentar o caminho democrático-parlamentar para o socialismo. O Uruguai, em meio a violentas operações de guerrilha urbana, que os militantes do Movimiento de Liberación Nacional — Tupamaros (MLN-T) promoviam, e a feroz repressão policial, esperava o eventual triunfo eleitoral do general Líber Seregni, candidato da Frente Ampla, formada pelos partidos de esquerda e pelas correntes de centro. E a própria Argentina, onde, depois do Cordobazo (1969), o primeiro de uma série de levantes operários, o processo de redemocratização avançara, preparava-se

para o retorno de Juan Perón à presidência da República. Esses acontecimentos na América Latina favoreceram a posição do governo de Castro, com o qual o Chile e o Peru restabeleceram relações diplomáticas e comerciais. O general Torres, entretanto, não se manteve por muito tempo na presidência da Bolívia. O general Hugo Banzer, direitista, derrubou-o em 21 de agosto de 1971, respaldado diretamente pelo governo militar do Brasil. E, em 13 de setembro de 1973, o general Augusto Pinochet desfechou sangrento golpe de Estado contra o governo socialista do presidente Salvador Allende, com a participação da CIA, que gastara milhões de dólares para desestabilizá-lo. Não obstante tais reveses da esquerda, outros países, entre os quais a Argentina, onde o peronismo, com a eleição de Hector Cámpora e, em seguida, de Perón, retornou ao poder, a Venezuela e a Colômbia, entre 1973 e início de 1975 restabeleceram relações diplomáticas e comerciais com Cuba, e a OEA, em 29 de julho desse ano, pôs fim, por 16 votos a favor (inclusive dos Estados Unidos) e 3 contra (com duas abstenções), às sanções coletivas impostas em 1964 contra o regime de Fidel Castro. Os Estados Unidos atravessavam então gravíssima crise política e moral, em virtude não apenas da derrota na guerra do Vietnã, contra a qual, internamente, os mais intensos e disseminados protestos começaram a ocorrer desde que, em 1970, as tropas norte-americanas invadiram o Camboja. Também abalou os Estados Unidos o escândalo, que provocara a renúncia de Nixon (1974) em meio a um processo de impeachment em curso no Congresso, ao descobrir-se que alguns agentes da CIA invadiram o Hotel Watergate, sede do Partido Democrata em Washington, na campanha eleitoral de 1972 e que a Casa Branca utilizava as agências de segurança nacional e inteligência (FBI e CIA) na política interna. Esse episódio levou o Senado norte-americano a instaurar uma comissão de inquérito, sob a presidência do senador Frank Church (Idaho), para investigar as operações de inteligência do governo. Seus trabalhos revelaram não apenas que, desde 1970, a CIA, por ordem de Nixon, começara a organizar o golpe de Estado contra o governo do presidente Salvador Allende, considerado inaceitável para os Estados Unidos,⁶ como participara, ao tempo de Kennedy, dos

assassinatos de Leónidas Trujillo (República Dominicana), de Patrice Lumumba (Congo), do general Ngo Dinh Diem e de seu irmão (Vietnã do Sul), bem como de pelo menos oito complôs para matar Fidel Castro, entre 1960 e 1965.⁷

Em meio àquele clima, em que o povo percebera que os Estados Unidos perdiam a credibilidade perante o mundo como defensores da liberdade e que seus próprios presidentes, como Kennedy e Nixon, traíram os valores democráticos e os fundamentos éticos e políticos da nação, ao autorizarem crimes e golpes de Estado em outros países, houve possibilidade de os Estados Unidos normalizarem as relações com o regime revolucionário de Fidel Castro, possibilidade essa excogitada aparentemente pelo presidente Gerald Ford, que assumira a presidência dos Estados Unidos para completar o mandato de Nixon. O processo em busca de um *modus vivendi* começara com a troca de notas entre Kissinger e Dobrynin, em 1970, reiterando os compromissos de 1962, e continuou com as negociações do acordo contra o sequestro de aviões e barcos em 1973 e com a decisão do Departamento de Estado, em 1975, de revogar as restrições que proibiam as subsidiárias de firmas americanas instaladas no México e no Canadá de exportarem para Cuba. As conversações secretas, visando a explorar as possibilidades de melhorar, no mais amplo sentido, as relações entre os dois países, haviam começado por sugestão de Kissinger, que chegara a declarar publicamente que não via virtude no “perpetual antagonismo” entre Cuba e os Estados Unidos.⁸ Tais possibilidades, porém, desvaneceram-se quando Cuba enviou tropas para Angola, que se emancipava de Portugal, atendendo o pedido do presidente Agostinho Neto, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), cujo governo fora reconhecido por vários países, inclusive o Brasil, apesar de que outras forças o contestassem, com o apoio da China, dos Estados Unidos e da África do Sul.⁹ No final de 1975, o presidente Gerald Ford declarou que o envolvimento de Cuba em Angola impedia o completo restabelecimento de suas relações diplomáticas com os Estados Unidos e, pouco tempo depois, chamou Fidel Castro de “international outlaw”.¹⁰

Essa acusação, naquelas circunstâncias, era inepta. Cuba não estava a participar de esforços para subverter a ordem e derrubar um governo existente, desrespeitando a soberania nacional do país. Pelo contrário. Ao enviar tropas para Angola, cuja independência Portugal reconhecera em 1975, Castro procedera de acordo com o direito internacional, mas contrariou os interesses dos Estados Unidos, que encorajavam Sese Seko Mubutu, presidente do Zaire, e Holden Roberto, líder da Frente Nacional pela Libertação de Angola, outra facção, apoiada também pela China, a atacar Luanda e o norte de Angola, conforme John Stockwell, responsável pela Angola Task Force admitiu.¹¹ Daí por que o diplomata norte-americano Wayne S. Smith ponderou, com justiça, que Ford e Kissinger não informaram ao povo norte-americano o que estavam fazendo em Angola, mas os cubanos e os soviéticos certamente sabiam que os Estados Unidos e o Zaire sustentavam a ofensiva de Holden Roberto contra o MPLA e não viram motivo para deixá-los com as mãos livres.¹²

A atitude de Castro, ao intervir na guerra civil de Angola em favor de Agostinho Neto, ao qual Che Guevara, na primeira metade dos anos 1960, prometera cooperação, obedeceu, naturalmente, a motivos políticos e ideológicos, e não aos interesses da União Soviética.¹³ Conquanto se retraísse na exportação de guerrilhas para a América Latina e limitasse a assistência (treinamento, assessoramento e armas) apenas à Frente Sandinista de Libertação Nacional (Nicarágua) e à Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí (El Salvador), Castro não abdicara de sua militância internacional e intensificara a presença de Cuba na África, não mais de forma subversiva, porém atendendo ao apelo de Angola, bem como, em 1977, da Somália e da Etiópia.¹⁴ A presença militar de Cuba na África passou, assim, a constituir o principal problema nas suas relações com os Estados Unidos. Na segunda metade dos anos 1970, com o retorno do Partido Democrata ao poder nos Estados Unidos, a administração do presidente James Earl Carter, cujo esforço consistiu em defender os direitos humanos e restaurar os valores morais na política exterior dos Estados Unidos, para contrapor-se à União Soviética, retomou as conversações com o governo de Castro,

implementando uma ampla estratégia cujo objetivo era estabelecer maior harmonia com o Terceiro Mundo, intentando, mediante a superação do conflito com Cuba, dar um sinal de que, pragmaticamente, não pretendia responder a todas as situações críticas como se cada uma fosse um jogo de soma-zero com a União Soviética.¹⁵ Entretanto, tais entendimentos, conduzidos pelos diplomatas Lyle Lane e Wayne S. Smith, do Departamento de Estado, e Ramón Sánchez Parodi, do Ministério das Relações Exteriores de Cuba, responsáveis pelas Seções de Interesses dos dois países, abertas tanto em Havana quanto em Washington, sofreram fortes objeções de Zbigniew Brzezinski, assessor de Segurança Nacional de Carter, e, em 1977, foram paralisados, quando Castro mandou soldados para a Etiópia a fim de apoiar o coronel Mengistu Haile Mariam, autoproclamado marxista, assumiu a chefia da Junta Militar (Dergue) e não apenas interrompeu a retirada das tropas de Angola, iniciada desde meados de 1976, como enviou mais reforços, a pedido de Agostinho Neto, após uma facção do MPLA tentar um golpe de Estado e ante a ameaça de invasão por forças do Zaire. Tais acontecimentos, explorados por Zbigniew Brzezinski, concorreram para inibir as tendências favoráveis à plena reconciliação com Cuba na administração de Carter, na medida em que a ampliação da presença de Cuba na África afigurou-se-lhes como parte de uma agressiva e premeditada estratégia de expansão da União Soviética.

Cuba, se bem que não pertencesse ao Pacto de Varsóvia, reconciliara-se de fato com a União Soviética e integrara-se formalmente no Bloco Socialista a partir de 1972, com a sua inclusão no CAME (Conselho de Ajuda Mútua Econômica), também conhecido como COMECON (Council for Mutual Economic Assistance), criado em 1949 pela União Soviética, formando uma união econômica com a Tchecoslováquia, a Hungria, a Polônia, a Romênia e a Bulgária, bem como, a partir de 1950, com a República Democrática Alemã e a Albânia.¹⁶ Desde aquela época, ao impulsionar o processo de institucionalização da revolução, o governo de Castro reproduzira gradualmente em Cuba a ortodoxia stalinista, advogada pelo PCUS. Na reestruturação do Estado, o governo copiara, tanto quanto possível, o

modelo de organização política existente na União Soviética, criando a Assembleia Nacional Popular, bem como um Conselho de Estado e um Conselho de ministros. Em 1975, o Congresso do Partido Comunista de Cuba estabeleceu um novo Bureau Político, Secretariado e Comitê Central, assumindo formalmente o papel de força dirigente da nação, segundo o modelo leninista, consagrado pela Constituição, com a qual a revolução se institucionalizou em 1976. Na mesma linha, a Central dos Trabalhadores Cubanos adaptara-se à ortodoxia vigente na União Soviética. Já então o serviço de segurança e inteligência, subordinado ao Ministério do Interior, adquirira eficiência e formara profissionais altamente qualificados, graças à assistência da KGB, que enviara a Havana, desde a primeira metade dos anos 1960, vários assessores, inclusive Ramón Mercader, assassino de Trotski, libertado da prisão no México em 1960,¹⁷ bem como do STASI, cujo chefe, Markus Wolf, lá também estivera como consultor. Daí por que Alina Fernández, filha de Fidel Castro que com ele romperá, saindo de Cuba no início dos anos 1990, recordar que cresceu “en un país hermético y aislado, sin libros, sin prensa, sin ropa, sin fantasia, sin dinero, rodeada de delatores que sustituyen los ordenadores de la policía con un red de denuncias”.¹⁸ Mas os constantes ataques terroristas de organizações contrarrevolucionárias, tais como Alfa 66 e Omega 7, que nunca cessaram e sempre receberam a ajuda de agentes da CIA, ainda que nem sempre estivessem autorizados pelo governo norte-americano, concorreram para a consolidação do Estado totalitário, do tipo stalinista, construído na União Soviética.

Contudo, a política exterior do governo cubano, se bem que se ajustasse à do Kremlin, obedeceu a impulsos próprios e à sua identificação com os movimentos de libertação nacional, não só na América Latina, mas em todos os países do Terceiro Mundo, tanto que, na primeira metade dos anos 1960, Castro já enviara pequenos contingentes para a Argélia, na luta contra o Marrocos, e para a Síria, à revelia de Moscou. O envolvimento cubano em Angola começou em 1965, quando, após o encontro de Che Guevara com Agostinho Neto, Cuba começou a fornecer assistência — educação e treinamento militar — aos militantes do MPLA. Sua intervenção, com o

objetivo de respaldar o governo de Luanda na guerra civil de 1974-1975, constituiu uma consequência de tal comprometimento político e ideológico, havendo Castro tomado a decisão independentemente da União Soviética, ainda que viesse a receber seu apoio material. No caso da Etiópia, todavia, o envio de tropas cubanas, sob o comando do general Arnaldo Ochoa, para respaldar o coronel Mengistu Haile Mariam, quando a Somália, em 1977, aumentou a pressão militar sobre a região de Ogaden, atendeu em larga medida aos interesses geoestratégicos da União Soviética, concentrados no Chifre da África. Em nenhum dos casos, de qualquer forma, Cuba atuou como simples peão da União Soviética. Em realidade, os dois países compatibilizaram seus interesses, que eram comuns,¹⁹ e, uma vez que a União Soviética começara a depender dos soldados de Cuba para expandir sua influência, Cuba passou a influir também sobre sua política exterior, na medida em que a tornou mais flexível, induzindo-a a desempenhar um papel mais ativo e militante em diversas regiões do Terceiro Mundo. E, como resultado dos sucessos militares em Angola e na Etiópia, Cuba ganhou novo status internacional. Sua atuação como ator global transcendeu, porém, os aspectos meramente militares, dado que enviou também centenas de médicos, técnicos e especialistas em agricultura, saúde pública, hotelaria e várias outras atividades, não apenas para Angola e para a Etiópia como para diversos países do Terceiro Mundo, como Laos, Iêmen do Sul, Congo, Moçambique, Vietnã, República Equatorial da Guiné e Guiné-Bissau. Cerca de 110.000 cubanos participaram desses programas civis de ajuda no além-mar até o fim dos anos 1980 e 3.000 profissionais da saúde ainda se encontravam no exterior em 1993.²⁰

Essas “missões internacionalistas”, tanto militares quanto civis, foram consistentes com os princípios ideológicos, sempre evocados por Fidel Castro, mas certamente gratuitas não foram. Em 1977, elas geraram divisas para Cuba no valor de US\$ 50 milhões, cerca de 9% do valor das commodities exportadas para os países capitalistas e, dois anos depois, apenas dois contratos, um com a Líbia, no valor de US\$ 25 milhões, e outro com Angola, que também pagava os custos das tropas cubanas,²¹

propiciaram-lhe obter cerca de 18% de sua receita em moedas fortes.²² De acordo com os cálculos do Departamento de Comércio dos Estados Unidos, em 1980, Cuba, com as “missões internacionalistas”, obteve possivelmente uma receita de US\$ 100 milhões, o equivalente a 6% do valor das commodities que ela exportara para os países do Ocidente.²³ Esta cifra certamente não incluía outros ganhos. Cuba igualmente se envolvia no tráfico de diamantes, marfim e armas, como forma de obter divisas, e só não conseguiu, aparentemente, levar petróleo porque sua exploração estava a cargo de companhias estrangeiras, mas o general Arnaldo Ochoa, encarregado de tais operações, recebeu ordens de Havana para consegui-lo, pagando-o com serviços prestados por suas tropas.²⁴ A realização de negócios clandestinos e ilícitos terminou, provavelmente, por abranger o narcotráfico, com ou sem o conhecimento de Castro, e daí a posterior condenação e o fuzilamento, em 1989, do general Ochoa, agraciado com a condecoração de Herói da Revolução por seus feitos em Angola e na Etiópia, bem como do coronel António (Tony) de la Guardia.²⁵ De qualquer forma, Cuba desempenhou, na África, um papel construtivo, inclusive ao favorecer soluções diplomáticas para algumas situações, entre as quais o conflito entre Angola e o Zaire e os casos da Rodésia (Zimbábue) e da Namíbia, conforme Wayne S. Smith observou.²⁶

Na América Latina, ainda que Cuba efetivamente se retraísse e procurasse manter relações com os outros países dentro das normas internacionais, sem procurar subvertê-los, dois fatos também ocorreram que dificultaram os esforços de acomodação com os Estados Unidos. No curso de 1979, Maurice Bishop, líder do New Jewel Movement, socialista e admirador de Fidel Castro, assumiu o governo de Granada, mediante um golpe de Estado, e as guerrilhas da Frente Sandinista de Libertação Nacional, sob o comando de Daniel Ortega, terminaram por derrubar a ditadura de Anastasio Somoza, na Nicarágua. Conquanto nada indicasse que os cubanos tivessem qualquer responsabilidade pelo golpe de Estado, Castro manifestou imediatamente sua solidariedade com Bishop e forneceu-lhe apenas um número limitado de assessores e armamentos. Aos sandinistas, aos quais Cuba oferecera tanto

treinamento como armas e assessores, a ajuda recresceu depois de sua vitória em 1979. Mas o número de militares cubanos despachado para a Nicarágua, comparado com os contingentes enviados a Angola e à Etiópia,²⁷ foi mínimo. A cooperação com aquele país, da mesma forma que com a Jamaica, durante o governo de Michael Manley (1972-1980), e com Granada, alcançou uma dimensão muito maior na área civil — saúde, educação construção de pontes e barragens. E Castro recomendou a Daniel Ortega cautela e moderação, que mantivesse boas relações com o máximo de países e não apenas minimizasse os conflitos com os Estados Unidos, não se engajando em provocação desnecessária, como evitasse cair em excessiva dependência da União Soviética.²⁸ Essa revolução — acentuou — não necessita reproduzir uma “nova Cuba”, antes deveria produzir uma “nova Nicarágua”.²⁹

Entretanto, não obstante tal moderação, os entendimentos entre os Estados Unidos e Cuba defrontaram-se, em 1979, com vários obstáculos. Castro não só se recusou a negociar a retirada das tropas de Angola, dizendo que só o faria se Agostinho Neto o solicitasse,³⁰ como Cuba, em vez de abster-se de acordo com a sua condição de integrante do Movimento dos Não Alinhados, votou, na ONU, contra a Resolução, que condenava a invasão do Afeganistão pelas tropas da União Soviética, invasão esta cujo objetivo fora evitar o alastramento da revolução islâmica, deflagrada no Irã pelo Aiatolá Khomeini, através de suas fronteiras.³¹ O estímulo à emigração ilegal, que os Estados Unidos, recebendo quaisquer asilados como heróis, continuavam a dar, constituiu igualmente um problema. Em face do número de embarcações sequestradas por dissidentes cubanos que fugiam para Miami e de um incidente com a Embaixada do Peru, onde cerca de 500 refugiaram-se, Castro resolveu abrir o porto de Mariel, 25 milhas a oeste de Havana, para quem quisesse sair do país, tal como fizera em 1965, com o porto de Camarioca. Essa decisão possibilitou enorme êxodo, em que mais de 40.000 pessoas partiram para a Flórida, e alarmou o governo norte-americano, pois entre os refugiados muitos eram ladrões e outros criminosos comuns, para os quais, constou e o próprio Castro admitiu, foram abertas as portas das prisões.³²

Àquela época, Carter, com sua decência pessoal e honestidade de propósitos, conseguira efetivamente melhorar a imagem dos Estados Unidos na América Latina, ao defender os direitos humanos, contra os regimes militares que seus antecessores ajudaram a instalar e/ou a manter, e celebrar com o governo do general Omar Torrijos novo tratado, mediante o qual os Estados Unidos comprometeram-se a transferir para o Panamá o pleno controle sobre o canal interoceânico no ano 2000.³³ No entanto, em virtude de sua ambivalência, Carter, ao mostrar-se pouco resoluto na consecução de objetivos liberais e hesitante em engajar-se na oposição conservadora do Congresso,³⁴ enfraquecera-se e perdera a credibilidade dentro dos Estados Unidos, cujos problemas econômicos se agravaram com a elevação do preço do petróleo, o recrudescimento da inflação, a atingir 12% a.a., e o aumento do desemprego, afetando 6 milhões de pessoas. Ronald Reagan, com o suporte do Partido Republicano, já então se lançara candidato à presidência dos Estados Unidos, com o objetivo de exacerbar outra vez a Guerra Fria, e começara a advogar o bloqueio de Cuba, por ele acusada de representar um “Soviet vassal state”, como resposta à intervenção da União Soviética no Afeganistão.³⁵ E, ao assumir o governo norte-americano, em 1991, ele agravou as tensões entre os Estados Unidos e Cuba, reacendidas pelo próprio Carter, quando, para efeito político doméstico, encenou uma demonstração naval na Baía de Guantánamo, em outubro de 1979. O desígnio de Reagan, denunciando Cuba como responsável pela turbulência na América Central, fora partir para a confrontação, conforme pretendia seu secretário de Estado, o general Alexander Haig, responsável pela ligação da CIA com as tentativas para assassinar Castro durante a administração do presidente Lyndon Johnson.³⁶

Conquanto continuasse a manter relações corretas com os países da América Latina, Castro não se absteria de sustentar a oposição a algumas ditaduras militares, como no caso do Chile, onde o Partido Comunista decidira, em 1980, recorrer à luta armada contra o governo do general Augusto Pinochet, com a assistência da União Soviética, da República Democrática Alemã e de Cuba, assim como da Nicarágua, que se dispuseram

a treinar 100 guerrilheiros da Frente Patriótica Manuel Rodríguez.³⁷ Cuba e Nicarágua igualmente forneceram amplo apoio material à ofensiva desencadeada pelos guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí em janeiro de 1981, com a esperança de derrubar governo de El Salvador antes que a administração de Ronald Reagan se instalasse.³⁸ Essa ofensiva fracassou, mas Reagan, ao assumir a presidência dos Estados Unidos, inseriu o problema da América Central no contexto do conflito Leste-Oeste e descartou a possibilidade de qualquer solução negociada, para a qual Castro e Ortega já estavam dispostos, segundo informaram ao chefe da Seção de Interesse do Departamento de Estado em Havana, Wayne Smith, e ao embaixador norte-americano em Manágua, Lawrence Pezullo.³⁹ Wayne Smith disse claramente ao secretário de Estado assistente, Thomas Enders, que não importava o nível a que os Estados Unidos elevassem as tensões e as incertezas, os cubanos, não como resultado de tais ameaças, moderariam seu comportamento.⁴⁰ O secretário de Estado, Alexander Haig, porém, entendia que os Estados Unidos deviam agir contra Cuba, como fonte de suprimento de armas para os rebeldes de El Salvador, e contra a Nicarágua, como intermediária, ao permitir a passagem pelo seu território, e, em junho de 1961, pediu ao Departamento de Defesa que elaborasse planos de contingência contra os dois países.⁴¹ Como Wayne Smith previra, Castro, informado de que Haig pressionava em favor de uma ação armada contra Cuba, não se intimidou. Mobilizou 500.000 efetivos das Milícias Populares e declarou que estava pronto para enfrentar qualquer ataque contra o regime revolucionário.⁴² Desde que percebera, aliás, que Reagan, com um programa de governo beligerante, ganharia a eleição para a presidência dos Estados Unidos, Castro começara a preparar-se para o enfrentamento, modificando sua doutrina militar, com o conceito de Guerra de Todo el Pueblo, em que Cuba teria de defender-se sozinha, com seus próprios meios, em uma luta sem frente nem retaguarda, empregando as Milícias de Tropas Territoriais e as Brigadas de Produção e Defesa, organizadas em cada província e em seus 169 municípios. De fato, a União Soviética não se dispunha a empreender nenhuma iniciativa para apoiar os cubanos militarmente, o que Brejnev

deixara bem claro a Raúl Castro, vice-presidente e ministro das Forças Armadas de Cuba. “Nós não podemos combater em Cuba”, afirmou textualmente, “porque ela está a 11.000 km de distância da União Soviética”. E acrescentou: “Vamos lá para que nos partam a cara?”⁴³ Sem dúvida, a União Soviética nunca pretendia, seriamente, entrar em guerra com os Estados Unidos por causa de Cuba, mas, naquelas circunstâncias, o abandono foi total. Brejnev disse a Raúl Castro que a União Soviética não se dispunha sequer a fazer qualquer tipo de advertência aos Estados Unidos, nem mesmo recordar o compromisso de Kennedy de outubro de 1962.⁴⁴ O contexto obviamente mudara desde os anos 1960. A União Soviética não mais podia ameaçar com retaliações contra Berlim Ocidental, depois que celebrara, em 3 de setembro de 1971, o Tratado das Quatro Potências, mediante o qual, reconhecendo os direitos das potências sobre aquela parte da cidade, garantia o trânsito através do território da República Democrática Alemã. Também não queria envenenar os entendimentos com os Estados Unidos, onde forte oposição à aprovação do novo Strategic Arms Limitation Treaty (SALT II), firmado em 24 de junho de 1979, que ampliava os entendimentos do SALT I, de 1972, levava o próprio Carter a retirá-lo do Senado.

Por sua vez, em março de 1982, o governo americano enviou a Havana, para uma conversa secreta com Fidel Castro, o general Vernon Walters, então embaixador especial itinerante, que levou, como condição para que houvesse significativa melhoria no relacionamento entre Cuba e os Estados Unidos, uma lista de problemas a serem resolvidos, entre os quais seu envolvimento na América Central e na África, o retorno dos criminosos despachados para a Flórida com a abertura do porto de Mariel e a indenização das propriedades norte-americanas nacionalizadas. Castro manifestou-se pronto para negociar os problemas bilaterais e discutir todos os desentendimentos em política exterior.⁴⁵ Reagan, no entanto, não tinha a intenção nem de negociar nem de discutir qualquer questão ou desentendimento. Wayne Smith, responsável, na época, pela Seção de Interesses dos Estados Unidos em Havana, afirmou, posteriormente, que a

viagem do general Walters não passou de uma invectiva, visando a dar a impressão de que Reagan tivera boa vontade para conversar e não encontrara receptividade.⁴⁶ Com efeito, em abril o presidente aprovou um documento do Conselho de Segurança Nacional (“U.S. Policy in Central America and Cuba through F.Y. ‘84, Summary Paper”), com o objetivo de evitar a “proliferation of Cuba-model states in Central America”,⁴⁷ e o governo norte-americano anunciou novas sanções contra o regime de Castro. O Departamento de Defesa, no final do mês, iniciou no Caribe outras manobras militares, como a Operation Ocean Venture 82, que envolveu 45.000 efetivos, 350 aviões, 60 navios e incluiu a invasão simulada de Porto Rico, bem como a evacuação dos não combatentes de Guantánamo. A pretensão de invasão de Cuba só não se efetivou porque o Departamento de Estado calculou que o custo em vidas de soldados americanos seria elevadíssimo, praticamente insustentável. O poderio militar de Cuba funcionou assim como fator dissuasivo. Entretanto, a administração de Reagan intensificou a ajuda à Junta Civil-Militar de El Salvador, sob a chefia de José Napoleón Duarte, relacionado nos arquivos, sob um criptônimo, como agente da CIA,⁴⁸ e aos contrarrevolucionários (os “contra”) que mantinham a guerra civil na Nicarágua. E, em 1983, ordenou a invasão de Granada, uma ilha com uma população de 110.000 habitantes, em meio a um golpe de Estado em que o vice-primeiro-ministro Bernard Coard e o general Hudson Austin prenderam e assassinaram Maurice Bishop, criando sério incidente com Cuba, pois as tropas norte-americanas (8.850 efetivos; enquanto 11.800 permaneceram de prontidão, à distância) mataram vários trabalhadores cubanos, que lá trabalhavam na construção de um aeroporto. Os Estados Unidos não tinham a menor base jurídica para a invasão. A fim de evitar que a posição norte-americana se afigurasse ainda mais cínica, o Departamento de Estado, tentou, no último minuto, sem êxito, eliminar do pronunciamento de Reagan as palavras “restaurar a democracia” como motivo para a invasão, condenada por 13 dos 18 países da OEA, como violação dos princípios de não intervenção e autodeterminação dos povos.⁴⁹

“Claramente, lo que los Estados Unidos querían hacer era una

manifestación de fuerza, exhibir su fuerza, dar una lección allí en Granada, y llevó a cabo — a mi juicio — uno de los hechos más ingloriosos e infames que un país poderoso pueda realizar con relación a un país pequeño”, Fidel Castro comentou, posteriormente, quando, em conversa com o congressista norte-americano Mervin Dymally e com o acadêmico Jeffrey Elliot, reiterou que existia a possibilidade de encontrar uma solução negociada não só em relação à Nicarágua, como também a El Salvador, onde a população vivia uma situação de guerra que não se podia isolar dos problemas da paz na América Central.⁵⁰ Essa era igualmente a disposição dos sandinistas e dos guerrilheiros da Frente de Libertação Nacional Farabundo Martí, mas o principal obstáculo a uma solução negociada partia dos Estados Unidos, cujo governo, Fidel Castro salientou, acreditava que podia resolver os problemas pela força, como se quisesse dar um grande escarmento para que ninguém na América Central ou na América Latina pensasse em rebelar-se contra as tiranias a serviço de seus interesses econômicos.⁵¹ A abertura de Castro fora sincera. A União Soviética efetivamente não queria e não tinha condições de sustentar outro regime revolucionário como o de Cuba na América Central. Nem a União Soviética nem os comunistas desempenharam papel significativo na revolução da Nicarágua.⁵² E o conselho de Castro a Daniel Ortega, logo após a vitória da revolução sandinista, para que agisse com cautela e moderação, mantivesse boas relações com o máximo de países, bem como minimizasse os conflitos com os Estados Unidos e evitasse cair em excessiva dependência da União Soviética, refletira a experiência que ele acumulara ao longo de 20 anos de revolução. Cuba continuava a enfrentar sérios problemas de desenvolvimento, apesar de promover radical distribuição de renda, satisfazendo as necessidades básicas da população, e reduzir espetacularmente as desigualdades sociais, sobretudo entre o campo e as cidades.⁵³ A economia cubana era, em 1980, mais industrializada do que duas décadas antes, uma vez que importante processo de substituição das importações ocorrera com a maturação, nos anos 1970, dos investimentos programados desde o início da cooperação com a União Soviética. Em 1975, os investimentos brutos alcançaram o montante de 2,3 bilhões de pesos, três

vezes mais do que em 1970 e o equivalente a 16,4% do produto social global.⁵⁴ Mas a dependência em relação ao açúcar continuou tão grande quanto antes da revolução, e atingiu, em 1982, 83% do valor total das exportações contra 80% em 1959,⁵⁵ embora, devido aos acordos com a União Soviética e com os países do Bloco Socialista, Cuba não mais estivesse sujeita às flutuações do mercado mundial, ainda que elas pudessem determinar o sucesso ou o fracasso dos Planos quinquenais, como acontecera entre 1976 e 1980.⁵⁶

Esses acordos favoreceram-na, mas foram, naturalmente, muito vantajosos para os soviéticos, pois o preço que passaram a pagar pelas importações de açúcar, 800 rublos por tonelada, mais alto do que o cotado no mercado mundial, era, ainda assim, menor do que o custo, cerca de 1.000 rublos por tonelada, para produzi-lo a partir da beterraba.⁵⁷ A integração de Cuba no COMECON contribuíra para perpetuar a estrutura monoprodutora e agroexportadora de sua economia, ao condicioná-la à especialização e ao definir-lhe o destino como o maior fornecedor de açúcar e níquel do Bloco Socialista, cenário não muito diferente daquele que haveria se a revolução não ocorresse e Cuba continuasse na órbita dos Estados Unidos. Essa integração constituiu, decerto, uma consequência inelutável do nível que suas relações econômicas e comerciais com os países do Bloco Socialista atingira. Entre 1960 e 1972, Cuba importara mercadorias no total de 5,5 bilhões de rublos apenas da União Soviética, porém não tivera capacidade de pagar, com suas exportações, mais do que 3,3 bilhões, sendo, portanto, da ordem de 2,2 bilhões de rublos o volume da ajuda que recebeu, naquele período, sob a forma de créditos, correspondentes a cerca de 4% do seu Produto Social Bruto, conceito (semelhante ao de PNB) adotado na contabilidade do extinto Bloco Socialista.⁵⁸

A partir do ingresso no CAME/COMECON, o governo de Castro voltou a instaurar o sistema de planejamento e elaborou planos quinquenais para os quinquênios de 1976-1980 e 1981-1985, introduzindo novo modelo de economia, configurado pelo Sistema de Dirección y Planificación de la Economía (SDPE), que começou a aplicar em 1976 e entraria plenamente em

vigor no final de 1981. O SDPE era uma versão moderada da reforma econômica efetuada timidamente na União Soviética em 1965 e criticada acerbamente por Che Guevara, na medida em que adotava métodos capitalistas. A participação da União Soviética no total das transações de Cuba saltou de 51,7% para 70,5% (de 64% para 83% com o CAME) entre 1970 e 1985.⁵⁹ Entretanto, Cuba não escapou à crise econômica e financeira que acometeu, em 1982, os países da América Latina, a começar pelo México, e abalou também o Bloco Socialista, ao atingir a Polônia e a República Democrática Alemã. Já em agosto daquele ano fora forçada a pedir o reescalonamento de sua dívida, na esteira de uma aguda redução dos créditos de curto prazo e dos depósitos, acompanhada pela alta dos juros e pela queda dos preços de açúcar.⁶⁰ Castro, que, desde 1977, começara a encorajar contratos de joint ventures com empresas estrangeiras, intensificou essa política a partir daquela época, com a elaboração de um código de investimentos que concedia aos capitais estrangeiros isenção de impostos sobre o uso da terra e de materiais importados, repatriação dos lucros e propriedade de até 49% das empresas locais, com o objetivo de atrair capitais do exterior para os setores de turismo, indústria leve, equipamentos médicos, medicina, construção e agroindústria.⁶¹ Contudo, em 1986, quando Mikhail Gorbachev deflagrou na União Soviética o processo de reestruturação da economia (Perestroika) e democratização da vida política, dando-lhe transparência (Glasnost), o governo revolucionário aparentemente retrocedeu na política de reformas, ao lançar a campanha para “rectificar errores y tendencias negativas”, configuradas pelos “errores economicistas” do SDPE, implementado entre 1976 e 1985, período em que Cuba desenvolvera, “desgraciadamente” e com “notable fuerza”, a tendência para a “copia mecánica” de tudo o que na União Soviética se fazia, como o próprio Castro, alguns anos depois, admitiu, verberando: “Todo lo que de allí venia era sagrado, todo lo que venia de allí era incuestionable, todo lo que estaba en un librito era indiscutible”.⁶²

Ao afastar Cuba do curso das reformas pelo qual a União Soviética enveredara, apesar de que o volume do intercâmbio comercial entre os dois

países e com o COMECON atingisse, em 1987, os níveis de 72% e 86,6%, respectivamente, Castro proibiu, como Eric Honecker fizera na República Democrática Alemã, a circulação das edições em língua espanhola de duas importantes revistas soviéticas — Sputnik e Moscow News — porque falavam da Glasnost e da Perestroika. Ao mesmo tempo, com o Proceso de Rectificación, tratou de reviver princípios aparentados com os que Che Guevara defendera, tais como redução dos estímulos materiais e ampliação dos incentivos morais, reintrodução do trabalho coletivo e voluntário, brigadas de construção e expansão do papel do Estado na economia. Em consequência, o governo revolucionário proibiu o mercado aberto no setor de serviços, os pequenos fabricantes, os transportadores particulares, o trabalho autônomo e os vendedores ambulantes, bem como fechou os mercados livres campesinos, através dos quais os agricultores particulares podiam vender livremente uma parte de sua produção e acumular algum capital, com o qual compravam, sobretudo, casas e apartamentos nas cidades. Segundo Castro, alguns agricultores não entregavam ao Estado 10% de suas colheitas, às vezes nada, e obtinham enormes rendas, que alcançavam de 50.000 a 150.000 pesos anuais. Entrementes, não obstante a retórica da “rectificación”, o número de sociedades anônimas, ou seja, empresas estatais semiautônomas, cresceu, sobretudo nos setores de comércio exterior, hotelaria e turismo. Como Susan Eva Eckstein salientou, a “rectificación”, na prática, divergiu e às vezes contradisse a retórica da campanha, pois, enquanto ressuscitavam os princípios morais de Guevara, o governo revolucionário e o Partido Comunista de Cuba implementaram certas reformas e toleraram práticas do período precedente, com características de mercado.⁶³

Cuba, àquela época, sofreu premente necessidade de divisas, não apenas porque sua dívida externa com os bancos privados internacionais, estabilizada em US\$ 3,6 bilhões no início dos anos 1980, saltara para US\$ 4,7 bilhões em 1986⁶⁴ e, com a União Soviética, atingira 7,5 bilhões de rublos, mas também porque a cotação do açúcar no mercado mundial, no qual vendia entre 10% e 40% de sua produção, despencara de 27 cents, em 1980,

para 4 cents, no meio da década, e ela nem podia obter novos financiamentos e não dispunha senão de US\$ 650 milhões, contra US\$ 1,5 bilhão em 1984, para pagar as importações que fazia do Ocidente.⁶⁵ Essa escassez de divisas provavelmente determinou a campanha de “rectificación de errores y tendencias negativas”, visando a obter mais austeridade interna e disciplina de trabalho, mas a escalada da dívida externa em divisas, cujo pagamento do serviço Cuba suspendera em 1986, continuou e atingiu o montante de US\$ 6,2 bilhões.⁶⁶ No começo de 1988, ela tinha atrasos acumulados no valor de 2,1 bilhões de pesos (o peso, sobrevalorizado, tinha oficialmente cotação ao par com o dólar) no principal e 360 milhões de pesos nos juros. Um adicional de 1,2 bilhão de pesos no principal e 505 milhões de pesos em juros somou-se àquele montante em 1988, quando o total das obrigações do serviço da dívida subiu para 4,18 bilhões de pesos, levando Cuba a requerer do Clube de Paris a extensão do prazo de pagamento para 15 anos, com cinco de carência.⁶⁷ Entre 1986 e 1990, Cuba recebeu da União Soviética empréstimos no total de US\$ 11,6 bilhões (US\$ 8,2 para cobrir os déficits comerciais e US\$ 3,4 bilhões em ajuda ao desenvolvimento) e sua dívida com os soviéticos subiu para US\$ 24,5 bilhões.⁶⁸ Entretanto, sem os recursos do Banco Mundial ou do Fundo Monetário Internacional, Cuba teve de cortar drasticamente suas importações em moeda forte, impor um programa de austeridade e reduzir o crescimento planejado de 5% para entre 1% e 1,5%,⁶⁹ em 1988, com o que a disponibilidade de bens de consumo piorou cada vez mais.

A União Soviética estava a enfrentar o mesmo problema. Trotski, já em 1930, observara que o ponto fraco da economia soviética, além do atraso que herdara do passado, consistia no isolamento, dado que ela não podia aproveitar os recursos da economia mundial, nem de acordo com os princípios socialistas, nem mesmo de acordo com os princípios capitalistas, sob a forma de crédito internacional normal, de financiamento, cuja importância era decisiva para os países atrasados.⁷⁰ As crises agudas que afetavam a economia soviética, Trotski advertira, lembravam que as forças produtivas criadas pelo capitalismo não podiam adaptar-se à moldura

nacional e só podiam ser coordenadas e harmonizadas de forma socialista em um plano internacional. Essas crises, ele acrescentou, representavam “algo infinitamente mais grave do que as moléstias infantis ou de crescimento”: elas constituíam “severas advertências” do mercado internacional, ao qual a União Soviética estava subordinada e ligada e do qual não podia separar-se.⁷¹ Conforme sua previsão, se uma revolução política não ocorresse e a democracia, com plena liberdade dos sindicatos e dos partidos políticos, não fosse restabelecida na União Soviética, a restauração da propriedade privada dos meios de produção tornar-se-ia ali inevitável e a nova classe possuidora, para a qual as condições estavam criadas, encontraria seus servidores entre os burocratas, técnicos e dirigentes, em geral, do Partido Comunista.⁷²

A Segunda Grande Guerra (1939-1945), não obstante os imensos danos que causara à União Soviética, aliviou-lhe de certo modo as dificuldades, ao possibilitar que incorporasse ao seu espaço econômico os países do Leste Europeu e se impusesse como potência política e militar, à frente do chamado Bloco Socialista. E o que a orientara, prevalecendo sobre quaisquer considerações revolucionárias e internacionalistas, fora seu próprio interesse nacional, o interesse do Estado soviético, racionalizado pela teoria do socialismo em um só país, segundo a qual tudo o que se fizesse para defendê-lo e fortificá-lo favoreceria a causa do proletariado mundial. O socialismo real, tal como existente na União Soviética e nos países do Leste Europeu, pretendia constituir não uma via de distribuição da riqueza, produzida pelo capitalismo de forma excludente e discriminatória, de acordo com a concepção de Marx, mas uma política de desenvolvimento, seduzindo mais os povos dos países atrasados do que o proletariado das potências industriais, em virtude do apelo nacionalista ou anti-imperialista de que se revestira. Contudo, a tentativa de implantar o socialismo, mediante a estatização dos meios de produção e a planificação da economia, em países atrasados, de escassa industrialização ou onde não havia riqueza para distribuir, estava, naturalmente, destinada ao fracasso, em consequência de suas contradições internas e externas. De um lado, a burocratização do sistema produtivo e a equalização social impediam a acumulação de capital

necessário ao esforço de desenvolvimento econômico. Por outro, não obstante o estabelecimento de sua própria comunidade econômica — o CAME/COMECON —, com um sistema monetário internacional próprio e submetendo o comércio a acordos de longo prazo, conforme os planos quinquenais, a União Soviética e os países do chamado Bloco Socialista jamais se libertaram do mercado mundial, que não deixara de funcionar segundo as leis do capitalismo. Era inevitável, portanto, que suas economias sofressem igualmente as consequências da depressão que o abatera no início dos anos 1970, quando Nixon, diante das dificuldades enfrentadas pelos Estados Unidos, desvinculou o dólar do padrão-ouro, iniciando a demolição do sistema monetário que os acordos de Bretton Woods estabeleceram, e as regras para o manejo das taxas de câmbio foram abandonadas, no início de 1973.

Como resposta, os países exportadores de petróleo, agrupados desde 1960 na OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), quadruplicaram os preços do óleo cru, atingindo duramente a economia não apenas das potências industriais, mas, sobretudo, dos países em desenvolvimento, com graves reflexos sobre os países do Bloco Socialista, uma vez que, ao importar matérias-primas do Ocidente a custos cada vez mais elevados, eles não puderam manter o subsídio às exportações. Em tais circunstâncias, o abalo no comércio mundial afetou igualmente a União Soviética, em 1974, compelindo-a tomar a iniciativa de reajustar os termos do comércio com os demais parceiros do CAME e a estabelecer o preço das exportações de acordo com a média do mercado mundial, a fim de evitar maior deterioração de sua economia, bastante comprometida, entre outros fatores, pelos gastos militares decorrentes da competição com os Estados Unidos. Desde então, a crise econômica carcomeu todo o Bloco Socialista e determinou sua desintegração, em 1989, bem como a da própria União Soviética, que retornou à economia de mercado, restaurando a propriedade privada dos meios de produção e integrando-se no sistema capitalista mundial, do qual, na verdade, nunca se libertara e sempre dependera.

Notas

1. Brief von Dr. Naumann, Botschefter der DDR in Kuba, an Dr. Wolfgang Kiesewetter, Stellvertreter des Ministers für Auswärtige Angelegenheiten, Havana, 18/12/1968. Büro Hermann. Axen — Internationale Verbindungen — IV — A.2/20/279. SATPM-DDR-Bundesarchiv. Duncan, 1985, pp. 79 e 80.
2. Bericht von Botschaft der DDR (Korth, Botschaftrat) in der Republik Kuba, Havana, 18/9/1969. Büro Hermann. Axen — Internationale Verbindungen — IV — A.2/20/274. Ibid.
3. Duncan, 1985, p. 78.
4. Dobrynin, 1995, pp. 213 e 222.
5. Garthoff, 1989, pp. 143-147.
6. A preparação do golpe militar começou em 1970, por instrução direta de Nixon a Richard Helms, diretor da CIA, visando a impedir a posse de Allende na Presidência do Chile, para a qual fora então eleito. O general René Schneider, comandante-em-chefe das Forças Armadas, opôs-se à conspiração e foi assassinado pela CIA. U.S. Senate, Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, pp. 225-254.
7. Em 1975, Castro entregou ao Senador George McGovern uma lista com 24 tentativas de assassiná-lo nas quais a CIA esteve envolvida. A CIA negou envolvimento em quinze. Ibid., p. 71n.
3. Smith, 1987, p. 93.
9. Em janeiro de 1975, todas as potências com interesses em Angola estavam sustentando uma ou mais facções políticas empenhadas na guerra de libertação nacional: Holden Roberto, líder da Frente Nacional pela Libertação de Angola e colaborador da CIA desde pelo menos 1962, contava com o apoio da China, dos Estados Unidos e do Zaire, onde suas forças acampavam; Agostinho Neto, líder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), tinha o respaldo de Cuba, bem como, esporadicamente, da União Soviética, e contava com a simpatia do Brasil, apesar de ser de esquerda, por ser o mais vinculado à cultura portuguesa; Jonas Savimbi, chefe da União pela Independência Total de Angola (UNITA), era sustentado pela África do Sul e pela China, havendo recebido o apoio dos Estados Unidos, a partir de 1975. O presidente Agostinho Neto, ao defrontar-se com a guerra civil movida pelas outras facções, solicitou também o envio de tropas ao Brasil, mas o governo do presidente Ernesto Geisel não o atendeu, conquanto reconhecesse o governo do MPLA e lhe desse ajuda econômica.
0. Franklin, 1977, p. 123. Dominguez, Jorge J. “Cuban Military and National Security Policies”, in Weinstein, 1979, p. 78.
1. Smith, 1987, pp. 94 e 95.
2. Smith, 1987, p. 96.
3. Gleijeses, 2002, pp. 260-261.
4. As tropas cubanas concorreram, decisivamente, para repelir, em 1988, as forças rebeldes, sustentadas pela África do Sul e pelos Estados Unidos, na batalha Cuito Cuanavale. Essa vitória possibilitou que o MPLA, consolidando seu poder, negociasse em 1989 um acordo regional, mediante o qual a África do Sul e os Estados Unidos se comprometeram a não mais apoiar os

rebeldes e garantiram a independência da Namíbia, em conjunto com a Resolução 435, do Conselho de Segurança da ONU.

5. Smith, 1987, pp. 117 e 118.
6. A Albânia abandonou-o, porém, ao entrar em atrito com a União Soviética. Posteriormente, a Mongólia e o Vietnã entraram no COMECON.
7. Jaume Ramón Mercader del Rio Hernández, espanhol de origem cubana, teve dificuldade em sair da prisão, a que fora condenado pelo assassinato de Trotski, em 1940, porque nenhum país lhe concedia visto de passagem para a Tchecoslováquia, embora ele tivesse um passaporte espanhol e um de oficial soviético, pois era agente do NKVD, o serviço de inteligência da União Soviética, posteriormente denominado KGB. Castro deu-lhe visto de trânsito, dizendo que tivera de atender a um pedido da Tchecoslováquia, que vendera armamentos a Cuba, e que ele só ficaria algumas horas em Havana. Vários dos seus colaboradores protestaram. Posteriormente, descobriu-se que Ramón Mercader ou permanecera em Cuba ou voltara para ajudar a organização dos serviços de segurança. Sua mãe, Caridad Mercader, apareceu como diplomata cubana em Paris entre 1961 e 1962. Franqui, 1988, p. 187. Segundo consta, Ramón Mercader faleceu em Havana, em 18 de outubro de 1978, e lá está enterrado. Gilbert, 1997, p. 32. De acordo com outra versão, Ramón Mercader encontra-se sepultado sob o nome de Ramón Ivanovitch López no cemitério Kuntsevo em Moscou, com um lugar de honra no museu da KGB, em Moscou.
8. Fernández, 1997, p. 165.
9. Blasier, 1987, p. 118.
10. Eckstein, 1994, p. 175.
11. Alina Fernández, filha de Castro e que com ele rompeu, passando a viver nos Estados Unidos, comentou em seu livro de memórias: “Los mercenários, aunque muchos de los ex combatientes de Angola ni lo imaginen, eran efectivamente eso: soldados cubanos pagados por Agostinho Neto. Hasta la estadia de los barcos cubanos en los puertos le fueron pagados por el gobierno.” Fernández, 1997, p. 132.
12. Eckstein, 1994, p. 189.
13. Id., *ibid.*, p. 189.
14. Alarcón Ramírez, 1997, p. 265.
15. Oppenheimer, 1992, pp. 112-118. Alarcón Ramírez, 1997, pp. 269 e 314. Bandeira, 1994, pp. 101-103.
16. Smith, 1987, p. 141.
17. Id., *ibid.*, p. 174.
18. Smith, 1987, p. 181. Eckstein, 1994, p. 174. Black, 1986, p. 214.
19. Id., *ibid.*, p. 214.
20. Smith, 1987, p. 148. Entrevista de Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional Popular e ex-vice-ministro das Relações Exteriores e ex-embaixador de Cuba na ONU, ao Autor, Havana, 14/12/1955.
21. O embaixador Raúl Roa Kouri, representante de Cuba na ONU, explicou que a Resolução

colocou o governo de Castro diante de um dilema: dada a longa lista de agressões dos Estados Unidos contra Cuba, esta não estava em condições de votar a favor de uma Resolução que eles patrocinavam contra a União Soviética, da qual apoio sempre recebera. I. Smith, 1987, pp. 193 e 194.

2. Id., *ibid.*, pp. 200-215.
3. Black, 1986, pp. 137-139.
4. Id., *ibid.*, p. 139.
5. Franklin, 1997, pp. 164 e 165.
6. Hinckle & Turner, 1992, p. 414
7. Brief von Günter Sieber an Erich Honecker, Berlim, 13/4/1982 (Kopie an Erich Mielke e Hermann Axen). Büro Herman Axen — IV — 2/2.035/134. STAPM-DDR-Bundesarchiv.
8. Smith, 1987, p. 241.
9. Id., *ibid.*, pp. 241 e 242. Woodward, 1987, p. 133.
10. Smith, 1987, p. 245.
11. Franklin, 1997, p. 169.
12. Smith, 1987, p. 246.
13. Entrevista concedida por el General de Ejército Raúl Castro al Señor Mario Vázquez Raña para el periódico El Sol, 5/5/1993, México. In Castro, Raúl. “Entrevista al Periódico El Sol de México”, folheto s/d, Havana, p. 27.
14. *Ibid.*, pp. 27 e 28.
15. Smith, 1987, pp. 256 e 257.
16. Id., *ibid.*, p. 257
17. Franklin, 1997, pp. 178 e 179.
18. Os agentes da CIA variavam desde “informantes casuais”, que muitas vezes nem sabiam que estavam a fornecer-lhe informações, até os “agentes controlados”, por ela pagos e dirigidos. Woodward, 1987, p. 137.
19. Id., *ibid.*, p. 344.
20. Castro, 1985, pp. 107 e 115.
1. Id., *ibid.*, p. 107.
2. Blasier, 1987, p. 140.
3. Brundenius, 1981, pp. 164 e 165.
4. Zimbalist & Brundenius, 1989, pp. 78 e 79.
5. Thomas, 1984, p. 21
6. Brundenius, 1981, p. 164.
7. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, in IV Congreso del Partido Comunista de Cuba (Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991) — Discursos y Documentos, La Habana, Editora Política, 1992, p. 26.
8. Hewett, Edward A. “Cuba=s Membership in the CMEA”, in Weinstein, 1979, pp. 57-71.

9. Mesa-Lago, 1994, p. 117.
10. Zimbalist & Brundenius, 1989, p. 157.
11. Eckstein, 1994, pp. 47 e 48.
12. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, in IV Congreso del Partido Comunista de Cuba (Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991) — Discursos y Documentos, La Habana, Editora Política, 1992, p. 43.
13. Eckstein, 1994, p. 71.
14. Zimbalist & Brundenius, 1989, p. 154. Eckstein, 1994, p. 72.
15. Id., ibid., pp. 72 e 73. Zimbalist & Brundenius, 1989, pp. 156 e 157.
16. Mesa-Lago, 1994, p. 168.
17. Zimbalist & Brundenius, 1989, p. 159.
18. Mesa-Lago estimou que o total da dívida exterior de Cuba (incluída tanto a parte em divisas como a não conversível) atingira em 1990 o montante de US\$ 37 bilhões, a mais alta dívida per capita da América Latina. Mesa-Lago, 1994, pp. 166-168. Segundo Eliana Cardoso e Ann Helwege, em 1989, Cuba devia US\$ 18 bilhões (em rublos) à União Soviética e aos países do Leste Europeu, e US\$ 6 bilhões aos bancos comerciais do Ocidente. Cardoso & Helwege, 1992, p. 99.
19. Zimbalist & Brundenius, 1989, p. 159.
20. Eckstein, 1994, p. 11.
21. Id., ibid., p. 12.
22. Trotski, 1936, pp. 285, 286, 306, 324 e 325.

Capítulo XVIII

A EXTINÇÃO DO COMECON • SUSPENSÃO DO FORNECIMENTO DE PETRÓLEO PELA RÚSSIA • A GRAVE CRISE ENERGÉTICA E OS APAGONES • NOVA AMEAÇA DE INVASÃO • A DOUTRINA DE GUERRA DE TODO EL PUEBLO • RECRUDESCIMENTO DO EMBARGO COM AS LEIS TORRICELLI E HELMS-BURTON • MUDANÇAS NA CONSTITUIÇÃO DE CUBA • DETERIORAÇÃO DA ECONOMIA E A ABERTURA AOS INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS

A economia de Cuba, na segunda metade dos anos 1980, teve de sofrer significativas mudanças. O modelo de socialismo lá implantado começara a apresentar visíveis sintomas de esgotamento, evidenciando o fracasso do Sistema de Dirección y Planificación de la Economía (SDPE), aplicado a partir de 1976, o que levou Fidel Castro, no início de 1986, a promover o Proceso de Rectificación de Errores y Tendencias Negativas. Mas o colapso do Bloco Socialista e a decomposição da União Soviética ocorreram de modo abrupto. No curso de 1989, em menos de 6 meses, o regime comunista, sem alicerces econômicos e políticos, desmoronou, como pedras de dominó, na Hungria, na Tchecoslováquia, na Polônia e na Romênia e o Muro de Berlim foi derrubado, o que tornou inevitável o desaparecimento da República Democrática Alemã e a incorporação do seu território à República Federal da Alemanha, em 1990. Assim, subitamente, Cuba perdeu a maior parte do seu comércio exterior e, sobretudo, suas fontes de financiamento externo, restando sob a ameaça de ser economicamente asfixiada. E, em meio ao colapso do Bloco Soviético e à iminente desintegração da própria União Soviética, “mais uma vez, o próprio Fidel Castro, na expectativa e na ansiedade de iniciar o diálogo no mais alto nível com o Brasil”, antecipou “sua firme disposição de deixar para trás todos os dogmas”, conforme o embaixador Ítalo Zappa, chefe do posto em Havana, informou ao Itamaraty no relatório “Cuba. Evolução da Situação Interna. A difícil estratégia de Fidel

Castro e o Brasil”.¹

O estreitamento das relações com o Brasil, o país mais industrializado do hemisfério sul, afigurou-se como a opção econômica e comercial mais viável naquele contexto, em que os regimes comunistas desmoronavam no Leste Europeu e o presidente George Bush (1989-1993), ex-diretor da CIA e vinculado intimamente a todas as tentativas secretas de derrubar o governo de Fidel Castro, tratava de endurecer ainda mais as ações contra Cuba, a despeito de que este país, conforme Wayne Smith salientou, já tivesse atendido a todas as condições estabelecidas pelos Estados Unidos para a normalização de suas relações.² Diante de tal situação, o embaixador Ítalo Zappa, que reabriria a embaixada em Havana, em 1986, no governo do presidente José Sarney (1985-1990), culpou o presidente George Bush por impelir Cuba à tática “do ardor revolucionário” da fidelidade ao socialismo “como sinônimo de independência nacional”, para permanecer “em guarda”, e previu a resistência de Fidel Castro, mesmo advertido de que ela significasse holocausto. “Talvez ele tenha em mente que, na obra e na biografia, o risco do holocausto pode ser inevitável no caminho da história.”³

A manutenção da “guerra secreta” tornara-se para o presidente George Bush uma Cruzada, como os jornalistas Warren Hinckle e William Turner observaram e a CIA recebeu autorização para empreender quaisquer covert operations, inclusive assassinato, contra líderes estrangeiros, proibido desde os meados dos anos 1970.⁴ E, em meio às negociações sobre a reunificação da Alemanha, quando Mikhail Gorbachev revelou a necessidade de obter empréstimos e créditos do Ocidente no valor de US\$ 20 bilhões a US\$ 25 bilhões, tanto Bush, na conferência do Mediterrâneo (2 de dezembro de 1989) e em Camp David (31 de maio e 1º de junho de 1990), quanto seu secretário de Estado, James A. Baker, responderam-lhe que, enquanto a União Soviética não implementasse maiores reformas econômicas, continuasse a subsidiar Cuba e a oprimir a Lituânia, seria difícil convencer os taxpayers americanos e o Congresso a concordarem em conceder-lhe tal assistência financeira, que dependia do consenso no G-7, porquanto os recursos proviriam de instituições internacionais, como o Fundo Monetário

Internacional.⁵ Bush também exigiu o fim do apoio às guerrilhas em El Salvador, de maneira que os Estados Unidos pudessem normalizar suas relações com Cuba, conforme Gorbachev pretendia, atendendo a pedido que Fidel Castro privadamente lhe fizera.⁶ A esse tempo, maio de 1990, as tensões no Caribe haviam outra vez atingido o clímax, uma vez que o Pentágono fizera coincidir, na mesma data, três grandes exercícios e sua realização incluiu manobras com tropas estacionadas em Guantánamo e em Porto Rico, o que levou o governo de Havana a mobilizar outra vez milhares de efetivos, para o que chamou, convencionalmente, de Escudo Cubano.⁷

Também nas conversações com o chefe do governo da República Federal da Alemanha, Helmut Kohl, Bush continuou a exigir a suspensão dos subsídios a Cuba e o corte da ajuda militar, como condição para que os Estados Unidos aprovassem o financiamento solicitado por Mikhail Gorbachev.⁸ E, no segundo semestre de 1990, a União Soviética reduziu o embarque de petróleo para Cuba, o que significou uma redução de 3,3 milhões de toneladas no seu fornecimento.⁹ Suas exportações para Cuba então desabaram, reduzidas em 90%, entre 1989 e 1992, da mesma forma que as importações, que sofreram uma queda de 93% no mesmo período.¹⁰ Todo o intercâmbio comercial da ilha com os países do Leste Europeu, salvo pequenos volumes com a Bulgária e a Romênia, fora praticamente interrompido. O COMECON dissolveu-se em 1990, ano em que todas as repúblicas do Báltico (Estônia, Letônia e Lituânia), e também a Ucrânia, a Bielo-Rússia (Bielarus), a Moldávia e a Geórgia tratavam de emancipar-se da União Soviética, ao mesmo tempo em que movimentos separatistas se desencadeavam na Croácia, na Eslovênia (duas das seis repúblicas da Iugoslávia) e na Tchecoslováquia. E, no ano seguinte, 1991, não só o Pacto de Varsóvia foi extinto como a União Soviética desintegrou-se em 14 repúblicas independentes, deixando oficialmente de existir em 25 de dezembro, e a Rússia, sob a presidência de Bóris Iéltsin, converteu-se em sua sucessora legal.

Cuba, onde o regime comunista ainda sobrevivia, restou isolada no Ocidente, também como ilha econômica, social e política, ameaçada de

invasão pelos Estados Unidos. Segundo o politólogo norte-americano Brady Tyson, Bush manteve até o fim do seu mandato (1989-92) essa política de Guerra Fria contra Cuba, que só causou sacrifícios e prejuízos materiais à população, sem alcançar o objetivo de derrubar o governo de Castro, por necessidade de desviar a atenção da sociedade norte-americana de seus problemas internos para um inimigo exterior e justificar a existência do complexo industrial-militar.¹¹ Em 1992, previa-se até que, em virtude das eleições para a presidência, Bush, exprimindo a tendência mais belicista e conservadora do Partido Republicano, ordenasse a invasão da ilha¹² pelas Forças Armadas norte-americanas, talvez a pretexto de impedir um acidente, como ocorrera em Chernobyl, na usina nuclear que lá a União Soviética estava a construir, com a instalação de reatores de 440.000 kilowatts e outro de 10.000 kilowatts, de pesquisa, usado para enriquecimento de urânio.¹³ Essa decisão, se fosse consumada, provocaria uma tragédia de grandes proporções, com reflexos sobre os demais países da América Central e do Caribe. Diante de tal situação, Castro implantou o Período Especial em Tiempo de Paz, rigoroso plano de racionamento, que fora, na verdade, preparado para a eventualidade de uma guerra, caso os Estados Unidos impusessem total bloqueio naval à ilha. E preparou-se mais uma vez para aplicar sua doutrina de guerra de todo el pueblo, em que não se pensava no emprego de armamento de alta tecnologia, exceto na primeira fase, em que o Exército, a Marinha e a Aeronáutica utilizariam armamentos pesados, mas na mobilização das Milícias de Tropas Territoriais, para cuja sustentação grandes quantidades de alimentos, armamentos e combustível, foram estocadas em depósitos subterrâneos nas cidades e montanhas. A guerra, portanto, seria longa e sangrenta. E se o regime comunista desmoronasse em Cuba, o fluxo de refugiados, em consequência do caos econômico e político, não mais seria de 700.000 a 800.000, como nos anos posteriores à revolução de 1959, mas de 2, 3 ou 4 milhões, muitos dos quais como boat people, uma vez que a população da ilha saltara de 6 milhões de habitantes para cerca de 11,5 milhões, em 1992, e suas condições materiais pioraram em relação ao final dos anos 1950.

A invasão, se realmente fora cogitada, não se efetivou. A administração Bush terminou em 1992. Mas William Clinton, ao assumir a presidência em 1993, não teve possibilidades de reverter fundamentalmente a política dos Estados Unidos vis-à-vis de Cuba, suspendendo o embargo estabelecido em 1962. Tratava-se de uma iniciativa muito difícil de tomar em meio às contradições internas do Partido Democrata, que o elegera, e se afigurava impossível normalizar das relações entre os dois países até as eleições de 1996, porquanto o Partido Republicano, que dominava o Congresso, concentrava esforços para reconquistar a presidência dos Estados Unidos, e o conflito com Cuba constituía uma questão de política interna. Os Estados Unidos não só mantiveram o embargo como o Cuban Democracy Act ou Lei Helms-Burtoneli, que a House of Representatives aprovava, em 1992, por proposta do então deputado Robert Torricelli (Democrata — New Jersey), presidente do Foreign Relations Committee's Subcommittee on Western Hemisphere Affairs, tratou de agravá-lo, a ponto de pretender impor sanções aos países que abastecessem de combustível os aviões comerciais de Cuba, cuja situação, agravada por aguda crise de disponibilidade de divisas, afigurou-se, àquela época, a mais precária e sombria. O poder aquisitivo do país sofrera drástica redução de mais de 60% após o desmoronamento do Bloco Socialista, com o qual realizava cerca de 85% do seu comércio exterior.¹⁴ A crise deflagrada produziu os mais terríveis reflexos para o consumo da população. Cerca de 200 artigos foram acrescentados à lista de racionamento no final de 1991, e o racionamento de mercadorias, lá existente desde inícios dos anos 1960, aumentou até o ponto de nem sequer atender às necessidades de sustento das famílias. Com a reunificação da Alemanha, o governo de Bonn cancelou unilateralmente todos os convênios firmados com a extinta República Democrática Alemã e o fornecimento de leite, que de lá provinha, bem como o fornecimento de essência de frutas para sorvetes.¹⁵ A escassez de combustível tornou-se quase completa, na medida em que Cuba não estava recebendo nem sequer a metade do petróleo de que necessitava, em torno de 13 a 14 milhões de toneladas, para o funcionamento de sua economia. Desde que a União Soviética se

desintegrara, Cuba ficara praticamente com abastecimento zerado, pois a Rússia, sob o governo de Boris Yeltsin, não estava cumprindo os compromissos e não lhe fornecera nem mesmo uma tonelada de petróleo. Os fornecimentos de petróleo e derivados que a União Soviética fazia caíram de 13,5 milhões de toneladas, em 1987, para 10,2 milhões, em 1990, 8,6 milhões, em 1991, e 1,8 milhões, em 1992.¹⁶ As divisas obtidas, inclusive com a venda de toda a safra açucareira, não satisfaziam nem de longe as necessidades para adquirir o combustível no mercado internacional. Em 1993, a capacidade de importação de Cuba estava reduzida a US\$ 1,7 bilhão contra US\$ 8,1 bilhões em 1989.¹⁷

A falta de combustível paralisara praticamente toda a frota automobilística, que foi afetada e se deteriorou por falta de peças de reposição, dado que era constituída, na sua quase absoluta totalidade, por veículos velhos e obsoletos, norte-americanos, fabricados nos anos 1950, ou automóveis Lada, importados da União Soviética até 1989. Esse problema prejudicou todo o sistema de transporte (caminhões, ônibus etc.), não restando ao povo senão as bicicletas como meio de locomoção, e repercutiu sobre a colheita da cana, devido ao fato de que nem todos os tratores puderam trabalhar. Inúmeras fábricas pararam por falta de energia ou de matérias-primas. E os operários ou foram para outra frente de trabalho ou para casa, ganhando 70% do salário, o que aumentava ainda mais a inflação, em virtude do extraordinário excesso de meio circulante (peso cubano) e a oferta de bens e serviços praticamente inexistia para a compra. O peso cubano, que chegara a valer 130 por US\$ 1 no mercado negro, perdera qualquer parâmetro para cotação. A perspectiva, prevista por Fidel Castro, era de que a situação piorasse ainda mais de 1992 para 1993 e que o país viesse a contar com apenas a terça parte do combustível de que necessitava para a operação dos transportes e para a produção de energia, cujo fornecimento em várias regiões de Havana e outras cidades sofria interrupções (apagones) de até 12 a 16 horas por dia, o que gerava imenso desconforto e acarretava o apodrecimento dos gêneros alimentícios.

Fidel Castro entendeu que, se seu governo sobrevivesse ao colapso da

União Soviética e do Bloco Socialista, sem que o agravamento do embargo econômico e comercial o levasse à derrocada, não restaria aos Estados Unidos senão a alternativa de reformar sua política e aproximar-se de Cuba, cuja posição se fortaleceria, segundo imaginava, quando a tendência declinante da sua economia se revertisse. Assim ele poderia negociar, sem requisitos e sem as pressões que o embargo econômico configurava. E, defrontado com a dura realidade do mercado capitalista, empenhou-se para diversificar o comércio exterior de Cuba — mercados e pauta de exportações — com base na biotecnologia e na engenharia genética, i.e., na produção de fármacos, medicamentos e outros produtos de maior valor agregado, bem como na promoção de turismo, o qual lhe permitiria, se tivesse sucesso, superar a dependência em relação à monocultura do açúcar e modificar os termos de sua inserção internacional. Em outras palavras, Cuba pretendia “exportar saúde”, com a venda de medicamentos, e se voltava principalmente para os países da América Latina, tanto que, ao reformar a Constituição, em 1992, reafirmara não mais os princípios “anti-imperialistas internacionalistas” e sim sua “vocação de integração e colaboração” com os demais países do continente e do Caribe. As modificações no texto da Constituição, promovidas naquele ano pela Assembleia Nacional de Cuba, foram, aliás, muito mais amplas. Elas iniciaram o desmantelamento do chamado socialismo real e assinalaram o avanço na liberalização da economia, com o objetivo de atrair capitais estrangeiros, evitando o colapso do Estado e criando condições para que a revolução sobrevivesse a sua maior crise desde a vitória em 1959. O “caráter irreversível” que se atribuía aos bens de “propriedade estatal socialista” desapareceu da Constituição, permitindo que o governo cubano transferisse terras, centrais açucareiras, fábricas etc. a particulares nos casos em que se destinassem a fins de desenvolvimento econômico e social do país e não ferissem os fundamentos do Estado. A Constituição passou a reconhecer igualmente a existência de empresas mistas, i.e., de capital privado e estatal, sociedades anônimas e joint ventures, as que se regiam no uso e desfrute dos seus bens, tanto pela lei como pelos tratados, com estatutos e regulamentos próprios. E o comércio exterior

deixou de ser “função exclusiva” do Estado, ao qual passou a caber apenas a tarefa de o dirigir e controlar, abrindo espaço para a criação de empresas privadas ou de economia mista, dedicadas às atividades de exportação e importação.¹⁸

Após a reforma da Constituição, Fidel Castro começou a tomar várias outras medidas no sentido de liberalizar ainda mais a economia. Voltou a autorizar os camponeses a venderem livremente o excedente de sua produção no mercado agropecuário, instituído em outubro de 1994; criou, em seguida, o mercado de produtos industriais e artesanais; adotou nova lei de importação; liberou o trabalho por conta própria em alguns ramos de atividade; descriminalizou a posse de dólares pelos cubanos, legalizando sua circulação juntamente com o peso conversível, que o tomou como âncora, e o peso cubano; estabeleceu juros de 4% a.a. para os depósitos em divisas, e iniciou o processo de privatização de alguns setores, como a telefonia, da qual 49% do controle passaram para capitais mexicanos. O completo restabelecimento da economia de mercado em Cuba, o que significava, em outras palavras, a plena restauração do capitalismo, embora sob controle do Estado, tornou-se irreversível. E o governo cubano deu mais um passo à frente, ao promulgar a Lei nº 77 (Lei de la inversión extranjera), aprovada pela Assembleia Nacional, em 5 de setembro de 1995, reconhecendo que:

En el mundo actual, sin la existencia del campo socialista, con una economía mundial que se globaliza y fuertes tendencias hegemónicas en el campo económico, político y militar, Cuba, en aras de preservar sus conquistas y sometida además a un feroz bloqueo, careciendo de capital, de determinadas tecnologías, muchas veces de mercado y necesitada de reestructurar su industria, puede obtener a través de la inversión extranjera, sobre la base del más estricto respeto a la independencia y soberanía nacional, beneficios con la introducción de tecnologías novedosas y de avanzada, la modernización de sus industrias, mayor eficiencia productiva, la creación de nuevos puestos de trabajo, mejoramiento de la calidad de los productos y los servicios que se ofrecen, y una reducción en los costos, mayor competitividad en el exterior, el acceso a determinados mercados, lo que en su conjunto apoyarían los esfuerzos que debe realizar el país en su desarrollo económico y social.¹⁹

A Lei nº 77, a fim de “promover e incentivar o investimento estrangeiro”, autorizava a realização de “atividades lucrativas que contribuíssem para o

fortalecimento da capacidade econômica e o desenvolvimento sustentável do país”,²⁰ e previa o estabelecimento de zonas francas²¹ e parques industriais, regulamentados pelo Decreto-Lei nº 165, considerando que Cuba oferecia atrativos, “en razón de las facilidades para las comunicaciones marítimas y aéreas internacionales debido a su situación geográfica, su estabilidad político-social y la disponibilidad de fuerza de trabajo calificada, entre otros factores favorables”.²²

Embora timidamente, o governo de Fidel Castro tentou seguir o exemplo da China, onde, em 1978, dois anos após a morte de Mao Zedong (1976), Deng Xiaoping começara a empreender reformas econômicas, abrindo a economia aos investimentos estrangeiros, o que lhe possibilitou extraordinário crescimento econômico em 20 anos. O modelo implementado por Deng Xiaoping e aprofundado por Jiang Zemin e Li Peng, que impulsionaram a reorganização institucional do governo e do Partido Comunista da China, inspirou-se nas linhas do capitalismo de Estado, concebido por Lenin, quando acabou com o chamado comunismo de guerra e instituiu, na Rússia soviética, a Nova Economia Política (NEP), em 1922, por meio da qual restaurou e impulsionou a economia de mercado, sob controle do Estado, a fim de aliviar a extrema escassez interna de produtos e romper o isolamento internacional em que o país se encontrava. E a NEP, com o concurso do sistema monetário, não apenas estimulou a agricultura como reviveu a indústria e fez a produção duplicar, entre 1922 e 1923, e alcançar, em 1926, os níveis anteriores à Primeira Guerra Mundial.²³ A NEP não constituiu uma tática, e sim uma estratégia de desenvolvimento das forças produtivas, por meio do capitalismo de Estado, i.e., por meio do capitalismo privado, sob o controle do Estado, e não por meio da estatização das empresas, como Stalin pretendeu “construir o socialismo”²⁴ em uma União Soviética isolada no contexto de uma economia mundial de mercado.²⁵

Também no Vietnã, onde a inflação, em 1986, alcançara a taxa de 400% a.a., ao mesmo tempo que o PIB despencava e o volume da produção nacional não atendia às necessidades da população, o Partido Comunista

implementou uma espécie de NEP, no sentido de instituir um sistema similar ao da China, realizando profundas reformas, conhecidas como Doi Moi, com o fito de reverter a deterioração da economia. Essas reformas consistiram, fundamentalmente, na liberalização do comércio e dos preços, no ajuste dos tipos de câmbio, na abertura aos investimentos estrangeiros, no fim das restrições ao surgimento de um setor privado nacional, na eliminação da política de subvenções, de modo a acelerar a industrialização, sob o controle do Estado nacional, com orientação socialista. E a Fidel Castro, diante da débâcle do Bloco Socialista, não restou igualmente alternativa, na primeira metade dos anos 1990, senão começar a empreender, ainda que timidamente, a reforma do sistema socialista, baseado na estatização completa da economia, segundo o modelo soviético, implantado por Stalin. Seu objetivo era salvar o regime político e algumas conquistas da revolução, daí a abertura ao capital estrangeiro. Fidel Castro, no informe ao V Congresso do Partido Comunista, explicou que:

La inversión extranjera no nos gustaba mucho, no era de nuestro mayor agrado (...), Pero el desarrollo, mucho más en las condiciones nuestras, exigía capital, buscar capital; exigía sencillamente la utilización de capitales extranjeros y la aceptación de inversiones extranjeras.²⁶

Os investimentos estrangeiros, até 1991, dirigiram-se, prioritariamente, para o setor do turismo, que se ampliava cada vez mais. O volume desses investimentos na ilha cresceu, desde 1992, e, em fins de 1994, estavam aprovadas 176 joint ventures, com a participação de vários países em 26 ramos da economia, em um montante superior a US\$ 1,5 bilhão. Uma dessas joint ventures, com um capital de US\$ 500 milhões, foi formada com a associação da companhia canadense Sherrit Inc. à Compañía General del Níquel de Cuba, compartilhando 50% da propriedade de três importantes empresas: a indústria Pedro Sotto Alba, depois denominada Moa Nickel S.A., a Cobalt Refinery Company Inc. (COREFCO), de Fort Saskatchewan, península de Alberta, Canadá, e a International Cobalt Company Inc. (INTERCO), com sede nas Bahamas.

O forte ingresso de capitais estrangeiros — europeus e canadenses — em Cuba constituiu uma das razões pelas quais o senador Jesse Helms (Republicano, ultraconservador), acompanhado pelo deputado Dan Burton (Republicano, Indiana), introduziu na House of Representatives o Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act ou Lei Helms-Burton, de caráter extraterritorial, autorizando, entre várias outras medidas coercitivas, o processo judicial, com vistas à exigência de indenização, contra as empresas estrangeiras que comprassem propriedades de cidadãos norte-americanos, nacionalizadas após a revolução de 1959. Essa foi, na opinião de Wayne Smith, “the stupidest piece of legislation” que ele já vira nos 45 anos em que vivera em Washington.²⁷ Arthur Schlesinger, ex-assistente especial de Kennedy, ressaltou, por sua vez, que a Lei Helms-Burton deu a Fidel Castro sua última carta, a carta do nacionalismo.²⁸ E, não obstante o endurecimento do embargo, o número de joint ventures entre capitais estrangeiros e empresas cubanas, em agosto de 1995, havia subido para 212, com investimentos superiores a US\$ 2,1 bilhões, procedentes de países como Canadá, Israel, Itália, França, Espanha e México.²⁹ Entrementes, a liberalização da economia cubana prosseguiu, sob a Lei nº 77, que admitiu não apenas a possibilidade de instalação de empresas de capital totalmente estrangeiro como a sua participação em todos os setores econômicos, oferecendo-lhes garantias contra a expropriação bem como para a remessa de lucros ao exterior, em moeda livremente conversível.³⁰ Somente as atividades de educação, saúde e defesa permaneceram monopólio do Estado.

O colapso do Bloco Socialista, porém, ampliara de tal modo os efeitos do embargo imposto pelos Estados Unidos que o processo de deterioração de Cuba, em 1995, já se alastrara não só por toda a infraestrutura econômica como, igualmente, pelos serviços de educação e saúde, cujo caráter estatal Fidel Castro desejava preservar, e causava na população crescente perda de valores morais, com o ressurgimento em larga escala da prostituição e a ampliação das práticas de roubo, sem que o governo cubano ousasse reconhecer em público que o modelo soviético de socialismo fracassara. A própria filha de Fidel Castro, Alina Fernández, declarou que “La Habana se

convertiera en una feliz escala sexual y Varadero en el paraíso de las venéreas”.³¹ Por sua vez, o jornalista Andres Oppenheimer registrou que, na ausência de outras formas de entretenimento, o sexo tornou-se o sport nacional em Cuba e a prostituição não apenas se espalhou como se tornou crescentemente aberta, com o aparecimento das jinetas ao longo do Malecón e de outras avenidas.³² Até a reabertura dos cassinos (nos hotéis, máquinas de jogos já haviam sido reintroduzidas) parecia provável como forma de fomentar o turismo, o que levaria Cuba a retroagir plenamente aos tempos anteriores à revolução de 1959. Por outro lado, não mais se podia esconder que a crise econômica estava a danificar profundamente os sistemas de saúde e educação. Os hospitais e as policlínicas careciam tanto dos produtos necessários à manutenção da limpeza e da higiene de suas dependências quanto de medicamentos e até de seringas para atender ao povo cubano, que sofria discriminação, pois mesmo quem dispusesse de dólares não podia valer-se dos centros de atendimento reservados aos turistas e outros estrangeiros. Também o ensino público e gratuito padecia em consequência da crise, uma vez que até mesmo lápis e cadernos já estavam a faltar. Aliás, de modo geral, toda a educação, enquanto socialização de informações e atualização de conhecimentos, começara a revelar baixa qualidade, salvo em poucas áreas, como a biotecnologia, devido à falta de recursos e oportunidades de aplicação, à defasagem em relação às conquistas da ciência e da tecnologia e aos dogmas do marxismo-leninismo, importados da União Soviética, que suprimiram a liberdade de crítica e expressão de pensamento. A extrema carência de papel concorreu, por sua vez, para agravar tal situação, ao paralisar quase completamente a produção editorial e apoucar à mais completa insignificância a publicação de periódicos, o que atingiu até mesmo a circulação do Granma, único diário lá existente, como órgão oficial do PCC. Nem mesmo a saúde e a educação, bem como a cultura em geral, poderiam subsistir em um país sem recursos econômicos, sem o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e o constante progresso dos meios de transporte e comunicação, que as forças produtivas do capitalismo impulsionaram em outras partes do mundo.

O objetivo de Castro, desde que percebera a inevitabilidade da restauração do capitalismo em Cuba, sempre foi apenas salvar as aparências e resguardando como serviços públicos a educação e a saúde, conquistas democráticas da revolução de 1959, suavizar o desmoronamento do socialismo real, montado ao longo de 36 anos, a fim de não perder o controle sobre os acontecimentos e a honra, muito importante para ele. Para Cuba, cuja necessidade de um acordo com a União Europeia também impunha abertura aos capitais estrangeiros, chegara o momento de proceder ao ajuste de sua economia, sem mistificação e propaganda, e por este motivo Fidel Castro teve de começar a medi-la pelo Sistema de Contas Nacionais (SNC), segundo a metodologia e as formas de cálculo recomendadas pela ONU, abandonando o Sistema de Produto Material (SPM), que o extinto COMECON adotava. Essa iniciativa possibilitou uma visão mais real de como a economia de Cuba evoluíra desde 1989, a evidenciar que sua situação, em 1995, melhorou ligeiramente, comparada com a dos dois anos anteriores, quando o agravamento da crise, que sobre ela se abatera desde o desmerengamiento da União Soviética, ameaçou colapsar o próprio aparelho do Estado. Contudo, em 1994, quando a queda do PIB, em relação a 1989, já se situava em torno de 34,3%, a economia de Cuba começou a apresentar leve tendência à estabilização e, no primeiro semestre de 1995, cresceu cerca de 2% em relação ao mesmo período do ano anterior, ainda que as condições objetivas não garantissem a continuidade de sua recuperação.

As dificuldades realmente continuaram imensas e complexas, devido à existência no país de quatro economias, nas quais três distintas moedas circulavam. Na economia oficial, a da libreta de racionamento, mediante a qual o Estado garantia aos indivíduos pequenas — na verdade, insuficientes — quantidades de produtos básicos, como arroz e feijão, os preços eram irrisórios e fixados em peso cubano, cuja cotação, em 1995, caíra para cerca de 30 por US\$ 1, em virtude do programa de saneamento financeiro, executado pelo governo revolucionário, a reabsorver 30% da massa monetária, que se elevara a 12 bilhões de pesos cubanos em meados de 1994, contra 3 bilhões de pesos em tempo normal. No mercado agropecuário, no

qual os camponeses, autorizados pelo governo, podiam vender livremente parte de sua produção, os preços eram também cotados em peso cubano, porém apresentavam-se bem mais caros. No mercado negro, em que se vendiam as mercadorias desviadas, i.e., roubadas dos hotéis, lojas, fábricas e outros centros de produção, prática esta que se convertera em rotina, bem como no mercado oficial para turistas e estrangeiros, os preços eram cobrados em dólar ou em peso convertible, nova moeda à qual o governo cubano assegurava a paridade de 1:1 com o próprio dólar.

A existência de quatro tipos de economia e de três moedas começara a produzir profundas diferenças sociais entre os que tinham acesso a divisas (de 45% a 49% da população, os que trabalhavam nos setores ligados ao turismo e/ou possuíam parentes no exterior) e os que só recebiam peso cubano como remuneração. E aí graves tensões se configuravam. Enquanto o Estado, único empregador como proprietário exclusivo de empresas ou associado a capitais estrangeiros, cobrava todos os serviços em dólar a níveis não muito inferiores aos do mercado internacional, os salários que pagava eram em peso cubano e oscilavam, em média, entre US\$ 4 e US\$ 10 mensais. Isso significava que os trabalhadores, empregados pelo Estado ou por ele fornecidos às empresas privadas (elas ainda não podiam contratar diretamente a mão de obra), recebiam, em pesos cubanos, abaixo, no mais das vezes, do mínimo necessário à reprodução de sua força de trabalho. Em outras palavras, o Estado pagava ao trabalhador de um hotel, por exemplo, cerca de 120 a 150 pesos cubanos, o que equivalia a US\$ 4 e US\$ 5, mas cobrava da empresa privada, a quem cedia a mão de obra, cerca de US\$ 120 a US\$ 150. E, com essa diferença cambial, promovia a acumulação de capital e mantinha o funcionamento de seu aparelho, já a depender, em larga medida, dos dólares do turismo.

Em 1994, cerca de 745.000 turistas visitaram a ilha, deixando uma receita em torno de US\$ 1 bilhão, que praticamente se equiparou à do açúcar, cuja safra de 1994-1995, cerca de 3,3 bilhões de toneladas, foi a mais baixa de toda a história.³³ Apesar das sérias deficiências ainda então existentes, o governo cubano esperava que a indústria do turismo continuasse a crescer

até o ano 2000 a um ritmo de 25%, para terminar o quinquênio com 2 milhões de visitantes anuais e uma receita de US\$ 3 bilhões. Essa era uma perspectiva otimista. Mas o volume de capitais de que Cuba necessitava apenas para restaurar Havana, recuperar a infraestrutura econômica — luz, telefonia, água, saneamento básico etc. — e voltar a crescer, alcançando, pelo menos, os níveis de 1989, era imenso e talvez ela não tivesse condições de captá-lo. Além do mais, a poupança interna, ou seja, o volume de pesos cubanos que a população entesourava por não ter como gastar, calculada em US\$ 300 milhões, era, por outro lado, muito pequena ou mesmo nada significativa e o governo ainda assim não autorizara sua aplicação sob a forma de investimentos privados pelos próprios cubanos lá residentes, o que provocava, entre eles, bastante descontentamento, pois o mesmo direito fora concedido aos refugiados em Miami, possuidores de dólares.

De qualquer modo, o governo cubano necessitava vencer o caráter não mais dual e sim múltiplo da economia, a fim de maximizar os dólares do turismo e os investimentos estrangeiros no país. A dolarização da economia cubana, em 1995, era um fato inquestionável e a política monetária de Fidel Castro apresentava alguns pontos de contato com o Plano Cavallo,³⁴ na Argentina, e, em certo sentido, com o que fora aplicado no Brasil, ao adotar a moeda norte-americana como âncora cambial para o peso convertible, que deveria substituir futuramente o peso cubano inflacionado. Realmente, a tendência do governo revolucionário era fomentar o mercado agropecuário, com o fito de criar condições para suprimir, a médio prazo, a economia da libreta, bem como o peso cubano inflacionado, e integrar esses tipos de economia no mercado livre, em que o dólar e o peso convertible coexistiam como meios circulantes e ao qual só tinham acesso turistas, estrangeiros e cubanos com a posse de divisas. A consecução de tais políticas se afigurava difícil, porque não havia probabilidade de que Cuba viesse a dispor de reservas suficientes para assegurar a paridade do peso convertible com o dólar. Sua dívida externa era altíssima, a alcançar, no final de 1995, o montante de US\$ 9,1 bilhões (US\$ 866 per capita), apenas com Japão (25%), Espanha (13%), França (12%), Argentina (9%), Grã-Bretanha (8%), Itália

(5%) e outros países ocidentais, sem contar as dívidas com a Rússia e com os outros integrantes do extinto Bloco Socialista, com os quais realizava as transações em moeda-convênio.

O que se configurava mais grave, no entanto, era a incapacidade de Cuba de aumentar sensivelmente suas exportações. A safra de açúcar de 1995-1996, conforme as previsões oficiais, não ultrapassaria 4,5 milhões de toneladas.³⁵ A recuperação dessa cultura, de maneira que a safra voltasse a subir a patamares de 6 ou 7 milhões de toneladas, não se apresentava fácil. A terra em Cuba, pedregosa e com estreita camada de humus, estivera sempre sujeita a contínua erosão, dada a conformação geográfica da ilha, coberta em grande parte por montanhas e ondulações, e ao clima de ciclones, que nunca propiciou a expansão de várias outras culturas. A cultura da cana-de-açúcar só fora assim muito rentável ao tempo do trabalho escravo ou dos privilégios assegurados pelos Estados Unidos e, depois, dos subsídios concedidos pela União Soviética, e que abrangiam inclusive o fornecimento de fertilizantes. As condições geográficas e climáticas, outrossim, começaram a prejudicar as plantações de tabaco. E daí a razão pela qual o governo cubano, a partir da dissolução do Bloco Socialista, tratou de incentivar, juntamente com o turismo, os setores de biotecnologia e de outros produtos com maior valor agregado e teor tecnológico, como fonte de captação de divisas. Não conseguira, porém, diversificar as exportações do país e não era provável que alcançasse êxito no seu objetivo, por não possuir recursos suficientes nem meios para fomentar as vendas de fármacos, equipamentos médicos e patentes, que enfrentavam forte concorrência no mercado mundial e cuja participação no seu comércio exterior ainda não representava mais de 5%, em 1995.³⁶ O combustível, por outro lado, constituía um dos pontos mais vulneráveis de Cuba, e Castro reconheceu que o problema energético era o “más complicado”, pois a ilha não possuía grandes recursos de energia hidráulica ou carvão.³⁷ E escassa era a possibilidade de reduzir as despesas com importação de petróleo, mediante o aumento da produção interna, que alcançara o máximo em 1986 e decrescera até 1992. A Petrobras, ao realizar algumas etapas de pesquisa, identificara risco geológico de não encontrar

petróleo em quantidade comercial na plataforma continental de Cuba, razão pela qual, por volta de 1992, teria suspenso o trabalho, embora a suspensão também pudesse haver decorrido de alguma pressão dos Estados Unidos sobre o Brasil, segundo se suspeitou. À mesma conclusão estavam a chegar outras companhias que lá continuaram. E, ao que tudo indicava, petróleo mesmo não havia, dado que antes da revolução várias companhias estrangeiras, em grande parte norte-americanas, haviam realizado trabalhos de prospecção sem alcançar resultado significativo.³⁸ Em abril de 1992 o petróleo descoberto pela companhia francesa Total na praia de Varadero era, aparentemente, de baixa qualidade e só alcançaria US\$ 6 por barril, menos de um terço do preço mundial naquele momento.³⁹

Além de tais dificuldades, Cuba defrontava-se com outros obstáculos, na medida em que o curso de suas relações com os Estados Unidos determinava as decisões políticas de Fidel Castro, das quais dependia o ritmo ainda lento da restauração da economia de mercado. Clinton, em 1995, decidira autorizar maiores contatos culturais e facilitar as viagens dos emigrados para visita aos familiares, da mesma forma que as transferências de dinheiro dos Estados Unidos para Cuba. Entre as medidas contempladas como a segunda via da Cuban Democracy Act de 1992 (Lei Torricelli) incluíam-se o intercâmbio de correspondentes de jornais e o estímulo a que fossem feitas doações às ongs de Cuba, entre elas os grupos de direitos humanos, educação e meio ambiente. Por outro lado, os Estados Unidos acabaram o tratamento privilegiado para os cubanos que lá se asilassem, desestimulando a imigração ilegal. A convicção dos conselheiros de Clinton, cuja política exterior alcançara importantes êxitos com os acordos de paz no Oriente Médio e no conflito da Bósnia-Herzegovina, era de que a melhor forma de facilitar e acelerar a transição pacífica de Cuba para uma democracia econômica e política consistia na difusão de ideias e informações, em todos os níveis, tal como aconteceu nos países do Leste Europeu. Sobre esse propósito Raúl Castro manifestou-se publicamente em discurso,⁴⁰ na celebração do aniversário da Contrainteligência Militar. Na verdade, o governo cubano sempre soube que a liberalização econômica teria de

acarretar a abertura política, bem como a aproximação, cada vez maior, dos Estados Unidos, onde grandes empresas começaram a compreender que o bloqueio de Cuba só funcionava contra seus próprios interesses, evitando que elas fizessem negócios, que estavam a cair em mãos das concorrentes de outros países.

Se o chamado socialismo real, enquanto monopólio dos meios de produção pelo Estado, estava agonizante em Cuba, a questão do regime político, baseado no papel dirigente do Partido Comunista, o único legalmente admitido pelo Estado e que com ele se identificava, era a que nutria, aparentemente, o impasse nas relações de Cuba com os Estados Unidos. A forte imitação do modelo comunista que Stalin implantara na União Soviética e que, de um modo ou de outro, impusera aos demais países do Leste Europeu criara para Fidel Castro grande constrangimento e levava a revolução de 1959 a perder a “originalidade e a força criativa” que constituíram suas mais valiosas características. Mesmo assim Castro não se dispôs a fazer concessão e implantar, em Cuba, uma democracia representativa e pluralista, argumentando que essa exigência dos Estados Unidos não passava de mero pretexto. E tinha suas razões. Ao tempo da administração Carter (1976-80), quando Cuba e os Estados Unidos estiveram a um passo de normalizar suas relações, uma das exigências fora que o governo de Fidel Castro se afastasse da União Soviética, deixasse de promover e apoiar as guerrilhas na América Latina e retirasse as tropas de Angola. O reatamento, segundo o ex-embaixador de Cuba na ONU e depois presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, somente não ocorreu, *inter alia*, porque Fidel Castro afirmara que seus soldados só sairiam de Angola se o presidente Agostinho Neto solicitasse.⁴¹ Entretanto, apesar de que a União Soviética houvesse desaparecido em 1991 e Cuba não mais promovesse ou encorajasse guerrilhas na América Latina nem mais tivesse soldados em Angola, o embargo econômico dos Estados Unidos não apenas continuou como foi reforçado pelo Cuban Democracy (Lei Torricelli) e pelo Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act (Lei Helms-Burton). E, não obstante Fidel Castro afirmar que não faria nenhuma concessão aos

Estados Unidos, evocando José Martí, herói da independência, para justificar a preservação do sistema de partido único, e se recusasse a negociar sob pressão, a Assembleia Nacional de Cuba, durante sessões realizadas entre 9 e 13 de julho de 1992, iniciara um processo de reestruturação não apenas econômica mas também política, por meio de modificações na Constituição que visavam a tornar “ainda mais representativas suas instituições democráticas, propiciar maior participação real do povo nelas e conceder mais autoridade aos delegados e às Assembleias”. Uma das medidas foi a adoção do voto direto e secreto para a eleição dos deputados na Assembleia Nacional,⁴² ao mesmo tempo em que o Estado passava a reconhecer, respeitar e garantir a liberdade religiosa,⁴³ assegurando que todos os cidadãos desfrutassem os mesmos direitos, independentemente de suas crenças. Vários dirigentes de Cuba revelavam então que não alimentavam preconceitos filosóficos quanto ao pluralismo partidário, que poderia até mesmo ser estabelecido, se a tensão com os Estados Unidos diminuísse.

No início de 1996, o governo norte-americano acusou Cuba de haver derrubado, em águas internacionais, os dois monomotores Cessna da organização Irmãos ao Resgate, tripulados por exilados cubanos em Miami. Fidel Castro alegou que eles violaram o espaço aéreo de Cuba, como outras vezes já ocorrera, com objetivo não de salvar balseiros (fugitivos no mar) e sim de lançar folhetos de propaganda contra o regime lá existente, e que, se não tomasse medidas enérgicas, as incursões aumentariam de forma incontrolável. De qualquer modo, este fato serviu, politicamente, como justificativa para que Clinton recuasse dos seus propósitos iniciais de aliviar as pressões sobre Cuba e sancionasse o Cuban Liberty and Democratic Solidarity (Libertad) Act (Lei Helms-Burton), o que provocou protestos de vários países e criou sérias tensões com a União Europeia, que recorreu à Organização Mundial do Comércio. Entretanto, após a visita do Papa João Paulo XII a Cuba, onde permaneceu vários dias, em janeiro de 1998, a secretária de Estado, Madaleine Albright, anunciou que o governo americano passaria a permitir voos diretos para Cuba, fretados pela Igreja Católica e pela agência Caritas, da Flórida, com fins humanitários, assim como a remessa de

até US\$ 300, por trimestre, pelos cubanos residentes nos Estados Unidos para seus parentes na ilha. Essa atitude provocou protestos da Fundação Nacional Cubana-Americana, fundada pelo exilado Jorge Mas Canosa, e não era previsível que Clinton viesse realmente a aliviar o embargo com outras medidas, dado o peso decisivo do eleitorado de ascendência cubana não só na Flórida como em New Jersey. Além do mais, como Eliana Cardoso e Ann Helwege salientaram, o establishment em Washington jamais realmente admitiu qualquer ajuda a Cuba enquanto Fidel Castro permanecesse no poder, pois poderia significar para o resto da América Latina que não haveria penalidade para quatro décadas de arengas contra os Estados Unidos e assim desencadear outra onda de “populist demagoguery” na região.⁴⁴ Com efeito, o establishment em Washington jamais perdoou o fato de que Cuba fora a única nação no hemisfério a derrotar militarmente os Estados Unidos, ao rechaçar a invasão da Baía dos Porcos, e sempre se opôs à normalização do relacionamento com Fidel Castro, por temer que o fim da punição, com o levantamento do embargo, encorajasse outras revoluções, em franco desafio ao seu predomínio imperial.

Além de punir Fidel Castro por dar aos países latino-americanos o exemplo de que se podia rebelar e resistir à hegemonia dos Estados Unidos, outros motivos decerto concorreram para impedir o levantamento do embargo contra Cuba, decretado em 7 de fevereiro de 1962 pelo então presidente John Kennedy. Um desses motivos era o fato de que a comunidade cubana, concentrada na Flórida, passara a constituir poderosa força eleitoral, com enorme peso na política interna dos Estados Unidos. O próprio presidente Bill Clinton, em suas memórias, reconheceu que do ponto de vista político, em 1996, ano em que disputaria a reeleição, era muito bom apoiar a Lei Helms-Burton, por causa da Flórida, porém lamentou que essa medida solapasse qualquer chance de levantar o embargo contra Cuba, caso ele fosse eleito para um segundo mandato.⁴⁵ A Lei Helms-Burton estabelecia punições contra os empresários, não só americanos, mas também de outros países, que fizessem investimentos em Cuba, ameaçando proibir-lhes a entrada nos Estados Unidos, e também a de suas famílias, e

levá-los a juízo em cortes americanas. Mesmo assim, com tamanho absurdo, Clinton sancionou a Lei Helms-Burton. Segundo supôs, Castro, ao dar a ordem para a derrubada dos dois monomotores Cessna da organização Irmãos ao Resgate, tentava aparentemente forçar os Estados Unidos a manter o embargo, como desculpa para as falhas do regime, porém, se este não foi o objetivo, Cuba havia cometido um “colossal error”.⁴⁶ Clinton aduziu que, posteriormente, Castro lhe mandou dizer, por via indireta, que a derrubada dos aviões fora um equívoco. Ele deu ordem de disparar contra qualquer avião que violasse o espaço aéreo cubano e não cuidou de revogá-la quando soube que os monomotores dos Irmãos ao Resgate estavam vindo.⁴⁷ Mas, se Clinton considerou que Cuba estava a usar o embargo para justificar seu fracasso econômico, por que não o levantava e assim acabava com a desculpa? Esta pergunta fez o ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Pérez Roque, em discurso na Assembleia-Geral da ONU, em 2006.⁴⁸

A Lei Helms-Burton retirava do presidente dos Estados Unidos a possibilidade de manejar as relações com Cuba, que passaram a depender de decisões do Congresso. Já não mais havia possibilidade de que Clinton ou qualquer outro presidente que o sucedesse pudesse suspender o embargo econômico contra Cuba sem a aprovação do Congresso. Clinton, entretanto, não aplicou plenamente a Lei Helms-Burton, porque os Estados Unidos chegaram a um entendimento com a União Europeia, que entrara com uma queixa na OMC contra seu caráter extraterritorial, sem condenar, contudo, o embargo, que violava os direitos humanos. De acordo com Fidel Castro, “fizeram um pacto de conveniência, absolutamente imoral”.⁴⁹ O governo de Washington não aplicaria determinadas medidas (previstas nos títulos III e IV⁵⁰ da Lei Helms-Burton), comprometendo-se a fazer gestões junto ao Congresso para modificar a lei a esse respeito, e a União Europeia, em troca, retiraria a queixa da OMC e receberia autorização para alguns investimentos em petróleo na Líbia ou em outros lugares, no Oriente Médio ou talvez no Irã.⁵¹ Assim Clinton conseguiu que o Congresso aprovasse a emenda, permitindo ao presidente suspender, a cada seis meses, as disposições do título III.

Apesar do recuo dos Estados Unidos no que se referia à extraterritorialidade da Lei Helms-Burton, a repercussão foi altamente negativa e possivelmente contribuiu para que Fidel Castro não avançasse com o processo de liberalização da economia, que com certa relutância deflagrara, ao instituir o Período Especial en Tiempo de Paz, após a desintegração do CAME ou COMECON. Conforme observou o historiador Richard Gott, a Lei Helms-Burton “tornou menos provável a possibilidade de mudanças, uma vez que os cubanos poderiam almejar mais liberdade política, esperar melhorias econômicas e alguns até mesmo abandonar o socialismo e tomar a via do capitalismo, mas não estavam, em sua maioria, dispostos a abandonar a Revolução, por pressão dos Estados Unidos,” ou abrir mão da primeira tentativa genuína em sua história de estabelecer uma república independente”.⁵² A Lei Helms-Burton representou um ato de agressão, uma violência, que prejudicava não o regime de Fidel Castro, mas, sobretudo, o sofrido povo cubano. Não obstante, Cuba, cujo PIB despencara 33% entre 1989 e 1993,⁵³ resistiu. Atravessou o chamado Período Especial en Tiempo de Paz com um crescimento econômico negativo, a uma taxa média anual da ordem de -0,5%, entre 1990 e 2003, contra 2,9% no período de 1981-1989.⁵⁴ Contudo, a economia estabilizou-se e Castro tratou de repartir equitativamente os custos da profunda crise, promover a recuperação do aparelho produtivo, sanear as finanças e criar condições para a inserção do país na economia mundial, sem prejudicar as conquistas até então alcançadas.

Não obstante criticar Stalin, sobretudo como teórico, Fidel Castro tinha uma concepção voluntarista de socialismo, próxima do stalinismo, i.e., moldada pelo sistema econômico instituído na União Soviética a partir de 1927, com a liquidação da Nova Economia Política (NEP) e a estatização de todas as empresas e de todos os serviços. Na entrevista ao jornalista Ignácio Ramonet, Fidel Castro admitiu que Lenin tivera uma “ideia engenhosa”, a de “construir o capitalismo sob a ditadura do proletariado”, mas declarou que via na União Soviética “uma perda de tempo absurda”, nos dez anos em que foi aplicada a NEP.⁵⁵ Tal observação se inseria na linha de pensamento de

Che Guevara, que também “não simpatizava com a NEP”, como Castro recordou.⁵⁶ E, por essa razão foi que, ultrapassada a fase mais aguda da crise provocada pelo colapso do comércio com a União Soviética, Fidel Castro começou a estancar a reforma econômica. No entanto, ainda que a tímida reforma econômica, na direção de uma economia social de mercado, virtualmente estagnasse, a partir de 1996, ela, sob certos aspectos, tornara-se irreversível. Castro não podia deixar de prosseguir com alguns ajustes, necessários à abertura de Cuba ao exterior e ao estabelecimento de uma relação diferente com a comunidade internacional, em matéria de comércio e finanças, em uma conjuntura marcada pela globalização da economia. No início de 1995, fazia-se evidente que várias e importantes mudanças na organização e nas normas ocorridas ou a ocorrer na economia demandavam a ampliação e diversificação do sistema bancário e financeiro de Cuba, o que levou o Conselho de Estado a criar o Banco Central de Cuba (BCC), mediante o Decreto-Lei nº 172, de 28 de março de 1997.

A modernização e automação do sistema bancário e financeiro de Cuba constituíam imperativo da mudança que se havia operado na sua economia. Em meados da década de 1990, o turismo superou o açúcar, até então sua principal fonte de divisas, e o governo de Fidel Castro orientou cada vez mais os investimentos para a construção de instalações turísticas e renovação das edificações históricas, de modo que servissem também como atração para os visitantes. A receita bruta do turismo aumentou 11,5 vezes, de US\$ 168 milhões para US\$ 1,9 bilhão, entre 1989-2000. As remessas de dinheiro — aproximadamente US\$ 1,8 bilhão por ano⁵⁷ — para suas famílias na ilha pelos cubanos residentes nos Estados Unidos e em outros países, adquiriram, outrossim, fundamental importância para a economia de Cuba, dando acesso ao dólar a cerca de 60% de sua população.

Notas

1. Flávia Marreiro. “A Revolução aos 50 anos/Brasília e Havana”, Folha de S. Paulo, 27-28/12/2008.
2. Hinckle & Turner, 1992, pp. xivi-xivii.
3. Flávia Marreiro. “A Revolução aos 50 anos/Brasília e Havana”, Folha de S. Paulo, 27-28/12/2008.
4. Id., *ibid.*, pp. xivii-liv.
5. Zelikow & Rice, 1997, pp. 128, 265, 282.
5. Gorbachev, 1996, pp. 513 e 542.
7. Entrevista concedida por el General de Ejército Raúl Castro al Señor Mario Vázquez Raña para el periódico El Sol, 5/5/1993, México. In Castro, Raúl. Entrevista al Periódico El Sol de México, folheto s/d, Havana, pp. 38-39.
3. Zelikow & Rice, 1997, p. 325.
9. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, in IV Congreso del Partido Comunista de Cuba (Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991) — Discursos y Documentos, La Habana, Editora Política, 1992, p. 27.
0. Mesa-Lago, 1994, p. 166.
1. Brady Tyson, “En búsqueda del tiempo perdido”, in Cuadernos del Tercer Mundo, febrero, 1992, pp. 21-23.
2. Id., *ibid.*, pp. 21-23.
3. Cardoso & Helwege, 1992, pp. 102-103.
4. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, in IV Congreso del Partido Comunista de Cuba (Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991) — Discursos y Documentos, La Habana, Editora Política, 1992, p. 24.
5. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, in IV Congreso del Partido Comunista de Cuba — Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991 — Discursos y Documentos, La Habana, Editora Política, 1992, p. 40. Oppenheimer, 1992, p. 138.
6. Mesa-Lago, 1994, p. 167.
7. Carranza Valdés, 1995, p. 17.
8. República de Cuba — Asamblea Nacional del Poder Popular — Proyecto de Modificaciones a la Constitución de la República, La Habana, 1992.
9. Republica de Cuba/Ley n. 77/Ley de la inversión extranjera, aprobada por la Asamblea Nacional del Poder Popular en 5 de septiembre de 1995, correspondiente al 5º período ordinario de sesiones de la Cuarta Legislatura.
0. Business Tips on Cuba, La Habana, novembro de 1995, vol. 2, nº 11.
1. Na atualidade, três Zonas Francas estão funcionando em Cuba: a Corporación CIMEX S.A. é

concessionária de la Zona Franca de Berroa, localizada na periferia da cidade, a 10 km do porto de Havana; a Almacenes Universales S.A. é a empresa concessionária das Zonas Francas de Mariel, situada no puerto de Mariel, a 60 km oeste da cidade, e Wajay, situada na periferia da cidade de Havana, a 1,5 km do terminal de carga do Aeroporto Internacional José Martí.

2. Decreto-Ley Numero 165 — De las Zonas Francas Y Parques Industriales. Palacio de la Revolución, en la Ciudad de La Habana, a los 3 días del mes de junio de 1996. Fidel Castro Ruz, presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba.
3. Trotski, 1936, p. 35.
4. Sob o manto de um tal marxismo-leninismo, Stalin ressuscitou a velha teoria dos narodniki (populistas), segundo a qual a Rússia poderia evoluir diretamente para o socialismo, sem atravessar a etapa do capitalismo, teoria esta combatida tanto por Marx e Engels quanto por Lenin, e liquidou a experiência da NEP em 1928.
5. De acordo com os parâmetros tradicionais da teoria marxista, Lenin sustentou que o planejamento só teria eficácia com uma economia altamente desenvolvida e concentrada e não em um país com cerca de 20 milhões de pequenas fazendas dispersas, uma indústria desintegrada e formas primitivas e bárbaras de comércio. E acentuou que o socialismo era “inconcebível” sem a grande técnica, montada de acordo com a última palavra da ciência moderna, sem uma organização planificada do Estado, que subordinasse dezenas de milhões de pessoas ao mais estrito cumprimento das normas únicas de produção e distribuição. Sobre o tema, vide Moniz Bandeira, 2001, pp. 29-60.
6. Fidel Castro. Informe Central al V Congreso del PCC. Granma, 29/10/1997, Suplemento/Especial, p. 5
7. Blight & Kornbluh, 1998, p. 54.
8. Id., *ibid.*, p. 139.
9. Carlos Lage, in: Foro Económico Mundial, Davos, Suíça, apud Granma, 28/1/1995. Contacto, 2(8): 1, 1995, revista editada pela Câmara de Comércio da República de Cuba.
0. Id.
 1. Fernández, 1997, p. 165.
 2. Oppenheimer, 1992, pp. 146, 150-151.
 3. A produção de açúcar em Cuba caíra de 7 milhões de toneladas, na safra de 1991-1992, para 4,2 milhões em 1992-1993, e situou-se em torno de 4 milhões em 1993-1994. Carranza Valdés, 1995, p. 17.
 4. Na Argentina, o ministro da Economia no governo do presidente Carlos Menem estabeleceu, por decreto, a paridade do peso com o dólar, sistema conhecido como currency board. Conseguiu, no primeiro momento, controlar a inflação, mas levou a Argentina ao colapso ao fim de cerca de dez anos.
 5. Id., *ibid.*, p. 26.
 6. Id., *ibid.*, p. 26
 7. Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, in IV Congreso del Partido Comunista de Cuba

- (Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991) — Discursos y Documentos, La Habana, Editora Política, 1992, pp. 40 e 42.
8. Bonsal, 1972, p. 44.
 9. Mesa-Lago, 1994, p. 167.
 0. Granma Internacional, 29/11/1995, p. 12.
 1. Entrevista do Deputado Ricardo Alarcón ao Autor, Havana, 13/12/1995.
 2. Artigo 1, Capítulo I, Lei nº 72, Asamblea Nacional del Poder Popular, in Gaceta Oficial de la República de Cuba, Edición Extraordinaria, nº 9, La Habana, 2/11/1992, p. 51.
 3. Artigo 55, Capítulo III, Lei de Reforma Constitucional, in Gaceta Oficial de la República de Cuba, Edición Extraordinaria, nº 6, La Habana, 13/6/1992, p. 27.
 4. Cardoso & Helwege, 1992, p. 97.
 5. Clinton, 2004, p. 701.
 6. Id., *ibid.*, p. 701.
 7. Id., *ibid.*
 8. Intervención de Felipe Pérez Roque, Ministro de Relaciones Exteriores de la República de Cuba, bajo el tema 18 de la agenda de la Asamblea General titulado “Necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América contra Cuba”, 8 de noviembre de 2006, Nueva York.
 9. Ramonet, 2006, p. 449.
 0. O título III da Lei Helms-Burton tratava das seguintes questões: 1 — Protection of Property Rights of United States Nationals; 2 — Determination of Ownership of Claims Referred by District Courts of the United States; 3 — Exclusivity of Foreign Claims Settlement Commission Certification Procedure.
 1. O título IV determinava: “The Secretary of State shall deny a visa to, and the Attorney General shall exclude from the United States, any alien who the Secretary of State determines is a person who, after the date of the enactment of this Act— (1) has confiscated, or has directed or overseen the confiscation of, property a claim to which is owned by a United States national, or converts or has converted for personal gain confiscated property, a claim to which is owned by a United States national; (2) traffics in confiscated property, a claim to which is owned by a United States national; (3) is a corporate officer, principal, or shareholder with a controlling interest of an entity which has been involved in the confiscation of property or trafficking in confiscated property, a claim to which is owned by a United States national; or (4) is a spouse, minor child, or agent of a person excludable under paragraph (1), (2), or (3).”
 2. Gott, 2006, p. 343.
 3. Política social y reformas estructurales: Cuba a principios del siglo XXI. Estudio elaborado por la Sede Regional de la Comisión Económica para América Latina y Caribe (CEPAL) en México y el Instituto Nacional de Investigaciones Económicas (INIE) de Cuba, con el aporte financiero del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD), agencia Cuba, abril de 2004, p. 6.
 4. Mesa-Lago, Carmelo. “Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la

recuperación”, Revista de la CEPAL, n° 86, agosto 2005, pp. 183-205.

5. Ramonet, 2006, pp. 351-352.

6. Id., *ibid.*, p. 351. Sobre o pensamento econômico de Guevara, consultar Pericás, 2004, pp. 47-66.

7. O governo dos Estados Unidos permitia aos asilados e a seus descendentes enviar até US\$ 1.200 para a ilha.

Capítulo XIX

A RECUPERAÇÃO RELATIVA DA ECONOMIA CUBANA NO INÍCIO DO SÉCULO XXI • GEORGE W. BUSH E A PRESSÃO SOBRE CUBA • O APOIO ECONÔMICO E POLÍTICO DA VENEZUELA • VISITA DE JIMMY CARTER A HAVANA • O EXTREMISMO DOS EXILADOS EM MIAMI • SEQUESTRO DE EMBARCAÇÕES • INVESTIMENTOS DA CHINA • O ACORDO COM O MERCOSUL • A ENFERMIDADE DE FIDEL CASTRO E A SUCESSÃO

No início do século XXI, a economia cubana começava, lentamente, a recuperar-se da profunda crise em que se precipitara após o colapso do Bloco Socialista. Porém, as circunstâncias internacionais tornaram-se adversas. George W. Bush, vinculado à extrema direita do Partido Republicano e ao complexo industrial-militar-petrolífero, sucedeu Bill Clinton na presidência dos Estados Unidos, assumindo o governo por meio de um golpe judicial, que legitimou uma eleição viciada, duvidosa, e logo se mostrou disposto a intensificar as sanções contra Cuba. “The sanctions the United States enforces against the Castro regime are not just a policy tool, but a moral statement”, declarou George W. Bush, em julho de 2001.¹ E cerca de dois meses depois a situação mundial subitamente se anuviou. Em 11 de setembro de 2001, ocorreram os atentados terroristas contra as torres gêmeas do World Trade Center e o Pentágono. O presidente George W. Bush aproveitou a tragédia para desencadear uma guerra permanente, a pretexto de combater o terrorismo, e atacou o Afeganistão.

Esses acontecimentos agravaram a recessão mundial, o que afetou ainda mais o desempenho da economia cubana, ao provocar violenta queda no turismo, a principal fonte de receita de Cuba, maior do que todas as exportações combinadas, havendo alcançado, em 2001, o valor de US\$ 1,9 bilhão. Segundo o ministro de Economia, José Luis Rodríguez, a economia cubana crescera a uma taxa de 4% entre 1997 e 2002, enquanto o turismo

aumentara a um ritmo superior a 13%. Entretanto, ele advertiu a Assembleia Nacional do Poder Popular: “a Cuba le resultará imposible sustraerse de las consecuencias de la crisis internacional.”² Realmente, as cifras, ao fim de 2001, refletiram um crescimento insignificante. A receita do turismo caiu em cerca de 5%, de US\$ 1,9 bilhão para US\$ 1,8 bilhão, segundo o Banco Central de Cuba. E a perspectiva era de que se reduzisse, juntamente com a quantidade de turistas, no ano de 2002. Os atentados de 11 de setembro, agravando a recessão da economia mundial, concorreram efetivamente para a redução das viagens internacionais e para a diminuição das remessas de dólares feitas pelos cubanos no exterior para suas famílias na ilha. Ao mesmo tempo, os preços do níquel caíram 40% no mercado mundial, os do açúcar também, e as exportações de charutos declinaram. E, entre estes e outros fatores, tais como o furacão Michelle e o fechamento da base de vigilância em Lourdes, pela qual a Rússia pagava uma taxa anual de US\$ 200 milhões, os investimentos diretos estrangeiros despencaram 91% e a Venezuela, onde a crise econômica e política se agravou, suspendeu os fornecimentos de petróleo. De acordo com o Informe Económico do Banco Central de Cuba, os investimentos estrangeiros desabaram de US\$ 488 milhões, em 2000, para somente US\$ 38,9 milhões, em 2001. Esta queda foi a mais drástica desde que Fidel Castro, em meio às dificuldades do chamado Período Especial en Tiempo de Paz, iniciara a liberalização da economia cubana aos investimentos estrangeiros. E o Informe Económico do Banco Central registrou que o PIB de Cuba, em 2001, caiu 3%, após haver alcançado um aumento de 6,2% no ano anterior.³ E, em 2002, o PIB só cresceu 1,1%, e não 3%, como se esperava. O que evitou que a crise econômica se agravasse foi o fato de que Hugo Chávez, cujo mandato como presidente da Venezuela fora ampliado para seis anos, estreitou as relações com Cuba, com a qual firmou um acordo para a venda de 53.000 b/d de petróleo a preços específicos, recebendo também como contrapartida o envio de médicos e outros técnicos cubanos.⁴

Entretanto, de 11 para 12 de abril, em meio a profunda crise política na Venezuela, três generais prenderam o presidente Hugo Chávez, levaram-no para o Forte Tiuna, e o empresário Pedro Carmona Estanca, presidente da

Fedecámaras, assumiu o governo, com o apoio dos meios de comunicação, TVs, rádios e jornais. Ele anulou de imediato as leis econômicas e sociais aprovadas legalmente pelo governo de Chávez e ordenou a interrupção do fornecimento de petróleo a Cuba. Com essa medida, das primeiras adotadas nas poucas horas em que ocupou a presidência da Venezuela, Pedro Carmona atendeu aos interesses dos Estados Unidos,⁵ por sugestão do secretário-assistente de Estado para os Assuntos do Hemisfério, Otto Juan Reich, cubano-americano, que havia colaborado na elaboração da Lei Helms-Burton e estava implicado no complô, para desestabilizar o governo na Venezuela, em virtude de seu ódio a Fidel Castro. E o respaldo dos Estados Unidos ao golpe militar-empresarial logo se evidenciou. Charles Shapiro, que em 9 de março assumira o posto de embaixador dos Estados Unidos em Caracas, visitou imediatamente Pedro Carmona, o que na prática significou o reconhecimento do seu governo, enquanto o FMI anunciava, no mesmo dia 12, ter recursos financeiros para proporcionar à Venezuela, se fosse necessário. Entretanto, o governo da coalizão empresarial-militar, emanado do golpe de 11/12 de abril, não contou com apoio popular e, sem condições internas de sustentar-se, defrontou-se, outrossim, com enormes dificuldades externas para obter seu reconhecimento. E fracassou. O presidente Hugo Chávez retornou ao poder nas primeiras horas do dia 14 de abril, com o apoio popular e de amplo setor das Forças Armadas.⁶

Um mês após a tentativa desse golpe empresarial-militar na Venezuela, o ex-presidente Jimmy Carter, cujo governo (1977-1981) tentara normalizar as relações dos Estados Unidos com Cuba,⁷ visitou Havana, entre 12 e 17 de maio. Em discurso na Universidade de Havana,⁸ para o povo cubano, ele reconheceu que os dois países viviam havia 42 anos em “destructive state of belligerence” e acentuou que os Estados Unidos, como a nação mais poderosa, deveriam dar o primeiro passo para superá-lo.⁹ Sua esperança era de que o Congresso dos Estados Unidos pronto atuasse para permitir viagens a Cuba, sem restrições, e revogasse o embargo, estabelecendo relações abertas de comércio. Aduziu, francamente, que esse tipo de restrição não era a causa dos problemas econômicos de Cuba, que mantinha

intercâmbio comercial com mais de 100 nações e, inclusive, podia comprar medicamentos no México por melhor preço do que nos Estados Unidos. Não obstante, ele entendia que o embargo congelava o presente impasse, induzia à ira e ao ressentimento, restringia a liberdade dos cidadãos dos Estados Unidos e dificultava o intercâmbio de ideias. No entanto, a questão do embargo merecia uma avaliação profunda, porquanto não era simples terminá-lo, como alguns em Cuba supunham, da mesma forma que não era simples pretender que o presidente Fidel Castro deixasse o poder e convocasse eleições livres, como outros nos Estados Unidos acreditavam.

Levantar prontamente o embargo afigurava-se difícil, devido, sobretudo, às implicações de política interna, como a força eleitoral da comunidade cubana, quase toda radicalizada e fanaticamente contrária a qualquer concessão ao regime de Fidel Castro. Em 1999, os anticastristas asilados na Flórida mantiveram sequestrado, durante sete meses, o menino Elián Gonzáles, de 6 anos, retirado de Cuba ilegalmente e salvo pelos pescadores de um naufrágio em que morrera sua mãe, Elizabeth Brotons, embora o pai, Juan Miguel González, que permanecera em Havana, reclamasse sua devolução.¹⁰ A batalha judicial estendeu-se desde que o pai pedira sua repatriação até o final de junho de 2000 e criou enormes dificuldades para Clinton, a ponto de obrigar a secretária de Justiça, Janet Reno, a empregar agentes da imigração e da polícia de fronteira para fazer cumprir a decisão da Suprema Corte de Justiça em favor da devolução da criança ao pai, decisão apoiada por mais de 80% dos americanos. E eles tiveram de recorrer a bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta, na rua, a fim de conter os asilados cubanos e resgatar o menino Elián, que os parentes, em Miami, escondiam e se recusavam a entregar, para que não fosse repatriado.¹¹

Se era problemático para um presidente dos Estados Unidos levantar o embargo e defrontar-se com a comunidade cubana de Miami, conforme Carter ponderou, também Fidel Castro não tinha condições de abrir o regime e convocar eleições livres, em pleno “state of belligerence” que os Estados Unidos, desde 1961, mantinham contra Cuba, configurado pelo embargo e pela guerra secreta — sabotagens, tentativas de assassinato e

outras ações terroristas, empreendidas durante muitos anos pela CIA —, no âmbito da qual um colaborador e agente, Luís Posada Carriles, em 6 de outubro de 1976, fizera explodir em pleno voo, em frente à costa de Barbados, um avião da companhia Cubana de Aviación, matando 73 pessoas.¹² Com efeito, Cuba, a partir de 1960, fora forçada pelos sucessivos governos dos Estados Unidos a viver em permanente estado de guerra, e ao longo de quase cinco décadas, i.e., de 1960 a 2008, ocorreram 713 atos de terrorismo na ilha, 56 dos quais a partir de 1990, organizados e financiados a partir do território americano, com um saldo de 3.478 mortos e 2.099 incapacitados.¹³ Em 1992, fora organizada, dentro da Fundación Nacional Cubano-Americana (FNCA), uma estrutura clandestina, denominada Comisión de Seguridad, constituída por um grupo paramilitar de caráter terrorista. Depois se formou a Coordinación de las Organizaciones Revolucionarias Unidas (CORU) e, entre 1994 e 1996, ocorreu uma escalada de atentados. Alguns grupos, provenientes de Miami, infiltraram-se em Palo Quemado, Caibarién e outras regiões, com a missão de realizar sabotagens, e o grupo Alfa 66 promoveu três ataques contra o Hotel Guitart, em Cayo Coco, enquanto o Partido Unidade Nacional Democrática (PUND) atacava o Hotel Meliá Las Americas, em Varadero. Outrossim, outros grupos terroristas — Comandos F-4 denominados Patria y Libertad, Gobierno Provisorio en el Exilio — infiltraram-se nas províncias de Matanzas e Villa Clara para executar atentados e chegar às montanhas de Ecambray, quando mataram Arcelio Rodríguez Garcia, um trabalhador de 34 anos, pai de dois filhos. O objetivo era criar um clima de terror, que prejudicasse o fluxo de turismo para Cuba.

Compelido a enfrentar toda sorte de agressões, não apenas militares, como a fracassada invasão da Baía dos Porcos (1961), mas também econômicas e políticas, entre as quais o perverso embargo econômico e comercial, o regime cubano, instituído pela revolução vitoriosa em 1959, assumiu um caráter marcadamente repressivo. O próprio Fidel Castro declarou francamente ao jornalista Ignacio Ramonet que, “enquanto Cuba for um país bloqueado pelo Império, atacado permanentemente, vítima de leis iníquas como a

Helms-Burton ou a Lei de Ajuste Cubano, um país ameaçado pelo próprio presidente dos Estados Unidos, não podemos dar essa ‘liberdade’ aos aliados de nossos inimigos cujo objetivo é lutar contra a razão de ser do socialismo”.¹⁴ E, em tal contexto, a agressividade da comunidade cubana da Flórida, ressentida, radicalizada, irracional e fanaticamente extremista, constituía outro fator contrário à abertura democrática do regime de força que Castro instalara na ilha.

Contudo, Carter falou com franqueza, expôs seu ponto de vista e criticou, com elegância, a falta de democracia em Cuba, onde, segundo ressaltou, fora adotado um governo socialista que não permitia que seu povo organizasse nenhum tipo de movimento de oposição, e demonstrou sua simpatia pelo Projeto Varela.¹⁵ Embora a Constituição de Cuba reconhecesse a liberdade de expressão, havia outras leis que negavam estas liberdades àqueles que não estavam de acordo com o governo — observou Carter, referindo-se aos contrarrevolucionários, chamados dissidentes. Admitiu, porém, que,

en cuanto a los derechos humanos, tampoco podemos decir que mi nación (Estados Unidos) es perfecta. Un número de nuestros ciudadanos se halla encarcelado en prisiones, y hay poca duda que la pena de muerte se impone más duramente sobre aquellos que son pobres, negros o se encuentran mentalmente enfermos. Durante más de un cuarto de siglo, no hemos logrado garantizar para nuestro pueblo el derecho básico al cuidado universal de la salud.¹⁶

Fidel Castro declarou ao jornalista e escritor Ignácio Ramonet que sempre tivera boa impressão de Carter e não lhe poupou elogios. “Carter era um homem de ética”, disse, acentuando que ele, Carter, “foi um dos presidentes mais honrados”, “um homem bom, decente, o máximo que poderia ser alguém que governa um país com tantos interesses, tantos privilégios, tantas prerrogativas e tanto poder”, e ainda por cima em meio à Guerra Fria.¹⁷ “Eu diria que foi o melhor presidente que eu conheci, independentemente da opinião que tenho em relação a cada um dos demais”, “foi o mais honrado que podia no cargo de presidente dos Estados Unidos”.¹⁸ A avaliação de Fidel Castro era realmente justa e correta.

No entanto, com o objetivo de assegurar para o Partido Republicano os votos da comunidade cubana na Flórida, onde seu irmão Jeb, governador do

Estado, buscava a re-eleição em novembro de 2002, o presidente George W. Bush, dias depois (20 de maio) do pronunciamento de Carter, fez um discurso na Casa Branca, comemorativo dos 100 anos de independência de Cuba, no qual descartou a possibilidade de relaxar o embargo comercial, financeiro e turístico contra o regime de Fidel Castro e exigiu que o sistema social e político existente na ilha fosse mudado. Segundo afirmou, o fim do embargo — imposto havia cerca de 40 anos contra Cuba — dependia de uma série de medidas que deveriam ser adotadas pelo governo de Fidel Castro, entre as quais a libertação de todos os prisioneiros políticos e a realização de eleições livres para a Assembleia Nacional, além da legalização da oposição.¹⁹ Com esse discurso, George W. Bush também buscou responder a vários membros do Congresso, inclusive do Partido Republicano, que estavam a criticar o embargo, argumentando que as restrições atingiam muito mais a população cubana do que o governo comunista. Sua política, porém, levou Castro a radicalizar-se ainda mais e a organizar um referendun que endossou a inalterabilidade do caráter socialista da Constituição cubana. “Isso acabou sendo uma resposta digna ao que Bush nos exigia. Então ficou assim”, explicou Castro a Ignácio Ramonet.²⁰ Na realidade, porém, o referendun, que tornou irrevogável o caráter socialista da Constituição, visou a sepultar o Projeto Varela, pois nem a Assembleia Nacional poderia mais modificá-la.

Carter, alguns meses depois (14 de outubro), criticou a política do presidente George W. Bush, e disse à Sky Radio, uma rede de programas audiovisuais para seis linhas aéreas norte-americanas, que não havia dúvida de que a maioria dos norte-americanos era a favor da reconciliação com Cuba, de que fossem suspensas as restrições de viagem e o embargo econômico.²¹ “De fato, essa política desacertada de nosso governo não é uma restrição para os cubanos, é uma restrição à liberdade dos norte-americanos”, declarou, e acrescentou não entender por que, como cidadão norte-americano, não podia viajar para onde quisesse se não era perigoso e que a proibição aos fazendeiros norte-americanos de venderem mercadorias a crédito a Cuba menoscabava sua liberdade. Segundo Carter, o empresariado,

a comunidade agrícola e uma grande maioria da Câmara de Representantes e do Senado exprimiram sua vontade de mudar essa política, mas George W. Bush ameaçava vetar qualquer flexibilização do embargo que o Congresso aprovasse. “O obstáculo é um grupelho de cubano-americanos poderosos, sobretudo de Miami, que tem peso no resultado das eleições na Flórida”, afirmou Carter, recordando a importância dos votos dos habitantes da Flórida no resultado das eleições de 2000, quando George W. Bush se elegeu, e previu que “haverá mudança” quando a Flórida deixar de ser decisiva na campanha para a presidência dos Estados Unidos. Com tais declarações, como disse o presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, George W. Bush estava realmente pagando uma “dívida de gratidão” à comunidade de exilados cubanos na Flórida, pela ajuda dada à sua eleição para presidente em 2000.

A comunidade cubana nos Estados Unidos era imensa e continuava a recrescer a cada ano, em virtude das entradas legais e também ilegais, fora dos Acuerdos Migratorios, celebrados com Cuba. Segundo estimativas, entre 1990-1994, a população cubana nos Estados Unidos aumentou em aproximadamente 70.000 pessoas, que ingressaram em quatro anos, mais cerca de 40.000 como consequência de nascimentos. Em 1995, de acordo com o Statistical Abstrac of the United States 1997, a comunidade de origem cubana ascendia a 1.156.000, entre imigrantes e descendentes, o equivalente a 10% da população que vive em Cuba, da ordem de 11,4 milhões (2006). Por volta do ano 2000, ela já se situava acima de 1,2 milhão, e de acordo com o Bureau of the Census — American Community Survey cerca de 1.448.684 viviam nos Estados Unidos em 2004.²² E, entre os cubanos residentes na Flórida funcionavam várias entidades, entre as quais se destacavam a Fundación Nacional Cubano-Americana e o Consejo para la Libertad de Cuba, que se empenhavam em instigar e promover as atividades contrarrevolucionárias na ilha, com o suporte do governo de George W. Bush.

Diante do fato de que o Período Especial já se prolongava por mais de dez anos, com a economia virtualmente estagnada e sem perspectiva de melhoria,

em curto ou médio prazo, o descontentamento aumentara e os dissidentes, encorajados abertamente pela Seção de Interesses da América do Norte (SINA), sob a chefia do embaixador James Cason, homem da confiança de Otto Reich, intensificaram a oposição ao regime. E as relações entre Cuba e os Estados Unidos tornaram-se ainda mais tensas, devido às suas atividades. E a esse tempo, dezembro de 2001, cinco cubanos foram condenados a duras penas, sob a acusação de “crime de espionagem” para o governo de Cuba e de colocar em perigo a segurança dos Estados Unidos: Gerardo Hernández, René González, Ramón Labañino, Fernando González e Antonio Guerrero, presos nos Estados Unidos pela Seção de Contra-espionagem da Divisão de Segurança Nacional do FBI, em 1998, quando monitoravam atividades terroristas de grupos de anticastristas em Miami.²³ Esse fato aumentou ainda mais as tensões entre Cuba e os Estados Unidos.

O tráfico humano de Cuba para o sul da Flórida nunca cessara. Contudo, as autoridades americanas alarmaram-se em 2001 por causa do crescimento inusitado do fluxo ilegal de imigrantes cubanos para os Estados Unidos, cujo número alcançou o montante de 2.290, a maior cifra desde a crise dos balseiros de 1994, superando as cifras de 1999 (2.254) e de 2000 (1.820), os dois anos de maior intensidade, desde que Washington e Havana firmaram os Acuerdos Migratorios de 1995.²⁴ Até setembro de 2002, a Border Patrol registrou a chegada aos Estados Unidos, ilegalmente, de 1.335 cubanos.²⁵ Esse incessante fluxo migratório para os Estados Unidos decorria, em larga medida, não da ausência de democracia, mas das condições econômicas extremamente difíceis existentes na ilha, sem oportunidade e perspectiva concreta de melhoria. E assim os sequestros de barcos, e até de aviões, pelos descontentes, que queriam emigrar para a Flórida, recresceu, não porque o governo de Fidel Castro lhes impedisse a saída e sim porque o governo dos Estados Unidos, que havia combinado nos Acuerdos Migratorios de 1995 conceder 10.000 vistos até determinada data, reduziu esse número em 90%, e concedeu somente 1.000 vistos.²⁶ Mas a Lei do Ajuste Cubano (Cuban Adjustment Act), aprovada pelo Congresso americano em 2 de novembro de 1966, durante a presidência de Lyndon Johnson, assegurava a qualquer

cubano que chegasse aos Estados Unidos o direito de pedir asilo e lhe dava todas as vantagens. E os embaixadores Otto Reich e Roger Noriega, seu substituto como secretário de Estado assistente para os Assuntos do Hemisfério, montaram um programa, criando condições para uma onda migratória, o que poderia dar a George W. Bush o pretexto para ordenar a invasão de Cuba, segundo a suposição de Fidel Castro.

Em tais circunstâncias, os sequestros de embarcações intensificaram-se. Em 29 de janeiro de 2003 a embarcação Cabo Corrientes foi tomada pela força e desviada da Ilha da Juventude para o território norte-americano. As autoridades cubanas apresentaram nota diplomática, reclamando a entrega dos quatro sequestradores e da embarcação. O governo americano não respondeu à nota e imediatamente colocou os quatro sequestradores em liberdade. Em 6 de fevereiro de 2003, outros quatro cubanos sequestraram uma lancha rápida das forças das Guarda-Fronteiras e a levaram para os Estados Unidos. A sequência de sequestros e as atividades do embaixador James Cason, que apoiava abertamente a dissidência/contrarrevolução e era acusado pelo governo cubano de financiá-la com fundos da USAID e outros recursos, adensaram a suspeita de que o objetivo era criar um atrito com os Estados Unidos de modo a justificar uma intervenção militar na ilha. Esse receio levou Castro a intensificar a repressão, ordenando a prisão de dezenas de dissidentes/contrarrevolucionários em março de 2003, quando se tornava iminente a invasão do Iraque para derrubar o regime de Saddam Hussein. E o que mais agravou a apreensão do governo de Cuba foi o fato de que, no dia 19 de março, quando as forças dos Estados Unidos e da Grã-Bretanha já estavam a bombardear Bagdá e outras cidades do Iraque, ocorreu o sequestro de um avião DC-3 Aerotaxi da Empresa Nacional de Servicios Aéreos, que voava do aeroporto de Nueva Gerona, na Ilha da Juventude, para Havana. Seis indivíduos, com armas brancas, penetraram na cabine e, ameaçando cortar o pescoço do piloto e do co-piloto, pretenderam que o voo prosseguisse até os Estados Unidos. Depois de longa negociação, o governo americano deu permissão para que o avião se dirigisse ao aeroporto de Cayo Hueso, na Flórida.²⁷

Fidel Castro estranhou o sequestro, pois fazia muitos anos que fato semelhante não ocorria.²⁸ E suspeitou que o acontecimento fora inspirado pela “máfia de Miami”, mas nada pôde confirmar, porquanto as autoridades americanas informaram ao Ministério das Relações Exteriores de Cuba (MINREX) e à Seção de Interesses de Cuba em Washington que os Estados Unidos não devolveriam os sequestradores do DC-3, que seriam acusados de pirataria aérea (embora logo fossem postos em liberdade condicional) e que o avião estava embargado por decisão de uma corte de justiça, em resposta a uma demanda interposta por uma asilada em Miami. Os cúmplices foram postos em liberdade com visto de residência em função da Lei do Ajuste Cubano.

Cerca de dez dias depois, 30 de março, outro aparelho, um avião AN-24, foi sequestrado na rota Ilha da Juventude — Havana, com 46 pessoas a bordo, por um homem que ameaçava explodir uma granada se o voo não fosse desviado para Miami. Como não tinha combustível suficiente, o avião pousou no Aeroporto José Martí, em Havana. Depois de muitas negociações, no dia 31, os Estados Unidos deram autorização para que o avião se destinasse ao aeroporto de Cayo Hueso, onde o sequestrador foi preso, mas a mulher e um filho adotivo, seus cúmplices, foram liberados e o avião, confiscado. “Allí se repitió la historia: brutal maltrato y humillación a los pasajeros, privilegios para cómplices, mano de seda con el secuestrador, avión confiscado, retención de la tripulación. ¡Era un asco!”, comentou Fidel Castro.²⁹

Não haviam ainda transcorrido 24 horas do sequestro do avião, em 1º de abril, quando a lancha Baraguá, que rumava para Regla, um dos municípios de Havana, no outro lado da baía, foi sequestrada com 50 passageiros, entre eles uma criança e cinco a seis turistas. Mas à lancha, construída para navegar em mar interior, faltou combustível e ela parou a 30 milhas da costa, e os sequestradores ameaçaram jogar os reféns na água se não lhes fosse fornecido um barco mais rápido para levá-los à Flórida. As forças de Guarda-Fronteiras conseguiram, porém, atar a proa da embarcação sequestrada, evitando o perigo de que viesse a naufragar, e a conduziram ao porto de Mariel. Os

sequestradores aceitaram a operação de resgate, mas ameaçavam assassinar os reféns, com os punhais e as facas apontados para a garganta das mulheres. Só 40 horas após o sequestro os reféns, lançando-se na água, puderam ser resgatados, possibilitando a captura dos sequestradores.

Em apenas duas semanas ocorreu o sequestro de dois aviões com passageiros, em pleno voo, e de uma embarcação com 50 pessoas; e um soldado foi atacado por um indivíduo, que pretendia tomar-lhe o fuzil automático e sequestrar outro avião, que estava para aterrissar em um aeroporto. A notícia de que um juiz da Flórida havia concedido liberdade, sob fiança, aos seis sequestradores do DC-3, estimulou conseqüentemente a onda de assaltos. Desde 19 de março, segundo Fidel Castro, foram comprovados 29 planos e ideias de tomar pela força embarcações e aeronaves, o que não acontecia havia muito tempo. E ele entendeu que tinha de cortar radicalmente aquela onda de sequestros que estava a desenvolver-se, e que, se as autoridades nos Estados Unidos não devolviam e libertavam os criminosos, era necessário aplicar, sem vacilação, as sentenças impostas pelos tribunais de Havana e ratificadas pelo Conselho de Estado àqueles que foram capturados, os sequestradores da lancha Baraguá. Os sequestradores deviam ser submetidos a julgamentos sumaríssimos, nos tribunais correspondentes, e não deveriam esperar clemência do Conselho de Estado, disse Fidel Castro, argumentando que a experiência demonstrava que os autores se abstinham de cometer tais crimes, quando sabiam que não teriam como escapar.

O governo de Fidel Castro, que desde o sequestro da primeira aeronave começara a reprimir o movimento de oposição, prendeu então cerca de 75 dissidentes ou contrarrevolucionários, como eram denominados em Cuba. Eles foram acusados de traição e de estar a serviço de uma potência estrangeira (Estados Unidos), e 43 deles, após julgamento sumário, receberam penas de até 27 anos de prisão. A economista Marta Beatriz Roque, que mantinha frequentes encontros com o embaixador James Cason, foi condenada a 20 anos; o jornalista Ricardo Gonzáles, a 20 anos; Osvaldo Alfonso, presidente do Partido Liberal Cubano, a 18 anos; Hector Palácios,

um dos participantes do Projeto Varela, a 25 anos; o poeta e jornalista Raul Rivero e o economista Oscar Espinosa Chepe, a 20 anos cada um, acusados de violarem a Lei nº 88 de Protección de la Independencia Nacional y la Economía de Cuba. Em verdade, eles não eram inocentes. Violaram de fato artigos da Lei nº 88³⁰, uma lei resultante do estado de guerra que os Estados Unidos, desde 1960, fomentavam, com o embargo, a Lei Torricelli, a Lei Helms-Burton e o financiamento da oposição, de programas de rádio e de outras agressões contra Cuba. A lógica de Fidel Castro era a de que, “ameaçados de guerra, não podíamos permitir que organizassem uma quinta-coluna para nos envolver, que foi o que eles fizeram, até com potencial delituoso”.³¹ Ele percebeu que aqueles sequestros visavam a provocar um conflito armado com os Estados Unidos. E, aparentemente, tinha razão. Segundo o jornal *El Nuevo Herald*, da Flórida, noticiou, durante uma reunião com Dagoberto Rodrigues, representante da Seção de Interesses de Cuba em Washington, Kevin Whitaker, chefe do Bureau de Assuntos Cubanos no Departamento de Estado, advertira verbalmente que “nuevo secuestro de aviones o embarcaciones dirigidos a territorio norteamericano será considerado como una amenaza a la seguridad nacional” dos Estados Unidos.³²

O movimento que tais dissidentes organizavam, entretanto, pôde ser reprimido devido à infiltração de agentes da Dirección de Inteligencia do Ministério do Interior (MININT). Como testemunhas, alguns participaram do processo. Robert Martínez Hinojosa e sua mulher, Odília Collazo, presidente do Partido Pró-Direitos do Homem, eram os agentes Ernesto e Tânia. A agente Wilma era a advogada Aleida Godinez, que trabalhava como ajudante de Marta Beatriz Roque. Também Pedro Luis Veliz Martínez, presidente do Colégio dos Médicos Independientes de Cuba, era agente da Dirección de Inteligência do MININT, assim como Nestor Bager, de 80 anos, presidente da Asociación de los Periodistas Independientes (APIC), cujo codinome era Miguel, e Manuel David Orrio, economista. Eles revelaram que os chamados dissidentes recebiam milhares de dólares do embaixador James Cason, chefe da Seção de Interesses da América do Norte,

e frequentemente se reuniam com outros diplomatas americanos.

Quanto aos sequestradores da lancha Baraguá, três — Lorenzo Enrique Copello Castillo, Bárbaro Leodán Sevilla García e Jorge Luis Martínez Isaac — foram condenados à morte pelo Tribunal Popular da Cidade de Havana, por delitos previstos na Lei nº 93 contra Actos de Terrorismo, de 24 de dezembro de 2001, e fuzilados em 11 de abril.³³ O Tribunal Popular também condenou à prisão perpétua Maikel Delgado Aramburo, Yoanny Thomas González, Harold Alcalá Aramburo e Ramón Henry Grillo, e Wilmer Ledea Pérez a 30 anos de cárcere, todos participantes do sequestro da embarcação. Ana Rosa Ledea Ríos, Yolanda Pando Rizo e Dania Rojas Góngora foram condenadas, respectivamente, a cinco, três e dois anos de prisão pelo mesmo delito. As condenações tinham como fundamento o fato de que os réus recebiam apoio e mantinham estreito contato e entendimentos com James Cason, chefe da Seção de Interesses da América do Norte, um país com o qual Cuba estava virtualmente em estado de guerra, uma vez que ainda continuava a enfrentar o embargo comercial, financeiro e turístico e outros atos de hostilidade. De fato, o embaixador James Cason participava ativa e abertamente das atividades da oposição em Cuba e oferecia-lhes até a sede da Seção de Interesses da América do Norte para que lá se reunissem.

A prisão e condenação dos referidos dissidentes e a execução dos sequestradores tiveram, no entanto, enorme repercussão internacional, de modo bastante negativo para a imagem de Cuba. Dezenas de intelectuais, entre os quais os escritores José Saramago, Prêmio Nobel de Literatura, e Eduardo Galeano, amigos de Fidel Castro, reprovaram o fuzilamento dos três sequestradores e a prisão dos 75 opositores, que se reuniam com o embaixador James Cason. Os ministros de Assuntos Exteriores da União Europeia, reunidos em Luxemburgo, também criticaram as detenções e os fuzilamentos, e quinze deles advertiram de que as relações com Cuba seriam afetadas. A União Europeia lamentou que as autoridades cubanas houvessem quebrado a moratória que existia de fato sobre a pena de morte, e adotou, efetivamente, medidas punitivas, diplomáticas, contra o governo de Havana, limitando as visitas oficiais à ilha e convidando os dissidentes a toda festa

nacional ou internacional. O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Felipe Pérez Roque, acusou então a União Europeia de “capitular frente al gobierno de los Estados Unidos en el tema de su política hacia Cuba”.³⁴ E acrescentou:

Cuba jamás escuchó una crítica de la Unión Europea a las 71 ejecuciones que se produjeron el pasado año en Estados Unidos, incluyendo las de dos mujeres. ¿Por qué la Unión Europea condena la pena de muerte en Cuba y no en los Estados Unidos? Por tanto, Cuba no se toma en serio este lamento de la Unión; sabe que está lastrado por la hipocresía y la doble moral.³⁵

O presidente George W. Bush, que durante seus seis anos como governador do Texas presidira 152 execuções, mais do que qualquer outro governador na história dos Estados Unidos, estava a esse tempo preocupado com o desenvolvimento da guerra no Iraque para derrubar o regime de Saddam Hussein. Mas, em 10 de outubro de 2003, com o fito de ganhar os votos da comunidade cubana nos Estados Unidos para sua reeleição em 2004, ele anunciou maior endurecimento da política contra Cuba, inclusive com ameaça aberta, ao dizer que “clearly, the Castro regime will not change by its own choice. But Cuba must change”.³⁶ Algumas das medidas para “hasten the arrival of a new, free, democratic Cuba” consistiam em reforçar o embargo e as restrições às viagens de turismo de americanos a Cuba, de modo que os americanos lá não gastassem dólares, o que iria favorecer a Castro.³⁷ Mais uma vez a política interna pautava a política externa dos Estados Unidos.

O presidente George W. Bush, com seu projeto de exportar a democracia, tratava Cuba como se fosse colônia dos Estados Unidos, como se não tivesse soberania e direito à autodeterminação. E, em 5 de dezembro de 2003, ocorreu a reunião inaugural da Commission for the Assistance to a Free Cuba, que ele criara em 10 de outubro, com o objetivo expresso de acelerar a “peaceful transition to a representative democracy and a free-market economy”, prevendo, porém, auxiliar o povo cubano a “bring about an expeditious end of the dictatorship”, i.e., auxiliar os asilados em Miami a promoverem expedições para atacar o regime de Fidel Castro. Da reunião

participaram o secretário de Estado, Colin Powell, a assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, e outras autoridades americanas.³⁸ E o presidente George W. Bush decerto não empreendeu a aventura de atacar Cuba, devido, sobretudo, ao seu envolvimento com o Iraque e o Afeganistão. Contudo, Fidel Castro, diante da perspectiva de um ataque, dirigiu-lhe publicamente uma eloquente proclamação, no qual disse:

Usted agrade a Cuba por razones políticas mezquinas, en busca del apoyo electoral de un grupo decreciente de renegados y mercenarios (...) Usted no tiene derecho alguno, que no sea el de la fuerza bruta, a intervenir en los asuntos de Cuba y proclamar a su antojo el tránsito de un sistema a otro, y adoptar medidas para llevarlo a cabo. Puesto que usted ha decidido que nuestra suerte está echada, tengo el placer de despedirme como los gladiadores romanos que iban a combatir en el circo: Salve, César, los que van a morir te saludan. Sólo lamento que no podría siquiera verle la cara, porque en ese caso usted estaría a miles de kilómetros de distancia, y yo estaré en la primera línea para morir combatiendo en defensa de mi patria.³⁹

Cuba, desde 2001/2002, enfrentava outra vez muitas dificuldades não apenas externas, como internas, sobretudo econômicas, apesar da recuperação que ocorrera, a partir de 1996, em virtude das pequenas reformas que Fidel Castro promovera em direção a uma abertura de mercado. Com o preço do barril petróleo a atingir cerca de US\$ 33, no início de 2003, em decorrência da greve geral na Venezuela e da perspectiva da guerra contra o Iraque, e a saltar para US\$ 40, em 2004, o governo de Fidel Castro teve de suspender radicalmente a aração de terra e a semeadura, bem como fechar muitas centrais açucareiras, cerca de 70, as menos eficientes, porque Cuba estava a sofrer crescente prejuízo com a produção de açúcar, cujo preço no mercado mundial era de apenas sete centavos.⁴⁰ E a produção de açúcar, que antes alcançara 8 milhões de toneladas, caiu para 1,5 milhão. Não obstante a recuperação, o valor de suas exportações, em 2003, estava ainda 73% abaixo do nível de 1989 e as importações, 43%, o que provocou um déficit na balança comercial de US\$ 4.000 bilhões, um recorde histórico.⁴¹ Outras adversidades, como os furacões Denis, Wilma e Rita, que acarretaram prejuízos diretos e indiretos no montante de US\$ 2,3 bilhões, o equivalente a 5% do PIB, estimado em US\$ 40,06 bilhões (2005), de acordo

com a paridade do poder de compra, bem como a pior seca dos últimos 100 anos, cujos danos foram calculados em US\$ 1,3 bilhão (2,9% do PIB).⁴²

Havia também outros problemas econômicos que se entrelaçavam aos problemas sociais. A sociedade cubana dividia-se, praticamente, entre os que tinham acesso à economia do dólar e os que não tinham esta facilidade, cujos salários eram em pesos cubanos desvalorizados, com os quais sobreviviam. O fato de o Federal Reserve Bank (FED) haver imposto multa de US\$ 100 milhões à Union de Banque Suisse por haver feito e permitido operações em dólares com quatro países (Líbia, Irã, Iugoslávia e Cuba), sancionadas pelos Estados Unidos, com base na lei de comércio com o inimigo, e as restrições impostas por George W. Bush ao envio de dinheiro e visitas a Cuba contribuíram para que Fidel Castro começasse a unificação do sistema monetário. Em meados de outubro de 2004, ele anunciou que o dólar americano deixaria de circular em Cuba a partir de 8 de novembro e que as transações comerciais somente se realizariam com os pesos conversíveis.⁴³ Os portadores de dólares deveriam comprar peso conversível (CUC), conhecido como “chavito”, com um gravame de 10%, para pagar em lojas, restaurantes, cafés, hotéis, táxis e outros serviços apenas disponíveis em moedas duras.⁴⁴ Nem um só centavo dos dólares assim arrecadados pela aplicação da Resolução 80 do Banco Central seria despendido nas transações comerciais de Cuba.

Essa nova política monetária concentrou no Banco Central de Cuba as reservas internacionais, estimadas em US\$ 507 milhões, o equivalente a 1,1% do PIB (2005), e possibilitou o controle do câmbio, propiciando maior segurança ao sistema financeiro e dando às instituições financeiras de Cuba mais liquidez e solvência, bem como dispor de maior cobertura diante de possíveis choques externos. A centralização das receitas em divisas do Estado facilitou o pagamento da dívida externa, da ordem de US\$ 12,5 bilhões (2004), e as obrigações decorrentes de novos compromissos financeiros externos.⁴⁵ Era natural, portanto, que o euro substituísse o dólar como moeda de reserva internacional, inclusive porque a União Europeia era o maior parceiro comercial de Cuba, absorvia cerca de 40% a 45% de suas

exportações, de lá procediam 53,5% dos turistas, e somente a Espanha contava com 26% das associações econômicas com o capital estrangeiro existente na ilha.⁴⁶ O objetivo de Fidel Castro, ao revalorizar tanto o peso conversível quanto o peso cubano, nos primeiros meses de 2005, foi avançar no sentido de restabelecer a unidade monetária e abolir os subsídios.

Fidel Castro tendia a centralizar outra vez as decisões econômicas, ampliar o controle estatal, e somente aceitar a formação de empresas mistas com outras de capital estrangeiro em setores estratégicos. Mas as reformas no sentido de abertura aos capitais estrangeiros, promovidas entre 1993 e 1996, possibilitaram que Cuba avançasse em alguns setores econômicos fundamentais. Conquanto essas reformas arrefecessem, o governo de Fidel Castro, em 1999, abriu 112.000 km² de sua zona de exclusão econômica em águas do Golfo do México, divididos em 59 blocos, para a exploração de petróleo por empresas estrangeiras e posterior desenvolvimento. E, no início de junho de 2004, moderna plataforma de prospecção petrolífera de águas profundas, arrendada pela Repsol-YPF e pela empresa norueguesa Ocean Rig, ao preço de US\$ 195.000 diários, trabalhava a 20 milhas da costa de Havana, e havia petróleo em quantidades significativas. A Petrobras, que antes já abandonara os trabalhos em Cuba, outra vez não teve a mesma sorte e encerrou suas operações na ilha, depois de tentar, durante um ano e meio, encontrar petróleo no Bloco L, localizado em águas rasas do litoral norte da ilha, em parceria com a empresa canadense Sherry Gordon. Ambas gastaram US\$ 20 milhões na perfuração do primeiro poço na região e o insucesso levou à desistência de perfurar o segundo poço, previsto no programa. Mas a Petrobras não excluiu a possibilidade de voltar ao trabalho em Cuba quando outras áreas fossem abertas à exploração. Entretanto, em mais de uma dezena de blocos no litoral de Cuba, várias outras companhias estrangeiras continuaram a operar e a produção elevou-se de 500.000 toneladas, em 1991, para 4,3 milhões de toneladas, em 2003, entre petróleo cru e gás, o que permitiu a Cuba gerar mais de 83% de energia elétrica a partir do petróleo, segundo informação do ministro da Economia, José Luiz Rodriguez, em seu informe à Assembleia Nacional.⁴⁷ As reservas

comprovadas no início de 2002 eram de 532 milhões de barris. E, em 25 de dezembro de 2004, Fidel Castro anunciou que haviam sido encontradas outras reservas de no mínimo 100 milhões de barris no nordeste de Cuba, perto de Santa Cruz do Norte, ao leste de Havana, que seriam exploradas pela Cubapetróleo (Cupet), companhia estatal cubana, juntamente com a Sherrit. A Cupet também firmou um contrato com a China Petroleum & Chemical Corporation (Sinopec), e associou-se em diferentes graus às empresas canadenses Sherrit e Pebercan, à espanhola Repsol e à Petrobras para exploração do petróleo em Cuba. E havia a perspectiva de que resultados positivos poderiam ser obtidos, em pouco tempo, na zona cubana do Golfo do México.

A produção de petróleo e gás natural em Cuba, crescendo cerca de 10% ao ano, saltou de 1,1 milhão de toneladas, em 1993, para 3,5 milhões de toneladas,⁴⁸ o equivalente a 78.000 b/d, quase a metade do seu consumo, situado em torno de 205.000 b/d. Ao mesmo tempo, a Venezuela, sob o governo do presidente Hugo Chávez, passara a fornecer a Cuba, de conformidade com o acordo firmado no ano 2000, 53.000 b/d de petróleo,⁴⁹ quantidade que, posteriormente, se elevou a quase 100.000 b/d, que cobriam cerca de 50-54% de suas necessidades, com um desconto de aproximadamente 40%,⁵⁰ i.e., a um preço (2005) de US\$ 27 por barril, menos da metade do preço no mercado mundial, o que implicava um subsídio da ordem de US\$ 1 bilhão. E o comércio entre os dois países cresceu 42%, saltando em 2005 para US\$ 1,2 bilhão e, em 2006, para US\$ 1,7 bilhão, havendo Cuba aderido à Alternativa Bolivariana para la América, que o presidente Hugo Chávez lançara para contrapor-se à criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta pelos Estados Unidos. A aliança estratégica Cuba-Venezuela era de enorme alcance. Fidel Castro negociou os mais diversos acordos de cooperação com o presidente Hugo Chávez, inclusive para a prospecção conjunta do Orinoco, uma das mais importantes jazidas mundiais de petróleo, o que assustou as 7 Irmãs, i.e., os grandes monopólios petrolíferos dos Estados Unidos.

O estreito intercâmbio comercial e a intensa cooperação com a Venezuela,

que substituiu a União Soviética como seu principal parceiro, deram novo alento à economia de Cuba. Mas a China também contribuiu para impulsionar seu desenvolvimento. Em 22 de novembro de 2004, no Palacio de la Revolución, em presença do presidente da China, Hu Jintao, com uma delegação de 200 empresários, e o presidente de Cuba, Fidel Castro, foram firmados dezesseis protocolos nos mais diversos setores de atividades. O intercâmbio econômico entre Cuba e a China, que se tornou seu quarto maior parceiro econômico, com 10% do seu comércio exterior, cresceu vertiginosamente a partir de então, e de outubro de 2004 a outubro de 2005 o comércio bilateral subiu de US\$ 551 milhões para US\$ 775,3 milhões, com a perspectiva de que se elevasse rapidamente a US\$ 1 bilhão. Também estavam previstos investimentos superiores a US\$ 500 milhões na produção de níquel, minério do qual Cuba possuía uma das maiores reservas mundiais⁵¹ e passaria a enviar à China, inicialmente, 4.400 toneladas anuais. Esse minério se tornou o principal item na pauta de exportações de Cuba, na qual o açúcar caiu para o terceiro lugar e o intercâmbio comercial com a China deu um salto de 67%, alcançando o valor de US\$ 873 milhões em 2005.⁵²

A cooperação entre os dois países abrangeu também o setor do petróleo. A empresa chinesa de gás e petróleo Sinopec, segunda companhia estatal de petróleo e uma das 10 maiores do mundo, firmou em janeiro de 2005 um acordo de produção com a empresa estatal Cubapetróleo (Cupet) para prospecção e exploração de petróleo na costa ocidental da província de Pinar del Rio e previa-se que a cooperação se estendesse a águas cubanas do Golfo do México. E havia a possibilidade de que a ilha se convertesse em uma plataforma para a China, com a instalação de indústrias dos setores de alta tecnologia, como eletrônica e informática. Os investimentos da Venezuela e da China impulsionaram fortemente o crescimento do PIB cubano, que saltou de 1,8%, em 2002, e 4,8%, em 2003, para 5,4%, em 2004, e 11,8%, em 2005.⁵³

No dia 20 de julho de 2006, Cuba deu outro impulso em suas relações exteriores, ao firmar com o Mercosul um Acordo de Complementação

Comercial durante a 30ª reunião de cúpula do bloco, com a participação de Fidel Castro, realizada na cidade de Córdoba (Argentina) em 20 de julho de 2006. Além da importância comercial, esse acordo, mediante o qual Cuba e os países do Mercosul, ao qual a Venezuela estava a aderir como sócio pleno, se outorgavam mutuamente preferências tarifárias, com o objetivo de incrementar o volume de seu intercâmbio, teve também enorme significado político. Não só representou um duro golpe no embargo mantido pelos Estados Unidos, que o presidente George W. Bush buscava endurecer, como configurou, juntamente com a entrada da Venezuela no bloco como sócio pleno, uma estratégia de integração contrária às pretensões dos Estados Unidos. Durante o ano de 2005, as exportações do Mercosul para a ilha já haviam alcançado a cifra de US\$ 364 milhões, mais do que o dobro de 2001, e as importações oriundas de Cuba saltaram de US\$ 14 milhões para US\$ 41 milhões. Decerto, o comércio bilateral entre o Mercosul e Cuba era ainda bastante limitado e demandaria tempo até que tomasse maior impulso. Mas, de qualquer modo, o Acordo de Complementação Comercial contrapunha-se ao esforço de George W. Bush no sentido de estrangular Cuba, e lhe daria bastante fôlego, somado ao intercâmbio com a Venezuela e a China. A própria presença de Fidel Castro na cúpula de Córdoba indicou que o objetivo de Cuba, juntamente com o anunciado ingresso da Venezuela no Mercosul, ia muito além de um simples intercâmbio econômico e visava a uma estreita integração com os países do Mercosul, ainda que sua adesão como sócio pleno só pudesse ocorrer se lá processasse uma reforma política, com o restabelecimento do regime democrático.⁵⁴

A perspectiva de viabilização econômica de Cuba já se delineava claramente no correr de 2006 e, em 22 dezembro, o ministro da Economia, José Luis Rodríguez, anunciou em sessão da Assembleia Nacional que a economia do país havia alcançado, naquele ano, um crescimento de 12,5% — que seria o maior da América Latina. Ele defendeu a fórmula de cálculo que incluía o custo dos serviços sociais gratuitos e subsidiados e, segundo argumentou, essa fórmula de cálculo era perfeitamente comparável com os padrões internacionais, pois as potências capitalistas atribuíam um valor à

saúde e à educação, serviços “que se vendem como mercaderías y están también comprendidos en el PBI”.⁵⁵ De qualquer modo, ainda que os serviços gratuitos fossem excluídos do cálculo, a economia cubana havia crescido 9,5% em 2006, conforme o próprio José Luís Rodríguez esclareceu. Apesar de que a fórmula cubana aumentasse entre três e quatro pontos percentuais o cálculo padrão do PIB, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), da ONU, confirmou que a economia cubana continuara a registrar grande dinamismo, em 2006, estimulada por um setor externo favorável e por maior disponibilidade de divisas, bem como pela ampliação das relações comerciais com a China. Entretanto, não obstante a recuperação econômica e os avanços sociais, que se refletiam em baixa taxa de desemprego, construção de 100.000 novas moradias, volume recorde de investimentos em ciência, redução da mortalidade infantil e aumento das matrículas escolares, Cuba ainda se debatia com graves problemas, como a crescente dependência de alimentos importados, a persistência do embargo norte-americano, a crise nos transportes públicos e o crônico déficit habitacional, além das distorções salariais, que desestimulavam o trabalho produtivo.

Em um contexto internacional adverso a Cuba, a China, com reservas em dólares da ordem de US\$ 1 trilhão, oferecia-lhe uma alternativa real e efetiva, mas também para os demais países, como Venezuela, Bolívia, Brasil e Argentina, ao permitir-lhes ampliar sua autonomia relativa, na política internacional, em uma região que os Estados Unidos sempre pretenderam reservar como seu espaço econômico. A China, em vias de tornar-se outro polo de poder mundial, uma superpotência não apenas militar como econômica, crescendo havia vários anos a taxas superiores a 10%,⁵⁶ encontrou o vácuo econômico e político deixado pelos Estados Unidos e também pela União Europeia, e assim pôde projetar sua influência sobre o Caribe e outros países da América Latina. Essa influência não era apenas econômica e comercial, mas também política. Cuba, na bacia do Caribe, passou a representar para Pequim significativo ativo geopolítico e estratégico, em contraposição ao apoio de Washington a Taiwan, no mar da China.

O apoio econômico e político da Venezuela, o Acordo de Complementação Comercial com o Mercosul e os investimentos da China, entre outros fatores, tendiam a assegurar a sobrevivência e consolidar o regime vigente em Cuba, embora igualmente pudessem induzi-lo à realização de reformas e a maior abertura de mercado, no estilo da China, reformas necessárias à sua inserção internacional e maior integração com os países da América do Sul, de modo a evitar que futuramente caísse na órbita de gravitação dos Estados Unidos. Entretanto, a cúpula do governo parecia entender que Cuba não estaria apta a promover as transformações estruturais requeridas para integrar-se de forma competitiva em uma economia globalizada, em virtude da combinação de crônica ineficiência produtiva, motivo de crescente frustração popular, e da ocorrência de desmoralizantes escândalos de corrupção empresarial de escala inédita, envolvendo altos dirigentes de algumas das principais empresas estatais.

O problema da reestruturação econômica representava enorme desafio para Cuba, que, segundo Richard Gott observou, já vinha sendo administrada, havia vários anos, por um governo pós-Castro.⁵⁷ Uma nova geração de dirigentes muito competentes se havia formado e estava preparada para assumir a direção do país, com Raúl Castro ou, inclusive, depois de Raúl Castro, que tinha 76 anos. Carlos Lage, vice-presidente do Conselho de Estado e, na realidade, uma espécie de primeiro-ministro, foi o responsável pelas reformas econômicas que permitiram a abertura de pequenos negócios, freadas depois por Fidel Castro. Ricardo Alarcón, presidente da Assembleia Nacional, era outro dos novos dirigentes, com ampla visão política e larga experiência em negociações com os Estados Unidos. E, graças à importante atividade diplomática de Felipe Pérez Roque, ministro das Relações Exteriores, Cuba conseguiu extraordinário apoio internacional contra o embargo comercial, econômico e financeiro imposto pelos Estados Unidos, que continuaram, entretanto, a mantê-lo, apesar das derrotas na Assembleia-Geral das Nações Unidas, onde, quase sempre, somente contaram com os votos de Israel, das Ilhas Palau e das Ilhas Marshall. Outros dirigentes, como Carlos Valenciaga e Ramiro Valdés, este

um dos remanescentes de Sierra Maestra, ocupando, respectivamente, os cargos de ministro da Secretaria e de ministro das Comunicações, compunham, em 2001, a equipe que representava, na realidade, o governo pós-Fidel Castro e impulsionava determinadas mudanças e ajustes necessários à abertura de Cuba ao exterior e ao estabelecimento de uma relação diferente com a comunidade internacional em matéria de comércio e finanças, o que permitiu à economia cubana, no começo do século XXI, recuperar-se, ainda que lentamente, da profunda crise na qual se precipitara após o colapso do Bloco Socialista. “É uma equipe mais do que competente, que pode dirigir os negócios de qualquer país em qualquer tempo”, como certa vez um embaixador ocidental disse a Richard Gott. O próprio Fidel Castro, na entrevista que concedeu a Ignácio Ramonet, reconheceu que já não tinha um “papel decisivo”, como nos primeiros anos, quando a CIA tentara várias vezes assassiná-lo.⁵⁸ “Hoje tenho, talvez, muito mais autoridade e confiança da população”, declarou Fidel Castro, acrescentando, mais adiante, que já havia gerações prontas para substituir outras.⁵⁹

Fidel Castro tornara-se, realmente, o presidente emérito, homem de Estado ancião, e a máquina do governo funcionava “sem sua mão no leme”, conforme constatou Richard Gott, acentuando que, “quando ele morrer, haverá pouca mudança em Cuba”, pois, “enquanto pouca gente via, a mudança já ocorrera”.⁶⁰ Realmente, os asilados cubanos em Miami nada viram. Quando, em 31 de julho de 2006, Fidel Castro delegou provisoriamente a Raúl seus poderes como presidente do Conselho de Estado enquanto se recuperava de uma intervenção cirúrgica no colo intestinal, eles exultaram, saíram às ruas para dançar, desejando sua morte. Mas a sucessão já acontecera. O poder havia passado para uma nova geração de dirigentes.

Fidel Castro estava consciente da necessidade de promover profundas transformações em Cuba e, em maio de 2006, entrevistado pelo jornalista Ignácio Ramonet, diretor do *Le Monde Diplomatique*, advertiu que “los yanquis no pueden destruir este proceso revolucionario, pero este país puede destruirse por sí mismo (...) si no somos capaces de corregir nuestros

errores”. E acrescentou: “Por eso, estamos marchando hacia un cambio total de nuestra sociedad.”⁶¹ Nessa mesma entrevista, ele reiterou que seu sucessor seria Raúl Castro, afirmando: “Si a mí me pasa algo mañana, con toda seguridad que se reúne la Asamblea Nacional y lo eligen a él, no le queda la menor duda. Se reúne el buró político y lo eligen.”⁶²

Cerca de dois meses depois, Fidel Castro enfermou-se. No entanto, sua licença, em 31 de julho de 2006, para submeter-se a uma grave operação no colo intestinal, e a renúncia, em 19 de fevereiro de 2008, entregando a seu irmão Raúl, definitivamente, o cargo de presidente de Cuba, apenas formalizaram uma situação existente, legitimada alguns dias depois pela Assembleia Nacional. Não foi nenhuma surpresa. O próprio Fidel Castro, eleito deputado para a Assembleia Nacional, deixou aberta a possibilidade de renunciar. Em mensagem lida pelo presidente da Assembleia Nacional, Ricardo Alarcón, durante a sessão plenária de 27 de dezembro de 2007, afirmou que seu dever não era “aferrarse a cargos”, mas “aportar experiencias e ideas”.⁶³ Como observou Natalia Revuelta (Naty), sua ex-amante e mãe de sua filha Alina Fernández, ele “siempre puso su proyecto revolucionario muy por encima de su vida personal”.⁶⁴

Notas

1. White House — Office of the Press Secretary President=s Statement on Cuba, July 13, 2001.
2. El País, Madri, 12/1/2003.
3. Desde 2002, as autoridades cubanas criticam a metodologia internacional de cálculo do PIB, com o argumento de que prejudicava Cuba ao subestimar o valor dos serviços sociais gratuitos e subsídios de preços para o consumo. Por essa razão começaram também a calcular o PIB com outra metodologia, que o aumenta, e publicar uma cifra alternativa.
4. Golinger, 2006, p. 72.
5. Otto J. Reich tivera uma conduta inescrupulosa quando dirigiu o Office of Public Diplomacy for Latin America and the Caribbean (S/LPD), entre 1983 a 1986. Como secretário de Estado assistente, posto que assumiu em janeiro de 2002, ele montou uma equipe com extremistas cubano-americanos, residentes em Miami, como recompensa pelos votos dados a George W. Bush na eleição de 2000.
6. Detalhes em Moniz Bandeira, 2003, pp. 609-617. Moniz Bandeira, 2004, pp. 531-540. Golinger, 2006, pp. 78-80.
7. Em uma Presidential Directive, datada de 15 de março de 1977, Jimmy Carter, escreveu: “I have concluded that we should attempt to achieve normalization of our relations with Cuba.” Presidential Directive/NSC-6, Subject: Cuba, March 15, 1977, Secret, 2 pp. The National Security Archive — George Washington University.
3. “Carter faz discurso histórico em Cuba e pede fim de embargo”. BBC Brasil — 15 de maio, 2002 — Publicado às 00h40 GMT.
 9. “Jimmy Carter: Address to the People of Cuba”. <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercubaspeech.htm> Declaraciones de Jimmy Carter en la Universidad de la Habana, Cuba. “Los Estados Unidos y Cuba: Una Visión Para El Siglo 21”, by Jimmy Carter 14 May 2002. The Carter Center <http://www.cartercenter.org/news/documents/doc518.html?printerFriendly=true> — “Jimmy Carter: Address to the People of Cuba”. <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercubaspeech.htm>
0. Elián Gonzáles foi um dos três sobreviventes de um naufrágio em que morreram a mãe dele, o padrasto e mais nove cubanos, que tentavam entrar ilegalmente nos Estados Unidos. O menino foi resgatado perto de Fort Lauderdale, boiando sobre uma câmara-de-ar. O pai não fora consultado por sua ex-mulher antes de tentar tirá-lo da ilha e levá-lo para Flórida.. Em Miami, Elián foi deixado temporariamente aos cuidados do tio-avô paterno Lázaro González, mecânico, e de sua filha Marisleysis, ambos cubanos asilados e, a partir do momento que acolheram o menino, recusaram-se, com o respaldo da comunidade em Miami, a devolvê-lo ao pai, em Cuba. Entraram com ação na Justiça, requerendo a permanência de Elián nos Estados Unidos, mas o juiz Anthony Kennedy, relator do caso, denegou-o.
 1. Ramonet, 2006, p. 465.
 2. Luís Posada Carriles é um dos mais famosos terroristas cubano-americanos. Como agente e colaborador da CIA, treinou na Guatemala os exilados cubanos que participaram da invasão da

Baía dos Porcos, em 1961. Intentou várias vezes matar Fidel Castro e, em 6 de outubro de 1976, fez explodir em pleno voo, em frente à costa de Barbados, um avião da companhia Cubana de Aviación, quando morreram 73 pessoas, além de outros inumeráveis atentados a bomba. Consta que estava na Plaza Dealey de Dallas, em Houston, quando ocorreu o atentado contra o presidente John Kennedy, em 22 de novembro de 1963. Em entrevistas ao New York Times, confessou que fora treinado pela CIA e que a Fundación Cubano Americana, dirigida por Jorge Mas Canosa (1939-1997), financiava suas operações terroristas. Luis Posada Carriles e Orlando Bosch foram fundadores da CORU, o grupo terrorista mais ativo, sediado em Miami. Esteve preso no Texas, acusado de entrada ilegal nos Estados Unidos, mas foi solto logo depois.

3. Discurso de Raúl Castro en el Comité Central del Partido Comunista en 3/5/08. Sierra Maestra — Diario digital. La Habana, 30 abr (Prensa Latina).
4. Id., *ibid.*, p. 474.
5. O Projeto Varela recebeu o nome do padre Felix Varela y Morales (1788-1853), um dos expoentes da história de Cuba, que defendeu sua independência e a abolição da escravatura. Esse projeto, dirigido por Oswaldo Payá Sardiñas, tinha como fundamento um artigo da Constituição. De fato, o inciso 4 do artigo 48 da Constituição de Cuba garante aos cidadãos cubanos o direito de propor leis à Assembleia Nacional do Poder Popular e estabelece que “en este caso será requisito indispensable que ejerciten la iniciativa diez mil ciudadanos, por lo menos que tengan la condición de electores”. Oswaldo Payá Sardiñas alegou haver conseguido mais de 11.000 assinaturas, o número necessário para propor o referendun.
6. “Jimmy Carter: Address to the People of Cuba”, <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercubaspeech.htm> Declaraciones de Jimmy Carter en la Universidad de la Habana, Cuba. “Los Estados Unidos y Cuba: Una Visión Para El Siglo 21”, by Jimmy Carter 14 May 2002, The Carter Center <http://www.cartercenter.org/news/documents/doc518.html?printerFriendly=true> — “Jimmy Carter: Address to the People of Cuba”. <http://www.americanrhetoric.com/speeches/jimmycartercubaspeech.htm>
7. Ramonet, 2006, pp. 367-371.
8. Id., *ibid.*, p. 371.
9. White House — President George W. Bush — Remarks by the President at Cuban Independence Day Event — James L. Knight Center — Miami, Florida For Immediate Release. Office of the Press Secretary — May 20, 2002. <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2002/05/20020520-6.html> Bush: “Fim do embargo a Cuba só com eleições livres” — BBC Brasil, 20/5/2002, publicado às 15h47 GMT.
10. Ramonet, 2006, pp. 530-531.
1. “Carter critica de novo política de Bush a Cuba”. Gramma Internacional, 16/10/2002. “Carter criticizes Bush policy toward Cuba”, France-Press, October 14, 2002.
2. O U.S. Bureau of Census considera cubanos não apenas aqueles nascidos em Cuba mas também seus descendentes nascidos nos Estados Unidos. Destes, estima-se que 912,686 (63%) nasceram em Cuba e 535,998 (37%) são descendentes. Os cubanos representavam 4% do total de 40,5 milhões de latino-americanos e seus descendentes que vivem nos Estados Unidos. Dos cerca de

913.000 cubanos que nasceram em Cuba, 431.429 (30%) chegaram aos Estados Unidos antes de 1980; 171.798 (12%) chegaram entre 1980 e 1990, e 309.459 (21.4%) de 1990 a 2004, data da pesquisa. A esta última cifra poder-se-ia agregar pelo menos outros 40.000, que corresponderiam, no mínimo, a 20.000 cubanos que emigravam, por ano, para os Estados Unidos, legalmente, segundo estabelecido nos Acuerdos Migratorios vigentes. Os 37% restantes eram filhos nascidos nos Estados Unidos.

3. Os cinco cubanos eram agentes da Seguridad del Estado cubano e foram presos após entregar ao FBI, em um intercâmbio, um relatório de 230 páginas, com provas sobre as ações terroristas contra Cuba, articuladas em Miami. Três receberam penas de 15 anos de prisão e dois — Antonio Guerrero e René González — foram condenados à prisão perpétua. Os cinco recorreram à Corte de Apelação de Atlanta e, em agosto de 2005, os juízes que integravam uma das Turmas da Corte, por unanimidade, declararam nulo o processo, entendendo que deveria ser realizado um segundo julgamento. Posteriormente o Ministério Público dos Estados Unidos recorreu para o Pleno da Corte de Apelação de Atlanta, que acolheu o recurso e reformou a decisão da Turma, mantendo as condenações impostas aos cinco cubanos pela Justiça de primeira instância.
4. El Nuevo Herald, 5/9/2001.
5. A U.S. Coast Guard dos Estados Unidos informou que de setembro de 2005 até setembro de 2006 houve 2.810 interdições de refugiados cubanos no mar. E durante 2006 chegaram por mar à Flórida 3.076 cubanos.
6. Ramonet, 2006, p. 416.
7. Comparecencia especial del presidente de la República de Cuba, Fidel Castro Ruz, en la Mesa Redonda sobre los más recientes acontecimientos en nuestro País y el incremento de las acciones agresivas del gobierno de Estados Unidos contra nuestro pueblo. El 25 de Abril de 2003. www.cubaminrex.cu/Archivo/Presidente/2003/FC—250403.htm — 139k
8. Ramonet, 2006, p. 416.
9. Comparecencia especial del presidente de la República de Cuba, Fidel Castro Ruz, en la Mesa Redonda sobre los más recientes acontecimientos en nuestro País y el incremento de las acciones agresivas del gobierno de Estados Unidos contra nuestro pueblo. El 25 de Abril de 2003. www.cubaminrex.cu/Archivo/Presidente/2003/FC—250403.htm — 139k
0. Alguns artigos da Lei 88 estabelecem:

Artículo 1: Esta Lei tiene como finalidad tipificar y sancionar aquellos hechos dirigidos a apoyar, facilitar, o colaborar con los objetivos de la Lei “Helms-Burton”, el bloqueo y la guerra económica contra nuestro pueblo, encaminados a quebrantar el orden interno, desestabilizar el país y liquidar al Estado Socialista y la independencia de Cuba.

CAPÍTULO II

De las Infracciones Penales

Artículo 4.1: El que suministre, directamente o mediante tercero, al Gobierno de Estados Unidos de América, sus agencias, dependencias, representantes o funcionarios, información para facilitar los objetivos de la Lei “Helms-Burton”, el bloqueo y la guerra económica contra nuestro pueblo, encaminados a quebrantar el orden interno, desestabilizar el país y liquidar al Estado Socialista y la independencia de Cuba, incurre en sanción de privación de libertad de

siete a quince años.

Artículo 6.1: El que acumule, reproduzca o difunda, material de carácter subversivo del Gobierno de Estados Unidos de América, sus agencias, dependencias, representantes, funcionarios o de cualquier entidad extranjera, para apoyar los objetivos de la Lei Helms-Burton, el bloqueo y la guerra económica contra nuestro pueblo, encaminados a quebrantar el orden interno, desestabilizar el país y liquidar al Estado Socialista y la independencia de Cuba, incurre en sanción de privación de libertad de tres a ocho años o multa de tres mil a cinco mil cuotas o ambas.

Artículo 7.1: El que, con el propósito de lograr los objetivos de la Lei “Helms-Burton”, el bloqueo y la guerra económica contra nuestro pueblo, encaminados a quebrantar el orden interno, desestabilizar el país y liquidar al Estado Socialista y la independencia de Cuba, colabore por cualquier vía con emisoras de radio o televisión, periódicos, revistas u otros medios de difusión extranjeros, incurre en sanción de privación de libertad de dos a cinco años o multa de mil a tres mil cuotas o ambas.

1. Ramonet, 2006, p. 401.
2. El Nuevo Herald, 30/4/ 2003. Ramonet, 2006, p. 487.
3. Os sequestradores foram condenados de acordo com os artigos abaixo citados da Lei nº 93 (Ley Contra Actos de Terrorismo):

Titulo I Generalidades Artículo 1.1: La presente Lei tiene como objeto prever y sancionar los actos descritos en su articulado que por la forma de ejecución, medios y métodos empleados, evidencian el propósito específico de provocar estados de alarma, temor o terror en la población, por poner en peligro inminente o afectar la vida o la integridad física o mental de las personas, bienes materiales de significativa consideración o importancia, la paz internacional o la seguridad del Estado cubano.

CAPÍTULO II

Toma de Rehenes

Artículo 14. 1. El que, se apodere de otra persona, o la retenga en contra de su voluntad, y amenace con matarla, hierirla o mantenerla retenida, a fin de obligar a un Estado, una organización intergubernamental, una persona natural o jurídica o un grupo de personas, a una acción u omisión, como condición explícita o implícita, para la liberación del rehén, incurre en sanción de privación de libertad de diez a veinte años.

2. Si como consecuencia de los hechos descritos en el apartado anterior se produce la muerte o lesiones graves de una o más personas o se logra la condición exigida para la liberación del rehén, la sanción es de diez a treinta años de privación de libertad, privación perpetua de libertad o muerte.

4. “La Unión Europea no tiene autoridad moral para condenar a Cuba”, Felip Pérez Roque. Declaración del MINREX cubano el día 13 de junio del 2003. Embajada de Cuba en Berlim.
5. Ibid.
6. Prejean, Sister Helen. “Death in Texas”, The New York Review of Books, vol. 52, nº 1, January 13, 2005.
7. Ross, Sonya. “Bush=s tone on Cuba is tough — Vows to reinforce tourism ban, embargo”, The Boston Globe (Associated Pres), 11/10/2003. “Bush announces initiatives for Cuban dissidents

- Cuban-Americans significant voting bloc in Florida”. CNN.com. Inside Politics Friday, October 10, 2003. Posted: 9:31 PM EDT (0131 GMT).
8. The White House — Office of the Press Secretary. For Immediate Release — December 8, 2003 — Fact Sheet: Commission for Assistance to a Free Cuba. “Our government will establish a Commission for the Assistance to a Free Cuba, to plan for the happy day when Castro’s regime is no more and democracy comes to the island.” — President George W. Bush, October 10, 2003. <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/12/20031208-8.html>
 9. Proclama de un adversario al gobierno de Estados Unidos (14/5/2004). Embajada de Cuba en Brasil.
 10. Id., *ibid.*, pp. 502-503.
 11. Mesa-Lago, Carmelo. “Problemas sociales y económicos en Cuba durante la crisis y la recuperación”, *Revista de la CEPAL*, nº 86, agosto 2005, pp. 183-205. Mesa-Lago, Carmelo. *Nueva Sociedad* 206, Noviembre-Diciembre 2006.
 12. Cuba: evolución económica durante 2005 y perspectivas para 2006. Naciones Unidas — Comisión Económica para América Latina y el Caribe — CEPAL. Distr. Limitada — LC/MEX/L.748. 13 de septiembre de 2006, pp. 7-8.
 13. BBC News Last Updated: Monday, 21 July, 2003, 17:03 GMT 18:03 UK.
 14. O peso conversível passou assim a valer 0,90 centavos do dólar. Os francos suíços, euros, dólares canadenses e outras divisas poderiam ser utilizadas, mas sem nenhum tipo de gravame.
 15. Cuba: evolución económica durante 2005 y perspectivas para 2006. Naciones Unidas — Comisión Económica para América Latina y el Caribe — CEPAL. Distr. Limitada — LC/MEX/L.748. 13 de septiembre de 2006, pp. 4-5.
 16. Puerta Rodríguez, Hilda Elena. “El euro como moneda internacional. Implicaciones para Cuba”. Centro de Investigaciones de Economía Internacional. Universidad de la Habana.
 17. *El País*, Madrid, 4/7/2004.
 18. Cuba: evolución económica durante 2005 y perspectivas para 2006. Naciones Unidas — Comisión Económica para América Latina y el Caribe — CEPAL. Distr. Limitada — LC/MEX/L.748. 13 de septiembre de 2006, p. 23.
 19. Convenio Integral de Cooperación entre Cuba y Venezuela, firmado pelos presidentes Fidel Castro Ruz e Hugo Chávez Frias, no Salão Ayacucho do Palácio Miraflores, em 30 de outubro de 2000.
 20. Alvarez, Cesar J. “Venezuela=s Oil-Based Economy”. Council on Foreign Relations. November 27, 2006. <http://www.cfr.org/>
 21. As reservas estavam situadas no nordeste da província de Holguín. Havia uma jazida ainda não explorada em Camagüey e também no Oriente.
 22. Cuba: evolución económica durante 2005 y perspectivas para 2006. Naciones Unidas — Comisión Económica para América Latina y el Caribe — CEPAL. Distr. Limitada — LC/MEX/L.748. 13 de septiembre de 2006, p. 2.
 23. *Ibid.*, p. 15.
 24. A chamada “cláusula democrática”, implícita no Tratado de Assunção, foi institucionalizada pelo

Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no Mercosul (1998), cujo artigo 1º diz o seguinte: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados Partes do presente Protocolo.” O Mercosul tornou-se, em outras palavras, garantia relevante da consolidação dos regimes democráticos na América do Sul.

5. La Nación, Buenos Aires, 23/12/2006.
6. A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (CNDR) da China anunciou que o país cresceu em 2006 cerca de 10,5%.
7. Id., *ibid.*, p. 362.
8. Ramonet, 2006, p. 537.
9. Id., *ibid.*, p. 538.
10. Gott, 2006, pp. 363-364.
11. Ignacio Ramonet. Reportaje al Líder Cubano Fidel Castro: “Esta revolución puede autodestruirse”. Buenos Aires, Clarín, 14/5/2006.
12. *Ibid.*
13. “Cuba: Fidel Castro dijo que no se mantiene >aferrado= al poder”. Clarín, Buenos Aires, 28/12/2007.
14. Fernando García Entrevista a Natalia Revuelta (Naty): “Fidel puso su proyecto muy por encima de su vida privada”. Espanha, La Vanguardia, 2/1/2008.

Capítulo XX

A ASCENSÃO DE RAÚL CASTRO • ESTABILIDADE POLÍTICA EM CUBA • REFORMAS ECONÔMICAS • FIM DO IGUALITARISMO • RELAÇÕES DE CUBA COM A VENEZUELA, A CHINA E O BRASIL • INSERÇÃO DE CUBA NO GRUPO DO RIO • A ELEIÇÃO DE BARACK OBAMA E A PERSPECTIVA DAS RELAÇÕES COM OS ESTADOS UNIDOS • OS 50 ANOS DA REVOLUÇÃO CUBANA E A CRISE ECONÔMICA GLOBAL

A sucessão no governo de Cuba havia começado, de fato, logo que Fidel Castro sofreu breve desmaio, como consequência de um choque de calor, i.e., pequena insolação, em 23 de junho de 2001, enquanto fazia um discurso que durou mais de três horas, sob um sol ardente, em El Cotorro, um bairro de Havana. Os exilados, em Miami, já estavam a celebrar o acontecimento, supondo que Fidel Castro morreria, mas se surpreenderam por vê-lo reaparecer em um programa de televisão, no qual contou, diretamente, a versão autêntica do que lhe sucedera. Contudo, um ligeiro desvanecimento de apenas alguns minutos fora um sinal da mortalidade de “el Caballo”, como o apelidavam na ilha, devido à sua força, sua resistência e sua capacidade de trabalho. E uma semana depois, Fidel Castro anunciou que, quando morresse, seu sucessor seria seu irmão Raúl Castro. “Raúl es el compañero que tiene mayor autoridad y experiencia después de mí y por eso entiendo que tiene capacidad para sucederme”, disse à jornalista Andrea Mitchel, da NBC. E Raúl Castro declarou que não haveria mudança em Cuba, como buscavam os inimigos da revolução, mas “una transición en dirección a un socialismo mejor”. De fato, desde então, Raúl Castro já estava a exercer efetivamente o governo de Cuba, com o apoio do Exército, que ele havia organizado e comandava, ao longo de mais de quatro décadas. E este Exército era que controlava, não só o aparelho do Estado, mas também todos os setores produtivos de Cuba.

Um artigo publicado, em 22 de outubro de 2006, pelo jornal Juventud Rebelde, que se supunha refletir o pensamento de Raúl Castro, apontou, sem preconceitos ideológicos, os desafios de promover a modernização competitiva de uma economia socialista sem alterar os fundamentos da planificação centralizada. Essa disfunção se apresentava na forma de atender à demanda popular por bens e serviços de qualidade, devido à falta de um sistema de remuneração capaz de gerar incentivos para o trabalhador produzir com mais cuidado e eficiência. Em tais circunstâncias, a escassez crônica de bens e serviços de Cuba, que ainda mais se agravou durante o Período Especial, estimulava a corrupção e o individualismo em contraposição ao interesse coletivo, gerando uma “tendência cultural injustificável” de aceitar o mercado negro, que remunerava precisamente aqueles indivíduos que nada contribuía para a sociedade, conforme reconheceu o chanceler Felipe Pérez Roque. Tal situação era difícil de superar dentro do modelo socialista existente em Cuba.

Aparentemente, o artigo publicado em Juventud Rebelde, recorrendo inclusive a teses de Che Guevara, tratou de fazer a justificação ideológica e dar fundamentação teórica à ideia de “perfeccionamiento” empresarial, de acordo com as reformas que Raúl Castro estava a defender, embora não ignorasse os percalços e temesse o desmoronamento do regime socialista, como ocorrera na União Soviética, com a experiência da Perestroika, embora Mikhail Gorbachev realmente tentasse salvá-lo e, em 6 de outubro de 1989, cerca de um mês antes da queda do Muro de Berlim houvesse advertido que “wer zu spät kommt, den bestraft das Leben” (quem vem tarde demais, a vida castiga), ao falar demoradamente sobre os problemas com que a União Soviética se defrontava.

Não se podia esperar que o afastamento de Fidel Castro determinasse mudanças rápidas e radicais no marco político de Cuba. Era muito difícil que pudessem ocorrer a curto ou médio prazo. O principal fator que as obstaculizava e impedia, inter alia, era o permanente esforço de Washington para mudar o regime revolucionário, apoiando financeiramente a oposição, ademais da ameaça representada pela comunidade de exilados cubanos em

Miami, uma comunidade irracionalmente radicalizada e agressiva, que não queria diálogo, mas aniquilar totalmente as conquistas da revolução. A situação na ilha não sofreu nenhum abalo e continuou estável. Aliás, o tenente-general Michael D. Maples, diretor da Defense Intelligence Agency (DIA), já previra, em informe encaminhado ao Senate Select Committee on Intelligence, com data de 11 de janeiro de 2007, que “in Cuba, Raúl Castro is firmly in control as Cuba’s acting president and will likely maintain power and stability after Fidel Castro dies, at least for the short-term”.¹

O general Michael D. Maples salientou que Raúl Castro, ministro das Forças Armadas desde 1960, gozava de amplo respeito e apoio entre os jovens chefes militares, o que seria crucial na sucessão permanente do governo de Cuba.² E, em 27 de fevereiro de 2008, três dias depois que a Assembleia Nacional elegeu Raúl Castro para a presidência de Cuba, o general Michael D. Maples, em depoimento prestado perante o Armed Services Committee do Senado americano, tornou a declarar que a situação de Cuba era estável, embora admitisse que alguma instabilidade, eventualmente, pudesse ocorrer, dentro de seis ou sete meses, porquanto havia certa expectativa por parte da população para ver até onde iria o presidente Raúl Castro, e a insatisfação estava a alcançar tal nível que a migração da ilha poderia ter lugar.³ Essa previsão do general Michael D. Maples, entretanto, não se confirmou. Pelo contrário. No curso de 2008, não mais havia dúvidas sobre a consolidação da autoridade de Raúl Castro na direção do Estado. E ele continuou a manejar com elevado pragmatismo as relações exteriores de Cuba. Além de retomar as negociações com a União Europeia, mostrou-se disposto a manter entendimento com os Estados Unidos nos discursos que fez durante a celebração da criação das Forças Armadas Revolucionarias (FAR), do 54º aniversário do assalto ao Quartel de Moncada, em 26 de julho de 2007, e reiterou-o, enfaticamente, no discurso pronunciado em 3 de maio de 2008 no Comitê Central do Partido Comunista, quando afirmou:

La nueva administración que surja tendrá que decidir si mantiene la absurda, ilegal y fracasada política contra Cuba o acepta el ramo de olivo que extendimos en ocasión del 50

aniversario del desembarco del Granma. Es decir, cuando reafirmamos la disposición a discutir en pie de igualdad el prolongado diferendo con el gobierno de los Estados Unidos, convencidos de que los problemas de este mundo, cada vez más complejos y peligrosos, solo tienen solución por esa vía. Si las nuevas autoridades norteamericanas dejan por fin a un lado la prepotencia y deciden conversar de modo civilizado, bienvenido sea. Si no es así, estamos dispuestos a continuar enfrentando su política de hostilidad, incluso durante otros 50 años, si fuera necesario.⁴

No mesmo discurso, acentuando que “no hemos salido todavía del Período Especial”,⁵ reconheceu os problemas econômicos do país e apontou para a necessidade de ajustes estruturais. O presidente Raúl Castro necessitava ampliar realmente a abertura econômica, de modo a manter e legitimar a continuidade do regime instituído pela revolução e conter a oposição doméstica (que sempre existiu), propiciando mais bens de consumo e conforto aos 11,2 milhões de cubanos, cujo salário médio era de pouco mais de US\$ 10, o equivalente a cerca de 300 pesos cubanos, quantia tão insuficiente que, conforme o próprio Raúl Castro admitiu, “generaliza manifestaciones de indisciplina social y tolerancia con actitudes antisociales”, i.e., o mercado negro e a baixa disciplina no trabalho.⁶ O aumento do nível de bem-estar social, i.e., fazer um “socialismo mejor” demandava, portanto, o crescimento da economia, com maiores investimentos estrangeiros e, inclusive, mudanças específicas e substanciais no modelo econômico socialista, alicerçado no monopólio dos meios de produção pelo Estado. A produtividade do país não era suficiente para sustentar a gratuidade de todos os serviços, que o Estado estava a subsidiar. As reformas econômicas afiguravam-se, portanto, fundamentais para a conservação do próprio regime político, i.e., a hegemonia do Partido Comunista, porquanto o socialismo era inviável sem que houvesse riqueza para distribuir. E, com essa percepção, Raúl Castro optou por aceitar o repto da globalização e tratar de reinserir Cuba na economia internacional.

Logo que assumiu, efetivamente, o governo, em 24 de fevereiro de 2008, Raúl Castro tratou de acelerar as reformas, tanto econômicas quanto sociais e políticas, e adiantou que, “en las próximas semanas”, começaria a eliminar algumas das proibições e medidas legais “que hacen más daño que beneficio”

à sociedade cubana. E, durante o VI Pleno do Comitê Central do PCC, anunciou o fim das medidas provisórias, adotadas desde que Fidel Castro se licenciara para submeter-se à operação no colo intestinal, e a comutação de todas as condenações à morte, transformadas em penas de prisão perpétua ou por 30 anos, com a exceção das que foram ditadas contra três pessoas culpadas de atos de terrorismo,⁷ pois, como salientou, “no podemos desarmarnos frente a un imperio que no cesa de acosarnos y agredirnos”. “El terrorismo contra Cuba ha gozado de total impunidad en los Estados Unidos. Se trata de un verdadero terrorismo de Estado,” acrescentou.⁸

Na mesma ocasião, Raúl Castro anunciou a celebração do VI Congresso do Partido Comunista, em 2009, e declarou que a prioridade era aumentar a produção de alimentos. Com esse objetivo, como ele próprio prometera, em julho de 2007, teria de introduzir na agricultura mudanças estruturais e de conceitos necessários, estimulando o trabalho dos camponeses, a fim aumentar a produtividade e reduzir a importação de alimentos, da ordem de 80% do que consumia, a um custo anual de cerca de US\$ 1,6 bilhão, embora metade das terras cultiváveis na ilha estivesse ociosa e subutilizada. “Para importar el mismo volumen de alimentos que en el 2007, este año se requerirían 1.100 millones de dólares más”, disse Raúl Castro, referindo-se à elevação dos preços dos alimentos no mercado mundial. Em 2008, as importações de alimentos custaram a Cuba o montante de US\$ 907 milhões, mais do que em 2007.⁹ E, em tais circunstâncias, tornava-se urgente elevar a produção agrícola no país e “revertir definitivamente la tendencia al decrecimiento del área de tierra cultivada”, que, entre 1998 e 2007, diminuiu cerca de 33%, devido em larga medida à carência de ferramentas e combustível durante o Período Especial.

No mesmo discurso, ao encerrar a primeira sessão da Assembleia Nacional do Poder Popular, desde que assumiu formalmente o governo, em fevereiro, delineou as diretrizes que pretendia imprimir, de modo a estimular e tornar mais eficiente o processo produtivo do país. Na sua concepção

Socialismo significa justicia social e igualdad, pero igualdad de derechos, de oportunidades, no de ingresos. Igualdad no es igualitarismo. Este, en última instancia, es también una forma

de explotación: la del buen trabajador por el que no lo es, o peor aún por el vago.¹⁰

Raúl Castro, condenando o igualitarismo, estava a romper completamente com a doutrina de Che Guevara, que criticara a implementação de práticas de caráter capitalista na União Soviética e defendera a instituição de “prêmios morais”, com concessão de títulos, diplomas etc., em lugar de incentivos econômicos para que os trabalhadores aumentassem a produção.¹¹ Era inviável implantar o socialismo dentro dos marcos de um Estado nacional e de uma economia mundial de mercado, sobretudo em um país atrasado, ou mesmo manter aquele modelo que Eric Honecker chamou de “socialismo real”, inspirado na União Soviética. Sem uma grande indústria mecanizada, capaz de organizar também a agricultura e aumentar a oferta de bens e serviços, em quantidade e em qualidade, a liquidação das diferenças de classe, em tais circunstâncias, não tinha consistência e resultaria no estancamento ou, inclusive, na decadência do modo de produção da sociedade, como acontecera em Cuba, confirmando a advertência que Engels fizera, em fins do século XIX, com respeito à Rússia.¹² E daí por que Raúl Castro, ao rechaçar o igualitarismo, não somente autorizou a venda direta de ferramentas de trabalho aos agricultores, até então centralizada e submetida a exigências burocráticas, como decidiu ceder terras ociosas, pertencentes ao Estado,¹³ a cooperativas e produtores privados, de modo a aumentar a produção de alimentos, café e fumo.¹⁴

Desde fevereiro, quando foi eleito presidente de Cuba, Raúl Castro tomou diversas outras iniciativas bastante significativas. Acabou com as restrições, determinadas pelos problemas energéticos, à compra de computadores e equipamentos eletrônicos, televisões de 19 a 24 polegadas, equipamentos de reprodução de vídeo, DVDs, aparelhos de ar-condicionado, bicicletas elétricas e alarmes para automóveis, bem como fornos de micro-ondas e outros eletrodomésticos, além de suspender a proibição que impedia a hospedagem dos cubanos nos hotéis destinados aos turistas e as operações para a mudança de sexo. A previsão era de que o levantamento das restrições se desenvolvesse em três etapas, até 2010. E, com o objetivo de impedir o

caos, que alguns setores dos Estados Unidos e os exilados na Flórida intentassem promover para derrocar o regime, as Forças Armadas Revolucionárias estavam a comandar o processo de mudança estrutural e os ajustes na economia, com a restauração do mercado e a abertura aos investimentos privados. Foram elas, as Forças Armadas Revolucionárias, que, sob o comando de Raúl Castro, assumiram praticamente o controle da maior parte do sistema produtivo de Cuba, diante da necessidade de ordenar e manejar uma economia arruinada, quando seu PIB despencou mais de 35%, após o esbarrondamento do Bloco Socialista e a perda dos subsídios, da ordem de US\$ 4,6 bilhões anuais, fornecidos pela União Soviética. A partir de então, os militares passaram dirigir os setores estratégicos, não apenas a agricultura, a produção do açúcar, a construção e as telecomunicações, mas também o turismo e as indústrias básicas, administrando, com muita seriedade, 844 companhias cubanas, i.e., cerca de 30% do total existente no país, em fins de 2006, responsáveis por mais de 64% das divisas que entravam no país e 60% do PBI cubano.¹⁵

Os generais e coronéis, na ativa ou reformados, que se dedicaram às tarefas econômicas, congregaram-se no Grupo de Administração Empresarial, sob a direção do general Julio Casas Regueiro, o segundo na hierarquia militar, abaixo de Raúl Castro. Mas não se tornaram milionários. Seus salários situavam-se em torno de 680 pesos (aproximadamente 30 dólares).¹⁶ Contudo, o poder econômico adensou ainda mais o poder político das FAR, gerado por sua própria história, pois surgiram do Exército Rebelde, organizado e comandado por Fidel Castro, nas guerrilhas contra a ditadura de Batista, e empreenderam, posteriormente, importantes campanhas internacionais, sobretudo em Angola, onde 50.000 soldados cubanos combateram, na Etiópia e em outros países da África. E a lealdade dos chefes militares ao regime estava fora de dúvida, inclusive para os adversários, como o ex-piloto da Força Aérea Vladimiro Roca.¹⁷ Conquanto durante o Período Especial nos anos 1990 os efetivos da FAR fossem reduzidos de cerca de 300.000 para pouco mais de 50.000 soldados, sargentos e oficiais, elas dispunham de material bélico oriundo da extinta União Soviética, fabricado e

modernizado pelas Empresas Militares Industriales (EMI), capazes de reparar tanques e aviões bem como produzir fuzis, projéteis e carros de combate. E, em caso de invasão, o governo de Cuba poderia contar com milhares de homens do Ejército Juvenil del Trabajo, mais de 1 milhão de homens e mulheres das Milicias de Tropas Territoriales e 3,5 milhões de membros das Brigadas de Producción y Defensa.

Sob a direção das FAR, acentuou-se na economia de Cuba a tendência para um tipo de capitalismo de Estado, similar ao existente na China e no Vietnã, não obstante as enormes diferenças geográficas, históricas e socioculturais que separavam a ilha daqueles países asiáticos, onde o sistema produtivo apresentava maior dinamismo. E, em 2006, grandes consórcios da China, por meio de um memorando de entendimento, outorgaram a Cuba um crédito de US\$ 1,8 bilhão para financiar operações de curto, médio e longo prazos, permitindo o desenvolvimento de amplos programas sociais e de reativação econômica, o que possibilitou, no setor de transporte, negociar convênios com a Zhengzhou Yutong Group Co. Ltd. para a entrega de 5.348 veículos, incluindo 600 ônibus para o serviço urbano, a um custo de US\$ 370 milhões. Também foram criadas empresas mistas sino-cubanas nas áreas das telecomunicações, indústria leve, agricultura, turismo, biotecnologia e saúde, bem como de hidrocarbonetos, para a pesquisa e exploração do petróleo, cujas reservas provadas eram da ordem de 124 milhões bbl (janeiro/2008) e gás, com 70,79 bilhões m³ (janeiro/2008),¹⁸ em dois blocos da plataforma marítima de Cuba, nas águas do Golfo do México. Posteriormente, durante a visita do presidente Hu Jintao a Havana, em novembro de 2008, o governo de Cuba propôs à China a construção de uma pequena refinaria para sulfuretos de níquel e cobalto, com capacidade anual de 3.500 toneladas de níquel e 1.500 toneladas de cobalto, além da subscrição de um contrato de risco para a prospecção na Sierra Maestra, visando a encontrar jazidas de ouro, prata, cobre, zinco e chumbo. A execução de tais projetos, da ordem de 37, requeria da China investimentos no valor estimado de US\$ 1,5 bilhão.

A China tendia a tornar-se um dos mais importantes parceiros de Cuba, ao

lado da Venezuela, da Espanha, do Canadá e da Itália. Em 2008, porém, a Venezuela ainda continuava como o principal sócio de Cuba, fornecendo-lhe cerca de 92.000 barris de petróleo, em condições especiais de financiamento e cuja fatura era parcialmente paga com o trabalho de cerca de 30.000 médicos, dentistas, técnicos de saúde e enfermeiros¹⁹, que lá começaram a chegar em março de 2003, recebendo apenas um estipêndio de US\$ 250 mensais para cobrir os custos de vida. Também, os dois países, cujas relações alcançaram extraordinário desenvolvimento na área comercial, executaram, em 2008, 76 projetos bilaterais, estimados em cerca de US\$ 1,3 bilhão, e pretendiam implementar, em 2009, mais 311 projetos de investimentos, da ordem de US\$ 2 bilhões, nas áreas de desenvolvimento industrial, agricultura, educação, saúde, esportes e telecomunicações, entre outros, que foram celebrados durante a visita do presidente Raúl Castro a Caracas, em 13 e 14 de dezembro de 2008.²⁰ E entre esses acordos, firmou-se um memorando de entendimento para a criação de uma holding binacional — Cuventrol —, visando a construir outra refinaria de petróleo em Cuba e expandir a refinaria Camilo Cienfuegos, reformada com capital da Venezuela. O projeto conjunto das empresas estatais Cupet e Pdvsa fora avaliado em cerca de US\$ 5 bilhões. E, devido fundamentalmente ao desenvolvimento da refinaria Camilo Cienfuegos, os investimentos estrangeiros na refinação de petróleo e na petroquímica, situadas, sobretudo, na província de Cienfuegos, suplantaram os investimentos nos demais setores, inclusive o turismo e a mineração, nos quais se concentraram, sobretudo, em 2007.²¹

No entanto, embora Cuba participasse da Alternativa Bolivariana para las Américas (ALBA), impulsada pelo presidente Hugo Chávez, e a Venezuela fosse seu principal fornecedor de energia, o presidente Raúl Castro, bem como Carlos Lage y Ricardo Alarcón, entendia que ela não devia ser dependente de um único país, como ocorreu com respeito à União Soviética. Era necessário normalizar e ampliar suas relações exteriores, tanto econômicas quanto políticas, de modo a assegurar as conquistas fundamentais da revolução vitoriosa em 1959. A percepção, aparentemente,

era de que a Venezuela não dispunha de capacidade e massa de recursos para suprir outras necessidades do país, nem tinha condições políticas de promover a reinserção internacional de Cuba, devido ao franco antagonismo do presidente Hugo Chávez com os Estados Unidos, e por essa razão, *inter alia*, Raúl Castro e os demais dirigentes cubanos voltaram-se para o Brasil, a maior potência industrial do hemisfério sul, que começava constituir um polo econômico, em torno do qual Cuba poderia gravitar, a fim de não cair outra vez, inteiramente, na órbita dos Estados Unidos. Ademais, dado seu prestígio internacional, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva podia intermediar um entendimento entre Havana e Washington, visando a suspender ou, pelo menos, aliviar o embargo econômico e comercial, imoral e inócuo, imposto formalmente pelo presidente John F. Kennedy, com a Proclamation 3447, em 3 de fevereiro de 1962. A única explicação para que fosse mantido, disse o presidente Lula, era “a insensibilidade, insensatez ou quem sabe interesses políticos eleitorais, porque não existe outra explicação, a não ser ressentimento de um país grande que perdeu para um país pequeno”.²²

Cuba, por outro lado, revestia-se de relevância geopolítica e estratégica para o Brasil na medida em que lhe permitia projetar sua influência econômica e política sobre a região do Caribe, ademais do que simbolizava, como paradigma da resistência ao predomínio dos Estados Unidos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva jamais escondera sua simpatia pela revolução liderada por Fidel Castro, embora não fosse comunista e discrepasse do regime lá instituído devido às contingências da Guerra Fria. O professor Marco Aurélio Garcia, assessor de relações internacionais do presidente Lula, esclareceu, em entrevista à Folha de S. Paulo, que a relação com Cuba não era “ideológica”, que não compartilhava uma série de valores cubanos e que o Brasil queria ajudar Cuba, como a Jamaica, “com a particularidade de que, com Cuba, há um elemento de afinidade subjetiva”, pois “várias gerações entraram na política tendo o modelo cubano como referência, a forma como defenderam a soberania e as mudanças sociais implementadas”.²³ Essa “afinidade subjetiva” foi o que, talvez, mais

contribuiu para o Brasil oferecer-lhe prontamente ajuda humanitária quando três furacões — Gustav, Ike e Paloma — atravessaram a ilha, em setembro de 2008, causando prejuízos da ordem de US\$ 10 bilhões, o equivalente a 20% do seu PIB — estimado em US\$ 125,5 bilhões (2007)²⁴ segundo o método da paridade do poder de compra — ao danificar cerca de 530.758 casas e a infraestrutura civil e a agricultura.²⁵ E, a fim de aprofundar as negociações e estreitar o relacionamento entre os dois países, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, visitou Havana duas vezes, em maio e em outubro/novembro, quando a Petrobras assinou com a Cupet (Companhia Cubana de Petróleo) um contrato para a implantação de uma fábrica de lubrificantes, bem como para a exploração de petróleo em águas profundas, a 12 km da costa da ilha, adquirindo os direitos de prospecção no bloco 37 com 1.600 km² de extensão, na denominada Zona Econômica Exclusiva cubana (ZEE) no Golfo do México, onde faria um investimento inicial de US\$ 8 milhões; o governo de Cuba se mostrou igualmente interessado em fomentar a produção de polietileno “verde”, a partir do etanol de cana-de-açúcar, com a tecnologia desenvolvida pela empresa petroquímica brasileira Braskem.

Cuba negociou com o Brasil importantes acordos econômicos e comerciais, que envolviam investimentos em infraestrutura aeroportuária, rodoviária, saneamento básico e investimentos diretos na infraestrutura hoteleira, de forma a consolidar seu destino como principal centro turístico do Caribe. E a prioridade para o governo de Raúl Castro era a conclusão da autoestrada nacional, de mais de 1.000 km, com um mínimo de quatro faixas de circulação, ligando a ilha de ponta a ponta, bem como abrir outra autopista em direção ao oriente, com mais de 70 km, de Taguasco a Ciego de Ávila, também com quatro faixas de circulação, e estende-la por mais 400 km, até a cidade de Santiago de Cuba e Guantánamo. Com o fito de atender tais necessidades e diversificar as relações econômicas e comerciais com Cuba, o governo brasileiro teria de ampliar a linha de crédito de US\$ 200.000, que já lhe havia aberto, para importações de alimentos e medicamentos. As negociações partiram de um piso de US\$ 300 milhões e

deveriam chegar a cerca de US\$ 600 milhões, para financiamento dos projetos de infraestrutura, cujo valor total seria da ordem aproximada de mais de US\$ 800 milhões, implicando exportação de bens e serviços pelo Brasil, e para os quais Cuba concorreria com US\$ 250 milhões, em sua moeda, nos gastos locais. Os acordos foram firmados durante a visita do presidente Raúl Castro a Brasília, em 18 de dezembro, após a Cúpula da América Latina/Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC), realizada na Costa do Sauípe, Bahia (16-17/12/2008).

O ingresso de Cuba no Grupo do Rio, importante organismo internacional de consulta política da América Latina, promovido pelo Brasil, ao mesmo tempo em que convidou o presidente Raúl Castro a participar das reuniões de cúpula da América Latina/Caribe, visou a sinalizar, claramente, que os países da região não estavam mais dispostos a aceitar a tutela dos Estados Unidos nem de nenhuma outra potência. O presidente Lula, no discurso de encerramento da CALC, declarou que, graças às “mudanças do perfil ideológico da nossa América Latina”, foi possível fazer “essa pequena reparação ao governo de Cuba: trazê-lo primeiro ao Grupo do Rio, para depois levá-lo para muito mais longe junto com os latino-americanos e caribenhos”. E acrescentou:

Certamente, quem conhece Fidel, e muitos aqui o conhecem, sabe perfeitamente que ele está acompanhando, e que vocês dois (Raúl Castro e Felipe Pérez) falam exatamente a mesma linguagem e a emoção que Fidel gostaria de passar. Felicidades ao povo cubano, e boa sorte, querido companheiro Raúl, por ter participado deste debate...

Não sem razão, o New York Times, em artigo assinado por Alexei Barrionuevo, assinalou que os Estados Unidos foram “desprezados”, e que no processo de arregimentação dos 33 países, “Brazil once again flashed its credentials as the undisputed leader of Latin America”.²⁶ Entrevistado pelo New York Times, o professor Riordan Roett, diretor do programa Latin American Studies na Johns Hopkins University, reconheceu que os Estados Unidos estavam a tornar-se “an ever more distant player in the affairs of the region”, e Peter Hakim, presidente do Inter-American Dialogue, um grupo

de pesquisa política em Washington, ressaltou que o “Brazil is demonstrating its enormous convening power.”²⁷ O próprio chanceler brasileiro, embaixador Celso Amorim, disse explicitamente que os países latino-americanos dispensavam “tutela externa” e que a recuperação da hegemonia dos Estados Unidos na região não era “desejável” nem “viável”.²⁸ E os 33 países, reunidos na Cúpula da América Latina/Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, não apenas criaram o Conselho Sul-Americano de Defesa, enterrando virtualmente a Junta Interamericana de Defesa (JID) e a própria OEA, como ainda demandaram, em declaração especial, que o governo dos Estados Unidos “cumpra com o disposto em 17 resoluções sucessivas aprovadas na Assembleia-Geral das Nações Unidas, de forma a pôr fim ao embargo econômico, comercial e financeiro que mantém contra Cuba”.²⁹

A declaração contra o embargo, aprovada por 33 países, inclusive pela Colômbia e pelo Peru, na Cúpula da América Latina/Caribe sobre Integração e Desenvolvimento, evidenciou ainda mais o isolamento dos Estados Unidos, um problema constrangedor que Barack Obama terá de equacionar e tentar superar durante seu governo. Durante a visita de Raúl Castro a Brasília, em 18 de dezembro de 2008, o presidente Lula declarou, incisivamente, que Barack Obama deveria dizer qual a sua política para a América Latina, o Caribe e a África, e explicar também a razão do embargo contra Cuba. “A única explicação é a quantidade de eleitores cubanos na Flórida”, disse Lula, ao mesmo tempo que cobrou dos Estados Unidos um pedido de desculpas a Cuba por haver promovido sua suspensão da OEA, em 1962.³⁰ No entanto, o então pré-candidato à presidência dos Estados Unidos deixou clara a orientação de sua política com respeito a Cuba. Conforme suas próprias palavras,

It's time for a new strategy. There are no better ambassadors for freedom than Cuban Americans. That's why I will immediately allow unlimited family travel and remittances to the island. It's time to let Cuban Americans see their mothers and fathers, their sisters and brothers. It's time to let Cuban American money make their families less dependent upon the Castro regime. I will maintain the embargo. It provides us with the leverage to present the regime with a clear choice: if you take significant steps toward democracy, beginning with the freeing of all political prisoners, we will take steps to begin normalizing relations. That's the

way to bring about real change in Cuba — through strong, smart and principled diplomacy.³¹

Embora Barack Obama se pronunciasse a favor de aliviar as restrições que impediam os cubano-americanos de visitar a ilha ou enviar dinheiro para suas famílias,³² ele declarou que só apoiaria o levantamento do embargo se “begins opening Cuba to meaningful democratic change”. E não se referiu explicitamente aos direitos dos cidadãos americanos de viajar para Cuba. Apenas defendeu a revogação das medidas mais duras, tomadas pelo presidente George W. Bush, em 2004 e 2005, por considerá-las “humanitarian and a strategic blunder”³³, e, falando na Cuban American National Foundation (FANF), a mais proeminente entidade anti-Fidel Castro de Miami, disse que estaria disposto a encontrar-se com o presidente Raúl Castro, “at a time and place of my choosing”,³⁴ sem condições.³⁵ Aliás, o presidente Raúl Castro e, depois, o próprio Fidel, já se haviam manifestado dispostos a encontrar-se com o presidente Barack Obama e negociar o fim do embargo, a partir do respeito absoluto à soberania de Cuba.

O embargo, ao longo de cinco décadas, não havia produzido o resultado esperado por todas as administrações dos Estados Unidos, de Kennedy até George W. Bush, i.e., a queda do regime revolucionário instalado em Cuba, constituiu-se, pelo contrário, em fator de coesão do povo em torno de Fidel Castro e do Partido Comunista. Possibilidade havia de que Barack Obama, como presidente, buscasse melhorar o relacionamento entre os Estados Unidos e Cuba, tomando algumas iniciativas, como facilitar as viagens dos cubanos residentes nos Estados Unidos e remover restrições a certos negócios e à remessa de dinheiro dos exilados para suas famílias na ilha. Contudo, pelo menos por algum tempo, não suspenderia todo o embargo comercial nem se empenharia para revogar a Lei Helms-Burton, porquanto tais decisões dependiam de aprovação do Congresso e a elas se opunham fortes setores da comunidade cubano-americana, com peso político-eleitoral e enorme influência na administração de Washington.

A mais dura oposição ao levantamento do embargo e à revogação da Lei Helms-Burton partia da comunidade cubana de Miami, estimada em 1,6

milhão de pessoas, cerca de mais ou menos 0,1% da população americana (302 milhões em 2007),³⁶ mas com forte peso eleitoral na Flórida e largamente influenciada pela extrema-direita. Essa comunidade, ao contrário de outras comunidades de imigrantes latino-americanos, desenvolvera suas próprias entidades políticas e uma cultura lastreada na identidade do exílio, com acentuado caráter de extrema-direita, visceralmente antagônica à revolução que derrubou a ditadura de Fulgencio Batista, na passagem de 1958 para 1959.³⁷ E a maioria, cujo radicalismo e o ódio a Fidel Castro a CIA, ao longo dos anos, fomentara, jamais admitiu qualquer conciliação com o regime revolucionário, como aconteceu, em 1999, quando o governo do presidente Bill Clinton devolveu a Cuba, contra a oposição dos parentes exilados, o menino Elián González, salvo de um naufrágio e cuja custódia o pai, em Havana, reclamava. Durante a campanha eleitoral para a presidência dos Estados Unidos, representantes das organizações de direita dos exilados cubanos escreveram cartas aos senadores Bill Nelson (Flórida), e Robert Menedez (New Jersey), ambos do Partido Democrata, bem como ao prefeito de Miami, Manny Diaz, reclamando que eles pressionassem o senador Barack Obama para que demitisse de sua assessoria de política exterior Greg Craig³⁸ e Eric Holder, sob a alegação de que eles desempenharam um papel proeminente no caso da devolução de Elián Gonzáles, classificando este fato como “great offense” à comunidade cubano-americana de Miami.

As organizações cubano-americanas de extrema-direita, na Flórida, sempre defenderam o embargo e o isolamento de Cuba, com o suporte e o financiamento da CIA e da Agency for International Development (USAID), bem como da fundação denominada National Endowment for Democracy (NED), que desde sua fundação, em 1983, serviu como instrumento da política exterior dos Estados Unidos, visando à derrubada do governo de Fidel Castro.³⁹ Os recursos eram destinados, sobretudo, à Cuban American National Foundation (CANF) e ao American Institute for Free Labor Development (AIFLD), da AFL-CIO, que manejava o Labor Committee for a Free Cuba.⁴⁰ Só em 2007, a NED destinou o montante da ordem US\$ 1,4 milhão⁴¹ a diversas organizações contrarrevolucionárias, entidades hostis ao

governo de Havana.⁴² E o governo dos Estados Unidos, submisso ao lobby dos exilados em Miami, desembolsou cerca de US\$ 10 milhões para adquirir um avião especializado em comunicação e transformá-lo em uma plataforma voadora a fim de superar as interferências que obstaculizavam a propaganda da TV Martí para dentro de Cuba. Office of Cuba Broadcasting (OCB), criado em 1985, pelo presidente Ronald Reagan, para manter a propaganda contra o governo de Fidel Castro, através da Rádio e TV Martí, sempre constituiu um mecanismo de corrupção, envolvendo políticos cubano-americanos, tais como Lincoln Rafael e Mario Díaz-Balart, filhos de Rafael Díaz-Balart,⁴³ bem como Ileana Ros-Lehtinen, que já havia, em 20 anos, doado às organizações anti-Fidel Castro cerca de US\$ 550 milhões do contribuinte americano, conforme denunciou o Council on Hemisphere Affair, think tank sediado em Washington.⁴⁴

Entre os anos de 1979 e 2000, as doações do lobby cubano-americano anti-Fidel Castro a políticos tanto do Partido Democrata quanto do Partido Republicano, em Miami, atingiu o montante de US\$ 8,8 milhões, com um adicional em “soft money and backdoor financing going unrecorded”, a fim de comprar seu apoio tanto quanto projetar sua influência diretamente sobre o Oval Office da Casa Branca.⁴⁵ Era previsível, portanto, que tais políticos e as organizações cubano-americanas se opusessem a qualquer iniciativa do presidente Barack Obama para flexibilizar o relacionamento dos Estados Unidos com Cuba, dado que perderiam o status especial, adquirido em virtude da confrontação política e ideológica entre os dois países, e conseqüentemente suas fontes de financiamento.

Entretanto, em 2008, muitos cubano-americanos já se mostravam insatisfeitos com a manutenção do embargo, que não produzira os resultados almejados e fracassara. Uma pesquisa, conduzida pelo Instituto de Opinião Pública, da Brooking Institution e do Cuba Study Group, revelou que 55% da colônia, em Miami, estavam a favor do seu levantamento e, entre estes, 60% manifestaram-se em favor do restabelecimento de relações diplomáticas dos Estados Unidos com Cuba.⁴⁶ Vários cubanos, residentes em Miami e com parentes na ilha, esperavam que o governo dos Estados Unidos aliviasse as

restrições, bem como a autorização do presidente Raúl Castro para abertura dos pequenos negócios, de modo que pudessem fazer investimentos em Cuba. O embargo também prejudicava o próprio comércio dos Estados Unidos. A estimativa da U.S. International Trade Commission, aprovada em 4 de março de 2002, foi de que, àquela época, o embargo contra Cuba custava aos homens de negócios, nas suas vendas, uma perda anual de até US\$ 1,2 bilhão.⁴⁷ E, em 4 de dezembro de 2008, um mês após a eleição de Barack Obama, um grupo de doze associações empresariais dos Estados Unidos enviou-lhe uma carta, dizendo que sua administração teria uma “unique opportunity” de dar os passos para terminar os quase 50 anos de isolamento de Cuba e que apoiaria a remoção completa das restrições ao comércio e às viagens, inclusive para ajudá-la a recuperar-se da devastadora crise humanitária causada pelos furacões Gustav e Ike.⁴⁸

Não obstante os benefícios econômicos que o levantamento do embargo certamente propiciaria, a penetração dos produtos americanos no mercado cubano e a presença massiva de turistas procedentes dos Estados Unidos poderiam produzir forte impacto e afetar a estabilidade social e política existente na ilha, sem que o governo tivesse condições de controlar. As associações empresariais, repetindo o que o próprio Barack Obama antes dissera, assinalaram, na carta que lhe enviaram em 4 de dezembro de 2008, que os turistas dos Estados Unidos atuariam como “ambassadors of freedom and American values to Cuba”. E esse desafio o governo do presidente Raúl Castro teria de enfrentar, se ou quando ocorresse uma completa normalização do relacionamento de Cuba com os Estados Unidos.

O rumo da política dos Estados Unidos, sob o governo do presidente Barack Obama, teria fatalmente enorme influência sobre o destino de Cuba, devido, sobretudo, aos fatores geográficos e históricos, que sempre determinaram e pautaram o relacionamento entre os dois países. Decerto, a revogação de algumas restrições possibilitaria considerável incremento das importações oriundas dos Estados Unidos, sobretudo de alimentos, que saltaram de US\$ 340,3 milhões, em 2006, para US\$ 447,1 milhões, em 2007, e US\$ 607,5 milhões, em 2008,⁴⁹ apesar de serem pagas à vista. A

proximidade da ilha reduziria os custos de transporte, o que tenderia a desviar as compras de Cuba, provenientes de outras regiões. Também permitiria que as empresas americanas passassem a investir em Cuba, competindo com as empresas europeias e outras, em setores como o hoteleiro; o número de cidadãos americanos proibidos de viajar para a ilha reforçaria o fluxo de turistas, que aumentou 10,7%, em 2008, comparado com 2007. O vice-presidente de Cuba, Carlos Lage Dávila, declarou que a sociedade cubana, em seu conjunto, estava preparada para assimilar uma eventual liberação das viagens dos turistas americanos à ilha.

A situação em Cuba, ao fim de 2008, parecia melhor do que na década anterior, após a derrocada do Bloco Socialista e a desintegração da União Soviética. E os fatores que possibilitaram essa relativa recuperação foram, essencialmente, a abertura da economia aos investimentos estrangeiros, sobretudo no setor hoteleiro, o que permitiu o incremento do fluxo de turismo, e a sensível mudança no quadro político internacional da América Latina, a partir da ascensão de Hugo Chávez ao governo da Venezuela, em fevereiro de 1999. E as modificações no modelo de socialismo stalinista, configurado pela completa estatização dos meios de produção e pela supressão da democracia política, foram impulsionadas pelo presidente Raúl Castro, ao abrir ainda mais o mercado e distender os marcos políticos do regime, embora mantivesse o Estado, como instância superior de comando e organização da sociedade, sob o controle do Partido Comunista. Entretanto, a angustiante escassez de bens de consumo e de serviços de qualidade, a baixa remuneração dos trabalhadores, sem incentivos para produzir com eficiência, e a duplicidade monetária continuaram a gerar insatisfação e desencanto com o regime revolucionário em grandes setores da população, sem que houvesse expectativa de alívio para as suas necessidades. O crescimento do PIB de Cuba, da ordem de 11,8%, em 2005, e 12,5%, em 2006, caíra para 7%, em 2007, e 4,3%, embora as autoridades cubanas esperassem uma taxa em torno de 8%.⁵⁰ E essa queda se deveu a complexa combinação de fatores, como os prejuízos causados pelos furacões e pelos meteoros, ademais do aumento dos preços do petróleo e dos alimentos, no contexto de uma crise econômica e

financeira global, uma crise sistêmica, mais grave desde 1929, que eclodira em 2007, e, agravando-se ainda mais em 2008, tendia a aprofundar-se em 2009.

O ministro de Economia, José Luis Rodríguez, ao apresentar o informe sobre os resultados econômicos de 2008 e os Lineamientos del Plan Económico y Social para el 2009 ante a Asamblea Nacional do Poder Popular, em 26 de dezembro, ponderou que nem todos os recursos, que se expressavam no PIB, davam para cobrir em um só ano as necessidades acumuladas e as necessidades futuras. Cuba devia, portanto, assegurar um volume de investimentos, como a única garantia para um desenvolvimento sustentável, uma vez que os recursos para investir eram insuficientes. Somente cobriam 14% do PIB.⁵¹ E, em meio a uma série de críticas à gestão econômica estatal, onde ainda existia “lentitud e ineficiencia” e à falta de “comunicación y coordinación entre empresas y organismos”, exortou a população a aumentar a eficiência e a produtividade e a trabalhar “más aceleradamente”, de modo a gerar as condições que permitissem fortalecer a moeda nacional e eliminar a dualidade monetária, que impediam a “correcta medición de los fenómenos económicos” e criava “importantes obstáculos” ao desenvolvimento de Cuba.⁵² Essa dualidade de moedas — o peso nacional (CUP) e o peso conversível (CUC) — constituía fator de descontentamento e de conflitos entre os que dispunham de euros e dólares e os que não dispunham, uma vez que cerca de 50% dos 11 milhões de cubanos recebiam seus salários em pesos nacionais (cerca de 408 pesos mensais, o equivalente a 12 euros, no câmbio), mas os melhores bens eram vendidos em pesos conversíveis e a preços inalcançáveis e apenas os que tinham acesso a divisas, às remessas de familiares e ao turismo podiam comprá-los.

Embora o ministro José Luis Rodríguez dissesse que o Plan Económico y Social priorizava os objetivos essenciais para que Cuba lograsse um crescimento de 6% em 2009, a expectativa era de que essa meta seria difícil de atingir, em virtude dos danos causados pelos três furacões, dos quais o país precisaria de três a seis anos para recuperar-se, bem como de diversos fatores. Em 2008, a cotação do níquel caíra 41% em relação a 2007, também

a do açúcar e dos frutos do mar, que Cuba exportava, enquanto o custo dos alimentos importados aumentara. E era previsível que a crise econômica e financeira global agravaria ainda mais sua situação, ao reduzir o fluxo turístico e a oferta de créditos favorecidos por seus parceiros comerciais, como a Venezuela. Enormes e difíceis eram os desafios que se apresentavam, e Raúl Castro teria de enfrentar no curso de 2009, ano em que a Revolução Cubana completava 50 anos, desde que os guerrilheiros de Sierra Maestra entraram em Havana e assumiram o poder.

Consciente de que nenhum Prêmio Nobel, nenhuma escola de pensamento econômico, nenhum organismo internacional podia dizer com certeza até quando e até onde chegaria a crise econômica e financeira global, que já estava afetando Cuba de “manera apreciable”, Raúl Castro advertiu, em discurso na VII Legislatura da Assembleia Nacional do Poder Popular, em 27 de dezembro de 2008, que o ano de 2009 seria de muita incerteza e que, por conseguinte, fazia-se necessário “actuar con realismo y ajustar todos los sueños a las verdaderas posibilidades”, o que significava acabar com o igualitarismo e “cumplir con el principio socialista de que cada cual reciba según su trabajo”.⁵³ Contudo, as “transformaciones estructurales y de concepto”, com respeito aos salários, às gratuidades e subsídios,⁵⁴ deviam ser submetidas a discussão e aprovação do VI Congresso do Partido Comunista (o V Congresso ocorrera em 1997), previsto para o final de 2009 (sem data marcada), com o objetivo de definir os rumos do regime, após avaliar a repercussão da crise econômica mundial sobre Cuba e as perspectivas de suas relações com os Estados Unidos, sob o governo do presidente Barack Obama.

Notas

1. Current and Projected National Security Threats to the United States. Lieutenant General Michael D. Maples, U.S. Army, Director, Defense Intelligence Agency. Statement for the Record. Senate Select Committee on Intelligence, January 11, 2007. Unclassified.
2. Ibid.
3. Randall Mikkelsen, “Cuba instability threat may rise: U.S. intelligence”. Reuters”, Feb 27, 2008, 2:45 EST.
4. Discurso de Raúl Castro en el Comité Central del Partido Comunista en 3/5/2008. Sierra Maestra — Diario digital. La Habana, 30 abr (Prensa Latina).
5. Cubainformación — Noticias — http://www.cubainformacion.tv/index.php?option=com_content&task=view&id=1432&Itemid=65
6. Marcelo Cantelmi. “Cuba: Los 50 años de una revolución desafiada por el futuro”. Buenos Aires, Clarín, 28/12/2008.
7. Os três condenados à pena de morte por atos de terrorismo contra hotéis, em 1997, eram um salvadorenho e um guatemalteco, ambos financiados e dirigidos por Luís Posada Carriles, criminoso protegido pela CIA; o terceiro era um cubano, procedente dos Estados Unidos, autor do assassinato de Arcilio Rodríguez García, que ocorreu durante a infiltração de um comando terrorista armado pela zona de Caibarién.
8. Discurso de Raúl Castro, en el Comité Central del Partido Comunista en 3/5/2008. Sierra Maestra — Diario digital. La Habana, 30 abr (Prensa Latina).
9. Discurso do presidente Raúl Castro Ruz, no Segundo Periodo de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular, em 27 de dezembro del 2008. Granma, La Habana, 29 de diciembre de 2008.
0. Discurso de Raúl Castro ante la Asamblea Nacional del Poder Popular, Palacio de las Convenciones, La Habana, 11 de julio de 2008. Socialismo significa justicia social e igualdad, pero igualdad no es igualitarismo. Granma, La Habana, sábado 12 de julio de 2008, año 12, nº 193.
1. Pericás, 2004, pp. 181-175.
2. Engels, F. “Soziales aus Rußland”, in Marx. & Engels, Werke, Berlim: Dietz Verlag, 1976, Band 18, pp. 556-559.
3. Metade dessas terras estava ociosa.
4. Decreto-Lei nº 259 sobre la entrega de tierras ociosas en usufruto. Granma Internacional. La Habana, 18 de julio de 2008. As terras seriam divididas em lotes de cinco hectares e entregues aos agricultores para usufruto gratuito, sem que nada pagassem ao Estado, mas sem o direito de vendê-las ou deixá-las como herança para seus descendentes. Tal medida se baseava em leis preexistentes. O artigo 211 da Lei nº 59, Código Civil, de 16 de julho de 1987, autoriza o Estado cubano a entregar em usufruto bens de propriedade estatal a pessoas naturais ou jurídicas. O artigo 3 do Decreto-Lei nº 125, que trata do regime de posse, propriedade e herança da terra e bens agropecuários, de 30 de janeiro de 1991, estabeleceu que a terra de propriedade do Estado poderia ser entregue em usufruto e que tal entrega devia ser aprovada

pelo Ministério da Agricultura, ouvido o parecer da Associação Nacional de Pequenos Agricultores e do Ministério do Açúcar, quando correspondesse.

5. Gustavo Sierra “Cuba sin Fidel — Transición y Futuro de la Isla — El corazón de la economía cubana, en manos de las Fuerzas Armadas”, Buenos Aires, Clarín, 12/3/2007.
6. Juan Jesús Aznárez, “El Ejército controla la economía de Cuba — Las Fuerzas Armadas Revolucionarias tienen poder político y además gestionan el 30% de las empresas nacionales”, Madrid, El País, 11/2/2007.
7. Juan Jesús Aznárez, “El Ejército controla la economía de Cuba — Las Fuerzas Armadas Revolucionarias tienen poder político y además gestionan el 30% de las empresas nacionales”, Madrid, El País, 11/2/2007.
8. CIA — World Factbook — <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cu.html>
9. O total do pessoal cubano enviado para a Venezuela é de 29.996, incluídos médicos (13.020), odontologistas (2.938), licenciados em enfermagem (4.170) e técnicos em saúde (9.168), cujos serviços são pagos com petróleo que a Venezuela fornece a Cuba. Informação do ministro da Saúde da Venezuela à agência EFE, in “Personal médico cubano en Venezuela asciende a 30.000”. EFE — The Miami Herald, 1/1/2009.
10. “Caracas y La Habana analizan proyectos de cooperación para el 2009”. Granma Internacional Digital, La Habana, 13 de diciembre de 2008.
1. Ministerio de la Inversión Extranjera y la Cooperación (MINVEC) in 5 de Septiembre, Cienfuegos (Cuba), 21/11/2008.
2. Carolina Pimentel, “Lula anuncia, em Cuba, visita de Raúl Castro ao Brasil”. Agência Brasil, 31 de outubro de 2008.
3. Claudio Dantas Sequeira, “Assessor de Lula vê >afinidade subjetiva= do Brasil com Cuba”, Folha de S. Paulo, 25/12/2008.
4. CIA — World Factbook — <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/cu.html>
5. Discurso de Osvaldo Martínez, presidente de la Comisión de Asuntos Económicos de la Asamblea Nacional, apud Alberto Núñez Betancourt “Sesión en el Parlamento Cubano — Cuba tiene voluntad política para proteger a su población”. Granma, La Habana, 27/12/2008.
6. Alexei Barrionuevo, “At Meeting in Brazil, Washington is Scorned”, The New York Times, 17/12/2008.
7. Ibid.
8. Clovis Rossi, “Cúpulas buscam firmar AL ante os Estados Unidos”, Folha de S. Paulo, 16/12/2008. Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro, “Cúpula afasta Estados Unidos e opta por integração regional”, O Estado de S. Paulo, 16/12/2008.
9. Viviane Vaz, “1ª Cúpula exige fim de sanção aos cubanos”, Correio Braziliense, 17/12/2008. Denise Chrispim Marin e Tânia Monteiro, “Cuba ganha apoio da Cúpula”, O Estado de S. Paulo, 17/12/2008.
0. Simone Iglesias & Iuri Dantas, da Sucursal de Brasília, “Raúl propõe troca de presos aos Estados

Unidos, Folha de S. Paulo, 19/12/2008.

1. Remarks of Senator Barack Obama: Renewing U.S. Leadership in the Americas Miami, FL | May 23, 2008 — http://www.barackobama.com/2008/05/23/remarks_of_senator_barack_obam_68.php
2. Laura Wides-Munoz, “Obama Calls for Easing Cuba Embargo”, The Associated Press — Washington Post, August 21, 2007.
3. Laura Wides-Munoz (Associated Press), “Obama Calls for Easing Cuba Embargo”. The Washington Post, August 21, 2007.
4. Jeff Zeleny, “Obama, in Miami, Calls for Engaging With Cuba”, The New York Times, May 24, 2008.
5. Thomas Omestad, “A first step: easing some of the tough Bush restrictions and, maybe, expanding a dialogue”, World Report — U.S. News, December 5, 2008.
6. U.S. Census Bureau, 2007 American Community Survey. ACS Demographic and Housing Estimates: 2007 Data Set: 2007 American Community Survey 1-Year Estimates — American Community Survey.
7. Chun, Sung e Grenier, Guillermo. “Anti-Castro Political Ideology among Cuban Americans in the Miami Area: Cohort and Generational Differences”. Estudo apresentado ao encontro anual da American Sociological Association, Montreal Convention Center, Montreal, Quebec, Canada, Aug 11, 2006 Online <PDF>. 2008-12-21 <http://www.allacademic.com/meta/p105554_index.html>
8. Greg Craig, como procurador-geral adjunto, representou o pai de Elián González, na batalha pela custódia do menino.
9. A fundação chamada NED é supostamente um fundo privado, não-governamental, sem fins lucrativos, mas recebe recursos do Congresso dos Estados Unidos. Os recursos são canalizados através dos seguintes organismos: National Democratic Institute for International Affairs (vinculado ao Partido Democrata); International Republican Institute (Partido Republicano); American Center for International Labor Solidarity, e Center for International Private Enterprise (US Chamber of Commerce).
10. Tom Barry, “Third Decade of Regime-Change Aid: Washington Tightens Economic Noose and Increases Support to Groups Planning Post-Castro Transition June 25”, 2004IRC Americas Program Special Report. Americas Program, Interhemispheric Resource Center (IRC).
11. National Endowment for Democracy. Grants. Latin America and the Caribbean Program. http://www.ned.org/grants/07programs/grants_lac07.html#cuba
12. Afro-Cuban Alliance, Asociación Encuentro de la Cultura Cubana (Association for the Discovery of Cuban Culture), Bibliotecas Independientes de Cuba (Independent Libraries of Cuba or BIC), Center for a Free Cuba, CubaNet, Directorio Democrático (Democratic Directory or Directorio), Disidente Universal de Puerto Rico (Universal Dissident of Puerto Rico or Disidente), Grupo Internacional para la Responsabilidad Social Corporativa en Cuba (International Group for Corporate Social Responsibility in Cuba or GIRSCC), People in Need (PIN), People in Peril, Red Feminista Cubana, Inc. (Cuban Feminist Network).
13. Rafael Díaz-Balart (1926-2005) era irmão de Mirta Díaz-Balart, primeira esposa de Fidel Castro

e mãe de Fidelito.

4. COHA REPORT: Radio and TV Martí: Washington Guns after Castro at Any Cost. Council on Hemisphere Affairs
http://www.coha.org/NEW_PRESS_RELEASES/New_Press_Releases_2006/COHA%20Report/C
5. Ibid.
6. Liza Gross. “55% In Miami-Dade Say Cuba Embargo Should End”. Miami Herald, 12/2/2008.
7. U.S. International Trade Commission. Washington D.C. 204.36. Memorandum to the Committee on Ways and Means of the U.S. House of Representatives on Proposed Tariff Legislation. Date approved March 4, 2002.
8. A carta foi subscrita pelas seguintes associações: American Farm Bureau Federation, American Society of Travel Agents, Business Roundtable, Coalition for Employment through Exports, Emergency Committee for American Trade, Grocery Manufacturers Association, National Foreign Trade Council, National Retail Federation, Organization for International Investment, U.S. Chamber of Commerce, U.S. Council for International Business and USA Engage. International Trade Law News News is edited and published by Douglas N. Jacobson, Partner, Strasburger & Price, LLP, Washington, D.C. December 4, 2008.
<http://www.djacobsonlaw.com/2008/12/trade-associations-send-cuba-sanctions.html>
9. U.S. Census Bureau — Foreign Trade Statistics — Foreign Trade Division, Data Dissemination Branch, Washington, D.C. 20233. Trade in Goods (Imports, Exports and Trade Balance) with Cuba. <http://www.census.gov/foreign-trade/balance/c2390.html#2008>
0. Nações Unidas — CEPAL — Balance preliminar de las economías de América Latina y el Caribe 2007. http://www.eclac.org/publicaciones/xml/3/31993/LCG_2355_Documento.pdf. Segundo a CEPAL, as cifras de Cuba não podem ser comparadas com as dos demais países, devido às mudanças metodológicas introduzidas a partir de 2004, sobre-estimando o PIB, ao agregar-lhe o valor dos serviços sociais gratuitos (educação, saúde, etc.), assim como o valor dos subsídios aos preços dos bens mencionados.
1. Granma, La Habana, ano 12, nº 3345. Sábado, 27 de Diciembre de 2008. “Año 50 de la Revolución”. Juventud Rebelde (Diario de la Juventud Cubana), La Habana, 28 de diciembre de 2008.
2. Ibid.
3. Discurso do presidente Raúl Castro Ruz, no Segundo Periodo de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular, em 27 de dezembro del 2008. Granma La Habana, 29 de diciembre de 2008.
4. Ibid.

Conclusões

Por volta de 1938-39, Leon Trotski, teórico marxista e, juntamente com Lenin, um dos dois principais líderes da revolução russa, concedeu ao líder sindical argentino Matheo Fossa uma entrevista na qual observou que, no Brasil, àquele tempo, havia um regime “semifascista” que qualquer revolucionário só podia considerar com ódio.¹ Porém, ponderou que, em caso de uma guerra contra a Grã-Bretanha “democrática”, por exemplo, ele pessoalmente estaria ao lado do Brasil “fascista”, porque, segundo sua percepção, não se trataria de um conflito entre a democracia e o fascismo. Segundo Trotski, se a Inglaterra “democrática” vencesse, colocaria outro fascista no governo do Rio de Janeiro, então capital do Brasil, e ataria o país a uma dupla cadeia de opressão, ao passo que, se o Brasil triunfasse, a consciência nacional e democrática tomaria impulso e acarretaria a derrubada da ditadura.² Esta ponderação de Trotski, exposta antes da Segunda Guerra Mundial, já mostrava a necessidade de rever os conceitos ideológicos tanto do fascismo quanto do comunismo, à luz da realidade econômica, social e política da América Latina, bastante diversa daquela existente na Europa, onde o comunismo e o nazifascismo, como ideologias, surgiram e se desenvolveram.

O Estado Novo — regime vigente no Brasil em 1938 e a que Trotski se referiu — não teve essencialmente um caráter fascista, pois, na verdade, constituiu uma ditadura burocrática que, sustentada pela repressão militar-policia, permitiu a execução de um projeto nacional de desenvolvimento capitalista, sob a égide do Estado a despeito da oposição de vários segmentos da própria burguesia e do conjunto do grande capital, predominantemente estrangeiro. Essa característica já o diferenciava dos regimes existentes na Alemanha e na Itália, cujo nacionalismo exprimia os interesses do grande

capital em seus esforços de expansão. O mesmo se pode dizer em relação a outros regimes instalados na América Latina durante a Segunda Guerra Mundial e que os Estados Unidos acusaram de servir aos objetivos políticos e militares do Eixo. Suas bases de sustentação econômica e social eram diferentes daquelas a que os regimes de Hitler e Mussoline serviram na Alemanha e na Itália. Embora a América Latina, devido às suas origens coloniais, fosse a região no mundo que mais copiou as políticas da Europa continental,³ as ideias nazistas ou fascistas lá se entrelaçaram e se mestiçaram com tendências comunistas ou socialistas e adquiriram conotação de esquerda, na medida em que se amoldavam a outra realidade, em distintas circunstâncias, e passaram a exprimir anseios de subversão e mudança do status quo, representado, sobretudo, pelo predomínio dos capitais estrangeiros. O Foreign Office, da Grã-Bretanha, percebeu claramente que os golpes militares na Argentina e na Bolívia, durante a Segunda Guerra Mundial, não representavam clara ameaça de introdução do nazismo e do fascismo, mas antes a reemergência, em forma aguda, do nacionalismo, “que era endêmico e às vezes epidêmico em todos ou quase todos os países da América Latina”.⁴ Segundo a percepção dos policy makers britânicos, quando Cordell Hull, secretário de Estado, bem como outras autoridades do governo dos Estados Unidos, referiam-se à Argentina ou à Bolívia com os qualificativos de nazi e fascista, o que talvez eles temessem, realmente, não era a ação da Alemanha e da Itália e, sim, o julgamento de todos os países da América Latina contra a influência dos Estados Unidos, com a admiração pela “atitude independente” de Buenos Aires, a espriar o nacionalismo através do continente.⁵

O nacionalismo nos países da América Latina, com efeito, desenvolveu-se em oposição, fundamentalmente, aos Estados Unidos, para os quais, desde os primórdios do século XIX, a expansão de seus interesses econômicos na América Latina jamais respeitou qualquer fronteira. A guerra contra o México e a conquista do Texas e do Arizona, na década de 1840, constituíram a primeira grande diástole dos Estados Unidos, cujo enriquecimento material exacerbou-lhes o expansionismo e a belicosidade. A

tendência para o messianismo nacional, a ideia de povo eleito por Deus que o judaísmo legou aos puritanos, atualizou-se, americanizou-se e assumiu o nome de destino manifesto, movimento com que os Estados Unidos, na metade do século XIX, expandiram suas fronteiras até o Oceano Pacífico e tentaram apoderar-se, mediante expedições de flibusteiros, da América Central, bem como das ilhas do Caribe e até mesmo da Amazônia. No início do século XX, com a política do big stick do presidente Theodore Roosevelt, os Estados Unidos continuaram a intervir nos países da América Central e no Caribe, onde consideravam Cuba sua fronteira natural e apoderaram-se, inclusive, do Canal do Panamá, o que criou profundas contradições com os países da América Latina. Tais contradições manifestaram-se, outrossim, no conflito com o México, em 1915, gerando tantos ressentimentos e desconfianças, que o presidente Franklin D. Roosevelt teve que promover a política de boa vizinhança, a partir dos anos 1930.

Entretanto, não obstante Roosevelt começasse, por volta de 1944, a induzir os países das Américas Central e do Sul a restabelecer o regime democrático, a preocupação dos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial, não foi propriamente defender as liberdades políticas na América Latina, mas assegurar um clima favorável aos seus negócios e investimentos privados, bem como o acesso às fontes de matérias-primas, sobretudo petróleo. A modalidade de suas relações com os países do continente não se distinguiu da modalidade que caracterizou as relações dos grandes impérios com suas colônias. E da mesma forma que a União Soviética não tolerava eleições livres nos países do Leste Europeu sob seu domínio, porque os anticomunistas poderiam vencê-las, os Estados Unidos passaram a fomentar golpes de Estado e sustentar, igualmente, ditaduras, de modo a conservar sua hegemonia na região, impedindo que eleições livres levassem ali forças nacionalistas e antinorte-americanas, percebidas como comunistas, ao poder. E o nacionalismo latino-americano, tanto na Argentina como no Brasil, na Bolívia ou em qualquer outro país do hemisfério, acusado de constituir uma variante latino-americana do nazifascismo e servir às potências do Eixo, antes e durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), assumiu, dentro do

contexto da confrontação bipolar do poder internacional que caracterizou a Guerra Fria, um caráter cada vez mais à esquerda, na medida em que se contrapôs à hegemonia dos Estados Unidos e passou a ser identificado, já no início dos anos 1950, com o comunismo. A expressão comuno-peronismo tornou-se usual para denominar a ideologia — o justicialismo — que o general Juan Domingo Perón tratou de difundir desde Buenos Aires. O Departamento de Estado norte-americano, em 1953, exigiu que a Argentina, a fim de que pudesse receber qualquer auxílio econômico ou financeiro, cessasse de divulgar o justicialismo através de suas embaixadas e dos adidos sindicais, por percebê-lo como “propaganda de linha comunista”, e abandonasse, na política exterior, a terceira posição, opondo-se inequivocamente ao comunismo e aos desígnios da União Soviética. Assim, o nacionalismo latino-americano, mesmo as correntes originárias de movimentos inspirados pelo nazifascismo, pareceu cada vez mais, naquela conjuntura, uma manifestação do comunismo, na medida em que obstaculizou as políticas liberais — livre circulação de mercadorias e capitais, conversibilidade monetária e multilateralidade no comércio, que os Estados Unidos tratavam de disseminar, mesmo antes da Segunda Guerra Mundial, a fim de expandir seus interesses econômicos. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em memorando ao presidente da República sobre a revolução boliviana de 1952, observou que “o acontecimento em La Paz transcende o caráter de uma simples revolução sul-americana, de estilo clássico, para assumir contornos de um movimento de tendência nitidamente doutrinária, uma vez que se defrontam teses da esquerda e direita, se é que essas posições se extremam e não se confundem, tal é a semelhança por vezes entre ambas.”⁷

Também a Guatemala, àquele mesmo tempo, constituiu motivo de preocupação, pois os Estados Unidos alegavam que a União Soviética ali tentava exercer influência e promover a infiltração do comunismo. Entretanto, o embaixador do Brasil naquele país, Carlos da Silveira Martins Ramos, informou ao Itamaraty que “em Guatemala não há comunismo, Há comunistas, como em todas as partes do mundo, mas em número

insignificante, sobretudo se comparamos com os que existem no Brasil, Chile, Cuba e até nos Estados Unidos (...).⁸ Ele acrescentou que a “animosidade” existente na Guatemala contra os Estados Unidos não era “nem maior nem menor” do que a que prevalecia em todos os países hispano-americanos e até mesmo em certos meios brasileiros.⁹

Naquela conjuntura, em que a Guerra Fria se intensificava, os Estados Unidos, durante os anos 1950, arremeteram contra os governos em vários países do Terceiro Mundo, utilizando a CIA como eficiente empresário de golpes de Estado e subversão, em um esforço para voltar à ordem mundial do passado, como Oswaldo Aranha previra.¹⁰ As lutas de libertação sofreram reveses, Mohamed Mossadegh, primeiro-ministro do Irã, foi deposto por um golpe de Estado, em 1953. O secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, em 10 de junho de 1954, exortou a OEA a “ajudar o povo da Guatemala a livrar-se da maligna força do comunismo”,¹¹ falando à Convenção Internacional do Rotary Club. E, na semana seguinte, mercenários, aliciados pela CIA, invadiram aquele país, forçando o presidente Jacob Arbenz a renunciar, em 28 de junho, em meio a um golpe de Estado comandado pelo próprio embaixador norte-americano, John Peurifoy. Vargas, para não ter que renunciar ou ser deposto, suicidou-se, em 24 de agosto de 1954, denunciando a “campanha subterrânea” dos grupos internacionais, que se aliaram aos grupos nacionais “revoltados contra o regime de garantia do trabalho”, e a “violenta repressão” sobre a economia brasileira, para obrigá-lo a ceder. Perón não resistiu no governo mais do que um ano. Apesar de que, com a política de abertura ao capital estrangeiro, conseguisse desacelerar a inflação, reerguer o salário real e, com a melhoria do balanço de pagamentos, estimular as atividades econômicas, a situação política na Argentina se deteriorava a tal ponto que, em 19 de setembro de 1955, ele teve que renunciar à presidência da República e refugiar-se na canhoneira Paraguai, após quatro dias de sangrenta rebelião conjunta da Marinha e do Exército.

Tais acontecimentos aguçaram os sentimentos anti-Estados Unidos na juventude da América Latina, que talvez fosse a região do mundo, fora da

União Soviética, na qual o marxismo, modelando correntes de pensamento, mais se enraizara, em variadas interpretações, ou indo-americanas, como da APRA, ou europeístas. E Juscelino Kubitschek, presidente do Brasil, bem como as correntes nacionalistas da sua administração, perceberam que, em face da progressiva deterioração dos termos de intercâmbio — queda de preço das matérias-primas manufaturadas contra o aumento dos custos dos produtos manufaturados — tornara-se “extremamente difícil para um país subdesenvolvido acelerar seu processo de crescimento através dos métodos clássicos da livre empresa” e que a indiferença dos países industrializados do Ocidente diante dos problemas da América Latina contribuía “fortemente para aumentar a descrença nas formas democráticas de governo e estimular o recurso a soluções socializantes”.¹²

Entrementes, a imagem da União Soviética começara a assumir contornos mais positivos depois que o primeiro-ministro Nikita Kruchev, em 1956, denunciara os crimes de Stalin e admitira a teoria de que os outros povos poderiam chegar ao socialismo pela via pacífica. O lançamento do primeiro míssil balístico intercontinental (ICBM) e do primeiro satélite espacial, o Sputnik, que ela em 1957 promovera, concorreu para robustecer seu prestígio, pois, ao exibir sua capacidade de bombardear os Estados Unidos com bombas atômicas teleguiadas, evidenciou o alto nível alcançado pelo seu progresso científico e tecnológico. A percepção, amplamente disseminada não só no Brasil como em toda a América Latina, era de que as economias planificadas do chamado Bloco Socialista, graças à compressão dos níveis de consumo e ao maior volume de investimentos, sob rígido controle estatal, cresciam em ritmo mais acelerado do que as economias de mercado e que o PIB na União Soviética aumentava mais rapidamente que nos Estados Unidos.¹³ A assistência da União Soviética, inclusive indireta, através de outros países do Bloco Socialista, a países subdesenvolvidos passara de zero, em 1954, para um total de aproximadamente US\$ 1,6 bilhão, ao fim de 1957, e seu comércio saltara de US\$ 840 milhões para US\$ 1,7 bilhão, no mesmo período.¹⁴ Estes dados, Kubitschek apresentou, em conferência para a Escola Superior de Guerra, em 26 de novembro de 1958, quando afirmou

que a Operação Pan-Americana, por ele lançada com o objetivo de despertar o governo norte-americano para os problemas da região, representava, “precisamente, um protesto contra a desigualdade de condições econômicas neste hemisfério, uma advertência pública e solene no tocante aos perigos latentes no atual estado de subdesenvolvimento da América Latina”, que poderia aproximar-se dos países comunistas se os Estados Unidos não alterassem sua política.¹⁵ Conforme se lhe antolhava, o tipo de auxílio soviético, além do seu crescente volume, era de molde a atrair a simpatia dos países subdesenvolvidos, pois se caracterizava, em geral, pela concessão de vultosos empréstimos, a juros baixos, amortizáveis em mercadorias do país devedor, o que contornava o problema de divisas e oferecia, muitas vezes, a possibilidade de escoamento para produtos agrícolas de difícil colocação no mercado internacional.¹⁶

Nesse contexto, quando os sentimentos anti-Estados Unidos se exacerbavam na América Latina, a revolução em Cuba triunfou. Tanto Castro quanto Che Guevara previam e, até certo ponto, desejavam o enfrentamento com os Estados Unidos, que inevitável se lhes afigurava, na medida em que o governo revolucionário, ao ampliar a reforma agrária, atingisse suas empresas, como a United Fruit, proprietárias de grandes latifúndios e nos quais mais de 40% das terras permaneciam ociosas.¹⁷ Assim acontecera na Guatemala e esta síndrome condicionou suas atitudes, o que tornou a revolução cubana, mais do que um acontecimento nacional, um fenômeno latino-americano, ao refletir as contradições não solucionadas entre os Estados Unidos e o resto do hemisfério. Daí seu impacto e a imensa popularidade que alcançou. Efetivamente, as condições econômicas, sociais e políticas, específicas de Cuba, embora similares às de outros países do Caribe e da América Central, possibilitaram o sucesso das guerrilhas, a partir do foco instalado em Sierra Maestra. Mas foram as experiências da Bolívia e da Guatemala que constituíram o parâmetro e inspiraram a forma pela qual Castro e Che Guevara trataram de consolidar a revolução em Cuba. Che Guevara, amargando a facilidade com que o putsch contra Arbenz triunfara, sempre disse que “Cuba no será otra Guatemala”, o que repetiria, várias

vezes, durante conversa com Jânio Quadros, quando este visitou Havana (abril de 1960), ainda como candidato à presidência do Brasil.¹⁸

Conquanto alguns dos seus dirigentes, como Ernesto Che Guevara e o próprio Fidel Castro, gestassem ideias marxistas, eles não eram filiados nem comprometidos com nenhum Partido Comunista, não obedeciam nem aceitavam as diretrizes políticas de Moscou e não era inevitável, por conseguinte, que a Revolução Cubana evoluísse para o stalinismo e sua forma de governo. Isto aconteceu na medida em que a União Soviética se afigurou a Fidel Castro e seus companheiros como a única opção internacional de apoio à defesa da soberania e da autodeterminação de Cuba, vis-à-vis das pressões postas pelos Estados Unidos, quando as primeiras medidas da reforma agrária alcançaram as propriedades da United Fruit Co. “The Soviet Union was one alternative power to which these radical nationalists could turn”, o politólogo norte-americano Cole Blasier, com toda a justiça, ponderou.¹⁹ E foi Eisenhower, em 1959-1960, que empurrou Castro na sua direção, ao cortar a cota do açúcar, suspender os fornecimentos de petróleo, manter o embargo para a compra de armamentos e organizar uma força de asilados para invadir Cuba e derrubá-lo. Com razão, outro cientista, Martin C. Needler, salientou que não era inevitável que a Revolução Cubana evoluísse a ponto de identificar-se com a doutrina comunista e sua forma de governo.²⁰ Na verdade, conforme, com muita lucidez, ele observou, a União Soviética nunca aceitou completamente Castro como autêntico comunista e Castro só de forma irregular acompanhou a liderança da União Soviética na política internacional e introduziu novos elementos de discórdia no campo comunista, já dividido em várias facções.²¹ O conflito ideológico com a China, em que Mao Zedong acusava a União Soviética de revisionismo por defender a via pacífica para o socialismo, foi, entre outros fatores, o que levou Kruchev a sustentar, mais decididamente, o regime revolucionário de Fidel Castro, não obstante suas heresias. Se a União Soviética falhasse no apoio a Cuba, sua posição ficaria enfraquecida vis-à-vis à China, dentro do movimento comunista internacional, cuja hegemonia estavam a disputar.²² Na realidade, não foram os comunistas que se

apossaram de Castro. Foi Castro que se apossou dos comunistas — Cole Blasier salientou.²³

Em fins dos anos 1980, apenas dois dos antigos dirigentes do PSP — Blás Roca e Carlos Rafael Rodríguez — integravam o Bureau Político do Partido Comunista de Cuba. Por tais motivos, inter alia, não se pode analisar a Revolução Cubana sob o prisma do que se passou no Leste Europeu após a Segunda Guerra Mundial. Ela não decorreu de uma intervenção do Exército Vermelho ou de uma operação encoberta da KGB, no contexto do conflito Leste-Oeste, não constituiu uma consequência da Guerra Fria, na qual entretanto se inseriu, envolvendo a América Latina, devido, sobretudo, às contradições com os Estados Unidos, que a União Soviética tratou, naturalmente, de aproveitar em função dos seus interesses estratégicos, como no caso da instalação de mísseis balísticos, dentro de Cuba, no curso de 1962. Deste modo, ao contrário do que ocorrera na Europa, onde o governo soviético, a partir da direção de Stalin, oprimira as nacionalidades e, depois da Segunda Guerra Mundial, estendera seu domínio aos demais países do Leste, agressões à soberania de Cuba, desde os primeiros anos de sua independência, sempre partiram dos Estados Unidos. E a ameaça de invasão, reacendendo e agravando ressentimentos históricos, tornou-se permanente, após a vitória da revolução de 1959, e daí constituir um fator determinante na política interna e externa de Fidel Castro. Os Estados Unidos não lhe deixaram outra opção senão identificar-se mais e mais com o comunismo e sua forma de governo, a fim de assegurar o respaldo econômico, político e militar da União Soviética. E a singularidade de estar Cuba situada nas proximidades dos Estados Unidos e ser o único Estado comunista estabelecido na sua órbita de influência amplificou, mais do que nos países socialistas do Leste Europeu, os sentimentos antinorte-americanos, que se tornaram mais importantes do que o marxismo-leninismo como força na mobilização das massas diante da ameaça de intervenção militar estrangeira.²⁴ Esta ameaça só não se consumou, depois da malograda invasão da Baía dos Porcos, porque o governo norte-americano, no início, não contou com o apoio dos maiores países da América Latina, sobretudo Brasil e México,

temendo, posteriormente, não apenas a retaliação da União Soviética em Berlim Ocidental ou no Irã como o elevadíssimo custo em vidas norte-americanas, em virtude dos armamentos recebidos do Bloco Socialista e da resistência que o povo cubano, beneficiado pela revolução e solidário com Castro, ofereceria.

Esse antagonismo dos Estados Unidos, configurado sobretudo pela manutenção e endurecimento do embargo econômico, mesmo depois que a União Soviética se dissolvera, constituiu um dos fatores que continuaram a garantir a Castro o respaldo de amplas camadas da população cubana, apesar de todas as vicissitudes em que passaram a viver. Elas estavam conscientes de que o esbarrocamento abrupto do regime, como no Leste Europeu, não alteraria, substancialmente, a situação existente em Cuba. Antes, pelo contrário, havia certeza de que a crise poderia assumir outras e maiores dimensões quando os cubanos exilados, dos quais cerca de 60%, segundo se supunha, nem sequer queriam voltar a viver em Cuba, buscassem reaver de qualquer modo os privilégios e expulsar os ocupantes de suas propriedades, terras e casas, deflagrando, provavelmente, uma guerra civil em um país onde a escassez de alimentos e, inclusive, de moradia se evidenciava em toda parte e recursos não existiam, muito menos para novas construções. Por outro lado, os Estados Unidos demonstraram, tanto em face do Panamá quanto da Nicarágua, que também não tinham recursos ou não se dispunham a destiná-los para Cuba, mesmo que Castro deixasse o poder. O Panamá só recebera a insignificância de US\$ 32 milhões, em fins de 1990, embora o governo norte-americano houvesse prometido uma ajuda de US\$ 500 milhões, depois que suas tropas o invadiram, em dezembro de 1989, para prender o general Manuel A. Noriega. E para a Nicarágua, onde eleições se realizaram e Violeta Chamorro assumiu a presidência em abril de 1990, o Congresso norte-americano só aprovou um pacote de US\$ 300 milhões depois que a violência voltara a irromper, em 1991, ameaçando a estabilidade da região.²⁵

Por contar ainda com a confiança e o apoio de grande parte da população, Castro, em face da *débaçle* do comunismo no Leste Europeu e das terríveis circunstâncias em que Cuba se precipitara, compreendeu que o melhor seria

habilmente administrar, ele próprio, de forma vagarosa, gradual e segura, o retorno ao capitalismo. Este retrocesso se tornara inelutável. Castro pretendia mudar o modo de produção capitalista e saltar para o socialismo sem modificar a estrutura predominantemente agroexportadora do país e o padrão de sua inserção no mercado mundial, que se assentava na troca de commodities por manufaturas. O projeto de industrialização, animado, nos primeiros anos da revolução, sobretudo por Che Guevara, frustrou-se na medida em que Castro, sem poder jogar a “carta americana”, teve de sujeitar-se às imposições da União Soviética e Cuba integrou-se na comunidade econômica do Bloco Socialista, subordinando-se à divisão internacional do trabalho que o Conselho de Ajuda Mútua Econômica (COMECON) planejava e estabelecia. Assim, o governo revolucionário, ao entrar em conflito com os Estados Unidos, naquele contexto de confrontação entre dois polos do poder mundial, apenas transferiu a dependência econômica de Cuba, de tipo neocolonial, dos Estados Unidos para a União Soviética, da qual continuou dependente, como simples fornecedora de açúcar. A grande contradição de Castro, ao defender a independência nacional de Cuba, foi deixar que a revolução enveredasse pelo caminho do socialismo dependente.

O socialismo real, imitação do modelo implantado por Stalin na extinta União Soviética, virtualmente acabou em Cuba. Castro tentou apenas salvar as aparências e, resguardando a educação e saúde como serviços públicos, que representaram conquistas democráticas da revolução de 1959, suavizar o desmoronamento do regime, montado ao longo de 36 anos, a fim de não perder o controle sobre os acontecimentos e a honra, valor muito importante para ele. O embargo econômico dos Estados Unidos concorreu para ampliar a crise desencadeada pelo desaparecimento do Bloco Socialista, conquanto nada indicasse que seu fim pudesse aliviar sensivelmente a situação de Cuba, dado que não melhoraria o preço do açúcar, detendo a deterioração dos termos de intercâmbio de commodities por produtos industriais, nem baratearia o custo do petróleo no mercado internacional. Esse bloqueio, desumano e, até certo ponto, politicamente inócuo, na medida em que não conseguira, em 40 anos, provocar a queda do regime comunista, só serviu

como pretexto para que Castro justificasse a manutenção da ditadura, por existir um estado latente de beligerância com os Estados Unidos, bem como os erros que cometera, ao consentir que a excessiva identificação com a União Soviética terminasse por influir de forma decisiva sobre os rumos da revolução, levando-a a perder as características renovadoras e libertárias, latino-americanas, de que se revestira nos primórdios. O fato de que ele, ao longo de 40 anos, manteve o poder, apesar de tudo, inclusive invasão, sabotagens e tentativas de assassinato, que os Estados Unidos engendraram, constituiu, por si, seu grande triunfo. E, conquanto provavelmente o regime comunista tivesse condições de resistir às pressões domésticas e internacionais e sobreviver, mesmo formalmente, uma vez levantado o embargo econômico dos Estados Unidos, o prestígio com que Castro ainda contava sem dúvida favoreceria sua vitória, em qualquer eleição, com liberdade dos partidos políticos. De qualquer modo, ao radicalizar-se, ainda que compelida pela dinâmica dos conflitos com os Estados Unidos, e exceder-se a si própria, afoitando-se além das condições materiais e das reais possibilidades políticas do país, o que a Revolução Cubana promoveu, não obstante alguns dos seus feitos, como a melhoria dos níveis de saúde, baixando significativamente a taxa de mortalidade infantil, e a eliminação do analfabetismo, foi a socialização da pobreza, uma vez que a riqueza lá concentrada era pouca e a produtividade caíra. De 1959 a 1997, a diferença entre os que muito possuíam, os ricos, e os que nada tinham, praticamente, desaparecera em Cuba. Igualitarismo havia. Todos empobreceram. A escassez e o sacrifício foram solidariamente distribuídos pela população, submetida às mais severas restrições, sem liberdades políticas. Entretanto, a situação em que Cuba se abismara, após o desmerengamento da União Soviética e dos regimes comunistas nos demais países do Leste Europeu, comprovou, mais uma vez, que toda tentativa de liquidar as diferenças de classe e implantar o socialismo, antes de que o desenvolvimento das forças econômicas elevasse a oferta de bens e serviços em quantidade e qualidade, a níveis de abundância, não podia ter consistência e acarretaria consigo não só o estancamento como, inclusive, a decadência do modo de produção e da sociedade, conforme o

próprio Friedrich Engels advertira, na segunda metade do século XIX.²⁶ Cuba, entretanto, pôde recuperar-se, na medida em que promoveu, ainda que timidamente, algumas reformas, abrindo a economia aos capitais estrangeiros, e contou, no início do século XXI, com o apoio solidário da Venezuela, sob o governo do presidente Hugo Chávez, e com os investimentos da China, a emergir como superpotência econômica e como outro polo internacional de poder.

Notas

1. Trotski, 1976, pp. 39-42.
2. Id., *ibid.*, pp. 39-42.
3. Payne, 1995, p. 340.
4. Minuta de P. Mason, 14/1/1944, File AS130, Public Record Office, Foreign Office, 371 37698. Minuta do lorde Halifax, Telegrama do Foreign Office, Washington, 15/1/1994, File 294, Public Record Office, Foreign Office 371 37698.
5. Id.
6. Memorandum for the President, Subject: “Current Status of U.S. — Argentine Relations”, secret security information, 5/3/1953, a) Walter B. Smith, Eisenhower Library.
7. Memorando ao presidente da República, secreto, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro, 29/4/1952, cópia, *ibid.*
8. Ofício nº 221, secreto, embaixador Carlos da Silveira Martins Ramos ao chanceler Raul Fernandes, Guatemala, 26/8/1950, AHMRE-B MDB, secretos, A-K, Ofícios recebidos, 1950-57.
9. Id.
10. Carta de 2/12/1952, Aranha a Vargas, Washington, Pasta de 1952, AGV.
1. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 11/6/1954.
2. Instruções à delegação do Brasil ao Comitê dos 21 — Setor Econômico, minuta, s/d. 960.3 — Pan-Americanismo — A-B. AMRE-B.
3. *Ibid.*
4. *Ibid.*
5. Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 27/11/1958 e 28/11/1958.
6. *Ibid.* Mais detalhes sobre o tema, vide Moniz Bandeira, L. A., 1973, pp. 380-390.
7. Discurso de Raúl Rosa na ONU, 18/7/1960, in Castro et al., 1981, p. 173.
8. O Autor, na época, assistiu ao diálogo de Che Guevara, então presidente do Banco de Cuba, com Jânio Quadros, ao qual o embaixador do Brasil em Havana, Vasco Leitão da Cunha, o escritor Rubem Braga e outros estiveram presentes. Posteriormente, o Autor encontrou Guevara outras vezes e manteve com ele longa conversação de quatro horas, em julho de 1962, no Ministério da Indústria.
9. Blasier, *The Giant’s Rival*, 1989, p. 134.
10. Needler, 1977, p. 33.
1. Id., *ibid.*, p. 34.
2. White, 1996.
3. Blasier, *The Giant’s Rival*, 1989, p. 106.
4. Thomas, 1984, p. 19.
5. Cardoso & Helwege, 1992, pp. 97-98.
6. Engels, F. “Soziales aus Rußland”, in Marx & Engels, 1976, p. 39.

Arquivos

Auswärtiges Amt — Politsche Archive — Bonn

Archiv der Parteien und Massenorganisationen der DDR im Bundesarchiv —
Berlim

Arquivo de Afonso Arinos de Melo Franco

Arquivo de Getúlio Vargas*

Arquivo Histórico do Itamaraty — Rio de Janeiro

Arquivo do Ministério das Relações Exteriores — Brasília**

Arquivo do Jornalista José Maria dos Reis Perdigão

Arquivo Particular do general Pedro Aurélio de Goes Monteiro — Arquivo
Nacional, Rio de Janeiro

Arquivo Particular de Francisco Clementino de San Tiago Dantas —
Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) —
Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro

John F. Kennedy Library — Boston

National Archives — Washington

Rothschild Archive — Londres

Notas

* Os códices usados correspondem à época em que os arquivos de Vargas estavam ainda sob a guarda de sua filha Alzira Vargas do Amaral Peixoto, quando neles pesquisei no início em 1971.

** Os documentos do Ministério das Relações Exteriores do Brasil até 1960 encontram-se no Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro. A partir deste ano, com a mudança da capital do Brasil, os documentos estão depositados no Ministério das Relações Exteriores em Brasília. Daí a diferente denominação.

Fontes Impressas

- Foreign Relations of the United States, 1947, vol. VIII, The American Republics, U.S. Government Printing Office, Washington, 1972.
- Foreign Relations of the United States, 1958-1960, vol. V, American Republics, Government Printing Office, Washington, 1991.
- Foreign Relations of the United States, 1955-1957, vol. VI, American Republics: Multilateral; Mexico; Caribbean. U. S. Government Printing Office, Washington, 1987.
- Foreign Relations of the United States, 1958-1960, vol. VI, Cuba, U. S. Government Printing Office, Washington, 1991.
- Foreign Relations of the United States, 1961-1963, vol. X, Cuba — 1961-1962, U. S. Government Printing Office, Washington, 1997.
- Foreign Relations of the United States, 1961-1963 — vol. XI, Cuban Missile Crisis and Aftermath, U. S. Government Printing Office, Washington, 1996.
- Foreign Relations of the United States, 1961-1963, vol. II, American Republics, U. S. Government Printing Office, Washington, 1996.
- Foreign Relations of the United States, 1961-1963, vol. VI, Kennedy-Khrushchev Exchanges, U. S. Government Printing Office, Washington, 1996.
- U.S. SENATE — Intelligence Activities — Senate Resolution 21 — Hearings before the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities of the U.S. Senate — Ninety-Fourth Congress, 1st. Session Volume 1, Unauthorized Storage of Toxic Agents, September 16, 17 and 18, 1975, U.S. Government Printing Office, Washington, 1976.
- Volume 4, Mail Opening, October 21, 22 and 24, 1975, U.S.

- Government Printing Office, Washington, 1976.
- Volume 5, The National Security Agency and Fourth Amendment Rights, October 29 and November 6, 1975, U.S. Government Printing Office, Washington, 1975.
 - Volume 6, Federal Bureau of Investigation, November 18, 19, December 2, 3, 9 and 11, 1975, U.S. Government Printing Office, Washington, 1976.
 - Volume 7, Covert Action, December 4 and 5, 1975, U.S. Government Printing Office, Washington, 1976.
 - — Alleged Assassination Plots Involving Foreign Leaders, An Interim Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities U.S. Senate, together with Additional, Supplemental, and Separate Views, November 20 (legislative day, November 18) 1975, U.S. Government Printing Office, Washington, 1975.
 - — Detailed Staff Reports on Foreign and Military Intelligence, Book IV, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities U.S. Senate. U.S. Government Printing Office.
 - — Supplementary Detailed Staff Report on Intelligence Activities and The Rights of Americans, Final Report, Book III, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities U.S. Senate —, 2nd Session, April 23 (under authority of the order of April 14), 1976. U.S. Government Printing Office.
 - — Supplementary Detailed Staff Reports on Foreign and Military Intelligence, Book IV, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities U.S. Senate. April 23 (under authority of the order of April 14), 1976. U.S. Government Printing Office.
 - — The Investigation of the Assassination of President Kennedy, Book V, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities U.S. Senate. April 23 (under

- authority of the order of April 14), 1976. U.S. Government Printing Office.
- — Supplementary Reports on Intelligence Activities, Book VI, Final Report of the Select Committee to Study Governmental Operations with Respect to Intelligence Activities U.S. Senate. April 23 (under authority of the order of April 14), 1976. U.S. Government Printing Office, 1976.
- House of Representatives — Report of the Subcommittee to investigate Communist Aggression in Latin America to the Select Committee on Communist Aggression — Eighty-Third Congress, Second Session, under authority of H. Res. 346 and H. Res. 348, U.S. Government Printing Office, Washington, 1954.
- Central Intelligence Agency — The Secret Cuban Missile Crisis Documents (Introduction by Graham T. Allison, Jr.), Brassey's (US), Washington — New York — London, 1994.
- National Security Archive Documents Reader — The Cuban Missile Crisis 1962, edited by Laurence Chang & Peter Kornbluh, The New Press, New York, 1992.
- Operation Zapata: The “Ultrasensitive” Report and Testimony of the Board of Inquiry on the Bay of Pigs, Introduction by Luis Aguilar, University Publications of America, Maryland, 1981.
- Informe Central — I, II y III Congreso del Partido Comunista de Cuba, Presentado por Fidel Castro Ruz, Primer Secretário del Comitê Central del Partido Comunista de Cuba, Editora Política, La Habana, 1990.
- IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, Santiago de Cuba, 10-14 de octubre de 1991, Discursos e Documentos, Editora Política, La Habana, 1992.
- Un Pueblo Invencible (Documentos liberados pelo governo cubano sobre a crise dos mísseis), Prólogo del General de División Sergio del Valle Jiménez, Editorial José Martí, La Habana, 1991.
- Historia de una Agresión — Declaraciones y documentos del juicio seguido a la brigada mercenaria organizada por los imperialistas yanquis que invadió a Cuba el 17 de abril de 1961. Ediciones Venceremos.

Proyección Internacional de la revolución Cubana — Selección de materiales con motivo de celebración del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana.

Ministério das Relações Exteriores — O Brasil em Punta del Este (VIII Reunião de Consulta de Ministros das Relações Exteriores), Seção de Publicações, 1962.

Bibliografia

- Agee, Philip. Dentro da “Companhia”: Diário da CIA. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1975.
- Aguilar, Luis. Operation Zapata: The “Ultrasensitive” Report and Testimony of the Board of Inquiry on the Bay of Pigs. Maryland, University Publications of America, 1981.
- Andrew, Christopher e Gordievsky, Oleg. KGB: the inside story. Nova York, Harper Perennial, 1991.
- Alarcón Ramírez, Dariel (Benigno). Memorias de un Soldado Cubano — Vida y Muerte de la Revolución, Barcelona, Tusquets Editores, 2ª ed., 1997.
- Alexander, Robert J. Trotskism in Latin America. Califórnia, Hoover Institution Press, Stanford University, 1973.
- Allison, Graham T. Essence of Decision: Explaining The Cuban Missile Crisis. Boston, Little Brown, 1971.
- . “Conceptual Models and the Cuban Missile Crisis” — American Political Science Review, vol. LXIII, no. 3, September, 1969.
- Alvarez, Diaz. Cuba: Geopolítica y Pensamiento Economico, Colegio de Economistas de Cuba en el Exilio, 1964.
- Anderle, Adám. Alguns Problemas de la Evolución del Pensamiento Antimperialista en Cuba entre las dos Guerras Mundiales Comunistas y Apristas. Acta Universitatis Szegediensis de Attila József Nominatae, Acta Historica, Tomus LII, Szeged, 1975.
- Anderson, Jon Lee. Che Guevara — A Revolutionary Life. Nova York, Grove Press, 1997.
- Anderson, Thomas P. Matanza (The 1932 slaughter that traumatized a nation shaping U.S. — Salvadoran policy to this day). Willimantic,

- Curbstone Press, 1992.
- Arboleya, Jesus. *La Contrarrevolución Cubana*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1997.
- Autorenkollektiv. *Geschichte der Sowjetischen Außenpolitik — 1945-1970*. Berlin, Staatsverlag der Deutschen Demokratischen Republik, 1969.
- Azicri, Max. *Cuba: Politics, Economics and Society*. Londres, Pinter Publishers, 1988.
- Bagley, Bruce M. e Palmer; David S. *Latin American Insurgencies*. Latin America & Caribbean Contemporary Record 1987-1988 (Nova York: Holmes & Meier).
- Barkin, David. *Cuba: Camino Abierto*. Cidade do México, Siglo Veintiuno, 1973.
- Bandeira, Antônio Rangel. *Sombras do Paraíso*. Rio de Janeiro, Record, 1994.
- Barbosa, Mário Gibson. *Na Diplomacia, o traço de toda a vida*. Rio de Janeiro, Record, 1992.
- Barros, João Alberto de Lins. *Memórias de um Revolucionário*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1953.
- Batista, Fulgencio. *Dos Fechas — Aniversarios y Testimonios (1933-1944)*. Cidade do México, vol. 1, Ediciones Botas, 1973.
- Bender, Lynn Darrell. *Cuba Versus United States: The Politics of Hostility*, International American University Press, 1981. Bethel, Paul D. *Cuba y Los Estados Unidos: Habla un Diplomático Norte Americano*, Barcelona, Editorial Juventud, 1962.
- Beschloss, Michael R. *Kennedy v. Khrushchev — The Crisis Years — 1960-1963*. Londres-Boston, Faber and Faber, 1991.
- . *Taking Charge — The Johnson White House Tapes, 1963-1964*. Nova York, Simon & Schuster, 1997.
- Betto, Frei. *Nicarágua Livre: o primeiro passo*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- Bissel, Jr., Richard M. (com Jonathan E. Lewis e Frances T. Pudlo). *Reflections of a Cold Warrior (From Yalta to The Bay of Pigs)*. New

- Haven e Londres, Yale University Press, 1996.
- Black, Jan K. *Sentinels of Empire; The United States and Latin American Militarism*. Nova York — Londres, Greenwood Press, 1986.
- Blasier, Cole. *The Giant's Rival: The União Soviética and Latin America*, edição revista, segunda reimpressão, Pittsburgh University, 1989.
- . *The Hovering Giant — U.S. Responses to Revolutionary Change in Latin America — 1910-1989*, edição revista, segunda reimpressão, Pittsburgh University, 1989.
- Blight, James G. e Kornbluh, Peter. *Politics of Illusion — The Bay of Pigs Reexamined*. Boulder & London, Lynne Rienner Publishers, 1998.
- Blight, James G., Allyn, Bruce V. e Welch, David A. *Cuba on the Brink — Castro, the Missile Crisis and the Soviet Collapse*. Nova York: Pantheon Books, 1993.
- Bonsal, Philip W. *Cuba, Castro and the United States*. University of Pittsburgh Press, 1971.
- Boti, Regino. *Cuba: Três Temas Econômicos*. Comissão Nacional de Solidariedade a Cuba.
- Breuer, William B. *Vendetta! Castro and the Kennedy Brothers*. Nova York, John Wiley & Sons, 1997.
- Brundenius, Claes. *Economic Growth, Basic Needs and Income Distribution in Revolutionary Cuba*. Research Policy Institute University of Lund, 1981.
- . *Revolutionary Cuba: The Challenge of Economic Growth With Equity*, Boulder, Westview Press, 1984.
- Campos, Roberto. *A Lanterna na Popa (Memória)*. Rio de Janeiro, Topbook, 1994.
- Cardoso, Eliana e Helwege. *Ann. Cuba after Communism*. Cambridge, Mass., The MIT Press, 1992.
- Carone, Edgard. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel, 1975.
- Castañeda, Jorge G. *La Vida en Rojo — Una Biografía del Che Guevara*. Buenos Aires, Epasa, 1997.
- Castro, Fidel, Dorticós, Oswaldo e Roa, Raúl. *Así se derrotó al Imperiaslimo*.

- México, Siglo XXI, 2^a ed., 1981.
- Castro, Fidel. *La Revolución Cubana: Escritos y Discursos*. Buenos Aires, Palestra.
- . *Revolutionary Struggle 1947-1958*. Cambridge, 1972.
- . *Che na Lembrança de Fidel* (compilado por David Deutschmann). Niterói, Casa Jorge Editorial, 1994.
- . *Nada Podra Detener la Marcha de la Historia*. (Entrevista concedida a Jeffrey Elliot e Mervin Dymally). Havana, Ed. Política, 1985.
- . *Un Encuentro con Fidel* (Entrevista realizada por Gianni Miná). Havana, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1987.
- . *Misiles en el Caribe* (Entrevista a Fidel Castro por Maria Schriver de la NBC). Havana, Editoria Política, 1993.
- . *Defenderemos Nuestras Esperanzas*. Havana, Política, 1991. (Folder).
- . *En la Trinchera de la Revolución*. Editorial José Martí, 1991.
- . *Un Grano de Maiz* (Conversación con Tomás Borge). Havana, Oficina de Publicaciones del Consejo de Estado, 1992.
- . *Indefense of Socialism*. Nova York & Londres, Pathfinder, 1989.
- . *Selected Speeches*. Nova York & Londres, Pathfinder, 1979, reimpressão em 1992.
- Central Intelligence Agency. *The Secret Cuban Missile Crisis Documents* (Introduction by Graham T. Allison, Jr.). Washington — Nova York — Londres, Brassey's (US), 1994.
- Centro de Estudios Sobre América (Coordinador Alfredo Prieto González). *Pensar al Che*. Editorial José Martí, 1989.
- Chang, Laurence e Kornbluh; Peter (ed.). *The Cuban Missiles Crisis 1962*. Nova York, A National Security Archive Documents Reader, The New Press, 1992.
- Chayes, Abram. *The Cuban Missile Crisis: International Crises and the Role of Law*. Oxford University Press, 1974.
- Cheng, Abram. *Idylle Sino-Cubaine, Brouille Sino-Soviétique*. Paris, Armand Colin, 1973.
- Cook, Fred J. *O Estado Militarista*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

- 1964.
- Cormier, Jean. Che Guevara (Nouvelle édition augmentée). Mônaco, Editions du Rocher, Jean-Paul Bertrand, 1997.
- Cottam, Martha. Images & Intervention — U.S. Policies in Latin America. University of Pittsburgh Press, 1994.
- Cotayo, Nicanor León. Sitiada la Esperanza. Havana, Editorial Política, 1992.
- Cupull, Adys e Gonzalez, Froilán. Un Hombre Bravo. Havana, Editorial Capitan San Luis, 1994.
- . Cálida Presencia: su amistad con Tita Infante. Santiago de Cuba, Editorial Oriente, 1995.
- Dantas, San Tiago. Política Externa Independente. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962.
- Debray, Régis. A Critique of Arms. Middlesex & Nova York, Penguin Books, vol. 1, 1977.
- . The Revolution on Trial — A Critique of Arms. Middlesex e Nova York, Penguin Books, vol. 2, 1978.
- Del Aguila, Juan M. Cuba: Dilemmas of a Revolution, Westview Press, 1984.
- Dennis, Mike. German Democratic Republic: Politics. Londres — Nova York, Economics and Society, 1988.
- Dinerstein, Herbert. The Making of a Missile Crisis — October 1962. Johns Hopkins University Press, 1976.
- Forças Armadas Revolucionarias (FAR). Historia de Cuba. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1985.
- Dobrynin, Anatoly. In Confidence: Moscow's Ambassador to Americas Six Cold War Presidents (1962-1986). Nova York, Times Books — Random House, 1995.
- Dominguez, Jorge I. Cuba: Order and Revolution. Cambridge, The Belknap Press of Harward Univ. Press, 1976.
- Draper, Theodore. Castrismo, Teoria e Prática. Rio de Janeiro, GRD, 1966.
- Dulles, John, W. F. Anarchists and Communists in Brazil — 1900-1935. Austin & Londres, University of Texas Press, 1973.

- Dumont, René. *Cuba: Socialisme et Développement*. Paris, Ed. Seuil, 1964.
- Duncan, Walter Raymond. *The Soviet Union and Cuba: Interests and Influence*. Nova York, Praeger, 1985.
- Eckstein, Susan Eva. *Back from the Future — Cuba under Castro*. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 1994.
- Erisman, H. Michael. *Cuba's International Relations: The Anatomy of a Nationalistic Foreign Policy*. Westview Press, Special studies on Latin American and Caribbean, 1985.
- Escalante Fon, Fabian. *Cuba: La Guerra Secreta da la CIA*. Havana, Editorial Capitán San Luis, 1993.
- Fagen, Richard Rees. *The Transformation of Political Culture in Cuba*. Standford Unversity Press, 1969.
- Fagg, John Edwin. *Cuba, Haiti and Dominican Republic*. Prentice-Hall, 1965.
- Falk, Pamela S. *Cuba Foreign Policy: Caribbean Tempest*. Lexigton Book, 1986.
- Faya, Ana Julia e Rodríguez, Pedro Pablo. *El Despliegue de un Conflicto — La Política Norteamericana Hacia Cuba: 1959-1961*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1996.
- Federación de las Mujeres Cubanas. *A Criança em Cuba*. Centro Editorial Latino-Americano, 1980 (Folder).
- Fernández, Alina. *Alina — Memorias de la hija rebelde de Fidel Castro*. Barcelona, Plaza & Janés, 1997.
- Florestan, Fernandes. *Da Guerrilha ao Socialismo: A Revolução Cubana*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.
- Foner, Philips. *A History of Cuba and its Relations With the United States*. Nova York, 2 vol., International Publications, 1963.
- Franklin, Jane. *Cuba and the United States — A Chronological History*. Melbourne & Nova York, Ocean Press, 1997.
- Franqui, Carlos. *Journal de la Revolution Cubaine*. Paris, Édition du Seuil, 1976.
- . *Vida, aventuras y desastres de un hombre llamado Castro*. Barcelona,

- Planeta, 1988.
- Fronzizi, Arturo. *Petroleo y Política*. Buenos Aires, 2ª ed., Editorial Raigal, 1955.
- Fulbright, William J. *La Arrogancia del Poder*. México, Fondo de Cultura Económica, 1976.
- Fursenko, Aleksandr & Naftali, Timothy. “One Hell of a Gamble” — Khrushchev, Castro and Kennedy, 1958-1964 . Nova York — Londres, W. W. Norton & Company, 1997.
- Furet, François. *Le Passé d'une Illusion: Essai sur l'Idée Communiste au XX Siècle*. Paris, Robert Laffont Calmann Lévy, 1995.
- Fraser, Nicholas e Navarro, Marisa. *Evita — The Real Life of Eva Perón*. Londres, André Deutsch Ltd., 1997.
- Gaddis, John Lewis. *We Know Now — Rethinking Cold War* . Oxford, Clarendon Press, 1997.
- Gambini, Hugo, *El Che Guevara*. Buenos Aires, Mundo Moderno, Paidós, 2ª ed., 1968.
- Garthoff, Raymond L. *Reflections on the Cuban Missile Crisis*. Washington, D.C., edição revista, Brookings Institution, 1989.
- Gelman, Irwin. *Franklin Roosevelt and Batista: Good Neighbour Diplomacy in Cuba 1933-45*. University Mexico Press, 1973.
- Geyer, Georgie Anne. *Guerrilla Prince — The Untold Story of Fidel Castro*. Kansas City, Andrews & McMeel — A Universal Press Syndicate Company, 1993.
- Gilbert, Abel. *Cerca de La Habana — Crônicas Cubanas*. Buenos Aires, Grupo Editorial Norma, 1997.
- Gilbert, Isidoro. *El Oro de Moscú: La Historia Secreta de las Relaciones Argentino-Soviéticas*. Buenos Aires, Editorial Planeta, 1994.
- Gilly, Adolfo. *Inside the Cuban Revolution*. Nova York, Monthly Review Press, 1964.
- Gleijeses, Piero. *Shattered Hope: The Guatemalan Revolution and the United States — 1944-1954*. Nova Jersey, Princeton University Press, 1992.

- . “Ships in the Night: The CIA, the White House and the Bay of Pigs”, in *Journal of Latin American Studies*, no. 27, Cambridge University Press, 1995.
- Goldar, Ernesto. *John William Cooke y el Peronismo Revolucionario*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina, 1985.
- Gonzalez, Edward. *Cuba under Castro: The Limit of Charisma*, Boston, Houghton Mifflin, 1974.
- Gorbachev, Mikhail. *Memoirs*. Londres-Nova York, Doubleday, 1996.
- Gribkov, general Anatoli, e Smith, general William Y. *Operation Anadyr — U.S. and Sovietis Generals Recount the Cuban Missile Crisis*. Chicago-Berlim-Tóquio-Moscou, Edition q, Inc., 1994.
- Grinevich, E. e Gvozdev, B. *Washington Versus Havana*. Moscú, Progress Publishers, 1988.
- Gromyko, Andrei. *Memoirs*. Nova York & Londres Doubleday, 1990.
- Guerra, Tomás. *José Figueres: Una Vida por la Justicia Social*. San José de Costa Rica, Centro de Estudios Democráticos de América Latina (CEDAL), 1987.
- Guevara, Ernesto Che. *Obras Escogidas — 1957-1967*. Havana, vols. I e II, Editorial de Ciencias Sociales, 1991.
- . *A Guerra de Guerrilhas*. Edições Futuro, 1961.
- . *Souvenirs de la Guerre Révolutionnaire*. Paris, *Ecrits 1, Cahiers Libres 94/95*, François Maspero, 1967.
- . *Escritos y Discursos*. Havana, vol. 6, Ediciones Políticas, Editorial de Ciencias Sociales, 1977.
- . *The Motorcycle Diaries — A Journey Around South America*. Londres, Fourth Estate, 1995.
- . “El Diario del Che em Bolivia — Noviembre 7, 1966 a Octubre 7, 1967.” Montevideo, in *América Latina (Revista Teórica — Política)*, nº 1, 1968.
- Guevara, Ernesto Che et al. *La Economía Socialista: Debate*. Barcelona, Nova Terra.
- Guevara, Ernesto Che e Castro, Raúl. *Diários Inéditos da Guerrilha Cubana*

- (Dezembro 1956-Fevereiro 1957). Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
- Hart Dávalos, Armando. *Perfiles: figuras cubanas*. Buenos Aires, Ediciones del Pensamiento Nacional, 1995.
- Hansen, Joseph. *Dynamics of the Cuban Revolution — A Marxist Appreciation*. Nova York-Londres, Pathfinder, 1978, segunda impressão, 1994.
- Haya de la Torre, Victor Raúl. *Treinta años de aprismo*. Lima, 2ª edição, Editorial Imprenta Amauta, 1971.
- Herman, Donald L. (org.). *The Communist Tide in Latin America (A Selected Treatment)*. The University of Texas at Austin, 1973.
- Hersh, Seymour M. *The Dark Side of Camelot*. Boston-Nova York, Little, Brown & Company, 1997.
- Hicks, John D. *A Short History of American Democracy*. Mass., Houghton Mifflin Company, The Riverside Press Cambridge, 1943.
- Higgins, Trumbull. *The Perfect Failure — Kennedy, Eisenhower and the CIA at the Bay of Pigs*. Nova York-Londres, W. W. Norton & Company, 1987.
- Hilferding, Rudolf. *Das Finanzkapital*. Frankfurt, Band I and II, Europäische Verlagsanstalt, 1968.
- Hinkle, Warren e Turner, William. *Deadly Secrets: The CIA-Mafia War Against Castro and the Assassination of J.F.K.* Nova York, Thunder's Mouth Press, 1992.
- Hoffmann, Bert (HRSG). *Wirtschafts-Reformen in Kuba*. Frankfurt am Main, Vervuert Verlag, 1994.
- Horowitz, Irving Louis. *Cuban Communism*. New Brunswick Transaction Book, 1977.
- Huberman, Leo. *Cuba: Anatomia de uma Revolução*. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.
- Huberman, Leo e Sweeze, Paul M. *Cuba*. Buenos Aires-Montevideú, 3ª ed. ampliada, Editorial Palestra, 1968.
- Huerta, Joaquín Hernandez. *Chile y la "Cuestión Cubana" — 1959-64*. PUC de Chile.

- Illan, José M. Cuba: Dados sobre una Economía en Ruinas. Miami, AIP, 1965.
- Immerman, Richard H. The CIA in Guatemala: The Foreign Policy of Intervention. Austin, University of Texas Press, 1992.
- Instituto Relaciones Europa-América Latina. Cuba, apertura económica y relaciones con Europa. Madrid, 1994.
- Jackson, Bruce D. Castro: The Kremlin and Communism in Latin America. Baltimore, Johns Hopkins Press, 1969.
- James, Daniel. Che Guevara — Mythos und Wahrheit eines Revolutionärs. Munique, Wilhelm Heyne Verlag, 1997.
- Jenks, Leland Hamilton. Our Cuban Colony: a Study in Sugar. Nova York, Studies in American imperialism, Vanguard Press, 1928.
- Kalfon, Pierre. Che — Ernesto Guevara, una leyenda de nuestro siglo. Barcelona, Plaza & Janés, 1997.
- Kassebeer, Friedrich. Die Tränen der Hoffnung: Machtkampf on Mittelamerika. Aktuell, Serie Piper, R. Piper & Co. Verlag, 1984.
- Kennedy, Robert F. Thirteen Days — A Memoir of the Cuban Crisis. A Mentor Book, 1969.
- Kewes, Karol. Les Guérilleros au Pouvoir: L'itinéraire Politique de la Révolution Cubaine. R. Laffont, Paris, 1970.
- Khruchtchev, Nikita S. As Fitas da Glasnost: Memórias de Khruchtchev. São Paulo, Siciliano, 1991.
- Kissinger, Henry. Diplomacy. Nova York, Touchstone Book, 1994.
- Klein, Herbert. Historia General de Bolivia. Cuba, Editorial Juventud, La Paz, 1967. Lamore, Jean. Paris, Presses Universitaires de France, 1970.
- . Parties and Political Change in Bolivia — 1880-1952. Cambridge University Press. 1969.
- Knight, Amy. Beria: O lugar-tenente de Stalin. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- Krenz, Egon. Wenn Mauern Fallen — Die Friedliche Revolution: Vorgeschichte-Ablauf-Auswirkungen. Viena, Paul Neff Verlag, 1990.
- Kubitschek, Juscelino. 50 Anos em 5 — Meu Caminho para Brasília. Rio de Janeiro, Bloch Editores, 1978.

- Kutler, Stanley I. *Abuse of Power — The Nixon Tapes*. Nova York-Londres, The Free Press, 1997.
- Lanús, Juan Archibal. *De Chapultepec al Beagle: Política Exterior Argentina — 1945-1980*. Buenos Aires, Emecê, 1984.
- Lawrezki, Josef. *Ernesto Che Guevara*. Berlim, Verlag Neues Leben, 1974.
- Lazo, Mário. *Dagger in the Heart: American Policy Failures in Cuba*. Nova York, Funk and Wagnalls, 1968.
- Lechuga, Carlos. *Eye of the Storms — Castro, Khrushchev, Kennedy and the Missile Crisis*. Melbourne, Ocean Press, 1995.
- Leitão da Cunha, Vasco. *Diplomacia em alto mar (Depoimento ao Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea — CPDOC)*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas Editora, 1994.
- Lévesque, Jacques. *The USSR and the Cuban Revolution: Soviet Ideological and Strategical Perspectives, 1959-1977*. Praeger Publishers, 1978.
- Levine, Barry B. *The new Cuban presence in the Caribbean*. Colorado, Westview Press, 1983.
- Lima, Hermes. *Travessia (Memória)*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1974.
- Liss, Sheldon B. *Marxist Thought in Latin America*. Berkeley, Los Angeles-Londres, University of California Press, 1984.
- Llerena, Mario. *The unsuspected revolution: The Birth and Rise of Castroism*. Cornell University Press, 1978.
- Löwy, Michael. *El marxismo en America Latina (De 1909 a nuestros dias)*. México, Antologia, Ediciones Era, 1982.
- Luxemburg, Rosa. *Gesammelt Werke*. Berlim, Band 4, Dietz Verlag, 1990.
- Macewan, Arthur. *Revolution and economic development in Cuba*. Londres, Macmillan, 1981.
- Maier, Charles S. *Dissolution: The Crisis of Communism and the End of East Germany*. Nova Jersey, Princeton University Press, Princeton, 1997.
- Malloy, James M. e Gamarra, Eduardo. *Revolution and Reaction: Bolivia, 1964-1985*. New Brunswick & Oxford, Transaction Books, 1988.
- Marchetti, Victor e Marks, John. *A CIA e o Culto da Inteligência*. Rio de

- Janeiro, Nova Fronteira, 1974.
- Martí, José. Obras Escogidas. Tomo 1 (1869/1885); Tomo 2 (1886/oct. 1891). Tomo 3 (nov. 1891/mayo 1895). Habana, Centro de Estudios Martianos, Editora de Ciencias Sociales, 1992.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. Werke. Berlim, Band 39, Dietz Verlag, 1978.
- Marx, Karl e Engels, Friedrich. Ausgewälte Schriften. Berlim, Band II, Diertz Verlag, 1976.
- Massari, Roberto. Che Guevara — Grandeza y Riesgo de la Utopia. Navarra, 4^a ed., Editorial Txalaparta, 1997.
- Matos, Almir. Cuba: a Revolução na América. Rio de Janeiro, Vitória, 1961.
- Matthews, Herbert L. Revolution in Cuba: an essay in understanding. C. Seribner's Sons, 1975.
- Mariategui, José Carlos. Sete Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana. Lima, 33^a ed., Editorial Amauta, 1976.
- Matsushita, Hiroschi. Movimiento Obrero Argentino — 1930-1945 (Sus Proyecciones en los Orígenes del Peronismo). Buenos Aires, Siglo XX, 1987.
- Maury, Mathews F. The Amazon and the Atlantic Slopes of South America. Washington, F. Taylor, 1853.
- . O Amazonas e as Costas Atlânticas da América Meridional. Rio de Janeiro, Typ de M. Barreto, 1853.
- May, Ernest e Zelikow, Philip D. The Kennedy Tapes: Inside de White House during the Cuban Missile Crisis. Cambridge — Londres, The Belknap Press of Harvard University Press, 1997.
- McNamara, Robert S. In Retrospect. Nova York, Vintage Books, 1995.
- Melo Franco, Afonso Arinos. Planalto (Memórias). Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1968.
- Mesa-Lago, Carmelo. Cuba in the 1970: Pragmatism and Institutionalization. University of New Mexico, 1974.
- . Breve Historia Econômica de Cuba Socialista — Políticas, Resultados y Perspectivas. Madri, Alianza Editorial, 1994.
- Millet, Allan Reed. The politics of Intervention: the military occupation of

- Cuba, 1906-1909. Ohio State University Press, 1968.
- Mills, Charles Wright. *A Verdade sobre Cuba*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1961.
- Milton, John. *Poetical Works*. Londres, J.M. Dent & Sons LTD., 1946.
- Mir, Luis. *A Revolução Impossível: a esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo, Editorial Best Seller, 1994.
- Miranda Bravo, Olga. *Cuba/USA — Nacionalizaciones y Bloqueo*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1996.
- Moniz Bandeira, Luiz Alberto. *Presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973.
- — . *Brasil-Estados Unidos: A rivalidade emergente*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989.
- — . *Estado Nacional e Política Internacional na América Latina — O continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992)*. São Paulo, 2^a edição, Editora Ensaio, 1995.
- — . *A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- — . *Do ideal socialista ao socialismo real: A reunificação da Alemanha*. São Paulo, Editora Ensaio, 1992.
- — . *O caminho da revolução brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Melso, 1962.
- Montaner, Carlos Alberto. *Secret Report on the Cuban Revolution*. New Brunswick Transaction, 1981.
- — . *Fidel Castro y la Revolución Cubana*. Biblioteca Cubana Contemporânea, 1983.
- Morris, Richard B. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1964.
- Nash, Philip. *The Other Missiles of October (Eisenhower, Kennedy and the Jupiters, 1957-1963)*. The University of North Carolina Press, Chapel Hill & Londres, 1997.
- Nathan, James A. (ed.). *The Cuban Missile Crisis Revisited*. Nova York, St. Martin's Press, 1992.

- Nattiez, Jean-Jacques. 1959: Antes e Depois. Porto, Gráfica Maiadoura Villa de Maia, 1970.
- Needler, Martin C. The United States and the Latin American Revolution. Los Angeles, Revised Edition, UCLA Latin American Studies, University of Califórnia, 1977.
- Nepomuceno, Eric. Cuba: Novas Anotações sobre uma Revolução. Rio de Janeiro, Guanabara, 1986.
- Newson, David D. The Soviet Brigade in Cuba: a Study in Political Diplomacy. Indiana University Press, 1987.
- Nuñez Jiménez, Antonio. Geografía de Cuba. Havana, Editorial Lex, 2. ed., 1959.
- . La primavera de la Revolución Socialista en America, Lima, Embajada da Cuba en el Peru, 1973.
- . Cuba: La Naturaleza y el Hombre. Havana, Letras Cubanas, 1982.
- . En Marcha con Fidel — 1959. Havana, Tomo 1, Editorial Letras Cubanas, 1982.
- O'Connor, James R. The Origins of Socialism in Cuba. Cornell University Press, 1970.
- Oppenheimer, Andres. Castro's Final Hour: The Secret Story Behind the Coming Downfall of Communist Cuba. Nova York — Londres, Simon and Schuster, 1992.
- Patterson, Thomas G. Contesting Castro. Oxford — Nova York, Oxford University Press, 1995.
- Payne, Stanley G. A History of Fascism — 1914-1945. Londres, UCL Press, 1995.
- Perez, Louis A. Jr. Intervention, Revolution and Politics in Cuba 1913-1921. Pittsburgh, University Press, 1978.
- Pericás, Luiz Bernardo. Che Guevara e a Luta Revolucionaria na Bolívia. São Paulo, Xamã Editora, 1997.
- Perkins, Dexter. A History of the Monroe Doctrine. Boston — Nova York, Brown & Company, 1963.
- Plank, John. Cuba and United States: Long Range Perspectives. Brooking

- Institution, 1967.
- Portillo, Julio. Venezuela — Cuba: Relaciones Diplomáticas 1902-1980. Caracas, Editorial Arte, 1981.
- —. Venezuela — Brasil — Relaciones Diplomáticas — 1842-1982. Caracas, Editorial Arte, 1983.
- Potash, Robert A. El Ejército y la Política en la Argentina — 1928-1945 (De Yrigoyen a Perón). Buenos Aires, Editorial Sudamericana, 1984.
- Powers, Thomas. The Man who Kept the Secrets: Richard Helms and the CIA. Nova York, Pocket Books — Simon & Schuster, 1979.
- Puigross, Rodolfo. El Peronismo y sus Causas. Buenos Aires, Ediciones Cepe, 3^a ed., 1972.
- Quirk, Robert E. Fidel Castro. Nova York, W. W. Norton & Company, 1993.
- Quitaneiro, Tania. Cuba e Brasil: Da revolução ao golpe 1959-64 (Uma interpretação sobre a política externa independente). UFMG, 1988.
- Raby, D. L. The Cuba Pre-Revolution of 1933: An Analysis, University of Glasgow, 1975.
- Ratner, Michael e Smith, Michael Stevens. Che Guevara and the FBI — The U.S. political police dossier on the Latin American Revolutionary. Melbourne — Nova York, Ocean Press, 1997.
- Raymond, Jack. O Poder do Pentágono. Rio de Janeiro, 1^o e 2^o vols., Editora Saga, 1965.
- Ribeiro, Darcy. As Américas e a Civilização. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970.
- Riefe, Robert H. Moscow, Havana and National Liberation in Latin America: Three Decades of Guerrillas and Terrorists — 1959-1990. Research Institute for Cuban Studies, University of Miami, 1991.
- Ritter, Archibald. The Economic Development of Revolutionary Cuba: Strategy and Performance. Nova York, Praeger, 1974.
- Rocha Barros, Alberto. O Poder Econômico do Estado Contemporâneo e seus Reflexos no Direito (monografia para o concurso à cátedra de Introdução à Ciência do Direito da Universidade de São Paulo). São Paulo,

- Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1953.
- Rodríguez Acalá, Guido. *Ideologia Autoritaria*. Assunção, RP Ediciones, 1987.
- Rojo, Ricardo. *Meu Amigo Che*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968.
- Rouquié, Alain. *Poder Militar y Sociedad Política en Argentina*. Buenos Aires, Emecê, 1981.
- Ruiz González, Raúl. *Bolivia — El Prometeo de los Andes*. Buenos Aires, 1961.
- Ryan, Henry Butterfield. *The Fall of Che Guevara — A Story of Soldiers, Spies and Diplomats*. Nova York — Oxford, Oxford University Press, 1998.
- Sussekind de Mendonça, Carlos. *Salvador de Mendonça — Democrata do Império e da República*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1960.
- Sarracino, Rodolfo. *El Grupo Rockefeller Actua*. Havana, Editorial de Ciencias Sociales, 1989.
- . *Inglaterra: sus dos caras en la lucha cubana por la abolición*. Havana, Letras Cubanas, 1989.
- Sergueev, Fiodor. *La CIA sin máscara*. Moscú, Ed. Progreso, 1988.
- Sevilla, Rafael, e Rode, Clemens, (HRSG). *Kuba: Die Isolierte Revolution?* Herlemann, 1993.
- Silverman, Bertran. *Man and Socialism in Cuba: The Great Debate*. N.Y., Atheneum, 1971.
- Smith, Earl E. T. *The Fourth Floor — An Account of the Castro Communist Revolution*. Nova York, Random House, 1962.
- Smith, Gaddis. *The Last Years of the Monroe Doctrine — 1945-1993*. Nova York, Hill & Wang, 1994.
- Smith, Gordon Connell. *The Inter-American System*. Oxford University Press, 1966.
- Smith, Joseph. *Unequal Giants — Diplomatic Relations between the United States and Brazil (1889-1930)*. University of Pittsburgh Press, 1991.
- Smith, Wayne S. *The Closest of Enemies: A Personal and Diplomatic Account of US-Cuban Relations since 1957*. Nova York/Londres, W.W.

- Norton & Company, 1987.
- Solberg, Carl E. *Oil and Nationalism in Argentina: A History*. Stanford, Califórnia, Stanford University Press, 1979.
- Stahl, Karin. *Kuba: Eine Meue Klassengesellschaft?* Druckerei, Heidelbergr Verlagsanstalt, 1987.
- Stubbs, Jean. *Cuba: The Best of Time*. Londres, Latin America Bureau, 1989.
- Suchlicki, Jaime. *Cuba from Columbus de Castro*. Nova York, C. Scribner's, 1974.
- Sweezy, Paul et al. *Reflexões sobre a Revolução Cubana*, Rio de Janeiro, Zahar, 1962.
- Szulc, Tad. *Fidel — Um Retrato Crítico*. São Paulo, 3^a ed., Best Seller, 1986.
- Taibo Il, Paco Ignacio. *Ernesto Guevara, también conocido como el Che*. Barcelona, 3^a edição, Editorial Planeta, 1997.
- Taibo, Il, Paco Ignacio, Escobar, Froilan, e Guerra, Félix. *O ano que vivemos em lugar nenhum*. São Paulo, Scritta, 1995.
- Talma, João de. *Da Fornalha de Nabucodonosor*. Buenos Aires, s/ed. 1926.
- Thomas, Hugh S. Fauriol, Georges A. e Weis, Juan Carlos. *The Cuban Revolution: 25 Years Later*. Londres e Boulder: Westview Press, 1984.
- Thompson, Robert Smith. *The Missiles of October*. Nova York, Simon & Schuster, 1992.
- Trotsky, Leon. *Écrits Militaires — Comment la Revolution s'est armée*. Paris, Éditions L'Herne, 1967.
- . *Escritos, Tomo X, 1938-1939*. Bogotá-Buenos Aires, vol. I, Editorial Pluma Lido, 1976.
- . *A Revolução Permanente*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- . *La Révolution Trahie*. Paris, Éditions Bernard Grasset, 1936.
- . *Stalin*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947.
- Truman, Harry. *Memoirs: The Year of Trial and Hope*. Nova York, vol. 2, Doubleday, 1956.
- Tutino, Saverio. *L'Octobre Cubain*. Paris, Maspero, 1969.
- Valdés, Julio Carranza, Urdaneta, Luís Gutiérrez e González, Pedro Monreal.

- Cuba — La Reestructuración de la Economía (Una propuesta para el debate). Havana, Editorial de Ciencia Sociales, 1995.
- Valdés, Nelson P. The Cuban revolution: a research — study guide (1959-1969). University of New Mexico, Ed. Albuquerque, 1971.
- Vargas, Getúlio. A Nova Política do Brasil. Rio de Janeiro, vol. VII, Livraria José Olympio Editora.
- . Diário (1937-1942). São Paulo — Rio de Janeiro, vol. II, Siciliano-Fundação Getúlio Vargas, 1995.
- Vivés, Juan. Les maîtres de Cuba. Paris, R. Laffont, 1981.
- Wallich, Henry Christopher. Monetary problems of a export economy: the Cuba experience 1914-1947. Cambridge, Mass., Harvard University Press, 1960.
- Watters, Maria-Alice, e Madrid, Luis. At the Side of Che Guevara — entrevistas com Harry Villegas (Pombo). Nova York — Londres, Pathfinder, 1997.
- Weinberg, Albert K. Manifest Destiny — A Study of Nationalist Expansionism in American History. Chicago, Quadrangle Books, 1963.
- Weinstein, Martin (ed.). Revolutionary Cuba in the World Arena. Filadélfia, Institute for the Study of Human Issues (ISHI), 1979.
- Welch, Jr., Richard E. Response to Revolution — The United States and the Cuban Revolution — 1959-1961. The University of North Carolina Press, Chapel Hill Londres, 1985.
- Wilkie, James W. The Bolivian Revolution and U.S. Aid Since 1952: Financial Background and Context of Political Decisions. Los Angeles, Latin American Center, University of California, 1969.
- Wirmark, David. Estudios y documentos suecos sobre Cuba. Estocolmo, Instituto de Estudios Ibero Americano, 1971.
- White, Mark J. The Cuban Missile Crisis. Hampshire, Macmillan Press, 1996.
- Whitehead, Laurence. The United States and Bolivia — A Case of Neo-Colonialism. Oxford, Haslemere Group Publication, 1969.
- Wickham-Crowley, Timothy P. Guerrillas & Revolution in Latin America: A

- Comparative Study of Insurgents and Regimes since 1956. Princeton, Nova Jersey, Princeton University Press, 1992.
- Wilkie, James W. The Bolivian Revolution and U.S. AID since 1952 (Financial Background and Context of Political Decisions). Los Angeles, Latin American Center, University of California, 1969.
- Wise, David, e Ross, Thomas. O Governo Invisível. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.
- Wolf, Markus. Spionagechef im geheimen Krieg (Erinnerungen). München, List Verlag, 1997.
- e Anne McElvoy. O Homem sem Rosto: Autobiografia do maior mestre de espionagem do comunismo. Rio de Janeiro, Record, 1997.
- Woodward, Bob. VEIL: As Guerras Secretas da CIA — 1981-1987. São Paulo, Best Seller, 1987.
- Wyden, Peter. Bay of Pigs — The Untold Story. Nova York, Simon & Schuster, 1979.
- Yergin, Daniel. O Petróleo. São Paulo, Scritta Editorial, 1992.
- Zapata, José A. Friedl. Tania — Die Frau, die Che Guevara liebte. Berlim, Aufbau Verlag, 1997.
- Zeitlin, Maurice. Revolutionary politics and the Cuban working class. Nova York, Harper and Row, 1970.
- Zelikow, Philip, e Rice, Condolezza. Germany Unified and Europe Transformed: A Study in Statecraft. Cambridge — Londres, Harvard University Press, quarta impressão, 1997.
- Zimbalist, Andrew. Cuba's socialist economic toward the 1990. Lynne Rienner Publishers, 1987.
- Zimbalist, Andrew, e Brundenius, Claes. The Cuban Economy — Measurement and Analysis of Socialist Performance. Baltimore & Londres, The Johns Hopkins University Press, 1989.
- Zubok, Vladislav, e Pleshakov, Constantine. Inside the Kremlin's Cold War — From Stalin to Khrushchev. Cambridge — Londres, Harvard University Press, 1996.

Documentos referentes à Operação Mongoose*

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~



THE JOINT CHIEFS OF STAFF
WASHINGTON 25, D.C.

UNCLASSIFIED

13 March 1962

MEMORANDUM FOR THE SECRETARY OF DEFENSE

Subject: Justification for US Military Intervention
in Cuba (TS)

1. The Joint Chiefs of Staff have considered the attached Memorandum for the Chief of Operations, Cuba Project, which responds to a request of that office for brief but precise description of pretexts which would provide justification for US military intervention in Cuba.

2. The Joint Chiefs of Staff recommend that the proposed memorandum be forwarded as a preliminary submission suitable for planning purposes. It is assumed that there will be similar submissions from other agencies and that these inputs will be used as a basis for developing a time-phased plan. Individual projects can then be considered on a case-by-case basis.

3. Further, it is assumed that a single agency will be given the primary responsibility for developing military and para-military aspects of the basic plan. It is recommended that this responsibility for both overt and covert military operations be assigned the Joint Chiefs of Staff.

For the Joint Chiefs of Staff:

SYSTEMATICALLY REVIEWED
BY JCS ON 21 May 84
CLASSIFICATION CONTINUED

L. L. Lemnitzer
L. L. LEMNITZER
Chairman
Joint Chiefs of Staff

1 Enclosure

Memo for Chief of Operations, Cuba Project

EXCLUDED FROM GDS

EXCLUDED FROM AUTOMATIC
REGRADING; DOD DIR 5200.10
DOES NOT APPLY

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

TOP SECRET

JCS 1969/321

12 March 1962

Page 2165

UNCLASSIFIED

COPY NO. 1

SPECIAL DISTRIBUTION

NOTE BY THE SECRETARIES
to the
JOINT CHIEFS OF STAFF
on
NORTHWOODS (S)

A report* on the above subject is submitted for consideration by the Joint Chiefs of Staff.

F. J. BLOUIN

M. J. INGELIDO

Joint Secretariat

* Not reproduced herewith; on file in Joint Secretariat

EXCLUDED FROM GDS
EXCLUDED FROM AUTOMATIC
REGRADING; DOD DIRECTIVE
5200.10 DOES NOT APPLY

TOP SECRET
JCS 1969/321

2165

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET~~

~~TOP SECRET~~

COPY NO. 1

~~TOP SECRET~~

JCS 1969/321

SPECIAL DISTRIBUTION

14 March 1962

JOINT CHIEFS OF STAFF
DECISION ON JCS 1969/321
A Note by the Secretaries
on
NORTHWOODS (S)
Note by the Secretaries

1. At their meeting on 13 March 1962, the Joint Chiefs of Staff approved the recommendations in paragraph 8 of JCS 1969/321.
2. In that the Commandant had expressed direct concern of the Marine Corps in this matter, the provisions of Title 10, US Code 141 (c), applied and were followed.
3. This decision now becomes a part of and shall be attached as the top sheet of JCS 1969/321.

J. BLOUIN

M. J. INGELIDO

Joint Secretariat

SYSTEMATICALLY REVIEWED
BY ICS ON 21 May 84
CLASSIFICATION CONTINUED

UNCLASSIFIED

EXCLUDED FROM GDS

EXCLUDED FROM AUTOMATIC
REGRADING DOD DIRECTIVE
5200 IO DOES NOT APPLY

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

9 March 1962

COPY OF COPIES
SPECIAL DISTRIBUTION

UNCLASSIFIED

REPORT BY THE DEPARTMENT OF DEFENSE AND
JOINT CHIEFS OF STAFF REPRESENTATIVE ON THE
CARIBBEAN SURVEY GROUP

to the

JOINT CHIEFS OF STAFF

on

CUBA PROJECT(TS)

The Chief of Operations, Cuba Project, has requested that he be furnished the views of the Joint Chiefs of Staff on this matter by 13 March 1962.

EXCLUDED FROM GDS

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

JUSTIFICATION FOR US MILITARY INTERVENTION IN CUBA (TS)

THE PROBLEM

1. As requested* by Chief of Operations, Cuba Project, the Joint Chiefs of Staff are to indicate brief but precise description of pretexts which they consider would provide justification for US military intervention in Cuba.

FACTS BEARING ON THE PROBLEM

2. It is recognized that any action which becomes pretext for US military intervention in Cuba will lead to a political decision which then would lead to military action.

3. Cognizance has been taken of a suggested course of action proposed** by the US Navy relating to generated instances in the Guantanamo area.

4. For additional facts see Enclosure B.

DISCUSSION

5. The suggested courses of action appended to Enclosure A are based on the premise that US military intervention will result from a period of heightened US-Cuban tensions which place the United States in the position of suffering justifiable grievances. World opinion, and the United Nations forum should be favorably affected by developing the international image of the Cuban government as rash and irresponsible, and as an alarming and unpredictable threat to the peace of the Western Hemisphere.

6. While the foregoing premise can be utilized at the present time it will continue to hold good only as long as there can be reasonable certainty that US military intervention in Cuba would not directly involve the Soviet Union. There is

* Memorandum for General Craig from Chief of Operations, Cuba Project, subject: "Operation MONGOOSE", dated 5 March 1962, on file in General Craig's office.

** Memorandum for the Chairman, Joint Chiefs of Staff, from Chief of Naval Operations, subject: "Instances to Provoke Military Actions in Cuba (TS)", dated 8 March 1962, on file in General Craig's office.

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

as yet no bilateral mutual support agreement binding the USSR to the defense of Cuba, Cuba has not yet become a member of the Warsaw Pact, nor have the Soviets established Soviet bases in Cuba in the pattern of US bases in Western Europe. Therefore, since time appears to be an important factor in resolution of the Cuba problem, all projects are suggested within the time frame of the next few months.

CONCLUSION

7. The suggested courses of action appended to Enclosure A satisfactorily respond to the statement of the problem. However, these suggestions should be forwarded as a preliminary submission suitable for planning purposes, and together with similar inputs from other agencies, provide a basis for development of a single, integrated, time-phased plan to focus all efforts on the objective of justification for US military intervention in Cuba.

RECOMMENDATIONS

8. It is recommended that:

- a. Enclosure A together with its attachments should be forwarded to the Secretary of Defense for approval and transmittal to the Chief of Operations, Cuba Project.
- b. This paper NOT be forwarded to commanders of unified or specified commands.
- c. This paper NOT be forwarded to US officers assigned to NATO activities.
- d. This paper NOT be forwarded to the Chairman, US Delegation, United Nations Military Staff Committee.

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

DRAFT

UNCLASSIFIED

MEMORANDUM FOR THE SECRETARY OF DEFENSE

Subject: Justification for US Military Intervention
in Cuba (TS)

1. The Joint Chiefs of Staff have considered the attached Memorandum for the Chief of Operations, Cuba Project, which responds to a request* of that office for brief but precise description of pretexts which would provide justification for US military intervention in Cuba.

2. The Joint Chiefs of Staff recommend that the proposed memorandum be forwarded as a preliminary submission suitable for planning purposes. It is assumed that there will be similar submissions from other agencies and that these inputs will be used as a basis for developing a time-phased plan. Individual projects can then be considered on a case-by-case basis. . . .

D

3. Further, it is assumed that a single agency will be given the primary responsibility for developing military and para-military aspects of the basic plan. It is recommended that this responsibility for both overt and covert military operations be assigned the Joint Chiefs of Staff.

* Memorandum for Gen Craig from Chief of Operations, Cuba Project, subject, "Operation MONGOOSE", dated 5 March 1962, on file in Gen Craig's office

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

APPENDIX TO ENCLOSURE A

DRAFT

UNCLASSIFIED

MEMORANDUM FOR CHIEF OF OPERATIONS, CUBA PROJECT

Subject: Justification for US Military Intervention
in Cuba (TS)

1. Reference is made to memorandum from Chief of Operations, Cuba Project, for General Craig, subject: "Operation MONGOOSE", dated 5 March 1962, which requested brief but precise description of pretexts which the Joint Chiefs of Staff consider would provide justification for US military intervention in Cuba.

2. The projects listed in the enclosure hereto are forwarded as a preliminary submission suitable for planning purposes. It is assumed that there will be similar submissions from other agencies and that these inputs will be used as a basis for developing a time-phased plan. The individual projects can then be considered on a case-by-case basis.

3. This plan, incorporating projects selected from the attached suggestions, or from other sources, should be developed to focus all efforts on a specific ultimate objective which would provide adequate justification for US military intervention. Such a plan would enable a logical build-up of incidents to be combined with other seemingly unrelated events to camouflage the ultimate objective and create the necessary impression of Cuban rashness and irresponsibility on a large scale, directed at other countries as well as the United States. The plan would also properly integrate and time phase the courses of action to be pursued. The desired resultant from the execution of this plan would be to place the United States in the apparent position of suffering defensible grievances from a rash and irresponsible government of Cuba and to develop an international image of a Cuban threat to peace in the Western Hemisphere.

UNCLASSIFIED

5

Appendix to
Enclosure A

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

4. Time is an important factor in resolution of the Cuban problem. Therefore, the plan should be so time-phased that projects would be operable within the next few months.

5. Inasmuch as the ultimate objective is overt military intervention, it is recommended that primary responsibility for developing military and para-military aspects of the plan for both overt and covert military operations be assigned the Joint Chiefs of Staff.

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

ANNEX TO APPENDIX TO ENCLOSURE A

PRETEXTS TO JUSTIFY US MILITARY INTERVENTION IN CUBA

(Note: The courses of action which follow are a preliminary submission suitable only for planning purposes. They are arranged neither chronologically nor in ascending order. Together with similar inputs from other agencies, they are intended to provide a point of departure for the development of a single, integrated, time-phased plan. Such a plan would permit the evaluation of individual projects within the context of cumulative, correlated actions designed to lead inexorably to the objective of adequate justification for US military intervention in Cuba).

1. Since it would seem desirable to use legitimate provocation as the basis for US military intervention in Cuba a cover and deception plan, to include requisite preliminary actions such as has been developed in response to Task 33 c, could be executed as an initial effort to provoke Cuban reactions. Harassment plus deceptive actions to convince the Cubans of imminent invasion would be emphasized. Our military posture throughout execution of the plan will allow a rapid change from exercise to intervention if Cuban response justifies.

2. A series of well coordinated incidents will be planned to take place in and around Guantanamo to give genuine appearance of being done by hostile Cuban forces.

a. Incidents to establish a credible attack (not in chronological order):

- (1) Start rumors (many). Use clandestine radio.
- (2) Land friendly Cubans in uniform "over-the-fence" to stage attack on base.
- (3) Capture Cuban (friendly) saboteurs inside the base.
- (4) Start riots near the base main gate (friendly Cubans).

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

- (5) Blow up ammunition inside the base; start fires.
- (6) Burn aircraft on air base (sabotage).
- (7) Lob mortar shells from outside of base into base.

Some damage to installations.

- (8) Capture assault teams approaching from the sea or vicinity of Guantanamo City.
- (9) Capture militia group which storms the base.
- (10) Sabotage ship in harbor; large fires -- naphthalene.
- (11) Sink ship near harbor entrance. Conduct funerals for mock-victims (may be lieu of (10)).

b. United States would respond by executing offensive operations to secure water and power supplies, destroying artillery and mortar emplacements which threaten the base.

c. Commence large scale United States military operations.

3. A "Remember the Maine" incident could be arranged in several forms:

a. We could blow up a US ship in Guantanamo Bay and blame Cuba.

b. We could blow up a drone (unmanned) vessel anywhere in the Cuban waters. We could arrange to cause such incident in the vicinity of Havana or Santiago as a spectacular result of Cuban attack from the air or sea, or both. The presence of Cuban planes or ships merely investigating the intent of the vessel could be fairly compelling evidence that the ship was taken under attack. The nearness to Havana or Santiago would add credibility especially to those people that might have heard the blast or have seen the fire. The US could follow up with an air/sea rescue operation covered by US fighters to "evacuate" remaining members of the non-existent crew. Casualty lists in US newspapers would cause a helpful wave of national indignation.

4. We could develop a Communist Cuban terror campaign in the Miami area, in other Florida cities and even in Washington.

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

The terror campaign could be pointed at Cuban refugees seeking haven in the United States. We could sink a boatload of Cubans enroute to Florida (real or simulated). We could foster attempts on lives of Cuban refugees in the United States even to the extent of wounding in instances to be widely publicized. Exploding a few plastic bombs in carefully chosen spots, the arrest of Cuban agents and the release of prepared documents substantiating Cuban involvement also would be helpful in projecting the idea of an irresponsible government.

5. A "Cuban-based, Castro-supported" filibuster could be simulated against a neighboring Caribbean nation (in the vein of the 14th of June invasion of the Dominican Republic). We know that Castro is backing subversive efforts clandestinely against Haiti, Dominican Republic, Guatemala, and Nicaragua at present and possible others. These efforts can be magnified and additional ones contrived for exposure. For example, advantage can be taken of the sensitivity of the Dominican Air Force to intrusions within their national air space. "Cuban" B-26 or C-46 type aircraft could make cane-burning raids at night. Soviet Bloc incendiaries could be found. This could be coupled with "Cuban" messages to the Communist underground in the Dominican Republic and "Cuban" shipments of arms which would be found, or intercepted, on the beach.

6. Use of MIG type aircraft by US pilots could provide additional provocation. Harassment of civil air, attacks on surface shipping and destruction of US military drone aircraft by MIG type planes would be useful as complementary actions. An F-86 properly painted would convince air passengers that they saw a Cuban MIG, especially if the pilot of the transport were to announce such fact. The primary drawback to this suggestion appears to be the security risk inherent in obtaining or modifying an aircraft. However, reasonable copies of the MIG could be produced from US resources in about three months.

UNCLASSIFIED

~~TOP SECRET SPECIAL HANDLING NOFORN~~

UNCLASSIFIED

7. Hijacking attempts against civil air and surface craft should appear to continue as harassing measures condoned by the government of Cuba. Concurrently, genuine defections of Cuban civil and military air and surface craft should be encouraged.

8. It is possible to create an incident which will demonstrate convincingly that a Cuban aircraft has attacked and shot down a chartered civil airliner enroute from the United States to Jamaica, Guatemala, Panama or Venezuela. The destination would be chosen only to cause the flight plan route to cross Cuba. The passengers could be a group of college students off on a holiday or any grouping of persons with a common interest to support chartering a non-scheduled flight.

a. An aircraft at Eglin AFB would be painted and numbered as an exact duplicate for a civil registered aircraft belonging to a CIA proprietary organization in the Miami area. At a designated time the duplicate would be substituted for the actual civil aircraft and would be loaded with the selected passengers, all boarded under carefully prepared aliases. The actual registered aircraft would be converted to a drone.

b. Take off times of the drone aircraft and the actual aircraft will be scheduled to allow a rendezvous south of Florida. From the rendezvous point the passenger-carrying aircraft will descend to minimum altitude and go directly into an auxiliary field at Eglin AFB where arrangements will have been made to evacuate the passengers and return the aircraft to its original status. The drone aircraft meanwhile will continue to fly the filed flight plan. When over Cuba the drone will be transmitting on the international distress frequency a "MAY DAY" message stating he is under attack by Cuban MIG aircraft. The transmission will be interrupted by destruction of the aircraft which will be triggered by radio signal. This will allow ICAO radio

UNCLASSIFIED

UNCLASSIFIED

stations in the Western Hemisphere to tell the US what has happened to the aircraft instead of the US trying to "sell" the incident.

9. It is possible to create an incident which will make it appear that Communist Cuban MIGs have destroyed a USAF aircraft over international waters in an unprovoked attack.

a. Approximately 4 or 5 F-101 aircraft will be dispatched in trail from Homestead AFB, Florida, to the vicinity of Cuba. Their mission will be to reverse course and simulate fakir aircraft for an air defense exercise in southern Florida. These aircraft would conduct variations of these flights at frequent intervals. Crews would be briefed to remain at least 12 miles off the Cuban coast; however, they would be required to carry live ammunition in the event that hostile actions were taken by the Cuban MIGs.

b. On one such flight, a pre-briefed pilot would fly tail-end Charley at considerable interval between aircraft. While near the Cuban Island this pilot would broadcast that he had been jumped by MIGs and was going down. No other calls would be made. The pilot would then fly directly west at extremely low altitude and land at a secure base, an Eglin auxiliary. The aircraft would be met by the proper people, quickly stored and given a new tail number. The pilot who had performed the mission under an alias, would resume his proper identity and return to his normal place of business. The pilot and aircraft would then have disappeared.

c. At precisely the same time that the aircraft was presumably shot down a submarine or small surface craft would disburse F-101 parts, parachute, etc., at approximately 15 to 20 miles off the Cuban coast and depart. The pilots returning to Homestead would have a true story as far as they knew. Search ships and aircraft could be dispatched and parts of aircraft found.

UNCLASSIFIED

ENCLOSURE B

UNCLASSIFIED

FACTS BEARING ON THE PROBLEM

1. The Joint Chiefs of Staff have previously stated* that US unilateral military intervention in Cuba can be undertaken in the event that the Cuban regime commits hostile acts against US forces or property which would serve as an incident upon which to base overt intervention.

2. The need for positive action in the event that current covert efforts to foster an internal Cuban rebellion are unsuccessful was indicated** by the Joint Chiefs of Staff on 7 March 1962, as follows:

" - - - determination that a credible internal revolt is impossible of attainment during the next 9-10 months will require a decision by the United States to develop a Cuban "provocation" as justification for positive US military action."

3. It is understood that the Department of State also is preparing suggested courses of action to develop justification for US military intervention in Cuba.

* JCS 1969/303
** JCS 1969/313

UNCLASSIFIED

Nota

* Documento elaborado em 1962 pelo Joint Chiefs of Staff (Estado Maior Conjunto). Apresenta as propostas do Pentágono no sentido de engendrar secretamente vários pretextos que justificassem e legitimassem a invasão de Cuba pelas Forças Armadas dos Estados Unidos. Essas propostas, denominadas Operation Northwoods, constituíam parte de um programa secreto, conhecido como Operation Mongoose, que visava a desestabilizar e a derrubar o governo de Fidel Castro. O Estado-Maior Conjunto, chefiado pelo general Lyman L. Lemnitzer, sugeria diversos pretextos, entre os quais a promoção de atentados terroristas em Miami e a simulação de assassinato de exilados cubanos nos Estados Unidos; encenação de um ataque à base naval de Guantánamo; fabricação de um incidente no estilo de "Remember the Maine", ou seja, a explosão de um navio americano na baía de Guantánamo para acusar o governo revolucionário de sabotagem; e fabricação de um incidente que demonstrasse, convincentemente, que um avião cubano derrubara um avião civil, voando dos Estados Unidos para a Jamaica, Guatemala, Panamá ou Venezuela, com estudantes em férias ou outro grupo de pessoas. James Bamford, autor da obra *Body of Secrets*, escreveu que a Operation Northwoods "may be the most corrupt plan ever created by the U.S. government." A desclassificação desse foi obtida pelo National Security Archive, da George Washington University, com base no Freedom of Information Act (FOIA).

Índice onomástico

Abdel Nasser, Gamal
Abella, Pedro
Acheson, Dean
Acuña Nuñez, Juan Vitalio
Adenauer, Konrad
Agramonte, Roberto
Aguinaldo, Emílio
Alarcón Ramírez, Daniel
Alarcón, Ricardo
Albright, Madeleine
Aldana, Miguel
Alekseev, Aleksandr Ivanovich
Aleman, Miguel
Alessandri, Arturo
Alessandri, Jorge
Allende, Salvador
Alvarado, Juan Velasco
Alvarez, Waldo
Alvear, Marcelo T.
Amoedo, Julio
Anaya, Ricardo
Andesson Jr., Rudolf
Anderson, Robert B.
Anderson, Thomas P.
Angleton, James
Aragonés, Emílio
Arana, Francisco Xavier
Aranha, Oswaldo
Araújo Castro, João Augusto de
Arbenz, Jacob
Arboleya, Jesús
Arévalo, Juan José
Arismendi, Rodnei
Artime, Manuel
Assis Brasil

Attwood, William
Austin, Hudson

Baker, James A.
Baker, Leo Francisco
Ball, George
Ballivián, Hugo
Balmaceda, José
Benzer, Hugo
Barbosa da Silva, Edmundo
Barbosa, Rui
Barnet, José A.
Barquín, Ramón
Barrientos Ortuño, René
Bastían Pinto, Luís
Batista, Fulgêncio
Bauer, Laura Gutiérrez
Béjar, Héctor
Belanquier, Pedro
Belisário, Francisco
Belmont, August
Ben Bella, Ahmed
Benado, Ernesto
Beria, Lavrenti
Berle Jr., Adolfo
Bernardes, Carlos Alfredo
Beschloss, Michael R.
Betancourt, Rómulo
Bethlem, Hugo
Bettelheim, Charles
Biryuzov, Sergei
Bishop, Maurice
Bissel, Richard
Bittencourt, Aluysio
Blaine, James G.
Blás Roca, Francisco Calderío
Bohlen, Charles E.
Bolaños, Jorge
Bolívar, Simón
Bolshakov, Georgi Nikitovich
Bonaparte, Napoleão
Bonsal, Philip W.
Bopp, Raul

Borbonet, Enrique
Bosch, Juan
Boti, Regino
Boumedienne, Houari Chedid
Bowles, Chester A.
Braddock, Daniel M.
Braden, Spruille
Bradlee, Benjamin
Bravo Pardo, Flávio
Brejnev, Leonid I.
Briggs, Ellis O.
Brizola, Leonel
Bryan, William J.
Brzezinski, Zbigniew
Buchanan, James
Burke, Arleigh A.
Burton, Dan
Busch, Germán
Bush, George
Butrón, Germán

Caamaño Deno, Francisco
Cabot Lodge, Henry
Café Filho, João
Caffery, Jefferson
Calcagnotto, Gilberto
Caldera, Rafael
Calderio, Leónidas
Calderón, Júlio Cezar
Calhoun, John C.
Calles, Plutarco Elias
Câmara Canto, Antônio Cândido da
Câmara Ferreira, Joaquim
Camilión, Oscar
Campbell Exner, Judith
Cámpora, Hector
Campos, Roberto
Canning, George
Cantillo, Eulógio A
Capehart, Homer
Cárcano, Miguel Angel
Cárdenas, Lázaro
Cardoso, Eliana

Carretoni, Jorge Carlos
Carrillo, Justo
Carter, James Earl
Carter, Marshal S.
Castañeda
Castelo Branco, Humberto de Alencar
Castilho de Lima, Waldomiro
Castillo Armas, Carlos
Castillo, Ramón S.
Castro Neves, Luiz Augusto de
Castro, Ángel
Castro, Cipriano
Castro, Edgar Fraga de
Castro, Fidel Ruiz
Castro, Manolo
Castro, Raúl
Castro, Tarzan de
Castro, Wilfredo
Céspedes y Quesada, Carlos Manuel de
Chamorro, Emiliano
Chamorro, Violeta
Chang, Juan Pablo
Chávez, Hugo
Chávez, Ñuflo
Chibás, Eduardo
Church, Frank
Cienfuegos, Camilo
Cienfuegos, Osmany
Cienfuegos, Osmar
Clark, Francisco
Clay, Henry
Clayton, William L.
Cleveland, Grover
Clinton, William
Coard, Bernard
Codovilla, Vítorio
Cooke, John William
Coolidge, Calvin
Cordier, Andrew
Coronada Lira, Luís
Cottam, Martha L.
Craig, William H.
Cubela Secades, Rolando

Cupull, Adys
Cutting, Francis

D. Pedro II
Daniel, Jean
Dávila, Carlos Lage
Davis, Jefferson
De Gaulle, Charles
De la Guardia, Antônio
De la Sierna, Célia
Debray, Régis
Del Valle, Sérgio
Dennison, Robert L.
Dias Lopes, Isidoro
Diaz, Adolfo
Diaz, Carlos Enrique
Díaz-Balart, Lincoln Rafael
Díaz-Balart, Mario
Díaz-Balart, Rafael
Diaz Lanz, Pedro Luís
Diaz Tamayo, Martin
Diem, Ngo Dinh
Dillon, Douglas C.
Dobrynin, Anatoli
Dodge, Joshua
Donovan, James
Dorticós, Oswaldo
Duarte, Eva
Duarte, José Napoleón
Dubcek, Alexander
Dulles, Allen
Dumont, René
Duncan, W. Raymond
Duque Estrada, Frederico
Dutra, Eurico
Duvalier, François
Dymally, Mervin

Eastland, James
Echeverría, José Antonio
Eckstein, Susan Eva
Edwards, Sheffield
Eisenhower, Dwight
Eisenhower, Milton

Elliot, Jeffrey
Enders, Thomas
Engels, Friedrich
Escalante, Aníbal
Estrada, Juan J.
Ewert, Ernst

Farrel, Edelmiro, J.
Feklisov, Aleksandr (Aleksandr Fomin)
Fernandes, Pedro
Fernández, Alina
Fernandez, Octavio
Ferreira, Argemiro
Figueres, José
Filmore, Millard
Fitzgerald, Desmond
Fones, Philip S.
Fonseca, Deodoro da
Ford, Gerald
Fortuny, José Manuel
Fossa, Matheo
Foster Dulles, John
Fraga de Castro
Francia, José Gaspar de
Franco, Francisco
Franco, Rafael
Franqui, Carlos
Freitas Valle, Ciro de
Friedman, William G.
Frischetti, Joseph
Fritchey, Clayton
Frondizi, Arturo
Frondizi, Sílvio
Fuentes, Pablo Saenz
Fulbright, William J.
Fursenko

Gadea, Hilda
Gadsden, James
Gaitán, Jorge Eliécer
Galbraith, John Kenneth
Gallegos, Rômulo
Galvão Bueno, Américo
Gambini, Hugo

García Buchaca, Edith
García, Guillermo
Gardner, Arthur
Garthoff, Raymond L.
Gate, Thomas
Geyer, Georgie Anne
Ghioldi, Rodolfo
Giancana, Sam
Gibson Barboza, Mário
Gilbert, Isidoro
Gleijeses, Piero
Glenn, John
Gomez, Máximo
Gomez, Miguel Mariano
González Videla, Rafael
González Carvajal, Ladislao
González, Froilan
Goodwin, Richard
Gootlieb, Sidney
Gorbachev, Mikhail
Gordon, Lincoln
Goulart, João
Grant, Ulisses
Grau San Martin, Ramón
Gray, David W.
Grechko, Andrei A.
Grechko, Stepan
Gromyko, Andrei
Grove, Marmaduke
Güell, Gonzalo
Guevara Arce, Walter
Guevara, Ernesto Che
Guiteras, Antonio
Gutierrez, Victor Manuel

Haig, Alexander
Halleck, Charles
Halpern, Samuel
Harker, Daniel
Harrison, Benjamin
Hart, Armando
Harvey, William K.
Hassan, rei

Havemeyer, Henry O.
Hawkins, Jack
Hay, John
Haya de la Torre, Victor Raúl
Hearst, William Randolph
Helm, Jesse
Helms, Richard M.
Helou, Farid
Helwege, Ann
Hemingway, Ernest
Hermes, Fonseca
Hernandez, José J.
Herrán, Tomas
Hershberg, James G.
Herter, Christian
Hevia, Carlos
Heyser, Richard D.
Hilferding, Rudolph
Hilsman, Roger
Hinckle, Warren
Hitler, Adolf
Holland, Henry
Honecker
Hoover, J. Edgard
Houston, Laurence
Howard, Lisa
Huerta, Victoriano
Hull, Cordell
Hunt, Harold Lafayette
Hunt, Howard

Ibañez de Campo, Carlos
Immerman, Richard H.
Incháustegui, Mario Garcia
Infante, Tita

Jackson, Andrew
Jackson, D. Bruce
Jacyntho de Barros, Carlos
Jagan, Cheddi
James, Daniel
Jarowinski, Werner
Jefferson, Thomas
Jenks, Leland Hamilton

Jiménez, Antônio Núñez
Jiménez, Gustavo
João Paulo II, papa
Johnson, Alexis
Johnson, Lyndon Baines
Juarez, Benito
Julião, Francisco
Junco, Sandalio

Kabila, Laurent
Kai-Shek, Chiang
Kalfon, Pierre
Kameniev
Karol, K. S.
Katzenbach, Nicholas
Keating, Kenneth
Kellog, Frank B.
Kennan, George F.
Kennedy, Edward M.
Kennedy, John F.
Kennedy, Robert
Khomeini, aiatolá
Kierkegaard, Sören
King, J. C.
Kirkpatrick, Lyman
Kissinger, Henry
Knock, Philander C.
Knowles, Horace G.
Koestler, Arthur
Kohl, Helmut
Kohler, Foy
Kostikov
Kosygin, Aleksei N.
Kreisky, Bruno
Kruchev, Nikita
Kudryavtsev, Sergei M.
Kulitzka
Kuznetsov, Vassili V.

Lacerda, Carlos
Lafayette de Andrada, Martim Francisco
Lafer, Horácio
Lamarca, Carlos
Lane, Lyle

Lansdale, Edward G.
Lansky, Meyer
Laredo Brú, Frederico
Larrazábal, Wolfgang
Lechín, Juan
Lechuga Hevia, Carlos
Leguía, Augusto B.
Leitão da Cunha, Vasco
LeMay, Curtis
Lemnitzer, Lyman L.
Lemus, José Morales
Lenin, Vladimir Ilitch Ulianov
Leonov, Nikolai Sergeevich
Leopoldo Augusto, príncipe
Lesseps, Ferdinand de
Letellier, Pedro Opazo
Lewis Gaddis, John
Lieberman, Yevsei
Lima, Hermes
Lincoln, Abraham
Lins e Silva, Evandro
Lippmann, Walter
Liss, Sheldon B.
Lleras Camargo, Alberto
Lobatón, Guillermo
Lombardo Toledano, Vicente
López Mateos, Adolfo
López Narciso
Lousada, Francisco
Lowy, Michael
Lumumba, Patrice
Luna, Alfonso
Lundahl, Arthur C.
Luxemburg, Rosa

Maceo, Antônio
Machado Ventura, José E.
Machado, Gerardo
Macmillan, Harold
Madison, James
Maheu, Robert
Maidanik, Kiva
Malaparte, Curzio

Maldonado, Raúl
Malinovski, Rodión
Mandel, Ernest
Manley, Michael
Mann, Thomas
Marcy, William
Mariam, Mengistu Haile
Mariani, Clemente
Marighella, Carlos
Marinello, Juan
Marof, Tristán
Maroquín, J. M.
Márquez-Sterling
Marshall, George C.
Martí, Augustin Farabundo
Martí, José
Martin, Edwin M.
Martínez, Maximiliano Hernández
Martins Ramos, Carlos da Silveira
Maruategui, José Carlos
Marx, Karl
Mas Canosa, Jorge
Masferrer, Rolando
Mason, James Y.
Massemba-Débat, Alphonse
Masseti, Jorge Ricardo
Matos Benítez, Hubert
Matte Hurtado, Eugenio
Maury, Mathew Fontaine
McCarthy, Joseph
McCloy, John
McCone, John
McDowel, Harris
McElroy, Neil H.
McGeorge Bundy
McGovern, George
McKinley
McNamara, Robert
Mella, Julio Antônio
Melo, Custódio José de
Melo Franco, Afonso Arinos de
Mendieta, Carlos
Mendonça, Salvador de

Menocal, Mario G.
Menshikov, Mikhail
Mercader, Ramón
Mercado, Manuel
Mercante, Domingo
Merchant, Livingston T.
Mesa-Lago, Carmelo
Mesferrer, Rolando
Messersmith, George S.
Mikoyan, Anastás I.
Miller, Lehmann
Mirá, Ruben
Miró Cardona, José
Mobutu, Sese Seko
Möller, Edwin
Molotov, Vyacheslav V.
Moltmann, Bernhard, Dr.
Moncada, José Maria
Monje, Mário
Monroe, James
Montarroios, Carlos
Montero, Juan Esteban
Monzón, Elfego
Moors Cabot, John
Mora, Alberto
Moraes, Clodomir
Moraes, Prudente de
Morrison, Delesseps
Morse, Wayne
Mosconi, Enrique
Mossadegh, Mohamed
Moyers, William
Mugica, Adolfo
Mujal, Eusebio
Muniz, João Carlos
Muñoz Marín, Luís
Murchinson, Clint
Mussolini, Benito

Naftali
Nagy, Imre
Needler, Martin C.
Neto, Agostinho

Neves, Tancredo
Niachos, Stavros
Nixon, Richard
Nkrumah, Kwame
Noel, James A.
Noriega, Manuel A.

Obama, Barack
Ochoa, Arnaldo
Odría, Manuel A.
Ojeda, Fabrício
Olivares, Carlos
Olney, Richard
Onassis, Aristóteles
Oppenheimer, Andres
Orama, Oscar
Ordoqui, Joaquin
Ormsby-Gore, David
Orta Córdova, Juan
Ortega, Daniel
O'Sullivan, John
Oswald, Lee Harvey
Ovando Candia, Alfredo
Ozório de Almeida, Miguel A.

Pais, Frank
Palma, Tomás Estrada
Paporov, Yuri
Pasos, Carlos Cuadra
Patiño, Antenor
Patrón Costas, Robustiano
Patterson, Richard C.
Pawley, William D.
Paz Estenssoro, Victor
Pazos, Felipe
Peixoto, Floriano
Pellecer, Carlos Manuel
Peña, Lázaro
Peñaranda, Enrique
Penkovski, Oleg
Penna Marinho, Ilmar
Pepín Bosch, José
Peredo, Guido
Peredo, Roberto

Pérez Jiménez, Marcos
Pericás, Luiz Bernardo
Perón, Juan Domingo
Perry, Mathew
Peurifoy, John
Pezullo, Lawrence
Piedra, Carlos Manuel
Pierce, Franklin
Piñero, Manuel
Pinochet, Augusto
Pleshakov, Constantine
Pliyev, Issa
Polk, James K.
Pompa, Fidel
Ponce, Frederico
Ponomoriov, Boris
Portillo, Julio
Powel, Francis
Powell, Colin
Powers, Gary Francis
Prado y Ugarteche, Manuel
Prestes, Luiz Carlos
Prío Socarrás, Carlos
Puga, Arturo
Pujol, Raúl
Pulitzer, Joseph

Quadros, Jânio
Quijano, Carlos
Quincy Adams, John
Quintanilla, Carlos
Quirk, Robert E.
Quitman, John A.

Ramirez, Pedro Pablo
Ramos, Carlos Martins
Ramsey, Henry C.
Rangel de Castro, S.
Rangel, Domingo Alberto
Rashidov, Sharaf
Rawson, Arturo
Ray, Manuel
Raymont, Henry
Reagan, Ronald

Rego Barros, Sebastião do
Reis Perdigão, José Maria dos
Rendon, John
Rhodes, James Ford
Richardson, Sid
Righi, Victor Hugo
Risquét, Jorge
Rivero Agüero, Andrés
Roa, Raúl
Robert, Holden
Roca, Blás
Roca, Gustavo
Roças, A.
Rocha Barros, Alberto da
Rockefeller, Nelson
Rodríguez Alcalá, Guido
Rodríguez Larreta, Horácio
Rodríguez, Ángel
Rodríguez, Carlos Rafael
Rodríguez, Juan
Rodríguez, Manuel
Rodríguez, Marcos
Rojas-Pinilla, Gustavo
Rojo, Ricardo
Román, Alejandro
Roosevelt, Franklin Delano
Roosevelt, Theodore
Rosselli, John
Rothschild, barão
Roura, José Maria
Rubottom, Roy
Ruby, Jack
Ruiz de Gamboa, José Maria Diniz
Ruiz-Guiñazú, Enrique
Rusk, Dean

Sacco, Filippo
Saco, José Maria
Salazar Santos, Felipe
Salinger, Pierre
San Martin, José de
San Tiago Dantas, Francisco de
Sánchez Cerro, Luís M.

Sánchez Parodi, Ramón
Sanchez, Célia
Sandino, Augusto Cezar
Santamaría, Haydée
Scali, John
Schlesinger Jr., Arthur
Secasa, Juan Batista
Sendic, Raúl
Seregni, Liber
Serrano, José Adan
Sevillano, Hugo
Seward, William H.
Shelton, Ralph
Siles Suazo, Hernán
Silva, Albino
Silva, Luiz Inácio “Lula” da
Simeon, Charles
Sinatra, Frank
Skidmore, Thomas
Smathers, George A.
Smith Thompson, Robert
Smith, Abbot
Smith, Earl E. T.
Smith, Florence
Smith, Gaddis
Smith, Wayne S.
Snow, William
Soares, João Baena
Solano López, Francisco
Soldatov, Aleksandr A.
Somoza, Anastazio
Somoza, Luís
Somoza II, Anastazio (Tacho)
Sorzano, José Luíz Tejada
Sotomayor, Carlos Martinez
Soulé, Pierre
Souza Gomes, Henrique de
Sparks, Edward J.
Stalin, Joseph V.
Stead, W. T.
Sterling, Carlos Márquez
Stevenson, Adlai
Stimson, Henry L.

Stockwell, John
Strong, Anna Loisa
Sulzberger, Cyrus Lee
Sumner Welles, Benjamin
Sweeney, Walter
Sweet, Edwin L.
Szulc, Tad

Tabernilla, Carlos
Taft, William Howard
Taibo II, Paco Ignacio
Tarrau, Gabriel F. Pérez
Távora, Joaquim
Távora, Juarez
Taylor, Maxwell
Taylor, Zachary
Teixeira de Macedo, Sérgio
Teixeira Soares, Álvaro
Thant, U
Thiraud de Vosjoli, Philippe L.
Thompson, Llewellyn
Tito, Josip Broz
Toriello, Guillermo
Toro, David
Toro, Rafael
Torres, Camilo
Torres, Juan José
Torricelli, Robert
Torrijos, Omar
Touré, Sékou
Tracy Barnes, C.
Trafficante, Santos
Trejo Esquivel, Luís
Tria, Vivian
Tró Rivera, Emílio
Trotski, Leon
Trousdale, William
Trujillo, Rafael Leónidas
Truman, Harry
Turcios Lima, Luís Augusto
Turner, William
Twining, Nathan
Tyson, Brady

Ubico, Jorge
Ulbricht, Walter
Uriburu, José P.
Urriolagoitia, Mamerto
Urrutia, Manuel
Uzeda, Luís de la Puente

Valdés, Ramiro
Vale, Ciro de Freitas
Valencia, Guillermo León
Valle, Henrique
Vallejo, René
Vargas, Getúlio
Varona, Manuel Antônio (Tony)
Vasconcelos, Olinto Mesquita de
Velasco Alvarado, Juan
Villaroel, Gualberto
Villegas, Harry
Villena, Rubén Martínez
Von Spreti, Karl
Vorontsov, Yuli M.

Wadsworth, James J.
Walker, William
Walters, Vernon
Warren, Earl
Washington, George
Welch Jr., Richard
Wells, Milton K.
Westfalen, Adolfo
Weyler, Valeriano

Wiecha, Robert D.
Wieland, William
Wilson, Woodrow
Wolf, Markus
Woodward, Robert

Ydígoras Fuentes, Miguel
Yeltsin, Boris
Yerzin, Daniel
Yon Sosa, Marco Antônio
Yrigoyen, Hipólito

Zammar, Juan Falcón

Zapata, Mário

Zedong, Mao

Zinoviev

Zorin, Valerian A.

Zubok, Vladislav

Este e-book foi desenvolvido em formato ePub pela Distribuidora Record de
Serviços de Imprensa S. A.

Sumário

Capa

Outras obras do autor publicadas pela Editora Civilização Brasileira

Rosto

Créditos

In memoriam

Epígrafe

Sumário

Abreviaturas usadas nas notas

Prefácio à 2^a edição

Prólogo

Introdução

Capítulo I

Capítulo II

Capítulo III

Capítulo IV

Capítulo V

Capítulo VI

Capítulo VII

Capítulo VIII

Capítulo IX

Capítulo X

Capítulo XI

Capítulo XII

Capítulo XIII

Capítulo XIV

Capítulo XV

Capítulo XVI

Capítulo XVII

Capítulo XVIII

Capítulo XIX

Capítulo XX

Conclusões

Arquivos

Fontes Impressas

Bibliografia

Documentos referentes à Operação Mongoose

Índice onomástico

Colofão